



ANAIIS

XIII

EPHIS

UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

NARRAR O TEMPO DO FIM:
História e historiografias
de rupturas, escatologias
e fins do mundo.



Temporalidades

Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

ISSN: 1984-6150

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] | Departamento de História.

T288 Edição 49, v. 18, Suplemento 1 (2026): — Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2026.

Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS (XIII : 2026 : Belo Horizonte, MG).

Anais do XIII Encontro de Pesquisa em História, Belo Horizonte, MG, 11–15 mai. 2026 [recurso eletrônico] : Narrar o Tempo do Fim: história e historiografias de rupturas, escatologias e dos fins do mundo / organizadores: Ana Livia de Almeida Oliveira et al. — Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2026.

1000p. : PDF.

Quadrimestral 2012 | Semestral 2023 | Fluxo contínuo a partir de 2025.
Títulos e resumos em português.
ISSN: 1984-6150.

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História – Periódicos
2. Historiografia – Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas. Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)
Periódicos Capes (Brasil)
Latindex (México)
Diadorim (Brasil)
Open Aire (U. E.)
PKP Index (Estados Unidos)
Livre! (Brasil) Endereço:

Endereços

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar. 31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil.

E-mail: temporalidades@gmail.com
Homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Ephis: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais | Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas | Departamento de História – maio/2026.

Observação

A adequação técnico-linguística dos resumos dos Simpósios Temáticos, Comunicações Livres e Minicursos é de responsabilidade dos autores

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Prof. Dr. Alessandro Fernandes Moreira

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretora: Prof. Dra. Thais Porlan de Oliveira

Departamento de História

Chefe: Profa. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenadora: Prof. Dr. Ana Carolina V. Gomes

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial Temporalidades 2026–2027

Alexandre Borges Mesquita
Arthur Brum dos Reis
Franciely Carolina dos Santos
Gabriel Pereira Nascimento
George Daniel Rodrigues Fonseca
Iandry Jéssica Ferreira Soares
João Vitor de Carvalho Melo
Mailson Moreira dos Santos Gama
Pedro Tadeu de Castro Ribeiro
Thamires da Silva Souza

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFG)
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Bruno Tadeu Salles (UEG)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Diego Omar da Silveira (UEA)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eduardo França Paiva (UFMG)
Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Francismary Alves da Silva (UNIR)
George F. Cabral de Souza (UFPE)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)
Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Leandro Duarte Rust (UFMT)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Raquel Costa Santos (UESB)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)
Tiago Luís Gil (UnB)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)
Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)
Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)
Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Seth W. Garfield (University of Texas)

Diagramação e montagem

Bia Souza Pimentel
Gilberto de Carvalho Tubaldini Vilela
Glênia Oliveira Duarte
Maria Júlia Viana Matoso
Vinicius Novaes Ricardo
Wemerson Felipe Gomes

Capa

Maria Júlia Viana Matoso

Open Journal Systems/Banco de Dados

Mailson Moreira dos Santos Gama

Comissão Organizadora

Ana Livia de Almeida Oliveira Rocha
Athos Morais Rocha
Bia Souza Pimentel
Eduardo Rodrigues
Evandro José Faria Junior
Frederico Rodrigues de Aquino Ramos
Gilberto de Carvalho Tubaldini Vilela
Giovanna Pietra Fernandes Rocha
Glênia Oliveira Duarte
Izabelle Seoldo Marques
João Victor Cardoso Mendes
Laura Luzia Araújo Fiuza
Manoela Faria Costa
Maria Júlia Viana Matoso
Mateus Rodrigues Silva
Robert Daylon dos Santos Freitas
Vinicius Novaes Ricardo
Vitor Nazaré Pereira
Wemerson Felipe Gomes

Monitores

Amanda Sathler
Ana Flávia Murad Santos
Arthur Lucca Roesberg Mendes Sousa
Arthur Villano Tavares de Oliveira
Camila Teodoro
Carlos Henrique Bandeira de Souza Cruz
Fábio Reis Marques
Filipe Eduardo Costa
Gabriela Araújo dos Anjos
Gabriela de Almeida e Nascimento
Gabrielle Soares de Freitas
Giulia Araújo Soares
Henry Magalhães Meliato
Isadora dos Anjos Calazans
João Pedro Diniz Esposito
Julia Roberta Trivelin de Oliveira
Jullya Nascimento de Araujo
Larissa Aparecida Marques Salem
Laura Gonçalves dos Santos
Laura Helena Wankler Silva
Leonardo Carvalho Ferreira
Lorrayne Raíssa Nascimento Melo
Lucas Gabriel Oliveira Alexandrina
Luís Eduardo Nardi Sousa
Manuela de Andrade Ayres
Maria Clara Alves Fonseca
Maria Eduarda Valverde Pinto
Mariana da Silva
Mariana Marques Faria
Miguel Morgan Silva de Castro Velasco
Mikael Vieira Miranda
Natália Andrade Carvalho
Natália de Souza Fortes Silva
Pedro Rodarte Suprani
Vitória Aguilar
Yuri Freitas dos Santos
Yuri Zagnoli Leite

APOIO



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)



Departamento de História da UFMG



Gestão Chico Rei
Cahis 2025 - 2026

CA
HIS

Centro Acadêmico de História - CAHIS/UFMG
Revista Temporalidades



SUMÁRIO

- 14 **Apresentação**
- 18 **“Responda, cadáver!”, ou EPHIS no tempo do fim**
Wemerson F. Gomes
- 21 **ST01 - Inquisição, poder episcopal e cultura religiosa no Império português na Modernidade**
- 22 Entre a presença e o silêncio: Criptojudaísmo feminino e Inquisição nas Minas Gerais setecentista
Arthur Brum dos Reis
- 33 Como lobo em pele de cordeiro: um cura de almas nas malhas da Inquisição
Matheus Antônio da Silva Sousa
- 52 O Santo Ofício nos Caminhos do Ouro: Cristãos-Novos, Perseguição e Resistência Religiosa nas Minas Gerais - Séc XVII até XVIII
Micaela de Oliveira Dias
- 64 Do confessionário ao Santo Ofício: a ação inquisitorial contra clérigos “sigilistas” na América portuguesa setecentista
Pedro Tadeu de Castro Ribeiro
- 81 A Sodomia no Forte de Itapagipe
Marcos Paulo da Silva Oliveira
- 92 **ST02 - Percepções da cidade em transformação**
- 93 Figuras marginais na Paris de Haussmann: a poética de Baudelaire nos Tableaux Parisiens e a leitura benjaminiana da metrópole moderna
Kelly Alves Andrade
- 106 Espaço urbano e sua relação com a prostituição em Belo Horizonte: Uma análise de caso da Rua Guaicurus
Bárbara Souza Machado e Kamilly Gabrielle Moraes Bastos
- 117 Quando um mundo se desfaz: narrar a ruptura em Nga Muturi
Rayane Souza
- 127 Cotidiano de Mulheres Migrantes em São Paulo nas décadas de 1960 e 1970: um estudo a partir da perspectiva interseccional
Giulia Neres Ribeiro Santos

144 **ST03 - O Medievo que Produzimos**

145 Como a extrema direita brasileira representa os cavaleiros templários: neomedievalismos digitais
Bárbara de Andrade Souza

161 “Honra e Guarda do rei”: A Segunda Partida como Estatuto de Poder e Limitação da Rainha no Medievo Ibérico
Aieska Pandolfi Monfardini

176 Crises, enfermidades e circulação no Magrebe em al-Bakrī: fome, carestia, febre, ruína e defesa urbana no Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik
Gilberto de Carvalho Tubaldini Vilela

189 Agência Feminina e Autoridade Espiritual no Sufismo e no Eremitismo Medieval
Anna Luiza Silva Fernandes e Carolina Costa

204 **ST04 - Arquivos do fim: memória, crise e políticas de preservação na produção do conhecimento histórico**

205 História do trabalho de campo e do fazer científico em coleções entomológicas no Centro de Coleções Taxonômicas do ICB (CCT/UFMG)
Letícia Domingos Pereira

215 Pode um sinistro salvar um arquivo? Crise, seleção documental e emergência de acervos esquecidos
Arlene Xavier Santos Costa

230 Digitalização, organização, descrição e disponibilização do acervo documental da polícia política mineira - COSEG
Antônio Henrique Boaventura Silva, Ana Flávia Murad Santos e Guilherme Cardoso Caldeira

240 Entre arquivos e memória: A gestão documental na Faculdade de Serviço Social da UFJF
Priscila de Oliveira Dias do Couto, Cristhiane do Carmo Brothis, Mariana Moreira do Bem Brandão e Ana Luiza Meirelles Janiques Paes

254 Entre o arquivo e a história: organização documental e construção da memória institucional no projeto Descentralizando o Acesso (Instituto Inhotim)
Clara Duarte Lara

261 Literatura como arquivo: quando vozes esquecidas irrompem do texto literário para a história
Camila Lobato Rajão

- 227 FECs: a construção documental do isolamento compulsório na Colônia Santa Isabel
André Luiz de Jesus Bueno
- 288 **ST05 - Caminhos alternativos na historiografia**
- 289 Tempos em perspectiva: uma breve reflexão acerca do tempo histórico
Laura Vieira Silva Araújo
- 300 Escritas de si em tempos de fim: O século XX em autobiografias de historiadores vítimas do Nazismo.
Abner Madeira Wotkosky
- 311 História e Música Popular: a especificidade de uma relação
Vitor Moraes Graziani
- 328 Jogos Históricos e a Representação do Fim de uma Comunidade Eclesiástica em Pentiment (2022)
Igor Giovanni Murta de Sousa
- 339 Dança dos vagalumes: Andujar e o invisível no ateliê
Carolina Pimentel Souza
- 354 “Afro-brasileiro”: o rap de Thaide & DJ Hum entre o passado e o presente
Igor Henrique Moraes
- 367 **ST06 - As recepções da(s) antiguidade(s) em distintas temporalidades**
- 368 Homoerotismo macedônico na tradição literária de Alexandre, O Grande
Lucas Lira Ferreira
- 382 Epígrafes latinas na imprensa periódica do Império do Brasil (1822-1840)
Luciano da Silva Moreira
- 394 Entre Medeias: A Recepção de Medeia de Eurípides em Médée de Corneille
Daniele Helena da Silveira
- 409 **ST07 - Práticas e instituições de ensino na América Latina: diálogos entre o transnacional e o nacional na história contemporânea**
- 410 A Instrução Pública de Domingo Faustino Sarmiento: o inspetor como meio para a civilização? (1849-1874)
Caroline Pin da Costa

- 421 **ST09 - Modos de governar os povos na Idade Moderna (séculos XV a XIX)**
- 422 Interesses particulares e corrupção da república na Amazônia colonial
José Arthur Pereira Landrim da Silva
- 436 Casas de câmara e cadeia e a construção do poder colonial: uma análise comparativa entre Natal e Rio de Janeiro (1717 – 1732)
Mateus Freitas Ribeiro Frizzzone
- 449 **ST10 - A instabilidade do texto: ironia, ambivalência e circulação de sentidos na literatura**
- 450 Memória e loucura: a escrita de si como prática de história em Maura Lopes Cançado
Felipe Emannuel Moreira Mesquita
- 464 “Não se pode ser real sozinho”: a heteronomia e as transformações na figuração do eu na obra de Fernando Pessoa
José Eduardo Landim
- 475 Uma gaveta toda sua: tempo, escrita e intimidade em Caderno Proibido de Alba de Céspedes (1952)
Carolina de Fátima Linhares Augusto
- 485 **ST11 - Encruzilhadas Ultramarinas: indivíduos, poder e instituições no Atlântico Ibérico (séculos XVI ao XIX)**
- 486 Do Sul ao Centro Oeste mineiro: Consolidação do poder da família Andrade em Passa Tempo-MG (1866-1930)
Lucas Henrique de Andrade
- 497 Entre o corpo político e a rebeldia: teorias corporativas de poder e contestação nas Minas setecentistas
Leandro Gonçalves de Rezende
- 509 A circulação de artífices ao longo do Caminho Novo no século XVIII: o caso de Ressaca em Carandaí-MG
Maria de Queiroz e Melo
- 525 A Ordem, a Fé e o Império: Fundamentos da Filosofia Política Jesuíta e sua Implementação no Brasil Colonial
Guilherme Lima Heide
- 542 **ST12 - Culturas Políticas nos séculos XX e XXI: conflitos, rupturas e experiências históricas**
- 543 Fascismo e fim dos mundos: Pier Paolo Pasolini e sua leitura da Itália pós-Mussolini
Guilherme Cesar Tavares Melgaço

- 556 Igreja e franciscanos no apoio à greve de 1979 em Divinópolis
Larissa Virgínia Veiga
- 569 Transição sob tensão: greves e a interpretação do conflito na redemocratização brasileira
Gabriel Pereira Nascimento
- 579 Negacionismo e seletividade na memória japonesa das “Mulheres de Conforto”
Keilla Kaori Watanabe
- 590 O cárcere como experiência de ruptura histórica e o corre como infraestrutura de reconstrução da continuidade social
Gregório Antônio Fernandes de Andrade
- 604 A política do tempo em um republicano histórico: o caso Alberto Torres (1865-1917)
Lorraine Costa e Silva
- 617 A construção do imaginário fascista italiano nos livros didáticos II libro della seconda classe (1930, 1933 e 1938)
Izabelle Seoldo Marques
- 630 **STI3 - Mulheres negras em movimento: trajetórias, intelectualidades e educação**
- 631 Entre maternidade, afetividade e saberes: a transmissão do conhecimento feminino negro no período colonial mineiro
Natália Vitória Reis dos Santos
- 644 “Não houve mulher mais ditosa do que eu”: Mãe Suzana e a experiência feminina no tráfico transatlântico em Úrsula (1859)
Mahyra Emmilly Sá
- 654 Autonomia em disputa: o testamento de Maria Correa nas Minas Setecentistas
Athos Moraes Rocha e Gabrielle Soares de Freitas
- 667 **STI4 - Moral e estética na História: discursos, práticas e processos formativos em contextos de modernidade e ruptura**
- 668 Educação artística e moral no Brasil oitocentista: o caso de Abigail de Andrade
Karen Faria Arantes
- 684 A guerra psicológica nas escolas de Belo Horizonte: educação, Doutrina de Segurança Nacional e repressão às drogas na ditadura civil-militar
Analice Pinto Campos

- 699 Victor Pérez Petit e a mediação cultural no Uruguai finissecular através da Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales (1895-1897)
Vinicius Saltarelli Malanote
- 715 Entre a censura e o conservadorismo: os remakes de novelas da Ditadura Civil-Militar da TV Globo e a representação LGBTIA+ (2008-2014)
Mariana Lopes Trindade
- 727 **ST15 - Áfricas em reflexão: disputas e transformações no Continente-mãe e em suas diásporas (XII- XXI)**
- 728 Imaginárias mestiças: hibridismos iconográficos entre catolicismo e religiosidades afro diaspóricas
André Luiz Borges de Ávila e Denise Fernandes Geribello
- 749 A palavra e o fardo: um estudo sobre o racismo imposto pelo colonialismo português por meio da literatura de Luandino Vieira
Rafaella de Fátima Silva
- 761 **ST16 - O corpo feminino em tempos de crise: as disputas sobre o gênero, os sentidos, os fluídos e as representações do materno entre a modernidade e o mundo contemporâneo**
- 762 Maternidade em tempos de crise: corpo feminino, luto e resistência na trajetória de Mariluce de Souza Moura
Larissa Darcíria Saraiva
- 777 **ST17 - Experiências Históricas Negras: tempo, crise e elaboração de futuros possíveis**
- 778 Matriarcaloceno: fugitividades socioespaciais quilombolas em Belo Horizonte
Cynthia Braúlio Alvim Bustamante
- 790 Heitor dos Prazeres: o “primitivo” e o “moderno” na crítica de arte (1937–1966)
Evandro José Faria Junior
- 806 Retomadas afrodiaspóricas contemporâneas em Belo Horizonte
Ana Livia Ferreira da Costa
- 816 **ST18 - Saúde e doença na História: entre ciência, tecnologia e sociedade**
- 817 Um novo capítulo da história do tabagismo no Brasil? Os DEF em foco (2009-2026)
Huener Silva Gonçalves

- 832 O cavalo é um integrante do meio ambiente: uma análise do manejo dos equinos do regimento de cavalaria de Cachoeira do Campo (MG), entre 1819 a 1822.
Luana Bisterço Mendonça Romão
- 847 Quando a tecnologia vira milagre: uma análise sobre a genética, as promessas de cura e a construção histórica de imaginários na divulgação científica (1982–2000)
Iandry Ferreira
- 859 A Poeira Carregada no Peito: silicose e memória entre ex-mineiros da Morro Velho
Gabriela Luciana Lima Inácio
- 873 Biossegurança, risco biológico e falhas institucionais contemporâneas
Thabata Tosta
- 892 Isolar para sanear: o Hospital de Isolamento e as políticas sanitárias em Belo Horizonte
Marcela Henriques de Almeida Castro
- 905 **ST19 - Escravidão, liberdade, religiosidades e dinâmicas de mestiçagens**
- 906 O culto a Nossa Senhora do Amparo e as experiências de trabalhadores negros no contexto fabril de Valença-Bahia (1859-1889)
Paulo Vitor Souza da Luz
- 921 **ST20 - Ensino e História: experiências, práticas docentes e pesquisa em História**
- 922 Entre a pesquisa acadêmica e a experiência sala de aula: adaptabilidades e possibilidades
Júlia Delage Gomes Sabino
- 937 Ensino de história da África e afro-brasileira a partir da lei 10.639/03: Um estudo de caso na coleção da Editora Moderna 2020-2023
Ana Paula Bernardes Santos
- 955 Cotidiano escolar e a prática pedagógica no modelo cívico-militar
Samuel Gonçalves de Matos Vicente e Lívia Ferreira Silva
- 964 A abordagem dos movimentos sociais de 1968 nos livros didáticos do PNLD 2021
Henry Magalhães Meliato
- 977 A mitologia bandeirante e as disputas no ensino de História: uma experiência constituída no âmbito do PIBID/CP-UFMG
Letícia Nunes Cruz e Ingrid Rosa Marques de Oliveira

- 992 Escritos sobre a Idade Média: As representações do Medieval em Livros Didáticos
Giovana Simão Guimarães
- 1006 Entre memórias e pertencimentos: ensino de História e educação patrimonial em Florestal (MG)
Leandro Gonçalves de Rezende e Alex Sandro Nogueira Silva
- 1022 Museus e Educação Inclusiva: Horizontes da Transmissibilidade Histórica
Wellington Pereira de Moura
- 1033 Vozes de Javé: reflexões sobre o filme Narradores de Javé e os usos da história oral no ensino
Leonardo Carvalho Ferreira
- 1044 Movimentos de resistência e ensino de História: uma ferramenta para o enfrentamento do negacionismo ascendente no Brasil na última década
Flávia Aparecida Branco da Silva e Gabriella Versiane Caria Dias
- 1058 Jogando nas aulas de história: o material didático “Domínios Senhoriais” no Ensino de História Medieval
Anna Luiza Silva Fernandes, Gabriela de Almeida e Nascimento e Gabriela Salles Franco da Silveira
- 1071 **Comunicações Livres**
- 1072 Discurso, mito e poder: a legitimação de Hatshepsut na Capela Vermelha
Alanna Vanessa Mendes Moreira
- 1087 *Finais de mundos e apagamentos simbólicos na formação de leitores idosos*
Lucas Henrique da Silva Trentin
- 1098 Subjetividade e irreverência: o filme-ensaio e a escrita da história
Marcelo Fidelis Kockel
- 1114 A Recepção do “Breviário da história romana” em Gradus secundus, de Paulo Rónai
Mateus Batista Resende e Matheus Trevizam
- 1128 A escravidão no folhetim “O Comendador”, de Francisco Pinheiro de Magalhães (Jornal do Commercio, 1856)
Mário Henrique da Silva Castro
- 1139 Dilma e Temer: motivações presentes na formação de coligações partidárias
Rafael Gomes Saad

- 1156 Sob a luz da memória: o Santuário da Saúde e da Paz no bairro Padre Eustáquio (1942-2025).
Laura Meniconi Rezende
- 1173 União de estudantes ganenses no Brasil: antirracismo e resistência mediados pela tecnologia
Tanielly Rosária Santos Silva
- 1184 Vozes e corpos negros em Sagarana, de Guimarães Rosa
Ana Carolina Santos Carvalho
- 1196 Os invisíveis do bicho: Trabalhadores subalternos e repressão no Jogo do Bicho em Belo Horizonte (1897-1927)
Lucas Gabriel Gonçalves Correa
- 1214 Inteligência artificial e capitalismo de vigilância: a captura da intimidade em perspectiva histórico-sociológica
Ana Livia de Almeida Oliveira Rocha
- 1226 Sharp Objects e o protagonismo feminino na narrativa audiovisual
Rayssa Schuelter Santos, Ana Luiza Silva Nascimento e Isaac Harillo Jerez

APRESENTAÇÃO

O aquecimento do planeta, o aumento de eventos climáticos extremos, o desenvolvimento tecnológico digno de ficções científicas, a sombra de uma extrema direita de contornos nazifascistas e as ameaças crescentes de uma crise econômica de nível global alimentam, em nossos dias, uma ansiedade constante, a sensação de que algo está para acontecer e que, dessa vez, não haverá retorno. Predomina a impressão de que estamos diante de um contexto sem precedentes e que o “fim” está cada dia mais próximo. Mas o que a História tem a nos dizer sobre isso?

Sabemos que a História, enquanto campo de conhecimento, não somente narra o passado, mas projeta sobre ele as angústias e as percepções de seu presente. Nesse sentido, o XIII EPHIS pretende “Narrar o Tempo do Fim”. O objetivo é resgatar e construir histórias e historiografias de rupturas, analisar escatologias e conhecer outros fins do mundo. O evento deste ano propõe um debate historiográfico sobre como a ideia de “fim” tem sido historicamente registrada, percebida e resignificada ao longo do tempo. Pretende-se problematizar como diferentes sociedades, em momentos de ruptura, mobilizam e mobilizaram narrativas escatológicas para expressar, mais do que o temor do desaparecimento do mundo em si, o pavor da transformação do mundo tal como o conheciam.

Assim, argumentamos como a ansiedade do fim em um futuro próximo, ou nem tanto, não é exclusiva do presente. E pretendemos refletir coletivamente sobre como, em sua especificidade, diversos indivíduos, grupos e sociedades, ao longo da história, experienciaram momentos de transição e ruptura que foram interpretados como o fim de um tempo ou como fim do tempo em si.

Chinua Achebe retratou o impacto da colonização europeia sobre os Igbo na Nigéria: a dissolução de um universo social e cultural como um mundo que se despedaça. De forma semelhante, os povos Yanomami experienciam o contato com os brancos e com a mineração e o garimpo de ouro não apenas como um fenômeno econômico, mas como um colapso de seu cosmo, uma "queda iminente do céu", conforme descrito por Davi Kopenawa e Bruce Albert. Antes de se configurarem como exceções, esses exemplos se colocam ao lado de outros momentos históricos que também foram vivenciados como "fins de mundo". A perspectiva dos povos indígenas sobre chegada dos europeus na América e o início dos conflitos pelo território; os judeus diante do Holocausto; o Império Romano diante da sua dissolução; os pregadores medievais diante da Modernidade – tudo isso são indícios de como fenômenos extremos ou mesmo a ruptura de tempos históricos foram percebidos em muitos momentos como o "fim" de tudo o que conhecemos. Assim, em nossa proposta, a escatologia deve ser compreendida enquanto um recurso narrativo que não apenas descreve o "fim dos tempos", mas também o "fim" de uma ordem estabelecida.

Gostaríamos que essa temática também suscitasse reflexões sobre nosso campo disciplinar e seu papel em momentos como esse. Inclusive para rejeitar ou, ao menos, problematizar "o fim da História". Francis Fukuyama, ao propor o fim da história como o triunfo da democracia liberal, ignorava os desdobramentos políticos que revelaram novas crises globais. Em contrapartida, Walter Benjamin, em suas "Teses sobre o Conceito de História", rejeitava a ideia de um progresso linear, enfatizando como rupturas históricas e desastres fazem parte da trajetória humana. Ao "Narrar o Tempo do Fim", nos propomos a ampliar as possibilidades históricas do nosso tempo, enfatizando a efemeridade do nosso presente, sujeito a acabar, aparentemente, de forma tão abrupta quanto começou. Dessa forma, a escatologia contemporânea – expressa nas crises climáticas, na virtualização das relações sociais e na ascensão de autoritarismo tipicamente capitalista – deve ser compreendida não como um "fim" absoluto, mas como um reflexo das angústias e das transformações do presente.

Por fim, com o tempo do “fim do tempo”, nos propomos a pensar mais detidamente sobre o tempo em si. Os agentes históricos constroem, além de seu tempo, o próprio tempo e de forma dialética são construídos eles mesmos pelo tempo que construíram. Um tempo com um fim definitivo pressupõe a linearidade implicada na visão ocidental do tempo como um fluxo progressivo; essa forma de conceber o tempo é, entretanto, apenas uma entre as várias possibilidades de lidar com a temporalidade. Frank Kermode analisa as “ficções do Fim”, ou seja, as “maneiras pelas quais, sob pressões existenciais diversas, imaginamos os fins do mundo” (sobretudo as apocalípticas antigas e modernas). Mircea Eliade discute como diversas sociedades não veem o tempo como um caminho irreversível, mas como um ciclo de renovação. Da mesma forma, Jacques Le Goff explora as percepções medievais do tempo, em que a história era compreendida sob uma dimensão teológica, e não puramente linear. Sociedades ameríndias, africanas e asiáticas apresentam concepções cíclicas ou não lineares do tempo. “Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que lançou hoje”, diz um ditado yoruba. Ao questionar o tempo do fim, ou o tempo com fim, nossa proposta é perceber as potencialidades epistemológicas que novas percepções de tempo possibilitam para a Teoria da História.

Em suma, o XIII EPHIS, **“Narrar o Tempo do Fim: História e historiografias de rupturas, escatologias e fins do mundo”**, busca refletir sobre as diversas maneiras pelas quais os historiadores e agentes históricos percebem e narram (ou perceberam e narraram) os momentos de ruptura. Compreender a escatologia como um recurso narrativo permite analisar como diferentes povos e épocas enfrentaram as transformações de seu tempo. Além disso, problematizar a linearidade do tempo ocidental abre espaço para perspectivas históricas alternativas, ampliando o horizonte de interpretação das crises e das mutações contemporâneas. Dessa forma, ao discutir os “fins do mundo” enquanto construções históricas, não apenas desmistificamos a ideia de um fim absoluto, mas também reafirmamos a História como um campo dinâmico, em constante revisão e ressignificação.

Ambicioso, nós sabemos. Mas quando é que o EPHIS não o foi?



A obra **“A Conversa das Entidades Intergalácticas para Decidir o Futuro Universal da Humanidade”**, de Jaider Esbell, foi produzida em 2021, ano em que o artista faleceu. Reconhecido como um dos principais nomes da arte indígena contemporânea no Brasil, Esbell desenvolveu uma produção que articula cosmologia, espiritualidade e crítica ao mundo ocidental.

Na obra, diferentes entidades se reúnem para refletir sobre os rumos da humanidade, propondo uma visão que rompe com a lógica linear do progresso e abre espaço para outras formas de pensar o tempo, a natureza e a existência.

Esse gesto dialoga diretamente com o tema do XIII EPHIS, “Narrar o Tempo do Fim”, ao sugerir que os “fins do mundo” são, além de encerramentos, momentos de reimaginação de futuros possíveis.

A escolha da obra como referência visual do evento também é uma homenagem a Jaider Esbell, reafirmando a importância de perspectivas indígenas na construção de novas narrativas sobre o presente e o futuro.

“RESPONDA, CADÁVER!”, OU EPHIS NO TEMPO DO FIM

Wemerson F. Gomes

Mais um ano, mais um EPHIS, e, sem dúvida alguma, uma edição especialmente marcante. Tivemos a alegria e o privilégio de aprender com a professora Jeanne Marie Gagnebin. Curiosamente, “Tempos Sombrios” – título da fala da professora – foi o tema do VIII EPHIS, “História em tempos sombrios”, realizado em 2019. A percepção de que vivemos “tempos sombrios” tem, desde então, ecoado ao longo dos anos e se materializa no tema do evento deste ano: “Narrar o tempo do fim”. De certa forma, os tempos têm sido sombrios precisamente porque temos sido confrontados com a necessidade de encarar e de narrar o fim.

O que talvez ainda não soubéssemos é que, durante todo esse tempo, nas entrelinhas do fim, falávamos também, e sobretudo, de nós mesmos. Sintomaticamente, o lema das últimas comissões organizadoras tem sido: “não podemos deixar o EPHIS morrer”. Se os tempos têm sido sombrios porque tempos de encarar o fim – “tempos de absoluta depuração”, como diria Carlos Drummond de Andrade –, é tempo, também, de dar forma concreta a essa inquietude que ano após ano apenas se insinua. É preciso saber encarar o fim; é preciso saber dizer sem medo: “talvez seja tarde demais”, “talvez o EPHIS já tenha morrido diante dos nossos olhos”.

É curioso, mas a morte do EPHIS talvez tenha que ver, justamente, com a nossa maior virtude. Um professor disse outro dia, certo que sem nenhum ressentimento, que o EPHIS é um evento megalomaniaco. E é verdade. Enquanto várias instituições têm uma semana de história local, o EPHIS – um evento organizado por e para estudantes –, ousou, ao se inventar, ser regional, e foi; ousou ser

nacional, e foi; ousou ser internacional, e foi também. Como tudo isso foi possível? Como tudo isso é possível? Não sei; só sei que tem sido assim. Mas, de fato, o tempo agora é outro – “tempo de absoluta depuração” –, e a ousadia que nos trouxe até aqui é, contraditoriamente, o que nos tem levado à morte. No entanto, se toda essa retórica fúnebre e mortuária tem alguma coisa de verdade, eu insistiria que a questão central talvez não seja morrer, porque temos morrido; a questão central talvez seja o que exatamente significa morrer.

Marcos Siscar, poeta e crítico literário, professor da Unicamp, tem um ensaio notável em que discute a posição paradoxal da poesia moderna. Para ele, o diagnóstico de que a poesia não ocupa mais um lugar importante do ponto de vista das trocas simbólicas – ou seja, a morte ou a crise da poesia – vem acompanhado pela demanda de que a poesia ocupe esse lugar: é um gesto ambíguo, em que aquilo que se diz morto é instado a responder como se fosse vivo. Posição que, em diálogo com a poesia de Baudelaire, ganha forma na expressão, igualmente notável, “Responda, cadáver!”. “Responda, cadáver!” é uma expressão interessante para pensar a posição paradoxal ocupada também pelo EPHIS. O EPHIS é um cadáver ao qual, continuamente, instamos que responda às questões do nosso tempo. O extraordinário é que o EPHIS responde. Ano após ano, o EPHIS ressuscita das ruínas do evento anterior e diz, em um movimento verdadeiramente clariceano, “Agora, eu estou morto, vamos ver se ressuscito”. A virtude do EPHIS tem sido ressuscitar, ou seja, habitar a sua própria informidade.

Nesse sentido, eu insistiria que o afeto central experimentado por todas as comissões do EPHIS tem sido o desamparo. Estar desamparado é não ter em que se amparar, mas estar desamparado é também não estar constrangido por nada e, portanto, é estar absolutamente disponível a inventar o impossível – gesto megalomaniaco, é verdade, mas virtude de quem não tem medo de dar nome ao que ainda não existe. O mais profundo

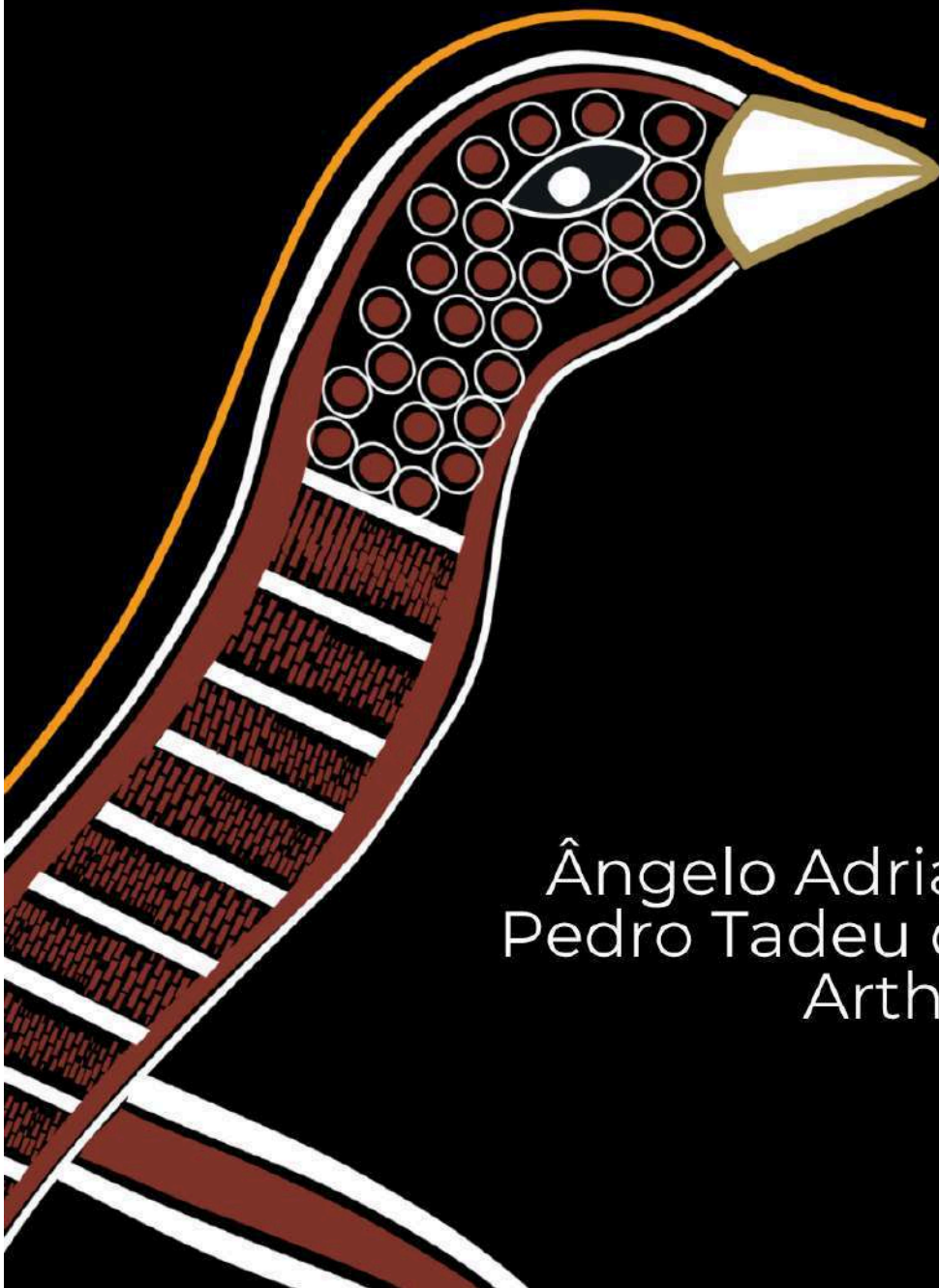
desamparo convoca, então, uma forma radical de esperança. O EPHIS é, sobretudo, uma forma da esperança. Não uma esperança otimista que acredita que o futuro se realizará conforme a vontade, mas uma esperança que é força suficiente capaz de afetar a partir das ruínas. “Responda, cadáver!”. E o cadáver responde. Assim, se esta Comissão aprendeu alguma coisa com o evento deste ano; se temos alguma coisa a dizer às próximas comissões, talvez seja que não precisamos mais temer a morte do EPHIS, mas, sim, cultivar a esperança que é sempre e apesar de tudo poder continuar.

Nos vemos no próximo EPHIS.

Muito obrigado.

ST01

INQUISIÇÃO, PODER EPISCOPAL E CULTURA RELIGIOSA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS NA MODERNIDADE



Coordenadores:
Ângelo Adriano Faria de Assis
Pedro Tadeu de Castro Ribeiro
Arthur Brum dos Reis

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Entre a presença e o silêncio: Criptojudaísmo feminino e Inquisição nas Minas Gerais setecentista

Arthur Brum dos Reis

Doutorando em História¹

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

arthurbrumreis@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), insere-se no campo dos estudos inquisitoriais, com foco nos debates sobre os cristãos-novos na América Portuguesa. Tem como objetivo compreender as dinâmicas que caracterizavam parte das manifestações do criptojudaísmo feminino em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. A inquietação que orienta esta investigação decorre da constatação de que, ao analisarmos o quantitativo de indivíduos processados pelo Santo Ofício português no Novo Mundo, verificamos que Minas Gerais apresenta um número consideravelmente menor de mulheres presas. Tal fenômeno, longe de indicar ausência de cristãos-novos naquele contexto, aponta para a necessidade de interrogar os silêncios, as opacidades da documentação e a não ação inquisitorial em determinados casos. Trata-se, de forma introdutória, de uma apresentação de tal pesquisa, ainda em desenvolvimento, descrevendo as principais inquietações que levaram até sua proposição.

Palavras-chave: Inquisição; Minas Gerais; Criptojudaísmo feminino.

Introdução

A presente pesquisa é desdobramento direto da comunicação apresentada no XIII Encontro de Pesquisa em História, ocorrido no primeiro semestre de 2026, na Universidade Federal de Minas Gerais, junto ao Simpósio Temático intitulado “Inquisição, poder episcopal e cultura religiosa no Império português na Modernidade”². Trata-se de uma apresentação, ainda que preliminar, de pesquisa que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais³, que tem como principal objetivo identificar, dentre os fatores culturais, legais, religiosos, institucionais e sociais, as prováveis motivações para o baixo número de denúncias de mulheres, acusadas de judaísmo, e suas

¹ Pesquisa desenvolvida com o apoio do CNPq

² Simpósio coordenado por esse autor em conjunto com o Prof. Dr. Angelo Adriano Faria de Assis e do doutorando Pedro Tadeu de Castro Ribeiro.

³ Sob orientação do Prof. Dr. Angelo Adriano Faria de Assis.

implicações, vislumbrando especificidades do tempo e do espaço na Capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Além disso, esta empreitada investigativa também pretende identificar, junto à documentação inquisitorial, as cristãs-novas citadas e delatadas em processos de terceiros, buscando compreender os eventuais motivos para a não persecução inquisitorial daquelas mulheres. Pretende ainda, por fim, inserir tais mulheres no contexto das redes de solidariedade estabelecidas pelas comunidades de cristãos-novos naquela comunidade mineradora, vislumbrando como a interação social se misturava, eventualmente, com as práticas hebraicas familiares.

A inquietação que leva a esta pesquisa não é recente. As principais características deste fenômeno foram observadas durante a escrita da monografia intitulada “Criptojudaísmo nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII: Práticas e ritos presentes nos processos de Izabel Gomes Palhana (1715), Ana do Vale e Helena do Vale (1734)”, defendida na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 2023 (Reis, 2024). Naquela oportunidade, possivelmente motivado pela falsa percepção de uma necessidade de apresentar conclusões e pela excessiva confiança na hipótese formulada, a ausência de cristãs-novas presas por criptojudaísmo em Minas Gerais foi atribuída ao menor número de mulheres na região mineradora durante a primeira metade do século XVIII.

Por outro lado, avançando nas pesquisas inquisitoriais e, tendo colocado o estudo das cristãs-novas de lado, novos aspectos da vivência daquele grupo de mulheres foram sendo desvelados de maneira espontânea. O principal ponto de virada se deu durante o trato com as fontes consultadas para a escrita da dissertação “Territorialidade, cristãos-novos e Inquisição: As dinâmicas espaciais nas Minas Setecentistas”, também defendida naquela universidade, no ano de 2026, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Reis, 2026). Figurando como principal objetivo daquela pesquisa o mapeamento das dinâmicas espaciais dos cristãos-novos em Minas Gerais, foram analisados todos os processos (localizados) de indivíduos presos na região mineradora. Embora o menor número de mulheres também tenha sido observado, outro aspecto latente surgiu. Apesar de não figurarem, em grande medida, como réis, diversas mulheres são citadas como tendo supostamente participado de reuniões realizadas em Minas Gerais, posicionando-as naquele território.

Desta forma, para uma melhor compreensão desses aspectos, bem como uma apresentação mais detida do que se pretende, é necessário retroagir a esses dois momentos,

elucidando como se deu a construção de tal inquietação que levou à proposição da pesquisa que agora se desenvolve.

Questionando a ausência

Como muito bem demonstrado por Angelo de Assis (2012), Alécio Fernandes (2022), Giulliano Sousa (2025) e tantos outros, os processos inquisitoriais têm se mostrado cada vez mais fontes indispensáveis a todos aqueles historiadores que buscam compreender ou, ao menos, vislumbrar os contornos da sociedade da América Portuguesa. Seja em seus aspectos sociais, culturais, religiosos ou econômicos, os autos oriundos dos tribunais da Inquisição de Portugal podem possibilitar um sem número de análises e propostas de novas pesquisas, como é o caso em tela.

Tendo iniciado sua atuação em terras lusas em 1536, a perseguição levada a cabo pelo Santo Ofício logo se tornou uma grande incentivadora da migração de grupos tidos por heréticos para o Novo Mundo. Dentre eles estavam os cristãos-novos; indivíduos batizados à força ou seus descendentes, uma vez que “no Brasil e na África, os cristãos-novos sempre gozavam de razoável liberdade porque nunca se instalaram tribunais inquisitoriais nestas partes” (Assis; Vainfas, 2025, p. 47).

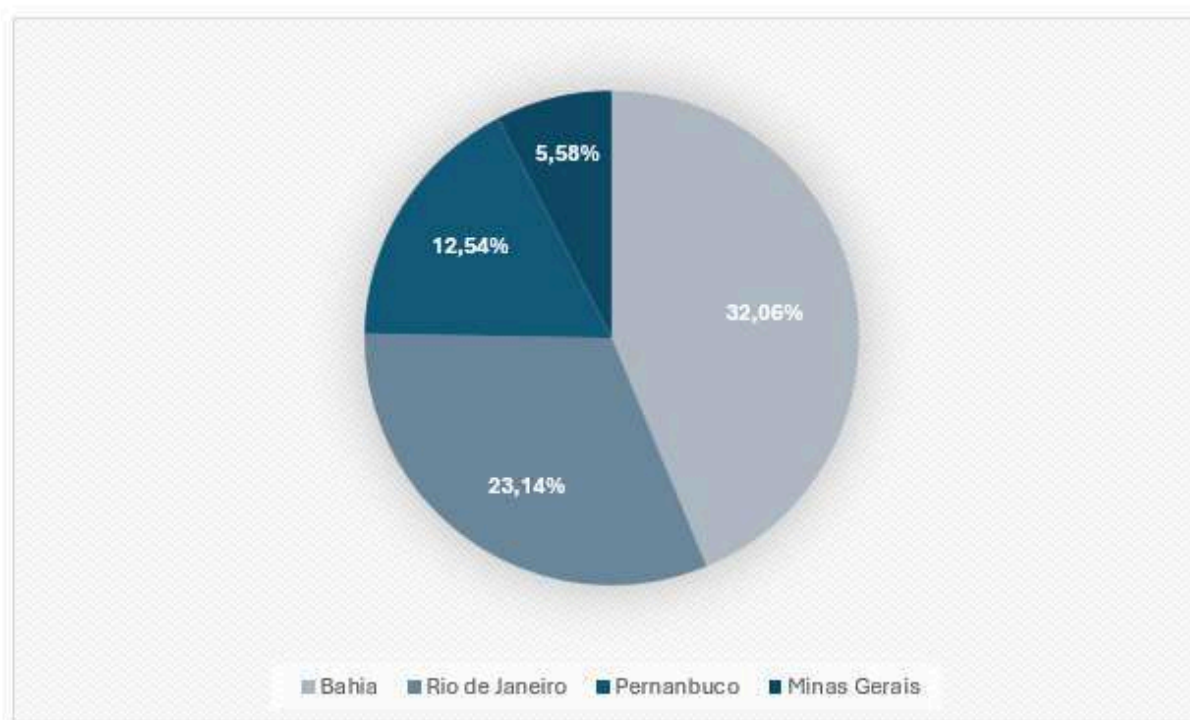
Não obstante, considerando esse fluxo, não tardou, desta forma, para que aquela instituição também passasse a atuar em terras austrais, seja por meio das visitas, das ações dos agentes inquisitoriais (comissários e familiares) ou da coleta das diversas denúncias cotidianas; muitas vezes motivadas pelo simples “ouvir dizer” ou, como reforça Caio Boschi (1987, p. 168-169), bem como pela “fama pública”.

Os efeitos desta atuação podem ser mensurados, quantitativamente, através da obra “Inquisição: Prisioneiros do Brasil: Séculos XVI a XIX” de Anita Novinsky (2009). Segundo observa a autora, pioneira nos estudos inquisitoriais no Brasil, embora seja impossível apresentar um número final definitivo, já foram identificados mil e setenta e seis indivíduos julgados pelo Santo Ofício em Portugal, presos no Brasil, dos quais duzentas e noventa e oito eram mulheres, totalizando 27,77 % dos casos. Um outro ponto de destaque trata-se da ocorrência dos casos no tempo, sendo a maioria deles (51,58 %, ou quinhentos e cinquenta e cinco) registrados na primeira metade do século XVIII.

Daniela Calainho, em seus estudos sobre a atuação dos agentes da inquisição da colônia, observou que a distribuição espacial inquisitorial “nas terras brasileiras seguiu fielmente os rastros do desenvolvimento econômico das Capitanias” (Calainho, 2006, p. 80). Não por acaso, se tomarmos as ordens de prisões emitidas para a América Portuguesa, encontramos sua maior concentração na década de 1730, justamente destinada ao encarceramento de indivíduos que moravam ou transitavam por Minas Gerais (Novinsky, 2009), capitania que experienciou significativa pujança econômica no período.

Apesar dos números, se retornarmos aos estudos de Anita Novinsky (2009), observamos que somente 5,58 % dos presos pela Inquisição na América Portuguesa eram moradores de Minas Gerais, porcentagem que pode ser explicada pelo curto período de atuação na Capitania, que teve início somente no século XVIII. Segundo o estudo citado, se tomarmos os demais locais de moradia dos presos, encontramos, de forma decrescente, as regiões da Bahia (32,06 %), Rio de Janeiro (23,14 %), Pernambuco (12,54 %) e, como dito, Minas Gerais (5,58 %), conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Réus presos na América Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir de Novinsky (2009)

Além disso, ressalta-se o fato de que do total apurado, trezentos e vinte e dois dos indivíduos presos na América Portuguesa (41,39 %) foram acusados do crime de judaísmo, sendo todo o restante diluído dentre as demais acusações (proposições heréticas, bigamia, sodomia, blasfêmia, feitiçaria, solicitação, luteranismo, etc...).

À luz de todos esses números, há um aspecto que merece especial atenção. Se tomarmos o universo de mulheres presas, observamos que duzentas e vinte e duas delas foram encarceradas sob a culpa de judaísmo, totalizando 81,92 % dos casos. Ao nos depararmos com esta realidade, vamos ao encontro de Angelo Adriano de Assis, na sua afirmação de que

No lar, a mulher exerce papel primordial para a revitalização judaica ao preservar a identidade e os costumes dos antepassados, zelando pela preparação e obediência aos ritos religiosos cotidianos, repassando, principalmente através

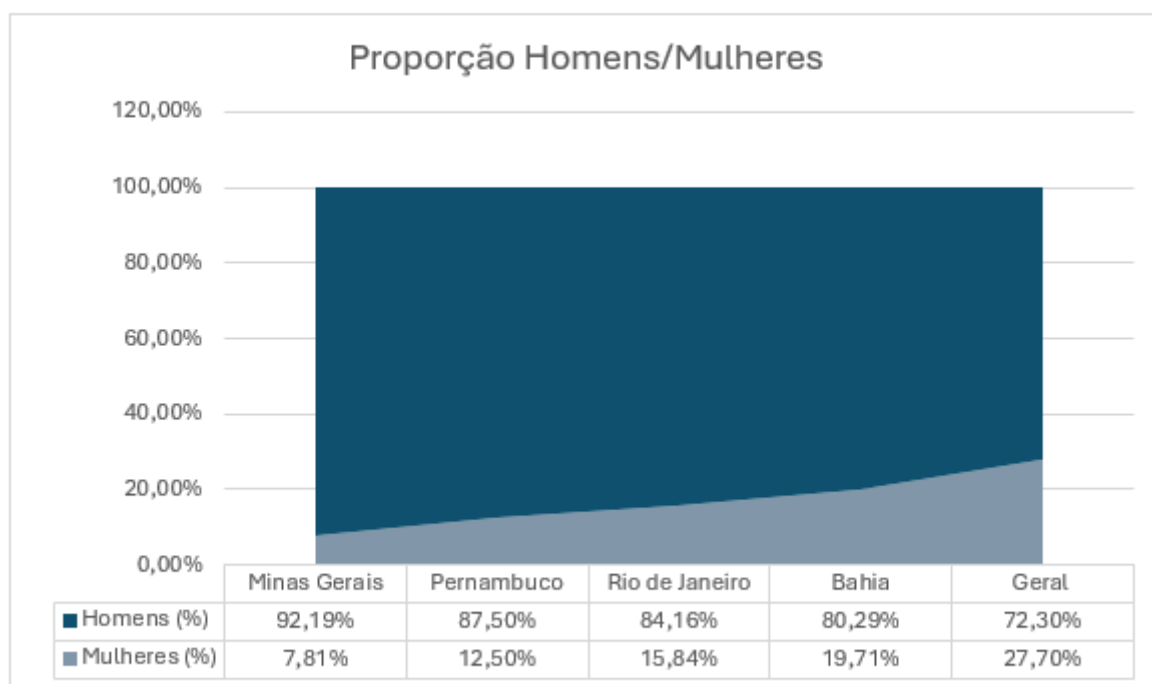
da tradição oral e das celebrações cotidianas (...) O monopólio católico reacenderia o papel primordial das mulheres para a ocorrência do judaísmo, sendo a importância feminina na sobrevivência judaica em ambientes de exclusão, fato ponderado por alguns dos principais estudiosos do assunto (Assis, 2012, p. 311).

De fato, ao analisar diversos processos inquisitoriais, podemos verificar que a grande maioria das mulheres foram acusadas de práticas realizadas no interior de suas residências, principalmente no que se tratava da comunicação da fé e ensinamento dos preceitos da Lei de Moisés para as gerações seguintes (papel geralmente desempenhado pela mãe ou pela avó). Não obstante, observando nosso recorte geográfico, algo muito curioso ocorria. Minas Gerais apresenta um número reduzido de mulheres presas, diferentemente das demais regiões da América Portuguesa analisadas por Novinsky (2009).

Das sessenta pessoas encarceradas na capitania das Minas Gerais, somente cinco eram mulheres, o que resulta em apenas 7,81 % do total⁴, fato dissonante que levou à pesquisa que hoje se desenvolve junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Se tomarmos os números totais apresentados por Novinsky, embora as mulheres não representem a maior parte dos presos no Novo Mundo luso (setecentos e setenta e oito homens e duzentas e noventa e oito mulheres), a proporção do encarceramento feminino em Minas Gerais se mostra de forma muito diversa das demais localidades, conforme se observa no gráfico 2.

⁴ Aqui foram considerados os casos de indivíduos presos em Minas Novas. Essa localidade foi apontada por Anita Novinsky como sendo parte da Bahia. Embora pertencesse àquele bispado, seu território pertencia à jurisdição da Comarca do Serro Frio no momento das prisões. Decisão semelhante foi tomada por Maria Leônia Chaves de Resende e Rafael José de Sousa no inventário “Em Nome do Santo Ofício: Cartografia da Inquisição em Minas Gerais” (Resende; Sousa, 2025).

Gráfico 2 - Porcentagem de mulheres presas pelo Santo Ofício



Fonte: Gráfico elaborado pelo Autor a partir de Anita Novinsky (2009)

Como se vê, a porcentagem de homens presos é maior em Minas que na média geral, bem como a das mulheres presas, na mesma capitania, é quase quatro vezes menor que a média apresentada para toda a América Portuguesa. É justamente desta observação quantitativa que surgem os principais questionamentos que a atual pesquisa busca, no decorrer de seu desenvolvimento, responder. Quais são os fatores culturais, sociais e familiares que orbitam este menor número de prisões de mulheres em Minas Gerais? Seriam fatores intrínsecos ao cotidiano minerador, à posição e ao envolvimento das mulheres na sociedade? E mais; haveria um eventual desinteresse por parte do Santo Ofício de levar adiante as denúncias contra mulheres no caso específico das residentes na Capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII?

Como observado, uma simples resposta, já mobilizada em pesquisas anteriores (Reis, 2024), poderia pôr um ponto final nesta discussão. Em Minas havia um número menor de mulheres, conforme já observado por parte da historiografia. Júnia Ferreira Furtado, por exemplo, demonstra com maestria que uma das dificuldades enfrentadas pela Coroa ao buscar

povoar a região, constituindo casamentos sob o rito católico, “era a escassez de mulheres na Capitania, principalmente entre os livres” (Furtado, 2007, p. 486).

Embora esse fator não possa ser ignorado, uma vez que pode ter contribuído em certa medida para o menor número de encarceramento, faz-se necessário voltar à documentação inquisitorial que, como observado, pode franquear indícios do cotidiano daquela comunidade de presos e perseguidos em Minas Gerais, possibilitando assim observar alguns de seus contornos, ainda que turvos e, muitas vezes, indefinidos.

Fragmentos da presença

Embora não possamos desconsiderar os ganhos oriundos dos grandes bancos de dados e inventários, também é fato que não podemos tomá-los como realidades postas e herméticas daquele contexto sócio-histórico pretendido. Ao trabalhar com as informações constantes nesses meios, devemos sempre nos atentar para o fato de que, como muito bem destaca Jacques Revel (2010, p. 438) em seu jogo de escala, algumas abordagens historiográficas, embora essenciais para auxiliar na compreensão de certos aspectos da sociedade, deixam escapar traços da vivência, afastando “as diferentes dimensões [da] experiência social”. Trata-se de buscar, desta forma, através dos fragmentos existentes nos casos levantados, outros ângulos de observação daquela sociedade, modificando assim “sua forma e sua trama”.

Desta forma, ao verticalizar as análises da documentação produzida pelo Santo Ofício, observamos algo curioso. Além de alguns dos acusados de judaísmo residentes em Minas Gerais serem casados⁵, em diversos processos encontramos informações sobre outras mulheres que participavam das reuniões. Nestas condições podemos citar, a título de exemplo, Manuela Nunes, moradora de Curralinho, citada por Diogo Nunes⁶; Francisca de Araújo, esposa de Miguel Nunes de Carvalho, ambos moradores de Ouro Preto, delatada por Domingos Nunes⁷; e Maria Nunes, moradora no Campo das Minas Gerais, levada ao conhecimento da Inquisição por João de Matos

⁵ Dos processos localizados (quarenta e oito), verificou-se que onze eram casados e, embora suas esposas tenham chegado ao conhecimento do Santo Ofício, nenhuma delas foi presa ou, sequer, denunciadas. Importante observar que não necessariamente essas mulheres moravam em Minas Gerais, informações que pretendemos buscar nos próximos passos dessa pesquisa.

⁶ ANTT. IL. Proc. 7488.

⁷ ANTT. IL. Proc. 1779.

Henriques⁸. Nenhuma delas, embora tenha chegado ao Santo Ofício o relato de suas práticas, foi presa por aquele tribunal.

Há ainda um segundo grupo de mulheres. Trata-se daquelas citadas como sendo donas das casas onde ocorriam as reuniões de cripto judeus e, conseqüentemente, se realizavam as supostas práticas heréticas perseguidas pelo Santo Ofício. Neste caso podemos citar Maria Henriques, moradora em Campo da Cachoeira, presente nas confissões de Francisco Ferreira Isidoro frente ao Tribunal de Lisboa⁹, também não processada.

Outro grupo documental que merece atenção é o das denúncias enviadas ao Santo Ofício, disponíveis através dos Cadernos do Promotor. Como podemos perceber através do levantamento realizado por Maria Leônia Chaves de Resende (2025), a grande maioria das denúncias registradas na América Portuguesa não resultou em processo. Por outro lado, esse *corpus* documental, quando observado com a devida atenção, pode apresentar indícios sobre aquelas mulheres cristãs-novas moradoras na região mineradora. Tomemos como exemplo a denúncia realizada por Ignácio Ordonho contra, dentre outros, o Padre Manuel Dantas. Segundo consta, Manuel Dantas, apesar de sua ocupação de clérigo, tinha “fama de Judeu”, dizendo que “muitos no dia do Juízo se haviam arrepender por não seguirem a Lei de Moisés”¹⁰. Embora a denúncia contra o padre seja de fato muito interessante, o que mais nos importa consta como uma anotação de canto de página. Trata-se de uma observação sobre a irmã do padre, também integrante da “infamada casta de judeu”, e por isso “jujuava as segundas, terças e quintas-feiras [...] nada comendo nestes dias até a noite”. A mesma nota aponta que seu marido, embora fosse pobre, havia se deslocado por um longo trajeto para se casar com ela e que isso havia sido motivado por “ter a mesma casta”¹¹.

A potencialidade das denúncias, portanto, resta clara. Se tomarmos o estudo de Maria Leônia Chaves de Resende e Rafael José de Sousa (2015), denominado “Em nome do Santo Ofício: Cartografia da Inquisição nas Minas Gerais”, encontramos diversos casos de heresias relatados em Minas Gerais nos Cadernos do Promotor e denúncias registradas na Documentação Dispersa e não levados à frente por parte do tribunal. Dentre os casos levantados por Resende e

⁸ ANTT. IL. Proc. 3752.

⁹ ANTT. IL. Proc. 11965.

¹⁰ ANTT. IL. Liv. 324, fl. 452.

¹¹ ANTT. IL. Liv. 324, fl. 452.

Sousa (2015), há ao menos outras cento e trinta e três mulheres denunciadas pelos mais diversos crimes (feitiçaria, bigamia, posse de livros proibidos, judaísmo e blasfêmia) não processadas.

Considerações finais

Como observado, o presente texto tem o objetivo de demonstrar, ainda que de forma introdutória, os principais questionamentos que orientam uma pesquisa mais ampla, ainda em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Pretende-se esclarecer como, através das diversas formas de observação e entrecruzamentos das fontes inquisitoriais, podemos vislumbrar novas possibilidades e questionamentos em relação àquela sociedade que, ao trabalharmos somente com os números de casos, podem passar despercebidos. Ausentes, em grande medida, nos registros oficiais de prisões realizadas pelo Santo Ofício em Minas Gerais, a análise detida dos autos pode desvelar alguns traços de como a presença de mulheres se dava no contexto íntimo e privado das comunidades de cristãos-novos naquela sociedade mineradora. Além disso, conversando com outras documentações oriundas daquele tribunal, como é o caso das denúncias registradas nos Cadernos do Promotor, novos contornos surgem, aprofundando e complexificando ainda mais o debate pretendido nesta pesquisa.

Mais do que oferecer respostas definitivas, a presente pesquisa propõe, neste momento, a possibilidade de deslocar o olhar para sujeitos e experiências que, embora pouco visíveis nos levantamentos quantitativos apresentados, podem ser identificados nos fragmentos deixados pela documentação inquisitorial. Nesse sentido, a busca por mais informações relativas às mulheres citadas, denunciadas ou associadas às práticas atribuídas aos cristãos-novos em Minas Gerais pode contribuir para a compreensão das múltiplas formas de vivência do criptojudaísmo na sociedade mineradora, bem como dos próprios limites e particularidades da ação inquisitorial naquela localidade da América Portuguesa.

Referências bibliográficas

- ASSIS, Angelo Adriano Faria de. **Macabeias da Colônia: Criptojudaísmo feminino na Bahia**. São Paulo: Alameda, 2012.
- ASSIS, Angelo Adriano Faria de; VAINFAS, Ronaldo. **A Segunda Visitação da Inquisição à Bahia (1618-1620)**. São Paulo: Cosac, 2025.

BOSCHI, Caio César. As visitas diocesanas e a Inquisição na Colônia. **Revista Brasileira de História**, Vol. 07, nº 14, pp. 151-184. Março-agosto 1987.

CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da Fé**: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial. Bauru, SP: Edusc, 2006.

FERNANDES, Alécio. **Defesa dos Réus**: Processos judiciais e práticas de justiça da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591-1595). Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

FURTADO, J. Ferreira. **As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes**. In. RESENDE, Maria; VILLALTA, Luiz. História das Minas Gerais: As Minas setecentistas 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

SOUSA, Giulliano Glória de. **“Tidas e havidas por feiticeira”**: Mulheres pretas e mestiças acusadas de feitiçaria nas Minas Gerais Colonial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2025.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição**: prisioneiros do Brasil – século XVI ao XIX. – São Paulo: Perspectiva, 2009.

REIS, Arthur. Criptojudaísmo nas minas gerais na primeira metade do século XVIII: Práticas e ritos presentes nos processos de Izabel Gomes Palhana (1715), Ana do Vale e Helena do Vale (1734). Trabalho de conclusão de curso (graduação) – História, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

REIS, Arthur. Territorialidade, cristãos-novos e Inquisição: As dinâmicas espaciais nas Minas Setecentistas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2026.

RESENDE, Maria Leônia; SOUSA, Rafael. **Em nome do Santo Ofício**: Cartografia da Inquisição nas Minas Gerais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

RESENDE, Maria Leônia. Em nome do Santo Ofício: Inventário das denúncias inquisitoriais nos Cadernos do Promotor (Brasil, séculos XVIII-XIX). Rio de Janeiro: Autografia, 2025.

Como lobo em pele de cordeiro: um cura de almas nas malhas da Inquisição

Matheus Antônio da Silva Sousa

Mestrando em História

Agência financiadora: CAPES

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

matheusantoniiodasilvasousa@outlook.com

Resumo: O trabalho objetiva apresentar, em linhas gerais, o caso de um “cura de almas” processado pela Inquisição portuguesa entre 1757 e 1759. Sacerdote do hábito de São Pedro, confessor e exorcista atuante no Bispado da Guarda, ao norte de Portugal, Manuel Antunes acabou enredado nas malhas do Santo Ofício por culpas de solicitação no confessionário, abuso dos exorcismos e molinosismo. O padre costumava alegar que os “tratos impudicos” que mantinha com suas penitentes, longe de serem pecaminosos, eram lícitos, puros e livres de qualquer reprimenda, uma vez que correspondiam ao amor que nutria não pelo corpo, mas pela alma daquelas mulheres. Preso, interrogado e admoestado, saiu em auto público da fé sob a pecha de sequaz das doutrinas de Miguel de Molinos (1628-1696), místico aragonês condenado pela Inquisição romana em 1687. Advoga-se que o estudo microanalítico de seu processo é capaz de aprofundar os debates sobre o fenômeno do molinosismo em Portugal, particularmente no contexto josefino, trazendo à tona uma gama de questões relevantes para o período.

Palavras-chave: Inquisição; molinosismo; confissão; exorcismo; Bispado da Guarda.

Introdução

Uma “bolsa velha com setecentos e trinta e mais cinquenta mil réis”. Foi o que Antônio Gomes Esteves, alcaide dos cárceres secretos da Inquisição de Lisboa, encontrou sob posse do Pe. Manuel Antunes no momento em que o sacerdote, já vergado pelo poder do Santo Ofício, era conduzido aos calabouços do Tribunal, em 22 de junho de 1757 (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 6). Submetido aos ritos que acompanhavam a admissão do réu perante os inquisidores, Antunes deixava para trás o relativo anonimato que até então marcara sua trajetória como pároco de uma região interiorana para ingressar na esfera do escrutínio atento, do olhar devassante e da suspeição contínua que os juízes da fé lançavam sobre as consciências. Os efeitos seriam devastadores. Após padecer as agruras da reclusão inquisitorial por pouco mais de dois anos, o padre ouviria sua sentença num auto público da fé celebrado em 23 de dezembro de 1759. Ali,

diante de “muitas pessoas eclesiásticas” e também “do povo”, acabaria condenado a abjurar de veemente, ficando para sempre suspenso das faculdades de confessar, celebrar missas e realizar exorcismos, além de ter que cumprir, pelo tempo de oito anos, um degredo para Angola (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 207).

Mas quem era, afinal, Manuel Antunes? Em que erro incorrera para tornar-se alvo do Santo Ofício e receber tão severa pena? De que maneira sua conduta foi interpretada, decodificada e traduzida no âmbito do discurso jurídico inquisitorial?

São essas as questões que o presente trabalho intenciona responder, tendo como base o processo por molinosismo que a Inquisição de Lisboa instaurou contra o clérigo em 1757¹². Processo em torno do qual prevalece um contraste digno de nota. De um lado, a riqueza da documentação, capaz de suscitar múltiplas possibilidades analíticas, desde as formas concretas de vivência da espiritualidade tridentina até o persistente e inquietante problema da luxúria heresiarca do clero. De outro, uma lacuna historiográfica evidente: o caso permanece desconhecido não apenas dos estudos sobre o molinosismo em Portugal, mas também das investigações dedicadas aos mecanismos de vigilância e disciplinarização do corpo eclesiástico, bem como à atuação do Santo Ofício contra confessores e exorcistas denunciados e processados por abusos de toda ordem¹³. Ao contrário de outras figuras, no campo dos estudos inquisitoriais, Manuel Antunes é um personagem desconhecido¹⁴. A reconstituição de sua trajetória constitui, portanto, um caminho privilegiado para repensar algumas das tensões que atravessavam o universo religioso português setecentista, particularmente no que dizia respeito às relações entre confissão, sexualidade, direção espiritual e vigilância inquisitorial.

¹² Cabe esclarecer que o texto ora apresentado é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei (PGHIS/UFESJ), realizada sob orientação do Prof. Dr. Luiz Francisco Albuquerque de Miranda (UFSJ) e financiada pela CAPES.

¹³ Dados os limites do texto, não seria possível apontar aqui todos os estudos que, nas últimas décadas, se dedicaram a esses temas. Merecem destaque, contudo, os trabalhos seminais de Lima (1990), Vainfas (1997), Ribeiro (2003), Marcocci (2004), Muniz (2011), Gomes (2010; 2019); Gouveia (2011; 2015) e Sartin (2019).

¹⁴ O caso de Manuel Antunes não é mencionado por Pedro Tavares (2002) em seu levantamento sobre o ritmo da atuação do Santo Ofício contra o molinosismo ao longo do século XVIII. Tampouco figura no estudo de Márcia Moisés Ribeiro (2003) a propósito dos exorcistas processados pela Inquisição portuguesa no mesmo período, ainda que a autora tenha buscado realizar um levantamento sistemático dos réus. Por estarem centradas na primeira metade do século XVIII, as reflexões de Paiva (2000a), Bellini (2006), Martins (2015), Santos (2022) e Vainfas (2023) também não fazem qualquer referência ao processo de Antunes. Já Philippe Delfino Sartin (2019, p. 276-278), em sua tese sobre a possessão demoníaca e a prática dos exorcismos em Portugal, apresentou um anexo com a listagem dos exorcistas processados pelo Santo Ofício no decorrer dos séculos XVII e XVIII, na qual constam o nome de Manuel Antunes e de seus cúmplices mais próximos. Trata-se, todavia, apenas de um indicativo, sem que, até o presente momento, se tenha produzido uma análise aprofundada em torno dessa documentação.

Inquisição e molinosismo: um caso inédito

Natural da pequena vila de Forno Telheiro, nas cercanias de Celorico da Beira, Bispado da Guarda, Manuel Antunes contava 35 anos quando, na manhã do dia 27 de junho de 1757, compareceu perante os inquisidores para o seu primeiro interrogatório. Era sacerdote do hábito de São Pedro, como tal ordenado por D. Bernardo Antônio de Melo Osório, bispo da Guarda entre 1742 e 1772. Já em princípios da década de 1750, atuava como pároco, confessor e exorcista, funções que inicialmente exerceu em pequenas freguesias da Diocese até assumir, no ano de 1753, a igreja de São Pedro da vila do Jarmelo, paróquia situada a cerca de 14 km da Sé e responsável por diversos povoados rurais dispersos pela região. Ali permaneceu até junho de 1756, altura em que passou a servir como capelão no lugar da Sequeira. Em 1757, porém, o que somente parecia ser a vida pacata de um clérigo comum logo despertou a atenção das autoridades inquisitoriais, e o Pe. Antunes, pelas mãos do familiar Francisco José da Silva, foi levado como prisioneiro até a capital do Reino.

A ordem de prisão, expedida em 25 de maio daquele ano, fundamentava-se nas denúncias e testemunhos que, desde março, a Inquisição vinha acumulando contra o padre. Das cartas, sumários e diligências que chegavam à Mesa de Lisboa sobressaíam atitudes, proposições e condutas bastante disruptivas em face dos ideais da Igreja Tridentina, especialmente por representarem uma ameaça a alguns de seus pilares decisivos: o sacramento da penitência, entendido como segunda tábua de salvação após o batismo; a prática dos exorcismos, concebida como meio eficaz de combate às influências diabólicas; a moralidade do corpo eclesiástico, chamado a distinguir-se do comum dos fiéis pelo exemplo e pelas boas obras. Durante o tempo em que foi pároco do Jarmelo, Manuel Antunes pôs em xeque todos esses princípios, “convertendo-se de pastor em lobo do seu rebanho” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 200).

Desse modo, após avaliar o teor das acusações e o relato das testemunhas inquiridas, o promotor requereu que logo se decretasse a prisão do dito sacerdote, a fim de que fosse processado “na forma do Regimento”. Afinal, constava “com toda legalidade” que ele havia praticado “assim no confessionário como fora dele, a perniciosa doutrina de Miguel de Molinos”, cujas proposições foram “condenadas pela Fé Apostólica tão quanto escandalosas, errôneas,

temerárias *christianae disciplinae, relaxativas et eversivas*¹⁵ (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 56). A acusação encontrava respaldo em dois fatos interligados: Antunes — no contexto do sacramento da penitência e dos ritos exorcísticos — não apenas mantinha “tratos desonestos” com as mulheres que confessava, exorcizava e orientava espiritualmente, como também procurava assegurar-lhes que aquilo “não era pecado”, nem ele de tais atos se arrependia, autorizando-as a comungar com frequência. O padre as abraçava, beijava, despia, tocava-lhes os seios e, muitas vezes, sob o alegado objetivo de livrá-las dos tormentos demoníacos que diziam padecer, passava com elas a noite. Mas essas atitudes, longe de serem pecaminosas, eram por ele apresentadas como lícitas, puras e livres de qualquer reprimenda, uma vez que correspondiam ao amor que nutria não pelo corpo, mas pela alma daquelas penitentes. Ao fim e ao cabo, tudo seria apenas executado “em Deus e por caridade, com o fim de as humilhar, experimentar e fundar na obediência” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 110-113).

Contra o réu acumulavam-se, assim, distintas ordens de culpa. De um lado, ele havia incorrido na *solicitatio ad turpia*, delito que, como esclarece Jaime Gouveia (2015, p. 31), designava todas as circunstâncias em que um confessor, valendo-se de sua autoridade e do seu ministério, aproveitava o momento recatado da administração do sacramento da penitência para manifestar a intenção de satisfazer seus desejos carnavais, seduzindo, provocando, aliciando ou mesmo forçando a vontade das penitentes na consumação de atos de natureza sexual. Isso poderia ocorrer tanto no momento exato da confissão quanto no contexto que a envolvia, incluindo atitudes levadas a cabo imediatamente antes ou depois da administração do sacramento¹⁶. O aspecto de maior gravidade em meio às atitudes de Antunes, contudo, residia nas consequências que derivavam desse desvio: o padre não somente solicitava, como procurava revestir sua conduta de justificativas pias e desculpabilizantes, submetendo as penitentes a um tipo de vínculo que, ultrapassando em muito a corriqueira atividade de orientação espiritual, assumia contornos marcadamente eróticos e lascivos. Operava-se, dessa maneira, uma inversão profunda: gestos que ordinariamente seriam reputados como desonestos passavam a ser apresentados como exercícios de caridade e atos legítimos de um confessor na condução espiritual de suas confessadas. Nesse mesmo registro, os exorcismos aplicados àquelas mulheres convertiam-se, não raro, em pretexto

¹⁵ Em tradução livre, “relaxantes e subversivas da disciplina cristã”. Tal expressão era utilizada com frequência em bulas e decretos papais para classificar doutrinas e comportamentos heréticos tidos como perigosos e contrários à ordem católica. Não por acaso, foram justamente esses os termos empregados por Inocêncio XI na bula *Coelestis Pastor*, que, em 1687, condenou os erros de Miguel de Molinos (TEUBER, 2011, p. 131).

¹⁶ No que diz respeito ao delito de solicitação, além dos trabalhos de Gouveia (2010; 2015), destacam-se as reflexões de Lima (1991), Mora (1994), Alexandre (1995), Romeo (1998), Braga (2007) e Silva (2016).

para a manifestação dos comportamentos libidinosos do sacerdote, sempre apresentados sob uma feição místico-santificadora, aparentemente mais sublime e menos duvidosa.

Para além das acusações de solicitação e abuso dos exorcismos, o processo de Manuel Antunes integra, nessa lógica, o conjunto das investidas da Inquisição portuguesa contra um novo tipo de delito: o molinosismo — ou “molinismo”, tal como frequentemente aparece na documentação¹⁷. Assim passaram a ser designados, a partir de finais do século XVII, os erros de doutrina e de conduta conectáveis com o sentido de algumas das 68 proposições heréticas do teólogo aragonês Miguel de Molinos (1628-1696), rechaçadas em 1687 pela bula *Coelestis Pastor*, de Inocêncio XI (TAVARES, 2002). Personagem central para a compreensão das tensões e possibilidades da experiência religiosa tridentina, Molinos foi um místico defensor de uma forma de oração contemplativa que visava conduzir os fiéis a Deus mediante um abandono completo da alma do orante nas mãos divinas¹⁸. Em Roma, onde havia se estabelecido desde meados da década de 1660, dedicou-se à elaboração de vários textos de caráter místico e instrutivo, entre os quais o mais notável foi o *Guia espiritual que desembaraça al alma y la conduce por el interior del camino para alcanzar la perfecta contemplación y el rico tesoro de la paz* (1675). Apesar do enorme sucesso que a obra conheceu, tornando-se uma espécie de *best-seller*, não tardou para que a trajetória de Molinos entrasse em franca decadência. Preso pelo Santo Ofício romano em 18 de julho de 1685 na sequência de diversas polêmicas envolvendo seu “método contemplativo” e os supostos abusos que ele acarretava, o padre acabou condenado por uma série de ensinamentos práticos que, através de cartas e conselhos de direção espiritual — e não na obra impressa —, teria propagado entre um vasto e qualificado número de pessoas (TAVARES, 2018, p. 1-2).

O aspecto mais problemático de tais ensinamentos residia na negação do livre arbítrio e da responsabilidade pessoal com que, privadamente, Molinos desculpabilizava os atos dos

¹⁷ A partir do século XIX, o termo “molinismo” foi reservado pela Igreja como designativo do sistema teológico proposto pelo castelhano Luís de Molina (1535-1600), um dos nomes fundamentais da neoescolástica ibérica, autor ortodoxo que se dedicou a temas candentes no contexto do contato com os povos do Novo Mundo, como a questão da infidelidade e da conversão, e debateu os conceitos de “concurso divino” e “ciência média” para enfrentar o problema da conciliação entre o livre arbítrio do homem e a presciência e onipotência de Deus. Molina, apesar dos debates que suscitou em finais do século XVI, foi reconhecido pela ortodoxia católica, mas o aragonês Molinos, em finais do século seguinte, acabou sendo sentenciado pelo Santo Ofício romano como herege dogmático e lascivo. Assim, uma vez reservada a grafia “molinismo” para descrever as ideias legítimas do teólogo castelhano, as proposições heréticas do sacerdote aragonês passaram a ser referidas por meio de um termo ligeiramente distinto: molinosismo. No conjunto da documentação produzida pelas autoridades inquisitoriais, entretanto, “molinista” prevaleceu sempre como jargão correspondente a molinosista, isto é, um suposto adepto das doutrinas de Miguel de Molinos (TAVARES, 2002; VAINFAS, 2023).

¹⁸ Uma análise mais detalhada da trajetória e do pensamento de Molinos pode ser encontrada nos trabalhos de Dudon (1921), Entrambasaguas y Peña (1935), Noriega (1977), Castro (1996), Malena (2010), Cerdán (2018) e Fuster (2018).

chamados “contemplativos” ou “unitivos”, sustentando que, por meio da “contemplação adquirida”, o místico poderia chegar a um estado completo de passividade em que não se cometia mais pecados — nem mortais, nem veniais —, incluindo os de ordem sexual (TAVARES, 2002, p. 113-114; SLUHOVSKY, 2007, p. 118-122). Ao padre, com efeito, foi imputada a prática de um erotismo desenfreado, abrangendo vários tipos de tocamientos com mulheres, abusos de monjas, masturbação e até mesmo bestialismo (VAINFAS, 2023, p. 49-50; BELLINI, 2006, p. 193). Tudo teria sido por ele fundamentado na ideia de que atos eróticos não eram pecaminosos para aqueles que estavam no “caminho da perfeição” e, principalmente, na premissa de que Deus “permite e deseja que o demônio violento os corpos de certos homens puros, fazendo-os cometer atos carnavais, para humilhá-los e conduzi-los à verdadeira transformação” (BELLINI, 2006, p. 193). Nessa circunstância, as ações praticadas não constituiriam pecado, pois delas estaria ausente o consentimento.

A leitura que a Inquisição produziu acerca de Molinos calcava-se na ideia de que sua doutrina era dissimulada e hipócrita, uma vez que “mascarava o apetite sexual de clérigos e monjas para aliviar suas consciências pecadoras” (VAINFAS, 2023, p. 52). Dessa forma, após a derrocada do místico aragonês, uma nova chave de interpretação passou a ser utilizada pelas autoridades eclesiásticas para enquadrar os casos em que, ao lado dos desvios de ordem moral, prevalecia uma mescla sempre problemática entre experiência religiosa, aspirações de santidade e luxúria. Não por acaso, em Portugal, a desculpabilização dos pecados da carne, conectada a uma aura de pretensa perfeição mística, tornou-se o sentido básico do que, nos autos inquisitoriais, se compreendia como molinosismo.

Apenas na primeira metade do século XVIII, o Santo Ofício português instaurou cerca de 60 processos contra indivíduos acusados de perfilhar os erros de Molinos, ao mesmo tempo em que, no plano das produções letradas, se desenvolveu uma literatura de reação e esclarecimento profundamente refratária à figura do teólogo aragonês (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 282; TAVARES, 1994, p. 167-168). No que se refere ao perfil dos réus, Tavares (1995, p. 221) ressalta a preponderância dos confessores entre os implicados, demonstrando que a feição mais comum do “molinismo” foi a de padres que deixavam de lado o cumprimento do sexto mandamento e, no confessional, solicitavam suas dirigidas para “atos torpes e desonestos”. Combatida pelo Santo Ofício luso desde o século XVI, a solicitação, no século XVIII, ganhou novos contornos com a possibilidade de ser associada aos erros de Molinos. Nessa ótica, os confessores não seriam

considerados apenas como solicitantes se, em meio aos seus desmandos, se empenhassem em “teologizar” razões e justificativas para, diante de si e dos outros, apresentar como lícitas suas condutas.

Era precisamente esse o caso de Manuel Antunes. As acusações que recaíam sobre seus ombros não evidenciavam apenas os desmandos de um clérigo incontinente. Revelavam, antes, uma vivência reiterada e desculpabilizada dos próprios excessos, mediante a qual os comportamentos luxuriosos transformavam-se em exercícios legítimos de orientação espiritual e caridade cristã. Nessa zona ambígua de interseção entre luxúria, confissão, exorcismos e pretensões místicas, o espectro de Molinos pairava sobre o cura do Jarmelo. Mas que tipo de dinâmica social e religiosa se erigia por trás desse enquadramento específico?

Manuel Antunes nas malhas da Inquisição

Um exemplo particularmente elucidativo do *modus operandi* de Manuel Antunes pode ser encontrado nas denúncias que algumas das próprias penitentes registraram contra o padre entre março e abril de 1757, denúncias essas que vieram à tona menos pela iniciativa espontânea das mulheres do que pela pressão exercida por outros confessores¹⁹. Catarina, moça solteira, filha de Francisco João e Catarina Pereira, moradora na quinta da Granja, freguesia de São Pedro do Jarmelo, declarou que Antunes, no tempo em que era seu confessor, por várias vezes lhe quis dar “abraços e beijos, pedindo-lhe que lhos dessem bem apertados” e que “abrisse ela a boca e lhe deixasse meter a língua nela”. No confessional, ordenava-lhe que fosse até a sua casa, pois “ali não tinha lugar para mais”. E estando ambos a sós, insistia o sacerdote nas ações lascivas, dizendo-lhe: “vem cá, filha, deita-se aqui comigo na cama, que não havemos de ofender a Deus!”. Catarina teria tentado resistir em algumas ocasiões, afirmando a Antunes que a “pureza de Deus era muito fina” e que aquelas ações não poderiam ser do seu agrado. Mas o padre, de maneira irredutível, alegava: “isto, filha, não é ofensa a Deus”, mas apenas “amor que tinha à sua alma”. Todas aquelas coisas, afinal, “as tinham só com ela, porque sabia que ela não queria pecar, e que com outras tal não havia de fazer”, pois sabia que “era para ele grande perigo por ser pecado por razão do escândalo, o que sendo oculto não era pecado” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 13).

¹⁹ Ao todo, 7 mulheres, a partir de diferentes circunstâncias, denunciaram à Inquisição os desmandos do padre. Nas 3 delações que motivaram a abertura do processo — recebidas pelo Tribunal entre março e abril de 1757 —, o próprio mecanismo da confissão estimulou as denúncias, uma vez que as penitentes foram instigadas por outros confessores a dar conta do delito perante as autoridades inquisitoriais. Sobre as formas de interseção entre o Santo Ofício e o confessional, ver: LIMA (1991); GOUVEIA (2010; 2015); PROSPERI (2013).

Catarina, porém, longe estava de ser a única. Maria, solteira, filha de Manuel Marques e Maria Lourença, moradora no lugar dos Gagos, tinha apenas 15 anos quando Antunes chegou ao Jarmelo (ANTT. *Paróquia de São Pedro do Jarmelo, Registros de Baptismo*, liv. B2, fl. 60). Pouco tempo bastou para que também ela passasse a integrar o círculo de mulheres sujeitas às investidas do sacerdote. Tudo teria começado quando, certa vez, estando ambos numa casa, Antunes dissera a Maria que “um frade que lhe fazia os exorcismos não sabia de nada disso”, demonstrando, no mesmo ato, a intenção de beijá-la. Em seguida, a mandou que “se fosse logo a confessar com ele”, o que de fato ocorreu. Foi então que, no confessionário, o padre introduziu a jovem na ideia de que os atos lascivos por si cometidos não eram pecaminosos, de modo que deles não seria preciso dar conta. Estando Maria ainda assustada com o ocorrido, o sacerdote lhe interrogou pelo motivo do assombro, ao que ela respondeu dizendo que “lhe não faltavam guerras na consciência pelas ações que ele lhe tinha feito”. O padre, prontamente, tratou de tranquilizá-la, alegando que ele “não queria ofender a Deus” e, como esta também não era a intenção dela penitente, que “não fizesse caso disto e que fosse comungar”. Quanto às inquietações da consciência de Maria, seriam apenas “guerra do Demônio” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 10).

Após a confissão, Maria encaminhou-se à casa de Antunes, onde ele lhe “deu de jantar sentada nos seus joelhos”, metendo-lhe “com uma colher o comer na boca”, uma vez a ela, outra vez a si próprio. Depois do jantar, “lhe dera alguns abraços e lhe desabotoara a camisa”. Não se tratou de episódio isolado. Em outras ocasiões, estando Maria na casa do sacerdote — para onde seus próprios pais a mandavam a fim de se livrar das vexações demoníacas que padecia —, Antunes “por várias vezes lhe apertava as faces com as mãos”, dando-lhe beijos e dizendo-lhe que havia de dormir com ela por causa “das guerras que o Demônio lhe havia de fazer” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 10; 26-27).

Aspecto marcante na denúncia de Maria, as “vexações demoníacas” faziam parte do cotidiano dessa jovem e delas procurou o Pe. Antunes tirar proveito desde o instante em que a conheceu. Tema presente no imaginário português setecentista, a vexação era entendida como uma forma de ataque do Demônio contra os indivíduos, por meio da qual as pessoas se sentiam feridas na saúde ou nos bens, buscando nos exorcismos o remédio para tais tribulações²⁰. Não é

²⁰ Deve-se ter em mente, a esse propósito, que os exorcismos não se destinavam apenas aos episódios de possessão demoníaca propriamente ditos. A possessão era uma das diversas formas de vexação. Desse modo, ser exorcizado não significava, necessariamente, estar possuído, tendo em vista a doutrina corriqueira de que os exorcismos tinham grande poder e eficácia contra as doenças causadas pelo maligno, sem que tal implicasse, de imediato, casos de possessão (PAIVA, 2000b, p. 229; SARTIN, 2019, p. 47). Assim, além dos endemoninhados, também deveriam ser exorcizados os indivíduos suspeitos de moléstias originadas nas influências diabólicas, incluindo os chamados

possível saber com detalhes quais eram as aflições de Maria, mas o certo é que foram a moldura da relação que se estabeleceu entre ela e o cura do Jarmelo, que, ao deslegitimar o frade que até então lhe aplicava os exorcismos, assumiu o papel de diretor espiritual capaz de aliviá-la dos tormentos que sentia. O “alívio” oferecido por Antunes, contudo, atrelava-se não à aplicação ortodoxa dos preceitos da Igreja, mas à efetivação de comportamentos libidinosos por ele apresentados como soluções aos problemas de Maria.

Seria insuficiente, portanto, analisar o processo de Manuel Antunes apenas sob a perspectiva do binômio confessor/penitente. Além de confessor, o cura do Jarmelo era exorcista. Suas confessadas, além de penitentes, sentiam-se atormentadas pelo Diabo. O padre que solicitava era o mesmo ao qual as práticas e os discursos religiosos atribuíam um conjunto de representações relacionadas ao poder de domínio sobre Satã e suas destrezas²¹. Era aquele a quem se reconhecia a capacidade de aplicar os “remédios da igreja” diante das tribulações demoníacas, em face das quais as mulheres do Jarmelo se diziam perseguidas. Todo o conjunto dos atos luxuriosos de Antunes inscrevia-se, assim, numa engrenagem estruturada em torno de dois polos essenciais: de um lado, o confessionário, espaço onde os comportamentos “torpes e desonestos” eram sugeridos e justificados; de outro, os exorcismos, muitas vezes realizados na casa do sacerdote, contexto no qual os toques, abraços, beijos e carícias eram efetivamente levados a cabo e, uma vez mais, chancelados como lícitos. As mulheres também transitavam entre esses polos: eram penitentes diante de seu confessor, aconselhadas a não fazer caso das atitudes do padre; eram vexadas diante do exorcista, tido como o único capaz de aliviá-las dos tormentos que padeciam.

Nesse universo de relações espirituais profundamente assimétricas, dois outros elementos assumem uma importância decisiva: a aura de santidade que cercava Manuel Antunes e a rede de cumplicidade por ele mantida com outros confessores da Guarda implicados no mesmo tipo de

malefícios (RIBEIRO, 2003, p. 48-64). Como demonstrou Bethencourt (2004), todos esses elementos derivavam do “imaginário da magia”, entendido como um repertório partilhado de práticas, crenças e representações que informava a leitura dos infortúnios cotidianos.

²¹ Do século XIII ao XVIII, o Diabo e seus sequazes povoaram como nunca o imaginário dos homens do Ocidente, sendo identificados nas mais diversas esferas da vida (DELUMEAU, 2009, p. 354-385). Se é verdade que Portugal não participou do movimento de “caça às bruxas” com a mesma intensidade de outras monarquias europeias, nem da produção de uma literatura voltada para a temática, o fato é que, até boa parte do século XVIII, os letrados cultivaram grande afeição por tais assuntos, ao mesmo tempo em que, no plano da cultura popular, persistiu o medo do Demônio e de seus incontáveis poderes. Isso se evidencia nas milhares de denúncias, feitas perante as instâncias competentes, contra indivíduos acusados de realizar atos mágicos e supersticiosos considerados ilícitos (PAIVA, 2002, p. 11; RIBEIRO, 2003, p. 21). Na guerra contra o “príncipe do mundo”, os exorcismos figuravam como o principal e mais eficaz remédio. O exorcista, por seu turno, como o único capaz de aplicá-los.

desvio. Com efeito, a Maria, dos Gagos, Antunes mandava que fosse comungar por “dias continuados sem se confessar”, dizendo que em breve chegaria o tempo de “se lhe poderem atravessar com agulhas sem ela o sentir”, tanto nas orelhas e na cabeça quanto no “coração e outras partes do corpo”. A Catarina, da Granja, o sacerdote alegava conhecer uma mulher na Guarda que era “já tão santa que sabia quando havia de morrer” e que logo a Igreja passaria a rezar para ela (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 13-14). Pelas informações subsequentes do processo, fica claro que essa mulher, de nome Clara Teresa, era uma prima do próprio Manuel Antunes, natural do mesmo lugar de Forno Telheiro e residente na Cidade da Guarda, onde tinha por diretor espiritual o Pe. Miguel Domingues de Sequeira.

Conforme relatou o comissário Pedro Luís de Sousa em carta datada de 5 de maio de 1757, essa jovem beata havia se mudado para a sede do Bispado por conta das vexações que sofria, ou que pelo menos fingia sofrer. Durante algum tempo, ficou sob responsabilidade do sacristão da Sé, o Pe. João Domingues de Sequeira, irmão de Miguel Domingues, que, logo no princípio dessa relação de direção espiritual, passou a propagar alguns feitos extraordinários da moça, como um suposto voo que teria dado da Sé até a distância de uma légua, sugerindo que “a tal Clara era santa e que aquilo fora milagre”. Na mesma época, começaram a vir à Sé as demais filhas espirituais de João Domingues, todas “atadas com cordões, umas na língua, outras em outras partes”. O sacerdote lhes dizia que estavam atadas pelo Demônio e, cortando os cordões com uma navalha, as libertava. Todavia, por estar ocupado com as outras dirigidas, João Domingues entregou a dita Clara Teresa a seu irmão para que este prosseguisse com sua orientação espiritual (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 33-35). Natural do Lugar da Póvoa, bispado de Lamego, Miguel Domingues, além de sacerdote e confessor, era bacharel formado em cânones pela Universidade de Coimbra, título que obtivera por volta de 1742. Na década de 1750, passou a atuar como cura da Igreja de Santiago, na Guarda, tendo, por essa época, se tornado amigo pessoal do Pe. Manuel Antunes.

Ao procurar Miguel Domingues para se confessar, Catarina ouviu dele as mesmas justificativas que já escutara de Antunes. As ações de seu diretor espiritual seriam apenas “amor que tinha à sua alma” e, por serem ocultas, “não eram pecado”. Introduzida na casa da chamada Santa, Catarina declarou ter presenciado cenas em que Domingues dormia na mesma cama que Clara Teresa, descalçando-a, vestindo-a, abraçando-a e beijando-a antes e depois da comunhão. Em outra ocasião, Catarina retornou à casa da Santa na companhia de Manuel Antunes e ali

passaram ambos a noite. Da mesma forma, o Pe. Miguel Domingues descalçara e despira sua dirigida, deitando-se com ela na cama e dizendo a Antunes: “isto é o que faço a esta”. O mesmo quisera fazer a ela, Catarina, afirmando para a Santa: “esta já é nossa”. Chancelando as ações de seu diretor, Clara Teresa por várias vezes teria dito a Catarina que ela deveria consentir nas referidas ações, pois “aquilo só era amor que tinham à sua alma” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 13-14).

À luz desses relatos, as autoridades inquisitoriais começaram a perceber que o problema ultrapassava largamente a atuação individual do cura do Jarmelo. O que emergia das denúncias era a existência de uma rede articulada de confessores que abusavam do sacramento da penitência e dos exorcismos, envolviam-se lascivamente com as mulheres que confessavam e dirigiam no espírito, além de recorrerem a subterfúgios místicos e teológicos com o objetivo de chancelar seus desvios. A Inquisição concluiu ser “preciso atalhar com diligente remédio este tão maligno contágio das almas”, já “tão introduzido”. Nesse contexto, os processos instaurados contra Manuel Antunes e outros sacerdotes da região permitem entrever aquilo que se pode denominar como “núcleo molinosista da Guarda”, desmantelado pelo Santo Ofício entre 1757 e 1759. Ao longo desse curto intervalo, seis confessores e exorcistas atuantes na Guarda e nas suas imediações foram levados a juízo como membros de uma “mesma escola” e defensores da “opinião de que são lícitos e sem pecado os tratos venéreos e desonestos com as confessadas, feitos por caridade”²² (ANTT. IL. Proc. 8905, fl. 37).

A própria extensão das atitudes atribuídas a Manuel Antunes ajuda igualmente a compreender a dimensão alcançada por esse mecanismo de sujeição espiritual. A partir do cruzamento das peças processuais, incluindo as próprias declarações do padre, é possível chegar a um quadro aproximativo do conjunto das mulheres que estiveram sujeitas às mesmas práticas por parte de Antunes: cerca de 13 penitentes, cujas trajetórias, embora marcadas por graus diversos de envolvimento e exposição, se desenrolaram dentro de um mesmo horizonte de relações mediadas pelo confessorário. Todas tinham em comum o estatuto de solteiras, sendo igualmente recorrente, na caracterização dessas confessadas, a informação de que viviam sob o mesmo teto

²² Foram processados, além do Pe. Manuel Antunes, o pároco da Igreja de São Tiago da Guarda, Pe. Miguel Domingues de Sequeira; seu irmão, o moralista Pe. João Domingues de Sequeira; o mestre de sílaba do Colégio da Guarda, Pe. Domingos Esteves; o cura da Igreja de São Pedro da Guarda, Pe. Manuel Furtado; e o prior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do lugar da Ima, Pe. Antônio Marques Ribeiro. Esses clérigos não apenas se conheciam, mas estavam ligados por laços de cumplicidade na efetivação do delito, o que permite caracterizá-los como partes de uma rede articulada de transgressores. Ver, respectivamente: ANTT. IL. Processos 3452, 10305, 8905, 8097, 1125, 1893.

que os pais. Nos casos em que foi possível localizar os registros de batismo, a média etária aproxima-se dos 25 anos, embora a documentação apresente lacunas significativas. Ainda assim, delineia-se um perfil recorrente: mulheres jovens, frequentemente acometidas por escrúpulos de consciência, temores espirituais e vexações demoníacas, cuja vulnerabilidade era continuamente absorvida e reelaborada pelo discurso do confessor.

Da parte dos inquisidores, o objeto de maior preocupação não estava no comportamento luxurioso do sacerdote, considerado em si mesmo, mas nas manifestações presumidamente heréticas de seus “desejos da carne”, evidentes em tais abusos. A luxúria era certamente um pecado gravíssimo que, uma vez verificado nos meios clericais, demandava medidas e esforços de disciplinarização. Mas sendo um tribunal da fé, o Santo Ofício sempre orientou sua atividade para o combate dos “erros do entendimento”, de maneira que a ingerência inquisitorial no terreno dos desejos e das moralidades desviantes nunca se referiu essencialmente aos pecados carnavais por si sós, senão àqueles que, de algum modo, eram assimiláveis à heresia (GOUVEIA, 2015, p. 127; BETHENCOURT, 2000, p. 295). Assim, padres e frades foram processados não por serem fornicários ou incontinentes em sentido estritamente moral, mas pela suspeita de que cometiam erros de fé, contrafazendo sacramentos ou duvidando de verdades ortodoxas. A negação do caráter pecaminoso de seus deleites, a instrumentalização do sacramento da penitência para atos lascivos, a mobilização de elementos sagrados a fim de legitimar tais práticas: eram esses — e não as pulsões eróticas por si mesmas — os fatores que motivavam a intervenção do Santo Ofício (VAINFAS, 2021, p. 96).

Enquadramentos inquisitoriais

Em Lisboa, durante os interrogatórios, Manuel Antunes procurou defender-se alegando ter agido sem qualquer “ânimo libidinoso” e sem considerar que ofendia a Deus, pois ignorava o caráter pecaminoso dos atos praticados com suas penitentes. A estratégia, entretanto, não convenceu o inquisidor Luís Barata de Lima, segundo o qual o réu estava “ocultando a sua malícia e o fim para que fazia as ditas ações”, uma vez que delas “se encaminhava o fim libidinoso” (ANTI. IL. Proc. 3452, fl. 133). Após sucessivas audiências, percebendo o risco que semelhante argumento representava, o padre tratou de modificar sua versão. Passou então a admitir que “obrava com complacência e sentia em si alterações e movimentos da carne”, sabendo “muito bem que as ditas ações eram proibidas pela Lei de Deus e da Sua Igreja”.

Todavia, as cometia como se fossem lícitas “para que as mesmas mulheres não viessem no conhecimento de sua malícia e maldade” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 154). Tratava-se de uma inversão completa da narrativa. Tudo teria sido pretexto para que os impulsos carnis do sacerdote se manifestassem livremente, sem causar alarde entre as confessadas. Uma vez mais, o objetivo era afastar a suspeita de heresia, imputando como causa do erro sua própria “miséria e fragilidade”, argumento que também foi recorrente nos processos por solicitação na Inquisição portuguesa²³.

A nova versão de Antunes, entretanto, apesar de reconhecer o ímpeto luxurioso com que obrara, não confirmava aquilo que o inquisidor queria ouvir. Segundo o libelo acusatório, apresentado pelo promotor de justiça em 26 de abril de 1759, o réu não havia “feito inteira e verdadeira confissão de suas culpas, antes muito diminuta, simulada e fingida”, porque negava-se a declarar a “verdadeira tenção” com que as cometera, “presumindo-se conforme o direito que o réu praticou os referidos fatos por sentir mal de nossa Santa Fé Católica e dos sacramentos da Igreja”. Por esse motivo, jamais deveria ser creditada a “frívola escusa com que pretendeu desculpar a sua malícia a uma verdade tão conhecida, que a mesma Igreja nos propõe e a razão natural nos dita” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 165-166).

Na lógica do Santo Ofício, os fatos confessados por Antunes eram indicativos não de uma simples “fragilidade do corpo”, mas de um gravíssimo erro de entendimento acerca da doutrina cristã e da teologia dos sacramentos, inescusável à luz da própria razão natural. E era precisamente nesse ponto que a categoria do “molinismo” adquiria sua plena operacionalidade, viabilizando o despacho da causa do réu. No âmbito do discurso jurídico mobilizado pelo Tribunal, todo o emaranhado de culpas que pesava contra Antunes acabava sintetizado numa formulação discursiva já bastante conhecida das autoridades inquisitoriais naquele contexto: o padre revelava-se um praticante da “perniciosa doutrina de Miguel de Molinos”, tendo reputado como lícitos “os tactos, ósculos e mais ações de luxúria” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 56-57). Desse fato derivava, conseqüentemente, a necessidade de uma punição grave e exemplar. Concluídos os trâmites processuais, Antunes deixaria os cárceres de Lisboa para nunca mais regressar ao Jarmelo, nem a qualquer paróquia do Bispado da Guarda. Proibido de confessar, celebrar missas e

²³ Como esclarece Gouveia, admoestados para que confessassem totalmente seus crimes, os réus, em sua grande maioria, reconheciam “apenas como causa maior dos seus erros a tentação da luxúria, clamando argutamente por perdão e misericórdia”. Procuravam “desculpar-se, repetindo reiteradas vezes aos inquisidores que não haviam obrado o sucedido por sentirem mal da santa fé católica, mas sim por inadvertência ou fragilidade do corpo” (GOUVEIA, 2010, p. 180).

realizar exorcismos, restar-lhe-ia apenas atravessar o Atlântico e rumar em direção a Angola, a fim de cumprir a pena de degredo que lhe fora imposta.

O texto da sentença, por sua vez, foi bastante eloquente quanto ao sentido das culpas do pároco: ele havia pecado não só como católico, mas também como sacerdote e pastor, ofício que “tão indignamente ocupou e exercitou com escândalo e ruína das almas a que devia ensinar a São e Católica Doutrina e dar pasto saudável, seguindo as determinações da Igreja Católica e o uso comum dos fiéis” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 151-152). Enquanto padre e cura de almas, o réu era obrigado a “instruir as suas ovelhas na fé da mesma Igreja e na verdadeira inteligência dos mandamentos que deviam observar”, administrando-lhes os sacramentos e aplicando-lhes os exorcismos “de sorte que estes as aliviassem das vexações do Demônio e aqueles as soltassem das ligaduras da culpa”. Cabia-lhe, portanto, usar “do poder das chaves que no caráter de sacerdote e ministério de pároco se lhe tinha conferido para soltar das prisões em que as tinha metido a fragilidade própria”, e não, ao contrário, “para as induzir aos mais perigosos laços contra a inocência alheia”. Antunes, desse modo, “convertendo-se de pastor em lobo do seu rebanho, tinha feito nele estrago lastimoso”, desculpando “o seu erro com os exemplos, conselho e ensino de outros eclesiásticos da sua mesma Escola, e todos da de Molinos” (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 200-204).

Como interpretar a acusação dos inquisidores à luz dos elementos que despontam ao longo do processo? Certamente, não no sentido de uma filiação doutrinária de Antunes ao místico aragonês, em face da qual o cura do Jarmelo teria agido por influência direta do autor do *Guia espiritual* (1675). É preciso lembrar que a obra impressa de Molinos não continha as proposições heréticas pelas quais o padre de Muniesa acabou por ser condenado em 1687, ao passo que fazer derivar a totalidade da conduta de Antunes de uma adesão consciente e sistemática a proposições teológicas específicas significaria, no mínimo, cair numa explicação demasiadamente simplificadora e reducionista, a qual se vê desautorizada pela fonte. Manuel Antunes, em nenhum momento, demonstrou conhecer os escritos de Molinos ou o conteúdo das proposições condenadas. Seus argumentos desculpabilizantes eram muito mais improvisados do que sistematicamente elaborados: expressavam-se num conjunto de fórmulas repetidas à exaustão diante das penitentes, cuja eficácia dependia menos de qualquer consistência teológica do que da autoridade do confessor que as pronunciava. O que estava realmente em causa era uma espécie de molinosismo “prático” ou de “superfície” — suficiente, contudo, para acionar os dispositivos do

Tribunal.

Nessa perspectiva, o processo de Antunes reforça o argumento que Pedro Tavares (2002) — numa visão oposta à que posteriormente seria defendida por Lígia Bellini (2006) — apresentou sobre a essência do molinosismo combatido pela Inquisição portuguesa: tratava-se mais de um enquadramento dos juízes do que de uma heresia conscientemente seguida pelos acusados. O padre só se tornou um “molinista” quando seu comportamento foi submetido ao crivo das autoridades inquisitoriais, encarregadas de lhe atribuir um significado passível de operacionalização no interior do discurso jurídico. O “molinismo”, nesse sentido, operava menos como a descrição de uma heresia efetivamente professada e mais como um enquadramento acusatório disponível, apto a condensar, sob um rótulo reconhecível, práticas de direção espiritual vistas como desviantes, mormente quando envolviam a relativização do pecado carnal em nome de fins espirituais superiores. A aproximação estabelecida pelos inquisidores entre os atos de Antunes e a figura de Molinos é indicativa, portanto, não da circulação de uma doutrina quietista plenamente assimilada, mas da ativação de uma categoria de suspeita já sedimentada na cultura jurídica e teológica do Santo Ofício.

Considerações finais

O caso do Pe. Manuel Antunes — articulado aos demais processos que conformaram o “núcleo molinosista da Guarda” — constitui um exemplo singularmente rico das possibilidades abertas pelo estudo do molinosismo em chave microanalítica, na medida em que permite resgatar a trajetória de personagens desconhecidos e, ao mesmo tempo, complexificar o panorama da reflexão historiográfica acerca do tema. Os autos, afinal, não apenas colocam em evidência os desvios e abusos de um sacerdote. Iluminam também os dilemas que perpassavam uma construção histórica específica: a do pároco/confessor/exorcista tridentino, investido de ampla autoridade espiritual sobre as consciências dos fiéis, sobretudo das mulheres que orientava. Sem esse constructo, fruto de um longo e multifacetado processo, o padrão de condutas detectado pela Inquisição através do rótulo molinosista dificilmente poderia ter se estabelecido como experiência religiosa.

A análise dessa documentação é igualmente capaz de redimensionar o papel e a extensão do Santo Ofício na segunda metade do século XVIII, momento em que o Tribunal começava a experimentar mudanças significativas sob a égide de um novo paradigma político. O processo de

Manuel Antunes, pensado como parte de um contexto mais amplo, é sintomático, assim, de como a delicada relação entre diretores de consciência e suas penitentes, o problema das santidades simuladas, os excessos em torno dos sacramentos e dos exorcismos, bem como o persistente problema da luxúria heresiarca do clero, continuaram a influenciar a perspectiva de atuação das autoridades inquisitoriais perante as “Luzes”, trazendo à tona velhos dilemas em novos contextos.

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa (IL). Processos 3452, 10305, 8905, 8097, 1125, 1893.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Paróquia de São Pedro do Jarmelo, Registros de Baptismo, Livro B2.

Referências bibliográficas

ALEJANDRE, Juan Antonio. **El veneno de Dios**. La Inquisición de Sevilla ante el delito de sollicitación en confesión. Madrid: Siglo XXI Editores, 1995.

BELLINI, Lígia. Cultura religiosa e heresia em Portugal no Antigo Regime: notas para uma interpretação do molinosismo. **Estudos Ibero-Americanos**, v. XXXII, n. 2, 2006, p. 187-203.

BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia**: feitiçarias, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRAGA, Isabel Mendes Drumond. Confessar e Solicitar no Brasil Colonial. In: BARRETO, Luís Felipe (coord.). **Congresso Internacional Inquisição Portuguesa**: Tempo, Razão e Circunstância. Lisboa: Prefácio, 2007.

CASTRO, Armando Lopez. Miguel de Molinos, lector de San Juan de La Cruz. **Revista Teresianum**, v. 47, n° 2, 1996, p. 605-621.

CERDÁN, Alfonso Esponera. El molinosismo del siglo XVII: trayectoria, arraigo en el mundo femenino y lecturas controvertidas. In: IGLESIAS, Rosa María Alabrús (coord.). Silencio femenino y quietismo barroco: Miguel de Molinos y las mujeres. **Revista de Historia Jerónimo Zurita**, n° 93, 2018, p. 87-118.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DUDON, Paul. **Le Quiétiste Espagnol, Michel Molinos (1628-1696)**. Paris: Gabriel Beauchesne, 1921.

ENTRAMBASAGUAS Y PEÑA, Joaquim de. **Miguel de Molinos, siglo XVII**. Madrid: M. Aguilar, 1935.

FUSTER, Francisco Pons. La formación y la espiritualidad de Miguel de Molinos. In: IGLESIAS, Rosa María Alabrús (coord.). Silencio femenino y quietismo barroco: Miguel de Molinos y las mujeres. **Revista de Historia Jerónimo Zurita**, 93, 2018, p. 61-86.

GOMES, Veronica de Jesus. **“Com temerária ousadia e pouco temor de Deus e da Justiça”**: clérigos sodomitas na Inquisição de Lisboa (1610-1699). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

_____. **Vício dos clérigos**: a sodomia nas malhas do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GOUVEIA, Jaime Ricardo. **A Quarta Porta do Inferno**. A vigilância e o disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750). Lisboa: Chiado, 2015.

_____. **O sagrado e o profano em choque no confessionário**. O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição, Portugal, 1551-1700. Coimbra: Palimage, 2010.

LIMA, Lana Lage da Gama. **A confissão pelo avesso**: o crime de solicitação no Brasil Colonial. 1991. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MALENA, Adelisa. Molinos, Miguel de. In: PROSPERI, Adriano (dir.). **Dizionario Storico dell’Inquisizione**. Pisa: Edizioni della Normale, 2010, v. 2, p. 1059-1060.

MARCOCCI, Giuseppe. **I custodi dell’ortodossia**. Inquisizione e Chiesa nel Portogallo del Cinquecento. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2004.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição portuguesa (1536-1821)**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

MARTINS, William de Souza. O casamento espiritual da beata Josefa do Sacramento: Análise de um processo inquisitorial do século XVIII. **Varia história**, v. 31, n. 56, 2015, p. 451-478.

MORA, Adelina Sarrión. **Sexualidad y confesión**: la solicitación ante el Tribunal del Santo Oficio (siglos XVI-XIX). Madrid: Alianza Universidad, 1994.

MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça. **Parochos imperfeitos**: justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

PAIVA, José Pedro. **Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”**: Portugal, 1600-1774. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

_____. Missões, directores de consciência, exercícios espirituais e simulações de santidade: o caso de Arcângela do Sacramento (1697-1701). In: COELHO, Maria Helena da Cruz (coord.). **A cidade e o campo: coletânea de estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000a, p. 246-265.

_____. Exorcismo. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Círculo de Leitores, 2000b.

PROSPERI, Adriano. **Tribunais da consciência: inquisidores, confessores, missionários**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **Exorcistas e demônios: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

ROMEO, Giovanni. **Esorcisti, Confessori e Sessualità Femminile nell' Italia della controriforma**. Firenze: Casa Editrice Le Lettere, 1998.

SANTOS, Georgina Silva dos. Véus de Heresia: freiras e donatas nas malhas da Inquisição portuguesa (século XVIII). In: SANTOS, Georgina Silva dos; GARCIA, Elisa. **Mulheres do mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 83-98.

SARTIN, Philippe Delfino. **Possessão demoníaca e exorcismos em Portugal (1690-1760)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Sabrina Alves da. **Execrados ministros do demônio: o delito de solicitação em Minas Gerais (1700-1821)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del Rei, 2016.

SLUHOVSKY, Moshe. **Believe not every spirit**. Possession, Mysticism and Discernment in Early Modern Catholicism. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

TAVARES, Pedro Vilas Boas. A invenção do “molinista” em Portugal. **Cahiers d'études des cultures ibériques et latino-américaines**, [online], 4, 2018.

_____. **Beatas, inquisidores e teólogos: reacção portuguesa a Miguel de Molinos**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2002.

_____. Molinosismo e desculpabilização. **Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso**, 02, 1995, p. 203-240.

_____. Portugal e a condenação de Miguel de Molinos: impacto e primeiras reacções. **Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso**, 01, 1994, p.157-183.

TEUBER, Bernardo. Más allá de la ortodoxia y la heterodoxia: algunas pautas para una lectura teopoética de las novelas cervantinas. In: IGLESIAS, Carmen Rivero (ed.). **Ortodoxia y heterodoxia en Cervantes**. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2011,

p.131-141.

VAINFAS, Ronaldo. Misticismo, sexualidade e relações de gênero no quietismo radical de Miguel de Molinos. **Revista de História das Ideias**, v. 42, 2ª série, 2023, p. 47-63.

_____. Sacralidade erótica em processos inquisitoriais portugueses. **Escritas do Tempo**, v. 3, n. 9, 2021, p. 85-98.

_____. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

O Santo Ofício nos Caminhos do Ouro: Cristãos-Novos, Perseguição e Resistência Religiosa nas Minas Gerais - Séc XVII até XVIII²⁴

Micaela de Oliveira Dias

Graduanda em História

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

micaelaoliveiradias@gmail.com

Resumo: Este projeto tem como objetivo analisar a presença dos cristãos-novos na região das Minas Gerais como participantes do processo de interiorização da colônia e ocupação da região, a partir da última década do século XVII, devido ao início do ciclo da mineração, estendendo-se esta presença por todo o século XVIII. Assim como ocorreu nos dois primeiros séculos de dominação portuguesa sobre o Brasil, supõem-se a presença de cristãos-novos judaizantes – denominados, por isso, criptojudeus – na região das Minas, conforme os indícios que encontramos na documentação inquisitorial envolvendo neoconvertos da região. Este projeto visa, além de analisar parte da documentação produzida pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição sobre indivíduos que vivam ou frequentavam a região das Minas Gerais, consultar outras fontes documentais que permitam encontrar sinais da resistência judaica oculta naquele espaço, mapeando as especificidades do criptojudaísmo praticado na região, passados mais de duzentos anos do processo inaugural de conversão forçada dos antigos judeus portugueses ao catolicismo.

Palavras-chave: Cristãos-novos; Resistência religiosa; Minas Gerais;

Introdução

A atuação do Tribunal do Santo Ofício na América portuguesa constitui um importante campo de investigação para a compreensão das formas de controle religioso e social desenvolvidas durante o período colonial. Embora a Inquisição portuguesa não tenha estabelecido tribunais permanentes no território brasileiro, sua presença fez-se sentir por meio de uma rede de representantes responsáveis pela recepção de denúncias, investigação de suspeitos e encaminhamento de informações ao Reino. Nas Minas Gerais, região marcada pela intensa circulação de pessoas, riquezas e experiências culturais ao longo do século XVIII, esses

²⁴ Este trabalho é resultado de pesquisa de Iniciação Científica vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativas (PIBIC-AF/CNPq), desenvolvida na Universidade Federal de Viçosa (UFV), sob orientação do Prof. Dr. Angelo Adriano Faria de Assis, professor do Departamento de História da UFV. E-mail: angeloassis@ufv.br.

mecanismos de vigilância assumiram particular relevância, contribuindo para a construção e difusão de suspeitas relativas a comportamentos considerados contrários à ortodoxia católica.

Entre os grupos mais frequentemente associados às ações inquisitoriais encontravam-se os cristãos-novos, descendentes dos judeus convertidos compulsoriamente ao catolicismo em fins do século XV. A historiografia tem demonstrado que a condição cristã-nova esteve associada a processos contínuos de vigilância e diferenciação social, nos quais a ascendência judaica frequentemente era mobilizada como elemento de suspeição. Conforme observa Anita Novinsky, os cristãos-novos viveram uma condição marcada pela exclusão e pela permanência de mecanismos que os identificavam como portadores de uma origem considerada distinta da população cristã-velha (NOVINSKY, 1972). Nesse contexto, denúncias de judaísmo tornaram-se parte significativa da atuação inquisitorial, especialmente em regiões onde a presença de cristãos-novos se fazia mais expressiva.

A documentação produzida pelo Santo Ofício constitui uma fonte privilegiada para a análise dessas dinâmicas. Mais do que registrar possíveis desvios religiosos, os documentos inquisitoriais permitem observar relações sociais, conflitos cotidianos, mecanismos de vigilância e processos de construção da suspeita. Como destaca Sonia Siqueira, a ação inquisitorial deve ser compreendida não apenas como instrumento de repressão religiosa, mas também como parte de um sistema mais amplo de controle social presente na sociedade colonial (SIQUEIRA, 1978).

Partindo dessas considerações, este trabalho busca investigar como se constituíam as acusações de judaísmo nas Minas Gerais setecentistas. Para isso, toma-se como estudo de caso o processo envolvendo Domingos Rodrigues Ramires, cristão-novo denunciado na região de Vila Rica sob suspeita de participação em práticas associadas ao judaísmo. A escolha desse caso justifica-se pela possibilidade de analisar os mecanismos pelos quais determinados comportamentos eram interpretados como indícios de heresia e convertidos em objeto de denúncia perante as autoridades inquisitoriais.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se na perspectiva da História Cultural e na leitura crítica das fontes inquisitoriais, compreendendo esses documentos como produções atravessadas por relações de poder, interesses e disputas de significado. Nesse sentido, a investigação não busca determinar a efetiva ocorrência de práticas judaizantes, mas compreender os processos sociais que possibilitaram a formulação das acusações. Parte-se da hipótese de que as denúncias de judaísmo não se fundamentavam exclusivamente na observação

de práticas religiosas específicas, mas também em mecanismos de vigilância, reputação e construção da suspeita que permeavam as relações sociais nas Minas Gerais coloniais.

Assim, ao analisar o caso de Domingos Rodrigues Ramires, pretende-se contribuir para a compreensão das formas pelas quais a heresia era identificada, interpretada e denunciada no contexto minerador setecentista, evidenciando como as acusações inquisitoriais ultrapassavam a esfera estritamente religiosa e se articulavam às dinâmicas sociais da sociedade colonial.

Contexto Histórico: Minas Gerais, Cristãos-novos e o Santo Ofício

A descoberta de ouro na região das Minas Gerais, ao final do século XVII, provocou profundas transformações na América portuguesa. O desenvolvimento da atividade mineradora impulsionou intensos fluxos migratórios, atraindo indivíduos provenientes de diferentes regiões da colônia e do Reino. Em poucas décadas, a região tornou-se um dos principais centros econômicos do Império Português, caracterizando-se pela diversidade social, pela mobilidade populacional e pela intensa circulação de informações, mercadorias e práticas culturais.

Nesse contexto, a presença de cristãos-novos nas Minas Gerais acompanhou o próprio processo de ocupação e interiorização da colônia. Conforme demonstram os estudos de Anita Novinsky (1972), muitos descendentes de judeus convertidos ao catolicismo participaram ativamente das atividades econômicas desenvolvidas na América portuguesa, inserindo-se em diferentes setores da vida colonial. A região mineradora, marcada pelas oportunidades econômicas abertas pelo ciclo do ouro, tornou-se um espaço particularmente atrativo para esses indivíduos.

A documentação produzida pelo Santo Ofício constitui uma importante fonte para compreender não apenas a atuação da instituição, mas também diferentes aspectos da sociedade colonial. Conforme observa Sonia Siqueira, os registros inquisitoriais preservam fragmentos da vida cotidiana e revelam conexões sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os indivíduos investigados, permitindo ao historiador ultrapassar a análise estritamente institucional do Tribunal (SIQUEIRA, 1978).

Embora não existissem tribunais inquisitoriais permanentes na América portuguesa, a Inquisição mantinha presença constante na colônia por meio de uma rede composta por familiares, comissários, vigários e demais representantes encarregados de recolher denúncias e

encaminhar informações ao Reino. Dessa forma, a ausência física do tribunal não significava ausência de fiscalização. Pelo contrário, a circulação de denúncias e investigações permitia que a ação inquisitorial alcançasse diferentes regiões da colônia, incluindo os centros mineradores.

Nas Minas Gerais, a atuação do Santo Ofício encontrou um ambiente particularmente propício à produção de denúncias. A intensa convivência entre indivíduos de diferentes origens, associada à constante circulação de informações e à proximidade das relações sociais, favorecia a observação dos comportamentos cotidianos e a construção de suspeitas. Nesse cenário, práticas consideradas incomuns, relações de sociabilidade específicas ou mesmo a condição cristã-nova podiam ser interpretadas como indícios de desvio religioso.

Conforme apontam Resende e Sousa (2015), a documentação inquisitorial referente às Minas Gerais evidencia a existência de uma ampla rede de vigilância que conectava a região mineradora às estruturas do Santo Ofício. Mais do que registrar crimes religiosos, esses documentos revelam conflitos, disputas, percepções e mecanismos de controle presentes na sociedade colonial. Assim, o estudo das acusações de judaísmo permite compreender não apenas a atuação inquisitorial, mas também aspectos mais amplos das relações sociais estabelecidas no espaço minerador.

É nesse contexto que se insere o caso de Domingos Rodrigues Ramires. A denúncia analisada neste trabalho não constitui um episódio isolado, mas integra um conjunto mais amplo de acusações produzidas em uma sociedade marcada pela vigilância, pela circulação de rumores e pela permanente associação entre cristãos-novos e suspeitas de judaísmo. Compreender esse cenário torna-se, portanto, fundamental para analisar os mecanismos que possibilitaram a formulação e a legitimação das acusações inquisitoriais nas Minas Gerais setecentistas.

Perspectivas Teórico-Metodológicas

A presente pesquisa insere-se no campo da História Cultural e parte do pressuposto de que as fontes inquisitoriais não constituem registros neutros da realidade, mas documentos produzidos em contextos específicos, atravessados por relações de poder, interesses institucionais e disputas de significado. Nesse sentido, a análise dessas fontes exige uma leitura que ultrapasse a simples descrição dos acontecimentos narrados, buscando compreender os processos sociais envolvidos em sua produção e circulação.

A proposta de Carlo Ginzburg mostra-se particularmente útil para a análise da documentação inquisitorial. Segundo o autor, "se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la" (GINZBURG, 1989, p. 177). A partir dessa perspectiva, os testemunhos e denúncias presentes no processo são compreendidos como vestígios capazes de revelar relações sociais, mecanismos de vigilância e formas de construção das suspeitas na sociedade colonial. Tal abordagem mostra-se especialmente relevante para o estudo das fontes inquisitoriais, marcadas por relatos fragmentados, interpretações e construções discursivas produzidas em contextos específicos, exigindo uma leitura atenta aos detalhes, ambiguidades e significados presentes na documentação.

Do ponto de vista historiográfico, a pesquisa também dialoga com os estudos de Anita Novinsky (1972), Sonia Siqueira (1978) e Plínio Freire Gomes (1997), autores que contribuíram significativamente para a compreensão das relações entre cristãos-novos, Inquisição e sociedade colonial. Enquanto Novinsky destaca os mecanismos de exclusão e diferenciação que marcaram a experiência dos cristãos-novos no mundo português, Siqueira evidencia a atuação do Santo Ofício como instrumento de controle social. Já Gomes demonstra como as acusações de heresia podem ser compreendidas não apenas como reflexo de práticas religiosas específicas, mas também como resultado de processos sociais de construção da suspeita.

Partindo dessas contribuições, a presente investigação privilegia a análise dos significados atribuídos às acusações presentes na documentação inquisitorial. Mais do que verificar a existência efetiva de práticas judaizantes, busca-se compreender como determinados comportamentos eram interpretados pelos agentes envolvidos no processo de denúncia e quais mecanismos sociais contribuíam para transformar tais comportamentos em indícios de heresia.

Dessa forma, o estudo do caso de Domingos Rodrigues Ramires é utilizado como uma via de acesso para a compreensão de fenômenos mais amplos relacionados à atuação do Santo Ofício nas Minas Gerais. A análise concentra-se nas formas de construção das acusações, nos elementos mobilizados para sua legitimação e nas relações sociais que possibilitavam a circulação e consolidação da suspeita no contexto minerador setecentista.

O Caso de Domingos Rodrigues Ramires

Para compreender os mecanismos de formulação das acusações de judaísmo nas Minas Gerais setecentistas, este trabalho toma como estudo de caso o processo inquisitorial envolvendo Domingos Rodrigues Ramires, identificado na documentação como cristão-novo e denunciado na região de Vila Rica no início do século XVIII²⁵. O documento integra o acervo do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e constitui uma importante fonte para a análise das relações entre vigilância religiosa, construção da suspeita e controle social no contexto colonial.

A escolha desse caso justifica-se pelo potencial analítico da documentação, que permite observar como determinados comportamentos e práticas eram interpretados pelas autoridades e pelos indivíduos envolvidos no processo de denúncia. Conforme apresentado nos registros inquisitoriais, Domingos Rodrigues Ramires foi acusado de participar de atividades consideradas suspeitas de judaísmo, sendo associado a reuniões e comportamentos que despertaram a atenção de membros da comunidade local.

O caso de Domingos Rodrigues Ramires adquire maior complexidade quando observada sua trajetória anterior perante o Santo Ofício. Segundo Reis (2025, p. 109), Domingos e sua esposa, Ângela do Vale de Mesquita, já haviam sido presos, julgados e condenados pelo Tribunal da Inquisição de Lisboa no início do século XVIII, recebendo penas de cárcere, hábito penitencial perpétuo e confisco de bens. Tal informação evidencia que a denúncia analisada neste trabalho se insere em um contexto mais amplo de vigilância inquisitorial direcionada a cristãos-novos e suas famílias.

Segundo as informações registradas na documentação, a acusação estava relacionada à realização de encontros envolvendo indivíduos identificados como cristãos-novos. Entre os elementos mencionados encontram-se a ocorrência de reuniões frequentes, o uso de determinados símbolos e práticas consideradas incomuns e a realização de atividades interpretadas como incompatíveis com a ortodoxia católica. Tais elementos foram mobilizados como indícios de possíveis práticas judaizantes, contribuindo para a formulação da denúncia encaminhada ao Santo Ofício.

Entretanto, mais do que revelar a existência de um suposto crime religioso, o caso evidencia os mecanismos por meio dos quais determinadas ações eram observadas, interpretadas e transformadas em objeto de suspeita. A documentação sugere que a acusação não se

²⁵ A denúncia foi apresentada por José dos Santos da Silva, morador dos Campos da Cachoeira, termo de Vila Rica, sendo recebida e formalizada por Félix Simões de Paiva, responsável pelo encaminhamento das informações ao Santo Ofício.

fundamentava apenas em evidências concretas, mas também em percepções compartilhadas, interpretações coletivas e relações sociais estabelecidas no interior da comunidade. Nesse sentido, o processo permite observar a forma como a suspeita era construída e legitimada no cotidiano das Minas Gerais coloniais.

Além disso, o caso de Domingos Rodrigues Ramires insere-se em um contexto mais amplo de atuação inquisitorial sobre indivíduos identificados como cristãos-novos. Conforme demonstram diversos estudos sobre a presença da Inquisição nas Minas Gerais, acusações dessa natureza não constituíam episódios isolados, mas integravam um conjunto de práticas de vigilância voltadas para grupos considerados potencialmente desviantes da fé católica. Dessa forma, a análise do processo permite compreender não apenas a trajetória do acusado, mas também aspectos mais amplos da atuação do Santo Ofício na região mineradora.

Assim, o estudo desse caso oferece uma oportunidade para investigar as formas pelas quais acusações de judaísmo eram produzidas, interpretadas e legitimadas nas Minas Gerais setecentistas. Mais do que determinar a veracidade das acusações, interessa compreender os mecanismos sociais e culturais que possibilitavam sua formulação, questão que será aprofundada nos tópicos seguintes.

A Construção das Acusações de Judaísmo nas Minas Gerais

A documentação inquisitorial produzida no contexto colonial português revela que as acusações de judaísmo nem sempre se fundamentavam em provas diretas ou na comprovação objetiva de práticas religiosas consideradas heterodoxas. Em muitos casos, os processos eram construídos a partir da observação de comportamentos, da circulação de rumores e da interpretação de ações consideradas incompatíveis com a ortodoxia católica. Nesse sentido, a análise do caso de Domingos Rodrigues Ramires permite compreender como determinados elementos do cotidiano podiam ser convertidos em indícios de heresia e incorporados às dinâmicas de investigação do Santo Ofício.

No processo analisado, a acusação estava relacionada à realização de reuniões envolvendo indivíduos identificados como cristãos-novos, bem como à adoção de práticas consideradas suspeitas pelos observadores. Elementos como encontros frequentes, utilização de símbolos específicos e a realização de atividades reservadas foram interpretados como possíveis sinais da

manutenção de tradições associadas ao judaísmo. Mais do que a descrição de um ato considerado herético, a documentação evidencia o processo pelo qual determinados comportamentos passaram a ser lidos como indícios de desvio religioso.

Tal dinâmica relaciona-se diretamente ao papel desempenhado pela suspeita na atuação inquisitorial. Conforme destaca Anita Novinsky (1972), a condição cristã-nova frequentemente colocava determinados indivíduos sob permanente vigilância, fazendo com que práticas cotidianas fossem interpretadas à luz de expectativas previamente construídas acerca de sua origem e identidade. Dessa forma, ações que poderiam passar despercebidas em outros contextos tornavam-se potencialmente incriminadoras quando associadas a sujeitos identificados como descendentes de judeus convertidos.

A construção das acusações também dependia da produção de narrativas capazes de conferir sentido aos comportamentos observados. Nesse processo, denúncias, testemunhos e interpretações desempenhavam papel central na transformação de suspeitas em acusações formais. A documentação inquisitorial revela que os elementos mobilizados pelos denunciantes nem sempre correspondiam a práticas explicitamente judaicas, mas eram frequentemente associados a comportamentos considerados incomuns ou realizados de maneira reservada. Assim, a acusação resultava não apenas daquilo que era feito, mas da forma como essas ações eram percebidas e interpretadas pelos indivíduos que as observavam.

Sob essa perspectiva, as acusações de judaísmo podem ser compreendidas como construções sociais produzidas em contextos específicos de vigilância e controle. Como observa Plínio Freire Gomes (1997), a condição de herege muitas vezes não deriva exclusivamente de práticas religiosas efetivamente realizadas, mas de processos de suspeição que envolvem percepções coletivas, reputações e relações sociais. A heresia, portanto, não deve ser entendida apenas como uma categoria religiosa, mas também como resultado de mecanismos sociais de classificação e exclusão.

O caso de Domingos Rodrigues Ramires evidencia precisamente essa dinâmica. Os elementos presentes na documentação demonstram que a acusação foi construída a partir da interpretação de comportamentos considerados suspeitos e de sua associação à identidade cristã-nova dos envolvidos. Mais do que revelar práticas religiosas específicas, o processo permite observar os mecanismos pelos quais determinados indivíduos eram inseridos em categorias de suspeição e transformados em alvos da vigilância inquisitorial.

Desse modo, a análise do caso contribui para compreender como as acusações de judaísmo eram formuladas nas Minas Gerais setecentistas. Ao invés de resultarem exclusivamente da identificação de práticas heterodoxas, tais acusações eram produzidas em um contexto marcado pela observação constante dos comportamentos, pela circulação de interpretações e pela associação entre identidade social e desvio religioso. A documentação inquisitorial revela, portanto, não apenas os objetivos do Santo Ofício, mas também as formas pelas quais a própria sociedade colonial participava da construção da suspeita.

Nesse sentido, as acusações registradas na documentação não devem ser compreendidas apenas como descrições de práticas religiosas consideradas ilícitas, mas também como produtos de relações sociais específicas, nas quais rumores, conflitos e percepções individuais desempenharam papel fundamental na formulação das suspeitas encaminhadas ao Santo Ofício.

Redes de Sociabilidade, Vigilância e Produção de Suspeita

A análise das acusações de judaísmo nas Minas Gerais setecentistas permite compreender que a atuação inquisitorial não se limitava às estruturas formais do Santo Ofício. Embora o tribunal estivesse fisicamente distante da colônia, sua ação dependia da participação de diferentes indivíduos responsáveis pela observação, circulação de informações e formulação de denúncias. Nesse sentido, as redes de sociabilidade desempenhavam papel fundamental na construção e legitimação da suspeita.

A sociedade mineradora caracterizava-se por intensa circulação de pessoas e pelo estabelecimento de múltiplas relações de convivência. Espaços de trabalho, moradia, comércio e religiosidade favoreciam contatos constantes entre indivíduos de diferentes origens e condições sociais. Essa proximidade contribuía para a formação de redes de informação por meio das quais comportamentos, práticas e reputações eram observados, comentados e compartilhados. Em tal contexto, a vigilância não se restringia às autoridades, mas fazia parte das próprias relações cotidianas estabelecidas entre os habitantes da região.

As denúncias encaminhadas ao Santo Ofício frequentemente eram resultado desse processo de observação coletiva. Informações transmitidas por vizinhos, conhecidos ou membros da comunidade podiam adquirir credibilidade suficiente para serem formalizadas perante as autoridades eclesiásticas. Dessa forma, a produção da suspeita dependia tanto da ação

institucional da Inquisição quanto da participação ativa de indivíduos inseridos em redes locais de sociabilidade.

No caso de Domingos Rodrigues Ramires, a documentação evidencia como determinados comportamentos passaram a ser interpretados à luz das percepções construídas pela comunidade. A associação entre reuniões, práticas consideradas incomuns e a condição cristã-nova dos envolvidos contribuiu para a elaboração de interpretações que vinculavam tais ações à possibilidade de manutenção de tradições judaicas. Mais do que a comprovação de um crime religioso, observa-se a construção de uma narrativa baseada em indícios, percepções e expectativas compartilhadas pelos observadores.

Essa dinâmica demonstra que a suspeita não era produzida apenas a partir de atos concretos, mas também por meio das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos. A reputação pública, os vínculos de amizade, os laços familiares e a identificação com determinados grupos sociais exerciam influência significativa sobre a forma como os comportamentos eram interpretados. Em uma sociedade marcada pela valorização da ortodoxia católica, diferenças percebidas ou práticas consideradas incomuns podiam ser rapidamente associadas a possíveis desvios religiosos.

Nesse sentido, as acusações de judaísmo revelam a existência de mecanismos de controle social que ultrapassavam a esfera estritamente religiosa. Como aponta Sonia Siqueira (1978), a ação inquisitorial contribuía para a manutenção de normas e comportamentos considerados legítimos, reforçando formas de vigilância que atuavam tanto por meio das instituições quanto pelas próprias comunidades. A denúncia, portanto, não deve ser entendida apenas como um procedimento jurídico ou religioso, mas também como uma prática social inserida em relações de poder e em disputas pela definição do que era considerado aceitável ou desviante.

A partir dessa perspectiva, o caso de Domingos Rodrigues Ramires evidencia como as redes de sociabilidade atuavam simultaneamente como espaços de convivência e de vigilância. A circulação de informações, a observação dos comportamentos e a construção de reputações contribuía para a formulação das acusações inquisitoriais, demonstrando que a produção da heresia era também resultado das dinâmicas sociais presentes na sociedade colonial. Assim, a documentação analisada permite compreender que a atuação do Santo Ofício dependia, em grande medida, da participação dos próprios habitantes das Minas Gerais na construção e difusão da suspeita.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu refletir sobre os mecanismos envolvidos na construção das acusações de judaísmo nas Minas Gerais setecentistas, tomando como estudo de caso o processo inquisitorial referente a Domingos Rodrigues Ramires. A partir da documentação produzida pelo Tribunal do Santo Ofício, foi possível observar que as denúncias ultrapassavam a simples identificação de práticas religiosas consideradas heterodoxas, inserindo-se em um contexto mais amplo de vigilância, controle social e produção da suspeita.

O exame do caso evidenciou que as acusações de judaísmo eram construídas por meio da interpretação de comportamentos, relações sociais e práticas consideradas incompatíveis com os padrões religiosos estabelecidos pela ortodoxia católica. Nesse processo, a condição cristã-nova assumia papel central, uma vez que contribuía para a associação entre determinados indivíduos e a possibilidade de manutenção de tradições judaicas. Assim, mais do que registrar desvios religiosos efetivamente comprovados, a documentação inquisitorial revela as formas pelas quais identidades, reputações e percepções coletivas participavam da formulação das denúncias.

A pesquisa também demonstrou a importância das redes de sociabilidade na circulação de informações e na legitimação das suspeitas. A observação dos comportamentos cotidianos, a transmissão de relatos e a construção de reputações constituíam elementos fundamentais para a atuação inquisitorial, evidenciando que o funcionamento do Santo Ofício dependia não apenas de suas estruturas institucionais, mas também da participação ativa dos indivíduos inseridos nas comunidades coloniais.

Sob essa perspectiva, o caso de Domingos Rodrigues Ramires permite compreender que a heresia não deve ser interpretada exclusivamente como uma categoria religiosa, mas também como uma construção social produzida em contextos específicos de vigilância e controle. As acusações de judaísmo revelam, portanto, as múltiplas formas pelas quais a sociedade colonial classificava comportamentos, definia fronteiras de pertencimento e identificava indivíduos considerados potencialmente desviantes.

Por fim, o estudo reforça o potencial analítico da documentação inquisitorial para a compreensão das relações sociais no mundo colonial português. Ao privilegiar a investigação dos mecanismos de construção da denúncia, torna-se possível ampliar a compreensão sobre a atuação

do Santo Ofício nas Minas Gerais e sobre os processos de produção da suspeita que marcaram a experiência dos cristãos-novos na sociedade mineradora do século XVIII. Considerando que a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, novas investigações poderão aprofundar a análise das redes de sociabilidade envolvidas no caso e ampliar a compreensão das formas de resistência, adaptação e vigilância presentes no contexto colonial. A análise do caso de Domingos Rodrigues Ramires demonstra que as denúncias inquisitoriais não podem ser interpretadas apenas como registros de práticas religiosas desviantes, mas como documentos produzidos em contextos sociais específicos, marcados por relações de vigilância, circulação de informações e construção coletiva das suspeitas. Assim, mais do que identificar a existência ou não de comportamentos judaizantes, este trabalho buscou compreender os mecanismos que possibilitaram a formulação dessas acusações no contexto das Minas Gerais setecentistas.

Referências Bibliográficas

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Plínio Freire. **Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Cristãos-novos na Bahia: A Inquisição**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

REIS, Arthur Brum dos. Estratégias, delações e resistências: o método indiciário e a análise das medidas adotadas pela família de Domingos Rodrigues Ramires frente à Inquisição de Lisboa. In: LOCATEL, Luiza; KIEFER, Rafael (org.). **Poder, sujeitos e circulação histórica**. Vitória: Antíteses, 2025. p. 109-127.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; ASSIS, Angelo Adriano Faria de (orgs.). **Pecatta Mundi: estudos inquisitoriais nas travessias entre Minas Gerais e Portugal**. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; SOUSA, Rafael José de. **Em nome do Santo Ofício: cartografia da Inquisição nas Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO. Inquisição de Lisboa. Processo PT/TT/TSO-IL/028/CX1591/14581. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

Do confessional ao Santo Ofício: a ação inquisitorial contra clérigos “sigilistas” na América portuguesa setecentista

Pedro Tadeu de Castro Ribeiro

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: pedrocastroribeiro93@gmail.com.

Resumo: Inserida no campo dos estudos inquisitoriais, a presente proposta objetiva analisar a ação do Tribunal do Santo Ofício português contra clérigos denunciados e processados pela “quebra do sigilo confessional” no território da América portuguesa ao longo do século XVIII. A partir dos debates doutrinários que emergiram no século XIII, no contexto do IV Concílio de Latrão, e, sobretudo, após o Concílio de Trento, no século XVI, a Igreja tornou obrigatória aos fiéis a submissão ao sacramento da Penitência, tido como indispensável à celebração frutuosa de outro sacramento: a Eucaristia. Nesse sentido, no decurso da Época Moderna, o catolicismo se empenharia de maneira cada vez mais notável para que o ato da confissão, tal como formulado teologicamente e tipificado em termos canônicos, viesse a se tornar uma prática consolidada e observada com o devido rigor pela Cristandade. Entretanto, muitos foram os entraves pastorais encontrados na sequência desses esforços. Em Portugal, por exemplo, atuava um clero majoritariamente absenteísta em relação aos mais básicos ditames da ortodoxia católica, fato demonstrado em inúmeros episódios de abuso e laxismo doutrinário. Com efeito, o sigilo confessional consolidou-se como elemento estruturante da dinâmica sacramental. No contexto português, sobretudo a partir de meados do século XVIII, o Tribunal do Santo Ofício passou a exercer jurisdição sobre confessores denunciados por, sob distintas modalidades, atentarem contra esse princípio. A partir do diálogo crítico com a historiografia produzida na Itália, em Portugal e no Brasil, a proposta busca verificar a hipótese de que a “quebra do sigilo confessional” constitui um fenômeno complexo, composto por práticas diversas capazes de violar o sigilo sacramental, relacionadas tanto à natureza do sacramento da confissão quanto às fragilidades do clero português e às disputas de poder locais. Tanto no Reino quanto no Ultramar, clérigos foram denunciados e, em alguns casos, processados pelo Tribunal do Santo Ofício, sob a grave acusação de serem “sigilistas”. Advoga-se que o mapeamento quantitativo e a análise da documentação inquisitorial possibilite compreender os meandros da ação do Tribunal, evidenciando os limites da interiorização da disciplina sacramental no contexto colonial, marcado por sociabilidades específicas e por uma cultura religiosa heterogênea.

Palavras-chave: Inquisição portuguesa; confissão; “sigilismo”. “quebra do sigilo confessional”; América portuguesa.

Ao escrever acerca do padroado da Coroa e do papel central desempenhado pelas ações missionárias no processo de conquista e colonização das possessões ultramarinas de Portugal,

Charles Boxer (1977) apresenta aos leitores fragmentos dos textos de dois cronistas portugueses. Diogo do Couto, cronista-soldado, e Frei Paulo da Trindade, franciscano, convergem em suas obras no que parece incontornável à compreensão do que, na Época Moderna, testemunhou-se em distintas partes do vasto Império que se edificava desde Lisboa: a íntima e quase indissociável ligação entre a cruz e a espada. Ambas foram as armas empunhadas, respectivamente, pelo poder religioso e pelo poder secular na conquista espiritual, material e política dos povos e da natureza que vieram a encontrar do outro lado do Atlântico. A convergência de ambas as esferas a partir de interesses comuns implicou uma acentuada interpenetração na formação de seus quadros, na definição de suas prerrogativas jurisdicionais e suas competências administrativas (PAIVA, 2000). Cumpre destacar que o cenário descrito acima esteve longe de se restringir ao caso português. Embora comporte especificidades, os mesmos pressupostos sustentariam a ação colonial de outros Estados da Época Moderna, a exemplo do que se testemunhou nos domínios hispânicos. As iniciativas de reformas teológicas, doutrinárias e pastorais que perpassaram a Cristandade no período – sobretudo após o Concílio de Trento, no século XVI – dependiam, é certo, de um sólido arcabouço jurídico que lhes conferisse validade e efetividade.

Nesse contexto, o ano de 1536 fora marcado pela promulgação da bula *Cum ad nihil magis*, documento papal cujas linhas estabeleceram a fundação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal. Tal como suas congêneres espanhola e italiana, caberia à Inquisição portuguesa o firme combate às heresias, as “crenças e comportamentos religiosos incompatíveis com o quadro doutrinário definido pela Igreja” (BETHENCOURT, 2000, p. 95). Entre outras coisas, a compreensão histórica acerca dos mais de 280 anos de atuação do Tribunal não pode prescindir da análise de seus aspectos normativos, os quais contribuíram para conformar uma atuação multifacetada e heterogênea nos diversos tempos e territórios sobre os quais a instituição fez sentir a sua influência.

Inicialmente, era restrito o número de delitos sob sua jurisdição. De maneira paulatina – e não sem tensões em relação a outras instâncias de poder, como no caso do episcopado – foi se ampliando o *rol* dos comportamentos heterodoxos sobre os quais pairava a guarda da Inquisição. Na segunda metade do século XVIII, a ação política de Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – seria determinante para que o Tribunal caminhasse em direção a um quadro de debilidade que se mostraria irreversível. No ano de 1774, o último Regimento Geral da Inquisição portuguesa estabeleceria a autoridade institucional para agir contra clérigos “sigilistas”,

aqueles que incorressem na “quebra do sigilo confessional” – como se verá, aqui compreendido como um conjunto heterogêneo de práticas capazes de atentar contra a integridade do sigilo da confissão.

Embora a tipificação jurisdicional tenha sido estabelecida apenas na década de 1770, ao menos desde o início do século XVIII a Inquisição portuguesa recebia denúncias referentes a esse conjunto de práticas. A leitura da documentação inquisitorial, bem como de documentos canônicos e pastorais, complementam-se na compreensão do fenômeno. O sigilo constituía-se como elemento incontornável à prática da confissão, conferindo validade e licitude ao sacramento da Penitência, tido como essencial ao perdão dos pecados, à plena inserção do fiel na comunidade de fé e, no limite, à salvação de sua alma.

O presente trabalho objetiva analisar a ação institucional do Tribunal do Santo Ofício contra padres denunciados e processados por serem sigilistas. Seu recorte espaço-temporal corresponde ao território da América portuguesa no decurso do século XVIII. Para além da exposição de dados quantitativos, pretende-se discutir o papel desempenhado pelo sacramento da Penitência ao longo da Época Moderna, seus pressupostos teológicos, sua caracterização na normativa canônica e os entraves pastorais encontrados pela Igreja na busca por torná-lo um importante mecanismo na constituição de subjetividades e na uniformização de crenças e práticas sociais.

O exame do conjunto de fontes formado pela documentação outrora pertencente ao foro inquisitorial e atualmente sediada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), bem como os textos canônicos e pastorais produzidos no período sugerem respostas às questões basilares desta pesquisa, qual seja: 1. Qual o papel desempenhado pelo sigilo da confissão na dinâmica sacramental na Época Moderna? 2. Quais os entraves pastorais encontrados pela Igreja na busca por preservar valores e práticas caros à ortodoxia? 3. Como se deu a constituição da perseguição à “quebra do sigilo da confissão” no âmbito da justiça inquisitorial? 4. Qual o perfil, as práticas e os conflitos nos quais estiveram os sigilistas denunciados e processados no espaço colonial?

O sigilo da confissão: delineamento doutrinal e consolidação canônica

No século XIII, o papa Inocêncio III convocou um Concílio – como são chamadas as reuniões compostas pelas altas autoridades da Igreja com o objetivo de deliberar sobre aspectos centrais em relação à doutrina, à pastoral, à fé e aos costumes. No cenário de crise pelo qual atravessava a Cristandade no período, as disposições que emergiram do IV Concílio de Latrão procuravam superar uma série de dificuldades e de enfrentamentos institucionais, agindo no sentido da conversão do maior número de fiéis e do firme combate às práticas consideradas heréticas.

Daniela Tarantino (2016) afirma que o 21º Cânone – denominado *Omnis utriusque sexus* – determinou que todos os fiéis, homens e mulheres, ao atingir a chamada “idade da razão” (*aetas discretionis*) passaram a ter a obrigação de confessar ao seu próprio sacerdote todos os pecados cometidos de maneira consciente (*capax doli*), bem como de cumprir rigorosamente a penitência que lhes for imposta pelo confessor. Após a absolvição de seus pecados, caberia ao penitente a participação na celebração da Eucaristia por ocasião da Páscoa – tida pelos cristãos como a ressurreição de Jesus Cristo.

É preciso ter em conta que as iniciativas lateranenses expressas no cânone se revelaram incontornáveis no caminho do Ocidente ao longo dos séculos. Pela primeira vez, estabeleceu-se uma obrigação universal e periódica de confissão sacramental para todos os fiéis. Tratou-se, enfim, do ponto de partida sistemático para os ensejos canônicos posteriores, os quais agiriam por consolidar elementos como a doutrina acerca do pecado original, a centralidade da Igreja e do clero na conversão dos povos e o imperativo da vivência comunitária da fé, um dos pilares dos ensinamentos católicos.

Nesse sentido, Jean Delumeau (1991, p. 08) pontua que “a compreensão da modernidade ocidental passa por uma história da confissão”. De fato, trata-se de um objeto tão fértil quanto complexo. Um objeto caro, portanto, à reflexão historiográfica. Com a teologia sacramental da confissão que emergiu em Latrão e foi posteriormente reafirmada no Concílio de Trento, no século XVI, a Igreja tomou para si prerrogativas incontornáveis às consciências dos homens e mulheres de outrora: o perdão de seus pecados e, no limite, a salvação de suas almas. O modelo pastoral moderno – do qual a confissão seria elemento central – faria conhecer, portanto, consequências diversas e, por vezes, contraditórias. Faria equilibrar os sentimentos de conforto e de inquietação. Contribuiria à emergência da consciência individual e, por consequência, do escrúpulo. Tratou-se, é certo, de um excepcional mecanismo de controle e disciplinamento.

No século XVI, o Concílio de Trento reafirmaria os principais elementos do antigo cânone lateranense. Nesse contexto na acepção de Michel Foucault (2001, p. 223) “comprimem-se os marcos cristãos sobre a existência individual”, e a confissão se constituiria não apenas como um aparelho de interdito, como é comumente associada, mas como geradora de um determinado discurso sobre a sexualidade, envolta no que o francês chamou de “economia da dor e do prazer” (FOUCAULT, 2001, p. 228). A retórica da Igreja em relação ao sacramento deve ser compreendida em atenção a um modelo espiritual de “contemplação do mundo” (*contemplus mundi*) que vicejou, sobretudo, nos conventos medievais, caracterizado pelo desprezo das coisas do mundo, em contraposição à busca da eternidade, da unidade, da interioridade, da verdade e das coisas da alma.

De igual maneira, o catolicismo se distinguia de outras tradições religiosas, e agiria por colocar o discurso acerca do pecado original e dos supostos acontecimentos do Éden “como a categoria maior e fundadora da experiência da salvação” (DELUMEAU, 2003, p. 465). O pecado de Adão e Eva se constituiria como a origem de todos os males testemunhados a olhos vistos, notadamente naquele cenário de crescentes incertezas. Desse modo, o primeiro homem e a primeira mulher teriam propagado a todos os seus filhos – ou seja, à humanidade inteira – a mancha do pecado. Com efeito, o sacramento do Batismo seria tido como o meio de lavar os pecados, o caminho por excelência da união dos seres humanos com Deus e a participação na comunidade dos crentes. Entretanto, dada a sua natureza errante, o homem voltaria a pecar, agindo por romper a aliança com Deus. Assim, em meio ao naufrágio representado pelo pecado e à ferida na alma que este representava, seria necessária uma “segunda tábua”. Agarrado a ela, caberia ao homem começar uma vida nova (*inchoare novam vitam*) (PROSPERI, 2013).

Naquele momento, a perspectiva protestante afirmava a possibilidade da salvação somente pela fé (*solo fide*), contrastante em si com as proposições tridentinas, as quais conferiam especial destaque à autoridade da Igreja, expressa na figura do confessor. Sinal do caráter judiciário que paulatinamente o conformou, haveria um “núcleo da revelação” envolto ao sacramento da Penitência. A partir de então, “temos uma formidável extensão da obrigação da penitência, logo da confissão sacramental, logo da própria revelação das faltas” (FOUCAULT, 2001, p. 219). Assombrados pela possibilidade de não adentrarem às moradas eternas, os cristãos passaram a se confessar regularmente, continuamente e exaustivamente a um sacerdote, sobre o

qual pairava a obrigatoriedade de guardar sigilo de todo o conteúdo que lhe fora confiado no confessional, sob pena de deslegitimar socialmente a prática sacramental.

Logo, o sigilo da confissão é parte constitutiva desse “núcleo da revelação”. Entre as obrigações atribuídas ao confessor pelo cânone *Omnis utriusque sexus* estavam aquelas relacionadas justamente ao sigilo confessional (*sigillum confessionis*) (TARANTINO, 2016). Não obstante as modificações históricas anotadas em relação ao sacramento, a confissão privada existia anteriormente ao século XIII. Nas tradições orientais, as menções ao sigilo datam ao menos desde o século IV, a partir de nomes como Afraates, o Sábio. No caso do ocidente, Tertuliano e Santo Agostinho elaborariam as primeiras intervenções acerca do tema. No século V, o papa Leão I, o Magno, escreveria aos bispos de Campânia, Samnio e Piceno, na Itália, não apenas proibindo-os de confessar seus penitentes de forma pública, bem com classificando a prática como “costume censurável” (*improbabilis consuetudo*).

É preciso considerar que, munido da autoridade conferida pela Igreja, o confessor era tido como o detentor do “poder das chaves” (*potestas clavium*). Assim sendo, se configurava como mediador essencial da relação entre Deus e os homens. Uma vez que os pecados pertenciam ao foro interno das consciências, antes que ao meio social, sua violação, independente da forma, significava atentar não apenas contra a confiança do penitente, mas contra o próprio sacramento, tal como fora concebido.

Conforme agiu em relação ao tema da confissão, de forma mais ampla, Trento reafirmaria as posições expressas em Latrão também em relação ao sigilo. Diferença notável estaria no agravamento das penas relativas à violação, como a condenação às galés (*ad triremes*). Contudo, no âmbito das igrejas particulares, as dioceses, passariam a surgir algumas intervenções específicas a partir do século XVI. Seria o caso, por exemplo, do Sínodo Diocesano de Montevergine, realizado na região de Campânia, na década de 1590. Isto posto, instiga perceber que a tipificação canônica foi, em larga medida, precedida pelo delineamento paulatino de uma prática social concreta, ou mesmo de normativas dirigidas a bispados específicos, motivadas por questões igualmente localizadas. Apenas séculos depois se tornariam lei universal no seio da Igreja, ou mesmo alertas presentes em obras de cariz pastoral. No caso do sigilo, destacam-se obras como *Collectio canonum*, de Anselmo de Lucca, *Decretum*, de Graciano, e *Sentenças*, de Pedro Lombardo (TARANTINO, 2016).

Torna-se claro que, de um lado, consolidava-se a normativa canônica. Do outro, por vezes bem distante, restava a prática pastoral. Entre o ideal tridentino de confessor e a realidade social concreta iam grandes diferenças, muitas delas relacionadas ao absenteísmo, à baixa instrução e aos problemas disciplinares que caracterizaram a formação do clero na Época Moderna. Daí o recurso às instâncias jurídicas – a exemplo da Inquisição, a partir do século XVI – como meio de punir aqueles tidos como hereges. Por outro lado, há a conformação de uma pródiga literatura de cariz pastoral a instruir e alertar os homens da Igreja acerca da gravidade potencial de suas condutas. A “quebra do sigilo confessional”, portanto, aparece como um entre outros erros que tinham como palco o confessionário, constituindo-se como expressão dos entraves pastorais próprios da Época Moderna.

Confessores, disciplina e desvios na Época Moderna

Entre esses entraves estavam, igualmente, dois outros delitos sobre os quais a Inquisição portuguesa alcançou jurisdição: a solicitação (*solicitatio ad turpia*) e o molinosismo. Os estudos acerca de ambos os objetos – tal como de outros delitos, como a feitiçaria, por exemplo – são frutos de uma notável renovação verificada nos estudos inquisitoriais nas últimas décadas. Desde os anos 1980, a historiografia luso-brasileira sobre a atuação do Santo Ofício se abriu a novos temas, para além da perseguição institucional aos cristãos-novos, aspecto relevante e já há muito trabalhado (PAIVA, 2010).

De acordo com Jaime Gouveia (2010, p. 27) – tal como o presente trabalho destaca em relação à “quebra do sigilo confessional” – o delito compreende um amplo número de comportamentos, pelos quais os confessores, diante de seus penitentes, tinham como objetivo “a manifestação da intenção e da vontade de levar a cabo uma relação carnal, ou a sua consumação”. Portanto, muitas vezes o espaço confessional tornava-se palco para provocação, aliciamento, sedução, tentação da parte dos confessores em relação a penitentes homens ou mulheres, com o fim último de estabelecer atos de natureza sexual.

Para além de sua definição, é preciso ter em conta que, no caso português, a jurisdição inquisitorial sobre a solicitação se delineou de maneira paulatina. O processo é comum a outros delitos. Não raro, a prática precedia a norma. Denúncias eram remetidas ao Santo Ofício por diversos agentes sociais e somente décadas depois a autoridade se via estabelecida em termos normativos. No caso da solicitação, foi em 1585 que o Santo Ofício enviou à Roma um Memorial

em que reclamava para si a possibilidade de julgar os solicitantes. A prerrogativa seria definitivamente concedida apenas em 1599, a partir da promulgação de um breve papal de Clemente VIII, intitulado *Muneris Nostri*.

Ao examinar a vasta documentação sediada no ANTT, Gouveia (2015) localizou um total de 2.458 denúncias por solicitação entre os anos de 1640 e 1750 em todo o território do Império português. Dessas, 114 teriam como origem a América portuguesa, das quais 19 se converteriam em processos inquisitoriais. Por seu turno, Lana Lage da Gama Lima (2011) apresenta um total de 503 denúncias feitas por mulheres contra 425 padres, no território da América portuguesa, entre os anos de 1610 e 1810, com uma notável concentração de denúncias entre as décadas de 1730 e 1760. A autora concebe a solicitação marcadamente como uma das formas de violência sexual às quais estavam submetidas as mulheres no Império português.

Nos anos de 1699 e 1701, respectivamente, o Pe. António da Fonseca e sua dirigida no espírito, Arcângela do Sacramento, ouviriam suas sentenças diante dos inquisidores. Foi sobre ambos que Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva (2013, p. 282) afirmaram: “a par da trivial relação entre diretor espiritual e dirigida, se envolveram em atos de amor carnal, uma paixão erótico-mística na qual o desejo sexual era nomeado por sutis expressões de amor celeste”. Foram, pois, os primeiros réus a serem sentenciados por molinosismo no âmbito da Inquisição portuguesa. A eles se seguiriam outros, como o Pe. Bernardo da Silva do Amaral, cuja atuação no bispado de Pernambuco é objeto de estudo de Bruno Melo (2022).

Sobre eles e tantos outros pesou a acusação de serem adeptos dos erros de Miguel de Molinos, sacerdote aragonês caracterizado por “uma individualidade fortemente enigmática”, inserida “na marcha das ideias, dos sentimentos e da vivência religiosa da própria cristandade moderna ocidental”, conforme Pedro Vilas Boas Tavares (1995, p. 203 e 204). Com efeito, não apenas a personalidade de Molinos se revelaria paradigmática, mas também a ressonância de suas ideias para além de Roma, onde foram condenadas pela Inquisição italiana na década de 1680. Também em Portugal confessores, exorcistas, diretores espirituais e leigos seriam condenados como molinosistas. No cerne das acusações residia, basicamente, uma forma de solicitação, a partir da qual eram mobilizados argumentos pios e desculpabilizantes, com o fim de justificar os atos luxuriosos executados nos contextos de confissão sacramental, de direção de consciência e de exorcismos. Em igual sentido, são complexos e ricos os debates historiográficos expressos, por exemplo, nos trabalhos de Tavares (2002) e de Lígia Bellini (2006).

Não faz parte do presente trabalho uma exposição detida acerca de ambos os delitos. Procurou-se apenas apresentá-los em suas linhas gerais, ambos como parte do que se pode considerar como “delitos do confessional”. Junto à “quebra do sigilo confessional”, se constituíram como óbices aos intentos centrais do catolicismo pós-tridentino: a prática confessional e a moralização do clero. Em solicitantes e molinosistas, pode-se enxergar a configuração do que Ronaldo Vainfas (2011) classificou como a “sacralidade erótica” expressa nos processos inquisitoriais, reflexo das relações entre luxúria, absenteísmo clerical e relações de gênero no Antigo Regime português. Junto aos sigilistas, evidenciaram as tensões entre a normativa eclesiástica e a realidade social concreta.

Certamente, naquele contexto, os limites entre prazer e ascese, entre zelo pastoral e laxismo se mostravam excessivamente tênues. Embora o clero se constituísse como “mediadores essenciais da relação dos indivíduos e das coletividades com o sagrado” (PAIVA, 2012, p. 165) – estando vinculado a instituições produtoras de saber e possuindo prestígio junto às comunidades cristãs – não foram raros os episódios de imperícia pastoral que os sacerdotes protagonizaram. Sobre este corpo social incidiu também a atuação dos mecanismos de controle e disciplinamento, como a Inquisição.

O Tribunal do Santo Ofício e a perseguição aos sigilistas na América portuguesa: perfil, práticas e conflitos

No ano de 2025, foi publicada a obra *Em nome do Santo Ofício: inventário das denúncias inquisitoriais nos Cadernos do Promotor (Brasil, séculos XVIII-XIX)*, elaborada sob a coordenação de Maria Leônia Chaves de Resende. Tendo como base, portanto, o fundo denominado Cadernos do Promotor (CP), foram localizadas um total de 3.455 denúncias remetidas à Inquisição, tendo como base os enquadramentos dos Regimentos Inquisitoriais de 1640 e 1774. Dessas, 50 denúncias tinham como alvo clérigos confessores que, agindo de diferentes formas, atentaram contra a integridade do sigilo confessional (Resende, 2025).

O número de denúncias e de denunciados esboça uma ligeira discrepância. As 50 denúncias tinham como alvo 45 denunciados, dos quais foi possível identificar 44. A explicação para a diferença é simples, estando ligada à natureza da documentação em tela e às especificidades institucionais da Inquisição portuguesa. Denúncias eram remetidas de maneira arbitrária, pelos mais distintos agentes sociais. Nesse sentido, um mesmo indivíduo poderia ser denunciado mais

de uma vez. Foi o que aconteceu. 40 confessores foram denunciados apenas uma vez, 03 foram denunciados duas vezes e 01 foi denunciado três vezes.

Considerada a dinâmica geral, relacionada a todos os delitos, a década de 1760 se destaca como o período de maior incidência de denúncias remetidas ao Tribunal e que tinham como palco a América portuguesa. Entre os anos de 1761 e 1770, foram remetidas 834 denúncias (as quais perfazem cerca de 24% do contingente total de 3.455 denúncias). Na primeira década do século XIX, entre os anos de 1801 e 1810, foram remetidas apenas 25 denúncias (as quais perfazem cerca de 0,72% do contingente total de 3.455 denúncias).

A explicação para tamanha discrepância reside no fato de que, nesse último período, a Inquisição portuguesa testemunhava um processo de debilidade que se mostraria irreversível, caminhando para o seu ocaso institucional, em 1821. No caso específico do delito em tela, há 07 denúncias para as quais não foi possível identificar datas. A década de 1740 revelou-se o período com maior número de denúncias remetidas, um total de 13, seguida pela década de 1750, com 07, e de 1710, com 06. Não foram localizadas denúncias remetidas na primeira década do século XIX.

Avançando para uma perspectiva espaço-temporal, é possível perceber uma confluência entre os dados gerais apresentados por Resende (2025) e os dados relativos à “quebra do sigilo confessional”, aqui apresentados. Os dados totais revelam que 1.138 denúncias teriam como palco a Capitania de Pernambuco e Minas Gerais 564, o que corresponderia a cerca de 49% do total (RESENDE, 2025). No caso da “quebra do sigilo confessional”, 50% do total de denúncias teriam sido remetidas das duas Capitanias, sendo 13 de Pernambuco e 12 de Minas Gerais. Do Rio de Janeiro teriam sido remetidas 06, do Pará 05, de São Paulo, Maranhão e Bahia, 03. Há ainda 05 denúncias remetidas de outras Capitanias distintas.

Um dos pontos centrais a se chamar atenção é a diversidade das práticas compreendidas socialmente como “quebra do sigilo confessional”. Muitos clérigos foram denunciados por um conjunto heterogêneo de práticas tidas por seus penitentes e por outros agentes sociais como passíveis de atentar contra a integridade do sigilo confessional – como visto, elemento incontornável da dinâmica sacramental. Embora seja possível constatar lacunas conceituais relevantes, o presente trabalho procura estabelecer uma tipologia mínima a esse conjunto de práticas. No caso de 22 denúncias, referem-se ao que aqui se denomina “contar a terceiros”. Foi o caso, por exemplo, do Pe. Joseph Varella, denunciado duas vezes ao longo do ano de 1713 por

uma penitente de nome Ângela de Sarges. Moradora na cidade do Pará, a mulher afirmou que, em um momento de grave enfermidade, teria se confessado com o dito padre. Um mês depois, seu irmão, Pedro Corrêa, “lhe mandara digo um recado, ameaçando-a que a havia de matar por ter procedido mal, e feito tais e tais coisas, mandando-lhe relatar todos os pecados que se tinha confessado com o dito Padre Joseph Varella” (ANTT. IL, C.P., Liv. 275, fls. 81 a 84).

Já a prática de “perguntar pelos cúmplices” corresponde a um total de 08 denúncias, as quais envolveram homens como o Pe. Estanislau, que, no ano de 1771, se apresentou ao Santo Ofício. Na oportunidade, alegou que, agindo por ignorância, teria inquirido a uma penitente acerca do cúmplice de sua culpa no ato da confissão sacramental. O padre parece indicar que o erro não se restringiria a uma oportunidade, posto que afirmou que “na dúvida me denuncio de todas as mais vezes, que até agora teria incorrido neste delito” (ANTT. IL, C.P., Liv. 318, fl. 219).

No caso de 04 denúncias, os denunciados teriam incorrido em ambas as condutas, ou seja, “contar a terceiros e perguntar pelos cúmplices”. No ano de 1781, na comarca do Rio das Mortes, Capitania de Minas Gerais, “por não incorrer nas censuras fulminadas nos Editais do Santo Ofício”, Domingos da Cunha Lopes remeteu denúncia contra o Pe. Manuel Vaz de Lima. Segundo o denunciante, o confessor teria contado a terceiros o que ouvira na confissão de José Tavares de Mello. Em outra oportunidade, na Capela da Lagem, indo com ele se confessar uma moça solteira, o mesmo clérigo a teria perguntado sobre o cúmplice de sua culpa, atemorizando-a de que lhe negaria a absolvição caso não o revelasse a identidade (ANTT. IL, C.P., Liv. 319, fl. 372).

Por fim, há 16 denúncias classificadas como “outros”. De acordo com a denúncia remetida por Antônio Machado – conhecido como “o Machadinho” – o Pe. Joaquim de Almeida e o Pe. José Severino da Silva teriam presenciado uma cena curiosa, da qual participou o Pe. Francisco de Moura Brochado. Confessando ele a escrava de uma mulher, “perguntara ele confessor à dita escrava se levava recados da sua senhora para algum homem: e a dita negra gritara, e a senhora a mandou levantar”. Ocorre que não seria a primeira vez que o confessor teria agido assim. Ao contrário, teria relevado o sigilo confessional por várias vezes, “sendo uma as culpas de uma moça, que dizem vivia com o nome de donzela, e de um negro, que tem o nariz cortado, ou ferido” (ANTT. IL, C.P., Liv. 318, fl. 394).

Os dados apresentados acima levam a que se reflita sobre algumas das afirmações consolidadas pela produção historiográfica referente ao tema. O “sigilismo” foi tema que

mereceu atenção na historiografia luso-brasileira ao longo das décadas²⁶. Embora comportem diferenças, esses trabalhos se sustentam sobre alguns pressupostos comuns. Em primeiro lugar, merece destaque o fato de que, o que chamam de “sigilismo”²⁷, seria exclusivamente a *praxe* de, no ato da confissão, indagar os penitentes acerca do nome, local de moradas e outras circunstâncias relacionadas aos cúmplices de seus pecados, com o fim de identificar, corrigir e denunciar, no foro externo ao sacramento, esses mesmos cúmplices. Além disso, a chamada “questão do sigilismo”, ou seja, a controvérsia a partir da qual, na década de 1740, a Inquisição alcançou jurisdição sobre o delito, se delinearía primordialmente como um processo de instrumentalização política do Tribunal em favor da perseguição aos membros da Jacobeia, em um contexto em que os bispos outrora pertencentes aos círculos jacobeus galgavam posições de maior destaque na estrutura político-religiosa do Reino.

Nesse sentido, é preciso assinalar algumas diferenças entre o que a historiografia chamou de “sigilismo” e o que se chama de “quebra do sigilo confessional”, ambos fenômenos distintos, embora comportem algum grau de complementariedade. Os trabalhos elencados acima – sobretudo as teses de Silva (1964) e Melo (2020) – detiveram-se vastamente sobre uma documentação de natureza pontifícia e propagandística fortemente relacionada ao contexto da “questão do sigilismo” e, posteriormente, ao do valimento do Marquês de Pombal. Uma atenção maior à documentação inquisitorial revela em detalhes a complexidade do fenômeno.

Como se pode notar nos dados apresentados acima, ao menos socialmente, a *praxe* de “perguntar pelos cúmplices” era apenas um dos comportamentos entendidos como capazes de atentar contra a integridade do sigilo confessional. Trata-se ainda de uma prática pouco denunciada em relação ao total de denúncias. Por isso, propõe-se que a “quebra do sigilo confessional” seja compreendida como um conjunto heterogêneo de práticas. Elas podem ser consideradas temerárias não apenas pelos agentes sociais que na América portuguesa remeteram denúncias contra confessores. Todas elas são, de certa forma, alvo de advertência sobre nomes

²⁶ Ver, a esse respeito, os trabalhos de MONCADA (1952); SILVA (1963; 1964; 2001); MARCOCCI E PAIVA (2013); SOUZA (2004); MENDES (2018; 2020; 2021) e MELO (2013; 2020; 2020a; 2022; 2022a, 2023).

²⁷ Segundo Silva (1964; 2001), o termo mais correto para designar a prática em questão seria “anti-sigilismo”. A expressão “sigilismo” poderia encaminhar para uma ideia equivocada de uma doutrina apologética à proteção do sigilo confessional. Tal como se deu, entretanto, a expressão conforma um outro sentido: o de atribuir a um grupo de religiosos a *praxe* de ter como lícito o uso das informações adquiridas no foro interno da confissão com vistas ao governo externo, à correção individual e à reforma social. Como nas referências mobilizadas e nas fontes documentais, no presente trabalho optou-se pela utilização da expressão “sigilismo”.

insignes da casuística relacionada à confissão, como Martin de Azpilcueta Navarro (1560) e Cristóvão de Aguirre (1670).

A mesma documentação permite colocar em perspectiva a afirmação corrente de que, na Inquisição portuguesa, o Pe. José da Cruz (ANTT. IL. Proc. 08377) seria o único processado por atentar contra o sigilo confessional (MELO, 2020) (MARCOCCI; PAIVA, 2013). No curso desta pesquisa, já foram localizados ao menos outros 06 processos cujos réus eram padres acusados de práticas que remetem ao delito em tela²⁸. Na América portuguesa, apenas um confessor viu seu processo ser concluído.

Trata-se do Pe. João Soares Brandão, natural do arcebispado de Braga, comissário do Santo Ofício e vigário colado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras, comarca da Vila Real do Sabará. Trata-se de um processo longo, repleto de episódios interessantes para que se compreenda a complexidade do fenômeno. Em 1756, determinou-se “que o réu seja asperamente repreendido em Mesa, e admoestado de fazer aos penitentes perguntas desnecessárias para o conhecimento da gravidade de seus pecados, das quais se absterá” (ANTT. IL. Proc. 00507, fl. 309). Seriam homens como o Pe. João Soares Brandão jacobeus? Ora, parece que nem mesmo a Inquisição os considerou. No caso específico, embora o tenha condenado, a ele foi imputada uma pena menos gravosa. Curiosamente, afirma-se na sentença que, não obstante os atos admitidos pelo réu ao longo do processo, “se não pode inferir adesão à doutrina errônea que condenou o Santo Padre Benedito 14” (ANTT. IL. Proc. 00507, fl. 304), ou seja, à Jacobeia.

Considerações finais

Em atenção ao exposto, é razoável afirmar a necessidade de que a ação inquisitorial contra a “quebra do sigilo confessional” seja redimensionada. Em primeiro lugar, em termos quantitativos. O exame da documentação inquisitorial indica que a quantidade de processos instaurados é sensivelmente maior do que se supunha. De igual modo, desde o longínquo território além-mar, muitas denúncias foram remetidas pelo menos desde o início do século XVIII, décadas antes de a Inquisição buscar e alcançar jurisdição sobre práticas capazes de atentar contra a inviolabilidade do sigilo confessional.

²⁸ Ver, respectivamente: ANTT. IL. Processos 08377, 00507, 08118, 01907, 01896, 09805, 13217.

Como se pôde notar, o número de denúncias sugere que, em termos absolutos, tratou-se de um conjunto de práticas pouco denunciado. O fato resta longe de indicar que o sigilo se constituía como elemento menor à dinâmica do sacramento da Penitência. Ao contrário, sua centralidade se expressa em numerosas fontes de natureza casuística, a exemplo do *Manual de Confessores e Penitentes*, de Navarro (1560), no qual o autor dedica capítulos a tratar das perguntas a serem feitas e da prudência e discrição necessárias à prática do confessor. Em outro capítulo, o autor destaca ainda a obrigatoriedade de que se guardasse o “selo da confissão”. Assim como o faria Aguirre (1670), em suas *Definições Morais*.

Por um lado, acredita-se que novas denúncias e processos sejam localizados a partir do exame à documentação pertencente à justiça episcopal, dado que muitas denúncias podem ter continuado sendo remetidas e processos sendo instaurados no âmbito do antigo foro ao qual cabia punir os sigilistas. Por outro, o número diminuto de denúncias pode ter relação com as complexidades próprias do sacramento. Em meio a um clero caracterizado por suas graves lacunas de formação, como poderiam os leigos saberem exatamente quando denunciar ou não seus confessores? No seio das pequenas comunidades cristãs, a que constrangimentos poderiam estar sujeitos caso assim procedessem? Por outro, o número diminuto de denúncias pode ter relação com as complexidades próprias do sacramento. Em meio a um clero caracterizado por suas graves lacunas de formação, como poderiam os leigos saberem exatamente quando denunciar ou não seus confessores? No seio das pequenas comunidades cristãs, a que constrangimentos poderiam estar sujeitos acaso assim procedessem?

É preciso ter em conta que uma das mais graves repercussões inerentes a esse conjunto de práticas reside na deslegitimação e desconfiança social na prática do sacramento. Constrangidos, humilhados publicamente, voltariam esses homens e mulheres a se ajoelharem diante do confessor, em prol da salvação de sua alma? A partir dessa série de questões, parecem ganhar sentido as afirmações de Adriano Prosperi (2003), quando sustenta que a questão do sigilo é fenômeno mais antigo e mais complexo, possuindo caráter mais pastoral do que político, relacionado à forma como se delinearam as técnicas de exame da consciência e aos entraves pastorais da formação do clero, que não raro agia por relativizar as já tênues fronteiras entre o zelo pastoral e o laxismo na Época Moderna. Quanto mais na América onde muitos agiam contra os preceitos caros à ortodoxia católica. Sobre eles se abateram a força da cruz e da espada. Da religião e do poder secular.

Fontes:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa (IL). Cadernos do Promotor, Livros: 266, 268, 271, 272, 275, 276, 277, 279, 280, 286, 295, 298, 300, 301, 302, 305, 307, 313, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa (IL). Processos 08377, 00507, 08118, 01907, 01896, 09805, 13217.

AGUIRRE, Cristóvão de. **Definições Morais** [...]. Recopilado pelo licenciado Domingos Maneyro das obras do Doutor Cristóvão de Aguirre. Impresso em Lisboa por João Galvão, 1670.

NAVARRO, Martín de Azpilcueta. **Manual de Confessores e Penitentes** [...]. Composto por ho muito resoluto e celebrado Doutor Martín de Azpilcueta Navarro. Impresso em Coimbra por João de Barreyra, 1560.

Referências bibliográficas

BELLINI, Lígia. Cultura religiosa e heresia em Portugal no Antigo Regime: notas para uma interpretação do molinosismo. **Estudos Ibero-Americanos**, vol. XXXII, n. 2, 2006, p. 187-203.

BETHENCOURT, Francisco. A Inquisição. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Ed.) **História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

BOXER, Charles Ralph. **O império colonial português (1415-1825)**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1977.

DELUMEAU, Jean. **A Confissão e o Perdão**: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **O pecado e o medo**: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18). Bauru: EDUSC, 2003. Tradução de Álvaro Lorencini.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Tradução de Eduardo Brandão.

GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira. **A Quarta Porta do inferno**. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750). Lisboa: Chiado, 2015.

_____. **O Sagrado e o Profano em Choque no Confessionário**. O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição, Portugal, 1551-1700. Coimbra: Palimage, 2010.

LIMA, Lana Lage da Gama. Ajoelhou tem que rezar. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 73, out. 2011. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12150/Ajoelhou tem que rezar.pdfsequence=1&isAllowed=y](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12150/Ajoelhou%20tem%20que%20rezar.pdfsequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 05/06/2026.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição portuguesa (1536-1821)**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

MELO, Bruno Kawai Souto Maior de. A escrita da história: a Jacobeia entre usos e significados (1720-1774). **Contraponto**: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, Teresina, v. 9, n. 1, p. 514-537, 2020a.

_____. **A Jacobeia entre significados e representações**: reformas religiosas e embates faccionais na monarquia portuguesa (1720-1769). Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

_____. Fr. Francisco da Anunciação e a origem da Jacobeia: estratégias de divulgação de um método espiritual (c. 1710-c. 1750). In: LIMA, Luís Filipe Silvério; MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro (Orgs.). **Cultura letrada no espaço euro atlântico (sécs. XVI-XVIII)**. Editora UFPE: Recife, 2022a.

_____. Reformas Rigoristas: Práticas jurídico-religiosas na diocese de Olinda diocese de Olinda (1725-1754). **Revista Ultramares** nº 4, Vol. 1, 2013.

_____. Um jacobeu em Pernambuco? O caso do Pe. Bernardo da Silva do Amaral (c. 1772-c. 1776). **Revista de História da USP**. São Paulo, v.181, p. 01-25, 2022.

_____. Uma multidão de escritos: a questão do sigilo confessional e a guerra de papéis contra a Jacobeia (1745-1752). **Clio**: Revista de Pesquisa Histórica. Recife, v.41, p.293-319. 2023.

MENDES, Ediana Ferreira. **Da Universidade de Coimbra ao Brasil**: os bispos da Baía, de Olinda e do Rio de Janeiro (1676-1773). Tese de Doutorado em História, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

_____. O Espelho das Virtudes: os bispos jacobeus e o projeto de reforma do clero secular-América portuguesa (1725-1773). **Via Spiritus**: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso, [S.l.], n. 28, p. 109-132, 2021.

MONCADA, Luiz Cabral de. **Mística e Racionalismo em Portugal no século XVIII**: uma página de História Religiosa. Coimbra: Casa do Castelo, 1952.

PAIVA, José Pedro. A Igreja e o Poder. In: **História Religiosa de Portugal**. Vol. 2. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000, p. 135-185.

_____. Prefácio. In: GOUVEIA, Jaime Ricardo. **O Sagrado e o Profano em Choque no Confessionário**. O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição, Portugal, 1551-1700. Coimbra: Palimage, 2010.

_____. Um corpo entre outros corpos sociais: o Clero. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 28, p. 165-182, 2012.

PROSPERI, Adriano. *Il sigillo infranto: confessione e inquisizione nel Portogallo di fine '500*. In: Idem. **L'Inquisizione romana: letture e ricerche**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2003, p. 416-422.

_____. **Tribunais da Consciência:** inquisidores, confessores, missionários. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Em nome do Santo Ofício:** inventário das denúncias inquisitoriais nos Cadernos do Promotor (Brasil, séculos XVIII-XIX). Rio de Janeiro: Autografia, 2025.

SILVA, António Pereira da. **A Jacobeia, Movimento de Renovação da Igreja em Portugal no Século XVIII.** Separata de Estudos Teológicos. Actas da III Semana Portuguesa de Teologia, realizada em Lisboa, no Colégio Universitário Pio XII, de 24 a 28 de setembro de 1963.

_____. **A Questão do Sigilismo em Portugal no Século XVIII:** história, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I. Braga: Editorial Franciscana, 1964.

_____. Sigilismo. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (org.). **Dicionário de História Religiosa de Portugal.** Lisboa: Círculo dos Leitores, 2001.

SOUZA, Evergton Sales; MENDES, Ediana Ferreira. Jacobeus nos trópicos: olhares sobre a sociedade e enquadramento religioso na diocese fluminense (1725-1773). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 83, p. 257-277, 2020.

SOUZA, Evergton Sales. *Jansénisme et Réforme de L' Eglise dans L' Empire Portugais (1640 à 1790).* Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

TARANTINO, Daniela. *Confesión y sigilo sacramental en el Concilio Lateranense IV: de la normativa a la reflexión doctrinal.* **Vergentis**, n. 3, p. 173–192, dic. 2016.

TAVARES, Pedro Vilas Boas. **Beatas, inquisidores e teólogos:** reacção portuguesa a Miguel de Molinos. 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2002, v. 1 e 2.

_____. Molinosismo e desculpabilização. *Via Spiritus:* Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso, 02, 1995, p. 203-240.

VAINFAS, Ronaldo. Sacralidade erótica em processos inquisitoriais portugueses. *Escritas do Tempo*, 03, n° 9, p.85-98, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1625/699>. Acesso em: 05/06/2026.

A Sodomia no Forte de Itapagipe

Marcos Paulo da Silva Oliveira

Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)

E-mail: contas.marcospaulo01@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como eixo central nas denúncias registradas no ano de 1620, na Fortaleza de Itapagipe, na Bahia, envolvendo os soldados Antônio Pereira e Francisco Rabelo, acusados da prática do denominado “pecado nefando da sodomia”. Inserida no contexto da Segunda Visitação do Santo Ofício à Bahia, e posteriormente organizada por Ronaldo Vainfas e Angelo Adriano Faria de Assis, tal documentação constitui a base empírica desta investigação, permitindo uma análise aprofundada das dinâmicas sociais, morais e institucionais da América Portuguesa no século XVII. Mais do que uma simples reconstituição do episódio, esta pesquisa propõe uma leitura crítica da denúncia enquanto dispositivo de controle e normatização dos comportamentos no interior do espaço militar colonial. Nesse sentido, o estudo busca compreender como as acusações de sodomia eram mobilizadas não apenas como infrações de ordem religiosa, mas também como instrumentos de regulação das condutas individuais, reforçando valores como disciplina, obediência e hierarquia. A análise evidencia que a sodomia, ao ser juridicamente enquadrada como crime grave e moralmente condenada como pecado, era construída como uma ameaça à ordem cristã e à estabilidade das instituições coloniais. No ambiente militar, essa construção se articulava diretamente aos ideais de honra e virilidade, fundamentais para a manutenção da autoridade e da coesão entre os soldados. Assim, práticas consideradas desviantes eram duramente reprimidas, não apenas por sua dimensão moral, mas por seu potencial de desestabilizar a ordem social vigente. Ao tomar esse caso específico como recorte analítico, o trabalho também investiga o papel do medo da denúncia inquisitorial como mecanismo de vigilância constante. Tal medo atuava na internalização de normas, na regulação dos corpos e dos desejos, e na reafirmação de uma masculinidade normativa, alinhada aos valores da cultura cristã e militar. Desse modo, a pesquisa contribui para a compreensão das formas pelas quais o poder disciplinar se manifestava no cotidiano colonial, evidenciando como práticas de controle social e moral estavam profundamente imbricadas nas estruturas institucionais e simbólicas do período.

Palavras-chave: Sodomia; Masculinidade; Soldados;

Introdução

Leitura de livros proibidos, libertinagem, sacrilégios, luteranismo, gentilidades, solicitação, feitiçaria, blasfêmia, bigamia, proposições heréticas, judaísmo e, por fim, a nefanda sodomia: são inúmeras às denúncias e os processos do Santo Ofício português referentes a esses variados pecados que atentavam contra a moral cristã da Santa Madre Igreja. Nas palavras do mestre Luiz

Mott, “Os milhares de processos e denúncias guardados nos arquivos inquisitoriais comprovam, contudo, que um numeroso exército de desviantes não acatou integralmente os ensinamentos impostos a fogo e ferro pelo poder clerical” (MOTT, 1988, p. 11). Além de nos mostrar que o pecado circulava intensamente na metrópole de um país cujo mito de fundação se construiu sob forte marca religiosa, os estudos sobre o Santo Ofício nos revelam uma questão fundamental: a documentação inquisitorial constitui um leque gigantesco de possibilidades de pesquisa. À medida que esse leque se abre, surgem diversas formas de compreender o funcionamento cotidiano tanto da metrópole quanto de suas colônias, oferecendo um campo amplo de possibilidades para pensar diferentes aspectos da vida no mundo moderno.

Nesse leque gigantesco de possibilidades, Ronaldo Vainfas e Angelo Assis ampliam ainda mais o campo de investigação com a importante obra *Segunda Visitação do Santo Ofício à Bahia (1618-1620)*. Nela, os autores apresentam inúmeras denúncias inéditas, transcritas a partir da documentação produzida durante a segunda visita realizada pela Inquisição portuguesa em sua colônia. Entre esses registros, destacam-se as acusações contra os soldados Antônio Pereira e Francisco Rabelo, ocorridas no Forte de Itapagipe, em 1620. É a partir desse caso que desenvolvo parte da pesquisa apresentada neste artigo, vinculada à minha monografia de bacharelado, intitulada *Quartel do pecado: os militares sodomitas*. Este artigo é resultado da comunicação apresentada no Simpósio Temático 1 da EPHIS 2026, intitulado *Inquisição, poder episcopal e cultura religiosa no Império Português na modernidade*. A partir dessas denúncias, é possível perceber que a sodomia era apresentada não só como crime repulsivo, mas como escândalo moral e ameaça à masculinidade esperada dos homens. No caso desses soldados, a desconfiança do chamado pecado nefando atingia diretamente a honra masculina dos acusados, pois colocava em dúvida sua virilidade, sua reputação pública e sua posição dentro de um espaço marcado pela disciplina militar e pela convivência entre homens.

Por esse caminho, a masculinidade não deve ser entendida como algo natural ou fixo, mas como uma construção histórica, sustentada por códigos de honra, autocontrole, domínio do corpo e afastamento de tudo aquilo que pudesse ser associado ao feminino ou à infâmia sexual. Por isso, expressões presentes nas denúncias, como “coisa de mulheres” e “fanchonice”, são fundamentais para compreender o caso. Elas não apenas nomeavam uma prática considerada pecaminosa, mas também produziam uma forma de rebaixamento simbólico dos acusados, aproximando-os de uma posição de vergonha e desonra diante dos demais soldados. Assim, o

objetivo deste artigo é analisar como o Santo Ofício, por meio da denúncia e da documentação, transformava rumores, gestos corporais e comentários em matéria de policiamento inquisitorial. Ao mesmo tempo, busca-se compreender como essas denúncias revelam as tensões em torno da masculinidade no espaço militar colonial, mostrando que a acusação de sodomia não atingia somente a alma do pecador, mas também o corpo, a honra e a fama pública dos homens envolvidos.

Uma breve história da Segunda Visitação

Como não houve a instalação de um tribunal inquisitorial em território brasileiro, a presença do Santo Ofício na América portuguesa ocorreu por meio de visitas. A primeira delas, conhecida como Primeira Visitação, foi iniciada em 1591 sob a condução de Heitor Furtado de Mendonça, marcando o primeiro grande momento de atuação inquisitorial no Brasil. Embora a Inquisição portuguesa já estivesse consolidada desde 1536, foi com essa visita que sua presença se tornou mais concreta na vida colonial, produzindo também um ambiente de medo, vigilância e suspeição. A partir dos éditos, do tempo da graça, das confissões e das denúncias, os moradores passaram a ser convocados a vigiar a própria fé e, ao mesmo tempo, a observar e denunciar as condutas alheias. Como salientam Angelo Assis e Yllan de Mattos, “Heitor Furtado (visitador de 1591) extrapolou limites, chegando a realizar procissões públicas de culpados nas regiões visitadas” (ASSIS; MATTOS, 2026, p. 70). Essa atuação mais dura e expansiva, ainda que ultrapassasse os limites regimentais impostos ao visitador, acabou produzindo um vasto conjunto documental, hoje fundamental para os estudos sobre a Primeira Visitação. Nesse contexto, a sodomia já aparecia entre as culpas que poderiam ser denunciadas à mesa inquisitorial, demonstrando que o inquisidor não se preocupava apenas com heresias e atos de judaísmo, bem como práticas morais e sexuais pecaminosas e nefandas.

No entanto, é a Segunda Visitação do Santo Ofício à Bahia, iniciada em 1618 e conduzida por Marcos Teixeira, que interessa mais diretamente a este trabalho devido seu objeto de análise ter passado por suas mãos. Diferentemente de seu antecessor, cuja atuação foi marcada por medidas mais duras e por certo abuso de suas funções, Marcos Teixeira parece ter atuado de forma mais contida e mais próxima do que determinava o regimento inquisitorial. Sua função principal não era julgar todos os casos na própria colônia, mas ouvir, registrar, organizar e encaminhar as culpas consideradas mais graves aos inquisidores de Lisboa. A chegada de Marcos

Teixeira à Bahia também seguiu uma lógica ritual e pública. A entrada solene do visitador, a leitura dos Éditos da Fé e da Graça, a fixação do Monitório e a instalação da mesa inquisitorial não eram apenas formalidades religiosas. Esses atos serviam para tornar visível a autoridade do Santo Ofício e para lembrar à população que determinados comportamentos e crenças estavam sob observação. A visitação, portanto, criava um ambiente de policiamento e medo, no qual a vida cotidiana podia ser transformada em matéria de denúncia.

Sob essa perspectiva, o Monitório tinha papel fundamental. Ao apresentar as culpas pertencentes à jurisdição inquisitorial, ele indicava à população o que deveria ser confessado ou denunciado. Entre essas culpas estavam práticas judaizantes, proposições heréticas, blasfêmias, feitiçarias, bigamia, solicitação no confessionário, sodomia e bestialidade. Isso mostra que a Segunda Visitação não se limitava ao controle da fé em sentido estrito. Ela também alcançava o campo dos corpos, da sexualidade, da moral e da reputação. A sodomia, nesse quadro, não era tratada apenas como pecado privado, mas como uma prática capaz de colocar o indivíduo sob infâmia diante da comunidade e do Santo Ofício. O tempo da graça reforçava ainda mais esse mecanismo. Em teoria, ele oferecia aos moradores a possibilidade de confessar suas culpas e evitar penas mais severas. Na prática, porém, também produzia medo, pressão e circulação de informações. As pessoas eram estimuladas a falar de si mesmas e dos outros. Com isso, rumores, conflitos, observações do cotidiano e acusações morais podiam chegar à mesa inquisitorial e ganhar forma de registro escrito. A denúncia deixava de ser apenas uma fala comum e passava a integrar uma documentação jurídica, capaz de marcar a reputação dos envolvidos.

É nesse ponto que a Segunda Visitação se torna essencial para a análise das denúncias de sodomia. O poder do Santo Ofício não estava apenas na punição. Ele também aparecia no simples ato de ouvir uma denúncia, colocá-la por escrito e transformar uma suspeita em documento. Ao transformar uma prática sexual em culpa inquisitorial, a visitação ajudava a definir o que era aceitável, o que era escandaloso e o que poderia ser denunciado como pecado nefando. Assim, a sodomia era construída não apenas como transgressão religiosa, mas também como categoria de suspeição social. Assim, a Segunda Visitação permite compreender como a Santa Madre Igreja atuava sobre a sociedade colonial por meio da vigilância, da denúncia e do registro. Mesmo quando Marcos Teixeira aparece como um visitador mais limitado pelas normas regimentais, sua atuação revela a força institucional da Inquisição na produção de documentos, suspeitas e reputações. Por isso, as denúncias de sodomia analisadas neste trabalho devem ser

lidas dentro dessa lógica: elas não são apenas relatos sobre uma suposta prática sexual ocorrida dentro de um forte, e sim a escrita inquisitorial produzida em um ambiente de controle patriarcal e religioso, no qual o chamado pecado nefando se tornava objeto de observação e intervenção daquela expedição.

As Denúncias

Na primeira denúncia, de número 204, temos como denunciador Manoel Rodrigues, soldado cristão-velho, natural de Sousel e com cerca de trinta anos. Segundo seu relato, ele se encontrava na fortaleza de Itapagipe, junto a outros soldados que aguardavam embarcação para Angola, quando teria presenciado, durante a noite, uma cena considerada escandalosa. Deitado em sua esteira, Manoel afirmou ter visto, pela abertura de uma canastra, uma candeia acesa e, junto dela, os soldados Antônio Pereira e Francisco Rabelo deitados sobre um colchão. De acordo com sua versão, ambos estavam sem calções nem ceroulas, com Rabelo posicionado de costas para Pereira, realizando movimentos que o denunciante comparou ao ato carnal entre homem e mulher. A descrição do episódio aproxima a cena do vocabulário inquisitorial do “pecado nefando”, isto é, de uma prática compreendida como contrária à ordem moral, religiosa e sexual defendida pela Igreja.

O testemunho de Manoel Rodrigues é fundamental porque apresenta a acusação em sua forma mais direta. Ele não apenas declarou ter visto a cena, mas indicou elementos que reforçariam sua suspeita: a tentativa de Francisco Rabelo de apagar a candeia, a presença de outros soldados adormecidos no mesmo espaço e a suposta confissão posterior feita por Rabelo ao tenente da fortaleza. Ao ser questionado sobre como tal ato poderia ter ocorrido em um local ocupado por cerca de vinte e cinco soldados, Manoel afirmou que todos dormiam, razão pela qual os acusados teriam se atrevido a praticá-lo. Sua explicação, ao mencionar que “o diabo os poderia enganar”, demonstra como a interpretação do caso se articulava a uma leitura religiosa da falta, na qual o desejo e o desvio eram associados à ação demoníaca e ao risco moral.

A denúncia de número 205, prestada por Francisco Monteiro, possui caráter mais breve, mas é fundamental para compreender a instabilidade da prova testemunhal. Monteiro confirmou que foi chamado por Manoel Rodrigues durante a noite e que, ao olhar, viu Antônio Pereira e Francisco Rabelo juntos, despidos, estando Rabelo de costas para Pereira. Contudo, ao contrário de Manoel, declarou não ter se escandalizado, pois era comum que soldados dormissem sem

roupas em razão do calor. Seu depoimento, portanto, confirma parcialmente a cena, mas não endossa com a mesma intensidade a interpretação de que ali se consumara o pecado nefando. Essa diferença entre ver e interpretar é central: a nudez e a proximidade corporal, embora houvesse desconfiança nos olhos de Manoel, não foram imediatamente compreendidas por Monteiro como prova inequívoca de sodomia.

O terceiro denunciante é Antônio de Castro, tenente do Forte de Itapagipe, que apresentou a denúncia de número 206. Diferentemente dos dois primeiros depoentes, Castro não afirmou ter presenciado o ato, mas declarou saber da existência de uma “fama” que circulava havia alguns dias entre os soldados da fortaleza. Segundo essa fama, Antônio Pereira e Francisco Rabelo teriam cometido o pecado nefando na noite da quinta-feira anterior. O escândalo provocado pela acusação levou o tenente a mandar prender os dois soldados, mantendo-os detidos até que o Santo Ofício determinasse o procedimento adequado. Dessa forma, seu depoimento mostra que a denúncia já havia ultrapassado o campo da observação individual e se transformado em rumor coletivo, mobilizando a autoridade militar dentro do forte. O relato de Antônio de Castro também acrescenta um elemento relevante: a tentativa de explicação atribuída a Francisco Rabelo. Ao ser repreendido, Rabelo teria negado a prática e afirmado que Antônio Pereira lhe dissera que aquilo poderia ser feito por ser “coisa de mulheres”. A expressão é ambígua, mas sugere uma tentativa de deslocar a responsabilidade para Pereira e, ao mesmo tempo, de classificar o ato como algo associado ao feminino. Em uma sociedade profundamente marcada por hierarquias de gênero, essa formulação revela como a acusação de sodomia também podia envolver noções de masculinidade, passividade, vergonha e desonra. O tenente ainda afirmou que os acusados não estavam embriagados, afastando a possibilidade de que o episódio fosse explicado pelo descontrole provocado pelo vinho.

A quarta denúncia, de número 208, foi apresentada em 29 de janeiro por João Camelo, soldado cristão-velho, solteiro e natural de Lisboa. Seu testemunho baseou-se sobretudo no que ouviu de Manoel Rodrigues e do próprio Francisco Rabelo. Camelo declarou que repreendeu Rabelo pelas “torpezas de fanchonice” supostamente cometidas com Antônio Pereira. Diante da repreensão, Rabelo teria repetido a versão de que Pereira o incitara, dizendo tratar-se de “coisa de mulheres”, mas afirmou não ter consentido e que, em seguida, levantou-se para dormir em outro lugar. A presença da palavra “fanchonice” é significativa, pois indica um vocabulário social de desqualificação moral e sexual, utilizado para nomear práticas, gestos ou reputações associadas à

sodomia. João Camelo ainda destacou a visita de um mourisco a Antônio Pereira no forte, apresentado como homem publicamente infamado pelo pecado nefando. A menção a essa figura amplia o campo da má fama, pois associa Pereira a alguém que já carregava uma reputação negativa. Assim, o testemunho de Camelo não acrescenta uma prova direta do ato, mas reforça uma rede de indícios: a fala de Manoel Rodrigues, a possível tentativa de apagar a candeia, a resposta ambígua de Rabelo e o contato de Antônio Pereira com um homem tido como infamado. A partir dessa leitura, sua denúncia contribui para consolidar a imagem de escândalo e suspeição construída em torno dos acusados.

Análise das Denúncias

As denúncias contra Antônio Pereira e Francisco Rabelo, registradas no Forte de Itapagipe em janeiro de 1620, permitem compreender a sodomia como uma acusação que não ficava presa ao confessionário; ela circulava pelo forte, atingia os corpos e marcava os nomes dos acusados. O caso, revela como o “pecado nefando” era construído discursivamente por meio de olhares, rumores, expressões morais e interpretações sobre o corpo masculino. Diante disso, a masculinidade desses soldados constitui um eixo fundamental para a análise das denúncias. A acusação de sodomia não atingia apenas a dimensão espiritual dos envolvidos, mas colocava sob suspeita sua honra, sua virilidade e sua posição diante dos demais homens da fortaleza. Antônio Pereira e Francisco Rabelo pertenciam a um ambiente marcado pela disciplina militar, pela convivência masculina e por expectativas rígidas de comportamento. Por isso, a acusação de uma prática sodomítica deslocava esses sujeitos do modelo de masculinidade cristã e patriarcal que se esperava deles.

Através de Cássio Rocha, é possível compreender a masculinidade não como uma essência natural do corpo masculino, mas como uma construção histórica, social e relacional. Essa perspectiva é importante porque desloca a análise da ideia de que “ser homem” era algo dado pela natureza e permite perceber que a masculinidade precisava ser constantemente afirmada, reconhecida e vigiada pelos outros. Nesse sentido, Rocha, ao dialogar com Almeida, lembra que

a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da

sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino (ALMEIDA apud ROCHA, 2026, p. 53).

Essa formulação ajuda a interpretar as denúncias de Itapagipe porque a acusação não recaía somente sobre a conduta sexual dos soldados. Ela atingia também sua virilidade, sua honra e sua posição diante dos demais homens da fortaleza. Assim, quando Francisco Rabelo teria afirmado que Antônio Pereira lhe dissera que aquilo era “coisa de mulheres”, a expressão revelava mais do que uma tentativa de explicação do ato: ela acionava uma lógica de rebaixamento simbólico, na qual tudo aquilo que era associado ao feminino poderia comprometer a masculinidade esperada de um soldado.

Ao associar o ato denunciado ao feminino, os depoimentos produzem uma forma de rebaixamento simbólico da masculinidade dos acusados. Em uma sociedade hierarquizada pelo gênero, aproximar um homem do lugar social atribuído às mulheres significava fragilizar seu status quo. O mesmo ocorre com a palavra “fanchonice”, utilizada por João Camelo ao repreender Francisco Rabelo. O termo carrega forte sentido de desqualificação moral e sexual, funcionando como marcador de infâmia. Mais do que nomear uma prática, a palavra classificava o sujeito, aproximando-o de uma reputação vergonhosa.

Na primeira denúncia é relatado, os dois soldados estavam deitados em um colchão, sem calções nem ceroulas, com Francisco Rabelo de costas para Antônio Pereira, movendo-se de maneira semelhante ao ato sexual entre homem e mulher. A narrativa transforma posições corporais, nudez e movimento em sinais de transgressão. O corpo masculino, nesse caso, passa a ser interpretado a partir de uma gramática moral e inquisitorial que define quais gestos poderiam ser considerados aceitáveis ou escandalosos. No entanto, a fala de Francisco Monteiro complica a denúncia. Ele viu os corpos, confirmou a nudez, mas não se scandalizou. Para ele, dormir sem roupa podia ser explicado pelo calor. Esse detalhe é importante porque impede uma leitura automática da cena. A nudez, sozinha, não bastava. A acusação ganhou força quando se juntaram outros elementos: a posição dos corpos, a candeia, a fama e a fala atribuída a Rabelo.

A “fama” mencionada por Antônio de Castro é outro elemento decisivo. Antes mesmo de chegar formalmente ao Santo Ofício, a suspeita já circulava entre os homens da fortaleza. O rumor comprometia a reputação dos acusados e pressionava a autoridade militar a agir. Por isso, Castro mandou prender Antônio Pereira e Francisco Rabelo enquanto aguardava instruções inquisitoriais. Esse dado mostra que a denúncia não nasceu apenas de uma observação individual,

mas de uma rede de comentários, infâmias e interpretações compartilhadas. A fama pública funcionava, em razão disso, como mecanismo de controle social. Em um espaço como o Forte de Itapagipe, onde soldados dormiam próximos, dividiam cômodos e eram constantemente observados por seus companheiros, a honra masculina dependia intensamente do olhar dos outros. Ser associado ao pecado nefando significava ter a própria masculinidade colocada em dúvida diante do grupo. Nesse ambiente, o policiamento não era exercido apenas pelo Santo Ofício, mas também pelos próprios soldados, que observavam, comentavam e repreendiam comportamentos considerados desviantes.

A análise das denúncias também pode ser aproximada da perspectiva foucaultiana sobre discurso e poder. Para Foucault, “dentre seus emblemas, nossa sociedade carrega o do sexo que fala” (FOUCAULT, 1999, p. 74). Essa formulação é importante porque permite compreender que o poder não atua apenas pelo silêncio ou pela repressão das práticas sexuais consideradas ilícitas, bem como pela produção constante de discursos sobre elas. Nesse sentido, o Santo Ofício mais do que condenava a sodomia: ele fazia com que ela fosse dita, narrada, interrogada, registrada e classificada. O suposto ato ocorrido no Forte de Itapagipe não permaneceu no silêncio da noite. Ele foi visto, comentado entre os soldados, transformado em fama, levado ao tenente e, por fim, registrado como denúncia inquisitorial. Assim, o pecado nefando tornou-se objeto de fala e de produção institucional da verdade. Essa dimensão discursiva exige cautela metodológica. As denúncias inquisitoriais não devem ser lidas como retratos transparentes da realidade. Elas foram produzidas em um contexto de medo, autoridade religiosa e desigualdade entre inquisidor e depoentes. O que chega ao historiador não é o acontecimento em si, mas uma narrativa organizada segundo os códigos do Santo Ofício. Por isso, mais importante do que afirmar com certeza o que ocorreu naquela noite é analisar como a cena foi interpretada, narrada e transformada em matéria inquisitorial.

Os limites da documentação são evidentes. As denúncias não apresentam o depoimento direto de Antônio Pereira e Francisco Rabelo. Também não permitem saber se houve consumação do ato conforme os critérios utilizados pela Inquisição, como penetração ou derramamento de sêmen. O que existe são descrições corporais, sombras públicas, rumores e testemunhos parciais. Pode-se afirmar que, o episódio deve ser entendido menos como prova definitiva de uma prática sodomítica e mais como registro de uma suspeita formalizada diante do Santo Ofício.

Conclusão

No contexto da Segunda Visitação, a Inquisição também se voltava para práticas consideradas ofensivas à moral da Santa Madre Igreja, classificando comportamentos luxuriosos, produzindo suspeitas e registrando aquilo que poderia ser entendido como desvio. Por essa lógica, o chamado pecado nefando não aparece apenas como uma falta religiosa, mas como uma categoria capaz de afetar a honra, a fama e a posição social dos indivíduos envolvidos. O caso de Antônio Pereira e Francisco Rabelo demonstra que a denúncia inquisitorial não dependia apenas da confirmação plena de um ato. O que sustentava a infâmia era a combinação de vários elementos: o olhar de Manoel Rodrigues, a nudez dos corpos, a posição em que os acusados foram encontrados, a tentativa de apagar a candeia, a circulação da fama dentro do forte e as expressões utilizadas pelos próprios soldados, como “coisa de mulheres” e “fanchonice”. Esses termos revelam que a acusação de sodomia também passava pela linguagem da desonra e da feminização simbólica, colocando em dúvida a masculinidade dos acusados diante de seus companheiros.

Dessa forma, as denúncias mostram que a fortaleza era mais do que um espaço militar. Era também um ambiente de convivência masculina, com o olhar coletivo de vigilância e controle moral. Os soldados observavam uns aos outros, comentavam condutas, produziam rumores e acionavam autoridades quando alguma prática parecia ameaçar a ordem esperada. Antes mesmo de chegar formalmente ao Santo Ofício, a suspeita já circulava entre os homens do forte, demonstrando como a fama pública podia funcionar como mecanismo de disciplina social.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer os limites da documentação. As denúncias não permitem afirmar com segurança o que ocorreu naquela noite, tampouco preservam a voz direta de Antônio Pereira e Francisco Rabelo. O que chegou até nós são relatos mediados pela lógica inquisitorial, atravessados por medos, valores religiosos, códigos de honra e expectativas morais próprias do século XVII. Por isso, mais do que buscar uma verdade definitiva sobre o episódio, interessa compreender como aquela cena foi observada, comentada, reinterpretada e convertida em denúncia formal.

Essa cautela, contudo, não diminui a importância do caso. Pelo contrário, ela abre novas possibilidades de investigação. As denúncias de Itapagipe funcionam como uma porta de entrada para pensar outros sujeitos que também foram colocados à margem pelo Santo Ofício,

especialmente homens ligados ao universo militar acusados de sodomia ou associados à fama do pecado nefando. Explorar esse conjunto documental significa ampliar o olhar para além de um único episódio, buscando perceber se outros soldados, marinheiros, oficiais ou homens em trânsito pelo Império português também apareceram nas malhas inquisitoriais por rumores semelhantes. Desse modo, a pesquisa não se encerra na tentativa de confirmar ou negar a prática denunciada, mas se desdobra na análise de como a Inquisição classificava corpos masculinos, produzia infâmias e registrava formas de sexualidade consideradas perigosas para a sociedade.

Referências bibliográficas

ASSIS, A. A. F. de; VAINFAS, R. (org.). Segunda visitação da Inquisição à Bahia (1618-1620): Denúncias completas e inéditas com ortografia atualizada. São Paulo: Cosac, 2025.

ASSIS, Angelo Adriano Faria de; MATTOS, Yllan de (org.). *O retorno da Inquisição à Bahia: confissões e ratificações da Segunda Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1618-1620)*. 1. ed. Niterói: Proprietas, 2025.

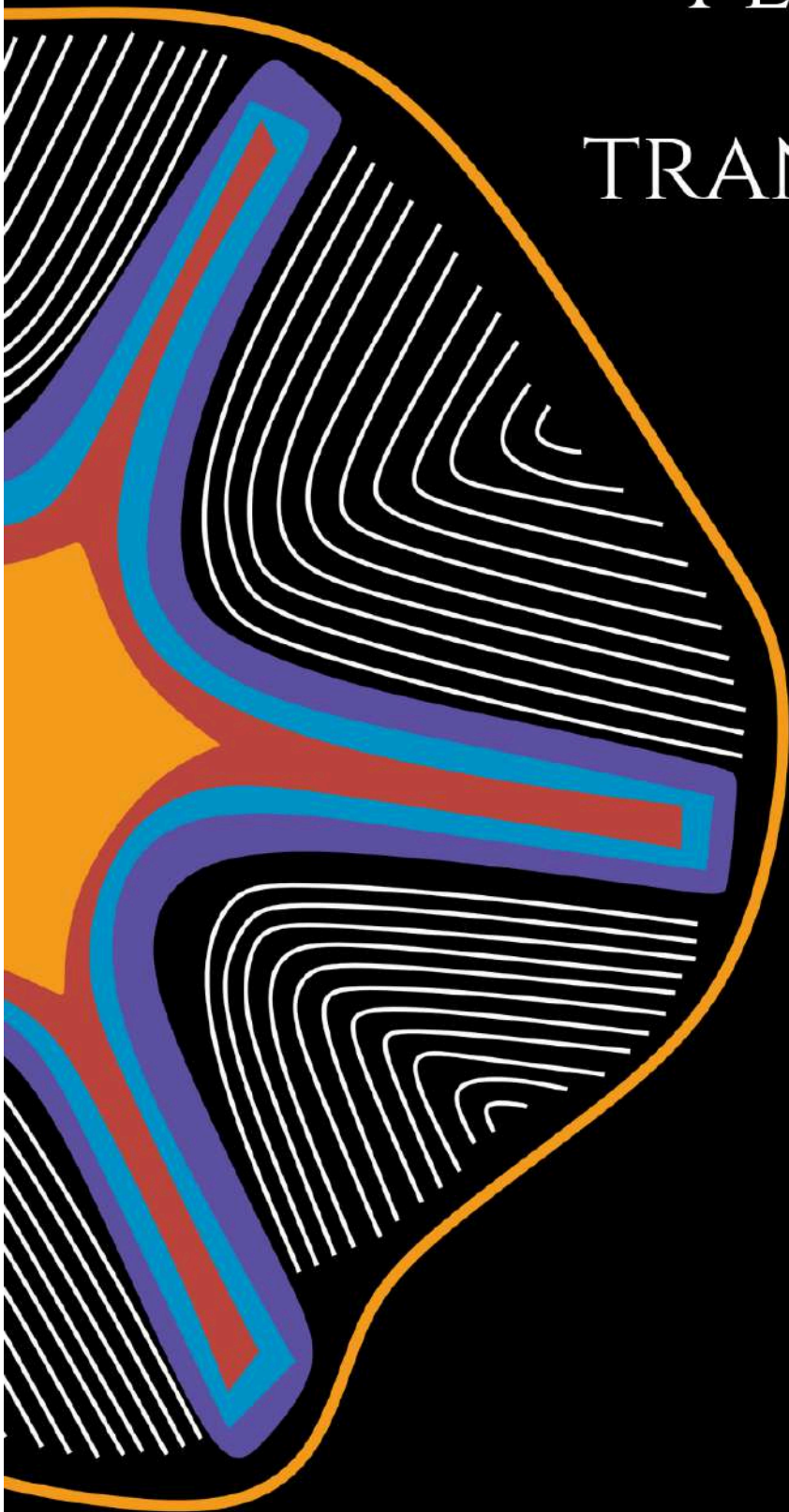
FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 74.

ROCHA, Cássio Bruno de Araujo. *Masculinidades e Inquisição: gênero e sexualidade na América portuguesa*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

MOTT, Luiz. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

ST02

PERCEPÇÕES DA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO



Coordenadoras:
Kelly Alves Andrade
Maria Cecília Ferreira

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Figuras marginais na Paris de Haussmann: a poética de Baudelaire nos *Tableaux Parisiens* e a leitura benjaminiana da metrópole moderna

Kelly Alves Andrade

Doutoranda em História Social

Universidade de São Paulo (USP)

FAPESP - Processo nº 25/12232-0

kelly.alves.andrade@usp.br

Resumo: O estudo tem como objeto as figuras marginais reveladas em instantes literários na seção *Tableaux Parisiens*, publicada na segunda edição de *Les Fleurs du Mal* (1861), do poeta francês Charles Baudelaire. A análise demonstra de que modo alguns desses poemas contribuíram para as reflexões de Walter Benjamin sobre a metrópole moderna, incorporadas à sua crítica da modernidade. Metodologicamente, evidencia-se o caráter fragmentário dos estudos benjaminianos por meio da técnica da montagem literária, desenvolvida no *Projeto das Passagens* (*Das Passagen-Werk*). Como resultado, discutimos sobre as potencialidades da literatura urbana, na perspectiva benjaminiana, para a reflexão crítica das vivências marginalizadas durante a haussmannização da capital parisiense.

Palavras-chave: *Tableaux Parisiens*; Walter Benjamin; Metrópole Moderna.

O embelezamento estratégico e a poética dos *Tableaux Parisiens*

A Paris da segunda metade do século XIX passou por um intenso processo de modernização conduzido pelo prefeito, o barão Georges-Eugène Haussmann. Entre 1852 e 1870, cerca de 20 mil casas foram demolidas para abertura de avenidas e novas construções idealizadas pelo *artista demolidor*, como o barão se autointitulava (BENJAMIN, 2009, p. 64). Momento em que a segregação urbana revelava a dupla realidade que emergia da lógica do progresso, este que inaugurava as passagens parisienses, estruturas cobertas de vidro e ferro, pensadas para exibir as últimas novidades do mercado. Assim como os *intérieurs*, os *boulevards* e os bairros padronizados em uma série de construções da mesma proporção, inspirados na arquitetura neoclássica. Transformações movimentadas pela massa trabalhadora, sobreviventes nos bairros afastados da Paris idealizada para o sonho burguês (MENEZES, 2013).

Para além da estética, o embelezamento era estratégico, pois também controlava o espaço para conter possíveis insurreições populares. As largas avenidas permitiam maior agilidade às tropas e limpavam o caminho de bairros inteiros demolidos, que foram no passado local das barricadas (LÖWY, 2021, p. 96). As multidões cresciam na mesma proporção que a separação dos ambientes públicos e privados, assim como as moradias insalubres que abrigavam os expulsos de suas casas para as regiões periféricas (BENJAMIN, 2009, p. 872). A perda das formas habituais do território urbano e o aumento da miséria, em contraste com o elegante traçado que emergia do capital financiado pelo imperialismo napoleônico, provocavam nos parisienses estranhamento em relação ao próprio território. A capital emergia como metrópole pelo controle que apagava o passado medieval e anunciava o futuro moderno (BENJAMIN, 2009).

Desde a segunda metade do século XVIII, o nascimento da metrópole francesa era representado, principalmente, pelo gênero do *tableau* urbano, de grande projeção pelo *Tableaux de Paris* (1781-1788) de Louis-Sébastien Mercier, continuado pela obra homônima de Edmond Texier, publicada em 1852 (LOURENÇO, 2022, p. 114). Um tipo de *literatura panorâmica*, que romantizava as transformações parisienses, como os panoramas pintados que exibiam imagens da vida burguesa como um espetáculo moderno, mas não registrava o cotidiano dos artífices braçais da grande cidade (BENJAMIN, 2009).

Durante o Segundo Império Napoleônico (1852-1870), a população desenraizada crescia em Paris e foi alvo do discurso de ódio proferido por Haussmann em 1864 para justificar suas medidas higienistas (BENJAMIN, 2009, p. 49). Mesmo momento em que a lírica de Charles Baudelaire captava a desfragmentação urbana e cultural dos cidadãos. Os deserdados surgiam como os heróis modernos que habitavam o cotidiano literário do artista, que também considerava-se sem valor nessa nascente sociedade capitalista (MURICY, 1998).

Seja como crítica ou inspiração, a segunda edição de *Les Fleurs du Mal* (1961), que consagrou Baudelaire como o poeta da estética antiburguesa, trazia em suas páginas a seção dos *Tableaux Parisiens*. Composta por dez poemas novos e a inserção de títulos da edição anterior, dessa vez, com um novo enquadramento semântico (OEHLER, 1997; LOURENÇO, 2022). Memórias melancólicas eram evocadas sobre o passado desfeito pelo recente traçado urbano, como imagens de choque ao otimismo da modernidade. O poeta retratava as desigualdades sociais da massa anônima para denunciar a caducidade e a fragilidade da metrópole que emergia em contraste ao sonho parisiense (BOLLE, 1994).

A inserção dos *Tableaux Parisiens* na edição de 1861 de *Les Fleurs du Mal* reconfigura a relação entre Baudelaire e a capital francesa. Na primeira edição, publicada em 21 de junho de 1857 pela editora *Poulet-Malassis et de Broise*, os poemas exprimiam críticas aos princípios conservadores e literários vigentes à época, expressos, inclusive, na antítese do título, e levaram o poeta e a editora aos tribunais por atentado à moral pública (LOURENÇO, 2022, p. 80). Seis poemas foram censurados na segunda edição, e a reordenação das seções e o aumento do número de títulos e suas transições renovaram os simbolismos da obra. A segunda edição evoca, em sua essência, a perda da identidade com a urbe, dos indivíduos deslocados no tempo pela haussmannização. Temas que continuam em *O Spleen de Paris*, obra publicada em 1869, dois anos após a morte do poeta (LOURENÇO, 2022, p. 114).

Nos dezoito poemas que compõem os *Quadros Parisienses* baudelairianos, as ruas de Paris são habitadas pelos marginais da sociedade: idosos, mendigos, bêbados, cegos, aldeões, prostitutas, ladrões, enfermos, pobres, loucos e operários, que ganham contornos poéticos pelo olhar do *flâneur*,^[1] que deambula pela nascente metrópole e descreve cenas cotidianas que revelam a profunda discrepância entre o progresso parisiense e a qualidade da vida social (HASTINGS, 2023).

A recepção baudelairiana por Walter Benjamin nos estudos da metrópole moderna

Temas que despertaram o interesse do judeu-alemão Walter Benjamin (1892-1940), historiador, filósofo, sociólogo, crítico literário e tradutor dos escritores modernos como Baudelaire, Proust, Balzac, Kafka, entre outros (LAVELLE, 2018, p. 20). O autor berlinense considerava o ato de percorrer uma metrópole como a expressão histórica da experiência moderna. Em especial, a capital francesa, historicamente local de conflitos e revoluções, do nascimento das multidões, do *flâneur*, e inspiração para suas reflexões sobre as fantasmagorias e a construção de identidades individuais e coletivas. Paris, representava para Benjamin, um objeto histórico-filosófico e um *médium de reflexão* para o estudo da metrópole moderna (BOLLE, 1999).

¹ Para Walter Benjamin, o *flâneur* é uma figura característica da Paris oitocentista e um dos símbolos da experiência moderna. É um arquétipo central na poesia de Baudelaire, como o seu alter ego literário. Um elegante e atento observador das multidões e dos espaços urbanos, principalmente das vitrines nas passagens parisienses. Sua posição é ambígua, ao encontrar-se simultaneamente imerso e distante da circulação das mercadorias. O que, na perspectiva benjaminiana, representa um observador privilegiado das fantasmagorias produzidas pelo capitalismo e das transformações da experiência citadina na metrópole moderna (BOLLE, 1994, p. 366-372).

O que lhe permitiu capturar os sentidos ocultos da estrutura social do século XIX e revelar as contradições da modernidade capitalista do século XX, por um olhar metodológico que unia filosofia da história, crítica literária e os tipos urbanos (SCHLESENER, 2011, p. 60).

Os *Tableaux Parisiens* foram essenciais na introdução de Walter Benjamin ao tema da literatura urbana, pois identificava-se com as críticas de Charles Baudelaire. Em oposição às fisiologias idealizadoras e aos panoramas romantizados da moderna capital francesa no século XIX, também preferia estudar os tipos urbanos ligados ao cotidiano das massas (BOLLE, 1999). Ao longo de uma década, ele traduziu a seção dos *Quadros Parisienses* para o alemão, com a primeira publicação no ano de 1923, acompanhada pelo prefácio *A tarefa do tradutor*, no qual reflete sobre como a tradução de obras estrangeiras pode ampliar e transformar uma língua (BARBOSA, 2023, p. 8-9).

No *Projeto das Passagens* (*Das Passagen-Werk*), iniciado entre os anos de 1927 a 1929 e retomado em 1940, Benjamin reuniu milhares de fragmentos, notas e citações, que ganharam sentido pelo método da montagem literária, como um tipo de “painel móvel do século XIX, que se concentra aos *farrapos*, os *resíduos* da história. Aquilo que aparentemente não tem importância, mas ganha materialidade pelo caráter alegorista-colecionador do método benjaminiano” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 146, grifo nosso). Trabalho de pesquisa tão extenso que não foi concluído em vida. Esse projeto inacabado registra o interesse do autor pela lírica baudelaireana, pois dela pôde extrair em fragmentos a perda da experiência na modernidade pelas imagens de Paris em metropolização revelada nos versos do poeta (CANTINHO, 2022, p. 90).

Os *Tableaux Parisiens* são citados em fragmentos por diversos momentos nas *Passagens*, como na seção J – *Baudelaire*, e nas duas exposés (1935 e 1939) de *Paris: a capital do século XIX*. Nesta última, alguns poemas do poeta francês são citados por Walter Benjamin, como engenho alegórico que expõe o processo de alienação pelo olhar do *flâneur*, observador atento das multidões na cidade transformada em fantasmagoria, que encobre a miséria dos habitantes na metrópole, seduzidos pelas miragens mercadológicas. O arquivo temático J – *Baudelaire* é considerado o mais volumoso da seção *Notas e materiais* das *Passagens*, com cerca de duzentas páginas e mais de mil fragmentos incorporados à escrita da obra também inacabada *Charles Baudelaire, um poeta lírico no auge do capitalismo*. Resultado da pesquisa minuciosa de Benjamin à recepção dos escritos de Baudelaire (BOLLE, 2009, p. 263). Na teoria benjaminiana de crítica à modernidade, a temática do sonho perpassa o vasto *Projeto das Passagens* (*Das Passagen-Werk*). A

Paris oitocentista é descrita como a grande cidade dos sonhos da modernidade, onde as promessas do progresso capitalista produzem um mundo ilusório que molda os comportamentos da sociedade (FREITAS, 2021). O estado de sonho condensava a experiência histórica coletiva ao articular as reminiscências do passado às imagens desejadas do futuro. O sonho, desse modo, seria o fundamento utópico da sociedade capitalista, na qual cada época sonha com a seguinte e projeta nela a realização de suas aspirações. Sob essa lógica, o futuro converte-se em promessa permanente, impulsionando desejos e expectativas que sustentam o imaginário do progresso e orientam a experiência temporal da modernidade (SCHLESENER, 2011, p. 148).

As fantasmagorias na Paris do sonho moderno

Desse sonho coletivo irrompem as *fantasmagorias*, ou seja, as reproduções inconscientes da memória individual no interior desse estado onírico coletivo. Contudo, os indivíduos são continuamente afetados pela experiência do choque (*Chockerlebnis*) que caracteriza a atomização da rememoração na modernidade, promovendo uma alienação coletiva que mantém a sociedade imersa em estado de sonho. Condição que dificulta a reflexão individual e contribui para o empobrecimento da experiência (*Erfahrung*), tornando os sujeitos incapazes de apreender o passado em sua dimensão histórica. Como consequência, aquilo que não é elaborado ressurgue como o *eterno retorno*, o pesadelo infernal do sonho moderno, refletido na vivência (*Erlebnis*) empobrecida de vínculos com o passado (LEITE, 2018, p. 181).

Essa dimensão se faz presente nos *Tableaux Parisiens*, pois as transformações na capital francesa são retratadas em um imaginário onírico e fantasmagórico. Citadas por Benjamin em diferentes fragmentos na seção J – *Baudelaire*. Um exemplo é o primeiro poema da seção, *Paisagem* (*Paysage*), que descreve a transfiguração do subúrbio tomado pelas chaminés das fábricas, que, na visão do autor berlinense, retratava o cotidiano dos proletários urbanos no território desfigurado em Paris:

Quero, para compor os meus castos monólogos/Deitar-me ao pé do céu, assim
como os astrólogos/ E, junto aos campanários, escutar sonhando/ Solenes
cânticos que o vento vai levando/ As mãos sob meu queixo, só, na
água-furtada/ Verei a fábrica em azáfama engolfada/ Torres e chaminés, os
mastros da cidade/ E os vastos céus a recordar eternidade (BAUDELAIRE,
2012, p. 433, grifo nosso).

Baudelaire olhava a paisagem parisiense em transformação no século XIX e encontrava nelas uma nova forma de beleza. Ruas superpovoadas, a figura do *flâneur* e as misérias do cotidiano tornaram-se temas recorrentes em sua poesia. A sociedade burguesa, com seus valores centrados no progresso material e na moralidade, tendia a rejeitar ou ignorar o lado mais sombrio e marginal da existência. A beleza, para essa classe, era algo a ser encontrado em temas clássicos e romantizados, não na realidade complexa e desigual da modernização (OEHLER, 1997, p. 72).

No quinto poema dos *Tableaux Parisiens*, intitulado *Os Sete Velhos* (*Les Sept Vieillards*), dedicado a Victor Hugo, escritor francês que também mantinha interesse pelo fenômeno do nascimento das multidões, narra o momento do *flâneur* ao caminhar pela cidade e esbarrar com sete velhos mendigos que se fundem na mesma figura. Na medida em que o abordam, uma visão infernal se repete, causando confusão e pavor na cidade imersa em sonho:

Cidade a fervilhar, cheia de sonhos, onde o espectro, em pleno dia, agarra-se ao passante! Flui o mistério em cada esquina, cada fronde/ Cada estreito canal do colosso possante.

Certa manhã, quando na rua triste e alheia/ As casas, a esgueirar-se no úmido vapor/ Simulavam dois cais de um rio em plena cheia/ E em que, cenário semelhante à alma do ator.

Uma névoa encardida enchia todo o espaço/ Eu ia, qual herói de nervos retesados/ A discutir com meu espírito ermo e laço/ Por vielas onde ecoavam carroções pesados/ Súbito, um velho, cujos trapos pareciam reproduzir a cor do tempestuoso céu/ E a cujo pobre aspecto esmolos choveriam/ Não fosse o mal que lhe brilhava no olho incrêdo.

Ele ia, em meio à lama e à neve quase imerso/ Como quem mortos calca ao peso das sapatas/ De todo indiferente e hostil ao universo/ Outro o seguia: barba, dorso, olhos, molambos/ Enfim, tudo era igual, do mesmo inferno oriundo/ Neste gêmeo senil, e caminhavam ambos/ Com mesmo passo não se sabe a que outro mundo.

A vítima eu seria de um conluio astuto? Ou que perverso acaso ali me atormentava? Sete vezes contei, minuto após minuto/ Este sinistro ancião que se multiplicava!

Furioso como um ébrio que vê dois em tudo/ Entrei, fechei a porta, trêmulo e perplexo/ Transido e enfermo, o espírito confuso e mudo/ Fendido por mistérios e visões sem nexos! (BAUDELAIRE, 2012, p. 455, grifo nosso).

No título *D. de Baudelaire ou as ruas de Paris* da exposição de 1939, Benjamin interpreta este poema como a visão fantasmagórica do *eterno retorno* na modernidade, representado alegoricamente pela multiplicação da figura do mendigo como o *sempre igual* (BENJAMIN, 2009, p. 61). Trata-se da apreensão da imagem literária da contemplação melancólica do eterno retorno,

se considerarmos sua leitura como crítica alegórica do progresso,² pois, na teoria benjaminiana, o tempo do progresso anuncia as novidades no presente “mas este não passa do eterno retorno do velho, pois o progresso é a repetição infernal do sempre igual” (RIGATTO, 2011, p. 112).

O século não soube responder as novas virtualidades técnicas com uma nova ordem social. É por isso que a última palavra coube as mediações enganosas do antigo e do novo, que estão no coração de suas fantasmagorias. O mundo dominado por essas fantasmagorias e — para usarmos a expressão de Baudelaire — a modernidade. A visão de Blanqui faz entrar na modernidade — da qual os sete velhos aparecem como arautos — o universo inteiro. Finalmente, a novidade lhe aparece como o atributo do que é próprio ao domínio da danação (BENJAMIN, 2009, p. 67).

Em *O Cisne (Le Cygne)*, quarto da seção dos *Tableaux Parisiens*, e também dedicado a Victor Hugo, Walter Benjamin o compara “ao movimento de um berço que balança entre a modernidade e a antiguidade” (BENJAMIN, 2009, p. 202). O poema retrata um processo de rememoração marcado pelo sentimento de perda vivenciado pelo transeunte ao atravessar a praça da nova capital. Oprimido pelas imagens melancólicas de um tempo anterior, em contraste com o ritmo acelerado das novidades modernas (GAGNEBIN, 2009), o poeta expõe, por meio da melancolia ou *spleen*, a realidade transitória do presente em meio às ruínas daquilo que um dia foi novidade:

Paris muda! Mas nada na minha melancolia mudou! Novos palácios, andaimes,
lajedos/ Velhos subúrbios, tudo em mim é alegoria/ E essas lembranças pesam
mais do que rochedos (BAUDELAIRE, 2009, p. 449, grifo nosso).

Na lírica de Baudelaire, o *spleen* é a experiência moderna da melancolia barroca do século XVII,³ do poeta assombrado pelo eterno retorno da contemplação solitária da haussmannização durante o Segundo Império, onde antigo e moderno estão ligados à ruína. O que Benjamin interpretou como sintoma alegórico da subjetividade melancólica dos desenraizados que sobrevivem na Paris do século XIX (MURICY, 1998, p. 207). Essas transformações constituem

² Para Walter Benjamin, a ideia moderna de progresso é uma fantasmagoria que encobre o caráter destrutivo do sistema capitalista. Em oposição à concepção linear da história, interpreta a modernidade como ruínas de descontinuidades. Dessa concepção, a alegoria assume papel central em seu método crítico. Em oposição ao símbolo, que pressupõe unidade e totalidade, a alegoria evidencia a transitoriedade e a decadência dos fenômenos históricos. E reflete a modernidade para apresentá-la como ruína alegórica do que o sempre novo anuncia. O que revela a dimensão melancólica da vida moderna, ocultada pelas promessas do progresso cumulativo da barbárie (MURICY, 1998, p. 206).

³ O estudo da literatura barroca do século XVII constitui um exemplo do procedimento teórico de Walter Benjamin. Em *A Origem do Drama Barroco Alemão (Ursprung des Deutschen Trauerspiels)*, de 1928, o autor berlinense elaborou categorias como alegoria, melancolia e a percepção da história sob o signo da ruína. Conceitos originalmente vinculados à análise do Barroco, que foram atualizados e ressignificados para a reflexão crítica das tensões históricas e sociais dos séculos XIX e XX (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 183).

uma questão central da crítica benjaminiana da modernidade. Pois, na medida em que a destruição de bairros e ruas medievais cedeu espaço às grandes avenidas, passagens e *boulevards*, as construções remanescentes do passado persistiam entre as contemporâneas, revelando a dimensão destrutiva e corrosiva do tempo. Do novo que nasce da própria ruína, tema que ressoa nos versos melancólicos de *Le Cygne* (GAGNEBIN, 2009, p. 51).

A vivência é frequentemente retratada nos poemas dos *Quadros Parisienses*, como em *Brumas e Chuvas* (*Brumes et Pluies*), no qual a cidade se torna estranha ao *flâneur*, e em *A uma Passante* (*À une Passante*), que retrata como a metrópole produz estranhos na multidão (BENJAMIN, 2009, p. 402). Fragmentos da lírica de Baudelaire que também influenciaram a reflexão teórica sobre o declínio da experiência (*Erfahrung*). Submetida, na modernidade, a uma repetição paralisante do passado. Para o autor berlinense, o presente deveria romper com a recorrência desse passado. E somente a partir da construção de uma nova experiência, seria possível implodir imagens históricas naturalizadas para revelar seus significados ocultos. Dessa perspectiva, seu projeto histórico-filosófico busca redefinir o conceito de experiência (*Erfahrung*) pelo uso da linguagem e da escrita, essenciais para a formulação de sua crítica da modernidade (MURICY, 1998, p. 184).

Para Walter Benjamin (2009, p. 426), o poeta francês identificava-se com os marginalizados, como as prostitutas e os ladrões do poema *O Crepúsculo Matinal* (*Le Crépuscule du Matin*), título que encerra a seção dos *Tableaux Parisiens*. Em sua recepção, era como se o leitor caminhasse pelas passagens que exibem belas vitrines. Porém, em vez de mercadorias, esses “versos-vitrines” expõem a realidade cruel da metrópole, apresentada em blocos que não rimam:

Por onde passa, ela trilha um caminho oculto/Como o inimigo tentando um ataque/Ela se agita na cidade imunda/Como um verme roubando do homem o que ele come/Aqui e ali, ouvem-se cozinhas chiando/Teatros gritando, orquestras roncando/ As mesas de jantar, onde o jogo é uma delícia/ Enchem-se de prostitutas e vigaristas, seus cúmplices/E os ladrões, que não têm trégua nem misericórdia/Logo começarão seu trabalho também/ E gentilmente forçarão portas e baús/ Para viver alguns dias e vestir suas patroas (BAUDELAIRE, 2012, p. 483, grifo nosso).

O verso que compara a cidade a um verme que rouba a comida do homem, enquanto a vida acontece nas cozinhas, teatros e orquestras, revela a sujeira oculta sob a superfície civilizada da metrópole. As mesas de jantar, símbolos da vida burguesa, confundem-se com os espaços frequentados por ladrões e prostitutas, expondo uma realidade dúbia. Essa imagem literária traz a face obscura da sociedade moderna e também pode ser interpretada como uma denúncia da prostituição simbólica produzida pela lógica capitalista, que transforma tudo em mercadoria,

inclusive a arte. Nesse sentido, também o poeta e o escritor são levados a prostituir sua produção intelectual, vendendo-a para se adequar às exigências do mercado (MENEZES, 2009, p. 6).

O despertar do sonho pela contemplação melancólica

De forma melancólica, o poeta francês registra a transformação da experiência na Paris de Haussmann por uma sensibilidade que se opõe à ordem dominante e às promessas da modernidade. Essa dimensão adquire novos contornos na filosofia da história de Walter Benjamin, que, ao mobilizar a melancolia e a escrita alegórica como categorias críticas, evidencia a consciência da opressão histórica e a possibilidade do despertar desse estado de sonho, para a luta contra as ideologias do progresso (KONDER, 1999, 135).

Assim como na lírica baudelaireana, Benjamin reconhecia as ruínas da experiência humana produzidas pela modernidade. Contudo, enquanto a melancolia revela a dimensão fragmentária e decadente da história, também abre caminho para sua redenção por meio da escrita alegórica. Tal processo exige uma contemplação melancólica da realidade, semelhante à realizada pelo poeta francês, mas não se esgota nela. Na teoria benjaminiana, a melancolia adquire um sentido crítico e político, pois não permanece paralisada diante das ruínas da história, e orienta-se pela esperança da redenção messiânica pela imagem dialética (LÖWY, 2005, p. 87-95). Desse modo, a alegoria torna-se capaz de revelar os vestígios da opressão e resgatar, no presente, as possibilidades históricas interrompidas na lógica do *continuum* temporal do progresso (CANTINHO, 2002, p. 17).

Na teoria crítica à modernidade de Walter Benjamin, o progresso e sua marcha contínua estão ligados a uma concepção otimista da história que produz uma ideologia falseadora da realidade. Tal perspectiva exalta o triunfo dos vencedores em detrimento das rupturas, regressões e fracassos que marcam o curso histórico (CANTINHO, 2022, p. 67). Compreensão em consonância com a sensibilidade do autor berlinense como crítico da literatura, da arte e da cultura, para quem a análise de uma obra literária poderia estabelecer contatos com uma história escrita sob a perspectiva dos dominados. Em oposição às narrativas do progresso que, ao celebrarem os avanços da civilização, ocultam as formas de barbárie produzidas pela

modernidade capitalista (BENJAMIN, 1985, p. 110). Nesse sentido, o estudo da obra de um autor, como a lírica de Charles Baudelaire, permite recuperar as tensões históricas de uma época. O que ocorre no estudo dos *Tableaux Parisiens*, cujos poemas registram as transformações da Paris moderna, e revelam o declínio da experiência autêntica e a marginalização dos sujeitos socialmente desfavorecidos (BOLLE, 1999, p. 47).

Ao analisar a estrutura social do século XIX pelo entrelaçamento entre poesia e filosofia da história, Benjamin elaborou uma importante contribuição metodológica para uma história crítica, fundada na descontinuidade do tempo histórico e na rememoração da tradição dos oprimidos. Em oposição às narrativas lineares do progresso, denuncia a continuidade da dominação burguesa inscrita na historiografia oficial. O autor berlinense propõe uma nova forma de reconstituir o passado, baseada na recuperação de possibilidades históricas que permaneceram inconclusas ou foram silenciadas pela prevalência de versões favoráveis aos grupos dominantes (SCHLESENER, 2011, p. 195).

Trata-se do imperativo benjaminiano de *escovar a história a contrapelo*, isto é, redimir o passado das versões consagradas pelos vencedores por meio da atualização crítica de fragmentos históricos esquecidos (LÖWY, 2005, p. 74). E as obras literárias desempenham papel central nesse processo, ao preservarem experiências, conflitos e memórias negligenciadas pela história oficial, permitindo que tais conteúdos sejam recolhidos e reativados no presente pela imagem dialética (CASTRO, 2014).

O método da montagem literária, desenvolvido por Walter Benjamin no *Projeto das Passagens* (*Das Passagen-Werk*), reúne fragmentos aparentemente insignificantes da vida cotidiana e registra as contradições históricas ocultas sob narrativas oficiais. Para o uso deste método fragmentário, o historiador materialista deve ser similar ao trapeiro oitocentista que recolhe os resíduos descartados pela sociedade de consumo. A tarefa do historiador, então, seria reunir as memórias desprezadas pela história dos vencedores para tornar visíveis as dimensões esquecidas do passado (SELIGMANN-SILVA, 2018). Benjamin identifica esse procedimento na obra de Baudelaire, ao afirmar que “os poetas encontram o lixo da sociedade, nas ruas e no próprio lixo o seu assunto heroico [...] trespassam-no os traços do trapeiro que ocupou a Baudelaire tão assiduamente” (BENJAMIN, 1985, p. 78, grifo nosso).

Charles Baudelaire, poeta-trapeiro, de olhar atento e sensibilidade para as nuances da modernidade, escreveu os *Tableaux Parisiens* como uma seção poética de registro da marginalidade

social na Paris do Segundo Império Napoleônico. Em contraste à reprodução das imagens idealizadas da capital difundidas pelos discursos do progresso, sua obra voltou-se para aquilo que permanecia fora da modernidade burguesa. Seus poemas preservam a memória cotidiana que também revelam uma outra face da modernização haussmanniana. É precisamente essa atenção aos fragmentos esquecidos da experiência moderna que consagrou Baudelaire, na leitura benjaminiana, como o grande poeta crítico da metrópole francesa.

Referências bibliográficas:

- BARBOSA, Maria A. **Walter Benjamin. Literatura**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2023.
- BAUDELAIRE, Charles. Quadros Parisienses. In: **As flores do mal**. Edição Bilingue. Tradução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. In: **Obras escolhidas**. V. III. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. Paris: a capital do século XIX <Exposé de 1935>. In: **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- BENJAMIN, Walter. Paris: a capital do século XIX <Exposé de 1939>. In: **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- BOLLE, Willi. A metrópole como médium-de-reflexão. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Leituras de Walter Benjamin**. São Paulo: Annablume, 1999.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1994.
- BOLLE, Willi. Nota Introdutória J – Baudelaire. In: **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- CANTINHO, Maria João. **O anjo melancólico**. Coimbra: Angelus Novus, 2002.
- CANTINHO, Maria João. **Walter Benjamin: messianismo e revolução**. São Paulo: Circuito, 2022.
- CASTRO, Érica Gonçalves de. **A aprendizagem da crítica: literatura e história em Walter Benjamin e Antônio Candido**. São Paulo: Fapesp, 2014.

FREITAS, Jorge. As imagens de sonho da Paris do século XIX e a necessidade do despertar, segundo Walter Benjamin no projeto das *Passagens*. **Kalágatos**, v. 11, n. 21, p. 373–399, 2021.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HASTINGS, Michel. **Flâneur du sensible**. Paris: L'Harmattan, 2023.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin: O marxismo da melancolia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LAVELLE, Patrícia. **Walter Benjamin: A arte de contar histórias**. São Paulo: Hedra, 2018.

LEITE, Augusto Bruno de Carvalho. **História e tradução em Walter Benjamin**. Porto Alegre: Fi, 2018.

LOURENÇO, Jorge. **O essencial sobre Charles Baudelaire**. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 2022.

LÖWY, Michael. **A revolução é o freio de emergência: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses ‘Sobre o conceito de História’, São Paulo: Boitempo, 2005.

MENEZES, Marcos Antonio. Baudelaire e os sujeitos da modernidade. **Albuquerque**, v.5, n.10, jul./dez., 2013.

MENEZES, Marcos Antonio. Baudelaire: um poeta a auscultar a cidade. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009.

MURICY, Katia. **Alegorias da dialética: imagem e pensamento em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

OEHLER, Dolf. **Quadros Parisienses: estética anti-burguesa em Baudelaire, Daumier e Heine**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIGATTO, Benedito. **A figura alada de Dürer e o anjo de Klee: sentidos de melancolia em Walter Benjamin**. Dissertação de Mestrado em Filosofia – Centro de Humanidades UEC. Universidade Estadual do Ceará, 2011.

SCHLESENER, Anita Helena. **Os tempos da história: leituras de Walter Benjamin**. Brasília: Liber, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Walter Benjamin: para uma nova ética da memória. In: BENTIVOGLIO, Julio; LEITE, Augusto B. Carvalho Dias. **Walter Benjamin: testemunho e melancolia**. Vitória: Milfontes, 2018.

Espaço urbano e sua relação com a prostituição em Belo Horizonte: Uma análise de caso da Rua Guaicurus

Bárbara Souza Machado

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

babisouzamachado@gmail.com

Kamilly Gabrielle Moraes Bastos

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

kamillymoraes03@gmail.com

Resumo: O trabalho apresentado parte de uma pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEMIG) e busca interpretar as transformações espaciais e urbanas com o foco no surgimento da boemia e prostituição na Rua Guaicurus e as respostas do poder público em confronto com os padrões normatizadores propositivos para a Nova Capital. Orientada por medidas higienistas norteadoras da República, Belo Horizonte se afirmava como uma capital moderna planejada de inspiração positivista. Nas consequências da ocupação e uso das cidades, a boemia que não teria lugar demarcado no projeto da nova capital, se afirmou e consolidou um território na área central da cidade. Assim, serão analisados os processos policiais armazenados no Arquivo Público Mineiro, que registraram atitudes consideradas imorais para os valores republicanos. A documentação será analisada para a percepção da cidade em movimento, ou seja, de como a prostituição da rua molda a cidade e por ela é moldada. A partir desses processos e da pesquisa de registros audiovisuais como notícias, reportagens e representações, como a minissérie "Hilda Furacao", a pesquisa aponta a relação do espaço urbano e a prostituição.

Palavras-chave: Prostituição; Belo Horizonte; Urbanização; Moral republicana

A transferência da capital mineira

A criação da nova capital de Minas Gerais se insere na transição da monarquia para a república e envolve os processos de formação de uma identidade nacional, que buscava abandonar o passado colonial e se inserir em um novo contexto político de progresso e modernidade, e as disputas de poder que estão colocadas naquele contexto. Vale destacar a importância do Estado como sustentação dos dois sistemas políticos: monarquia e república. As

elites mineiras eram partícipes com cargo, representação e poder durante a monarquia e se mantiveram durante a república com velhos e novos arranjos políticos.

A nova capital, amparada na interpretação de Abílio Barreto (1936) pode ser descrita como "O resultado do interesse do Poder Executivo Estadual na administração e conciliação dos inúmeros conflitos existentes no Estado." Segundo o autor na sua obra *Memória Descritiva de Bello Horizonte* (1936; 1995) a escolha do local de Belo Horizonte foi alvo de interesses divergentes e regionais e, ao final, representou uma estratégia dos deputados 'não mudancistas', parte importante do grupo de Afonso Pena no Congresso Mineiro (O congresso Mineiro contava com visões diferentes da capital: os defensores da mudança eram os republicanos históricos, grupo dos cafeicultores e os chamados dissidentes, grupo sob a liderança de Bias Fortes e João Pinheiro. Os contrários inicialmente eram os chamados adesistas ou calvinistas, por conta da liderança do deputado Cesário Alvim e apoiados por Afonso Pena). Logo, a aposta desses deputados era de que se fosse escolhido o território do Curral Del Rey, a construção não teria como avançar no tempo previsto e não haveria transferência. No entanto, com o empenho do presidente Afonso Pena e o bom desempenho econômico da produção cafeeira (que serviu como consolo às elites das regiões que perderam a disputa), a construção da capital no antigo arraial de Curral del Rey foi viabilizada. Dessa forma, a criação da cidade se fez através de intervenção estatal para consolidar uma capital "idealizada", que seguiria padrões e valores fundamentais na nova República. Após a decisão da construção da nova capital, novas tensões surgiram perante os possíveis impactos da transformação. A transferência da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte, no final do século XIX, representou muito mais do que uma simples mudança administrativa: foi um gesto simbólico de ruptura com o passado colonial e monárquico, em nome da promessa republicana de progresso e modernidade. Como lembra Letícia Julião (2011, p. 116), esse movimento "alimentava-se da percepção de que se vivia o marco zero de um novo tempo, no qual eram depositadas as expectativas de desenvolvimento e modernização do país". Nesse processo, Belo Horizonte foi pensada como cidade racional e higiênica, capaz de concentrar a vida intelectual, econômica e política; enquanto Ouro Preto passou a ser vista como símbolo de atraso e insalubridade, condenada à função de guardiã da memória. (JULIÃO, 2011). Os debates em torno da mudança revelam não apenas visões distintas sobre urbanidade, mas também as tensões de uma sociedade que buscava afirmar sua identidade republicana, oscilando entre saudosismo, temor e entusiasmo diante das novas configurações governamentais, administrativas, sociais e estruturais que se inaugurava.

Entre os argumentos contrários à transferência, a questão da moralidade ganhou destaque, pois muitos temiam que a nova capital, ao concentrar população e atividades econômicas, também atraísse vícios e corrupções típicos das grandes cidades modernas. Xavier da Veiga, por exemplo, advertia que “é nas grandes cidades [...] que se acumula e fermenta a lia das nações”, ambientes que poderiam comprometer tanto a liberdade política quanto a moralidade dos costumes (VEIGA, 1891, p. 199-201 apud JULIÃO, 2011, p. 119). Nesse sentido, o progresso era percebido em sua face ambígua: ao mesmo tempo em que prometia desenvolvimento, trazia consigo o risco da degradação social, evocando medos compartilhados pela burguesia europeia do século XIX diante das multidões urbanas. A expectativa progressista configurava à nova capital a função de formar consigo uma nova configuração urbanística de cidade, adaptada ao desenvolvimento econômico exigido pela República, como também objetivava formar cidadãos condizentes à modernidade, como esclarece Letícia Julião: “Não se tratava, portanto, de conferir à Capital apenas uma nova roupagem urbanística, mas, por meio dela empreender uma missão civilizatória.” (2011, 122).

Dessa forma, os moradores da recém formada capital deveriam ser um povo em conformidade com os valores da República, afastados da antiga imoralidade colonial. Os ditos valores republicanos podem ser percebidos em processos policiais que controlavam e apreendiam tudo aquilo ou aquele que fosse considerado subversivo. Registros da Chefia de Polícia, presentes no Arquivo Público Mineiro, foram levantados na fase exploratória desta pesquisa. Em alguns dos documentos encontrados é possível perceber a importância das fontes, como por exemplo a análise de um pasquim intitulado “O Bordel” foi retido e registrado em processo por ser considerado “pornográfico” e impróprio para a leitura, além da detenção de oito mulheres que “Por vagabundas foram presas”. A redação dos processos indicam seu conteúdo moral e opressivo.

O higienismo na Rua Guaicurus

As fontes levantadas para a pesquisa, encontradas na Chefia de Polícia no Arquivo Público Mineiro, explicitam as medidas tomadas para que os ideais de moralidade e civilidade republicanos fossem implantados na recém-formada capital de Belo Horizonte. Os processos policiais apontam que qualquer atitude que tangenciasse esses valores seria reprimida e condenada. A partir do estudo dos mencionados processos policiais, observa-se, desde a

fundação de Belo Horizonte, a presença de diversas tentativas higienistas de aproximação da cidade a um ideal republicano. É possível constatar, ainda, que tais medidas permanecem até os dias atuais, como forte marca da história da capital mineira.

O trabalho investigativo histórico, responde às demandas do presente na ressignificação do passado. Revisitar a ocupação da cidade, sob as dinâmicas modernas, o ir e vir para a capital e para a “cidade” como no popular se dizia sobre o centro de Belo Horizonte, criou e moldou formas de uso da cidade em atendimento às pessoas que viviam e passavam por aqui. A rua Guaicurus pode ser vista como criação deste lugar de escape ao planejamento rigoroso, mas é fruto dos costumes que insistiam em resistir às mudanças modernas que eram impostas ao novo modelo de cidade que a capital representava. Compreender, no sentido amplo, conformando os atores da transformação (estado, prostitutas, sociedade civil e agentes do aparelho repressivo do Estado), permite interpretar a cidade e entender para além dos conflitos de sua formação, os conflitos entre projeto e realidade, poder e sujeitos.

A Rua Guaicurus, localizada no centro de Belo Horizonte (MG), é um território que historicamente abriga a prostituição, sendo conhecida como uma “zona de tolerância” no contexto urbano belo-horizontino. A pesquisa parte da compreensão de que o espaço urbano é fruto de disputas e negociações constantes, e que a prostituição, embora marginalizada, é parte integrante da dinâmica urbana de Belo Horizonte. A escolha da Guaicurus como local dessa atividade não foi aleatória: sua proximidade com a antiga Estação Ferroviária Central e com importantes zonas comerciais e hoteleiras contribuiu para sua consolidação como ponto estratégico de encontros, circulação de pessoas e trocas econômicas informais.

Com o tempo, essa ocupação produziu impactos significativos na configuração urbana e social da região, desde a estigmatização do território até a omissão do poder público em políticas de infraestrutura e direitos sociais. Ao investigar as origens dessa formação urbana e suas consequências, pretende-se compreender como práticas consideradas à margem da legalidade interferem diretamente no planejamento, na paisagem e na vivência cotidiana da cidade.

Com relação à Rua Guaicurus, o artigo *A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte* (2004), de Luciana Teixeira de Andrade e Alexandre Eustáquio Teixeira, analisa a organização espacial da prostituição na cidade entre 1897 e 2004, dividindo-a em três períodos distintos. Entre 1897 e 1930, a prostituição era considerada um “mal necessário”, regulamentada e concentrada em bordéis e cabarés localizados na zona boêmia da cidade, próxima à atual rodoviária, região

denominada por Pedro Nava como “quadrilátero da zona”. A Rua Guaicurus, que futuramente se tornaria um dos principais símbolos da prostituição na capital mineira, já existia nessa época como uma via importante para o acesso à estação ferroviária da cidade. Sua localização estratégica e de fácil circulação acabou favorecendo, ao longo dos anos, a instalação de diversos estabelecimentos voltados ao público masculino, como hotéis, pensões e bares, criando um ambiente propício para o crescimento da atividade.

A origem da Rua Guaicurus está diretamente ligada ao processo de urbanização planejada de Belo Horizonte. Quando inaugurada como nova capital, definida como símbolo da modernidade e da moralidade, a cidade foi projetada com espaços bem definidos para diferentes usos e camadas sociais. Localizada próxima à antiga estação ferroviária, a Rua Guaicurus se tornou, desde cedo, um ponto de grande circulação de pessoas, principalmente homens vindos de outras cidades em busca de trabalho ou diversão.

Esse fluxo constante contribuiu para o surgimento de hotéis, bares e estabelecimentos que, ao longo das décadas, passaram a abrigar práticas de prostituição. A presença da prostituição na Guaicurus, no entanto, representava uma contradição em relação ao ideal moralista que fundamentou a construção da nova capital. Enquanto o projeto urbano pretendia romper com os vícios e a desordem associados à antiga Ouro Preto, a realidade mostrou que o controle sobre os corpos femininos e a moral pública era mais complexo do que o planejado. Assim, a Rua Guaicurus se consolidou como um território marcado pela marginalidade e resistência, desafiando os discursos de higienização e disciplina que nortearam a formação da cidade.

Com o crescimento urbano e as pressões sociais, a década de 1930 marca o deslocamento do centro da prostituição para os bairros residenciais da Lagoinha e Bonfim, que viveram sua fase áurea até os anos 1960, sendo identificados por casas com luzes vermelhas (ANDRADE, TEIXEIRA, 2004). A partir da década de 1970, com o declínio dessas áreas e as transformações urbanas, surge uma prostituição mais popular e de rua, com destaque para os “hotéis de batalha” e a crescente visibilidade de travestis. Nesse período, a prática se expande para áreas mais nobres como a Savassi e o bairro Mangabeiras, além da região da Pampulha. Conclui-se que, com a expansão da cidade e o surgimento de novas centralidades, a prostituição também se espalhou, ocupando diversos espaços urbanos sem, contudo, consolidar uma nova “região moral” como a do passado.

Sob uma perspectiva crítica, o artigo *Prostituição no espaço urbano de Belo Horizonte e a prostituta enquanto sujeita política: do higienismo da moralidade aos movimentos de (r)existência* (2023), de Rogério Lucas Gonçalves Passos, analisa como o controle estatal sobre a prostituição em Belo Horizonte se estruturou historicamente a partir de práticas de repressão, higienização moral e regulamentação espacial. Embora a prostituição não seja considerada crime no Brasil, o Estado e a polícia atuaram como legisladores de fato, impondo normas de conduta, fichamentos e prisões, especialmente entre o final do século XIX e meados do século XX. A criação da Delegacia de Costumes em 1927 intensificou esse controle, com o fichamento de prostitutas e restrições à sua circulação, como aquelas apresentadas e discutidas neste trabalho. A concentração das atividades em zonas específicas visava facilitar a vigilância e isolar essas mulheres do convívio social, sustentando discursos que as associavam à desordem, doenças e desvios morais. A Rua Guaicurus, a Lagoinha e o Bonfim tornaram-se territórios marcantes dessa prática, sendo que a Guaicurus permanece, até os dias atuais, como um espaço de resistência e apropriação pelas prostitutas. O texto evidencia, ainda, como políticas públicas e projetos de revitalização urbana tentaram expulsar a prostituição do centro da cidade, reforçando estigmas e desigualdades, ao mesmo tempo em que destaca a prostituta como sujeita política, capaz de resistir, reinventar espaços e desafiar as tentativas de exclusão.

Estudos sobre a prostituição no centro de Belo Horizonte evidencia a complexidade que envolve a atividade na região da Guaicurus, marcada por tensões entre o trabalho sexual, o estigma e as intervenções urbanas. No artigo *A prostituição feminina no Centro de Belo Horizonte*, (2022) escrito por Juliana Jayme, demonstra que, apesar da prostituição ser historicamente associada ao espaço, o processo de gentrificação e as políticas higienistas colocam em risco sua permanência. Ao mesmo tempo, o estudo mostra, em uma análise das permanências históricas por meio de um paralelo com a contemporaneidade, como coletivos e associações, como a Aprosmig, (Associação das Prostitutas de Minas Gerais), o Clã das Lobas e o Rebu, desempenham um papel central no fortalecimento da identidade das trabalhadoras sexuais e na luta por direitos, sobretudo durante a pandemia da Covid-19, quando a renda das prostitutas foi drasticamente afetada. A pesquisa aponta que, mais do que sobrevivência, a atuação desses coletivos reforça o protagonismo político das mulheres que, mesmo em meio ao estigma social, se organizam para resistir e afirmar a prostituição como trabalho legítimo. A prostituição continua sendo atravessada por uma lógica moralizante que nega às trabalhadoras sexuais a condição de sujeitas de direitos. O estigma, entendido como uma violência simbólica e de gênero,

reforça preconceitos que desumanizam essas mulheres, muitas vezes classificadas como “vítimas”, “prostituídas” ou até mesmo comparadas a “escravas sexuais” (RAMALHO, 2012; FEDERICI, 2023). Essa perspectiva abolicionista, ao insistir em retratar a prostituição como opressão absoluta, ignora a agência das mulheres e perpetua visões moralistas que, segundo as próprias trabalhadoras, ampliam sua vulnerabilidade social. Como enfatiza Santuzza, do Coletivo Rebu, “de todas as violências que sofremos, a que mais nos dilacera é o estigma”, pois ele retira autoestima, direitos básicos e até a possibilidade de reivindicar cidadania. Assim, a moralidade que recai sobre o trabalho sexual não apenas o marginaliza, mas o coloca em uma posição de constante negação e invisibilidade. (JAYME, 2022).

A origem da prostituição em Belo Horizonte ainda é um tema envolto em lacunas e incertezas, principalmente devido à ausência de registros oficiais e à tentativa histórica de apagamento desse fenômeno social. Diferente de outras práticas urbanas que foram documentadas e estudadas desde os primeiros anos da cidade, a prostituição sempre foi tratada de forma marginalizada, invisibilizada nos discursos oficiais e nos documentos públicos. O uso de termos indiretos como “vagabundas” em registros policiais exemplifica o apagamento e a tentativa de subjugar a prostituição enquanto prática social. Esse silenciamento dificulta o trabalho de pesquisadores que buscam entender quando e como a prática se estabeleceu na capital mineira, levando a diferentes interpretações e hipóteses sobre sua real origem. Essa falta de registros pode ser problematizada como um reflexo direto do projeto moralizante que acompanhou a fundação de Belo Horizonte, cujo objetivo era construir uma imagem de cidade moderna, ordeira e livre de “vícios” associados ao período colonial de Ouro Preto. A invisibilização da prostituição revela, assim, uma escolha política e social: excluir das narrativas urbanas aquilo que contrariava o ideal de moralidade republicana. Refletir sobre esse apagamento é fundamental para compreender como a cidade foi construída não apenas em termos de espaço físico, mas também a partir de processos de exclusão simbólica e social que ainda têm impactos sobre os sujeitos envolvidos nessa atividade.

Representações da prostituição e sua relação com a memória

Sobre a representação das noções de moralidade e as memórias da rua Guaicurus, o trabalho dialoga com a produção cultural e busca a representação da prostituição na série *Hilda Furacão* (1998), que oferece uma poderosa chave de leitura para entender os processos de

exclusão, controle e moralização do espaço urbano em Belo Horizonte. Baseada no romance de Roberto Drummond, a obra televisiva resgata um momento histórico em que o centro da cidade passou por intensas disputas simbólicas e políticas, especialmente em torno da Rua Guaicurus, tradicional zona boêmia. Por meio da trajetória da personagem Hilda, a série dramatiza o conflito entre os desejos individuais, as normas sociais e a configuração do espaço urbano. Assim, se propõe analisar como *Hilda Furacão* representa o deslocamento da prostituição do centro da cidade para áreas como o bairro Bonfim, refletindo estratégias de segregação moral e espacial que persistem até os dias atuais. Em um dos episódios centrais da série, a Câmara Municipal de Belo Horizonte vota pela extinção oficial da zona boêmia, em resposta à pressão da Igreja Católica e da elite conservadora. Essa cena sintetiza o desejo de moralização dos espaços centrais da cidade, visto como incompatível com a presença visível da prostituição. Na dramatização, a votação ocorre de forma simbólica, como um ato de "limpeza" urbana, que busca restaurar uma aparência de ordem e decoro para o centro da capital mineira. Esse evento é fundamental para compreender como o espaço urbano é regulado não apenas por critérios técnicos ou funcionais, mas também por discursos morais e religiosos que orientam o planejamento e a ocupação da cidade. Como afirma Lefebvre (1999), o espaço é um produto social, construído a partir das relações de poder e das ideologias que moldam a cidade.

A consequência imediata da votação é o deslocamento da prostituição para regiões mais periféricas, como o bairro Bonfim. A série retrata essa transição como um processo de expulsão simbólica e geográfica, em que os corpos considerados imorais são empurrados para as margens da cidade. Essa estratégia de deslocamento repete uma lógica comum nas políticas urbanas brasileiras: aquilo que a cidade não pode eliminar, ela tenta esconder. A migração da prostituição da Guaicurus para o Bonfim não significou seu desaparecimento, mas sim sua reconfiguração espacial. Esse processo está em consonância com o conceito de “zonas de tolerância”, onde atividades marginalizadas são concentradas em locais distantes dos centros econômicos e políticos. Como afirma Rolnik (2001), as cidades brasileiras operam por meio de processos de segregação que não são apenas territoriais, mas também simbólicos e morais.

A narrativa de *Hilda Furacão* não apenas dramatiza uma história pessoal, mas revela os mecanismos sociais e políticos que moldam a cidade. A votação para a extinção da zona boêmia e o deslocamento da prostituição para áreas como o Bonfim exemplificam como o espaço urbano é regulado por forças que vão além do urbanismo técnico — forças essas que envolvem moral,

religião, classe e gênero. Ao destacar essas dinâmicas, a série contribui para uma reflexão crítica sobre os processos de exclusão e invisibilização que ainda estruturam a organização das cidades. Ao mesmo tempo, convida o espectador (e o pesquisador) a enxergar a prostituição não como anomalia, mas como parte constitutiva da vida urbana, que resiste e se reinventa diante das tentativas constantes de controle e apagamento.

Na série também é possível discutir o conceito de higiene, que acompanhou a proposição planejada da construção de Belo Horizonte e buscar a representação dos dilemas sociais e políticos quanto à prática da prostituição na série *Hilda Furacão* segue em consonância com conflitos na Belo Horizonte fora da ficção. Assim como na obra, uma petição pelo fechamento da zona boêmia da cidade aconteceu a pedido do Ministério Público no ano de 2014, com a justificativa de que os hotéis da Rua Guaicurus não seguiam padrões sanitários e seguros para seus frequentadores. Entretanto, a justiça negou o pedido do Ministério, uma vez que, de acordo com a notícia elaborada e divulgada pelo *Jornal Alterosa*, tratava-se de "Uma tentativa de higienização do hipercentro da cidade e de maquiar a realidade histórica de Belo Horizonte".

O pedido do Ministério Público pode ser compreendido como um movimento político quando analisado o período em que o processo foi levantado. O ano de 2014 e seus precedentes foram marcados por diversas transformações urbanas, justificados como preparativos para o recebimento da Copa do Mundo, sediada no Brasil e com partidas em Minas Gerais. Novas instalações foram construídas, as cidades passaram por reformas infraestruturais, um novo grupo de segurança foi estabelecido e colocado em localizações estratégicas, além de outras configurações alteradas exclusivamente para comportar o grande fluxo de brasileiros e turistas que viriam para assistir a Copa do Mundo. Em um evento de tamanha proporção, o estado tomou iniciativas para que aquilo que não era considerado adequado ou receptivo fosse escondido ou exterminado. Estas medidas podem ser observadas no processo discutido, em que espaços e narrativas entrelaçadas com a história de Belo Horizonte sofreram risco de serem apagadas com o propósito de divulgar externamente uma cidade "limpa" e propagadora dos "bons costumes".

Conclusão

A resistência das trabalhadoras também deve ser observada como influência direta na decisão da justiça sob o pedido do Ministério Público. Movimentos foram organizados na Rua

Guaicurus com o propósito de se manterem firmes na luta pela garantia do direito de trabalharem e residirem naquele espaço. A Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aspromig) se posicionou quanto à votação pelo fechamento dos hotéis, na qual sua representante, Cida Vieira, questionava o pedido, dizendo que “Vão querer nos varrer, né? Nos esconder dos gringos. É assim que sempre fazem”. A fala de Cida Vieira representa uma constância nos processos de higienização de Belo Horizonte e como as prostitutas se posicionaram como sujeitas políticas, como afirma Rogério Lucas Gonçalves Passos. O caso da Rua Guaicurus pode ser analisado por meio de suas rupturas e permanências através de uma história crítica. As diversas tentativas de fechamento dos hotéis e dissipação da prostituição explicitam a continuidade de uma mentalidade republicana em Belo Horizonte, em que se desejava livre de costumes inadequados à uma cidade modelo. Entretanto, a luta das trabalhadoras pela permanência em seus espaços mostra sua resistência contra o constante esforço pelo apagamento de suas narrativas.

Referências bibliográficas:

- ANDRADE, Luciana Teixeira de; TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. **A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte**. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 11, p. 137-157, 2004.
- BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva**. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1929.
- FREDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. 2. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2023.
- JAYME, Juliana. **A prostituição feminina no centro de Belo Horizonte: trabalho, identidade e espaço público**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2022.
- JULIÃO, Letícia. **Sensibilidades e representações urbanas na transferência da capital de Minas Gerais**. História (São Paulo), v. 30, p. 114-147, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo. Editora Centauro. 2010.
- PASSOS, Rogério Lucas Gonçalves. **Prostituição no espaço urbano de Belo Horizonte e a prostituta enquanto sujeita política: do higienismo da moralidade aos movimentos de (r)existência**. Belém, 2023].

ROLNIK, Raquel. **Estatuto da cidade: novas perspectivas para a reforma urbana.** São Paulo: Instituto Pólis, 2001.

Quando um mundo se desfaz: narrar a ruptura em *Nga Muturi*

Rayane Souza⁴

Mestranda em Estudos Literários
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
rayufmg@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa a obra *Nga Muturi*, de Alfredo Troni, a partir das transformações sociais e urbanas ocorridas em Luanda no final do século XIX, compreendendo-as como experiências históricas de ruptura. Inserida em um contexto de intensificação da presença portuguesa, a narrativa evidencia processos de desagregação e reconfiguração das relações sociais, culturais e simbólicas, marcados pela instabilidade dos pertencimentos no espaço urbano. A trajetória de Nga Ndreza permite observar como essas transformações se inscrevem na experiência individual, revelando os efeitos do deslocamento, da reordenação hierárquica e da imposição de novos referenciais sociais. Ao ser retirada de seu meio de origem e inserida em uma lógica urbana marcada por tensões coloniais, a personagem passa a transitar entre diferentes códigos culturais e linguísticos, evidenciando a coexistência conflituosa de mundos distintos. Nesse sentido, Luanda não se configura como mero pano de fundo, mas como um espaço em transformação, no qual circulam pessoas, práticas e valores que reconfiguram a vida cotidiana. A cidade emerge como lugar de encontro e fratura, onde formas anteriores de organização social são tensionadas e, em muitos casos, desfeitas. A análise parte do pressuposto de que tais transformações podem ser compreendidas como a experiência de um “fim”, entendido como o colapso de uma ordem social previamente estabelecida. A narrativa de Troni, ao representar esse processo, inscreve na ficção a experiência de um mundo em desagregação, contribuindo para a reflexão sobre as formas pelas quais sociedades em transformação narram e elaboram seus próprios momentos de ruptura.

Palavras-chave: Luanda; experiência urbana; ruptura; literatura angolana; colonialismo

A obra *Nga Muturi: cenas de Luanda* é uma novela escrita por Alfredo Troni e publicada em 1881 em formato folhetinesco. A narrativa aborda temáticas relacionadas às transformações urbanas na cidade de Luanda, capital da província angolana, encenando a cidade como espaço de deslocamentos, reorganizações sociais e reconfiguração dos corpos. Ao adentrarem o ambiente urbano, os indivíduos precisavam adaptar-se aos códigos e às dinâmicas próprias da cidade, marcada por hierarquias, tensões e disputas de pertencimento.

⁴ Integrante do NECIM (Núcleo de Estudos Culturais, Imaginários e Memórias nos espaços da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Código de Financiamento 001).

Nesse sentido, Luanda emerge como um espaço de rupturas e fragmentações sociais. A cidade aparece quase como um personagem que atua diretamente na organização da sociedade que a habita, condicionando deslocamentos, circulações e formas de ocupação do espaço urbano. Assim, segundo a narrativa, Luanda produz fragmentos e rupturas decorrentes tanto dos conflitos entre práticas culturais locais quanto das tensões estabelecidas com as culturas europeias, sobretudo a portuguesa.

A novela *Nga Muturi: cenas de Luanda*, foi escrita por Alfredo Troni, escritor e jornalista português degredado que viveu em Moçambique e em Angola até o fim da vida. Publicada em 1881, a obra insere-se no contexto da Luanda oitocentista, momento em que as dinâmicas urbanas da cidade começavam a se intensificar e reorganizar as relações sociais. A narrativa encena como os processos de urbanização e consolidação das estruturas coloniais impactavam diretamente os sujeitos inseridos naquele ambiente, deslocando-os de acordo com sua origem, posição social e pertencimento cultural.

Troni constrói a trajetória de Nga Ndreza, personagem central da novela, uma menina *fula* entregue como pagamento das dívidas de seu tio materno a um comerciante português. Ao ser dada como *quituxi*, Nga Ndreza é levada pelo tio até a residência do comerciante em uma embarcação, permanecendo amarrada durante o trajeto. Embora o *quituxi* não correspondesse propriamente à escravidão, a narrativa evidencia como práticas culturais locais passaram a ser apropriadas e distorcidas pelas dinâmicas coloniais portuguesas, aproximando-se de relações de sujeição semelhantes à lógica escravista.

Ao chegar à casa do comerciante, Nga Ndreza tem seus panos retirados, suas tranças adornadas com búzios são desfeitas e imediatamente lhe é ordenado um banho: “Que a mandaram lavar, e desmanchar-lhe o lindo penteado seguro pelo *ngunde e tacula* que lhe fizera a *mama*, tirando-lhe as missangas e os búzios e todos os enfeites” (Troni, 1973, pág. 34). A cena evidencia não apenas a necessidade de “limpar” a personagem externamente, mas um processo de higienização que ultrapassa a dimensão física, assumindo também caráter simbólico, étnico e cultural. Ao receber novos panos, Nga Ndreza é submetida a uma nova forma de adaptação, simbolicamente representada pelos tecidos portugueses. Esses elementos indicam a necessidade de aderir a novos códigos de comportamento para adentrar aquele espaço e integrar-se à sociedade colonial.

No momento em que suas tranças são desfeitas — marcadas por elementos associados à sua identidade étnica *fula* —, observa-se um movimento de despojamento de sua origem e de suas referências afetivas. As tranças, confeccionadas por sua *mama* e adornadas com búzios e missangas, constituem marcas de pertencimento que vinculam a personagem ao seu grupo de origem. Ao serem removidas, não apenas se apagam sinais visíveis de sua identidade cultural, mas também se rompe simbolicamente a autoridade materna que até então orientava sua vida. Em seu lugar, estabelece-se uma nova hierarquia, na qual Nga Ndreza passa a ser tutelada pelo comerciante português. O apagamento simbólico de sua etnia evidencia uma forma de violência que busca afastá-la de seu pertencimento ao mundo *fula*, ao mesmo tempo em que procura inseri-la nos referenciais culturais portugueses.

A narrativa demonstra como o corpo de Nga Ndreza, agora sob a tutela do *muari*, é submetido a um processo de domesticação comportamental marcado pela regulação e pelo disciplinamento. O corpo da personagem passa a ser tratado como objeto de controle do colonizador, tornando-se um espaço privilegiado de intervenção colonial. Nesse processo, sua autonomia é progressivamente reduzida, enquanto novas formas de vigilância e autoridade são inscritas sobre sua existência. A passagem da tutela materna para a tutela do comerciante português evidencia que a violência colonial não atua apenas sobre os corpos, mas também sobre as formas de parentesco e organização social. Ao deslocar Nga Ndreza de sua rede familiar e submetê-la à autoridade masculina colonial, a narrativa representa a reorganização das relações de poder promovida pela expansão do domínio português. Os elementos associados à origem da personagem passam a ser percebidos como inadequados ao espaço urbano colonial, identificado na narrativa como ambiente regulado por códigos sociais e culturais portugueses.

Desagregada de seu núcleo familiar e deslocada do espaço identificado como “mato” para a região urbanizada de Luanda, Nga Ndreza passa a experimentar um processo de reorganização social e cultural. A cidade apresenta-se, assim, como espaço de transformação que condiciona formas de circulação, pertencimento e reconhecimento social. Ao chegar ao ambiente urbano, a personagem é levada a abandonar marcas associadas à sua origem *fula* e passa a vestir trajes portugueses, evidenciando como a experiência urbana colonial atravessa diretamente os corpos e reorganiza identidades, práticas e modos de existir.

Luanda é encenada, portanto, não apenas como o espaço que recebe a personagem, mas como uma cidade que atua diretamente na definição de pertencimentos, determinando quais

sujeitos podem ocupar determinados lugares e por onde seus corpos podem circular. O deslocamento físico de Nga Ndreza é acompanhado também por deslocamentos simbólicos, atravessados pelo rompimento dos vínculos familiares, pela solidão, pelas estratégias de sobrevivência e pelas fragmentações culturais produzidas pela experiência urbana colonial.

Nesse contexto, o indivíduo deslocado passa a ocupar uma posição de instabilidade e não fixidez social. Inseridos no ambiente urbanizado, esses sujeitos precisam constantemente performar comportamentos distintos de acordo com o espaço que ocupam e com as hierarquias sociais que atravessam a cidade. Na narrativa de Troni, essa regulação dos corpos recai de maneira mais intensa sobre as mulheres, sobretudo sobre mulheres africanas e negras.

Nga Ndreza sofre sucessivas punições físicas que se aproximam dos castigos aplicados aos sujeitos escravizados. A sociedade colonial posiciona o corpo da personagem em lugares ambíguos: ao mesmo tempo em que se torna concubina e mucama do comerciante português, permanece submetida a formas de violência, exposição e disciplinamento físico semelhantes às destinadas aos escravizados. Dessa forma, a trajetória da protagonista evidencia como as hierarquias urbanas e coloniais reorganizam os corpos femininos a partir de relações marcadas pela tutela, pelo controle e pela instabilidade social.

Diante das dinâmicas coloniais representadas na narrativa, o mundo angolano anteriormente conhecido passa por um processo de desagregação. O avanço colonial, ainda que gradual, adentra o litoral luandense difundindo a ideia de que seria necessário abandonar práticas consideradas tradicionais e aproximar-se dos modelos culturais portugueses, tendo a assimilação como horizonte de integração social. Nesse contexto, a cidade torna-se espaço privilegiado de reorganização das relações sociais e de imposição de novos referenciais culturais e comportamentais.

Tendo em vista as transformações vivenciadas por Luanda ao longo da narrativa, é possível aproximar sua representação da reflexão proposta por Frantz Fanon acerca do mundo colonial. Para o autor, a sociedade colonial constitui-se como um mundo cindido, marcado pela coexistência desigual de espaços, sujeitos e formas de poder. Em *Nga Muturi*, essa característica manifesta-se na própria configuração da cidade, que passa a reunir diferentes modos de vida, de organização social e de gestão do cotidiano. Luanda surge como um espaço em que práticas locais, como o quituxi, coexistem com instituições e dinâmicas associadas à colonização portuguesa, como a escravidão e os mecanismos de assimilação cultural.

A cidade também se apresenta como um local de encontro e tensão entre diferentes códigos de conduta e formas de pertencimento. Nesse ambiente, a chamada "sociedade das aparências" revela-se tanto nas hierarquias locais quanto nas estruturas coloniais portuguesas, regulando comportamentos e estabelecendo critérios para a circulação dos sujeitos no espaço urbano. Os novos referenciais introduzidos pelo colonialismo passam a determinar quais práticas são consideradas legítimas, impondo processos de adaptação e readaptação àqueles que desejam integrar-se à vida cidadina. Para isso, diferentes formas de disciplinamento e violência são mobilizadas, atuando sobre os corpos, os costumes e as identidades dos indivíduos.

Ao mesmo tempo em que a cidade de Luanda é construída e transformada, movimento semelhante ocorre com a protagonista. O espaço urbanizado passa a demarcar e determinar os comportamentos daqueles que o habitam, bem como a estabelecer quais corpos podem circular e sob quais condições. Ao ser deslocada "do mato" para a cidade, Nga Ndreza experiencia a negação de sua identidade fula, sendo submetida a um processo de higienização estética e cultural para adentrar o universo português. Seu corpo é constantemente silenciado e disciplinado, o que a leva, em diversos momentos, a interiorizar suas experiências, revisitando memórias de sua vida anterior e das violências produzidas pelo mundo colonial em formação.

Assim como o corpo da personagem é fragmentado, a cidade também se apresenta como um espaço fraturado, com hierarquias locais já existentes convivendo com novos códigos e hierarquias portuguesas. Nesse aspecto, a cidade sofre modificações profundas nas estruturas sociais, sendo "forçada" a se domesticar nos moldes portugueses, tal como Nga Ndreza, para atender as expectativas e necessidades coloniais. Tal como ocorre no mundo colonial descrito por Fanon, Nga Ndreza ocupa uma posição liminar, situada entre dois universos que coexistem de forma desigual, sem que ela seja plenamente aceita em qualquer um deles.

Na narrativa, o corpo de Nga Ndreza é atravessado por diferentes formas de violência ao longo de sua trajetória. Essas violências iniciam-se com sua separação do núcleo familiar e seu deslocamento forçado para o espaço urbano, prolongando-se na vida sob tutela do comerciante português e, posteriormente, durante sua viuvez. Após a morte do marido, ao emprestar dinheiro para homens brancos e sofrer sucessivos prejuízos, Nga Ndreza passa a cobrar juros elevados e selecionar cuidadosamente aqueles a quem concede empréstimos, evidenciando estratégias de sobrevivência e adaptação dentro da lógica urbana colonial.

A personagem também é constantemente submetida a formas de violência simbólica. Inserida no ambiente urbano luandense, precisa aproximar-se dos códigos culturais portugueses e afastar-se de elementos associados à sua origem africana. Em determinado momento da narrativa, amigas sugerem que Nga Ndreza não conseguiria “segurar” um homem branco sem filhos, aconselhando-a a recorrer tanto às promessas dirigidas à Nossa Senhora da Muxima quanto a práticas de feitiçaria. A protagonista opta por mobilizar práticas locais e realiza feitiços com o objetivo de engravidar. Contudo, ao descobrir os objetos ritualísticos dentro da casa, o marido ordena que ela seja castigada fisicamente. Após esse episódio, o homem morre e Nga Ndreza assume a posição de Nga Muturi — a senhora viúva —, tornando-se herdeira dos bens do falecido comerciante.

A trajetória da personagem percorre diferentes posições sociais: de menina entregue como forma de pagamento à concubina, mucama, viúva e herdeira. Nesse sentido, a narrativa evidencia que a cidade também reorganiza as estruturas hierárquicas da sociedade colonial, permitindo deslocamentos sociais marcados, contudo, pela instabilidade e pela ambiguidade. Embora alcance relativa independência financeira e passe a administrar os negócios do marido falecido, Nga Ndreza não se integra plenamente à burguesia colonial. A personagem encontra-se inserida naquele ambiente urbano, mas não pertence completamente a ele, revelando os limites da assimilação colonial e a permanência de fronteiras sociais, culturais e raciais na Luanda oitocentista.

O deslocamento do interior de Angola para a cidade de Luanda contribui para a perda dos referenciais de pertencimento da protagonista, impondo uma ruptura com elementos associados à sua origem e favorecendo a incorporação de valores e comportamentos vinculados ao universo colonial português. Esse processo não se limita à mudança espacial, mas implica também o enfraquecimento dos laços familiares e das conexões com seu grupo étnico, tornando praticamente impossível o retorno à condição anterior. Diante dessa realidade, Nga Ndreza vê-se obrigada a construir novas formas de sociabilidade e estratégias de sobrevivência em um ambiente que lhe é inicialmente estranho. Nesse sentido, o “fim” encenado por Troni não corresponde apenas à transformação de uma cidade, mas à dissolução gradual das formas de pertencimento que anteriormente organizavam a experiência dos sujeitos inseridos naquele contexto.

As rupturas representadas na narrativa também atingem as formas tradicionais de autoridade. A tutela exercida pela mama e pelos vínculos familiares é progressivamente substituída pela autoridade masculina colonial. O comerciante português passa a determinar não apenas os deslocamentos da personagem, mas também seus comportamentos, sua aparência e suas possibilidades de circulação social. Dessa forma, a narrativa evidencia como a expansão colonial reorganiza relações de poder anteriormente estruturadas por outros referenciais sociais e culturais.

O deslocamento da protagonista produz uma situação na qual o retorno ao mundo de origem torna-se inviável, ao mesmo tempo em que sua plena integração à sociedade colonial permanece incompleta. Nga Ndreza passa a ocupar uma posição intermediária, situada entre universos culturais distintos. A personagem deixa de pertencer integralmente ao grupo de origem, mas também não é reconhecida como parte da elite colonial que busca integrar. A ruptura, portanto, não resulta na substituição de um pertencimento por outro, mas na produção de uma condição permanente de deslocamento.

A trajetória da personagem evidencia, ainda, a instabilidade das posições sociais na Luanda colonial. Ao longo da narrativa, Nga Ndreza transita por diferentes lugares sociais: inicialmente entregue como forma de pagamento das dívidas do tio, torna-se concubina e mucama do comerciante português e, posteriormente, assume a condição de senhora viúva e herdeira. Esses deslocamentos revelam que seu pertencimento permanece constantemente instável, assim como sua posição dentro da sociedade colonial em formação. Embora alcance prestígio e relativa autonomia financeira, a personagem nunca é plenamente integrada ao universo social que passa a ocupar, permanecendo situada entre diferentes mundos e identidades.

A narrativa encena um mundo em transformação, no qual vínculos familiares, referências culturais e posições sociais anteriormente reconhecíveis tornam-se instáveis diante das dinâmicas urbanas e coloniais que atravessam Luanda oitocentista. A experiência de Nga Ndreza evidencia que o avanço da urbanização colonial reorganiza não apenas os espaços da cidade, mas também os modos de viver, circular e existir socialmente. Assim, o “fim” apresentado por Troni pode ser compreendido como o colapso parcial de uma ordem social anterior, substituída por relações marcadas pela ambiguidade, pela fragmentação dos pertencimentos e pela necessidade constante de adaptação. A modernidade urbana colonial, longe de representar integração plena ou progresso homogêneo, aparece na narrativa como experiência de ruptura, produzindo sujeitos

deslocados, inseridos em um espaço no qual pertencem sem jamais serem completamente incorporados.

Em *Nga Muturi*, percebe-se que a vida de Nga Ndreza, ao ser inserida no espaço urbano de Luanda, passa por uma profunda reviravolta, marcada pelo não pertencimento e por constantes fragmentações. Não há para a protagonista qualquer possibilidade de fixidez, seja física, social ou simbólica. A estrutura da sociedade colonial urbana pressiona os sujeitos a se adaptarem aos códigos culturais, comportamentais e linguísticos associados à cultura portuguesa, ao mesmo tempo em que promove o afastamento daquilo identificado como africano e angolano.

As instabilidades da sociedade colonial inscrevem-se de maneira violenta no corpo de Nga Ndreza, atravessando seus vínculos afetivos, desorganizando suas referências anteriores e tornando ambígua sua própria posição social. As rupturas encenadas na narrativa fazem parte de um processo contínuo de adaptação e readaptação, marcado por deslocamentos, regulação dos corpos e disciplinamento dos comportamentos, constantemente submetidos à vigilância e ao poder masculinos.

Se, para colonos e colonizadores, a civilização aparecia como símbolo de progresso e modernidade, a narrativa de Troni encena uma sociedade profundamente atravessada pelas violências do colonialismo, pelas tensões culturais e pelos conflitos entre modos de vida angolanos e portugueses. Dessa forma, *Nga Muturi* representa a modernidade urbana colonial não como experiência homogênea de integração, mas como processo de desagregação social, instabilidade e ruptura dos pertencimentos.

Dessa forma, *Nga Muturi* permite compreender Luanda oitocentista como um espaço de profundas transformações sociais, culturais e urbanas, no qual a experiência colonial reorganiza corpos, pertencimentos e formas de sociabilidade. A trajetória de Nga Ndreza evidencia que a modernidade urbana, longe de representar integração plena ou progresso homogêneo, produz sujeitos marcados pela instabilidade, pela fragmentação e pelo constante deslocamento entre mundos sociais distintos. Ao encenar essas rupturas, Alfredo Troni inscreve na narrativa a experiência de uma sociedade em desagregação, atravessada pelas tensões e violências do colonialismo.

Diante das transformações da cidade, que se projetam também sobre os corpos que a circulam, observa-se que Luanda passa a estabelecer novas formas de organização do espaço e da vida social. A expansão das estruturas coloniais redefine hierarquias, modos de circulação e

critérios de pertencimento, subordinando práticas locais aos referenciais portugueses. Nesse processo, costumes, identidades e formas de sociabilidade anteriormente reconhecidas tornam-se progressivamente desvalorizados, enquanto novos códigos culturais são apresentados como modelos legítimos de comportamento.

As violências, ora explícitas, ora veladas, que atravessam esse mundo em formação evidenciam o enfraquecimento de formas tradicionais de organização social diante do avanço colonial. A narrativa sugere que a construção da cidade colonial não ocorre de maneira harmoniosa, mas por meio de conflitos, deslocamentos e rupturas que atingem tanto os espaços quanto os sujeitos. Ao mesmo tempo em que Luanda é pressionada a adaptar-se aos interesses do projeto colonial, seus habitantes também são compelidos a transformar-se para atender às exigências desse novo contexto.

Aquilo que o discurso colonial apresenta como avanço, modernidade e civilização é experimentado de forma distinta pelos sujeitos colonizados. Para estes, a modernização da cidade manifesta-se frequentemente como violência, seja pela imposição de novos comportamentos, pela desarticulação de vínculos familiares e comunitários, pela produção de novas hierarquias sociais ou pelo constante disciplinamento dos corpos. Em *Nga Muturi*, a modernidade urbana colonial surge, portanto, menos como promessa de progresso do que como experiência de perda, adaptação forçada e instabilidade dos pertencimentos.

O mundo luandense começa a se desfazer quando a retirada dos panos, das tranças, dos búzios e das missangas torna-se necessária para que Nga Ndreza possa ocupar o espaço da cidade colonial. O gesto que transforma a protagonista é o mesmo que transforma Luanda. Assim como a personagem é despida de marcas associadas à sua origem, a cidade também passa por um processo de reconfiguração que busca substituir práticas, referências e hierarquias locais por modelos portugueses. Luanda, tal como Ndreza, é simbolicamente "lavada" e revestida de novas vestes, distanciando-se de si mesma e das formas de vida que anteriormente a constituíam. O fim do mundo luandense, portanto, não decorre de sua destruição material, mas da gradual descaracterização de seus referenciais sociais e culturais. Nesse sentido, o mundo que se desfaz na narrativa não é apenas o espaço físico de uma Luanda em transformação, mas o conjunto de relações, referências e pertencimentos que organizavam a experiência dos sujeitos antes da consolidação das estruturas coloniais.

Referências Bibliográficas

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1011.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994
- BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1998.
- BITTENCOURT, Marcelo. **Dos jornais às armas**: trajetórias da contestação angolana. Lisboa: Vega, 1999.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 10a ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.
- MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção da África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2019.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- TRONI, Alfredo. **Nga muturi**: cenas de Luanda. Edições 70, 1973, 1ª edição.

Cotidiano de Mulheres Migrantes em São Paulo nas décadas de 1960 e 1970: um estudo a partir da perspectiva interseccional

Giulia Neres Ribeiro Santos

Mestranda em História Social
Universidade de São Paulo (USP)
giulianeres@usp.br

Resumo: A pesquisa busca abarcar, por intermédio da metodologia da história oral, as experiências de migrantes na Zona Norte da cidade de São Paulo entre as décadas de 1960 e 1970. Propõe-se observar a agência desses indivíduos na construção da cidade, pensando sobre suas influências diretas e indiretas sobre o território a partir de uma perspectiva interseccional. É realizada, em consonância, uma reflexão sobre o processo de migração externa e interna dentro das áreas urbanas e rurais, assim como a contribuição das migrantes para a formação do espaço da cidade como hoje é concebido, especialmente da periferia. Tendo em vista a marginalização da presença do grupo migrante e dos espaços periféricos em uma perspectiva de narrativa oficial, o intuito também é compreender a importância desses indivíduos na história da cidade, e por fim, o pertencimento dessas pessoas ao território a partir de suas vivências.

Palavras-chave: Migração; Gênero; São Paulo.

Considerações iniciais

A migração interna é responsável pelo fluxo principal de migrantes na cidade de São Paulo desde 1940 (Fundação SEADE, 2025, p. 12), especialmente provenientes da região Nordeste e do estado de Minas Gerais. Nas décadas de 1960 e 1970, as migrações para a cidade de São Paulo, como observado por Paulo Fontes (2008), eram espontâneas, ou seja, não tinham influência estatal. Tal informação é pertinente, pois como estudado por Odair Paiva (2004), durante as décadas de 1930 e 1950 a ação da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio viabilizou uma política de subsídio de mão de obra de trabalhadores migrantes que eram distribuídos pelo Estado de São Paulo. De acordo com Paiva, os deslocamentos populacionais promoveram mudanças econômicas, culturais e históricas nos espaços urbanos. Além disso, é importante destacar que, de acordo com o autor, as migrações são “(...) de um lado, um

fenômeno social complexo, e de outro, constituírem-se enquanto um processo sempre coletivo, eivado por redes sociais que lhe dão suporte” (Paiva, 2011, p. 16).

Outra questão tratada por Paiva sobre o processo migratório é a posição que os migrantes ocuparam na cidade, muitas vezes vistos e aceitos apenas enquanto força de trabalho, não enquanto indivíduos pertencentes, capazes de contribuir socialmente e culturalmente. Por isso, se tornam ainda mais fortes os vínculos entre os próprios migrantes, visto que a sociedade receptora os exclui. Os territórios de migração são diretamente influenciados pela diversidade da população, sendo híbridos devido a esse constante encontro de diferentes culturas e costumes que influenciam diretamente o território que ocupam. Dessa forma, é importante pontuar, em consonância, a importância de se enxergar os migrantes enquanto sujeitos sociais, como propõe Menezes e Cover (2018). De acordo com os autores, esses indivíduos não são passivos, mas sim ativos em sua própria experiência migratória e de ocupação do território da cidade.

Após realização de revisão bibliográfica sobre os estudos migratórios nacionais na segunda metade do século XX, foi possível observar uma lacuna em relação à experiência migrante feminina na história de São Paulo. Nesse sentido, a proposta deste artigo é pensar a agência e a participação das mulheres migrantes na memória e história da cidade. Adichie (2009), propõe que as relações de poder têm a capacidade de influenciar as narrativas que são compartilhadas e permanecem na história. Dessa forma, defende que existe uma história única, que se constrói a partir da hegemonia sob outras histórias, formando assim, estereótipos. Essa narrativa, além de limitante, representa os interesses particulares de poucos grupos privilegiados.

O conceito de interseccionalidade, dessa forma, pode contribuir para uma análise das experiências individuais e coletivas durante o período. Como apontado por Piscitelli (2008), a partir da década de 1990, o conceito de interseccionalidade emerge com o objetivo de alcançar analiticamente as diferenciações presentes nas experiências, identificando, por exemplo, as influências de fatores como raça, classe e gênero. Ao tratar de uma diferença interseccional relacionada à nacionalidade, Piscitelli foi uma das precursoras ao introduzir a discussão em âmbito nacional, apresentando a localização como uma forma de intersecção, visto que existe o que a autora chama de “posição estrutural das nacionalidades”. Atualmente, muitas pesquisas nacionais vêm sendo produzidas a respeito da intersecção entre local de origem e gênero no cenário internacional. Em um contexto de migrações nacionais, tal diferença e hierarquização relacionada à localização de origem, pode também ser notada nas diferentes regiões do Brasil.

A lente interseccional contribui de forma significativa para a análise das diferentes experiências migrantes, pois acessa uma concepção mais complexa de como se caracterizou o processo migratório de acordo com as perspectivas de diferentes indivíduos atravessados por questões de gênero, raça, classe, idade, local de origem e outras mais formas de diferenças. Por isso, é relevante abordar sua conceituação segundo uma de suas principais teóricas. De acordo com Crenshaw, a interseccionalidade é

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Outra definição de interseccionalidade, esta mais recente, de 2021, é de Collins e Bilge, que propõem pensar o conceito enquanto uma ferramenta analítica a partir de seis pontos centrais: desigualdade social, relações de poder interseccionais, contexto social, relacionalidade, justiça social e complexidade.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, Bilge, 2021, p. 16 e 17).

Por fim, tendo em vista as diferenças nas experiências, Piscitelli, ao pensar em um cenário de imigração global, observa que a posição das mulheres enquanto migrantes influencia em questões trabalhistas e matrimoniais, por exemplo. A autora conclui que são variadas as interseccionalidades que atingem as suas vidas. Dessa forma, em um contexto de migrações para a cidade de São Paulo, pensar de forma articulada as diferenças, de modo interseccional, permite uma melhor compreensão do cotidiano dessas mulheres, assim como possíveis brechas de agência encontradas nos sistemas de poder da época.

História Oral e metodologia

A metodologia adotada neste trabalho foi a história oral temática e foram utilizados os manuais de Alberti (2005) e Meihy (1996) como base para abordar a seleção do método, quantidade de entrevistados e condições do depoimento. Em consonância, as obras de Thompson (2002) e Portelli (2010) foram essenciais na reflexão sobre o processo. Como destacado por Meihy, a história oral é, por intermédio das entrevistas, uma das possibilidades de acessar fontes orais. As entrevistas são planejadas, premeditadas e seguem um projeto, além disso, acontecem no presente com colaboradoras vivas, sendo um processo de recuperação de memórias. Assim, a história oral temática possui sempre um caráter social, e funciona com o conjunto de diversas entrevistas (que são comparadas), variadas fontes e condução específica do pesquisador. Com o intuito de obter informações relacionadas ao tema desenvolvido na pesquisa, como proposto na história oral temática, foi desenvolvido um roteiro geral.

O desenvolvimento do roteiro geral das entrevistas de história oral temática seguiu algumas perguntas objetivas, como proposto por Thompson (2002). A seleção das entrevistadas aconteceu por intermédio, inicialmente, de mulheres já conhecidas que forneceram indicações. Quando foi realizado o contato com cada uma das possíveis colaboradoras, o projeto foi explicado detalhadamente para que fossem compreendidos seus objetivos, interesses e riscos. Dessa forma, foram identificadas mulheres que participaram da pesquisa, migrantes dos estados de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraná, Maranhão e interior de São Paulo.

Uma parte essencial do processo é a carta de cessão de direitos dos entrevistados na pesquisa. A carta de cessão de direitos dos entrevistados, nesse caso, foi o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) que conta com um preenchimento de dados básicos sobre o entrevistado (nome, nascimento, telefone para contato e etc), discorre sobre o estudo que será realizado e sobre a sua finalidade, contribuições e possíveis riscos e benefícios. Além disso, apresenta e fornece o contato da pesquisadora responsável, instituição em que está sendo feita a pesquisa e informações sobre o projeto. Após a realização da entrevista, foi feito o cruzamento da biografia das colaboradoras com o roteiro parcial.

Vale destacar, conjuntamente, a contribuição direta da história oral como metodologia para o estudo dos movimentos migratórios mundialmente, como proposto por Thomson (2002) e nacionalmente, como abordado por Magalhães (2017, p. 8)

Muito ainda há a ser pesquisado sobre o uso de fontes orais nos estudos migratórios brasileiros (...) os pesquisadores têm apontado vantagens na

abordagem da história oral para o estudo dos movimentos migratórios. Ela favoreceria a captação das dinâmicas da construção e da interação identitária; revelaria a teia social presente nas histórias e o cotidiano da experiência migrante; propiciaria a compreensão de suas motivações subjetivas e permitiria a produção de informações sobre fenômenos que, sendo recentes, ainda não geraram registros de outra natureza.

Por fim, destaca-se que a história oral como metodologia pode auxiliar de modo significativo a realização de análises interseccionais. Partindo da perspectiva de autorrepresentação, a história oral é uma ferramenta metodológica que contribui de forma significativa para a compreensão das experiências individuais e das influências das camadas interseccionais nas vivências. Além disso, a metodologia pode contribuir para que as participantes da pesquisa possam pensar sobre suas agências dentro da história da cidade. Nesse sentido, “a história oral pode proporcionar uma afirmação positiva de identidade para o narrador, para os membros de uma comunidade particular e para o mundo lá fora” (Thomson, 2002, p. 351).

Experiências e vivências femininas migrantes em São Paulo

Na tabela a seguir serão identificadas as participantes da pesquisa por nome.

Nome	Idade	Local de Origem	Ano de Chegada
Antonia Figueiredo	79	Bragança, São Paulo	1950
Beatriz Oliveira	79	Umburatiba, Minas Gerais	1963
Dirce Moraes	79	Assis, São Paulo	1974
Geneuza Souza	72	Assaí, Paraná	1960
Luzinete Nascimento	75	Caruaru, Pernambuco	1968
Maria Cabral	81	Codó, Maranhão	1976

Maria Santos	72	Januária, Minas Gerais	1961
Teresinha Nascimento	81	Arapá, Ceará	1972

Fonte: Entrevistas de História Oral temática.

Como apresentado na tabela, foram entrevistadas oito mulheres, com idade entre 72 e 81 anos. As entrevistas foram, em sua maioria, realizadas em suas casas e por vezes contaram com a presença de familiares (o que pode ter influenciado positivamente ou negativamente o processo de compartilhamento). O intuito é que as migrantes não sejam vistas apenas como resultado de um processo macroeconômico, mas sim como ativas nele, capazes de tomar suas próprias decisões, influenciando diretamente nos processos migratórios do país. Nesse sentido, a principal motivação da vinda à cidade de São Paulo identificada nas entrevistas diz respeito à busca por trabalho e melhores condições de vida, como exemplificado nas falas a seguir:

Eu vim pra São Paulo pra ganhar mais um pouco, para ganhar um dinheiro para ajudar minha mãe, minha mãe tinha sete filhos e ela trabalhava de doméstica lavando roupa. (Luzinete Nascimento)

Meu pai veio para cá para São Paulo para arrumar trabalho, pra arrumar serviço. Meu pai e minha mãe, que fazia uns bicos de faxina. Porque lá no interior não tinha muito trabalho, não dava para comer com o trabalho. (Geneuza Souza)

Eu vim para São Paulo com dezoito porque tinha uma mulher que era muito amiga nossa e ela veio para São Paulo e ela falou: “vamos, minhas filhas já tão lá com trabalho, você vai e trabalhar lá também”. Lá em Minas não tinha trabalho não, o único trabalho que tinha era a roça. (Beatriz Gomes)

Na pesquisa, foram identificados dois casos, de Maria Cabral e Teresinha Nascimento, em que a família migrou para São Paulo com o trabalho do homem já estabelecido no ramo de construção civil, principal área empregatícia para migrantes homens (Fontes, 2008).

O dono da marcenaria trouxe meu marido e mais dez marceneiros para São Paulo, para trabalhar lá na serra (da Cantareira). (Maria Cabral)

Ele já veio de lá direto pra trabalhar na firma Camargo e Correia, na construção da represa de Mairiporã. Ele veio primeiro, depois mandou me chamar. (Teresinha Nascimento)

Como pode-se observar a partir do relato de Teresinha Nascimento, e proposto por Durhan (1984) e Paiva (2004), a migração foi um processo que ocorreu, na maioria das vezes, de forma familiar. Ao migrar, essas mulheres estavam imersas em uma estrutura ou rede de apoio de conhecidos, vizinhos e parentes. Todas as mulheres entrevistadas relataram que algum familiar ou conhecido já havia migrado anteriormente e que esses indivíduos contribuíram de alguma forma para seu estabelecimento na cidade.

Chegando aqui ia para casa/barraquinhos dos parentes dela (mãe), o compadre, até arrumar uma casinha. Chegava aqui em São Paulo, ia procurar os compadres dela até arrumar uma casa. (Geneuza Souza)

Tinha uns primos da gente que meio que já tinha vindo aqui e falava que São Paulo era fácil para ganhar dinheiro, quem quisesse trabalhar. Que era muito fácil para ganhar dinheiro, né? E a gente veio assim, naquela ilusão de que realmente era tudo aquilo. Mas quando chegamos aqui não era bem assim, passamos necessidade, né? Mas tinha uns bons vizinhos que ajudava a gente na alimentação e tal. (Maria Santos)

Por intermédio desses relatos selecionados e das entrevistas, notou-se que a migração, enquanto um processo familiar, pode ocorrer de diferentes formas: com a migração inicial de um integrante, e após um período de estabelecimento, do restante da família, ou pode ser feita por todo o núcleo familiar em conjunto. O processo migratório, como já observado, também pode ser influenciado pela migração anterior de parentes ou conhecidos, que por sua vez hospedam os recém-chegados. Assim, destaca-se a importância desses laços construídos entre os migrantes. De acordo com Fontes (2008), essas redes de apoio proporcionaram uma vida comunitária de assistência interna entre os próprios vizinhos e conhecidos. As experiências em comum desses indivíduos, principalmente em bairros periféricos, são fatores que podem ter corroborado para o desenvolvimento dessas redes.

No relato de Maria Santos, nota-se, que além da relação entre familiares e parentes, os laços desenvolvidos entre vizinhos e conhecidos eram essenciais em momentos de necessidade. A entrevistada abordou também a idealização presente no imaginário dos migrantes em relação à cidade e suas possibilidades. Como observado por Santos, a realidade de dificuldade de oportunidades trabalhistas com a qual a sua família se deparou não era uma decepção incomum para os migrantes recém chegados em São Paulo. Nesse contexto, a assistência interna proporcionada pelo apoio mútuo entre os migrantes e conhecidos foi um fator decisivo para a

permanência de sua família na cidade. A rede de apoio entre as mulheres nesse contexto também foi um fator constantemente destacado.

Lá no Lauzane, no Imirim, a gente passava bastante dificuldade, mas sempre tinha ajuda né, as moradoras, os vizinhos, sempre tinha umas pessoas que ajudavam (...) Ninguém roubou aqui né, a gente fazia amizade. Todo mundo dava um pouquinho, todo mundo se ajudava. (Geneuza Souza)

Deixava eles (filhos) com a vizinha, ela olhava para mim, não cobrava nada. Aí então eu deixava eles com a vizinha e eu ia trabalhar, dava só a despesa da comida. (Luzinete Nascimento)

Assim como no relato de Luzinete Nascimento, outras mulheres entrevistadas também relataram a importância da rede de apoio entre vizinhas para que pudessem trabalhar, visto que enquanto mulheres pobres, muitas vezes chefes de família, não tinham outra opção enquanto mães trabalhadoras. Adicionalmente, todas as mulheres entrevistadas abordaram nas entrevistas que trabalharam desde a infância em serviços domésticos. De acordo com as entrevistadas, as ocupações de suas mães eram também relacionadas ao doméstico.

Logo que eu cheguei, acho que com uns quinze dias, eu fui trabalhar na casa de uma mulher que morava em Santana, (...) então eu não passei fome assim tanto, porque eu fui trabalhar com essa mulher e pelo menos alimento a gente tinha, né? E eu não ganhava nada, eu trabalhava a troco de comida, a patroa, em vez dela me dar o dinheiro, ela comprava umas coisas de comida e levava para minha mãe. Os outros não conseguiam arrumar emprego, ficaram um bom tempo sem arrumar emprego. (...) Aí foi essa mulher lá para ver se tinha alguém que queria trabalhar com ela, só que as meninas não quiseram ir. Nenhuma delas, acho que tinham umas três. Aí elas não quiseram ir. Eu peguei e falei lá, eu vou (como sempre né, com a minha bestagem) e aí eu fui. (...) Aí eu estudava de manhãzinha e depois fazia o serviço normal. Varrer, lavar a louça, o que eu podia na minha idade, né? Tava com 9 anos, quando eu fiz 10 anos, eu tava na casa dessa mulher. (Maria Santos)

A gente passou aperto, a gente passou, né. Porque não é fácil com criança e tudo. Aí então inclusive eu pus a Silvana (filha) pra trabalhar em casa de família muito cedo, também. Porque eu conheci uma família aí que hoje até hoje eu agradeço a Deus, e agradeço a quem me ajudou a cuidar dela. (Luzinete Nascimento)

Os meus filhos foram todos trabalhar com 14 anos, o que eu ganhava não dava pra sustentar a casa sozinha. (Maria Cabral)

No caso de Luzinete e Maria Cabral, o trabalho doméstico infantil se perpetuou também para suas filhas, devido às dificuldades encontradas no mercado de trabalho por mulheres migrantes e a falta de condições financeiras. Tendo em vista a necessidade de trabalhar desde a infância, a escolaridade dessas mulheres era, também, comprometida.

Em Caruaru estudei até o segundo ano e não dava para estudar mais porque eu tinha que trabalhar com a minha mãe lá (...) Aqui em São Paulo também, não dava para estudar não, tinha que trabalhar. (Luzinete Nascimento)

Eu fiz até a quarta série, aí meu pai falou assim “você vai parar de estudar” porque ele disse que não tinha filho para ficar vagabundo. Aí lá vamos nós trabalhar... Aí fiquei em casa esperando, sem estudar, sem trabalhar e com o passar do tempo eu fiquei muito tempo desempregada. Porque tinha só até a quarta série, as pessoas queriam algo mais. Mas depois que eu tava em casa, a minha mãe começou a costurar calça rancheira, costurava antes era uma sacola de lona para ir na feira né, e aí a minha mãe começou me ajudar. Ela fez assim “você vai aprender datilografia” e eu fui, era um currículo a mais naquela época. (Antonia Figueiredo)

E eu tava estudando, fui até a terceira série e estudei né. Aí a Penha (filha) pequena ficava na casa de uma cunhada minha e eu estudava toda noite, eu tava tão feliz, gostava muito, como eu amo estudar, tão gostoso. Eu até matriculei, fui e fiz prova (para continuar a estudar) ali no Mandaqui, mas daí tinha as crianças pequena né, eu falei “com quem que eu vou deixar?”, eu não confiava em ninguém para cuidar, eu tinha medo. (Dirce Paes)

Meu maior desejo, se me perguntar assim por exemplo uma pessoa hoje “você tem um desejo, me diga o qual?” estudar. (Teresinha Nascimento)

Apesar de todas as entrevistadas afirmarem o desejo de continuarem a estudar, devido às condições financeiras e dificuldade de acesso, não conseguiram concluir a Educação Básica. Como observado por Antonia Figueiredo, devido à baixa escolaridade, era difícil encontrar emprego. Adicionalmente, as entrevistadas relataram a dificuldade de conseguirem um trabalho formal registrado, sendo marginalizadas pelo sistema trabalhista. Em relação às possibilidades restritas no mercado de trabalho para as mulheres migrantes, foi na prestação de serviços que encontraram o principal setor empregatício. O trabalho informal doméstico era a principal alternativa para as mulheres nas grandes cidades, de acordo com Fontes (2008). A integração das migrantes no mercado de trabalho, por vezes, sofreu influência de discriminações e preconceitos.

Como observa Dias (1995), o menosprezo social relacionado ao doméstico é apoiado pela visão machista, e existe, em consonância, uma depreciação aos ofícios de sobrevivência. Nesse sentido, essas mulheres não possuíam muitas possibilidades de escolha em relação ao trabalho que iriam exercer, recorrendo ao âmbito doméstico, que por ser relacionado ao feminino, era menosprezado socialmente e invisibilizado. De acordo com Caldeira (1984, p. 58)

Na verdade, um dos efeitos da discriminação que as mulheres sofrem é que elas acabam prescindindo de uma experiência acumulada de trabalho. Nesse sentido, têm menor qualificação para o trabalho que os homens e acabam conseguindo apenas empregos que, além de mal remunerados, não oferecem garantias trabalhistas, como é o caso do emprego doméstico.

Apesar de em seu estudo, Caldeira tratar especificamente sobre o bairro São Miguel Paulista, localizado na Zona Leste da cidade, as questões abordadas podem ser observadas também nessa pesquisa em relação a vivência das mulheres que residiam na região Norte

Eu morava lá, ela me pagava, eu mandava dinheiro pros meus pais e ficava com um pouco pra me mantér, porque eu trabalhava e comia lá e dormia e tinha que comprar as coisas para mim, né. Fazia serviço doméstico: lavar roupa, botava a roupa para lavar (...) E quem que me arrumou esse emprego foi a filha da madrinha do meu irmão. A patroa ia me buscar de carro, elas iam de carro me buscar já que eu não sabia onde que era, não sabia direito andar. (...) Aí depois eu saí de lá, saí de lá para ganhar mais um pouquinho, e aí fui para outra casa lá perto, do mesmo bairro. A outra patroa não era tão ruim, ela só era exploradora. Porque quando a gente chega assim do Norte, elas exploram, porque é mocinha nova, mulherzinha nova, aí elas exploravam, eu percebi... Aí fui trabalhar na outra casa. (...) Quando tive que sair do serviço, era difícil arrumar outro serviço porque eu tava grávida e eles não pegavam grávida não. Nunca tive carteira assinada, depois eu comecei trabalhar na Brasanitas, né. Eu parei de ser diarista e fui trabalhar por mês na Brasanitas, firma de limpeza terceirizada. Mas só que eu trabalhei poucos meses, porque eu comecei a trabalhar de dia e não deu certo por causa deles (filhos). Para não ficar o dia inteiro fora, depois eu parei e fui trabalhar à noite, porque a noite tinha quem olhasse eles, sabe? Foi tempo que não deu certo a firma, eu saí. Depois fui trabalhar de diarista novamente, porque diarista ficava melhor, dava mais do que a firma... Eu queria firma porque lá tinha registro na carteira e eu queria a carteira assinada, mas não deu certo. Aí eu voltei diarista, sem carteira... foi muito difícil para criar eles sozinha... (Luzinete Nascimento)

Eu já tava trabalhando na firma, mas nunca fui registrada, trabalhava como arrematadeira, mas nunca foi registrado. (...) Aí eu já tinha 16 anos. Então, quantos anos é? Uns seis anos, né? Seis, sete anos nessa, desde que a gente chegou. E tava trabalhando na firma. Eu saí das casas de família, eu pensei que tava cansada de trabalhar na casa dos outros. Queria uma coisa mais leve, né? Aí eu consegui um serviço nessa firma, era uma fábrica de calcinhas e roupinha de criança, calcinha de criança assim de rendinha. (Maria Santos)

A questão do trabalho é diretamente influenciada pelas intersecções atravessadas por essas mulheres, como apontado por Piscitelli (2008). Como observado por Luzinete Nascimento, a condição de mulheres jovens migrantes era vista como uma fonte de exploração no âmbito do trabalho doméstico. No relato de Maria Santos, nota-se a insatisfação com o trabalho “em casa de família”, e a preferência em trabalhar em uma fábrica de costura, ainda que também fosse informal, por ser mais “leve”. Quando grávidas, essas mulheres não eram empregadas, o que dificultava ainda mais o cotidiano das chefes de família. Com os filhos, elas enfrentavam em consonância, uma segunda jornada em casa. Nesse sentido, ter um trabalho flexível, como no caso de Nascimento, foi necessário, o que dificultou o acesso ao trabalho formal registrado.

É preciso também chamar atenção para formas de trabalho que, por serem associadas ao ofício doméstico ou ao feminino, foram diminuídas, invisibilizadas, e muitas vezes não reconhecidas enquanto trabalho, como exemplificado nos relatos a seguir.

Eu fazia bolo para fora, fazia bolo de aniversário, casamento... Aprendi com essas receitas, né? em revista... Fora de envelopista que eu trabalhava em dia de semana. (Beatriz Oliveira)

Eu vim trabalhar de caixa na Drogasil e eu trabalhei bastante anos também. Aí já tinha carteira assinada, e também na Loja Brasileira. Ele (o filho) nasceu, aí continuei trabalhando até que me mandaram embora porque a Drogasil não aceitava mães com bebês porque tem que ter um monte de coisa, né? Aí fiquei cuidando dos meninos, sem trabalhar. Mas aí sabe o que aconteceu? Eu comecei a fazer tricô na mão. Comecei a fazer tricô, casaquinho, calcinha... Aí comecei a tricotar na máquina, sabe? E fui fazendo, fui ganhando meu dinheiro. (Antonia Figueiredo)

Eu fazia bolo para vender, porque tava sozinha com todas as crianças, tinha que sustentar todo mundo (...). Não passei fome porque virava a noite fazendo blusa de tricô, cachecol pra vender... Além do trabalho de caixa, eu ia lá pro Brás pra comprar roupa e revender. Tirava um empréstimo e ia comprar umas roupinhas. Fiquei vendendo roupa do Brás até me aposentar. (Maria Cabral)

Aqui (em São Paulo) eu comecei de novo com trabalhinhos né, quando eu me firmei mesmo no lugar. Eu fazia conserto, bordava, eu fazia blusinhas, camisa, saia, vestido, crochê, pano de prato. Fazia o que desse certo... Naquele tempo eu largava a cozinha de qualquer jeito e só fazia as coisas de tarde, antes da janta. E ainda tinha que cuidar de criança e dar banho em criança... Não trabalhava fora porque não tinha quem cuidasse dos meninos. (Teresinha Nascimento)

Adicionalmente, em relação a forma de tratamento ao chegar na cidade, Dirce Paes, em seu relato, conta que, ao perceberem que ela era migrante, as pessoas a tratavam de forma diferente, um exemplo disso eram os preços de serviços aumentados. Nesse sentido, assim que chegou em São Paulo, sua tia lhe deu um conselho: “você não deve demonstrar que veio de outro lugar, porque senão as pessoas vão tirar vantagem”. É importante destacar o preconceito e a diferença de tratamento tendo em vista as interseccionalidades de raça, gênero, classe e origem.

Quando chegamos na Luz e nós foi debaixo do metrô, aí meu filho falou assim “oh mãe, olha o trem” aí o cara falou “trem não baiano, isso aqui é metrô” eu falei, “e metrô não é trem?” eles acham que só porque a gente veio do Norte não sabe o que é trem... quando a gente vem do norte, a gente escuta muita coisa... Uma mulher uma vez chamou meu filho de moleque porque ele é escurinho, e aí a gente percebe a diferença do tratamento das pessoas. Eles acham que por ser nordestina eu sou boba, mas eu não sou boba não. (...) Eu tive que mentir pra alugar a casa, mentir que não tinha filhos. Se soubessem que eu tinha quatro filhos e mais uma cunhada e tava sem marido, nunca teriam

alugado pra mim. E eram só dois cômodos, dormia gente até debaixo da mesa.
(Maria Cabral)

Através do relato de Maria Cabral, é perceptível notar que sua vivência na cidade de São Paulo foi marcada por sua posição enquanto mulher, migrante e chefe de família. É importante destacar que apesar das semelhanças entre os migrantes proporcionadas pelas suas vivências, esses indivíduos possuíam suas individualidades e diferentes locais de origem. Apesar disso, existiam categorias genéricas como “nordeste”, “sertão”, “norte” e “Bahia” que eram atribuídas para todas as pessoas que não eram paulistanas. Dessa forma, percebe-se o reducionismo e a homogeneização a que pessoas de diferentes culturas e origens eram expostas, além de que, os termos descritos anteriormente, eram proferidos com intuito pejorativo.

Outra questão observada durante a pesquisa, foi o desejo pela casa própria na cidade de São Paulo. Quando chegavam em São Paulo, após um período hospedadas em casas de conhecidos ou parentes, todas as entrevistadas relataram que alugaram um espaço. Entretanto, o preço dos aluguéis nos bairros mais centrais da Zona Norte não eram acessíveis, por isso, como observa Rolnik (1999), o aluguel ou a compra de terrenos na periferia foi a saída encontrada por essas famílias migrantes.

No Peri era melhor, era mais barato, alugado. Passei a morar perto da Rua 20, a casinha era tijolo também, mas era simples. Aqui era barro, tudo no barro, tudo na terra e tinha bastante casa, tinha bastante barraco. E tinha luz e a água, aí depois eu saí de lá do aluguel e fui morar num barraco, eu comprei um barraco. Aí eu comprei para sair do aluguel, era caro. (Luzinete Nascimento)

Depois que viemos para São Paulo, primeiro lugar que moramos foi o Imirim, passou um tempo na casa de tábuas da beirada do rio, aí depois nós voltamos ficamos um tempo lá e depois fomos para o Lauzane, nós ficamos bastante tempo no Lauzane, aí depois meu pai comprou aqui, eu lembro quando pai comprou aqui. Aí a gente saía do Lauzane, entrava no meio daquelas matas, passava onde hoje é o Mercado Trimais, antigamente ali era uma lagoa, a gente passava ali, morria muita criança dentro daquela lagoa. A gente atravessava ali todo fim de semana, chegava aqui no Jardim Peri em um quarto e cozinha, juntava eu, mãe, meu pai e Genivaldo e ia tirando um barranco aqui, ficava o dia inteiro... trazia aquelas comidinhas no caldeirãozinho, chegava aqui e arrumava um fogãozinho com tijolo, ascendia uns paus e esquentava a comida e quando era cinco horas a gente fechava tudo e ia embora para o Lauzane a pé, andava quase uma hora daqui do Peri até chegar no Lauzane, antigamente não tinha ônibus. Era a pé, mato, mato, barro... no dia que tava chovendo era um barro. Tinha comprado o terreno aqui, não construímos, só tiramos barranco, ajeitamos aí depois de uns tempos nós fizemos a mudança do Lauzane pra vir para cá, só para cá nós já estamos de 70 anos né, 63 anos. Foi um sacrifício para comprar o terreno, pai bebia muito, atrasava as prestações daqui, se não era a mãe trabalhar, juntar de pouquinho em pouquinho para pagar as prestações

daqui, meu Deus, foi um sufoco, nossa. Viemos para cá porque era mais barato do que no Lauzane e era da gente né, não tinha mais que pagar aluguel, a gente pagava as prestações daqui. (Geneuza Souza)

A partir dos relatos, nota-se o processo de marginalização territorial sofrida por essas mulheres migrantes e suas famílias. Em busca de moradia acessível, se deslocaram para cada vez mais longe do centro, onde construíam, em conjunto com suas famílias, as próprias casas. Dessa forma, foi na periferia, por intermédio de loteamentos (muitas vezes clandestinos), que encontram a possibilidade de ter uma casa própria ou um aluguel acessível. O território da cidade passou por inúmeras mudanças devido a ocupação desses locais mais afastados do centro, ocasionando na criação de novos bairros que sofriam com a falta de infraestrutura.

De acordo com Rolnik (1999), com a chegada de mineiros e nordestinos em São Paulo, as periferias começaram a ser ocupadas e tomaram novas formas. A arquiteta cita alguns bairros autoconstruídos pelos próprios moradores aos fins de semana – como observado nos relatos apresentados – entre esses bairros, os referentes à Zona Norte de São Paulo são: Vila Maria, Vila Guilherme, Vila Nova Mazzei, Mandaqui, Vila Gustavo, Casa Verde e Limão. Dessa forma, observa-se que o crescimento dos bairros populares está ligado à ocupação autônoma desses espaços pelos indivíduos, através de casas auto construídas pelas famílias, que não estavam de acordo com as normas urbanísticas formais da cidade aplicadas nos bairros centrais. Como observa Rolnik (1999, p. 205)

Casas domingueiras que tremem com a ventania implicam para os moradores ficar horas de pé nas filas de ônibus, com barro nos pés, água de poço, sem luz elétrica nem iluminação das vias. Longe da superlotação dos cortiços e de qualquer vestígio de cidade. Entre 1940 e 1950, cerca de 100 mil famílias, mais de meio milhão de pessoas, passaram a morar em casas próprias nas periferias sem melhorias urbanas, ironicamente chamadas de “vilas” e “jardins”.

Nesse sentido, nos relatos apresentados pelas colaboradoras, são encontradas convergências com a falta de infraestrutura decorrente da marginalização territorial e social pontuada por Rolnik.

Quando chegou aqui, que eu olhei, era uma casa abandonada. Aqui no Peri não tinha essas casas né, era tudo mato, ali não tinha favela, era água de poço. E eu tava lá capinando, porque era muito mato. Lá em Santana tinha água, tinha luz, não era água de poço não, era encanada. (Antonia Figueiredo)

Aqui no Jardim Peri era um mato, não tinha água, não tinha luz, pra pegar o ônibus era daqui até a Pedra Branca a pé, estragava sapato, afundava na lama naquela subida, perdia o sapato, no outro dia ia procurar onde estava, cadê esse

sapato (risos)? não tinha mais, no outro dia o barro cobriu tudo, muita gente passava né. Olha, foi um sufoco, viu. Aí a gente usava lamparina, usava lampião de gás, a roupa que a gente passava era de ferro de carvão, queimava muita roupa. A água aqui era puxada do poço. Os povo aqui não tinha água, os únicos era eu o pai, a mãe e a Dona Cândida. Nossa, mas foi um sufoco. Demorava mais de 10 minutos puxando a água porque o poço era fundo, para pegar uma latinha de água e não tinha muita água também não. Tomava banho de bacia e o esgoto era a fossa, era um buraco. (Geneuza Souza)

A Maria Luiza (filha) ficou doente e quase morreu. Aqui não tinha água encanada, a gente não sabia qual água era boa e qual água era ruim. Ela tinha quase um ano e eu fiz comida pra ela com a água de uma biquinha que eu achei que era limpa. (...) E uma vez também eu caí e não pude dar continuidade no meu tratamento porque era muito longe. (Teresinha Nascimento)

Eu ia de ônibus até a Santa Inês e depois ia a pé, e voltava às 22h a pé. Teria que pegar dois ônibus, mas se eu pagasse dois ônibus, pelo valor que eu ganhava, não compensava. (...) Era comum encher o córrego e entrar água em casa, até hoje ele enche. (Maria Cabral)

Por intermédio dos relatos, identificou-se que estavam presentes no cotidiano dessas mulheres problemas cotidianos relacionados aos meios de transporte, à moradia, acesso à saúde, educação e desemprego. Assim, como é afirmado por Rolnik (1999, p. 202) “a história do município é marcada pela demarcação sucessiva de fronteiras entre o que era considerado urbano e o que era considerado rural, quase sempre desenhadas a posteriori, quando a ocupação urbana na zona rural já era um fato”. Observou-se que as mulheres migrantes entrevistadas nessa pesquisa tiveram como opção a ocupação irregular das zonas rurais, nesse sentido, influenciaram diretamente na linha de separação desenhada entre os territórios considerados urbanos e rurais que seguiu sendo mutável e continuamente redesenhada.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo amplificar e analisar as vivências e experiências de mulheres migrantes tendo em vista a invisibilização deste grupo nos documentos escritos e na história oficial da cidade. A hipótese inicial corroborou com a análise de Dias (1995), propondo que as mulheres, por trabalharem de modo informal e em atividades relacionadas ao doméstico e feminino, tiveram suas participações invisibilizadas como agentes históricos. Assim, por intermédio das entrevistas de história oral temática, foi constatado que, ao chegarem na cidade, as oportunidades oferecidas para as mulheres migrantes eram, em sua maioria, em áreas relacionadas ao doméstico. Nesse sentido, identificou-se como principais fontes de renda das

entrevistadas o trabalho doméstico e os trabalhos autônomos como costureira e boleira, comumente relacionados ao feminino. Vale destacar que, por vezes, não eram oficialmente reconhecidos à época enquanto trabalho.

Observou-se, em consonância, que a migração, em sua maioria, ocorreu enquanto um processo coletivo que envolveu familiares e conhecidos, como apontado por Fontes (2008) e Durhan (1984). Além disso, notou-se que a relação de apoio mútuo e construção de redes de apoio entre vizinhas foi relatada como essencial para a permanência dessas mulheres na cidade, principalmente das chefes de família. Vale destacar as rotas internas realizadas em busca de moradia dentro da Zona Norte de São Paulo. Após a chegada e estabelecimento inicial na cidade, essas mulheres e suas famílias eram cada vez mais afastadas das regiões centrais, ocupando a periferia em busca da casa própria ou de moradia acessível em casas autoconstruídas. No cotidiano, elas enfrentaram falta de infraestrutura, saneamento básico e ausência do poder público. Por intermédio da pesquisa, foi possível concluir que a agência dessas mulheres ao ocuparem a periferia, redefiniu as linhas e fronteiras do território da Zona Norte, e em última instância, da cidade de São Paulo, como aponta Rolnik (1999).

Por fim, foi possível ter acesso a perspectiva e vivência dessas mulheres migrantes que não tiveram suas participações registradas nos processos históricos de suas épocas. Pensar em suas agências e experiências é essencial para amplificar as suas vozes enquanto sujeitos históricos pertencentes e atuantes no processo migratório externo e interno que contribuiu para o desenvolvimento e ocupação da Zona Norte de São Paulo como é conhecida hoje. Refletir sobre suas perspectivas enquanto mulheres migrantes interseccionalmente, como propõe Piscitelli (2008), é compreender que suas diferenças influenciam o modo como são tratadas e a forma como enxergam o mundo. A história única, até então, não colocou em perspectiva a participação ativa dessas mulheres, por isso, propõe-se uma história que aborde suas contribuições, cosmovisões e experiências na construção da cidade. Pois, como defende Adichie (2009, p. 11), “Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.”

Referências bibliográficas:

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CALDEIRA, Teresa. **A Política dos Outros. O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em maio de 2026.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História Oral e migrações: método, memória, experiências**. Valéria Barbosa de Magalhães (organizadora). São Paulo: Letra e Voz, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MENEZES, Marilda Aparecida de; COVER, Maciel. **Trabalhadores migrantes: formas de resistência cotidiana**. Travessia, SP, v. XXXI, p. 79-88, 2018.

PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

PAIVA, Odair da Cruz. **Territórios da Migração na Cidade de São Paulo: Entre a afirmação e a negação da condição migrante**. Ideias (UNICAMP), v. 2, p. 13-30, 2011.

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 2ª edição, São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). **Um século de dinâmica populacional no Estado de São Paulo (1920-2022)**: a transformação dos papéis da capital e do interior paulista. São Paulo: SEADE, 2025. Disponível em: populacao.seade.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/SP-demografico-um-seculo-dinamica-populacional-estado-sao-paulo.pdf. Acesso em: 27 abr. 2026

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, v. 22, 2002, p. 351.

ST03

O MEDIEVO QUE PRODUZIMOS

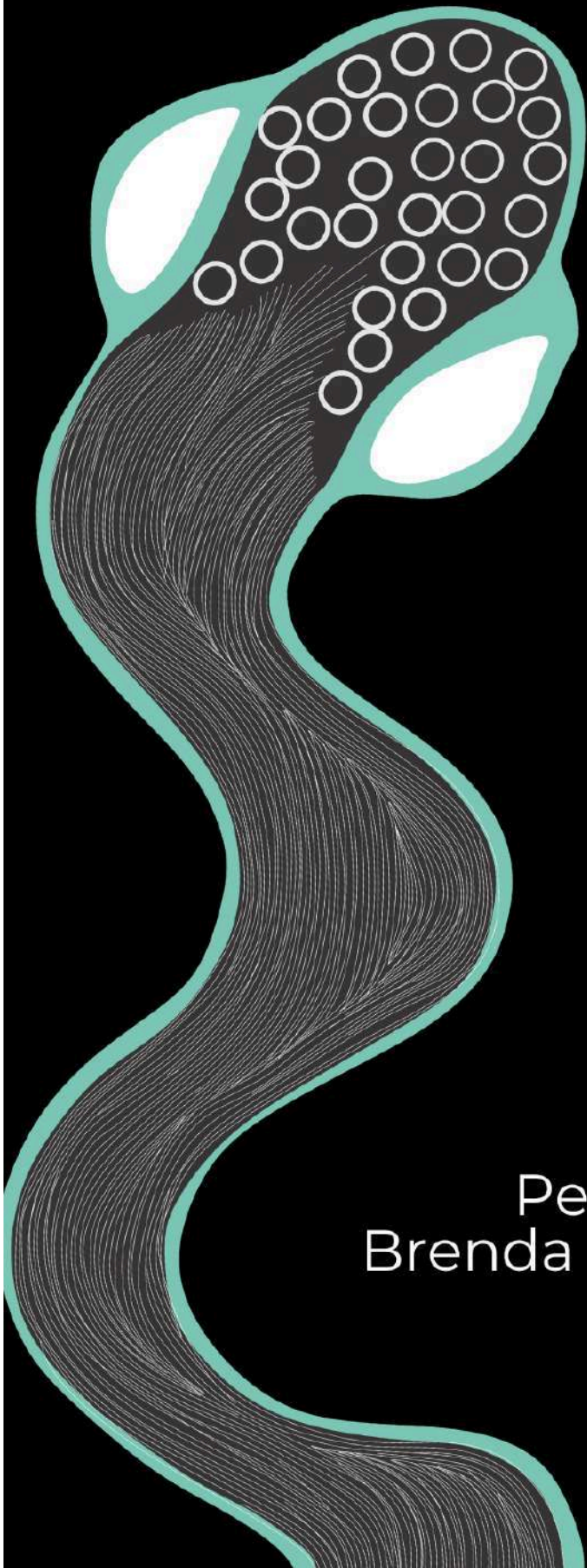
Coordenadores:
Carolina Minardi
Pedro Henrique Pereira Silva
Brenda Mayara Alves Ramos Lima
Júlia da Silva Helvécio

XIII

EPHIX

UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG



Como a extrema direita brasileira representa os cavaleiros templários: neomedievalismos digitais

Bárbara de Andrade Souza

Mestranda em História

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

babiandra.sou@gmail.com

Resumo: Objetiva-se aqui, analisar as representações neomedievalistas da Ordem do Templo, investigando a dissociação entre os templários históricos e o “personagem templário” criado pela memória coletiva e utilizado pela extrema direita. Buscando compreender como os repertórios históricos são afetados por essas representações e como se dá sua reapropriação ideológica. Foram escolhidos como fontes memes e vídeos veiculados em mídias sociais. A metodologia consiste em técnicas de análise de discurso, conteúdo, bibliográfica e iconográfica. Evidenciando que a figura do “personagem templário” foi desvinculada de sua representação histórica, transformando-se em símbolo de honra, cristianismo, branquitude e masculinidade, frequentemente utilizados pela extrema-direita para validar suas ideologias. Conclui-se que o neotemplarismo, atua como uma ferramenta de legitimação de discursos políticos e sociais excludentes, sendo amplamente disseminado nas redes sociais e em obras ficcionais. Busca-se entender este fenômeno e reforçar a importância de um olhar crítico e acadêmico sobre o uso político e cultural da história.

Palavras-chave: Neomedievalismo; Conspiracionismo; Extrema direita.

Introdução

Entre “Idade das Trevas” e “festivais medievais”, a Idade Média insiste em se fazer presente no imaginário popular na contemporaneidade, seja como forma pejorativa ou elogiosa. Apesar da mística que envolve esse período, os medievos viviam nada mais do que a sua própria contemporaneidade. “Se numa conversa com homens medievais utilizássemos a expressão “Idade Média”, eles não teriam ideia do que estaríamos falando” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p.9). O termo que define cerca de mil anos entre a “antiguidade clássica” e a “modernidade” foi criado carregado de preconceitos. Os modernos, responsáveis pela criação da expressão, objetivavam a retomada, o “renascimento”, dos paradigmas considerados clássicos, em suma greco-romanos. Assim a “época do meio” se referia e reforçava a ideia de que o período medieval era um momento entre eles e essa antiguidade, quando não havia produções artísticas, literárias e científicas, era o hiato do próprio progresso humano.

Essa perspectiva muda a partir do século XIX, com o movimento Romântico. A Idade Média deixa de ser uma ponte temporal e se torna a protagonista do imaginário artístico, literário e político. O “medieval” começa a ser enxergado como um período místico, esplendoroso e o qual deveria ser retomado. Em um aspecto político, ele se tornou o “berço das nações”, um passado comum e definidor de nacionalidades emergentes. Em suma, os românticos “reencontraram a Idade Média do mesmo modo que os primeiros humanistas haviam reencontrado a Antiguidade [...]” (CH.-O. CARBONELL apud AMALVI, 2002), ou seja, se os renascentistas desprezavam a Idade Média, os românticos a aclamavam.

Ambas perspectivas são igualmente carregadas de preconceitos e estereótipos. Entretanto, ainda no século XXI é possível ver com frequência referências à perspectiva moderna através de expressões como “Idade das Trevas” e a “atitudes medievais”, assim como há “festivais medievais” e obras audiovisuais e literárias mobilizando o passado medieval pela ótica romântica. Essas representações são exemplos de como os neomedievalismos se encontram intrínsecos à sociedade contemporânea.

Conceitualmente, o medievalismo surge com Leslie Workman na década de 1970 e propunha um novo campo de estudo que reunisse pesquisas que estudassem obras seja acadêmicas ou artísticas que seguem criando continuamente o período medieval (ALBUQUERQUE, 2019). Entretanto, a linha recebeu críticas por ser muito abrangente quanto a seus objetos de análise. Em convergência a essa crítica, Umberto Eco propõe, em meados da década de 1980, o conceito de “neomedievalismo”. Este se aplica a obras que não estão interessadas em recriar a Idade Média, e sim consumi-las, gerando um esvaziamento do conteúdo histórico, tornando-a mais comercial e representando como os “usuários-consumidores” se relacionam com o passado medieval (ALBUQUERQUE, 2019). Esse repertório pode ser visto amplamente em livros, filmes, séries e jogos, como *Senhor dos Anéis*, *Game of Thrones*, *Harry Potter*, *Código Da Vinci* e *Assassin's Creed*, os quais chamamos de neomedievalismos culturais. Além desses, existem os neomedievalismos políticos, que são aqueles que usam a compreensão popular sobre a Idade Média para validar ideologias políticas, muito comuns de serem encontrados nas redes sociais. Templários são exemplos populares dessa perspectiva.

Desta forma, essa pesquisa opta por usar o conceito de neomedievalismo, assim como escolheu como fonte os neomedievalismos políticos digitais que utilizam a imagem dos templários. Escolha que se deu pela compreensão de que o uso da imagem do cavaleiro templário

aqui analisado sofre com esse esvaziamento historiográfico a fim da sua comercialização e de usá-lo para sustentar ideologias políticas. Desta maneira, também será adotado o termo neotemplarismo, aqueles neomedievalismos que trazem em sua centralidade a figura do cavaleiro templário. Bruno T. Salles e Guilherme R. Alcântara (2021) apresentam o fenômeno como responsável pela “mística templária” pois a maior parte do conhecimento popular sobre o tema é oriundo de lendas, crenças e boatos advindos desde o século XVIII.

Objetiva-se assim, compreender como se dá a dissociação entre a Ordem do Templo histórica e o personagem templário contemporâneo, assim como a colaboração das obras ficcionais para esse contexto e o impacto desse fenômeno na política. Para isso foram analisadas como fontes historiográficas *posts* do Youtube, Reddit e X que usassem neotemplarismo para fortalecer ideologias políticas de extrema direita. A metodologia escolhida foi a análise de conteúdo, análise de discurso e iconográfica, a fim de compreender como esses fatores associaram-se para fortalecer a concepção de um “personagem templário” que representasse paradigmas da extrema direita como cristandade, branquitude, hetero sexualidade, masculinidade, entre outros.

A ascensão da extrema direita

A extrema direita é uma vertente que se encontra cada vez mais influente no cenário político contemporâneo. Estados Unidos (EUA), Índia e Brasil são só alguns exemplos de países que foram governados por líderes de extrema direita nessa década, respectivamente Donald Trump (2017 - 2021 e 2025 - atualmente), Narendra Modi (2014 - atualmente) e Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022). Além disso, a União Europeia sofreu forte influência dessa vertente política em vários de seus integrantes como França, Alemanha e Itália. Com base na definição de Mudde (2022) aqui entende-se extrema direita como uma vertente ideológica caracterizada por posições políticas ultraconservadoras, nacionalistas e autoritárias, que frequentemente rejeitam os princípios do pluralismo democrático e dos direitos das minorias. Entre suas ideias são comuns a promoção de discursos anti-imigração, xenofóbicos, eurocêtricos e contrário ao multiculturalismo.

Grande parte desse crescimento se deu em favor de um uso excepcional da internet pela extrema direita. O bom uso midiático do grupo possibilita a sua associação a partidos e

movimentos mais amplos além de maior financiamento (MUDDE, 2022). Esse cenário é facilitado pelos algoritmos que permitem que a ideologia chegue até as pessoas que têm ideias afins mais facilmente. Corrobora, também, para que diálogos se tornem mais globalizados, fazendo com que os debates internacionais aumentem e possam ser melhor divulgados, fortalecendo, nacionalmente e internacionalmente, discursos semelhantes como o de Bolsonaro e Trump. Essa proximidade possibilitou a produção e a tradução de movimentos internacionais da extrema direita para o cenário brasileiro, oferecendo suporte teórico e prático e alinhar narrativas nacionais e internacionais a fim de internalizar e legitimar suas pautas (CASARÕES, 2022). Isso gerou o que Guilherme Casarões (2022) entende como “americanização da política brasileira”, que culminou em vários posicionamentos extremamente semelhantes entre os dois governantes, principalmente durante a pandemia de Covid-19.

Entretanto, o uso da internet não é o único catalisador importante para que esse crescimento ocorra. A extrema direita também apresenta uma ótima capacidade de explorar crises institucionais, políticas e econômicas para se promover, como por exemplo a pandemia de Covid-19 que incentivou insegurança, desconfiança e frustração coletiva para com os sistemas políticos vigentes. Essa estratégia possibilitou que discursos nacionalistas, autoritários e excludentes – importantes características dessa ideologia – se sobressaíssem.

Outra estratégia que beneficia esse crescimento é a mobilização de discursos os quais ressoam em segmentos sociais que se destacam como uma futura base eleitoral. Exemplo disso são falas carregadas de teor anti-imigratório, xenófobo e racista. Além disso, há uma oposição ao feminismo, aos direitos LGBTQIAPN+ e as pautas progressistas em geral, identificando a esquerda – “os comunistas” – como a personificação de um inimigo a ser combatido. Mobilizações em relação ao passado histórico também são utilizadas de revisionismo, negacionismo e conspiracionismo. Essas estratégias permitem à extrema-direita construir uma identidade política coesa, ancorada na promessa de restaurar uma ordem social percebida como perdida, mobilizando afetos e medos que vão além da tradicionalidade política, conseguindo assim um fiel eleitorado que não se sustenta apenas em questões governamentais mas em valores morais comuns (MUDDE, 2022).

A extrema direita brasileira se centraliza quase que completamente na figura da família Bolsonaro e, principalmente, em Jair Messias Bolsonaro, criando assim o chamado bolsonarismo, movimento que Mudde (2019, apud CASARÕES, 2022) caracterizou como uma combinação de

nacionalismo religioso e o anticomunismo, a partir de um discurso de supremacia cristã, além de um autoritarismo que se caracteriza pela concentração de poder nas mãos do executivo. Essa ligação com a religiosidade se dá, segundo o autor, a partir da rivalização entre o “amigo *versus* inimigo” representado pelo cristão patriota contra todas as minorias sociais e políticas, assim como o “fantasma comunista” que há muito tempo assombra a política brasileira. A fim de defender essa oposição de paradigmas, o grupo mobiliza a figura do templário assim como a própria Idade Média.

A Idade Média pelo prisma da extrema direita

As associações entre a Idade Média e a extrema direita se tornaram populares, sendo que muitas delas colocavam o cavaleiro templário como representante de seus paradigmas que lutavam contra esses inimigos declarados. Um exemplo dessa associação foi Roberto Alvim, ex-secretário especial da cultura durante o governo Bolsonaro, que declarou no dia 21 de julho 2019 em sua conta do X que a situação política brasileira daquele período tratava-se de uma “nova Cruzada”, em que os bolsonaristas estavam combatendo em prol da sociedade judaico cristã contra sua destruição por forças progressistas. Outro caso de figura pública associada à extrema direita que se valeu dessa associação, a partir das redes sociais, foi o de Felipe Garcia Martins, analista político e assessor da presidência durante o mandato de Jair Bolsonaro, que em 31 de dezembro de 2020 postou em seu X : “A nova era chegou. Tudo é nosso. *Deus Vult*”. A Idade Média é retomada nesta frase a partir da escolha do termo *Deus Vult* que tem suas origens em um lema do século XI, usado para mobilizar os cruzados rumo a Jerusalém (PACHÁ, 2019). Como é de se esperar essa associação não se restringiu apenas a camada interna de poder, podendo ser vistas em vídeos e memes publicados em redes sociais e no *Youtube*.

Um exemplo interessante disso é o vídeo *O cavaleiro da Lux convida você!...* publicado no canal de *Youtube* intitulado Lux Brasil e também no canal Poder 360 dessa vez nomeado como *Movimento bolsonarista convoca protestos em vídeo à la Monty Python*. Em maio de 2026, o vídeo conta respectivamente com 62 mil e 56 mil visualizações, somados contam com mais de 2 mil *likes*. Sua publicação original é vinculada ao *Instituto Lux Brasil*, fundado em 2019 por Emílio Dalçoquio, empresário de Santa Catarina e abertamente apoiador de Jair Bolsonaro. O grupo foi descontinuado e seu site, assim como as suas redes sociais não estão mais disponíveis para acesso. É importante ressaltar que apesar de ter sido originalmente postado no *Youtube*, o vídeo atingiu outras plataformas se tornando um “viral” (conteúdo que consegue alcançar muitas pessoas e até

mesmo quebrar as “bolhas” algorítmicas). Um grande contribuinte para isso é que “chama a atenção um cavaleiro medieval, portando uma bandeira da República, declarando uma cruzada contra os comunistas e encerrando sua apresentação e convocação aos patriotas em um latim duvidoso.” (SALLES e ALCÂNTRA, 2021, p.213).

Imagem 01: Cavaleiro de Lux



Fonte: Lux Brasil, *Youtube*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=JTQMu4TzoG4>. Acesso em: 06 mai. 2026

O vídeo tem a duração de 1 minuto e 36 segundos em que um homem vestido de templário convida os ouvintes do vídeo a comparecerem às manifestações de 15 de março de 2020, que reuniu manifestantes em várias das grandes cidades brasileiras a favor de Jair Bolsonaro e contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). Ademais, as manifestações foram endossadas pelo então presidente e iam contra as recomendações de isolamento social devido a COVID-19 promovidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Segue a transcrição do vídeo: “Patriotas! Venho de longe em sagrada missão. Dia 15 de março, venha comigo contra os comunistas e traidores da pátria. Vamos resgatar nosso país, nossa bandeira. *Ordinen et progressus. Venit ad Lux.*” (Lux Brasil, 2020, 37s a 1m 22s).

É de grande importância compreender que durante todo o vídeo não há uma explicação ou uma justificativa da escolha do uso da imagem do cavaleiro. O interlocutor se vale dos conhecimentos prévios e da interpretação do destinatário. Aqui essa imagem não passa de um personagem que foi descontinuado de seu contexto historiográfico. Analisando o texto do vídeo, percebe-se que se inflama o discurso militarista de “amigo vs inimigo”, representado pelos “patriotas” contra os “comunistas e os traidores da pátria”, trazendo uma carga de vilanização desse segundo grupo ao associarem a esses um sequestro figurativo do país. O apelo à

religiosidade não é dado apenas pela figura templária mas afirmada pela frase: “Venho em sagrada missão.”. Deste modo conclui-se que o cavaleiro exerce a função de um guerreiro cristão que evoca os discursos nacionalistas e anti-comunistas como seus inimigos a serem detidos, escancarando o anacronismo e o esvaziamento histórico desse discurso.

Outro exemplo é a “série documentário” *Brasil a última Cruzada*, publicado em 2017 pelo canal do Youtube “*Brasil Paralelo*”. Primeiramente, é relevante entender que o *Brasil Paralelo* é uma empresa fundada em 2016 na cidade de Porto Alegre que se apresenta hoje como uma produtora de entretenimento e educação, veiculando conteúdos que se dizem politicamente neutros - “O único objetivo da *Brasil Paralelo* é informar o público produzindo conteúdos totalmente despidos de qualquer ideologia política.” (*Brasil Paralelo*, 2024). Além disso, apresenta como seus valores: verdade, liberdade, arte, ambição, meritocracia, união e diplomacia. Sua missão seria, segundo eles, “resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros” (*Brasil Paralelo*, 2024). Apesar de se colocarem como uma empresa sem ligações políticas, muitos dos valores e conteúdos da empresa se alinham a paradigmas da extrema direita, como a meritocracia, crença na completa neutralidade do conteúdo, patriotismo exacerbado, apelo aos “bons valores e costumes”, conteúdos *redpill* e não interferência estatal na cultura.

Para explicar o seu funcionamento, o historiador João Paulo Charrone (2024) a caracteriza como uma “*Think Tank*”(centro de pensamentos / banco de ideias). Esse termo define aquelas empresas que mesmo fora do aparato estatal têm grande influência sobre a formação política e ou opinião pública. Essas empresas costumam se apresentar sob o manto da neutralidade, entretanto isso não se confirma uma vez que seus interesses se alinham aos de seus financiadores que geralmente se enquadram dentro de setores da elite ou de grandes corporações. A completa neutralidade ideológica e conteúdo completamente objetivo e factual não existe, afinal, por trás de toda empresa há um interesse, assim como filiações. Outra característica desses grupos é a falta de critérios e de verificações de controle científico das informações divulgadas. Sendo assim, o autor caracteriza o *Brasil Paralelo* como uma *Think Tank*, por ser uma empresa de grande porte que se apresentar como neutra ideologicamente, financiada por capital privado e sem controle acadêmico.

Aqui nos atentaremos apenas ao primeiro capítulo da “série documentário” *Brasil: A Última Cruzada*, intitulado *A cruz e a espada* que foi publicado no canal do Youtube do próprio *Brasil Paralelo* originalmente em 2017 que conta com mais de 4 milhões de visualizações e 238 mil

likes e republicado em 2019 com mais de 200 mil visualizações e mais de 17 mil *likes*, ambas informações referentes a maio de 2026. O episódio traz em 51 minutos a origem das chamadas civilizações ocidentais no recorte da Idade Média e dedica-se ao conflito entre cristãos e muçulmanos que se deu na Península Ibérica entre os séculos VIII e XV. Primeiramente, é importante destacar que os vídeos do *Brasil Paralelo* tem uma alta qualidade técnica, grande qualidade de áudio e imagem, escolhas de iconografias chamativas, narradores que falam muito bem e “especialistas” convidados. Tais aspectos trazem um caráter de confiança e credibilidade ao que está sendo apresentado.

O primeiro aspecto a ser questionado é a forma como, durante todo o episódio, os muçulmanos são representados como inimigos dessa “sociedade ocidental” em formação. Esse discurso é fortalecido pela perspectiva, de que a Batalha de Poitiers seria o momento que marcou a vitória cristã sobre os muçulmanos, aumentando a narrativa e dando um caráter antagônico incondizente - “Para a maior parte dos historiadores, essa era a última chance de resistência do Ocidente. A vitória significava um suspiro de esperança para os inimigos do islã”. (*Brasil Paralelo*, 2017, 14m38s a 15m00s). No contexto das Cruzadas, a Europa se torna uma representação do cristianismo, que sofre com a perda do domínio cristão sobre Jerusalém. A perspectiva apresentada não é apenas extremamente eurocêntrica, mas também coloca as Cruzadas como um feito heroico e digno de reconhecimento, trazendo com si um discurso carregado de islamofobia em diversos momentos. Durante toda a avaliação do episódio é apresentada uma perspectiva heroica dos cavaleiros templários contra os muçulmanos (CHARRONE, 2024).

Outro aspecto importante do documentário é a conexão entre as Cruzadas e o Brasil. Essa ponte é feita através do passado europeu que o Brasil supostamente teria por ter sido colonizado por Portugal. Não só a narrativa nos leva a entender que o passado de Portugal é também o passado do Brasil, de forma hereditária, como as Cruzadas são usadas como justificativa para um “instinto desbravador português”, que depois da reconquista de seu território recorre ao mar para poder atender a essa sua tendência natural - “Como eles foram formados geração por geração na conquista de território e desbravamento do território. Até que não tem mais território para conquistar. Só lhes resta o mar” (*Brasil Paralelo*, 2017, 38m44s a 39m03s).

Tentar legitimar a história da Europa como passado do Brasil é também uma forma de “embranquecimento” da história (CHARRONE, 2024). Segundo Murilo Cleto (2021 apud

CHARRONE, 2024) em nenhum momento, nenhum dos 6 capítulos da “série documental” faz referência a desumanidade do processo escravista e nem fala sobre as marcas deixadas pelos mais de 300 anos de escravidão no Brasil. Essa é uma maneira de calar a importância do passado negro e indígena brasileiro. Esse é só mais um reflexo desses paradigmas da extrema direita sendo reproduzidos, afinal esse grupo usa da Idade Média como referência simbólica e esse processo se dá pelo resgate da visão idealizada do período (PACHÁ, 2019). Isso ocorre pois “o que atrai esses grupos é pensar que foi um tempo patriarcal, branco e cristão. Essa Idade Média nunca existiu, mas tem esse papel no pensamento desses grupos” (PACHÁ, 2019; p.5).

A historiadora Mayara Balestro (2022), em entrevista para a Revista Fórum, deixa claro os impactos causados por essa plataforma. A *Brasil Paralelo* apresenta um projeto social ultraliberal, conservador e problemático, pautados em negacionismo e revisionismo histórico, além de corroborarem o apagamento da contribuição histórica de negros, mulheres e minorias em geral. Isso fortalece e divulga as ideias conservadoras carregadas de preconceitos da extrema direita. (BALESTRO, 2022)

A volta dos cavaleiros: neotemplarismos digitais

Os neomedievalismos usando os templários não se restringem a produções institucionais bem elaboradas. Muito pelo contrário, elas se tornaram muito populares nas redes sociais através dos memes. Gênero esse que se define no contexto da internet como mensagens de tom cômico ou irônico compartilhados e replicados de maneira intensa. Os memes aqui escolhidos como fonte circulam em sua maioria de forma nichada, dentro de bolhas algorítmicas da extrema direita, mesmo assim não se descaracterizam dentro do gênero.

Antes de começar a análise, é importante ressaltar que esse trabalho respeita a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.853/2019, que tem como finalidade normatizar o tratamento de dados pessoais no Brasil, abrangendo, inclusive, sua aplicação em pesquisas. Deste modo, todas as publicações aqui apresentadas contarão com a anonimização dos perfis que as postaram, assim como não serão divulgados *links*. Tal medida tem como cerne princípios éticos e legais relacionados aos Art. 7º, inciso IV e Art. 11, inciso III da referida lei que autorizam o tratamento de dados comuns e sensíveis para a realização de estudos por órgãos de pesquisa, mediante a anonimização sempre que possível. As páginas que até então não foram anonimizadas se encaixam como conteúdo declaradamente público pelo titular, dispensando

assim o consentimento de uso das imagens postadas pelo usuário, tal como preconiza o § 4º do Art. 7º da lei supracitada sendo realizado aqui em estrita observância aos critérios de boa-fé, legítimo interesse acadêmico e finalidade científica da pesquisa histórica/acadêmica.

Primeiramente, é relevante compreender que as ideias apresentadas pelos vídeos do *Instituto Lux Brasil* e pelo *Brasil Paralelo*, não se restringem a eles. As ideias supracitadas de herança europeia, embranquecimento da população, vilanização de ideologias opositoras, se multiplicam através do acesso de apoiadores da extrema direita à esse discurso. Assim se tornando comuns os memes neomedievalistas que contribuem da idealização da idade média ao carregarem consigo esses discursos e do esvaziamento historiográfico. As imagens a seguir são exemplos desse fenômeno:

Imagem 02: Meme dos Simpsons contra os refugiados do Islã e comentários



Fonte: Reddit, 2018

O meme aqui apresentado é uma releitura de um outro meme muito popular que mostra Homer Simpson, personagem do desenho animado “Os Simpsons”, vendo algo, entrando num arbusto e quando ele sai sua imagem se transforma em outra coisa. Neste caso, esse meme foi usado para passar uma mensagem claramente islamofóbica. Em 2018, época em que esse meme foi veiculado, ocorreu um aumento significativo de refugiados em diversos países do mundo como Turquia, Uganda e Paquistão. O Brasil também registrou um aumento nos pedidos de

refúgio, saindo de um registro de cerca de 4 mil em 2011 para mais de 11 mil em 2018 sendo 36% sírios; 15% congoleses; 9% angolanos; 7% colombianos e 3% venezuelanos (Agência Brasil, 2019). Esse contexto não pode ser desvinculado ao meme. Afinal a preocupação do *post* se encontra relacionada ao medo e a aversão dessa imigração.

Homer Simpson, ao se transformar em um templário, ocupa um espaço de combate. Aqui o cavaleiro templário representa o cristão combatente, os cruzados que lutaram contra os muçulmanos e “salvaram o ocidente” da expansão muçulmana. A Ordem do Templo não é apenas esvaziada de sua complexidade historiográfica e reduzida a uma simplicidade militarista, como também traz consigo uma forte mensagem islamofobia. Aqui a moral do meme se os refugiados islâmicos vieram para o Brasil, eles devem ser combatidos.

Essa mensagem se torna ainda mais forte ao avaliar a seção de comentários à direita da imagem, onde se vê um movimento de aprovação ao discurso evocado. Os comentários utilizam da expressão *Deus Vult* - Deus Quer - termo que foi primeiramente apropriado pela extrema direita europeia, americana e posteriormente pela brasileira (PACHÁ, 2019). Quando se coloca a expressão em um comentário ou em um meme, o sentido que se entende é o da tradução do termo, é a validação de Deus sobre o que foi falado.

Imagem 03: Bolsonaro templário com Eneias papa



Fonte: X, 2019

Essa forma de expressar sua opinião política através de memes na internet não é um modelo originalmente brasileiro. Ele se tornou comum nos EUA em 2016 durante a campanha eleitoral de Donald Trump, quando muitos memes neomedievalistas começaram a ser atribuídos à sua imagem ou à sua campanha. Assim como essa tendência chegou ao Brasil, ela também se espalhou pelo mundo, podendo ser vistos esse tipo de meme em vários países. A Imagem 03 é um exemplo de apoio a Donald Trump, muito divulgada em 2016.

A imagem original que deu origem ao meme é “um cavaleiro medieval anônimo, de capacete, empunhando uma bandeira com a cruz da ordem, sem nenhum elemento contemporâneo” (GUERRA, 2021. p. 54). Ao virar o meme americano o cavaleiro vira Donald Trump, cavalcando em um belo cavalo para a direita, vestido de templário e portando um escudo, também com o símbolo da ordem, e hasteando a bandeira nacional dos Estados Unidos a fim de mostrar o patriotismo típico da extrema direita. Ao fundo aparece Pepe the Frog (Pepe o Sapo) - meme extremamente popular nos EUA que se tornou símbolo da extrema direita - vestido de papa, como se abençoasse Trump nessa jornada.

No caso brasileiro algumas modificações foram feitas, o templário se torna Jair Bolsonaro. A bandeira nacional não é a republicana e sim a bandeira do Império, essa escolha apesar de causar estranheza, não é inusitada. A extrema direita muitas vezes a usa como símbolo a fim de associar-se a grupos conservadores ou a uma rechaça ao sistema democrático republicano (GUERRA, 2021). Outra interpretação, é que a bandeira imperial gera uma conexão direta com o “passado europeu brasileiro” herdado do processo colonial, validando assim o uso do templário como um passado que também seria do Brasil. Mais uma diferença entre os memes é que Pepe the Frog é substituído por Enéas Carneiro, político brasileiro conhecido por seu discurso nacionalista, e associado a extrema direita que teve influência política entres os anos de 1990 e 2000. Essa mudança pode ter ocorrido por dois fatores: o primeiro, é a baixa popularidade de Pepe o Sapo no Brasil por ser considerado um meme “velho” - 2016 EUA e 2018 Brasil - e principalmente por uma tentativa de aproximação da imagem de Bolsonaro como herdeiro de um legado de Enéas (GUERRA, 2021).

Imagem 04: O templário convoca as urnas



Fonte: X, 2018

Imagem 05: Templário vitorioso



Fonte: X, 2018

As imagens 04 e 05 foram publicadas em contexto eleitoral, porém em fases diferentes desse processo. A imagem 4 mostra um templário de uma forma heroica, limpo em seu cavalo forte, como quem está indo à guerra. Ele leva a bandeira do Brasil nas mãos e o lema bolsonarista aos pés, dessa forma percebe-se um claro apelo ao nacionalismo tão evidenciado pela extrema direita, inflamando no leitor esses sentimentos de forma rápida e nada sutil. No canto superior esquerdo há a frase “Vamos salvar o Brasil”, pela época em que ela foi divulgada, “salvar” refere-se ao voto e à eleição de Bolsonaro, dessa forma o templário estaria fazendo um apelo para os eleitores irem às urnas. A imagem 05 por sua vez já se encontra num momento de pós-eleição de Bolsonaro. Dessa vez, o próprio recém eleito presidente aparece como templário, com o semblante abatido, sujo e com a espada envolta de sangue. A “batalha” acabou, a extrema direita se elegeu, mas o meme não para por aí. Ele afirma “Mas agora é que começa a verdadeira luta” colocando o governo 2019-2022 como o verdadeiro campo de guerra para derrotar o inimigo. A partir disso, pode-se ver a semelhança entre as imagens 04 e 05, ambas promovem a vilanização dos seus opositores e movimentam o sentimento de “amigos vs inimigos”.

A extrema direita acaba por promover uma militarização simbólica da política, associada diretamente ao caráter militar da Ordem do Templo. Em suma, a Idade Média não é para esse grupo apenas um período histórico passado. Para eles ela é uma idealização de um mundo em que os seus paradigmas eram vigentes e comandavam a sociedade. Esse “saudosismo” desse período se pauta nisso, na esperança de um mundo cristão, masculino e branco novamente, e o templário é a representação perfeita para essa idealização.

Conclusão

A extrema direita encontra-se em uma crescente mundial impulsionada pela popularização de pensamentos ultraconservadores, nacionalistas, autoritários e preconceituosos. Constatou-se também que a internet e as redes sociais desempenham um papel nesse fenômeno, a partir da mobilização de apoiadores e catalisadores na disseminação de informações. Ampliadas pela capacidade desse grupo de mobilizar discursos que ressoam em segmentos sociais afins, com a ajuda de algoritmos que ajudam a criar “bolhas” dentro das redes sociais. Além disso, apesar de o Brasil não ter vivido a Idade Média, ela é apresentada como herança europeia oriunda do período de colonização. As Cruzadas e a figura do cavaleiro templário são amplamente utilizadas para promover os paradigmas da extrema direita a partir da sua idealização de um passado imaginado

de uma sociedade cristã, masculina e branca. Essa realidade aparece estampada em memes e vídeos veiculados em várias redes sociais, estes aqui entendidos como fontes historiográficas.

Compreende-se assim que a extrema direita utilizava a Idade Média para reforçar os preceitos colonialistas. O Brasil ainda sofre impactos na sua história colonial e o atrelamento direto de seu passado com a história que não o pertence (mas sim a sua antiga metrópole), marcas que continuam a ser reproduzidas por uma parcela populacional que tem não só orgulho de seu “passado europeu”, como busca o apagamento da contribuição africana e de povos originários. A história de Portugal não é a do Brasil; a história do Brasil sofreu muita influência da história de Portugal, e ambas convergem por um espaço de tempo. Essa ligação é interessante para a perspectiva da extrema direita, pois a sua visão imaginada sobre o medieval (sociedade branca, cristã, europeia e masculina) vai ao encontro com o futuro pretendido por eles para o Brasil.

Por fim, a análise revelou a criação de um símbolo político a partir da figura do cavaleiro templário. Afinal, o “neotemplarismo” não busca recuperar a ordem templária, mas sim aproveitar-se do imaginário coletivo de branquitude, masculinidade, honra, combatividade e como um símbolo do cristianismo. Os templários a quem a extrema direita se refere não são os históricos, mas sim personagens fictícios moldados através do tempo. O simbolismo não acaba na ficção do grupo sobre a Ordem, ela se expande a ponto de compreender os seus próprios líderes como essa figura “mística” do templário.

A pesquisa aqui apresentada foi feita como trabalho de conclusão de curso a fim da obtenção de título de Licenciatura em História. Entretanto ela se expandiu a fim de virar um projeto de pesquisa de mestrado, e para isso algumas alterações estão sendo feitas. A mais relevante delas se dá na compreensão de que o cavaleiro templário é amplamente estigmatizado trazendo em suas representações uma grande bagagem de conspiracionismo e negacionismo oriunda dos neomedievalismos culturais e políticos que se retroalimentam. Sendo assim, houve a necessidade de ampliar as fontes para além dos *posts* em redes sociais (que desta vez se restringirá ao X), abarcando “documentários” que apresentam tal caráter. Outra modificação se encontra na metodologia que deixa de ser análise de discurso; análise de conteúdo; análise bibliográfica e análise iconográfica para se tornar análise de discurso digital e análise fílmica. Essa nova fase da pesquisa se encontra em desenvolvimento inicial.

Referências bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, Mauricio da Cunha. **Por Trás da Capa e da Espada: O Neomedievalismo em “Príncipe Valente” (1939 – 1940), de Hal Foster.** 2019. p. 1 - 167. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.
- AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Bauru: Bauru, EDUSC, 2002.
- BALESTRO, Mayara. Por dentro do ‘Brasil Paralelo’: o modus operandi da produtora de extrema direita. **Revista Fórum,** 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/por-dentro-do-brasil-paralelo-o-modus-operandi-da-producao-de-extrema-direita/> . Acesso em: 03 mai. 2026.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, n. 157, p. 59, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm . Acesso em: 03 mai. 2026.
- CASARÕES, Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. **Journal of Democracy.** Em Portuguese, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 7-44, nov. 2022.
- CHARRONE, João Paulo. Presente, passado e futuro: o projeto de nação brasileira entre a “Cruz e a Espada” do Brasil Paralelo. *História* (São Paulo), v. 43, 2024.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente.** 2ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- GUERRA, Luiz F. A.. Neomedievalismo político no Brasil contemporâneo. In; **Medievalismos: em olhares e construções narrativas.** vol. 01. Orgs. BERTARELLI, Maria Eugenia; BIRRO, Renan Marques; PORTO JÚNIOR, João Batista da Silva. Itacaiúnas, Ananindeua, 2021. p. 47-64.
- MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- O cavaleiro da Lux convida você!... .[S. l.]: [s. n.], 2020. 1 video (01 minuto e 36 segundo). Publicado pelo canal Lux Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JTQMu4TzoG4> . Acesso em: 06 mai. 2026
- O que é a Brasil Paralelo? Conheça a história completa da empresa. **Brasil Paralelo.** 08 abr. 2024. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- PACHA, Paulo. Deus vult: uma velha expressão na boca da extrema direita [Entrevista concedida a] RUDNITZKI, Ethel; OLIVEIRA, Rafael. **Agência Pública.** 30 abr. 2019.
- PEDUZZI, Pedro. Brasil já reconheceu mais de 11 mil refugiados até 2018, diz Conare. **Agência Brasil.** Brasília, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-07/brasil-ja-reconheceu-mais-de-11-mil-refugiados-ate-2018-diz-conare> . Acesso em: 28 abr. 2026.
- SALLES, Bruno Tadeu; ALCANTARA, Guilherme R. O.. Do Templarismo ao Neotemplarismo: o problema do consumo e da nostalgia nas leituras da extrema direita brasileira acerca da Ordem do Templo. In: Lorena da Silva Vargas. (Org.). **Medievalismo: A Idade Média nos Imaginários Modernos e Contemporâneos.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2021, v.1, p. 211-237.

“Honra e Guarda do rei”: A Segunda Partida como Estatuto de Poder e Limitação da Rainha no Medievo Ibérico

Aieska Pandolfi Monfardini

Doutoranda em História

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

aieskapmonfardini@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa o impacto jurídico e político da **Segunda Partida** de Alfonso X na delimitação do papel da rainha consorte no medievo ibérico. A partir de um escrutínio historiográfico das trajetórias de D. Urraca de Castela (séc. XIII) e D. Filipa de Lencastre (sécs. XIV-XV), a pesquisa constata que ambas preencheram os quatro pilares da soberana ideal (nobreza, formosura, virtude e riqueza) exigidos pelo ordenamento para legitimar as dinastias portuguesas. À luz do conceito de "agência não-resistente" da antropóloga Saba Mahmood, o estudo conclui que a rigorosa conformidade dessas monarcas às exigências morais patriarcais não constituiu mera submissão passiva, mas configurou-se como um autêntico e estratégico instrumento de exercício político e consolidação dinástica.

Palavras-chave: Segunda Partida; Rainha; Agência.

Las Siete Partidas e as Rainhas

Este artigo é resultado da pesquisa em andamento para a obtenção do título de doutora. O objetivo central da análise consiste em investigar como o modelo normativo apresentado pelo rei de Castela e Leão, Alfonso X, o Sábio, através das *Siete Partidas* se materializou na prática política e moral do reino português, principalmente no que tange o papel da rainha consorte. Para o desenvolvimento estruturamos o texto em três eixos analíticos interligados: primeiramente, examinaremos a dimensão legislativa da compilação alfonsina, destacando os quatro pilares exigidos para a consorte ideal; em um segundo momento, analisaremos o escrutínio teórico para a materialidade histórica através do estudo comparativo das trajetórias dinásticas de D. Urraca de Castela (século XIII) e D. Filipa de Lencastre (séculos XIV-XV); por fim, recorrendo ao aporte teórico da agência não-resistente de Saba Mahmood, discutiremos como a docilidade e a

adequação destas mulheres aos arranjos institucionais operaram como autênticos instrumentos de poder e validação do poderio régio.

O documento das *Siete Partidas* foi um compilado feito pelo rei de Castela e Leão, Alfonso X, o Sábio, que tinha como objetivo a unificação jurídica e a centralização do poder monárquico. (SANTOS-SILVA, 2018, p. 97) O rei também almejava o trono do Sacro Império Romano-Germânico, alegando sua conexão através de sua mãe, que foi neta do imperador Frederico I. A compilação das Partidas fazia parte do esforço do rei em justificar jurídica e ideologicamente a sua pretensão ao trono imperial, além de funcionar como forma de unificação e universalização legislativa por todo o reino alfonsino e, mais tarde, por todo o império, o tornando o candidato ideal para o posto de imperador. Apesar de seus esforços econômicos e diplomáticos terem sido em vão, uma vez que o rei, apesar de eleito, nunca foi consagrado pelo Papa, as *Siete Partidas* o consolidaram como um modelo de autoridade jurídica e erudita.

Alfonso X organizou as partidas de modo que essas correspondessem a quantidade de letras de seu nome. A estrutura foi pensada pelo próprio rei que, com a epígrafe de cada um dos livros dedicados à explicação do tema daquela Partida, inicia com a primeira letra correspondendo à uma que compõe o nome do rei, formando ao final “ALFONSO”.

A Segunda das *Siete Partidas*

A partida usada para nosso trabalho será a Segunda Partida, que tem como objetivo abordar os direitos e deveres de imperadores, reis e frande senhores. Nela também é definido os requisitos para uma rainha ideal e a sua função institucional como parceira na governança (BUENO, 2012, p. 62). É nessa Segunda Partida que podemos perceber a idealização de um modelo feminino cristão, que inicialmente, é imposto sobre a rainha, mas rapidamente se espelha pelo reino, uma vez que ela é o espelho para todas as outras mulheres daquele local.

Apesar de apenas utilizarmos apenas uma das sete regulamentações alfonsinas, é importante entender que cada uma delas se interligam, justamente por almejar a centralização do poder régio. Na Primeira Partida, o rei inicia abordando a Fé e a Igreja, enfatizando a soberania de Deus e o papel da Igreja nos ensinamentos do homem. Já a Terceira, a ordenação fala sobre os procedimentos judiciais, tendo como objetivo a vivência em paz e harmonia. Por sua vez, a Quarta Partida é dedicada a regulamentação dos vínculos naturais e sociais, como o casamento, as

relações de amizade e até as relações feudais. A Quinta Partida versa sobre a economia e o comércio, tratando de regulamentar o Direito Comercial e Contratual. Ainda regulamentando o patrimônio, a Sexta Partida trata de testamentos e sucessões, protegendo, inclusive os órfãos. Por último, a Sétima Partida aborda o Direito Penal, listando crimes e punições (ALFONSO, 2017, p. 5). Dessa forma, as normas não têm apenas um valor jurídico, mas também filosófico e moral.

A Segunda Partida se organiza de modo a: estruturar e reger o poder temporal dos reis; institucionalizar a Família Real, organizar a Corte e seus Oficiais; definir a relação do monarca com seus súditos; e legislar sobre a guerra e a cavalaria. Assim como as demais, ela é dividida em Títulos, que por sua vez se dividem em Leis. Os primeiros Títulos estabelecem as figuras máximas do poder temporal e a natureza do poder régio. A figura do Imperador é vista como “Vicário de Deus”, ou seja, aquele quem representa Deus na terra. Já o rei é visto como a cabeça do reino, sendo ele o verdadeiro guia e conselheiro de seus súditos. O Sábio de Castela, no Título Um, na Lei 5, se utiliza de uma metáfora organicista do corpo, tendo o rei como o cabeça, pois dela nascem todos os sentidos que coordenam o corpo.

E, naturalmente, os sábios disseram que o rei é o chefe do reino, pois assim como os sentidos nascem da cabeça, que comanda todos os membros do corpo, também pelo comando que vem do rei, que é senhor e chefe de todos no reino, eles devem ser comandados, guiados e ter um acordo com ele para obedecê-lo, proteger, guardar e endireitar o reino do qual ele é a alma e o chefe, e eles os membros. (tradução minha)¹ (ALFONSO, 2017, p. 31-32)

Aqui, Alfonso já começa a estabelecer a legitimidade do poder real e, apesar de almejar o trono imperial, solidifica o papel divino do rei. Apesar o império ser obtido por eleição, a realeza era definida pela sucessão hereditária, por isso, apesar de concorrer ao trono imperial, era imprescindível que a sucessão real fosse garantida e legitimada. A partir do Título Seis, a figura da rainha é introduzida no documento das Partidas. A Lei Um enfatiza a importância do casamento e a impossibilidade de sua dissolução sem motivos plausíveis, ela também apresenta os quatro requisitos desejáveis em uma rainha, sendo eles: uma boa linhagem que possa honrar o trono e trazer nobreza aos infantes; que tenha beleza para que o rei a ame e os filhos sejam bem

¹ “Y naturalmente dijeron los sabios que el rey es cabeza del reino, pues así como de la cabeza nacen los sentidos por los que se mandan todos los miembros del cuerpo, bien así por el mandamiento que nace del rey, y que es señor y cabeza de todos los del reino, se deben mandar y guiar y haber un acuerdo con él para obedecerle, y amparar y guardar y enderezar el reino de donde él es alma y cabeza, y ellos los miembros.”(original)

apessoados; bons costumes, para que a rainha guarde a honra do rei e ele a dela; e por fim, a riqueza, para que traga grande benefício ao rei e sua linhagem, além do próprio reino (ALFONSO, 2019, p. 39).

Por sua vez, a Lei Dois traz três razões pelas quais o rei deve amar sua esposa: primeiramente, pelo seu casamento, uma vez que ambos fazem os votos diante de Deus e através da lei dos homens, que os tornam um após o matrimônio. Aqui, as Partidas destacam a insolubilidade da aliança matrimonial, se não por morte ou por algo que seja de grande gravidade e importância. A segunda razão é apresentada como o papel da rainha em ser a companheira e parceira do rei, sejam nos prazeres ou dos pesares. Por fim, a terceira razão apresenta rainha como peça fundamental na perpetuação da dinastia do monarca. Na Lei, “[...] a terceira, para que a linhagem que ela tem ou espera ter dela permaneça intacta após a sua morte (tradução minha)”² (ALFONSO, 2017, p. 39), o papel da rainha ganha a responsabilidade de perpetuadora da geração, aquela que contribui mais do que financeiramente ou politicamente, trazendo a possibilidade de uma aliança com reinos ou famílias importantes, ela passa a ser peça fundamental para o bom funcionamento do reino, uma vez que da sua legitimidade vem também a legitimidade dos seus filhos.

Da abordagem da linhagem real trazida na Lei Dois há, então, um gancho para o Título Sete, onde a Partida aborda como rei deve ser com seus filhos e, assim, como os infantes devem ser com o rei. É nesse título que são abordadas a criação, a educação e a sucessão dos herdeiros do reino, além da relação do casal real com sua prole. Até mesmo a alfabetização das infantas era dada a devida importância na Lei Onze, principalmente para que elas pudessem ler cartas, seus saltérios e serem capazes de formar suas próprias opiniões. Os demais títulos tratam da estrutura administrativa da corte e a relação do rei com seus súditos, sobre a relação do rei com seu povo, sendo eles maiores ou menores, destacando deveres do monarca e dos seus súditos. Há ainda a regulamentação do Conselho Régio e a Instituição da Cavalaria, além do Direito de Guerra e a Organização Militar.

Com a regulamentação do papel da rainha na Segunda Partida, especificamente no título VI, Alfonso X estabelece a legitimidade que já era, em muitos reinos, dada como necessária para a continuidade da linhagem real desde o século VII. Analisando um pouco melhor os requisitos para a escolha da soberana colocados nas *Siete Partidas*, a Boa Linhagem garante que a honra do

² “la tercera, porque el linaje que de ella tiene o espera tener quede en su lugar después de su muerte.” (original)

rei seja preservada através de seus filhos, que tem como mãe uma mulher de família nobre e digna, garantindo a que seus marido e filhos sejam mais nobres e mais bem vistos entre os nobres do reino. A preservação da nobreza dinástica é um dos objetivos principais da legislação que adverte que os homens devem evitar mulheres vis para que essas não contaminem suas linhagens (ALFONSO, 2021, p. 199). Através da boa linhagem da rainha também são legitimadas as dinastias em caso de crise ou contestação, uma vez que por trás dela há uma força política que, normalmente, é estabelecida através das alianças matrimoniais entre reinos.

A Beleza também é um ponto abordado na legislação do Sábio de Castela. A esposa real ideal deve ser bela para que o rei a ame cada vez mais. A lei faz a ressalva sobre a beleza, destacando que dentre os requisitos para a escolha da rainha, a beleza e a riqueza são consideradas passageiras, mas ainda essenciais na seleção da parceira do soberano. Para além do amor do rei, a beleza da rainha é necessária para que a prole do casal real fosse elevada acima dos demais. Ainda, no imaginário medieval, a beleza era reflexo da perfeição divina e da pureza da alma. Apesar disso, a beleza é vista de forma paradoxal, uma vez que através dessa era possível alcançar poder e influência sobre os homens (TREVISAN, 2012, p. 50).

Os Bons Costumes também fazem parte de um dos quatro pilares para que a escolha da esposa régia seja feita com sucesso. Juntamente com a linhagem, a boa educação da noiva é uma das qualidades que permanece para sempre em sua descendência. A guarda da honra da casa real depende dos bons costumes da rainha, uma vez que através do casamento, qualquer desvio que afete a sua dignidade afetará também a imagem do rei. Nas Partidas também é destacado que, através dos costumes da rainha, a união do casal real se torna satisfatória para o soberano. A rainha também se torna o espelho das mulheres do reino, assim, é seu dever moralizar a Corte, por isso a sua boa conduta deve servir de modelo para as demais, sejam elas nobres ou não. Para além da influência moral, a rainha tinha um papel especial na educação dos filhos e no aconselhamento do rei. Se seus costumes fossem moderados, sua educação e conselho era visto como certo e são (SANTOS-SILVA, 2018, p. 15).

Por fim, a riqueza é o quarto pilar que sustenta o modelo ideal de rainha segundo Alfonso X. Assim como as demais, ela tem a finalidade de trazer prosperidade para o soberano e para o reino. Porém, é através da riqueza trazida do seu reino de nascimento que a rainha consegue estabelecer uma autonomia inicial. O patrimônio da rainha, apesar de ser formado também pelas doações de seu marido, se inicia com as arras que ela traz consigo e é através dele que ela pode

exercer sua autoridade, sendo uma ferramenta de governança que permitia a rainha atuar juntamente ao monarca (SANTOS-SILVA, 2018, p. 267).

Porém, além das legislações, o papel da rainha era sistematizado através de dois instrumentos essenciais. O primeiro deles se baseia na parceria e unidade matrimonial entre rei e rainha. Na Quarta Partida é apontado que através do casamento, homem e mulher, se tornam um, porém, a esposa do rei não tem apenas um papel de consorte doméstica, mas ela é uma peça institucional fundamental da monarquia. Dentro da administração do reino, a rainha tem um papel de parceria, ou *aparvera*, na governança com o seu marido, fazendo com que ela haja colaboradora na resolução dos problemas do reino. Através de diplomas conjuntos, participação nas decisões de desembargos e na gestão do próprio patrimônio, a rainha exercita o seu poder e faz sua parte na gestão (HOFFMANN, 2019, p. 258).

O segundo instrumento se faz presente através da autonomia intelectual, abordada na Segunda Partida, quando a legislação aponta a alfabetização das infantas, com o objetivo de não ficarem sujeitas a manipulações da corte. Além disso, a gestão patrimonial e seu papel diplomático exigiam uma autonomia intelectual que permitissem que as rainhas mantivessem correspondência ativa, não apenas com seus reinos de origem, mas com as demais rainhas, tanto de reinos próximos, quanto de reinos distantes (HOFFMANN, 2019, p. 190).

Assim, nas *Siete Partidas*, o rei Afonso X, ao desenhar o modelo de rainha ideal nos pilares de boa linhagem, beleza, bons costumes e riqueza no Título VI da Segunda Partida, a legislação alfonsina delimitou tanto as amarras quanto as formas as quais a consorte real pode e deve agir.

Dessa forma, a eficácia de qualquer modelo normativo se prova no choque com a realidade pragmática das dinâmicas de poder. É necessário deslocar o olhar da teoria legislativa alfonsina para a prática histórica do reino português, analisando como essas prerrogativas e limitações se materializaram nas trajetórias de duas soberanas de contextos distintos: D. Urraca de Castela (século XIII), que foi contemporânea a composição das Partidas, e D. Filipa de Lencastre (século XIV), cuja atuação consolidou a dinastia de Avis.

O caso de D. Urraca de Castela e D. Filipa de Lencastre

As rainhas D. Urraca de Castela e D. Filipa de Lencastre foram figuras centrais na historiografia e na cronística medieval portuguesa. Ambas representaram modelos de virtude,

linhagem e ação política, o que serviu para legitimar as dinastias de Borgonha e Avis, respectivamente. As crônicas indicam ambas se encaixam no modelo estudado anteriormente, mesmo sendo de contextos dinásticos diferentes. É importante destacar que para além do ideal alfonsino, as rainhas também se encaixam no ideal abordado por John Carmi Parsons e Theresa Earenfight no conceito de *Queenship*, sendo eles: origem, maternidade, piedade e intercessão (PARSONS, 1998) (EARNFIGHT, 2013). Tanto D. Urraca, quanto D. Filipa também de encaixam nos parâmetros historiográficos. Para entender melhor a imagem das consortes, é necessário abordá-las mais detalhadamente.

Inicialmente, D. Urraca de Castela foi esposa de D. Afonso II de Portugal, fazendo dela a rainha do rei português entre os anos de 1211 e 1220. Sendo filha do rei Alfonso VIII de Castela, D. Urraca era tinha um parentesco direto com o Sábio, uma vez que essa era irmã de sua avó, D. Berengária, fazendo com que D. Urraca fosse sua tia-avó. Mas apesar do laço familiar, D. Urraca viveu em um contexto em que as *Siete Partidas* não existiam, uma vez que sua morte aconteceu um ano antes do nascimento de Alfonso X, porém, os escritos e legislações que inspiraram a compilação do rei já ditava o comportamento social há décadas, algumas até séculos. Nos séculos VI e VII a existência da *Lex Romana Visigorum*, conhecida como *Breviário de Alarico* e a *Leges Visigothorum*, também conhecida como *Fuero Juzgo* já legislavam a respeito do matrimônio e propriedade (SANTOS-SILVA, 2018, p. 53). Além dos documentos legais, a representação da rainha como um modelo idealizado de governante cristã também é composta pelas tradições literárias e hagiográficas, como os escritos do Santo Isidoro de Sevilha no século VII, que já falava sobre a moral feminina dentro dos moldes cristãos (FONSECA, 2009).

É justo, portanto, assumir que D. Urraca de Castela também estava sob os padrões de femininos estabelecidos pela sociedade ibérica e sua figura como infanta de Castela e, mais tarde, rainha de Portugal, adicionava rigidez as expectativas sobre ela. A princesa estrangeira se casa com o então infante de Portugal, D. Afonso aos 22 anos em 1208, apenas se tornando rainha em 1211 com a morte de seu sogro, o rei D. Sancho I. D. Urraca faleceu em 1220, com 34 anos, deixando uma descendência de quatro filhos (SANTOS-SILVA, 2018, p. 126).

No que tange aos requisitos historiográficos, podemos afirmar, seguindo as crônicas, que D. Urraca teve sucesso como rainha, seguindo o modelo de *Queenship* com perfeição. Sua origem é nobre, sendo infanta de Castela e bisneta de um dos casais reais de maior prestígio no medievo, o rei Henrique II da Inglaterra e a rainha Leonor da Aquitânia. Na maternidade, a rainha obteve

sucesso, tendo quatro filhos com o rei. D. Sancho II e D. Afonso III, se tornaram reis de Portugal, D. Leonor se tornou rainha da Dinamarca, e o Infante Fernando de Portugal, se tornou senhor de Serpa. D. Urraca também teve contato próximo com a Igreja, advogando junto ao rei pela ordem franciscana, exercendo assim, sua piedade e poder de intercessão.

Para além da historiografia contemporânea sobre o *Queenship*, com Earnfight e Parsons, D. Urraca de Castela se torna o que a legislação afonsina colocaria mais tarde como a escolha ideal para uma rainha. Apesar da beleza não ser tratada diretamente nas crônicas, Francisco da Fonseca Benevides aponta a formosura de D. Urraca e suas irmãs (BENEVIDES, 2000, p. 111). A boa linhagem e as boas maneiras são bem destacadas nas crônicas, onde sua imagem é construída pelo cronista indicando o cumprimento de tributos fundamentais, também abordados pelas *Siete Partidas*. Sua ascendência é destacada logo nas primeiras linhas da Crônica de D. Afonso II, onde Ruy de Pina descreve a rainha como filha do rei Alfonso VIII e sua esposa, a rainha Leonor da Inglaterra. Pina ainda destaca a ligação que D. Urraca tem com a Inglaterra, sendo neta do rei Henrique II e sua esposa, a rainha Leonor da Aquitânia. Para além da aliança com Castela, a então princesa, trazia laços com a Inglaterra, Aquitânia e Irlanda, comandados pelo rei Henrique III, seu primo e ainda havia suas irmãs que traziam conexões com Leão e França. A sua própria linhagem já representava uma grande riqueza em conexões diplomáticas, visto que o costume de dotes só foi introduzido por D. Afonso III no casamento de seu filho D. Dinis com a princesa de Isabel de Aragão.

O modelo alfonsino da escolha ideal para rainha prezava especialmente, além da boa linhagem, os bons costumes e boas virtudes. Como visto na Segunda Partida, para que a rainha pudesse guardar a honra do rei e ser exemplo do reino, ela deveria irrepreensível. Benevides descreve D. Urraca como uma “(...) rainha de grande piedade, que praticava actos de grande devoção e santidade (...)” (BENEVIDES, 2000, p. 118), sendo sua devoção e piedade provada através da doação de terras e fundação de conventos em Lisboa e Guimarães. Outra prova de sua influência e boas virtudes era visto através do selo real e as terras a ela doadas, sendo Torres Vedras, Óbidos e Alafões.

Apesar de não ser dada muita atenção a beleza ou até mesmo a falta de riqueza trazida por D. Urraca para o casamento, as principais qualidades alfonsinas são destacadas nos escritos históricos sobre ela. Sua linhagem, que conferia grande nobreza a seus filhos e grande vantagem para o reino, permaneceu presente nos monarcas seguintes, até mesmo aqueles da dinastia

seguinte eram dessa rainha. Além disso, ao salientar a santidade e devoção da rainha, tanto em textos cronísticos quanto em fontes históricas como os livros de Benevides, a imagem de uma mulher de grande moral e muitas virtudes cristãs a solidifica como um modelo de rainha.

A percepção histórica sobre ela a coloca como perpetuadora da dinastia, garantindo uma sucessão legítima. Além disso, foi D. Urraca que intercedeu oficialmente pelos franciscanos e participou ativamente em conflitos do reino e disputas entre o rei e as infantas. A parceria e confiança de seu marido em suas ordenações testamentárias a colocou como possível regente do reino, o que acaba por não acontecer em razão da morte precoce da rainha. Desta forma, as crônicas retratam D. Urraca não como um mero adorno, mas como uma figura institucional de prestígio que personifica o equilíbrio entre a dignidade régia e a virtude cristã preconizado na legislação afonsina.

A segunda rainha, D. Filipa de Lencastre (1360-1415), se torna rainha de Portugal em um contexto turbulento na história do reino. Com a morte de D. Fernando I da dinastia de Borgonha e a falta de herdeiros masculinos do rei, a coroa ficaria para seu futuro neto, fruto do casamento de sua filha D. Beatriz com o rei D. João I de Castela, como foi o acordado no Tratado de Salvaterra. Porém, devido às incertezas pelas quais o reino passava e grande medo da perda da independência de Portugal, D. João, Mestre de Avis lidera o movimento que retira a possibilidade da continuidade da linhagem de D. Fernando no trono e é aclamado pelo povo como “Regedor e Defensor do Reino”, se tornando mais tarde o rei D. João I da dinastia de Avis.

Nesse clima tenso é que o casamento entre D. Filipa e D. João acontece. Sabendo da impossibilidade de aliados próximos, o rei decide buscar uma aliança por casamento na Inglaterra. Na visão historiográfica sobre o que faz da rainha uma mulher ideal – o *Queenship* – D. Filipa de Lencastre se encaixa perfeitamente no que é colocado como necessário, tendo a origem ilustre, sendo filha do Duque Lencastre e neta do rei Eduardo III. A rainha também foi prolífica na maternidade, sendo mãe da chamada “Ínclita Geração” por Luís de Camões em “Os Lusíadas”, tendo oito filhos, com seis sobrevivendo até a vida adulta.

D. Filipa também é exaltada nas crônicas por Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara como uma mulher devota que encarna perfeitamente o modelo mariano. Lopes destaca sua

assiduidade litúrgica dentro dos costumes de Salisbury³ e como ela aplica o costume religioso inglês na corte. Zurara já chama D. Filipa de “*Sancta Rainha*” e essa é uma marca em toda sua escrita sobre a consorte. Nas crônicas sobre D. João I, também é destacada a intercessão de D. Filipa como uma mediadora política e conselheira de confiança do soberano (HOFFMANN, 2019, p. 104).

No que tange a Segunda Partida, especialmente o Título Seis, as menções de D. Filipa nas crônicas compõe a imagem de uma rainha que se encaixa perfeitamente na legislação alfosina, e em alguns momentos, expandindo o modelo moralizante que é colocado na compilação de leis. O primeiro ponto, que inclusive coincide com a historiografia contemporânea, é a boa linhagem. O casamento entre D. João I e D. Filipa dá uma função a mais para boa linhagem da rainha, que seria a legitimação de Avis como uma dinastia de alta estirpe, merecedora do trono, uma vez que o rei era bastardo de D. Pedro I, o penúltimo rei da dinastia de Borgonha. A boa origem de D. Filipa era necessária para amenizar o “defeito de sua nascença”, como apontado por Fernão Lopes. Vinda da casa do Duque de Lencastre e da Aquitânia, João de Gante, e sua esposa Branca de Lencastre.

O Duque era o terceiro filho sobrevivente do rei Eduardo III e sua esposa, a rainha Filipa de Hainault, e foi considerado um dos homens mais ricos de sua época. Além disso, D. Filipa foiirmã de do rei Henrique IV da Inglaterra. No quesito de riqueza, apesar de alta estirpe ascendente, a rainha trazia para o reino apenas suas possibilidades de conexões diplomáticas. O dote de D. Filipa depende da conquista de Castela. O Duque de Lencastre acreditava ter direito ao trono castelhano por seu casamento com Constança de Castela, logo após a morte da Duquesa Branca. Assim, a rainha não trouxe consigo dote material, mas a promessa de terras castelhanas caso João de Gante tivesse sucesso em obter o trono de Castela. Apesar disso, a rainha recebeu arras provisórias através das rendas da Alfândega de Lisboa, da Portagem e do Paço de Madeira. Foi através dela que, mais tarde, se institucionalizou as terras recebidas pelas rainhas – a chamada Casa das Rainhas – sendo as vilas de Alenquer, Sintra, Óbidos, Alvaiázere, Torres Novas e Torres Vedras (HOFFMANN, 2019, p. 68).

Embora as Partidas valorizassem a beleza, as crônicas tratam a aparência de D. Filipa com sobriedade. O foco dos cronistas era a sua virtude, pois ambos apresentam a aparência da rainha

³ O costume litúrgico de Salisbury era vivido no dia a dia do ambiente doméstico através dos Livros de Horas, onde estavam as orações para serem recitadas nas horas canônicas (as primas, terças, sextas e nonas horas), no romper do amanhecer, ao fim da tarde e antes do repouso noturno.

associada à sua boa moral. Esse era parte do esforço de legitimar Avis no trono. O que vai ao encontro dos Bons Costumes esperados pelo rei Alfonso X em sua legislação. D. Filipa, seja por Lopes ou Zurara, é colocada como o exemplo perfeito do modelo mariano, seguindo os princípios de castidade, humildade e silêncio, algo praticado em sua fé através de suas orações e disciplina dentro do costume de Salisbury, como mencionamos anteriormente. Além disso, sendo prolífica em sua maternidade, a rainha cumpriu seu papel de educadora, introduzindo valores morais, éticos e religiosos na vivência de seus filhos (LOPES, 1644, p. 228).

Os cronistas ainda descrevem D. Filipa de acordo com o que Alfonso X chama de “*Aparcera*”, sendo intercessora, partilhando com o rei os deveres monárquicos. Na crônica sobre a *Tomada de Ceuta*, Zurara afirma que D. João I não autoriza o empreendimento até ter o consentimento da rainha, uma vez que essa era amada pelo reino e pela nobreza (ZURARA, 1915, p. 60). A rainha também exerceu sua função diplomática ao interceder com o irmão, o rei Henrique IV, pela vida dos súditos portugueses em solo inglês (SANTOS-SILVA, 2018, p. 112).

Portanto, as crônicas utilizam o ideal de rainha das *Siete Partidas* para construir D. Filipa como a *regina imago potestas*: a personificação feminina do poderio de Avis, cuja virtude e linhagem foram os instrumentos definitivos para a consolidação e aceitação da nova dinastia. A santificação na descrição da rainha acaba por ser o principal fomento da sua imagem como pedra angular do poder da linhagem de Avis. D. Filipa, através da visão de Fernão Lopes e Zurara, em uma nobreza ibérica fortemente influenciada pelos costumes e legislações, tem uma imagem construída discursivamente como a “matriz virtuosa”(HOFFMANN, 2019, p.99) que utilizou os mesmos preceitos afonsinos para dar sacralidade e permanência ao poder da Casa de Avis.

Agência na conformidade

Tanto D. Urraca de Castela, quanto D. Filipa de Lencastre tem o que podemos chamar de “boa fama” na narração dos cronistas. D. Urraca chega ao reino em um momento de relativa estabilidade e exerce o seu papel de rainha – seja ele descrito através da legislação alfonsina ou historiograficamente conceituado – de acordo com o que era esperado, trazendo equilíbrio ao reino, parceria ao rei e continuidade da linhagem. D. Filipa, apesar de um contexto completamente diferente, também cumpre o papel de fortalecer, equilibrar e legitimar. A conformidade aos moldes estabelecidos faz com que essas rainhas possam exercer poder dentro de suas realidades.

A antropóloga Saba Mahamood propõe uma revisão do conceito de “agência feminina”, onde a capacidade de ação, ou seja, se tornar um agente, não está na subversão, mas sim na conformidade as formas como as normas são vividas. Mahamood critica a visão da teoria feminista liberal que só vê a possibilidade de agência através da resistência. A autora aponta que a agência feminina pode se manifestar pela busca da perfeição moral dentro de um sistema patriarcal, sem ter que se rebelar para se tornar agente (MAHAMOOD, 2005). Apesar de observar mulheres islâmicas, a visão da antropóloga traz uma nova luz para a agência feminina na Península Ibérica cristã durante a baixa idade média.

O conceito de agência feminina de Mahamood, como uma agência não-resistente, permite compreender como a conformidade com as legislações e costumes de suas épocas permitiram que D. Urraca e D. Filipa atuassem dentro de seus respectivos contextos. Os Bons Costumes, essenciais na visão alfonsina, permitem que, através da realização de atos morais específicos da religião cristã, a rainha seja agente atuante naquele contexto e não apenas um sujeito passivo. D. Filipa vive essa agência na sua rigidez litúrgica e na sua disciplina religiosa. Mahamood chama essa ação de “*agência ética*”, onde a mulher se torna agente através da transformação da conformidade normativa em instrumento de poder. As *Siete Partidas* enfatizam a importância da boa linhagem na escolha da rainha. Através da sua nobreza, a rainha pode enaltecer os herdeiros e garantir sua preservação moral. Na visão de Mahamood, a boa linhagem e a maternidade se encaixam no que ela chama de “docilidade”, não no sentido de passividade, mas de maleabilidade na possibilidade de instrução.

É importante ressaltar que sua capacidade de agir se baseia em sua habilidade de ser ensinada, uma condição classicamente chamada de “docilidade”. Embora tenhamos passado a associar docilidade ao abandono da autonomia, o termo implica literalmente a maleabilidade necessária de alguém para que seja instruído em uma habilidade ou conhecimento específico - um significado que carrega menos um sentido de passividade do que de luta, esforço, empenho e conquista⁴. (MAHAMOOD, 2019, p. 29)

Ambas as rainhas se fazem agentes ao assumirem seu dever pedagógico sobre a educação da sua prole. O ofício da maternidade da rainha como educadora da linhagem faz dela essencial no funcionamento presente e futuro do reino, ensinando valores morais e intelectuais aos infantes. É, também, através dessa agência não-resistente que ela exerce seu poder político.

⁴ “Importantly, her agency is predicated upon her ability to be taught, a condition classically referred to as “docility.” Although we have come to associate docility with the abandonment of agency, the term literally implies the malleability required of someone in order for her to be instructed in a particular skill or knowledge - a meaning that carries less a sense of passivity than one of struggle, effort, exertion, and achievement.” (tradução nossa)

A legislação de Alfonso, o Sábio também descreve o dever da rainha em dividir os fardos do reinado com o seu marido, o rei. É através da conformidade ao padrão de ação esperado dela como parceira do rei, que a rainha se torna agente. É possível perceber esse cenário através do papel de intercessão, inicialmente em D. Urraca e mais tarde em D. Filipa. D. Urraca é a primeira rainha de quem há registro de intercessão oficial, convencendo o rei a permitir a instalação dos franciscanos em Portugal. Ao aceitar seu papel como rainha, D. Urraca se torna agente de poder e mais tarde é nomeada testamenteira do rei e possível regente. Já D. Filipa manifesta sua agência através da submissão terna para mediar conflitos e aconselhar o rei em decisões do reino, como aconteceu no, já mencionado, episódio da tomada de Ceuta.

A conformidade com as *Siete Partidas* permitiu que estas rainhas gerassem uma monarquia partilhada. Através da gestão autônoma do patrimônio, elas atuaram de forma independente na administração de suas vilas, exercendo justiça e jurisdição próprias. A conformidade de D. Urraca e D. Filipa ao ideal afonsino não foi um sinal de fraqueza, mas o exercício de uma agência estratégica que utilizou os limites da tradição cristã e jurídica para consolidar seu prestígio institucional e político.

Conclusões parciais

Através da sistematização do que seria necessário para a escolha de uma boa rainha – sendo a boa linhagem, beleza, riqueza e bons costumes – a legislação alfonsina desenhou a rainha não como um mero adorno dinástico, mas como uma peça institucional e pedagógica fundamental, cujo comportamento público e privado funcionava como o espelho moral para todo o reino.

Quando transpomos esse modelo teórico para a realidade de Portugal no medievo, analisando a visão das crônicas sobre as vidas de D. Urraca de Castela e D. Filipa de Lencastre, que embora estejam separadas por cronologias e contextos dinásticos distintos, percebemos que ambas tem êxito na atuação dentro das expectativas de suas épocas. D. Urraca, mesmo em um contexto anterior à promulgação final das Partidas, refletiu a tradição jurídica ibérica ao assegurar a legitimidade da linhagem de Borgonha e atuar na diplomacia e intercessão religiosa. Por sua vez, D. Filipa utilizou sua alta estirpe e virtude mariana para mitigar a bastardia de D. João I, transformando-se no modelo mariano de rainha, necessário para a consolidação e sacralização da nova dinastia de Avis.

Com o aporte teórico de Saba Mahmood, podemos compreender que o poder feminino em um contexto medieval perpassa por uma conformidade que, longe de ser um sinal de passividade e submissão cega, se revela uma forma estratégica de agência feminina. Ao operarem dentro das normas patriarcais e das dinâmicas sociais, as rainhas transformam os limites impostos em instrumentos legítimos de poder, se tornando agentes ativas na construção e consolidação do reino português na idade média.

Referências bibliográficas:

- ALFONSO X. **Las Siete Partidas. Tomo II: Partida Segunda y Tercera.** Edición de 1807 de la Imprenta Real. Madrid: Real Academia de la Historia; Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2021.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca. **Rainhas de Portugal: Estudo Histórico com muitos Documentos.** Edição Especial. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 2000. Trabalho original publicado em 1878.
- BUENO, Irma Antonieta Gramkow. **A incorporação de modelos femininos cristãos na legislação ibérica medieval: uma análise da Leges Visigothorum e da legislação afonsina.** (Dissertação de Mestrado). UFRGS, 2012.
- HOFFMANN, Raquel. **Filipa Rainha – D. Filipa de Lencastre e o processo de legitimação da Dinastia de Avis.** (Tese de Doutorado). USP, 2019.
- EARNFIGHT, Theresa. **Queenship in Medieval Europa.** New York, Palgrave MacMillan, 2013.
- FONSECA, Pedro Carlos Louzada. **Vozes da misoginia medieval: Aristóteles disseminado em Santo Isidoro de Sevilha, Santo Anselmo e São Tomás de Aquino.** In: NOTANDUM 21. Ano XII - N. 21, 2009
- LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I.** Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Porto: Livraria Civilização, 1949. v. 2.
- MAHMOOD, Saba. **Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject.** Princeton UP, 2005.
- PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship.** New York, Palgrave MacMillan, 1998.
- PINA, Rui de. **Chronica de el-rei D. Affonso II.** Lisboa: Escriptorio, 1906.
- SILVA, Danielle de Oliveira dos Santos. **Estas Senhoras Rainhas: trajetórias de Poder na Realeza Medieval Portuguesa (séculos XII ao XV): um estudo de queenship.** (Tese de Doutorado). UFRRJ, 2018.
- TREVISAN, Mariana Bonat. **Construção de identidades de gênero e afirmação régia.** (Dissertação de Mestrado). UFF, 2012.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I.** Edição crítica e anotada por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

Crises, enfermidades e circulação no Magrebe em al-Bakrī: fome, carestia, febre, ruína e defesa urbana no Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik

Gilberto de Carvalho Tubaldini Vilela

Graduado em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

gilbertotubaldini08@gmail.com

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo compreender de que modo algumas passagens do Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik, de Abū ‘Ubayd al-Bakrī, articulam crise, enfermidade, ruína e circulação no Magrebe e em regiões conectadas a ele. A hipótese defendida é que, em certas descrições do geógrafo andalusino, a crise não aparece apenas como colapso ou interrupção, mas como uma linguagem espacial que qualifica rotas, águas, cidades, ruínas, fronteiras e memórias de conflito. Para isso, foram analisadas passagens da edição árabe de van Leeuwen e Ferré (1992), com apoio da busca lexical na Shamela e de dicionários de árabe clássico, especialmente o Arabic-English Lexicon de Edward Lane e o Lisān al-‘Arab de Ibn Manẓūr. Foram observados os termos jū‘, ghalā’, wabā’, ḥummā, kharāb e thaghr. A análise demonstrou que fome, carestia, peste, febre, ruína e defesa urbana não devem ser entendidas apenas como sinais de destruição, mas também como formas de organização da memória e da geografia

Palavras-chave: História Medieval; al-Bakrī; Magrebe.

Introdução

O presente trabalho teve como objetivo compreender de que modo algumas passagens do *Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik*, de Abū ‘Ubayd al-Bakrī, articulam crise, enfermidade e circulação no Magrebe e em regiões conectadas a ele. A comunicação apresentada no XIII EPHIS partiu de uma pergunta simples: em uma obra de geografia árabe-andalusina do século XI, a crise deve ser lida apenas como um episódio excepcional de destruição, ou também como uma forma de classificar e conhecer os espaços? Diante disso, este artigo busca desenvolver, em formato mais amplo, a hipótese apresentada na comunicação. Em certas passagens de al-Bakrī, a crise não aparece simplesmente como colapso. Ela pode funcionar como uma linguagem espacial. Isto é, febre, carestia, pestilência, ruína e ameaça militar aparecem na descrição dos lugares ao lado de mercados, mesquitas, poços, cisternas, jardins, fortalezas, rotas e cidades. Nesse sentido, o problema não é apenas saber se houve ou não uma crise, mas perceber como determinados sinais

de risco, doença e destruição entram na escrita geográfica e ajudam a produzir conhecimento específico sobre o espaço.

É importante ressaltar que este estudo não pretende reconstruir todos os eventos de fome, peste ou guerra no Norte da África dos séculos X e XI. O objetivo, mais delimitado, é analisar como alguns termos e passagens de al-Bakrī permitem pensar a crise como parte de uma memória dos lugares. A análise foi feita a partir da edição árabe de Adrian van Leeuwen e André Ferré, publicada em 1992, em dois volumes, e comparada, quando necessário, com a versão pesquisável disponível no site Shamela. Além disso, esta pesquisa parte de um cuidado que se tornou central no desenvolvimento do projeto: a leitura direta do texto árabe. Os termos que aparecem na obra não possuem sempre um único sentido. A palavra *jūʿ* pode ser traduzida como fome, mas seu valor depende da frase em que aparece; *ghalāʿ* pode indicar carestia ou encarecimento dos gêneros; *wabaʿ* remete a epidemia ou pestilência; *ḥummā* significa febre; *kharāb* pode significar ruína, devastação, destruição ou despovoamento; e *thaghr* não corresponde simplesmente a uma fronteira moderna, mas a uma zona de defesa, contato e exposição militar. Por isso, a análise dos dicionários foi combinada com a leitura contextual das passagens.

Diante disso, primeiramente será feita uma apresentação de al-Bakrī e do gênero *masālik wa-l-mamālik*, para depois discutir brevemente o conceito de crise e sua relação com memória e circulação. Após isso, serão analisadas algumas passagens selecionadas da obra: a fome nos países do norte, a febre de Dhāt al-Ḥammām, as ruínas de Jalūlā, a destruição de Tarnūṭ e o caso de Sūsa como *thaghr*. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, retomando a ideia de que a crise, em al-Bakrī, não necessariamente interrompe a circulação, mas muitas vezes permite conhecer e ordenar o espaço.

Al-Bakrī e o Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik

Abū ʿUbayd al-Bakrī foi um erudito andalusino do século XI que morreu em 1094. Costuma ser apresentado como geógrafo, mas essa definição, embora correta, é insuficiente. Ele também foi poeta, filólogo, letrado cortesão e compilador de informações históricas e geográficas. Escreveu a partir de al-Andalus, em um contexto marcado pelo mundo das taifas, pela fragmentação política posterior ao califado de Córdoba e pela permanência de uma cultura cortesã e letrada. Segundo os dados trabalhados pela bibliografia, al-Bakrī descendia de uma família árabe estabelecida em Huelva e Saltés, ligada a funções administrativas no período omíada,

e sua produção deve ser compreendida no ambiente intelectual andalusino do século XI (GARCÍA SANJUÁN, 2008; TIXIER DU MESNIL, 2014).

O *Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik*, que pode ser traduzido como Livro das Rotas e dos Reinos, provavelmente foi concluído por volta de 1067. A obra não é apenas um roteiro de viagem, nem simplesmente uma história do Magrebe. Trata-se de uma compilação erudita que reúne informações sobre povos, cidades, rotas, reinos, distâncias, rios, mares, montanhas, produtos, dinastias, conflitos, tradições religiosas e memórias políticas. No caso do Magrebe e da África setentrional, sua importância é ainda maior porque al-Bakrī preservou informações oriundas de autores e tradições que, em muitos casos, chegaram até nós de maneira fragmentária ou se perderam.

O título *Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik* não é exclusivo de al-Bakrī. Ele se insere em uma tradição mais ampla da geografia árabe-islâmica, ligada à descrição de rotas, regiões, caminhos, cidades, poderes e distâncias. Antes dele, autores como Ibn Khurradādhbih e al-Iṣṭakhri já haviam produzido obras associadas a essa tradição. Ibn Ḥawqal, embora sua obra seja mais conhecida pelo título *Ṣūrat al-Ard*, também é fundamental para compreender esse tipo de escrita geográfica. Desse modo, al-Bakrī não deve ser visto como um autor isolado, mas como parte de uma tradição textual que organizava o mundo por caminhos, reinos e regiões (MIQUEL, 1967-1988; DUCÈNE, 2018).

No entanto, o que torna al-Bakrī particularmente importante para este trabalho é a forma como ele escreve sobre o Ocidente islâmico. Emmanuelle Tixier du Mesnil, ao estudar os geógrafos de al-Andalus em *Géographes d'al-Andalus*, propõe uma leitura que vai do inventário de um território à construção de uma memória. Essa perspectiva é importante porque permite entender a geografia não apenas como uma lista neutra de lugares, mas como seleção, ordenação, hierarquização e produção de autoridade sobre o espaço (TIXIER DU MESNIL, 2014). Para o caso deste artigo, essa leitura é particularmente útil porque al-Bakrī não descreve somente espaços vistos ou percorridos por ele. Ele trabalha com informações reunidas, transmitidas e reorganizadas no ambiente letrado andalusino, produzindo uma memória geográfica do Magrebe a partir de fontes anteriores, notícias de viajantes, tradições locais e descrições de cidades. Nesse sentido, quando al-Bakrī descreve ruínas, poços, mercados, fortalezas e rotas, ele não está apenas acumulando dados, mas organizando uma memória do espaço. Uma cidade pode ser descrita por seus mercados e frutos, mas também por seu cerco militar; uma rota pode ser apresentada por

suas águas, mas também por sua febre; uma ruína pode indicar destruição, mas também pode conviver com fertilidade, beleza e circulação. Assim, antes de perguntar apenas se uma determinada passagem registra uma crise real, é necessário perguntar que função essa crise exerce dentro da escrita geográfica.

Crise, memória e circulação

Para entender a análise proposta, faz-se necessário especificar o que está sendo considerado como crise neste trabalho. O termo não será utilizado como uma categoria evidente e previamente dada. Pelo contrário, entende-se que a crise deve ser observada a partir da forma como aparece nas fontes. Nesse ponto, o artigo de Marcelo Cândido da Silva, Alexis Wilkin, Pere Benito i Monclús e Dominique Castex é especialmente útil, pois propõe pensar a memória das crises na Idade Média levando em conta os modos pelos quais fomes, epidemias, catástrofes e rupturas foram registradas, interpretadas e transmitidas nas fontes medievais (SILVA et al., 2025). Essa perspectiva permite evitar dois riscos. O primeiro seria projetar uma noção contemporânea de crise sobre o texto medieval, como se fome, epidemia, ruína e guerra tivessem sempre o mesmo significado em qualquer documento. O segundo seria reduzir a crise a um acontecimento puramente material, esquecendo que ela também é narrada, selecionada e organizada. Alexis Wilkin, ao questionar a utilidade do conceito de crise para a história medieval, também chama atenção para as dificuldades de usar uma categoria ampla demais para fenômenos muito diferentes entre si (WILKIN, 2019).

No caso de al-Bakrī, esse cuidado é fundamental. Quando aparecem termos como *jūʿ*, *ghalāʿ*, *wabāʿ*, *ḥummā*, *kharāb* e *thaghr*, não se trata automaticamente de encontrar uma “crise” no sentido moderno. O que se encontra é uma linguagem que pode remeter à fome, à carestia, à doença, à ruína, à devastação, à defesa militar ou à fronteira. Esses elementos, por sua vez, podem aparecer em contextos muito diferentes. A fome pode ser explicada como fenômeno climático; a febre pode qualificar a água de um ponto de rota; a ruína pode indicar uma destruição política concreta ou apenas um vestígio antigo; e a fronteira pode ser uma função defensiva e simbólica da cidade. Por isso, o método aqui utilizado não consiste em isolar uma palavra e transformá-la imediatamente em prova de crise. O procedimento adotado foi aproximar léxico, contexto e função narrativa de cada passagem.

Quanto à circulação, tomo o termo como uma categoria situada historicamente, e não como uma palavra neutra. A discussão de Petra M. Sijpesteijn sobre o *ṣūq* mediterrâneo e as trocas ao redor do Mediterrâneo entre 600 e 1200 é importante justamente porque chama atenção para a densidade das conexões comerciais, humanas e documentárias em torno desse espaço (SIJPESTEIJN, 2019). Não se trata de transportar mecanicamente esse modelo para al-Bakrī, nem de reduzir sua obra a uma história econômica do comércio. O que interessa, para este artigo, é considerar que a circulação envolve pessoas, mercadorias, informações, notícias, mercados, pontos de parada, águas, portos, caminhos e saberes práticos. Em uma obra do gênero *masālik wa-l-mamālik*, isso se torna ainda mais evidente, pois as informações sobre rotas, reinos, cidades, distâncias e perigos são parte do próprio modo de organizar o texto.

Esse cuidado também evita transformar a fala dos camaleiros em um conceito mais amplo do que a documentação permite. Quando aparecer a fala sobre o Ḥijāz, o Egito e Dhāt al-Ḥammām, ela será tratada de maneira mais delimitada: como uma fórmula oral registrada por al-Bakrī e incorporada a uma descrição geográfica. O ponto central, portanto, não é criar uma nova categoria fechada, mas perceber que uma fala de circulação pode associar lugares a riscos específicos e, com isso, participar da construção de um saber de rota.

É por isso que a crise, em al-Bakrī, não deve ser entendida necessariamente como o contrário da circulação. Em vários casos, ela não paralisa o espaço, mas compõe o modo pelo qual esse espaço é descrito. Como será analisado, Dhāt al-Ḥammām possui febre, mas é também mercado, poço, cisternas e rota. Tarnūṭ e al-Munā possuem ruínas e cidades vazias, mas continuam a ser descritas no itinerário. Sūsa sofre ameaça militar, mas é justamente essa ameaça que permite apresentar sua função de *thaghr*. Portanto, o problema central deste trabalho é perceber como risco, doença e destruição podem ser incorporados à descrição regular dos lugares.

Metodologia: léxico, dicionários e contexto

A metodologia deste trabalho partiu de uma localização lexical no texto árabe. Foram buscados, inicialmente, os termos جوع (*jūʿ*), غلاء (*ghalāʾ*), وباء (*wabāʾ*), حمى (*ḥummā*), خراب (*kharāb*) e ثغر (*thaghr*). A busca foi realizada na versão disponibilizada no site Shamela, útil por permitir pesquisa textual, mas as passagens foram conferidas e citadas a partir da edição árabe de van Leeuwen e Ferré, publicada em 1992. Esse procedimento foi necessário porque a busca digital

facilita o levantamento, mas a citação acadêmica exige o retorno à edição crítica para uma análise precisa. Além disso, a tradução dos termos foi feita com o apoio de dicionários de árabe clássico. O *Arabic-English Lexicon*, de Edward William Lane (1863-1893), foi utilizado por sua abrangência e por sua atenção aos usos clássicos da língua árabe. O *Lisān al-‘Arab*, de Ibn Manẓūr (1994), também foi mobilizado por se tratar de um dicionário medieval fundamental para a compreensão do vocabulário árabe. O objetivo, porém, não foi produzir uma tradução mecânica a partir do dicionário, já que o contexto da passagem é essencial para entender o significado de cada termo.

Diante disso, cada ocorrência foi observada a partir da frase, do lugar descrito e do conjunto de informações que a cerca. Esse cuidado é particularmente importante porque uma mesma palavra pode assumir sentidos diferentes. *Kharāb*, por exemplo, pode indicar ruína material, devastação política, destruição, decadência ou despovoamento. Em Jalūlā, como será visto, as ruínas convivem com água doce, árvores, frutos e fortificação; em Tarnūṭ e al-Munā, por outro lado, a ruína aparece mais diretamente vinculada à violência e ao esvaziamento urbano. Portanto, a diferença não está apenas no vocabulário, mas no modo como o vocabulário é articulado no texto. O mesmo vale para *jū‘* e *ghalā’*. *Jū‘* remete à fome ou à falta de alimento, mas pode aparecer em uma explicação geral sobre as condições agrícolas de uma região. *Ghalā’*, por sua vez, está mais ligado à carestia, ao aumento dos preços e ao encarecimento dos gêneros. Ao colocar esses termos lado a lado, al-Bakrī está registrando formas diferentes de qualificar dificuldades alimentares e riscos associados aos lugares.

É importante ressaltar que todas as traduções apresentadas neste artigo são traduções de trabalho feitas a partir da leitura do árabe. Elas devem ser compreendidas como parte de uma pesquisa em andamento. O artigo não pretende esgotar todas as ocorrências desses termos no *Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik*, mas apresentar alguns estudos de caso capazes de demonstrar que, em al-Bakrī, crise, doença e ruína podem ser transformadas em uma maneira específica de conhecimento geográfico.

A fome nos países do norte: *jū‘* sem colapso

Passando agora para a primeira passagem, é interessante começar por um caso que não pertence diretamente ao Magrebe, mas que ajuda a entender o funcionamento do termo *jū‘* em al-Bakrī. Ao tratar dos Ṣaqlība e dos países do norte, o autor afirma que esses povos habitam

terras ricas em alimentos e se dedicam intensamente à agricultura. Logo em seguida, explica que a fome, nesses países, não ocorre pelas mesmas razões que se poderia esperar em outros contextos:

Em suma, os Şaqāliba são dotados de força ofensiva e violência guerreira; se não fosse a divisão entre eles, pela multiplicação de seus ramos e pela dispersão de seus grupos, nenhuma nação conseguiria resistir a eles em força. Habitam algumas das terras mais abundantes em rendimento e mais ricas em alimentos; dedicam-se à agricultura e à busca do sustento, superando nisso todos os povos do norte. A **fome**, nos países do norte, não ocorre, em geral, por seca e sucessão de estiagens; ela ocorre antes pelo excesso de chuva e pela continuidade da umidade. A estiagem, entre eles, não é destrutiva, porque aquele que é atingido por ela não a teme, devido à umidade de suas terras e à intensidade do frio. Eles cultivam em duas estações do ano, no verão e na primavera, e fazem duas colheitas; a maior parte de sua produção é o dukhn, isto é, o painço/milho-miúdo (AL-BAKRĪ, 1992, v. 1, p. 336) [Tradução minha].

No texto árabe, a formulação central é: *wa-laysa yakūnu al-jū‘ fī buldān al-jawf kullihā min al-qahṭ wa-tawālī al-jadb*, isto é, a fome nos países do norte não ocorre, em geral, por seca e sucessão de estiagens. O termo *jū‘*, portanto, aparece em um contexto que não descreve uma crise social específica, mas uma explicação sobre as condições ambientais da produção agrícola. A fome existe como possibilidade, mas ela é explicada por excesso de chuva e continuidade da umidade, e não pela falta de água. Essa passagem é importante porque impede uma leitura automática dos termos de crise. Se o historiador encontra *jū‘*, não deve concluir imediatamente que está diante de um colapso alimentar. Nesse caso, al-Bakrī está interessado em mostrar a particularidade climática de uma região. A fome é um dado de comparação entre regimes ambientais diferentes. A informação sobre as duas colheitas anuais e sobre o cultivo do *dukhn* reforça que o autor não está apenas narrando uma calamidade, mas organizando uma espécie de saber agrícola e geográfico. A análise do léxico, portanto, só faz sentido quando acompanhada do contexto.

Dhāt al-Ḥammām: febre, água e memória de rota

O segundo caso é Dhāt al-Ḥammām. A passagem é especialmente rica porque reúne mercado, mesquita, poço, cisternas, jardins, castelo arruinado, febre, carestia, pestilência e canto de camaleiros. Trata-se, portanto, de um bom exemplo para observar como a enfermidade não aparece isolada, mas ligada ao conhecimento de rota.

Dhāt al-Ḥammām é um mercado amplo, no qual há uma mesquita construída por Ziyādat Allāh b. al-Aghlab quando retornava do Oriente para Ifrīqiya.

Diante dela há um poço de boa água, em torno do qual existem cisternas e jardins; há também ali um castelo arruinado, cuja ocupação é alternada por guardas do senhor do Egito. Ela recebeu o nome de Dhāt al-Ḥammām porque todo aquele que bebe de sua água é acometido por febre, exceto aquele a quem Deus preserva. Por isso dizem os camaleiros: “Senhor, salva-nos do Ḥijāz e de sua carestia, do Egito e de sua pestilência, e de Dhāt al-Ḥammām e de sua febre” (AL-BAKRĪ, 1992, v. 2, p. 648) [Tradução minha].

O primeiro ponto que chama atenção é a ambiguidade do próprio lugar. Dhāt al-Ḥammām não é descrita como um espaço simplesmente abandonado ou perigoso. Ela é um mercado amplo, possui uma mesquita, um poço, cisternas e jardins. Ao mesmo tempo, sua água causa febre e há ali um castelo arruinado. A doença, portanto, não apaga as demais funções do lugar. Pelo contrário, ela passa a ser uma das marcas pelas quais o lugar é conhecido. A explicação do nome também é importante. Al-Bakrī afirma que ela foi chamada Dhāt al-Ḥammām porque todo aquele que bebia de sua água era acometido por *ḥummā*, febre. Não se deve, portanto, traduzir o topônimo apressadamente como se ele estivesse ligado apenas a banhos. O próprio texto constrói uma etimologia interna associada à febre. Nesse caso, o dicionário ajuda a reconhecer a relação entre o verbo *ḥamma* e o substantivo *ḥummā*, mas é a passagem que define a função dessa relação.

A fala dos camaleiros é ainda mais significativa: *rabb sallimnā min al-Ḥijāz wa-ghalābā, wa-min Miṣr wa-wabābā, wa-min Dhāt al-Ḥammām wa-ḥummābā*. Em tradução de trabalho: “Senhor, salva-nos do Ḥijāz e de sua carestia, do Egito e de sua pestilência, e de Dhāt al-Ḥammām e de sua febre”. Aqui aparecem, em sequência, *ghalā’*, *wabā’* e *ḥummā*. Não se trata de uma lista abstrata de doenças ou calamidades, mas de uma fórmula oral de circulação, incorporada ao texto de al-Bakrī, que associa lugares a riscos específicos. Esse ponto precisa ser formulado com cuidado. O que se pode afirmar, de modo mais restrito, é que al-Bakrī registra uma fala atribuída aos camaleiros e a insere na descrição de um lugar. Diante disso, a febre não impede necessariamente a circulação; ela se torna uma informação prática sobre a rota.

Jalūlā: ruína, fertilidade e permanência

O terceiro caso é Jalūlā. A passagem é importante porque mostra que *kharāb* ou *kharā’ib* nem sempre indicam destruição total. Ao contrário, em Jalūlā as ruínas aparecem ao lado de vestígios antigos, torres, poços de água doce, beleza natural, frutos, fortificação e abundância de jasmim.

Da cidade de Kairouan até Jalūlā há vinte e quatro milhas. Em Jalūlā há vestígios, torres antigas ainda de pé, poços de água doce e ruínas. Alguns pastores encontraram ali uma coroa de ouro com uma joia, que Ibn al-Andalusī tomou deles. Perto de Jalūlā há um lugar de passeio conhecido como Sardāniya; em Ifrīqiya não há lugar mais belo do que ele. Nele há frutos abundantes e, em especial, cerca de mil pés de laranjeira. Jalūlā é uma cidade fortificada; é uma cidade antiga, construída em pedra, com uma fonte abundante no centro. É rica em árvores e frutos, e a maior parte de suas plantas aromáticas é o jasmim. A qualidade de seu mel é proverbial, devido à abundância de jasmim (AL-BAKRĪ, 1992, v. 2, p. 685) [Tradução minha].

No texto árabe, a passagem combina *āthār*, *abrāj qā'ima*, *ābār 'adhba* e *kharā'ib*. Ou seja, há vestígios, torres de pé, poços de água doce e ruínas. A ruína não é o único elemento da descrição, de forma que ela está integrada a um conjunto de sinais materiais que indicam antiguidade, permanência e valor do lugar. A coroa de ouro encontrada por pastores reforça essa dimensão de memória antiga, quase arqueológica, que se sobrepõe à paisagem urbana. Essa passagem é muito diferente de uma narrativa de destruição total. Jalūlā não é apresentada como cidade morta. Ela possui fortificação, pedra, fonte abundante, árvores, frutos, jasmim e mel de qualidade proverbial. O que aparece, então, é uma cidade marcada por camadas de tempo em que coexistem ruínas, destruição, recursos, beleza e vida. A palavra *kharā'ib*, nesse contexto, não funciona como sinal de apagamento, e sim atua indicando como a presença material de um passado no espaço descrito. Diante disso, Jalūlā permite pensar uma forma de ruína que preserva memórias. A ruína não é apenas devastação; ela é uma marca que ajuda a situar a cidade dentro de uma história longa. Em termos metodológicos, esse caso demonstra a necessidade de comparar os usos de uma mesma palavra em diferentes contextos. Se em Jalūlā a ruína convive com fertilidade, em Tarnūṭ e al-Munā ela aparecerá vinculada de maneira mais direta à violência e ao esvaziamento.

Tarnūṭ e al-Munā: ruína, violência e esvaziamento

Passando agora para Tarnūṭ e al-Munā, o sentido de *kharāb* se transforma. A passagem descreve Tarnūṭ como uma aldeia importante às margens do Nilo, com mercados, mesquita, igreja e muita ruína. Mas, nesse caso, a ruína é diretamente atribuída a uma ação política concreta: os Kutāma a arruinaram quando estiveram ali com Abū al-Qāsim b. 'Ubayd Allāh al-Shī'ī.

Tarnūṭ é uma aldeia importante às margens do Nilo. Nela há mercados, uma mesquita congregacional, uma igreja e muita ruína. Os Kutāma a arruinaram quando estiveram ali com Abū al-Qāsim b. 'Ubayd Allāh al-Shī'ī. A maior parte de suas construções é de tijolo cozido, e nela há prensas de açúcar. De Tarnūṭ até al-Munā, há três cidades de construção ainda de pé, mas vazias. Nelas

existem palácios nobres, em um deserto de areia onde às vezes os árabes atacam os grupos de viagem. Esses palácios são de construção sólida, com paredes bem acabadas, e a maior parte deles se apoia em arcos abobadados; alguns são habitados por monges, e ali há poços de água doce, mas pouca água (AL-BAKRĪ, 1992, v. 2, p. 646) [Tradução minha].

Aqui aparecem três expressões fundamentais. A primeira é *kharāb kathīr*, “muita ruína”. A segunda é *kharrabathā Kutāma*, “os Kutāma a arruinaram”. A terceira é *thalāth mudun qā’imat al-bunyān kbaliya*, “três cidades com as construções ainda de pé, mas vazias”. Diferente de Jalūlā, a ruína aqui é vinculada a um agente histórico e a uma destruição concreta.

O caso de al-Munā é ainda mais interessante porque o texto não fala simplesmente em desaparecimento. As cidades estão vazias, mas suas construções permanecem de pé. Há palácios nobres, paredes bem acabadas, arcos abobadados, monges e poços de água doce. O espaço, ao invés de ter sido apagado, foi esvaziado. A expressão *qā’imat al-bunyān kbaliya* sintetiza bem essa situação: uma permanência material embora sem continuidade urbana. Além disso, a passagem inclui o risco da rota. Em um deserto de areia, os árabes às vezes atacam os grupos de viagem. Ou seja, mesmo em um espaço marcado por ruínas, vazios e ameaça, a circulação continua sendo o eixo da descrição. O lugar é perigoso justamente porque ainda é atravessado. A ameaça não está fora da rota; ela pertence à rota. Por isso, Tarnūṭ e al-Munā demonstram que a ruína pode ser, simultaneamente, memória de violência, sinal de abandono e informação prática para quem circula.

Nesse sentido, a comparação entre Jalūlā e Tarnūṭ é fundamental. Em ambos os casos há ruínas, mas os sentidos não são iguais. Em Jalūlā, a ruína convive com fertilidade, água abundante e beleza. Em Tarnūṭ, a ruína é marca de devastação política. Em al-Munā, a permanência das construções contrasta com o esvaziamento. Assim, a palavra *kharāb* não pode ser traduzida de forma automática e sem rigor historiográfico, mas precisa ser lida como parte de uma construção narrativa geográfica.

Sūsa como thaghr: defesa urbana e memória política

O último caso analisado é Sūsa, cidade costeira da Ifrīqiya, correspondente à atual Sousse, na Tunísia. A passagem é relevante porque nela a crise aparece menos como fome, doença ou ruína, e mais como ameaça militar. Ao mesmo tempo, essa ameaça serve para valorizar a cidade, sua resistência e sua função defensiva.

Em torno da cidade de Sūsa há grandes vestígios dos antigos, e toda a construção de Sūsa é feita de pedra sólida. Em Sūsa há muitos mercados, e ela se distingue pela abundância de mercadorias e frutos. A carne de Sūsa é das melhores, seus preços são baixos, seus frutos são abundantes, e sua construção é antiga. A cidade de Sūsa é difícil de tomar para quem a pretende atacar; seus habitantes foram moldados pela dureza e pela coragem. Abū Yazīd Makhlad a cercou durante meses, depois foi derrotado diante dela, embora estivesse contra ela com oitenta mil cavaleiros. Aḥmad b. Balj al-Sūsī disse: “Ele veio contra Sūsa e agiu injustamente contra ela, mas Deus é seu defensor. A cidade de Sūsa é um *thaghr* do Ocidente/Magrebe; diante dela se submetem as cidades e os castelos” (AL-BAKRĪ, 1992, v. 2, p. 689) [Tradução minha].

A descrição começa de maneira semelhante a outras passagens: vestígios antigos, construção de pedra, mercados, mercadorias, frutos, carne de qualidade e preços baixos. O cerco de Abū Yazīd Makhlad também deve ser compreendido dentro do quadro mais amplo dos conflitos do Magrebe fatímida, nos quais a defesa de certas cidades assumia importância política e religiosa (BRETT, 2017). No entanto, logo em seguida, a cidade é apresentada como difícil de tomar. A memória do cerco de Abū Yazīd Makhlad aparece como prova da resistência urbana. Sūsa é valorizada não apesar da ameaça, mas por causa da maneira como resistiu a ela.

O termo central aqui analisado é *thaghr*. No poema citado por al-Bakrī, Sūsa é chamada de *thaghr* do Ocidente ou do Magrebe. Traduzir *thaghr* apenas como fronteira seria insuficiente. O termo indica uma zona de contato, defesa, proteção e exposição ao inimigo. É um ponto em que a cidade assume uma função militar e simbólica e a ameaça externa revela, portanto, a posição política de Sūsa. Nesse caso, a crise aparece como uma espécie de memória do processo de defesa. O cerco e a resistência não são somente fatos e descrições militares, e sim entram na descrição geográfica como elementos de autoridade urbana. O poema transforma Sūsa em cidade protegida por Deus e reconhecida como ponto defensivo do Magrebe. A passagem mostra, assim, que a crise militar também pode produzir memória política e religiosa.

É importante notar que Sūsa não é reduzida à guerra. A mesma passagem fala de mercados, mercadorias, frutos, preços e construção antiga. Como em Dhāt al-Ḥammām, a ameaça não elimina as demais funções do lugar. Percebe-se que o risco e a circulação coexistem. A cidade é comercial, antiga, abundante e defensiva. É justamente essa combinação que parece interessar al-Bakrī.

Considerações finais

Finalmente, o que ficou evidenciado é que, em al-Bakrī, a crise não aparece apenas como episódio excepcional ou como sinal simples de colapso. Em diferentes passagens do *Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik*, fome, carestia, pestilência, febre, ruína e ameaça militar são incorporadas à descrição regular dos lugares. Elas aparecem no mesmo campo textual que mercados, poços, jardins, mesquitas, igrejas, fortalezas, torres, frutos, prensas de açúcar, palácios e rotas.

A análise do termo *jū'* nos países do norte demonstrou que a fome pode funcionar como explicação ambiental e agrícola, e não apenas como registro de calamidade. O caso de Dhāt al-Ḥammām mostrou que a febre qualifica a água e a rota, produzindo uma fórmula oral de circulação registrada por al-Bakrī. Jalūlā permitiu observar que a ruína pode conviver com água doce, árvores, frutos e permanência urbana. Tarnūṭ e al-Munā, por sua vez, mostraram uma ruína mais diretamente associada à violência política, à devastação e ao esvaziamento urbano. Por fim, Sūsa demonstrou que a ameaça militar também pode organizar a memória de uma cidade, fazendo com que ela seja descrita como *thaghr*, isto é, como espaço de defesa e fronteira.

Assim, a tese central deste artigo é que a crise, em al-Bakrī, pode funcionar como linguagem espacial, desde que essa expressão seja entendida de modo controlado. Ela não significa que al-Bakrī possuísse um conceito abstrato de crise semelhante ao nosso. Significa apenas que fome, carestia, febre, ruína e defesa urbana podem entrar na descrição dos lugares e ajudar a classificar rotas, águas, cidades e memórias de conflito. A febre de Dhāt al-Ḥammām não destrói a rota; a ruína de Tarnūṭ preserva uma memória de violência; Sūsa como *thaghr* mostra defesa, ameaça e circulação no mesmo espaço. Diante disso, o vocabulário da crise não deve ser lido apenas como sinal de interrupção, mas como parte da maneira pela qual a geografia árabe-andalusina constrói conhecimento sobre o Magrebe.

Por fim, este trabalho oferece apenas considerações iniciais sobre um problema maior. Um levantamento completo das ocorrências dos termos de crise no *Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik* ainda precisa ser realizado, especialmente para distinguir contextos de crise e de não crise. No entanto, os estudos de caso aqui analisados já permitem indicar um caminho de pesquisa: ler al-Bakrī a partir do árabe, com apoio dos dicionários, mas sem separar léxico, gênero textual e contexto. Ademais, mais estudos, e uma análise comparada com obras de outros autores com o mesmo gênero podem gerar resultados promissores para se entender ainda mais sobre o que se denominou “crise” para o contexto magrebino dos séculos X e XI. Somente assim será possível

compreender melhor como a fome, a carestia, a febre, a ruína e a defesa urbana aparecem não como simples detalhes ocasionais, mas como elementos de uma geografia que organiza tanto memória como circulação.

Referências bibliográficas

- AL-BAKRĪ, Abū ‘Ubayd. **Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik**. Edição de Adrian van Leeuwen e André Ferré. Tunis: al-Dār al-‘Arabiyya li-l-Kitāb, 1992. 2 v.
- BRETT, Michael. **The Fatimid Empire**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2017.
- DUCÈNE, Jean-Charles. **L’Europe et les géographes arabes du Moyen Âge (IXe-XVe siècle)**. Paris: CNRS Éditions, 2018.
- GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. Abū ‘Ubayd al-Bakrī, polígrafo cortesano del período taifa. **Jábega**, n. 97, p. 40-46, 2008.
- IBN MANZŪR. **Lisān al-‘Arab**. Beirute: Dār Ṣādir, 1994.
- LANE, Edward William. **An Arabic-English Lexicon**. London: Williams and Norgate, 1863-1893.
- MIQUEL, André. **La géographie humaine du monde musulman jusqu’au milieu du 11e siècle**. Paris: Mouton; Éditions de l’EHESS, 1967-1988. 4 v.
- SIJPESTEIJN, Petra M. O sūq mediterrâneo: comércio e trocas ao redor do Mediterrâneo (600-1200). In: ALMEIDA, Néri de Barros; DELLA TORRE, Robson (org.). **O Mediterrâneo medieval reconsiderado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 153-196.
- SILVA, Marcelo Cândido da; WILKIN, Alexis; BENITO I MONCLÚS, Pere; CASTEX, Dominique. The Memory of Crisis in the Middle Ages: an introduction. **Revista de História**, São Paulo, n. 184, p. 1-20, 2025. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2025.237464.
- TIXIER DU MESNIL, Emmanuelle. **Géographes d’al-Andalus: de l’inventaire d’un territoire à la construction d’une mémoire**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2014.
- WILKIN, Alexis. Le concept de crise est-il utile pour l’histoire médiévale? Remarques conclusives. **Mélanges de l’École française de Rome - Moyen Âge**, 2019. DOI: 10.4000/mefrm.5413.

Agência Feminina e Autoridade Espiritual no Sufismo e no Eremitismo Medieval

Anna Luiza Silva Fernandes Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
annaluiza.sfernandes.hist@gmail.com

Carolina Costa Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
carolcosta.historia@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisou comparativamente a atuação de mulheres em contextos religiosos entre os séculos VIII e XII, no Islã e no Cristianismo latino. Foram estudadas as trajetórias da sufi Rābi'a de Basra (714/717–801) e da eremita Cristina de Markyate (1097–1161), a partir das fontes *Dīk̄r al-niswā al-muta'abbidāt al-ṣūfiyyāt* (Um Memorial das Mulheres Sufis Devotas), de al-Sulamī, e *De S. Theodora, Virgine, Quae et Christina Dicitur* (*The Life of Christina of Markyate*). Utilizando o método comparativo e dialogando com a História das Mulheres, com a antropologia da religião e com os estudos sobre o sufismo. A pesquisa demonstrou que a ascese feminina não implicava em afastamento da vida social. Tanto Rābi'a quanto Cristina construíram formas de autoridade espiritual e inserção comunitária por meio da devoção. Os resultados indicam que a religião constituiu um importante espaço de agência feminina, articulando espiritualidade, sociabilidade e participação social no Mediterrâneo medieval.

Palavras-chave: Agência feminina; Autoridade espiritual; Sufismo e Eremitismo.

Introdução

Este artigo, desenvolvido no âmbito do projeto “Uma história conectada dos movimentos místicos no Mediterrâneo Medieval (séc. XI–XV)” (CNPq–UFMG), propõe uma análise comparativa da atuação de mulheres em contextos religiosos no Mediterrâneo medieval, entre os séculos VIII e XII. O estudo enfoca as relações entre monasticismo, ascese, agência e participação social e política, tanto no Ocidente cristão latino quanto no mundo árabe islâmico, buscando compreender de que maneira as práticas religiosas femininas ultrapassaram o âmbito estritamente contemplativo e se constituíram como formas de inserção social e exercício de autoridade espiritual. Para tanto, são examinadas, entre outras estudadas, as trajetórias da sufi Rābi'a de Basra (714/717–801), no contexto islâmico, e de Cristina de Markyate (1097–1161), no

contexto cristão, cujas experiências evidenciam a articulação entre devoção, vida comunitária e reconhecimento social.

A análise fundamenta-se em fontes hagiográficas e biográficas, notadamente a coletânea de biografias⁵ *Dikr al-niswa al-muta‘abbidāt al-šūfiyyāt*⁶ (Um Memorial das Mulheres Sufis Devotas), de Abū al-Sulamī (m. 412/1021), e a hagiografia *De S. Theodora, Virgine, Quae et Christina Dicitur* (*The Life of Christina of Markyate*), final do século XII, originalmente vinculada à Abadia de St. Albans, na Inglaterra. Metodologicamente, adota-se o método comparativo, em diálogo com a historiografia da História das Mulheres e das Práticas Religiosas, bem como aportes da antropologia da religião e dos estudos sobre o sufismo. A partir desse enquadramento, argumenta-se que, em ambos os contextos, o ascetismo feminino não implicava em afastamento ou evasão da vida social, mas constituía um meio de produção de redes de sociabilidade — no caso de Cristina de Markyate, sobretudo, monástica — de práticas de devoção ativa e de formas específicas de autoridade espiritual. Desse modo, a agência feminina na Idade Média é aqui compreendida para além das estruturas formais de poder, sendo analisada a partir da diversidade de experiências e das formas pelas quais mulheres articularam espiritualidade e vida social no Mediterrâneo medieval.

Nessa perspectiva, a compreensão da agência em contextos religiosos exige, primeiramente, o reconhecimento da crítica de Talal Asad (2010) ao pressuposto de que a religião é um fenômeno universal e a-histórico. Asad (2010) questiona o conceito moderno de religião, o qual é um produto de processos discursivos ocidentais que a separaram do poder e a confinaram ao domínio privado da crença. Ao tratar a religião como um sistema universal de significados, a antropologia liberal muitas vezes ignora como as atividades disciplinares e as relações de poder são, na verdade, as condições necessárias para a formação de subjetividades e verdades religiosas, estando profundamente atrelada aos respectivos contextos históricos, culturais e sociais que as condicionaram.

⁵ A fonte foi escrita a partir de um gênero biográfico chamado *tabaqāt* (níveis ou gerações), originado da crítica do *hadith* a partir da necessidade de avaliar os antecedentes dos transmissores de *hadith* (Cornell, 1999, p. 49). Por isso, não se trata nem do significado moderno de biografia e não pode ser confundida com o gênero hagiográfico.

⁶ A tradução utilizada neste trabalho foi a edição crítica feita por Rkia Cornell (1999), intitulada *Early Sufi Women*. Ver AS-SULAMĪ, Abū ‘Abd al-Raḥmān Muḥammad ibn al-Ḥusayn. *Early Sufi women: Dhikr an-niswa al-muta‘abbidāt aṣ-Šūfiyyāt*. Edição crítica, tradução e introdução de Rkia Elaroui Cornell. Louisville: Fons Vitae, 1999.

Sob a ótica de Asad (2010), o estudo sobre a vida de Cristina mostra que a autoridade espiritual que ela passou a exercer está relacionada às circunstâncias históricas e discursivas que produzem modos específicos de ser, agir e compreender a verdade religiosa. A análise de sua hagiografia revela como as configurações de poder da época, que incluíam o conflito com a linhagem familiar, e a inserção em redes de sociabilidade monásticas, foram o que autorizou e tornou disponível o seu conhecimento espiritual. Tais fatores configuraram, assim, a sua capacidade de ação como produtora de um significado de religião atrelado à ideia de disciplina, devoção e autoridade espiritual específicos da expansão da vida monástica feminina, no contexto inglês, dos séculos XI e XII.

Ademais, tratando-se do sufismo, que se desenvolveu no século VII na região da Ásia Central e Ocidental, esse movimento frequentemente é descrito como o ramo místico do Islã⁷ ou associado de maneira indiscriminada à ideia de mística. Foi elucidativa, nesse sentido, a historicização da mística e suas mudanças nos séculos XVI-XVII no Ocidente cristão, feita por Michel de Certeau (2017), visto que mostrou a importância de buscar o vocabulário da mística e seu significado para construir uma definição próxima aos contextos escolhidos, mesmo que estivesse tratando de outro cenário religioso, temporal e geográfico.

Por outro lado, ao invés de procurar o vocabulário que poderia estar associado à mística, a leitura de Asad (2010) conduziu o estudo para uma definição de sufismo como um movimento de práticas ascéticas, e não místicas, diante das palavras que apareceram na documentação. Essas mulheres eram descritas a partir da ascese e elementos de conduta, como o choro copioso, a piedade e o serviço (*khidma*) a Deus e, por consequência, às comunidades que habitavam; portanto, adjetivá-las de “místicas” soaria ainda mais impreciso. De maneira complementar, Rkia Cornell (2013) enriqueceu a problematização ao sugerir que existem diferentes terminologias, como *zuhd* (renúncia) e *wara'* (precaução ética), que determinam tais práticas do sufismo, sendo percebidas e compreendidas quando nos afastamos de concepções apriorísticas sobre o que é o ascetismo.

A partir dessa base, Saba Mahmood (2025) diferencia agência de resistência política, questionando a tendência feminista liberal de localizar a agência apenas em atos que subvertem normas sociais. Para a autora, a agência deve ser entendida como uma capacidade de ação que é

⁷ “Furthermore, Sufism, the mystical branch of Islam, is permeated throughout with feminine traits.” (Schimmel, 1997, p. 18). Ver SCHIMMEL, Annemarie. **My Soul Is a Woman: The Feminine in Islam**. Tradução de Susan H. Ray. New York: Continuum, 1997.

produzida e sustentada por estruturas específicas de subordinação. A agência, então, é formulada nos meios pelos quais o sujeito se torna autoconsciente por meio da própria disciplina. Tal paradoxo é ilustrado por ela através da analogia com uma pianista virtuosa. Para adquirir a agência necessária para tocar com maestria, a pianista deve submeter-se voluntariamente a um regime disciplinar rigoroso e a estruturas hierárquicas de aprendizado. Nesse contexto, Mahmood (2025) entende o rigor como a maleabilidade necessária para ser instruída e não como uma mera passividade, transformando a disciplina em virtudes corporificadas que lhes permitem habitar a tradição de maneira plena.

Assim sendo, as experiências de mulheres que buscaram uma vida religiosa intensa revelam como a disciplina ascética podia ser convertida em formas concretas de autoridade, liderança e inserção social, como demonstra a trajetória Rabi'a de Basra e Cristina de Markyate. Interpretadas à luz da noção de agência proposta por Mahmood (2025), a vida dessas mulheres permite observar um engajamento ativo com as normas sociais, no qual a devoção e a disciplina também configuram modos legítimos de ação.

Cristina de Markyate: do Eremitismo à Liderança Monástica

Uma mulher eremita nada mais era do que uma mulher *cellata*, uma reclusa, “uma mulherzinha que vive num eremitério” *Muliercule in hermitorio commorant* (Salimbene, 2007, p. 56-58, grifos nossos). Eremitas vivem uma parte considerável de sua vida em um regime solitário, abstinente. Essas mulheres viviam em pequenas comunidades e por vezes poderiam estar em isolamento completo, mas quase sempre no ambiente urbano ou periurbano. Outro importante espaço de atuação feminina pode ser identificado na figura das Priorosas e Abadessas, que, além de exercerem funções de liderança religiosa, atuavam como educadoras e guardiãs do saber letrado. Entre elas, destaca-se Herrad de Landsberg, Abadessa da Abadia de Hohenburg, na Alsácia do século XII, cuja pena fez florescer o *Hortus deliciarum* (Jardim das Delícias), uma enciclopédia ilustrada destinada à formação espiritual e intelectual das religiosas de sua comunidade. Ainda assim, a clausura também fazia parte da vida das Monjas, das Abadessas e das Priorosas, que viviam nesses mosteiros, mas de fato a obrigação de permanecer dentro desse espaço quase não existe. Nessa perspectiva, pode-se dizer que Cristina de Markyate (1097-1161) aproveitou o melhor dos dois mundos, uma vez que viveu parte de sua trajetória

como eremita nos arredores do mosteiro de St. Albans, na Inglaterra, e posteriormente assumiu a posição de Priora de sua própria confraria.

A hagiografia de Cristina, escrita por um autor anônimo no século XII — assinalada por intenções edificantes e pela construção de um modelo de santidade — apresenta sua trajetória como marcada por intensa devoção desde o nascimento, interpretado como sinal de eleição divina. Nascida como Theodora em uma família nobre de Huntingdon, ela demonstrou, desde a infância, inclinação à vida religiosa, consolidada por seu voto de virgindade ainda na infância. Ao longo de sua vida, enfrentou pressões sociais e familiares, incluindo um casamento forçado com o nobre Burthred, mas manteve-se firme em seu compromisso com a virgindade. Na narrativa hagiográfica, sua resistência às investidas externas e às tentações espirituais é mobilizada como prova de coragem, disciplina e santidade, reforçando a construção de Cristina como um modelo idealizado de devoção feminina.

Após fugir de sua vida conjugal, Cristina passou a viver como reclusa, aprofundando sua experiência religiosa e consolidando sua reputação espiritual. Sua trajetória, evidenciada ao longo da hagiografia, inclui episódios de sofrimento físico, visões e forte relação com o divino, simbolizada inclusive pela mudança de nome de Theodora para Cristina. Com o tempo, tornou-se uma líder religiosa respeitada, atraindo seguidores. Sua vida foi construída como modelo de santidade, evidenciando não apenas sua espiritualidade, como também sua influência social e política no contexto monástico do século XII. Nessa perspectiva, a agência feminina manifesta-se como um conjunto de capacidades corporificadas que permitem à protagonista realizar atos morais específicos no interior de uma tradição religiosa, sem que isso implique necessariamente ruptura com as normas vigentes, mas sim sua reconfiguração a partir da prática devocional (Mahmood, 2025).

Ademais, à luz dessa noção de agência, é possível compreender que a religião constituiu, para muitas mulheres medievais, um espaço de negociação e ação diante das limitações impostas pelas estruturas sociais, familiares e patriarcais. A trajetória de Cristina evidencia esse tensionamento: diante da recusa familiar em aceitar sua vocação religiosa, ela mobilizou diferentes estratégias para preservar seu voto de virgindade e afirmar sua devoção. A hagiografia destaca desde a tentativa de estabelecer um casamento casto com Burthred — situação que teria provocado ridicularização social do marido — até sua fuga do matrimônio, disfarçada de homem, e a adoção de uma vida eremítica por cerca de 6 anos. Posteriormente, Cristina

consolidou sua autoridade espiritual ao tornar-se Priora de sua própria comunidade religiosa, demonstrando como a experiência devocional poderia também produzir formas de liderança e reconhecimento social feminino no século XII.

Dito isso, há um debate caloroso quando o assunto é mulher e religião, posto que essas relações, por vezes, têm sido ambivalentes e paradoxais, visto que, em concomitância, as religiões podem ser vistas tanto como uma autoridade sobre as mulheres mas também, como uma autoridade das mulheres (Perrot, 2019). A impressão predominante em muitos escritos sobre o monasticismo feminino é a de que ele sofreu um retrocesso significativo durante o período de reforma da Igreja secular e regular nos séculos XI e XII. Este ponto de vista é amplamente difundido entre historiadores que focam nas mudanças e desenvolvimentos das instituições religiosas nesse período (Venarde, 1999). No entanto, pesquisas mais recentes desafiam essa narrativa tradicional, sugerindo que o monasticismo feminino não apenas resistiu às reformas, ou se adaptou aos princípios estabelecidos, mas prosperou de maneira impressionante, revelando a autoridade das mulheres no âmbito religioso.

Sob tal ótica, ao observar as fundações monásticas femininas, em especial as do noroeste da Europa, contrariamente à crença de um declínio, o número de conventos femininos experimentou um crescimento exponencial no século que se seguiu à eleição de Gregório VII. Em 1070, havia aproximadamente cem conventos femininos nessa região, mas esse número quadruplicou até 1170. Este aumento notável demonstra que as mulheres continuaram a desempenhar um papel vital na vida religiosa, estabelecendo e expandindo instituições monásticas em um período de intensa reforma e reorganização eclesiástica (Venarde, 1999)⁸.

O período de expansão do monasticismo feminino do final do século XI até o final do século XII, período que corresponde à vida de Cristina de Markyate, destacado no texto *La storia del manoscritto della "Vita di Cristina di Markyate"* de Anna Glusiuk (2012), foi, em grande parte, independente dos movimentos contemporâneos com os quais os historiadores das instituições religiosas geralmente estão preocupados. Enquanto as reformas gregorianas e outros

⁸ A percepção contemporânea sobre a expansão da vida religiosa nos séculos XI e XII pode ser observada, também, na Carta VI de Heloísa de Argenteuil a Pedro Abelardo, na qual a Abadessa afirma que “todo o mundo estava correndo para os mosteiros”. Longe de interpretar esse movimento apenas de forma positiva, Heloísa manifesta reservas quanto à sinceridade e à profundidade da vocação de muitos daqueles que ingressavam na vida monástica, sugerindo que nem todos estavam verdadeiramente comprometidos com a conversão espiritual que tal escolha exigia. Ver HELOÍSA; ABELARDO, Pedro; ALCOFORADO, Mariana. **Cartas D'Heloisa e Abailard: seguidas das Cartas amorosas d'uma religiosa portuguesa**. Tradução de Caetano Lopes de Moura, Filinto Elysio e Morgado de Matheus. Paris: Livraria Portuguesa de J.-P. Aillaud, 1838.

movimentos reformistas focaram principalmente em questões de moralidade clerical, celibato e centralização do poder papal, as mulheres monásticas estavam ampliando suas próprias redes e comunidades. Essa expansão não apenas reflete a vitalidade e resiliência das comunidades religiosas femininas, como também indica uma capacidade de adaptação e crescimento em um ambiente frequentemente percebido como hostil às suas aspirações (Venarde, 1999).

A consolidação dessas redes femininas independentes encontra suporte na relação estabelecida entre Cristina e a abadia de St. Albans. Glusiuk (2012) destaca que, após anos de vida eremítica, Cristina tornou-se uma figura significativa para o abade Geoffrey de Gorham, resultando na fundação formal da “*Cella* de Markyate”. Apesar das murmurações e resistências dos próprios monges de St. Albans em relação às despesas e doações para a comunidade feminina, o abade garantiu rendimentos e dízimos para o sustento de Cristina e das irmãs que viviam sob sua regência. Esse processo de institucionalização demonstra como, mesmo em um ambiente potencialmente avesso, as lideranças femininas souberam forjar alianças estratégicas para garantir a sobrevivência e o crescimento de suas fundações.

Além disso, ainda no início do século XII, a Inglaterra viu um aumento significativo no número de eremitas mulheres, sendo a mais famosa dessas mulheres eremitas a nossa Cristina de Markyate, cuja vida ilustra as dificuldades enfrentadas pelas mulheres inglesas que aspiravam uma vida religiosa. Essa vitalidade das comunidades femininas é atestada não apenas pela prática religiosa, mas pela preservação documental de sua memória em grandes coleções hagiográficas inglesas. A inserção da *Vita sanctae Christinae* no *Sanctilogium Angliae*⁹ de John de Tynemouth¹⁰ (meados do século XIV), e sua posterior manutenção em St. Albans, revela o reconhecimento da autoridade espiritual de Cristina séculos após sua morte. Embora o texto original do século XII tenha se perdido, o empenho de cronistas posteriores, como Thomas Walsingham (falecido por volta de 1422), em resumir e preservar sua história indica que a experiência de Cristina era vista como um pilar fundamental da tradição monástica da região.

⁹ TYNEMOUTH, John de. *Vita sanctae Christinae*. In: _____. *Sanctilogium Angliae*. séc. XIV. Manuscrito (MS Cotton Tiberius E. 1, f. 145ra). Londres: British Library.

¹⁰ HORSTMAN, Carl (ed.). *Nova legenda Anglie: as collected by John of Tynemouth, John Capgrave, and others, and first printed, with new lives*. Oxford: Clarendon Press, 1904; ROYLE, J. M. *Transitional Holiness in the Twelfth Century: The Social and Spiritual Identity of Domina Christina of Markyate*. Glasgow, 2008. Tese (Doutorado) – University of Glasgow, Glasgow, 2008; L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette; LEGRAS, Anne-Marie. *Vie de Christina de Markyate*. v. 1. Paris: Éditions du CNRS, 2007.

De tal forma, a trajetória de Cristina ilustra a resistência e a determinação de mulheres que buscavam seguir uma vocação religiosa, apesar das adversidades. Flamstead, onde Cristina inicialmente viveu sua vida eremítica, tornou-se, por volta da metade do século XII, um claustro de mulheres, provavelmente sucessoras ou discípulas de Aelfwyn. Este desenvolvimento indica que as práticas eremíticas femininas não apenas persistiram, mas também se institucionalizaram em algumas regiões da Inglaterra. A transformação de Flamstead em claustro feminino sugere que a vida eremítica ofereceu uma alternativa viável e respeitável para mulheres religiosas durante este período (Venarde, 1999).

As mudanças das práticas eremíticas femininas na Inglaterra, bem como a experiência da nossa Priora no século XII, destacam a complexidade e a diversidade do monasticismo feminino medieval. Aquelas mulheres que aspiravam a uma vida religiosa encontraram maneiras de superar obstáculos e criar comunidades dedicadas à espiritualidade. A história dessas mulheres eremitas e suas contribuições para o monasticismo inglês mostram que, apesar das dificuldades, a vida religiosa feminina continuou a florescer e a desempenhar um papel vital na sociedade medieval (Venarde, 1999). Ademais, esse movimento de agência feminina dentro do âmbito religioso não se restringiu apenas às nobres como Cristina. Também é possível perceber relações de acolhimento entre essas mulheres monásticas. Muitas mulheres pobres, por não terem dotes que lhes permitissem o ingresso em mosteiros tradicionais, ou ainda, que não desejassem casar-se, por muitos motivos, entram para o eremitismo e, sob a autoridade de uma Abadessa, ou de uma Priora, como foi Cristina de Markyate, essas eremitas — que portam véus — servem de tutoras para outras irmãs — sem véus (Miatello, 2023).

A agência de Cristina vai além das esferas religiosas, impactando também as áreas sociais. Vidas como a dela, e a partir dela, promovem maior autonomia e reconhecimento das mulheres no ambiente urbano. Assim, a agência feminina na Idade Média não pode ser compreendida apenas pelas estruturas formais de poder político, mas deve ser analisada a partir da multiplicidade de experiências e da capacidade de ação das mulheres que, por meio da religião, articularam espiritualidade e sociabilidade, ressaltando a devoção como um vetor de ação social no Mediterrâneo Medieval.

Contudo, a lógica de agência e de autoridade por meio da ascese não se encerra nas fronteiras da cristandade latina; ela encontra um espelho analítico fundamental nas tradições do sufismo no mundo árabe islâmico. Nesse contexto, o sufismo emerge como um espaço onde a

ascese feminina não implicava afastamento da sociedade, mas sim a produção de redes de sociabilidade e autoridade espiritual análogas às observadas no eremitismo inglês.

Rābi‘a de Basra: Ascese, Ética e Autoridade Espiritual

Retornemos, então, para a sufi escolhida para o estudo de caso: Rābi‘a de Basra. Sabe-se que ela viveu em Basra entre 714/717 - 801, durante o período de queda do Califado Omíada e ascensão do Califado Abássida, um período que, apesar da centralização política, também foi marcado por um certo nível de perseguição política a opositores, como aconteceu com um dos mestres sufis que aparece na fonte de Rābi‘a, Sufyān ath-Thawrī (m. 776). O outro sobrenome pelo qual é conhecida, al-'Adawiyya, oferece uma característica importante sobre sua origem, era uma mulher pertencente ao clã 'Adi ibn Qays, da confederação tribal árabe Mudar. Durante muito tempo, atribuiu-se a ela a posição de não árabe e escrava (Smith, 1928). No entanto, estudos mais recentes de Cornell (2013, p. 21) a partir de fontes mais próximas do tempo que Rābi‘a viveu (50 a 90 anos depois de sua morte) demonstram que ela era uma mulher árabe, muçulmana sunita e de status livre, com prestígio em seu clã (*hurra*) e notada em sua comunidade por sua sabedoria e eloquência.

Rābi‘a al-'Adawiyya também é uma das mulheres mais famosas e veneradas do Islã, ao lado de Fátima, Aisha e Maryam (Maria, mãe de Jesus), conhecida como a grande mulher do sufismo e de suas doutrinas, principalmente a do Amor Desinteressado (*hubb*) por Deus. Todavia, a escolha de fazer o estudo de caso sobre ela não é para a ressaltar como exceção, tampouco criar tipos ideais de mulheres ascetas, pois essa concepção de excepcionalidade e de um ideal de santidade feminina são construções posteriores que se dão em vários níveis narrativos (Cornell, 2013). Na verdade, a tradição do ascetismo feminino é frequentemente conectada à Aisha, a esposa mais jovem do Profeta, que abandonou suas posses depois da morte de Muhammad e se deslocou para Basra com sua serva Mu'adha al-'Adawiyya (m. 702). Por motivos políticos, Aisha se retira de Basra, mas Mu'adha fica, fundando uma escola de ascetismo feminino em Basra, onde Rābi‘a possivelmente estudou.

Ademais, saber um pouco da trajetória de Umm 'Alī de Balkh (séc. IX) pode ser bastante elucidativo, pois ao contrário dos ideais ascéticos de pobreza e celibato, ela era da elite de Balkh, muito rica e ativa intelectualmente, utilizando-se desse prestígio para se casar com o sufi Aḥmad b. Khidrawayh e se inserir nas redes dos mestres, sem contar o dinheiro que ela gastou

financiando a si mesma na peregrinação (*haji*) e aos anos que passou estudando em Meca¹¹. Com uma análise mais cautelosa, portanto, descobrimos que Rābi'a estava inserida em um cenário de efervescência do ascetismo feminino e suas escolas por várias cidades e que seu modo de vida não é o único, mas é um deles dentre uma múltipla capacidade de ação social assumida por essas mulheres.

A autoria do texto a ser analisada pertence ao jurista Shafi e sufi Abū 'Abd Ar-Raḥmān al-Sulamī (937–1021) um homem que viveu em Nishapur, entre 150 a 200 anos depois que Rābi'a viveu. Até então não foram encontrados textos que as mulheres sufis tenham escrito sobre suas próprias vidas, o que também dificulta e tornam escassos, na fonte, detalhes mais profundos e pessoais de suas vidas; os capítulos da obra analisada, aliás, são bem curtos, o de Rābi'a possui quatro páginas. As autoridades que o sufi mobiliza em seu texto não partem das próprias mulheres, mas sim de encontros com outras pessoas que produzem uma série de relatos sobre elas.

Por outro lado, a escassez desse tipo de fonte nos oferece uma pista muito interessante sobre o modo de vida das ascetas muçulmanas: a escolha de serem anônimas. Se considerarmos que uma das mulheres mais importantes do Islã e do sufismo é Maria (ou Maryam), mãe de Jesus, venerada pela sua confiança em Deus (*tawakkul*), pela devoção silenciosa e submissão à vontade de Deus, então a santidade feminina passa a assumir uma forma cada vez mais de anonimato (Thibon, 2019, p. 74). Seja como figuras que não se sabe os nomes nas fontes, seja como um dos motivos pelos quais al-Sulamī escreveu pouco, o ocultamento era também uma forma de respeitar a parte mais importante da ausência circunscrita, escolhendo, entre as informações que colheu para seus leitores, quais elementos podem ser acessados sobre elas (Thibon, 2019).

Ainda assim, mesmo que pouco, al-Sulamī escreve sobre elas. Um dos motivos mais aparentes pode ser o fato de que não somente era ele um sufi, como sua vida é marcada pelo contato com esse movimento, desde a paternidade até sua criação, assumida por seu avô materno depois do falecimento do pai e o resto de sua formação nesse caminho. Mas existe um outro motivo que complementa essa motivação: a palavra *dikr* no título significa reminiscência, recordação, memorial. A fonte analisada é um exercício de memória pois, como afirma o próprio

¹¹ Para saber mais sobre a vida de Umm 'Alī de Balkh, ver AZAD, Arezou. **Female mystics in mediaeval Islam: The quiet legacy**. Journal of the Economic and Social History of the Orient, v. 56, n. 1, p. 53–88, 2013.

autor em sua obra análoga às biografias das mulheres *Tabaqāt al-ṣūfiyyāt*, citando o Profeta, “a semelhança da minha comunidade é como a chuva; ninguém sabe se o benefício está no início dela ou no final dela” (Cornell, 1999, p. 49). Não é só sua identidade individual que o move a escrever, mas a noção de memória e de pertencimento a uma comunidade.

Nesse sentido, as práticas ascéticas de Rābi‘a precisam ser compreendidas em relação com o espaço que ela viveu e agiu, demonstrando a dimensão comunitária do sufismo. No texto, ela foi procurada por Sufyān ath-Thawrī, um importante sufi, jurista e transmissor de *ḥadīth*, para a consultar em assuntos legais, buscar suas palavras de sabedoria e conselhos espirituais. Ela já foi encontrada, por Muḥammad ibn Wāsi‘, outro asceta, recitador do Corão e transmissor de *ḥadīth*, cambaleando nas ruas como se estivesse bêbada, o que de fato ela afirmou que estava, mas do Amor de Deus. Há também um episódio interessante em que um homem de identidade desconhecida foi crucificado por imoralidade, e Rābi‘a lamenta sua morte, listando todas as boas obras que aquele homem tinha feito, posicionando-se contra o que considerava injusto. Diante desses aspectos, é interessante retomar Mahmood (2025) na sua perspectiva de que existe uma série de formas de se habitar as normas sociais, pois elas “não são apenas consolidadas e/ou subvertidas, eu sugeriria, mas performadas, habitadas e vivenciadas de várias maneiras” (Mahmood, 2025, p. 111). Tais episódios narrados sobre Rābi‘a evidenciam justamente uma agência que, se enquadrada em resistência ou subordinação, deixa de ser compreendida em toda sua complexidade, por ultrapassar essas dicotomias reducionistas.

Dessa maneira, nota-se como a ascese foi um importante vetor de ação social das mulheres muçulmanas. O termo *muta‘abbidāt*, presente no título, significa “praticantes da servidão”, o que envolve dominar sensações físicas e a paixão, algo feito a partir da mescla entre atos internos e externos de servidão, sendo assim superados os limites da natureza humana (Cornell, 1999, p. 57); a lógica que as torna distintas para al-Sulamī. Tendo isso em mente, seja no relato em que ela se reprime por não estar sendo verdadeira o suficiente ao pedir perdão à Deus ou no da lição que ela dá ao asceta Rabāḥ al-Qaysī ao o ver beijando um garoto, criticando-o por deixar espaço em seu coração para algo além de Deus, a ascese de Rābi‘a também envolve a observância de si própria e até mesmo da ação do outro. Sendo assim, ela representa a busca por autoformação ética, caracterizada, nos exemplos supracitados, por seu discurso sobre total atenção e devoção à Deus, para formar sua conduta de envolvimento no tecido social. Ela incorpora nesse objetivo limites de ação condicionados por ele e que

contribuem para a constituição do seu comportamento no espaço e relacionamento com as pessoas ao seu redor.

Por fim, se já temos a pista de que as mulheres sobre quem al-Sulamī escreveu são distintas pelo ascetismo que praticavam, não seria equivocado assumir que Rābi‘a era uma figura de autoridade espiritual por meio do domínio dessas práticas. Na análise da fonte, percebe-se o termo *mu‘addiba* (professora, mestra) para a descrever no episódio que Sufyān ath-Thawrī implora para ser levado até sua mentora para conseguir consolo. E mesmo sem esse termo ser usado diretamente, a autoridade de Rābi‘a também é percebida na descrição dos homens que buscaram seu conselho, ser seus discípulos ou tiveram algum tipo de contato com ela — aliás, a fonte cita apenas os homens na construção dos relatos e ciclos de convivência da asceta.

Outro indicativo dessa característica é a presença, em seus aforismas na fonte de Sulamī, de questões relacionadas à disciplina da mente (*adab*) e formação de caráter (*ta’dīb*), que indicam as dimensões de conduta moral e da ética trabalhadas no parágrafo anterior, mas dessa vez evidenciando que homens buscaram seu conselho, ser seus discípulos ou ter algum tipo de contato para formar ou debater tais dimensões que Rābi‘a tinha domínio.

Interessados pela asceta de Basra, ela se torna uma autoridade espiritual através da busca desses homens por ela, pelo seu conhecimento e domínio da ascese, o que demonstra, mesmo que a fonte não aborde as mulheres que viveram com ela ou como autoridades nos relatos, a articulação de redes de sociabilidade. E considerando a produção da obra, tais redes também foram articuladas pelos relatos posteriores sobre sua vida, promovendo então a circulação de informações, pessoas e conhecimento no mundo islâmico medieval, não só no momento em que ela viveu como também no tempo de elaboração da fonte. Aparece, duas vezes, Wahb al-Bazzāz, um mercador de roupas (possivelmente de Bagdá), e Abū Bakr ar-Rāzī, um viajante que viveu na cidade de Rayy, se tornando uma importante fonte para sufis, como principiantes dos relatos até al-Sulamī alcançar as figuras mais próximas da vida de Rābi‘a, como Sufyān ath-Thawrī, que veio de Kufa e não Basra. Tais exemplos tornam evidente que os círculos sociais do autor e da asceta, além das histórias sobre ela, não se limitavam às comunidades de pessoas sufis, estendendo-se para além delas e se relacionando com seus contextos citadinos de conexões entre locais e pessoas, ultrapassando fronteiras geográficas.

Portanto, a trajetória de Rābi‘a al-‘Adawiyya e sua representação na obra de al-Sulamī permitem compreender que o ascetismo feminino no mundo islâmico medieval foi muito mais

do que uma experiência individual de devoção ou um fenômeno excepcional associado a figuras santificadas pela tradição posterior. Ao historicizar as práticas ascéticas e as inserir em seus contextos sociais, políticos e religiosos, foi possível perceber que Rābī'a integrava uma tradição mais ampla de mulheres que encontraram na ascese um meio de autoformação ética e ação social.

Nesse sentido, foi importante “manter o significado de agência em aberto e permitir que ele surja de ‘dentro de redes semânticas e institucionais que definem e possibilitam formas particulares de se relacionar com pessoas, coisas e consigo mesmo’ ” (Asad, 2003 *apud* Mahmood, 2025, p. 26), para perceber a agência feminina na ascese e na constituição de autoridades religiosas, que essas mulheres produziram através do sufismo medieval. Para além disso, tendo abordado as profundas dimensões éticas e de conduta moral pertencentes ao ascetismo feminino, o estudo de caso de Rābī'a de Basra permite perceber como religião concerne a uma série de práticas que produzem modos de vida complexos, não podendo ser reduzida a uma questão de fé ou crença individual.

Conclusão

A análise das trajetórias de Rābī'a de Basra (714/717–801) e Cristina de Markyate (1097–1161) permite concluir que a ascese feminina no Mediterrâneo Medieval não deve ser interpretada como uma forma de isolamento contemplativo ou de fuga passiva do mundo. Pelo contrário, em ambos os casos, a vida devocional constituiu-se como um vetor de ação social e política, possibilitando que mulheres construíssem formas específicas de autoridade espiritual, reconhecimento comunitário e inserção social nas cidades que viveram.

Embora pertencentes a tradições religiosas distintas, as experiências de Cristina e Rābī'a revelam aproximações significativas: tanto o eremitismo cristão quanto o ascetismo sufi produziram práticas de autoformação ética, circulação de saberes e formas de autoridade que extrapolavam os limites da vida privada. Nesse sentido, a perspectiva de uma História Conectada busca evidenciar essas experiências análogas, construídas por mulheres em diferentes contextos do Mediterrâneo medieval, onde a devoção servia como ferramenta para a produção de subjetividades autônomas e redes de sociabilidade, atravessando visões estereotipadas de fronteiras religiosas.

Ao mobilizar as reflexões de Talal Asad (2010), buscou-se os significados de religião que envolvem o sufismo e o eremitismo medievais, a partir das fontes históricas trabalhadas e não de concepções apriorísticas, destacando-a assim como uma prática cotidiana de formação ética e disciplina. Com Saba Mahmood (2025), por outro lado, foi possível compreender que a agência dessas mulheres não se manifesta prioritariamente pela ruptura com as normas sociais, mas pela maneira como elas habitavam, negociavam e reconfiguravam tais normas em seu cotidiano.

A agência feminina de Cristina e Rābi'a, longe de representarem mera subordinação ou resistência aberta às formas de opressão, transformaram a disciplina espiritual em um fundamento para o reconhecimento e a autonomia das mulheres nas sociedades da época. Em suma, o estudo das experiências religiosas delas permite vislumbrar como a ascese se tornou uma das principais vias pelas quais mulheres medievais participaram ativamente da constituição de suas comunidades religiosas e das cidades que habitavam.

Referências bibliográficas:

- AS-SULAMĪ, Abū 'Abd al-Raḥmān Muḥammad ibn al-Ḥusayn. **Early Sufi women: Dhikr an-niswa al-muta'abbidāt aṣ-Ṣūfiyyāt**. Edição crítica, tradução e introdução de Rkia Elaroui Cornell. Louisville: Fons Vitae, 1999.
- ASAD, Talal. **A construção da religião como uma categoria antropológica**. Tradução de Bruno Reinhardt e Eduardo Dullo. *cadernos de campo*, São Paulo, n. 19, p. 263-284, 2010.
- AZAD, Arezou. **Female mystics in mediaeval Islam: The quiet legacy**. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, v. 56, n. 1, p. 53–88, 2013.
- CERTEAU, Michel de. **A fábula mística: séculos XVI–XVII**. Tradução de Lílían do Valle. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. v. 1.
- CORNELL, Rkia Elaroui. **Rabi'a from narrative to myth: the tropics of identity of a Muslim woman saint**. Tese (Doutorado em Teologia) – Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdam, 2013.
- GLUSIUK, Anna. **A história do manuscrito da “Vida de Cristina de Markyate”**. *Mediaeval Sophia: estudos e pesquisas sobre o saber medieval*, n. 11, p. 119-137, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.mediaevalsophia.net>. Acesso em: 8 maio 2026.
- MAHMOOD, Saba. **Política da devoção: o reavivamento islâmico e o sujeito feminista**. Tradução de Bruno Reinhardt. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2025.
- MIATELLO, André Luis Pereira. **A devoção das eremitas: carisma e corpo nas comunas italianas** (sec. XIII-XI). *Revista Aedos*. Volume 30, pp 1-18, 2023
- PERNOUD, Régine. **A Mulher no Tempo das Catedrais**. São Paulo: Quadrante Editora, [1984] 2023.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Contexto, 2021.

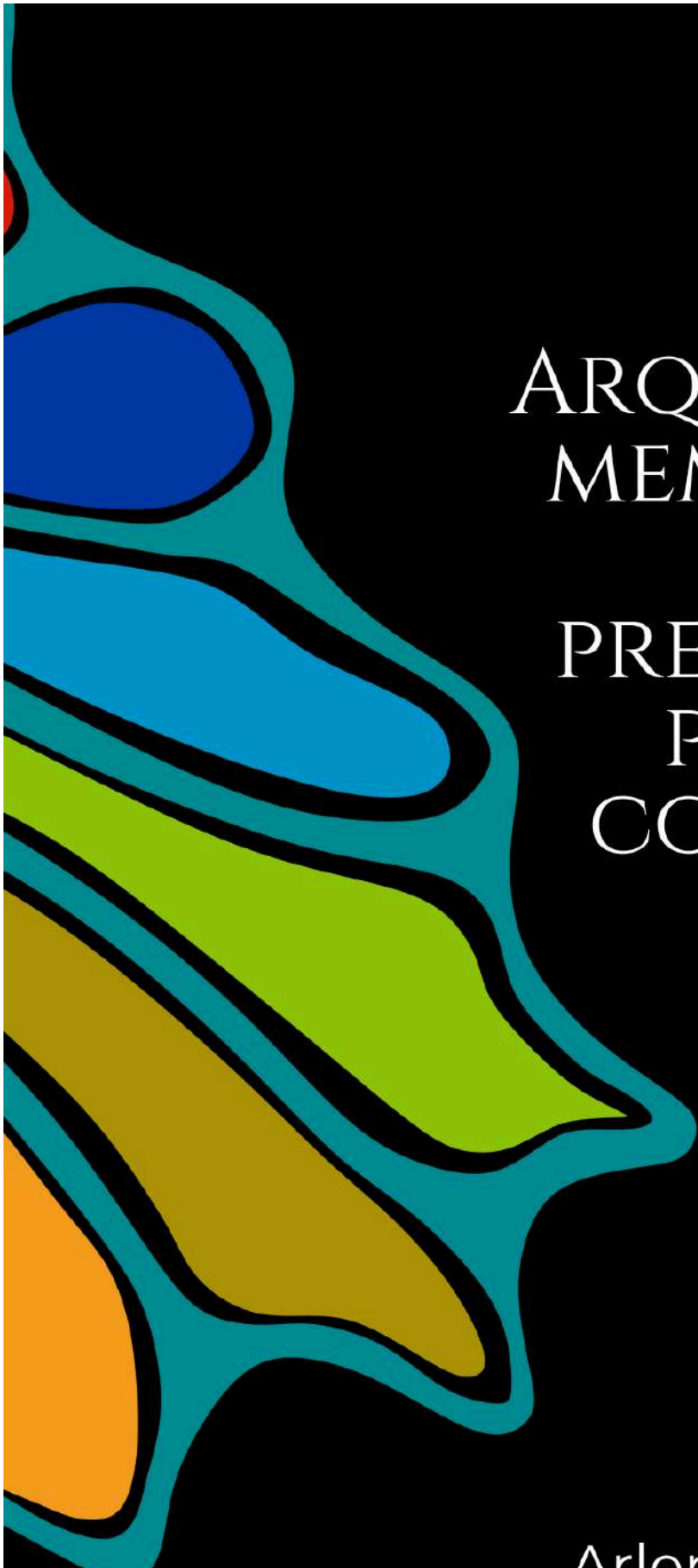
SCHIMMEL, Annemarie. **My Soul Is a Woman: The Feminine in Islam**. Tradução de Susan H. Ray. New York: Continuum, 1997.

SMITH, Margaret. **Rābi‘a the mystic and her fellow-saints in Islām**. With a new introduction by Annemarie Schimmel. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

TALBOT, C. H.. **The life of Christina of Markyate: a twelfth century recluse**. Oxford: C. H. Talbot, 2001.

THIBON, Jean-Jacques. **Women Mystics in Medieval Islam: Practice and Transmission**. *Medieval Encounters*, v. 6, n. 1, p. 64-86, 2000.

VENARDE, Bruce L. **Women's Monasticism and Medieval Society: Nunneries in France and England, 890-1215**. Ithaca: Cornell University Press, 1999.



ST04

ARQUIVOS DO FIM: MEMÓRIA, CRISE E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Coordenadores:
Arlene Xavier Santos Costa
Andreia de Freitas Rodrigues
Priscila de Oliveira Dias do Couto

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

História do trabalho de campo e do fazer científico em coleções entomológicas no Centro de Coleções Taxonômicas do ICB (CCT/UFMG)

Letícia Domingos Pereira

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo: Historicamente, a história da ciência tem sido marcada por uma tendência narrativa que privilegia resultados, descobertas e figuras consagradas, relegando o trabalho de campo à condição de bastidor invisível da produção do conhecimento. Esse enquadramento reforça a imagem de uma ciência descontextualizada, que apaga práticas e sujeitos que sustentam o fazer científico. Este trabalho investiga em que medida os lastros documentais preservados em coleções científicas permitem tensionar as fronteiras entre resultado e processo, tornando possível a historicização do trabalho de campo e de taxonomia na pesquisa entomológica. Tendo isso em vista, o objeto de análise são os lastros documentais deixados por dois pesquisadores e entomólogos do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICB-UFMG), Rogério Parentoni Martins e Fernando Amaral da Silveira, no acervo do Centro de Coleções Taxonômicas (CCT-UFMG). Longe de constituírem um conjunto homogêneo, as fontes constituem fichas, cadernos de campo, relatórios, slides com registros fotográficos, emails e correspondências, e configuram um arquivo fragmentado e, ao mesmo tempo, potente, no qual se inscrevem práticas, decisões e negociações que atravessam o cotidiano da pesquisa de coleta e classificação de espécies entomológicas. Interessa-nos compreender como estes documentos dão a ver as metodologias de trabalho de campo como a coleta de espécies, as relações com os ambientes investigados, bem como redes de colaboração entre pesquisadores e a circulação de saberes. Tal ponto de vista permite apreender a dimensão imanente das coleções científicas, pois são atravessadas por um horizonte de expectativas que as projeta como referência para o presente e para o futuro. Nesse sentido, a documentação histórica é fundamental, pois contextualiza o momento de coleta, evidenciando os sujeitos envolvidos, as técnicas mobilizadas, os locais e os projetos de pesquisa que orientaram sua produção. Ao articular essas dimensões, a documentação constitui também um registro histórico da biodiversidade em determinado momento. Pretende-se com isso afirmar as coleções científicas como espaços de produção de memória e de narrativa sobre a ciência, relevantes para a valorização das coleções entomológicas como patrimônio científico. Assim, o trabalho contribui para deslocar o olhar historiográfico, propondo uma história da ciência que se faz menos pelos feitos e mais pelos processos, registros e sujeitos que, embora frequentemente invisibilizados, tornam a ciência possível.

Palavras-chave: História da ciência; Trabalho de campo; Coleções taxonômicas; Práticas científicas.

Introdução

A história da ciência tem sido marcada, historicamente, por uma tendência narrativa que privilegia grandes nomes, grandes descobertas e resultados finais em detrimento dos processos, das práticas e dos sujeitos que tornam a ciência possível. Como observa Higgitt (2017 *apud* Alberti, 2017, p. 7), o trabalho coletivo e os técnicos são frequentemente apagados das narrativas

sobre ciência, que preferem concentrar o olhar no gênio solitário. Essa tendência se consolidou, em larga medida, sob a influência de uma historiografia que, como aponta Condé (2017, p. 44), construiu a imagem de que “a revolução científica foi enormemente patrocinada pelas extraordinárias ideias de grandes cientistas tais como Copérnico, Galileu e Newton”, deixando na sombra a vasta rede de agentes, práticas e saberes que sustentou esse processo e ainda hoje sustentam a ciência, que é um empreendimento coletivo.

Ao refletir sobre isso, é possível notar que tal enquadramento tem consequências profundas. Ao privilegiar os resultados em detrimento dos processos, apagam-se as decisões intermediárias, as tentativas frustradas, os debates internos, as trocas e as negociações cotidianas que constituem o fazer científico. Assim, apagam-se também os sujeitos que não ocuparam posições centrais nos projetos científicos como os auxiliares de pesquisa de campo e técnicos de laboratório, por exemplo, mas que são indispensáveis à produção do conhecimento. Os sujeitos e processos necessários ao trabalho de campo e ao fazer científico cotidiano ficam reduzidos, assim, à condição de bastidores invisíveis da produção do conhecimento, reforçando a imagem de uma ciência descontextualizada, separada das práticas e dos sujeitos que a sustentam.

É dentro desse contexto e a partir desse problema que este trabalho se constitui. Os lastros documentais deixados por dois pesquisadores do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICB-UFMG), Rogério Parentoni Martins¹ e Fernando Amaral da Silveira,² no acervo do Centro de Coleções Taxonômicas (CCT-UFMG), se tornaram os nossos objetos de análise. A pergunta que orienta a pesquisa é: em que medida esses lastros documentais preservados em coleções científicas permitem tensionar as fronteiras entre resultado e processo, tornando possível a historicização do trabalho de campo e de taxonomia na pesquisa entomológica?

Desse modo, as fontes que compõem nosso objeto de análise constituem fichas, cadernos de campo, relatórios, slides com registros fotográficos, emails e correspondências. Longe de formarem um conjunto homogêneo, configuram um arquivo fragmentado e ao mesmo tempo

¹ Graduado em Ciências Biológicas pela UFMG (1974), mestre e doutor em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (1980; 1991), com pós-doutorado na Universidade da Flórida. Foi professor do Departamento de Biologia Geral do ICB/UFMG, onde coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre. Tem experiência nas áreas de ecologia e comportamento de insetos, com ênfase em vespas e abelhas solitárias.

² Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa (1985), mestre em Entomologia pela mesma instituição (1988) e doutor em Entomologia pela University of Kansas (1995). Foi professor associado do Departamento de Zoologia do ICB/UFMG, onde atuou como docente e orientador no Programa de Pós-Graduação em Zoologia. Tinha experiência na área de Zoologia, com ênfase em sistemática e conservação de abelhas neotropicais.

potente, no qual se inscreveram práticas, decisões e negociações que atravessaram o cotidiano da pesquisa de coleta e classificação de espécies entomológicas. Interessa-nos compreender como estes documentos elucidam as metodologias de trabalho de campo, as relações com os ambientes investigados, bem como as redes de colaboração entre pesquisadores e a circulação de saberes que sustentaram essa prática científica.

Ao articular essas dimensões, este trabalho pretende afirmar as coleções científicas como espaços de produção de memória e de narrativa sobre a ciência relevantes para a valorização das coleções entomológicas como patrimônio científico. Para isso, o artigo está organizado da seguinte forma: a primeira seção discute o problema historiográfico que orienta a pesquisa; a segunda apresenta o CCT e seus acervos documentais; a terceira descreve e analisa algumas das fontes encontradas; e a quarta desenvolve a noção de coleções científicas como espaços de memória.

O Problema Historiográfico: fazer científico descontextualizado

A história da ciência, enquanto campo disciplinar, carregou por décadas uma tendência narrativa marcada por uma leitura retrospectiva e triunfalista do passado científico, que organiza os eventos em função de seus resultados. Nesse modelo, o que importa são as descobertas. O processo que as antecede é tratado como mero prelúdio sem tanta importância. Como aponta Condé (2017, p. 23), Kuhn já alertava para essa limitação ao afirmar que, “se a história fosse vista como mais do que um repositório de anedotas e cronologias, ela poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina”

Nesse sentido, ao propor uma análise das fontes do CCT, esse trabalho busca realizar o tipo de movimento proposto por Kuhn. Isto é, historicizar o fazer científico desses dois pesquisadores do campo da entomologia e assim compreender como estes documentos dão a ver as metodologias de trabalho de campo como a coleta de espécies, as relações com os ambientes investigados, bem como redes de colaboração entre pesquisadores e a circulação de saberes.

Quando dizemos de um fazer científico historicizado estamos também reconhecendo que a ciência é afetada por elementos externos a ela mesma. Ou seja, a ciência não basta por si só. Isso quer dizer que não há ciência fora de suas condições históricas, sociais e materiais de produção. Essa perspectiva representa uma ruptura com a imagem de uma ciência neutra e

atemporal, produzida por mentes geniais solitárias à margem do mundo. Quando se adota essa perspectiva, o olhar historiográfico se desloca das grandes descobertas para dar atenção, também, aos processos. Desse modo, o que antes era visto em segundo plano, como o trabalho de campo, as correspondências entre pesquisadores, as decisões cotidianas, a coleta e classificação dos espécimes, passa a ser reconhecido como parte constitutiva e portanto essencial do conhecimento produzido. Todo esse processo científico é feito por equipes, o que significa que diferentemente da narrativa com foco nos gênios solitários, aqui compreende-se a ciência como um empreendimento coletivo, situado e atravessado por inúmeros aspectos cotidianos, como as práticas, as relações institucionais, as redes de colaboração, as condições materiais e sociais. Nessa perspectiva, todos os sujeitos envolvidos no cotidiano científico passam a ser agentes históricos fundamentais.

Ao tomarmos como objeto de análise os lastros documentais preservados no CCT/UFMG, propõe-se um deslocamento do olhar historiográfico: da história das descobertas para a atenção aos processos; dos grandes nomes para os sujeitos e práticas que sustentam o fazer científico cotidiano. É imprescindível dizer que não se trata de negar a importância dos resultados produzidos por Rogério Parentoni Martins e Fernando Amaral da Silveira, mas de compreender como esses resultados foram possíveis, quais redes de sociabilidade os sustentaram, quais decisões os antecederam e quais sujeitos participaram desse processo. Trata-se, em última instância, de propor uma história da ciência que se faz menos pelos grandes feitos e mais pelos processos rotineiros, registros e sujeitos que, embora frequentemente invisibilizados, tornam a ciência possível.

O Centro de Coleções Taxonômicas e seus acervos documentais

Os arquivos que viabilizam a produção deste trabalho encontram-se custodiados no Centro de Coleções Taxonômicas da UFMG (CCT-UFMG), um órgão complementar vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, institucionalizado em junho de 2015 pelo Conselho Universitário da UFMG. Composto por 26 coleções distribuídas entre acervos zoológicos, botânicos, micológicos e microbiológicos, o CCT é atualmente o maior centro de depósitos da biodiversidade brasileira no estado de Minas Gerais, com acervo estimado em mais de 2 milhões de amostras coletadas desde o início do século XX (CCT-UFMG, 2026).

Apesar de tudo isso, o que torna o CCT um arquivo potente e privilegiado para a história da ciência não é apenas o acervo biológico que ele custodia. Isso porque, para além da preservação dos espécimes, foram encontrados fragmentos documentais muito ricos do processo científico de pesquisas taxonômicas e de biodiversidade: cadernos de campo com anotações manuscritas, fichas de coleta, relatórios, slides com registros fotográficos, emails e correspondências científicas nacionais e internacionais, recados sobre a organização do laboratório e cotidiano de pesquisa. Esse conjunto documental “selvagem”, já que não estão organizados sob a condição de um arquivo, revela, só pela sua existência, dimensões fundamentais da prática de pesquisa.

Como afirma Lourenço (2002, p. 52), museus e coleções universitárias são “os únicos guardiões da evidência material de como o conhecimento científico foi construído e ensinado”, e é exatamente essa dimensão que os acervos do CCT nos permitem acessar. É válido lembrar que os sujeitos analisados eram professores-pesquisadores, o que significa que a dimensão de ensino também estava extremamente presente na dinâmica do fazer científico cotidiano. Um exemplo disso são os slides fotográficos encontrados. Há uma grande possibilidade de estes terem sido amplamente utilizados como recurso visual em aulas ministradas pelos pesquisadores.

Interessa-nos compreender, a partir dos vestígios documentais que ambos deixaram, como se dava o cotidiano da pesquisa entomológica na UFMG: quais metodologias orientavam o trabalho de campo, como eram construídas, quais eram as redes de colaboração científica e a quais projetos essas coletas estavam vinculadas.

Fontes encontradas: um arquivo fragmentado e potente

O conjunto de documentos que encontramos é, ao mesmo tempo, fragmentado e extraordinariamente potente. Fragmentado porque não foi produzido com fins arquivísticos, isto é, são documentos acumulados ao longo da prática de pesquisa, sem critérios sistemáticos de organização ou preservação. Isso quer dizer que muita coisa também se perdeu ao longo do tempo, ou seja, haverá lacunas que não conseguiremos responder. E potente justamente por seu caráter não selecionado ser capaz de revelar dimensões do fazer científico.

Entre as diversas fontes encontradas, destacam-se as correspondências científicas, provenientes de instituições distribuídas por diferentes países e continentes. Há, por exemplo,

uma carta enviada por correio aéreo em 26 de março de 1993, do Systematic Entomology Laboratory do U.S. National Museum of Natural History, em Washington, dirigida ao Dr. Rogério Parentoni Martins, e há também uma carta datada de 19 de fevereiro de 1999, do Instituto Real de Ciências Naturais da Bélgica, dirigida para o Dr. Fernando Amaral da Silveira. Essas fontes são justamente exemplos que ilustram a dimensão internacional dessas trocas. Em ambos os casos, os remetentes respondem a consultas sobre identificação de espécimes, sugerem especialistas e relatam o andamento de análises compartilhadas, revelando como a identificação taxonômica era, de fato, um processo coletivo e internacionalizado.

Diante do acesso às fontes, e da oportunidade de ter uma leitura delas a partir de quem estava diretamente ligado a sua produção, em dezembro de 2025 realizamos uma entrevista com Rogério Parentoni e foi possível compreender, por meio de seu relato, que as trocas de espécimes aconteciam justamente pelo fato de que tanto ele quanto Fernando Amaral não eram taxonomistas. Ou seja, eles faziam a coleta e enviavam aos taxonomistas para a realização da identificação.

Além dessas duas fontes já citadas, um e-mail enviado da Universidad de Panamá em 15 de fevereiro de 2001, pelo Dr. Diomedes Quintero a Parentoni, possui um detalhe muito rico para o nosso trabalho, sobretudo no que diz respeito à identificação dos agentes do fazer científico. A mensagem dizia que um pesquisador chamado Roberto Cambra havia dito “que faria com muito gosto a identificação dos espécimes de *Auplopus* de Minas Gerais” e solicita o envio de um macho e uma fêmea. No entanto, o que mais chama atenção nesta fonte é uma anotação manuscrita à caneta pelo próprio Parentoni, essa mensagem é direcionada à técnica Lourdes, solicitando o envio de exemplares. Está escrito: “Lourdinha: Pode providenciar a embalagem com alguns exemplares de *Auplopus*”. A partir desse detalhe, pode-se inferir que o pesquisador imprimiu o email e escreveu essa orientação para Lourdes, ou seja, era ela que enviava os espécimes. Esse detalhe aparentemente trivial é extremamente valioso pois ele materializa a articulação entre comunicações formais e decisões práticas do cotidiano de pesquisa.

Imagem 1: Carta de colaboração científica com anotação manuscrita

Diomedes Quintero, 21:04 15/02/01 -0, Identificacion de Auplopus

X-Mailer: Novell GroupWise Internet Agent 5.5.4.1
Date: Thu, 15 Feb 2001 21:04:43 -0500
From: "Diomedes Quintero" <QUINTERD@tivoli.si.edu>
To: <wasp@mono.icb.ufmg.br>
Cc: "Diomedes Quintero" <QUINTERD@tivoli.si.edu>
Subject: Identificacion de Auplopus
X-MIME-Autoconverted: from quoted-printable to 8bit by
mono.icb.ufmg.br id RAA05216

Estimado Dr. Martins;

Alberto Mena desde hace unos 5 años trabaja de Profesor Asistente en el Departamento de Fisiología de la Universidad de Panamá. Mena desde ese entonces no trabaja en el Museo de Invertebrados y tampoco ha seguido trabajado las pompilidas desde que dejo de trabajar en el Museo de Invertebrados. La colección de referencia de Pompilidae (incluyendo especímenes de Auplopus que hemos colectado en Brasil y Perú) y toda nuestra literatura científica de la Pompilidae se encuentra depositada en el Museo de Invertebrados.

El Profesor Roberto Cambra, que trabaja en el Museo de Invertebrados, posee claves para la identificación de las especies de Auplopus de América del Sur. Roberto ha continuado con el trabajo de identificar todo el material de Pompilidae que nosotros colectamos y el material que recibimos para ser identificado.

Roberto dice que con gusto le identifica los especímenes de Auplopus de MG, que por favor envíe macho y hembra de lo que Usted sospecha es una sola especie. Nuestra dirección postal aparece abajo del presente email.

Sin otro particular, con un cordial saludo, quedo de Usted,
Atentamente,
Diomedes

Dr. Diomedes Quintero A.
Museo de Invertebrados G.B. Fairchild,
Estafeta Universitaria, Universidad de Panamá,
Panamá, PANAMA
Tel. (507) 264-7758
FAX (507) 212-8148
QUINTERD@tivoli.si.edu

LOURDINHA:
Podr. providenciar
a embalagem
com alguns exemplares
de Auplopus

Fonte: Acervo CCT/UFMG.

Um produto muito frutífero de nosso trabalho com as fontes foi a elaboração de um mapa de rede científica. A partir da análise do conjunto de correspondências de Rogério Parentoni, foi possível elaborar um mapa da rede científica com a qual o pesquisador se correspondia entre 1991 e 2001. Esse mapa ilustra conexões com diversas instituições distribuídas pela América do Norte, América Latina, Europa e África, entre elas o United States Department of Agriculture e o Museu de História Natural de Londres. Mais do que uma visualização geográfica, o mapa evidencia o caráter coletivo e internacional da pesquisa taxonômica.

Imagem 2: Rede de colaboração científica de Rogério Parentoni, 1991-2001



Fonte: Elaborado pela autora.

A Imanência das coleções científicas: o momento específico da história

A partir do momento em que se realiza o movimento de historicizar o trabalho de campo e o fazer científico, as coleções passam a ser entendidas não só como um acervo biológico de espécimes, mas também como um espaço valioso de produção de memória. Quando um espécime entra em uma coleção, entram também o local onde foi coletado, as condições ambientais daquele local naquele contexto, momento e data, entram os aspectos de sua produção: o pesquisador, o projeto a que está vinculado, a técnica utilizada. O que queremos enfatizar ao dizer isso é que as coleções são um fragmento do tempo, uma cápsula que guarda evidências materiais de como era um espaço em determinado instante. É isso que chamamos de dimensão imanente das coleções: o valor histórico não é externo a elas, está na sua própria materialidade e permanece junto com as coleções.

Além disso, as coleções ganham ainda mais importância em contextos de crise climática acelerada e perda de biodiversidade. Um exemplo disso é a notícia veiculada em abril de 2026 pela Folha de São Paulo. Segundo o jornal, houve a identificação de duas novas espécies de besouro-joia do gênero *Agrilus*, da família Buprestidae. Uma delas, a *Agrilus ciliaris*, havia passado

despercebida por mais de uma década na coleção de Entomologia do Museu de Zoologia da USP. A outra, a *Agrilus butantan*, foi encontrada por acaso em uma área de mata do Instituto Butantan, na zona oeste de São Paulo. O diretor do Butantan, Esper Kallas, alertou que “se aquela região de mata que tem no instituto desaparecer, é provável que o bicho também desapareça” (Folha de S.Paulo, 2026). Esse caso recente ilustra com precisão o argumento central deste trabalho: sem as coleções, sem o registro sistemático do momento de coleta, muitas espécies teriam permanecido desconhecidas. Nesse caso, a coleção não apenas preservou o espécime, ela preservou a possibilidade de que a ciência o reconhecesse.

No contexto do CCT/UFMG, essa dimensão é ainda mais evidente. O próprio site da instituição informa que parte do acervo inclui amostras coletadas em áreas hoje altamente degradadas, como o vale do Rio Doce (CCT-UFMG, 2026). Isso significa que os documentos do CCT guardam também uma memória ambiental: um registro histórico da biodiversidade em um momento e lugar específicos que já não existem mais da mesma forma. As coleções, nesse sentido, são testemunhos insubstituíveis de um mundo que está mudando rapidamente e por isso atuam como “cápsulas do tempo”, e sua preservação é uma condição para que essa história possa ser contada. Por esse motivo também justifica-se a importância desse trabalho que é, como nas palavras de Condé, um papel para a história.

Considerações Finais

Diante de todo o exposto, este trabalho partiu de um problema historiográfico: a tendência da história da ciência de senso comum de privilegiar grandes nomes, grandes descobertas e resultados finais, em detrimento dos processos, das práticas e dos sujeitos que tornam a ciência possível. E propôs, a partir dos lastros documentais preservados no Centro de Coleções Taxonômicas do ICB/UFMG, um deslocamento desse olhar, tomando como objeto os arquivos de dois pesquisadores e entomólogos da UFMG, Rogério Parentoni Martins e Fernando Amaral da Silveira, para historicizar o cotidiano da pesquisa entomológica na instituição.

As contribuições deste trabalho se dão na medida em que por meio da análise das fontes foi possível desenvolver uma noção de ciência de processos, e para além disso, de processos coletivos. Isso inclui pensar em uma ciência das redes de colaboração e compartilhamento de conhecimento, das negociações e de práticas de trabalho diárias. Uma ciência feita de cartas enviadas por correio aéreo, de anotações à caneta nas margens de e-mails impressos, de

cumprimentos afetuosos ao final de uma correspondência e de mapas de colaboração que atravessam continentes. Uma ciência feita, também, por sujeitos, como Lourdinha, a técnica que enviava os espécimes, organizava e cuidava do laboratório, e também os diversos taxonomistas espalhados pelo mundo que tornavam possível a identificação das espécies coletadas.

Ao articular todas essas dimensões abordadas ao longo do texto, este trabalho buscou afirmar as coleções científicas como espaços de produção de memória e não como depósitos biológicos. No contexto atual de crise climática e acelerada perda de biodiversidade, essa afirmação ganha uma urgência ainda maior. As coleções guardam não apenas espécimes, mas momentos específicos da humanidade, momentos que, uma vez perdidos, não se recuperam. Entender sua importância e potência é essencial para preservá-las.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Samuel J. M. M. Why collect science? *Journal of Conservation and Museum Studies*, v. 15, n. 1, p. 1-10, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5334/jcms.150>
- BOTTALLO, Ana. Biólogos identificam duas novas espécies de besouro-joia, uma delas por acaso. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 abr. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2026/04/biologos-identificam-duas-novas-especies-de-besouro-joia-uma-delas-por-acaso.shtml>. Acesso em: 03 jun. 2026.
- CCT-UFMG. *Centro de Coleções Taxonômicas da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, 2026. Disponível em: <https://cct.icb.ufmg.br>. Acesso em: 03 jun. 2026.
- CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Um papel para a história: o problema da historicidade da ciência. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-50, 2017.
- LOURENÇO, Marta C. Are university collections and museums still meaningful? Outline of a research project. *Museologia*, v. 2, p. 51-60, 2002.
- MARTINS, Rogério Parentoni. Entrevista concedida a Letícia Domingos Pereira e Paula Oliveira Miranda. Belo Horizonte, dez. 2025.

Pode um sinistro salvar um arquivo? Crise, seleção documental e emergência de acervos esquecidos

Arlene Xavier Santos Costa

0009-0006-0464-8973

Arquivista

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

costa.arlene@ufjf.br

Resumo: O presente trabalho parte da seguinte questão: pode um sinistro “salvar” um arquivo? A reflexão emerge a partir da atuação da equipe do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora, ao longo do ano de 2025, na recuperação de um acervo documental acadêmico atingido por um evento catastrófico. A situação de crise, marcada pelo risco de perda e destruição documental, evidenciou não apenas a fragilidade dos acervos institucionais, mas também a possibilidade de reconfiguração de seus usos e sentidos. No processo de intervenção, veio à tona um conjunto documental de caráter secular, até então não tratado e pouco acessível, revelando dimensões significativas da memória institucional e da trajetória histórica da Faculdade. Nesse contexto, o trabalho discute como práticas de avaliação, seleção e tratamento arquivístico atuam na constituição dos arquivos enquanto espaços de produção de memória e de conhecimento histórico. Parte-se do entendimento de que tais práticas não são neutras, mas implicam decisões que definem o que será preservado, acessado e, conseqüentemente, conhecido no futuro. Com o trabalho ainda em andamento, a comunicação apresenta os procedimentos adotados na identificação e seleção de documentos de valor permanente, bem como as estratégias de tratamento técnico e difusão do acervo. Ao mesmo tempo, propõe uma reflexão sobre as relações entre crise, preservação e emergência de “documentos esquecidos”, problematizando o papel dos arquivos na mediação entre destruição e memória.

Palavras-chave: Arquivos; Memória; Crise; Políticas de preservação; Regimes de historicidade.

“Os arquivos gerenciam o resíduo, não a totalidade” (Millar, 2002)³

Introdução

No ano de 2025, a equipe do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (ACUFJF) realizou o tratamento de um acervo acadêmico após a ocorrência de um sinistro por águas pluviais, em razão das ocorrências de fortes tempestades. Passados os primeiros meses e feitos os procedimentos de estabilização e mitigação dos danos para a documentação pela

³ Millar, 2002, p. 6 *apud* YEO, 2016, p. 143.

restauradora Andreia Rodrigues, as arquivistas Arlene Costa e Priscila do Couto passaram a atuar na identificação dessa documentação.

A Massa Documental Acumulada (MDA) nas instituições possuem uma característica singular na sua formação: os documentos mais antigos ficam agrupados nos espaços mais baixos, fundos e de difícil acesso. E, em alguns casos, em suportes improvisados, como caixas de papelão comuns, para que caixas de padrão arquivo possam ser possam acondicionar documentos mais recentes. Foi nessa situação em que encontramos os documentos do acervo. Como o sinistro que atingiu a sala de guarda foi com água, as caixas dispostas no chão passaram alguns dias absorvendo umidade extrema.

Inicialmente, verificamos uma situação que se mostrou um desafio para a equipe. A Faculdade em questão foi uma das cinco primeiras que formou a UFJF. E a e a sua história administrativa não é ainda tão conhecida para uma refinada organização documental. É com relação a esta parte da documentação que vamos tratar neste artigo. O sinistro, causado por um evento climático extremo, numa sala de guarda, a princípio, um arquivo setorial para tratamento, trouxe à luz uma situação ainda mais complexa à medida em que identificávamos que se tratava, na realidade, de dois fundos documentais distintos, embora ambos sejam de custódia e responsabilidade legal e civil de uma mesma instituição, a UFJF.

Fundada em 1913, essa Faculdade foi instalada, como instituição de ensino privada mantida por uma congregação de financiamento privado, em um extinto colégio tradicional da cidade de Juiz de Fora, onde funcionou por alguns anos até seu primeiro fechamento. Anos depois, reabriu em outro endereço sob outra administração e algum tempo depois com o reconhecimento pelo órgão nacional responsável pela educação na época. Nessa fase, a Antiga Faculdade ocupou pelo menos três endereços diferentes. A documentação reflete o perfil fragmentado da história da Instituição.

O presente artigo objetiva expor o trabalho em andamento, propondo uma metodologia baseada na identificação arquivística como instrumento de recomposição da organicidade desse conjunto documental. Para tanto, além dos procedimentos arquivísticos, a equipe vem usando a descrição, a digitalização e a difusão, não somente como forma de preservação do acervo, mas, também, como meio de promover a autenticidade e integridade na governança de acervos digitais por meio do uso do AtoM (*Access to Memory*) em um arquivo universitário.

Fundamentação teórica

Para Wimmer, arquivos são locais de construção do próprio tempo histórico, “*avant la lettre*” (Wimmer, 2015, p.166). Sendo laboratórios para a investigação sobre as concepções e práticas do tempo histórico. Compreender de que maneira os arquivos são avaliados, selecionados, descartados ou preservados, é também zelar pela escrita da história. Nenhuma dessas operações são neutras e passivas.

A história administrativa de qualquer acervo não é uma trajetória relegada ao acaso. Para Rouso (1996), os arquivos são o sintoma de uma falta e não a restituição objetiva do passado. Os documentos que chegam ao presente, a qualquer tempo, são apenas vestígios de tudo que foi produzido. Ainda que se considere uma Massa Documental Acumulada (MDA), o nível de recuperação da informação desse formato de arquivo é extremamente baixo. Fato que em relação aos arquivos relegados ao esquecimento, seu resgate é imprescindível para a memória institucional.

O descaso é uma ação consciente. Assim como o resgate, recuperação e preservação. Os profissionais da informação estão inseridos nesse ecossistema de escolhas da destinação dos documentos. O arquivista deve reconhecer sua própria historicidade e seu papel de mediador da memória institucional enquanto um agente interpretativo decisivo na formação do registro documental que chegará ao futuro. Nesse sentido, “*Postmodernism requires archivists to accept their own historicity, to recognize their own role in the process of creating archives, and to reveal their own biases.*”. (COOK e SCHWARTZ, 2002, p. 12)

Em defesa de uma teoria crítica para a Arquivologia, Caswell, Punzalan e Sangwand (2017) radicalizam a consequência principal da virada pós-modernista de Cook e Schwartz: se o arquivo participa da fabricação da memória e do poder, então o arquivista tem responsabilidade ética e política sobre os efeitos sociais de seu trabalho. Seu papel, nessa chave, é escolher entre reforçar estruturas de exclusão ou atuar deliberadamente para nomear injustiças, interromper silêncios e construir práticas arquivísticas voltadas à libertação e à democratização real.

A autenticidade e a integridade em acervos digitais não são propriedades exclusivamente tecnológicas, e sim, resultam da articulação entre princípios arquivísticos, mecanismos de governança e infraestruturas de preservação digital, que asseguram a manutenção da identidade, da cadeia de custódia e da confiabilidade dos documentos ao longo do tempo.

Os primeiros estudos a se tornarem referências em autenticidade de documentos digitais se deram no âmbito do projeto interPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*) liderado por Luciana Duranti, no final da década de 1990, “com o propósito de desenvolver um conhecimento teórico e metodológico essencial para preservação permanente de documentos digitais e para formular políticas, estratégias e padrões capazes de assegurar essa preservação” (TOGNOLI, 2020, p.95).

Isto porque, no entendimento da equipe, as características que um documento arquivístico digital deve possuir não são diferentes de outros suportes, devendo atender aos mesmos princípios. “Ou seja, a desmaterialização do documento não significaria a quebra do princípio de proveniência, nem dos vínculos orgânicos que o conectam a outras unidades do mesmo fundo, sejam elas eletrônicas ou não” (RODRÍGUEZ, 2011, p. 67)

Essa integração entre princípios arquivísticos e infraestruturas de preservação digitais é indispensável, sobretudo no contexto atual, em que entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), reconhecem a informação, além de um direito fundamental, como um importante ativo para a sociedade nas agendas globais relacionadas à sustentabilidade e Agenda 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) possuem metas relacionadas à governança, por exemplo, ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis - com a qual os arquivos podem contribuir de forma estratégica fortalecendo a transparência e a *accountability* pública, garantindo acesso aos documentos, fornecendo informações confiáveis por meio da organização e preservação de dados e registros.

Ao estabelecer como meta a incorporação estratégica de tecnologias digitais, no caso o uso da Plataforma Atom, pautada em princípios arquivísticos, buscamos fortalecer a confiança institucional e a *accountability* universitária⁴, contribuindo para promoção de difusão e acesso a documentos arquivísticos digitais, pautada na credibilidade e na transparência no fortalecimento e consolidação da governança participativa na resiliência institucional e na articulação com políticas públicas de memória, informação e sustentabilidade.

⁴ Dever das universidades de garantir transparência, justificar suas decisões e responder à sociedade pelos impactos de suas atividades.

Identificação e contextualização funcional dos documentos: vínculos orgânicos e integridade arquivística

Embora possamos dispor de um valioso material formado por diversas espécies documentais, foi aplicando a metodologia de identificação documental que pudemos inicialmente separar os documentos provenientes da Antiga Faculdade dos produzidos após a formação da UFJF, na década de 1960. A relevância desse procedimento reside no fato de que para os documentos produzidos a partir da criação da UFJF, o tratamento foi balizado na legislação arquivística, classificação e avaliação. Quanto aos documentos da Antiga Faculdade, o tratamento aplicado é típico dos arquivos permanentes, identificação, análise tipológica, recolhimento, arranjo e descrição.

Nessa perspectiva, concordamos com Rodrigues (2012, p. 197) que argumenta que “A identificação é uma tarefa de pesquisa, de natureza intelectual, sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista.” A escolha pelo processo de identificação foi feita no intuito de restabelecer o que fosse possível da organicidade na documentação da Antiga Faculdade, em situação de MDA. As buscas pelas origens dos fundos, órgãos produtores e funções que teriam gerado aqueles documentos seriam fundamentais para reconstruir a relação orgânica entre eles.

Paralelamente ao trabalho de identificação, foi realizada a separação da documentação por produtores dos documentos do acervo (Antiga Faculdade e UFJF). Com relação ao Fundo Institucional UFJF foram realizados procedimentos de classificação e avaliação, gerando como produtos técnicos Guia de Transferência, Guia de Recolhimento e Listagem de Eliminação de Documentos. Com relação ao Fundo Antiga Faculdade, este foi inteiramente recolhido junto à Guia de Recolhimento, passando a ser custodiada pelo Arquivo Permanente do Arquivo Central da UFJF. Iniciamos então a etapa de análise tipológica nessa parte do acervo com o apoio de um projeto de extensão com alunos da própria Faculdade.

O desafio era realizar a descrição documental neste acervo com uma história administrativa que promoveu a fragmentação de sua documentação. O contexto do recolhimento, pós sinistro por águas pluviais, torna essa tarefa ainda mais desafiadora, haja visto a necessária movimentação inicial dos documentos para fora do ambiente de risco. Para Yeo (2016, p. 143), “Os acervos normalmente possuem complexas histórias, passando de uma custódia para outra antes de sua chegada aos arquivos históricos e, às vezes, adquirindo adições ou sofrendo perdas.”.

Esse é um dos contextos em que o autor propõe o uso da descrição retrospectiva, quando a organicidade e a ordem original de um conjunto documental foi total ou parcialmente perdida. O trabalho do arquivista então é buscar uma reconstrução intelectual das relações e do contexto.

A respeito de análise tipológica, Rodrigues e Viana (2023), em estudo de arquivos de arquitetura, destacam que a identificação da tipologia documental é capaz de promover a recuperação da proveniência e organicidade em situações de MDA, como é o nosso caso em andamento. É a análise tipológica que transforma a identificação em uma etapa capaz de garantir a qualidade no tratamento arquivístico, uma preocupação fulcral para nossa equipe.

Na tese de Silva (2015), a tipologia é colocada como chave para entender o “arquivo como conjunto orgânico” mostrando como cada espécie e tipo documental está vinculado à função do órgão produtor demonstrando que o arquivo não é só depósito físico, mas um sistema vivo de produção documental.

Favoreto (2023), propôs um manual arquivístico voltado ao tratamento de acervo eclesiástico após realizar um estudo sobre os tipos documentais usados para os registros paroquiais. Embora ainda não tenhamos alcançado produtos tão bem definidos como resultados, verificamos que esse estudo parte da identificação - análise tipológica - nos trazendo a perspectiva de que um método semelhante pode nos levar a desenvolver um trabalho relevante.

No que toca à diferença entre análise diplomática e análise tipológica, conforme Bellotto (2006, p. 87), “Quanto à análise tipológica dos documentos de arquivo, não basta conhecer a estrutura da espécie documental, como ocorre com a análise diplomática. [...], compreende-se que a análise tipológica é fundamentalmente arquivística”. Os princípios arquivísticos são a base dessa metodologia.

Digitalização controlada como medida de preservação e mitigação de riscos

Para quem trabalha com arquivos é comum ouvir de gestores uma pergunta simples que exige uma resposta surpreendentemente complexa: Porque não digitalizamos tudo, eliminamos o suporte em papel e liberamos os espaços físicos? Quando arquivistas respondem quais medidas e investimentos são necessários para garantir uma infraestrutura de ambiente digital minimamente segura para guarda e acesso continuado aos documentos, o assunto costuma ser encerrado sem mais indagações.

Em pesquisa realizada sobre Gestão de Riscos, Menezes (2025), aponta que a digitalização sem investimentos, manutenção e suportes adequados aumentam a sobrecarga de trabalho para os profissionais de arquivos universitários (2025, p. 79). Em nossa Instituição, não temos ainda um programa de digitalização constituído. Fazemos esse procedimento por demanda de pesquisas, para atendimento remoto dos usuários dos serviços, uma prática que se tornou muito mais usual após o período da Pandemia Covid-19. No entanto, enfrentamos sérios problemas relacionados a espaço para armazenamento, segurança no ambiente digital, adoção de parâmetros, programas e implementação de Gestão de Riscos. Nossa prática nesse campo vai de encontro com o que aponta Menezes, “A digitalização, por sua vez, deve ser entendida como instrumento de ampliação do acesso e não como substituto da preservação física.”. (2025, p. 80).

Para além desse uso, o serviço de digitalização do nosso acervo, é uma das medidas de preservação e mitigação de riscos aos documentos em condições de maiores fragilidades de suporte a partir da disponibilização da reprodução em meio eletrônico, reduzindo o manejo dos documentos nos suportes originais, por vezes, fragilizados. É o caso dos documentos recolhidos da Antiga Faculdade. Entretanto, ao contrário de outros fundos sob a custódia deste Arquivo, este ainda não está disponível aos usuários, pois o trabalho técnico de arranjo e descrição está em andamento.

Contudo, estamos realizando a digitalização dos documentos ao mesmo tempo em que realizamos a descrição do fundo, visando a difusão e o acesso. Diante disso, uma estratégia foi realizar testes no AtoM. Para tanto, solicitamos um acesso ao sistema aos responsáveis.

Descrição multinível no software AtoM (*Access to Memory*)

O site do Observatório de documentos digitais⁵ reúne dados e informações sobre o AtoM no Brasil e no mundo e sugere que “Arquivos públicos e históricos podem, utilizando a plataforma AtoM, promover a difusão de seus acervos, permitindo que relevantes registros estejam acessíveis por meio da internet.” É nesse perfil de uso que o trabalho que desenvolvemos está inserido.

O software, AtoM, um acrônimo para *Access to Memory* (SILVA, TOGNOLI, 2023, p. 11), tem sua origem em uma iniciativa do *International Council on Archives* (ICA), com o estabelecimento

⁵ Disponível em: <https://observatoriodocume.wixsite.com/atomnobrasil> . Acesso em: 06 abr. 2026.

de requisitos para um sistema arquivístico de código aberto. Foi projetado como uma plataforma web, multilíngue e de código aberto, voltada à descrição arquivística em conformidade com os padrões e normas internacionais, destacando-se por sua interoperabilidade e aderência às boas práticas da área. (FLORES, HEDLUND, 2014a, p. 92)

Em artigo, Silva e Tognoli (2023, p. 2), apresentam um dado do ano de 2021, extraído do Observatório de Documentos Digitais revelando que, naquele momento, 57 instituições utilizavam a plataforma AtoM Brasil. Refizemos a busca por plataformas AtoM no Brasil, no dia 09 de abril de 2026, acessando a página eletrônica do Observatório de documentos digitais e com dados, segundo o site, atualizados em março de 2026, identificamos 123 instâncias de uso da plataforma AtoM no Brasil, abrangendo órgãos públicos, instituições de memória, universidades e projetos específicos. Esse número não representa necessariamente o número de instituições únicas, mas sim de instâncias de uso do AtoM, podendo incluir, eventualmente, diferentes unidades de uma mesma instituição (ex.: vários tribunais ou campi e setores universitários) e projetos distintos dentro da mesma organização.

Conforme apontam Flores e Hedlund (2014b, p. 24-25), as principais características do AtoM são: descrição multinível; conformidade com as normas de descrição arquivísticas; possibilidade de anexar o representante digital; possibilidade de cadastrar usuários com permissões específicas; realização de pesquisa/substituição global de termos da descrição arquivística; existência de um motor de pesquisa avançada além da pesquisa simples; possibilidade de tradução da interface para vários idiomas; gestão da taxonomia; intercâmbio de dados (importação e exportação); possibilidade de alterar a interface gráfica através das configurações do software.

No âmbito do trabalho que desenvolvemos, já aplicamos em nossos testes a descrição multinível, a conformidade com as normas de descrição arquivísticas (no caso, a NOBRADE) e a possibilidade de anexar o representante digital.

Planejamos com a adoção do AtoM dispor de um instrumento de governança da informação, ao possibilitar rastreabilidade, padronização e transparência descritiva. Neste cenário a autenticidade é compreendida como resultado de procedimentos técnicos documentados, da manutenção do contexto de produção e da explicitação dos critérios de organização e acesso. A integridade é assegurada pela preservação das relações hierárquicas entre séries, subséries, dossiês

e itens, atualmente totalizando mais de uma centena de objetos digitais inseridos na plataforma em fase de teste.

Metodologia e métodos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, configurando-se como um estudo de caso em desenvolvimento, centrado na atuação do ACUFJF no tratamento de um acervo acadêmico histórico, a “Antiga Faculdade”.

O percurso metodológico foi estruturado em etapas sequenciais e interdependentes, conforme descrito a seguir:

- a) Delimitação do acervo: separação dos documentos com base nos respectivos produtores, distinguindo o acervo da Antiga Faculdade daquele produzido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como etapa fundamental para o restabelecimento do princípio da proveniência.
- b) Identificação arquivística e recomposição da organicidade: aplicação da metodologia da identificação arquivística ao fundo da Antiga Faculdade, visando à compreensão da natureza e a história do produtor, das atividades desenvolvidas e do conjunto documental produzido. Essa etapa constitui o eixo central da metodologia, permitindo a recomposição dos vínculos orgânicos e a estruturação preliminar de séries documentais.
- c) Digitalização para preservação e acesso: execução da digitalização de parte do acervo da Antiga Faculdade, considerando a fragilidade física dos suportes e o valor histórico dos documentos. A digitalização foi concebida não apenas como estratégia de preservação, mas, também, como meio de ampliação do acesso e suporte à gestão da informação digital. Essa ação foi possível através de um projeto de extensão ao longo do ano de 2025. Alunos do referido projeto atuaram na: preparação de documentos para a digitalização por meio da remoção de sujidades com trinchas, e de materiais metálicos como grampos; organização cronológica e/ou alfabética, no caso de fichas cadastrais; digitalização em dois equipamentos diferentes (Scanner Czur ET 25 para livros ata e formatos médios e Scanner AD380 Avisión para fichas e folhas avulsas); tratamento dos objetos digitais a partir da verificação da conformidade de padrões; aplicação de sinaléticas de uso interno do Arquivo Permanente.

- d) Observação técnica em instituições de referência: realização de visitas técnicas ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o objetivo de analisar, *in loco*, o uso do software AtoM (*Access to Memory*) em acervos arquivísticos. Essa etapa permitiu a observação de práticas institucionais consolidadas, subsidiando a avaliação de viabilidade e a definição de parâmetros para a implementação da plataforma no contexto universitário.
- e) Modelagem descritiva e inserção de metadados: elaboração de um modelo de descrição arquivística, desenvolvido pela arquivista responsável, orientando a inserção padronizada de metadados no AtoM, em consonância com normas de descrição, no caso, a NOBRADE. (FIGURA 1)

FIGURA 1 - Extrato de Modelo de descrição para Atom

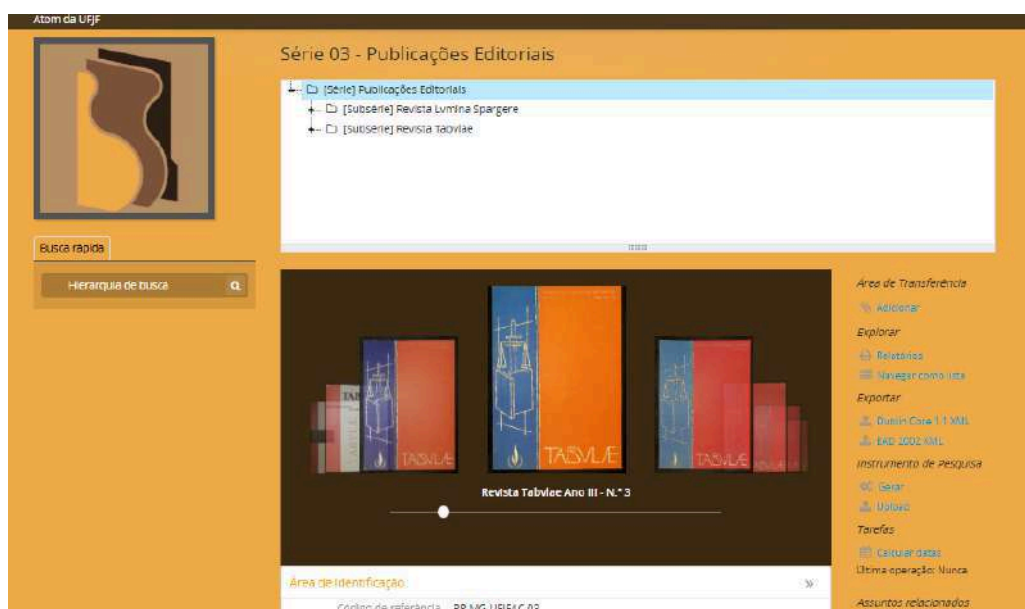
Modelo de Descrição - ATOM (Aba "Descrições Arquivísticas" ou campo adicionar)		
Área 1 - Área de identificação	1.1 Código de referência (Identificador)	Ex: Identifique com numeração simples dentro da série ou seção.
	1.2 Título	Ex: Descrição sucinta do assunto. <i>Fotografias Bacharelados 1981.2</i>
	1.3 Data(s)	Adicionar a data presente no documento, no caso de produção. Adicionar a data de início e de fim no caso de acumulação. Dentro do mesmo campo, pois os campos específicos serão preenchidos automaticamente.
	1.4 Nível de descrição	Item.
	1.5 Dimensão e suporte	Textual, papel, x páginas.

Captura de tela feito pela autora em 07/04/2026

- f) Descrição arquivística multinível em ambiente digital: aplicação da descrição de séries documentais no AtoM, adotando a estrutura multinível (fundo, séries, subséries, dossiês e itens), assegurando a manutenção das relações hierárquicas e contextuais entre os documentos.
- g) Testes de vinculação de representantes digitais: realização de testes de anexação de objetos digitais às descrições arquivísticas, com vistas à validação da funcionalidade do

- sistema e à garantia da correspondência entre documento original e seu representante digital.
- h) Arranjo piloto e validação estrutural: desenvolvimento de um arranjo piloto no ambiente do AtoM, com o objetivo de testar a organização das séries documentais e validar a aderência da estrutura proposta à lógica arquivística e às funcionalidades da plataforma.
 - i) Difusão e acesso inicial ao acervo: Publicação de uma série documental da Antiga Faculdade no AtoM da UFJF, configurando uma etapa inicial de difusão e acesso público ao acervo tratado. (FIGURA 2)

FIGURA 2 - Primeira série de nível de acesso público do AtoM/UFJF



Captura de tela feito pela autora em 07/04/2026

Análise e discussão dos resultados

Ao iniciarmos este trabalho nossas maiores preocupações eram a recomposição da organicidade do acervo da Antiga Faculdade, que eu se encontrava em situação de MDA, e a estruturação de um ambiente digital orientado à governança da informação arquivística.

Destacamos o início do desenvolvimento da aplicação da metodologia da identificação arquivística. Nos primeiros dias de contato com a documentação, parecia ser uma tarefa impossível estabelecer qualquer relação orgânica entre o que nos pareciam se tratar de fragmentos

de materiais dispersos orgânica e temporalmente. Atualmente, dispomos de um acervo estruturado, em fase de preparação para abertura a pesquisadores.

A digitalização de parte do acervo contribuiu para a mitigação de riscos devido à fragilidade física dos suportes, ao mesmo tempo em que ampliou as possibilidades de acesso e manuseio indireto dos documentos, em meio digital, desde que articulada a procedimentos técnicos e descritivos eficientes.

As visitas técnicas realizadas em instituições de referência forneceram subsídios para o uso do *software* AtoM, permitindo a compreensão de suas possibilidades dentro da nossa realidade. A observação de práticas consolidadas contribuiu para a definição de parâmetros institucionais mais seguros para nosso trabalho. Optamos por explorar o potencial de descrição multinível do programa, pelo alinhamento às normas, possibilitando a representação estruturada do acervo, assegurando a manutenção das relações hierárquicas. O ambiente digital então passou a refletir, ainda que de forma inicial, a lógica orgânica atribuída ao conjunto documental.

Ainda em fase inicial, os testes de vinculação de representantes digitais às descrições evidenciam a viabilidade técnica da integração entre documentos digitais e instrumentos de pesquisa, fortalecendo a relação entre preservação e acesso. Paralelamente, o desenvolvimento de um arranjo piloto no AtoM permitiu validar a organização proposta, ajustando a disposição das séries às especificidades do acervo.

Por fim, a publicação de uma série documental da Antiga Faculdade no AtoM-UFJF configura um primeiro resultado concreto no campo da difusão, ao tornar acessível parte do acervo tratado. Essa iniciativa evidencia o potencial da plataforma não apenas como instrumento de acesso, mas como ferramenta de transparência e *accountability* institucional.

De forma geral, os resultados indicam que a articulação entre análise tipológica, digitalização e descrição em ambiente digital contribui para a consolidação de práticas de governança de acervos digitais baseadas na credibilidade, rastreabilidade e transparência.

Considerações finais

Com o trabalho que vem sendo desenvolvido junto a este e outros acervos acadêmicos da UFJF, buscamos conscientizar gestores e a comunidade acadêmica de que o Arquivo é muito mais do que um depósito de documentos em desuso e passível de sofrer sinistros. Neste sentido, destacamos Souza (2018) vocacionando o “arquivo” não apenas como depósito físico, mas lugar institucional, jurídico e simbólico de memória, fomentando o valor social e ético.

Os resultados indicam que a identificação arquivística constitui um método eficaz para a recomposição da organicidade de MDA, mesmo em contextos de descontinuidade. Sua aplicação possibilitou a identificação de funções e a estruturação de séries. Por perspectivas futuras, indicamos o estabelecimento do método de identificação arquivística com aplicabilidade viável para outros acervos com situação de MDA.

A articulação entre procedimentos arquivísticos e tecnologias digitais foi estratégica, integrando preservação, descrição e acesso. A digitalização e o uso do AtoM contribuíram para a garantia da autenticidade e da integridade, ao assegurar rastreabilidade, padronização e transparência.

Os resultados, ainda parciais, demonstram a viabilidade da metodologia proposta e sua aplicabilidade em arquivos universitários. Defendemos a necessidade de continuidade das ações, com ampliação da descrição e da difusão do acervo.

Por fim, o estudo reforça que o uso orientado de tecnologias digitais fortalece a governança de acervos, ao alinhar acesso, preservação e responsabilidade informacional.

Referências bibliográficas:

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CASWELL, Michelle. PUNZALAN, Ricardo L. SANGWAND, T-Kay. **Critical Archival Studies: An Introduction**. In: Critical Archival Studies. Special issue, Journal of Critical Library and Information Studies 1, no.2 (2017). DOI: 10.24242/jclis.v1i2.50.

COOK, Terry. SCHWARTZ, Joan M. *Archives, Records, and Power*: From (Postmodern) Theory to (Archival) Performance. Archival Science 2: 171-185, 2002.

FAVORETO, Diovani. **Análise tipológica e diplomática de documentos da Igreja Católica**: proposta de elaboração de um manual arquivístico aplicado aos registros paroquiais. Dissertação.

Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais. FGV, 2023. Disponível em:
<<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/034c0b6e-5c8a-45bd-b798-4d464daa7f5f/content>> Acesso em: 05/01/2026

FLORES, Daniel. HEDLUND, Dhion Carlos. **Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria – RS.** Inf. Inf., Londrina, v. 19, n. 3, p. 86 - 106, set./dez. 2014a. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/14892/pdf_33> Acesso em: 06/04/2026.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. **A preservação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais.** Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária, Brasília, n. 3, fev. 2014b. Disponível em:
<<https://bibliotecadigital-web.iphan.gov.br/server/api/core/bitstreams/d3fcb23d-926f-4c39-8c09-b401e98530bd/content>> Acesso em: 08/04/2026.

MENEZES, Priscila Lopes. **A percepção dos gestores de arquivos universitários federais acerca da gestão de riscos.** Páginas a&b. S.3, nº 24 (2025) 67-86. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/v/378135>> Acesso em: 09/04/2026

RODRIGUES, A. C. **Identificação: uma Metodologia de Pesquisa para a Arquivística.** In: VALENTIM, M. L. P., ed. **Estudos avançados em Arquivologia** [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 197-215. Disponível em:
<https://books.scielo.org/id/znn37/pdf/valentim-9786559541294-11.pdf> Acesso em: 07/04/2026.

RODRIGUES, Ana Célia. VIANA, Claudio Muniz. **Documento de Arquitetura: Gênese e tratamento na perspectiva da tipologia documental.** Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, Extra 1. 2023. pg. 107-138. Disponível para download em:
<<https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/download/12364/9199>> Acesso em: 07/04/2026.

RODRÍGUEZ, Sonia Troitiño. **Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental.** Scire. 17:1 (en.-jun. 2011) 65-72. Disponível em:
<<https://brapci.inf.br/v/167821>> Acesso em: 06/04/2026.

ROUSSO, Henry. **O Arquivo ou o Indício de uma Falta.** Tradução de Dora Rocha. Estudos Históricos, 1996 - 17. P. 85-91.

SILVA, Deivson Sabadini Nascimento da. TOGNOLI, Natália Bolfarini. **O papel do AtoM na difusão de acervos de centros de memória de instituições públicas.** Ágora: Arquivologia

em debate, Florianópolis, v. 33, n. 67, p. 01-23, jul./dez. 2023. Disponível em:
<<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1153/1081>> Acesso em: 06/04/2026.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar**: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. Tese. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História Programa De Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2015. Disponível em:
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22122015-093801/publico/2015_MargarethDaSilva_VCorr.pdf> Acesso em: 05/01/2026.

SOUZA, Rosale de Mattos. **Transversalidades entre o arquivo e a custódia**: as mudanças de paradigmas na arquivologia. Acervo, rio de janeiro, v. 31, n. 3, p. 116-120, set./dez. 2018. Disponível em: < <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/952/987> > Acesso em: 05/01/2026.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **Por uma história da Diplomática**: dos diplomas ao documento digital. (p. 83-98) In: MARIZ, Anna Carla Almeida. RANGEL, Thayron Rodrigues. (org.) **Arquivologia**: temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro. FGV. 2020.

WIMMER, Mario. **The Present as Future Past**: Anonymous History of Historical Times. Storia della Storiografia, 68 · 2/2015. P. 165-183.

YEO, Geoffrey. **Debates em torno da descrição**. (135-169). In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (org.) **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução de Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

Digitalização, organização, descrição e disponibilização do acervo documental da polícia política mineira - COSEG

Antônio Henrique Boaventura Silva

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

antonioboaventura93@gmail.com

Ana Flávia Murad Santos

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

anaflaviaturadsantos@gmail.com

Guilherme Cardoso Caldeira

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

guilhermecaldeira000@gmail.com

Resumo: A *Coordenação Geral de Segurança* (COSEG-MG) foi um órgão de informação que atuou durante o período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Criada em 1970, sua função era produzir e difundir dados de interesse para a segurança interna, além de planejar e coordenar atividades conjuntas com as demais entidades envolvidas na repressão, sobretudo em Minas Gerais. A existência de seu acervo documental foi constatada durante a apuração, em CPI, do acervo do *Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais* (DOPS/MG). Nesse sentido, o projeto busca dar um tratamento adequado ao acervo, sendo orientado pelos professores Rodrigo Patto Sá Motta, Miriam Hermeto e Adalson de Oliveira Nascimento, além de financiado pela *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (FAPEMIG) com uma equipe de 4 bolsistas, acompanhados por mais 1 bolsista de iniciação científica financiado pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq). Como metodologia, tem-se a gestão documental de acervo permanente, com a digitalização e disponibilização promovida pelo *Arquivo Público Mineiro* (APM), e a descrição dos documentos, feita pelos 5 bolsistas do projeto. A indexação ocorre numa planilha coerente com um manual de preenchimento de dados da COSEG/MG, adequada à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADe) e à plataforma AtoM. O preenchimento das informações contempla diferentes dados, destacando-se a recuperação de nomes, âmbito e conteúdo das pastas. Essa metodologia é um aperfeiçoamento dos métodos de gestão do acervo documental do DOPS-MG, desenvolvidos de 2002 a 2007, sob a coordenação do professor Rodrigo P. Sá Motta. Enquanto objetivos gerais, o projeto visa continuar os trabalhos, inaugurados em 2017, de preservar e oferecer um tratamento técnico adequado ao acervo da COSEG, tornando possível sua abertura à consulta pública, o acesso do cidadão à informação, e a possibilidade de estudar a história da atuação da COSEG durante a Ditadura Militar. A nova edição do projeto, iniciada em Julho de 2024, já demonstrou resultados pertinentes, com a descrição detalhada de documentos, que compreendem mais de 165.800 imagens divididas em 89 rolos de microfilme, pelos bolsistas. Logo, a partir das atividades desenvolvidas, torna-se possível compreender mais detalhadamente a atuação da COSEG e suas funções, o que suscita uma série de questionamentos relevantes para as discussões historiográficas relacionadas à Ditadura Militar Brasileira.

Palavras-chave: Coordenação Geral de Segurança; Ditadura Militar Brasileira; Gestão documental; Acervo permanente.

Introdução

A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) foi um período marcado por uma forte repressão e vigilância na sociedade. Em prol do *status quo* do regime, era necessário prevenir, neutralizar e reprimir as manifestações antiditatoriais e os crimes contra a segurança nacional. Diante disso, a escolha em investir em serviços de Inteligência como estratégia de repressão aos considerados elementos subversivos - ou potencialmente subversivos - era imprescindível.

Nesse contexto, nasce em 30 de julho de 1970, a *Coordenação de Segurança Geral* (COSEG ou COSEG-MG), no âmbito da *Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais* (SESP/MG). Em um contexto agudo de perseguição ideológica-política, esse órgão de informação tinha como objetivo produzir e difundir dados de interesse para a segurança interna, bem como planejar e coordenar atividades conjuntas, integrando as demais entidades envolvidas na repressão, como o *Serviço Nacional de Informações* (SNI/ABH), o *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS/MG) e outras instituições de segurança (COSTA, 2021, p. 11-12).

Até o ano de 1975, a COSEG atuou mais como um projeto-piloto de um órgão de segurança, sem as diretrizes de um regulamento interno ou de uma estrutura formalmente arquitetada. Após um processo de reorganização, com padrões de conduta definidos e certo nível de especialização no tratamento de informações, tornou-se uma ferramenta útil para a segurança pública do estado de Minas Gerais. Na Resolução Reservada nº 01, de 17 de novembro de 1975, que dispunha sobre o Regimento Interno da *Coordenação Geral de Segurança* e que vigoraria pelo menos até o início da década de 1990, estavam os principais objetivos da instituição:

I) elaborar estudos, programas e projetos referentes às ações de segurança, observadas as diretrizes estabelecidas pelo secretário de Estado de Segurança Pública; II) planejar o emprego conjunto das polícias Militar e Civil em ações de segurança; III) orientar, coordenar e supervisionar atividades de informações e contra-informação das polícias Militar e Civil; IV) planejar, coordenar e supervisionar as atividades de Segurança Física de Estabelecimentos no Estado; V) produzir e difundir informações internas, de segurança interna e de segurança pública; VI) promover estudos para a fixação da política, da estratégia e da doutrina de segurança pública no Estado; VII) orientar a busca de informes segundo os Elementos Essenciais de Informação – EEI – estabelecidos pelo secretário de Estado da Segurança Pública e os constantes no Plano Nacional de Informações (COSTA, 2021, p. 79).

Reorganizada e em pleno funcionamento, as atividades do órgão eram administradas em 17 divisões, classificadas entre seções e subseções, entre elas o seu arquivo. De acordo com o delegado Ediraldo Brandão, atuante na instituição à época, a COSEG era responsável por realizar um levantamento dos “antagonismos”, isto é, todos os potenciais conflitos relacionados a assuntos considerados pertinentes aos interesses do secretário de segurança eram analisados e arquivados (COSTA, 2021, p. 36).

Diante disso, seu acervo reúne materiais referentes a organizações de esquerda, partidos políticos e suas dissidências, movimentos sociais, representações estudantil e de classe, como também dados sobre a política nas esferas municipal, estadual e federal. Ao mesmo tempo, também contempla registros de “crimes comuns”, como furto, homicídio e práticas de jogos de azar. (COSTA, 2021, p. 37).

Ao todo, são 815 rolos de microfilme, cerca de 18.000 microfichas e seis caixas de documentos textuais, datados entre 1971 e 2000. Esse material permaneceu desconhecido até a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no final dos anos 1990, quando sua existência foi revelada durante as investigações sobre o destino da documentação do DOPS/MG (CPI do DOPS).

Lento e burocrático foi o caminho percorrido até a abertura de suas pastas. Os documentos foram transferidos ao *Arquivo Público Mineiro* por meio do Decreto nº 46.143 apenas em 2013, medida efetivada no ano seguinte. A disputa pelo controle dessa documentação é reveladora, uma vez que as forças policiais se opuseram à abertura, argumentando que isso poderia causar prejuízos à corporação e às atividades investigativas em andamento (COSTA, 2021, p. 36).

Com a abertura dessa documentação, o *Laboratório de História do Tempo Presente* (LHTP) da *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG) identificou uma importante oportunidade para os estudos sobre a ditadura militar brasileira, possibilitando a criação deste projeto. Seu objetivo é promover o tratamento técnico adequado, de modo a disponibilizá-lo de forma organizada e sistematizada.

Como indica o título deste trabalho, buscamos digitalizar, organizar, descrever e disponibilizar o acervo documental da política política mineira. A edição do projeto, iniciada em Julho de 2024, conta com a participação de quatro bolsistas financiados pela *Fundação de Amparo à*

Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), além de um bolsista de iniciação científica financiado pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*.

O acervo COSEG e sua composição documental

Atualmente, o acervo da COSEG conta com 24 categorias de documentos espalhados pelos rolos e pastas já trabalhados. São estes: atestados; atos normativos; correspondências policiais, oficiais e pessoais; depoimentos; desenhos (caricaturas, charges, quadrinhos, cartoons); documentos pessoais, processuais e de organizações; fichas de identificação; fotografias; jornais; licenças; listas de nomes e objetos; livros; materiais cartográficos, de perícia e de propaganda; recortes de jornais; relatórios policiais; requisições e revistas.

Sabendo disso, pretende-se neste artigo destacar as espécies de documentos observados com mais frequência durante o processo de descrição e pontuar de quais formas elas se fazem presentes no acervo. Com isso, buscamos apresentar as possibilidades de pesquisa que o projeto oferece para a comunidade acadêmica.

Correspondências policiais, oficiais e pessoais

Durante o processo de descrição dos documentos pertencentes à *Coordenação Geral de Segurança*, foi observado a recorrência em que são encontradas correspondências trocadas por esse órgão, em especial as correspondências policiais, de tal maneira que elas estão presentes na grande maioria dos rolos descritos. Torna-se importante então compreender de que forma essas correspondências aparecem - tanto as policiais quanto as oficiais e pessoais - nas pastas documentais, porquê elas são tão presentes e como é possível identificá-las.

As correspondências policiais remontam os processos administrativos, jurídicos e informativos nos quais a COSEG está diretamente envolvida, sendo ela um dos sujeitos tratados no assunto do documento ou simplesmente o órgão comunicador da situação abordada por ele. Sendo assim, as correspondências policiais são aqueles documentos responsáveis por demonstrar como funcionava a comunicação dessa delegacia com seus pares - *Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)* e demais órgãos colaboradores como o *Sistema Nacional de Informações (SNI)*, *Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs)* e delegacias de outros municípios ou Estados - ou entre seus funcionários e detetives contratados.

Entre elas, observamos avisos, cartas entre delegados, detetives, chefes de departamentos e outras autoridades policiais, comunicados de serviços, ofícios, encaminhamento de dados de qualificação e antecedentes, radiogramas, telexes etc. Logo, elas podem ser analisadas para compreender como se dava o funcionamento interno da COSEG e quais os tipos de linguagem e metodologia eram utilizadas para tratar as questões de responsabilidade da polícia política em meio à Ditadura Militar Brasileira.

De forma geral, as correspondências policiais possuem em seu corpo (de cima para baixo) um carimbo de confidencialidade; o nome do órgão que emitiu a mensagem; o local e data de produção; o número do informe; o assunto; a origem do documento; para qual ou quais delegacias está sendo difundida; o indicativo de referência a outra correspondência ou anexo de imagens e demais documentos; e por fim a mensagem difundida que recorrentemente consiste em repasse ou pedidos de busca de dados de qualificação e antecedentes de pessoas investigadas.

Já as correspondências oficiais são trocas de mensagens entre o DOPS e instituições públicas ou privadas, desde bancos e associações a ministérios, prefeituras e secretarias. Enquanto isso, as correspondências pessoais apresentam variados formatos, bilhetes, cartões e denúncias por exemplo, e não necessariamente têm como destinatário uma instituição policial, haja visto que muitas delas são relativas à vida privada e fazem parte de um processo investigativo. Sendo assim, as correspondências oficiais e pessoais não apresentam uma base própria que se repete nos ofícios policiais, já que essas duas dependem da pessoa física ou jurídica que escreve a mensagem.

Atestados e Requisições

Como abordado anteriormente, as correspondências policiais são espécies documentais muito presentes no acervo da COSEG e que concentram uma gama variada de assuntos, entre eles os pedidos de busca e repasses de dados envolvendo antecedentes políticos-sociais e criminais. Grande parte dessas correspondências envolvem envios ou solicitações de atestados relativos a civis e militares, sendo assim, nota-se que os atestados também são compartilhados frequentemente pelas delegacias, principalmente devido à quantidade de documentações relativas a processos investigativos ofertadas pelo acervo.

Os atestados encontrados e descritos na COSEG incluem atestados políticos-sociais, atestados de boa conduta, bons antecedentes e de serviços prestados, sendo que os dois

primeiros são os mais comuns. Tais atestados podem ser dispostos em formato de certidões que respondem a solicitações de algum ofício em curso e apresentam os dados e os antecedentes de indivíduos em texto corrido e datilografado por um escrivão.

Já os atestados de boa conduta seguem modelos particulares que dependem do órgão e do município que os emitem. No entanto, os dados contidos nessas espécies costumam ser as mesmas, sendo elas nome, nacionalidade, idade, profissão, estado civil, naturalidade, filiação, endereço de residência, assinatura e carimbo do responsável pela informação, podendo constar com uma fotografia do requerente ou não.

Essas espécies documentais muitas vezes aparecem juntamente com requisições de antecedentes feitas por civis ao *Departamento de Ordem Política e Social* principalmente com o intuito de aplicação a vagas de emprego, cargos políticos ou até validação de passaporte, o que evidencia a necessidade de um histórico favorável ao contexto ditatorial para acessar determinados setores da sociedade brasileira a partir de 1964. A partir desse tipo de requisição - que se enquadra como outro tipo de espécie documental presente no acervo da COSEG - se iniciavam processos investigativos dentro da delegacia, haja visto que ao recuperar o histórico político, social e criminal do requerente para que um possível atestado de bons antecedentes fosse emitido, alguns inquéritos policiais ou atividades consideradas suspeitas eram revisitados.

De forma menos recorrente, são observadas ainda algumas requisições para licença de porte de armas também ao DOPS e seguindo o mesmo padrão das requisições de atestado. Nesse caso, além dos dados pessoais do requerente, o departamento solicita uma justificativa e as características da arma. Para que licenças desse tipo sejam emitidas, a delegacia também recupera os atestados de antecedentes do solicitante, especialmente quando são civis.

Materiais de propaganda

Os materiais de propaganda também são encontrados com frequência nas imagens dos rolos de microfilmes analisados. Trata-se de documentos externos ao órgão de segurança, uma vez que esses materiais eram recolhidos pelos agentes nas ruas e submetidos à análise. Diante disso, é importante compreender como um material de propaganda é identificado e qual é o seu contexto de produção.

De acordo com o Manual de Indexação do Subfundo Coordenação Geral de Segurança (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 2024), os materiais de propaganda englobam dois grandes grupos documentais: O primeiro abarca os folhetos, publicações de conteúdo informativo e/ou explicativo, não periódicas, compostas por poucas folhas, com capa de papel brochura e número de páginas variável. O segundo grupo circunscreve os panfletos, pequenos escritos de conteúdo informativo, propagandístico ou satírico/polêmico, que geralmente possuem apenas uma página.

Esses folhetos e panfletos podem ou não apresentar autoria identificada, o que também reflete o panorama de censura vigente à época. As temáticas desses materiais são múltiplas e envolvem desde panfletos de movimentos estudantis manifestando oposição ao regime repressivo e de sindicatos e grêmios reivindicando melhores condições de trabalho até folhetos de cunho religioso. Portanto, é interessante notar quais temáticas os agentes de segurança consideravam relevantes - ou não - para sua vigilância.

Recortes de jornais

Dentre as categorias documentais identificadas no acervo do Subfundo COSEG-MG, fazemos destaque também para os recortes de diferentes jornais brasileiros. Sua presença foi considerável no decorrer dos rolos trabalhados pela equipe do projeto.

Em relação à descrição, os recortes de jornais correspondem às partes de uma edição publicada pelo setor de imprensa brasileiro. Dentre os tipos de recortes, já foram registrados desde reportagens, manchetes, artigos autorais publicados em jornal, e até informações de diários oficiais. Porém, destacamos o maior contato da equipe do projeto com recortes de reportagens jornalísticas selecionados de edições da chamada “Grande Imprensa” - *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* - como também jornais regionais do estado de Minas Gerais - *Estado de Minas*, *Jornal de Minas*, *Diário da Tarde*, *Diário de Minas*.

De forma detalhada, os recortes de jornais eram colados em uma folha-modelo da Coordenação de Informações (divisão da COSEG/MG) para verificação. Nela, é escrito o nome do jornal com a datação de sua edição correspondente. Em certos recortes, há também a marcação de nomes ou assuntos presentes, como parte da atividade de verificação e recuperação de informações pela COSEG-MG na parte selecionada.

Quanto às temáticas referenciadas nos recortes de jornais, há uma variedade de assuntos, de acordo com a documentação de cada rolo de microfilme do subfundo. Entretanto, constatamos a presença de recortes de jornais em pastas com investigações sobre atividades consideradas subversivas pela polícia política mineira, as quais foram transmitidas pela imprensa. Nesse sentido, os recortes de jornais são ora anexados a outras documentações, ora separados conjuntamente em uma única espécie documental.

Relatórios Policiais

Os relatórios policiais são outra espécie documental muito recorrente nas pastas digitalizadas do arquivo. É interessante destacar que nem todos os documentos possuem algum elemento identificador que os nomeie como “relatório policial”. Portanto, sua identificação requer uma leitura atenta e pesquisa cuidadosa de cada documento.

Os relatórios são um bom exemplo disso, pois nem sempre apresentam título ou outro marcador que permitam sua pronta identificação. Em grande parte, tratam-se de relatórios de investigação, comunicações de investigadores, comunicações de diligências e relatórios de participação em congressos ou reuniões. Em suma, são documentos que relatam atos, eventos, investigações entre outros acontecimentos.

Os relatórios da *Coordenação Geral de Segurança* (COSEG-MG) estão circunscritos às vivências de agentes que reportavam aos superiores do órgão informações importantes consideradas importantes sobre determinados acontecimentos. Entre eles, podem ser citados eventos de lançamento de revistas consideradas subversivas, congressos estaduais ou nacionais de determinadas categorias profissionais e até mesmo movimentos religiosos classificados como suspeitos.

Esses documentos são extremamente descritivos e ricos em detalhes, registrando falas, decisões, cada fala, decisões e demais informações captadas pelos agentes de campo. Nesse sentido, os relatórios corroboram a percepção de controle e vigilância já mencionada, uma vez que incidiam sobre a investigação de qualquer indício de oposição ao regime ditatorial.

Perspectivas e considerações

A partir das atividades desenvolvidas no projeto - incluindo a descrição de mais de 170 mil imagens documentais, distribuídas em mais de 80 rolos de microfilme -, destacamos a existência de um rico acervo documental. E assim, colocamos em perspectiva o uso de seu conjunto documental para a construção de novos objetos de estudo no exercício dos historiadores.

Em sua dissertação de mestrado, Milene Costa destaca a persistência de uma carência de estudos históricos que tratam da atividade dos serviços de informações referentes aos “setores de segurança pública estaduais” (COSTA. 2021. p.37). Em concordância a tal contextualização - somado aos frutos obtidos pela pesquisa inovadora de Costa - ressaltamos o acervo COSEG como um acréscimo pertinente para os historiadores, pois o seu conteúdo permite induzir ao pesquisador, primeiramente, uma reflexão sobre o funcionamento cotidiano da *Coordenação Geral de Segurança*, além de suas múltiplas funções enquanto membro de uma “comunidade regional” de informações (COSTA. 2021. p 33), durante a Ditadura Militar Brasileira. Destacamos, então, a pertinência de subséries descritas no decorrer do projeto.

A começar pela subsérie “Pastas de Municípios”, identificamos a composição de documentos que abordam a política de segurança pública em diversos municípios do estado de Minas Gerais, o que torna suscetível para pesquisas sobre a vigilância e atuação detalhada dos órgãos de segurança em escala local. Em relação à subsérie “Entidades Particulares”, torna-se aberta a discussão, a partir de sua documentação, a respeito da lógica em torno da troca de informações dos serviços de inteligência com os setores empresariais, públicos e privados.

Já a respeito da subsérie “Greves Diversas”, há uma tendência para a apuração dos órgãos de segurança em relação a greves de diferentes categorias profissionais, além das organizações envolvidas nestes eventos, como sindicatos, associações e federações. No caso da subsérie “Órgãos de Segurança”, tem-se destaque para as trocas sigilosas de dados periódicos entre os órgãos de informação, com destaque para a inteligência das *Forças Armadas*, a respeito de eventos de matriz política, econômica, psicossocial e subversivos, ligados à administração pública. Por fim, a subsérie “Comunicação Social” já possibilita discutir a respeito da vigilância da COSEG aos órgãos de imprensa, através da verificação de jornais - incluída a chamada “Grande Imprensa” e as publicações regionais dentro do Estado de Minas Gerais.

Ainda que de maneira breve, nota-se nas subséries a presença de diferentes temáticas, das quais enriquecem, a nosso ver, as possibilidades para futuras pesquisas históricas. Nesse sentido, deixamos também em questão sobre a o nível de articulação institucional entre os órgãos de segurança pública, especialmente aqueles localizados no interior do estado de Minas Gerais, considerando o expressivo volume de documentação remetida por essas instâncias à *Coordenação Geral de Segurança*. E à medida em que se aprofundam as consultas entre as subséries do acervo, não se deixa de impressionar pela quantidade de informações difundidas entre as espécies documentais, condicionada pela variedade de seus assuntos temáticos.

Assim, concluímos ao demonstrar que a gestão documental do acervo permanente COSEG contribui significativamente para o fortalecimento de uma memória coletiva sobre um período de grande relevância na história recente do Brasil - de maneira a não só disponibilizar o seu acesso à população, como também contribuir para o direito à informação ligada a um passado presente.

Referências bibliográficas:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Manual de indexação do Subfundo Coordenação Geral de Segurança**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Arquivo Público Mineiro, 2024.

COSTA, Milene Lopes Frade da. **Segurança pública - segurança nacional: o serviço de informações da SESP/MG (COSEG - 1970-1990)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2021.

Entre arquivos e memória: A gestão documental na Faculdade de Serviço Social da UFJF

Priscila de Oliveira Dias do Couto

Arquivista UFJF

priscila.dias@ufjf.br

Cristhiane do Carmo Brothis

Graduanda Serviço Social UFJF

Cristhiane.brottis@estudante.ufjf.br

Mariana Moreira do Bem Brandão

Mestranda em História UFJF

bem.mariana@estudante.ufjf.br

Ana Luiza Meirelles Janiques Paes

Graduanda em História UFJF

paes.ana@estudante.ufjf.br

Resumo: Arquivos constituem instrumentos fundamentais de cidadania, acesso à informação e preservação da memória social, sobretudo em contextos de crise e de disputas em torno das narrativas históricas. Nesse sentido, o presente trabalho discute a importância da gestão e da análise documental na produção do conhecimento histórico, a partir do acervo da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), considerando também a existência, no âmbito institucional, de um centro de memória e documentação que evidencia a relevância da preservação desses materiais. A pesquisa se desenvolve no contexto de um projeto de treinamento profissional, a partir da experiência direta de análise e organização documental no acervo da Faculdade de Serviço Social da UFJF, mobilizando instrumentos da arquivologia, como o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD). No processo de contato com os documentos, especialmente atas, relatórios, correspondências e registros curriculares, foi possível identificar materiais dotados de valor secundário, cuja preservação permite compreender processos históricos mais amplos. A investigação evidencia que as transformações observadas na formação, no perfil discente e nas estruturas curriculares do curso de Serviço Social estão diretamente articuladas ao contexto histórico brasileiro, sendo interessante dar atenção no período de crise do regime militar e de transição para a redemocratização. A análise dos documentos permite visualizar essas mudanças de forma concreta, revelando a relação entre as transformações da profissão e o processo histórico mais amplo. Nesse cenário, a universidade se configura como espaço de tensionamento e produção crítica, em diálogo com as mudanças teórico-metodológicas do Serviço Social, destacando-se o processo de renovação da profissão, conforme analisado por José Paulo Netto, especialmente no que se refere à perspectiva da intenção de ruptura e suas bases sociopolíticas. Desse modo, compreende-se que o trabalho arquivístico, aliado a um olhar sensível e historicamente orientado, possibilita não apenas a organização e preservação dos documentos, mas também a construção de interpretações críticas sobre a relação entre universidade, profissão e sociedade. Assim, os arquivos afirmam-se como espaços de memória e resistência, fundamentais para a compreensão das transformações históricas e para a preservação do patrimônio institucional.

Palavras-chave: Gestão documental; Memória institucional; Renovação do serviço social; Redemocratização.

A Gestão Documental na Faculdade de Serviço Social da UFJF

Os Arquivos constituem instrumentos essenciais para o exercício da cidadania, o acesso à informação e a preservação da memória social. O arquivo da Faculdade de Serviço Social (FSS) reúne registros importantes que refletem tanto a produção intelectual quanto a história institucional da faculdade, inclusive antes mesmo de ser incorporada à *Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)*. No acervo podem ser identificados dois conjuntos documentais distintos: os documentos referentes à antiga Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, e os documentos produzidos e recebidos pela FSS/UFJF após o processo de incorporação.

A Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora foi instituída e oficialmente aprovada pelo Decreto nº 43.566, em 21 de abril de 1958. Inicialmente, operou como uma entidade estritamente privada até o ano de 1968. Em 12 de março de 1969, foi agregada à *Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)*, sendo definitivamente incorporada em 11 de novembro de 1974, conforme estabelecido pela Lei nº 6.139/74.

Na teoria arquivística, o conjunto documental da antiga Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora é identificado como um fundo fechado, pois não ocorre mais a produção de novos documentos por essa instituição. Segundo o *Arquivo Nacional* (2005, p.96), denomina-se “fundo fechado o fundo de arquivo que não recebe acréscimos de documentos em razão de a entidade produtora ter sido extinta ou ter sofrido alterações estruturais que implicaram a cessação de suas atividades.” Após a federalização, a antiga faculdade deixou de existir enquanto entidade autônoma, transformando os documentos gerados em um conjunto documental delimitado que serve como um valioso registro histórico das origens do curso quanto da instituição.

O fundo arquivístico fechado apresenta um ciclo completo, com início, desenvolvimento e fim. Por se tratar de um fundo que possui valor histórico permanente, as atividades prioritárias concentram-se na identificação, organização, descrição e disseminação dos documentos. Considerando o contexto em que foram produzidos e sua relação orgânica, os documentos podem ser analisados, identificados e descritos com o objetivo de serem usados futuramente como fontes para pesquisa e informação. Além disso, busca-se ampliar as possibilidades de acesso a esses registros por pesquisadores e demais interessados.

Por outro lado, os documentos produzidos a partir da incorporação à universidade passaram a compor um fundo aberto, que continua em expansão devido à continuidade das atividades acadêmicas e administrativas. Para esse conjunto documental, torna-se necessária a aplicação de procedimentos de gestão documental e avaliação arquivística.

De acordo com a Lei nº 8.159/1991, “considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991, art. 3º). Nesse sentido, a gestão documental desempenha um papel importante na FSS, sendo essencial para o levantamento, tratamento e preservação das informações produzidas ao longo de sua história institucional.

A gestão de documentos é organizada operacionalmente em três etapas principais: produção, tramitação e uso, avaliação e destinação. Essas etapas podem ser compreendidas da seguinte forma:

1. Produção: corresponde ao momento de criação do documento. Nesta etapa, busca-se a padronização modelos de formulários, atas e relatórios, e além de limitar a produção de cópias desnecessárias, favorecendo a eficiência;
2. Tramitação e uso: abrange a definição do fluxo de documentos durante a sua utilização no cumprimento de funções administrativas. Esse processo envolve a implementação de métodos e protocolos que garantam o fácil acesso aos documentos quando necessário.
3. Avaliação e Destinação: consiste na análise dos documentos acumulados com o objetivo de definir quanto tempo o documento deve ser guardado e sua destinação final. Essa destinação, poderá ser a eliminação segura ou o arquivamento permanente. Nesse processo, utiliza-se a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD), um instrumento essencial para auxiliar na tomada de decisões adequadas.

Diante do cenário encontrado na FSS, caracterizado pela existência de um expressivo volume documental, pode-se considerar a presença de uma Massa Documental Acumulada (MDA), entendida como o conjunto de documentos produzidos e acumulados sem tratamento arquivístico adequado. Nessa circunstância, a implementação de uma gestão documental eficiente torna-se necessária.

Nesse contexto, visando à identificação de documentos de valor histórico, foram utilizados os instrumentos de gestão documental: o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD). Esses instrumentos se mostraram essenciais para a análise, classificação e destinação dos documentos. O PCD permite agrupar e codificar os documentos de acordo com suas funções e subfunções da instituição, enquanto a TTDD estabelece os prazos de guarda dos documentos, nas fases corrente e intermediária, além de determinar sua destinação final. Sem uma avaliação sistemática baseada nesses instrumentos, existe o risco de perda de documentos e informações devido a práticas inadequadas na gestão e descartes documental.

A destinação final definida pela TTDD é fundamental para identificar os documentos que possuem o valor secundário. Determinados tipos documentais, como atas, relatórios e ementas curriculares são inicialmente produzidos para atender as demandas administrativas imediatas, caracterizando seu valor primário. No entanto, após cumprirem essas funções iniciais, esses documentos adquirem uma nova importância ao se tornarem fontes significativas de pesquisas e informações. Eles se transformam em registros essenciais para compreender a trajetória institucional e os processos históricos. Segundo Schellenberg (2006, p.58), “o valor secundário baseia-se na utilidade que os documentos possuem para outros fins que não aqueles para os quais foram criados originalmente, transformando-se em fontes de pesquisa para a história.

Com base na metodologia aplicada ao conjunto documental da Faculdade de Serviço Social, utilizando, foram utilizados os instrumentos de gestão de documentos (PCD/TTDD) como critérios de seleção para organização, análise e identificação dos registros documentais. Essa abordagem possibilitou o reconhecimento de dois principais conjuntos documentais: o primeiro abrange o período anterior à incorporação da faculdade a UFJF, em 1958; já o segundo é composto por documentos produzidos após a integração e segue até os dias atuais. Durante a análise, foram examinados documentos como correspondências encadernadas, dossiês de alunos, processos sobre assuntos diversos, relatórios, entre outros. A aplicação dos instrumentos de gestão viabilizou a identificação, dentro desse acervo, de registros com valor histórico secundário. Esses documentos apresentam eventos relacionados às transformações no curso de Serviço Social, sobretudo em contextos históricos importantes, como a crise durante o período do regime militar e o processo de redemocratização.

Programa de Treinamento Profissional: projeto-piloto Guia de Fontes

Para priorizar a identificação de fontes históricas no acervo da FSS, tornou-se necessário desenvolver um trabalho alinhado ao Programa de Treinamento Profissional, levando em conta as demandas do trabalho de gestão documental. O objetivo principal do projeto-piloto Guia de Fontes, é identificar e mapear as fontes históricas que constituem a memória institucional da FSS.

O projeto Guia de Fontes é uma iniciativa cujo principal objetivo é reunir informações sobre os documentos históricos das faculdades que deram origem à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), buscando preservar e valorizar a memória institucional. De acordo com o Arquivo Nacional (2005, p. 98) “Guia é o instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções conservados em um ou mais arquivos, sua história, organização, abrangência e condições de acesso.” E a proposta de um Guia de Fontes para a FSS tem por objetivo preservar a memória institucional da faculdade, reforçar a identidade acadêmica e aprofundar o conhecimento sobre a evolução do curso e da profissão de assistente social no âmbito regional e nacional. O Guia de Fontes permite organizar, sistematizar e mapear os documentos, registros e informações históricas, garantindo que a memória da FSS seja preservada e viabilizando o acesso público para os pesquisadores e pessoas interessadas.

O Guia de fontes constituirá um instrumento de mediação entre os pesquisadores e o acervo documental da Faculdade. Assim, a organicidade dos documentos administrativos a partir da gestão documental, se configura em um importante patrimônio histórico da faculdade, proporcionando uma valiosa fonte de informação e pesquisa. A análise de atas, relatórios, correspondências e registros curriculares permitiu identificar documentos de valor secundário, cuja preservação possibilita a compreensão de processos históricos mais amplos relacionados à trajetória institucional da FSS e às transformações do Serviço Social no contexto regional e estadual. No processo de contato com os documentos, especialmente atas, relatórios, correspondências e registros curriculares, foi possível identificar materiais dotados de valor secundário, cuja preservação permite compreender processos históricos mais amplos Segundo Bellotto (2004), os arquivos permanentes preservam documentos de valor secundário que, além de comprovarem direitos e atividades institucionais, constituem fontes para pesquisa histórica e para a produção do conhecimento sobre a sociedade.

Assim, o desenvolvimento prático das atividades arquivísticas, em articulação com o projeto de treinamento profissional no arquivo da FSS, proporcionou uma compreensão mais

aprofundada das tipologias documentais presente no acervo, tornando evidente que não se tratam de documentos isolados, mas que se relacionam, são documentos essencialmente orgânicos, uma vez que estão ligados às atividades administrativas e acadêmicas da faculdade e, ao mesmo tempo, contribuem para a compreensão histórica.

A Experiência no Centro de Documentação e Memória

O Centro de Documentação e Memória (CDM), da *Universidade Federal de Juiz de Fora*, foi criado em 2024, com o propósito de preservar a história e a memória do Serviço Social. E constitui-se como um espaço de investigação e análise sobre o passado e o presente da profissão, suas transformações, disputas e as múltiplas narrativas que atravessam a construção da identidade do assistente social. É um espaço que se preocupa com a memória da Faculdade de Serviço Social, e com os caminhos futuros da formação e da atuação profissional do assistente social. E em um horizonte prospectivo, fartará pesquisadores e pesquisadoras que se dedicarem ao estudo das fontes do CDM.

O Centro de Documentação e Memória surgiu do resultado do trabalho coletivo de pesquisadoras da Faculdade de Serviço Social (FSS), vinculados ao Grupo de Pesquisa “Serviço Social Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, que se dedica ao estudo dos fundamentos do Serviço Social no Brasil, na América Latina e na Europa. A mobilização leva o nome das professoras: Alexandra Eiers; Ana Luiza Avelar Oliveira; Carina Berta Moljo; Claudia Monica dos Santos; Maria Lúcia Duriguetto. A iniciativa surgiu em 2022, durante os estudos do grupo houve a constatação da escassez de documentação referente ao período histórico. As preocupações referentes à história e memória do curso de Serviço Social, bem como do recebimento de propostas de doação de arquivos pessoais por parte de professores e assistentes sociais aposentados incentivaram a construção de uma espaço de guarda e memória. Soma-se a essa preocupação a vontade de estudar e entender a luta as lutas sociais, em períodos de crise política, que foram marcadas pela presença dos assistentes sociais e que geraram diferentes impactos na formação acadêmica e profissional do Serviço Social.

Um espaço de guarda e de preservação documental é, também, um lugar de memória, assumindo uma responsabilidade social e política, por isso o CDM foi e vem se desenvolvendo como um lugar de intencionalidade. Isso reflete, a sua pretensão de ser acessível para todos e de ser reconhecido como um lugar de pesquisa. Que pretende estudar: Os processos históricos de

surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais, das lutas sociais e das disputas que marcam o Serviço Social, e o atravessamento da faculdade durante os anos ditatoriais brasileiros, dando devida ênfase aos processos de organização e mobilização popular. No entanto, é preciso destacar que é um espaço que se inicia em 2024 e tem sua manutenção sendo trabalhada, mas ainda não entrou em vigência, sendo um projeto inicial e em construção.

A experiência rotineira em arquivos provoca reflexões em torno dos conceitos de memória, história e verdade. Tais reflexões sobre os sentidos atribuídos aos arquivos acentuam-se em densidade ao estender a reflexão à algumas mudanças no campo historiográfico e institucional que impactam a prática no CDM. A atuação do historiador em espaços arquivísticos pode e deve ser aprofundada, especialmente no que se refere à gestão documental, à classificação, à avaliação e à descrição técnica dos acervos, condição necessária para evitar leituras distorcidas que desconsiderem a procedência e a lógica interna dos arquivos. Nessa perspectiva, cabe ao historiador exercer a crítica interna e externa dos documentos, interrogando suas condições de produção, suas intencionalidades e seus limites. E também, cabe atribuir os louros de ter o Arquivo Central, da Universidade Federal de Juiz de Fora, com arquivistas auxiliando as pretensões de um centro documental, como foi o trabalho feito por Andreia de Freitas Rodrigues.

O Centro de Documentação e Memória é marcado pela intencionalidade, não é um espaço passivo, é um espaço de produção do conhecimento e de insurgência de lutas sociais e compromisso político. Adota uma postura arquivística comprometida, rejeita a neutralidade e posiciona-se em defesa de uma memória sensível às ausências, às vozes silenciadas e às múltiplas camadas da experiência universitária. Junto a comunidade acadêmica busca assumir um papel dinâmico e propositivo, fortalece-se como espaço de mediação entre passado, presente e futuro, reafirmando o compromisso da universidade pública com a democratização do saber, a transformação social e a construção de um país mais justo e consciente de sua própria história.

A interdisciplinaridade entre História e Serviço Social representou um eixo central na construção do presente trabalho. A interação entre diferentes campos do conhecimento ampliou as possibilidades de leitura sobre a função das fontes e do acervo acessado, aprofundou a compreensão sobre o papel político e social dos arquivos. Enquanto os estudantes de História traziam contribuições voltadas à análise das narrativas e à organização arquivística, os de Serviço Social acrescentam perspectivas enraizadas nos movimentos sociais e na atuação profissional

voltada ao enfrentamento das desigualdades sociais. Essa convergência fortalece a proposta de futuro que pretende-se para o CDM, como um espaço de diálogo, capaz de articular saberes diversos e de se constituir como referência para a pesquisa crítica e para a ação transformadora.

O Arquivo e a História do Serviço Social

A preservação documental constitui um importante instrumento para a construção da memória institucional e profissional. No campo do Serviço Social, os arquivos históricos permitem compreender não apenas a trajetória das instituições de ensino, mas também as transformações teóricas, metodológicas e políticas que marcaram a profissão ao longo do tempo. A documentação referente à Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora revela aspectos fundamentais da formação profissional em um período marcado por profundas mudanças econômicas, sociais e políticas na sociedade brasileira.

A constituição do Serviço Social no Brasil esteve diretamente relacionada ao processo de urbanização e industrialização intensificado a partir das primeiras décadas do século XX. Conforme discutem Iamamoto e Carvalho (2014), a profissão surge vinculada às necessidades de enfrentamento das expressões da questão social produzidas pelo desenvolvimento capitalista, assumindo inicialmente forte influência da Igreja Católica e das práticas assistenciais tradicionais.

A análise dos documentos institucionais da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora permite compreender as transformações ocorridas na formação profissional entre o currículo de 1958 e o currículo de 1974, após a incorporação à Universidade Federal de Juiz de Fora. Os documentos demonstram que a formação profissional acompanhou as mudanças históricas vivenciadas pela sociedade brasileira e pelo próprio Serviço Social.

O currículo de 1958 revela uma formação profundamente vinculada às origens conservadoras da profissão. A presença de disciplinas como Cultura Religiosa, Ética Geral, Higiene e Medicina Social, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Organização Social da Comunidade demonstra a influência da Igreja Católica e das concepções tradicionais que orientavam a profissão naquele período. A vinculação da instituição ao Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado evidencia esse contexto histórico.

Os campos de estágio presentes na documentação também reforçam essa característica. Os estudantes desenvolviam atividades em instituições assistenciais, filantrópicas e confessionais,

demonstrando uma formação voltada para a intervenção direta sobre as expressões imediatas da questão social. Essa organização curricular encontrava-se articulada ao projeto profissional predominante naquele momento histórico. Em contrapartida, o currículo de 1974 apresenta mudanças significativas. A incorporação da Faculdade à Universidade Federal de Juiz de Fora possibilitou maior aproximação com a produção acadêmica e com as Ciências Humanas e Sociais. Disciplinas como Sociologia, Filosofia Social, Antropologia Cultural, Introdução à Economia, Política Social, História Econômica, Política e Social e Metodologia e Técnica de Pesquisa ampliaram a base teórica da formação profissional.

A ampliação desses conteúdos demonstra uma preocupação crescente com a compreensão crítica da realidade social. A presença da pesquisa e das ciências sociais no currículo evidencia um movimento de renovação da formação profissional, aproximando o Serviço Social dos debates acadêmicos que se fortaleceram no ambiente universitário brasileiro. Entretanto, tais transformações ocorreram durante a ditadura civil-militar instaurada em 1964. Conforme analisa Netto (2011), esse período foi marcado por um processo de modernização conservadora, caracterizado pela expansão das políticas sociais e do aparato estatal ao mesmo tempo em que eram restringidas as liberdades políticas e os movimentos sociais. Essas contradições repercutiram diretamente na profissão.

O crescimento das políticas públicas exigiu profissionais mais qualificados tecnicamente, favorecendo mudanças curriculares e ampliando os espaços de atuação dos assistentes sociais. Ao mesmo tempo, surgiram questionamentos em relação às bases conservadoras da profissão, impulsionando o chamado Movimento de Renovação do Serviço Social. A análise do currículo de 1974 permite identificar elementos associados a esse processo de renovação. A valorização da pesquisa, das Ciências Sociais e da análise da realidade brasileira demonstra uma tentativa de superar os limites da formação tradicional. Contudo, também permanecem elementos conservadores, como a manutenção dos métodos clássicos de Caso, Grupo e Comunidade e de conteúdos relacionados à formação religiosa.

Nesse sentido, o currículo de 1974 representa um momento de transição na história da profissão. Embora ainda não corresponda plenamente à Intenção de Ruptura, apresenta elementos que contribuíram para a construção de perspectivas críticas que se fortaleceriam nos anos seguintes. Conforme Netto (2011), a Intenção de Ruptura constituiu a vertente mais crítica

do Movimento de Renovação, buscando romper com os fundamentos conservadores do Serviço Social e aproximar a profissão de análises críticas da sociedade brasileira.

A comparação entre os currículos evidencia, portanto, não apenas mudanças institucionais decorrentes da incorporação à UFJF, mas também transformações relacionadas ao desenvolvimento histórico do Serviço Social brasileiro. Os documentos analisados demonstram como a formação profissional acompanhou as mudanças sociais, políticas e econômicas vivenciadas pelo país.

Conclui-se que a análise dos currículos da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora possibilita compreender não apenas as transformações ocorridas na formação profissional ao longo das décadas, mas também as profundas relações existentes entre a trajetória do Serviço Social e o processo histórico brasileiro. As mudanças identificadas entre os currículos de 1958 e 1974 evidenciam que a formação profissional não se desenvolve de forma isolada, mas acompanha as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais vivenciadas pela sociedade em cada período histórico. Entende-se que, a incorporação da Faculdade à Universidade Federal de Juiz de Fora, as alterações curriculares observadas e a ampliação da presença das Ciências Humanas e Sociais na formação expressam movimentos que dialogam diretamente com as mudanças ocorridas no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970. O contexto da ditadura civil-militar influenciou significativamente os rumos da profissão e contribuiu para o desenvolvimento do Movimento de Renovação do Serviço Social.

A relevância da preservação da documentação histórica da Faculdade de Serviço Social como patrimônio institucional, acadêmico e profissional. Os documentos preservados constituem fontes fundamentais para a produção do conhecimento, permitindo a realização de pesquisas capazes de reconstruir a trajetória da formação profissional, compreender os processos de renovação do Serviço Social e analisar suas relações com os diferentes contextos históricos brasileiros. A preservação desses acervos garante não apenas a manutenção da memória institucional, mas também a possibilidade de aprofundar estudos sobre a história da profissão e suas conexões com a história social, política e econômica do Brasil.

Repressão e resistência: tensões políticas no espaço universitário

Em contextos políticos de crise, sobretudo após períodos de censura e privação de direitos como no período da Ditadura Militar, os arquivos se revelam instrumentos fundamentais para a garantia de acesso à informação. A análise do fundo arquivístico da Faculdade de Serviço Social revela tensões e intervenções políticas e a resistência à opressão imposta no espaço universitário. Levando em conta a relevância da universidade e de seus acervos setoriais para analisar o cenário de crise e opressão política vivenciado a partir de 1964, buscamos contextualizar historicamente a fundação e desenvolvimento da formação em Serviço Social na cidade a partir da seleção e análise de alguns documentos arquivísticos, e apresentar os projetos de gestão e difusão dos acervos da FSS desenvolvidos pela Faculdade de Serviço Social e pelo Arquivo Central da UFJF: o Centro de Memória e Documentação e o projeto piloto Guia de Fontes.

A fundação de cursos de Serviço Social no Brasil, a partir da década de 1930, se origina a partir de grupos religiosos da Igreja Católica, através de um movimento de reação católica a perda da influência no meio social, disseminando o pensamento social da Igreja e qualificando os religiosos das classes dominantes para as missões de apostolado social junto às classes operárias. Em Juiz de Fora, o cenário de fundação de faculdades se dá a partir de duas frentes religiosas: a Igreja Católica e a Igreja Metodista. A Faculdade de Serviço Social, fundada em 1958, é um dos cursos instituídos pelo grupo da Igreja Católica. O curso de Serviço Social é estabelecido pela “Sociedade Feminina de Instrução e Caridade”, entidade vinculada às “Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado”, que já havia fundado sete cursos de Serviço Social no país. Examinando parte do acervo, buscamos apresentar alguns documentos que demonstram a intervenção do regime militar na Faculdade de Serviço Social.

O golpe militar de 1964 teve a participação direta das tropas militares de Juiz de Fora, comandadas pelo general Olympio Mourão Filho para a deposição do presidente João Goulart no Rio de Janeiro. Com a instauração do golpe, em todo o país ocorreu o que os militares nomeavam de operação limpeza: prisões e demissões de opositores políticos. Em Juiz de Fora, foram detidas mais de 200 pessoas, dentre estudantes e sindicalistas. A partir das medidas de cassação de direitos estabelecidas pelo decreto do Ato Institucional número 1, em 9 de abril de 1964, a Reitoria da Universidade de Juiz de Fora recebeu ofícios solicitando afastamento de professores e a instauração de comissões de inquérito para apuração de atividades subversivas. Dentre estes

documentos, mencionamos o ofício n.35-E2, enviado pelo general Olympio Mourão Filho ao então reitor da UJF, Moacyr Borges de Mattos:

“Pelo presente ofício, delego a VExcia plenos poderes, de acordo com o Ato Institucional de 9 do corrente, para eliminar do seio das Escolas e Faculdades desta cidade, todos os elementos subversivos.” (Ofício 35, Processo 1226/64,22/04/1964).

Em 29 de abril de 1964, o reitor recebe um ofício indicando a necessidade de criação de uma comissão especial de inquérito em cada escola superior isolada para rigorosa apuração de elementos de atividade subversiva. Na Faculdade de Serviço Social, os indícios da repressão encontrados nos documentos se expressam principalmente através do dossiê *Inquérito instaurado para apuração da existência de atividades subversivas na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora*, comissão criada após a ordem e delegação de poderes para instauração de comissão especial de Inquérito. O dossiê possui ofícios da Reitoria enviados à Diretoria da Faculdade de Serviço Social, o edital de instauração da Comissão de Inquérito em 12 de maio de 1964, e cópias de depoimentos prestados por estudantes interrogados pela comissão.

Nos depoimentos, os estudantes eram questionados a respeito de possíveis vínculos com movimentos de esquerda e estudantis, como a Ação Popular, a Aliança Operária Estudantil Camponesa e a Juventude Universitária Católica, e se sabiam do envolvimento de estudantes e professores com ações subversivas, principalmente relacionados ao Diretório Acadêmico (D.A). Além disso, foram interrogados sobre sua participação nos Congressos Estudantis e sobre o que era discutido nestes eventos, e sobre possível participação em lista de assinatura para concessão de título de cidadão honorário a Leonel Brizola, ex-governador do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul exilado pelo regime militar, e na distribuição de panfletos no comício de Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco deposto e preso pelo regime militar.

Outras fontes documentais que evidenciam a intervenção política na Faculdade de Serviço Social, ainda que de forma escassa, são os livros de correspondências. Nestes livros, foi possível localizar alguns ofícios orientando as ações da faculdade em relação a instauração de inquérito, e um ofício solicitando a divulgação de um discurso sobre infiltração comunista nos meios educacionais, embora a conferência não esteja anexada ao ofício. Dentre estes documentos, encontramos o *Ofício Circular 1148/64-R/1*, da Reitoria, com a transcrição de um telegrama do Ministro da Educação e Cultura a respeito dos inquéritos instaurados nas faculdades:

“A fim de que V. Exa. tome conhecimento, transcrevemos abaixo o telegrama do excelentíssimo senhor Ministro da Educação e Cultura: Comunico vossência que nos casos em que resultados inquiridos sejam inteiramente insuficientes então será aberto novo inquirito pela Comissão Geral de Investigações PT. Atenciosamente Flavio Suplicy Lacerda Min. Educação e Cultura.” (Of. N. 1148/64-R/1, 21 de junho de 1964).

Em relação aos movimentos de resistência estudantil e oposição ao regime, não encontramos documentos no acervo setorial da Faculdade, possivelmente pelo acervo ser em grande parte de documentos administrativos da Direção da Faculdade. Ao consultar o acervo do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora encontramos diversos documentos relacionados aos movimentos estudantis, principalmente relacionados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE UFJF). Um destes panfletos era a *Carta Aberta à população de Juiz de Fora*, do ano de 1977, denunciando a perseguição e prisão de estudantes da cidade que participaram do III Encontro Nacional de Estudantes em Belo Horizonte, e reivindicando a liberdade destes estudantes, além da convocação uma Assembléia Geral de caráter permanente, na luta pela normalidade democrática.

No ano de 1966, o Diretório Central dos Estudantes organizou uma ocupação de estudantes em frente ao prédio da Reitoria da UFJF, em protesto contra a ditadura militar e a repressão sofrida por estudantes no episódio conhecido como Massacre da Praia Vermelha, em que houve uma dura repressão ao ato do Dia Nacional de Luta contra a Ditadura, convocado pela União Nacional dos Estudantes(UNE). Essa discussão está elaborada no vídeo *60 anos do golpe- 1964-2024*, do canal LaphArq(Laboratório de Pesquisa em História).

Em 1979, o DCE realizou uma encenação teatral de um julgamento do Golpe de 1964, fazendo críticas à ditadura e ao general Figueiredo, no dia 15 de março de 1979, conforme informação n.347/S-102-A4-CIE, documento do Centro de Informações do Exército(CIE) disponível no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

A pesquisa arquivística evidencia a importância do trabalho de gestão e de preservação de acervos para a memória institucional, profissional e social do curso e da universidade, e os tensionamentos vividos frente ao autoritarismo e repressão durante o período do regime militar. A experiência em arquivos nos provoca a refletir sobre a memória, a história e as evocações de sentido sobre o tempo. No presente texto, busca-se refletir sobre os sentidos atribuídos ao

arquivo e seus acervo e a memória institucional da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Referências bibliográficas:

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “**Os centros de memória são instrumentos de ação**”. Cadernos SESC de Cidadania. Memórias, São Paulo, v. 10, n. 15, p. 30-33, jun. 2019.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- LAPHARQ. **60 anos do golpe: 1964-2024**. Juiz de Fora: Youtube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qXKyIWZ4Lag&t=237s>.
- MOLJO, Carina Berta; CLOSS, T. T.; MACHADO, G. S. **O Serviço Social no contrapelo da história: movimento de reconceituação latino-americano, Serviço Social crítico e Serviço Social radical**. Revista Cátedra Paralela, UNR, Argentina, v. 20, p. 247-256, 2022.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Documentos históricos da Faculdade de Serviço Social: **currículos, relatórios e registros institucionais do acervo da Faculdade de Serviço Social**. Juiz de Fora: UFJF
- YAZBECK, Lola. **As origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

Entre o arquivo e a história: organização documental e construção da memória institucional no projeto Descentralizando o Acesso (Inhotim)

Clara Duarte Lara

Licenciada e Bacharelado em História em conclusão (UFMG);
Mestre em Ciências Sociais da América Latina (Sorbonne Nouvelle)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Université Sorbonne Nouvelle
12duarte.clara@gmail.com

Resumo: A pesquisa parte da atuação no projeto Descentralizando o Acesso, uma das iniciativas mais antigas da Diretoria de Educação e Território do Instituto Inhotim, e da curiosidade em compreender sua constituição histórica. A ausência de um acervo documental organizado, no entanto, impôs um desafio inicial em que a organização dos documentos encontrados se tornou tão fundamental quanto a análise de seu conteúdo. Diante disso, dois objetivos foram definidos: compreender o funcionamento do projeto em seus anos iniciais e realizar uma organização preliminar do pequeno acervo localizado. A metodologia consistiu na localização de 215 mídias ópticas, contendo documentos produzidos entre 2008 e 2013, seguidas de numeração, controle em planilha e migração seletiva de documentos textuais para a rede institucional. A análise priorizou responder a perguntas norteadoras, sobre concepção, objetivos e estrutura metodológica, além de preservar o contexto dos documentos, respeitando sua materialidade e lógica orgânica. Com a organização do material, revelou-se que, no período estudado, o Descentralizando o Acesso constituiu-se como um programa de formação continuada para professores, estruturado em encontros presenciais, visitas escolares mediadas e acompanhamento de educadores, com o objetivo de articular o acervo do Inhotim ao currículo e à realidade escolar dos docentes. O tratamento das mídias ópticas também suscitou reflexões mais amplas sobre como a organização (ou sua ausência) incide sobre a interpretação do próprio conteúdo. Assim, o trabalho não pretende apresentar conclusões acabadas, mas contribuir com reflexões sobre as condições materiais que viabilizam a escrita da história e os desafios da construção da memória institucional em um setor educativo de museu. Espera-se, ademais, que o estudo funcione como um convite a futuras pesquisas, que encontrarão nesse acervo minimamente tratado fontes organizadas abertas a novas perguntas.

Palavras-chave: Organização documental; Memória institucional; Setor educativo; Mídias ópticas; Inhotim.

O Descentralizando o Acesso (DES) é um projeto da Diretoria de Educação e Território do Inhotim, criado em 2008, e um dos mais antigos e consolidados do instituto. Caracteriza-se como um programa de formação de professores de instituições públicas de Brumadinho e municípios vizinhos, oferecendo a esses docentes a oportunidade de levar seus alunos a uma visita mediada ao Inhotim. Como educadora do setor, ao ingressar na equipe responsável pelo DES daquele ano, em janeiro de 2026, busquei a memória do projeto para entender o que tinha sido feito antes e o que fez o DES se tornar esse projeto referência. Contudo, do período inicial do projeto restavam apenas algumas publicações oficiais, antigas e dispersas. No drive

institucional, a documentação começava somente em 2022, sem nenhuma referência às edições anteriores. Buscando mais a fundo, foi possível localizar, com um dos funcionários de longa data do setor educativo, duas pastas de CDs que cobriam o período de 2008 a 2013, sem nenhuma catalogação aparente. Diante disso, teve início um esforço de consulta e catalogação desses CDs, com o objetivo de responder a algumas perguntas sobre o projeto e de deixá-lo organizado para futuras consultas, seja da equipe de educação, seja de pesquisadores interessados.

Diante disso, a decisão metodológica foi tratar o estado em que esses CDs foram encontrados como parte da análise, ao lado do conteúdo que guardavam. Como observa Le Goff, o que sobrevive do passado não é o conjunto do que existiu, mas uma escolha, operada tanto pelas forças do tempo quanto pelo próprio historiador (LE GOFF, 2012, p. 525). Nesse sentido, o vazio documental e a forma em que o acervo chegou não são ruídos a serem descartados, mas em si sintomáticos da instituição até aquele momento. Em um contexto de desorganização documental, no qual chegar até a informação pode ser complexo, entender o arquivo em um “campo expandido”⁶ pode ser produtivo e acrescentar uma camada rica de análise à pesquisa histórica. Trata-se de formular perguntas não apenas sobre o conteúdo das fontes, mas também sobre como elas chegaram até ali, como estavam organizadas e onde estavam armazenadas. Portanto, dialogando com a proposta das pesquisadoras Arlene Xavier Santos Costa, Andreia de Freitas Rodrigues e Priscila de Oliveira Dias do Couto, que coordenaram o Simpósio Temático *Arquivos do fim: memória, crise e políticas de preservação na produção do conhecimento histórico*, este trabalho investigou a constituição e a organização de um acervo documental partindo do entendimento de que os arquivos não são instâncias neutras, mas espaços de seleção e silenciamento, atravessados por políticas de preservação e projetos de futuro. Para isso, este trabalho situa, em um primeiro momento, o Instituto Inhotim e o DES como objeto de pesquisa, discutindo as condições em que sua memória foi preservada. Em seguida, expõe os critérios e a metodologia adotados no tratamento do acervo. Por fim, apresenta o que as fontes revelaram sobre o projeto e as reflexões que a pesquisa suscitou, tendo tratado o arquivo tanto como fonte quanto como problema.

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e um jardim botânico de relevância internacional, localizado em Brumadinho, Minas Gerais. Instituição do terceiro setor, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), já teve um

⁶Conceito tomado de empréstimo à crítica de arte Rosalind Krauss, que o formula a respeito da escultura (KRAUSS, 2008). Aqui, transpõe-se a noção para pensar o arquivo definido não por si mesmo, mas pela rede de relações em que se inscreve.

proprietário individual, mas é hoje regida por um conselho. Aberto ao público em 2006, completa vinte anos em 2026 e mantém um setor educativo que existe desde antes de sua abertura, o que lhe confere um lastro na educação museal muitas vezes incomum em instituições do tipo. É dentro desse lastro que se localiza o DES, e o que se sabia até ali era que, desde 2022, o projeto funcionava da seguinte forma: abria-se uma convocatória para cem professores das escolas públicas de um território num raio de até cem quilômetros do Inhotim; os professores selecionados passavam por alguns dias de formação no instituto, percorrendo temáticas como pedagogias antirracistas, criação docente, pedagogias indígenas e os acervos do Inhotim; em seguida, tinham a oportunidade de trazer uma de suas turmas para uma visita mediada com a equipe de educação, com ônibus e lanche custeados; por fim, dez desses cem professores eram convidados a integrar a publicação da edição de que participaram. Como parte da equipe de referência do projeto, no entanto, algumas perguntas começaram a se repetir: o que havia sido feito até 2022? Como o projeto se constituía, e sua estrutura seria a mesma de hoje? Mais especificamente, existia o interesse em compreender como se dava a relação entre educador e professor na construção da pré-visita, etapa que a equipe buscava qualificar para 2026.

Através da ajuda fundamental de um funcionário antigo do setor, cheguei aos estojos de mídias ópticas que permitiriam responder a essas perguntas (Figura 1). O episódio deixou evidente como parte da memória do educativo estava centralizada nas mãos de um único funcionário, apenas porque ele teve o cuidado de guardar os documentos produzidos durante os primeiros anos do projeto, período em que atuou no setor. Quando se buscam registros de um período posterior, em que ele esteve afastado da instituição, não há o que localizar: desse intervalo, não se sabe sequer se os materiais foram organizados de alguma forma. A questão, contudo, não é individual. O problema não foi a falta de alguém que herdasse a guarda, é até possível que o funcionário seguinte também tenha acumulado documentos. Mas, sem critérios partilhados e registrados, a lógica de cada guardião se perde com sua saída, e com ela perde-se tanto a localização dos materiais quanto a possibilidade de reconstruir como, ou se, foram organizados. No caso do Inhotim, essa dependência da guarda pessoal não encontrava o amparo de nenhuma estrutura institucional: até o momento da pesquisa, a instituição não dispunha de uma política de gestão documental unificada. Vale registrar que o instituto chegou a contar com o CIMP, Centro de Memória e Patrimônio Histórico-cultural do Inhotim, encerrado em 2011, que liderava a criação e a gestão de um arquivo institucional.

Figura 1 - Estojos de CDs do projeto Descentralizando o Acesso, com leitor óptico externo.



Fonte: fotografia da autora, 2026.

Foi também em resposta a essa fragilidade que busquei, ao catalogar e manusear os CDs, registrar de modo explícito em documentos institucionais os critérios e a metodologia adotados, de forma que a lógica deste trabalho não dependesse, ela também, da minha permanência no setor. A isso somaram-se dois fatores que reforçaram a importância de esclarecer a metodologia. O primeiro é a natureza dos meus conhecimentos arquivísticos, até o momento restritos às experiências prévias com fontes na condição de historiadora. O segundo é a falta de tempo para dedicar ao tratamento dos CDs, diante das demais demandas como educadora, o que impediu uma leitura exaustiva das fontes. Diante disso, definiu-se uma pergunta norteadora, “como funcionava o DES em seus anos iniciais?”, que, por sua vez, passou a orientar a própria seleção dos documentos, priorizando-se aqueles que pudessem respondê-la. Ademais, preservou-se a organização e a ordenação originais em que os documentos foram encontrados, levando em

conta, como afirma Furet, que o documento não existe isoladamente, mas em relação à série que o precede e o segue (FURET, 1974 apud LE GOFF, 2012, p. 531).

Ao iniciar o tratamento, o primeiro obstáculo foi de ordem material: a barreira de ler mídias ópticas (que podem ser classificadas como CDs, DVDs e Blu-ray, mas aqui simplificadas apenas como CDs). Esse suporte, já praticamente obsoleto atualmente, não podia ser lido no notebook em que eu trabalhava, sendo necessário recorrer a um leitor emprestado de outro setor do instituto. Por conseguinte, com o objetivo de fazer uma catalogação primária, controlar o conteúdo tratado e facilitar o acesso às informações disponibilizadas naqueles CDs, foi constituída uma tabela em formato xlsx. Dessa maneira, o tratamento dos CDs seguiu a ordem física do estojo e foi realizado a partir do seguinte fluxo: cada CD era examinado individualmente; primeiro transcrevia-se, na primeira coluna da tabela, o que estava escrito na mídia; em seguida, atribuíam-se uma nova numeração, sequencial de CD001 a CD215, registrada na segunda coluna; as três colunas seguintes recebiam os nomes, formatos e datas de criação exatos dos arquivos de entrada de cada CD, isto é, aqueles que apareciam ao abrir a mídia no computador; a última coluna ficava reservada a observações. De maneira adicional, os arquivos de entrada recebiam ainda uma de três cores, indicando seu status de migração para o drive institucional: branco, não transferido; verde, transferido integralmente; azul, transferido parcialmente. Essa marcação por cor evitava descrever o caminho completo de cada arquivo, preservando ao mesmo tempo a liberdade de selecionar o que migrar.

No que diz respeito à pergunta norteadora e às demais questões feitas às fontes, as seguintes informações foram encontradas. O projeto Descentralizando o Acesso foi aprovado pelo Fundo Estadual de Cultura em 2007, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural de estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de Brumadinho e municípios vizinhos. A partir de um levantamento feito pela equipe de educadores, em fevereiro de 2008, junto às secretarias municipais, foram mapeados 13 municípios, 77 escolas, cerca de 1.448 professores e quase 30 mil alunos potenciais. A estratégia central era combinar visitas mediadas dos alunos com um programa de formação dos professores, entendendo o educador como mediador essencial da experiência museal. Sua estrutura, à época, era diferente da atual: eram realizados dois encontros de formação com os docentes participantes (um no Inhotim, outro na cidade do professor); em um segundo momento, as trocas e reflexões construídas na formação se desdobravam em três etapas: pré-visita (preparação em sala), visita mediada (roteiro

personalizado, professor como co-propositor) e pós-visita (desdobramento, exposições, produções).

Diante do exposto, fica evidente como esta investigação, que começou com perguntas objetivas e factuais sobre a consolidação de um projeto no setor de educação do Instituto Inhotim, acabou por ganhar novas camadas, voltadas à constituição documental daquele acervo. Trabalhamos, aqui, do arquivo como fonte ao arquivo como problema. Como fonte, o arquivo permitiu uma reconstituição suficiente do DES, com a identificação de elementos-chave de seus objetivos iniciais e de sua estrutura. Como problema, o arquivo virou ele mesmo o objeto de análise, abrindo uma série de novos questionamentos: o que a condição material e organizacional deste acervo revela sobre como a memória é (ou não é) preservada na instituição? Por que um projeto tão relevante e duradouro para o setor teve sua memória reduzida a tamanha desorganização?

Como todo esforço documental, esta pesquisa é incompleta e provisória, não por falha metodológica, mas porque tais esforços são produtos de seu tempo e de recortes específicos. A partir das lacunas da pesquisa realizada, abrem-se ao menos três novas chaves de análise a serem levadas adiante. A primeira: para além dos dois estojos que totalizaram 215 CDs, foi localizado um HD com documentos de 2014 e 2015 cujo tratamento não foi possível realizar. Por se tratar de outra materialidade digital, essa fonte carrega desafios e potencialidades próprios, que merecem análise aprofundada. A segunda diz respeito ao vão documental entre esse HD e o drive institucional de 2022. O estudo de Ana Luisa Pires elucida alguns pontos do período, ao registrar, por exemplo, que o projeto não se realizou em 2018 por falta de patrocinadores (PIRES, 2020). Já o marco de 2022 coincide com uma mudança institucional relevante, que foi a transformação do setor educativo em Diretoria de Educação, sob a direção de Gleyce Kelly Heitor. É possível que o início da documentação organizada nesse ano esteja associado a essa reestruturação, embora as informações disponíveis ainda sejam esparsas e não esclareçam por completo a lacuna.

A terceira e última chave extrapola o caso do Inhotim. Embora as condições institucionais da gestão documental aqui analisadas sejam específicas, permanece a pergunta sobre em que medida a dificuldade de preservar a memória organizada seria um traço mais amplo dos setores educativos de museus. Pesquisas recentes sobre o campo, como a Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil), apontam para uma área historicamente precarizada e desvalorizada: a função de educador museal sequer integra o Cadastro Brasileiro de

Ocupações, e a elevada escolarização dos profissionais não se reflete em sua remuneração (MARTINS; NASCIMENTO, 2024). Soma-se a isso o fato de que o registro e a sistematização das próprias atividades são atribuições esperadas de um setor que, ao mesmo tempo, ocupa um lugar institucionalmente contestado. Não se trata de afirmar uma regra geral, mas de formular uma hipótese a ser investigada: a de que a fragilidade da memória documental possa estar associada às condições estruturais de trabalho e reconhecimento desses setores.

Por fim, destaca-se que uma das partes mais significativas do processo foi reencontrar as estruturas de pré-visita, visita mediada e pós-visita. Não é possível identificar com precisão onde elas se perderam, embora o estudo de Ana Luisa Pires, de 2018, já registrasse uma formação sem essas etapas, o que situa o desaparecimento em algum momento anterior. Ainda assim, foi possível tomar a experiência passada como inspiração e modelo para construir novos processos na edição de 2026. Tal retomada mostra como a pesquisa histórica em um acervo pode reverberar diretamente na prática presente de um setor educativo.

Referências

- KRAUSS, Rosalind. A escultura no campo ampliado. *Arte & Ensaios*, v. 17, n. 17, p. 128-137, 2008.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p.525-539.
- MARTINS, Luciana Conrado; NASCIMENTO, Mona. A questão da profissionalização da educação museal no Brasil. In: CANEDO, Daniele Pereira; NASCIMENTO, Mona; SEVERINO, José Roberto (Orgs.). *Educação museal no Brasil: reflexões a partir dos resultados da Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil)*. Salvador: Edufba, 2024. p. 115-134.
- PIRES, Ana Luisa de Oliveira. Formação com professores no Inhotim: espaços de encontro e de entrelaçamento entre a escola e o museu. In: MONTECHIARE, Renata; HEITOR, Gleyce Kelly (Orgs.). *Museus e Educação. Cadernos FLACSO*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2020. p. 51-60.

Literatura como arquivo: quando vozes esquecidas irrompem do texto literário para a história

Camila Lobato Rajão

Doutoranda em Estudos de Linguagens
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG)
camilarajao@gmail.com

Resumo: A partir das considerações de Jacques Derrida (2001) sobre o que ele denomina “mal de arquivo” podemos refletir sobre as possibilidades de alargamento dos conceitos tradicionais de arquivo e contemplar outras formas arquivísticas como a literatura. Esse movimento introduz novas vozes nas lacunas deixadas pelo arquivo tradicional. Entendemos a literatura neste trabalho como uma prática política, Jacques Rancière (2017), quando realiza outra configuração do mundo social, modifica os sentidos do dizível e do visível e propõe novas circulações dos sentidos e corpos na sociedade.

Dessa forma, os corpos não vistos e as vozes não enunciadas nos arquivos oficiais muitas vezes encontram espaço e ganham materialidade de letra dita, escrita e visível no texto literário. E, neste momento, a literatura se configura como uma importante fonte para a elaboração da memória de uma comunidade e da escrita da história que se pretende mais democrática e inclusiva. Esse movimento também acontece dentro de um campo de forças, o campo literário, que tem hierarquias, distribuição de poderes e interesses específicos. Interesses esses que nem sempre estão em consonância com as vozes silenciadas pelos arquivos tradicionais, pois a literatura canônica, na maioria das vezes, está configurada dentro dos espaços desses arquivos e reforça o processo de exclusão dos corpos que estão ausentes do acervo conservador.

A literatura que se estabelece como arquivo da lembrança e do esquecimento, do processo de silenciamento de indivíduos, corpos, povos e ideias, é, portanto, a literatura essencialmente política à qual nos referimos acima. É a mesma literatura que também disputa seu lugar e sua possibilidade de enunciação, edição e circulação dentro do próprio campo literário.

É nesse sentido que procuraremos entender a literatura enquanto arquivo para analisar aspectos da obra *Ventos do Apocalipse*, de Paulina Chiziane, no contexto da Guerra Civil Moçambicana (1976-1992) e da escrita da história oficial desse país. Considerando, principalmente, as lacunas e vozes silenciadas nas fontes historiográficas oficiais, como as memórias femininas da guerra.

Palavras-chave: Literatura moçambicana; história de Moçambique; Paulina Chiziane; arquivo.

Introdução

Em contextos autoritários, a escrita da história, em sua versão hegemônica, privilegia certos grupos e vozes que estão em consenso com o poder. Os arquivos mobilizados para a construção da memória, nesses casos, irão selecionar, ordenar e atribuir sentido às memórias desses grupos privilegiados. Esses arquivos farão a divisão entre o que e quem será lembrado e ficará visível e o que e quem serão esquecidos.

Nesses contextos, a literatura surge como uma potência e uma possibilidade de trazer as vozes silenciadas pelos discursos da historiografia hegemônica, revelando corpos apagados,

sistemas de cosmo-percepção desprivilegiados e reivindicando a existência daqueles que foram esquecidos pela memória oficial. A literatura também é uma forma de arquivo que pode e deve ser consultada para a construção de uma história verdadeiramente democrática.

A partir desses apontamentos teóricos, iremos analisar neste artigo a obra *Ventos do Apocalipse*, publicada em 1999, pela autora moçambicana Paulina Chiziane. A obra dialoga com o processo da Guerra Civil Moçambicana (1976-1992) e traz para o texto literário as perspectivas pouco privilegiadas das memórias das mulheres sobre a guerra e a vida.

O romance *Ventos do Apocalipse* narra a trajetória da comunidade de Mananga que após enfrentar a seca e a fome foge da invasão da vila em meio aos horrores da Guerra Civil Moçambicana. Toda a história e a viagem dos sobreviventes até o povoado do Monte são narradas principalmente a partir da personagem feminina Minosse. Minosse faz uma travessia física e geográfica ao longo da narrativa ao mesmo tempo em que opera uma transformação interna por meio da ressignificação de suas feridas e memórias traumáticas e do seu papel enquanto mulher na sociedade. Em *Ventos do Apocalipse* encontramos diversas vozes femininas que narram acontecimentos que não estão em posição de destaque na história oficial moçambicana.

A literatura é também um arquivo

O arquivo é peça fundamental para o processo de institucionalização da memória e da escrita da história de um povo ou de uma nação. Uma questão que se coloca neste artigo é ponderar quais são as implicações da adoção de determinados formatos de arquivos para a constituição dessas narrativas memorial e histórica e o que elas informam sobre as sociedades que as produzem. Mais especificamente, pensar a importância e a potência trazida na utilização de novas formas arquivísticas, para além dos arquivos institucionais tradicionais, para a composição das narrativas históricas e memoriais de uma comunidade.

A origem da palavra arquivo retoma o vocábulo grego *arkhê* e tem inscrito em si dois sentidos orientadores, como aponta Jacques Derrida (2001, p. 11): o sentido ontológico – do começo, do histórico – e o sentido nomológico: princípio da lei, do comando e da ordem. Dessa forma, a palavra arquivo nasce como uma instância que procura guardar em si registros que tentam compor o sentido de uma origem e da transformação das coisas. Entretanto, o termo

também conota o poder de ordenamento do mundo, dos sentidos e das coisas que o arquivo tenta trazer para si.

Para entender como se constitui as duas facetas do arquivo, ontológica e nomológica, Jacques Derrida retoma a descrição da função arcôntica detida por alguns cidadãos da sociedade grega antiga escolhidos para guardarem e registrarem esses documentos que convocam à lei, que terão força de lei, por seu próprio princípio nomológico. O arconte e sua residência serão, portanto, os primeiros suportes e residência dos arquivos. Há uma transição entre o privado, do espaço da casa dos arcontes para o público, na medida em que esses documentos funcionam como normativas e princípios organizacionais da vida social. É importante lembrar, ainda, o caráter de privilégio de acesso aos arquivos dos arcontes e mais, o privilégio de escolha daquilo que será arquivado, detido apenas por pessoas autorizadas, os arcontes. O princípio do poder arcôntico determina ademais que o arquivo tem o poder de consignação, descrito pelo autor como um poder de reunião: “A consignação tende a coordenar um único *corpus* em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal” (DERRIDA, 2001, p. 14).

O arquivo, nessa perspectiva, é uma forma de registro que procura ordenar o mundo, instituindo regras de comportamento pelo exemplo daquilo que é escolhido para ser lembrado, daquilo que se estabelece como visível e, portanto, como o que poderá ser recordado, contado e rememorado. Derrida considera que o arquivo é, ao mesmo tempo, “instituidor e conservador”, “revolucionário e tradicional”. Ele busca reunir sob o poder de consignação, um único sistema que funciona como uma unidade, por meio de um movimento que cria uma narrativa para a comunidade sobre a qual se relaciona o arquivo. Essa narrativa se apresenta como uma narrativa estável, pois se busca “a unidade de uma configuração ideal”.

É neste ponto que temos um dos aspectos daquilo que o autor denomina como o “mal de arquivo”, uma contradição interna ao funcionamento dele. Todo arquivo funciona a partir do desejo de consignação e conservação, o desejo de reunir, atribuir sentido e manter. Porém, o arquivo está também sujeito ao esquecimento, pois é construído pela seleção do que será arquivado, portanto também pela exclusão daquilo que não será. É essa a aporia do “mal de arquivo”, conservar é também destruir. A pulsão de conservação atua ao lado da pulsão de morte. Essa última condição não se apresenta de forma clara à sociedade que normalmente enxerga o arquivo como uma pequena coleção mimetizada que representa a própria sociedade, ou aquilo que ela deveria ser. Perdem-se os elementos ocultos, aqueles que não aparecem nos acervos, as

vozes que são silenciadas nos documentos que compõem o inventário, os corpos que não despertaram o interesse de serem arquivados por aqueles que detém o poder arcôntico.

E é aqui o ponto onde evidenciar a ação da pulsão de morte, que impele o arquivo à destruição, pode ser um ato transformador, na medida em que revelar o esquecimento, propor novas inclusões e revisões irá modificar profundamente o princípio de unidade, criando cisões inconciliáveis, e rasurando o próprio sentido daquela reunião de documentos. A pulsão de morte, enquanto agressão e destruição, funciona como o motor que impele à transformação do arquivo, deslocado do sentido linear da pulsão de conservação, pela introdução do contraditório e do esquecimento.

O conceito de arquivo pode ainda ser interpretado de acordo com a conceituação de Michel Foucault em que o arquivo aparece como a lei, como aquilo que cria a possibilidade de enunciação dos enunciados antes mesmo de seu acontecimento no tempo presente do ato de linguagem. O arquivo é o sistema que permite a formação e a transformação dos enunciados. Faz parte do arquivo, o a priori histórico “conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva. Essas regras estão inseridas no que ligam” (FOUCAULT, 2009, p. 145). Dessa maneira, o princípio nomológico também aparece na conceituação de Foucault, embora aqui tenha maior ênfase na questão da enunciação, o arquivo é todo o conjunto sistemático que possibilita dizer algo sobre alguma coisa.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimento singulares. Mas o arquivo é também o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. (FOUCAULT, 2009, p. 147)

O arquivo é o que está posto antes da enunciação e permite que ela aconteça, mas é também aquilo que será por ela transformada, ele está em constante mudança e ruptura. A sua apresentação, muitas vezes, se dá por fragmentos, pois ele não pode ser descrito em sua totalidade. Nesse ponto, é possível notar uma diferença considerável em relação ao conceito tradicional de arquivo que visava o poder de consignação, com o objetivo de alcançar a totalidade, a unidade estável e ideal. Há uma descoincidência entre o arquivo institucional tradicional que seleciona os documentos que serão arquivados para a constituição de uma unidade ideal e o

arquivo foucaultiano que representa aquilo que possibilita a enunciação e é transformado por ela, portanto, algo móvel e fragmentado.

É possível entender, então, que o conceito de arquivo foucaultiano possibilita o questionamento do princípio nomológico, na medida em que aponta para o caráter fragmentado e lacunar da constituição do arquivo. Se o arquivo é aquilo que permite dizer, mas é também aquilo que se altera no momento da enunciação, e não se constitui como uma unidade totalitária, a introdução de elementos esquecidos e ocultados na enunciação, mas que estão presentes no conjunto sobre o qual o arquivo se constitui, lança possibilidades de rasura do próprio arquivo. E enquanto o arquivo é transformado, novas enunciações se tornam viáveis.

Ainda no mesmo escopo, Jacques Derrida pondera que a democratização efetiva somente acontece mediante a participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação (DERRIDA, 2001, p. 16). Ao considerar essas ponderações, uma pergunta que se coloca é como operar em contextos autoritários e não democráticos para a transformação dos arquivos e em sentido alargado, para a alteração do registro da memória e da escrita da história pautados nos arquivos tradicionais que visam a unidade estável.

A viabilidade dessa transformação está inscrita, como nos apontou Derrida e Foucault, no próprio arquivo tradicional que carrega a possibilidade de dizer aquilo que não está dito, aquilo que se apaga pela pulsão de morte, o que é esquecido durante a seleção do que será guardado, arquivado. O não-dito, os silêncios do arquivo, funcionam como uma presença fantasmática, é ausência de corpo, de materialidade, mas presença em espírito, presença do que paira invisível, mas continua existente para outros sentidos. São os ecos abafados das vozes que se encontram às margens da enunciação. São os restos e as lacunas descobertos ao examinar a história e o arquivo da forma que Walter Benjamin, no texto “Teses sobre o conceito de história” (1985), aconselhou, a contrapelo.

Para se investigar essas lacunas e buscar as vozes e os enunciados que estão ausentes nos arquivos tradicionais, uma das possibilidades que se coloca é o trabalho a partir de novos arquivos. Outros conjuntos de memórias reunidas em locais não tradicionais por meio da seleção de outros atores sociais, não apenas das versões modernas dos arcontes gregos ou dos burocratas e acadêmicos do Estado e do capital. A literatura aparece neste instante como potência para a exploração desses outros acervos.

A literatura, na sua vertente política, pode ser um arquivo. E aqui entendemos, na esteira teórica deixada por Jacques Rancière (2017), que a literatura é política quando opera uma nova configuração do mundo social, alterando os sentidos do dizível e do visível também propondo outra circulação dos sentidos e nova distribuição dos corpos numa sociedade.

Dessa forma, os corpos não vistos e as vozes não enunciadas nos arquivos tradicionais, muitas vezes encontram espaço e ganham materialidade de letra dita, escrita e visível no texto literário. E, neste momento, a literatura se configura como uma importante fonte para a elaboração da memória de uma comunidade e da escrita da história que se pretende mais democrática e inclusiva. Esse movimento também acontece dentro de um campo de forças, o campo literário, que tem hierarquias, distribuição de poderes e interesses específicos. Interesses esses que nem sempre estão em consonância com as vozes silenciadas pelos arquivos tradicionais, pois a literatura canônica, na maioria das vezes, está configurada dentro dos espaços desses arquivos e reforça o processo de exclusão dos corpos que estão ausentes do acervo conservador.

A literatura que se estabelece como arquivo da lembrança e do esquecimento, do processo de silenciamento de indivíduos, corpos, povos e ideias, é, portanto, a literatura essencialmente política à qual nos referimos acima. É a mesma literatura que também disputa seu lugar e sua possibilidade de enunciação, edição e circulação dentro do próprio campo literário.

É nesse sentido que procuraremos entender a literatura enquanto arquivo para analisar a obra literária que constitui o corpus deste artigo. Ao considerar que o quadro político moçambicano durante a Guerra Civil e em anos posteriores traz limitações para o trabalho com a memória e a história para além das versões oficiais autorizadas pelo poder. A literatura pode ser utilizada para a investigação de temas, muitas vezes ausentes da historiografia tradicional, como as narrativas femininas sobre a guerra e sobre a violência.

Além de novas temáticas, vozes silenciadas e da presença de outros corpos na constituição da memória de um povo pela literatura, o texto literário também possibilita a adoção de outros sistemas de cosmo-percepção. Sistema esse que ilumina estruturas constituintes, porém muitas vezes não valorizadas, de determinadas sociedades como a temporalidade espiralar e a ancestralidade nas sociedades moçambicanas em contraposição ao tempo linear do colonialismo e da narrativa teleológica da Frelimo.

O tempo espiralar: outras possibilidades da experiência e da memória

A multiplicidade de sociedades e culturas diferentes também produziu diversos formatos de concepção do tempo que possuem pressupostos distintos e estruturam cosmovisões variadas. Nas sociedades ocidentais, o tempo é percebido a partir da sucessão de eventos, organizados linearmente. Cada novo evento substitui o anterior em uma cadeia orientada para o futuro. As noções de progresso e racionalidade da modernidade ocidental estão marcadas por essa temporalidade.

No caso da maioria das sociedades do continente africano, a temporalidade predominante se apresenta por meio do tempo espiralar. Utilizamos aqui o conceito de Leda Maria Martins em que o tempo espiralar é marcado por

movimentos de reversibilidade, dilatação e contenção, não linearidade, descontinuidade, contração e descontração, simultaneidade das instâncias presente, passado e futuro, como experiência ontológica e cosmológica que têm como princípio básico do corpo o não repouso, como em Aristóteles, mas, sim, o movimento (MARTINS, 2021 p. 23).

Nessas sociedades, a temporalidade espiralar opera por meio da Força Vital em movimento de vai e vem, recuo e avanço sobre o tempo vivido (*Sasa*) dentro da totalidade em fluxo do tempo sagrado (*Zamani*). Segundo John Mibit, *Sasa* pode ser considerado como Micro Tempo que possui futuro curto, presente dinâmico e passado experimentado. *Sasa* é a dimensão temporal do agora, quando e onde as pessoas existem e têm consciência de sua existência. A partir dessa consciência, as pessoas podem se projetar para o futuro ou para o tempo sagrado. *Zamani* pode ser denominado como Macro Tempo, possui também três dimensões temporais como presente, passado e futuro. Os eventos vividos acontecem em *Sasa* e são posteriormente incorporados em *Zamani* no momento quando ocorre a justaposição dessas duas esferas temporais. *Zamani* é

o celeiro definitivo para todos os fenômenos e eventos, o oceano do tempo no qual tudo se torna absorvido em uma realidade que não é nem antes nem depois. *Sasa* em geral une os indivíduos ao seu imediato ambiente. É o período da consciência vivente. Por outro lado, *Zamani* é o período do mito, provendo ao período *Sasa* um senso de fundação e de segurança; e unindo todas as criaturas, de modo que tudo seja abraçado dentro do Macro Tempo (MIBIT, 1999, p. 21/22, apud MARTINS, 2021, p. 64).

Dentro dessa ontologia, as divindades, o sagrado, a natureza, os animais, vegetais, minerais e os seres humanos vivos, mortos e ainda por nascer estão imbricados de forma

complementar no processo do devir do tempo espiralar. Esse é o tempo do movimento contínuo que transforma não apenas o presente e o por vir, mas também incide sobre o passado (*Zamani*). Segundo Oliveira, este é um recorte temporal privilegiado na medida em que é o tempo dos antepassados.

O tempo africano é impregnado de Força Vital. É um tempo sagrado (*zamani*) que envolve o tempo vivido (*Sasa*). O passado é privilegiado, pois esse é o tempo dos antepassados. O passado, no entanto, não é fossilizado. Ele é potencialmente transformador, tal como a tradição-acúmulo de tempo transcorrido. O tempo africano, tal como o universo africano, está prenhe de ancestralidade. Assim como o visível não se separa do invisível [...] assim também o tempo dos mortos não se encontra separado do tempo dos vivos. [...] Esse universo e esse tempo não são vazios. Além de habitados pela Força Vital (atributo do sagrado) e pela harmonizadora presença dos antepassados (que vivem numa dimensão transcendente), o universo e o tempo acolhem em suas entranhas a pessoa (OLIVEIRA, p. 52, apud MARTINS, 2021, p. 63).

A ancestralidade se apresenta aqui como elemento fundamental dentro da concepção do tempo. Os rituais e cerimônias fúnebres funcionam como operadores de transferência da energia vital de quem morre para sua comunidade e garantem a permanência daqueles que morrem, os ancestrais, nas espirais do tempo que ligam o tempo *Sasa* ao tempo *Zamani*.

As considerações anteriores sobre diferentes formas de temporalidades existentes e a apresentação do conceito de tempo espiralar são importantes porque a partir desses referenciais iremos analisar a seguir como se apresenta o elemento tempo na obra selecionada de Paulina Chiziane e quais são as significações dessa escolha para a narrativa.

Em *Ventos do Apocalipse*, o prólogo do romance é aberto por meio da recriação de um ambiente de contação de histórias. Quem convida os leitores para escutar o que será contado é a voz do Destino que pertence, na conceituação aqui utilizada, ao tempo *Zamani*. O Destino reivindica, portanto, o poder de narrar o passado e o futuro do Macro Tempo enquanto afirma que possui todas as idades já vividas e ainda do por vir. O tempo da narrativa se apresenta na simultaneidade do passado, presente e futuro de *Zamani* entrelaçado ao tempo *Sasa* de quem ouve/lê as histórias que serão contadas. Escutem/leiam, *Karingana wa karingana*⁷, ao redor da fogueira no meio da escuridão da noite, as crianças clamam por histórias de terror, da guerra e da fome. Aqui estamos, avô. Conte-nos bonitas histórias (CHIZIANE, 1999, p. 16).

⁷ “*Karingana wa Karingana*” é uma fórmula da oralitura em língua ronga. É utilizada no início da contação de uma história e corresponde de forma aproximada à fórmula ocidental “era uma vez”.

Em seguida são narrados três pequenos contos que retratam histórias moçambicanas do passado, anteriores ao momento histórico da colonização. Esses contos descrevem três situações que irão se repetir com os personagens da narrativa principal do romance, reforçando o caráter de movimento espiralar da temporalidade. Provocando avanços e retornos, pela reencenação de antigas performances que atualizam os eventos do passado no presente da narrativa.

A primeira história se inicia apresentando uma fase de abundância em Mananga, num momento em que os reis detinham poderes mágicos sobre a chuva e as pessoas conversavam com seus deuses. Por desrespeitos à tradição cometidos pelos mais novos, a população de Mananga teria sido castigada com a seca. Em meio a um cenário de desumanização das pessoas pela fome, é apresentada a história “O marido cruel” em que um homem, antes bonito e gentil, muda a sua forma de agir com a família durante o período de escassez de alimentos. Colocando a culpa dos infortúnios na esposa e em seus filhos, o homem comia sozinho o alimento que encontrava em suas buscas na mata e engordava enquanto toda a família definhava. Sua esposa descobre a traição e quando as chuvas retornam e o tempo da colheita chega, ela o abandona, levando embora todos os seus filhos.

O próximo conto aborda um ditado que segundo a narrativa pertence aos tempos da expansão do Império Nguni, durante o governo de Muzila. As guerras de conquista eram realizadas pelo temido exército que contava em seus quadros com soldados dos povos submetidos ao Império. Muitas mulheres eram sequestradas para serem entregues aos chefes nguni do exército como suas novas esposas. Para fugir dos ataques do exército nguni, o povo de Mananga procurou refúgio na mata, entretanto, o choro das crianças denunciava os locais de abrigo e todos foram encontrados e mortos. Por isso, foram criadas novas regras: a caminho do esconderijo, os maridos pediam às esposas que matassem as crianças pequenas com a promessa de fazerem outras no futuro.

Com gestos desesperados, a mulher puxava a ponta da capulana, sufocando a crença que se batia até à paragem respiratória. O menino morto era escondido na vegetação, não havia tempo para enterrar os mortos. Cuidado, mulher, é proibido chorar, mas também não vale a pena, a quem comovem as lágrimas no tempo de guerra?

O marido abraçava carinhosamente a mulher, sussurrando ao ouvido: coragem, mulher, tinha que ser assim. Este já morreu, amanhã faremos outro (CHIZIANE, 1999, p. 19).

O trecho chama a atenção pela oposição entre a suavidade e carinho da fala masculina ao justificar que no futuro outra criança poderá ser concebida e o desespero das mães ao cometerem o infanticídio, além da dor abafada após o ato. Podemos questionar até qual ponto o pedido para o assassinato das crianças é uma imposição masculina às mães que além de assentir ao que é solicitado devem, elas mesmas, se encarregar da tarefa.

O último conto do prólogo traz a história da Massupai, a mais bela mulher entre as *chope* e as *nguni*, que é tida como a culpada pela derrota do povo chope na guerra de conquista do Império Nguni sob a liderança de Muzila. Massupai, era uma mulher chope feita cativa pelos guerreiros *nguni*. Ela vende sua beleza ao mais poderoso de todos os generais do exército. Esse homem enlouquecido de amor pela beleza e sedução de Massupai a proclama rainha e a trata como a primeira das doze esposas que possuía. A ambição de Massupai cresceu sem limites e ela exigiu que Maxalela deixasse suas outras esposas. Em contrapartida, o general pede para que ela assassine os três filhos que teve com outro homem e o ajude a obter informações sobre as estratégias militares dos *chope*, pedidos que são atendidos. Depois faremos outros filhos que terão a sua beleza e a minha valentia (CHIZIANE, 1999, p. 21) argumenta o general. Entretanto, os planos de Massupai de se tornar verdadeiramente uma rainha, a mãe todas as mães, não encontram êxito. Muzila descobre sobre a conspiração de Maxelela e ordena o assassinato do general o que leva Massupai à loucura ao tentar cavar a cova de seus filhos em busca de ressuscitá-los, sem sucesso.

Nesse conto, o elemento decisivo para a vitória dos *nguni* contra o povo *chope* é a atuação de Massupai traíndo o seu povo pela utilização da sua inteligência, beleza e técnicas de sedução. Apesar disso, a ambição feminina pelo poder é vista como um ato inadmissível. Embora a atuação das mulheres em diversos conflitos seja importante e em alguns casos decisiva, não era reconhecida, cabendo aos homens receber as glórias da guerra. Em todas as guerras do mundo nunca houve arma mais fulminantes que a mulher, mas é aos homens que cabem as honras de guerra (CHIZIANE, 1999, p. 19).

A partir de três contos localizados temporalmente no passado de Mananga, o romance é aberto com três representações de situações vividas pelas mulheres, a primeira de abandono e culpabilização feminina por todos os males, a segunda da submissão da mulher ao homem mesmo no exercício de sua maternidade e a terceira da visão negativa do uso da inteligência e da sexualidade feminina para a obtenção do poder pelas mulheres.

No último parágrafo do prólogo, há a descrição do tempo circular da natureza, a repetição das estações do ano, o ciclo das águas que percorrem os rios até o oceano, evaporam-se e precipitam-se novamente enchendo os rios, a morte e o renascimento dos seres humanos, o giro da terra e a repetição da história. A terra gira, a vida é uma roda, circularidades que se desenrolam em longos espirais do tempo.

As folhas caem no Outono na ceifa do vento. As águas do rio desembocam no mar, voam para o céu e voltam, enchendo de novo os rios. As estações do ano andam à roda. Até nós, seres humanos, morremos para voltar a nascer. Somos a encarnação dos defuntos há muito sepultados, não somos? A terra gira e gira, a vida é uma roda, chegou a hora, a história repete-se, KARINGANA WA KARINGANA (CHIZIANE, 1999, p. 22).

Karingana wa karingana é a fórmula que encerra o prólogo e projeta o início de outra história que será também a mesma na lógica do tempo espiralar. Agora, essa história não está mais localizada no tempo histórico da invasão do Império Nguni, dentro do tempo *Zamani* dos ancestrais, mas no contexto da Guerra Civil Moçambicana, no tempo *Sasa* da narrativa e de quem lê. Processos separados por quase um século na contagem linear do tempo.

Em seguida, a primeira parte da narrativa principal do romance é aberta com o capítulo 1 que se inicia com o pesadelo de Sianga nas últimas horas antes do amanhecer. Sianga é um antigo régulo⁸ que foi deposto pela Revolução Frelimista na independência de Moçambique quando perdeu o prestígio e o poder que a posição lhe conferia. Nos tempos de glória de sua vida, ele teve 9 esposas, entretanto todas o abandonaram, levando também os seus filhos. Minosse, a mais nova das mulheres, última a ser lobolada, foi a única esposa que permaneceu ao lado do antigo régulo. Minosse é apresentada como uma mulher que respeita as tradições e foi ensinada que no casamento deve ser subserviente ao marido, devendo-lhe respeito e obediência. O casal vive em Mananga um povoado que naquele momento sofria com a seca e a escassez de alimentos.

No final do primeiro capítulo, Sianga, em diálogo com Minosse, revela o seu pesadelo:

- Tenho viajado em florestas calcinadas, regadas de sangue e ossos humanos espalhados por todo o lado. Esta noite estava rodeado de espectros dançando à minha volta. Bebiam vinho tinto em taças feitas de crânios dos mortos passados

⁸ Régulo é uma posição administrativa conferida a algumas chefias tradicionais que colaboravam com o governo colonial português em atividades de organização das populações colonizadas para o trabalho, recolhimento de impostos e outras atividades. Os régulos perderam as suas posições de poder com a Revolução Frelimista, sendo substituídos por outros quadros administrativos.

e recentes. E o vinho que bebiam era sangue puro, sangue inocente. Empurrei os espectros que fechavam o meu caminho e tentei fugir mas eram tantos os ossos dos mortos que não sobrava um espaço para meter o pé. Foi daí que, na tentativa de fuga, pisei um crânio e um osso fragmentado de um maxilar que me feriu a planta do pé. Senti dores e gritei. As dores despertaram-me e dei por mim gritando como um menino. Saltei da cama acariciando o pé e este doía-me na realidade. Quando já me convencia a mim mesmo de que não passava de um sonho mau, ouvi trovoadas distantes no ventre da madrugada.

- Trovoadas! – interrompe Minosse. – Deve ser chuva, awêêê!...

- Chuva não, mãe de Manuna; era fogo. Saí da palhota para escutar. O ribombar ouvia-se distante. Trepei o cume da figueira e vi. Os clarões eram enormes, acendiam e apagavam, fogo aceso calcinando a terra tal como vi nos sonhos. (CHIZIANE, 1999, p. 33)

Em seu pesadelo, Sianga vê uma terra devastada por morte e sofrimento de vidas inocentes causadas por espíritos que dançavam sobre as cenas macabras. Ao despertar, sentido as mesmas dores que sentiu no sonho, o antigo régulo ouve uma trovada, sai de casa e sobe em uma árvore para observar o horizonte, então, ele percebe que os clarões no céu não se tratavam da tão esperada chuva, mas eram o fogo da guerra que já atingia o povoado vizinho de Macuácuá, como diziam os relatos que chegavam pelos parentes dos habitantes de Mananga.

Nesse trecho, é possível observar a imbricação entre o sobrenatural e a vida terrena dos personagens. O sonho premonitório, carregado de simbolismos pertence ao universo do sobrenatural, mas se estende ao mundo dos vivos, nas pequenas continuidades estabelecidas por Sianga, a dor no pé que permanece ao acordar e o fogo, a guerra que trará as mortes e o banho de sangue sonhados, que chega ao povoado vizinho. No universo cultural de muitas sociedades africanas não há divisão clara entre o sobrenatural e o mundo dos vivos, assim como a atuação dos antepassados permanece presente na vida de seus familiares que ainda não morreram.

Laura Padilha aborda a imbricação constituinte do natural e sobrenatural, do mundo dos vivos e dos mortos, presente na maioria das culturas africanas, a partir da força vital, elemento central para a configuração da visão negro-africana do mundo.

Tal força faz com que os vivos, os mortos, o natural e o sobrenatural, os elementos cósmicos e os sociais interajam, formando os elos de uma mesma e indissolúvel cadeia significativa [...]. Intermediando o vivo e o morto, bem como as forças naturais e as do sagrado, estão os ancestrais, ou seja, os antepassados. [...] Eles estão, assim, ao mesmo tempo próximos dos homens, dos deuses e do ser supremo, cujas linguagens dominam. [...] A ancestralidade é o princípio base e o fundamento maior que estrutura toda a circulação da energia vital (PADILHA, 1995, p. 10, apud MARTINS, 2021, p. 62).

Ao escutar sobre o sonho premonitório de Sianga, Minosse pergunta se eles teriam voltado para os tempos das guerras antigas com os *nguni*. Sianga responde: a história repete-se, minha mulher. E pela narrativa que escutei, os tempos dos *nguni* ainda foram melhores (CHIZIANE, 1999, p. 35). Novamente estamos diante do tempo espiralar da narrativa, com seus recuos e avanços sobre o tempo Sasa, a partir do que já integra o tempo *Zamani*. Já podemos prever parte dos acontecimentos que virão: a repetição das histórias de guerra, sofrimento e fome e das histórias dos pequenos contos presentes no prólogo.

Na última cena do primeiro capítulo, um soldado armado da RENAMO aborda Sianga e Minosse no celeiro deles e saúda o régulo, ele afirma trazer boas novas. A semente da guerra começa a germinar em Mananga.

O tempo espiralar será reafirmado em outros momentos da narrativa, em alguns casos através da descrição da natureza, como ao final do capítulo 2:

Os amantes trocam um olhar de silêncio, silêncio de amor. Entardece. Em silêncio toda a natureza luta pela sobrevivência. Os lagartos depositam o último ovo e morrem. As plantas protegem a última semente que germinará nas próximas chuvas e morrem. Os homens botam cada dia mais ovos nos ventres das mulheres, e elas já grávidas, suspiram: os outros já morreram. Talvez os deuses me protejam e dêem a vida a este que trago no ventre (Chiziane, 1999, p. 40)

A vida é oposta à morte, as sementes, os ovos e os fetos estão em oposição aos reprodutores vegetais e animais e as crianças humanas que morrem. No fim da tarde, a morte segue o seu ciclo na luta pela sobrevivência.

No capítulo 3, a noite em Mananga irá trazer a chegada dos cavaleiros do Apocalipse.

Tudo cai. O ciclo da desgraça evolui e está prestes a atingir a fase crucial: a colheita do diabo.

Há cavaleiros no céu. O som das trombetas escuta-se no ar. Na terra há saraivada e fogo e tudo se torna em “Absinto”. Quem tem olhos que veja, quem tem ouvidos que escute.

Os cavaleiros são dois, são três, são quatro. São os quatro cavaleiros do Apocalipse, maiwêê!, é tempo de cavarmos a nossas sepulturas, yô! Descem do céu do canto do pôr do Sol. São majestosos, fortes, brilhantes como o sol. São invisíveis como o vento e impiedosos como o fogo, yô!, quem tem olhos que os veja (CHIZIANE, 1999, p. 47)!

De forma metafórica, a aterrissagem dos cavaleiros é descrita no romance. O terceiro e o quarto agem em segredo, preparando caminho para o segundo e o primeiro que são cavaleiros

mais nobres e imponentes. Estes descem dos céus em meio a um bombardeio de mísseis que decepa a pata dianteira do primeiro cavaleiro, despertando a fúria e a sede por vingança. O pressentimento das tragédias trazidas pela guerra já está presente na população que acessa as memórias dos tempos das guerras antigas, as guerras de expansão do Império Nguni, como nomeadas no romance:

no povo reina o medo e a insegurança, o pior pode acontecer a qualquer momento, estão a caminho os quatro cavaleiros do Apocalipse, é tempo de cavarmos as nossas sepulturas, yô (CHIZIANE, 1999, p. 47)!

Ao longo do romance, é possível evidenciarmos a repetição de fórmulas da oralitura moçambicana que trazem para o texto a dinâmica da contação de histórias performada oralmente. No trecho acima, encontramos “é tempo de cavarmos as nossas sepulturas, yô” que é repetida algumas vezes ao longo do terceiro capítulo. A repetição das fórmula também traz elementos culturais que fazem parte do universo moçambicano, como a fórmula bíblica “quem tem olhos que o veja”.

A chegada dos quatro caveleiros do Apocalipse coincide na narrativa com a chegada dos soldados da RENAMO que antes escondidos nas matas próximas ao povoado, agora conspiram com o régulo Sianga pela tomada do poder em Mananga e a expulsão dos agentes do Estado Frelimista.

Na voz do narrador, são descritas motivações expressas no discurso da RENAMO para a efetivação da Guerra Civil, entretanto ele evidencia que apesar das dicotomias em relação ao tratamento das práticas religiosas tradicionais e à organização social a partir das etnias e dos clãs familiares, combatidas pela FRELIMO, haveria pouca alteração entre o que era defendido pelos lados opostos da disputa. Esse fato levanta o questionamento da necessidade real do conflito ou das causas primeiras, já que entre os dois grupos que disputam, há pontos importantes de convergência.

Na verdade, o discurso feito pelo rapaz não é muito diferente daquele que faz o secretário da aldeia. Existe diferença, mas pequena. Enquanto o secretário da aldeia fala dos opressores, este jovem chefe também fala de opressores. O primeiro fala de grupos obscurantistas que devem ser banidos, e este enaltece estas práticas e promete restaurá-las. Disse ainda mais: que os atuais secretários da aldeia são uns estrangeiros pois não pertencem à tribo nem ao clã. Disse que os régulos são os verdadeiros representantes, medianeiros entre os desejos do povo e os poderes dos espíritos. Falou ainda da liberdade, fraternidade, unidade,

e muitas coisas iguais àquelas que diz o secretário da aldeia. (CHIZIANE, 1999, p. 50).

A narrativa segue conduzida pelo tempo espiralar. A preparação do golpe arquitetado por Sianga e pelos combatentes da RENAMO traz o prenúncio do retorno aos tempos das temidas guerras do Império Nguni e ao sofrimento da seca e da fome. A morte se aproxima e com ela é enunciado novamente a fórmula, “é tempo de cavarmos as nossas sepulturas, yô”:

O ciclo da desgraça está quase consumado. O golpe final está planejado. A hora caminha no encontro do segundo cavaleiro. Vem das trevas do céu, caminha devagar bramindo tempestades. A sua marcha é ritmada, tem a música dos choros. Caminha às ondas porque navega nos rios do sangue que corre dos mártires. Atravessa o Cruzeiro do Sul e segue a direção norte. Está quase tudo preparado, a seca já abriu clareiras em todos os bosques para que o segundo cavaleiro faça uma aterragem triunfal na hora. Os homens trabalham de sol a sol no preparo da grande ceifa; faltam poucos instantes, é hora de cavarmos as nossas sepulturas, yô (CHIZIANE, 1999, p. 55)!

Em contraposição ao tempo espiralar do romance de Paulina Chiziane a narrativa historiográfica da FRELIMO escreve sobre a história e a nação de Moçambique a partir de uma temporalidade linear, orientada para o futuro por meio do processo revolucionário. Essa narrativa é teleológica e guarda em si mesmo a semente e o resultado da vitória. Dentro desse quadro, a Frente recupera o passado do Império Nguni, ressaltando o seu papel de resistência à colonização portuguesa para se colocar como herdeira do legado de resistência e poder para liderar o povo moçambicano após a independência e durante o processo de disputa pelo poder da Guerra Civil Moçambicana. Nesse discurso há o apagamento das contradições desses processos históricos e das vozes dissonantes.

Considerações finais

A partir da reflexão proposta sobre a temporalidade da escrita da história adotada pelas fontes oficiais do governo moçambicano, aliada ao fato dos poucos espaços possíveis para a problematização dessa escrita ou reflexão crítica sobre ela, podemos entender o importante papel desempenhado pela literatura. A partir da leitura do romance, é possível nos perguntarmos, como seria a escrita da história moçambicana se ela pudesse também abarcar a adoção de outras temporalidades? Temporalidades essas ligadas aos espaços de oralitura constituintes dos diversos grupos étnicos que formam a sociedade moçambicana. E quais seriam as implicações da adoção desse outro modelo temporal na escrita da história para a configuração do projeto de sociedade

moçambicana que estava em curso, conduzido pela FRELIMO, durante a Guerra Civil Moçambicana.

Em *Ventos do Apocalipse*, Paulina Chiziane propõe esse deslocamento ao estruturar sua narrativa a partir do tempo espiralar, operando contra a lógica linear e teleológica da historiografia oficial frelimista. O romance convoca vozes femininas, memórias traumáticas e cosmo-percepções ancestrais que o arquivo institucional moçambicano sistematicamente silenciou. A personagem Minosse, as mulheres de Mananga e as histórias contadas em torno da fogueira revelam que o que a história oficial apaga não desaparece; permanece como presença fantasmática, eco abafado de vozes que ressurgem no texto literário. Nesse sentido, a literatura de Chiziane cumpre a função arquivística que este artigo procurou evidenciar: ela reúne o que foi excluído pelo poder arcôntico, rasura a unidade idealizada do arquivo oficial e devolve materialidade às vozes que o arquivo tentou apagar.

Dessa forma, é possível concluir que a literatura, quando exercida em sua dimensão política, como nos aponta Rancière, reconfigura o dizível e o visível, propondo uma nova distribuição dos corpos e das memórias que compõem a história de uma comunidade. O romance de Paulina Chiziane não apenas narra a Guerra Civil Moçambicana a partir das margens, mas também desafia o próprio regime de enunciação que determina quais versões da história merecem existir. Ao adotar o tempo espiralar como estrutura narrativa, a obra recusa a linearidade que fundamenta tanto a historiografia colonial quanto o projeto revolucionário da FRELIMO, apontando para uma escrita da história mais plural e verdadeiramente democrática.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHIZIANE, Paulina. *Ventos do Apocalipse*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo tela*. Rio de Janeiro, Cobogó, 2021.
- RANCIERE, Jaques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Editora 34, 2017.

FECs: a construção documental do isolamento compulsório na Colônia Santa Isabel

André Luiz de Jesus Bueno

Mestre em Educação e Docência
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo: Inaugurada em 1931, a Colônia Santa Isabel, localizada no atual município de Betim/MG, foi criada para o isolamento compulsório de pessoas acometidas pela hanseníase, política extinta apenas em 1986. Nesse espaço segregado formou-se uma sociedade diversa, marcada por experiências de sociabilidade e resistência. Ao ingressar na Colônia, os internos eram registrados por meio das Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs), documentos que acompanhavam suas trajetórias dentro da instituição. O acervo documental da Colônia Santa Isabel foi inventariado como patrimônio cultural de Betim em 2002 e encontra-se atualmente sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM). O presente trabalho propõe analisar as FECs como importantes fontes históricas, evidenciando experiências de internação, práticas de cuidado e registros de violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro no contexto do isolamento compulsório da hanseníase.

Palavras-chave: Colônia Santa Isabel; hanseníase; Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FEC).

Introdução

A hanseníase ocupou lugar central nas políticas de saúde pública brasileiras ao longo do século XX, período em que o Estado adotou o isolamento compulsório como principal estratégia de controle da doença. Fundamentada em concepções médicas, sanitárias e sociais da época, essa política resultou na criação de 33 colônias de segregação destinadas ao confinamento de pessoas acometidas pela enfermidade, provocando profundas rupturas familiares, sociais e afetivas. Em Minas Gerais, a Colônia Santa Isabel, inaugurada em 1931, tornou-se uma das principais instituições desse sistema, permanecendo em funcionamento até a extinção oficial do isolamento compulsório, em 1986.

Ao ingressarem na Colônia, os internos passavam a ser registrados por meio das Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs), documentos produzidos pela administração sanitária para acompanhar suas condições de saúde, tratamentos, transferências e demais aspectos de suas trajetórias institucionais. Embora elaboradas com finalidade administrativa e médica, essas fichas

ultrapassam seu caráter burocrático, constituindo importantes testemunhos das experiências vividas pelos indivíduos submetidos ao isolamento.

Atualmente sob a guarda do Arquivo Público Mineiro e inventariado como patrimônio cultural do município de Betim desde 2002, o acervo documental da Colônia Santa Isabel representa uma fonte singular para a compreensão da história da hanseníase no Brasil. (BETIM, 2025). As FECs preservam informações que permitem investigar não apenas práticas de assistência e controle sanitário, mas também aspectos das relações sociais estabelecidas no interior da Colônia, evidenciando estratégias de sobrevivência, formas de sociabilidade e experiências de resistência construídas pelos internos.

Considerando a ainda reduzida produção bibliográfica dedicada às Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs) da Colônia Santa Isabel, este artigo fundamenta-se principalmente na análise do inventário do acervo documental da instituição, atualmente reconhecido como patrimônio cultural. A investigação das FECs, preservadas nesse conjunto documental, permitiu o acesso a registros produzidos no cotidiano da Colônia, constituindo uma fonte privilegiada para a compreensão das experiências dos internos, das práticas institucionais de cuidado e controle, bem como dos impactos da política de isolamento compulsório. Dessa forma, o estudo busca evidenciar como esses documentos revelam trajetórias individuais e coletivas, contribuindo para os processos de preservação da memória, reparação histórica e ampliação do debate sobre as violações de direitos humanos associadas à hanseníase no Brasil.

As Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs): produção, função e conteúdo

As Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs) constituíam instrumentos centrais da política de controle da hanseníase implementada pelo Estado brasileiro ao longo do século XX. Produzidas no âmbito das instituições sanitárias responsáveis pela identificação, monitoramento e internação dos doentes, essas fichas acompanhavam a trajetória dos indivíduos desde o diagnóstico da enfermidade até sua permanência nas colônias de segregação. Por meio delas, o paciente era incorporado a um complexo sistema de registros médicos e administrativos que subsidiava as ações de vigilância epidemiológica e de controle institucional.

Entretanto, a estrutura assistencial destinada ao enfrentamento da hanseníase não se limitava às colônias de isolamento. O aparato sanitário era composto também pelos dispensários,

responsáveis pela identificação dos casos, realização de exames, acompanhamento epidemiológico e encaminhamento dos pacientes, bem como pelos preventórios e educandários, instituições destinadas aos filhos considerados saudáveis dos internos, frequentemente separados de suas famílias em decorrência das diretrizes sanitárias vigentes.

No caso da Colônia Santa Isabel, essa rede institucional era integrada pelo Dispensário Central de Belo Horizonte e pelo Dispensário de Santa Isabel, vinculado à denominada "zona doente". O Dispensário Central desempenhava papel fundamental na coleta das informações iniciais dos pacientes, reunindo dados cadastrais, clínicos e epidemiológicos necessários à formalização dos processos de internação. (BUENO, 2024). Já o Dispensário de Santa Isabel era responsável pela atualização contínua desses registros, incorporando informações referentes à evolução clínica, aos tratamentos realizados, às transferências, aos retornos e a outros acontecimentos relacionados à permanência dos internos na instituição.

Dessa forma, as FECs extrapolavam a função de simples prontuários médicos. Tratavam-se de documentos produzidos de forma contínua por diferentes agentes e instituições, reunindo informações de natureza sanitária, administrativa, econômica e social. Atualmente, esses registros constituem importantes fontes históricas para a compreensão das políticas públicas de combate à hanseníase, das experiências de internação e das múltiplas formas de intervenção do Estado sobre a vida dos indivíduos submetidos ao isolamento compulsório.

Para a presente pesquisa, foi analisado um conjunto de FECs produzidas entre as décadas de 1930 e 1950, com o objetivo de compreender a estrutura documental e as tipologias de informações registradas nesses documentos. De modo geral, observam-se campos padronizados contendo dados pessoais, como nome, idade, sexo, cor, naturalidade e estado civil. No que se refere às informações relativas à internação, destacam-se o número de registro na Colônia, a procedência institucional do paciente e os registros administrativos relacionados à sua admissão. Os dados sociais presentes nas fichas merecem atenção especial por revelarem aspectos que extrapolam a esfera médica. Entre eles encontram-se informações referentes ao grau de instrução, à condição econômica do indivíduo, bem como avaliações sobre sua aptidão para o trabalho físico e intelectual. Tais registros evidenciam o interesse da administração sanitária em produzir um conhecimento amplo sobre os internos, classificando-os não apenas sob critérios clínicos, mas também sociais e econômicos.

Outro elemento de grande relevância é a presença, no corpo documental das fichas, é uma seção destinada ao acompanhamento da trajetória do indivíduo na Colônia. Nela eram registrados serviços prestados, avaliações de comportamento, características de personalidade e outros acontecimentos considerados relevantes pela administração. Esses registros permitem reconstruir aspectos do cotidiano institucional e das relações sociais estabelecidas no interior da Colônia Santa Isabel, revelando episódios de evasão, retorno, transferência, falecimento e, em alguns casos, envolvimento em ocorrências disciplinares ou criminais.

A análise comparativa do conjunto documental também evidencia transformações na estrutura das FECs ao longo do tempo. Observa-se a incorporação gradual de novos campos de informação, como a identificação de familiares, o acompanhamento sistemático dos tratamentos e a inclusão de fotografias dos pacientes. Essas imagens, geralmente produzidas em poses frontais e laterais, remetem aos procedimentos de identificação utilizados por instituições policiais e prisionais da época, reforçando o caráter de vigilância, classificação e controle inerente à política de isolamento compulsório da hanseníase.

Contudo, as Fichas Epidemiológicas e Clínicas registraram muito mais do que informações médicas, administrativas ou dados pessoais considerados sensíveis na atualidade. Esses documentos constituem importantes testemunhos históricos de uma população marcada pelo estigma social da doença e submetida a uma política pública baseada na segregação institucional. Em suas páginas encontram-se vestígios de trajetórias individuais e coletivas, experiências de internação, rupturas familiares, deslocamentos forçados e estratégias de adaptação à vida nas colônias.

Figura I – Reprodução de uma Ficha Epidemiológica e Clínica (FEC) utilizada entre as décadas de 1930 e 1940.

[illegible]

Fonte: Centro de Memória da Hanseníase Luiz Verganin.

Nesse sentido, as FECs permitem compreender não apenas a história da hanseníase, mas também os impactos sociais e humanos das políticas de isolamento compulsório implementadas pelo Estado brasileiro ao longo do século XX. Seus registros revelam como a intervenção estatal ultrapassou os limites do tratamento médico, alcançando dimensões familiares, afetivas e comunitárias. Assim, além de instrumentos de controle sanitário, as FECs constituem fontes fundamentais para a análise das violações de direitos humanos associadas ao isolamento compulsório e para a preservação da memória daqueles que vivenciaram esse processo histórico.

O acervo documental como patrimônio cultural

Inventariado como patrimônio cultural do município de Betim em 2002, na categoria de fontes arquivísticas, o acervo documental da Colônia Santa Isabel constitui um dos mais

importantes conjuntos documentais relacionados à história da hanseníase em Minas Gerais. Formado a partir das atividades administrativas, médicas e assistenciais desenvolvidas na instituição ao longo do século XX, o acervo reúne registros produzidos no contexto da política de isolamento compulsório adotada pelo Estado brasileiro entre as décadas de 1930 e 1980, período em que milhares de pessoas acometidas pela hanseníase foram segregadas do convívio social e familiar (BETIM, 2026).

Mais do que um conjunto de documentos administrativos, esse acervo materializa a memória de uma política pública que marcou profundamente a vida de milhares de indivíduos e suas famílias. Seus registros revelam não apenas os procedimentos de identificação, internação, tratamento e acompanhamento dos pacientes, mas também aspectos das práticas institucionais de vigilância, controle e assistência que caracterizaram o modelo segregacionista adotado no país. Nesse sentido, o acervo constitui uma importante fonte para a compreensão das relações entre saúde pública, exclusão social, direitos humanos e memória.

Atualmente, o conjunto documental encontra-se sob a responsabilidade do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), estando sua guarda permanente sob a custódia do Arquivo Público Mineiro (APM). Sua preservação representa uma importante ação de salvaguarda de documentos relacionados à história da saúde pública brasileira e à trajetória das pessoas atingidas pela hanseníase. O acervo é composto por aproximadamente 40 mil documentos, acondicionados em caixas-arquivo e organizados segundo critérios arquivísticos de preservação e acesso. Entre os principais conjuntos documentais encontram-se as Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs), os prontuários médicos individuais, fichas de atendimento, documentos administrativos, além de livros de óbito e sepultamento produzidos pela própria Colônia Santa Isabel. Esses documentos registram informações referentes aos internos desde sua admissão até os desdobramentos de sua permanência na instituição, constituindo um vasto repositório de dados sobre trajetórias individuais, práticas médicas, relações familiares e experiências de vida no contexto do isolamento compulsório. (BETIM, 2026).

FOTO 01: Fichas Epidemiológicas acondicionadas em caixa-arquivo (box).



Autoria: André Bueno - 24/10/2025 (Galpão da MGS)

Sob a perspectiva do patrimônio cultural, o valor desse acervo ultrapassa sua dimensão informativa. Trata-se de um patrimônio documental de excepcional relevância histórica, social e memorial, capaz de testemunhar experiências coletivas marcadas pelo estigma, pela segregação e pela violação de direitos. Ao preservar os vestígios documentais das pessoas submetidas ao isolamento compulsório, o acervo contribui para a construção da memória social da hanseníase no Brasil, para o reconhecimento das injustiças sofridas por seus atingidos e para a promoção de reflexões sobre as responsabilidades do Estado na produção e reparação dessas experiências históricas.

Nesse contexto, as Fichas Epidemiológicas e Clínicas destacam-se como um dos conjuntos documentais mais significativos do acervo, uma vez que condensam informações médicas, administrativas e sociais capazes de revelar tanto os mecanismos institucionais de controle quanto as trajetórias humanas daqueles que viveram sob o regime de segregação imposto pela política sanitária brasileira.

As Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs) como fontes de reparação histórica

A importância das Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs) ultrapassa seu valor como fonte para a pesquisa histórica. Assim como outros conjuntos documentais produzidos pelas instituições de assistência e controle da hanseníase no Brasil, as FECs assumiram papel fundamental nos processos de reconhecimento e reparação dos danos causados pela política de isolamento compulsório implementada pelo Estado brasileiro ao longo do século XX. No caso da Colônia Santa Isabel, esses documentos constituem registros oficiais capazes de comprovar trajetórias de internação, vínculos familiares e experiências vividas pelos indivíduos submetidos à segregação institucional.

O processo de reparação histórica ganhou força após o fim oficial do isolamento compulsório, consolidado no final da década de 1980. Nesse contexto, destaca-se a criação do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN), fundado em 1981 por ex-internos, familiares e apoiadores da causa. A atuação do movimento foi decisiva para a defesa dos direitos das pessoas atingidas pela hanseníase, para o combate ao preconceito historicamente associado à doença e para a construção de uma nova narrativa social baseada no reconhecimento da hanseníase como uma enfermidade tratável e curável, em contraposição aos estigmas que marcaram sua história.

Paralelamente à luta contra a discriminação, o MORHAN e outras organizações passaram a reivindicar o reconhecimento das violações de direitos humanos praticadas pelo Estado durante a vigência da política de isolamento compulsório. Esse movimento contribuiu para a ampliação do debate público sobre a responsabilidade estatal pelos danos causados às pessoas internadas compulsoriamente e às suas famílias, abrindo caminho para a formulação de políticas de reparação. Como resultado dessas reivindicações, o Estado brasileiro reconheceu oficialmente sua responsabilidade histórica por meio da Lei Federal nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, que concedeu indenização especial às pessoas submetidas ao isolamento compulsório em hospitais-colônia. (BRASIL, 2007) Nesse processo, as Fichas Epidemiológicas e Clínicas, os prontuários médicos e demais documentos produzidos pelas instituições de internação tornaram-se elementos centrais para a comprovação da condição de ex-interno. Os acervos documentais das antigas colônias de hanseníase passaram a ser amplamente consultados, transformando-se em importantes instrumentos de acesso a direitos e em evidências documentais das práticas segregacionistas adotadas pelo Estado brasileiro.

Mais recentemente, os documentos produzidos pelas colônias voltaram a desempenhar

papel fundamental no âmbito das políticas de reparação. Com o Decreto nº 12.312/2024, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o direito à reparação foi ampliado aos filhos que foram separados de seus pais durante o período de isolamento compulsório, sendo instituída pensão especial destinada aos filhos separados em razão da política de isolamento compulsório da hanseníase. (BRASIL, 2025). Novamente, os acervos documentais, especialmente as Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs), assumiram relevância estratégica, uma vez que permitem comprovar tanto a internação dos pais quanto os vínculos familiares necessários para a instrução dos processos administrativos de reparação.

Nesse sentido, as Fichas Epidemiológicas e Clínicas deixaram de ser apenas documentos produzidos para fins de vigilância e controle sanitário, adquirindo novos significados sociais e políticos. Atualmente, constituem provas documentais fundamentais para o reconhecimento de violações de direitos humanos e para a efetivação de políticas reparatórias. Ao mesmo tempo, representam instrumentos de preservação da memória coletiva dos atingidos pela hanseníase, contribuindo para a construção de narrativas históricas que valorizam as experiências daqueles que foram submetidos ao isolamento compulsório.

O caso brasileiro destaca-se internacionalmente por reconhecer, por meio de legislação específica, os danos causados pela política segregacionista e por estabelecer mecanismos de reparação voltados tanto aos ex-internos quanto aos filhos separados de suas famílias. Nesse processo, os acervos documentais das antigas colônias de hanseníase, e particularmente as Fichas Epidemiológicas e Clínicas, converteram-se em importantes suportes de memória, verdade e justiça, reafirmando o papel dos arquivos como instrumentos fundamentais para a garantia de direitos e para a reparação histórica de grupos socialmente vulnerabilizados.

Considerações finais

O presente artigo buscou apresentar as Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs) da Colônia Santa Isabel como importantes fontes documentais para a compreensão da história da hanseníase no Brasil. A análise desse conjunto documental permitiu evidenciar sua relevância em duas dimensões complementares. A primeira refere-se ao seu valor histórico, uma vez que as fichas registram informações médicas, administrativas e sociais que possibilitam compreender aspectos do cotidiano institucional, das práticas de tratamento, das políticas públicas de saúde e das experiências vividas pelos indivíduos submetidos ao isolamento compulsório. A segunda

dimensão relaciona-se ao seu papel social e reparatório, visto que esses documentos se converteram em instrumentos fundamentais para o reconhecimento das violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro e para a efetivação das políticas de reparação destinadas aos ex-internos e aos filhos separados de suas famílias.

As FECs revelam que a política de combate à hanseníase ultrapassou os limites da assistência médica, constituindo um amplo sistema de vigilância e controle social que impactou profundamente a vida dos indivíduos atingidos pela doença. Ao registrarem trajetórias pessoais, relações familiares, condições socioeconômicas e experiências de internação, esses documentos preservam a memória de uma população historicamente marcada pelo estigma, pela segregação e pela exclusão social. Nesse sentido, as fichas constituem não apenas registros administrativos, mas testemunhos das consequências humanas produzidas pela política de isolamento compulsório.

Cabe destacar que, durante décadas, grande parte da documentação produzida pelas instituições ligadas à hanseníase permaneceu dispersa, pouco acessível e vulnerável à perda. Tal situação pode ser compreendida, em parte, pelo fato de esses acervos documentarem práticas estatais que atualmente são reconhecidas como violações de direitos humanos. A preservação desses registros, portanto, não representa apenas uma ação de salvaguarda documental, mas também um compromisso com a memória, a verdade e a justiça.

A transferência e a guarda do acervo da Colônia Santa Isabel pelo Arquivo Público Mineiro representam um importante avanço na proteção desse patrimônio documental. Entretanto, ainda existem desafios significativos relacionados à sua preservação, organização, digitalização e ampliação do acesso público. O desenvolvimento de projetos de pesquisa, ações educativas e iniciativas de difusão do acervo pode contribuir para a ressignificação dessas fontes, ampliando sua utilização tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos próprios atingidos pela hanseníase e seus familiares.

Por fim, as Fichas Epidemiológicas e Clínicas demonstram como os arquivos podem transcender sua função administrativa original e assumir novos significados ao longo do tempo. Hoje, além de constituírem fontes essenciais para a pesquisa histórica, as FECs representam instrumentos de memória e de reparação histórica, contribuindo para o reconhecimento das injustiças sofridas pelas pessoas atingidas pela hanseníase e para a construção de uma sociedade mais comprometida com a preservação dos direitos humanos.

Referências bibliográficas:

BETIM. Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. **Ata da 32ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural de Betim**. Betim, 15 jul. 2025.

BETIM. **Inventário Participativo do Patrimônio Cultural de Betim**. Betim, 2026.

BRASIL. Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007. **Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Pensão especial para pessoas isoladas pela hanseníase e para filhos separados já pode ser solicitada e acompanhada online**. Brasília, DF, 15 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BUENO, André Luiz de Jesus. **As colônias de isolamento da hanseníase de Minas Gerais: possibilidades e caminhos para a proteção do patrimônio da saúde**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-MG, 24., 2024, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2024.

ST05

CAMINHOS ALTERNATIVOS NA HISTORIOGRAFIA



Coordenadores:
Luiza de Almeida Carminati
Igor Giovanni Murta de Sousa

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Tempos em perspectiva: uma breve reflexão acerca do tempo histórico

Laura Vieira Silva Araújo

Graduada em Direito. Mestra em Direito. Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
lauravsa@his.dout.ufmg.br

Resumo: Pensar novas formas de fazer da historiografia, está diretamente ligado a se questionar pressupostos que por muito tempo foram tidos como base da construção histórica. Um deles – e acredito que, talvez, o mais presente na prática historiográfica – é o tempo. A maneira como entendemos o tempo nos redireciona a novas perspectivas de análise de objetos, que não a linear. Marc Bloch (2001) considerou que um problema recorrente nas investigações históricas, fruto de uma percepção linear de tempo, seria a obsessão pelas origens. A busca por esse objeto, além de pressupor uma sequência de fenômenos que caminha sempre “para frente”, anula demais processos que tenham contribuído para a construção daquilo que analisamos hoje. Uma análise histórica não poderia ser, portanto, da simples acumulação de acontecimentos, mas sim, das construções, das pessoas e dos processos que delas derivam, se dando sempre a partir do espaço-tempo. Pensado isso, uma das formas de historiografia seria se pensar os conceitos e sua construção. Para Reinhart Koselleck (2020), a história dos conceitos deve, necessariamente, ser refletida a partir de uma perspectiva espaço-temporal. Para isso, o autor propõe uma maneira alternativa de se pensar o tempo, com base em sua estratificação, que, assim como o que propõe Marc Bloch, vai na contramão da linearidade. Dividido em três estratos – o da singularidade, o das estruturas de repetição e o das mudanças de longa duração –, o tempo histórico não linear possibilitaria uma análise situada e contextualizada dos fenômenos. A partir disso, pensar os fenômenos históricos pela perspectiva da história dos conceitos, seria uma maneira de romper com a temporalidade linear, com a ideia de sucessão e aperfeiçoamento de processos humanos, situando análises a partir de um tempo e espaço específicos, de suas particularidades e do contexto que lhe é próprio.

Palavras-chave: Conceitos; contextualização; tempo histórico.

Introdução

O tempo, tomado como categoria de análise, abriga divergências nas maneiras de se compreendê-lo e, como consequência, de se utilizá-lo como ferramenta de construção de conhecimento. Embora possa não nos chamar a atenção, a forma como enxergamos e, logo, tomamos o tempo, impacta na maneira como organizamos e disseminamos nossos discursos.

Pensar essa categoria histórica em suas múltiplas possibilidades é relevante para compreendermos como nos valem do tempo para legitimar nossa argumentação, em si mesma e, muitas vezes, no *passado*. E sendo o tempo, um lugar que abriga outras categorias – como

passado, presente e futuro – é sempre possível questioná-las e inseri-las em um raciocínio contra-hegemônico.

Por entender que a história partilha seus objetos com outros campos do saber – entre eles, o direito –, propus, nesse artigo, que historicizar o tempo é uma maneira metodologicamente viável e coerente de se questionar pressupostos embasados em uma ideia de tempo linear, e que utilizamos para legitimar discursos e conceitos. E, mais que isso, que o tempo é uma premissa indispensável para qualquer análise que se pretenda histórica.

Pensar outras possibilidades de se compreender o tempo, entendo, é um caminho para questionarmos categorias impostas a nós, que, muitas vezes, tomamos como inquestionáveis.

O Tempo Como Premissa de Análise

Construir uma análise que se pretenda histórica pressupõe algumas especificidades que não podem ser ignoradas. Apesar de ser um campo do saber que transita e recebe objetos de outros campos, a história – e, logo, a análise histórica – se diferencia dos demais, a meu ver, não em seu enfoque, mas em sua perspectiva, em sua forma de olhar; em seu método.

E os muitos métodos de se fazer história, cada um com suas especificidades, compartilham premissas comuns que parecem estar presentes e, mais que isso, serem condição indispensável para a construção da narrativa histórica. Dentre elas, está o tempo. Mas não o tempo simplesmente cronológico, como pensamos em outros campos de estudo: o tempo histórico é além, é o lugar onde todos os fenômenos acontecem, é a lente sem a qual não se faz o “ofício do historiador” (BLOCH, 2001), é a categoria que possibilita a compreensão dos processos em seu *devido lugar*.

Conforme afirmou Marc Bloch, discordando da ideia de que “a história é a ciência do passado” (2001, p. 52) – e cujos motivos da discordância, explicarei alguns à frente – a história é a ciência¹ dos homens no tempo, de modo que não basta, e nem interessa, para uma historiadora apreender o humano, mas sim, sempre inseri-lo na categoria da duração (BLOCH, 2001, p. 55).

¹ Não me aprofundarei, aqui, na discussão acerca do conceito de ciência. Apesar disso, exponho que a ideia de ciência é, para mim, problemática: considero que ela se restringe a um pensamento hegemônico, que desconsidera outros tipos de saberes que não o *europizado*. Isso por que não me deparei, ainda, com um conceito de ciência abrangente, que receba a diversidade dos saberes e conhecimentos, obtidos de formas diversas. Entendo que um critério relevante para se distinguir o que é “ciência” ou não, seria o método. No entanto, percebo que muitos teóricos têm uma percepção igualmente restrita de “método”.

Por sempre estar diante de uma realidade imensa e confusa, a historiadora, para Marc Bloch, é inevitavelmente levada a recortar nela o ponto singular de aplicação de suas ferramentas (2001, p. 52), sendo essa seleção mais ou menos arbitrária, mais ou menos dependente das fontes a que ela tem acesso – e que poderia, por opção, ser diferente – (BLOCH, 2001). Em outras palavras, o trabalho historiográfico passa por selecionar contextos, dentro de infinitas possibilidades, para se dar conta de um determinado problema (HEIRBAUT; SONTAG, 2024, p. 84). Seleção essa que, apesar de arbitrária, precisa se dar a partir do espaço-tempo. E é aí onde está uma das – que considero – maiores diferenças nas formas de análise de ciências distintas, como, por exemplo, a história e o direito.

Enquanto para outros campos do saber, outras ciências, o tempo é apenas uma unidade de medida, muitas vezes dividida artificialmente por convenção, para a história, o tempo é uma realidade viva, concreta e irreversível, é onde estão os fenômenos e, por isso, o único lugar onde sua compreensão é possível (BLOCH, 2001, p. 55). Esse tempo seria tanto uma continuidade, quanto uma mudança, eternas, e é nessa tensão entre continuidades e rupturas que estão os problemas da pesquisa histórica (BLOCH, 2001, p. 55). Por isso, entendo que o elemento principal de diferenciação da história de outros campos de saber está, justamente, na forma de se analisar um mesmo objeto, já que ela “distingue-se [de outras ciências sociais e humanas] apenas pelos seus métodos e pelas normas, com cujo auxílio ela conduz a resultados comprováveis” (KOSELLECK, 2006, p. 120).

No entanto, são muitas as maneiras de se pensar o tempo, dentro e fora da história. E, por vezes, essas maneiras conflitam, o que, a meu ver, interfere diretamente no grau de historicidade de uma análise – histórica e metodologicamente falando –. Para Reinhart Koselleck, a história não possui um objeto de estudo que lhe seja próprio, de modo que sempre os divide com outros ramos do saber, como as demais ciências humanas e sociais, ou seja, analisa fenômenos históricos que podem ser isolados por outras disciplinas, sob pontos de vista diversos (KOSELLECK, 2006, p. 120). Uma dessas disciplinas, e com a qual a história compartilha muitos interesses, é o direito. E nessa interseção, me parece que uma fragilidade na relação entre os dois campos de saber é, justamente, a divergência na forma de entender o tempo.

Algumas perspectivas acerca do tempo histórico

Dentre as muitas formas de se pensar o tempo – cada qual com suas consequências teórico-metodológicas – encontra-se a linearidade. Essa maneira nos coloca de frente para uma pressuposição de acontecimentos sequenciais, como se, partindo de um momento pontual no tempo, o curso dos fenômenos se desse sempre “para frente”, em linha reta.

Um dos problemas da perspectiva linear do tempo, para Marc Bloch (2001), seria a obsessão pelas origens, sendo a busca incessante por esse objeto um equívoco que muitos de nós, pesquisadores, reproduzimos ainda hoje. Desse problema deriva uma tentativa de explicação do mais “próximo” – o presente – pelo mais “distante” – o passado –. A noção de “origem” estaria equivocada por, além de legitimar um tempo linear, pressupor a ideia de demarcação de um ponto inicial do qual decorrem processos que se repetem e impactam na compreensão do mundo, anulando quaisquer outros processos que também contribuíram para o desenrolar de cada fenômeno hoje observado por nós. Em sua medida, o próprio “começo” (que é condição de possibilidade de se pensar as origens) seria efêmero, fugaz (BLOCH, 2001, p. 56). Abandonando-se o tempo linear, abandona-se, também, a ideia de começo, meio e fim.

Além disso, Marc Bloch entendia que a auto inteligibilidade do humano no presente estaria apoiada na suposição de que as gerações sofrem mudanças rápidas e irreversíveis – o que geraria uma ruptura total com instituições “anteriores” – e na determinação de uma sociedade pelo momento logo “anterior” ao que se vive – de modo que as trocas entre as gerações fossem sempre lineares, sem desvios ou interferências externas (BLOCH, 2001, p. 63) –. Isso desconsidera a tensão entre continuidades e rupturas – conformadora do tempo histórico –, e que as rupturas, por menos perceptíveis que sejam, têm o poder de impactar as estruturas da história.

O que me parece, no entanto, é que o direito, em todas as suas formas, enxerga o tempo de uma forma linear e, ao fazê-lo, retoma sua legitimidade *em si mesmo*. Mais que isso: entender o tempo em linearidade faz com que o direito e quem com ele opera pressuponham que ele está, hoje, em seu melhor momento, como se tivesse *evoluído, progredido* no tempo, o que evitaria seu questionamento.

Entendo que essa *autofundamentação* em si mesma deriva da compreensão linear de tempo, na medida em que o direito utiliza essa compreensão para buscar sua legitimidade no passado. O problema estaria justamente nesse último elemento – o passado – já que ele, produto da narrativa

histórica sempre no presente, “não existe”, é um “não lugar”, é o lugar do “não mais”, assim como o futuro é o lugar do “ainda não” (KOSELLECK, 2014, p. 231). O que chamamos de “passado”, portanto, é aquilo que não está acontecendo no agora, é uma reconstrução narrativa feita no presente, que pode ou não, devido ao distanciamento, nos garantir maturação e fontes suficientes para compreender o processo como um todo (BLOCH, 2001).

Nessa perspectiva, a história também não poderia ser a ciência do passado: não poderíamos fazer de fenômenos que somente têm em comum não serem contemporâneos, objeto de um conhecimento racional (BLOCH, 2001, p. 52). Assim como não podemos imaginar uma ciência total do universo em seu estado presente (BLOCH, 2001, p. 52). O próprio presente, para Marc Bloch, seria tão passageiro, que tão logo chega, já se torna um passado recente (2001, p. 60).

Pensando a comunhão de objetos entre história e direito, o tempo em linearidade anularia demais complexidades e interferências na construção dos fenômenos históricos, dentre eles, os conceitos, que são instrumentos de operação tanto histórica, quanto jurídica. Isso porque essa forma de entender o tempo transmite a ideia de que os conceitos “surtem” em um ponto específico do espaço-tempo, ignorando a complexidade de sua construção (KOSELLECK, 2020).

Nesse ponto, cabe uma explicação: Reinhart Koselleck propõe uma distinção entre conceito e palavra. O primeiro engloba a diversidade das experiências históricas e a soma de características teóricas e práticas em uma circunstância, que somente pode ser compreendida enquanto tal por meio do seu uso (KOSELLECK, 2006, p. 109). Ele não é apenas indicador de determinado conteúdo, mas é também seu fator (KOSELLECK, 2006, p. 109) – conectando experiência e expectativa – e abriga em si diferentes camadas de significado, diacronicamente² escalonadas (KOSELLECK, 2020, pos. 142).

A palavra, por sua vez, se torna um conceito quando se agregam as circunstâncias políticas, sociais e empíricas por ela representadas. Por causas próprias da linguagem, uma palavra pode desaparecer sem que o objeto que descrevia seja afetado, já que fenômenos linguísticos e sociais têm tempos e modos de resistência diferentes (BLOCH, 2001, p. 137). Seu sentido pode

² São considerados processos diacrônicos aqueles que se repetem de forma análoga (KOSELLECK, 2014, p. 194), de forma “linear”, como uma sucessão de acontecimentos. Essa visão é comumente utilizada para se ensinar a história. Por outro lado, processos sincrônicos são aqueles que ocorrem em paralelo (KOSELLECK, 2014, p. 194), em várias camadas de tempo, de modo que o que os importa não é a sucessão de acontecimentos, mas a análise da sincronia de diferentes épocas.

variar de acordo com seu uso e seu papel na língua é comandado pelo estado contemporâneo do vocabulário, que reflete o momento sócio-histórico (BLOCH, 2001, p. 59); já um conceito deve sempre abrigar uma multiplicidade de significados (KOSELLECK, 2006, p. 109).

Os conceitos são aquilo que embasa um componente importante, tanto na história (BLOCH, 2001) quanto no direito, sobre a construção de categorias jurídicas e discursos (HEIRBAUT; SONTAG, 2024): a linguística. Operamos, em tudo, com a língua e, portanto, com conceitos. Nomear é uma forma de dominação (BOURDIEU, 2019). Compreender a complexidade dos conceitos, especialmente em sua característica fundamental, que é o tempo, deveria ser uma preocupação do direito que se exerce, essencialmente, por meio de discursos.

Michel Foucault vai além, entendendo que o discurso é inerente à sociedade, sendo parte inseparável desta, já inserido na ordem das leis (1996, p. 7). O autor propõe que o discurso é colocado por nós em um lugar que o honra, mas também o desarma, e que todo poder que deriva dele, lhe é dado por nós (FOUCAULT, 1996, p. 7). Pierre Bourdieu afirma que o poder está em todo lugar, e precisamos saber descobri-lo onde ele se deixa aparecer menos, onde ele é mais ignorado (1989, p. 7). Especialmente a partir do direito, transformamos o discurso em uma ferramenta de poder, e isso é possibilitado por aquilo que gostamos de sintetizar no nome de *categorias jurídicas*: os conceitos.

Ao discutir o que chama de “poder simbólico”, Pierre Bourdieu (1989, p. 14) reflexiona que é esse próprio poder quem constrói um dado – ou seja, a ideia que ele quer vincular – pela enunciação – ou seja, pelo discurso, pela linguagem –. No entanto, esse poder só consegue se exercer se for aceito, reconhecido pela sociedade, e esse reconhecimento nos faz esquecer que esse poder é arbitrário, inventado (BOURDIEU, 1989, p. 14). Há, portanto, uma relação constante entre os que exercem o poder e os que se sujeitam a ele (BOURDIEU, 1989, p. 14), e essa ordem é constantemente moldada pelas palavras e conceitos (em grande medida, pela linguagem), uma vez que nós acreditamos na legitimidade das palavras e daquele que fala essas palavras, e isso não produz, nem decorre, necessariamente da competência desses discursos (BOURDIEU, 1989, p. 15). Haveria, portanto, uma valorização da forma, do discurso, pelo autor, maior do que uma valorização da ideia de fato, e isso se relaciona diretamente aos conceitos históricos.

Como afirmei, entendo que o tempo linear reduz a complexidade da conformação dos conceitos, das categorias históricas e jurídicas, por anular demais processos envolvidos nessa

construção. O discurso do direito ainda, por vezes, tem a estranha e conveniente mania de reduzir conceitos à ideia de *institutos*, quase que como um instrumento de colocá-los como já *instituídos*, em um lugar intocável, que não se questiona. Entendo que, para combater esse problema – que, para mim, mais do que de discurso/poder, é também de método – é necessária uma reflexão acerca da *construção* dos conceitos, a partir de uma perspectiva/metodologia histórica.

Uma das formas de possibilitar essa reflexão é buscar se analisar o direito de maneira sempre contextual e espacial/temporalmente situada. A análise de um processo histórico-jurídico de forma contextualizada evita que coloquemos o passado em um lugar onde ele não está e, assim, evita que o direito busque legitimidade nesse passado. Nos situar no tempo e espaço em nossas análises nos faz entender que sempre olhamos para nossos objetos com os olhos do presente, e esse é um primeiro passo para reconhecermos e reduzirmos o anacronismo em nossas investigações.

A busca do direito por um passado que o legitime é carregada de anacronismo, porque sempre parte em direção ao *passado*, com uma busca do presente, tendo sua própria resposta, de certa forma, já moldada nesse presente. Algum grau de anacronismo, entendo, é sempre inevitável – somos seres do presente, preenchidos por esse presente – o que me parece factível é que tentemos identificar esse anacronismo em nós mesmos para, assim, reduzi-lo, controlá-lo.

A narrativa historiográfica é realizada no presente, por um sujeito do presente, que pretende estabelecer uma conexão entre seu objeto de análise e o hoje (HEIRBAUT; SONTAG, 2024, p. 70). Para isso, é fundamental o trabalho de contextualização (HEIRBAUT; SONTAG, 2024, p. 70). Essa contextualização e consequente compreensão do objeto exigem um trabalho teórico e uma terminologia científica (KOSELLECK, 2020, pos. 456-461). Ou seja, apesar da necessidade de se compreender os fenômenos no seu tempo, ao analisarmos conceitos do passado, devemos, sem alterar seu sentido e com respeito à sua significação temporal, entendê-los nos termos de hoje, pois somente temos compreensão nítida sobre os termos do presente, os quais vivenciamos (KOSELLECK, 2020, pos. 351-357).

A contextualização deve, portanto, “ser uma operação básica da historiografia, incluindo a jurídica” (HEIRBAUT; SONTAG, 2024, p. 70). Ricardo Sontag afirma que a narrativa histórica é composta por dois eixos indispensáveis: as regras elementares da arte e opções teórico-metodológicas particulares (HEIRBAUT; SONTAG, 2024, p. 71). Entendo que, especialmente o segundo eixo, separa as reflexões históricas das a-históricas.

Daí a importância da análise contextual e situada, entendendo nossa localização como seres do presente e compreendendo o contexto do processo que estamos investigando como inserido em outro espaço-tempo. Não é possível explicar um fenômeno histórico (e isso cabe ao direito, na medida em que todo processo jurídico é, antes, histórico) fora da compreensão de seu momento (BLOCH, 2001, p. 60). Deslocar um objeto, retirando-o de seu espaço-tempo provoca uma análise incompleta e, mais, metodologicamente equivocada de processos históricos.

A investigação no presente sempre é uma tradução de conceitos e contextos do *passado*, por isso a importância da linguagem, já que é por meio dela que essa leitura imbuída de presente se dá. É preciso “retraduzir” o significado dos processos – e, portanto, dos conceitos – para que possamos explicar e, principalmente, reconhecer, o conceito envelhecido, diante da possibilidade de uma reapropriação e uma releitura de significados do passado – que sobrevivem no sistema linguístico – no presente (KOSELLECK, 2020, pos. 158), já que podemos adquirir conhecimento daquilo que ocorreu, para além de nossa própria experiência, por meio da linguagem.

Assim como cada ciência tem uma percepção do tempo singular, o mesmo ocorre com a estética de linguagem que é própria de cada saber (BLOCH, 2001, p. 54). Marc Bloch entende que uma compreensão e a consequente tradução do conhecimento histórico, que sejam de fato efetivas, dependem de uma linguagem instrumental e adequadamente colocada, pois não podemos compreender perfeitamente o que não sabemos dizer (2001, p. 54-55). E essa tradução é possibilitada pela contextualização. Partindo dessa premissa, o historiador afirma que o papel de uma palavra (e aqui, tomo a liberdade de substituí-la por *conceito*) na língua é sempre comandado pelo estado contemporâneo do vocabulário, que, por sua vez, reflete o estado social do momento (BLOCH, 2001, p. 59).

Ricardo Sontag (2024, p. 74), pensando com semelhanças e divergências essa contextualização, entende que a narrativa histórica necessariamente pressupõe a tarefa de *descontextualizar*, na medida em que o objeto é sempre deslocado para o presente da narrativa. Para reconstruir um significado no presente, o narrador deve (re)contextualizar seu objeto, de modo que sobressaiam tanto os elementos contemporâneos a ele, quanto os presentes (HEIRBAUT; SONTAG, 2024, p. 74). O autor entende que na narrativa historiográfica sempre estarão presentes traços do novo contexto e exemplo disso seria a própria língua e o emprego que fazemos de categorias analíticas do presente (HEIRBAUT; SONTAG, 2024, p. 74).

Para Pierre Bourdieu (1989, p. 7), a *imigração* de ideias sempre tem um impacto porque separa as produções teóricas “contemporâneas” de sua criação – ou seja, o contexto no qual essas ideias se definiram – do campo de produção para cuja definição essas ideias contribuem (e sua contribuição, interferência, nesse campo é menor do que a interferência do campo nas ideias). Por isso, essa imigração de ideias obriga seu contexto *inicial* a se tornar visível, ainda que em outras situações ele fique mais escondido (BOURDIEU, 1989, p. 7). Nesse caso, ele precisa aparecer (BOURDIEU, 1989, p. 7). Aquilo que pontualmente buscamos alcançar com a narrativa historiográfica seria “efetuar uma recontextualização suficiente do texto no passado” (HEIRBAUT; SONTAG, 2024, p. 74).

Devemos cuidar, no entanto, do fato de que o contexto não é *qualquer coisa* externa ao objeto, mas sim, aquilo que permite que a narrativa historiográfica atribua um sentido historicamente adequado ao processo que analisa, a partir de seus questionamentos (HEIRBAUT; SONTAG, 2024, p. 80), lembrando sempre que contextos não são estáticos (HEIRBAUT; SONTAG, 2024, p. 84).

A partir dessa perspectiva, podemos enfrentar novas propostas de como pensar o tempo. Uma delas, a qual explicarei, consiste na ideia de estratificação (KOSELLECK, 2014). Para Reinhart Koselleck, o tempo não é algo como uma flecha que parte do passado em direção ao futuro, como uma forma irreversível de decurso (KOSELLECK, 2014, p. 19). Não é, também, um fenômeno recorrente e circular, que sempre retorna ao ponto de partida (KOSELLECK, 2014, p. 19), como se se dirigisse a uma meta (KOSELLECK, 2020, pos. 10409). Muito menos se dá por meio de curvas conjecturais, de modo que seu curso seja igualmente interpretado de modo linear (KOSELLECK, 2020, pos. 10409). O tempo histórico consiste, para o historiador, em “estratos que remetem uns aos outros, mas que não dependem completamente uns dos outros” (KOSELLECK, 2014, p. 19-20), de modo que, para explicar sua análise, ele os ordena em três.

O primeiro estrato seria o da singularidade do evento, já que, “em um primeiro momento, experimentamos os acontecimentos como ocorrências surpreendentes e irreversíveis”, como “reviravoltas singulares, que estabelecem e liberam, irreversivelmente, forças que estavam represadas” (KOSELLECK, 2014, p. 21). O segundo estrato diz respeito a estruturas de repetição, que tornam possível que eventos singulares ocorram, ou seja, porque certos eventos se repetem continuamente, outros são possibilitados (KOSELLECK, 2014, p. 21). O último estrato refere-se a mudanças de longa duração, ou seja, processos que se estendem “além de uma

geração”, que “ultrapassam os limites do cotidiano”, também chamados de “transcendentes” (KOSELLECK, 2014, p. 24). Esse estrato considera processos que se repetem “em ritmos tão lentos que suas mudanças não podem ser vivenciadas diretamente pelas gerações” (KOSELLECK, 2014, p. 25).

A proposta de Reinhart Koselleck (2014) é de que ambos os estratos coincidem, como se, em um mesmo momento, várias camadas de tempo se sobrepusessem, se atravessassem, de modo que coexistissem para possibilitar um evento. Não pensando precisamente em *passado*, *presente* e *futuro*, o historiador entende que o passado seria sempre atual, conjugando experiências alheias e próprias, que se completam e dão forma ao “espaço de experiência” (KOSELLECK, 2006, p. 309). Da mesma forma, o *futuro* seria sempre um futuro presente, voltado para o ainda não experimentado, atravessado pelo presente, compondo o “horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 310). Ambos – *passado* e *futuro* – têm presenças diferentes no presente.

Renunciando a essa concepção cronológica linear tradicional como fio condutor de nossas análises historiográficas, não seria a história quem se orientaria pela cronologia, mas o contrário (KANT, 1768, apud KOSELLECK, 2006, p. 54). Pensar a história é, inseparavelmente, pensar o tempo (BLOCH, 2001), e isso nos faz refletir de forma mais situada, localizada, contextual. Uma análise histórica não deve ser de uma simples acumulação de acontecimentos, mas sim das construções, das pessoas e dos processos derivados delas.

O tempo histórico compreendido como não linear possibilitaria uma análise mais situada e contextualizada dos fenômenos (HEIRBAUT; SONTAG, 2024). Não é possível compreender um fenômeno histórico fora de seu tempo (BLOCH, 2001). Entender o contexto e a atmosfera daquilo que se está analisando é uma tarefa indispensável à historiadora na construção da narrativa histórica (BLOCH, 2001, p. 55).

O que busquei demonstrar é que, conforme explicou Marc Bloch (2001, p. 68), uma ciência não é definida apenas por seu objeto (e às vezes, ela nem tem um objeto singular e específico). Um outro aspecto que representa a essência dessa ciência é a natureza particular de seus métodos (BLOCH, 2001, p. 68). E, sendo o método um aspecto tão relevante na composição do saber, na medida em que nos *aproximamos* ou nos *afastamos* do presente, nossas técnicas de investigação deveriam ser alternadas (BLOCH, 2001, p. 68). Não seria o tempo o melhor lugar para se pensar essa nova possibilidade?

Considerações Finais

Entender que o tempo é uma premissa indispensável para qualquer análise que se pretenda histórica é, para mim, o primeiro passo para uma aplicação efetiva e coerente de uma metodologia que permita a construção de um saber situado - ou, ao menos, atravessado - pelo campo da história.

Propus, nesse escrito, a relevância de se enxergar o tempo não apenas como uma simples unidade de medida, estática, inquestionável, mas como o espaço que possibilita que os fenômenos se deem da forma como de fato se dão.

Entendo que um ponto importante para essa mudança, é se conhecer novas propostas de tempo histórico, que, além de nos apresentar uma nova possibilidade de reflexão acerca de premissas que, muitas vezes, consideramos imutáveis, nos permitem questionar e, assim, reconstruir conceitos que, por sua vez, impactam diretamente na organização da nossa vida em sociedade. Questionar é sempre um primeiro passo para se refazer.

Referências bibliográficas

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro : Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 15ª ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HEIRBAUT, Dirk; SONTAG, Ricardo. História do direito tradicional e história do direito contextual. In: MARTYN, Georges; DAL RI Júnior, Arno (orgs.). **Métodos da historiografia do direito contemporânea: olhares cruzados entre a Bélgica e o Brasil**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2024. p. 49-108.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro : Contraponto, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução do original alemão: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro : Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de Conceitos; estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. 1ª ed. – Rio de Janeiro : CONTRAPONTO, 2020. Edição do Kindle.

Escritas de si em tempos de fim: O século XX em autobiografias de historiadores vítimas do Nazismo

Abner Madeira Wotkosky

Doutorando em História
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

FAPES

abnermw@gmail.com

Resumo: Podem autobiografias produzidas por historiadores serem consideradas objetos não convencionais de interesse da História da Historiografia e, se sim, em que medida? Fenômeno crescente ao longo das últimas décadas do século XX, as várias formas de escritas de si produzidas por historiadores e outros intelectuais foram impulsionadas pelo *boom* memorial surgido a partir das décadas de 1970 e 1980 na Europa, América Latina e Estados Unidos, muito influenciado pelos estudos acerca do Holocausto e de outros testemunhos de experiências traumáticas do século XX. Partindo das reflexões sobre o conceito de autobiografia produzidas por autores como Paul John Eakin e Jean Starobinski, penso que, assim como em textos historiográficos, as autobiografias partem de questões suscitadas pelo tempo presente do ato da escrita, impactando o modo como o passado será representado e, no caso em questão, como a identidade do autor é posta frente este passado histórico. Nesse sentido, o recorte da pesquisa abrange autobiografias por historiadores judeus de origem germânica que migraram forçadamente para os Estados Unidos devido às políticas raciais da Alemanha nazista na década de 1930. Para este texto, selecionei alguns estudos de caso para observar como o século XX é tratado como “tempo de fim” nestas autobiografias. Para alguns destes historiadores, há a sensação de que a migração/exílio representou a ruptura ou o fim de um mundo que até então era conhecido, e a emergência de uma nova vida ou temporalidade pós-catástrofe. Portanto, penso que ao analisar o estilo de representação desse passado e as escolhas metafóricas presentes nos textos, é possível obter evidências de como esses sujeitos compreendem o que é o tempo, as diferenças e convergências entre história e memória e, falando mais especificamente, como as catástrofes do século XX podem ser entendidas por uma via testemunhal.

Palavras-chave: Historiografia; Autobiografia; testemunho; século XX.

Escritas memorialísticas testemunhais e autobiográficas: possibilidades para a historiografia?

Esse é tempo de partido, é tempo de homens partidos (Andrade, 2000, p. 29).

Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano (Benjamin, 1985, p.115).

Ao longo do, aos poucos cada vez mais distante, século XX, muito se escreveu sobre suas violências e tragédias e o caráter de radical transformação social trazido por elas, como um terremoto que abalou as certezas do mundo. Das considerações de Walter Benjamin sobre a nudez ensurdecidora daqueles que testemunharam a Primeira Guerra Mundial à poesia de Carlos Drummond de Andrade sobre os dramas do que sobrou dos escombros do pós 1945, do absurdo na literatura de Albert Camus aos homens em tempos sombrios de Hannah Arendt, artistas, filósofos e intelectuais das ciências humanas descreveram seu século como um tempo de destruição, catástrofes e, sobretudo, de uma mudança inaudita vivida, experienciada e testemunhada por milhões de pessoas.

Nessa chave de leitura, o tema da memória e da subjetividade das testemunhas destas catástrofes sociais se tornou algo de extrema relevância na ordem do dia, sobretudo na segunda metade do século. Em várias partes do mundo, o fenômeno adquiriu termos diferentes: Falou-se na emergência de uma “Era do testemunho e das testemunhas” (WIEVIORKA, 2006); de uma “guinada subjetiva” (SARLO, 2007) nos temas da literatura e das ciências humanas; e também do surgimento de um novo “espaço biográfico” (ARFUCH, 2009) (re)configurando a subjetividade contemporânea à luz de novos modos de representar o si mesmo e o agenciamento individual.

Esse espaço biográfico é caracterizado, entre outros fatores, pela produção de formas variadas de escritas de si por indivíduos que se entendiam como sujeitos cujas experiências de vida foram atravessadas por grandes eventos do século, como a crise econômica de 1929, a ascensão dos governos autoritários, as guerras mundiais e catástrofes genocídrias como o Holocausto. Tais “escritas de teor testemunhal”, para usar uma expressão do teórico literário Márcio Seligmann Silva (2022, p.152-154), têm sido objeto de interesse dos estudos históricos, sobretudo pelo papel já citado que as discussões sobre memória têm adquirido no ambiente acadêmico e na cena pública desde os anos 1970 e 1980, em diferentes lugares como na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina.

Seja na forma de livro de memórias, diários, naquilo que convencionalmente se conhece como literatura de testemunho (o exemplo clássico são os relatos de sobreviventes dos campos de concentração e extermínio durante a Segunda Guerra Mundial) ou textos autobiográficos, as escritas de teor testemunhal se caracterizam por produzirem, entre outras coisas, visões sobre o indivíduo no e com o tempo histórico, interpretações e leituras de eventos de importância social sob a ótica subjetiva dos indivíduos; em suma, tais textos produzem conteúdos que podem ser

interpretados sob um caráter historiográfico mas que não possuem necessariamente o mesmo compromisso ético e epistêmico que obras de cunho acadêmico, podendo ser considerados então, do ponto de vista da História da Historiografia, artefatos historiográficos não-convencionais.

Por questões de espaço e temática, não tenho como aqui pormenorizar as definições de “artefato historiográfico” a que me refiro. O que é possível dizer é que penso que existem, no caso em questão, elementos que aproximam as escritas autobiográfica e historiográfica como formas de representar as experiências humanas no e com o tempo. Um destes elementos em comum é o fato de ambas as escritas partirem de um lugar social (CERTEAU, 2020) situado em um tempo presente do ato de escrita, não sendo portanto reproduções do “passado como foi”.

Autores como o teórico literário Jean Starobinski (1971), ao falar sobre um estilo da escrita autobiográfica atrelado ao momento do indivíduo enquanto escritor, e o teórico de autobiografias Paul John Eakin (2019), com seu conceito da autobiografia como uma forma de narrativizar a identidade, reforçam a ideia de que uma autobiografia é uma construção retrospectiva que diz muito mais sobre o momento em que ela está sendo produzida, e o passado ali descrito é atravessado por traumas, recortes memorialísticos e questões referentes ao processo de produção do texto.

Meu recorte visa analisar autobiografias de historiadores de ancestralidade judaica que foram alvo das políticas raciais do Nazismo, e que tiveram de migrar forçadamente para fora da Alemanha e da Europa Central, no contexto de expansão do Terceiro Reich na década de 1930. Segundo o especialista em autobiografias de historiadores Jeremy D. Popkin, esses historiadores judeus representaram o extrato mais numeroso e importante entre os historiadores do século XX que se dispuseram a se tornarem autobiógrafos (POPKIN, 2003;2005). São historiadores que, nas palavras do historiador do Holocausto Saul Friedländer (2012,p.27), reconheciam o período em que viveram como muito mais do que um possível objeto de interesse historiográfico, mas algo de interesse muito mais pessoal. No meu entendimento, parte do interesse na escrita autobiográfica por vários historiadores no final do século XX tem relação com esse reconhecimento, impulsionado pela atmosfera de interesse público e acadêmico nas escritas testemunhais³.

³Para além do recorte aqui citado, outras tradições e linhas historiográficas teorizaram e pensaram o fenômeno das escritas de si e autobiografias produzidas por historiadores como possibilidade de escrita da história a luz desse reconhecimento, tanto das especificidades de determinados eventos da história do século XX, como do ambiente de

A partir da análise de dois catálogos produzidos em 1993 e em 2016 (EPSTEIN, 1993; DAUM, LEHMANN e SHEEHAN, 2016), que basicamente descrevem de modo sucinto as principais características e obras dessa comunidade de historiadores imigrantes, é possível perceber um considerável número de textos de cunho autobiográfico e memorialístico entre as produções desses historiadores, sobretudo a partir da década de 1970, confluindo justamente com o momento de *boom* memorial e testemunhal que citei anteriormente. Outro aspecto relevante do surgimento desse corpus literário de autobiografias, levando em consideração que a maior parte destes imigrantes era de judeus, é que ele pode ser considerado parte de um campo literário maior que abarca conjuntamente as escritas testemunhais de judeus sobreviventes dos campos de concentração e extermínio nazistas.

Tais escritas autobiográficas testemunhais demonstram uma forma de produção de conhecimento sobre o passado histórico que pode ser resumida numa paráfrase feita pela filósofa Hannah Arendt, citando a pensadora Isaak Dinensen, no livro *homens em tempos sombrios*: “todas as dores do mundo podem ser suportadas se você as puser numa história ou contar uma história sobre elas. A história revela o sentido daquilo que, do contrário, permaneceria como uma sequência intolerável de puros acontecimentos” (ARENDT, 2008, p.104). Discordo aqui do uso do verbo “revelar”, pois acho que a questão se dá mais na lógica de produzir um sentido; mas a frase citada por Arendt nos lembra de fato que o ato de narrar é uma tentativa de criar coerência e ordem, ainda que provisória, na nossa existência. A experiência vivida, ao ser narrada, transforma-se, em um movimento fundamental para o exercício de compreensão e definição das representações dessas experiências; e para o ato de narrar experiências, importa tanto o conteúdo selecionado pela memória quanto às estratégias de representação, o estilo de escrita, aquilo que é selecionado e aquilo que não é dito. Parafraseando o filósofo Paul Ricoeur (2010, p.322), ao falar sobre a organização de visões que a ficção pode trazer para um horror como o do Holocausto, é possível dizer que o ato de narrar dá aos leitores, e ao próprio narrador, olhos para ver e chorar sobre o horror e o real inexplicável.

Em referência ao tema do XIII EPHIS, evento de onde originalmente partiu este texto que aqui escrevo, trago exemplos sobre a leitura e interpretação que algumas destas autobiografias fazem do século XX enquanto “tempo de fim”, de acontecimentos disruptivos que marcaram,

presentismo memorialista em vários países a partir das décadas de 1970 e 1980. Um dos movimentos mais reconhecidos é o da tentativa de criação da chamada Ego História na França, pensada por Pierre Nora como um possível gênero historiográfico, nas palavras do autor, para uma nova era marcada pelos abalos das referências clássicas de objetividade histórica e pelo interesse presentista nas investigações dos historiadores (NORA, 1989, p.9).

do modo descrito por aqueles e aquelas que o viveram, como tempo de uma mudança social sem precedentes e que representou uma espécie de “fim de mundo”, ou ao menos, uma transformação radical do mundo que era conhecido por aquelas pessoas, que agora vivem em uma “temporalidade pós-catástrofe”.

Estar em uma temporalidade pós-catástrofe significa habitar um tempo que coexiste com essas catástrofes, ou ao menos com o que restou com elas. No caso destes autores tratam-se, de um modo ou de outro, de sujeitos que se veem como sobreviventes e testemunhas oculares das catástrofes sociais. Isso marca o estilo e a construção de identidade narrativa que estão presentes em seus textos autobiográficos. A intensidade da catástrofe enquanto evento deixa marcas profundas nos sobreviventes e em seus contemporâneos, de modo que impede um tratamento frio e desinteressado do ponto de vista pessoal, quando se escreve ou produz conhecimento sobre tais eventos.

Escrevendo sobre si diante do fim: dois casos opostos

Cito agora dois exemplos, para clarificar o que estou falando em termos de abordagens dos eventos limite do século XX como produtores de “fim do mundo”. O primeiro exemplo é o do especialista em história do renascimento e de diplomacia do século XX Felix Gilbert, que em 1988 publicou o livro *A European past*, uma narrativa memorialística que cobre os primeiros 40 anos de sua vida, de 1905 a 1945, que ele mesmo chama de seu “passado europeu”, de sua infância em Berlim ao exílio nos Estados Unidos provocado pelos Nazistas, com um breve retorno à Alemanha durante o fim da Segunda Guerra Mundial. Neste livro, Gilbert se coloca como representante de uma geração, em suas palavras, “cética com os valores do passado, cética com a estabilidade do futuro” (GILBERT, 1988, p.27). A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Alemã de 1919 são aqui eventos que literalmente marcaram o fim de uma era, a ascensão do Nazismo é colocada como fator de aceleração de mudança social, e o retorno do autor na década de 1940 é um encontro para descobrir “o que restou do mundo que ele conhecia”. Uma narrativa bastante descritiva e que, de modo importante, é colocada pelo seu autor como fundamentalmente diferente de um exercício acadêmico: para Gilbert, história e memória deveriam sempre ser vistas como distintas.

A atitude de Gilbert diante da história fica bem caracterizada em um episódio narrado por ele, logo no primeiro capítulo, momento em que falava de sua infância antes da Primeira Guerra

Mundial, caracterizada pelo autor como sendo quase um conto de fadas dourado, pensando nela tantas décadas depois (GILBERT, 1988, p.21). Em um dado momento, ele interrompe a narrativa sobre os anos 1910 para lembrar de um episódio que ocorreu quando era professor do Bryn Mawr College, uma faculdade para mulheres localizada no Estado da Pensilvânia. Eram os anos 1950, e Gilbert havia retornado de uma curta viagem na Europa a serviço da Inteligência do governo dos Estados Unidos durante o final da Segunda Guerra. Nos anos em que trabalhou no Bryn Mawr, além de aulas sobre Renascimento Italiano, deu um curso sobre a História Contemporânea Europeia, desde 1890 até o que seriam então os “dias atuais”. Em uma das aulas deste curso, ele usava a si mesmo como exemplo para contextualizar para suas alunas o que era parte do mundo europeu no início do século. Comentou com a classe que, quando criança, participou de um cortejo durante férias próximo à Viena, no qual estava sendo homenageado o então Imperador Francisco José I. A reação imediata das alunas era de espanto, como se ao ter aulas com Gilbert estivessem diante de um monumento vindo de um passado muito distante da então década de 1950. Com isso, Gilbert diz que seu objetivo na aula estava alcançado: mostrar as estudantes como passado e presente se entrecruzam, como existiam continuidades e que a história seria algo vivo, do qual elas mesmas faziam parte. Porém, conclui Gilbert, agora olhando em retrospectiva, ele compreende de outra forma o espanto das alunas:

Com o passar dos anos, entretanto, eu estou inclinado não apenas a entender a reação imediata das estudantes, mas compartilhá-la. Passar férias em uma pequena e remota vila na Áustria do pré-guerra certamente tinha as suas pequenas inconveniências e humilhações, mas o que você via e se vivenciava também possuía uma certa emoção e singularidade que hoje fazem com que pareça não apenas uma terra diferente, mas um mundo diferente(GILBERT, 1988, p.18)⁴.

Esse é o primeiro momento, no livro, em que Gilbert deixa implicitamente estabelecida sua visão sobre o século XX: Trata-se de uma era na qual o fluxo do tempo teve uma intensidade capaz de expatriar o indivíduo do que ele era e do que o constituía, criando uma nova vida. A Primeira Guerra Mundial, a crise do capitalismo liberal, a ascensão do Nazismo, foram uma espécie de abalo sísmico que mudou completamente a vida de uma geração inteira de pessoas; mas, para além disso, o século XX alemão desde a guerra era uma sucessão de transformações e aceleração do tempo. Eis aí colocada a relação do autor com o próprio ato autobiográfico: se

⁴ With the passing of years, however, I am inclined not only to understand the students’ first reaction, but to share it. Vacationing in a small, remote village of prewar Austria certainly had its small inconveniences and little humiliations, but what you saw and encountered also possessed a certain excitement and uniqueness that now makes it seem not only a different land, but a different world.

vendo como um indivíduo lançado pelos ditames do fluxo do tempo histórico e com uma sensação de estranhamento do próprio passado, Gilbert historiciza sua própria existência por meio da narrativa, estabelecendo distância em relação ao outro que é ele mesmo. Ao mesmo tempo, ainda que essa descrição do distanciamento persista ao longo do texto, a autobiografia mobiliza a memória, atualizando o passado no presente da escrita.

O segundo exemplo que trago é da especialista em história das mulheres, do feminismo e de estudos sobre patriarcado Gerda Lerner, nascida na Áustria em 1920, que em 1997 publicou *Why History Matters*, uma coletânea de ensaios que mesclam escritos autobiográficos com reflexões teóricas da autora sobre sua carreira. Aqui também, mas de modo diferente do livro de Gilbert, o início do século XX é retratado como tempo de fim, mas a centralidade que a autora coloca é relação ao Holocausto. Em um dos ensaios, publicado originalmente em 1991, a autora descreve a anexação da Áustria pela Alemanha Nazista e os pogroms de 1938, que obrigaram a ela e sua família a fugirem para os Estados Unidos, como elementos que destruíram de modo físico e simbólico a realidade que até então ela conhecia, tornando-se fatores não apenas de ruptura social mas também pessoal, pois ela coloca nesses eventos a responsabilidade por sua escolha em tornar-se uma historiadora preocupada com questões relativas não só as mulheres mas a minorias sociais de um modo geral. Para ela, ser uma historiadora no mundo pós holocausto era considerar a história como parte de si mesma (LERNER, 1997, p.12), não como algo externo e distante, sendo impossível se manter indiferente a ele.

Ao longo do ensaio em que narra a fuga de sua família para os Estados Unidos, Lerner buscava responder a uma pergunta que, segundo ela, repetidamente apareceu ao longo dos anos: de que modo a judeidade foi algo central para a decisão dela em se tornar historiadora? A resposta elaborada pela autora ao longo das páginas do ensaio desenvolve um conceito ao qual ela mesma chama de “outridade” (*otherness*, que também poderia ser traduzido por alteridade), a condição de “ser outro” ou de ser tratado como “o outro”. Ela entende carregar consigo o passado, a reminiscência de um mundo destruído pelo Nazifascismo na sua condição de ser judia, de ser esse “outro”. Ela considera o judeu como sendo um bom exemplo de quem é considerado e tratado como “o outro”, o deviante, o estrangeiro em relação a uma concepção hegemônica de sociedade e civilização. E é precisamente essa condição imposta pelos grupos dominantes que faz com que, para ela, o passado e o mundo destruídos pelo nazismo não seja algo distante ou

diferente do seu “eu” da escrita autobiográfica. Fisicamente o mundo pode ter mudado, mas enquanto ela existe sua própria existência é a continuidade daquele mundo por outros meios.

Trauma histórico pessoal, trauma histórico coletivo

A decisão de apontar duas abordagens autobiográficas distintas sobre os mesmos eventos não é aleatória. Como proposto por Koselleck no ensaio “eclusas da memória e estratos da experiência” (KOSELLECK, 2014, p.247-266), os eventos disruptivos do século XX, quando narrativamente organizados em estratos temporais de experiência, passam por um filtro social marcado por diferenças de idioma, idade, gênero, filiação política, etc. Para citar um único exemplo de diferença, Felix Gilbert já era historiador quando da ascensão do Nazismo, Gerda Lerner só tornou-se historiadora nos Estados Unidos, portanto ambas as formações levam a visões diferentes sobre o que é história e sobre os eventos que marcaram profundamente as vidas desses dois historiadores.

Temos aqui dois exemplos de visões testemunhais sobre o século XX como tempo de fim e de mudança, escritos em meio a uma onda testemunhal significativa nos Estados Unidos, mas que são tipos de texto menos conhecidos que, por exemplo, os testemunhos de sobreviventes dos campos de concentração. São textos que a partir da perspectiva individual de seus autores buscam produzir uma sistemática reflexão e respostas para o assim chamado “século das catástrofes”. Podemos, a partir disso, pensar a humanidade na perspectiva do século XX como caracterizada como a que vive no pós- massacre dos Armênios, no pós-Primeira e Segunda Guerra Mundiais, Pós-Holocausto, pós-Guerras de descolonização, pós-Ditaduras Latino-Americanas, etc.

Porém, o modo como esse passado é pensado varia pela subjetividade de cada um dos dois autores. Felix Gilbert reconhece a mudança que estes eventos e o exílio provocaram em sua vida, mas trata como um “passado encerrado”, ao qual ele apenas retorna metaforicamente no texto para explicar ao leitor sobre os seus anos de formação. Gerda Lerner vai na direção oposta, ela constrói a si mesma como alguém que vive em uma temporalidade pós catástrofe que coexiste com o que restou dessa catástrofe e do mundo anterior a ela.

Em um capítulo de livro de 2022, o historiador Herman Paul se faz a seguinte pergunta: poderia o historiador imigrante ser considerado uma *persona* acadêmica específica? (PAUL, 2022, p.80). Em outras palavras, uma pessoa que vivenciou e vivencia uma existência entre diferentes

mundos, culturas, perspectivas civilizacionais, teria hábitos de pesquisa e de leitura ética e epistêmica sobre o passado histórico específicos da condição de imigrante e distintos dos demais ao ponto de representar um tipo acadêmico singular? A resposta de Paul é um: “não, mas”. Não, pois a imigração e seus efeitos são processos por demais singulares para resultarem em uma *persona* compartilhada por todos e todas que tiveram, por diferentes razões de deixarem seus países de origem. Ao mesmo tempo, isso não significa que o processo de imigração e de hibridismo cultural não possam ser colocados como fatores de origem para investigações acadêmicas sobre como esses processos podem impactar singularmente o ponto de vista de historiadores.

Ampliando o escopo da pergunta (e das conclusões) de Herman Paul, penso que o mesmo pode valer (para além da migração forçada pelo nazismo) para entender como os traumas históricos — entendendo aqui o termo como definido por Dominick LaCapra (1999) — do século XX podem ter impactado a visão que certos historiadores têm sobre si e sobre o próprio processo histórico, descrita nos textos autobiográficos citados. Naturalmente, traumas históricos coletivos não são experienciados nem representados da mesma maneira por pessoas diferentes, e este fato tem consequências essenciais para entendermos o testemunho e o ato de escrever sobre si mesmo como possibilidades dentro dos escopo de objetos de análise para a historiografia. Aqui trouxe como exemplo diferentes visões sobre os eventos do século XX sendo vistos e descritos como produtores de uma ruptura com um mundo pré-estabelecido. Porém, o “fim” tem diferentes significados: para alguns, é o encerramento de uma realidade, que agora passa a ser acessada cognitivamente como parte de um processo para entender o tempo presente. Para outros, não significa o desaparecimento, mas a continuidade do mundo anterior sob outros termos, como resquício espectrológico de um trauma sempre presente. Em resumo, do mesmo modo que existem variadas leituras de um mesmo evento pelos historiadores na prática do ofício acadêmico, essa pluralidade de relações com o pretérito também pode ser localizada e analisada em escritas de si no geral, e em autobiografias, no particular. Reconhecer que a historicidade é um fenômeno que independe da historiografia acadêmica é parte de um processo para sempre atualizarmos nossa prática enquanto historiadores alinhados com as demandas do nosso próprio tempo.

Referências bibliográficas:

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Obras escolhidas**, Vol.1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- DAUM, Andreas W.; LEHMANN, Hartmut; SHEEHAN, James J. **The second generation**. Émigrés from Nazi Germany as Historians. New York: Berghahn Books, 2016.
- EAKIN, Paul John. **Vivendo autobiograficamente**: a construção de nossa Identidade Narrativa. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- EPSTEIN, Catherine. **A past renewed**. A catalog of German-speaking refugee historians in the United States after 1933. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- FRIEDLÄNDER, Saul. **A Alemanha nazista e os judeus**, Volume 1: Os anos de perseguição, 1933-1939.. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- GILBERT, Felix. **A European Past**: Memoirs, 1905-1945. New York: Norton & Company, 1988.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LACAPRA, Dominick. Trauma, Absence, loss. **Critical Inquiry**, vol.25,nº4,p.696-727,1999.
- LERNER, Gerda. **Why history matters**: life and thought. New York: Oxford University Press, 1997.
- NORA, Pierre (org). **Ensaio de Ego-História**. Rio de Janeiro e Lisboa: Edições 70, 1989.
- PAUL, Herman. The emigrée historian: a scholarly persona? In: BERGER, Stephan; MULLER, Philipp. **Dynamics of emigration**: émigré scholars and the production of historical knowledge in the 20th century. New York: Bergahn Books, 2022.
- POPKIN, Jeremy D. **History, Historians and Autobiography**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- POPKIN, Jeremy D. Holocaust Memories, Historian's Memoirs: First-Person Narrative and the Memory of the Holocaust. **History & Memory**, vol.15, nº1, p.49-84, 2003.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**: III – o tempo narrado. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.
- STAROBINSKI, Jean. The Style of autobiography. In: CHATMAN, Seymour. **Literary Style**: A symposium. Oxford: Oxford University Press, 1971.

WIEVIORKA, Annette. **The era of the Witness**, Ithaca/London: Cornell University Press, 2006.

História e Música Popular: a especificidade de uma relação⁵

Vitor Moraes Graziani

Mestrando em História Social
Universidade de São Paulo (USP)
vitor.morais@usp.br

Resumo: Imbuídos pelo espírito modernista, mas já em um viés estritamente intelectual, a geração conhecida como "Grupo Clima" buscou escrever a "História" das diferentes modalidades artísticas no Brasil (a literatura, no caso de Antonio Candido; o teatro, no caso de Décio de Almeida Prado; o cinema, no caso de Paulo Emílio Salles Gomes; as artes plásticas, nos casos de Lourival Gomes Machado e Gilda de Mello e Souza). Entretanto, a geração "Clima" não escreveu uma História da Música praticada no Brasil. Este esforço foi feito, no caso da música erudita, por musicólogos oficiais, como Vasco Mariz, ou, no caso da música popular, por jornalistas boêmios, como Vagalume e Mariza Lira - em ambos os casos, destituídos do espírito crítico que orientava as "Histórias" que o "Grupo Clima" estava escrevendo para as outras formas artísticas, e em condições muito precárias. Por que a geração de "Clima" não escreveu uma História da Música no Brasil? Quais especificidades dessa linguagem não permitiram que essa História fosse escrita? Partindo do diagnóstico feito nos anos 70 por José Miguel Wisnik (orientando de Antonio Candido à época) sobre a impossibilidade de um "sistema" (conceito de Antonio Candido em "Formação da literatura brasileira") musical erudito no Brasil, deslocando o eixo do problema para a música popular, a comunicação pretende esmiuçar as dinâmicas sociais que estavam envolvidas no seio desta linguagem (especialmente no caso do Rio de Janeiro, por meio do samba), para buscar aferir quais conceitos e tipologias das "Histórias" escritas pela geração "Clima" são aplicáveis ou não à música popular, bem como compreender as razões pelas quais a primeira História da Música Popular no Brasil sob viés crítico, foi escrita por um jornalista continuador da tradição dos já citados Vagalume e Mariza Lira, José Ramos Tinhorão, cuja trajetória se fez de fora da Universidade. Quem sabe, a partir daí, e da bibliografia produzida nos últimos anos na Universidade, possa ser possível conceber uma História da Música Popular que conecte espírito crítico modernista ("Clima") às especificidades da música popular praticada no Brasil (Tinhorão).

Palavras-chave: Música popular; Arte Moderna; Antonio Candido; Sistema; José Ramos Tinhorão.

Pelos corredores do Departamento de História da Universidade de São Paulo, circula a anedota de que, ao nomear sua tese de doutorado com o título de "Literatura como Missão", Nicolau Sevcenko fazia junto a isso uma piada irônica sobre os poucos estudos historiográficos do Brasil na área da cultura. Segundo essa blague, na historiografia brasileira, o que imperava era na verdade a "*literatura como omissão*". Como estou vindo deste mesmo Departamento - e em que

⁵ Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

pesem todas as críticas possíveis e muitas vezes justas quanto ao *uspcentrismo* de quem vem de lá - vou tentar apresentar neste trabalho alguns caminhos de investigação que partem desta díade *Missão/Omissão*, vistas em perspectiva dupla: possíveis porquês da “omissão” e explicações metodológicas para a “missão”, sempre tendo em mente a escrita de uma história social da cultura brasileira.

Farei isso a partir da forma cultural na qual, a meu ver, a omissão foi mais visível, bem como a missão é mais escancarada: a música popular. É que a música popular - por definição aquela que está *fora* do registro clássico das artes, em nível de inteligência e reflexão - permeia o “cotidiano de forma permanente, às vezes de maneira quase imperceptível” (MORAES, 2000, p. 204). Em um país de maioria iletrada, e uma vez que seu material é o som e não a palavra para ser lida, acresce-se a este fato outro: ela é a linguagem cultural de mais fácil acesso aos subalternos, que dominam de maneira informal, intuitiva e profundamente ligada a funções cotidianas, sua matéria, a musical. Talvez já daí possamos ter um ponto de partida do que há de específico na escrita da História da Música Brasileira, desde um ponto de vista crítico.

Um primeiro passo: a escrita da História na geração “*Clima*”

No que diz respeito à escrita da História das formas culturais do Brasil, é certo que essas tentativas derivam de há muito tempo, tendo entretanto sido escritas na forma de grandes inventários da cultura da Nação, vetor de análise e exortação das qualidades culturais do país. Nisso, o processo não se difere muito daquele visto no momento de surgimento da historiografia moderna na Europa do século XIX - com a particularidade de ter sido feita, ao menos aqui, por jornalistas, críticos, curadores, e até mesmo artistas. Imperava, nestes momentos iniciais, o *esforço historiográfico empenhado na construção oficial da Nação*.

Por outro lado, uma atitude de historicização da cultura brasileira desde um viés crítico, que adentra às contradições das formas ao mesmo tempo em que está empenhada na construção nacional, só pôde ser vista como escola a partir do Modernismo, que o inicia ainda na década de 1920 por meio das diversas revistas do movimento, como *Klaxon* e *Verde*. Seus esforços, entretanto, ainda visavam mais a produção de arte - e de instituições que permitissem produzir arte, a partir da década de 1930 - que a produção de crítica ou história da cultura. Este processo a partir do primado da inteligência foi a tarefa que tomou para si - enquanto a tarefa de fazer crítica e história crítica das formas culturais brasileiras - a geração lançada a partir do grupo da Revista

Clima, fundada em 1941 por jovens estudantes da Universidade de São Paulo, por sua vez existente enquanto tal desde 1934. Era o momento de um *esforço historiográfico empenhado na construção crítica da Nação*.

Um de seus membros, o crítico literário Antonio Candido sintetiza em dois pontos os significados do grupo de *Clima*: i) o interesse pelo Modernismo “como atitude mental” (e não como “criação de uma linguagem renovadora”) (CANDIDO, 2023, p. 159); ii) o fato de *Clima* “ter sido a primeira manifestação, no terreno da crítica e do movimento das ideias, da nova mentalidade definida pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo” (idem, p. 168). Uniam-se, então, em *Clima*, a postura mais liberta do Modernismo e a ambição de produção de conhecimento a nível científico, que marcava seu *locus*. E aqui, cabe situar bem o que orientava intelectualmente este *locus*, quer seja, a Universidade de São Paulo: fundada na esteira da oposição paulista a Getúlio Vargas, este ambiente guardava algum “distanciamento em relação a um projeto amplo, nacional-popular”, pendendo a uma vertente de pensamento “crítico-liberal”, que virá junto do vento arejado do Modernismo paulistano dos anos 1920 (BOSI, 2014, p. 39). Desta mistura de postura livre, crítica, mas que não deixava de conter um projeto - paulista - para o Brasil, sob verniz científico, originou-se *Clima*, cabendo por fim lembrar que a vida universitária à época - como também a vida crítica - era espaço num geral restrito às elites urbanas e suas cercanias sociais.

Na estrutura de *Clima*, apareciam estudos de maior fôlego, bem como havia seções de crítica para as diversas linguagens culturais - Antonio Candido era o responsável pela dedicada à Literatura. Dentre estas, havia uma seção dedicada à música, cujo titular era o então estudante do curso de medicina Antônio Branco Lefèvre. Segundo Antonio Candido (2023, p. 167), a seção de música de *Clima* era engajada na “necessidade de renovar a pesquisa e a execução”, bem como no destaque das “tendências renovadoras, apoiando o movimento ‘Música viva’⁶ e satirizando o apego à tradição”. Para o problema que estamos tentando apresentar aqui, é interessante notar o que surge nesta seção logo na primeira edição de *Clima*. Apresentando o estado da música no Brasil naquele momento (maio de 1941), Antônio Branco Lefèvre diz:

Qualquer pessoa que se disponha a escrever sobre música no Brasil encontrará uma grande dificuldade, decorrente da escassez de literatura a respeito. É preciso limitar-se quase exclusivamente às críticas dos jornais e estas nem sempre são o que deveriam ser [...]. Há porém documentos excelentes como as

⁶ Fundado em 1939, sob a liderança de Hans-Joachim Koellreutter, o grupo Música viva era orientado pelas intenções vanguardistas da Segunda Escola de Viena - a do atonalismo e dodecafonismo de Arnold Schönberg e Alban Berg. Dentre seus membros estavam Guerra-Peixe e Cláudio Santoro.

críticas feitas em 1930, por Mário de Andrade, reunidas no volume “Música, Doce Música”, e que são perfeitamente suficientes para podermos fazer um juízo seguro do grande progresso que realizamos nos últimos dez anos (LEFÈVRE, 1941, p. 120 - 121).

A passagem expressa, então, de qual música fala *Clima*, e qual é o eixo que orienta sua atividade crítica. Seu campo - atinado com o caráter apresentado anteriormente do *lôcus* de *Clima* - é o da música de concerto, ainda assim carente de bibliografia especializada, refém de críticas de jornal extremamente precárias, e da velha historiografia, de interesses diversos daqueles do grupo de *Clima*. Já o que orienta a reflexão sobre a música brasileira é o pensamento de Mário de Andrade, do que podemos dizer que a seção de Música em *Clima* é um filão da nova face que Mário conferia, à época, ao estudo da música no Brasil, dentro da agenda do Modernismo. Não à toa, no mesmo texto, Lefèvre criticará os programas radiofônicos dedicados à música de concerto por sua fragilidade curatorial, aliada às tensões próprias do mundo comercial do rádio, oposto ao da música de concerto. Ele também exortará a música erudita feita à época por compositores brasileiros, como Villa-Lobos, afirmando que essa necessita ser mais conhecida e escutada em seu próprio país (idem, p. 119 - 122).

Sintetizando por hora o programa ideológico defendido por Mário de Andrade para a música brasileira, apenas a título de compreender melhor as orientações de *Clima* na área musical, podemos dizer que seu horizonte é o de “fazer a composição erudita beber nas fontes populares, *estilizando seus temas*, imitando suas formas, em suma, incorporando sua técnica” (WISNIK, 1983, p. 143). Com isso, o produto seria a criação de uma forma de caráter nacional, erudita, na qual “o popular estaria valorizado na medida em que iria oferecer a matéria-prima para se esboçar os traços gerais da identidade brasileira” (NAPOLITANO; WASSERMAN, 2000, p. 169). Entretanto, este popular é sobretudo aquele pertencente ou ao mundo rural *stricto sensu*, ou a situações urbanas em que o ambiente rural ainda é presente, havendo maior reticência, no pensamento de Mário de Andrade, ao popular dos grandes centros urbanos, que em seu ímpeto modernizador afetaria a constituição do espírito nacional em suas matérias musicais. Nas suas palavras,

... não se deverá desprezar a documentação urbana. [...] Será preciso apenas ao estudioso discernir no folclore urbano, o que é virtualmente autóctone, o que é tradicionalmente nacional, o que é essencialmente popular, enfim, do que é popularesco, feito à feição do popular, ou influenciado pelas modas internacionais (ANDRADE, 2006, p. 134).

Em resumo, a síntese desejada por Mário de Andrade era aquela a ser expressa em uma forma musical erudita e brasileira, na qual esta presença brasileira seria obtida por meio dos materiais da cultura popular, especialmente a rural. Neste esquema, *o povo participaria da música brasileira na condição de tema ou de fonte*. Nisso, certamente poderemos encontrar já de saída uma primeira especificidade do problema da música no Brasil, capaz de dar pistas a uma das perguntas deste trabalho: o porquê da geração de *Clima* não ter escrito uma História crítica da música brasileira. É que para além do já exposto, o pensamento de Mário de Andrade orientou a escrita da História da Música Brasileira a um nível basilar, e fez escola não sob os pressupostos do grupo de *Clima*, mas por meio de um grupo de folcloristas, dentre os quais a mais conhecida foi Oneyda Alvarenga. Ao tempo da São Paulo de *Clima*, era este grupo que estava ocupado de inventariar a música brasileira, pensando seus materiais popular a nível folclórico, enquanto subsídio a uma elaboração erudita. Neste ponto, abre-se a possibilidade para uma discussão que está além do escopo deste trabalho: aquela que vise uma *crítica à ideia de folclore* - discussão essa certamente necessária, sobretudo para pensar o lugar do popular em nossa questão, esse que é, também, um dos pontos centrais da resposta à nossa pergunta-motriz.

Exposto que estas são as condições em que a geração *Clima* avaliava o problema da música no Brasil, bem como o do ato crítico e da escrita de uma História crítica da música no Brasil, passemos a outro momento da trajetória intelectual de seus membros. É que sendo uma revista de jovens estudantes, *Clima* flagrou a hora em que eles anunciavam a que vinham na vida intelectual, mas não foi já ali que vimos surgir os melhores resultados de suas produções. No que tange à escrita de uma História das linguagens culturais as quais se dedicavam, ela se desenvolveu sobretudo a partir dos anos 1950, destacando-se respectivamente nas artes plásticas, no cinema, e na literatura, as obras *Barroco Mineiro*, de Lourival Gomes Machado (2010); *Humberto Mauro*, *Cataguases*, *Cinearte*, de Paulo Emílio Salles Gomes (2025), e *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido (2014). Porém, como dito, a geração *Clima* não escreveu uma História (crítica) da música brasileira.

Como vimos, certamente, um vetor de explicação para este fato consiste na obra de Mário de Andrade, a qual, de alguma forma, teria se encarregado de escrever Esta História. Entretanto, ainda conforme visto, no projeto de Mário entravam três eixos identificados com o Modernismo pioneiro dos anos 1920: i) o estudo e a catalogação das manifestações da cultura popular brasileira, sobretudo a rural-folclórica, a exemplo do que foi feito na Missão de Pesquisas Folclóricas; ii) a estruturação de instituições culturais capazes de elaborar e seguir uma agenda de

política cultural, a exemplo do Departamento de Cultura de São Paulo, fundado e comandado por Mário; iii) a atuação, enquanto intelectual público, como orientador da cultura erudita brasileira, seja por meio da crítica de jornal seja pela orientação de compositores, ou ainda por meio de trabalhos intelectuais cuja finalidade última era também essa. (Numa nota à parte, creio que o referido pensamento folclorista derivado de sua atuação esteja articulado, sobretudo, aos dois primeiros tópicos, enquanto que o grupo de *Clima* se via mais identificado com o último ponto).

Como a geração de *Clima* atuava às margens do poder político direto, pelas contingências já citadas, isso permitiu que as “Histórias” escritas por seu grupo fossem mais distanciadas e com maior ambição de totalidade, inscrevendo a cultura nacional - em seu projeto de elite - no cotejo com a universal. Foi com este interesse que Antonio Candido estudou a *Formação da literatura brasileira*; um livro, segundo ele, que constitui “uma ‘história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura’” (2014, p. 24). Seu agente unificador, a nível conceitual, é a noção de “sistema”, válida para aferir o momento em que estaria formada a literatura brasileira; a tônica, entretanto, se insere neste movimento de compreender a agência das elites brasileiras (os brasileiros de fato da passagem de acima) em sua busca por uma literatura nacional. Esta lente faz com que Antonio Candido possa desde o início definir a literatura brasileira das origens enquanto “uma literatura empenhada”, uma vez que, sendo atributo das elites da então colônia portuguesa, ela era “parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los” (idem, p. 28), tendo como elemento de comparação a literatura europeia, na qual se espelha.

Vale matizar, entretanto, que a forma à qual Antonio Candido dedica sua atenção é uma forma literária, portanto submetida à palavra escrita, à leitura e à alfabetização, elementos que não compunham o cotidiano da Colônia e, posteriormente, da jovem Nação, o que cria de início um primeiro empecilho para a penetração nacional desta literatura que se quer... nacional. Para além disso, seu esforço algo “missionário” (ibidem) na constituição de uma cultura nacional à altura daquelas da tradição europeia, que almejava espelhar, lhe dava dimensão de “fidelidade documentária ou sentimental” (idem, p. 29), carecendo da “coragem ou espontaneidade do gratuito” da já madura literatura da civilização (ibidem). Esta situação, para além de reforçar o caráter provinciano da literatura brasileira em formação, diminuía as forças de uma imaginação capaz de expressar, de fato, as condições em que se realizavam a vida na Colônia e posteriormente, com a Independência política, no país. Creio que estas informações, de ordem formal e não ligadas diretamente à escrita histórica destas formas são importantes aqui pois já

indicam de saída as limitações desta literatura enquanto representação nacional - e tateiam, na retaguarda, o porquê da música ser uma forma de maior interesse para que tais intentos fossem atingidos (ainda que, é importante frisar, a nacionalização da literatura não pode ser confundida com sua popularização, uma vez que, é sabido, o povo não ocupava lugar ativo nos projetos nacionais das elites brasileiras).

Como citado, para Antonio Candido a literatura brasileira está formada quando está instituído um sistema literário, o qual, por sua vez, existe quando se vê estabelecido, enquanto “aspecto orgânico da civilização”, a articulação entre um conjunto de produtores (“autores”) e um conjunto de receptores (“público”), mediados pelo mecanismo transmissor da “obra” (idem, p. 25). Entretanto, para que se assegure a manutenção desta engrenagem, é preciso um quarto elemento, “uma tradição contínua de estilos, temas, formas ou preocupações” (idem, p. 27), de tarefa também da inteligência e da crítica. No esquema armado por Antonio Candido, isso se colocaria enquanto realidade, no Brasil, a partir da década de 1880, com o advento do realismo em sua manifestação máxima por aqui, expressa na segunda fase da obra de Machado de Assis, inaugurada por *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de 1881.

Se a forma literária brasileira nasce neste momento, o que dizer da forma musical brasileira? Para Mário de Andrade, conforme visto, ela ainda não era realidade em seu tempo, o que justificava seu esforço de vida para encontrá-la. Ocorre que há uma particularidade da música brasileira que se colocava para além dos projetos estéticos do Modernismo, no mais orientados pelo Modernismo europeu. Uma particularidade, por fim, que provavelmente explica o não-olhar da geração de *Clima* para a música, bem como sugere, a nível futuro de suas tentativas de interpretação, a possibilidade de uma redefinição - ou ao menos de uma expansão - do significado do Modernismo no Brasil (e do próprio Brasil Moderno em questão nestas estéticas). Passemos a ela.

Entreato: a especificidade da música no Brasil

Em um texto de 1979, cujo objetivo era realizar uma análise da música brasileira durante a década que se encerrava naquele ano, José Miguel Wisnik formalizou diretamente esta especificidade da música brasileira, partindo dos mesmos pressupostos acima apresentados de Antonio Candido (de quem era orientando de doutorado na ocasião). Segundo Wisnik, “no Brasil, a música erudita nunca chegou a formar um sistema em que autores, obras e público entrassem numa relação de certa correspondência e reciprocidade” (WISNIK, 2004a, p. 177).

Nestas condições, *algo* no esquema de Antonio Candido para o estudo da literatura brasileira não se aplicaria, por questões históricas, à música. E por quê? Parece haver dois caminhos para responder a esta pergunta.

O primeiro deles trata de algo que podemos nomear como o *ponto precário da cultura brasileira* (RAMOS, 2019, p. 19), e que se refere, na resposta à pergunta, ao campo restrito da música erudita brasileira. Apenas a um nível de rascunho, tome-se a título de exemplo deste estado a análise empreendida por Rodrigo Naves em seu livro *A forma difícil* (2011), no qual analisa, afinado com o tema da “formação”, as artes plásticas/visuais brasileiras - em suas palavras, uma forma em relação a qual “talvez nenhuma outra área artística brasileira tenha menor penetração pública” (p. 16). Pensando em uma forma artística que costuma existir com considerável *autonomia* em relação à vida e ao mundo do cotidiano - e que o expressa, portanto, sempre com também considerável *distanciamento* - Naves diagnosticará nas artes plásticas/visuais brasileiras uma “*dificuldade da forma*”, que “perpassa boa parte da melhor arte brasileira” (idem, p. 27). No limite, trata-se da dificuldade em haver uma forma autônoma e distanciada nas condições do sistema artístico de um país periférico como o Brasil, nascido sob o primado da mercadoria. Isso certamente indica também os empecilhos que as especificidades nacionais causam quando se intenta estudar as artes - geralmente de elite - feitas no Brasil de olho no que se faz ao mesmo tempo no “primeiro mundo”, a exemplo de Antonio Candido. Daí a necessidade de situar uma originalidade cultural brasileira *per se*.

Ainda segundo Naves, quando a forma consegue vencer suas dificuldades e se colocar para jogo de maneira autônoma, ela surge como uma “*forma difícil*” (idem, p. 29), cuja força estética deriva de uma “indefinição radical” (idem, p. 36) e que terá como resultado o aparecimento de outra dificuldade: a de sua penetração pública. Naves faz tais considerações de olho nas artes plásticas/visuais que surgem a partir da crise do Modernismo, e creio que muitas de suas análises também sirvam para pensarmos a situação que a música erudita vem ocupando na cultura brasileira ao longo dos anos, indicando a dificuldade de formação de um sistema. Neste esquema, se pensarmos nos momentos de formação da música brasileira, encontraremos o instinto de nacionalidade articulado com o desejo de inclusão dela no *rol* das artes internacionais, como nos momentos de formação da literatura brasileira (pensemos em Carlos Gomes). No entanto, se olharmos para o momento em que se tenta dar por formada a música erudita brasileira - ao tempo do Modernismo de Mário de Andrade - teremos de lidar com outro ângulo da especificidade da música brasileira: a música popular - o segundo caminho.

Em seu conhecido estudo “A Revolução de 1930 e a cultura”, Antonio Candido, ao oferecer um panorama da cultura brasileira no momento de uma intensificação do processo de modernização do país, e após analisar especialmente o lugar da literatura modernista neste processo, deixa ao final dele uma observação quanto à música popular nos anos 1930. Comparando-a com o movimento de ida aos temas sociais (e portanto articulados à ideia de “povo”) que se viu por parte dos escritores modernistas, Antonio Candido enxergará na música popular de então “um processo equivalente de ‘generalização’ e ‘normalização’, *só que a partir das esferas populares, rumo às camadas médias e superiores*” (CANDIDO, 2017a, p. 240. Grifos meus). Referindo-se então a uma forma cultural que se apresenta em sistema naquele momento, como expressão da realidade nacional, o que a diferencia é seu caminho inverso ao da arte brasileira em geral: se esta última ia de cima para baixo, a música popular vem de baixo para ir acima⁷. Ainda segundo Candido, este momento na década de 1930 constituiu “o grande estímulo para o triunfo avassalador da música popular nos anos 1960” (ibidem) - feita a ressalva de que esta música popular dos anos 1960 já não vinha de baixo para cima, e sim de cima para baixo, isto é, dos intelectualizados que irão compor a Bossa Nova e, posteriormente, a MPB (Música Popular Brasileira), elaborando materiais musicais populares sem a pretensão de música erudita (SANDRONI, 2004)⁸.

Deste ponto, temos então que, *caso tenha se formado um sistema musical brasileiro, ele se formou na música popular*. E, daí, passamos a ter duas implicações para nosso estudo, uma vez tendo em mente esta especificidade da música popular brasileira - uma a nível deste sistema formado em registro popular; outro, a nível dos intelectuais que, em seu desejo de ter uma música brasileira, viram surgir à revelia outra, igualmente brasileira. Como que continuando seu diagnóstico de 1979, José Miguel Wisnik fez nova consideração sobre o tema em um texto de 2004 sobre a música na obra de Machado de Assis. Comentando o lugar social que passava a ocupar a polca e o maxixe na sociedade carioca das décadas de 1870 e 1880, bem como o mercado de venda de partituras de maxixes que se consolidava, Wisnik afirma que “a polca tinha se incorporado, a essa altura, a um sistema de autores, obras e público, e que se realimentava velozmente de sua própria vendabilidade e familiaridade” (WISNIK, 2004b, p. 34). Nos termos que estamos expondo, o sistema musical brasileiro teria se formado, então, desde um ponto de vista popular e mercadológico, na passagem da polca ao maxixe (voltaremos ao tema adiante).

⁷ Para uma análise deste processo nos termos deste trabalho, ver TINHORÃO, 2012, p. 93 - 112.

⁸ Agradeço a Lucas Paolillo a ênfase neste trecho do texto de Antonio Candido.

Se a realidade então é esta, que faz o intelectual diante ela? Seu projeto intelectualizado, empenhado na construção nacional - e de uma cultura nacional - ainda era possível? Este impasse povoou todo o modernismo musical brasileiro, e, sintetizando grosseiramente o argumento de Wisnik em um texto todo dedicado a isso (idem, 1983), o que se viu diante este impasse foi uma música popular urbana se desenvolvendo rapidamente, “à feição do popular” (ANDRADE, 2006, p. 134). Um processo que vai na contramão dos interesses de intelectuais como Mário de Andrade, como visto, mas que é aceito no mercado, que é dinâmico como esta música, conferindo outra especificidade à música brasileira: sua dimensão comercial. Assim, a música popular da década de 1930 saudada por Antonio Candido na passagem supracitada, tem embutida em seu movimento de vir de baixo para cima uma consequência de sua dimensão comercial: o horizonte da ascensão social (cf. TINHORÃO, 2012, p. 93 - 112).

Enquanto isso, o intelectual tentará, em um primeiro momento, a forma musical erudita (em nosso trajeto: Mário de Andrade, revista *Clima*), correndo ao Estado para disciplinar o “povo” em seu ímpeto de música “comercial” e para dele surgirem as condições capazes de permitir essa forma (WISNIK, 1983 - a análise de Wisnik trata de Mário de Andrade e de Villa-Lobos; como visto, a geração de *Clima* não participa do processo a nível das instituições políticas). Constatada a impossibilidade desta forma em sistema (cf. WISNIK, 2004a), o “triunfo avassalador da música popular nos anos 1960” (CANDIDO, 2017a, p. 240) virá justamente de intelectuais, agora abertos não só às tradições, mas também às formas populares - sem perder de vista as eruditas -, em uma espécie de *mea-culpa* intelectual. Se disso surgirá, como visto, a MPB, talvez seja possível dizer também que com isso surge um *sistema dentro do sistema* da música brasileira, criando “a cisão irreparável e fecunda entre dois patamares da música popular: o romantismo de massas que hoje chamamos ‘brega’ [...], e a música ‘intelectualizada’...” (WISNIK, 2004c, p. 207 - 208).

Um segundo passo: os antigos historiadores da música popular

Se o que expusemos até o momento nos faz pensar em algo não muito distante ao grau zero de uma escrita da história da música brasileira que levasse a cabo o paradigma da formação e do sistema, é preciso entretanto matizar melhor nosso esquema. Conforme dito, a geração de *Clima* - que formulou tais paradigmas, na figura de Antonio Candido - tinha como meta instaurar uma *escrita histórica empenhada na construção crítica* do Brasil, ao oposto da *escrita histórica empenhada na construção oficial* do imaginário nacional. Se podemos reconhecer na obra de José Miguel Wisnik,

como visto na seção anterior, uma tentativa de equalizar tais procedimentos com as condições efetivas da música brasileira, a análise quanto à escrita da História da música brasileira não poderia deixar de nos levar ao outro lado da equação: a historiografia tradicional sobre a música popular. Sim, ela existiu; porém em situações ligadas à precariedade, ao cotidiano, e ao registro da precariedade deste cotidiano em nível cultural/musical. Por isso, ela surgiu em meio a jornalistas cariocas - entre a boêmia e o folclore -, no que podemos incluir mais uma camada a nossa discussão: *Clima* é paulistana, enquanto a música popular a que se refere Antonio Candido em “A Revolução de 1930 e a cultura” é sobretudo carioca.

Vale lembrar que o “popular” carioca de então descende diretamente, e sobretudo, das condições sociais herdadas da escravidão. Sendo capital do país à época, a música carioca deste período muitas vezes se confundiu com a própria Música brasileira, no que, é certo, se perde de vista as outras realidades nacionais existentes então, mas certamente se tem bom termômetro do que surgia enquanto novo e moderno na cena musical do país. Acresce-se a isso, ainda, o que já tentamos matizar até aqui com relação à música popular: em um país de maioria iletrada, à época, a música popular “está muito mais próxima de setores menos escolarizados (como criador e receptor), que a maneja de modo informal (pois, como a maioria de nós, também é um analfabeto do código musical) e cria uma sonorização muito própria e especial que acompanha sua trajetória e experiências” (MORAES, 2000, p. 204). Neste sentido, a música popular é também forma de expressão destes grupos marginalizados, no que temos outra camada de sua especificidade, uma vez que - usando um vocabulário caro ao samba - *o sujeito diz consigo, em transitividade, e não sobre o outro* (SODRÉ, 1998, p. 52).

Foi sob essas condições específicas do Rio de Janeiro que jornalistas como Almirante, Mariza Lira e Vagalume começaram a desenvolver os primeiros estudos dedicados à música popular urbana do Brasil, também a partir da década de 1930. O esforço destas obras é relativamente próximo daquele que se via, por exemplo, nas historiografias oficiais da música erudita brasileira, como a “História da Música no Brasil”, de Vasco Mariz (2012). Entretanto, elas lidam com uma realidade muito distinta daquela da música erudita, estando em diálogo com as situações específicas, no limite, do “povo” brasileiro (ou carioca, neste caso). Segundo José Geraldo Vinci de Moraes, esta historiografia possuía três linhas mestras: “a biografia do grande artista, compreendido como uma figura extraordinária e único capaz de realizar a obra” (MORAES, 2000, p. 206); a centralidade na obra de arte, entendida “fora do tempo e da história” (idem); e o foco de “suas explicações nos estilos, gêneros ou escolas artísticas, que contém uma

temporalidade própria e estruturas modelares ‘perfeitamente’ estabelecidas” (idem), com caráter evolutivo, isto é, com gêneros que “se sucedem em ritmo progressivo e parecem ter vida própria independentes do tempo histórico” (idem)⁹.

Forçando um pouco a mão no argumento, talvez possamos dizer que esta historiografia era uma historiografia que não trabalhava, no limite, com História enquanto a passagem do tempo histórico, bem como estava desconectada dos processos sociais que englobavam, historicamente, a música popular. Muito provavelmente por isso, ela tem pouca força crítica e não estabelece bons diagnósticos de época que visem a uma totalização do tema por dentro dos processos em que estão inseridos. E, encaminhando então nosso argumento para conclusão, conseguimos explicar porquê José Ramos Tinhorão constituiu-se no “mais importante historiador da música popular urbana do país” (idem, p. 219): é que a partir de sua obra os “impressionismos” e a “biografia” (idem) deixaram de ser o eixo condutor da historiografia da música popular brasileira, passando a se privilegiar “as contradições que geram o fato cultural” (RODA...) dentro de um processo histórico.

O passo de José Ramos Tinhorão

Grosso modo, quais os ganhos obtidos na escrita de uma histórica crítica da música popular brasileira a partir da obra de José Ramos Tinhorão? E quais pontos de sua obra permitem identificar as especificidades desta forma cultural na realidade brasileira? Caso fôssemos seguir à risca a escola de estudos culturais inaugurada pelos termos de Antonio Candido já apresentados, talvez não conseguíssemos encontrar um mínimo denominador comum entre essa e os trabalhos de José Ramos Tinhorão - uma vez que a primeira *procura nas formas* culturais os indícios de um processo social maior; nas palavras de Antonio Candido, “estou interessado em saber como o externo se transformou em interno” (CANDIDO; TAVARES, 2021). Como Tinhorão provém do mesmo meio do qual saíram os historiadores tradicionais da música popular, também é certo que ecos daquela produção permaneceram em sua obra, com o acréscimo de um marxismo empenhado em *desmascarar*, por meio da polêmica, as contradições que a especificidade da música no Brasil produz. Nestes termos, segundo Manoel Dourado Bastos, os fundamentos-base da obra de Tinhorão consistiriam em definir conceitualmente e politicamente o conceito de “povo” - desde a música popular, por sua especificidade apontada na

⁹ Para uma análise em pormenores desta historiografia tradicional, ver MORAES, 2020.

realidade brasileira -, bem como a “definição de estratégias para que os intelectuais se articulassem com este, teórica e praticamente” (BASTOS, 2011, p. 302).

Nestas condições, um primeiro ganho que a produção de Tinhorão conferiu aos estudos da música popular no Brasil diz respeito, no limite, à própria condição do intelectual no país - especialmente ao lidar com uma linguagem cultural na qual o projeto das elites não logrou sucesso, justamente pela afirmação de uma produção popular. Isso certamente nos leva de volta a uma questão já ensaiada ao longo deste texto, e que diz respeito às idas e vindas de um processo que queira mediar os esforços críticos do Modernismo - neste caso, um Modernismo de elite - com o registro popular da época, também moderno, mas assentado em outras bases. Embora parasse na constatação das contradições, a obra de José Ramos Tinhorão, ao conseguir olhar para elas, certamente avançou nas possibilidades de estudo para os nós que se armam quando o registro popular entra em contato com o registro intelectual - o que, no caso da música popular praticada no Brasil, se torna a ordem do dia com a Bossa Nova e, daí, com a MPB.

Embora guarde algo a nível de projeto político empenhado (o que no mais também existia no desejo dos brasileiros em ter uma literatura [CANDIDO, 2014, p. 24]), porém a nível popular, a “Apresentação” de Tinhorão a seu primeiro livro sobre a música popular, *Música popular: um tema em debate* (2012), ainda faz pensar à luz do que expusemos:

enquanto o que se chama de “evolução”, no campo da cultura, não representar uma alteração da estrutura socioeconômica das camadas populares, o autor continuará a considerar autênticas as formas mais atrasadas (os sambas quadrados de Nelson Cavaquinho, por exemplo), e não autênticas as formas mais “adiantadas” (as requintadas harmonizações dos sambas nossa-nova, por exemplo). (TINHORÃO, 2012, p. 14)

Da passagem podemos extrair ainda outro ponto em que a obra de Tinhorão oferece um passo novo para a escrita histórica da música popular no Brasil, e a partir do qual um paralelo com os pressupostos de Antonio Candido passa a se colocar de maneira mais próxima. É que caso um sistema musical tenha se formado - e tenha se formado na música popular -, passa a ser preciso buscar nestes materiais populares indícios de sua conformação à realidade nacional - especialmente quando se tem em mente que pessoas do estrangeiro, e não autóctones, constituíram o grosso das populações que vieram fazer o Brasil. Assim, vindas de fora, com elas vêm também as tradições culturais e artísticas de suas origens, como nosso comentário sobre a *Formação da literatura brasileira* quis apontar. Se, para Antonio Candido, do ponto de vista da obra, uma forma literária brasileira foi encontrada na segunda fase de Machado de Assis, onde se encontrou uma forma musical brasileira?

Escrevendo antes do “Machado Maxixe” de José Miguel Wisnik (2004b), Tinhorão havia já na década de 1970 encontrado no maxixe “o advento da primeira grande contribuição das camadas populares do Rio de Janeiro à música do Brasil” (TINHORÃO, 2013, p. 71). Nos termos de Tinhorão, o maxixe enquanto música deriva de dois fatores: i) a aclimação da polca, gênero musical europeu, à realidade da música carioca, por meio das interpretações que os grupos de choro progressivamente foram fazendo dela até obterem um resultado que já não era mais cá como na Europa, uma vez que ela já se encontrava submetida a “certas constâncias do ritmo brasileiro” (idem, p. 74); ii) a necessidade de uma música para acompanhar a dança do maxixe, que surgia promíscua e faceira na expressão de grupos marginalizados que habitavam o bairro da Cidade Nova, no Rio de Janeiro (idem, p. 77).

Nestas condições, e segundo Tinhorão, uma primeira forma musical brasileira teria surgido entre as décadas de 1870 e 1880 (enquanto Carlos Gomes compunha seu *Il Guarany*) a partir de uma *sedimentação de valores populares brasileiros em uma forma estrangeira*, bem como com por uma *função prática no cotidiano* (BASTOS, 2011, p. 294). A partir daí - e retornando ao sistema não formado na música erudita brasileira (cf. WISNIK, 2004a, p. 177) -, talvez se abra um leque de questões para pensarmos o lugar social e o lugar estético que a música - e em seu maior contingente, a música popular - ocupa na realidade brasileira, bem como suas diferenças (a nível mais profundo) em relação às outras realidades artísticas do país. Muito provavelmente, daí poderemos concluir que, se as artes plásticas/visuais são aquelas com “menor penetração pública” (NAVES, 2011, p. 16) no país, a música popular é aquela que mais permeia nosso cotidiano (MORAES, 2000, p. 204). A partir destes termos, o passo historiográfico de Tinhorão passa a representar, também, algo para além do mero estudo da música popular, mas também um estímulo para o estudo do próprio Brasil e de sua realidade popular, sabendo que, historicamente, essa é das maiores lacunas na tradição dos estudos desenvolvidos a partir da Faculdade de Filosofia da USP, da qual *Clima* se originou.

À guisa de conclusão: a força da música popular, o beco dos intelectuais

O que expusemos aqui não significa que a geração de *Clima* não pensou os grupos marginalizados - mas significa que as limitações da forma como fez precisam ser apontadas e discutidas, uma vez que parecem indicar, ao menos enquanto horizonte político, que a abertura destes eruditos ao popular não logrou resolver os problemas que seus próprios estudos

diagnosticaram. A título de exemplo, vale lembrar do próprio Antonio Candido, em cujo doutorado - em Sociologia - estudou justamente um grupo popular: os caipiras (2017b). Uma boa consideração das limitações destes estudos e do próprio horizonte político da Faculdade de Filosofia da USP de então, dentro do quadro geral dos intelectuais empenhados na construção nacional, foi apontada por Alfredo Bosi:

que esperança ela deu, ou podia ter dado, àqueles que ela estudava tão exemplarmente? Aos homens da fábrica, aos homens do mundo caipira, aos marginais das favelas, aos migrantes da periferia, aos pretos discriminados, aos índios (sic) acuados, a não ser o prognóstico realista de que todos estavam condenados à urbanização sociopática, à mais-valia, à alienação, à miséria, à morte. A ciência, obtida com tanto labor, duplicava afinal com o signo da sua autoridade o senso comum do homem oprimido que vê nos males do presente *o triste mas fatal preço da civilização* que, no caso vertente, se confundia com um subproduto do desenvolvimento capitalista. *A atitude moral que enformava, então, os trabalhos universitários, gostaria de que esse preço não fosse tão alto, mas não podia ir além de um piedoso voto.* (BOSI, 2014, p. 40. Grifos meus).

Espero que a esta altura seja possível compreender que o trecho de Bosi como que pedia um passo novo aos intelectuais - e que ele veio, a meu ver, nos estudos sobre a música popular, não destes intelectuais, mas de outro, de cena distante: José Ramos Tinhorão. Por fim, vale lembrar um raro trecho de Mário de Andrade sobre a música popular, em cujas contradições (do autor e do objeto) parecem se condensar as *missões*, as *omissões* e as *contradições* deste objeto mirífico chamado música popular brasileira, bem como as de quem quer pensá-la desde um ponto de vista histórico:

... me falta principalmente aquella necessária dose, não sei se de malandragem ou de carioquice... [...] E como é triste o samba!... As marchinhas serão talvez de toda a nossa cantoria carnavalesca, as únicas que conseguem uma verdadeira alegria. [...] O samba é trágico, e principalmente lancinante. Se já a percussão muito aspera, glosada pelo ronco soturno da cuica, não tem disfarce que a allieve da sua violência feridora, não é della que deriva a especial tristeza do samba, mas da sua melodia. Principalmente na manifestação mais actual, com as suas largas linhas altas, seus sons prolongados, o samba é de uma identidade dramática, muitas vezes esplendida. [...] Assim é a tristeza actual do samba. *É possível que, dentro de poucos anos, mude de caracter, porque toda esta musica urbana, mesmo de gente do morro, é eminentemente instavel e se transforma facil, como as coisas que não têm assento numa tradição necessaria. E, no caso, o nosso carater nacional não definido, atravessado de internacionalismos e influencias estrangeiras fataes, seria essa necessaria tradição.* (ANDRADE, 1963, p. 279 - 282. Grifos meus)

Referências bibliográficas:

- ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a música brasileira**. Belo Horizonte: Editoria Itatiaia, 2006.
- _____. Música popular. In: **Música, doce música**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1963, p. 278 - 282.
- BASTOS, Manoel Dourado. Um marxismo sincopado: método e crítica em José Ramos Tinhorão. *Tempos históricos*, vol. 15, 1º sem. 2011, p. 289 - 314.
- BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933 - 1974)**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 35 - 50.
- CANDIDO, Antonio. **Teresina etc..** São Paulo: todavia, 2023.
- _____. A Revolução de 1930 e a cultura. In: **A educação pela noite**. Rio de Janeiro: OurosobreAzul, 2017a, p. 219 - 240.
- _____. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro/São Paulo: OurosobreAzul/Edusp, 2017b.
- _____. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Rio de Janeiro/São Paulo: OurosobreAzul/Fapesp, 2014.
- _____/TAVARES, Joana. O socialismo é uma doutrina triunfante. *Jacobin*, 12/05/2021. Disponível online em: <https://jacobin.com.br/2021/05/o-socialismo-e-uma-doutrina-triunfante/>. Acesso em: 10/06/2026.
- GOMES, Paulo Emílio Salles. **Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.
- LEFÈVRE, Antônio Branco. Música. *Clima*, nº 01, São Paulo, maio/1941, p. 118 - 125.
- MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco Mineiro**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- MARIZ, Vasco. **História da Música no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, 2000, p. 203 - 221.
- _____. **Criar um mundo do nada**: a invenção de uma historiografia da música popular no Brasil. São Paulo: Intermeios, 2020.
- NAPOLITANO, Marcos; WASSERMAN, Maria Clara. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Revista Brasileira de História*, v. 20, nº. 39, 2000, p. 167 - 189.
- NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**: ensaios sobre arte brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RAMOS, Nuno. **Verifique se o mesmo**. São Paulo: todavia, 2019.
- RODA VIVA entrevista José Ramos Tinhorão**. TV Cultura, 03/04/2000. Disponível online em: https://rodaviva.fapesp.br/materia/257/entrevistados/jose_ramos_tinhorao_2000.htm. Acesso em: 09/06/2026.
- SANDRONI, Carlos. Adeus à MPB. In: CAVALCANTI, Berenice; STARLING, Heloísa; EISENBERG, José. (Orgs.). **Decantando a República**: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira. v. 1 Outras conversas sobre os jeitos da canção. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 23-35.
- SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.
- TINHORÃO, José Ramos. **Música popular**: um tema em debate. São Paulo: Editora 34, 2012.
- _____. **Pequena história da música popular**: segundo seus gêneros. São Paulo: Editora 34, 2013.

WISNIK, José Miguel. Getúlio da Paixão Cearense (Villa-Lobos e o Estado Novo). In: ___/SQUEFF, Ênio. **Música (O nacional e o popular na cultura brasileira)**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 129 - 191.

_____. O Minuto e o Milênio: ou, Por Favor, Professor, Uma Década de Cada Vez. In: **Sem receita: ensaios e canções**. São Paulo: PubliFolha, 2004a, p. 167 - 196.

_____. Machado Maxixe: o caso Pestana. In: **Sem receita: ensaios e canções**. São Paulo: PubliFolha, 2004b, p. 15 - 105.

_____. Algumas questões de música e política no Brasil. In: **Sem receita: ensaios e canções**. São Paulo: PubliFolha, 2004c, p. 197 - 211.

Jogos Históricos e a Representação do Fim de uma Comunidade Eclesiástica em *Pentiment* (2022)

Igor Giovanni Murta de Sousa

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

igormurta.s@gmail.com

Resumo: Jogos digitais vêm se popularizando por suas abordagens de representações históricas e são conhecidos como Jogos Históricos. O jogo *Pentiment* (*Obsidian Entertainment*, 2022) apresenta uma narrativa ficcional que ocorre na pequena cidade de Tassing e na abadia de Kiersau, situadas no sul da Baviera alemã durante o início do século XVI. Este artigo tem como objetivo entender como os monges e freiras da abadia de Kiersau lidavam com dois eventos considerados apocalípticos em seu microcosmo através da interpretação desses eventos como perigos enfrentados por essa comunidade. Para isso será feita uma leitura de algumas obras que constam na bibliografia utilizada pelos desenvolvedores na produção do jogo, que mostra *Pentiment*, mesmo sendo uma obra de ficção, comunica ideias gerais não apenas sobre o período escolhido, mas também sobre pensamento histórico e a produção de narrativas sobre o passado.

Palavras-chave: história; videogames; representação.

Introdução

O tema do fim do mundo é extremamente popular em narrativas da ficção, sejam elas ficções científicas, fantásticas e, para fins deste artigo, ficções históricas. Mas o que é o fim do mundo? o que é o fim dos tempos? O que significa essa ideia do fim quando se vive em um tempo de constantes mudanças políticas e sociais?

Este artigo tem como objetivo mostrar como o jogo *Pentiment* (*Obsidian*, 2022) apresenta o tema do medo da mudança e do fim de ciclos a partir de uma perspectiva micro-histórica, voltando o olhar para uma comunidade da abadia de Kiersau. Essa percepção, no entanto, não é o tema principal do jogo, mas sim uma percepção que foi gerada ao pensar sobre as escatologias cristãs e pensamentos sobre o fim do mundo, que podem ser relacionados com alguns eventos que ocorrem durante a história do jogo. Portanto este artigo é resultado de uma interpretação desses acontecimentos ficcionais que espelham meios e anseios encontrados na História, sobre a ideia do fim.

Pentiment é um jogo digital desenvolvido pela *Obsidian Entertainment*, dirigido por Joshua Sawyer e lançado em novembro de 2022. O jogo se passa na cidade de Tassing na Abadia de Kiersau, regiões fictícias na Baviera alemã durante o início do século XVI, em um recorte de tempo entre 1518 e 1543. Nele, acompanhamos dois artistas: Andreas Maler e Magdalene Druckeryn em investigações de misteriosos assassinatos e, consequentemente, do passado de sua cidade. O jogo conta com uma mecânica de diálogos e escolhas que alteram não apenas como os personagens controlados pelo jogador vão agir e se expressar, mas como podem mudar os rumos da narrativa, onde cada escolha tem consequências, sejam grandes ou pequenas.

Pentiment faz representações históricas em diversas camadas, desde seu local no tempo e espaço, até a arte gráfica, jogabilidade e narrativas, que levam em consideração a arte produzida no período. É também um jogo com uma base historiográfica firme, disponibilizada em seus créditos como referência bibliográfica, algo raro quando pensamos em jogos digitais¹⁰. A partir dessa bibliografia, podemos identificar elementos que ajudaram a construir o contexto histórico usado como base para a narrativa deste jogo. Obras como *A History of Illuminated Manuscripts* e Christopher de Hamel (1994) e *The Revolution of 1525* de Peter Blickle (1985) formam a base de pesquisa para discutir o estado das *scriptoria* monásticas e a produção de manuscritos no início do século XVI, assim como o contexto político e social das Guerras Camponesas em 1525. De Hamel também trabalhou como consultor histórico no desenvolvimento de *Pentiment*.

Ao analisar *Pentiment* como um objeto histórico, precisamos entender o que significa um jogo histórico. Este é um termo relativamente recente nos estudos históricos e nos estudos de jogos, segundo Chapman (2016, p. 16) define o estudo dos jogos históricos como “a análise de jogos que de alguma maneira representam o passado ou fazem um discurso sobre ele”. Esses jogos podem ser baseados em algum acontecimento histórico, em personagens que realmente existiram, em formas mais generalizadas da história — como a existência de uma civilização — ou em temas pan-históricos, nos quais diversas civilizações e culturas interagem através do tempo. Como podemos observar, *Pentiment* faz discursos desde a representação do passado a partir da interpretação dos desenvolvedores até em discussões sobre a escrita da história como uma mecânica dentro do jogo.

¹⁰ Temos conhecimento de poucos jogos que apresentam uma bibliografia em seus créditos. Geralmente, as referências constam nos manuais desses jogos, como no caso de *Simcity* (Maxis, 1989). Em seu canal do youtube (Joshua Sawyer, 2023), Josh Sawyer, diretor de *Pentiment*, comenta que o jogo *Darklands* (MicroProse, 1992) foi a inspiração para incluir uma bibliografia nos créditos finais.

Podemos observar a micro-história como a principal metodologia na pesquisa e desenvolvimento deste jogo. Essa abordagem, desenvolvida pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, busca entender um contexto geral a partir da investigação de casos, eventos, personagens e comunidades. Ginzburg (1991) utiliza do “paradigma indiciário”, método de identificação de indícios ou pistas, normalmente usados por médicos para identificar sintomas ou detetives para resolver crimes, de forma que a análise dos vestígios históricos possa levar a uma compreensão do passado. Josh Sawyer, diretor e idealizador de *Pentiment* nos explica que a micro-história foi importante para a delimitação do cenário de jogo: “[...] se pesquisa um recorte, um quadro. Você pesquisa tudo que cerca socialmente, politicamente, você pesquisa nas fundações do tempo. E depois apaga as linhas do quadro.” (Joshua Sawyer, 2023).

As questões do medo e do fim podem ser observadas em diferentes contextos no jogo. Esse trabalho fará um recorte específico para o caso dos monges e freiras da Abadia de Kiersau, uma comunidade que, durante os dois primeiros atos do jogo, se veem constantemente ameaçados pela sua dissolução, por diferentes motivos. Serão então analisados os contextos dessa abadia e da comunidade eclesiástica e das ameaças que afligem esses monges e freiras.

Um breve contexto

Kiersau é uma abadia beneditina, fundada em 1261 por Sabine Kiersau, uma nobre pertencente a família que governava as terras da região. O local fora o castelo dessa família e antes disso, um forte romano. A abadia foi construída após um incêndio no castelo e Sabine veio a ser a primeira abadessa. Algo interessante sobre Kiersau é ele ser um mosteiro duplo, ou seja, abrigava monges e freiras, que, ainda que dormissem em prédios separados, mantinham algum contato uns com os outros. Este é um dos primeiros problemas que Kiersau passava, pois, desde o II concílio de Nicéia em 787, foi proibida a criação de mosteiros duplos (Bateson, 1899). Dessa forma, a fundação de Kiersau podia ser considerada ilegítima e isso é um dos motivos do temor do abade e da priora, que não poupavam esforços para que o local não chamasse atenção indesejada.

Em 1518, data do início do jogo, Kiersau era governada pelo Padre Abade Gernot de Munique, junto da Priora Madre Cecilia de Augsburg. A abadia era conhecida pela produção de manuscritos e por sua biblioteca, que em jogo, é citada ser a maior biblioteca da Baviera. Além disso, Kiersau também abrigava uma relíquia: a Mão de São Maurício, que ficava em um relicário

em um santuário nos terrenos do mosteiro. A renda de Kiersau era dividida entre a produção de manuscritos em seu *scriptorium*, da venda de itens manufaturados pelas freiras aos peregrinos que visitavam o santuário de São Maurício e dos impostos vindos da cidade de Tassing, pois o abade também era o senhor daquelas terras no período.

Havia outra ameaça a comunidade de Kiersau neste período: a decadência das *scriptoria* monásticas diante as diversas mudanças na produção de livros na Europa Ocidental nos séculos XV e XVI. Podemos considerar que a invenção e popularização da prensa de tipos móveis mudou completamente os paradigmas em relação a cultura literária européia. Por volta de 1510 quase todos os livros europeus já eram produzidos através das imprensas (de Hamel, 1994, p. 9). Aliado a isso, a existência das guildas de artistas e livreiros profissionais, como a Guilda de São Lucas, tomavam o controle da produção de arte, incluindo manuscritos iluminados durante esse período. Isso marca um período de decadência das *scriptoria* monásticas, que não conseguiam mais se sustentar através da produção de manuscritos e iluminuras, com a perda gradual de clientes e comissões. A Abadia de Kiersau representa bem essa decadência, com seu *scriptorium* mantido por apenas dois escribas e um iluminador, ao ponto do abade contratar um artista secular de Nuremberg para produzir iluminuras.

1518 - Assassinato do Barão Rothvogel

Pentiment é um jogo dividido em três atos. Os dois primeiros são protagonizados pelo artista Andreas Maler e têm como fio condutor a investigação de assassinatos. No terceiro ato, acompanhamos Magdalene Druckeryn em sua tarefa de representar a história da cidade de Tassing em um mural. Este artigo narra os acontecimentos que envolvem apenas Andreas, uma vez que este personagem teve participação em ambos os eventos que abalaram a vida dos monges de Kiersau. Entretanto, detalhes são adicionados posteriormente nos terceiro ato, em forma de relatos dos envolvidos, enquanto Magdalene investiga o passado recente de sua cidade.

O primeiro caso tem uma relação intrínseca com a abadia de Kiersau e se torna um dos motivos do temor dos monges beneditinos, pois tem ligação tanto com a natureza dupla de seu mosteiro, quanto com os problemas que o *scriptorium* passava. O Barão Lorenz Rothvogel era um nobre, senhor de terras próximas a Worms. Por séculos, os Rothvogel eram os maiores benfeitores de Kiersau, não apenas com doações, mas também com comissões de manuscritos, fazendo parte de um rol de pouquíssimos clientes do *scriptorium*. Em 22 de abril de 1518, o Barão

Rothvogel foi assassinado durante a madrugada na sala do capítulo da Abadia de Kiersau. Um monge chamado Piero de Verona foi encontrado com uma suposta arma do crime e uma suposta motivação para o assassinato, entretanto este monge também era um homem de idade avançada. Apesar das ordens do abade para prender e entregar o Irmão Piero, Andreas Maler se dispõe a investigar o assassinato do barão para descobrir o verdadeiro assassino e inocentar o velho monge.

Podemos imaginar que um assassinato dentro do território de uma abadia pudesse gerar uma comoção, que prontamente poderia ser abafada pelo abade. Entretanto, a morte de um nobre não passaria despercebida e consequentemente atrairia atenção indesejada. O barão era amigo pessoal do Príncipe-Bispo de Freising¹¹, a quem o abade respondia diretamente, portanto não seria um caso que pudesse ser resolvido internamente, sendo necessária a atuação do arqui-diácono do Príncipe-Bispo para investigar e julgar o caso. A atenção que Kiersau receberia por este episódio poderia ser prejudicial não apenas para fama da abadia, afastando potenciais clientes do *scriptorium*, mas também da própria Igreja, uma vez que aquela abadia era, de certa forma, irregular, o que poderia resultar na dissolução daquela comunidade.

Delumeau (1989) conceitua o medo como uma emoção básica do ser humano e que esse medo pode gerar diversas reações, que, no contexto de *Pentiment*, podem ser percebidas no comportamento do abade, que temeroso considera até se livrar do corpo e destruir as evidências do crime. A partir desse evento, podemos entender o sentimento de medo do fim por parte dessa comunidade monástica. Primeiro em decorrência de fatores externos e que não tinham controle: a mudança de paradigmas culturais, uma vez que eles se viam no centro da produção de manuscritos e gradualmente perdiam seu lugar na sociedade. De Hamel (1994) afirma que, apesar da resistência, haviam aqueles que recebiam as mudanças de braços abertos. Em *Pentiment* esse comportamento é retratado pelo venerável Irmão Piero, o monge responsável pela produção das iluminuras. Além da perda do status, havia também o risco da perda de sua principal fonte de renda, colocando em xeque a sobrevivência dos monges, ou a sobrevivência do estilo de vida que estavam acostumados.

¹¹ Apesar de não ser mencionado por nome em *Pentiment*, Príncipe-Bispo eleito em Freising era Filipe do Palatino, que governou de dezembro de 1498 a 1541.

Imagem 1: O temor do abade



Fonte: Pentiment. Irvine. Obsidian Entertainment, 2022, 1 jogo eletrônico. Captura de tela feita pelo autor

A imagem acima apresenta a reação de Padre Gernot ao ser questionado quanto sua decisão de entregar o Irmão Piero como culpado do assassinato. Podemos notar que no balão de fala do personagem há marcas de tinta no pergaminho a partir de “expulsando seus irmãos e irmãs de nossa casa?!”. Essa é uma forma do jogo representar quando uma pessoa está nervosa, ríspida ou gritando, uma vez que *Pentiment* não tem dublagem. As falas dos personagens são representadas como se estivessem escrevendo em um pergaminho e, dependendo de como essa escrita ocorre, podemos perceber como ela está se expressando, no ponto de vista de Andreas Maler. Podemos observar que o abade está claramente nervoso e temeroso pela segurança e permanência de seus irmãos e irmãs no mosteiro em que é líder.

A resolução do caso Rothvogel é feita através da atuação do jogador, no controle de Andreas, investigando a cidade e abadia, interrogando suspeitos e colhendo evidências, através de um sistema de escolhas que leva em consideração as ações e respostas feitas pelo jogador em testes em que ele pode ser bem sucedido ou não. no fim do período de investigação, Andreas indica o suspeito, junto das evidências para o Arquidiácono, que resulta em sua execução.

1525 - A revolta Camponesa

O segundo ato de *Pentiment* ocorre sete anos após os eventos do primeiro e apresenta as consequências diretas das escolhas feitas em jogo em 1518. Independente de quem Andreas Maler acusar como culpado pelo assassinato do barão, o *scriptorium* de Kiersau é fechado pela falta de comissões para manuscritos. Neste período de tempo, os esforços dos monges se voltaram para a manutenção do santuário de São Maurício e os artigos relacionados ao santo, que eram vendidos para os peregrinos. Os livros guardados na biblioteca da abadia começaram a ser colocados à venda, como artigos de luxo. Além disso, o abade decidiu aumentar gradualmente os impostos destinados à parcela camponesa de Tassing, assim como as restrições ao uso dos recursos da floresta próxima da cidade.

Em 1525, ocorreram uma série de revoltas em regiões do Sacro-Império, que envolviam a Suábia, Áustria e Suíça, conhecidas como as Guerras Camponesas de 1525. Segundo Blickle (1985), sem os Doze Artigos, as guerras camponesas teriam sido bem diferentes, o autor os define como:

“Os Doze Artigos dos Camponeses Suábios eram uma lista de queixas, um programa de reforma e um manifesto político em um único documento. esses “Artigos Justos e Fundamentais de Todo o Campesinato e Arrendatários dos Poderes Espirituais e Temporais, Pelos Quais Se consideram Oprimidos” eram uma cola conceitual que unia a Revolução de 1525 tanto no tempo quanto na essência.” (Blickle, 1985, p. 18. tradução nossa)

A divulgação dos Doze Artigos oficializaram exigências da população camponesa como a liberdade de escolha dos seus padres, liberdade do regime de servidão, liberdade para o uso de recursos naturais, como caça e pesca e colheita de madeira, liberdade do trabalho obrigatório, abolição do imposto sucessório, devolução de terras para uso e propriedade coletivo, etc. O movimento da Reforma Protestante foi de extrema influência na escrita desse documento, principalmente em relação à interpretação das escrituras sagradas para a legislação. Martinho Lutero, por outro lado, rejeitou agressivamente à causa camponesa e não queria se ver envolvido neste conflito.

Este é um contexto de extrema importância em *Pentiment*, uma vez que o segundo ato do jogo ocorre em junho de 1525, com o retorno de Andreas Maler a cidade de Tassing e seu envolvimento com a investigação de um novo assassinato. Josh Sawyer, diretor e idealizador de *Pentiment* comenta em entrevista que, apesar dos Doze Artigos nunca terem chegado a Baviera,

eles tomaram as liberdades de se trabalhar com uma obra ficcional para formular um contexto em que os artigos da Suábia tivessem influenciado os camponeses de Tassing usando como base tanto a localização da cidade, que ficaria em algum ponto na divisa entre a Suábia, Áustria e Suíça, próxima a Estrada Imperial e com um tipógrafo profissional que distribuira os documentos para a população.

Em 1518, o abade já havia aumentado os impostos dos camponeses e, durante o período de sete anos, foi se agravando, uma vez que a população do campo não tinha como se sustentar e colocar comida na mesa, levando-os ao estado de fome e resultando em doenças causadas pela desnutrição. Delumeau (2009) entende como o medo de morrer de fome e dos abusos tarifários como grandes causas do medo nas populações camponesas, que poderiam levar a revoltas e a violência. Esses foram os principais pontos levantados por Otto Zimmermann, o carpinteiro da cidade e principal idealizador do movimento em Tassing. Em contrapartida, o abade manteve-se firme e adicionou diversas outras proibições como punição pelas queixas dos camponeses, como a proibição de entrar na floresta durante a Festa de São João, o fechamento do santuário de São Maurício e a proibição da visita à relíquia, que foi recebido como um ataque a fé e a cultura da população.

O assassinato de Otto Zimmermann piorou ainda mais as relações entre os habitantes de Tassing e os monges. Otto buscava apoio dos artesãos da cidade, que também começavam a sofrer com as proibições do abade, a se juntar à causa camponesa. O abade foi o principal suspeito pela população camponesa, ainda que o mesmo tivesse um álibi, restando ao monge fugir para a abadia e se trancar, junto dos seus irmãos na biblioteca da abadia, sob a ameaça de serem queimados vivos dentro do prédio. Novamente a sobrevivência daquela comunidade estava ameaçada, dessa vez pelo uso da força por parte dos revoltosos.

Se em 1518, o perigo sobre a abadia se mostrava através dos anseios do abade em relação à atenção que sua abadia atraía com o assassinato do barão, um anseio que, de fato, se mostrou correto, em 1525 esse anseio é representado em todos os monges confinados. Cada personagem reage de formas diferentes ao cerco realizado pelos camponeses: preocupação com o futuro, tentativa de manter a ordem, desespero com tons apocalípticos. Personagens como o Irmão Völkbert e Irmão Rüdeger são representados em momentos de pânico gerados pelo medo da morte.

Imagem 2 - O Irmão Rüdiger canta para afastar o medo



Fonte: Pentiment. Irvine. Obsidian Entertainment, 2022, 1 jogo eletrônico. Captura de tela feita pelo autor

De certa forma todos novamente lidam com a iminência do fim, da destruição de sua comunidade como ela era, das relações que tinham com os habitantes de Tassing, que nunca seriam as mesmas após um conflito nessa escala. Este conflito também marca uma ruptura do povo de Tassing com a autoridade da Igreja, que aqui se mostra na figura do abade.

A principal atividade realizada nos dois primeiros atos de Pentiment gira em torno da investigação dos assassinatos, uma vez que, em ambos os casos há a certeza de que o principal suspeito é inocente. É necessário investigar outros suspeitos e chegar a uma conclusão com as evidências em um limite de tempo e nunca é possível reunir todas as informações disponíveis. Portanto, independente de que é acusado pelo jogador, as verdadeiras identidades dos assassinos nunca são reveladas. Isso permite que ocorram mudanças em pequena escala na cidade e abadia, mas que os eventos de grande escala se mantenham, independente da sessão de jogo.

Se no primeiro ato, a consequência do assassinato do barão foi o fechamento do scriptorium, no segundo ela se mostra na destruição da Abadia de Kiersau por um incêndio, causado por Peter Gertner, um dos camponeses que, em um ato de desespero, atea fogo na biblioteca após a saída dos monges, destruindo o centro do poder que por anos era símbolo de

opressão. A destruição de sua casa força os beneditinos a irem embora, uma vez que não se viam mais bem vindos naquela região, consumado então o medo da dissolução de sua comunidade, não com o morticínio, mas com o exílio. Há também uma batalha entre os camponeses revoltosos e os soldados a mando do Duque da Baviera¹², enviados para suprimir o levante camponês.

Imagem 3: O Incêndio de Kiersau



Fonte: Pentiment. Irvine. Obsidian Entertainment, 2022, 1 jogo eletrônico. Captura de tela feita pelo autor

Considerações finais

A partir dessa observação, podemos afirmar que *Pentiment*, de certa forma, narra o tempo do fim de uma perspectiva que se relaciona com as diversas mudanças que estavam ocorrendo durante o início do século XVI. O fim de uma tradição, criação de novas tecnologias, ruptura com entidades políticas e religiosas, continuidade de uma crise agrária feudal que se estendia por séculos. Junto a isso, haviam outras rupturas em escala micro, dentro daquela sociedade imaginada pelos desenvolvedores do jogo. O tempo do fim em *Pentiment* não representa o fim do

¹² Neste período, a Baviera era governada pelos irmãos Guilherme IV e Luís X.

mundo em um sentido escatológico, mas o fim da vida que as pessoas estavam acostumadas, sejam elas monges, freiras, burgueses ou camponeses.

O jogo conta com um terceiro ato, que ocorre em 1543 e se mostra diferente dos anteriores, pois o objetivo já não é investigar um assassinato, mas sim o passado, a fim de representá-lo em forma de arte. Já não existe mais uma Abadia de Kiersau, os monges e freiras recomeçaram suas vidas em outros lugares, o convento foi ocupado por freiras da Ordem de Santa Clara e o governo de Tassing passou para as mãos de outro senhor de terras que vive bem distante da cidade e permite que os habitantes de Tassing se auto governem. Neste sentido podemos interpretar o terceiro ato como uma mensagem de que a vida continua, mesmo quando passamos por tempos de fim.

O tema da mudança é constante na narrativa de *Pentiment*: mudança na cultura escrita, na organização política e social, o nascimento de uma nova forma de se pensar religiosidade, de se entender como parte de uma comunidade. Por mais que este artigo se foque na relação dos monges e freiras de Kiersau, fica claro que todas as transformações têm ligação em como a cidade de Tassing também se transforma e, mais tarde, será estudada por alguém com o objetivo de narrá-la..

Referências bibliográficas:

- BATESON, M. **Origin and Early History of Double Monasteries.** *Transactions of the Royal Historical Society*. 1899;13:137-198.
- BLICKLE, P. **The Revolution of 1525** [Translated by Thomas A. Brady, Jr. and H.C. Erik Midelfort]. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.
- CHAPMAN, A. **Digital Games as History: How Videogames Represent the Past and Offer Access to Historical Practice.** New York: Routledge, 2016.
- DE HAMEL, C. **A History of Illuminated Manuscripts.** New York: Phaidon Press Limited, 1986.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada.** Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A Micro-História e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991
- JOSHUA SAWYER. **Mixing History and Fiction in Pentiment.** Youtube, 17 de dezembro de 2023. 1h6min28s. Disponível em <[Mixing History and Fiction in Pentiment](#)>. Acesso em 17/01/2025
- PENTIMENT. Irvine: Obsidian Entertainment, 2022, 1 jogo eletrônico.

Dança dos vagalumes: Andujar e o invisível no ateliê

Carolina Pimentel Souza

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Bolsista do CNPq

souza.carolinap@gmail.com

Resumo:

Neste trabalho pretende-se investigar formas de se inserir o outro no ateliê historiográfico pensando a partir das fotografias de Claudia Andujar, percebendo sua potencialidade de apresentar a dança do outro ao tornar visível o invisível. Uma das possibilidades para se perceber o ofício do historiador é de artesão dos tempos, como apontado por Durval (2019). Entretanto, ao lidarmos com outras formas de saberes e produções podemos pensar além da tecelagem dos tempos e pensar em conjunto a tecelagem dos universos. Se pensarmos na arte como Tim Ingold (2012), podemos perceber nela uma forma de tornar o invisível visível. Ao considerarmos a arte é preciso pensar também no invisível, nos mundos que não víamos, mas que se apresentam ali. Quando o invisível se apresenta na tapeçaria, quando ele é mais um dos fios ou agentes do ateliê, o artesão está frente ali não somente a um tempo, mas a um universo outro, até então desconhecido. Para Ingold, o potencial da arte é justamente mostrar aquilo que não percebemos com os nossos próprios olhos, com nossas próprias lentes. Nesse sentido, ao analisar as imagens de Claudia Andujar creio que houve um trabalho artístico que tornou visível o outro, suas fotografias permitiram o perceber o vagalume (Didi-Huberman, 2011) que realizou seu bailar e apresentou um vislumbre do outro e seu mundo. Os vagalumes são seres que resistem ao dançar em meio à noite e afastam a escuridão dominante do poder que busca apagar sua fagulha, apresentados caminhos de ideias e imagens que persistem. Seu trabalho vai para além da reprodução da conhecida tapeçaria do índio e vislumbra a invisível dança dos *xapiri*, o universo outro do indígena. Com isso, é possível pensar na potencialidade das fotografias de mostrarem não somente o invisível, mas também apresentar os fins de mundo que esses universos enfrentam e adiam a muito tempo. A dança dos vagalumes é uma das formas de se adiar o fim do mundo. Esses seres se unem em sua dança para poder aumentar o calor de suas fagulhas, criar uma chama, impedindo que a frieza da escuridão a consuma, adiando a cada passo de sua coreografia o fim da sua fagulha, do seu mundo. Se tornando como uma faroleira, que amplia a luz dos vagalumes, a fotografia de Andujar, ao tornar visível essa movimentação, esse brilho, tem a potencialidade de nos apresentar danças que não conhecíamos, universos que não conhecíamos e cujos adiamentos dos diversos fins já enfrentados não nos eram familiares.

Palavras-chave: Historiografia; Imagem; Claudia Andujar; Confluência; Nego Bispo.

Claudia Andujar e o encontro com os Yanomami

Claudia Andujar nasceu com o nome de Claudine Haas no ano de 1931 em Neuchâtel na Suíça. Apesar de nascida na Suíça, Andujar passa sua infância em Ordea, uma cidade romena pertencente ao Império Austro-Húngaro. Filha de uma mãe protestante, Germaine Guye, e um

pai judeu, Siegfried Haas, a Segunda Guerra Mundial forçou Andujar a fugir para a Suíça com a sua mãe entre 1944 e 1945. Durante esse período seu pai e toda sua família paterna morrem em campos de concentração devido a perseguição nazista aos judeus. No ano de 1946 Andujar se muda para Nova Iorque a convite de seu tio, iniciando seus estudos em humanidades na Hunter College. Em 1951 ela começa a trabalhar como guia na sede das Nações Unidas, onde adquiri um interesse em arte e começa a pintar a mão¹³.

Ao descobrir que sua mãe estava no Brasil Andujar vem ao país para se reencontrar com ela. Ao chegar no porto de Santos dia 9 de junho de 1955, Andujar inicia também sua jornada com a fotografia. Decidida a conhecer o Brasil, ela realiza uma jornada que atravessara o país de sul a norte. Foi a partir dessa experiência que ela começa a sua relação com a fotografia. Ao longo dos próximos anos Andujar se dedica a fotografia em suas viagens. Em 1956 Darcy Ribeiro levou Andujar para conhecer os Karajá, realizou outra visita em 1958 e uma terceira em 1960. Entre 1964 em 1965 ela focou em um projeto com o povo Bororo. Em 1969 viajou com Gerooge Leary Love para conhecer os Kikrin. Falar como aqui a sua relação com a câmera já mudara, com a câmera focada em cenas mais elaboradas e rituais individuais. Em 1971 entra em contato com os Yanomami ao fotografar uma edição especial da *Realidade* (outubro), que se tornaria seu último trabalho para a revista. Ainda no mesmo ano, em dezembro, Andujar vai com Leary Love para a missão católica na bacia do rio Catamari, no estado de Roraima. É nessa região que ela realizou a maior parte do seu trabalho durante a década de 1970 com os Yanomami.

É importante ressaltar que unir a fotografia com o universo Yanomami possuía as suas tensões, principalmente por conta da compreensão acerca de imagem de cada um. Para os Yanomami “as imagens fotográficas são designadas pelo termo utupë, que significa “imagem corpórea, essência vital, forma mítica primordial”, e também “reflexo, sombra, eco, miniatura, réplica, reprodução, desenho” (KOPENAWA; ALBERT, 2010, p.621). Dessa forma, essas imagens estão para além daquilo que entendemos por imagem e principalmente por imagem fotográfica. A imagem não é apenas uma representação da pessoa, mas ela seria a própria pessoa. As fotografias possuiriam um enorme poder, já que a partir delas diversas pessoas têm acesso a sua imagem e, caso suas intenções não sejam boas, podem pegá-las para lhe fazer algum mal.

Os Yanomami estavam pouco familiarizados com a fotografia, e não produziam fotos das suas próprias realidades. Mais do que uma documentação etnográfica,

¹³ ANDUJAR, Claudia; NOGUEIRA, Thyago; ALBERT, Bruce. *The Yanomami Struggle*, p. 78, Paris: Fondation Cartier pour l'art contemporain, 2020.

o complexo grupo de imagens que Andújar reuniu até então oferecia aos Yanomami um instrumento de empoderamento e uma ferramenta na luta contra a sociedade que tentava lhes aniquilar. Mas tanto eles quanto Andújar sabiam que esse poder era limitado.¹⁴ (NOGUEIRA, 2020, p.203)

Essas imagens produzidas pela câmera passaram a ser percebidas então como flechas¹⁵, disparadas com o intuito de atingir não aos fotografados, mas aos *napë*¹⁶. Mesmo limitado esse poder existe e é perceptível, principalmente ao considerarmos aquilo que desconhecíamos e era invisível que algumas imagens permitem um vislumbre. Entre as imagens que permitem um vislumbre do outro podemos destacar as fotografias de Andújar dos ritos xamânicos com o pó *yãkoana*.

O ritual com pó *yãkoana* é realizado por xamãs, que inalam o pó durante as seções e com isso chamam os *xapiri*¹⁷ para dançar. O pó *yãkoana*, produzido a partir da árvore *yãkoana hi*, é fundamental para esse processo pois ele é o alimento dos *xapiri*. É a partir do consumo dele que os xamãs podem chamar os *xapiri* para dançar. Essa dança é extremamente importante pois os *xapiri* são seres auxiliares dos xamãs, que os ajudam a se contactar e comunicar com o mundo, com a floresta. Esses seres são descritos como luminosos, cuja pele é coberta de padrões, padrões esses que vem a partir dos cheiros dos locais pelos quais esses seres passam, se tornando um dos seus bens mais preciosos. Os olhos de fantasma¹⁸ não são capazes de ver o *xapiri* ou a dança com os xamãs. Entretanto, nessas imagens Andújar apresenta um vislumbre para nós *napë* da coreografia desses seres, dos rastros luminosos que sua presença deixa.

Em suas danças de apresentação, os *xapiri* agitam folhas de *boko si*, que possuem um amarelo intenso. A luz é extremamente importante para a fotografia nesse ritual, seja no

¹⁴ “The Yanomami were ill-acquainted with photography, and they produced no photos of their own reality. More than ethnographic documentation, the complex group of images Andújar had thus far brought together provided the Yanomami with an instrument of empowerment and a tool in the struggle to fight the society that was trying to annihilate them. But both they and Andújar were clear that this power was limited.” (NOGUEIRA, 2020, p.203)

¹⁵ “Como diria o xamã e filósofo indígena David Kopenawa, “A câmera é uma flecha” para atingir o coração do homem branco, já que ele não tem coração, ou tem, mas quase nunca é atingido pelo apelo indígena que denuncia o massacre e o genocídio contra seu povo desde 1500!” (QUEIROZ, 2023, p.19)

¹⁶ “O termo yanomami *napë*, originalmente utilizado para definir a condição relacional e mutável de ‘inimigo’, passou a ter como referente prototípico os ‘Branços’, isto é, os membros (de qualquer cor) daquelas sociedades nacionais que destruíram a autonomia política e a suficiência econômica do povo nativo de referência.” (KOPENAWA; ALBERT, 2010, p. 12)

¹⁷ “Os *xapiri* são as imagens dos ancestrais animais *yarori* que se transformaram no primeiro tempo.” (KOPENAWA; ALBERT, 2010, p.111)

¹⁸ Olhos de fantasma são os olhos dos não xamãs que não conseguem ver os *xapiri*

momento da apresentação com o brilho amarelo intenso, seja com a movimentação dos xapiri, eles próprios seres de luz. Tanto a sua luz quanto o seu movimento geram na fotografia imagens que aparentam ser imperfeitas, rastros que parecem ser frutos de fotografias mal iluminadas e com muito movimento. A passagem de seres brilhosos pela objetiva leva a aparição de borrões na fotografia. Essas imagens dos xapiri aparecem sem nitidez e não definidas, vemos seus rastros brilhosos, mas não a sua decorada e colorida pele. Vemos os rastros das luzes de seus movimentos, que deixam borrões e denunciam sua existência e passagem, mas a imagem da sua pele não é capturada.

Questão da luz

Os *xapiri* são seres brilhantes e luminosos cujas imagens dançam a noite em meio a escuridão em uma coreografia. De forma semelhante, os vagalumes de Georges Didi-Huberman (2011) se movimentam em meio a escuridão, rompendo com ela com o seu brilho. Entretanto suas similaridades não estão apenas no seu caráter luminoso e seu movimento. Eles compartilham a potencialidade de apresentarem formas de resistência contra a opressão, da escuridão, que busca a todo momento cessar sua fagulha. Da mesma forma que os vagalumes de Didi-Huberman (2011), os *xapiri* não são facilmente vistos, eles são invisíveis aos olhos de fantasma dos napês. Entretanto, com a sua fotografia Andujar possibilitou um vislumbre do invisível, não da imagem estática do *xapiri*, mas um vislumbre da sua existência viva e do movimento da sua incessante coreografia. Simultaneamente as suas fotografias mostram a potencialidade desse vagalume de queimar a lente, o artesão e o próprio ateliê, se inserindo nesse ambiente e se tornando um agente e um sujeito. Ao realizar isso Andujar não captura o outro, mas o apresenta, amplia eu brilho como uma faroleira.

Imagem 1 - Ritual com pó yâkoana



Fonte: YANOMAMI. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/95823-yanomami>. Acesso em: 14 jun. 2026.

Ao ampliar essa luz e se unir a coreografia do outro, apresentando um invisível, Andujar realiza aquilo que Tim Ingold percebe como um trabalho de arte. Para ele, “um trabalho de arte, insisto, não é um objeto mas uma coisa - e, como argumentou Klee, o papel do artista não é reproduzir uma ideia preconcebida, nova ou não, mas juntar-se a e seguir as forças e fluxos dos materiais que dão forma ao trabalho.” (INGOLD, 2012, p.38). Nesse sentido, a fotografia de Andujar, ao apresentar os *xapiri*, apresenta para nós napẽ também um vislumbre do invisível, dos vagalumes que não percebíamos anteriormente, mas que se apresentaram em sua dança e foram percebidos pela lente da câmera. Como pode ser visto na imagem 1, Andujar se une ao movimento, quebra com a estática da foto, se une a coreografia do vagalume e apresenta os seus borrões na imagem. Ela passa vaselina em sua objetiva, realçando as “imperfeições” dos borrões que dançam em sua fotografia, ampliando o que era invisível antes. Podemos pensar nesse trabalho de Andujar em conjunto com a potencialidade que Tim Ingold percebe na arte em transformar o invisível em visível. Ao realizar sua arte, passando vaselina em sua lente e se voltando para o seu ateliê, Andujar apresentou a dança daqueles que fazem parte de um universo outro que nos era invisível, que nossos olhos fantasmas não eram capazes de perceber.

Quando pensamos nas questões que Andujar passou para fotografar e os elementos que ela utilizou em suas fotografias um dos principais agentes é a luz. Seja por limitações tecnológicas para o uso do flash, que na época era mais limitado, ou por outras escolhas o uso desse instrumento foi utilizado com parcimônia. Suas possibilidades incluíam o flash cube, o flash bar e câmeras com flash acoplado no qual se precisava carregar uma caixa externa de bateria junto, que fornecia a energia para gerar o flash. Esses métodos de flash possuíam algumas limitações, o flash cube era de 4 fotos por cubo, enquanto o flash bar eram 10, e depois esses instrumentos seriam descartados. Para se tirar várias fotos em sequência Andujar precisaria constantemente trocar o cubo ou a barra, o que travaria seu processo de fotografia. Já o flash acoplado, apesar de permitir tirar mais fotos, ainda era limitado pelo calor que elas geravam na bateria, forçando a parar o seu uso após o uso prolongado. Além disso, todos os flashes possuíam um tempo de intervalo entre uma fotografia e outra, o que limitaria a quantidade de fotos que poderiam ser tiradas em uma sucessão rápida. Dessa forma, Andujar se deparou com limitações físicas de sua época, mas não somente com isso, ela se deparou a dança de outros seres.

Porém, a luz, os borrões, não são apenas seres a serem capturados pela câmera, eles se tornam agentes ativos do ateliê que queimam as amarras que tentavam prendê-la na escuridão. Como Edgar Corrêa Nunes Xakriabá ressalta em seu trabalho de fotografia do ritual do toré com os Xakriabá, o uso do flash vai para além de uma decisão prática acerca da iluminação e se relaciona também com o invisível que se buscava apresentar. Ao fotografar o toré Edgar Xakriabá ressalta que os seres que participam desse momento, os *encantados*, são seres de luz, semelhante ao *xapiri* (XAKRIABÁ, 2019). A principal questão referente a iluminação nas fotografias de Edgar Xakriabá se dá pelo fato do toré ser realizado durante a noite, um momento em que o fotógrafo não pode contar com a iluminação natural. Da mesma forma os ritos xamânicos dos Yanomami possuem essa questão por serem realizados a noite, momento de atividade dos *xapiri*. Além disso, no caso Yanomami a pouca luz que poderia surgir a noite do céu é dificultado pelo local fechado no qual realizam esses rituais. O impulso de se utilizar o flash para garantir uma imagem mais nítida e clara para o espectador é freado pela presença do outro, pela sua expressão de luz na imagem.

Imagem 2 - Fotografia do ritual do Toré sem flash



Fonte: Xakriabá, Edgar. Etnovisão: o olhar indígena que a câmera revela. 2019, p. 76.

Dessa forma, ao tentar apresentar esses seres em sua fotografia se gera um impedimento de se utilizar o flash. O uso desse mecanismo, cujo objetivo é gerar um rompante de luz por alguns segundos que permita a iluminação e fotografia, levaria ao confronto de duas luzes diferentes, a artificial, criada a partir de um instrumento, e a aquela que emanaria dos próprios *encantados*. Assim, o uso do flash levaria ao apagamento dos *encantados* e o seu uso para fotografar seres de luz seria limitado. Em sua dissertação Edgar apresenta as fotografias feitas com e sem o flash, apontando as diferenças. Nas imagens sem o flash podemos perceber fotografias mais escuras e com menos nitidez, mas também podemos perceber a presença dos *encantados*. Esses borrões que aparecem na imagem não seriam apenas fruto de um fotógrafo que não consegue ou sabe utilizar o flash, mas seriam a manifestação da presença do outro, antes invisível, na imagem. Na imagem 2, por exemplo, tirada sem o flash, é possível ver a presença de imperfeições”, de outros seres que se mostram presentes e denunciam seu brilho, seu movimento, gerando borrões. Essa aparente imperfeição é na realidade um vislumbre dos *encantados*, que mostram seu brilho,

denunciando sua existência, mas sem se apresentar com completa nitidez, se revelando e deixando se capturar na imagem (XAKRIABÁ, 2019).

Imagem 3 - Fotografia do ritual do Toré com flash



Fonte: Xakriabá, Edgar. Etnovisão: o olhar indígena que a câmera revela. 2019, p. 84

Por outro lado, as imagens tiradas com o uso do flash, como a imagem 3, trazem uma nitidez maior a imagem, sem a presença de borrões, aparentando uma clareza maior da cena e do ritual. Entretanto, também se percebe o incômodo do comportamento das pessoas. Como o flash é um clarão de luz ele cria um incômodo nas reações, as pessoas param seus movimentos e alguns escondem o seu rosto do clarão, desviando o olhar. É importante também perceber aqueles que não vemos nas imagens com o flash, os *encantados*. Nas fotografias com o flash esses seres são momentaneamente apagados da imagem por um forte clarão de luz que vêm da câmera e impede de se ver o seu brilho. A imagem 3 parece permitir enxergar com mais nitidez a imagem das pessoas, suas figuras são claramente delimitadas e leva a crer que se vê a todos os integrantes desse ritual, dessa dança, com perfeita definição. Entretanto, os *encantados*, que estão presentes nesses rituais são ofuscados pelo clarão do flash e se tornam ocultos na imagem.

Dessa forma, se percebe que além de se influenciar no comportamento das pessoas o flash também altera o que podemos ou não ver. Por meio do rearranjo do seu ateliê, de mudanças feitas em seu instrumento fotográfico, Andujar permitiu a nós um vislumbre de um universo outro de vagalumes dançantes que anteriormente nos era invisível. Ela percebeu o fluxo e o movimento da dança e se juntou a ela por meio do improviso. De acordo com Ingold (2012) o poder da arte de tornar o invisível visível vem da improvisação, é a partir do imprevisto e de como se lida com ele que revela o não visto. É ao longo desse processo de improvisação, de alterar o seu ritmo, a velocidade da sua câmera, para que ele busque se unir à dança do outro, que Andujar revela o invisível, apresenta para nós aquele outro que não conhecíamos, que não enxergávamos.

É importante ressaltar que esse improviso não é impensado, muito pelo contrário, ao se improvisar se leva em consideração não somente a coreografia do outro que se apresenta, mas também a sua própria bagagem. Assim como um saxofonista de jazz que pode improvisar ao longo da sua apresentação quando ele o faz ele considera o ritmo, a coreografia, que ele deseja fazer ao mesmo tempo que considera também a as suas experiências, aquilo que ele já fez e experienciou antes. Quando Andujar desmonta seu ateliê, separa cada parte da sua câmera, e se volta para suas experiências para apresentar o invisível na sua fotografia é isso que ela faz. Em 1972 Andujar adoeceu por malária ela precisou passar 1 ano em São Paulo para se recuperar, durante esse período ela se voltou para o seu ateliê em busca de formas e possibilidades de se fotografar com baixa luminosidade. Mesmo afastada do campo por motivos de saúde ela buscou formas de aprimorar suas técnicas. Ela tapou as janelas de seu apartamento e tornou sua casa seu local de experimentação e de testes. Ao longo desse ano Andujar se voltou para essa questão, focando em formas de alterar sua câmera para que pudesse fotografar. Ao se deparar com essas dificuldades de iluminação, ela muda sua forma de lidar frente ao obstáculo, ao invés de tentar criar uma luz para iluminar, ela modifica as configurações da câmera, da máquina, a deixando com o ISO alto, abertura de lente e exposição mais prolongada, de forma que procura a luz, o outro que já existe e dança a sua frente.

Imagem 4 - Ritual com pó yâkoana



Fonte: ANDUJAR, Claudia; NOGUEIRA, Thyago; ALBERT, Bruce. *The Yanomami Struggle*, p. 78, Paris: Fondation Cartier pour l'art contemporain, 2020.

Além de não utilizar o flash, o que levaria a um embate entre as luzes, Andujar realiza alterações no seu ateliê que buscam ampliar a luz, a presença do outro que se apresenta. Ao passar vaselina em sua objetiva ela intensifica os borrões, amplia a sua percepção e os torna mais evidentes e em alguns momentos seres centrais de sua fotografia. Ao invés de ir contra o outro que se apresenta, buscando apenas uma nitidez, ela se junta a essa expressão e busca formas de se tornar uma faroleira, que amplia a luz do vagalume em meio a escuridão. Além disso, Andujar também fez a sobreposição de negativos. Como na imagem 4, podemos perceber que aquilo que parece à primeira vista uma foto borrada ou sem foco na verdade é um negativo que sobrepõe o outro. Com esse método Andujar buscava romper com a estática da imagem, mostrar o movimento da coreografia que se iniciava e apresentava a sua frente. Por meio do seu improviso ela buscava unir a luz dos xapiri, com o uso da vaselina, gerando borrões luminosos, e romper com a estática, imprimir na imagem o movimento da coreografia que se fazia.

Imagem 5 - Yanomamis dançando durante ritual com pó yãkoana



Fonte: THE ECONOMIST. "The Yanomami Holding Up the Sky". 8 dez. 2015. Disponível em: <https://www.economist.com/prospero/2015/12/08/the-yanomami-holding-up-the-sky>. Acesso em: 14 jun. 2026.

Ao mesmo tempo, Andujar fotografava uma dança, a dança entre o xamã e os *xapiri*. A preocupação com a luz não foi o único ponto que levou a esse imprevisto de Andujar, o movimento também foi uma preocupação, afinal ela se deparou com o desafio de retratar uma cena de movimento com uma máquina que pode transformar os momentos mais rápidos em imagens estáticas. Para isso ela tentou capturar o movimento, partindo de uma provocação que já fora feita anos antes por seu marido Leary Love, que a sugeriu experimentar manipular as imagens para transmitir o que ela sentia¹⁹. Tocada por essa provocação, ao ser confrontada por uma dança, Andujar se percebe frente ao desafio de quebrar a estática da imagem para apresentar a fluidez da coreografia do outro, antes invisível. Para realizar isso uma das formas encontradas por Andujar foi o de movimentar sua própria câmera, pôr em movimento o seu ateliê, tentando

¹⁹ ANDUJAR, Claudia; NOGUEIRA, Thyago; ALBERT, Bruce. *The Yanomami Struggle*. Paris: Fondation Cartier pour l'art contemporain, 2020.

se unir a coreografia do invisível. Como pode ser visto na imagem 5, ao fotografar, Andujar propositalmente movia sua câmera no instante em que iria fotografar. Esse movimento forçado da câmera gerou uma percepção de movimento em fotografias que antes poderiam ser estáticas, agora apresentam o movimento da coreografia dos vagalumes e dos xamãs.

Tecelagem dos tempos, universos e saberes

Uma das formas de se pensar o ofício do historiador é como um tecelão dos tempos, como apontado por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019). Assim como Andujar e diversos outros artistas e campos estaríamos voltados ao nosso ateliê na produção de tapeçarias cujos fios que utilizamos, de acordo com Albuquerque Júnior (2019), seriam os dos tempos. Entretanto, quando nos deparamos com outros seres e sua presença, sua dança, com outras formas de ser e se relacionar e com o invisível, precisamos pensar em uma artesanaria dos universos também, em um ateliê que está preocupado com os seres para além dos seus limites, os mundos além dos seus. Nossos fios não são somente os tempos, eles são outros mundos.

Quando pensamos na nossa tapeçaria e no vagalume é importante considerar os lados que desejamos unir nessa dança. Por um lado, nós somos do saber sintético, baseado em limites, enquanto esse mundo outro que se apresenta é do saber orgânico, cercado por fronteiras (Bispo, 2019)²⁰. Nessa tapeçaria estamos tentando unir o sintético com o orgânico, estamos tentando colocar em diálogo um saber cercado por limites com um saber baseado nas fronteiras. Por um lado, as fronteiras que cercam o saber orgânico permitem o diálogo, elas permitem a passagem e o encontro de rios. Por outro, os limites que cercam o saber sintético são como represas que impedem o fluxo dos rios e buscam barrar diálogos e uniões. Precisamos buscar abrir o diálogo entre nossos limites e as fronteiras que nos cercam, unir os fios dos tempos e dos universos, de diferentes saberes, para apresentarmos uma tapeçaria mais orgânica, que entre no ritmo do outro, misturando as coreografias. Uma das formas que temos de fazer essa união é confluindo.

Entretanto, para podermos dialogar com os outros precisamos antes fazer algumas alterações, aprender algumas coisas, e uma das formas de aprender é por desfazer. Quando Nego Bispo (2019) afirma que os seus mais velhos o mandavam desfazer e refazer cestos para que ele

²⁰ “Esse é o saber orgânico, aquele que diz respeito a ser. O outro, o saber [sintético], é aquele que envolve o ter. Por isso, para nós não se sustenta de que a academia produz ciência e nós produzimos saber popular. Essa nomeação é por demais colonialista, feita para nos escravizar.” (BISPO, 2019, p.27)

pudesse aprender ele fala que havia ali um aprendizado em se desfazer aquilo estava pronto e quando se refazia não necessariamente se fazia igual da última vez, mas se faz um outro cesto que exprime o aprendizado daqueles que fizeram o primeiro cesto, que foi desfeito, em conjunto com o quem fez o novo. Os saberes presentes na produção do novo cesto não são apenas dos antigos artesões, não é apenas uma cópia do que já existia, mas também inclui saberes e percepções do novo artesão, que partindo dos conhecimentos dos outros, da tecelagem do outro, agrega também o seu conhecimento, a sua maneira, gerando um cesto que não exprime um ou o outro apenas, mas a união dos dois. Entretanto, é necessário pensar quem deve desfazer essa tapeçaria.

Desmanchar é uma pedagogia do aprendizado para os nossos mais velhos. Então, eu não tenho papel de desmanchar o colonialismo. Quem deve desmanchar o colonialismo é quem tentou colonizar. Digamos que eles tenham se arrependido -coisa que não acredito- e, então, agora vão desmanchar. (BISPO, 2019, p.24)

Nós, historiadores que precisamos realizar esse desmanchar. Para nós, o desfazer e refazer nos dá a oportunidade de aprender como a tapeçaria foi feita e também de refazermos ela com alterações que achamos necessárias. Nós que criamos o ateliê, que formulamos esse processo, por isso somos nós que precisamos desfazer nossas tapeçarias, nossos ateliês pois somos nós que temos a aprender nesse processo. O outro se apresenta no nosso ateliê como um vislumbre de um universo e um saber outro, nos apresenta uma existência para além dos nossos limites. Com isso possuímos a oportunidade de tentar nos unir a essa coreografia, se juntar a dança. Entretanto, para fazermos isso precisamos romper com a estática dos nossos limites, desfazer essas barreiras que criamos na tapeçaria, aprender como foram feitas, decidir se ela presta para nossa coreografia ou não. A dança do vagalume é essencial para mostrar o que no ateliê presta e o que não presta, o que pode ser usado no improviso e o que não combina com o ritmo da dança do outro. É com ela que podemos perceber o que nos ajuda a improvisar na tecelagem e o que busca restringir nossa tapeçaria e a nós. Andujar fez e desfez seu ateliê diversas vezes, improvisando e rearranjando tentando acompanhar a coreografia do outro. Ela experimenta com o flash, experimentou com outras formas de iluminação, como os lampiões, sempre buscando desfazer sua tapeçaria e ao reconstruí-la buscava se unir ao ritmo do outro, testando aquilo que presta e o que não presta no seu ateliê.

Ao se unir a sua dança Andujar percebeu o movimento do outro, o brilho que se impõe rompendo com a frieza da escuridão e cuja coreografia se recusa a ser cessada. Da mesma forma, Ingold ressalta que as aspirações da sociedade moderna de impor bloqueios por medo do caos,

que o movimento pode aparentar, são constantemente frustradas por conta da recusa da vida em ser contida (INGOLD, 2012, p.37). A vida possui uma força tão grande que irá quebrar qualquer barreira, de forma mais ou menos violenta, para continuar a ser e existir. Ao afirmar que “onde quer que olhemos, os materiais ativos da vida estão vencendo a mão morta da materialidade que tenta tolhê-los” (INGOLD, 2012, p.37), Ingold percebia que esse brilho do vagalume não poderia ser contido. Mesmo que se tente colocar limites e amarras o vagalume irá dançar e brilhar, mas também poderá ainda se unir a outros, fortalecendo suas danças. Mesmo que haja um mar entre dois rios eles ainda assim vão confluir, vão achar maneiras de o fazer seja através da chuva ou outras formas.

Dessa forma, os vagalumes permanecem dançando a noite, apesar da frieza da escuridão que tenta apagá-los, eles dançaram sozinhos ou um com os outros, mas seu movimento e brilho permanecem. Temos a oportunidade de nos unirmos a dança do outro que apresenta sua coreografia, porém para isso precisamos mudar nossos limites, mudar nossa forma de nos relacionarmos com o outro e percebermos essas relações.

Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. (BISPO, 2023, p. 4 -5)

O vagalume não deixará de ser um vagalume, assim como não deixaremos de ser da academia, do saber sintético. Entretanto ao desmancharmos nossos limites e refazê-los podemos torná-los mais flexíveis, abertos ao diálogo com os mundos e as fronteiras dos outros. Ao desfazermos as amarras dos nossos próprios ateliês podemos nos unir a dança do outro, aumentando com ele o seu brilho, colocando em diálogo diferentes coreografias, constantemente improvisando para acompanhar o ritmo do outro. Assim como Andujar temos a oportunidade de improvisar na nossa tecelagem e acompanhar a coreografia do outro, fazer uma tapeçaria mais orgânica ao desfazermos nossas antigas tapeçarias e limites, apresentando o invisível e nos tornando também faroleiros.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ANDUJAR, Claudia; NOGUEIRA, Thyago; ALBERT, Bruce. **The Yanomami Struggle**. Paris: Fondation Cartier pour l'art contemporain, 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos Vaga-Lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

QUEIROZ, Ruben Caixeta de; LIMA, Cora; DUARTE, Daniel Ribeiro; TORRES, Júnia. **Um sopro e uma luz pela autodeterminação dos povos e dos cinemas indígenas**. In: FORUMDOC.BH. forumdoc.bh.2023: catálogo do festival. Belo Horizonte: Associação Filmes de Quintal, 2023. p. 18-25.

SANTOS, Antônio Bispo. **As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético**, in Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

THE ECONOMIST. The Yanomami Holding Up the Sky. **The Economist**, 8 dez. 2015. Disponível em: <https://www.economist.com/prospero/2015/12/08/the-yanomami-holding-up-the-sky>. Acesso em: 14 jun. 2026.

XAKRIABÁ, Edgar Nunes Corrêa. **Etnovisão: o olhar indígena que atravessa a lente**. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

YANOMAMI. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/95823-yanomami>. Acesso em: 14 jun. 2026.

“Afro-brasileiro”: o rap de Thaide & DJ Hum entre o passado e o presente

Igor Henrique Morais

Mestre em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Pós-graduando em História e Cultura no Brasil Contemporâneo

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

igor.morais@aluno.ufop.edu.br

Resumo: Thaide & DJ Hum é a grande dupla da história do Hip Hop brasileiro, desbravando os caminhos da indústria fonográfica a partir de fins da década de 1980. Pioneiros no Rap nacional, foram relevantes para a construção do gênero durante toda a década de 1990, conhecida por ter sido um período de segmentação musical a partir de rádios comunitárias e, especialmente, os programas da versão brasileira da MTV. O Rap aparece como uma música de contestação para a experiência da juventude negra e periférica nos grandes centros urbanos, além do mais sua produção serviu para reinterpretar o passado negro brasileiro e da diáspora africana. Se esse passado foi apagado e rompido através da violência, os compositores musicais tentam conectar, seja através de um essencialismo, as lacunas de sua memória individual e coletiva. Em "Afro-brasileiro" (1995), Thaide & DJ Hum reivindicam o heroísmo de Zumbi dos Palmares na história oficial do Brasil, em uma composição que mistura decolonialidade, relações raciais, essencialismo negro, mercantilização, entre outros elementos que indicam também a sua contemporaneidade. Não por acaso a capa do LP na qual a música foi lançada conecta símbolos de uma modernidade global, como o metrô, aos africanizados instrumentos percussivos como atabaque, pandeiro e berimbau. Se utilizando da música e da própria arte gráfica da capa, procuro pelos significados visíveis e aqueles que não estão postos de maneira explícita, além da História que é escrita a partir de experiências e conhecimentos de alguns indivíduos, com o objetivo de falar para todo o Brasil. A consciência histórica de Thaide & DJ Hum não se utiliza do conhecimento formal, mas sim da formação social do Hip Hop brasileiro. A dupla mostra, no ano de 300 anos da morte de Zumbi, que seu o passado de "bravura" deveria ser valorizado, em diálogo com a luta do movimento negro naquele período. Dessa maneira, se tornam fontes de produção de uma intelectualidade popular, servindo como pontes para que se possa conhecer o passado negro, além de reinventá-lo a partir da busca protagonismo em seu presente.

Palavras-chave: rap; música; história.

Introdução

Thaide & DJ Hum é a dupla pioneira do Hip Hop e Rap nacional, formada respectivamente por Altair Gonçalves e Humberto Martins Arruda. Ambos nasceram no ano de 1967, em regiões periféricas da grande São Paulo. Enquanto o DJ é de Ferraz de Vasconcelos,

município do Estado de São Paulo, o MC foi criado na periferia da Vila Missionária, Zona Sul da capital. Durante os anos 1980 eles se encontraram em meio a emergência no Brasil de uma expressão artística negra criada nos Estados Unidos, porém com origens caribenhas: o Hip Hop. Spensy Pimentel (2025, p. 16) mostra como o passado colonial das regiões norte e sul do globo se pareciam, pois “aqui e lá, a abolição da escravatura foi conseguida com luta e revolta, batalhas incontáveis, meras notas de rodapé nos livros de História, cheio de seus heróis brancos tão generosos”. Lançada em 1995, “Afro-brasileiro” ia até a história escravocrata do Brasil, para mostrar um passado que em certa medida ainda se mostrava presente. Antes de analisar a canção, é preciso conhecer um pouco do contexto do nossos dois personagens e do movimento do qual fazem parte.

DJ Hum em entrevista para o Podcast Domingueira, em 2022, abordou sobre suas influências: criado em uma família de afro descendentes misturada com nordestinos, sua cultura musical foi construída baseada em ícones da Soul Music como Jorge Ben, Tim Maia e James Brown, ao mesmo tempo que ouvia o Rock Progressivo. Ele salienta que era uma infância pobre, mas feliz. Nos anos 80 os bailinhos de quintal faziam a cabeça das periferias, já que as discotecas eram distantes, segundo DJ Hum. Dessa forma, seu território, classe social e influências culturais também são parte da construção de sua identidade racial. Para Thaide “a música de Jorge Ben, da forma como o povo da periferia a abraçava, era o rap da época: os versos de ‘Charles, Anjo 45’, vistos com atenção, já eram uma letra de rap” (Alves, Thaide, 2004, p. 19). A canção de Jorge, aborda sobre um malandro que protegia os pobres e oprimidos e o morro esperava por sua volta da prisão. A exaltação de um herói antes invisível como Charles na música popular brasileira, mais próximo da realidade da periferia, serviu como fonte de aprendizagem para o entendimento que o MC tinha de seu próprio gênero musical, como será possível perceber mais a frente. O MC ainda aponta que quando criança ouvia desde os sambas cariocas dos Originais do Samba e Jorge Aragão até o forró e música brega, além dos artistas negros internacionais, todos através do rádio (ibidem). “Tais músicas formaram as suas memórias e o pano de fundo para a produção do rap feito no Brasil” (Azevedo, Silva, 1999, p. 78).

Santuza Cambraia Naves (2010), ao abordar sobre os músicos de Rap, escreveu como eles se compreendem enquanto legado das diversas musicalidades negras. Thaide & DJ Hum, assim como outros diversos artistas periféricos da virada dos anos 1980 para 1990, se colocaram como parte da árvore genealógica do Samba e do Soul enquanto movimentos culturais de produção de

conhecimento e de autoestima para os negros. Através da novidade tecnológica da produção de rap a possibilidade de atualizar a música negra brasileira se deu a partir do espaço urbano das grandes cidades, tornando-se elementos centrais para a incorporação dessas novas práticas culturais. O Hip Hop abarca quatro elementos, o break (dança), grafite (artes visuais), o mestre de cerimônias (MC) e o disk jôquei (DJ), o Rap é a junção dos dois últimos elementos. Todavia, no auge da década oitenta, as informações na cidade de São Paulo chegavam de maneira fragmentada, um dos fatores que gerou, nos jovens negros e periféricos, o ímpeto de reunir o máximo de informações possíveis sobre o tema. Dessa forma que locais como o pátio da Estação São Bento de Metrô, no centro da cidade de São Paulo, se torna um ponto de encontro para os dançarinos de break da época. A São Bento, como ficou conhecida, se tornou o marco zero do Hip Hop paulistano e nacional, sendo protagonista na consolidação do encontro entre Thaide e DJ Hum, pois foi lá que eles formaram a dupla de vez. Guilherme Botelho (2018) escreveu sobre como aquele momento foi propício para que o mercado fonográfico global absorvesse os artistas da periferia, além de um relevante divisor temporal.

No ano de 1988, período em que a dupla estreia no mercado da música, a política brasileira de se abria para a redemocratização depois da Ditadura Civil-Empresarial Militar de 1964, ademais do centenário da abolição da escravidão e a fundação do Geledés - Instituto da Mulher Negra (ibidem). Ou seja, a virada dos anos 80 para os 90 foi importante para o florescimento de novas vozes relevantes nos debates e disputas pela história do Brasil. Os rappers se tornam um desses atores, rompendo com a ideia de democracia racial vigente no imaginário brasileiro. O Geledés e o seu Projeto Rappers (1992-1998)²¹ tinha como objetivo profissionalizar as novas gerações de adeptos do Hip Hop, que surgia ao longo dos anos. Clodoaldo Arruda (2022), ativista, integrante do Projeto Rappers e MC do grupo Resumo do Jazz, cita que de forma extraoficial Thaide sempre esteve próximo ao projeto (apud Arruda, Silva, Santos, 2024). Esse contato com o movimento negro feminista frente a intensa politização das letras do Rap nacional gerou transformações. “A afirmação da negritude e dos símbolos de origem africana e afro-brasileira passaram a estruturar o imaginário juvenil, desconstruindo-se a ideologia do branqueamento, orientada por símbolos do mundo ocidental” (Silva, 1999).

Entre o global e o local: uma simbologia do consumo e das identidades negras

²¹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/projeto-rappers/>. Acesso em: 02 de jun de 2026.

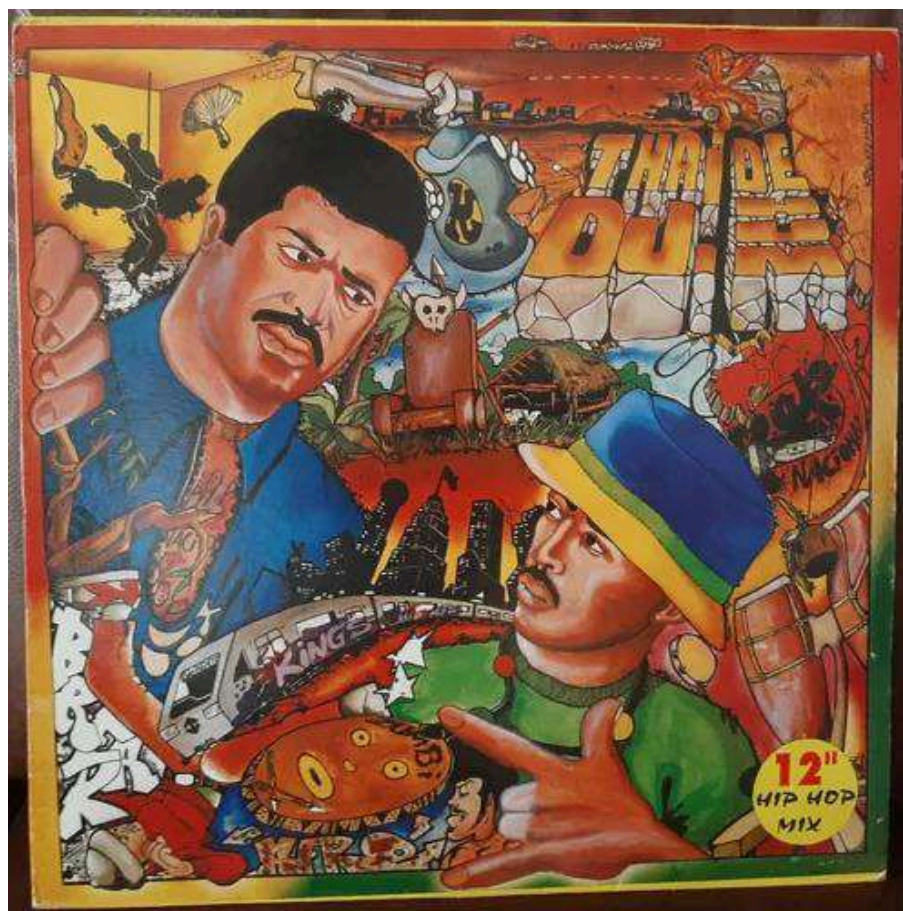
Nesse contexto, Thaide & DJ Hum sempre estiveram conectados as bases culturais relacionadas a diáspora negra. Seja pela experiência pessoal, durante a infância e juventude, ou nas relações que foram construindo quando conhecem a cultura Hip Hop, a produção de canções da dupla refletia uma busca pelo conhecimento acerca da verdade histórica em relação ao passado da população negra. Isso não quer dizer, que a utilização dessas temáticas estava fora da lógica de mercado daquele momento. Depois de serem contratados por gravadoras de médio porte²² durante quase toda metade da década, em 1994 a dupla funda o selo independente Brava Gente. Era um momento de virada no discurso do Rap, que agora visava alcançar o público nacional (Botelho, 2018). O desejo de Thaide & DJ Hum tinha a ver com liberdade artística, passando por conflitos anteriormente devido à baixa vendagem. Segundo o MC, “com o *Brava gente* poderíamos lançar singles de uma ou duas músicas e assim trabalharíamos mais à vontade e, quando desse para lançar um álbum completo, assim seria. Dessa forma, continuaríamos mostrando nosso trabalho, e com mais liberdade” (Alves, Thaide, 2004, p.83).

O trabalho que abre o selo próprio foi “Afro-brasileiro”, que segundo Thaide os levou de volta a tocar nas rádios em um momento de dificuldade financeira da dupla (ibidem). Desde a capa do projeto, a dupla trouxe diversos símbolos relacionados ao Brasil, África e elementos que foram criados a partir da fusão cultural de cada lugar. A capoeira, o atabaque, o berimbau e o pandeiro, símbolos consolidados da contribuição da brasilidade ao mundo globalizado, dialogam com os prédios da metrópole, o spray de tinta e o metrô grafitado, a figura do *B.boy*²³ e do homem que representa a cultura *black power* dos anos 1970. Abaixo é possível perceber melhor os elementos da capa de “Afro-brasileiro” (1995).

²² De 1988 a 1990 fizeram parte da gravadora Eldorado, que fazia parte do Grupo Estado em São Paulo. De 1992 a 1993 foram do casting da gravadora de equipes de baile black TNT Records.

²³ Dançarino de break do gênero masculino.

FIGURA 9 – Capa do LP Afro-brasileiro de 1995



Fonte: elaboração própria.

A capa apresenta a modernidade enquanto representante daquele presente, em que se misturou o local com o global, além da inserção da população negra na lógica do consumo. Lívio Sansone (2000) aborda que no movimento de mercantilização da cultura negra, símbolos são escolhidos de acordo com suas questões contextuais, geralmente relacionados com comportamento e corpo, o que em alguns casos significa mobilidade e sucesso. É possível perceber que para Thaide & DJ Hum existe um forte senso de africanidade para busca a cidadania global. O consumo se encontra quase que o tempo inteiro com a tradição, com o passado cultural negro que surge da colonização. Todavia ser parte dessa aldeia global é equilibrar o que supostamente é ser um autêntico “Afro-brasileiro” com a o consumo próprio da globalização negra dos anos 1990. Não por acaso o chapéu *bucket* de Thaide, produto ligado a moda negra do Hip Hop, está pintado com as cores da bandeira brasileira. O corpo também se

mostra uma expressão da negritude, que pode indicar suas identidades, verbalizadas em termos novos ou tradicionais que são recontextualizados (ibidem).

Nesse sentido, é importante pontuar como a temática da relação entre as práticas artísticas marginalizadas e o mercado é muito mais complexa. Por vezes pode-se cair na armadilha da dualidade entre resistência *versus* cooptação, algo comum quando se aborda sobre a produção e comportamento em torno dos artistas de Rap, principalmente dos anos 1990. Thaide & DJ Hum não estão envoltos naqueles símbolos de maneira aleatória. O pandeiro, por exemplo, representa o Samba brasileiro, tão reconhecido internacionalmente, ao mesmo tempo que o sofreu com a repressão policial no início do século XX. A própria capoeira com o seu berimbau, que como mostra Sansone (ibidem) também sofria com a violência da polícia, posteriormente sendo capitalizada por mestres brancos a partir de escolas criadas na Europa. O berimbau está associado a figuras como de Naná Vasconcelos, percussionista recifense de relevância mundial, que representa a potência dos negros com a sua cultura. Em suma, os elementos estão em disputa até mesmo quando aparentam somente estarem inseridos em alguma atividade cultural, todavia eles são carregados de história.

Segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2003, p. 85) “imagens, sejam gráficas ou pictóricas, são representações do mundo elaboradas para serem vistas”. É interessante pensar como a capa do vinil de “Afro-brasileiro” (1995) é uma extensão do sentido proposto tanto pela canção quanto da construção de persona da dupla. Mais do que somente o gênero musical Rap, é o saber adquirido a partir da sua matriz cultural Hip Hop, quem dá a base para que haja uma certa manutenção da politização cidadã em meio a mundo guiado pelos interesses mercantilistas. A metrópole, através de símbolos como metrô e sua verticalização predial, é a grande representação das oportunidades ambíguas que disponíveis no espaço urbano. São Paulo pode te conectar a Nova Iorque, ao mesmo tempo em que é sinônimo de uma opressão racista e classista. De toda forma, lugares do centro da capital como a São Bento foram “tomados pela arte que tem dado visibilidade a contingentes significativos de grupos compostos por jovens pretos e pobres, desde o final dos anos 80 e início dos 90” (Azevedo, Silva, 1999, p. 80). Thaide & DJ Hum reivindicam esses elementos como parte da sua afro-brasilidade, que é plural e contraditória.

“Afro-brasileiro” (1995): passado, presente, militância e mercado

Durante toda sua trajetória Thaide & DJ Hum sempre fizeram questão de demonstrar a sua proximidade com a cultura negra, especialmente sobre o passado histórico relacionado a diferentes experiências ao longo do tempo. O contexto do ano de 1995 dizia respeito aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, líder negro do resistente Quilombo dos Palmares. O movimento negro utilizava na época a expressão imortalidade para tratar do tricentenário de Zumbi, como mostra a edição de outubro de 1995 do Jornal da Marcha²⁴. Em um trecho de seu editorial, feito pela Executiva do Jornal da Marcha, explicavam que: “a boa nova percorre todos os recantos do país: os negros preparam-se para ir a Brasília. Não se trata mais de dizer que o Estado se omite, que o Estado não faz. Nós vamos a Brasília dizer o que o Estado deve fazer” (Executiva do Jornal da Marcha, 1995). Ou seja, esse é um momento em que os diversos movimentos sociais negros espalhados pelo Brasil desejam impor suas pautas e agendas tanto através da política institucional, quanto aquela feita no cotidiano. O Rap, como mostra Botelho (2018), se torna uma alternativa nos anos 90 para que os ativistas negros dialoguem com a juventude, de alguma maneira ditando algumas temáticas do gênero.

Pesavento (2003) ao explicar sobre uma virada no campo da História a partir dos anos 1970, escreve a diversidade da entrada dos novos grupos e atores políticos complexificava a dinâmica social, indo de encontro a ideia de sistemas globais e totais que anteriormente eram explicativos. A consolidação da figura de Zumbi como um herói nacional é fruto dessa movimentação, que como aponta Sueli Carneiro (2011), em artigo publicado no jornal Correio Braziliense em 22 de novembro de 2002, conquistava visibilidade até mesmo internacional. “Afro-brasileiro” (1995) é uma produção desse momento em que a história oficial, relacionada a manutenção da ideia de democracia racial, sofria importantes questionamentos. Para além, os rappers tomam para si o exercício de narrar, ansiando autoridade, sobre a história nacional. Camargos (2018, p. 80) aponta como a oralidade tem força no Brasil, “daí que as experiências artísticas predominantemente orais favorecem a emergência de narrativas que criaram imagens do mundo, construíram leituras para processos históricos, inventaram perspectivas de análise, promoveram a luta para legitimar e/ou deslegitimar interpretações”.

²⁴ Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/jornal-da-marcha-300-anos-da-imortalidade-de-zumbi-dos-palmares>. Acesso: 03 de jun de 2026.

A canção de Thaide & DJ Hum tem a intenção de recolocar o passado negro brasileiro em evidência para os seus, por isso ela é diversa em aliar o corpo e o conhecimento. A batida tem influências da vertente de Rap mais ouvida daquele momento que era o *G-Funk*, utilizando sintetizadores, ao mesmo tempo que é possível ouvir uma bateria e guitarra que remete a *Soul Music*, uma demonstração importante do que viria nos primeiros versos.

E aí, Rapaziada, como é que tá?
 Estamos aqui de novo pra tentar fazer você dançar
 Como velhos tempos, tempos velhos, velhos quais
 Tempos velhos, meus amigos pretos velhos que não voltam mais
 Ancestrais seguidos de bravos guerreiros
 Faziam o Brasil inteiro se curvar diante de tal bravura, que loucura!
 Só pra todo custo defender aquele lugar
 Que aliás se chamava Palmares
 E foi destruído por um velho
 Que não era preto, mas se chamava Jorge
 E com sua sorte e nosso azar
 Matou todos do quilombo que hoje seria nosso lar
 E mesmo assim de novo mostro a vocês, outra vez
 A importância de ser
 Negro por inteiro
 Reconhecendo o seu valor
 E por favor, respeitando o irmão mais claro
 Que está sempre do seu lado
 Torcendo pra você vencer
 E crer
 Na energia africana que
 Emana das sementes espalhadas pelo mundo inteiro
 Seja escuro, mas seja escuro e verdadeiro (Thaide & DJ Hum, 1995)

Em vídeo postado na rede social *instagram*, a intelectual e pesquisadora negra Barbara Carine explica de maneira sucinta o que seria a colonialidade, fruto do colonialismo que inferioriza tudo aquilo que não seja herança do colonizador²⁵. A música Rap dos anos 1990 tem uma intenção contundente em valorizar a cultura negra, rompendo com o ideal que elevava personagens brancos a heróis, se mantendo muito presente no imaginário social brasileiro. Nesse sentido, o gênero foi muito importante para o processo permanente de reconstrução da autoestima da população negra no Brasil. Além do mais, como já abordado, algumas temáticas estão diretamente conectadas com a atuação próxima dos rappers com os movimentos negros, especialmente o feminista. “Afro-brasileiro” busca gerar uma grande identificação com a figura de Zumbi e o Quilombo dos Palmares com o grande símbolo de liberdade do povo negro brasileiro.

²⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/p/DZkgQxpx_JK/. Acesso em 14 de jun de 2026.

A data do tricentenário da imortalidade de Zumbi se torna propício para subverter essa lógica colonial. Em novembro de 2001 Sueli Carneiro (2011, p. 104) escrevia sobre a sua memória relacionada ao líder de Palmares:

lembro-me das incontáveis vezes em que a palavra “zumbi” era usada na minha infância para assustar crianças travessas. E é admirável como de lá para cá a palavra vem sendo ressignificada. Tornou-se nome próprio, tendo por sobrenome um território, Palmares, símbolo da resistência dos negros a escravidão. O “morto-vivo” levado para o imaginário popular por meio das versões oficiais sobre a escravidão dá lugar ao escravo rebelde e libertário, que exige o seu lugar na história e, ao fazê-lo, revela outra narrativa. É o primeiro herói popular do Brasil, encarnando, contra o mito da passividade do negro, a luta da dignidade humana contra toda forma de opressão. A cada novo 20 de Novembro ele se espalha, amplia o seu território na consciência nacional, empurra para os subterrâneos da história seus algozes, que foram travestidos de heróis. Adeus, Domingos Jorge Velho. Já vai tarde!

Interessante compreender nesse relato como militância não deve necessariamente se distanciar da ideia de popularidade e visibilidade, levando em consideração o contexto capitalista já vigente na época. Zumbi se mostrou ser uma figura que aglutinou e foi transformada por diversos grupos negros do Brasil, sendo uma ponte para a construção de um futuro possível de igualdade racial. A ideia tanto em torno do termo quanto da canção “Afro-brasileiro” é o que Stuart Hall (2006) aponta como a formação de uma identidade a partir da cultura compartilhada, que seria a história comum e os códigos culturais que dão sentido à vida naquele local. Essa identidade então seria essencial e contínua, na qual as produções culturais deveriam então representar essa identidade negra, escavando em busca dela. O autor entende que essa é uma forma de dar sentido a experiência negra da diáspora, que é caracterizada por essa separação e apagamento de identidade, embora a identidade também não seja imutável e contínua, nem somente diz respeito ao passado.

Os rappers trazem para si a função de apresentar para o seu povo, para sua massa, as histórias que foram apagadas, ou queimadas literalmente em casos como o de Palmares. Thaide rima de forma a se conectar com o seu passado negro, ainda que possa fazer isso de uma maneira essencialista em certa medida. Entretanto é importante pensar como a canção parte de questões daquele presente para ir até o passado, quase como um ofício de historiador como trata Camargos (2018). O passado colonial ainda se fazia muito vivo naquele momento, pensando em como as populações negras estavam relegadas ao lugar de subcidadania. Além disso, a intenção da canção é de que essa mensagem pudesse chegar até esses brasileiros africanizados, a partir de uma perspectiva panafricanista. Além do mais, “trata-se, pela via dessas poéticas afro-decoloniais, de

colocar em xeque o monopólio dos imaginários estéticos ancorados nos modelos dominantes universalizados, sustentados pela economia política da branquitude” (Reis, 2020, p. 788). Dessa forma, a reafricanização e o continente Africano é simbolicamente o referencial para se constituir enquanto um autêntico negro brasileiro, como é rimado de forma repetitiva no refrão.

Afro-brasileiro (sabe quem eu sou?)
Afro-brasileiro (me diga quem você é)
Afro-brasileiro (sabe quem eu sou?)
Afro-brasileiro
Afro-brasileiro (me diga quem você é)
Afro-brasileiro (sabe quem eu sou?)
Afro-brasileiro
Somos descendentes de Zumbi
Grande guerreiro

Todo dia quando vou sair de casa pra rua
Faço o sinal da cruz pra fazer jus
À fé em deus e nos orixás
Sou duro na queda porque sou filho guerreiro de Ogum com Iemanjá
E pra injuriar os conservadores imbecis
Tenho orgulho e bato no peito, sou descendente de Zumbi
Grande líder negro brasileiro
Por nossa liberdade enfrentou exércitos inteiros
Mas acabou perdendo a cabeça
E não é a cara dele que eu vejo nas camisetas nos bótons, toucas ou bombetas
Nem ganga zumba eu vejo nas jaquetas
Até o rap nos traiu importando santos pro nosso terreiro
Que falta de respeito
Por um homem de coragem que lutou pelos negros do brasil inteiro
Meu companheiro ou minha companheira
Não digam besteira, se assumam
Ensinem nossa cultura à sua família
A nossa tradição, a nossa evolução
Tudo isso está em suas mãos
(não é brincadeira não, estou falando sério)
95, trezentos anos de zumbi
Vamos homenageá-lo, agindo assim (Thaide & DJ Hum, 1995)

Novamente a canção vem abordando de forma positiva os símbolos ligados as religiões de matriz africana, especialmente para Thaide o Candomblé. O sincretismo também é colocado, até mesmo para afirmar uma atitude verdadeiramente afro-brasileira, que mistura, que miscigena.

Ora subvertendo a ordem colonial e denunciando a violência endereçada aos povos negro-africanos, ora expondo os vínculos de pertença, de coletividade e de identidade promovidos e cultivados pelas religiões de matrizes africanas e seus valores-estético-político-existenciais. (Reis, p. 792)

Por isso, ser afro-brasileiro está ligado a se sentir parte dessa história, que não é ensinada nos espaços formais de educação, reproduzindo muitas vezes as violências sofridas pelas gerações de pessoas negras. Ao longo da década de 90 os rappers buscaram se apegar a uma ideia de autenticidade e verdade, demonstrando que existia conflito até mesmo entre os seus semelhantes. O posicionamento firme em relação a questão da negritude foi um modo de tentar proteger a sua cultura, a fim de que os jovens negros pudessem se conscientizar através dos versos e batidas. Portanto, durante a década noventista o Rap, muito centralizado na figura dos Racionais MCs, ficou reconhecido como um gênero mais avesso as grandes mídias, principalmente as emissoras de TV aberta. O argumento utilizado era de que a mensagem poderia ser censurada ou distorcida dentro desses grandes programas de massa. A dupla Thaide & DJ Hum apresentavam certa uma diversidade em relação a isso, algo que pode ser visto através de versos de demonstram que o ativismo não está fora da lógica de consumo e de mercado.

O MC questiona sobre não ver o rosto dos grandes heróis negros brasileiros em produtos como camisetas, botons e bonés. “O consumo, portanto, também é um marcador étnico, bem como uma forma de oposição a opressão, uma maneira de, como negro, fazer-se visto ou mesmo ouvido” (Sansone, 2000, p. 88). Quando se exhibe uma estampa de uma camiseta na rua, ela só é possível de ser mostrada por se estar vivo e em movimento, ainda que dentro da uma sociedade capitalista, capaz de transformar em produto vendável qualquer bandeira ou agenda social. Thaide & DJ Hum foram mais abertos a negociar com a lógica comercial, porém sempre através de produções que elogiavam a cultura negra brasileira. Não por acaso, eles tecem uma crítica a grupos que se aproximam muito mais de figuras negras heroicas estrangeiras, uma tônica do Rap noventista que se inspirou na potência oral de Malcolm X, por exemplo. São versos que entram em certa contradição, mas que demonstram o desejo de construir uma associação através da cultura afro-brasileira e o Hip Hop. Não por acaso, eles terminam a canção com versos que exaltavam outros artistas de Rap da época.

Venha, que hoje é sexta
Eu vou chamar os refrigerantes e pra quem gosta cerveja
Vamos sentar aqui no chão
Colocar o box do lado
E ouvir um som do gog, mano em pesado, câmbio negro e racionais meu irmão
Afinal o que é bom tem que ser provado
Tanta coisa boa e você aí parado acuado
É por isso que insisto
Sou um preto atrevido
E gosto quando me chamam de macumbeiro

Toco atabaque em rodas de capoeira
E toco direito
Minha cultura primeiro
O meu orgulho é ser um negro verdadeiro (Thaide & DJ Hum, 1995)

Thaide subverte através de seu texto os estereótipos racistas que foram construídos historicamente em relação aos elementos que compõem a cultura das minorias no Brasil. Quando ele aborda sobre tocar tambor nas rodas de capoeira, a batida produzida por DJ Hum sofre uma suspensão, entrando o som do berimbau africanizado. Ao mesmos aristas periféricas como Racionais MCs, GOG e Câmbio Negros são exaltados, representando uma união entre os jovens que compunham o cenário do Rap naquele momento. Embora Thaide busque mostrar as características que um “negro verdadeiro” deva ter, a sua produção é feita através de um sistema híbrido, que está entre a moderna tecnologia daquele presente e a herança cultura dos escravizados. Dessa forma, “reafirma o ser negro como estratégia, a um só tempo, de politização das discussões raciais e de requalificação dos bens simbólicos dos subalternizados” (Reis, p. 783-784).

Conclusões

Como aponta Silva (1999) os rappers se compreendem enquanto uma linha de continuidade na reconstrução da negritude através da valorização dos símbolos afro-brasileiros. Thaide & DJ Hum captam esse momento através da canção “Afro-brasileiro” de 1995, ano do tricentenário da imortalidade de Zumbi. O herói negro foi reconstruído através de muita resistência e luta dos movimentos negros do Brasil, a partir de questões do seu presente como a busca pela cidadania plena, o fim do racismo e das desigualdades sociais, além da necessidade de transformar suas agendas em políticas públicas. No Rap e no Hip Hop, encontram jovens ávidos a obterem conhecimento sobre a história do país e a sua própria enquanto povo negro e periférico, questionando os motivos de terem sido colocados naquela situação. A dupla mostra que é possível aliar militância com o consumo, até por serem de maneira simultânea consumidores e produtores. Entre conflitos e resistências, a dupla sempre buscou se guiar pela cultura Hip Hop.

Referências bibliográficas:

- ARRUDA, Clodoaldo; SANTOS, Jaqueline Lima; SILVA, Ildslaine [Mc Sharylaine]. *Projeto Rappers: a primeira casa do hip hop brasileiro: história & legado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2023. (Coleção Hip hop em Perspectiva).
- AZEVEDO, Amailton Magno Grillu; SILVA, Salloma Salomão Jovino da. Os sons que vem das ruas. In: ANDRADE, Elaine Nunes de. (Org.). *O Rap e Educação - O Rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999. p. 65-83.
- BOTELHO, Guilherme. *Quanto vale o show? O fim Rap de Athalyba-Man e a inserção social do Periférico através do mercado de música popular*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Acesso em jun 2026.
- ALVES, César; THAIDE. *Pergunte a quem conhece: Thaíde*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2004.
- CAMARGOS, Roberto. Se a história é nossa, deixa que nós escreva”: os Rappers como historiadores. *ArtCultura*, [S. l.], v. 20, n. 36, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Comunicação & Cultura*. nº 1, 2006, pp. 21-35.
- NAVES, Santuza Cambraia. A Soul Music no Brasil e outras negritudes musicais. In: NAVES, Santuza Cambraia. *Canção popular no Brasil: a canção crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PIMENTEL, Spensy. *O Livro Vermelho do Hip-Hop: 1997 Remasterizado 2025*. São Paulo: GLAC edições; Autonomia Literária, 2025.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2º Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- REIS, Diego dos Santos. Estéticas Afro-Decoloniais e Narrativas de Corpos Negros: Arte, Memória, Imagem. *Revista da ABPN*. V. 12, n. 34. Set – Nov 2020, p. 744-801.
- SANSONE, L. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. *Mana*, v. 6, n. 1, p. 87-119, abr. 2000.
- SILVA, José Carlos Gomes da. Arte e Educação: a experiência do movimento hip hop paulistano. In: ANDRADE, Elaine Nunes de. (Org.). *O Rap e Educação - O Rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999. p. 23-38.

ST07

PRÁTICAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA AMÉRICA LATINA: DIÁLOGOS ENTRE O TRANSNACIONAL E O NACIONAL NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Coordenadoras:
Stella Contijo
Taciana Garrido

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG



A Instrução Pública de Domingo Faustino Sarmiento: o inspetor como meio para a civilização? (1849-1874)

Caroline Pin da Costa

Mestranda em História

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

caroline.p.costa@unesp.br

Resumo: O presente trabalho, proveniente do projeto de mestrado “A Instrução Pública de Domingo Faustino Sarmiento: projeto de nação e civilização (1849-1874)”, baseia-se na análise documental da fonte primária *De la educación popular* (1849), observando a relevância do papel político concedido à educação pública no desenvolvimento de uma nação civilizada. Com o objetivo de evidenciar o modelo de inspeção pensado por Sarmiento, o trabalho desenvolve-se a partir da formulação do inspetor como meio de legitimação do controle do Estado no ambiente escolar. Tendo como base o horizonte metodológico da História dos Intelectuais, a atual pesquisa busca compreender a figura de Sarmiento enquanto intelectual no contexto de ressignificação de uma identidade argentina. Dessa maneira, ao investigar Sarmiento em seu papel de intelectual-cidadão, procura-se refletir sobre como a sua proposta de educação pública apresenta-se como um instrumento civilizatório na elaboração de um projeto de alcance nacional.

Palavras-chave: Atuação intelectual; instrução pública; inspetor.

Conhecendo Sarmiento

A América Latina do século XIX caracterizou-se por um cenário marcado por constantes oscilações políticas, econômicas e sociais. Fortemente definida por sua particularidade de ambiguidade, a conjuntura latino-americana molda-se por meio dos processos de independência e da necessidade de ressignificação de um espaço nacional. O intelectual latino apresenta-se quase como uma consequência do contexto enfrentado no continente, preocupando-se com os meios para estabelecer a América Latina como um espaço cultural e político (AGGIO, 2015). A atuação intelectual latino-americana diferencia-se pelo seu envolvimento com as paixões políticas (BENDA, 1999), tendo participação direta, ou por influência, nas medidas governamentais realizadas pelo aparelho estatal. Ao revelar seu caráter de intelectual-cidadão e sua preocupação com as demandas enfrentadas pela sociedade, a atividade intelectual desenvolve-se em sua dupla

função: a de consolidação e legitimação do nascente Estado; e a de formação da identidade nacional, com um ideal de nação (SÁ, 2012).

Domingo Faustino Sarmiento, nascido em 1811, na província de San Juan, preocupa-se desde muito cedo com o destino da nação argentina. Sua preocupação com a estruturação de uma instrução pública pode ser explicada pelas circunstâncias divergentes que dificultaram a sua própria educação. Com um acesso limitado a uma educação formal, Sarmiento enfrenta um cenário político de lutas civis, influenciando diretamente a sua produção intelectual inicial.

Ele (Sarmiento) ressalta com orgulho ter aprendido a ler sozinho e muito pequeno, associando sua condição de autodidata a alguns fatais acontecimentos históricos – nos quais os federalistas tiveram sempre um papel negativo relevante – que impediram a continuidade de seus estudos. [...] Desta maneira, e diferentemente da maioria dos membros da geração romântica, Sarmiento não teve sua formação gestada no seio das instituições educativas rivadavianas, no Colégio de Ciências Morales primeiro, e na Universidade de Buenos Aires depois. Sarmiento viveu como uma marca de bastardia intelectual essa exclusão do círculo dessa maioria privilegiada cujos títulos estavam tão valorizados (SÁ, 2012, p. 29).

Representado como um homem de seu tempo, Sarmiento estabelece seu lugar no cenário intelectual com a publicação de *Facundo: civilização e barbárie* (1845), apresentando a dicotomia civilização ou barbárie como meio de interpretação do processo histórico que acontecia na Argentina. O intelectual, como engajador na produção e reprodução de imaginários coletivos, em relação indissociável com a conjuntura histórica, tem como objetivo a legitimação de sua atuação, encontrada na aprovação de seu discurso por determinados grupos sociais. Atores da transformação social, os intelectuais assumem a responsabilidade da formação da opinião pública, em associação com o aparato estatal (AGGIO, 2015). Dessa maneira, Sarmiento com seu *Facundo*, procurava não apenas apresentar os conceitos chaves de seu pensamento intelectual, como também refletir sobre a realidade argentina, em particular, ao cenário do governo federalista de Rosas.

Nele, a dicotomia civilização/barbárie é apresentada como sua principal linha de argumentação, em uma tentativa original de aplicar diversas teorias políticas ao entendimento da realidade histórica em que vivia, compreendendo uma verdadeira viagem ao interior daquela nascente nação. Os personagens aparecem classificados em dois elementos em luta – a cidade e o campo – que se sentem e sofrem como arquétipos humanos que assumem os nomes de Bernardino Rivadavia, Facundo Quiroga ou Juan Manuel de Rosas. Cada um desses personagens manifesta sua força ou deixa sua visão utópica amoldar-se a um cenário no qual várias cidades aparecem em sucessão: a cidade aristocrática dos tempos coloniais; a cidade da independência, que se tornou a cidade unitária; a cidade de Rosas, sede da tirania urbana; e, no horizonte, a possível

cidade de uma república consolidada que iria emergir com a derrota do despotismo (SÁ, 2012, p. 64)

A civilização almejada pela instalação de uma república apresenta-se acompanhada do ideal de progresso, com o fator econômico das colônias libertas ainda dependente da antiga metrópole. Tendo a experiência econômica dos países europeus como norte orientador, a consolidação de um Estado argentino fundamentava-se em um imaginário desenvolvimentista, em que o progresso aparece como etapa fundamental para a civilização, de forma que “a articulação de interesses econômicos e o desenvolvimento das forças produtivas tornaram-se, assim, componentes materiais indispensáveis da nacionalidade. O progresso tornou-se a ideia unificadora da sociedade, o próprio fundamento da nacionalidade” (OSZLAK, 1979, p. 04, tradução nossa¹). Dessa maneira, para alcançar o progresso, o Estado em construção, precisa instituir uma condição de ordem, analisando meios e modos de centralizar o seu poder: “A intervenção do Estado não se limitou apenas a medidas de desenvolvimento econômico, mas consistiu principalmente na busca pela unidade e homogeneidade nacional dentro do espaço econômico definido em âmbito nacional” (SAUTER, 1993, p. 03, tradução nossa²).

A educação política de Sarmiento

Com a conquista da libertação do domínio colonial, a América Latina encontra-se em uma posição de reestruturação e ressignificação. No caso da Argentina, a reformulação de suas instituições esteve em relação direta com a constituição de um Estado e uma identidade verdadeiramente nacional. A definição da educação enquanto instituição torna-se uma questão nos discursos intelectuais, como no de Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi. Apesar de ambos pertencerem à geração de 37, integrando uma mesma rede intelectual de sociabilidade (MOLINA, 2011), seus discursos diferem quanto à função e importância da educação. Enquanto para Alberdi, a educação aparece como elemento irrelevante para o desenvolvimento argentino, servindo apenas como acessório em uma cultura baseada no trabalho – este sendo o responsável pela formação de um bom cidadão –; para Sarmiento, a educação é o principal caminho para a modernização da nação argentina.

¹ Do original: “La articulación, de intereses económicos y el desarrollo de las fuerzas productivas se erigían de este modo en indispensables componentes materiales de la nacionalidad. El progreso se constituía en idea integradora de la sociedad, en fundamento mismo de la nacionalidad”.

² Do original: “La intervención del Estado no se limitó únicamente a medidas de fomento económico, sino que fue primordialmente una búsqueda de unidad nacional y homogeneidad del espacio económico acotado nacionalmente”.

Sarmiento acreditava ser possível que a implementação da pedagogia gerasse a constituição de novos sujeitos sociais e de novas políticas. Professores e alunos, unidos na educação básica por uma relação de instrução, construiriam um sujeito pedagógico capaz de transformar os costumes e o estilo de vida dos argentinos. (DUARTE, 2018, p. 41, tradução nossa³).

Dessa maneira, a educação para Sarmiento apresenta-se como caminho para a civilização, recurso necessário para o desenvolvimento econômico – indivíduos aptos ao trabalho – e político – cidadão apto intelectualmente – do Estado promissor. Sarmiento, segundo Tedesco (1982), via uma dupla tarefa na educação: ao mesmo tempo que serviria como instrumento para a formação de trabalhadores qualificados, também se encarregaria de assegurar a estabilidade política. A economia e a política estavam de tal maneira ligadas à concepção da educação como meio civilizatório, que, por meio da estabilidade política, se teria a certeza de que as funções produtivas estão sendo desempenhadas corretamente, fazendo possível o progresso econômico.

O pensamento educacional de Sarmiento apresenta-se em sua obra *De la educación popular* (1849), sendo uma de suas poucas produções a dissertar sobre a estruturação de uma educação pública. A pouca relevância dada ao projeto perto de outras obras de Sarmiento, como é o caso de *Facundo* (1845), indica por si só, a importância da fonte como estudo no presente trabalho. O recorte temporal da presente investigação inicia-se com a publicação do plano pedagógico sarmientista até o final de sua atuação como Presidente da República.

Mesmo em um período de contínuas transformações políticas, Sarmiento, estando exilado no Chile, segue com uma participação ativa no campo educacional, ocupando lugar na Universidade do Chile e na Escola Normal de Santiago. *De la educación popular* é produzida por Sarmiento por meio de seus informes das viagens que realizou na Europa e nos Estados Unidos, mediante o pedido dirigido ao ministro da Instrução Pública, Manuel Montt. Passando pela França, Prússia, Inglaterra e Holanda; nos Estados Unidos, pelos estados de Nova Iorque e Massachusetts, Sarmiento tem como objetivo conhecer e investigar os sistemas educacionais, a fim de usá-los como modelo no país argentino. Ao observar o modo de funcionamento de diversas instituições escolares, Sarmiento organiza o seu plano pedagógico em quatro capítulos. O primeiro, acerca do financiamento e responsabilidade do Estado com a educação; o segundo, sobre o papel dos inspetores no ambiente escolar; o terceiro, acerca da educação para mulheres e meninas; e o quarto, a respeito da figura do docente dentro da configuração educacional. No

³ Do original: “Sarmiento creyó posible que la implantación pedagógica generaría la constitución de nuevos sujetos sociales y de nuevas políticas. Maestros y alumnos vinculados en la educación básica por una relación de instrucción, construirían un sujeto pedagógico capaz de transformar las costumbres y el estilo de vida de los argentinos”.

presente artigo, a temática trabalhada concentra-se no segundo capítulo, a fim de analisar a relevância da figura do inspetor para o bom funcionamento de um sistema educacional ainda em construção.

Com o intuito de compreender o papel da inspeção na constituição de uma educação nacional, é necessário atentar-se à atuação do Estado nos assuntos educacionais. A educação, ao associar-se com o Estado, atrela-se ao elemento público e passa a se caracterizar como um fenômeno coletivo, responsável por atender as demandas de uma totalidade social; sendo assim, “quando se educa uma criança, a educação que se ministra não a prepara apenas para seu benefício pessoal, mas sim a capacita a servir uma determinada forma de coletividade” (FIGUEROA, 1977, p. 48, tradução nossa⁴). A formação de uma coletividade significa para o Estado a composição de um ideal de unidade nacional, em que o Estado ocupa o lugar e a responsabilidade de presidir e dirigir a educação (SARMIENTO, 1849). Dessa maneira, a educação com sua função política, adapta-se à direção cultural e ideológica daqueles que comandam o Estado; no caso argentino, o Estado oligárquico: “Essa característica – a de estar destinado a perpetuar as funções de liderança da sociedade dentro de uma elite – é o que nos permite falar da educação argentina do século XIX como uma educação oligárquica” (TEDESCO, 1982, p. 165, tradução nossa⁵).

A unidade nacional alcançada pelo Estado argentino do século XIX consolidava-se com base nos interesses oligárquicos, em uma cultura exportadora marcada pela falta de um mercado interno. A elite oligárquica dominante, mesmo que marcada por uma lógica econômica liberal advinda das relações com os países dominantes – aqueles com os quais o negócio era feito –, mantinha a exclusão política da maior parte da sociedade, utilizando-se da educação como transporte da identidade nacional com o objetivo de uma homogeneização cultural.

Os ensinamentos patrióticos e cívicos desempenharam precisamente o papel de apoiar a construção da legitimidade e a cristalização dos fermentos da identidade coletiva. De especial interesse neste contexto é a formulação do conceito de pátria, que acabou por ser identificado com a nação (SAUTER, 1993, p. 10, tradução nossa⁶).

⁴ Do original: “Cuando se educa un niño la educación que se le suministra no le prepara únicamente para su beneficio personal, sino que recibe una capacitación para servir en una determinada forma a la colectividad”.

⁵ Do original: “Esta característica –la de estar destinada a perpetuar en una élite las funciones directivas de la sociedad– es la que permite hablar de la educación argentina del siglo XIX como de una educación oligárquica”.

⁶ Do original: “Las enseñanzas de corte patriótico y cívico jugaron precisamente el papel de apoyar la construcción de una legitimidad y la cristalización de fermentos de identidad colectiva. De especial interés es este contexto la formulación del concepto de patria, que en última instancia se identificó con la nación”.

Dessa forma, a educação afirma-se como uma medida de controle social por parte das elites dominantes, carregando uma lógica produtiva e desenvolvimentista. A associação da educação com o nacional é muito presente em todo o pensamento sarmientista, que, além de atribuir a obrigação pela distribuição da instrução ao Estado, também a coloca como receptora dos valores nacionais propagados pela classe oligárquica. Tendo em vista o projeto de instrução pública e a sua relação intrínseca com o progresso do país, Sarmiento destaca o ensino primário e o combate à alfabetização como as principais etapas educativas necessárias para o desenvolvimento produtivo do cidadão. Por conseguinte, nota-se a relevância de compreender a figura de Sarmiento e como suas propostas caracterizam-se como pragmáticas dentro de seu contexto histórico, levando em consideração seu combate com Rosas e o apoio fornecido à oligarquia com a promessa da construção de um Estado nacional.

A imagem sarmientista do inspetor

Em um Estado ainda em processo de consolidação, a figura do inspetor manifesta-se como uma possível resposta para o equilíbrio na relação entre educação e política. Em Sarmiento (1845), o inspetor destaca-se como uma “autoridade especial”, possuindo as “luzes profissionais”. Representados como agentes dotados da razão – influência direta do racionalismo iluminista –, o que os legitima como aqueles que podem exercer essa função tão ilustre necessária para o progresso da educação, os inspetores e suas responsabilidades são o destaque do segundo capítulo de *De la educación popular*. A inspeção mostra-se como um caminho para a estabilização de uma instrução pública por meio do elemento da vigilância, que precisa ser sentida a cada instante, sendo a inspeção diária. Mais que isso, a inspeção deve ser algo desejado pelas instituições educacionais, pois apenas através dela haverá o bom funcionamento e o progresso da instrução primária. Colocados como parte do corpo administrativo do Estado, os inspetores possuem uma dupla função de vigilância: ao mesmo tempo que são os responsáveis por carregar as diretrizes nacionais para os espaços educativos, também se responsabilizam por garantir que o Estado cumpre com suas obrigações perante à instrução primária.

Adquire a obrigação de inspecionar o Estado desde o momento em que se reconhece obrigado a cuidar de que todos os seus membros recebam na infância aquela parte da educação, que é indispensável, ao menos, para que o homem deixe o estado de natureza e esteja apto, por meio da aquisição de

conhecimentos rudimentares, a cultivar sua inteligência e satisfazer as necessidades da vida civilizada (SARMIENTO, 1849, p. 50, tradução nossa⁷).

Para ocupar uma posição privilegiada enquanto inspetor, era necessário deter um conhecimento habilitado para conseguir exercer suas funções independentemente das influências. Responsáveis por manter uma alta moralidade, os inspetores também se encarregavam da averiguação da conduta do professor; essa podendo ser feita com base em como o aluno se comportava.

A missão do inspetor não era mais meramente controlar, mas tornar-se um exemplo para os demais professores, personificando a moral administrativa defendida e prometida por Sarmiento, sendo também considerado um intelectual que abraçava a causa da educação. Assim, ele propôs que o inspetor possuísse as características tanto de um funcionário público qualificado quanto de um empregado do Estado (SOUTHWELL, p. 05, 2011, tradução nossa⁸).

A despeito da obrigatoriedade do Estado em fornecer uma instrução primária, Sarmiento também destaca a importância da participação dos pais e da comunidade local na constituição de uma educação pública. Ao conhecer como funcionam as instituições educacionais nos Estados Unidos, o intelectual observa a diferença essencial entre os estados de Nova Iorque e Massachusetts: um com um sistema educacional dividido em distritos, e o outro com um sistema único. A divisão em distritos permite uma maior organização das escolas e uma maior intervenção do Estado por meio dos inspetores. Apesar da vinculação com as diretrizes nacionais, os inspetores de Nova Iorque eram escolhidos pela comunidade, revelando, assim, uma característica de ambiguidade do ofício. Com grande admiração pelo modelo estadunidense, Sarmiento contempla os meios para replicá-lo no território argentino, tendo em vista a dificuldade da participação da comunidade local nos assuntos educacionais.

Os sistemas de financiamento analisados por Sarmiento forneceram uma base para se considerar a distribuição de responsabilidades entre o Estado e a comunidade local imediata de cada escola. Sua preocupação com o fato de a comunidade valorizar o papel da escola o levou a defender a necessidade de que o financiamento da educação atendesse à disposição da comunidade local em reforçar os recursos alocados pelo Estado para a manutenção das escolas. Simultaneamente, isso deveria permitir que cada comunidade expressasse suas

⁷ Do original: “Adquiere la obligación de inspeccionar el Estado desde el momento en que se reconoce obligado a cuidar de que todos sus miembros reciban en la infancia aquella parte de educación, que es indispensable por lo menos para que el hombre salga del estado de naturaleza y se halle apto por la adquisición de los conocimientos rudimentales para cultivar su inteligencia, y satisfacer a las necesidades de la vida civilizada”.

⁸ Do original: “La misión del inspector ya no era sólo controlar sino convertirse en ejemplo del resto de los maestros, haciendo gala de esa moralidad administrativa sostenida y prometida por Sarmiento, pero también considerándose como un intelectual que abrazó la causa escolarista. De este modo propone que el inspector deberá poseer las características de un funcionario experto así como de un empleado del Estado”.

demandas em relação ao sistema escolar (SOUTHWELL, 2011, p. 03, tradução nossa⁹).

Dessa forma, o projeto pedagógico de Sarmiento previa a distribuição das instituições escolares em províncias, com uma educação assegurada pelo Estado, mas também financiada pela comunidade local. Em uma tentativa de valorização das escolas, a divisão nas províncias deveria causar uma maior aproximação do corpo social ali presente, fazendo com que o envolvimento com os assuntos educacionais aumentasse. Com a maior proximidade, o interesse por parte da comunidade culminaria também como uma medida para que haja mais financiamento, com a vontade do corpo social em preservar e avançar com a educação que estava sendo dada para seus filhos.

No modelo de sarmientino, o financiamento refletia a distribuição de direitos, responsabilidades e obrigações entre o nível do Estado, o nível do município ou da comunidade local e o nível indivíduo. Os três deveriam estar envolvidos na manutenção das escolas: o Estado (nacional ou provincial) garantiria que todas as crianças entre 4 e 16 anos recebessem a escolaridade mínima necessária para o seu desenvolvimento como sujeitos políticos e produtores; o nível local (município, comunidade) asseguraria que a renda necessária para a manutenção das escolas viesse dos contribuintes que se beneficiavam da educação pública; finalmente, o financiamento permitiria que aqueles convencidos dos benefícios da educação aumentassem suas contribuições, melhorando assim as condições em que a escolaridade de seus filhos ocorria (LEGARRALDE, 2007, p. 63, tradução nossa¹⁰).

Tendo em mente o caráter pragmático do projeto de instrução pública de Sarmiento, torna-se relevante a sua associação com o contexto argentino de constituição de um sistema educacional. Após a saída de Rosas do comando do país, a peculiaridade da relação entre política e atuação intelectual intensifica-se pelo envolvimento em torno das questões acerca da construção de uma nova nação. Com a grande participação intelectual na esfera política, a geração de 37 destaca-se por sua influência na concepção da Constituição de 1853. Apesar de fortemente

⁹ Do original: “Los sistemas de financiamiento que Sarmiento analizó dieron pie para pensar la distribución de responsabilidades entre el Estado y la comunidad local inmediata de cada escuela. Su preocupación porque la comunidad valorase el papel de la escuela lo llevó a sostener la necesidad de que el financiamiento educativo hiciera lugar a la voluntad de la comunidad local de reforzar los recursos destinados por el Estado para el sostenimiento de las escuelas. Concurrentemente, esto debía dar lugar a que cada comunidad pudiera expresar sus demandas en relación con el sistema escolar”.

¹⁰ Do original: “En el modelo sarmientino, el financiamiento expresaba la distribución de derechos, responsabilidades y obligaciones entre el nivel del Estado, el nivel del municipio o la comunidad local y el nivel individual. Los tres debían tener intervención en el sostenimiento de las escuelas: el Estado (nacional o provincial) garantizaría que todos los niños entre 4 y 16 años recibieran un mínimo de escolarización requerido para su formación como sujeto político y productor; el nivel local (municipio, comunidad) debía garantizar que la renta necesaria para el sostenimiento de las escuelas recayese sobre los contribuyentes que se beneficiaban de la instrucción pública; por último, el financiamiento debía habilitar que quienes estuvieran convencidos de los beneficios de la educación pudieran incrementar sus aportes, de manera de mejorar las condiciones en las que se producía la escolarización de sus hijos”.

inspirada na obra *“Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”* (1852) de Alberti, a Constituição diferencia-se do imaginário do intelectual ao abordar a importância da educação como direito civil. A Constituição pregava a distribuição das responsabilidades sobre a instrução pública entre o Estado nacional e os estados provinciais, dando foco para o ensino primário. Com as províncias agora ocupando o ofício de fornecer o direito ao ensino, as relações entre local e nacional passam a se modificar, criando tensões no que diz respeito à estruturação do corpo burocrático educativo (LEGARRALDE, 2007). Ao mesmo tempo que a consolidação do Estado e da educação mantiveram-se em uma relação intrínseca de dependência, a organização do próprio sistema educacional carecia de instituições que o legitimassem. Os inspetores, retornando ao cenário, mostram-se como alternativa para a demanda de fortalecimento do sistema de regulamentação das instituições educativas.

Dessa forma, a partilha da sustentação do ensino primário, agora nas mãos dos estados provinciais, torna-se elemento de pressão para o Estado nacional, que passa a precisar de meios de intervenção e controle nas comunidades locais. O inspetor, além de ser uma ferramenta de legitimação da educação, também funciona como instrumento de veiculação das ordens do nacional para o local, fazendo com que “a estruturação inicial das burocracias educacionais, sejam elas nacionais ou provinciais, foi moldada por trajetórias educacionais que dependiam de decisões concentradas no nível nacional” (LEGARRALDE, 2007, p. 54, tradução nossa¹¹). Assim, torna-se inegável a relevância sarmientista nas questões referentes à inspeção e à participação do corpo social local na educação, com o caráter da vigilância em voga.

A influência de Sarmiento nas instituições escolares e na relação entre local e nacional é percebida novamente durante sua presidência, com a Lei de Subvenções (Lei nº 463), sancionada em 1871. A Lei de Subvenções previa a autorização para o envio de financiamentos por parte do Estado nacional aos estados provinciais. Dessa maneira, seria necessária a criação de comissões provinciais, cujo objetivo seria administrar os recursos recebidos e direcionar os inspetores nacionais nos espaços locais. Assim, mesmo com a subvenção vindo do Estado – em uma tentativa disfarçada de controle –, as províncias mostraram-se determinadas a participar das decisões educacionais. Entretanto, com o Decreto do Poder Executivo Nacional de 20 de fevereiro de 1879, o Estado retoma sua óptica de controle com a atribuição de uma inspeção nacional, organizada pelos mesmos, nas escolas primárias das províncias. Mesmo deslocando-me

¹¹ Do original: “La estructuración inicial de las burocracias educativas, fueran estas nacionales o provinciales, estuvo matriciada por trayectorias educativas que dependían de decisiones concentradas en el orden nacional”.

para um período que está além do recorte temporal aqui apresentado, é possível perceber como o Decreto mostra-se como uma medida de supervisão do financiamento recebido pelos estados provinciais devido à Lei de Subvenções.

Considerações finais

O plano pedagógico discutido no presente trabalho, apresenta-se como parte da atuação intelectual de Sarmiento, em relação com sua atividade política. Em associação intrínseca com o contexto histórico argentino e a tentativa de consolidação de um Estado nacional, a instrução pública mostra-se como ferramenta de legitimação. Caracterizada como elemento modernizador, a educação seria o caminho para o desenvolvimento de uma nação civilizada. Sarmiento, em sua posição de intelectual-cidadão, preocupa-se com a estruturação de uma educação pública, dissertando sobre a importância do papel do inspetor no estabelecimento de um sistema educativo.

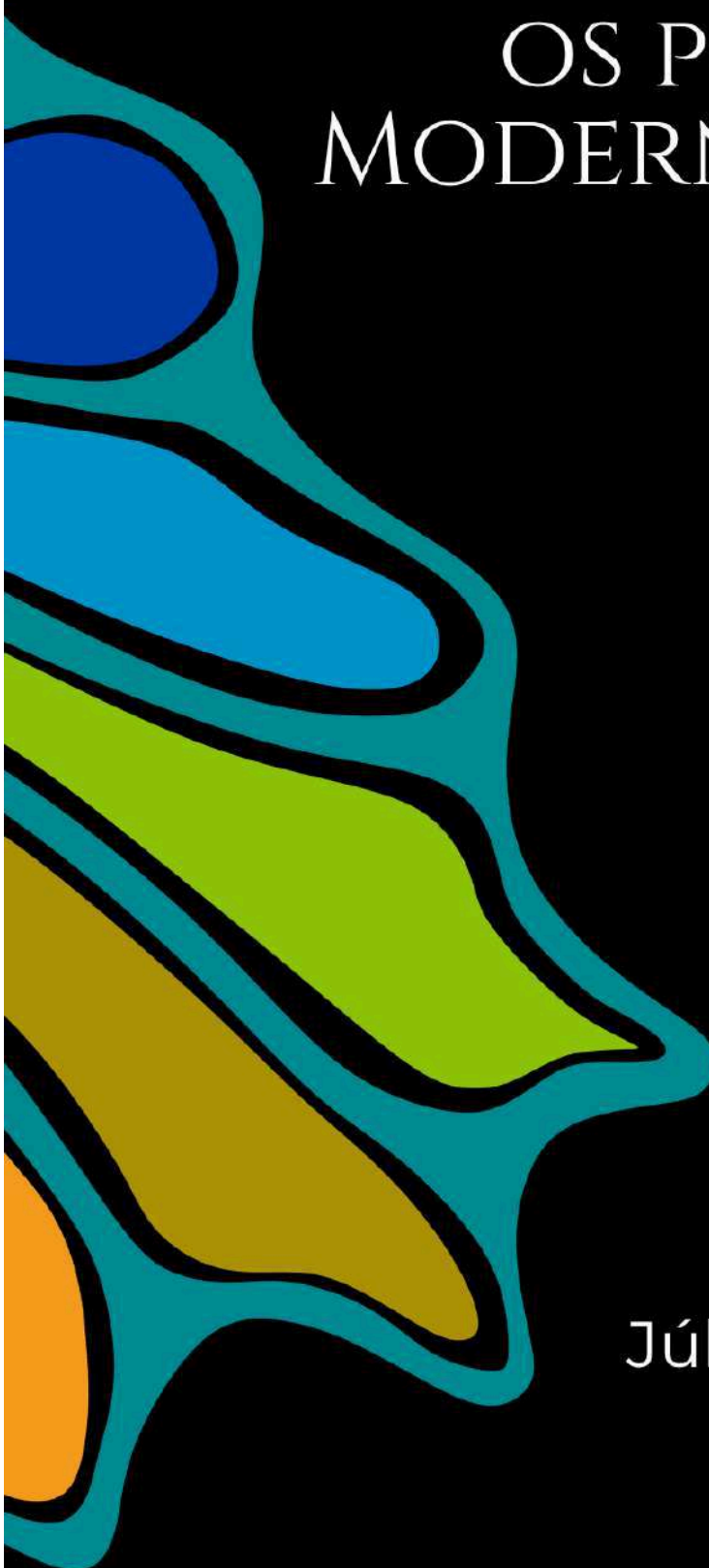
Na abordagem de Sarmiento, portanto, coexistia um modelo de governo e administração do sistema escolar segundo o qual a escola criava sua comunidade local, era governada e sustentada com a participação dessa mesma comunidade e era controlada e inspecionada na área de conhecimentos e práticas pedagógicas específicas por um corpo de inspetores encarregado de disseminar as políticas do Estado (LEGARRALDE, 2007, p. 54, tradução nossa¹²).

A sistematização do modelo educacional decorreu da atuação do inspetor, no equilíbrio entre o local e nacional. Encarregado de transmitir os valores cívicos do Estado em formação, com o objetivo de um controle estatal nas províncias, a inspeção baseia-se na vigilância como principal meio de elevação da moral. Dessa maneira, os inspetores caracterizam-se para além da tarefa de legitimação de uma instrução pública, ocupando um papel de destaque na missão de construção de uma identidade nacional, verdadeiramente argentina.

¹² Do original: “En el planteo de Sarmiento, entonces, convivían un modelo de gobierno y administración del sistema escolar según el cual la escuela creaba su comunidad local, era gobernada y sostenida con la participación de esta misma comunidad, y controlada e inspeccionada en el ámbito de los saberes y prácticas pedagógicas específicas por un cuerpo de inspectores encargados de capilarizar las políticas de Estado”.

Referências bibliográficas:

- AGGIO, Alberto. Os intelectuais e as representações da identidade latino-americana. In: Um lugar no mundo: estudos de história política latino-americana. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2015.
- BENDA, Julien. A traição dos intelectuais. In: Elide Rugai Bastos e Walquiria D. Leão Rêgo (Org). Intelectuais e política: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- DUARTE, Oscar Daniel. Sarmiento, Alberdi, la educación y las tareas inconclusas. In: El Estado y la educación: economía y política en los orígenes del sistema educativo argentino. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: UNIPE: Editorial Universitaria, 2018.
- FIGUEROA, Luis Beltrán Prieto. El Estado y la educación en América Latina. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia. 1977.
- LEGARRALDE, Martín. La formación de la burocracia educativa en la Argentina (1871 - 1910). Tesis de maestría- FLACSO Argentina, Buenos Aires. 2007.
- MOLINA, Eugenia. Sociabilidad y redes político-intelectuales: Algunos casos entre 1800 y 1852. 2011. Mendoza: Cuadernos CILHA vol. 12 no.1. 2011.
- OSZLAK, Oscar. La formación del estado argentino. Editorial de Belgrano. Buenos Aires. 1985.
- SÁ, Maria Elisa Noronha de. Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. De la educación popular. Santiago: Imp. de Julio Belin y Cía., 1849.
- SAUTER, Gabriela Ossenbach. Estado y Educación en América Latina a partir de su independencia (siglos XIX y XX). Revista Iberoamericana de Educación, Número 1 - Estado y Educación. 1993.
- SOUTHWELL, Myriam; MANZIONE, María Ana. Elevo a la superioridad: Un estado de la cuestión sobre la historia de los inspectores en Argentina. Revista Historia de la educación, anuario, vol. 12, no.1. Buenos Aires, 2011.
- TEDESCO, Juan Carlos. Educación y sociedad en la Argentina, 1880 – 1916, Capítulo, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires. 1982.



ST09

MODOS DE GOVERNAR OS POVOS NA IDADE MODERNA (SÉCULOS XV A XIX)

Coordenadores:
Júlia de Cássia Silva Cassão
Luciano César da Costa

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Interesses particulares e corrupção da república na Amazônia colonial

José Arthur Pereira Landrim da Silva

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

arthurlandrim@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o governo de Francisco de Sá e Meneses no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1682-1685) a partir de uma abordagem cultural da corrupção. Partindo da premissa de que corrupção é uma categoria histórica e moralmente situada, o trabalho examina as práticas do governador em conluio com a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, administrada por Pascoal Pereira Jansen. Argumenta-se que tais práticas eram legitimadas, sob a ótica do próprio agente, por uma trajetória de expectativas frustradas de mercê, pela percepção do ultramar como espaço de compensação e pela inserção em redes locais de fidelidade e reciprocidade. O estudo de caso demonstra que o que seus contemporâneos condenaram como corrupção da república não era um desvio acidental, mas o produto de lógicas específicas do universo colonial amazônico do século XVII.

Palavras-chave: Corrupção; Amazônia colonial; Governo; Administração

Corrupção como Categoria Histórica e Moral

Corrupção não é uma categoria universal aplicada igualmente em todos os espaços e tempos, por isso, tratar de corrupção na Época Moderna, exige um esforço de contextualização. Uma estratégia possível é recorrer aos dicionários, entendendo as acepções da palavra em seu próprio tempo, o primeiro passo para aqueles que se debruçam sobre o tema.¹

O humanista Jerónimo Cardoso, em seu *Dictionarium Latino Lusitanicum et Vice Versa* de 1619, define a corrupção a partir do vocábulo latino “corruptela”, que traduz simplesmente como “a corrupção”, e a articula com o verbo “corrumpo”, “corromper” e “peitar”, a ideia de corrupção envolvia tanto o ato de estragar e deteriorar algo, quanto o de subornar ou desviar. O autor inclui ao significado também a máxima latina “*Corrumpunt mores bonos colloquia prava*”², em

¹ ROMEIRO, Adriana. A corrupção na Época Moderna - conceitos e desafios metodológicos. Revista Tempo, Rio de Janeiro, v. 21, n.º 38, p. 216-237. 2015.

² CARDOSO, Jerónimo. *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum: cum adagiorum ferè omnium iuxta seriem alphabeticam perutili expositione, & ecclesiasticarum vocabulorum interpretatione; item de monetis, ponderibus, & mensuris, ad praesentem usum accommodatis*. Lisboa: Ex Officina Petri Crasbeeck, 1619.

português “As más conversas corrompem bons costumes”. A colocação é amplamente utilizada em textos morais e religiosos da época, adicionando à noção de corrupção, dimensões morais e sociais, era a degradação dos costumes, a putrefação simbólica da ordem, a alteração nociva produzida por más influências.

Em 1729 a Real Academia Espanhola iniciava a publicação do *Diccionario de Autoridades*, seu primeiro repertório lexicográfico. No verbete “corrupción”, registrava-se que o termo: “*metafóricamente se toma por el vicio o abuso introducido en las cosas no materiales: como corrupción de costumbres, de voces, &c.*”³ A definição evidencia que corrupção significava vício e abuso introduzidos na ordem moral, nos hábitos e até na linguagem, uma alteração daquilo que deveria permanecer íntegro. A equivalência latina indicada, “*corruptela*”, reforça essa dimensão ética e normativa. As citações mobilizadas pelo dicionário: “*porque lo que le movía a encarnar eran los pecados, la malicia y corrupción de todo el mundo*”, bem como a referência à vida de São Pio V, associam explicitamente corrupção a pecado, malícia e degradação coletiva. Lê-se que “*estaban esparcidas por Roma gran número de ramerías en los más nobles barrios: la corrupción de la República; pero con fausto de señoras de ella*”. Nesta última passagem, a expressão explícita que a corrupção podia qualificar a própria República, entendida como corpo político. A presença pública do vício, disseminado inclusive nos bairros nobres, era descrita como corrupção da República. Assim, no horizonte semântico do período, corrupção designava a desagregação que atingia o conjunto da comunidade política.

Arrolar casos de corrupção, ou melhor, as práticas que levam a esse fim, é uma parte importante para o estudo do tema na América Portuguesa, modelo amplamente difundido na historiografia brasileira. Mas além disso, os últimos trabalhos de corruptólogos comprometidos em escrever uma história cultural da corrupção, tem demonstrado que esse é um tema mais complexo.⁴

³ ESPAÑOLA, Real Academia. *Diccionario de Autoridades: diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las phrases o modos de hablar más precisos, las voces antiguas y nuevas, y las droles, con la declaracion, uso, y autoridad de los autores que las confirman*. Madrid: Imprenta de la Real Academia Española, 1729.

⁴ Sobre a renovação historiográfica dos estudos sobre corrupção no mundo ibérico, ver os trabalhos pioneiros de Horst Pietschmann, que abriu o debate ao analisar a burocracia e as práticas corruptas na América Hispânica colonial: PIETSCHMANN, Horst. *Burocracia y corrupción en Hispanoamérica colonial*. Una aproximación tentativa. Nova Americana, Torino, p. 11-37. 1982; Essa discussão foi retomada e ampliada por Michel Bertrand, que propôs novos enfoques para compreender a corrupção no âmbito da administração colonial espanhola: BERTRAND, Michel. *Viejas preguntas, nuevos enfoques: la corrupción en la administración colonial española*. In: ANDÚJAR CASTILLO, Francisco; FELICES DE LA FUENTE, María del Mar (eds.). *El poder del dinero: ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2011; Mais recentemente essa linha de investigação é consolidada: LEIVA, Pilar Ponce; ANDÚJAR, Francisco. *Debates sobre la corrupción en el mundo ibérico, siglos XVI-XVIII*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2018.

Essa perspectiva, consolidada nos estudos sobre a América Hispânica e que vem ganhando destaque na América Portuguesa, pautam, embora não exclusivamente, as ações de agentes a serviço das coroas ibéricas. A diferença da abordagem reside no entendimento de que as ações dos agentes, fortemente influenciadas por seus interesses particulares, não devem ser compreendidas apenas como um conjunto de práticas isoladas ou como um fenômeno delimitado, mas analisadas em suas particularidades sociais e culturais. A pluralidade de enfoques, temáticas e espaços estudados tem permitido aprofundar essas práticas, demonstrando que o que se definia como corrupto, nocivo à integridade da república, variava conforme o contexto e suas particularidades.⁵ Por isso, atos ilícitos, transgressões e abusos, embora fossem passíveis de duras penas de condenação, em alguns casos, poderiam também gozar de uma margem de aceitação ou legitimidade. Assim, passamos a enfatizar a importância dos contextos específicos, considerando os significados plurais, ambivalências e as lógicas próprias envolvendo os sujeitos estudados e as dinâmicas locais.

Considerando esse referencial teórico e metodológico da história cultural da corrupção, o estudo de caso a seguir busca investigar o que sanciona ou legitima os comportamentos de Francisco de Sá e Meneses durante seu governo no Maranhão e Grão-Pará. O objetivo é analisar as circunstâncias, conveniências e interesses em jogo no imaginário do próprio agente, compreendendo as motivações que, sob sua ótica, poderiam justificar atos categorizados como ilícitos, excessivos ou abusivos pelos seus contemporâneos. Nesse sentido, a investigação foca na trajetória de Sá e Meneses marcada por perdas de cargos e expectativas frustradas de reconhecimento, o que fundamentava sua percepção do serviço ultramarino como uma oportunidade legítima de compensação e recuperação de prestígio e riqueza. Além disso, busca-se compreender como suas práticas estavam inseridas em redes de fidelidade local, marcadas por dinâmicas de compromisso, reciprocidade e cumplicidades que articulavam indivíduos e grupos sociais. Parte-se do entendimento de que a organização social se estruturava a partir de normas, expectativas e códigos compartilhados entre os agentes, tornando possíveis as relações sociais e políticas, tais vínculos contribuíam para tornar determinadas práticas aceitáveis e legítimas no interior de sua lógica administrativa.

Apresento, a seguir, o estudo de caso de Francisco de Sá e Meneses, que, entre 1682 e 1685, exerceu o cargo de governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Nesse período, o

⁵ ROMEIRO, Adriana. Ladrões da República: Corrupção, moral e cobiça no Brasil, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

governador manteve relações escusas com a administração da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, que se estabelecia no mesmo ano de sua chegada. Argumento, a partir de uma abordagem cultural da corrupção, que as práticas do governador, realizadas em detrimento de suas funções oficiais, desencadearam, tal como concebidas pelos seus contemporâneos, um processo que culminou com a corrupção da república na Amazonia Colonial Brasileira.

Francisco de Sá e Meneses e a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará

Em 12 de fevereiro de 1682, um alvará régio confirmava o assento do estanco do Maranhão e do Pará. Pouco tempo depois, em 27 de maio do mesmo ano, aportava em São Luís o navio que trazia os membros da Companhia contratada e seu administrador, Pascoal Pereira Jansen. Segundo o contrato firmado, a principal obrigação da Companhia, descrita logo na primeira cláusula, era a introdução de 10.000 escravizados africanos ao longo dos vinte anos de vigência do assento; isso resolveria, portanto, o principal problema da região, isto é, a falta de mão de obra e os conflitos resultantes da administração da mão de obra disponível.⁶

Na mesma embarcação seguia também o novo governador do Maranhão, Francisco de Sá e Meneses. Em sua petição para o governo daquele Estado, o fidalgo havia destacado, além de suas habilidades militares, sua formação intelectual, apresentando-se como homem de letras, dedicado aos estudos na Universidade de Coimbra, secretário na embaixada de Inglaterra e vereador da Câmara de Lisboa. O Conselho Ultramarino concluiu que, “entendendo-se que o governo do Maranhão é mais político que militar, e que necessita de pessoas de toda prudência e zelo, [...] neste sujeito se encontram tais circunstâncias.”⁷

A principal obrigação da Companhia nunca foi cumprida. Da introdução de 10.000 escravizados, com a razão de 500 por ano, Cezar Augusto Marques estima, no máximo, o número de 200 escravos africanos chegados ao porto, em navios do estanco até a revolta de Beckman.⁸ O descumprimento das cláusulas, fosse de forma deliberada ou incapacidade imposta por outros

⁶ JÚNIOR, José Alves de Souza. Jesuítas, Colonos e Índios: a disputa pelo controle e exploração do trabalho indígena. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; PEINADO, José (orgs). T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI) Belém: Açaí/PPGHS/UFGA/Centro de Memória da Amazônia (UFGA), 2010.

⁷ AHU. Maranhão, doc. 652. Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre o pedido feito por Francisco de Sá e Meneses, em que solicita o título de governador e capitão-general do Estado do Maranhão. Lisboa, 2 de maio de 1681.

⁸ MARQUES, César. Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão. Rio de Janeiro: Fon-Fon & Seleta, 1970.

fatores, foi um dos motivos que decretou o fracasso de diversos empreendimentos semelhantes na América Portuguesa durante todo o século XVII e XVIII⁹; o que distingue a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão Pará de tantas outras, é que nesse caso a empresa foi responsável por suscitar grande escândalo de corrupção.

Testemunhas afirmam que Pascoal Pereira Jansen, administrador da Companhia, cometia graves abusos. Pesos e medidas seriam falsificados, notas e registros fraudados, os abastecimentos dos navios burlados, produtos vendidos em péssima qualidade para consumo, e a tabela de preços desrespeita. Na visão dos contemporâneos, a companhia operava um sistema articulado de exploração e extorsão dos colonos e também dos cofres da Fazenda Real.¹⁰

A Companhia possuía uma administração autônoma e o governador não poderia interferir em seus assuntos.¹¹ No entanto, essa proibição não isentava Francisco de Sá e Meneses de suas responsabilidades, no que dizia respeito às obrigações de conservação e crescimento do Estado, que dependiam do serviço da população que sofria com os abusos praticados pela Companhia, e das fazendas reais que eram usurpadas.¹² Além da inação do governador, o pior é que ele se beneficiava dessas operações, em conluio com o administrador da Companhia.

[...] chegando informações dos procedimentos do governador Francisco de Sá e Meneses e Pascoal Pereira Jansen nos particulares do contrato descaminhos que tiverem feito das fazendas dele. E que procurando averiguar os que tinham remetido para este reino em particular sobre o caso do navio S. Joseph e que estando procedesse a devassa que meteria para se julgar pelos ministros que Vossa Magestade nomeasse remetendolhe o dito governador a carta lhe ordenava proceder na forma della a vista daquelas graves queixas que eram publicas lhe pareço averigua-las.¹³

O episódio, instruído pelo sindicante Manuel Vaz Nunes, expunha com precisão a lógica que governava a relação do governador com os assentistas. A Companhia de Comércio, que ele

⁹ CARVALHO, Tito Augusto de. As companhias portuguesas de colonização: memória. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.

¹⁰ AHU. Maranhão, doc. 756. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre os procedimentos do governador Francisco de Sá e Meneses e dos contratadores do Estado do Maranhão. Lisboa, 12 de novembro de 1686.; AHU. Maranhão, doc. 805. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a devassa tirada no Maranhão pelo desembargador Manuel Vaz Nunes relativa ao período em que governou Francisco de Sá e Meneses. Lisboa, 14 de dezembro de 1688.

¹¹ Cláusula 19 do contrato transcrito em: COUTINHO, Milson. A revolta de Bequimão. São Luis: Instituto Geia, 2004.

¹² CARDOSO, Alírio Carvalho. Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653). 2002, 256 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2002.

¹³ “Sobre o que escreve o sindicante do Maranhão acerca da devassa que tirou dos procedimentos do governador Francisco de Sá e Menezes e Pascoal Pereira Jansen nos particulares do contrato daquele estado”, Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas do Maranhão, Códice 274, fls. 51v-52v.

introduzira como serviço ao rei, funcionava na prática como a infraestrutura do seu enriquecimento particular. O contrato que constranger a câmaras e moradores era também o guarda-chuva sob o qual o governador operava os seus próprios negócios, protegido pela mesma autoridade que o habilitara a impô-lo.

A mecânica do caso do São Joseph era simples e reveladora. O administrador Pascoal Pereira Jansen havia organizado o embarque do pau-cravo, designado o capitão Antônio Cabral de Brito para supervisionar a carga, e estabelecido um dia certo para o início das operações. Os moradores que tinham licença de embarque sabiam o dia, conheciam as regras, e organizaram-se para levar o seu cravo ao cais na hora marcada. Na noite anterior, porém, o governador mandou meter no navio o seu cravo e o de seus familiares, fazendo o mesmo os feitores do contrato. Quando os moradores chegaram ao cais na manhã seguinte, o navio estava abarrotado. Não havia lugar para ninguém. Alguns chegaram a pagar dois arrobas de cravo, produto de meses de trabalho, pelo espaço no porão que lhes fora subtraído durante a madrugada. Pagavam, em produto, o que já lhes pertencia por direito. O escândalo foi imediato e público. Só o bispo reagiu com força institucional, usando censuras eclesiásticas para obrigar o provedor-mor e o capitão do navio a embarcarem, ao menos, o cravo dos defuntos e carentes. Os oficiais da câmara e os demais moradores não encontraram o mesmo amparo. Interrogado sobre o ocorrido, o governador respondeu com o gesto que se tornaria a marca mais consistente do seu governo: afirmou não ter embarcado cravo algum, e acrescentou que se quisesse embarcar, ninguém lhe o proibiria. Era uma confissão disfarçada de arrogância, a declaração pública de que a impunidade não era um acidente, mas uma condição estrutural do arranjo.

O caso do São Joseph era, contudo, apenas a face mais visível de um esquema muito mais amplo. A devassa foi desenterrando, camada por camada, a arquitetura do negócio particular que Francisco de Sá havia construído à sombra do contrato. Alugava ilhas do palácio, onde se armazenavam as drogas, ao administrador Pereira Jansen por quarenta mil réis ao ano, e as portas que comunicavam os dois espaços tinham chaves de ambos os lados, uma metáfora quase demasiado precisa para a promiscuidade entre bem comum, ou o que era do interesse de todos, e o interesse particular que caracterizou todo o seu governo. Testemunhos dos próprios feitores do contrato indicavam que canoas de cravo do governador passavam pelas ilhas do contrato antes de seguirem para o embarque, e que parte do produto que ele despachava pela alfândega saía dali, registrado em nome de agentes interpostos para dificultar o rastreamento. Tinha investidos nove

ou dez contos em resgates de pau-cravo nos sertões, operava em parceria com André Pinheiro, a quem havia nomeado capitão-mor do Gurupá, e este lhe fornecia cravo com fazendas retiradas do próprio contrato. A certidão extraída dos livros da alfândega registrou mais de mil arrobas embarcadas em seu nome e de seus familiares.

Francisco de Sá e Meneses participou ativamente no processo de introdução e usou de suborno e coerção para que ele fosse aceito em São Luis.¹⁴ A forma como ele apresentou as resoluções sobre a introdução da Companhia perante a Coroa, como prova do seu zelo era, na prática, a estrutura que capitalizava o seu comércio particular, e a autoridade que o habilitara a impô-lo era a mesma que o protegia de qualquer prestação de contas. Introduzir a Companhia havia sido, desde o princípio, a condição de possibilidade para tudo o resto. O caso do Navio San Joseph é apenas uma das últimas fases de um esquema complexo e bem articulado de extorsão dos colonos e do cofre da coroa.

O exame das ações de Francisco de Sá e Meneses revela-se particularmente fecundo quando orientado para uma interpretação de caráter cultural, atenta às lógicas de legitimação que estruturaram sua conduta governativa no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Seguindo esse percurso metodológico, torna-se fundamental identificar os elementos que, no imaginário e na experiência concreta de Sá e Meneses, sancionavam suas práticas e as tornavam aceitáveis sob sua própria ótica.

Mercê, precariedade e fidelidade: a legitimação

A trajetória de Sá e Meneses, antes de sua nomeação para o governo, foi marcada pela perda de cargos, redução de soldos e expectativas reiteradamente frustradas de reconhecimento e recompensa. Ao pleitear o governo do Estado, Sá e Meneses construiu uma narrativa de agravo, apresentando-se como um servidor fiel e injustamente desfavorecido, que, apesar de serviços relevantes prestados à monarquia, na guerra e no campo diplomático, não teria recebido as mercês compatíveis com seus méritos.

¹⁴ AHU. Belém [do Pará], doc. 210. CARTA do [governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro], Francisco de Sá e Meneses, para o príncipe regente [D. Pedro], sobre a introdução do estanco no Estado do Maranhão, e a comparação com seu antecessor, Inácio Coelho da Silva, relativamente à forma como trata os súditos. Belém [do Pará], 2 de maio de 1683.

O fidalgo descreve duas ocasiões no trânsito entre Portugal e Inglaterra, onde teve seu navio capturado por corso e aprisionado. Depois de ter se livrado de “tantos infortúnios”, ele descreve mais um, quando de “grande luzimento e despesa própria”, servia como secretário da rainha da grã Bretanha, tendo seu salário menor por ser estrangeiro, e mesmo após o término do trabalho, não ter recebido o soldo. Quando finalmente encontrou descanso “das muitas peregrinações que tinha feito e trabalhos que havia padecido na paz e na guerra em o serviço deste reino” foi removido do cargo de vereador do Senado da Câmara de Lisboa, partilhando da mesma fortuna dos demais ministros afastados, justamente quando poderia esperar melhora por seus serviços; circunstância que apresenta como desgraça, por se ver abstraído do serviço régio ao qual sempre se dedicara com o maior zelo. Também lhe foi tirado o ofício de Secretário das Mesas, sob a justificativa de ser enviado como embaixador aos Duques de Savoya, na França, o que não se efetivou. Sá e Menezes diz esperar, portanto, pela grandeza e lealdade do rei, visto que “tivera o mais excessivo trabalho, os mais eminentes perigos e o maior préstimo”¹⁵ O discurso destacando suas aventuras, sucessos ou infortúnios em favor do rei, compõe uma tópica nas petições da época.¹⁶ Apesar disso, sua qualidade semântica não sobrepõe as particularidades individuais que revela sobre os agentes e contextos históricos quando cotejadas com outros documentos. O discurso insere-se na economia moral das mercês, na qual o serviço ao rei gerava direitos simbólicos à retribuição material.¹⁷ A frustração dessas expectativas produzia uma sensação de desequilíbrio que demandava compensação.

O ultramar, nesse sentido, aparecia como espaço propício para a recomposição desse equilíbrio, o serviço colonial funcionava como oportunidade concreta de recuperação de riqueza e prestígio.¹⁸ O que se verifica, inclusive, pelo grande repertório de formulações a respeito da conduta gananciosa dos governantes ultramarinos, o espaço onde “los oficiales entran con poco y salen con mucho.”¹⁹

¹⁵ AHU. Maranhão, doc. 603. Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre a nomeação de pessoas para o governo do Maranhão; o Conselho propôs Inácio Coelho da Silva, Francisco de Sá e Menezes e José Pereira Sodré. Lisboa, 29 de maio de 1676.

¹⁶ FERNANDES, Renata Silva. Na real presença de vossa majestade: as petições ultramarinas e a governação colonial (século XVIII). Almanack, Guarulhos, n. 34, p. 1-49. 2023.

¹⁷ STUMPF, Roberta Giannubilo. Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v.15, n.29. 2014.

¹⁸ RAUL, Virginia. Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII. In. RAUL, Virginia. Estudos sobre a história econômica e social do antigo regime. Lisboa: Presença, 1984.

¹⁹ SANTA MARÍA, Fray Juan de. República y policía christiana para reyes y príncipes y para los que en el gobierno tienen sus veces. Barcelona: Gerónimo Margarit, 1619.

Chegando ao Maranhão, Sá e Meneses encontra um cenário marcado por baixos proventos oficiais e por reiteradas ordens que proibiam aos governadores do Estado “o commercio, mercancia ou cultura alguma, e cobrar dividas alheias, nem mandarem ao certão buscar drogas, nem tomare Indios das aldeias”.²⁰ Essa situação ainda era marcada pela distância, que dificultava sobremaneira o acesso ao poder central, o que favorecia a sua autonomia.²¹ Em 1683, é expedida a mesma ordem anteriormente dada ao então governador Ignácio Coelho da Silva, que obrigava, sob graves penalidades, qualquer pessoa que tivesse dois ofícios a abrir mão de um deles, sob pena, inclusive, de perder ambos. Em resposta ao rei, no mesmo ano, Sá e Menezes avisa que não poderia cumprir a dita ordem nem promover o melhoramento do Estado enquanto não se melhorassem os ofícios, pois os proventos de que já dispõe “são de tão pouco rendimento [...] que não são capazes de poder sustentar uma pessoa.”²² Para o governador, a expectativa de recompensa que já tinha sobre o espaço colonial, combinada à precariedade material do cargo e a impossibilidade de comercializar legalmente, eram elementos que autorizavam, em termos éticos e práticos, outras formas de rendimento.

A participação nos abusos cometidos pela Companhia de Comércio estava integrada a um imaginário no qual o serviço colonial, marcado por riscos, isolamento, distância da corte e dificuldades materiais, legitimava ganhos financeiros maiores que os soldos previstos nos cargos. O Duque de Cadaval afirma que sem que um sujeito pudesse auferir lucros financeiros situados além dos salários, era impossível que qualquer um se elegeisse para “prestar serviço em climas insalubres e em regiões perigosas”²³ Mais do que uma tópica administrativa, o discurso de Sá e Menezes revela-se um elemento ativo de legitimação de suas condutas, integrando palavra e prática em uma mesma economia moral do serviço régio, na qual a recompensa se apresentava como legítima em uma dinâmica de dar e receber.

A essa lógica somavam-se a presença e a centralidade da rede de negócios, favores e alianças já ocupada por Pascoal Pereira Jansen na Amazônia. O administrador da Companhia era uma figura consolidada, profundamente inserida nos circuitos econômicos locais, dotada de influência e redes de proteção “além de ser homem de muita inteligência mercantil, se tinha

²⁰ “Para o governador geral do Maranhão. Com o alvará que proíbe o commercio aos governadores. Lisboa, 31 de março de 1680”. Livro Grosso do Maranhão. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. 66, p. 51.

²¹ SOUZA, Laura de Mello. O sol e a sombra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²² AHU. Maranhão, doc. 687. Carta do governador do Maranhão, Francisco de Sá e Menezes, ao rei D. Pedro II sobre o cumprimento de ordens relativas à acumulação de ofícios. Belém do Pará, 24 de setembro de 1683.

²³ BOXER, Charles. O império marítimo português: 1415–1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

criado no mesmo Estado do Maranhão.”²⁴ Sua posição tornava praticamente inevitável que qualquer governador recém-chegado fosse atraído, e em certa medida, constrangido a se alinhar à sua postura e suas práticas. A rede que Pereira Jansen havia tecido ao longo dos anos não era apenas econômica, era também uma rede de proteção simbólica e política, ancorada em vínculos de fidelidade, reciprocidade e cumplicidade que estruturavam o tecido social da Amazônia colonial. Ser homem “criado no mesmo Estado do Maranhão” significava dispor de um capital relacional insubstituível, o conhecimento dos agentes locais, o domínio dos circuitos de circulação da economia das drogas, a familiaridade com os ritmos e práticas do comércio regional. Para um governador recém-chegado, como Sá e Meneses, que desembarcou em São Luís sem raízes naquele espaço, alinhar-se a Pereira Jansen era, em larga medida, a única forma de acessar os recursos, informações e mediações que tornavam o governo do Estado viável no plano concreto. A rede preexistente funcionava, portanto, como uma gramática tácita do poder local, que o governador precisava aprender a falar, e que terminaria por subordiná-lo às suas lógicas antes mesmo que ele pudesse impor as suas próprias.

En realidad, dichos comportamientos pueden ser determinados por criterios o estrategias que pueden fundarse en otras lógicas ajenas a las del Estado moderno pero sí plenamente legítimas desde otros puntos de vista, como pueden serlo estrategias familiares o lógicas de fidelidad.²⁵

A amplitude dessa rede tornava-se visível em iniciativas que, na superfície, assumiam a forma de políticas de governo. É o caso da povoação das margens do rio Itapecuru, empreendida em conjunto pelo governador e pelo administrador da Companhia.²⁶ A região era de alto valor estratégico, além de concentrar numerosos engenhos, os rios Itapecuru, Mearim e Munim correspondiam às terras “mais férteis e de maior consequência” da conquista, conforme reconhecia o próprio Conselho Ultramarino, que havia deliberado sobre a necessidade de uma guerra justa para conter os ataques do chamado gentio do curso àquelas paragens, região que já havia sofrido, em período anterior, a invasão holandesa.²⁷ A ameaça à Fazenda Real era o argumento oficial que justificava a intervenção; mas a iniciativa de Jansen e Sá e Meneses naquele

²⁴ BERREDO, Bernardo Pereira. *Annaes historicos de Berredo: com um estudo sobre a vida, a época e os escriptos do autor*. Florença: Typographia Barbéra, 1905.

²⁵ BERTRAND, Michel. Viejas preguntas, nuevos enfoques: la corrupción en la administración colonial española. In: ANDÚJAR, Francisco; FUENTE, María del Mar Felices (Orgs.). *El poder del dinero*.

²⁶ “Para o governador geral do Maranhão. Sobre a redução do gentio da Costa do Ceará. Lisboa, 2 de setembro de 1684”. *Livro Grosso do Maranhão. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 66, p. 65.

²⁷ MOREIRA DAS NEVES NETO, Raimundo. “Em aumento de minha fazenda e do bem desses vassalos”: a Coroa, a Fazenda Real e os contratadores na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

espaço não se explicava apenas pela defesa do bem comum. A Companhia era a principal fornecedora de escravizados africanos para os engenhos da região, e a introdução que Jansen promoveu no Itapecuru mostrou-se bem-sucedida. As cartas pessoais do governador revelam uma correspondência afetuosa com Diogo Frois de Brito, senhor de engenho e maior comprador de escravizados africanos do período.²⁸ O que se apresentava como política de colonização e segurança territorial era, ao mesmo tempo, a expansão de um mercado cativo, e a consolidação dos laços entre os dois sócios e as elites locais que deles dependiam.

Essa dinâmica de inserção nas redes locais como condição de governabilidade ilumina o que Bertrand identifica como as “lógicas de fidelidade” que fundamentavam condutas aparentemente ilegítimas à luz das normas régias, mas plenamente inteligíveis a partir dos códigos de compromisso e reciprocidade vigentes naquele universo social. Ao embarcar o cravo pela madrugada, ao alugar as ilhas do palácio ao administrador da Companhia, ao nomear André Pinheiro capitão-mor do Gurupá em troca de favorecimento, e ao cultivar pessoalmente os senhores de engenho do Itapecuru, Sá e Meneses não operava à margem das redes, operava através delas e para sua consolidação. Cada gesto de cumplicidade com Jansen era simultaneamente uma dívida contraída e uma proteção adquirida, um movimento de integração em uma cadeia de obrigações mútuas que tornava os dois agentes mutuamente dependentes e, por isso, solidariamente interessados em preservar o arranjo. A corrupção da república não era, nesse sentido, um desvio acidental de um governo que poderia ter sido íntegro, era o produto necessário de uma forma de inserção nas redes de poder que a própria estrutura colonial tornava, senão inevitável, pelo menos amplamente disponível como um caminho legítimo.

Considerações finais

O governo de Francisco de Sá e Meneses oferece um caso exemplar para a compreensão das tensões que atravessavam o exercício do poder colonial na Amazônia colonial. Ao longo deste trabalho, buscou-se articular a discussão sobre corrupção enquanto categoria histórica e moral, cujo sentido, longe de ser universal, variava conforme o contexto, os agentes e as lógicas em jogo, com a análise concreta das práticas do governador e de sua inserção nas redes de fidelidade e reciprocidade que estruturavam aquele espaço. A trajetória de Sá e Meneses, marcada

²⁸ “Senhor Diogo Fróis de Brito” In: Biblioteca da Ajuda, Códice 51-V-44: Governo do Maranhão por Francisco de Sá e Menezes, fl. 64; PEREGRINO, Alexandre de Carvalho. Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista (1621-1701). 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, 2015.

por expectativas frustradas de mercê e pela percepção do ultramar como espaço legítimo de compensação, somada à centralidade da rede já consolidada por Pascoal Pereira Jansen, ilumina os elementos que, no imaginário do próprio agente, sancionavam condutas que seus contemporâneos viriam a condenar como corrupção da república. A Companhia de Comércio, que durou quase exatamente o mesmo período que o governo de Sá e Meneses, foi a sua condição de possibilidade e o seu principal instrumento.

A resposta dos contemporâneos, contudo, não deixou margem para ambiguidade quanto à percepção pública do que havia ocorrido. A Revolta de Beckman, em 1684, expressou com força a indignação acumulada contra os esquemas da Companhia e as atitudes do governador, constituindo uma condenação não oficial, mas socialmente inequívoca, das práticas que este trabalho buscou analisar. Se o desfecho pelas vias oficiais permanece incerto nos documentos disponíveis, a reação popular foi ela mesma um veredicto. Isso, porém, não resolve a ambivalência do caso, antes a aprofunda. Outros governadores do período acumularam práticas semelhantes, e por vezes piores, sem que houvesse reação equivalente ou qualquer forma de responsabilização. O que fez do caso de Sá e Meneses um escândalo, além da gravidade dos abusos, foi a conjuntura específica que os tornou insuportáveis aos interesses que atingia, o que reforça, precisamente, a perspectiva de que a corrupção não é um fenômeno fixo, mas historicamente situado e dependente das sensibilidades, expectativas e conflitos de cada contexto.

É justamente nessa ambivalência que reside a relevância historiográfica do caso. Ao tomar a corrupção como problema histórico dotado de lógicas próprias, e não como simples catálogo de delitos, este trabalho buscou contribuir para uma discussão que, consolidada nos estudos sobre a América Hispânica, vem encontrando crescente espaço na historiografia da América Portuguesa, e que ainda carece de atenção sistemática no que diz respeito à Amazônia colonial. Compreender as motivações que tornavam certas práticas aceitáveis ou legítimas, sem perder de vista a condenação que também as acompanhava, é o que permite avançar para além da denúncia retrospectiva e alcançar a complexidade das dinâmicas políticas, sociais e morais que organizavam o governo ultramarino. O caso de Francisco de Sá e Meneses e da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará é, nesse sentido, um ponto de entrada privilegiado para se desvendar essa complexidade na Amazônia do século XVII.

Referências bibliográficas:

- BERREDO, Bernardo Pereira. **Annaes historicos de Berredo**: com um estudo sobre a vida, a época e os escriptos do autor. Florença: Typographia Barbéra, 1905.
- BERTRAND, Michel. Viejas preguntas, nuevos enfoques: la corrupción en la administración colonial española. In. ANDÚJAR, Francisco; FUENTE, María del Mar Felices (Orgs.). **El poder del dinero**: ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen. Madrid: Siglo XXI, 2011, p. 46–62.
- BOXER, Charles. **O império marítimo português**: 1415–1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARDOSO, Alírio Carvalho. **Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)**. 2002, 256 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- CARDOSO, Jerónimo. **Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum**: cum adagiorum ferè omnium iuxta seriem alphabeticam perutili expositione, & ecclesiasticarum vocabulorum interpretatione; item de monetis, ponderibus, & mensuris, ad praesentem usum accommodatis. Lisboa: Ex Officina Petri Crasbeeck, 1619.
- CARVALHO, Tito Augusto de. **As companhias portuguesas de colonização**: memória. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.
- COUTINHO, Milson. **A revolta de Bequimão**. São Luís: Instituto Geia, 2004.
- ESPAÑOLA, Real Academia. **Diccionario de Autoridades**: diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las phrases o modos de hablar más precisos, las voces antiguas y nuevas, y las droles, con la declaracion, uso, y autoridad de los autores que las confirman. Madrid: Imprenta de la Real Academia Española, 1729.
- FERNANDES, Renata Silva. **Na real presença de vossa majestade**: as petições ultramarinas e a governação colonial (século XVIII). Almanack, Guarulhos, n. 34, p. 1-49. 2023.
- JÚNIOR, José Alves de Souza. Jesuítas, Colonos e Índios: a disputa pelo controle e exploração do trabalho indígena. In. CHAMBOULEYRON, Rafael; PEINADO, José (orgs.). **T(r)ópicos de História**: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI) Belém: Açaí/PPGHS/UFPA/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.
- LEIVA, Pilar Ponce. ANDÚJAR, Francisco. **Debates sobre la corrupción en el mundo ibérico, siglos XVI-XVIII**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2018.
- LIMA, Paula Mendes. Interesse e bem comum. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). **Dicionário da república**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 208–216.
- MARQUES, César. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon & Seleta, 1970. [1870].
- PIETSCHMANN, Horst. **Burocracia y corrupción en Hispanoamérica colonial**. Una aproximación tentativa. Nova Americana, Torino, p. 11-37. 1982.
- STUMPE, Roberta Giannubilo. **Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português**. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v.15, n.29. 2014.

RAU, Virginia. Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII. In. RAU, Virginia. **Estudos sobre a história econômica e social do antigo regime**. Lisboa: Presença, 1984.

ROMEIRO, Adriana. **Pasquins, libelos e panfletos**: a cultura do manuscrito na América portuguesa. ArtCultura: Uberlândia, v.19, n. 35, p. 85-97. 2017.

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil**: uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ROMEIRO, Adriana. **Ladrões da República: Corrupção, moral e cobiça no Brasil, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

ROMEIRO, Adriana. A corrupção na Época Moderna - conceitos e desafios metodológicos. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 21, n.º 38, p. 216-237. 2015.

SANTA MARÍA, Fray Juan de. **República y policía christiana para reyes y príncipes y para los que en el gobierno tienen sus veces**. Barcelona: Gerónimo Margarit, 1619.

SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TEIXEIRA, Domingos. **Vida de Gomes Freyre de Andrada, general da Artelharia do reyno do Algarve governador, e capitão general do Maranhão, Parà, e Rio das Amazonas no estado do Brasil**. Lisboa: Officina da Música, 1724.

Casas de câmara e cadeia e a construção do poder colonial: uma análise comparativa entre Natal e Rio de Janeiro (1717 – 1732)

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone

Doutor em História

Universidade Federal de Minas Gerais

mfrizzone@gmail.com

Resumo: Este trabalho propõe analisar as casas de câmara e cadeia de Natal e do Rio de Janeiro, edificadas a partir do final da segunda década do século XVIII, como elementos materiais da cultura centrais na consolidação das estruturas de poder no contexto colonial português. Tais edificações serão abordadas não apenas como espaços institucionais que articulavam funções administrativas, judiciais e políticas, mas, principalmente, em sua dimensão material. A partir de uma perspectiva comparativa, serão examinados tanto os projetos quanto as realizações concretas dessas construções, buscando identificar permanências, adaptações e disputas que marcaram sua configuração. A análise enfatiza as tensões entre as diretrizes metropolitanas e as demandas locais, bem como as formas de negociação que resultaram em soluções específicas para cada contexto urbano, social, político e econômico. Ao mesmo tempo, pretende-se evidenciar as convergências que permitiram a afirmação de uma ordem política compartilhada, ainda que marcada por assimetrias. Nesse sentido, as casas de câmara e cadeia são interpretadas como uma tipologia arquitetônica dotada de forte poder simbólico e pedagógico, responsável por materializar, difundir e produzir ideais de ordem e justiça associados à Monarquia Portuguesa. Mais do que veículos de um discurso institucional, esses edifícios participavam ativamente de sua construção. Contudo, as especificidades das urbes em que se inseriam, bem como os interesses e a capacidade de negociação dos poderes locais, implicaram adaptações em suas plantas e nos materiais construtivos, ainda que se mantivesse um programa básico e normas de decoro voltadas à preservação da dignidade dessas edificações. Dessa forma, a comunicação contribui para a compreensão das dinâmicas de poder no mundo colonial luso-americano, ressaltando o papel da arquitetura institucional como expressão material de projetos políticos e como instrumento ativo na organização e legitimação das hierarquias sociais e administrativas.

Palavras-chave: Casas de câmara e cadeia; elementos materiais da cultura; Arquitetura institucional

Este texto propõe analisar comparativamente as Casas de Câmara e Cadeia de Natal e do Rio de Janeiro, construídas nas primeiras décadas do século XVIII, compreendendo-as como elementos materiais da cultura centrais na constituição e reprodução do poder colonial português na América. Mais do que simples edifícios administrativos, tais construções devem ser entendidas como artefatos produtores de discursos políticos, jurídicos e simbólicos relacionados à ordem, à justiça e à própria legitimidade da Monarquia Portuguesa. Nesse sentido, as Casas de Câmara e Cadeia constituíam uma tipologia arquitetônica específica do Antigo Regime português,

responsável por materializar valores políticos e sociais e por educar visual e simbolicamente os súditos acerca da presença e da autoridade régia.

Ao abordar essas edificações como elementos materiais da cultura, parte-se da compreensão de que os objetos e construções não são apenas representações passivas da sociedade, mas agentes ativos na produção das práticas sociais e dos discursos políticos. Os artefatos integram-se ao corpo humano, associam-se à razão, participam da sociabilidade, do desejo dos homens e são símbolos de construções diversas da imaginação (MENESES; BORREGO, 2018). Assim, as Casas de Câmara e Cadeia não apenas expressavam uma determinada concepção de poder e justiça, mas contribuíam diretamente para sua consolidação cotidiana. O edifício em si era parte constitutiva da administração colonial e do sistema de controle social da monarquia lusa.

No contexto do Antigo Regime português, as Casas de Câmara e Cadeia possuíam grande relevância institucional. Eram, simultaneamente, sede do poder camarário e espaço de encarceramento, reunindo funções administrativas, judiciais e punitivas. Essa associação entre Câmara e cadeia não era fortuita. Pelo contrário, expressava materialmente a articulação entre governo local, administração da justiça e exercício da punição, constituindo uma síntese arquitetônica do poder régio nos territórios ultramarinos (CAETANO, 2011). Ao lado do pelourinho, essas edificações figuravam entre os principais símbolos urbanos da autoridade portuguesa, sobretudo em vilas e cidades recém-estabelecidas (TEIXEIRA; TRIGUEIRO, 2008).

As Casas de Câmara e Cadeia eram concebidas segundo princípios de decoro e dignidade próprios da cultura política portuguesa setecentista. Mesmo quando apresentavam diferenças materiais ou construtivas, deveriam transmitir solenidade, estabilidade e segurança. A monumentalidade, ainda que relativa às possibilidades econômicas de cada localidade, era parte fundamental de sua função simbólica. Carlos Caetano observa que o poder político português cedo compreendeu a necessidade de edifícios específicos para as atividades camarárias, capazes de dignificar, garantir e legitimar os atos oficiais praticados em nome do rei (CAETANO, 2011). Dessa maneira, a própria arquitetura participava da encenação da autoridade monárquica.

Nesse sentido, as Casas de Câmara e Cadeia podem ser interpretadas como instrumentos pedagógicos. Sua presença nas paisagens urbanas coloniais contribuía para a difusão visual e construção da ordem régia e da hierarquia social. As amplas salas de audiências, os brasões reais, as escadas monumentais, as sacadas e os ornamentos presentes nesses edifícios contrastavam com

os espaços carcerários fechados, úmidos e escuros das enxovias. O edifício ensinava, por meio de sua localização na urbe, organização espacial, iluminação, decoração, elementos de segurança e/ou uso cotidiano.

Entretanto, embora compartilhassem um programa arquitetônico básico e uma função político-simbólica comum, as Casas de Câmara e Cadeia coloniais revelam importantes diferenças relacionadas às especificidades econômicas, sociais e urbanas de cada localidade. A análise comparativa das construções das Casas de Câmara e Cadeia de Natal e do Rio de Janeiro permite compreender as tensões existentes entre as diretrizes metropolitanas e as condições locais de execução das obras, bem como os processos de negociação que marcaram a construção do poder colonial português. Ao abordar a matéria relativa às Casas de Câmara e Cadeia das Minas junto ao governador Dom Pedro de Almeida, Dom João V emitiu uma determinação cuja importância é fundamental para a compreensão das variações arquitetônicas observadas nesses edifícios. O monarca ordenou: “que se se façam e todas as vilas das Minas, Casa de Câmara, e Cadeia a proporção da terra, pelas rendas das mesmas Câmaras”.²⁹

Rio de Janeiro

Fundada em 1565, a cidade do Rio de Janeiro consolidou-se, ao longo do século XVII, como um dos principais centros urbanos da América Portuguesa. A descoberta do ouro no interior da colônia ampliou ainda mais sua relevância estratégica, convertendo-a em um dos pilares da administração imperial portuguesa na América. Mais do que constituir a principal porta de acesso às Minas, o núcleo urbano passou a abrigar, nas décadas subsequentes, parcela significativa do aparato administrativo responsável pela coordenação e fiscalização da atividade mineradora. Inserido nesse contexto, como um dos espaços centrais do Império Português e articulado simultaneamente à região mineradora, às regiões meridionais em disputa territorial, aos circuitos atlânticos africanos e à Europa, o Rio de Janeiro experimentou profundas transformações em sua configuração urbana. Seus limites expandiram-se para além do Morro do Castelo, enquanto o eixo de ocupação e das principais funções administrativas deslocou-se progressivamente em direção à orla marítima. Foi nesse novo centro político e urbano, nas proximidades do Largo do Carmo — atual Praça XV —, que se ergueu a Casa de Câmara e Cadeia analisada neste estudo. O edifício substituiu uma construção anterior, arruinada durante as

²⁹ APM, SC-18, fl. 113, 113v, 114.

invasões francesas de 1710 e 1711. As obras, iniciadas em 1717, prolongaram-se até 1732, evidenciando um processo construtivo complexo, marcado por disputas administrativas, limitações financeiras e sucessivas reformulações dos projetos arquitetônicos.

No começo do século XVIII, a antiga Casa de Câmara e Cadeia encontrava-se em estado avançado de ruína. Em 1701, o governador Artur de Sá e Meneses encaminhou ao Conselho Ultramarino um pedido dos oficiais da Câmara para obtenção de recursos destinados à reforma do edifício e da cadeia. Segundo o governador, as rendas camarárias eram insuficientes para custear uma obra de tal dimensão, e os presos estavam “mal seguros”, havendo risco constante de fugas. A Coroa autorizou o envio de 4 mil cruzados provenientes das sobras da Casa da Moeda. Esses recursos, contudo, apenas permitiram reparos provisórios. Ao longo dos anos seguintes, a situação estrutural piorou significativamente.³⁰ O contexto urbano do Rio de Janeiro no início do século XVIII agravou ainda mais o problema. A cidade sofreu duas invasões francesas, em 1710 e 1711. Na primeira, comandada por Jean François Duclerc, os combates ocorreram nas proximidades da Câmara. Na segunda invasão, conduzida por René Duguay-Trouin, diversos edifícios urbanos foram destruídos ou danificados (CAVALCANTI, 2004). Embora os documentos posteriores enfatizem que a principal causa da deterioração da cadeia fosse a má qualidade de sua construção original, as invasões contribuíram para reforçar a urgência da reconstrução.

Em 1715, o Ouvidor Geral Fernão Pereira de Vasconcelos informou ao rei que a cadeia estava “incapaz”, registrando sucessivas fugas de presos, inclusive de criminosos considerados perigosos. Segundo Fernão de Vasconcelos:

A Cadeia daquela cidade se achava em tal estado e tão danificada e incapaz que em menos de um ano tinham fugido cinco ou seis vezes os presos dela com grande prejuízo do bem público e boa administração da justiça por irem na ocasião da fuga criminosos de culpas gravíssimas e que estes inconvenientes que eram de muita consideração para o real serviço de Vossa Majestade.³¹

Particularmente relevante no relato produzido pelo Ouvidor-Geral foi o parecer elaborado pelos juízes dos ofícios de pedreiro e carpinteiro, designados para proceder à vistoria da cadeia. Após examinarem cuidadosamente as condições da construção, os oficiais concluíram que “seria inútil qualquer benefício e que assim convinha que se fizesse de novo”, indicando que

³⁰ AHU CU 017, Cx. 7, Doc. 754

³¹ AHU CU 017-01, Cx. 17, Doc. 3528.

o estado de degradação da edificação tornava inviável qualquer tentativa de recuperação por meio de reparos pontuais.

Com base nessa avaliação técnica, Fernão de Vasconcelos sustentou que os problemas decorrentes da fragilidade estrutural do imóvel não poderiam ser solucionados pelos mecanismos ordinários disponíveis à administração local. Em suas palavras, “o reparo de dita cadeia era de maior importância daquela a que podia chegar a jurisdição da Câmara e dos Ouvidores gerais daquela comarca”.³² A situação, portanto, extrapolava tanto as capacidades financeiras quanto as atribuições administrativas das autoridades municipais e judiciais, exigindo a mobilização de recursos e decisões provenientes das instâncias superiores da administração régia.

A gravidade das condições materiais do edifício foi detalhada no laudo elaborado pelos juízes do ofício de carpinteiro, Pedro Gonçalves de Oliveira e João da Silva Cordeiro, e pelos juízes do ofício de pedreiro, André Luís e Paulo Ribeiro. Segundo a avaliação realizada pelos oficiais, a execução de uma nova obra exigiria um investimento estimado em cerca de trinta e cinco mil cruzados, “pouco mais ou menos”, valor calculado com base na planta que lhes havia sido apresentada.³³ O projeto em questão fora elaborado pelo engenheiro Manuel de Melo, então Sargento-mor, profissional enviado ao Estado do Brasil por determinação de Dom Pedro II e que se encontrava estabelecido no Rio de Janeiro desde 1704.³⁴

Foi precisamente nesse contexto que emergiu um importante conflito de natureza política e administrativa envolvendo diferentes concepções acerca da obra a ser executada. De um lado, a Coroa buscava viabilizar uma construção funcional, sólida e financeiramente moderada, concentrando seus esforços sobretudo na edificação de uma cadeia capaz de atender às necessidades da administração da justiça e da manutenção da ordem pública. De outro, os oficiais da Câmara procuravam aproveitar a oportunidade aberta pela necessidade de reconstrução da prisão para ampliar o escopo do empreendimento, defendendo a construção simultânea de uma nova Casa de Câmara que correspondesse ao crescente prestígio da cidade.

Para as autoridades municipais, o edifício deveria não apenas cumprir funções administrativas e judiciais, mas também expressar materialmente a importância política alcançada pelo Rio de Janeiro no contexto do Império Português. A divergência entre essas perspectivas

³² AHU CU 017-01, Cx. 17, Doc. 3528.

³³ AHU CU 017-01, Cx. 17, Doc. 3537.

³⁴ AHU CU 017-1, Cx. 14, Doc. 2777.

evidencia tensões recorrentes entre os interesses da administração central e as aspirações das elites locais, que buscavam afirmar seu status e sua posição por meio da monumentalização dos espaços de poder urbano. Inicialmente, a Coroa tentou reduzir os custos ordenando apenas o reparo do prédio antigo, entretanto, nenhum arrematante se dispôs a assumir a empreitada, alegando que a estrutura era irrecuperável. Diante disso, em fevereiro de 1717, D. João V autorizou a construção de uma nova cadeia, embora determinasse que, naquele momento, fosse executada apenas a parte prisional, deixando a Casa da Câmara para depois.³⁵ O monarca ordena, em provisão de 27 de fevereiro de 1717 que, por hora “se faça a cadeia com oficinas que são necessárias para ela sem se tratar das mais obras que se notam na dita planta e que esta se obre tão forte tudo quanto possa ser e em que possa caber um grande número de presos”, entretanto, completa, “e em quanto a mais obra que insinuais ser precisa para a Casa da Câmara, que finda a da cadeia se poderá então cuidar nelas”.³⁶ Como se pode ver, após os pareceres dos mestres dos ofícios e algumas autoridades, a Coroa se vê obrigada a aceitar a construção de uma nova Cadeia, porém, não autoriza a construção do segundo andar, destinado propriamente à Câmara.

A construção foi arrematada em agosto de 1717 por João da Matta. Paralelamente, o engenheiro Manuel dos Reis Couto elaborou novos cálculos e plantas, propondo um edifício de dois pavimentos: o primeiro destinado à cadeia; o segundo reservado às atividades camarárias. O Orçamento de Manuel Couto contemplava a construção de dois pisos e não apenas da cadeia, como anteriormente ordenado pelo Rei. O segundo piso ocuparia o mesmo tamanho do primeiro e teria dois cômodos ou “duas casas”, a de Audiências e a de Câmara. Outra importante consideração é que o orçamento total soma 10:292\$000, o que extrapolava todas as previsões de verbas destinadas pela Fazenda Real.³⁷ O custo crescente da obra tornou-se um problema constante. O orçamento ultrapassava amplamente os recursos previamente autorizados pela Coroa (FRIZZONE, 2024).

Entre 1720 e 1728 as obras avançaram lentamente. A lentidão decorreu de dificuldades financeiras; disputas políticas; críticas aos projetos; desacordos sobre a divisão interna da cadeia. Em 1728, o Ouvidor Manuel da Costa Mimoso produziu um grande relatório sobre o estado da obra e mandou elaborar novas plantas do edifício.³⁸ Esses desenhos são extremamente detalhados e mostram uma estrutura monumental, com: largas salas de Câmara; sala de audiências; oratório;

³⁵ AHU CU 017, Cx.: 10, Doc.: 1059.

³⁶ AHU CU 017, Cx.: 10, Doc.: 1059.

³⁷ AHUCU 017-01, Cx.: 17, D.: 3566.

³⁸ AHU CU 017-01, Cx.: 28, Doc.: 6476 – 6510

segredos; prisões masculinas e femininas; latrinas; casa do carcereiro; áreas administrativas. As plantas demonstram também a crescente preocupação com circulação interna; vigilância dos presos; separação dos encarcerados; monumentalidade da arquitetura pública. O então governador da Capitania, Luís Vahia Monteiro também interferiu nas discussões sobre a construção do edifício e propôs um outro projeto, segundo ele, mais funcional e barato do que a proposta do Ouvidor Geral. (FRIZZONE, 2024).

Em 1731, Luís Vahia Monteiro informou ao rei que havia conseguido convencer o empreiteiro a aceitar o novo projeto, reduzindo os custos em cerca de 8 mil cruzados. A entrega oficial da Casa de Câmara e Cadeia ocorreu em 20 de junho de 1732. O edifício final possuía: aproximadamente 46 metros de frente; dois grandes pavimentos, amplas enxovias, múltiplas salas administrativas e sistema de separação de presos. A longa duração da obra evidencia as tensões entre os interesses da Coroa e as pretensões dos oficiais camarários. Enquanto o rei D. João V desejava inicialmente uma construção funcional, concentrada na cadeia e financeiramente moderada, os vereadores do Rio insistiam na necessidade de uma edificação mais grandiosa e representativa da importância política da cidade. O projeto final refletiu, em grande medida, essas ambições locais. A monumentalidade da Casa de Câmara e Cadeia do Rio de Janeiro expressava não apenas o poder da Câmara local, mas também a crescente centralidade da cidade no Império Português. O edifício tornava visível a presença régia em um espaço urbano cada vez mais estratégico. Sua imponência arquitetônica contribuía para afirmar a autoridade da monarquia e reforçar a ideia de uma ordem política estável e hierarquizada. Entre 1701 e 1732 a Coroa Portuguesa dispendeu pelo menos 30 contos de réis para o que, inicialmente seria uma reforma da cadeia e tornou-se a construção de um novo e suntuoso edifício de câmara e cadeia no Rio de Janeiro. (FRIZZONE, 2024, p. 222)

Natal

Por outro lado, a Casa de Câmara e Cadeia de Natal, edificada entre 1719 e 1721, encontrava-se inserida em uma cidade de reduzidas dimensões demográficas e de limitada relevância econômica no contexto do Império Português. A Capitania do Rio Grande apresentava baixa densidade populacional e mantinha uma posição periférica na estrutura administrativa colonial, subordinando-se a Pernambuco em questões governativas e à Paraíba e à Relação da Bahia em matéria judicial.

A origem da Cidade do Natal remonta ao final do século XVI, em um contexto marcado pelas dificuldades de efetivação da colonização portuguesa na região. As tentativas iniciais de ocupação por meio do sistema de capitanias hereditárias fracassaram, enquanto a presença de grupos indígenas e de comerciantes franceses estabelecidos na área desde a década de 1530 constituía um obstáculo adicional ao domínio lusitano (TEIXEIRA, 2017, p. 3). Com o objetivo de expulsar os franceses, partiram de Pernambuco e da Paraíba, em 1597, expedições militares que culminaram, no ano seguinte, na construção do Forte dos Reis Magos. Pouco depois, em 25 de dezembro de 1599, foi oficialmente fundada a Cidade do Natal. Esse processo ocorreu durante a vigência da União Ibérica, período em que as Coroas portuguesa e espanhola estiveram unificadas sob o governo dos Filipes da Espanha.

Durante grande parte do período colonial, a Capitania do Rio Grande permaneceu escassamente povoada. Conforme observa Rubenilson Teixeira, somente ao longo do século XVIII ocorreu uma expansão mais significativa da ocupação portuguesa para o interior do território, impulsionada sobretudo pela busca de áreas destinadas à pecuária. Tal movimento intensificou-se após a expulsão dos holandeses do Nordeste da América portuguesa em 1654 (TEIXEIRA, 2017, p. 6). Apesar de sua reduzida população, a região despertou o interesse de diferentes potências europeias. Entre os séculos XVI e XVIII, franceses, holandeses, espanhóis, ingleses e portugueses disputaram o controle dessas terras, juntamente com os diversos grupos indígenas que nelas habitavam (TEIXEIRA, 2017, p. 2). Os holandeses, após consolidarem sua presença em Pernambuco, conquistaram o Forte dos Reis Magos em 1633, rebatizando-o como Castelo de Keulen, enquanto a Cidade do Natal passou a ser denominada Nova Amsterdã. Segundo Luís da Câmara Cascudo, a ocupação neerlandesa chegou ao fim cerca de vinte anos depois, nos primeiros meses de 1654 (CASCUDO, 1999).

As estimativas demográficas reforçam a modesta dimensão da capitania ao longo do século XVIII. De acordo com Tarcísio Botelho, a população total do Rio Grande em torno de 1720 era de aproximadamente seis mil habitantes, alcançando cerca de vinte e dois mil indivíduos em 1780 (BOTELHO, 2011, p. 14-15). A própria Cidade do Natal manteve-se relativamente pequena durante todo esse período. Conforme assinala Rubenilson Teixeira, ainda no início do século XIX a urbe possuía pouco mais de seis mil moradores (TEIXEIRA, 2017, p. 12). Em contraste, a Cidade do Rio de Janeiro já contava com quase vinte e cinco mil habitantes em 1751 e ultrapassava a marca de sessenta mil pessoas em 1808 (CAVALCANTI, 2004, p. 255). Essa

diferença evidencia a disparidade existente entre uma capital portuária em franca expansão e uma cidade periférica do extremo norte da América portuguesa, circunstância que também se refletia na escala, nas funções e nos significados atribuídos às suas edificações públicas.

Em 1709, o edifício que abrigava a Casa de Câmara e Cadeia da Cidade do Natal encontrava-se em avançado estado de deterioração. Diante da precariedade das instalações, os oficiais da Câmara recorreram ao Ouvidor Gonçalo Frias Baracho, solicitando providências para a construção de uma nova sede para o Senado da Câmara (TEIXEIRA, 2012, p. 43-51). A situação do imóvel revelava não apenas os limites financeiros enfrentados pela municipalidade, mas também as dificuldades estruturais de uma cidade periférica do Império Português em manter adequadamente os edifícios destinados ao exercício da administração e da justiça.

A degradação do prédio persistiu ao longo dos anos seguintes. Em carta régia que tratava da concessão de auxílio financeiro para a execução das obras da cadeia, registra-se que, em setembro de 1716, o Ouvidor-Geral da Capitania da Paraíba, Gonçalo Frias Baracho, informou à Coroa que a cadeia de Natal “se achava totalmente arruinada em forma que nela se não podiam já recolher os criminosos”. Segundo o próprio ouvidor, os vereadores natalenses haviam tomado a iniciativa de colocar a obra em arrematação; contudo, a única proposta apresentada para sua execução alcançou o valor de dois contos e quarenta e seis mil réis, quantia significativamente superior aos trezentos mil réis disponíveis nos cofres da Câmara para custear a empreitada (SOUZA, 1906, p. 267-269).

Reconhecendo a urgência do problema a Coroa determinou, em março de 1718, a destinação de recursos para a construção de uma nova cadeia. Conforme registrado na documentação da época, a realização da obra era considerada indispensável, “por ser preciso que se faça a obra desta cadeia para que nela se recolham os criminosos, pois no estado em que se acha a que havia não pode ter segurança os que se meterem nesta prisão”. Para viabilizar o empreendimento, o monarca ordenou o repasse de um conto de réis provenientes da Fazenda Real. Somado aos trezentos mil réis já existentes nos cofres da Câmara, o montante totalizava um conto e trezentos mil réis, valor que, segundo a avaliação régia, seria suficiente para a execução da obra considerada necessária (SOUZA, 1906, p. 267-269).

Entretanto, os recursos disponibilizados pela Coroa estavam longe de corresponder às estimativas anteriormente apresentadas para a construção do edifício. O valor concedido pela Fazenda Real não alcançava sequer a metade da quantia exigida pela única arrematação realizada

em 1716, evidenciando o descompasso entre as expectativas da administração local e as possibilidades efetivamente reconhecidas pelo poder central. Em sua correspondência com o Conselho Ultramarino, Gonçalo Frias Baracho informou que os camarários natalenses tinham como principal referência arquitetônica para a nova construção a Casa de Câmara e Cadeia da Vila de Goiana, em Pernambuco. A resposta régia, contudo, indicava a necessidade de adequação do projeto às condições locais. Ao autorizar o dispêndio de um conto de réis, a Coroa determinou que a cadeia de Natal fosse construída “a menor grandeza a respeito da terra em que há de servir por ser muito menos numeroso esse povo que o de Goyanna onde há muita nobreza e grande extensão de moradores” (SOUZA, 1906, p. 267-269). A orientação revela que a definição das dimensões e da monumentalidade dos edifícios públicos estava diretamente relacionada à posição ocupada pelas localidades na hierarquia urbana e administrativa do Império Português.

A obra acabou sendo arrematada em fevereiro de 1719 por valor ligeiramente superior ao montante considerado disponível para sua execução: um conto e trezentos e trinta mil réis. Desse total, um conto de réis destinava-se aos serviços de pedreiro, enquanto os trezentos e trinta mil réis restantes seriam empregados nos trabalhos de carpintaria (SOUZA, 1906, p. 270-279). Apesar das limitações financeiras e materiais enfrentadas pelos vereadores da Cidade do Natal, a documentação demonstra que as preocupações relativas à funcionalidade do edifício coexistiam com interesses ligados à sua aparência e representação pública. Não se buscava apenas construir um espaço apto ao exercício da administração municipal e da justiça, mas também um edifício capaz de conferir dignidade e decoro à sede do poder local.

Essa preocupação torna-se particularmente evidente quando os documentos registram a decisão de ampliar o projeto inicial, ainda com a obra em andamento, mediante a construção de uma varanda posterior, alteração que tornaria a Casa de Câmara e Cadeia “mais frimozenta”.³⁹ A expressão, tal como aparece na documentação, parece corresponder a uma variante gráfica de “formozenta” ou “formosa”, possivelmente resultante de oscilações ortográficas comuns na escrita setecentista, nas quais frequentemente se observam inversões de letras e variações fonéticas. A ocorrência de formas como “firmosura” e “frimosura” em documentos do período reforça essa hipótese. Independentemente da forma exata pretendida pelo escrivão, o emprego do termo evidencia uma preocupação explícita com a dimensão estética da construção. A Casa de

³⁹ Livro de Vereações da Câmara de Natal de 1709 – 1720. p. 299.

Câmara e Cadeia não deveria apenas atender às exigências práticas da administração e do encarceramento, mas também projetar visualmente a autoridade, a respeitabilidade e a dignidade das instituições municipais que nela se instalariam.

Considerações Finais

A estrutura da Casa de Câmara e Cadeia de Natal apresentava-se consideravelmente mais modesta do que a do Rio de Janeiro. O edifício natalense possuía apenas uma enxovia principal, sem compartimentações destinadas à separação dos presos segundo critérios de sexo, condição jurídica ou posição social. Tal configuração refletia não apenas as limitações financeiras enfrentadas pela Câmara local, mas também a menor complexidade demográfica, administrativa e urbana da cidade quando comparada aos principais núcleos da América Portuguesa (FRIZZONE, 2024). Ainda assim, a construção preservava os elementos fundamentais do modelo luso de Casa de Câmara e Cadeia, caracterizado pela localização dos espaços de encarceramento no pavimento térreo e das dependências destinadas ao funcionamento da administração municipal no andar superior (BARRETO, 1947).

Apesar de sua relativa simplicidade, a arquitetura pública possuía grande relevância, mesmo em localidades periféricas do Império. A comparação entre os edifícios de Natal e do Rio de Janeiro evidencia a existência de um programa político-arquitetônico comum, difundido pela monarquia portuguesa ao longo de seus domínios ultramarinos, mas constantemente adaptado às circunstâncias particulares de cada território. A Coroa procurava assegurar determinados padrões de segurança, decoro institucional e representação do poder régio, ao mesmo tempo em que admitia e até exigia soluções arquitetônicas compatíveis com as capacidades econômicas e as necessidades específicas das diferentes localidades (BASTOS, 2014). Não por acaso, o próprio D. João V defendia que as Casas de Câmara e Cadeia fossem construídas “à proporção da terra”.

Essas adaptações permitem compreender alguns mecanismos de negociação entre as diretrizes emanadas do centro político do Império e os interesses das elites locais. No Rio de Janeiro, os vereadores empenharam-se na construção de um edifício monumental, compatível com a crescente importância estratégica da cidade no contexto imperial. Em Natal, embora os recursos disponíveis fossem substancialmente mais limitados, os oficiais camarários também buscaram conferir ao edifício uma aparência digna e condizente com a representação do poder municipal. Em ambos os casos, os projetos resultaram de processos complexos de negociação e

disputa que envolveram governadores, ouvidores, engenheiros militares, oficiais mecânicos, membros das câmaras e a própria Coroa.

As Casas de Câmara e Cadeia participavam ativamente da teatralização do poder monárquico. A presença de brasões reais, símbolos régios, espaços destinados às cerimônias públicas e elementos arquitetônicos associados à autoridade contribuía para tornar visível e construir a soberania portuguesa nos territórios coloniais. A arquitetura institucional desempenhava, assim, papel fundamental na construção da legitimidade política, transformando edifícios administrativos em importantes instrumentos de comunicação do poder.

Nesse sentido, a análise comparativa das Casas de Câmara e Cadeia de Natal e do Rio de Janeiro permite compreender a arquitetura colonial como um agente ativo na constituição das relações de poder no mundo luso-americano. Mais do que simples espaços destinados ao funcionamento da administração e da justiça, essas construções materializavam projetos políticos, difundiam concepções sobre ordem, autoridade e governo, e contribuíam diretamente para a organização e reprodução das hierarquias sociais coloniais. Ao mesmo tempo, a comparação evidencia as profundas assimetrias existentes no interior do Império Português. Embora submetidas a um mesmo repertório simbólico e institucional, as diferentes localidades reinterpretavam, negociavam e adaptavam as orientações metropolitanas de acordo com suas realidades econômicas, urbanas e sociais. As Casas de Câmara e Cadeia constituem, portanto, testemunhos privilegiados dos múltiplos processos por meio dos quais o poder monárquico português foi apropriado, negociado e materializado nos diversos contextos da América Portuguesa.

Referências bibliográficas

BASTOS, Rodrigo. **A arte do urbanismo conveniente:** o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

BOTELHO, Tarcísio R. Estimativas de população para o Brasil, séculos XVIII e XIX. In: **Quinta Jornadas de Investigación.** Montevideu: Asociación Uruguaya de Historia Económica. 2011. p. 14 e 15. Disponível em <https://www.audhe.org.uy/jornadas/internacionales/quintas-jornadas-de-investigacion-2011/44-22-magnitudes-micro-y-macro-economicas-en-periodos-pre-estadisticos-el-rio-de-la-plata-en-los-s>

iglos-xviii-y-xix/456-estimativas-de-populacao-para-o-brasil-seculos-xviii-e-xix.html. Acesso em 06/01/2022.

CAETANO, Carlos Manuel Ferreira. **As casas da Câmara dos concelhos portugueses e a monumentalização do poder local** (Séculos XIV a XVIII). 2011. Tese (Doutorado em História da Arte). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade de Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FRIZZONE, Mateus Freitas Ribeiro. 2024). **De barro e de pau, de pedra e de cal: que se faça Câmara e Cadeia à proporção de cada terra - Uma análise material das construções das Casas de Câmara e Cadeia do Rio de Janeiro, Natal e Vila Rica (1717 – 1752)**. 2024. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2024.

MENESES, J. N. C.; BORREGO, M. A. de M. Introdução - O testemunho das coisas úteis e duráveis. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 26, 2018. p.2. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/144628>. Acesso em: 6 jan. 2022.

BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 11, p. 9–196, 1947.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **O poder municipal e as Casas de Câmara e Cadeia: semelhanças e especificidades do caso potiguar**. Natal, RN: UDEFRN, 2012.

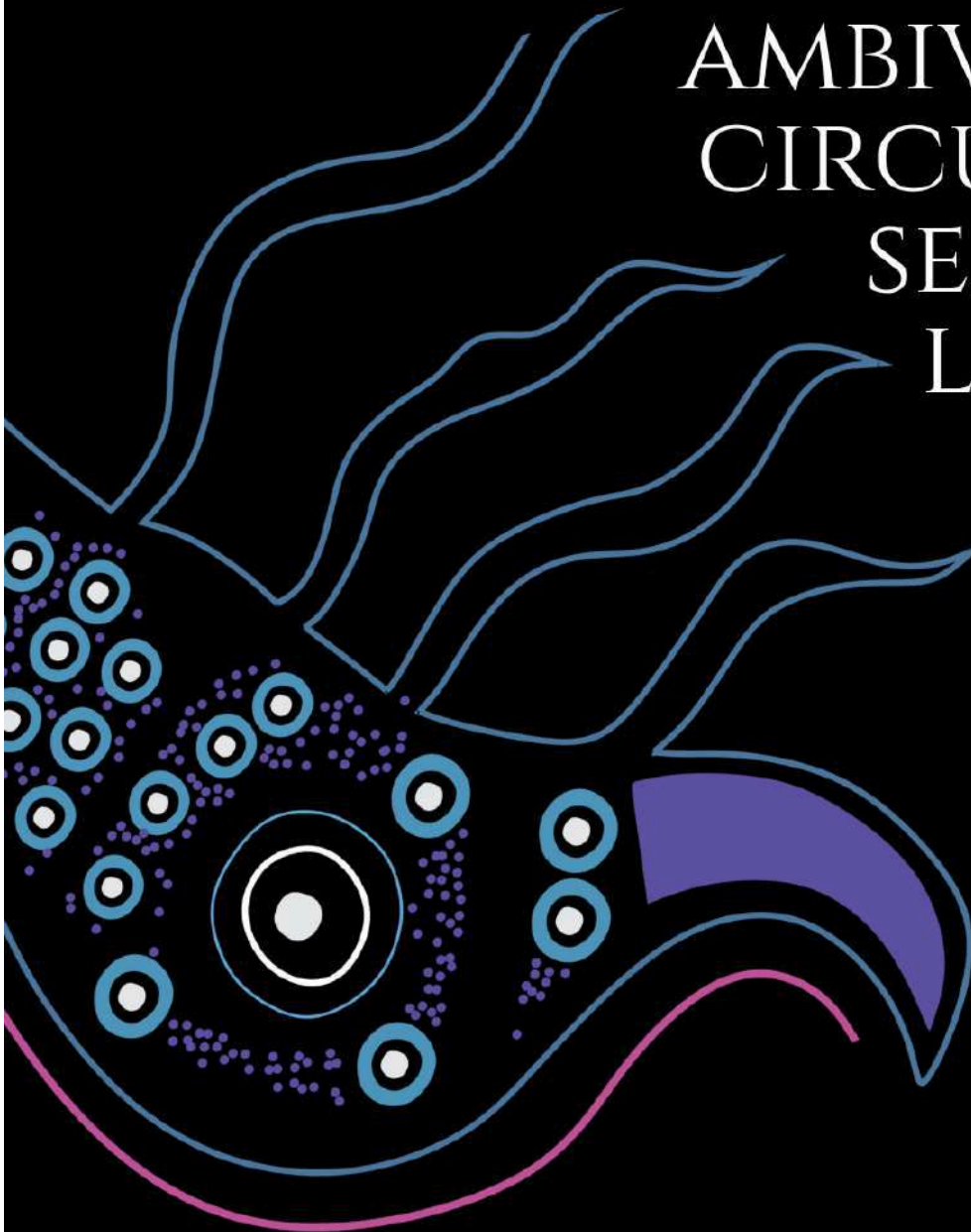
TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia. **Confins** - Revista franco-brasileira de geografia. n° 32, 2017.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. A igreja, a casa de Câmara e a praça: símbolos e relações de poder no espaço urbano colonial. In: **II Encontro Internacional de História Colonial**, 2008, Natal. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial, 2008.

SOUZA, Antônio de. A cadeia de Natal. Notícia histórica fundada em documentos inéditos. **RIHGRN**. vol IV, n° 1. 1906. p. 267 - 269.

ST10

A INSTABILIDADE DO TEXTO: IRONIA, AMBIVALÊNCIA E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS NA LITERATURA



Coordenadores:
Alessandra Nóbrega Monteiro
Douglas Pereira Diniz

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Memória e loucura: a escrita de si como prática de história em Maura Lopes Cançado

Felipe Emmanuel Moreira Mesquita

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
felipeemmanuelmoreira3@gmail.com

Resumo: Este ensaio analisa a obra da escritora mineira Maura Lopes Cançado, focando especialmente em *Hospício é deus: Diário I* (1965), livro que registra suas internações psiquiátricas entre as décadas de 1950 e 1960. O objetivo central é investigar as intersecções entre loucura, memória e a escrita de si em contexto de confinamento institucional. Para embasamento teórico, o texto articula as perspectivas de Michel Foucault e Judith Butler. A análise utiliza a genealogia foucaultiana para demonstrar como o hospício opera como um dispositivo de poder e controle que silencia o sujeito. Já o pensamento de Butler é evocado para discutir a performatividade, a precariedade e a opacidade do relato de si diante das normas sociais. O ensaio examina também o livro *O Sofredor do Ver* (1968) e o célebre conto *No Quadrado de Joana*, evidenciando como a autora transita do caráter documental para a autoficção. Conclui-se que a linguagem visceral e fragmentada de Maura não é mero sintoma clínico, mas uma prática estética e política de resistência que rasura o arquivo historiográfico oficial da psiquiatria e resgata vozes historicamente silenciadas.

Palavras-chave: loucura; escrita de si; Maura Lopes Cançado.

Introdução: a loucura, a memória e o encontro de si.

"*Estou ficando maluco?*" Começa assim. Numa tarde em que o tempo parece correr diferente, todo ser humano pode ser vítima de um fluxo potente de ideias. Você incluso. Então, sua mente se devora em questões. "*Será que me perdi?*" Sabendo que já esteve triste, recorda memórias que preferia esquecer. Uma lembrança bela, porém dolorosa, recai sobre seus ombros gentilmente. "*Um dia serei feliz?*" Questionando se alguma vez foi livre, sente-se cada vez mais aprisionado. Seja onde estiver — de frente ao espelho, a uma parede ou uma janela — sua mente indaga: "*Há um lugar para mim? Há alguma escapatória de tudo isso?*"

Com a mão entre os cabelos, perturbado, você continua: "*Que pensamentos são esses?*" Sorri, confuso, observando-se por fora. "*O que aconteceu comigo?*" Engole em seco. Ainda girando em perguntas, "*Onde estou com a cabeça?*", quando chegar ao ponto crítico de questionar a sanidade, a sua e a da sociedade, encontrará mãos vazias.

Para atender às perguntas — ou ignorar suas provocações —, existem no mundo infinitas possibilidades. Cabe a cada um escolher o caminho que trará os frutos de escolhas feitas por e para si. Há quem, ao alcançar esse ponto-limite, recorra ao outro e tente encontrar a si mesmo na interpessoalidade. *"Alguém pode me entender?"*

Em contrapartida, existem os que irrompem e buscam o feio e o belo dentro de si e do mundo. Estendem as mãos às artes — seja através do consumo, seja por meio de sua produção mais pura. Aqueles que atravessam a porta estreita desse caminho podem encontrar respostas para essas e outras perguntas, voltando-se ao âmago. *"Pra que serve tudo isso, se não posso suportar estar aqui?"*

Foi esse o caminho trilhado por mulheres e homens, em tempos e cenários distintos — e, estranhamente, ainda semelhantes. Maura Lopes Cançado encontrou na escrita o passo necessário para compreender a vida, escrevendo a si mesma, suas memórias e os caminhos que precisava seguir.

Este ensaio tem como objetivo analisar as relações entre memória, loucura e escrita de si na obra de Maura Lopes Cançado, tomando como referência os debates propostos por Michel Foucault e Judith Butler acerca da constituição do sujeito, dos regimes de verdade e das possibilidades de narrar a própria experiência. Busca-se compreender de que maneira a escrita produzida em situação de confinamento psiquiátrico transforma a memória em um espaço de elaboração subjetiva e, simultaneamente, em uma forma de registro histórico. Serão exploradas as relações entre memória, sanidade, tempo e construção da História, investigando como a narrativa de si pode tensionar as fronteiras entre testemunho, literatura e documento histórico.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a mineira Maura Lopes Cançado esteve internada em diferentes instituições psiquiátricas brasileiras. Sua experiência no Hospital Pedro II, no Rio de Janeiro, foi registrada em textos que mais tarde comporiam *Hospício é deus: Diário I*, publicado em 1965. Distante de uma simples narrativa autobiográfica, sua escrita emerge em um contexto marcado pela vigilância institucional e pela produção de discursos psiquiátricos que buscavam definir, interpretar e controlar a experiência da loucura.

É nesse ponto que as reflexões de Foucault se tornam fundamentais. Em sua análise da constituição histórica da loucura, o autor demonstra que o hospício não opera apenas como espaço de exclusão, mas também como dispositivo de produção de saberes e verdades sobre os sujeitos. A experiência narrada por Maura encontra-se atravessada por essas estruturas

discursivas, que determinam quem pode falar, o que pode ser dito e quais formas de experiência podem ser reconhecidas como legítimas.

Ao mesmo tempo, a escrita de Cançado evidencia os limites de qualquer tentativa de produzir um relato plenamente coerente de si. Nesse sentido, o diálogo com Butler permite compreender a subjetividade não como uma identidade transparente e estável, mas como resultado de relações sociais, normas e enquadramentos que antecedem o próprio sujeito. A memória, longe de reconstruir um passado íntegro, surge marcada por lacunas, repetições e deslocamentos que revelam a impossibilidade de uma narrativa totalizante do eu.

Ainda hoje, a obra de Maura Lopes Cançado ocupa um lugar singular nos estudos sobre literatura, memória e loucura. Seus textos preservam experiências frequentemente excluídas dos arquivos institucionais e dos relatos oficiais sobre a história da psiquiatria brasileira. Ao transformar a experiência manicomial em narrativa, a autora produz não apenas um exercício de escrita de si, mas também uma forma de elaboração histórica capaz de registrar vozes e vivências tradicionalmente silenciadas.

A engrenagem do silêncio: regimes de verdade sobre a desrazão.

Quando a sanidade de alguém é posta em questão, o caminho para a exclusão torna-se simples: o insano é separado do "normal". Michel Foucault, em sua obra *A História da Loucura na Idade Clássica*, propõe uma inflexão sobre o entendimento histórico da loucura na tradição ocidental. Ele não a reduz a uma mera condição médica ou disfunção objetiva, mas a vê como um fenômeno histórico vinculado às práticas sociais de exclusão e disciplinarização dos corpos. Entre os séculos XVII e XVIII, no período clássico, a loucura foi progressivamente dissociada da razão e confinada em instituições junto a marginalizados, formando o "grande internamento". Esse confinamento não tinha como objetivo a cura, mas sim a segregação do louco do convívio social, pois sua presença representava uma ameaça à ordem moral e racional da sociedade. Assim, a loucura era entendida menos como doença e mais como ruptura ética e política, tratada com silêncio e isolamento.

No século XIX, a medicalização da loucura emerge com o fim do regime de exclusão clássica e o avanço da psiquiatria como saber institucional. A loucura passa a ser diagnosticada e tratada dentro das instituições psiquiátricas, transformando-se na *maladie mentale* (doença mental).

Segundo Foucault, essa mudança não indica progresso, mas sim uma nova forma de dominação: o louco deixa de ser simplesmente excluído socialmente e passa a ser objeto de saber, capturado pela medicina, perdendo a voz em nome da terapêutica. Como ele destaca:

Agora, pelo contrário, é através da loucura que o homem, mesmo em sua razão, poderá tornar-se verdade concreta e objetiva a seus próprios olhos. Do homem ao homem verdadeiro, o caminho passa pelo homem louco [...]. O paradoxo da psicologia ‘positiva’ do século XIX é o de só ter sido possível a partir do momento da negatividade [...]. A verdade do homem só é dita no momento de seu desaparecimento; ela só se manifesta quando já se tornou outra coisa que não ela mesma (Foucault, 2025, p. 51)

Nesse ponto, a questão do sujeito se desloca para a forma como ele é produzido como objeto de discurso. É aqui que a noção de escrita de si, desenvolvida por Foucault em seus estudos tardios, torna-se fundamental: o sujeito não é algo que se constitui historicamente por práticas de subjetivação. Em seus textos sobre ética e cuidado de si, Foucault mostra que a escrita — diários, cartas, exercícios de reflexão — não é apenas expressão de um eu pré-existente, mas uma técnica de constituição do próprio sujeito. Nesse sentido, escrever é uma prática ativa de produção de si, uma forma de se reinscrever fora ou contra os regimes de verdade que tentam fixar identidades. Diante dos dispositivos disciplinares que definem o louco como objeto de saber, a escrita pode operar como prática de resistência, ainda que nunca completamente exterior ao poder.

Judith Butler radicaliza esse deslocamento ao recusar qualquer ideia de sujeito anterior à linguagem. Para ela, o “eu” é o efeito reiterado de normas sociais que o antecedem. A subjetividade não se constitui fora do poder, mas através dele, em um processo contínuo de performatividade, reiterando práticas discursivas que produzem aquilo que chamamos de identidade. Nesse sentido, a escrita de si pode ser entendida, para além de mera transparência autobiográfica, como um campo de repetição e deslocamento das normas que tornam possível o próprio dizer de si.

A performatividade, em Butler, é um ato involuntário, uma citação reiterada de normas que produzem efeitos de realidade. Disso depreende-se que a agência do sujeito não ocorre de forma autônoma às estruturas sociais, visto que ele é continuamente constituído por elas. No entanto, é justamente na repetição dessas normas que surge a possibilidade de falha, deslocamento e reinscrição. Toda norma depende de sua repetição para existir, e toda repetição abre margem para variação. É nesse intervalo que se inscreve a possibilidade de resistência.

A articulação teórica adensa-se a partir do conceito de precariedade formulado por Judith Butler. A autora argumenta que a vulnerabilidade ontológica é distribuída politicamente de forma desigual pelos regimes de poder, de modo que apenas determinados corpos gozam do estatuto de inteligibilidade, amparo e luto público. Sob essa ótica, a loucura — e as demais manifestações categorizadas como desvio — configura-se como uma expressão da existência cuja legitimidade social é sumariamente negada pelas matrizes normativas de reconhecimento.

O ato de reconhecer prescinde da neutralidade. Constituindo, em contrapartida, o mecanismo que chancela a emergência do sujeito no tecido social. Essa validação opera invariavelmente no interior de enquadramentos normativos que estipulam as fronteiras da racionalidade, da saúde e da própria humanidade. Consequentemente, as instâncias que tensionam ou escapam a essas molduras — a exemplo do sujeito diagnosticado como louco na engrenagem psiquiátrica mapeada por Michel Foucault — sofrem um processo de desumanização, sendo relegadas a uma zona de inteligibilidade parcial e capturadas estritamente pela chave da patologia.

Nessa convergência teórica, a análise foucaultiana acerca das condições históricas que erigiram a loucura como alteridade radical se complementa pela tese de Butler sobre a constituição discursiva da subjetividade. Ambas as perspectivas operam o descentramento do sujeito autônomo e demonstram a dimensão produtiva do poder, o qual engendra modalidades de vida, de linguagem e regimes de verdade que precedem e delimitam a agência individual.

Essa fricção entre a subjetividade e as matrizes normativas ganha contornos históricos precisos quando observada na engrenagem asilar. A argumentação de Eduardo Sugizaki retoma a morfologia do panóptico benthamiano justamente para demonstrar essa inflexão disciplinar da medicina na modernidade. A corporação médica passa a operar como uma instância de vigilância e exame, cuja prerrogativa central é normatizar e intervir nas condutas desviantes sob a chancela da racionalidade, da moral e da salvaguarda da saúde pública. Esse dispositivo atua em consonância com outras engrenagens disciplinares — tais como as prisões, as escolas e os quartéis —, que convergem para a modelagem de corpos economicamente produtivos e politicamente dóceis. Conforme apontam Sugizaki e Roberto Machado, o escopo da teorização foucaultiana transcende a mera historiografia da loucura, fornecendo os subsídios críticos necessários para compreender os modos de produção dos saberes modernos e os mecanismos de legitimação de seus poderes.

A abordagem genealógica desvela, por conseguinte, as estruturas de exclusão e de violência simbólica que postulam o sujeito demente como a alteridade negativa da razão. Esse movimento analítico problematiza a suposta neutralidade das ciências biomédicas e expõe o investimento político concentrado nos agentes autorizados a emitir o diagnóstico da loucura — sejam clínicos, magistrados ou cientistas. A desnaturalização desses discursos normativos sobre a diferença viabiliza o tensionamento das fronteiras da sanidade, fraturando o monólogo institucional para que se integrem à análise as narrativas historicamente silenciadas.

Essa visibilidade conferida às margens do arquivo encontra na linguagem um terreno ambivalente: ao delimitar e produzir exclusões, o tecido discursivo igualmente resguarda fissuras propícias para a reinscrição do sujeito. Configura-se aí o núcleo de convergência entre Foucault e Butler. A escrita de si, interpretada enquanto técnica de constituição da subjetividade, tenciona as disputas normativas do campo social, de modo que a identidade abdica de qualquer fixidez essencialista para se situar como um constructo instável, permanentemente atravessado pelos regimes de reconhecimento que estipulam as condições de inteligibilidade da vida humana.

É justamente nessa zona de instabilidade e disputa linguística que a escrita da desrazão transborda o estatuto puramente autobiográfico para se constituir como uma prática narrativa híbrida, operando na chave da autoficção conceitua por Serge Doubrovsky. Ao borrar as fronteiras entre a precisão factual da memória e a potência reconstrutiva da invenção, essa modalidade de escrita fratura o pressuposto de um sujeito unificado e transparente a si mesmo, convertendo o trauma e o confinamento em laboratórios de experimentação estética e subjetiva. Longe de figurar como um mero sintoma clínico ou um registro passivo do cotidiano asilar, o gesto de narrar a si mesmo a partir do avesso da razão constitui, nos termos de Paul Ricœur, uma forma de dar inteligibilidade e configuração ao tempo vivido. A narrativa literária atua, assim, como uma instância mediadora capaz de reorganizar a experiência temporal fragmentada pela dor institucional, permitindo que a subjetividade se reinscreva na história não como objeto de um prontuário médico, mas como agente de seu próprio sentido. Essa reinscrição, contudo, não busca uma conciliação harmoniosa com o real, mas assume a descontinuidade e a ruptura como eixos estruturantes de uma nova legibilidade histórica. Sob a ótica de Walter Benjamin, a fragmentação textual deixa de ser uma falha formal para se consolidar como a própria fisionomia da experiência histórica dos vencidos, cujos estilhaços de memória desafiam a linearidade e o progresso das narrativas oficiais. Escrever o confinamento traduz-se, portanto, no esforço

metodológico proposto por Michel de Certeau: uma escrita que se faz escuta do ausente, um espaço textual onde os silêncios historicamente produzidos pelas engrenagens institucionais ganham corpo e voz. Confrontado com o isolamento do hospício, esse dizer tensiona os limites da própria linguagem ordinária, aproximando-se daquilo que Maurice Blanchot compreende como a experiência limite do indizível.

Nas fraturas de um discurso que tateia o vazio e a exclusão radical, a literatura desestabiliza o monopólio do arquivo historiográfico tradicional e afirma o direito à linguagem, transformando o delírio e a dor em potências de resistência e em conhecimento histórico sensível.

No quadrado de Maura: Onde a loucura escreve?

Em trópicos infelizes, Maura Lopes Cançado apresentava uma realidade similar, mas, ao mesmo tempo, oposta. A escrita de *Hospício é deus: Diário I* foi marcada por diversas internações e situações complexas em torno das vivências da autora. Ao abrir as páginas de seu diário, somos confrontados pela familiaridade de sua realidade.

A autora inicia sua obra escrevendo sobre sua infância, onde era tida como uma menina cheia de medos e muito rica. A oscilação entre extremos é comum em toda sua obra, nesse momento inicial está marcada pelo estranhamento do ambiente da casa de sua família, os medos e abusos que sofreu – foi abusada sexualmente enquanto criança por mais de um funcionário de seu pai –, e a riqueza, emocional e material, sendo essa descrita de forma quase opulenta, desse lugar.

Registra-se também o momento de sua transferência para Belo Horizonte, cidade para onde partiu com o objetivo de estudar, repetindo a trajetória de sua irmã mais velha. Sua vida boêmia e suas dificuldades também são tratadas pela autora. A narrativa toma força com a própria internação da autora e suas primeiras impressões sobre o ambiente hospitalar, que ela descreve como um espaço paradoxal — ao mesmo tempo em que deveria ser um lugar de cura, torna-se um lugar de confinamento, isolamento e violência simbólica e física. Maura destaca o papel da instituição como uma forma de controle social, onde os corpos e as vozes dos internos são reprimidos, e onde a loucura é encarada mais como uma ameaça a ser dominada do que como uma condição humana a ser compreendida.

Maura Lopes Cançado desde cedo demonstrou grande sensibilidade e inteligência. Criada em uma família tradicional e rural, cresceu entre as tensões da religiosidade, do autoritarismo e da repressão emocional. Ainda jovem, começou a apresentar sinais de sofrimento psíquico, sendo internada pela primeira vez em um hospital psiquiátrico aos 18 anos. Viajou ao Rio de Janeiro para estudar Direito, mas sua vida logo se dividiu entre períodos de produção literária intensa e sucessivas internações. A experiência nos manicômios marcou profundamente sua trajetória, ao mesmo tempo em que alimentava sua escrita com observações agudas sobre a loucura, a exclusão e o feminino. Muito antes de alcançar qualquer reconhecimento, Maura já lutava para afirmar sua identidade e sua voz em um mundo que tentava silenciá-la — dentro e fora dos hospitais.

As relações entre Maura, seu filho, sua família, outras internas, médicos – em especial Dr. A., psiquiatra casado com quem tinha uma relação limerente e apaixonada – e, enfermeiras perpassam muitas questões que devoram, pouco a pouco, a autora e seus leitores.

Ao longo do livro, Maura apresenta relatos vivos das rotinas no hospício: as interações entre pacientes, as práticas médicas arcaicas e muitas vezes crueis, a ausência quase total de respeito à individualidade e à dignidade dos internados. Ela descreve episódios de abuso, negligência e humilhação, mas também momentos de solidariedade e resistência entre as mulheres. A autora não se limita a narrar sua própria história, mas incorpora as vozes e experiências das companheiras de hospital, criando um coro plural que denuncia a opressão manicomial.

Um tema central é a crítica à maneira como a loucura feminina foi historicamente patologizada como uma forma de controlar as mulheres que fugiam das normas sociais. Maura expõe como comportamentos considerados "desviantes" — como expressar emoções fortes, questionar a autoridade ou recusar os papéis tradicionais — eram rapidamente rotulados como doença mental, justificando o confinamento. Essa crítica se entrelaça com reflexões sobre a identidade feminina, a violência patriarcal e a invisibilidade social das mulheres internas.

O livro também traz uma dimensão literária muito rica, pois a escrita de Maura combina o relato documental com um lirismo intenso, misturando prosa e poesia para traduzir as angústias e esperanças das mulheres que habitam o hospício. Sua linguagem direta e poderosa transforma a experiência da loucura em um testemunho comovente e urgente, capaz de sensibilizar e mobilizar o leitor para a causa da reforma psiquiátrica e dos direitos humanos.

Nas últimas partes da obra, Maura Lopes Cançado aponta para a necessidade de uma transformação radical do sistema de saúde mental brasileiro, defendendo a humanização do tratamento, o respeito à diversidade das experiências psíquicas e a reintegração social dos pacientes. Ela antecipa muitos dos debates da luta antimanicomial que ganharia força nas décadas seguintes, posicionando-se como uma voz pioneira e fundamental na crítica ao modelo manicomial.

Sendo assim, "*Hospício é deus*" é tanto uma denúncia quanto uma afirmação de vida. Mesmo diante das condições adversas e da brutalidade institucional, a autora resiste através da escrita, da memória e do afeto compartilhado. Sua obra permanece um documento essencial para compreender as raízes da luta por direitos das pessoas com transtornos mentais no Brasil, além de um retrato doloroso e belo da condição humana em sua fragilidade e força.

A autora é hoje considerada uma figura singular e potente da literatura brasileira, embora seu reconhecimento ainda esteja em processo de consolidação. Sua escrita é visceral, lúcida e inquietante, desafiando as fronteiras entre sanidade e delírio, verdade e literatura. Apesar de ter publicado pouco, sua obra foi redescoberta por novos leitores e estudiosos que a reconhecem como uma das mais corajosas e intensas vozes femininas do século XX no Brasil. Hoje, ela é lida não só como uma escritora, mas como uma testemunha rara da experiência da loucura.

A representação do insano na escrita de Maura Lopes Cançado, especialmente em *Hospício é deus*, rompe de forma profunda com os moldes tradicionais de identidade, narrativa e racionalidade. Ao repetir determinadas imagens e interromper abruptamente a linearidade temporal, Maura cria uma sintaxe marcada pela descontinuidade. Em vez de organizar o trauma retrospectivamente, sua escrita mantém a experiência em estado de reaparecimento contínuo. Sua linguagem é atravessada por um esforço de sobrevivência, uma escrita que se impõe como resistência frente à opressão institucional do hospício e da lógica normativa da sociedade. A autora se constrói como personagem autoficcional, e essa operação de linguagem desestabiliza os limites entre autora e narradora, entre experiência e ficção, fazendo da loucura não apenas um tema, mas uma gramática própria. O delírio, nesse sentido, não é desarticulação, mas um sistema coerente, uma língua nova, vivida e moldada nas fissuras da linguagem ordinária e da norma.

Essa escrita do confinamento ganha contornos ainda mais radicais em *O Sofredor do Ver*, publicado em 1968, a segunda e última obra publicada pela autora. Se em seu livro de estreia a autora se ancora na estrutura aparentemente documental do diário, nesta coletânea de contos ela

transborda para uma ficcionalização explícita, embora invariavelmente atravessada pelas mesmas obsessões: o isolamento, a crueza institucional e a impossibilidade de reter uma identidade íntegra. O sofrimento aqui não é apenas sentido, mas visualizado, esmiuçado por uma sensibilidade quase cirúrgica que transforma o próprio ato de enxergar o mundo e a si mesma em um fardo insolúvel. É nessa transição para a ficção que Maura demonstra como a literatura se torna sua verdadeira prática de história; ao abdicar do compromisso com o relato factual do prontuário ou do cotidiano asilar, a mineira passa a narrar a verdade profunda da fratura psíquica, tensionando os limites entre o delírio criativo e o diagnóstico clínico.

O ápice dessa espacialização do trauma manifesta-se no conto *No Quadrado de Joana*, peça-chave de muitas análises sobre Maura. Na narrativa, o "quadrado" emerge não apenas como o pátio físico do hospício, mas como uma estrutura mental de defesa contra a iminência do colapso: Joana marcha rigidamente de ângulo a ângulo, retesando as costas feito lâminas e buscando a proteção do muro contra a ameaça sinuosa das curvas, das lembranças e dos rostos redondos que a cercam. A tentativa obsessiva de manter-se "plana-lisa-justa", desenhando números retos no muro e rejeitando a "perdição" das nuances, revela um esforço desesperado de autodefesa epistêmica. No entanto, a impossibilidade de operar fora da linguagem ordinária — uma "linguagem inadequada" que a sufoca — culmina em sua ruína física e mental perante a ordem institucional. Quando Joana finalmente desmorona e ruí, a engrenagem psiquiátrica emite sua última sentença, cristalizando o sujeito em uma palavra nova e exterior: "Catatônica".

Desse modo, o confinamento cançadeano em *No Quadrado de Joana* condensa de forma definitiva a encruzilhada teórica proposta por Foucault e Butler. O quadrado representa, por um lado, o enquadramento limite da norma médica que desumaniza o sujeito, destituindo-o de instrumentos próprios de expressão e relegando-o ao silêncio da pedra. Por outro lado, constitui o local exato da falha produtiva do poder e da resistência pelo avesso: ao tentar medir silabicamente a palavra que lhe foi imposta — "CA-TA-TÔ-NI-CA" —, a personagem busca o princípio de uma nova língua nas próprias fraturas do seu desmoronamento. Ao registrar essa gramática da rigidez e do colapso, Maura Lopes Cançado não busca uma conciliação terapêutica com o real, mas faz da própria clausura um documento histórico radical. A loucura abdica do estatuto de mudez clínica imposto pela instituição para assumir, através da escrita, o controle de sua própria historicidade, inscrevendo-se de maneira indelével nas fissuras do arquivo literário brasileiro.

A escrita da mineira é, portanto, como apontam críticas como Márcia Custódio, uma "repetição do diferente", levando o leitor a observar cada retorno ao passado, cada memória, cada fragmento repetido no diário não visa restaurar uma identidade, mas dissolvê-la, criando um espaço de diferença onde o sujeito não é mais fixo, mas uma multiplicidade em movimento. Segundo Custódio (2023, p. 111), "a língua se faz corpo autônomo, seguindo o fluxo próprio de uma língua transgressora, com ritmo e som da resistência", evidenciando que a linguagem da autora não apenas expressa a loucura, mas também a materializa como forma de escrita. Essa fragmentação, longe de ser uma falha, é potência: Maura recusa a unidade do eu, recusa ser apenas paciente, apenas escritora, apenas mulher. Através de sua escrita, ela constrói uma subjetividade que se desdobra em tensão permanente com a exclusão social e psiquiátrica que sofreu, tornando-se expressão radical de uma literatura do avesso, do não lugar.

A linguagem empregada por Maura é um corpo em convulsão, tensionado por uma experiência vivida do hospício que é além de cenário, personagem. O hospício, em sua escrita, é uma entidade que age, submete, arranca e devolve o coração em outra forma. Ao personificar a instituição manicomial, Maura reconfigura o espaço como produtor de subjetividades mutiladas, mas também como lugar de resistência onde a palavra sobrevive. Suas descrições dos métodos psiquiátricos, dos abusos físicos, da sexualização das pacientes, mostram como o corpo da mulher insana era o ponto de interseção entre violência e controle. A escrita, por isso, não é um exercício estético, mas um ato vital, uma maneira de existir fora das grades – ou apesar delas.

A recusa de Cançado em se adequar às expectativas da crítica literária e da intelectualidade de seu tempo também revela o caráter transgressor de sua obra. Enquanto a literatura brasileira de sua época tendia à valorização de projetos engajados ou esteticamente experimentais sob critérios formais, Maura propunha uma escrita do excesso, da dor, do corpo e da *desrazão*. Essa escrita, por vezes incoerente, por vezes vertiginosamente lúcida, quebra o pacto da representação, pois não se trata de mostrar o louco, mas de escrever como louca, e mais ainda, como alguém que se reconhece e se afirma na condição de loucura. Ao fazer isso, Maura reivindica o direito à linguagem, ao delírio e ao pensamento por vias não hegemônicas, inscrevendo-se como uma das primeiras mulheres da literatura brasileira a fazer da loucura um projeto estético e político.

Por fim, a escrita de Maura Lopes Cançado não é caracterizada por uma busca de consolo nem de redenção. Sua autoficção, o trauma é repetido como pulsação, muito além de um sintoma. É o motor que escreve. O diário se torna, portanto, lugar de multiplicação do eu, de transgressão

da memória e de criação de uma língua que não representa, mas que se movimenta, que pulsa, que arrebenta. *Hospício é deus: Diário I* é a afirmação dessa estética do inconformismo, onde o insano deixa de ser objeto para tornar-se voz. Nesse movimento, Maura denuncia, subverte e cria – sua loucura, assim, passa do diagnóstico que lhe foi imposto, para a matéria-prima de uma das mais vigorosas críticas à racionalidade excludente do século XX brasileiro.

Conclusão: escrita, resistência e delírio.

A análise de *Hospício é deus: Diário I* demonstra que a escrita de si em Maura Lopes Cançado se constitui no cerne de uma experiência estruturada pela fratura entre o reconhecimento social e a exclusão institucional. As indagações fundamentais que inauguram este ensaio — condensadas no limiar do questionamento da sanidade e na busca por um lugar de pertencimento diante do espelho, da parede ou da janela — não encontram uma resolução apaziguadora. Elas assinalam, diversamente, o ponto crítico em que o sujeito constata a insuficiência dos códigos discursivos vigentes para significar a própria vivência. O horizonte do encontro consigo, portanto, não resulta em uma identidade unificada, mas na confrontação com o esvaziamento das certezas existenciais e com a incompletude inerente à linguagem.

Nesse panorama, o ato de escrever configura-se como prática de elaboração subjetiva acionada precisamente no momento de desagregação do eu. A narrativa de Cançado abdica de uma ordenação cronológica ou de uma ordenação linear do vivido; articula-se por meio de descontinuidades e lacunas que evidenciam o caráter movediço da memória. Sob a perspectiva teórica de Michel Foucault, essa produção textual emerge tensionada pelos dispositivos de saber-poder que organizam o espaço asilar, nos quais o hospício opera como instância de delimitação, vigilância e normatização da loucura. A instituição psiquiátrica intervém não apenas na ordenação dos corpos encarcerados, mas condiciona as próprias condições de enunciação, chancelando quais relatos detêm o estatuto de verdade e quais são delegados ao silenciamento.

A essa dinâmica imbrica-se a formulação de Judith Butler concernente à opacidade inerente ao relato de si. Uma vez que o sujeito é precedido por normas e enquadramentos sociais que viabilizem sua inserção na linguagem, qualquer esforço de autorrepresentação esbarra na impossibilidade de uma transparência originária. Na obra de Cançado, esse limite se acentua, pois a alteridade e a alienação mental já se encontram previamente codificadas pelo discurso médico-jurídico da época. A escrita do diário capta e tenciona essa fricção: Maura enuncia a partir

do lugar da interdição manicomial, subvertendo a posição de objeto de análise clínica para se inscrever como sujeito de sua própria historicidade.

Desse modo, a produção literária de Maura Lopes Cançado afasta-se de intuitos puramente confessionais, terapêuticos ou de uma recomposição idealizada da psique. A escrita funciona como vetor de fixação e permanência diante da iminência do apagamento institucional. Ao converter o confinamento em matéria estética e documental, a autora rasura o monopólio arquivístico da psiquiatria tradicional. O "caminho estreito" postulado no início desta discussão — caracterizado pela oscilação entre a busca pelo outro e a irrupção da escrita — revela-se como o recurso viável para suportar a permanência no mundo e habitar o confinamento. Longe de solucionar o ponto-limite da angular angústia inicial ou de fornecer respostas definitivas para a dispersão do eu, *Hospício é deus* formaliza a possibilidade de sustentar a palavra no interior do colapso, consolidando-se como testemunho histórico e literário de resistência epistêmica.

Espiralizando sem motivo, nossas mãos mundanas se precipitam para cima. Rogam bênçãos, clamam ajuda ou buscam o ar. São tempos sórdidos. Volta-se ao reflexo. Os olhos acompanham, e se despedem. Iconoclastas, estamos desmontando e reconstruindo tudo o que criamos ao redor desse deus narcísico. Enfeitiçados entre os muitos reflexos, das muitas sombras e incertezas que nos cercam, há certo mistério ao segurar uma caneta. Abdicar um pouco de si e criar — ou seria melhor descobrir? — um “eu”. Então, sua mente se devora em questões. E é luxuriante o que vai se seguir. Livre. Estará livre. Suavemente derretendo debaixo da língua um conjunto de palavras. Gentilmente aceitando que, sim, *"Estou ficando maluco"*. Sorriso malicioso, no canto da boca.

Referências bibliográficas:

- ARAÚJO, Cinara de. **Tinha medo de ver, num mesmo olhar, um trem e um passarinho**: a escrita íntima em Maura Lopes Cançado [manuscrito]. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- BATISTA, Micheline Dayse Gomes. **Breve história da loucura, movimentos de contestação e reforma psiquiátrica na Itália, na França e no Brasil**. Política & Trabalho, n. 40, 2014.
- BATISTA, Daniele Aparecida. **Loucura**: a temática que constrói o discurso da obra *Hospício é deus*, de Maura Lopes Cançado. 2010.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUTLER, Judith. Responsabilidade. In: BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 109-171.

CANÇADO, Maura Lopes. **Hospício é deus**: Diário I. Companhia das Letras, 2024.

CUSTÓDIO, M. M. Correia; JARDIM, A. F. Literatura e loucura: a inserção do hospício no espaço literário com Maura Lopes Cançado. Pontos de Interrogação – **Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas-BA: Laboratório de Edição Fábrica de Letras - UNEB, v. 3, n. 1, p. 83–98, 2015. DOI: 10.30620/p.i.v3i1.1568. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/1568[https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/1568]. Acesso em: 22 maio 2026.

CUSTÓDIO, Márcia Moreira. “Hospício é deus”: a diferença na repetição de Maura Lopes Cançado. **Revista A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 24, n. 1, p. 107–118, dez. 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.13102/cl.v24i1.7823[http://dx.doi.org/10.13102/cl.v24i1.7823]. Acesso em: 22 maio 2026.

DAPUZZO, Ornella Erdós; CORONEL, Luciana Paiva. Espiral ascendente e Hospício é deus: Maura Lopes Cançado e a escrita de resistência. **ABRALIC**. Experiências Literárias experiências contemporâneas, XV, Rio de Janeiro, 2017.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si (1983). In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2025. p. 141-157.

NORONHA, Jovita Maria Gerheim et al. **Ensaio sobre a autoficção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCARAMELLA, Maria Luisa et al. **Narrativas e sobreposições: notas sobre Maura Lopes Cançado**. 2010. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280706>. Acesso em: 22 maio 2026..

SUGIZAKI, Eduardo. O campo discursivo da história da loucura. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**, v. 11, n. Fluxo Cont, p. 1-18, 2020.

“Não se pode ser real sozinho”: a heteronomia e as transformações na figuração do eu na obra de Fernando Pessoa

José Eduardo Landim

Mestrando em História

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Bolsista CAPES

zelandim@gmail.com

Resumo: A apresentação propõe uma reflexão sobre o modo como a heteronímia é construída na obra de Fernando Pessoa, bem como sobre as implicações desse procedimento para as noções de “eu” e de autoria nesta. Para isso, recorre-se tanto aos poemas do autor e de seus heterônimos quanto a outros gêneros textuais, dentre estes se destaca a chamada “carta triunfal”, documento em que o poeta narra o suposto dia em que teriam surgido seus heterônimos mais conhecidos: Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos e a disposição dramática do autor para sair de si mesmo. A partir desse conjunto, a apresentação busca analisar as implicações desse fenômeno para sua literatura, ao mesmo tempo em que procura compreender como a dinâmica singular inventada por Pessoa instaura um jogo ficcional que ultrapassa os limites estritamente textuais. Além disso, considerando que grande parte da obra pessoana foi publicada postumamente, retoma-se a trajetória arquivística de descoberta e edição de novos textos que se deu nos anos após sua morte, mas que se intensificou muito a partir da década de 1980, com trabalhos como o de Ivo Castro e de Teresa Rita Lopes, em seu livro Pessoa por conhecer. Destaca-se ainda que esse processo de descoberta da obra permanece em andamento, como evidencia a publicação recente, em 2022, da biografia do autor escrita por Richard Zenith. Nesse sentido, observa-se um movimento particular em que a interpretação crítica da obra se entrelaça com a própria descoberta de seus textos e, no caso de Pessoa, de novos autores. Na tentativa de elaborar as maneiras como a obra de Pessoa propõe uma série de problematizações da noção de “eu”, recorre-se tanto à crítica pessoana, quanto à referências da antropologia, como Marcel Mauss, da sociologia, como Georg Simmel, e da própria literatura em busca de uma chave de leitura que permita uma elaboração de como a noção pode ser pensada ao longo da obra. Assim, a apresentação buscará sustentar a hipótese segundo a qual a heteronomia, embora singular, não diz respeito apenas a um procedimento estético isolado, mas pode ser entendida como uma resposta literária a mudanças históricas mais amplas no modo como a subjetividade passou a ser concebida no período.

Palavras-chave: literatura portuguesa; heteronímia; autoria; subjetividade

A carta triunfal

No ano de sua morte, 1935, Fernando Pessoa escreve uma carta para o jovem crítico Adolfo Casais Monteiro que se tornaria um marco da crítica e um documento central para a

interpretação de toda a sua obra. Nela, o poeta descreve “o dia triunfal de sua vida” (PESSOA, 1986), 8 de Março de 1914, no qual teria escrito “trinta e tantos poemas a fio” (Ibid.) e a partir dos quais teria se dado a descoberta de uma importante característica de sua obra: a heteronímia. Afirma Pessoa: “E o que se seguiu foi o aparecimento de alguém em mim, a quem dei desde logo o nome de Alberto Caeiro. Desculpe-me o absurdo da frase: aparecera em mim o meu mestre.” (Ibid.) No documento, ele conta ainda que nesse mesmo dia teria escrito também outros tantos poemas em seu próprio nome, em uma “reação de Fernando Pessoa contra a sua inexistência como Alberto Caeiro.” (Ibid.)

Embora o dia triunfal, no momento da escrita, tivesse se passado já há mais de 20 anos, é como se a ação transcorresse ali novamente enquanto a carta é narrada. Por exemplo no momento seguinte, em que, uma vez descoberto Caeiro, seu mestre:

“tratei logo de lhe descobrir — instintiva e subconscientemente — uns discípulos. Arranquei do seu falso paganismo o Ricardo Reis latente, descobri-lhe o nome, e ajustei-o a si mesmo, porque nessa altura já o via. E, de repente, e em derivação oposta à de Ricardo Reis, surgiu-me impetuosamente um novo indivíduo. Num jacto, e à máquina de escrever, sem interrupção nem emenda, surgiu a Ode Triunfal de Álvaro de Campos — a Ode com esse nome e o homem com o nome que tem.” (Ibid)

Dessa maneira, esta carta — que mais tarde ganharia o apelido de “carta triunfal” pela crítica pessoana — narra a maneira como teria se dado mais do que a invenção dos heterônimos, seu descobrimento por Pessoa: trata-se de algo que escapa ao controle do poeta.

Chama atenção, também, já nesse primeiro momento, que a escrita da carta espelha aquela dos primeiros poemas heteronímicos, que teriam sido escritos às pressas num jato, sem interrupção ou sem emenda. Hoje, no entanto, sabemos que isso não é verdade e que tanto os poemas dessa primeira série de Alberto Caeiro, quanto dos outros heterônimos e a própria carta tiveram algumas versões diferentes e foram trabalhados por um período bem mais longo do que o relato dá a entender.

Contudo, mesmo após a narrativa ter sido parcialmente desmentida, a carta permaneceu como um importante ponto de análise da obra do poeta. Pois, mesmo sem se tratar de um simples relato do acontecido, se é que tal coisa existe, a carta pode também ser lida como a construção de uma narrativa criada pelo próprio autor a respeito de sua obra.

Lembremos: Fernando Pessoa morreria apenas alguns meses depois de enviá-la à Casais Monteiro de uma cirrose hepática que já comprometia sua saúde no momento da escrita, e,

portanto, tal como indica Joana Matos Frias (2025), era muito provável que houvesse na mente do poeta uma intenção de deixar à posteridade sua própria versão a respeito de sua obra, e que em sua maioria ainda não havia sido publicada naquele momento. Esta hipótese da preocupação com a posteridade torna-se ainda mais plausível ao notarmos que é em seus últimos anos de vida, que Pessoa conclui o projeto de *Mensagem*, e consequentemente publica seu primeiro e único livro em vida, mas também o momento em que retoma a escrita do seu *Livro do Desassossego*, abandonado a mais de uma década até então. Trata-se, portanto, de um dos períodos mais produtivos da vida de Pessoa.

Mas voltemos à carta. Nela, temos que os textos heteronímicos seriam aqueles escritos como alguém diferente de si, e que buscariam dar conta da “disposição dramática do autor para sair de si mesmo e se tornar outras pessoas” (PIZARRO, 2023). Esses textos se diferenciariam das obras escritas e assinadas pelo próprio Pessoa, que por oposição passaram a ser chamadas por ele mesmo de obras ortônimas, como são os poemas que relata ter escrito depois da sequência inicial na carta.

Chama a atenção no relato, que os heterônimos teriam surgido primeiro como escrita, e só depois como sujeitos. Primeiro os trinta e tantos poemas a fio e depois o homem que os escreveu: Caeiro. Primeiro a ode triunfal, depois Campos. *O homem com o nome que tem*. Nesse sentido, os três autores heteronímicos seriam como obras de suas obras. Ou como coloca Eduardo Lourenço em seu ensaio *Pessoa Revisitado*: “os poemas seriam criadores de autores fictícios e não o contrário”, e, portanto, indica o ensaísta, teriam o objetivo final de “prolongar o ato criador dos [próprios] poemas” (LOURENÇO, 2017, p.35) e não de enganar o leitor que poderia se pensar tratarem-se de vários autores verdadeiramente.

Além disso, vale dizer que eles — textos, nomes e sujeitos ficcionais — teriam surgido como uma reação em cadeia: um reagiria ao outro, num jogo de estímulos, negações e interações, quase como em uma equação química. Essas reações exigiriam, por sua vez, uma ação de Pessoa ortônimo, contra sua despersonalização. Dessa forma, ele estaria situado não ao lado de Caeiro, seu mestre, mas em condição de igualdade com aqueles outros dois discípulos que teriam surgido após o jato inicial.

Assim, Pessoa ao mesmo tempo autor e ortônimo, constrói sua obra a partir de um universo ficcional em que tudo aconteceria para além de qualquer vontade ou desejo seu. Pessoa,

tal como havíamos notado acima, em uma carta que explica sua obra faz questão a todo momento de ausentar-se da capacidade de explicá-la.

O autor já havia recorrido a um argumento parecido poucos anos antes, em 1928, na *Tábua Bibliográfica*, uma nota que apresentava sinteticamente a sua obra, assumindo, pela primeira vez de forma pública, a autoria de suas “obras heterônimas”. Nesse texto, Pessoa diz tratar-se de:

um drama em gente, em vez de em actos. [e completa] (Se estas três individualidades são mais ou menos reais que o próprio Fernando Pessoa — é problema metafísico, que este, ausente do segredo dos Deuses, e ignorando portanto o que seja realidade, nunca poderá resolver.). (PESSOA, 1993)

Esse descontrole do poeta diante da própria obra foi formulado de maneira oportuna, por Leyla Perrone-Moysés em seu livro *Fernando Pessoa: Aquém do Eu, Além do Outro* (2001), quando afirma que “O que se passa em Pessoa não é a multiplicação do mesmo em outros, mas o desencadeamento de uma alteridade tal que a volta ao Um se torna impossível” (PERRONE-MOISÉS. 2001, p.35) . Nessa lógica, a multiplicidade da obra pessoana não se daria por um simples ato de genialidade criativa a partir do qual uma voz se desdobra em várias, mas estaria ligada sobretudo a um *movimento emperrado*, a partir da qual o próprio Pessoa constata uma crise na maneira como se relaciona com sua obra, e na própria forma como diz eu.

Essa crise guarda certa semelhança com a análise proposta pelo historiador da literatura, Franco Moretti, no posfácio de seu livro *O Romance de Formação* (2020). Nele, Moretti analisa aquilo que teria sido uma importante transformação da cultura europeia nos primeiros anos do século XX, e que, por sua vez, teriam levado a uma crise do gênero dos romances de formação, analisados por ele ao longo do livro e que haviam circulado amplamente no continente europeu nos séculos XVIII e XIX

Para o autor, essa mudança teria se dado sobretudo por conta das transformações estruturais que ocorreram na sociedade europeia no período, como por exemplo o crescimento exponencial das grandes cidades e das instituições burocráticas. No entanto, esse processo teria chegado ao ápice com a primeira guerra mundial, a partir da qual, como afirma Moretti: “a socialização permanecerá inacabada, porque o indivíduo não se sentirá ‘em casa’ no mundo.” (MORETTI, 2020, p.347).

O diagnóstico realizado pelo historiador italiano guarda importantes semelhanças com aquilo que em outro momento de seu livro Perrone-Moisés chama da “consciência de uma despersonalização substancial” (PERRONE-MOISÉS. 2001, p.94) que caracterizaria o poeta

moderno. Assim, é possível traçar uma comparação entre a obra de Pessoa, e a noção de individualidade, de sujeito, de eu e, tal como aparece em outros autores da época que à sua maneira chegavam a questões próximas às de Pessoa, como Rimbaud, que em outra carta célebre da literatura, afirma que o eu é um outro (RIMBAUD, 2006), ou então T. S. Eliot, nascido no mesmo ano que Pessoa, que em um ensaio declara enxergar sua própria poesia como um ataque à “Teoria metafísica da substancial unidade da alma” (ELIOT apud PERRONE-MOISÉS. 2001, p.124).

Ao tratarmos de um estudo da noção histórica de sujeito, Marcel Mauss, em seus ensaios reunidos sobre essa noção, apresenta um ponto de partida teórico interessante. Neles, o antropólogo francês busca justamente apresentar maneiras que tornem possível estudar um tema tão amplo quanto o conceito de “pessoa”, “eu”, “indivíduo”, “sujeito” e etc.

Mauss convida-nos, acima de tudo, a considerar esta “categoria do espírito humano” não enquanto inata, mas enquanto uma construção que “lentamente surgiu e cresceu ao longo dos séculos e através de numerosas vicissitudes, de tal modo que ela ainda é, mesmo hoje, flutuante, delicada, preciosa, e passível de maior elaboração.” (MAUSS, 2015, p.369). Seu objetivo central é, portanto: “substituir uma visão ingênua de sua história e de seu atual valor por uma visão mais precisa” (Ibid). Muito importante também para ele é o reconhecimento do caráter particular, ou até mesmo excepcional, das ideias modernas ocidentais em relação ao tema.

Louis Dumont, que foi aluno de Mauss, no capítulo introdutório do livro *O Individualismo* (2000), desenvolve também uma interpretação à respeito da historicidade própria das concepções do “eu”. Dumont busca em muitos sentidos dar prosseguimento às hipóteses levantadas por Mauss em seus ensaios, embora ao mesmo tempo forneça algumas críticas que complexificam a análise original: “Em Mauss, ainda pode parecer que todo o resto para aí se encaminha: existem momentos em que um resto de evolucionismo vem coroar as descontinuidades, ainda que firmemente reconhecidas” (DUMONT, 2000, p.14).

O arquivo pessoano e a transformação da heteronímia

No entanto, um elemento que precisa ser trazido ao primeiro plano ao tratarmos da heteronomia, e a forma como Pessoa narra a invenção deste procedimento em seus últimos anos de vida, é a natureza póstuma da publicação de grande parte da obra. Pois se a carta seria

publicada alguns anos depois da morte de Pessoa, foi apenas a partir da década de oitenta, com o início de investigações exaustivas dos arquivos deixados por Pessoa, que pesquisadores puderam ter uma visão mais completa da obra deixada pelo autor (CASTRO, 2014).

Como em nenhum outro caso na história da literatura, o caminho singular da obra de Pessoa, para a qual dificilmente haverá um dia uma edição definitiva, deve ser ressaltado, pois as bases materiais da leitura dos textos acabam por marcar as maneiras como o fenômeno da heteronímia pode ser interpretado.

Um bom exemplo disso é a constatação feita por Jerónimo Pizarro em seu livro, *Ler Pessoa* (2023), de que mais de 90% dos textos hoje reunidos no espólio do autor estão sem uma assinatura, impondo a todo editor da obra, o problema único de precisar interpretar qual seria o autor de cada um deles. Para Pizarro, esse dado ajuda muito a evidenciar que a heteronomia em Pessoa não pode ser pensada como algo fechado, e que as fronteiras entre os autores que integram a obra são muitas vezes mais porosas do que se imaginaria à primeira vista. Além disso, Pessoa não publicava seus textos em parte porque nunca deixava de editá-los e por vezes alterar sua autoria. (PIZARRO, 2023, p.105).

Nesse sentido, tem-se na obra de Pessoa um movimento particular em que a interpretação crítica da obra se confunde com a própria descoberta dela. Esse processo se torna ainda mais único quando se pensa que, em Pessoa, o aparecimento de novos textos significa também o aparecimento de novos autores que os assinam. Pois, se nos anos que seguiram a morte de Pessoa, se pensava que a heteronomia se daria basicamente em torno das figuras principais: Alberto Caeiro, Álvaro de Campos, Ricardo Reis, Fernando Pessoa e também Bernardo Soares; atualmente, são conhecidos 138 heterônimos a partir dos quais Fernando Pessoa compôs sua obra, que por sua vez variam muitíssimo em grau de detalhamento biográfico e quantidade de textos escritos. (PIZARRO, 2023).

Nesse sentido, o livro de Jacinto do Prado Coelho, *Diversidade e unidade em Fernando Pessoa* (1949), considerado a primeira grande obra crítica a respeito do poeta, é emblemático. Nele, Prado Coelho busca “descobrir a unidade psíquica na polimorfia” (COELHO, 1991, p.75 apud PIZARRO, 2023, p.12). Isso é, através dos perfis de cada um dos heterônimos conhecidos no momento em que o livro foi escrito, Prado Coelho busca localizar um ponto central a partir do qual se poderia pensar criticamente a obra de Fernando Pessoa.

Dessa forma, Jerónimo Pizarro situa Prado Coelho em uma das extremidades do espectro das interpretações críticas sobre Pessoa. No lado oposto, estaria Leyla Perrone Moisés que enxergaria na obra de Pessoa a desintegração da figura autoral completa, seguindo as tendências dos estudos referentes à morte do autor em voga no momento em que ela produziu parte de seus textos.

É interessante notar que Pizarro faz questão de reconhecer certa validade no objetivo de Prado Coelho e na sua busca por identificar uma unidade psíquica, uma vez que sem ela tenderia-se a perder de vista a dimensão de Fernando Pessoa e da sua obra enquanto sujeitos históricos. Tal como coloca Pizarro:

Por vezes parece-nos que Fernando Pessoa é algo volátil, ou algo que muitos críticos volatizam [...] Pessoa deixa de ser Pessoa, alguém que existiu [...] entre 1888 e 1935, e converte-se numa miríade de figuras, numa grande encenação e no nome de uma nova galáxia.” (PIZARRO, 2023, p.13).

Nesse sentido é que aparece, na análise de Pizarro, a figura de Teresa Rita Lopes e seu livro *Pessoa por conhecer* (1990), ao lado do qual poderíamos colocar também os trabalhos realizados por Ivo Castro e seu grupo, que escancaram até que ponto não se tinha uma noção clara sobre o fenômeno do heteronimismo (PIZARRO, 2023, p.18).

Se Prado Coelho havia escrito seu livro a partir dos principais heterônimos, aos quais mais tarde foram acrescidos de algumas dezenas, seria apenas nas últimas décadas do século XX que esse número passou a se aproximar dos 138 que hoje se conhecem, muito por conta do trabalho com os arquivos (PIZARRO, 2023, p.19).

No entanto, um ponto importante para Pizarro e para este artigo é que do trabalho com os arquivos não surgiram apenas novos textos para a fortuna crítica pessoana, mas foi justamente o crescimento exponencial do material que possibilitou uma nova visão a respeito do fenômeno da heteronímia. Nesse sentido, Teresa Rita Lopes oferece uma imagem da obra pessoana que poderia servir também como uma declaração de princípios:

A obra de pessoa é uma inflorescência, um malmequer de sombras-personagens. Se eu lhe arrancar uma pétala e analisar meticulosamente, até ao microscópio, não ficarei com isso a conhecer o malmequer. Estudar separadamente este ou aquele heterônimo, este ou aquele tema ou faceta de Pessoa, e desfolhar o malmequer Para apenas classificar uma das pétalas Por isso me aplico há muito a reconstruir o conjunto em que cada ser-pétala participa. (LOPES apud PIZARRO, 2023, p.21)

Cabe destacar, também, que muito recentemente, em 2022, os estudos pessoanos tiveram outra importante guinada com a publicação da biografia de Fernando Pessoa escrita por Richard Zenith. O autor, que participou desde o início dos trabalhos com o espólio do poeta, oferece nessa obra mais uma possibilidade interpretativa dos textos, abordando questões históricas que cercam a vida de Fernando Pessoa e que até muito recentemente eram desconhecidas da crítica.

Ao tratarmos de uma pesquisa histórica a respeito da literatura, no entanto, faz-se necessário certo cuidado com os elementos biográficos da vida de um autor, ainda mais ao tratarmos da relação entre a vida de Fernando Pessoa e sua obra, na qual o jogo com essa figura ocupa uma posição central. A questão é de tal forma importante na obra do poeta que Jerónimo Pizarro ironiza o lugar comum que se tornou dizer que Pessoa antecipa os questionamentos a respeito da autoria, que posteriormente viriam à tona principalmente a partir de autores como Foucault e Barthes (PIZARRO, 2023).

No entanto, vale dizer que a questão da autoria esteve por um longo período intimamente ligada à noção de intenção (COMPAGNON, 1999, p. 47). Isso é, para grande parte das discussões teóricas sobre a noção de autor, trata-se, sobretudo, de delimitar até que ponto caberia ao autor determinar o que um texto pode (ou não) significar. Isso porque, durante muito tempo, como era o caso na filologia clássica, os estudos literários foram orientados pela tentativa de reconstrução histórica da intenção autoral — isto é, daquilo que o autor quis dizer ao escrever determinado texto (Ibid., p. 49). Todavia, ao longo do século XX, diferentes correntes teóricas — como o *New Criticism*, o formalismo russo e a crítica francesa — passaram a questionar esse papel central do autor (Ibid., p.50). Esses questionamentos assumem uma nova perspectiva na conferência em que Roland Barthes decreta a “morte do autor” e propõe deslocar a ênfase dos estudos literários para a própria linguagem ou para o leitor como produtor do sentido da obra literária (BARTHES, 2004, p. 48).

Embora trate-se de um clichê, sem dúvida, analisar a heteronímia de Pessoa a partir dessa perspectiva cética a respeito da relação entre obra e autor, tal noção torna-se especialmente útil ao pensarmos textos, como a própria *Carta Triunfal*, em que Pessoa se propõe a explicar a própria obra. A perspectiva sugerida pelos questionamentos de Barthes torna possível analisar esses textos de auto interpretação do autor, não como elocuções finais de uma verdade, mas como parte do jogo literário. Fato este, que fica evidente na posição que se coloca Pessoa na carta, como apenas mais um entre seus heterônimos.

Heteronomia, um projeto filosófico?

Afirmo que a noção de Teresa Rita Lopes serve como uma declaração de princípios, pois ao longo da obra de Pessoa há diversas tentativas de formular a questão da heteronomia, não enquanto um simples artifício literário, mas como uma parte de sua natureza. Embora isso se faça presente na carta triunfal, Pessoa traz o tema de forma interessante em um manifesto, que se aproxima também de um tom teórico, filosófico e científico, no qual o autor afirma que essa crise se daria sobretudo por uma incapacidade moderna de sentir, que teria sua origem em uma Lei de Malthus da sensibilidade. O problema, afirma ele, estaria no fato que “Os estímulos da sensibilidade aumentam em proporção geométrica; enquanto a própria capacidade de sentir aumenta apenas em progressão aritmética.” (PESSOA, 1993b). Isso é, a capacidade de sentir, andaria na progressão de 2, 4, 6, 8, 16; ao mesmo tempo que os estímulos da sensibilidade avançariam de maneira exponencial: 2, 4, 8, 16, 32.

A diferença entre as duas progressões, embora desconsiderável de início, teria se tornado cada vez mais notável desde o Renascimento e “[é] do romantismo para cá que se acentuou deveras com uma nitidez cada vez maior, a distância cavada pela virtude criadora dos números entre as duas progressões.” (ibid.)

Para ele, seria necessário encontrar uma forma de “aproximar a sensibilidade da rápida multiplicação dos estímulos” (ibid.), algo que em sua época já havia alcançado proporções trágicas, e que deveria se dar através de uma “terapêutica psíquica”, baseada três processos:

- (1) a abolição do preconceito da personalidade. Acabemos com a ideia de que cada indivíduo é só ele-próprio. Todos nós coexistimos ao mesmo tempo que existimos. Todos nós somos todos os outros.
- (2) A abolição do preconceito da individualidade. Deixemos de aceitar como verdadeira a tese fundamentalmente teológica da indivisibilidade da alma. Somos agregados de células, agrupamentos de psiquismos, de sub-nós, somos inteiramente tudo menos nós-próprios. Submerjamo-nos no mar de nós-próprios, afogados no Universo de lhe pertencermos.
- (3) A abolição do dogma da continuidade lateral. Não julguemos mais que nós, do presente, somos um laço, um hífen móbil, entre o passado e o futuro. Não somos. Somos sim contínuos mas não com o passado ou com o futuro. A nossa continuidade é toda com o presente — com o presente externo de todas as coisas, e com o presente interno de todas as sensações. (Ibid)

Tendo em vista essas proposições do autor, fica bastante tentador também notar que no mesmo ano do suposto nascimento dos heterônimos, 1914, Sigmund Freud, nas conferências

inaugurais da psicanálise, chamava atenção justamente para o limite da ação consciente no comportamento humano, na qual afirmaria que o eu “nem mesmo [é] senhor de sua própria casa” (FREUD, 2014, p.310).

Assim, a partir da carta triunfal e da narrativa da descoberta da heteronomia, chegamos a uma espécie de crítica filosófica das formas da subjetividade de seu tempo. No entanto, há de se notar que esta crítica não pode ser separada do jogo poético proposto pelo autor. Jogo este que se dá não como um artifício fechado, a escrita de poemas segundo a voz de um outro, mas como um procedimento literário que embaralha e torna porosas as fronteiras entre a obra e os nomes que a assinam. E a partir da qual, torna-se quase impossível localizar uma voz autoral que organiza a obra em torno de uma intenção única. Pelo contrário, a obra de Pessoa parece cercada a todo momento pela afirmação do manifesto de que *somos inteiramente tudo menos nós-próprios*.

Isso se faz presente na carta, sobretudo na explicação vazia que havíamos notado acima, e na insistência do autor em dizer que o mistério por trás da heteronomia lhe escaparia por completo, sendo ele mesmo apenas mais um entre os nomes que compõem sua obra. Ao mesmo tempo, a falta de uma explicação completa acaba por equiparar sua escrita quase a um fenômeno da natureza, algo que não seria um artifício inventado, mas uma descoberta. Logo, também mais um problema metafísico, *que nós, ausentes do segredo dos Deuses, nunca poderemos resolver*.

Com a carta, portanto, Pessoa inventa, no ano de sua morte, uma espécie de mitologia de sua própria obra. No mesmo sentido em que recorre à mitologia de Lisboa em um poema de *Mensagem*, publicado no ano anterior — segundo o qual Ulisses, em seu retorno à Ítaca, teria sido o fundador da cidade —, e que diz: “O mito é o nada que é tudo.” (PESSOA, 1972)

Referências bibliográficas:

- DUMONT, Louis. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- FREUD, Sigmund. **Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 544 p. (Obras completas, v. 13).
- FRIAS, Joana Matos. L'être à la postérité. **Revista Estranhar Pessoa**, Lisboa, n. 12, p. 123-136, out. 2025. ISSN 2183-4075.
- LOURENÇO, Eduardo. **Pessoa revisitado**: leitura estrutural de textos pessoanos. São Paulo: Tinta da China Brasil, 2017.

- MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu'. In. _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 365-395
- MORETTI, Franco. **O romance de formação**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Todavia, 2020
- PESSOA, Fernando. **Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas**. (Introdução, organização e notas de António Quadros.) Lisboa: Europa-América, 1986. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/3007>. Acesso em: 12 maio 2026.
- PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Fernando Pessoa. Lisboa: Ática, 10ª ed. 1972. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/1274>. Acesso em: 20 maio 2026.
- PESSOA, Fernando. Tábua bibliográfica. **Presença**, nº 17. Coimbra. Lisboa: Contexto, 1993. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2700>. Acesso em: 20 maio 2026.
- PESSOA, Fernando. **Pessoa Inédito**. Orientação, coordenação e prefácio de Teresa Rita Lopes. Lisboa: Livros Horizonte, 1993b. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/1364>. Acesso em: 20 maio 2026.
- PIZARRO, Jerónimo. **Ler Pessoa**. São Paulo: Tinta da China Brasil, 2023.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Aquém do eu, além do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RIMBAUD, Arthur. Carta a Georges Izambard. Tradução de Ivo Barroso. **Alea**, v. 8, n. 1, jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2006000100011>. Acesso em: 07 abr. 2026.
- ZENITH, Richard. **Pessoa: uma biografia**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Uma gaveta toda sua: tempo, escrita e intimidade em *Caderno Proibido* de Alba de Céspedes (1952)

Carolina de Fátima Linhares Augusto

Doutoranda em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
carolinalinharesag@gmail.com

Resumo: A pesquisa propõe-se a investigar a forma do diário ficcional *Caderno Proibido*, publicado em 1952 pela escritora ítalo-cubana Alba de Céspedes, analisando como a autora joga com a vida íntima para debater mudanças geracionais. A partir de uma reflexão acerca do papel da escrita, a protagonista e narradora Valéria Cossati apresenta ao leitor sua típica família de classe média em uma Roma pós-guerra, composta pelas figuras de Michele, seu marido, e os filhos, Mirella e Riccardo. Ao longo da escrita, as inquietações de Valéria surgem a partir do momento em que constrói sua identidade narrativamente (Ricoeur, 1991), e, portanto, passa a se pensar: o casamento, as finanças, o trabalho no escritório, a jornada doméstica e seu papel como mulher em tudo isso. Tais questões são postas por Alba em um constante diálogo entre esfera privada e esfera pública, construindo um panorama da História da Itália na década de 1950 e os resquícios de um mundo marcado pelo autoritarismo e por uma mudança nos modos de crer daquela sociedade, como desdobramento da instauração de um novo tempo.

Palavras-chave: Diário ficcional; História; Ficção.

A escrita metalinguística

Fiz mal em comprar este caderno, muito mal. Mas agora é tarde demais para lamentar, o estrago está feito. Nem sei o que me levou a adquiri-lo, foi por acaso. Nunca pensei em manter um diário, até porque um diário deve permanecer secreto e, para isso, seria preciso escondê-lo de Michele e dos meninos. Não gosto de deixar nada escondido; além do mais, em casa há tão pouco espaço que seria impossível. (De Céspedes, 2022, p. 9)

Parecia haver um certo prazer nas coisas proibidas naquela altura da vida da protagonista de *Caderno Proibido*, diário ficcional publicado em 1952 pela ítalo-cubana Alba de Céspedes.¹ Valéria Cossati, uma mulher de classe média, casada, com dois filhos e duas jornadas de trabalho – doméstica e no escritório –, narra, na primeira página de seu diário, um ímpeto de adquirir um caderno quando sai para comprar cigarros para o seu marido. Em um domingo na Roma dos

¹ Alba de Céspedes foi filha de um ex-presidente de Cuba e estava alinhada aos movimentos antifascistas, principalmente na literatura, dedicando sua vida ao mundo literário e à escrita de romances. Trabalhou para jornais italianos e fundou a revista *Mercurio* (1944 - 1948), espaço de debate intelectual acerca da formação de uma nova cultura pautada na sociedade democrática e civil.

anos 50, onde a venda de outro produto era proibida, Valéria sente que não pode passar nem mais um dia sem aquele caderno, no qual começa a narrar a própria vida.

Ao pensar sobre a vontade de escrever, é preciso ter em mente que esta vem acompanhada do entendimento de que esta ação pode ser transformada de um verbo mais preciso: narrar. Isto é, o empenho pela escrita, sobretudo aquela que busca organizar a vida de quem escreve, não é simplesmente um registro de experiências, mas antes uma fabricação dos acontecimentos em narrativa, dando sentido aos fatos avulsos do cotidiano. Contar a própria existência exige, portanto, a seleção de uma forma para dar vazão ao conteúdo, dois elementos indistinguíveis que permitem ao texto escrito virar narrativa (Ricoeur, 1991). Valéria dá o primeiro passo em direção a este movimento antes mesmo de começar a escrever, quando compra o caderno e precisa lidar com sua existência física dentro da casa:

“Vou guardar no meu armário”, pensei, “mas não, Mirella abre toda hora para pegar alguma coisa emprestada, um par de luvas ou uma blusa. Michele vive abrindo a cômoda. A escrivaninha agora é praticamente de Riccardo.” Considerei que em toda a casa já não dispunha de uma gaveta, um escaninho para chamar de meu. Queria fazer valer meus direitos a partir daquele dia. (De Céspedes, 2022, p. 10)

Para fornecer substância íntima, Alba joga com algumas figuras que aparecem de maneira recorrente e que remetem ao mundo particular, a principal delas é a gaveta. As menções feitas em relação à ela estão sempre relacionadas ao segredo e à possibilidade de uma individualidade, uma vez que todos na casa possuíam espaços pessoais, menos Valéria. Contudo, a gaveta aqui ganha uma dimensão ainda mais precisa quando associada à outra imagem, a da chave.

Ontem à noite, logo depois do jantar eu disse a Mirella que não gosto de seu costume de manter a gaveta da escrivaninha trancada à chave. [...] Riccardo também faz o mesmo numa gaveta em que conserva as cartas que recebe das garotas. Repliquei que, nesse caso, Michele e eu também teríamos o direito de manter uma gaveta trancada à chave. “Na verdade, nós temos uma”, Michele disse, “é a gaveta onde guardamos o dinheiro.” Insisti que gostaria de ter uma só para mim; e ele, sorrindo, me perguntou: “Para fazer o quê?”. “Sei lá, para guardar meus papéis pessoais”, respondi, “algumas lembranças. Ou talvez um diário, como Mirella.” Então todos, inclusive Michele, começaram a rir da ideia de que eu possa ter um diário. (De Céspedes, 2022, p. 33).

A discussão familiar acerca das gavetas trancadas acontece no jantar e remete às vidas íntimas que cada membro daquele grupo possui. Prost, em *Fronteiras e espaços do privado*, investiga as mudanças nas configurações familiares passando por diferentes idades da História e aponta para a importância deste núcleo social no entendimento de que a vida privada só tem sentido em

relação à vida pública, e, portanto, destrincha o funcionamento familiar ocidental pós-guerras e argumenta sobre o papel da mulher neste núcleo, que a partir da década de 1950 começa se desencontrar unicamente da “dona do lar”. Mais que isso, Prost aponta para os espaços da casa como elementos fundamentais no surgimento da individualidade dentro de um núcleo familiar, dado que o aumento na quantidade de cômodos permitia o isolamento físico das pessoas, e assim o anseio pelo segredo.

O armário e suas prateleiras, a escrivaninha e suas gavetas, o cofre e seu fundo falso são verdadeiros órgãos da vida psicológica secreta. Sem esses “objetos” e alguns outros igualmente valorizados, nossa vida íntima não teria um modelo de intimidade. São objetos mistos, objetos-sujeitos. Têm, como nós, por nós e para nós, uma intimidade. (Bachelard, 1993, p. 91)

As gavetas onde se aninham os objetos são trancadas como garantia do segredo e parecem sustentar a subjetividade individual naqueles centímetros quadrados, reservando às coisas materiais a reafirmação do “eu” enquanto pessoa. É sintomático que a gaveta trancada de Valéria seja compartilhada com seu marido para guardar dinheiro, o que nos leva radicalmente para o mundo material. Como de costume, as personagens de Alba estão preocupadas com questões práticas de sobrevivência e o dinheiro, as contas e o trabalho são centrais naquilo que elas de fato são. A composição de Valéria como pessoa, até o momento do início da escrita do diário, passava basicamente pela sua luta por dinheiro, pela sobrevivência da família e não à toa sua gaveta trancada, apesar de compartilhada, possuía apenas dinheiro. Isto vai mudar à medida que ela sai em busca de uma gaveta para si, da construção de sua subjetividade por meio de objetos que vão compor este novo espacinho: “Agora o mantenho trancado numa gaveta onde conservo minhas recordações de infância e as cartas de Michele, uma gaveta que ninguém nunca abre.” (De Céspedes, 2022, p. 88).

A princípio, o diário não possui um lugar só dele. Durante semanas, a protagonista o esconde pela casa: no meio dos produtos de limpeza da cozinha, nos armários de bebidas, em um baú com roupas de inverno, dentro de uma lata de biscoitos e, enfim, em uma gaveta trancada com recordações de infância e cartas do marido, Michele. Essa luta inicial já revela aquilo que vai dar tom ao enredo de todo o livro: o pensar sobre si a partir da narrativa atribuindo sentido à própria vida. A mera existência do caderno desperta um sentimento novo, uma imposição: fazer valer as próprias vontades. A organização destas ideias, de certo, se dá na escolha pelo como narrar. A forma e o conteúdo, neste sentido, mostram-se como uma coisa só, pois Valéria decide

começar a escrita não com confissões imediatas, ou pelo menos explícitas, mas com a batalha pelo espaço íntimo.

O artifício metalinguístico - escrever um diário sobre escrever um diário - funciona como entrada para uma reflexão à priori: quais são as condições necessárias para escrever? Esta pergunta vai ser desenrolada em outras que sustentam todo o livro de Alba e acabam alcançando outras de suas produções literárias. Em *Caderno Proibido*, especialmente, este questionamento principal parte de uma dona de casa que, apenas pela observação da própria vida, parece compreender que a escrita íntima exige certa privacidade, elemento do qual ela carece, apesar de, paradoxalmente, encontrá-lo no momento em que está escrevendo.

O que se sucede a partir disto é um movimento duplo em que a subjetividade e a individualidade são fundadas a partir do diário e ele, por sua vez, pode existir a partir do recrudescimento desses aspectos na personagem. A escrita funciona, portanto, como a fundação de um certo real na medida em que as frustrações ou as satisfações descritas por Valéria só ganham forma quando postas em narrativa.

Ao reler o que escrevi ontem, acabo me perguntando se não comecei a mudar de índole a partir do dia em que meu marido, de brincadeira, passou a me chamar de “mamãe”. No início gostei muito, porque assim me sentia a única adulta em casa, a única que já soubesse tudo da vida. Isso reforçava o senso de responsabilidade que sempre tive, desde a infância. [...] Mas agora compreendo que foi um erro: ele era a única pessoa para a qual eu era Valéria. (De Céspedes, 2022, p. 13)

Inicialmente, o leitor fica intrigado com a aparente urgência dos acontecimentos, ao passo que não parece haver nada para relatar. A angústia de Valéria com a ausência dos momentos de solidão é posta no diário, ainda que, quando finalmente pode escrever, não parece saber exatamente o que deseja contar. Esta é a virada do livro, o diário existe como um momento de suspensão, ainda que muito concreta, da vida da senhora Cossati que parece estar pensando sobre a própria felicidade. Não à toa, seu papel doméstico rapidamente entra em crise ao avaliar as mudanças no casamento com Michele, o arrefecimento da paixão e sua transformação na figura da dona de casa.

Aproximando-se dos quarenta anos, esta crise é apresentada no diário especialmente a partir da relação de Valéria com a sua filha, Mirella, uma jovem adulta que aparece como um imperativo de uma nova geração. Enquanto a narradora está se desdobrando para equilibrar sua vida profissional, como secretária em um escritório, e sua vida doméstica, como mãe e esposa,

Mirella busca sua emancipação do núcleo familiar não pelo casamento, mas pelo trabalho. O envolvimento amoroso da personagem com Sandro Cantoni, advogado no escritório onde ela trabalha, dá à Mirella um relacionamento em que a qualidade intelectual esteja tão presente quanto à romântica, alimentando-a. O mesmo acontece com Valéria, que tem um rápido caso com seu chefe, Guido, no qual as preliminares são as horas de dedicação ao trabalho. Apesar da aproximação das experiências, as crenças que agora regem as escolhas de Mirella a afastam do controle de Valéria e de um espelhamento da vida da mãe, causando longos conflitos que são o desenho acurado de uma colisão geracional.

A relação entre as duas personagens evidencia os seus papéis femininos nos diversos espaços que frequentam: em casa, no trabalho, nas lojas, nos seus amantes. A filha, como uma visão das possibilidades de outra forma de existência, aparece ora como ressentimento, ora como presságio, e é esta dupla função que encaminha o livro para um final sóbrio e conformado.

É importante situar *Caderno Proibido* numa discussão sobre geração porque esta era uma preocupação explícita de Alba de Céspedes. As perturbações da protagonista são compartilhadas por mudanças nas configurações de família, incluindo seus componentes como indivíduos que possuem vidas particulares, sobretudo as mulheres. “O problema sem nome”, intitulado pela psicóloga e jornalista Betty Friedan no primeiro capítulo do seu clássico *A mística feminina*, parece atingir a protagonista assim como a maior parte das mulheres naquele momento – e também homens, de certa maneira –, a insatisfação com a vida doméstica. Ainda que as mulheres entrevistadas na longa pesquisa de Friedan pertençam mais exclusivamente ao mundo doméstico estadunidense, dado que não trabalham e partilham do *American Way of Life*, a crescente influência dos Estados Unidos na Europa Ocidental pós-segunda guerra traz o mercado de consumo para o centro dos temas abordados em *Caderno Proibido*.²

A constante atenção de Alba em relação à vida material como instrumento para a emancipação do indivíduo – seja homem ou mulher –, produz em seus personagens um senso profundamente materialista, no qual não há dispensa da racionalidade ao avaliar aspectos sentimentais da vida. Apesar da história do livro estar centrada em Valéria, todos os personagens estão buscando certa felicidade naquilo que acreditam ser o sentido de suas vidas, ou pelo menos estão em um movimento de questionamento em relação a isto.

² Sabe-se que Alba de Céspedes escreveu *Caderno Proibido* enquanto estava em uma triangulação, viajando entre Estados Unidos, Itália e Cuba, no início dos anos 1950 (Baratella, 2023).

Uma forma mimética

Ao afirmar que “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua”,³ o linguista russo Mikhail Bakhtin aponta para a indissociável relação entre conteúdo e forma. É possível ainda levar esta consideração além em um estudo daquilo que o mesmo linguista chama de “enunciados”, isto é, formas de organização do discurso a partir de combinações específicas no uso dos recursos da língua. Assim, os enunciados discursivos são individuais, mas obedecem às regras do gênero do discurso específico no qual estão inseridos, o que torna coerente a máxima de que forma é conteúdo. Isso pois aquilo o que se diz (conteúdo) está determinado pelo como se diz (forma), o que torna a investigação da estrutura discursiva que sustenta determinado texto indispensável. Enquanto gêneros literários, o diário e o romance são tipos de enunciados que integram o gênero discursivo secundário, mais complexo que o primário, pois surge de elaborações culturais bem organizadas. A existência, portanto, dos enunciados mais arranjados, como a literatura, passa por uma reelaboração de enunciados primários no âmbito da construção dos elementos culturais de determinada sociedade. Dessa forma, a localização do diário e do romance enquanto forma é produzida a partir de um meio comum da linguagem, seguindo um modo de fazer determinado pelo campo de comunicação que elabora modelos mais ou menos estáveis do enunciado (Bakhtin, 1997).

Na busca pelo entendimento de como se produzem essas formas e quais conteúdos elas suportam, é importante considerar que ambos os gêneros possuem uma substância muito semelhante, correspondendo a uma existência moderna marcada pela quase ausência de regras. Para Marthe Robert (2007), as tentativas de definição do romance moderno ou classificação temática de seu tipo mais fragmenta do que unifica, e, portanto, é preciso sempre uma desconfiança com categorizações muito bem definidas. Esse gênero moderno é uma literatura que se interroga, se questiona e sua liberdade de regras permite sua expansão, fazendo uso de diversos gêneros e elaborando sobre o mundo (Robert, 2007). A mesma indefinição serve para o diário, especialmente do tipo ficcional, teorizado por Lorna Martens (1985), que investiga a dificuldade de definir um texto que possui “forma mimética”, pegando emprestadas a formas da escrita íntima e cotidiana no modelo diarista e no modelo romancista.

³ Bakhtin, 1997, p. 280.

A primeira imposição à priori que se coloca ao analisar *Caderno Proibido* como um diário ficcional é entender a escolha desta forma literária por parte de Alba. Se existe, em algum grau, o entrelaçamento da ficção com a realidade, isto não chega a ser um ponto importante que ronda as interpretações do livro. Esta ausência não significa, no entanto, que não existe nada das experiências da própria autora, cuja literatura estava engajada na construção de um novo imaginário democrático pós-autoritarismo fascista.

Em concordância com isso, a forma do tempo no romance de Alba apresenta características em comum com as definições de Bakhtin acerca do quinto tipo de romance de formação. Não é de interesse marcar *Caderno Proibido* a partir de nenhuma caixa gênero-textual muito específica, com riscos de perder pontos fundamentais do livro ao tentar encaixá-lo numa definição exata. Contudo, é possível fazer uso de alguns aspectos postos pelo linguista como recurso teórico que permite aproximar o livro de boas interpretações. Nesse sentido, este quinto tipo do romance de formação refere-se ao homem que “já não se situa no interior de uma época, mas na fronteira de duas épocas, no ponto de passagem de uma época para outra. Essa passagem efetua-se nele e através dele.” (Bakhtin, 1997, p. 241). Para o autor, o tempo da formação dos personagens se efetua junto com o tempo histórico real, que não está presente apenas como pano de fundo. Trata-se, portanto, de da imagem do homem fora de seu caráter privado, mas na exposição da existência histórica. Neste momento de reconfiguração europeia, Alba estava repensando as lutas contra a censura em nome do estabelecimento da liberdade e da felicidade e o que isto significa, de fato, para diferentes pessoas.

[...] as minhas protagonistas são sempre, no fundo, a mesma mulher que personifica, às vezes, os problemas de uma geração, de um mundo e de uma época. Mas enquanto Alessandra, de *Na voz dela*, se reduz a matar para não renunciar à felicidade, e Valéria tem que destruir o “Caderno proibido”, ou seja, a lucidez da consciência, para tentar encontrá-la, Irene compreende que a felicidade só pode ser encontrada ao aceitar o desespero que assola toda criatura humana consciente. (De Céspedes, 2026, p. 132)

Na carta aos leitores feita por Alba para a publicação de seu romance *Antes e Depois* (1955), a escritora reflete sobre o sentido da escrita e os rumos que tomam suas personagens na busca da felicidade. Visivelmente ancoradas no seu tempo, as mulheres de seus romances não se restringem a elaborar problemas de seus papéis femininos no mundo, encarnando dilemas enfrentados também pelos homens daquele momento. Em *Do sótão à vitrine*, Maria José Motta Viana articula escrita de diários por mulheres e o cotidiano para concluir que há um “paradoxo do ajuntamento da realidade”, em que se observa um embate entre negar a vida e reconstruí-la

em escrita, tornando esta última mais importante que a primeira. Longe de fazer confissões, portanto, no diário íntimo de Valéria Cossati se encontram, sobretudo, desejos.

Sem negar a dimensão do gênero como elemento de complexificação de suas subjetividades, as protagonistas de Alba enfrentam a matéria da existência humana, a substância da qual a felicidade é feita e os diferentes caminhos para uma vida justa. Este tema certamente circulou a própria vida de De Céspedes, que estava atenta não só para a ficção da literatura, mas as ficções que os homens e as mulheres escolhem no mundo real.

A literatura de Alba lida com as diferentes formas de existir que as pessoas escolhem para si, seja de maneira consciente ou não. Valéria Cossati e Irene - protagonista e narradora de *Antes e Depois* -, vivem duas ficções distintas, já que a primeira é casada e mãe e a segunda mora sozinha e possui um amante, e buscam a felicidade de suas ficções também de maneira distinta. Se o diário ficcional supõe um narrador que fala com ele mesmo, criando um discurso sobre si (Martens, 1985), a destruição do diário parece um movimento óbvio caso Valéria deseje ser feliz dentro da forma que escolheu para si. A forma do diário, de caráter íntimo e formador, geralmente é escolhida pelos autores de ficção pela possibilidade de mostrar o desenvolvimento de um personagem a partir da narrativa do cotidiano e da atribuição de significado a ele pelo próprio personagem que se conta. Se Valéria pôde dar forma à sua vida por meio da escrita e a consciência era excessiva para que alcançasse a paz, a destruição do diário é o caminho para o apaziguamento.

A escolha pelo gênero também parece estar ligada à rede paratextual do livro. Em 1944, Alba funda a revista *Mercurio*, criando um espaço para escritores, artistas, políticos e cientistas no geral debaterem livremente suas ideias para a reconstrução intelectual e cultural da Itália pós-fascista. A revista editou e traduziu escritores como Jean-Paul Sartre, Ernest Hemingway, Katherine Mansfield e Natalia Ginzburg, com quem mantinha relações de amizade, e isso é fundamental para a publicação de *Caderno Proibido*. Como colaboradora na *Mercurio*, a aproximação entre Alba e Natalia Ginzburg se deu tanto à nível pessoal, quanto literário. Tanto Natalia quanto Alba utilizam as técnicas da escrita de si nas suas literaturas e em seu *Léxico Familiar*, Ginzburg faz um jogo entre memória e ficção, borrando suas fronteiras e explicitando a ficcionalidade de qualquer tipo de escrita.

Além de Ginzburg, outra grande referência para De Céspedes foi Elsa Morante. O principal livro da escritora, *La Storia* (1974), foi tido como “o maior best-seller de todos os

tempos na Itália”⁴ do século XX, e a autora é frequentemente citada junto às influências de Alba. Morante também escreve sobre mulheres, família, vida privada e conservadorismo fascista, partilhando com De Céspedes o mesmo recurso literário da aproximação do tempo individual dos personagens com o tempo da História.

Assim, o *Caderno Proibido* nasce como um esforço de Alba, assim como de outras escritoras do período, de dar forma ao mundo em transformação, misturando o romance moderno e suas diferentes formas. Longe de uma busca por “representar o real”, o jogo da literatura está mais próximo do fornecimento de uma linguagem que dê conta de organizar a vida, por isso o que importa aqui é o que está escrito. Isso significa que não é partindo da análise do “contexto” de Alba que se chega a uma melhor leitura do livro, mas fazendo justamente o oposto, lançando um olhar ao enredo é possível que se entenda sua historicidade. Isto pois, as maneiras de determinado tempo não existem de modo independente, como espectro, mas antes só podem existir na medida em que são nomeadas e caracterizadas, algo feito pela própria literatura.

Por fim, a volta da circulação de *Caderno Proibido* e da literatura de Alba, não só no Brasil, também aponta para a importância do estudo desta forma íntima entre os gêneros literários. Se na segunda metade do século XX havia um apelo para a escrita íntima na composição de certos temas e popularizou-se a autobiografia, no século XXI há uma intensificação radical disto. Mais que nunca, o nome próprio do autor e sua vinculação com a narrativa parecem elementos necessários para uma tendência de mercado que vê autoras como Elena Ferrante e Annie Ernaux como um modelo de sucesso.

Na literatura, parece já haver algum tempo, os livros que priorizam a participação do eu enquanto relato de experiência ou memorialístico que tendem a ganhar bastante espaço frente ao crescimento de pautas dos movimentos sociais. Nesse sentido, a “escrita de si” vem causando um considerável impacto no mercado editorial, e a volta de Alba está inserida neste movimento. Se no século XX sua literatura foi barrada por Mussolini, na segunda década do século XXI sua posição é uma das razões que garantem seu lugar nas prateleiras de mais vendido. O “eu” não parece mais um ponto de partida, mas também sugere o de chegada. A narrativa da experiência,

⁴ Citação que consta na capa da edição brasileira do livro pela editora Record. Complementa com: “450.000 exemplares vendidos em 3 meses”. Ver: MORANTE, Elsa. **A História**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

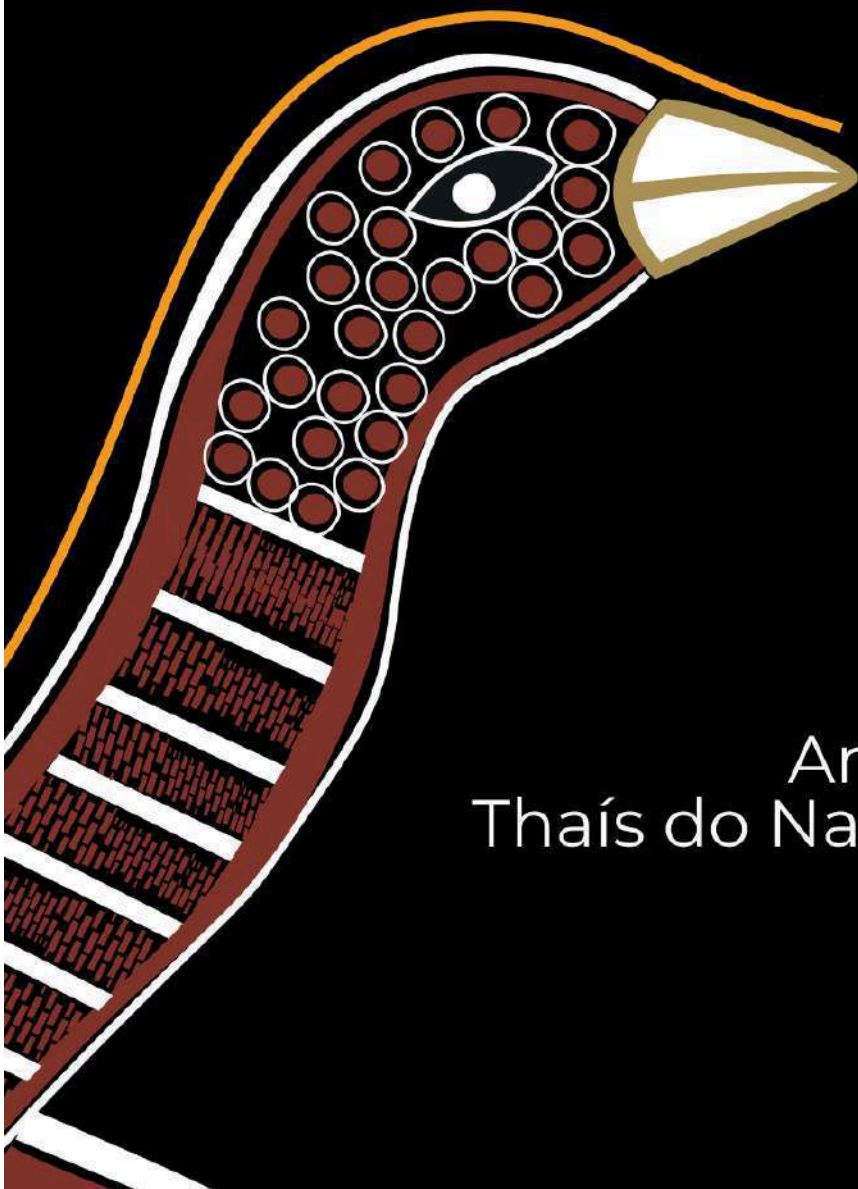
que ganha outros nomes como “autoficção”, vem borrando cada vez mais os limites entre ficção e real, entre personagem e autor.

Referências bibliográficas:

- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARATELLA, Alessia. **“Nessuno torna indietro” di Alba de Céspedes. Corallità narrativa e pluralità delle voci**. Tesi de Laurea – Corso di Laurea Triennale in Lettere, Università degli studi di Padova, Dipartimento di Studi Linguistici e Letterari, Padova, 2023.
- DE CÉSPEDES, Alba. **Caderno Proibido**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- DE CÉSPEDES, Alba de. **Antes e depois**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2026.
- FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- MARTENS, Lorna. **The diary novel**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- PROST, Antonie; VINCENT, Gerard. **História da vida privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- VIANA, Maria José Motta. **Do sótão à vitrine: memórias de mulheres**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.

ST11

ENCRUZILHADAS ULTRAMARINAS: INDIVÍDUOS, PODER E INSTITUIÇÕES NO ATLÂNTICO IBÉRICO (SÉCULOS XVI AO XIX)



Coordenadores:
Arthur Assunção Costa
Thaís do Nascimento Gonçalves
Ana Clara Alves Reis

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Do Sul ao Centro Oeste mineiro: Consolidação do poder da família Andrade em Passa Tempo-MG (1866-1930)

Lucas Henrique de Andrade

Mestrando em História

Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)

lucashenrique9620@gmail.com

Resumo: A família constituiu importante elemento nas relações de poder político e econômico em diferentes localidades do território brasileiro, especialmente por meio de estratégias de dominação e manutenção patrimonial mobilizadas por elites rurais e escravocratas. No âmago da discussão que aqui se propõe encontra-se a família Andrade, que, concomitantemente a outras elites de expressão semelhante, habitava o Sul de Minas. Na segunda metade do século XIX, uma linhagem dessa família migrou para Passa Tempo, região Oeste de Minas, onde estabeleceu fazendas, expandiu seus negócios e envolveu-se na política local. O trabalho busca compreender as estratégias utilizadas para a manutenção e perpetuação do poder da família Andrade desde suas origens no Sul de Minas até o estabelecimento na nova localidade. Para isso, analisa-se a trajetória familiar, as redes de parentesco e os mecanismos mobilizados para a consolidação do poder político e econômico local, a partir de uma abordagem prosopográfica, articulada à micro-história e à análise de inventários.

Palavras-chave: Família; poder local; elites mineiras.

Introdução

A família é um conceito amplamente discutido na historiografia e nas ciências sociais, adquirindo significados que extrapolam as relações de parentesco e revelam interferências e influências culturais, sociais, políticas, econômicas e históricas (SILVA; SILVA, 2014). Em 1866, durante o período imperial, uma família pertencente à elite escravocrata estabeleceu-se nas terras onde atualmente se localiza o município de Passa Tempo-MG. A partir de sua instalação na localidade, os rumos da história do território passaram por transformações significativas.

A família de estrutura patriarcal, historicamente influente na formação da elite brasileira, também exerceu papel relevante em diversas regiões de Minas Gerais (BRÜGGER, 2007) — não sendo diferente nas terras passatempenses. Francisco Teodoro de Andrade e Francisca Gabriela de Andrade, casal que veio para Passa Tempo, faziam parte de uma família escravocrata oriunda

do Sul de Minas — região que, conforme aponta Marcos Ferreira de Andrade (2014), destacou-se como um dos principais polos de abastecimento interno durante o Brasil Império, exercendo forte influência política e econômica no cenário nacional e contribuindo diretamente para a consolidação do Estado imperial brasileiro.

O casal compartilhava a mesma linhagem familiar. Ambos eram descendentes de Delfina Francisca de Andrade e do capitão Francisco Theodoro de Mendonça. Esse casal teve, entre outros filhos, o coronel Bernardino José de Andrade e Rita Vitalina, também conhecida como Carolina de Andrade, respectivamente os pais de Francisco Teodoro e de Francisca Gabriela de Andrade.

A prática de casamentos consanguíneos era comum naquela época, pois permitia que a riqueza acumulada permanecesse dentro do mesmo núcleo familiar. Assim, o poder econômico era mantido ao longo das gerações, garantindo prestígio e continuidade das posições de influência social e política. “Vários estudos sobre famílias da elite colonial e imperial no Brasil, nos mostram que a preferência por casamentos entre parentelas de mesmo estrato social eram sempre buscadas nas estratégias matrimoniais” (RIBEIRO, 2014, p. 44).

Quando Francisco Teodoro de Andrade e Francisca Gabriela de Andrade se estabeleceram em Passa Tempo, chegaram com uma riqueza acumulada ao longo dos anos e com o prestígio do nome da família na região de onde provinham. Isso nos permite explicar o poder que passarão a exercer na nova localidade, onde construíram uma trajetória marcada pela influência e pelo reconhecimento social.

A cidade de Passa Tempo faz diversas referências à família Andrade e aos seus descendentes por meio da nomeação de ruas, escolas, avenidas, parque de exposições, busto em praça pública, entre outros espaços. Por meio das suas memórias, que nos conferem uma presença do passado (CHARTIER, 2009), a família Andrade é socialmente reconhecida e considerada fundadora do município. Nesse contexto, é pertinente recordar a reflexão de Roger Chartier sobre a relação entre história e memória, a qual, inclusive, motivou o surgimento deste trabalho:

O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientam as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimônias de rememoração e a institucionalização dos lugares de memória deram origem, repetidas vezes, a pesquisas históricas originais.” (CHARTIER, 2009, p. 24)

Essa perspectiva permite compreender como a memória construída em torno da família se materializa no espaço urbano e alimenta representações sociais que legitimam sua centralidade na história local. Ao mesmo tempo, provoca inquietações e instiga a busca por respostas, que se pretende alcançar ao longo deste trabalho.

Nesse contexto, a trajetória da família Andrade em Passa Tempo possibilita refletir sobre as formas de consolidação e manutenção do poder local entre os séculos XIX e XX, especialmente a partir das relações familiares, das estratégias patrimoniais e das alianças estabelecidas entre grupos pertencentes às elites rurais mineiras. Oriunda do Sul de Minas, a família chegou à região trazendo riqueza acumulada, prestígio social e redes de parentesco já consolidadas, fatores que contribuíram para sua inserção e influência na nova localidade. Assim, a análise da atuação da família Andrade permite compreender aspectos relacionados à ocupação territorial, à formação das elites locais e às estratégias de perpetuação do poder político e econômico em Passa Tempo.

Ocupação territorial e consolidação do poder local em Passa Tempo-MG

A ocupação das terras pertencentes ao município de Passa Tempo remonta ao século XVIII, embora não existam estudos específicos sobre o processo de povoamento da região. Possivelmente os primeiros habitantes tenham chegado por meio da expansão para o oeste, impulsionada pelas descobertas de ouro nos atuais estados de Mato Grosso e Goiás. A área onde hoje está situada a cidade de Oliveira era, na época, caminho da Picada de Goiás — uma rota utilizada por desbravadores que buscavam alcançar as regiões mineradoras do interior do Brasil (RIBEIRO, 2014). Diante da proximidade geográfica, é possível que os primeiros povoadores da região de Passa Tempo, tenham chegado através dessas expedições. Isaac Casemiro Ribeiro afirma que, no final do século XVIII, um número cada vez maior de pessoas era atraído para as fronteiras então “desocupadas” do oeste da comarca, em busca de terras onde pudessem fundar fazendas voltadas à produção agropecuária (RIBEIRO, 2014, p. 17).

De acordo com relatos oriundos da história oral e registros presentes em livros de memória regional, a maioria das sesmarias concedidas no território que atualmente corresponde ao município de Passa Tempo data do ano de 1747. A partir desse marco, tem início o processo de povoamento. Com o avanço da ocupação, o local passou a ser conhecido como Matos do Passatempo (Curato), então subordinado ao distrito de São José Del-Rei (atual município de

Tiradentes), o qual integrava, à época, a antiga Comarca do Rio das Mortes. Posteriormente, em 1832, foi elevado a condição de paróquia, e em 1840 foi desmembrado de São José Del-Rei e anexado a Vila de Oliveira, passando a compor sua comarca a partir de 1867. Em 1912, Passa Tempo foi elevado à categoria de Vila e, em 1925, à categoria de cidade.

O coronel Gabriel Augusto de Andrade, filho do casal que se estabeleceu em Passa Tempo em 1866, foi o responsável pela fundação da Vila de Passa Tempo em 1912. Ocupou o cargo de agente executivo até 1925, ano em que passou a exercer a função de prefeito municipal. A partir de então, alternou o cargo algumas vezes com homens de poder da época. Posteriormente, seu filho Bolivar de Andrade, tomou à frente da administração municipal até a segunda metade do século XX, sendo eventualmente substituído. A utilização da estrutura familiar como base institucional de poder contribuiu para a perpetuação da influência política da família Andrade no município ao longo do século XX.

Família e patriarcalismo

O mundo rural, agropecuário e pautado na produção de gêneros agrícolas, víveres de abastecimento interno, fazem parte do objeto de pesquisa desse trabalho, que se insere dentro da historiografia, no campo dos estudos da família. Nesse contexto, a vida social era experimentada, por sua principal unidade básica, a própria família (LEMOS, 2012). A família enquanto instituição, assumia um papel importante “na montagem e funcionamento das atividades econômicas” (FARIA, 1998, p. 21) no Brasil colônia e Império.

A historiadora Sílvia Maria Jardim Brügger, ao pesquisar sobre a família na Comarca do Rio das Mortes, região que se destacou pela prática da mineração, descortinou a ideia de que, nas regiões mineradoras, a sociedade não era tão patriarcal como nas demais regiões do país. Vários estudos anteriores afirmaram que a região das Gerais atraía para seu interior “homens aventureiros e solteiros, mais predispostos à itinerância, típica da atividade” (BRÜGGER, 2007, p. 47). Faltavam, assim, na região, mulheres brancas que possibilitassem a formação de famílias patriarcais legitimadas pelo Estado e pela Igreja.

Brügger, ao discutir o posicionamento já consolidado pela historiografia, problematizou o conceito de patriarcalismo, valendo-se de uma passagem citada por Gilberto Freyre, segundo a qual “a família é o grande colonizador do Brasil, é ela que desbrava o solo, instala a fazenda,

compra escravos, bois, ferramentas, a força social que desdobrava a política” (FREYRE, s/d, p.56 apud BRÜGGER, 2007, p. 47). Em análise detalhada sobre o conceito e a passagem em questão, concluiu-se que o patriarcalismo não se refere, necessariamente, ao predomínio do homem sobre a mulher, mas ao poder exercido pela família enquanto instituição. Nesse sentido, afirma que “a ideia central parece residir no fato das pessoas pensarem mais como membros de uma determinada família do que como indivíduos” (BRÜGGER, 2007, p. 49).

Ideia semelhante é discutida por Gusthavo Lemos, que trata o poder de influência exercido pela família enquanto instituição, de lógica familística. Nas palavras do autor: “Um conceito segundo o qual a família se coloca como o microcosmo básico da organização da vida econômica e social, e o locus do poder de decisões” (LEMOS, 2012, p.36).

A lógica familística é entendida como uma forma de organização das práticas sociais e econômicas da família, em que amplia o entendimento tradicional baseado apenas na autoridade do chefe da casa. Por mais que dialogue com a leitura de Gilberto Freyre — que via a família como o centro da organização social brasileira —, essa lógica desloca o foco da figura do patriarca para as relações entre gerações, as estratégias de reprodução social e as formas de gestão do patrimônio familiar. Assim, a família rural não é pensada somente como espaço de dominação interna, mas como uma unidade de articulação com o meio e com outras famílias, sendo fundamental para a estabilidade e reprodução do grupo social no espaço rural (LEMOS, 2012).

No entanto, a presença de estruturas patriarcais na sociedade mineira setecentista e em todo o arcabouço do Brasil colonial e imperial não podem ser desconsideradas. Sheila de Castro Faria analisa que “ não se pode colocar de lado o patriarcalismo em seu sentido mais amplo, desligado, obviamente, do conceito de família extensa), quando se analisa o período colonial brasileiro, ao menos no nível das ideias” (FARIA, 1998, p. 49). A família constituía a principal base de organização social, econômica e política, sendo elemento fundamental na construção e manutenção das hierarquias e das redes de poder nas sociedades locais.

Estratégias matrimoniais e redes familiares

Isaac Casseiro Ribeiro em sua pesquisa sobre o povoamento do Oeste da Comarca do Rio das Mortes, por meio da análise da família Ribeiro da Silva, considerou uma série de estratégias endogâmicas e exogâmicas adotadas pelos descendentes do casal Antônio Ribeiro da

Silva e Antônia Maria de Almeida. As estratégias, segundo o pesquisador teriam sido importantes para o povoamento do oeste da comarca, aumento da riqueza da família e manutenção das estruturas de dominação das elites latifundiárias durante o Brasil Colônia e Império (RIBEIRO, 2014).

Segundo os estudos realizados foram observadas inicialmente, estratégias de exogamia utilizadas por essa família até a consolidação da sua riqueza. Posteriormente as práticas de casamento dentro da parentela foram adotadas e, nesse momento, a família já havia consolidado prestígio e poder e possuía dentro da mesma parentela a possibilidade de realizar tais práticas (RIBEIRO, 2014).

Ao estudar a família Junqueira na região Sul de Minas, foram encontradas práticas semelhantes pelo historiador Marcos Ferreira de Andrade, que a partir do casal João Francisco e Helena Maria do Espírito Santo, deixaram extensa descendência na região, consolidando poder político e econômico. De acordo com o autor, na “terceira década do XIX, as propriedades de seus filhos estavam entre as melhores e mais bem equipadas” (ANDRADE, 2014, p. 229), com vasto número de gado, cavalos e porcos. A riqueza da família podia ser percebida pelo alto número de escravos, geralmente mais de 30 cativos (ANDRADE, 2014).

Vale destacar, neste trecho, uma breve semelhança com a família que é objeto deste estudo: a família Andrade. Assim como os Junqueira, os Andrade acumularam riqueza e prestígio na mesma região analisada por Marcos Ferreira de Andrade. Com base nos inventários, sabe-se que o Capitão Francisco Teodoro de Mendonça e Delfina Francisca de Andrade — avós do casal que posteriormente se estabeleceu em Passa Tempo — possuíam fazendas na região de Carrancas.

Portanto, assim como os Junqueira teriam acumulado sua fortuna, valendo-se da “articulação de atividades agropastoris, e a comercialização dos gêneros voltados para o abastecimento interno” (ANDRADE, 2014, p. 237). Os descendentes do casal que vieram para Passa Tempo em 1866, também teriam se aproveitado da chegada da corte em 1808, para investir na agricultura e pecuária de abastecimento da praça carioca, que teria ganhado destaque com a chegada da família real no Brasil (ANDRADE, 2014).

Outro aspecto importante a ser considerado, é o fato de um dos filhos do casal precursor da família Junqueira, Gabriel Francisco Junqueiro (barão de alfenas), ter contraído matrimônio com Inácia Constança de Andrade, ela pertencia a família Andrade. Sendo assim, com base em

pesquisas genealógicas, concluiu-se que a família que se muda para Passa Tempo, possuía uma correlação familiar com Inácia Constança de Andrade, por meio de uma ancestralidade comum. Ambos descendem do casal Antônio de Brito Peixoto e Maria de Moraes Ribeiro.

Ao realizar uma descrição do inventário de Gabriel Francisco Junqueira, Marcos Andrade destacou que os cavalos eram muito apreciados pelos Junqueira, merecendo descrição mais detalhada, inclusive dando exemplo do cavalo castelo e de um potro pampa, avaliados em 120\$000 (ANDRADE, 2014). Francisco Teodoro de Andrade iniciou na Fazenda Campo Grande, em Passa Tempo, o melhoramento genético de cavalos da raça manga-larga marchador. Ao que tudo indica, foi do Sul de Minas que vieram os primeiros animais, inclusive sob influência de Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas. A família deu continuidade a criação dos cavalos na fazenda, em Passa Tempo, e ganhou considerável destaque regional e nacional nesse ramo.

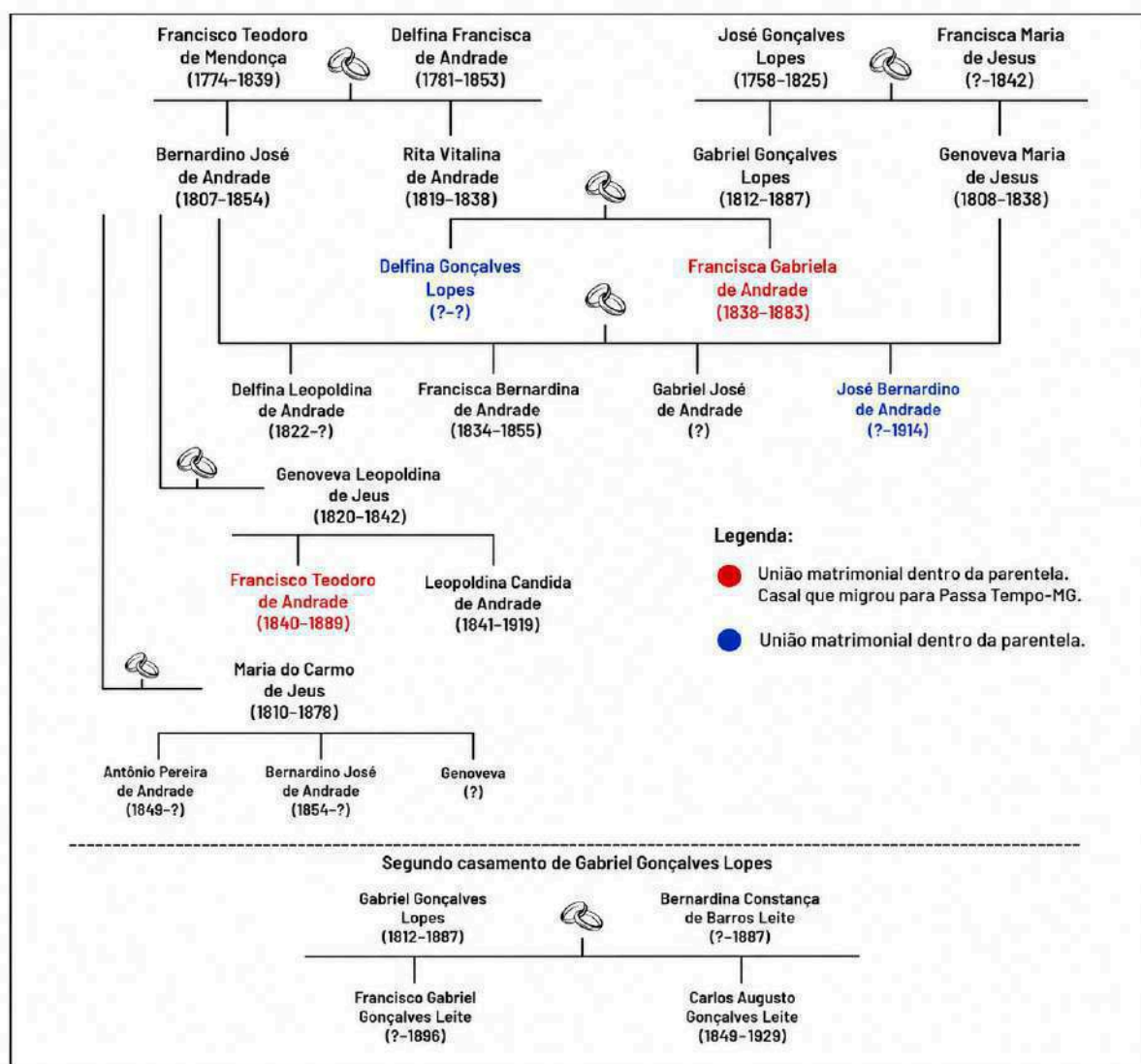
Também vieram do mesmo núcleo familiar para a região de Passa Tempo, o Major Francisco Gabriel Gonçalves Leite e Carlos Augusto Gonçalves Leite, ambos eram meios-irmãos de Francisca Gabriela de Andrade. Juntos da família “Andrade”, constituíram as elites locais com as maiores propriedades nas terras do município e de maior poder local, exercendo controle sobre o atual território da cidade.

A partir do cruzamento de dados genealógicos, é possível identificar a consolidação de vínculos entre as famílias Andrade e Lopes, evidenciada pelo casamento dos filhos de Francisco Theodoro de Mendonça e Delfina Francisca de Andrade com os filhos do Alferes José Gonçalves Lopes e de Francisca Maria de Jesus mostrando-nos que as famílias já estavam unidas antes de chegarem na cidade de Passa Tempo. Conforme demonstrado na Figura 1, os enlaces matrimoniais entre os membros dessas famílias evidenciam estratégias de alianças familiares e manutenção patrimonial por meio de práticas endogâmicas e exogâmicas.

Os membros da família Andrade e Leite, antes de migrarem para Passa Tempo, ocuparam fazendas na antiga Comarca do Rio das Mortes, região do Sul de Minas, nas atuais cidades de Lavras, Itutinga e Carrancas. As famílias quando se mudaram para Passa Tempo, na segunda metade do XIX, utilizavam das práticas citadas acima. Essa dinâmica local corrobora a análise de Marcos Ferreira de Andrade (2014), como estratégia de evitar o “fracionamento do patrimônio e manutenção de poder” (ANDRADE, 2014, p.238). A representação genealógica apresentada na

Figura 1 contribui para visualizar essas relações de parentesco e compreender a constituição das redes familiares que sustentaram a influência econômica e política dessas famílias na região.

Figura 1 – Enlaces matrimoniais entre as famílias Andrade e Lopes



Fonte: elaboração do autor a partir de registros genealógicos e inventários.

Considerações finais

A partir de uma abordagem prosopográfica, que nos permite um estudo social da história da família no período histórico delimitado, é possível identificar grupos sociais, frações das elites locais, seus relacionamentos e estratégias de reprodução social dos indivíduos. A atuação de elites políticas e econômicas viabiliza ao “historiador empreender um estudo dos

processos históricos dos quais elas se inserem” (HEINZ, 2006, p. 9). A trajetória da família Andrade analisada dentro da abordagem prosopográfica permite-nos:

“[...] conhecer as propriedades sociais mais requisitadas [dentro do grupo], sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos; enfim, conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros [da elite] para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar — mediante mecanismos de reconversão social — um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta.” (HEINZ, 2006, p. 9).

As redes genealógicas apresentadas ao longo da discussão deste trabalho, possibilitam uma compreensão de como a Família Andrade, elite econômica e política na região de Passa Tempo-Mg e do Sul de Minas, fez parte de um processo amplo de constituição e reprodução das elites rurais mineiras entre os séculos XIX e XX. Mesmo a pesquisa ainda estando em fase de desenvolvimento, até o presente momento, é possível evidenciar a relevância das relações familiares, alianças matrimoniais endogâmicas e exogâmicas, concentração patrimonial e redes de sociabilidade na consolidação do poder político e econômico exercido pela família na região.

Tais práticas aproximam o caso estudado das interpretações desenvolvidas por autores como Andrade (2014), Ribeiro (2014), Almeida (2010) que analisaram a formação de elites familiares em Minas Gerais durante o período colonial e imperial. Os indícios observados, inventários, documentos privados e fontes de memória local sugerem que a migração da família Andrade do Sul de Minas para o oeste mineiro ocorreu em um contexto favorável à expansão territorial e à ocupação de espaços de poder ainda em formação.

Nesse sentido, o prestígio social acumulado na região de origem, associado ao capital econômico e às conexões estabelecidas com outras famílias influentes, parece ter contribuído significativamente para a inserção e projeção da família em Passa Tempo. É válido aqui mencionar a contribuição do pensamento social da História, levando em consideração que o fazer histórico está diretamente ligado ao indivíduo e a sociedade em que está inserido. Bloch (2001), Castro (1997), Carr (1996), Thompson (1981) ratificam uma história pautada nos sujeitos, nas experiências, nos fenômenos em movimento. O homem, objeto de estudo da História, é um ser social transmutável e se relaciona racionalmente com as estruturas que os cerca, sejam políticas, econômicas ou sociais.

O conjunto documental reunido, especialmente os inventários post mortem, “nos permitem, através de registros dos créditos, mapear a clientela de um notável, e essas relações

específicas podem ser investigadas de geração em geração” (GRENDI, 2009, p.31). A partir dessa e de outras fontes primárias como cartas, fotos, documentos oficiais do município, é possível realizar o cruzamento dos dados dentro de “uma abordagem da micro-história e enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998, p.23). A diversidade dessas fontes seriais amplia as possibilidades de análise sobre as formas de organização familiar, os mecanismos de poder local e as relações sociais estabelecidas no interior mineiro.

Dessa forma, o aprofundamento da pesquisa, aliado à aplicação dos métodos prosopográfico e micro-histórico, poderá contribuir para uma compreensão mais ampla acerca das estratégias de perpetuação das elites agrárias, das disputas por poder local e da construção das memórias políticas e familiares no município de Passa Tempo.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte: Argumentum; FAPEMIG, 2010.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei — séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação de Lília Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARR, Edward Hallett. A sociedade e o indivíduo. In: _____. **Que é história?** Tradução de Lúcia Juarez de Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 33-47.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2. ed.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Ensaio Geral).
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- GRENDI, Edoardo. **Microanálise e história social**. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 19-38.

HEINZ, Flávio M. **O historiador e as elites — à guisa de introdução.** In: HEINZ, Flávio M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 7-16.

LEMO, Gustavo. **Aguardenteiros do Piranga: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856.** 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 15-38.

RIBEIRO, Isaac Casemiro. **Família e povoamento na comarca do Rio das Mortes: os “Ribeiro da Silva”, fronteira, fortunas e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX).** 2014. 281 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 3. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. A lógica histórica. In: _____. **A miséria da teoria ou um planeta de erros: ensaios sobre a história e a teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 47-62.

Entre o corpo político e a rebeldia: teorias corporativas de poder e contestação nas Minas setecentistas

Leandro Gonçalves de Rezende

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Arte

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

leandro9rezende@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho analisa a relação entre as teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica e os motins e inconfidências ocorridos em Minas Gerais ao longo do século XVIII. Partindo da compreensão de que tais formulações político teológicas concebiam o poder como derivado de Deus, mas mediado pela comunidade, investiga-se como esses princípios foram apropriados por diferentes agentes coloniais para questionar práticas consideradas tirânicas da administração portuguesa. Ao invés de privilegiar uma narrativa factual dos movimentos, o estudo enfoca as motivações, discursos e projetos dos revoltosos, evidenciando a circulação e ressignificação de ideias no interior do Império português. Motins ligados a abusos fiscais, arbitrariedades administrativas e conflitos locais revelam uma lógica de reivindicação baseada no direito à resistência frente à quebra do pacto entre rei e vassalos. Em alguns casos, como nas revoltas do sertão do São Francisco, observa-se inclusive a negação da legitimidade régia e tentativas de autogoverno. No âmbito das inconfidências, as críticas ao despotismo e às reformas pombalinas também dialogam com esse repertório teórico, ainda que sem romper completamente com a ordem monárquica. Assim, argumenta-se que as teorias corporativas de poder, difundidas no mundo ibérico, constituíram um importante referencial para a legitimação das práticas contestatórias nas Minas setecentistas, evidenciando a dinâmica entre ideias, indivíduos e instituições no contexto atlântico.

Palavras-chave: Teorias Corporativas de Poder; Segunda Escolástica; Minas Gerais; motins; cultura política.

A compreensão dos motins e inconfidências ocorridos em Minas Gerais, ao longo do século XVIII, exige uma análise que ultrapasse a complexa narrativa factual dos acontecimentos e se volte para os fundamentos políticos, culturais e intelectuais que orientaram as ações dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, o presente texto propõe investigar as relações entre as teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica e os movimentos de contestação surgidos na capitania mineira durante os três primeiros quartéis do setecentos.¹ Mais do que episódios

¹ Parte significativa desta análise é fruto do trabalho final apresentado à disciplina “Processo de Emancipação Política do Brasil: país, pátria e nação”, cursada na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2010, sob orientação do Professor Dr. Luiz Carlos Villalta, a quem agradeço pelas gentis contribuições.

isolados de desordem ou manifestações espontâneas de insatisfação, tais movimentos devem ser entendidos como expressões de uma cultura política específica, profundamente marcada pelas concepções jurídicas e teológicas difundidas no universo luso-católico do Antigo Regime.

As concepções corporativas de poder, formuladas no interior da tradição escolástica ibérica, concebiam a sociedade como um corpo orgânico e hierarquizado, no qual cada parte desempenhava uma função necessária para a preservação da harmonia do conjunto. Inspiradas em Aristóteles, em São Tomás de Aquino e posteriormente reelaboradas pelos autores da Segunda Escolástica, essas concepções afirmavam que o poder político tinha origem divina, mas não era transmitido diretamente ao soberano: sua legitimidade decorria da mediação da comunidade política, responsável por confiar ao rei a tarefa de promover a justiça, garantir o bem comum e preservar os direitos e privilégios dos corpos sociais.

Essa concepção encontrava respaldo em uma longa tradição do pensamento político cristão e escolástico. Conforme observa Skinner (1996), diversos autores dos séculos XVI e XVII sustentavam que a autoridade dos governantes derivava originalmente da comunidade política, que a transferia ao soberano para a promoção do bem comum. Logo, a legitimidade do poder estava vinculada ao cumprimento de determinadas obrigações morais e políticas, e não simplesmente à posse da autoridade. Dessa forma, o exercício do poder régio encontrava limites morais, jurídicos e religiosos, pois o governante que agisse de maneira tirânica, violando o direito natural e desrespeitando os pactos estabelecidos com seus vassalos, poderia perder sua legitimidade.

No contexto da América portuguesa, especialmente nas Minas setecentistas, tais concepções adquiriram relevância singular diante das tensões produzidas pela exploração aurífera, pela intensificação fiscal e pelas frequentes disputas entre autoridades metropolitanas e grupos locais. A constituição de uma sociedade marcada pela mobilidade populacional, pela diversidade de interesses econômicos e pelas constantes intervenções da Coroa portuguesa favoreceu a circulação e a apropriação dessas ideias políticas, que passaram a fundamentar, mesmo que indiretamente, discursos de resistência e contestação. Assim, muitos motins, sedições e inconfidências² não se restringiam à recusa pontual de tributos ou à reação imediata contra abusos administrativos; articulavam-se, em maior ou menor medida, a uma percepção de ruptura

² Ao dizer inconfidências, me refiro aos movimentos de Curvelo (1760-63), Mariana (1768), Sabará (1775) e Curvelo (1776). Não me reporto à Inconfidência Mineira de 1789, por ser essa um movimento mais amplo e complexo, e que por isso, merece um estudo mais detalhado e profundo (cf.: MAXWELL, 1978; FURTADO, 2002).

do pacto político que deveria assegurar equilíbrio, justiça e proteção aos povos (ANASTASIA, 2005).

Sob essa perspectiva, os movimentos rebeldes ocorridos em Minas Gerais durante a primeira metade do século XVIII podem ser interpretados como respostas a situações percebidas como violações da ordem tradicional. Questões relacionadas ao aumento de impostos, à implementação de novos mecanismos de arrecadação, aos abusos de autoridades régias, à carestia e/ou ao abastecimento, como bem analisou Flávio Marcus da Silva (2008), tornavam-se elementos capazes de legitimar ações de resistência coletiva. Em diversos casos, os revoltosos recorriam a argumentos que denunciavam a tirania, a injustiça fiscal e o desrespeito aos direitos costumeiros dos vassalos, revelando ecos das teorias corporativas de poder presentes na cultura política luso-brasileira. Não se tratava, portanto, de uma negação imediata da monarquia enquanto instituição, mas da crítica a um governo considerado incapaz de cumprir suas obrigações para com a comunidade.

Dessa maneira, este estudo pretende demonstrar que os motins e inconfidências mineiras não podem ser compreendidos apenas pela ótica da repressão colonial ou da oposição econômica à Coroa portuguesa. É necessário inseri-los em um universo intelectual mais amplo, no qual conceitos como bem comum, justiça, pacto político e legitimidade do poder estruturavam as formas de percepção e ação dos indivíduos. Ao investigar as apropriações dessas ideias no interior da sociedade mineradora, busca-se evidenciar como a cultura política do Antigo Regime português forneceu instrumentos simbólicos e argumentativos para a construção das práticas de contestação nas Minas Gerais setecentistas.

A historiografia recente sobre a região das Minas Gerais do século XVIII passou por transformações significativas, distanciando-se de visões tradicionais que focavam quase exclusivamente na Inconfidência Mineira de 1789. Atualmente, o campo de estudos sobre as sublevações e a organização política colonial oferece um quadro amplo de interpretações que articulam dinâmicas estruturais, cultura política e a agência de diversos atores sociais, como escravos, indígenas, brancos pobres e “homens bons”. Da mesma forma, durante muito tempo, predominou uma leitura marcada por perspectivas nacionalistas, que identificavam nesses movimentos manifestações precursoras da independência do Brasil e da formação de uma consciência nacional.

Contudo, estudos mais recentes passaram a compreender tais revoltas dentro da lógica política do Antigo Regime português, inserindo-as no universo das relações de negociação, conflito e pactuação existentes entre a Coroa e seus vassallos. Nesse sentido, trabalhos como os de Carla Maria Junho Anastasia (1983; 1998) evidenciaram que muitos dos movimentos de contestação na América portuguesa não tinham como objetivo imediato a ruptura com a monarquia, mas a restauração de um equilíbrio político considerado ameaçado pelos abusos administrativos, fiscais e jurisdicionais. Da mesma forma, autores como Luiz Carlos Villalta (2000; 2007), ao analisar a circulação das ideias políticas no mundo luso-brasileiro, destacaram a importância das teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica para a compreensão das formas de resistência presentes nas Minas setecentistas.

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (1996), por sua vez, contribuiu para demonstrar como os motins mineiros estavam vinculados às tensões sociais e econômicas produzidas pela fiscalidade régia e pelas disputas em torno do exercício do poder local. Já Leandro Pena Catão (2006) ampliou essas discussões ao enfatizar as redes clientelares, os conflitos entre potentados locais e os impactos das reformas pombalinas nas conspirações mineiras da segunda metade do século XVIII. Assim, a produção historiográfica recente tem buscado interpretar os movimentos rebeldes não como episódios isolados ou meramente sediciosos, mas como expressões de uma cultura política própria do mundo luso-colonial, profundamente marcada pelas noções de justiça, bem comum e limites ao poder régio.

É claro que as teorias corporativas de poder não são exclusivas do mundo luso. Elas fazem parte de um sistema teológico-filosófico que se convencionou chamar de Segunda Escolástica.³ Tal sistema, segundo Luiz Carlos Villalta (2000, p. 14), foi “constituído, no início da Idade Moderna, em torno da revitalização da escolástica medieval, relendo as ideias de Aristóteles e os ensinamentos de Santo Tomás de Aquino, assentando-se fundamentalmente no método dedutivo e refutando o experimentalismo”.

Em linhas gerais, tais concepções defendiam que:

³ A Segunda Escolástica foi um movimento teológico-filosófico desenvolvido sobretudo nos séculos XVI e XVII, ligado principalmente às universidades ibéricas e às ordens religiosas, em especial os jesuítas e dominicanos. Em Portugal, a penetração da Segunda Escolástica foi particularmente expressiva, chegando a lecionar naquele Estado: Luís de Molina (1536-1600), em Évora; Azpilcueta Navarro (1592-1586), em Coimbra; e Francisco Suárez (1548-1617), também em Coimbra, onde desfrutava de grande prestígio desde fins do século XVI. Da mesma forma, merecem destaque Roberto Bellarmino (1542- 1621), Juan de Mariana (1536-1624) e Cláudio Lacroix, João Azor e Busembaum (VILLALTA, 1999, p. 28).

o poder, embora fosse oriundo de Deus, não transitava diretamente deste para o rei, passando, ao contrário, pela mediação da comunidade, cujo bem-estar deveria ser objeto de cuidado do soberano, o qual, caso se tornasse um tirano, poderia ser deposto. (...) O governante não pode tudo; deve respeitar as leis, as diferenças de direito e as hierarquias havidas no interior dessa sociedade, a capacidade dos povos de pagar os tributos; necessita procurar a felicidade do Reino e repartir com justiça prêmios e castigos (VILLALTA, 2007, p. 582).

Tal formulação evidencia que tais princípios vão de encontro à tirania. O rei, de modo algum, pode governar prejudicando seus súditos e muito menos desrespeitando as leis da esfera natural, humana e/ou divina, pois “Deus é a fonte primeira do direito e do Estado”. De acordo com esse princípio, o Estado funciona como um “corpo místico”⁴: são muitas as partes, cada qual com sua função na consecução do destino metafísico. A noção de “corpo místico” corresponde à concepção político-religiosa, difundida pela tradição escolástica, segundo a qual a sociedade era entendida como um organismo composto por diferentes partes hierarquizadas e interdependentes, cada uma exercendo uma função específica para a manutenção da ordem e do bem comum.

Nesse modelo, o rei figurava como a “cabeça” do corpo político, devendo governar em harmonia com os demais membros da comunidade. A função do soberano é representar a unidade política e social, mantendo a harmonia entre seus membros e atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio, garantindo a cada qual o seu estatuto, ou seja, o rei devia, de fato, realizar a justiça, de modo a garantir a manutenção da ordem social e política já estabelecidas. Os estudos de Xavier e Hespanha (1997) confirmam que o rei devia expandir os negócios, sem vexar os vassallos, promovendo a felicidade. Assim, todos os membros, em consonância, são importantes para o bom funcionamento do conjunto. Nenhuma parte pode exceder a sua função, e uma vez que isso ocorresse, o prejuízo ao todo seria inevitável.

Dessa forma, na sociedade política, a organização, o equilíbrio e a conservação deveriam ser a regra, pois todos cumpririam “uma vontade coletiva” visando garantir à felicidade dos povos. Este enquadramento teórico impunha limites éticos e jurídicos rigorosos à autoridade régia. O monarca tinha como fim último a realização do “bem comum”, e a sua legitimidade

⁴ A ideia de “corpo místico” possui raízes bíblicas, especialmente nas epístolas paulinas, nas quais São Paulo compara a comunidade cristã a um corpo formado por muitos membros interdependentes, cada qual exercendo uma função necessária para a harmonia do conjunto. Em I Coríntios 12, 12-27, o apóstolo afirma que, embora haja muitos membros, existe um só corpo. Essa concepção foi posteriormente apropriada pela tradição escolástica para pensar a organização da sociedade e do poder político, entendidos como um organismo composto por diferentes corpos e ordens sociais articulados entre si, razão pela qual tais concepções ficaram conhecidas como teorias corporativistas ou corporativas de poder.

estava condicionada ao respeito pela lei natural e divina. Sob esta ótica, o soberano seria uma das partes de um “pacto social”. A outra seria a comunidade, que possuía o poder derivado diretamente de Deus. Todavia, quando este pacto fosse desrespeitado, o governo do soberano se tornava ilegítimo, consequentemente não sendo passível de obediência. No caso de tirania, heresia, desrespeito ao direito natural e divino, abuso do poder e da tributação, ou quando o rei não promovesse a justiça, o povo devia “resistir ativamente” e, se fosse o caso, substituir o rei, empregando, numa vertente mais exaltada, o regicídio.

Nas palavras de Francisco Velasco de Gouvea, de 1627, “ainda que os Póvos transferissem o Poder nos Reys, lhes ficou habitualmente, e o podem reassumir quando lhes for necessário para sua conservação” (*Apud* VILLALTA, 2010). Essa concepção política estava longe de representar uma negação da monarquia. Conforme demonstra Luís Reis Torgal (1981), as formulações políticas desenvolvidas no contexto da Restauração portuguesa do século XVII procuravam conciliar a autoridade régia com a preservação das liberdades, privilégios e direitos históricos dos corpos políticos do reino. Nessa perspectiva, o rei era reconhecido como a cabeça do corpo político, mas seu poder não era concebido como arbitrário ou ilimitado, estando subordinado aos princípios da justiça, da lei divina e do bem comum.

Dessa forma, a legitimidade do governo dependia da observância dos deveres inerentes ao exercício da autoridade, abrindo espaço para críticas e formas de resistência quando se verificavam práticas consideradas tirânicas ou contrárias aos interesses da comunidade. Logo, as teorias corporativas de poder não pregam a oposição à monarquia, numa vertente que poderíamos chamar de antiabsolutista. Pelo contrário, para alguns teóricos – a exemplo de Suárez - o absolutismo seria justificado, pois aquele que está no exercício do poder, “o teria recebido de maneira ‘plena e absoluta’, sendo assim independente. O ato de um povo livre de intuir um governante não seria apenas ‘um ato de transferência, mas também de ab-rogação de sua soberania original” (VILLALTA, 1999, p. 226).

As teorias de poder não se chocam frontalmente com o Estado Monárquico, contudo, seus pressupostos impõem certos limites no exercício do poder desse Estado. É sob essa premissa que os rebeldes e inconfidentes mineiros apropriaram-se das ideias corporativas de poder da Segunda Escolástica. De modo geral, ao analisar algumas motivações dos movimentos de contestação, bem como alguns projetos que cada um instituía, tendo em vista a sua realidade, perceberemos ecos com as ideias acima expostas. Ou seja, as teorias corporativas de poder

embasaram, mesmo que indiretamente, os diversos movimentos que questionaram as ações das autoridades portuguesas.

A maioria dos motins da primeira metade do século XVIII, em Minas, “originaram por questões fiscais, abusos de poder das autoridades, problemas derivados da arrematação de contratos e [ou] da comercialização de produtos de primeira necessidade” (ANATASIA, 1998, p. 42). Os atores de tais movimentos, na maioria das vezes, reclamavam dos procedimentos das autoridades, pois os consideravam “injustos e descomedidos”. Já que tais autoridades não se empenhavam para garantir o bem comum, os povos tinham o direito de protestar e de resistir. Segundo Carla Anastasia (1998), estes movimentos visavam a restaurar o equilíbrio tradicional, estabelecendo um nível razoável e aceitável de negociação, ocorrendo dentro da lógica das “regras do jogo colonial”.

Nessa perspectiva, os motins mineiros não devem ser interpretados como manifestações revolucionárias voltadas à ruptura da ordem monárquica, mas como formas de reivindicação inseridas na própria cultura política do Antigo Regime. Ao denunciar arbitrariedades fiscais, abusos de autoridade e violações dos costumes locais, os revoltosos mobilizavam argumentos que encontravam respaldo nas concepções corporativas de poder então vigentes. A resistência surgia, portanto, como um mecanismo legítimo de defesa da comunidade diante de governantes ou agentes régios considerados incapazes de cumprir suas obrigações para com o bem comum. Mais do que contestar a figura do rei, esses movimentos buscavam restaurar a harmonia do corpo político, reafirmando os princípios de justiça, reciprocidade e proteção que deveriam orientar as relações entre a Coroa e seus vassalos.

Todavia, alguns motins chegaram, em determinados momentos, a questionar a própria obediência à soberania régia, sobretudo quando o rei era percebido como tirânico e incapaz de cumprir suas obrigações para com os súditos. Tal percepção aparece de maneira significativa no manuscrito conhecido como *Pai Nosso dos Revoltosos do Sertão do São Francisco*,⁵ produzido por volta de 1734-1736, no contexto das revoltas contra a capitação. No documento, os revoltosos atacavam diretamente a legitimidade moral do soberano ao afirmarem: “Rei e Senhor soberano (...) / dizem que estais no céu / mas não acredito eu / pois tanto nos atropelais / e por essa razão não estais santificado”. Em outro trecho, denunciavam a crueldade do governo e a perda do reconhecimento simbólico da autoridade régia: “Todo este povo (...) o queixa / nessa muita

⁵ Lisboa. ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Mss. do Brasil, Livro 10, f. 210.

crueidade / e não louva com vontade / o vosso nome”. As críticas presentes no documento evidenciam que, para os amotinados, o rei deixava de ser digno de obediência quando rompia com os princípios de justiça e de proteção que legitimavam o pacto político entre monarca e vassallos.

Luciano Figueiredo (1999, p. 128-144) assinala que a revolta dos moradores do sertão do Rio São Francisco esteve diretamente relacionada à introdução da capitação, novo sistema tributário implementado pela administração portuguesa. Naquele contexto, as autoridades metropolitanas demonstravam crescente preocupação com a arrecadação do quinto, cuja cobrança por meio das Casas de Fundição era considerada suscetível a fraudes e descaminhos. Como alternativa, instituiu-se a capitação, tributo calculado com base no número de escravizados existentes na capitania, acompanhado do chamado censo de indústria, incidente sobre atividades comerciais e produtivas. A principal fonte de insatisfação residia no fato de a cobrança passar a alcançar todos os cativos, independentemente de estarem ou não vinculados à atividade mineradora.

Para os sertanejos, afastados das zonas auríferas e dedicados predominantemente à pecuária e à agricultura, a medida representava uma exação injusta e desproporcional. Nesse cenário, o rei e seus representantes passaram a ser identificados como responsáveis pela opressão fiscal, sendo frequentemente associados à figura do tirano. A rebelião assumiu contornos particularmente violentos e chegou a esboçar formas locais de autogoverno, evidenciando, como observa Figueiredo (p. 140), uma recusa da soberania régia em determinadas áreas onde os potentados locais resistiam ao avanço da autoridade metropolitana. Não por acaso, os insurgentes entoavam o lema “Viva o rei e morra o governador”, expressão que revelava uma concepção política típica do Antigo Regime: a crença de que o monarca permanecia como fonte legítima da justiça, enquanto os abusos eram atribuídos aos seus agentes, acusados de trair os deveres de governo e de comprometer o bem comum.

Voltando ao manuscrito, as críticas à tributação excessiva e aos abusos das autoridades régias aparecem associadas à denúncia da tirania e da ruptura do pacto entre rei e vassallos. Em diversos trechos, parodiando a oração exemplar dos cristãos, o Pai Nosso, os revoltosos condenavam a opressão fiscal imposta pela Coroa, afirmando existir um “tributo tão altivo / porque o vosso nome é tão temido”, além de clamarem: “livrai-nos senhor desta guerra / tirai-nos os quintos que pagamos”. A cobrança dos tributos era apresentada como causa direta da

miséria e da privação da população sertaneja, como se observa na passagem em que afirmavam que o soberano lhes tirava “o pão nosso”, ou ainda quando declaravam: “Pagar tais quintos não posso (...) ainda que nos prendais / a cada dia”.

O documento também revela a tentativa dos amotinados de sensibilizar o rei para a realidade vivida pelos povos do sertão, ao suplicarem: “Se vós cá quiserdes vir / uma vez de quando em quando (...) e saberias então / as nossas grandes pobreza”.⁶ Por fim, ao pedirem que o monarca os livrasse “dos quintos” e “de todo mal”, os revoltosos explicitavam a compreensão de que cabia ao soberano assegurar justiça, proteção e bem comum aos seus súditos. Dessa forma, o manuscrito evidencia como os princípios das teorias corporativas de poder eram apropriados como instrumento de crítica política e legitimação da resistência contra um governo considerado injusto e tirânico.

Com efeito, em relação às inconfidências, percebemos que as teorias corporativas de poder se fazem presentes nas bases intelectuais das conspirações, bem como nas reivindicações e nos interesses que guiavam os “acusados de traição”. Um dos principais motivos das inconfidências anteriores ao movimento de 1788-89 corresponde aos atos do governo do rei d. José I “com destaque para a expulsão dos jesuítas, o suplício dos Távoras e o degredo de José de Seabra Silva”; além do acúmulo exorbitante de poder nas mãos de seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal.

Leandro Pena Catão (2007, p. 669-689) sintetiza também que interferências nas redes clientelares, intrigas, inimizades e disputas entre os potentados locais contribuíram para a existência de tais inconfidências. Essa conjectura trazia desconforto e insatisfação para os inconfidentes, que por sua vez rotulavam tal governo como cruel, tirânico, patético e demente. Dessa forma ele se tornava ilegítimo, pois quebrava a tradição, não promovendo a felicidade dos povos. Assim era lícito à população se levantar contra o monarca, atacando-o por meio de papéis sediciosos e conversações, com o objetivo de reverter essa situação, sem, contudo, desfazer os vínculos com a Metrópole.

Diante do exposto, percebemos que as teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica serviram como fundamento para legitimar e embasar as ações e reivindicações dos motins e inconfidências das Minas setecentistas. Em sua grande maioria tais “revoltas” seguiram a máxima que consagrava aos povos o direito de insurgir-se contra um poder classificado como

⁶ Lisboa. ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Mss. do Brasil, Livro 10, f. 210.

tirânico. Em cada caso, levando-se em conta as especificidades da época, local, projetos e intenções, fica claro que as teorias corporativas de poder alimentaram as ações rebeldes, na medida em que pregavam os direitos dos povos e os limites ao poder real.

Como observa Torgal (1981), a cultura política portuguesa do Antigo Regime articulava a defesa da autoridade monárquica com a ideia de que o exercício do poder deveria respeitar determinados limites morais, jurídicos e religiosos. Essa concepção, amplamente difundida no mundo luso-brasileiro, ajuda a compreender por que muitos movimentos de contestação nas Minas setecentistas não se apresentavam como antimonárquicos, mas como reações a governos percebidos como injustos, abusivos ou tirânicos. Destrates, vale a pena salientar que as teorias corporativas de poder “fizeram-se presentes de modo implícito nos discursos e práticas dos inconfidentes”, evidenciando que tais ideias circulavam no mundo colonial, sendo apropriadas pelos indivíduos, que as usavam para “criticar e intervir na realidade histórica imediata em que viviam” (VILLALTA, 2007, p. 591).

Assim, ao analisar os motins e inconfidências ocorridos nas Minas Gerais setecentistas à luz das teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica, torna-se possível compreender tais movimentos para além de simples reações circunstanciais à fiscalidade régia ou aos abusos administrativos. Inseridas no universo político e cultural do Antigo Regime português, essas manifestações de contestação revelam a apropriação, pelos diversos agentes coloniais, de um repertório intelectual que reconhecia limites morais e jurídicos ao exercício da autoridade régia. A noção de pacto entre rei e comunidade, associada aos princípios de justiça, bem comum e preservação dos direitos costumeiros, forneceu bases argumentativas para a crítica à tirania e para a legitimação da resistência. Nesse sentido, os movimentos rebeldes mineiros evidenciam não apenas as tensões inerentes à administração colonial, mas também a circulação e ressignificação de ideias políticas no interior do Império português, demonstrando como concepções oriundas da tradição escolástica ibérica foram mobilizadas na construção das práticas de contestação e negociação do poder nas Minas setecentistas.

A interpretação dos motins e inconfidências mineiras à luz das teorias corporativas de poder permite inseri-los em um debate político mais amplo, compartilhado por diferentes tradições intelectuais da Época Moderna. Como destaca Skinner (1996, p. 450-451), a legitimidade da autoridade estava associada ao cumprimento de sua finalidade pública, isto é, à promoção do bem comum e da justiça. Assim, as críticas dirigidas às autoridades portuguesas nas

Minas Gerais não representavam necessariamente uma rejeição da monarquia, mas a contestação de práticas percebidas como tirânicas e incompatíveis com os princípios que deveriam orientar o exercício legítimo do poder.

Referências bibliográficas:

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A geografia do crime: violência das Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

ANATASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998.

CATÃO, Leandro Pena. **Sacrílegas palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CATÃO, Leandro Pena. Inconfidência(s), jesuítas e redes clientelares nas Minas Gerais. In.: RESENDE, Maria Efigênia Laje de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa**. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. A. Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais - 1736. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 40, p. 128-144, 1999.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope - história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. No berço da rebelião. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 1, p. 170-179, 2014.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TORGAL, Luís Reis. **Ideologia política e teoria do Estado na Restauração**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VILLALTA, Luiz Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In.: RESENDE, Maria Efigênia Laje de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VILLALTA, Luiz Carlos. El-Rei, os vassalos e os impostos: concepção corporativa de poder e método tópico num parecer do Códice Costa Matoso. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 15, n. 21, p. 222-236, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos (pesquisa, transcrição, seleção e organização). **Coletânea de documentos: processo de emancipação política do Brasil**. Documento I: Justa aclamação do Sereníssimo Rey de Portugal Dom João IV, de Francisco Velasco de Gouvea, editada em Lisboa no ano de 1627. Belo Horizonte, 2010.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In.: MATOSO, José (coord.). **História de Portugal (O Antigo Regime)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

A circulação de artífices ao longo do Caminho Novo no século XVIII: o caso de Ressaca em Carandaí-MG

Maria de Queiroz e Melo

Doutoranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

queiroz.maria0@gmail.com

Resumo: O estudo propõe a investigação do Povoado da Ressaca, uma região estratégica que articula economia agrária, rotas de circulação e produção artística no período colonial. Situada no Caminho Novo e atravessada por cursos d'água como o Rio das Mortes e a nascente do Paraopeba, a região consolidou-se como núcleo de abastecimento e ponto de convergência para tropeiros, comerciantes, artífices e viajantes, atuando como parte da rede imperial que conectava a produção local a fluxos globais de bens e pessoas. A pesquisa parte da investigação do povoado da Ressaca enquanto espaço de circulação de pessoas, saberes e práticas culturais ao longo do século XVIII, período em que diferentes capelas foram estabelecidas como estruturas de organização religiosa e social. A análise considera aspectos arquitetônicos, iconográficos e estilísticos do templo de Nossa Senhora da Glória, destacando a presença de elementos característicos do rococó mineiro e possíveis conexões com oficinas artísticas atuantes na região de Vila Rica. Os resultados evidenciam que, além de seu valor artístico, a capela constitui um importante eixo de sociabilidade e memória coletiva para os moradores da Ressaca, onde tradições religiosas, práticas culturais e narrativas comunitárias mantêm viva a relação entre patrimônio e identidade local. Neste sentido, torna-se necessário compreender o contexto social de formação territorial da capitania mineira, de modo a inserir a região no panorama historiográfico colonial, tomando por base o Caminho Novo enquanto principal eixo comercial central ligado ao Império Sul Atlântico Português.

Palavras-chave: Arte colonial; Capelas rurais, Ressaca (Carandaí-MG).

Ao longo do século XVIII, a formação do território mineiro esteve associada às intensas dinâmicas de circulação que conectavam diferentes regiões da capitania, envolvendo fluxos de pessoas, mercadorias e práticas culturais. Nesse cenário, as capelas realizavam funções que vão além do âmbito estritamente religioso, atuando na organização comunitária e convivência social. Presentes em arraiais, caminhos e áreas rurais, esses espaços religiosos contribuíram para a consolidação dos núcleos populacionais e com a articulação das experiências cotidianas nas Minas coloniais, revelam aspectos fundamentais da ocupação territorial e das manifestações de devoção popular. Dentre essas edificações, destaca-se a Capela de Nossa Senhora da Glória, situada no povoado da Ressaca, no distrito de Hermilo Alves, município de Carandaí (MG). Localizada em uma região vinculada às rotas de trânsito e às atividades agrárias, o templo revela elementos acerca das formas de sociabilidade e organização local desenvolvidas durante o período colonial.

Aspectos históricos e socioculturais

O povoado de Ressaca está inserido na rota do Caminho Novo, um conjunto de estradas que ligam Minas Gerais ao Rio de Janeiro. O Caminho Novo permitiu o acesso mais rápido do Rio de Janeiro às minas de ouro, reduzindo significativamente o tempo de viagem para cerca de 25 dias e sua abertura decorreu da necessidade de estabelecer um trajeto mais eficiente para o transporte do ouro até a capital, suprimindo os antigos caminhos, mais longos e vulneráveis a desvios das riquezas. Além de funcionar como eixo principal, o Caminho Novo tornou-se uma via fundamental para o transporte de gado, pessoas, mantimentos, ferramentas e bens, conectando os centros mineradores às regiões de produção e abastecimento (RENGER, 2007). Tal importância estratégica já era reconhecida pela administração colonial, como demonstra o relato de Artur de Sá e Meneze, governador da Capitania do Rio de Janeiro, em uma carta ao Rei: “pareceu-me conveniente ao serviço de Vossa Majestade buscar todos os caminhos para que os quintos do ouro de lavagem não se extraviem e continue o aumento das minas” (MAGALHÃES, 1913, p. 338-339, apud RENGHER, 2007, p. 130).

O mesmo documento aponta o interesse direto na abertura de uma nova passagem entre o Rio de Janeiro e as Minas, que, além de mais breve, permitiria a articulação com os férteis Campos Gerais, descritos como promissores para criação de gado e comparados a Buenos Aires, facilitando também o acesso a outras áreas auríferas como o Sabarabuçu. Assim, a mineração juntamente às redes de abastecimento e mobilidade fomentaram as economias locais e as relações mercantis da Colônia, expandindo a produção e o alcance das vias de comunicação.

A posição estratégica de Ressaca favoreceu sua consolidação como um ponto de convergência artística e comercial. Inserida em um contexto geográfico privilegiado, entre as comarcas de Vila Rica e São João del Rei, e associada à importantes cursos d'água, como o Rio das Mortes e a nascente do rio Paraopeba (afluente principal do rio São Francisco), o deslocamento e a comunicação na região eram favorecidas, bem como à fertilidade dos solos que impulsionava as atividades agrícolas.

As capelas rurais na conjuntura setecentista

A organização territorial no Brasil colonial era determinada por diferentes instâncias administrativas, jurídicas, religiosas e econômicas, responsáveis pela ocupação e ordenamento do

espaço. Nesse sentido, as sesmarias desempenharam papel central enquanto concessões de terras voltadas à produção e à expansão da ocupação colonial. A distribuição dessas terras era realizada pela Coroa portuguesa ou consolidada por meio da posse efetiva dos colonos, cabendo aos sesmeiros a obrigação de cultivar e tornar produtivas as propriedades. Frequentemente, a ocupação antecedia a formalização legal da posse, situação que contribuía para disputas entre posseiros e sesmeiros. O processo de concessão envolvia requerimentos encaminhados às autoridades locais, inspeções realizadas pelo Senado da Câmara, demarcações territoriais e posterior validação administrativa.

Na organização colonial estavam as capitanias, divisões territoriais subordinadas à Coroa portuguesa. As comarcas exerciam funções judiciárias e administrativas, reunindo vilas sob jurisdição de magistrados e autoridades régias. As vilas constituíam os principais núcleos de administração local, sendo organizadas em torno das câmaras municipais responsáveis pela regulamentação da vida política e cotidiana. E as freguesias correspondiam às circunscrições religiosas e sociais estruturadas a partir da igreja matriz, desempenhando funções fundamentais no registro e acompanhamento da população.

Dentro do ambiente setecentista, as capelas assumiram papel significativo na configuração territorial das Minas Gerais. Além da administração sacramental, esses espaços articulavam redes de sociabilidade, relações econômicas e práticas coletivas, contribuindo para a formação de núcleos populacionais e para a consolidação das dinâmicas locais. Deste modo, estes templos colaboravam para a delimitação das freguesias e para a estruturação do povoamento ao longo das rotas coloniais.

A fundação de uma capela dependia da autorização eclesiástica e da doação de terras destinadas à manutenção do culto religioso. Os solicitantes precisavam recorrer ao arcebispado, comprovando condições financeiras para a construção do templo e sustentação das atividades religiosas. Inicialmente, esses espaços recebiam assistência periódica de sacerdotes ligados à freguesia, mas o crescimento do entorno, associado ao estabelecimento de habitações, atividades comerciais e aumento populacional, fomentava a necessidade de maior regularidade litúrgica.

Com o desenvolvimento desses núcleos, o vigário podia nomear um capelão residente, responsável pela condução contínua das atividades religiosas e pela assistência espiritual da comunidade. A partir desse momento, a capela tornava-se “curada”, isto é, provida de um cura, consolidando-se enquanto Aplicação, uma circunscrição subordinada à freguesia, porém dotada

de maior estabilidade institucional. Os habitantes vinculados a essa jurisdição eram denominados “aplicados”, evidenciando a relação direta entre a comunidade e o espaço religioso.

Ao longo do Caminho Novo, o estabelecimento de capelas esteve frequentemente associado à instalação de ranchos e hospedarias destinados ao apoio de viajantes, tropeiros e comerciantes. Entretanto, conforme ressalta Francisco Eduardo de Andrade (2007) a existência da capela não constituía necessariamente o fator inicial de ocupação do território. Muitas vezes, os locais escolhidos já possuíam relevância estratégica devido à proximidade de cursos d’água, fertilidade do solo, cruzamentos de rotas e condições favoráveis de trânsito. Assim, o assentamento do templo integrava processos econômicos, sociais e religiosos já em desenvolvimento.

Compondo a relação urbanização-instituição eclesiástica de modo historicamente dinâmico e diversificado, verifica-se que a existência de uma capela, mesmo que não correspondesse a uma povoação com edificações e rede de relações locais visíveis, não podia significar ausência de um *lugar* estratégico - cruzamento de rotas, confluências de rios, passagens obrigatórias, fertilidade e salubridade locais, condições de acesso -, onde pousos e ranchos, esporadicamente, permitiam trocas e algum nível de sociabilidade. Assim, o lugar da capela, manifestando o movimento dos entrantes e povoadores, com certa evidência, surgia antes da instituição da capela (ANDRADE, 2007, p.152)

A própria nomenclatura dos arraiais e capelas relacionava-se às experiências de deslocamento, às características geográficas e às práticas culturais dos habitantes. A toponímia derivava frequentemente da paisagem, das devoções religiosas e das formas de uso do território. O termo “Ressaca”, por exemplo, indicava áreas abertas ou clareiras utilizadas como locais de pouso e acampamento. Além disso, a escolha do santo padroeiro frequentemente relacionava-se ao calendário religioso e ao dia associado à fundação do lugar, reforçando os vínculos simbólicos entre território e devoção.

As capelas também configuravam como importantes espaços de sociabilidade, nos quais se articulavam diferentes aspectos da vida cotidiana. Para além das missas, cerimônias como procissões, rezas de terço, vias-sacras e festividades religiosas promoviam encontros e fortaleciam vínculos comunitários. Esses espaços funcionavam ainda como pontos de contatos, negociação de interesses e construção de redes de sociabilidade.

Neste quadro, insere-se a Capela de Nossa Senhora da Glória, pertencente à freguesia de Prados e ao termo da antiga Vila de São José del-Rei. Situada em uma região concernente à Comarca do Rio das Mortes, o templo atendia pequenas comunidades rurais localizadas próximas

aos caminhos que levavam às áreas mineradoras de Vila Rica. As funções litúrgicas desempenhadas pelo templo mostravam-se suficientes para atender às demandas locais, abrangendo celebrações batismais, matrimoniais e eucarísticas, conforme registrado nas visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1998). Segundo os registros, a capela possuía significativa estrutura material, sendo construída em pedra, dotada de altares ornamentados e dos itens necessários para a realização das cerimônias religiosas, evidenciando sua relevância para a comunidade local e entorno.

A Capela de Nossa Senhora da Ressaca, distante 5 léguas da matriz e 5 da Lagoa Dourada, com 650 almas e 101 fogos, foi visitada por comissão e crismaram-se 644 pessoas e foi erigida por provisão ordinária de 7 de janeiro de 1736, é fabricada em pedra e possui 112 palmos de longitude e 37 de latitude. Tem 3 altares com decência e boas imagens e ornatos, cálice, âmbula, relicário, pia batismal de pedra, vasos e ornamentos suficientes para o sacrifício eucarístico (Trindade et al., 1998, p.249).

Ornamentação e artífices identificados

No que tange à categorização da ornamentação dos templos do período colonial, Miryam Ribeiro de Oliveira (1983) propõe a análise dos estilos de pinturas, sendo estes em perspectiva vertical e a partir da existência ou não de quadraturas nos forros. A quadratura refere-se a um tipo de pintura decorativa expressa a partir de elementos arquitetônicos apresentados sob a forma de bancos ou muros parapeito, onde se apoiam anjos, doutores da Igreja, figuras religiosas e arranjos florais, causando efeito de profundidade e continuidade (ALVES, 2016). A pintura de perspectiva quadraturista aparece no Brasil por volta do segundo quartel de 1700, tendo Gonçalo Francisco Xavier como um dos responsáveis por sua divulgação no território mineiro.

A trajetória de Gonçalo é identificada através de sua inscrição na Irmandade de São José em Vila Rica no ano de 1728, período em que atuou em diversas igrejas e capelas mineiras como Catas Altas, Ouro Preto, Mariana, Conceição do Mato Dentro, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Piranga e Carandaí. A associação à irmandade sob o ofício de pintor, juntamente à documentação processual em decorrência de dívidas ao comerciante João Gonçalves de Bragança em 1766, pela aquisição de materiais utilizados para pintura, como pincéis, óleos, gessos e pigmentos, atestam sua presença na região ao longo do período de 1728-1771.

A autoria do pintor pode ser percebida a partir da recorrência de determinados recursos estilísticos presentes em suas obras. Sua produção caracteriza-se pela utilização de elementos decorativos específicos que, associados a uma paleta de cores particular, tornam-se distintivos de seu repertório temático. Entre esses elementos, destaca-se a frequente representação de romãs, distribuídas em amplas áreas das composições, especialmente nos forros das naves e no retábulo-mor, geralmente acompanhadas por arranjos florais, buquês e vasos. A utilização desse elemento é associada à suposta ascendência cristã-nova do pintor, interpretado como um vestígio simbólico de tradições judaicas incorporadas ao repertório visual da arte religiosa colonial⁷.

Outros componentes recorrentes em suas obras incluem volutas em curvas sinuosas, conchas estriadas, guirlandas florais, folhas de acanto e ornamentações em C e S. Também são comuns representações de cortinados em tons avermelhados e tecidos azuis com padrões fitomórficos, frequentemente combinados a figuras angelicais. A representação de aves constitui outro aspecto marcante de sua produção, geralmente figuradas em tonalidades claras ou escuras, com olhos destacados e bicos curvos, frequentemente integradas às composições decorativas com romãs e ou peônias.

Uma característica igualmente significativa de sua pintura encontra-se no uso de marmorizados fingidos e efeitos decorativos que simulam revestimentos nobres. Esses recursos aparecem em colunas, capitéis, entablamentos, arcos-cruzeiros e demais superfícies arquitetônicas, sendo executados por meio de pinceladas paralelas ou curvas sucessivas que produzem a ilusão visual do mármore. Associados a esses fingimentos, destacam-se os chamados embutidos, adaptações de modelos decorativos inspirados em trabalhos de incrustação marmórea. Em Minas Gerais, onde a utilização de mármore era limitada, essas soluções foram amplamente reproduzidas por meio da pintura, combinando tonalidades de preto, branco e vermelho.

A paleta utilizada pelo artífice também constitui um importante elemento de identificação. Predominam tons terrosos, ocre, castanhos, vermelhos escurecidos, azuis profundos, cinzas, pretos e brancos, compondo uma atmosfera visual marcada pela sobriedade e

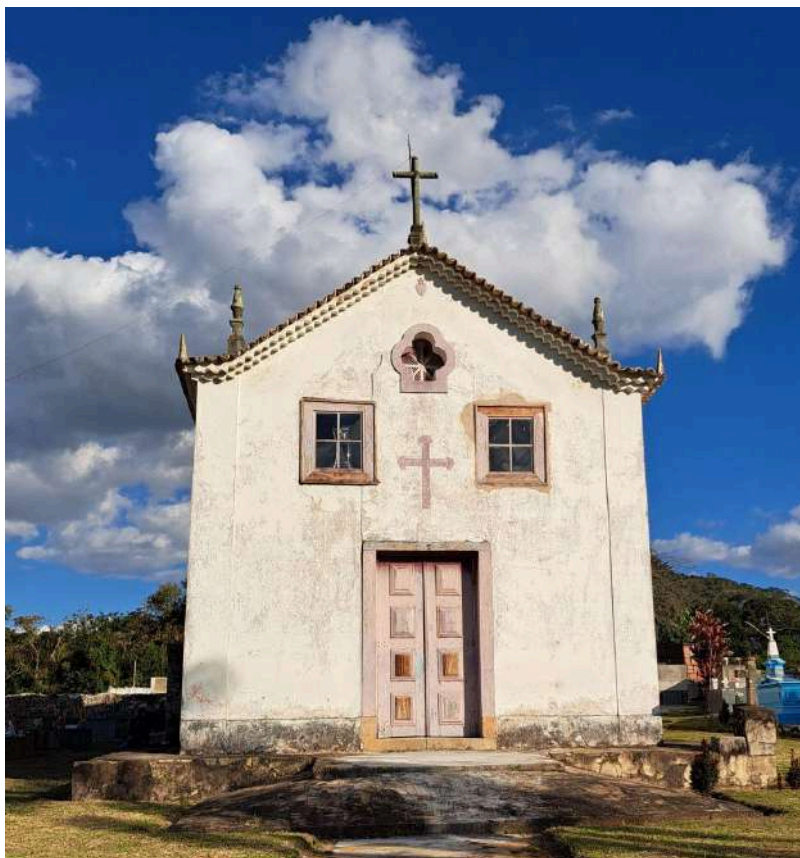
⁷ A simbologia judaica da romã decorre de suas 613 sementes e a relação com os 613 provérbios presentes na Torá, além de ser uma das sete espécies de Israel e seu uso como talismã para atrair fertilidade e abundância. Para maior aprofundamento do tema, consultar: FONSECA, João Paulo Alves. **Um Pintor Peregrino na Capitania das Minas**: a obra de Gonçalo Francisco Xavier. Orientador: Alex Fernandes Bohrer. 2021. 72p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Conservação e Restauração)-Instituto Federal Minas Gerais, Ouro Preto, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/57383565/Joao_Paulo_AF_TCC_Um_pintor_peregrino_na_capitania_das_Minas_GoncaloFranciscoXavier.

pelo contraste. Diferentemente das tonalidades mais luminosas e vibrantes associadas ao rococó mineiro, suas obras apresentam tonalidades mais contidas. Essa combinação entre exuberância ornamental, efeitos ilusionistas e tonalidades insere sua produção na conjuntura da pintura barroca mineira, indicando a presença de modelos decorativos anteriores à chegada do estilo rococó na capitania.

No caso da Capela de Nossa Senhora da Glória, consideramos que as romãs na pintura do forro da nave e retábulo-mor, sugerem a atuação do pintor ou de sua oficina no templo. Bem como o repertório cromático predominante em tons terrosos, vermelhos e azuis. Nota-se ainda motivos florais com destaque para as peônias, acompanhadas por aves com bicos aduncos e guirlandas. Além de embutidos aplicados no retábulo-mor que demonstram a técnica empregada pelo pintor. Destaca-se o domínio do conhecimento sobre a utilização deste tipo específico de decoração, também observada no retábulo de Santo Antônio na Matriz de Antônio Dias em Ouro Preto, cuja autoria é atribuída a Gonçalves.

Ressaltam-se ainda as contribuições de pesquisas que buscaram compreender a atuação do pintor nos circuitos artísticos mineiros, os estudos de Jáder Barroso Neto (2009) apontaram a possível atuação de Gonçalves a partir da análise de recursos estilísticos recorrentes e da paleta observada no templo de Ressaia. Posteriormente, João Paulo Fonseca (2021) reforçou essa hipótese ao examinar aspectos relacionados à conservação e à alteração das camadas pictóricas, especialmente no trono da capela.

Fig. 1: Capela de Nossa Senhora da Glória, Carandaí/MG.



Fonte: Acervo pessoal (2025)

O templo possui fachada simples, com um frontão triangular no topo, óculo central, duas sacadas e uma porta (Fig. 1). Todos os vãos têm formato reto, exceto o óculo, que pode ter sido alterado depois. Internamente, há uma separação tradicional entre a nave principal e a capela-mor, divididas pelo arco-cruzeiro. Ao lado da capela-mor, no lado do Epístola, há uma pequena sacristia.

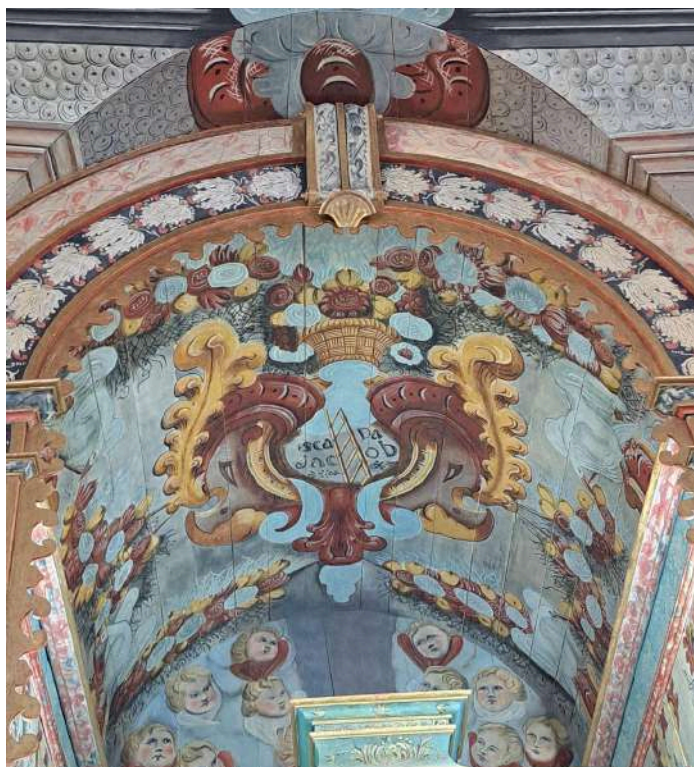
No nártex, do lado do Evangelho, está o batistério com uma pia de pedra em forma de cálice. Isso indica que durante o século XVIII, tendo em vista que as pias batismais geralmente ficavam nas igrejas matrizes, a capela era utilizada para batismos e outras celebrações desde muito cedo, hipótese reforçada pelo ostensório localizado no topo do arco-cruzeiro.

Na nave há uma balaustrada de jacarandá, com detalhes que seguem o mesmo estilo das molduras do coro e dos púlpitos. Entre os púlpitos, apenas o do lado do Evangelho possui escada de acesso externa. Já o púlpito do lado da Epístola parece ter sido colocado apenas por motivos estéticos, para criar simetria.

O retábulo-mor (Fig. 3) é uma peça de carapina e o conjunto é emoldurado por marmorizados em tons de vermelho, e conta com dois nichos laterais com cortinados que imitam tecido. Ao redor do camarim, há um arco com embutidos, destacando folhas brancas de acanto sobre um fundo escuro. O sacrário aproxima-se de *chinoiserie*, motivos asiáticos caracterizados pelo uso de vermelho, preto e dourado em sua composição.

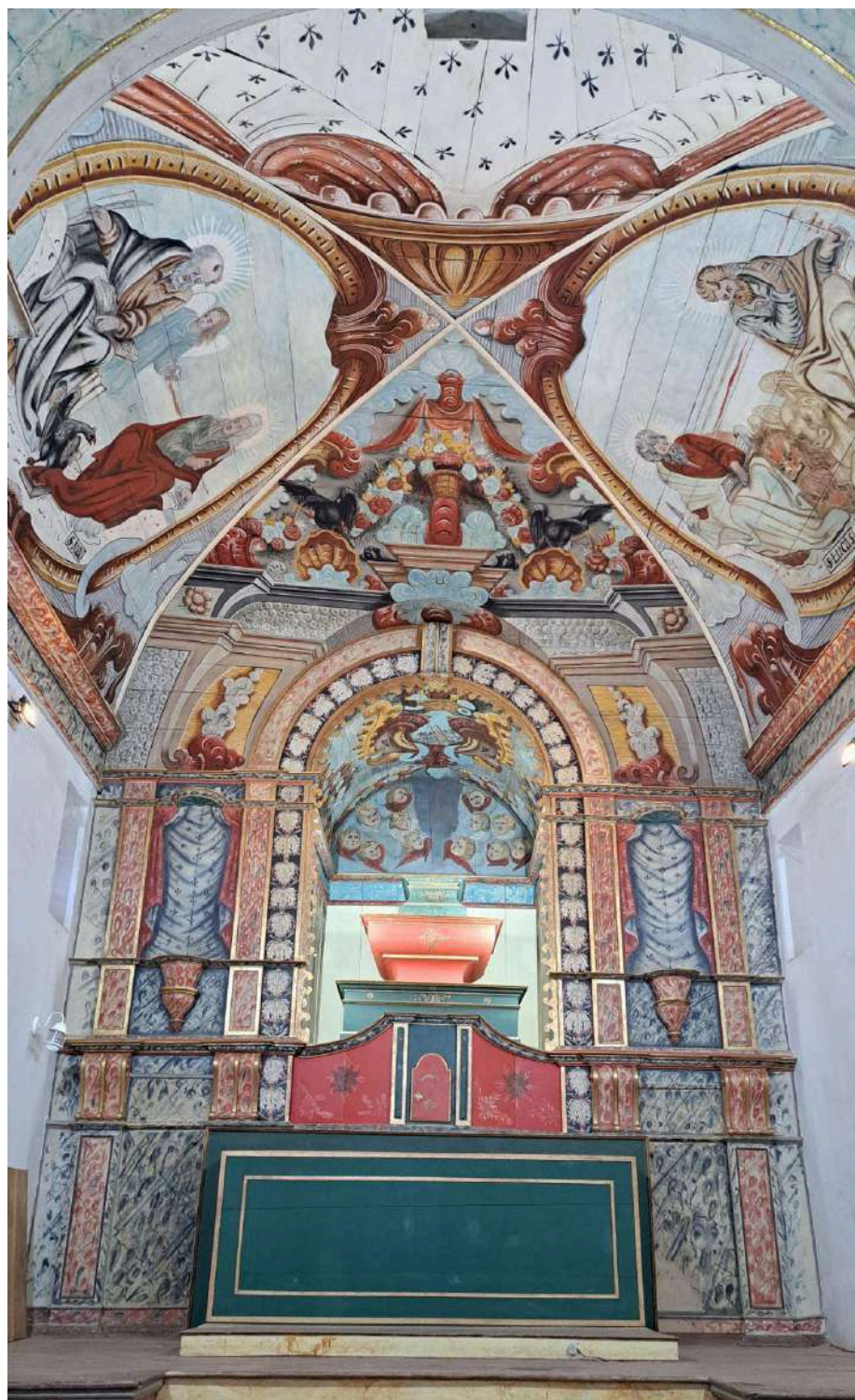
O camarim apresenta concheados, aves e querubins que compõem a cena bíblica da Escada de Jacó, onde em uma visão Jacó contempla uma escada que conectaria a terra aos céus (Fig. 2). No topo da composição, aparecem diversos romãs, uma marca registrada do trabalho de Gonçalo, destacam-se também os mascarões, figuras antropomorfas incorporadas de mosaicos greco-romanos.

Fig. 2: Camarim do retábulo-mor, Capela de Nossa Senhora da Glória, Carandaí/MG.



Fonte: Acervo pessoal (2025)

Fig. 3: Retábulo-mor, Capela de Nossa Senhora da Glória, Carandaí/MG.



Fonte: Acervo pessoal (2025)

A pintura do altar principal se estende até o teto, criando uma continuidade visual entre as formas verticais e horizontais. O teto possui abóbada de aresta, solução arquitetônica incomum na região. Ao longo da estrutura há vários motivos decorativos, como conchas, pássaros, flores, romãs abertas e elementos em C e S.

O forro da nave (Fig. 4) apresenta uma grande composição em perspectiva, com peças arquitetônicas como muros, parapeitos, partes de arcos, clarabóias e camarotes. Por toda a pintura há pares de anjos, guirlandas, festões, flores e uma grande quantidade de romãs. No centro do forro há um grande medalhão circular com a cena da Assunção da Virgem. Além da Assunção, o segundo medalhão apresenta um conjunto de anjos acompanhados pela frase: *Pulchra es et decora, filia Jerusalem* ("Sois bela e formosa, filha de Jerusalém").

Fig. 4: Forro da nave, Capela de Nossa Senhora da Glória, Carandaí/MG.



Fonte: Acervo pessoal (2025)

A análise pictórica preliminar do templo revela a participação de outros artífices que também atuaram em importantes construções religiosas em Vila Rica. João de Carvalhais e Bernardo Pires, este último integrante da oficina de Carvalhais, cuja colaboração ocasional se reflete em obras de relevância, como os trabalhos realizados na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Brasília do Pilar em Ouro Preto, notadamente destacados por Adalgisa Arantes Campos (2021).

Nela (Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar), João de Carvalhais arrematou importantes trabalhos, e da sua oficina se destacou, nos anos seguintes, o pintor Bernardo Pires da Silva. Carvalhais e Pires introduziram o Rococó na freguesia do Pilar, enquanto a oficina de Manoel Rebelo e Souza o fizera na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e, assim, tem-se a consolidação da linguagem Rococó em Vila Rica, em fins década de 1760 (Campos, 2021, p.24).

As pinturas da capela-mor foram executadas por Bernardo Pires da Silva, conforme lançamento de 1774, e posterior louvação de João Nepomuceno Correia e Castro. O dito Bernardo Pires trabalhou no forro da capela-mor do Santuário de Congonhas entre 1773 e 1775, atividade que presumimos justificar seu pedido para se ausentar à irmandade do Santíssimo. Embora não tenha sido tratado como ‘mestre’ na documentação, Pires elaborou uma figura humana com mais desenvoltura que aquela de Carvalhais no forro da nave (Campos, 2021, p.30).

Na Capela de Nossa Senhora da Glória, no retábulo do lado do Evangelho, há dois braços cruzados com as cinco chagas, simbolizando a iconografia de São Francisco de Assis (Fig. 5). No lado da Epístola, a palavra latina *Caritas*, indica o retábulo de São Francisco de Paula (Fig. 6). As pinturas das rocalhas em ambos retábulos revelam um trabalho delicado com cores que se misturam suavemente, amarelos, marrons e azuis, e aproximam-se ao estilo de João de Carvalhais. Também é possível que as rocalhas tenham sido feitas por Bernardo Pires, como os estilos dos dois são parecidos, pode haver sobreposição nas obras.

Fig. 5: Retábulo de São Francisco de Assis, Capela de Nossa Senhora da Glória, Carandaí - MG.



Fonte: Acervo pessoal (2025)

Fig. 6: Retábulo de São Francisco de Paula, Capela de Nossa Senhora da Glória, Carandaí - MG.



Fonte: Acervo pessoal (2025)

Considerações finais

Em vista dos trabalhos encontrados no templo, apontamos que a intensa atividade artística observada em Vila Rica pode ter favorecido a expansão da atuação de artífices para localidades situadas ao longo das rotas. Em decorrência de sua localização, as capelas frequentemente recebiam um fluxo expressivo de viajantes, comerciantes e fiéis, maior do que as matrizes localizadas nas vilas, constituindo importantes pontos de encontro e devoção.

Deste modo, a movimentação de artífices acompanhava os próprios circuitos de deslocamento estabelecidos pelo Caminho Novo, favorecendo a difusão de técnicas, modelos e profissionais especializados para além dos grandes centros urbanos, como Vila Rica e Congonhas. Assim, regiões de abastecimento como o povoado da Ressaca, embora distantes dos principais espaços de produção cultural da capitania, inseriam-se nessas redes de circulação e apresentavam condições favoráveis à realização de encomendas religiosas e decorativas.

Além disso, a prosperidade econômica proporcionada pelas atividades agrícolas e pelo fluxo de viajantes que percorriam o Caminho Novo possibilitou que irmandades e comunidades locais investissem na decoração de seus templos. A presença de características associadas a artífices especializados sugere a circulação de mão de obra qualificada na região. Tal fenômeno pode ser observado tanto na Capela de Nossa Senhora da Glória quanto na vizinha Igreja Matriz de Sant'Ana, em Santana dos Montes, cuja autoria é atribuída a Francisco Xavier Carneiro, demonstrando a capacidade econômica e o papel significativo que esses núcleos populacionais desempenharam durante o período colonial.

Por sua vez, os padrões estilísticos associados à produção de Gonçalo Francisco Xavier possibilita inferir que o Povoado da Ressaca participava ativamente dos circuitos de intercâmbio cultural, saberes e estilos decorativos que estavam sendo desenvolvidos. A contratação de mão de obra especializada para a pintura da capela demonstra a capacidade econômica da comunidade local e reforça a relevância histórica do povoado, cuja inserção nas rotas comerciais e culturais favoreceu o acesso a produções de elevado nível técnico.

As aproximações estilísticas observadas em obras atribuídas a João de Carvalhais e Bernardo Pires indicam possíveis conexões entre a Ressaca e os circuitos culturais atuantes em Vila Rica. Sugere-se ainda a existência de uma ampla rede em atividade na capitania, em que muitos dos artífices atuantes permaneceram à margem da historiografia tradicional,

frequentemente concentrada em nomes como Manuel da Costa Ataíde e Antônio Francisco Lisboa.

Deste modo, a análise da Capela de Nossa Senhora da Glória e do povoado da Ressaca permite compreender como os processos de ocupação territorial nas Minas Gerais setecentistas estiveram intimamente relacionados às dinâmicas de fluxo, religiosidade e produção econômica. A investigação da ornamentação do templo revela a inserção da Ressaca em circuitos mais amplos de artífices e técnicas que conectavam as localidades rurais aos principais centros da capitania. Por fim, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre o papel desempenhado pelas pequenas comunidades rurais na formação histórica de Minas Gerais, evidenciando que espaços muitas vezes considerados periféricos foram fundamentais para a organização territorial, cultural e social da capitania durante o período colonial.

Agradecimentos:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Referências bibliográficas:

ALVES, Célio Macedo. **Joaquim Gonçalves da Rocha, sua oficina e a pintura ilusionista em Igrejas de Sabará, Caeté e Santa Luzia.** In: MELLO, Magno Moraes. *Desenhando Palavras e Construindo Geometrias: Espaço escrito e espaço pintado no tempo barroco.* Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2016. cap. 7, p. 109-124. ISBN 978-85-68158-10-4.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais.** *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 151-166, 2007.

BOHRER, Alex; QUEIROZ, Maria. **Um Raro Plano Pictórico em Minas Gerais: A Capela da Ressaca no Contexto da Produção Artística Setecentista.** *Perspectiva Pictorum*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 122-140, 24 mar. 2025. DOI 10.5281/9mad7n13. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistaperspectivapictorum/article/view/58292>. Acesso em: 22 abr. 2025.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Contribuição ao estudo da Igreja Matriz do Pilar de Ouro Preto e sua ornamentação pictórica no XVIII mineiro.** *Revista Barroco Digital*, Belo Horizonte, n. 1, p. 24-36, 2021. Disponível em:

<https://www.revistabarroco.com.br/wp-content/uploads/2022/08/adalgisa-arantes.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2025.

FONSECA, João Paulo Alves. **Um Pintor Peregrino na Capitania das Minas**: a obra de Gonçalo Francisco Xavier. Orientador: Alex Fernandes Bohrer. 2021. 72p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Conservação e Restauração)-Instituto Federal Minas Gerais, Ouro Preto, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/57383565/Joao_Paulo_AF_TCC_Um_pintor_peregrino_na_capitania_das_Minas_GoncaloFranciscoXavier. Acesso em: 1 mai. 2025.

NETO, Jáder Barroso. **A pintura setecentista de Gonçalo Francisco Xavier (at 1742-1775) em Igrejas e Capelas mineiras**. Orientador: Magno Moraes Mello. 2009. 145 p. Dissertação de Mestrado (Mestre em História)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1674. Acesso em: 1 mai. 2025.

OLIVEIRA, Myriam Ribeiro de. **A pintura de perspectiva em Minas colonial: ciclo rococó**. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, n. 12, p. 171-180, 1983.

RENGER, Friedrich E. **A origem histórica das estradas reais nas Minas setecentistas**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TRINDADE, Dom Frei José da Santíssima. **Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; IEPHA-MG, 1998.

A Ordem, a Fé e o Império: Fundamentos da Filosofia Política Jesuíta e sua Implementação no Brasil Colonial

Guilherme Lima Heide

Graduando em História
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
guilima0303@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa analisa a Companhia de Jesus como uma instituição política moderna que converteu a disciplina religiosa em tecnologia de governança colonial em meia transição do mundo feudo-burguês, a Ordem ressignificou a "Razão de Estado" sob a ótica boteriana, harmonizando a tradição cristã com as exigências da expansão econômica global. As missões consolidaram-se como uma Commonwealth autossuficiente, pautada na gestão da mão de obra indígena e no aporte de capital intelectual e mercantil de cristãos-novos, através de exemplos dos casos do líder Guarapaúba e de Antônio Vieira, evidenciam-se tensões com a Cúria Romana e um pragmatismo que favoreceu a autonomia da Província. Ao reivindicar a jurisdição civil sobre os nativos, os jesuítas atuam como arquitetos da ordem social brasileira, mediando a transição da Economia da Salvação para o capitalismo comercial por meio de uma sofisticada microfísica do poder.

Palavras-chave: Jesuítas; Política; Brasil-Colonial.

Introdução:

Criada em 1540, a Companhia de Jesus emergiu não apenas como um instrumento da Contrarreforma, mas como uma produção sofisticada da transição para a nova ordem do "mundo feudo-burguês" descrita por José L. Romero. Inserida nos primórdios da modernidade e da acumulação primitiva de capital, a Ordem promoveu a estabilidade social e econômica através da mediação política, da educação popular e de práticas como a conversão e a confissão. Embora inicialmente dependente de doações para a subsistência das missões, a Companhia rapidamente racionalizou a fé, transformando a disciplina religiosa numa ferramenta de eficiência política e administrativa. A postura pautou-se pelo "realismo e pragmatismo dos inicianos" (NEVES, 2004, p. 12) e pela sua adaptabilidade ao capitalismo mercantil ascendente. Ao transpor esta lógica para a América colonial, os jesuítas atuaram como arquitetos de uma nova ordem, procurando harmonizar a tradição cristã com as exigências de um sistema econômico global emergente. A Ordem distinguiu-se pelo seu caráter racionalista e pela obediência, mas também por um intenso debate metodológico interno. No Brasil, por exemplo, o fracasso inicial das missões volantes

levou à adoção de aldeamentos fixos e à adaptação das estratégias de pregação à cultura nativa, o que acabou por ditar o sucesso da evangelização (LEITE, 2006, V. 1). Por fim, importa destacar o internacionalismo inicial que marcou a organização, refletido na inclusão de judeus e cristãos-novos nos seus quadros. Contudo, na sequência de vários escândalos internos, a Ordem sofreu uma inflexão posterior, culminando na adoção de estatutos de pureza de sangue (MARKYS, 2009, p. XXII).

O Espírito e mentalidade política da Companhia

Para compreender a mentalidade política da Companhia de Jesus, é fundamental regressar à sua base normativa. A *Fórmula do Instituto* (1539) e a bula *Regimini Militantis Ecclesiae* (1540), aprovadas pelo Papa Paulo III, consolidam os propósitos da Ordem: o avanço doutrinário, a instrução pública, a prática da confissão e o compromisso de obediência irrestrita para missões em qualquer território ao mesmo tempo que conciliaria com a adaptação necessária as terras do “além-mar”, seja “aos turcos, ao Novo Mundo, aos luteranos, ou a quaisquer outros infiéis ou fiéis” (HOPFL, 2004, p. 8-9). Para concretizar este vasto projeto de “elevação moral” e conversão, o contacto com a esfera secular era inevitável, contudo, diferenciando-se de ordens medievais como os franciscanos e os dominicanos, a Companhia foi pioneira no esforço deliberado de evitar ser vista a interferir politicamente. Esta constante vigilância sobre a própria imagem pública derivava das múltiplas vocações da Ordem e da sua complexa relação com a *respublica*. Face a estas dinâmicas, importa questionar: de que forma estas cautelas e a preocupação com a ordem do mundo cristão atuaram de forma subliminar sobre a lógica das missões brasileiras? Ao deslocar-se para o Novo Mundo, o jesuíta transportou não apenas a “mentalidade do medo” ocidental e a religiosidade quotidiana, mas também uma base cultural diversificada e uma prática de debate contínuo que acabariam por ditar a sua práxis e a construção da *Orbis Christianus* no espaço colonial:

uma imagem cristã medieval do mundo. Fundou-se na crença que o mundo é de Deus, cujo representante na terra é a igreja Católica. [...] A verdade absoluta, eis o princípio da “*orbis Cristiano*”. Papa e reis tinham por missão precípua tirar-lhe os óbices, estender e sustentar a fé, fazer reinar a graça de Deus. [...] Era determinação divina que aqueles, a quem deputara como chefes, cumprissem como unidade da fé, com sua universalidade. A fé era a verdade, a adesão a verdade: importava, pois, trazer todos a ela. Ela era a ordem instituída por Deus. Fora dela tudo o mais era abominação, anomia, injúria. [...] Cumpria anunciar a verdade, em todo lugar sempre. Mais importante, porém, era

impô-la, fazê-la viger. Este era o reino de Deus que já se constrói nesta terra; por conseguinte devia se identificar com os reinos existentes. Daí se compreende a noção do Sagrado Império, orbe cristão, e a sua construção. [...] o Sagrado Império já se desmembrara em Estados Nacionais, legando a eles, assim mesmo, a desincumbência destas responsabilidades maiores. [...] A fé informava todos os gestos humanos, indicando sua razão última, Deus, [...] devia o rei governar, o comerciante tratar, o soldado conquistar, o navegante descobrir terras, o padre pregar ao rei, ao comerciante, ao soldado, ao navegante e abençoá-los, cada um continuando seu ofício. Fosse qual fosse [...], todos eles se deixavam impregnar até a raiz pela fé, pela forma cristã de entender a realidade. (PAIVA, 1982, p. 22-23).

Na base da expansão colonial estava a crença na universalidade de um orbe essencialmente cristã, que viu-se ameaçada pela descoberta de em “Novo Mundo” e de populações com culturas radicalmente distintas. Para os portugueses, era imperativo subjugar estas sociedades vistas como estando sob o jugo do “espírito maligno” e integrá-las no mundo europeu através da conversão e do batismo. Sob esta lógica, a violência, a escravização e a guerra “justa” eram legitimadas como meios de garantir a unidade da orbe e de impor aos indígenas o seu “direito irrevogável” de tornarem-se cristãos. Estes fundamentos ideológicos nortearam a política jesuíta e o conceito da *Orbis Christianus*, materializando-se no princípio do “*compele eos intrare*” (compelir a entrar) (IDEM, p. 23). Na prática, a presença europeia desestabilizou dinâmicas locais: o escambo de armamentos e a procura por mão de obra cativa, transformando conflitos interétnicos em massacres, inviabilizando o modo de vida tradicional indígena através de guerras e descimentos, e como demonstram os documentos compilados por Padre Serafim Leite (2006, Vol. 2), a catequese tornou-se indissociável da guerra. Acreditando que a conversão exigia imposição, os religiosos promoviam a migração forçada para aldeamentos ou a submissão aos colonos, deste modo, inseriam os nativos em polos de irradiação da cultura europeia e garantindo, simultaneamente, a força de trabalho e a base económica indispensáveis para financiar e sustentar o projeto colonial.

Embora a maioria dos membros da Companhia dedicasse exclusivamente à vida religiosa, a instituição reconhecia, desde a sua origem, que a interlocução com o poder secular era inevitável. Esta proeminência tornou a Ordem alvo frequente de suspeitas de conspiração e interferência, criando um estigma tão profundo que o *Oxford English Dictionary* (1900) chegou a cristalizar a associação histórica do termo “jesuíta” a intriga política (HOPFL, 2004, p. 1). Na prática, estas conexões refletiam o pragmatismo da instituição: os fundadores compreendiam que a missão exigia o patrocínio das autoridades e prestavam serviços ao Estado sempre que compatíveis com os princípios eclesiásticos. Este mesmo realismo aplicava-se à base material da

Companhia. Apesar do ideal de "pobreza religiosa", a sobrevivência da Ordem exigia recursos concretos, o que se refletiu diretamente nos critérios de recrutamento. Ao privilegiar a admissão de jovens de famílias abastadas, os jesuítas garantiam que, embora o ensino fosse gratuito, a manutenção dos colégios e das missões fosse assegurada por donativos das elites. Esta astuta estratégia integrou a Ordem no fluxo financeiro da nobreza e da burguesia ascendente, assegurando-lhe, em simultâneo, o financiamento vital e uma extensa rede de contatos influentes (LEITE, 2006, V. 1, p. 109).

O realismo pragmático dos jesuítas no Novo Mundo, personificado em figuras como Antônio Vieira, André João Antonil e João Daniel, estruturou-se a partir de uma necessidade premente: sustentar missões de escala monumental num território desprovido de infraestruturas europeias. Para viabilizar a subsistência material da Companhia de Jesus, a literatura missionária transcendeu a mera catequese, operando por meio de uma mecânica perfeitamente análoga ao conceito moderno de **"fabricação do consenso"** (*Manufacturing Consent*, Chomsky & Herman, 2002). No modelo de Chomsky, o consenso é manufaturado quando as instituições de poder filtram a informação, marginalizam dissidências e constroem uma narrativa oficial que alinha o público aos interesses das elites dominantes. No contexto colonial, os jesuítas detinham o monopólio dessa "mídia" primordial: a palavra escrita. Ao analisarmos as *Cartas* de Vieira (2004), a *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* de Antonil (2024) e o *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* de João Daniel (2004), o que se observa não é apenas crônica ou teologia, mas sim a operação de sofisticados filtros de triagem ideológica. Antonil e João Daniel atuaram como engenheiros desse consenso ao converterem a complexidade brutal da colônia em manuais de viabilidade técnico-econômica altamente atraentes e por consequência realizam quase uma espécie de "agitação e propaganda" incentivando o projeto colonial. Antonil dissecou a engrenagem dos engenhos e da mineração com uma precisão cirúrgica que domesticava a violência intrínseca ao sistema; João Daniel inventariou a Amazônia como um éden de recursos inesgotáveis à espera de exploração.

Essa "fabricação" histórica resolveu uma contradição crucial para a Ordem: ao mesmo tempo em que criticavam os excessos dos colonos seculares para proteger o seu próprio monopólio sobre a mão de obra indígena, os jesuítas precisavam convencer a Coroa e os investidores europeus de que o projeto colonial era rentável, estável e moralmente justificado. A narrativa de opulência e de controle racional da terra manufaturada por essas obras neutralizava

as críticas à escravidão e ao extermínio nativo, substituindo a realidade sangrenta por uma ilusão de ordem e progresso espiritual-econômico. O consenso fabricado no imaginário europeu garante o fluxo contínuo de capitais, novos colonos e recrutas para a Companhia, legitimando a centralização do poder jesuítico perante o Estado absolutista. Contudo, por trás deste aparato de relações públicas, a realidade material desmascarava o emissor da mensagem. A integração direta da Ordem na economia agroexportadora e extrativista revelava que o consenso fabricado servia, fundamentalmente, para blindar a sua própria hegemonia: os jesuítas acumularam latifúndios, monopolizaram o compadrio da força de trabalho indígena nas Missões e estabeleceram lavouras altamente competitivas. Longe da abnegação puramente mística, o clero frequentemente posicionava familiares em setores estratégicos da máquina colonial, convertendo a narrativa salvacionista em uma vasta e pragmática concentração de influência política, controle territorial e riqueza material (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 169-188).

Todo trabalho inicia-se com auxílio e ajuda financeira de Roma, da aristocracia e das comunidades locais: “Um punhado de farinha e um charangueiro nunca pode faltar no Brasil, e, enquanto lá houver algodão e tujucos, também não nos faltara de que fazer uma roupeta da Companhia” aqui, Vieira refere-se a economia cultural ou “natural” sempre ao alcance, há os salários dos párocos, esmolas e outras rendas a que se somam os frutos de uma economia incipiente:

No Maranhão [...] temos ainda alguns escravos e criação de vacas, de que se poderão ajudar os daquela casa, se nas outras e nas missões se fizes o fruto que se espera, logo S.M., como tem prometido, acrescentará mais renda, e não faltarão pessoas particulares e devotas que nos ajudem com suas esmolas. (NEVES, 2004, p.12)

Como destaca Neves, o pragmatismo de António Vieira era de tal ordem que até a sua produção intelectual religiosa era convertida em capital, de facto, os jesuítas atuavam como múltiplos agentes económicos transitando entre a esfera intelectual, na administração, no extrativismo, na agricultura escravagista, o que demonstra uma integração ativa e genuinamente empreendedora na nascente economia global. A mentalidade pioneira pode ser atribuída à forte presença de cristãos-novos nos primórdios da Ordem com suas práticas comerciais moldando não apenas as fundações financeiras da Ordem, mas as próprias estruturas do capitalismo moderno. Werner Sombart (2017, p. 64) sublinha o papel de vanguarda destes cristãos-novos na América, apontando o seu monopólio em diversos setores do mercado colonial. Esta hegemonia abrangeu a produção e o comércio açucareiro (LEON, 1975, p. 102) e expandiu-se, de forma

progressiva, ao tráfico de escravizados, à mineração e ao controle do comércio no Atlântico Meridional (SALVADOR, 1978, p. 41).

Desta forma, a Companhia de Jesus inseriu-se no cerne da formação do capitalismo mundial, impulsionada pelo capital intelectual e económico cristãos-novo que integra a Ordem nos seus anos formativos (MARKYS, 2009). Este conhecimento estruturou um ambicioso projeto económico-político católico, no qual os padres transcenderam o púlpito para atuarem como exímios gestores e administradores na busca pela maximização de lucros (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 81-85). Na obra *Negócios Jesuíticos*, Assunção demonstra a interdependência estratégica desta simbiose corporativa: os jesuítas garantiam a estabilidade territorial, a matéria-prima e a mão de obra indígena, enquanto as redes mercantis de cristãos-novos processavam a produção nos engenhos. Para viabilizar este modelo, o trânsito entre o sagrado e o comercial exigiu um refinado aparato retórico, onde as obras de Vieira, Antonil e Daniel funcionaram como instrumentos de propaganda para assegurar a missão como um investimento viável. Contudo, a eficácia institucional da Ordem ia além do sucesso comercial e das doações ostensivas, apoiando-se numa complexa e por vezes obscura rede de influências sobre nobres e governadores. O caso da *Monita Secreta* (*Monita Privata Societatis Iesu*) exemplifica esta dinâmica, ao expor supostas diretrizes sigilosas e métodos de persuasão psicológica direcionados à captação de recursos e ao controle das elites. Sobre a natureza ambígua desta gestão patrimonial, Assunção afirma:

[...] dividida em dezessete capítulos, subdivididos em artigos a obra era um manual de instruções internas da Ordem que deveria ser consultada somente por alguns iniciados. O texto fornecia orientações de como os religiosos deveriam proceder junto aos príncipes, personagens importantes da vida política, viúvas, bem como junto a outros sacerdotes regulares ou seculares, aconselhando os melhores mecanismos para conquistar familiaridade, a devoção e os préstimos dos mesmos. Todas estas instruções tinham como objetivo, segundo os atacantes da Companhia, conquistar maiores riquezas no âmbito temporal, que deveriam ser mantidas a todo custo, evitando transparecer que estas intenções materiais eram mais importantes que a condução espiritual dos devotos. A obra estrutura-se como plano metódico concebido para aumentar o poderio e rendimento jesuítico, não deixando de demonstrar os procedimentos pouco lícitos que estes utilizavam. (IBID, p. 53)

Não apenas por conta de escândalos documentais que veem a público, a falta de transparência entre a Companhia e assuntos de Estado tornam a Ordem alvo de críticas persistentes tanto na Europa quanto em suas frentes missionárias. Diante dessa complexidade, é clara a necessidade de uma análise integrada sobre a doutrina política jesuíta, especialmente no

contexto brasileiro. Embora a historiografia tenha explorado a atuação missionária e educativa da Ordem, a forma como sua sofisticada visão política pautada pela mediação entre autoridades seculares e grupos nativos articula-se com as estruturas de poder coloniais ainda carece de uma síntese que contemple sua inserção e atuação política no mundo colonial e no cenário pré-capitalista que se desenha.

O que é a filosofia política Jesuíta?

Os fundadores da Companhia atribuem a origem de muitas crenças centrais ligadas a práxis política e as reflexões de autores como por exemplo Machiavell (1469-1527), com sua obra “*O Príncipe*” ou Giovanni Botero (1617) com sua obra “*The Reason of State*” sobre assuntos civis ou políticos, não eram apenas religiosos ou sacros, no entanto, era tarefa urgente empregar essas novas ideias, táticas e empreendimento a uma articulação clara e a favor da verdadeira Igreja e assim seria tecido o papel da companhia dentro dela e da própria organização e da sociedade. (HOPFL, 2004, p. 84) A Companhia de Jesus demonstrou pioneirismo na adoção de uma espécie de “maquiavelismo político suave” ao manipular estrategicamente a retórica e o debate público para aniquilar seus opositores. Na França do final do século XVI, a ordem combateu os *politiques* católicos moderados defensores da tolerância apropriando-se de forma calculada e tendenciosa do próprio termo “maquiavélico”. Ao construir uma narrativa artificial que igualava a tolerância religiosa ao ateísmo e à “razão de Estado”, os jesuítas operaram com um pragmatismo político sofisticado: instrumentalizaram a difamação ideológica para deslegitimar adversários e mascarar, sob a defesa da ortodoxia, seu próprio projeto de poder e controle hegemônico (HOPFL, 2004, p. 99). À medida que a ordem cresce rapidamente, cresce também, o alcance de suas atividades, envolvimento estatais, o volume de publicações e defesas da companhia que lidam, entre outras coisas, como a acusação de ‘interferência na política’ (ou assuntos seculares) vindo de adversários. Podemos ver as mais graves acusações de interferência no o auge do envolvimento político da companhia, que se daria não apenas com os “alertas de usurpação de todo Estado do Brasil, [...] o perigo latente que minava a estrutura de poder monárquico lusitano” (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 41), mas também fora das conspirações palacianas, materializando-se com a tentativa de assassinato contra D. José I, ocorrido em setembro de 1758 após a visita à Marquesa de Távora, pretexto central utilizado pela ofensiva de Pombal contra a Companhia. Sob a acusação de

cumplicidade intelectual no regicídio, os jesuítas Gabriel Malagrida, João de Matos e João Alexandre foram perseguidos, culminando no alvará real de 1759. (IBID, p. 41-42).

Apesar do distanciamento inicial dos assuntos seculares, os teóricos jesuítas rapidamente romperam fronteiras entre o poder espiritual e o político-estatal, convergindo sobretudo na questão da heresia. O envolvimento prático da Companhia nestas disputas gerou forte desgaste público culminando em crises como o atentado contra o rei de Portugal, o que forçou a Ordem a refinar a sua doutrina em torno da *respublica* e a defender a intervenção ativa da autoridade secular na supressão dos hereges (Höpfl, 2004, p. 121). Contudo, a aplicação desta lógica no Novo Mundo exigiu adaptações. Apoiados na matriz tomista e na bula *Sublimis Deus* (1537), os jesuítas estabeleceram uma distinção fundamental entre o herege, alvo de punição, e o pagão, alvo de conversão. Neste cenário colonial, a estratégia evangelizadora priorizou a confissão. Preparada pela catequese, a prática confessória operava simultaneamente como consolo espiritual, correção de desvios e um rigoroso instrumento de controle social (POMPA, 2001, p. 44-55). Para garantir a eficácia deste mecanismo, os missionários adotaram um pragmatismo radical: incorporaram o escambo, promoveram curas, integraram festas com elementos nativos e chegaram a mimetizar a retórica dos pajés para, logo em seguida, os marginalizar, a esta maleabilidade evidencia como a Companhia subordinou a idealização europeia aos imperativos estratégicos de dominação e à verdadeira razão de Estado (POMPA, 2001, p. 51-59).

A formulação secular da "Razão de Estado" desafiou a Companhia de Jesus ao justificar a tolerância religiosa por conveniência política postura vista pela Igreja como ruína para a ordem espiritual e temporal. Para combater o amoralismo maquiavélico associado ao conceito após a obra de Giovanni Botero em 1589, jesuítas como Pedro de Ribadeneira e Juan de Mariana ressignificaram os *arcana imperii* (segredos de governo) sob uma ótica religiosa. Nasceu assim uma "Razão de Estado católica", que defendia a eficácia política como indissociável da integridade moral (HOPFL, 2004, p. 84-88). No Brasil colonial, de acordo com Maria Cristina Pompa (2001) essa lógica governamental materializou-se nos aldeamentos indígenas por meio de uma autêntica "microfísica do poder", conceito de M. Foucault (1979) que evidencia mecanismos de controle cotidianos que operam fora, abaixo e ao lado do aparelho estatal, “neste caso através da Companhia de Jesus”, sendo indispensáveis para a sua sustentação. Se o Estado jesuítico impunha, por norma, a intolerância religiosa e um controle total sobre a vida doméstica e a locomoção dos nativos, os padres provinciais atuavam como mediadores práticos entre o

idealismo de Roma e a realidade da colônia, adotando concessões estratégicas para garantir o sucesso missionário (POMPA, 2001, p. 61). Esse pragmatismo foi ilustrado ainda no século XVI pelo Padre Manuel da Nóbrega ao advertir que, para evitar que os indígenas morressem de "melancolia", era prudente não lhes retirar costumes inofensivos como chorar, cantar e beber com moderação, desde que tais práticas não contrariassem a "lei divina" (LEITE, 2006, V. 2, p. 13).

Quanto ao conteúdo, os componentes reais da razão de estado também não são uniformemente questionáveis, eles se apresentam como descrições de características permanentes do mundo que o estadista é compelido a interiorizar sem opor-se à interpretação cínica da política e das motivações humanas, essa noção fundamentava um julgamento pragmático e prudente, mediado por interesses específicos e circunstâncias estratégicas, Hopfl afirma:

The salient feature of political reality, according to reason of state, is unpredictability (*fortuna*). Reasoners about matters of state might differ, as Guicciardini dissented from Machiavelli, both about the extent to which this unpredictability might be abated and also about the most apt means for reducing it. But rendering matters of state more predictable and therefore potentially controllable evidently depended on reducing the number of controllers, ideally to a single prince, and crucially on pragmatic knowledge and prudent judgement of persons, details, and circumstance (and specifically 'interests'), in order to gauge accurately how different people would act in various circumstances. (HOPFL, 2004, p. 88)

No cenário de transição do "universo feudo-burguês", a ordem opera sob a lógica da Razão de Estado, compreendendo a política como o esforço contínuo de "redução de danos" frente à imprevisibilidade da *fortuna* e fundamentando a governabilidade na centralização do comando e no conhecimento profundo das subjetividades. Esse pragmatismo, alinhado ao pensamento da Razão de Estado de Guicciardini, presenciamos no cenário colonial Brasileiro, no exemplo da: a Vila de Santa Tereza, aqui partir da diplomacia os jesuítas persuadiram o descimento e a vassalagem do líder indígena Lopo de Sousa Guarapaúba, o "índio cristão" e seu grupo, ao formalizar sua fidelidade à Coroa e ao donatário do Caeté, Guarapaúba comprometeu a conduzir seus súditos em regime de trabalho por onze anos, mediante pagamento, transformando o aldeamento "de nome Maracanã" em um pilar econômico-logístico determinante no Pará, sendo um entreposto vital pela produção de sal e fornecimento estratégico de remeiros. (CARVALHO JUNIOR, 2013, p. 98). Tudo seria posto a perder quando Vieira acusasse o líder nativo de dar-lhe empurrões com violência e tomar o bastão, "afrota simbólica forte", ordenando assim a prisão, porém outras fontes como a de: Antonio Mattos explica o ocorrido de

outra maneira, afirmando que o principal não quis consentir com o governo temporal dos padres, apenas no espiritual, a reação indígena foi de indignação e uma resposta surpreendente entrando com uma petição junto ao ouvidor geral contra a prisão do líder, como segue:

[...] Padre Antônio Vieira lhe ordenava no dito escrito, não reparando nos muitos achaques que por sua velhice padecia, e sendo chegado a dita cidade, indo ao colégio dela busca e falar ao dito Reverendo Padre Antônio Vieira, e entrando da portaria para dentro os aplausos com que o receberam, foi com o desarmar de suas armas, e lhe tirarem o Hábito de Cristo de que Sua Majestade lhe fez mercê, e fazendo de uma cela corcel privado o meteram nela com um grilhão nos pés, aonde esteve alguns dias, e dali foi levado para o Forte do Gurupá, donde ele Suplicante até o presente não tem notícia do mais que lhe tem feito, e do referido não sabem a causa nem razão porque se lhe fez semelhantes agravos, e injustiças, por não terem incorrido em culpa alguma do serviço de Deus e de Sua Majestade do qual foi sempre grande servidor assim da conquista e restauração deste Estado. (IBID, 88-89)

A petição apresentada pelos indígenas cristãos revela a sua plena consciência do seu peso político e económico na colónia. Para contestar a prisão do seu líder, argumentaram a sua constante lealdade às autoridades e a sua indispensabilidade em setores estratégicos, como a extração de sal e a reparação e abastecimento de embarcações. Contudo, com o parecer jesuíta favorável à manutenção da detenção, os nativos sentiram-se traídos e abandonaram a aldeia em direção às matas. Testemunhos de clérigos e militares, como Frei João das Neves e o capitão João Fernandes, confirmaram o despovoamento e o impacto desastroso desta fuga: a paralisação da produção salineira ofício que só aqueles nativos dominavam, a perda do único porto seguro até São Luís e a ruína do comércio entre as capitanias. Este episódio evidencia como a viabilidade financeira e a defesa militar do projeto colonial exigiam dos missionários um pragmatismo material muito superior a qualquer idealismo religioso, uma vez que as próprias forças de defesa eram compostas pelos nativos. A desastrosa gestão política deste conflito por Antônio Vieira que tentou desacreditar o líder indígena com falsas acusações de canibalismo e tráfico de escravizados resultou no descrédito da Companhia de Jesus junto dos nativos, na falência do aldeamento, na forçada libertação do líder e na própria expulsão de Vieira da Amazônia, face à magnitude do prejuízo causado (CARVALHO JUNIOR, 2013, p. 103).

Como podemos ver, estruturação das missões exigiu uma rigorosa engenharia hierárquica capaz de mediar as tensões entre as dinâmicas indígenas e as exigências metropolitanas, evitando o colapso do projeto colonial. Para assegurar essa estabilidade, a Companhia de Jesus centralizou o comando na figura do Superior Geral, substituindo decisões pulverizadas por uma gestão alicerçada na recolha de inteligência através do fluxo constante de cartas e confissões. A nível

teórico, a Ordem legitimou essa práxis ao redefinir o conceito de "Razão de Estado" com base na obra *Della ragion di stato*, de Giovanni Botero. Distanciando-se do cinismo maquiavélico, a ortodoxia jesuítica integrou a moralidade eclesiástica à eficácia do governo, transformando a Razão de Estado na *notizia* (conhecimento) dos meios adequados para fundar, conservar e ampliar um domínio estável sobre os povos (*dominio fermo sopra popoli*). No Brasil colonial, essa racionalidade materializou-se na defesa intransigente da administração temporal dos aldeamentos. Para os missionários o que ajuda a explicar conflitos como os de Antônio Vieira, o controle sobre o cotidiano civil, econômico e jurídico dos indígenas não era uma mera ambição de poder, mas a aplicação prática da *notizia* boteriana. Sob o argumento de que a conversão fracassaria caso os nativos fossem submetidos à exploração dos colonos seculares, a Companhia reivindicava a jurisdição para tutelar a "liberdade" cristã. Na prática, a casuística e a prudência política jesuíta transmutaram a gestão das populações indígenas em um instrumento estratégico para edificar uma sociedade tropical autossuficiente, rigidamente estruturada pela disciplina do trabalho, pela segregação espacial e pela vigilância moral (HOPFL, 2004, p. 88-89).

A razão de Estado e o império dos fins: quais razões a sustentam?

Sob a ótica da *Orbis Christianus*, a expansão europeia confrontou-se com limitações materiais que forçaram uma profunda adaptação da Companhia de Jesus. Face às adversidades locais o fracasso de missões iniciais, a cobiça colonial e as tensões internas, o pragmatismo tornou-se imperativo para a consolidação do corpo político (*Commonwealth*) (HOPFL, 2004, p. 62). Esta adaptabilidade materializou-se na criação de aldeamentos e no estabelecimento de alianças estratégicas com populações nativas e colonos (incluindo a convivência com "hereges"), garantindo a defesa e o controle eficaz do território. Contudo, está urgência de sobrevivência gera um conflito teológico. Se, na Europa, a ortodoxia argumentava que a heresia ameaçava o Estado, na América a intolerância rígida mostrava-se ineficaz junto dos indígenas. Como analisado na obra *Operários de uma Vinha Estéril* (2006), a discrepância material entre a metrópole e o terreno levou os missionários a reivindicarem o controle da administração temporal. Para os padres, a conversão e a imposição da fé eram indissociáveis da gestão do cotidiano. Deste modo, ficou evidente que as diretrizes padronizadas de Roma não se ajustavam à colônia, exigindo-se um corpo de regulamentações próprio, moldado pelas urgências e necessidades locais:

Mais tarde, tendo o Papa exigido o cumprimento da lei do triênio, relativa aos Superiores, representou-se-lhe o inconveniente de mudarem, no Brasil, os Reitores e Provinciais de três em três anos. Entre os argumentos, dados para a dispensa dessa lei, vem um que se refere à matéria de subsistências. Diz que o modo de governo temporal no Brasil é diferente do da Europa. Como nada se acha de compra, tudo os Reitores têm de granjear de própria indústria e, assim, é necessário, « ter escravos, quintas, gados, pescarias, currais, e até a cal, pedra e madeira, para o Colégio, é preciso que o Reitor cuide disso. (LEITE, v. 1. 2006, p.148).

A configuração da *Commonwealth* jesuítica, fundamentada na premissa escolástica da *communitas perfecta*, exigia um corpo político dotado de autossuficiência (*autarkeia*) para subordinar o bem comum temporal à salvação (HOPFL, 2004, p. 204-209). Na América Portuguesa, esta exigência traduziu-se na edificação de uma rigorosa e complexa infraestrutura econômica abrangendo a agropecuária, a produção açucareira e o controle estratégico da indispensável mão de obra nativa. Esta base produtiva não só garantiu a autonomia material da Ordem face à Coroa e ao mercado, como a consolidou como uma força propulsora do incipiente capitalismo comercial no Brasil. Para viabilizar a sobrevivência e a expansão deste projeto em cenários remotos e adversos, a Companhia recorreu a uma extrema adaptabilidade burocrática. Como aponta Eisenberg (2000, p. 18-19), a obediência rígida cedia lugar à flexibilidade estratégica: os missionários manobravam as suas constituições e ressignificavam conceitos para os ajustar os imperativos da realidade local. A nível teórico, esta postura foi sustentada pelo uso da casuística, através da qual os jesuítas criaram a distinção entre uma "verdadeira" e uma "falsa" Razão de Estado para legitimar certos desvios normativos e táticos. Contudo, ao não conseguirem higienizar inteiramente as contradições e as quebras de promessas inerentes à governança prática, os teóricos da Ordem acabaram por fornecer aos seus inimigos os argumentos que cristalizariam o termo "jesuíta" como um sinónimo histórico de duplicidade e manipulação política (HOPFL, 2004, p.4).

Obras teológicas, que normalmente nem sequer reconheciam a existência da razão de Estado, poderiam aqui contribuir substancialmente para a casuística política, a prudência, contudo, exigia o exercício de um julgamento informado e culto. Podemos ver como exemplo material disso: As cartas missionárias do Padre Antônio Vieira, a iniciativa argumentativa de Vieira fica clara quando a propósito de uma situação que o colocava em risco com sua relação com rei de Portugal, procurava esclarecer sua posição para os padres que o aconselhavam a ser prudente:

E, como o reparo dos padres, que me aconselham, era só o por a perigo a graça de El-Rei, também me parecia que, quando eu mais arriscasse e perdesse pelo serviço de Deus, tanto mais penhorado ficava o mesmo Senhor a favorecer os intentos porque o fazia, e assim o mostrou depois o efeito (NEVES, 2004, p. 168).

Como podemos ver, a argumentação não se baseia apenas na retórica ou na oratória com base em narrativas e normativas, mas com base factual, a argumentação arrazoada convenceria o rei da posição assertiva e prudente de Vieira. E estes não seriam fatos quaisquer, mas sim, relatórios e descrições da edificação do reino de Deus no além-mar, contra fatos da vitória não há argumentos superiores, assim, a decisão de partir ao maranhão, é relatado como um processo ético moral agenciado por atos de razão, apesar da decisão real, de forma astuta Vieira não se coloca no centro da cena, está é ocupada por enorme quantidade de almas cuja salvação depende de uma decisão da família real. Esta que com a estratégia retórica sentiu-se pressionada a finalmente ceder a decisão:

S.A. estava doente, e nestes dias com suspeitas de perigo, e foi mais fácil de persuadir, o que importou muito para que também se viesse a render El-Rei, o que me levou a Rainha Nossa Senhora para que me dissuadisse, mas, como piedade em ambos S. M. É tão grande, alfim puderam mais as razões do maior serviço de Deus que todos os outros respetos. (NEVES, 2004, p.14).

Para a Companhia de Jesus, o serviço a Deus tornou-se sinónimo da própria Razão, sendo exercido não através da introspeção mística, mas pela argumentação racional capaz de superar obstáculos políticos concretos. Neste paradigma, a preservação do bem comum assentava essencialmente na governança (*principatus*) e nas relações de comando e obediência, sobrepondo-se à mera formulação de leis. Para aprofundar esta dimensão política, os teóricos jesuítas adaptaram o currículo tomista e desenvolveram géneros textuais alternativos como os "espelhos de príncipes" e a teologia controversa, procurando reconciliar a Razão e a Revelação (HOPFL, 2004, p.145-149). Os jesuítas acabaram recomendando as mesmas táticas pragmáticas de Maquiavel, mas as rebatizaram. Se o engano for usado por necessidade e para um bem maior, eles o chamam de "prudência cristã" e culpam o inimigo por se deixar enganar, recusando-se a admitir que estão endossando a mesma flexibilidade moral que condenavam nos maquiavélicos. (IBID, 2004, p. 153) Ao analisarem a *respublica*, postularam que, embora a autoridade civil emanasse em última instância de Deus, a sua origem assumia um carácter estritamente "natural" e "secular". Esta perspetiva permitiu à Ordem divergir frontalmente das narrativas do Direito Divino e do poder patriarcal. Contudo, esta abordagem teórica acentuou uma profunda tensão que viria a marcar o pensamento político moderno: se, por um lado, a doutrina justificava a

obediência e mantinha uma "presunção" a favor do governante em casos ambíguos, por outro, estabelecia de forma inequívoca que o poder secular era, por natureza, limitado e derivado. (IBID, 2004, p. 5).

A edificação da *Orbis Christianus* e a consolidação da *Commonwealth* nas Américas exigiu dos jesuítas um pragmatismo radical, em nítido contraste com a ortodoxia europeia. Enquanto a cúpula em Roma exigia a imposição da uniformidade religiosa pela força enquadrando a heresia como uma ameaça direta à ordem civil, os missionários no Novo Mundo perceberam que essa intransigência acarretava custos políticos e sociais insustentáveis e a ruína do projeto Português como nos demonstra Carvalho Junior (2017, p.104). Para garantir a governabilidade e a estabilidade do corpo político, adotaram uma tolerância estratégica fundamentada na "Razão de Estado", priorizando a viabilidade material da missão em detrimento do rigor doutrinário. Como analisa Charlotte de Castelnau-L'Estoile na obra *Operários de uma Vinha Estéril*, esta postura gerou tensões constantes com a administração central europeia, cujas diretrizes frequentemente ignoravam a inexecutabilidade prática das suas ordens. Este abismo entre a teoria e a realidade colonial ficou evidente quando o Superior-Geral Acquaviva ordenou o abandono de qualquer aldeamento que tivesse menos de quatro missionários. O provincial local rejeitou a diretriz, demonstrando a sua total inaplicabilidade através de uma sólida argumentação política, económica, militar e religiosa. Sobre esta recusa e a necessidade de adaptação ao terreno, Castelnau-L'Estoile (2006) resume a resposta missionária:

[...] o provincial prova que a proposição do geral não é aplicável [...]. Os elementos externos são colocados como prioridade: a "vontade real", as "rendas do colégio", o "prejuízo dos portugueses". Ele situa claramente o debate fora do quadro estrito da Companhia [...] a questão missionária é essencial para a existência da província do Brasil [...] sem se preocupar com a quota de quatro jesuítas na qual a hierarquia romana tanto insiste. A segunda ordem enviada por Roma [...] concerne à criação de um cargo de superintendente das aldeias. Dessa vez, para recusar [...], Rodrigues opõe a resistência dos missionários locais [...] e a falta estrutural de bons elementos. A terceira ordem romana tem como objetivo definir [...] que o superior não mais deve ser o língua [...]. Essa medida provoca uma feroz resistência dos missionários das aldeias, pois aparece como uma denegação de dignidade. (L'ESTOILE, 2006, p. 294).

O Pe. Geral, assim como a ordem mostraram-se sensíveis aos argumentos de Rodrigues, sua resposta, datada de 16 de abril de 1601, ele aceita manter as aldeias que existem, mesmo que os quatro jesuítas requeridos não estejam lá; bastarão, acrescenta ele, dois padres de grande virtude por aldeia, contudo a negociação não se encerrou, Roma insiste na modificação, (re)organização e administração temporal das aldeias. Charlotte menciona que indícios apontam

que a questão das aldeias gerou uma crise de autoridade entre Roma e as províncias americanas, o que afirma essa desconfiança era o fato de Roma ter enviado um visitador ao Brasil, e não apenas isso, mas Rodrigues “superior geral” chega a pedir sua própria demissão, colocando-se em posição de um simples subordinado, isso sinal que deve ter sido acusado pela hierarquia de falta para com seu voto de obediência, e assim o mesmo antecipa-se e coloca-se em posição de subordinado prontamente antes mesmo da chegada do visitador. (POMPA, 2006)

O indício final de um conflito entre Roma e a província em torno das aldeias é dado em 1604. Em abril quando Cardim chega logo convoca uma congregação provincial que acontece em junho. A razão é explicitada nas primeiras linhas na ata da assembleia:

Os padres reunidos em Congregação estimam concernindo às proposições que devem ser submetidas ao Padre geral em nome da Congregação, que é preciso começar pelo que toca a administração dos índios e dos nossos que residem em suas aldeias; alias, sabendo a bondade de Deus, nada é importante que o Reverendo Padre provincial não possa retificar, em coisas proibidas por alguns, vários fizeram menção de uma certa ordem enviada por Vosso Reverendo Padre numa carta de 1597 que dizia assim: "Nós queremos que nossos padres se ocupem apenas do cuidado espiritual dos Índios, e que deixem sua administração temporal aos servidores do rei. De fato, essa ordem não pode absolutamente ser aplicada, a Congregação pensou que vossa Paternidade devia ser advertida das dificuldades que impediam sua execução até agora. (L'ESTOILE, 2006, p.297).

A análise da autonomia provincial no Brasil evidencia as profundas tensões entre o dogmatismo europeu e o pragmatismo colonial. A resistência dos missionários locais às diretrizes de Roma demonstrou que a administração temporal dos aldeamentos era uma exigência estratégica inegociável; para os jesuítas, a conversão espiritual necessitava de uma jurisdição civil e de uma tutela disciplinar que protegesse os indígenas da exploração predatória secular (DE CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 298). A dura realidade material forçou a recriação da sociedade ibérica através dos aldeamentos, onde a catequese e o trabalho compulsório definiram a subordinação do nativo à nova ordem mercantil (ALMEIDA, 2013, p. 63-64; CARVALHO JUNIOR, 2017, p. 21-22). Funcionando simultaneamente como tradução cultural e controle psicológico, a evangelização procura suprimir a influência dos profetas locais para impor os valores da *Orbis Christianus* e forçar o "aportuguesamento" (POMPA, 2001; PAIVA, 1982). Sob a égide de uma "Razão de Estado Católica", a Ordem instrumentalizou a disciplina religiosa como tecnologia de governança: ao gerir engenhos, gado e força de trabalho, a Companhia consolidou-se como o núcleo económico da colônia, inserindo-se diretamente na acumulação primitiva de capital no Atlântico (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 22-23). Em suma, embora as

missões tenham falhado em extirpar por completo as práticas ancestrais nativas perpetuando o imaginário europeu do Brasil como um incorrigível "trópico dos pecados", o legado institucional inaciano foi bem-sucedido nos seus fins materiais, subordinando o ideal teológico à sobrevivência econômica, os jesuítas domesticaram o território, arquitetaram as bases sociopolíticas brasileiras e garantiram a inserção periférica, porém vital, da colônia no sistema capitalista global emergente.

Conclusão

A análise da Companhia de Jesus no cenário do Brasil colonial revela que a instituição transcendeu o escopo de uma ordem meramente religiosa ou um braço reacionário da Contrarreforma, consolidando-se como uma sofisticada corporação política da modernidade. Inserida no cerne da transição para o mundo feudo-burguês e operando sob os influxos da acumulação primitiva de capital, a Ordem demonstrou um realismo pragmático sem precedentes. Ao redefinir a "Razão de Estado" sob a matriz teórica de Giovanni Botero, os inacianos lograram harmonizar a eficácia de governo, a expansão do comércio global e a moralidade eclesiástica. A *notizia* boteriana converteu-se, assim, na justificativa epistemológica para a edificação de uma autêntica *Commonwealth* nos trópicos, onde a economia da salvação integrou-se estrategicamente às redes mercantis e ao capital intelectual de cristãos-novos (HOPFL, 2004; ASSUNÇÃO, 2004).

Essa racionalidade política, contudo, não se deu sem fricções. Como evidenciado pelos embates metodológicos da Província do Brasil frente às diretrizes dogmáticas de Roma bem como pelo desastroso desfecho político do Padre Antônio Vieira no conflito com o líder Guarapaúba, a viabilidade material do projeto missionário exigia uma autonomia local inegociável. A resistência dos padres provinciais em ceder a administração temporal das aldeias demonstra que o controle sobre o cotidiano civil, econômico e jurídico dos indígenas era o esteio que garantia a autossuficiência econômica e a estabilidade militar da colônia frente à predação dos colonos seculares. Para os jesuítas, a preservação do orbe cristão dependia da manutenção dessa jurisdição terrena. Em última análise, os jesuítas atuaram como os verdadeiros arquitetos da ordem social brasileira através de uma refinada microfísica do poder (FOUCAULT, 1979). Longe de ser um exercício centralizado e dependente exclusivamente da Coroa, o poder inaciano capilarizou-se no tecido colonial por meio de tecnologias de governança cotidianas: a disciplina rigorosa do trabalho, a segregação espacial nos aldeamentos, o controle psicológico da confissão e a fabricação de consensos retóricos. Embora o sincretismo e as resistências nativas tenham

impossibilitado a extirpação completa das práticas ancestrais, o legado material da Companhia de Jesus cumpriu seus fins históricos. Ao subordinar o idealismo teológico às urgências do terreno, a Ordem domesticou o território e propiciou a inserção periférica, porém fundamental, do Brasil no sistema-mundo capitalista emergente.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos**: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Edusp, 2004.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). **Revista de História (São Paulo)**, 2013.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil (1580-1620). Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. [S. l.]: [s. n.], 2002.
- EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- HÖPFL, Harro. **Jesuit political thought**: the Society of Jesus and the state, c. 1540–1630. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006. 2 v.
- LÉON, Abraham. **La concepción materialista de la cuestión judía**. Buenos Aires: El Yunque, 1975.
- MACHADO, Roberto; FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARYKS, Robert Aleksander. **The Jesuit Order as a synagogue of Jews**: Jesuits of Jewish ancestry and purity-of-blood laws in the early Society of Jesus. Leiden: Brill, 2009.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. **Transcendência, poder e cotidiano**: as cartas de missionário do padre Antônio Vieira. São Paulo: Atlântica Ed., 2004.
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese**: 1549-1600. São Paulo: Autores Associados, 1982.
- POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e "e"; Tapuia" e; no Brasil colonial**. 2001. Tese de Doutorado. [sn].
- SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico meridional**: com enfoque nas capitanias do sul, 1530-1680. Brasília: MEC, 1978.
- SOMBART, Werner. **Os judeus e a vida econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

ST12

CULTURAS POLÍTICAS NOS SÉCULOS XX E XXI: CONFLITOS, RUPTURAS E EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS

Coordenadores:
Daiane da Silva Vicente
Gabriel Pereira Nascimento
George Daniel Rodrigues Fonseca)

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Fascismo e fim dos mundos: Pier Paolo Pasolini e sua leitura da Itália pós-Mussolini

Guilherme Cesar Tavares Melgaço

Mestrando em História

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

gui53281@gmail.com

RESUMO

Em 1975, o cineasta e escritor italiano Pier Paolo Pasolini apontou que o desaparecimento dos vaga-lumes, metafórica e literalmente, representaria a ascensão de um fascismo moderno, iniciado ainda no contexto de redemocratização da Itália, nos anos 1940, mostrando sua visão pessimista do futuro italiano. Seus vaga-lumes eram o povo, os modos artesanais e as culturas populares que, sobrepuidos pela sociedade capitalista e seu consumismo, estariam desaparecendo, ao passo que também haveria um esvaziamento do poder, desprovido de centralidade e propósito. No presente trabalho investigamos o texto de Pasolini, *Il vuoto del potere in Italia (O Vazio do poder na Itália)*, a partir de sua concepção decadentista de fim de mundo na Itália: o Fascismo democrata-cristão, ou, Neofascismo, suas permanências e metamorfoses; amparando-se, de modo complementar, em sua filmografia, biografia e contexto. A crítica desenvolve-se a partir das reflexões de Maria Betânia Amoroso, no que tange à produção intelectual e crítica de Pasolini, de Georges Didi-Huberman, que contesta a visão decadentista dele, em diálogo com Giorgio Agamben e Massimo Recalcati, especialmente na relação entre corpos, poder e política. A leitura desses autores é feita à luz das proposições historiográficas de Reinhart Koselleck e François Hartog acerca da construção do tempo histórico, permitindo a expansão de alguns dos tópicos abordados por pelo intelectual italiano. Em uma análise parcial, propomos que o fim de mundo pasoliniano é dado a partir de seus “humores”, aqueles sentimentos que configuram sua visão decadentista: 1) memórias de uma ideologia perigosa; 2) o medo do presente desvelado; 3) a nostalgia do passado e 4) agonia por um futuro apocalíptico. Estes sustentam o entendimento de que o Fascismo é uma ideologia adaptativa que, sobretudo, visa o fim de uma série de mundos que lhe são intoleráveis e/ou ameaçadores, mas que também objetiva dominação do tempo, a partir de um controle sobre passado, presente e futuro

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo; Neofascismo; Itália; Pasolini; Poder

Introdução

O adjetivo “fascista” e o substantivo “fascismo” são duas palavras muito em voga nos debates do dia-a-dia e no ambiente acadêmico. Em muitos casos tem-se a adição do prefixo *neo*, novo, seja para caracterizar uma versão nova ou para diferenciar daquele de meados do século XX. Há uma certa banalização no uso desse termo? Defendemos que sim, e essa banalização nos leva desde anacronismos até uma incompreensão dessa ideologia. Contudo, assim como Robert

Paxton e Umberto Eco, também defendemos que é possível o fascismo adquirir novas roupagens e passe por metamorfoses em sua forma, ideologia e comportamentos.

O objetivo deste trabalho é compreender um desses fazer e refazer-se do Fascismo, ou melhor, do “Fascismo democrata-cristão” apresentado por Pier Paolo Pasolini em *Il vuoto del potere in Italia* (*O Vazio do poder na Itália*), publicado em 1975, e em outros textos da sua chamada *fase corsária* e mostrar como um sujeito é interpelado por seu tempo e interpela nele próprio a partir de seus sentimentos. O texto organiza-se em uma primeira seção que trata do fascismo histórico e sua gênese; em seguida, na apresentação biográfica de Pasolini e de sua ideia acerca da metamorfose do fascismo; finalmente, esboçando alguns comentários ao seu pensamento amparando-nos em comentadores de sua obra.

Por fim, é importante ressaltar que, apesar de *O Vazio do poder na Itália* [1975] ser a obra principal analisada, outros textos da fase corsária também são de suma importância para a compreensão de sua Itália, ainda que indiretamente citados. Entre eles estão: *Análise linguística de um slogan* [1973], *A primeira, verdadeira revolução de direita* [1973], *Aculturação e aculturação* [1973], *Os intelectuais em 68* [1974] e *A ignorância Vaticano como paradigma da ignorância da burguesia* [1975]. A citação é pertinente pois, para além do conteúdo deles, uma leitura desses textos parece revelar, junto de seus filmes, o desenvolvimento de seu argumento central, sendo o texto *O Vazio do poder na Itália* aquele que sintetiza a tese pasoliniana sobre esse refazer-se do fascismo.

Fascismo e decadência

Mesmo que de maneira superficial, é importante compreender o que é o Fascismo, e no paradigmático trabalho de Robert Paxton, *Anatomia do Fascismo* (2007), podemos encontrar algumas respostas. Na sua interpretação, o nacionalismo e o expansionismo pós Primeira Guerra Mundial são seus férteis geradores, o que situa como uma ideologia política que reflete a sua época, mas que no entanto, pode se desdobrar para outros locais e regiões.

E quanto ao seu entendimento do que é o Fascismo: é uma “religião política” (p. 358), pois é nascido através da sacralização praticamente pactuária entre elites e camadas tradicionais, das massas e grupos diversos que se organizam ao redor de um partido que tem nacionalismo, militarismo e aversão à democracia como alguns de seus bastiões, orientando-se pelo poder,

exterminio de seus inimigos e que tem sua centralidade no líder e nos espetáculos do civismo público, que vaporizam a cidadania e os direitos e deveres através da massificação.

Paxton ressalta as contraditoriedades entre a prática e fala dos fascistas: se, por um lado, se dizem anticapitalistas e anti-burgueses, por outro, são críticos somente à sua materialidade, se esquecendo, intencionalmente, de criticar sua exploração. Contudo, também descarta a ideia de que seja um instrumento capitalista, visto que não é necessariamente um meio para sua instalação e perpetuação. Esta visão pode ser bem debatida, principalmente no atual contexto mundial, em que a Direita tem se tornado, em um fenômeno global, cada vez mais inclinada às narrativas e características do (novo)Fascismo. O que se pode afirmar, no entanto, é que esse Fascismo histórico despreza o liberalismo e o materialismo socialista.

Uma afirmação de Paxton é bem importante para este trabalho: “O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade [...]” (PAXTON, 2007, p. 358). Compreendemos que essa decadência assenta-se justamente na preocupação do Fascismo com a destruição do tempo, a partir de seu comportamento belicoso e que visa, através da massificação do civismo, controlar pela despolitização e repressão, sempre com o objetivo de exterminar e destruir aqueles que não se encaixam em suas hostes, física e simbolicamente.

A concepção de Paxton vai ao encontro de Furio Jesi, que chamava a atenção para a máquina mitológica nazifascista: “A cultura de direita é uma cultura na qual o passado é uma espécie de mingau homogêneo que pode ser preparado e conservado de maneira muito útil. Cultura em que prevalece uma religião da morte ou uma religião dos mortos exemplares” (2021, p. 279).

E o estudo de caso deste trabalho é exatamente sobre decadência, que aqui propomos como o objetivo último do Fascismo e suas ramificações: a destruição da dimensão humana na história (aquela do dia-a-dia de cada um) a partir da dominação da vida social, econômica, cultural e política mas que, em 1975, Pasolini identifica como um fascismo novo, o que não significa, porém, inédito. E as memórias daquele período formalmente inscrito entre os anos 20 e 40 ainda estavam muito vivas em Pasolini. Eis o primeiro de seus “humores”¹, a Experiência, que segundo

¹ Quando refiro a “humores”, me refiro às disposições afetivas que operam no pensamento pasoliniano, fazendo referência aos postulados da escola de Hipócrates (cf. REZENDE, 2009), que apontava para um equilíbrio da vida caso quatro líquidos, ou, humores estivessem em harmonia ou desarmonia (*eucrasia*): Sangue (animação), Fleuma (apatia),

Koselleck (2006), é a atualidade do passado, aquilo que já aconteceu mas que encontra-se presente nas gerações futuras, a partir da lembrança. Koselleck (2014) tensiona a Experiência entre a individualidade e a sociedade e assim concebe que, a partir de experiências individuais, cria-se uma visão que é geracionalmente repassada e discutida, surgindo um caráter duplo entre a experiência vivida e os desdobramentos dela.

Matadores de vaga-lumes

Pier Paolo Pasolini foi um cineasta, intelectual e escritor italiano, nascido em 1922, em Bolonha. Era homossexual e comunista, filiado ao Partido Comunista Italiano por dois anos, antes de ser expulso — a homossexualidade era um tabu ainda maior em sua época, e alguns ainda assumem que seu envolvimento com menores de idade resultou nessa expulsão. Seu falecimento ocorreu em 1975, e há muitas dúvidas sobre sua morte: assume-se que foi assassinado por um acompanhante numa praia da cidade de Óstia (REYES, 2017). Alguns de seus filmes de destaque são: *O Evangelho segundo São Mateus* (1964), *Teorema* (1968) e *Saló ou Os 120 Dias de Sodoma* (1975).

Contudo, o Pasolini que aqui nos interessa não é, primariamente, o cineasta, mas sim o pensador e escritor que supôs um final da história a partir da metáfora dos vaga-lumes. Essa fase intelectual de Pasolini é chamada por seus comentadores de “fase corsária”, localizada entre 1973 e 1975, na qual publicou textos e crônicas pelo *Corriere della Sera* e *Il Mondo*. Essa fase é caracterizada pelos escritos de teor político e da sua visão sobre o novo tipo de fascismo observável na Itália de seu tempo. Assim, ele inicia:

No início dos anos 60, por causa da poluição do ar e principalmente, no campo, por causa da poluição da água (dos rios azuis e regos transparentes), os vaga-lumes começaram a desaparecer. O fenômeno foi instantâneo e fulminante. Em poucos anos não existiam mais vaga-lumes. (São agora uma lembrança, bastante dilacerante, do passado: e um homem de idade que tenha essa lembrança não pode reconhecer nos novos jovens sua própria juventude e, por isso, não pode mais ter belas saudades de antigamente.) (PASOLINI, 2020, p. 163).

O trecho em questão faz parte das ideias apresentadas por Pasolini em *Il vuoto del potere in Italia* (*O Vazio do poder na Itália*), publicado no *Corriere della Sera*, em 1975 (ano de seu assassinato),

Bile amarela (cólera) e Bile negra (melancolia). E acredito que essa referência designe muito bem o sentimento de um intelectual como Pasolini na sua tão desesperançosa leitura da Itália.

sendo depois compilado junto a outros de seus textos nos *Scritti corsari* com o título de *L'Articolo delle lucciole*, por conta da metáfora apresentada por ele.

Para começar, é importante citar que Pasolini foi, para Maria Betânia Amoroso (1993) — uma de suas principais estudiosas no Brasil —, um intelectual múltiplo e completo que, assim como Nietzsche e Foucault, tentou apontar para sua contemporaneidade a partir do que chama de “males do homem”: e para ela, a principal questão pasoliniana sempre esteve ao redor da relação entre realidade e linguagem. No prefácio à edição brasileira dos *Escritos Corsários*, Amoroso (2020) aponta que a produção de Pasolini vem sendo acessada com mais frequência a partir dos anos 2000, quando a perspectiva do Corpo assume a centralidade de um espaço que, anteriormente, era mais ocupado pela da Luta, no sentido marxista.

Pasolini inicia criticando algumas ideias que julgava um retrocesso à interpretação do Fascismo histórico, ou, “Fascismo Fascista” (PASOLINI, 2020, p. 162), e por conta disso, da não percepção de um novo fascismo instaurado na Itália. Segundo ele, o regime anterior, o *Fascio* histórico, foi metamorfoseando-se de forma intencional para assumir a face do Fascismo democrata-cristão; enquanto outros autores defendem que findara-se como regime político na Itália ao fim da Segunda Guerra Mundial.

A tese de Pasolini inicia-se por volta da década de 1940, com o fim do regime fascista, da morte do *Duce* Benito Mussolini e, finalmente, na redemocratização e nascimento da República Italiana. Em sua análise, nesse período, até início dos anos 1960, passava-se por uma transição anterior ao desaparecimento dos vaga-lumes, a qual designa Fase Um. Ela era caracterizada pelo antifascismo formal, pela intensificação da violência policial e desprezo constitucional; pela mobilização das classes médias e camponesas ao redor do governo democrata-cristão.

A Fase Dois seria marcada pela vista nublada dos intelectuais, incapazes de perceber esse espectro fascista no ar. Iniciava-se nos anos 1960, e prosseguiria até para diante dos tempos de Pasolini caso não fosse combatida — é bastante perceptível na Itália a continuidade dessas ideias. Escrevendo no calor do momento, no artigo *A primeira, verdadeira revolução de direita*, de 1973, Pasolini (*ibid.*) sustenta que a primeira revolução de direita estrutura-se entre 1971 e 1972, a partir da perda do halo de valores e instituições tradicionais, pela derrocada do humanismo real (aquele que não foi poluído pela massificação e pela burguesia), pela miopia da Esquerda em analisar seu presente, na inação dos estudantes e na perda de uma herança paterna, original — temática muito presente em toda a obra do diretor.

Ao adjetivar como “primeira” e “verdadeira”, Pasolini refuta uma corrente, muito elogiosa ao governo de Mussolini, que interpretou o fascismo como uma revolução. Isso foi ressaltado por Umberto Eco ao citar que “O partido fascista nasceu proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos proprietários rurais mais conservadores, que esperavam uma contrarrevolução” (2018, s.p.). Nesse mesmo título, Pasolini defende que a verdadeira revolução do fascismo se assentou pelo domínio formal, civil e cultural.

Nesta fase, o Fascismo democrata-cristão é por ele desmascarado, e é preciso indicar que a alcunha “democrata-cristã” tem haver com o partido que governava a Itália em sua época, o Democracia Cristã (DC), que governou a república italiana por quase cinco décadas após a queda de Mussolini, e foi caracterizado por conluíus políticos de centro e direita, que buscaram manter a esquerda afastada, e que tinha a doutrina clerical católica, a economia de mercado e a integração europeia como alguns de seus elementos ideológicos. O segundo dos quatro “humores”: a revelação de que o presente havia se tornado, novamente, fascista, mas fascista em um novo sentido. Eis que os vaga-lumes desapareceram (?!).

Mas quem seriam estes? Literalmente: os *Coleópteros*, os insetos que emitem bioluminescência, e que estariam sendo dizimados por efeito da poluição do ar, do campo e, podemos acrescentar, pela intensificação das luzes da cidade, que esmaecem a iluminação natural deles. Metaforicamente: as classes populares tradições muito antigas, agrárias e paleocapitalistas que, ofuscados por um novo regime de extrema-industrialização, deterioração política e moral baseados no consumismo cataclisma esses vaga-lumes, o povo: “Os “valores”, nacionalizados e portanto falsificados, do velho universo agrícola e paleocapitalista repentinamente não contam mais. Igreja, pátria, família, obediência, ordem, poupança, moralidade não contam mais” (PASOLINI, 2020, p. 165). Substituem-se essas instituições e códigos pelo esvaziamento cultural, consumismo, laicismo, uma questionável forma de tolerância e o hedonismo.

É possível observar, inicialmente, um ofuscamento e depois morte-desaparecimento desses valores, costumes: desse povo agrícola e paleocapitalista que resistiu inclusive ao Fascismo-fascista, mas incapaz de sobreviver ao Fascismo democrata-cristão. Com relação à ideia decadentista e fatalista pasoliniana, em uma introdução aos *Escritos corsários*, Alfonso Berardinelli aponta, por um lado, para a miopia e tendência do intelectual em sua tese, por outro, para o teor provocativo e eficaz dela. Berardinelli escreve que “O fato é que, para Pasolini, os conceitos sociológicos e políticos se tornavam evidências físicas, mitos e histórias do fim do mundo. Assim,

finalmente, Pasolini encontrava o modo de manifestar, representar e dramatizar teórica e politicamente suas angústias”. (BERARDINELLI, 2020, p. 10).

A visão pasoliniana também vai ao encontro das proposições apresentadas em *O fascismo eterno* (2018), originalmente publicado na Itália em 1997, pelo polímata Umberto Eco, que alerta para a continuidade dos ideais fascistas revestidos de uma nova face em vista, tão perigoso quanto o fascismo histórico, o que chamou de “Ur Fascismo”, ou “fascismo eterno”. Este, poderia mascarar-se em trajes e trejeitos civis, o que foi diagnosticado por Pasolini naqueles políticos democrata-cristãos e nos próprios pequeno e grandes burgueses.

Antes de passar à crítica das ideias pasolinianas, é preciso apontar que a visão de Pasolini ainda guardava alguma esperança! Escreveu ele que “[...] na história o "vazio" não pode subsistir: só pode ser predicado em abstrato e absurdo” (PASOLINI, 2020, p. 168). Em outro texto de sua fase corsária, *Análise linguística de um slogan*, comentou sua negatividade:

Mas é possível prever um mundo tão negativo? É possível prever um futuro como "fim de tudo"? Alguns como eu tendem a isso, por desespero: o amor pelo mundo em que viveram e que experimentaram os impede de pensar num outro igualmente real, e de imaginar que possam ser criados outros valores análogos àqueles que tornaram preciosa uma existência. Essa visão apocalíptica do futuro é justificável, mas provavelmente injusta (PASOLINI, 2020, p. 43).

No final, Pasolini retorna àquela temática que lhe acompanhou em alguns de seus filmes: o fim, mas ainda assim, reserva àqueles que, como ele, enxergam na arte e no artesanato uma ilha perante a esse Neofascismo cada vez mais consumista e massificado.

Os vaga-lumes realmente morreram?

Segundo Georges Didi-Huberman, filósofo e historiador da arte nascido na França, a resposta é não. Em sua visão, Didi-Huberman (2011) compreende que os vaga-lumes não estariam mortos — inclusive os insetos por ele teriam sido vistos em Roma —, mas que Pasolini, melancólico, desesperançoso, e com sua imaginação fulminada, teria ficado míope a outras formas de sobrevivência contra esse regime, ou, segundo o ele,

O que desapareceu nele foi a capacidade de ver - tanto à noite quanto sob a luz feroz dos projetores - aquilo que não havia desaparecido completamente e, sobretudo, *aquilo que aparece apesar de tudo*, como novidade remanescente, como novidade "inocente", no presente desta história detestável de cujo interior ele não sabia mais, daí em diante, se desvencilhar” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 65 [grifos do autor]).

De acordo com ele, ainda existiriam grupos e culturas capazes de não se deixar ofuscar totalmente pelas luzes desse regime, citando “gestos de resistência do subproletariado” (p. 64) mostradas pelo próprio Pasolini em seu *Chroniques romaines* e nas revoltas dos estudantes.

Outro importante comentário do francês é sobre o poder. Ele teria se desesperado com a política italiana, poder este esvaziado por essa mercantilização de seu poder e da cultura política — estágio primário de seu processo apocalíptico. E é dialogando com Benjamin que, novamente, Huberman (*ibid.*) faz uma crítica a esse olhar decadentista que, tem menos haver com a busca do que resiste e/ou sobrevive, do que com a teorização do apocalipse e de suas propriedades.

Em tempos de intensificação do medo de uma “Terceira Guerra Mundial” (entre atores ainda inconclusivos), um holocausto nuclear, previsões de um apocalipse ambiental ou tecnológico, e ainda com memórias de uma pandemia mundial como a Covid-19, essas considerações são de suma importância, pois dizem muito sobre uma ansiedade presentista de fim do mundo.

Segundo François Hartog (2013) o presentismo é uma forma de experienciar o tempo a partir da sensação de um presente que é um horizonte único, no qual a concepção de futuro desaparece e o passado torna-se algo idealizado e, por vezes, nostálgico, um ponto de escape. Assim, a caracterização do apocalipse, longe de não ser importante, torna-se um horizonte de eventos — o limite de uma singularidade, ou, buraco negro, de onde nada se escapa, o não retorno — que suga para si toda a capacidade de enfrentá-lo. Para usar uma frase da *Divina Comédia*, de Dante, referência importante para ambos Pasolini e Didi-Huberman, “Deixai toda esperança, ó vós que entraís” (ALIGHIERI, 1998, p. 37).

Nome já citado anteriormente, Giorgio Agamben (2007), filósofo italiano que foi amigo próximo de Pasolini, e por ele foi dirigido em *Evangelho segundo Mateus*, compreende que profanar é romper o limite entre o humano e o sagrado religioso — a religião é a distinção entre deus e o homem. E o fascismo democrata-cristão foi esse profanador ao colocar o consumismo como religião.

Mas, Pier Paolo também foi profanador por ter tentado impedir a profanação de culturas populares, especialmente no cinema: era afeito ao emprego de técnicas e atores não profissionais em seus filmes (REYES, 2017), colocando-o ainda mais nesse caráter mais “artesanal” e poético, ao passo que, segundo o comunicólogo e pesquisador de cinema Miguel Serpa Pereira (2004), a autobiografia e até a presença física do próprio diretor em seus filmes tinha como objetivo agir

política e poeticamente, e interagir como o público. Miguel Pereira também aponta para camponeses, operários e outras figuras periféricas sendo centrais para as obras de Pasolini: os mais capazes de espalhar a “boa nova” (*ibid.*, p. 23).

Para Agamben, Pasolini foi um ótimo contemporâneo pois, no ensaio *O que é o contemporâneo* (2009), defende que perceber aquilo que é iluminado pela passagem do tempo não basta, mas que a real importância está justamente em ver a ausência dessa luz como forma de compreender seu período histórico e sua relação com passado e com o futuro: observar o desaparecimento dos vaga-lumes seria, definitivamente, ver a escuridão daquela nova Itália.

A partir da psicanálise, Massimo Recalcati chama atenção para um Pasolini rousseauiano: o homem é essencialmente bom, e sua origem, por sua vez, essencialmente boa, e tem como alguns de seus valores a religião, a família e o patriotismo, que são ordenadores da sociedade a partir de suas instituições, consequentemente, boas por natureza, e que devem possuir a Fraternidade como princípio orientador e objetivo final. Ele também chama a atenção para a morte do gozo, ao passo que esse novo regime controla até mesmo a pulsão sobre a vida, tornando os sujeitos meros instrumentos do desejo a partir dos vícios do consumo e decretando o fim dessa Fraternidade a partir de excessos e do esvaziamento das instituições, do poder e da rebeldia.

Em diálogo com o título original do texto *Il vuoto del potere in Italia* (*O Vazio do poder na Itália*), o que Pasolini propõe não é esvaziamento legislativo ou executivo, mas da própria concepção de Poder, que entende como uma série de ordenamentos capazes de dar sentido às relações das pessoas com o Estado: políticas, linguagem, exército. O poder esvaziado que nomeia o texto de Pasolini é, em si próprio, uma forma de dominação dos corpos, pois o propósito desse novo fascismo é destituir deles a política, a capacidade de se mostrar e resistir e controlar a vida e, principalmente, sua mortalidade. “O verdadeiro poder procede sem eles, os quais já não têm em mãos nada além daqueles aparatos inúteis que fazem dos seus lúgubres paletós a única coisa que que eles têm de verdadeiro” (PASOLINI, 2020, p. 168).

De volta a Agamben (2015), também aponta para um esvaziamento institucional e dos códigos de poder a partir do declínio soviético e da consolidação do Estado capitalista, os quais subverteram outras instituições e conceitos até então fundamentais, povo e nação entre eles. Ademais, esse esvaziamento propiciou tanto um domínio do homem sobre o homem quanto sobre a linguagem, que deveria servir para a união, mas que, na verdade, trabalha para a

separação.

Assim como Recalcati e Didi-Huberman salientam, concordamos que Pasolini é um pensador anti-histórico, já que sua visão rejeita o progresso da história e concentra-se em uma visão quase utópica de passado, de uma bondade e uma tradicionalidade pré-capitalista que ignora, inclusive, a dialética da luta de classes que tanto lhe tocou intelectual e artisticamente. Pasolini não é, contudo, um homem a-histórico. Ele não nega o progresso, mas rejeita que nele haja qualidades, e isso já é, por si só, um componente de sua consciência histórica.

Assim, Pasolini é um nostálgico, e um nostálgico pela restauração, segundo o pensamento de Svetlana Boym (2017). Boym, que foi uma artista e intelectual, propôs a Nostalgia como uma “emoção histórica” (p. 154), e quando se é restauradora, ancora-se na rejeição ao progresso histórico e à modernidade, pois deseja conservar tradições e manter vivo um passado que, muitas vezes, sequer existiu, e que trata-se de uma idealização utópica. A nostalgia de Pasolini, o terceiro humor, é aqui observada não somente a partir do ponto de uma utopização do passado tradicional e popular italiano, mas sim da rejeição à progressão do tempo e à visão idílica de uma origem puramente boa, que é corrompida por essa mesma passagem. Boym diferencia a nostalgia, que para ela é sempre coletiva, da individualidade melancólica. Seu ponto é que a nostalgia age como intermediadora entre um grupo social e a biografia do sujeito.

Outra proposição historiográfica que parece dialogar com as ideias de Pasolini advém, novamente, de Reinhart Koselleck (2006), a Expectativa, ou, a atualidade do futuro. Caracterizada pela projeção daquilo que é desejado ou temido, mas que ainda não é factual, é possível identificarmos na fase corsária o medo do retorno do fascismo. Este é seu quarto e último humor, um futuro agonizante, pavoroso. Quando Pasolini decreta a morte dos vaga-lumes, mesmo que precipitando-se em nossa opinião, ele projeta no futuro uma relação causal de passado e presente que vê no novo fascismo as condições para a extinção futura desses focos de resistência e bondade Originais.

A relação entre Experiência e Expectativa nos é brilhantemente desenvolvida por Koselleck. Segundo ele, “[...] no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um “tempo histórico”” (2006, p. 16), e “[...] são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã” (p. 308).

Uma das hipóteses de Koselleck (2014) é de que o tempo histórico, que difere radicalmente do tempo natural, é um intermediário entre a experiência e a expectativa, e à medida que a primeira afasta-se, a segunda se aumenta — ou, em outras palavras, enquanto o passado distancia-se do presente o futuro torna-se mais proeminente.

Considerações finais

Pasolini enxergou um novo fascismo, democrata-cristão, que se arraigou na sociedade a partir da destruição de uma aura originalmente boa — tradicional, agrária e paleo capitalista —, a qual encontrou seu fim no consumismo e na destruição de instituições que até então tinham centralidade na sociedade, o que resultou em um esvaziamento do Poder, que tornou-se poder.

O fascismo e suas atualizações se mostram muito maleáveis, e aí repousa seu perigo: se nos anos 20 vestiu-se de farda, usou de símbolos nacionalistas e militaristas para engajar populações massificadas no cenário público, na fase denunciada por Pasolini, usava ternos, proferia discursos democráticos e de tolerância, que propagavam-se especialmente pela televisão.

O que tentamos apresentar ao longo dessa pesquisa foi um diálogo entre sujeitos e seus tempos: de Pasolini e sua visão sobre sua Itália, a partir de conceitos como Fascismo, Experiência, Expectativa, Nostalgia e Presentismo. Os sentimentos individuais são interpelados pela sua própria época, mas que também podem ser chaves para contra-análise do seu momento.

Desde o início tentamos chamar a atenção para as disposições afetivas, ou, os humores que engendraram a visão pasoliniana do regime fascista democrata-cristão. Esses humores talvez se desequilibram justamente por serem demasiadamente negativos: ele experienciou o fascismo em seu passado, cresceu e viveu nele por algum tempo; desesperou-se por ter sido o único, ou um dos únicos, a ler e desvelar esse novo regime; sua melancolia o levou a um sentimento nostálgico e idílico da Itália que ele idealizou e que estava sendo exterminada por esse novo fascismo; e, finalmente, a partir da agonia e da expectativa de que o futuro italiano fosse apocalíptico.

Concordamos com Didi-Huberman (2011) e Recalcati (2022), que Pasolini precipitou-se em suas análises, e sua miopia o impediu de ver outras possibilidades da não destruição, ou, sobrevivência dos vaga-lumes; e também sua visão a-histórica e anti-moderna também guarda problemáticas por seu caráter demasiado decadentista e exagerado, mas é inegável que sua leitura guarda acurácias no sentido de trazer uma visão sobre o esvaziamento do poder e pela ascensão

do consumismo, os quais são ainda hoje observados e, seguindo algumas análises mais recentes², direcionam nosso entendimento para a re-ascensão de uma onda de Extrema-Direita global que guarda similitudes com o fascismo clássico e com o regime que Pasolini, desesperadamente, denominou de democrata-cristão.

Mesmo com seus exageros, Pasolini foi, não ironicamente, um vanguardeiro no combate ao capitalismo massificado e neoliberal que, desde a segunda metade do século passado expandiu seu controle sobre o mundo: por um lado esvaziando-o de seu caráter para o desenvolvimento da sociedade e à política, por outro, transbordando para o mercado e o consumo. Nos falta, como poeticamente encerrou o *Artigo dos vaga-lumes*, lutar pela sobrevivência de um único vaga-lume que seja frente aos passados e novos tempos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução e apresentação de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim**: notas sobre a política. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia - Inferno**. Tradução e notas de Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998.

AMOROSO, Maria Betânia. Pasolini crítico literário. **Revista de Italianística**, v. 1, p. 49-59, 1993.

AMOROSO, Maria Betânia. Pasolini entre mutação e sobrevivência. In: PASOLINI, Pier Paolo. **Escritos corsários**. São Paulo: Editora 34, 2020.

BERARDINELLI, Alfonso. O ensaísmo político de emergência de Pasolini. In: PASOLINI, Pier Paolo. **Escritos corsários**. São Paulo: Editora 34, 2020.

²Podemos citar os trabalhos: FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 17, nº 40, set./dez., 2018, p. 43 - 64; ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023; TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita**. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2023.

BOYM, S. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 10, n. 23, 2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1236>. Acesso em: 6 mar. 2025.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018 [recurso digital].

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JESI, Furio. **Cultura de Direita**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

PASOLINI, Pier Paolo. **Escritos corsários**. São Paulo: Editora 34, 2020.

PAXTON, Robert. **Anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEREIRA, Miguel. Um Olhar sobre o Cinema de Pasolini. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 5, n.9, 2004, p. 14-26.

RECALCATI, Massimo. **Pasolini - o fantasma da origem**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2022.

REYES, Josmar de Oliveira. Pasolini, o iconoclasta. **Revista do Instituto Humanitas Unidos - IHU On-line**, ed. 504, 2017. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6848-pasolini-o-iconoclasta>. Acesso em: 08 mar. 2026.

REZENDE, Joffre Marcondes de. Dos Quatro Humores às Quatro Bases. *In: À sombra do plátano: crônicas de história da medicina* [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 49-53. História da Medicina series, vol. 2.

Igreja e franciscanos no apoio à greve de 1979 em Divinópolis

Larissa Virgínia Veiga

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Integrante do projeto de pesquisa: A Ditadura em Minas Gerais: história, memória e historiografia, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)

E-mail: veigalarissa542@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa a atuação da Igreja Católica, em especial dos franciscanos, no apoio aos trabalhadores durante a greve dos metalúrgicos de 1979 em Divinópolis/ MG no contexto da ditadura militar brasileira. Metodologicamente, a pesquisa articula análise de imprensa local, fontes iconográficas e entrevistas, mobilizando aportes da história oral. Busca-se compreender como setores da Igreja se posicionaram diante do movimento grevista, evidenciando práticas de apoio material, simbólico e político. A greve teve início em 11 de agosto de 1979, após uma reunião realizada na Capela de Santa Cruz, espaço pertencente aos franciscanos. O que já indica a abertura do espaço religioso para a organização dos trabalhadores em um contexto de repressão. Ao longo do movimento, o local continuou sendo utilizado para reuniões e arrecadação de fundos e distribuição de alimentos, revelando um suporte concreto às demandas operárias. Além disso, o jornal *A Semana*, fundado por franciscanos, desempenhou papel importante ao divulgar em 25 de agosto de 1979, uma mensagem oficial de apoio do clero divinopolitano. No texto foram reconhecidos o direito de greve, a insuficiência dos salários e as desigualdades sociais, articulando princípios cristãos a reivindicações trabalhistas. Tal posicionamento evidencia a influência das diretrizes do Concílio Vaticano II e das conferências de Medellín e Puebla, associadas à renovação da Igreja e à aproximação com os setores populares. A análise também considera as transformações internas da Diocese de Divinópolis, especialmente a mudança de orientação pastoral com a nomeação de Dom José Costa Campos, em 1979, indicando um deslocamento em direção a uma atuação mais engajada socialmente. Portanto, conclui-se que durante a greve parte da Igreja local assumiu papel ativo no apoio aos trabalhadores, ultrapassando o âmbito estritamente religioso e inserindo-se nas disputas sociais e políticas do período. Essa atuação evidencia a complexidade das relações entre Igreja e movimento operário, contribuindo para a compreensão das formas de resistência à ditadura no interior de Minas Gerais.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Movimento Operário; Igreja Católica; Greve de 1979; Divinópolis

Introdução

Na conjuntura que marcou o período pré-golpe militar de 1964, assim como os primeiros anos da ditadura, parte significativa da Igreja Católica e de seus representantes assumiu uma postura conservadora e favorável ao regime. Tal posicionamento estava fundamentado na ideia de que era necessário salvar o país de uma suposta ameaça comunista iminente (GOMES, 2014). Nesse contexto, as relações entre Estado e Igreja tornaram-se gradativamente tensionadas,

sobretudo porque após os anos iniciais da ditadura, setores da Igreja passaram a assumir posições progressistas e em razão disso, tornaram-se alvos de perseguição em “todas as esferas do aparato repressivo” (GOMES, 2014, p. 80).

Nos anos finais da ditadura, período que também marcou o ressurgimento dos movimentos de trabalhadores no cenário público, a Igreja Católica já havia passado por importantes processos de transformação, tornando-se até mesmo a Igreja “mais progressista do mundo” (MAINWARING, 1989, p. 169). Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é analisar o apoio oferecido por setores da Igreja Católica, em especial religiosos da ordem franciscana, ao movimento grevista de trabalhadores ocorrido em Divinópolis, em agosto de 1979.

De acordo com Souza (2016), no período que antecedeu a ditadura militar, Divinópolis já se consolidava como a principal cidade do Centro-Oeste de Minas, reunindo cerca de 53.340 habitantes no início da década de 1960 e sendo também importante centro político, cultural e econômico. Desde os primórdios de sua história, o município teve forte relação com a religiosidade, mas ela se fortaleceu ainda mais a partir de 1924, quando chegaram os primeiros franciscanos. Nas décadas seguintes o número de religiosos da ordem aumentou expressivamente, sendo as décadas de 1950 e 1960, o período de maior centralidade da presença franciscana no município.

Parte dos religiosos franciscanos aproximou-se das demandas populares e dos movimentos sociais locais, principalmente nos anos compreendidos pela abertura política. Desenvolveu-se nesse contexto uma resistência franciscana na cidade, manifestada em ações cotidianas de conscientização política e social, como a distribuição de materiais informativos ao final das missas (VEIGA, 2022). Além disso, espaços ligados aos franciscanos, como o convento e a Capela de Santa Cruz, tornaram-se locais de encontro, articulação e resistência durante o período ditatorial. Dessa forma, a atuação franciscana em Divinópolis ultrapassou o âmbito estritamente religioso, articulando-se diretamente com os movimentos sociais que emergiram na cidade.

Um desses movimentos foi a greve de 1979, que perdurou durante grande parte do mês de agosto. Desta forma, este texto busca analisar diferentes formas de aproximação e solidariedade manifestadas pelos franciscanos e por outros setores da Igreja Católica de Divinópolis em relação aos trabalhadores grevistas. O corpus documental da pesquisa é

composto pela análise de uma mensagem do Bispo e do Clero de Divinópolis em defesa do movimento, publicada no jornal *A Semana*, além de um editorial do periódico *Diário do Oeste*, que também circulava na cidade e reforçava o posicionamento favorável da Igreja diante da greve. Também foram utilizados trechos da entrevista realizada com José Maria Cesário, integrante do comando grevista, bem como fotografias pertencentes ao seu acervo pessoal.

A análise das fontes permitiu identificar três formas de apoio da Igreja Católica à greve de 1979: a abertura de espaços físicos para a realização de reuniões e atividades ligadas ao movimento grevista; a divulgação pública de mensagens de apoio, por meio de panfletos e jornais da cidade; e, por fim, a atuação na arrecadação de alimentos e na organização do fundo de greve destinado aos trabalhadores. Assim, este artigo divide-se em três seções, cada uma dedicada a uma dessas frentes de atuação, buscando demonstrar que setores da Igreja em Divinópolis acompanhavam o movimento mais amplo de transformações ocorridas na instituição.

Antecedentes da greve e a apropriação de espaços da Igreja pelos trabalhadores

Desde o período que antecedeu a greve de 1979, a Igreja em Divinópolis colaborou com movimentos de trabalhadores e outros grupos ao ceder seus espaços físicos para reuniões e atividades de organização. Um exemplo foi o encontro realizado no Salão das Obras Sociais da Diocese de Divinópolis, que contou com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva. Ocorrida em 19 de julho daquele ano, a atividade marcou significativamente os trabalhadores da cidade e representou uma das principais fagulhas para a eclosão da greve no mês de agosto. Naquele contexto, segundo Antunes e Santana (2014), Lula já se projetava nacionalmente como uma das principais lideranças das greves do ABC paulista e como expressão do chamado novo sindicalismo. Em Divinópolis, juntamente com outras lideranças, sua fala foi para cerca de dois mil trabalhadores no Salão das Obras Sociais da Diocese, em meio a um cenário de intensa efervescência política e organizativa.

Figura 1: Encontro com a diretoria do Sindicato de São Bernardo do Campo no Salão das Obras Sociais da Diocese de Divinópolis em 1979.



Fonte: acervo pessoal de José Maria Cesário

O fato de o encontro ter sido realizado em um espaço pertencente à Igreja já revela indícios do apoio da instituição ao movimento dos trabalhadores. Contudo, dias depois outra reunião marcaria de maneira mais decisiva o início da mobilização no município: a assembleia realizada na Capela de Santa Cruz. A atividade contou com a presença do sindicalista João Paulo Pires Vasconcelos, de João Monlevade, conforme aponta o relato de José Maria Cesário:

Resolvemos fazer uma assembleia com os metalúrgicos, porque tinha greve em um monte de lugar e o pessoal insatisfeito. Fomos fazer uma reunião lá e marcamos. E essa reunião se deu no dia dos pais, e essa reunião foi 7 horas da noite foi até 8, 9 horas. A maioria dos Metalúrgicos que estava lá não tinha noção do que era uma greve, como é que funcionava a greve. Você tem greve, você pode fazer uma greve dentro da fábrica, parar lá dentro da fábrica, você entra para fábrica e lá você cruza os braços. Mas isso aí é uma greve onde que os trabalhadores, os operários estão muito conscientes, muito organizados para fazer isso. Lá em João Monlevade eles fizeram isso. Tinha o dirigente sindical lá que chamava João Paulo Pires de Vasconcelos. Era técnico e ele se tornou Presidente lá. A primeira greve que eles fizeram lá em João Monlevade eles fizeram uma greve de fazer Piquete na porta da fábrica para não deixar operário entrar. Mas às vezes a maioria não está consciente da importância da greve. Já a segunda greve que eles fizeram lá, entraram todo mundo para dentro da fábrica, cruzou os braços, "não vamos trabalhar não". Que que faz ? Você vai forçar o cara e tal? Então nós chamamos ele para fazer uma palestra aqui para nós. Conversar com o pessoal e tal . Aí ele veio, lá no convento (Cesário, 2024).

O relato de José Maria Cesário indica que diante do clima de insatisfação nas fábricas, das greves que se espalhavam pelo país e do trabalho de base realizado junto aos operários, os militantes locais decidiram organizar uma assembleia com os metalúrgicos de Divinópolis. Realizada no Dia dos Pais de 1979, a reunião reuniu trabalhadores ainda pouco familiarizados com as dinâmicas de uma greve e buscou promover sua formação política e sindical a partir de experiências de outras regiões, especialmente a dos metalúrgicos de João Monlevade. Naquele contexto, sob a liderança de João Paulo Pires Vasconcelos, as mobilizações em João Monlevade já haviam alcançado maior nível de organização, passando dos piquetes nas portas das fábricas para paralisações no interior dos estabelecimentos. Para compartilhar essas experiências e fortalecer o movimento local, João Paulo foi convidado a ministrar a palestra.

Foi durante esse evento que os trabalhadores decidiram e votaram pelo início da greve. Segundo o relato de José Maria Cesário, imbuídos pelo entusiasmo do momento, os trabalhadores desceram até a porta da siderúrgica Siderúrgica Pains ainda naquela noite e durante a troca de turno, anunciaram o estado de greve. O movimento iniciado na Capela, teria duração de vinte dias e seria marcado tanto por episódios de repressão quanto por intensas manifestações de resistência por parte dos trabalhadores.

A imagem a seguir retrata a entrada da Capela Santa Cruz na década de 1970. Integrante do acervo pessoal de José Maria Cesário, não há indícios de que a fotografia seja do dia da palestra que culminou no início da greve de 1979. Contudo, ela revela a presença de um grupo de pessoas reunidas em frente à capela, evidenciando a centralidade daquele espaço como ponto de encontro e articulação coletiva.

Figura 2: Entrada da Capela de Santa Cruz durante a década de 1970.



Fonte: acervo pessoal de José Maria Cesário.

Conforme propõe Mauad (1996), a fotografia deve ser compreendida simultaneamente como imagem-documento e imagem-monumento. Não apenas registra um espaço físico existente no passado, mas também preserva vestígios das formas de sociabilidade e dos usos sociais atribuídos àquele lugar. Assim, a fotografia da Capela Santa Cruz permite observar indícios da centralidade daquele espaço nas práticas coletivas desenvolvidas em seu entorno. Durante a década de 1970, segundo apontam as fontes, a Capela Santa Cruz já se destacava como um importante espaço de sociabilidade e engajamento, acolhendo atividades estudantis, grupos de teatro, cineclubes e outras iniciativas. Localizada ao lado do convento dos franciscanos, integrava um ambiente mais amplo de circulação de trabalhadores, estudantes e militantes, constituindo um complexo de resistência em meio à ditadura militar. Nesse contexto, o espaço religioso, tradicionalmente associado à prática da fé, passou a adquirir novos significados, tornando-se também local de encontro, debate e articulação política.

Como observa Certeau (1998), as práticas cotidianas produzem “uma outra espacialidade”, distinta do espaço “geométrico” e planejado, uma vez que resulta de usos e operações que escapam à lógica institucional e revelam a dimensão simbólica do espaço vivido. Assim, a assembleia realizada na Capela Santa Cruz pode ser compreendida como uma forma de apropriação e reinvenção daquele ambiente: os trabalhadores utilizaram um espaço socialmente legitimado e simbolicamente protegido para promover um ato de contestação em um contexto

marcado pela vigilância e repressão estatal, convertendo o espaço religioso em território de resistência e politização.

Nesse sentido, é significativo observar que embora os franciscanos apoiassem diferentes movimentos sociais na cidade e cedessem seus espaços para reuniões, assembleias e atividades ligadas à mobilização operária, não há indícios de que tenham sofrido repressão direta durante o período analisado. Nos relatos dos entrevistados, os espaços vinculados aos franciscanos aparecem frequentemente como locais “protegidos”, percebidos como ambientes relativamente seguros diante do contexto repressivo da ditadura. Essa percepção ajuda a compreender por que muitas atividades relacionadas ao movimento grevista eram realizadas nesses espaços, que ofereciam não apenas estrutura material, mas também certa legitimidade simbólica e sensação de resguardo frente à vigilância estatal.

A posição da Diocese diante da greve

O apoio da Igreja Católica à greve de 1979 também se manifestou por meio da divulgação pública de uma mensagem defesa dos trabalhadores. O principal exemplo encontrado foi um manifesto publicado pelo jornal *A Semana*, em 25 de agosto daquele ano. Embora o jornal tenha feito poucas menções ao movimento grevista, essa publicação possui relevância por apresentar um posicionamento explícito de Dom José Costa Campos e do clero divinopolitano em favor dos trabalhadores. Essa mensagem, além de publicada no periódico, também teria sido distribuída aos paroquianos após uma missa de domingo, segundo consta em na edição do jornal *Diário do Oeste* de 22 de agosto de 1979. A circulação do manifesto para além das páginas do jornal evidencia a intenção de ampliar o alcance do posicionamento da Igreja junto à população local, utilizando os espaços religiosos e as práticas litúrgicas como meios de difusão de apoio à mobilização operária.

É importante destacar que o jornal *A Semana* foi fundado em 1943 pelos franciscanos e em seus primeiros anos, possuía caráter predominantemente religioso, funcionando como um periódico de circulação interna voltado à divulgação de horários de missas, trechos bíblicos e demais assuntos ligados à vida religiosa. Contudo, em 1946 o jornal ampliou sua circulação para toda a população divinopolitana, passando a abordar não apenas temas religiosos, mas também notícias gerais relacionadas à política e a acontecimentos locais, nacionais e internacionais (AZEVEDO, 2016). Dessa forma, o periódico consolidou-se como um importante veículo de informação e circulação de ideias em Divinópolis. Ainda no período analisado nesta pesquisa, em

1979, embora o jornal já tivesse passado por transformações em seu perfil editorial ao longo das décadas, ele permanecia sob propriedade dos franciscanos, aspecto fundamental para compreender o posicionamento assumido em relação ao movimento grevista.

Na mensagem publicada, o clero afirmava que “os problemas que envolvem a sociedade dizem respeito também à Igreja”, reconhecendo o direito dos operários à organização sindical e à greve, além de denunciar a insuficiência dos salários e as desigualdades sociais existentes no país. O texto fundamentava-se nas diretrizes do Concílio Vaticano II, bem como nas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), aproximando-se das concepções da Teologia da Libertação e de sua defesa da opção preferencial pelos pobres. O manifesto articulava-se em três pontos centrais: o reconhecimento do direito à greve, a defesa de salários dignos para os trabalhadores e a denúncia da concentração de renda e da desigualdade social. Ao associar justiça social, fraternidade cristã e melhores condições de vida para os operários, o pronunciamento ultrapassava o campo estritamente religioso e assumia dimensão política e social em meio à ditadura militar.

Essa postura também deve ser compreendida no contexto das transformações internas da Diocese de Divinópolis e das mudanças mais amplas pelas quais passava a Igreja Católica brasileira nas décadas de 1960 e 1970. A chegada de Dom José Costa Campos ao episcopado, em maio de 1979, representou uma inflexão na orientação pastoral da Igreja local, aproximando-a das diretrizes renovadoras do Concílio Vaticano II e das conferências latino-americanas, que enfatizavam o compromisso da Igreja com os pobres, a justiça social e os movimentos populares. O posicionamento público da Diocese diante da mobilização operária expressava uma nova compreensão da missão eclesial, distanciando-se de perspectivas mais conservadoras e aproximando-se das práticas pastorais progressistas que se difundiam no país naquele contexto.

Conforme analisa Mainwaring (2004), a Igreja brasileira após o Concílio Vaticano II passou por profundas transformações, tornando-se amplamente progressista e destacando-se pela atuação em defesa dos direitos humanos e das classes populares durante o regime militar. Para o autor, o envolvimento político da Igreja estava diretamente relacionado à maneira como ela redefinia sua própria missão religiosa e sua relação com a sociedade, processo que favoreceu a aproximação entre setores eclesiais e movimentos sociais populares. Nesse sentido, a Igreja de Divinópolis acompanhava um movimento mais amplo de renovação católica e de emergência da

chamada “Igreja popular” ou “progressista”, marcada pelo compromisso com as classes trabalhadoras e pela defesa da justiça social.

A atuação de Dom José Costa Campos também despertou atenção dos órgãos de repressão da ditadura militar. Pesquisa realizada durante a elaboração deste trabalho no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), demonstraram que seu nome aparece em 11 registros de documentos produzidos pelos aparatos de vigilância do regime, sendo frequentemente identificado como integrante do chamado clero progressista. Nesse sentido, conforme observa Gomes (2004), setores da Igreja Católica comprometidos com pautas sociais e com a defesa dos direitos humanos passaram a ser monitorados e percebidos pela ditadura como potenciais focos de oposição política. Assim, a intervenção pública do bispado de Divinópolis, em um momento de tensão trabalhista e repressão política, não apenas legitimava moralmente a mobilização dos operários, mas também posicionava a instituição eclesial como mediadora ética diante do conflito, reafirmando a dimensão social da fé.

A mensagem do clero divinopolitano em apoio aos trabalhadores metalúrgicos deve ser compreendida, portanto, nesse quadro de inflexão institucional. Criada em 1958 e instalada em 1959, a Diocese de Divinópolis teve como primeiro bispo Dom Cristiano Frederico Portela de Araújo Pena, cuja atuação esteve vinculada a setores mais conservadores da Igreja, como evidencia sua participação na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em comemoração ao golpe militar de 1964 (VEIGA, 2022). O contraste entre os dois episcopados permite perceber, em escala local, as disputas e transformações internas do catolicismo brasileiro naquele período, expressando a heterogeneidade interior da própria instituição.

Redes de solidariedade e fundo de greve

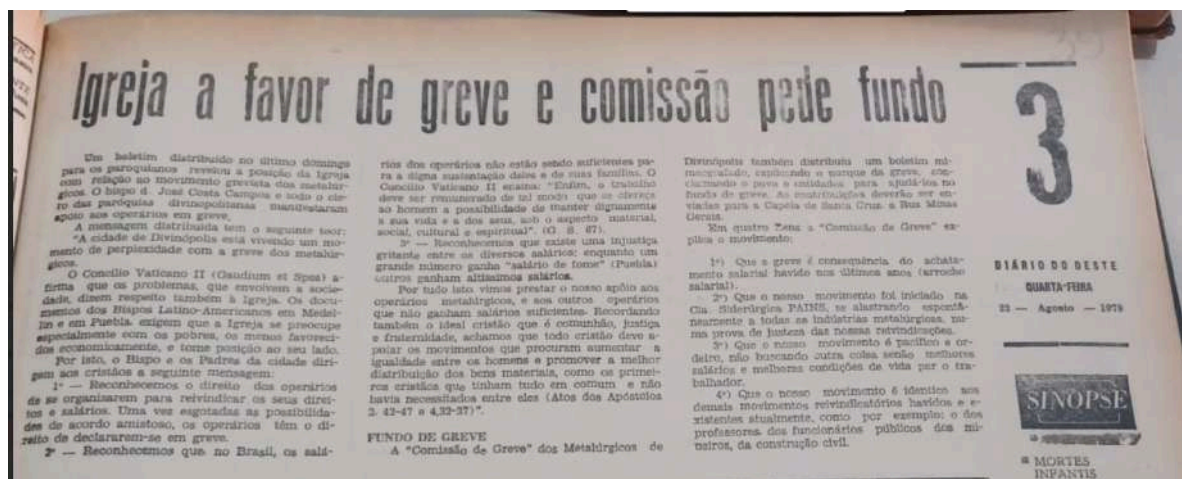
Para além da abertura de espaços e da divulgação de mensagem pública, os franciscanos também cederam o espaço da Capela de Santa Cruz durante os dias de paralisação para a arrecadação de doações destinadas aos trabalhadores. Essa mobilização de apoio material ocorreu em um contexto no qual as contas do sindicato dos metalúrgicos haviam sido bloqueadas, comprometendo a capacidade da entidade de oferecer assistência financeira aos grevistas. Diante disso, a organização de fundos e a distribuição de alimentos tornaram-se estratégias fundamentais para a sustentação do movimento.

Essa prática foi lembrada por José Maria Cesário em entrevista, evidenciando o papel ativo desempenhado por setores da Igreja no suporte material aos trabalhadores mobilizados:

A gente tinha muitas atividades, fazíamos muita coisa. Durante os dias de greve nós fizemos uma arrecadação de fundos para os metalúrgicos, porque os caras estavam sem receber. Nós fizemos um fundo de greve e nós distribuimos alimento para as pessoas lá na capela do convento. (CESÁRIO, 2024).

O relato de José Maria Cesário expressa uma construção memorial que valoriza a ação coletiva e o engajamento dos sujeitos envolvidos. A ênfase na solidariedade e na ajuda mútua pode ser lida tanto como um registro das práticas efetivamente realizadas quanto uma forma de atribuir sentido e legitimidade à experiência vivida, reforçando a imagem da greve como um movimento sustentado por redes de apoio e cooperação. Essa atividade também foi registrada pelo jornal *Diário do Oeste*, em publicação de 22 de agosto de 1979. No texto, o periódico inicialmente fez referência à nota do bispo divulgada em *A Semana*, inclusive reproduzindo seu conteúdo. Em seguida, mencionou a solicitação de contribuições para o fundo de greve por parte da comissão de trabalhadores, evidenciando não apenas a circulação pública do posicionamento da Igreja, mas também a articulação concreta de mecanismos de apoio material à mobilização.

Figura 3: Igreja a favor da greve e comissão pede fundo.



Fonte: *Diário do Oeste*, 22 de agosto de 1979.

Além de ser registrada por meio da memória e da imprensa, a arrecadação de fundos e a distribuição de alimentos durante a greve também foram documentadas em fotografias, posteriormente adquiridas por José Maria Cesário. Na imagem a seguir, é possível observar trabalhadores manuseando alimentos, em um ato que evidencia a organização coletiva necessária à manutenção do movimento grevista.

Figura 4: Distribuição de alimentos do fundo de greve a trabalhadores metalúrgicos na Capela Santa Cruz, em Divinópolis, durante a greve de 1979.



Fonte: acervo pessoal de José Maria Cesário.

Como destaca Mauad (1996), a fotografia não constitui mera reprodução da realidade, mas resultado de uma construção social de sentidos. Assim, a imagem da distribuição de alimentos não apenas comprova a existência do fundo de greve, mas permite visualizar formas concretas de solidariedade e organização coletiva que sustentaram a mobilização operária. A fotografia torna visíveis práticas que aparecem de forma distinta na memória oral e nos registros da imprensa, possibilitando o cruzamento entre diferentes dimensões da experiência histórica.

A análise conjunta do relato de José Maria Cesário, da notícia publicada no *Diário do Oeste* e das fotografias da distribuição de alimentos permite apreender a centralidade do fundo de greve como estratégia de sustentação material e simbólica da mobilização. Enquanto a memória de José Maria Cesário enfatiza o caráter intenso e solidário das ações, a imprensa registra essa prática em sua dimensão pública, evidenciando a circulação de apelos por contribuições e a visibilidade social do movimento. As imagens, por sua vez, conferem materialidade a essas narrativas, ao revelar o trabalho concreto envolvido na organização e na partilha dos alimentos, bem como o engajamento coletivo dos sujeitos.

Nesse cruzamento de fontes, torna-se possível perceber não apenas a existência de redes de apoio aos grevistas, mas também as formas como elas foram construídas, vivenciadas e posteriormente rememoradas. Nesse sentido, conforme observa Halbwachs (1990), a memória

individual é constantemente reconstruída a partir dos quadros sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Assim, o relato de José Maria Cesário não apenas recupera experiências vividas durante a greve, mas também expressa uma memória coletiva marcada pela valorização da solidariedade, da cooperação e do engajamento político construídos em torno da mobilização operária.

Considerações finais

A análise das fontes durante esta pesquisa permitiu identificar diferentes formas de apoio da Igreja Católica, especialmente dos franciscanos, à greve dos metalúrgicos de Divinópolis em 1979. A abertura de espaços religiosos para reuniões e assembleias, a divulgação pública de mensagens favoráveis aos trabalhadores e a organização de arrecadações e fundos de greve demonstram que parte da Igreja local assumiu papel ativo na sustentação material, simbólica e política da mobilização operária.

Essas práticas devem ser compreendidas no contexto das transformações vividas pela Igreja Católica brasileira nas décadas de 1960 e 1970, marcadas pela aproximação com os setores populares e pelo fortalecimento de perspectivas pastorais progressistas. Em Divinópolis, esse processo manifestou-se tanto na atuação dos franciscanos quanto no posicionamento público da Diocese diante da greve, evidenciando a inserção da Igreja local nas disputas sociais e políticas do período. Nesse contexto, “a Igreja continuou sendo um espaço onde a discussão política era possível”, mesmo em um cenário no qual outras formas de contestação eram constantemente reprimidas (Gomes, 2014, p. 195). A utilização de espaços religiosos para reuniões, assembleias e articulações ligadas ao movimento operário revela justamente essa dimensão da Igreja como espaço de sociabilidade, debate e resistência durante os anos finais da ditadura.

Ao articular entrevistas, imprensa e fotografias, este trabalho também buscou evidenciar as múltiplas formas pelas quais a experiência da greve foi vivenciada, registrada e posteriormente rememorada. Nesse sentido, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão das formas de resistência à ditadura militar no interior de Minas Gerais, destacando o papel das redes de solidariedade, dos espaços religiosos e das experiências coletivas na sustentação das mobilizações operárias do período.

Fontes:

Igreja a favor da greve e comissão pede fundo. *Diário do Oeste*, 22 de agosto de 1979.

Greve dos metalúrgicos. *Jornal A Semana*, Divinópolis, ano XXXVII, n. 33, p. 1, 25 ago. 1979.

CESÁRIO, José Maria. [Entrevista concedida a] Denise Souza e Larissa Veiga. 10 de maio de 2024.

Imagens: acervo pessoal de José Maria Cesário

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, R. L. C; SANTANA, M. A. Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos de golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 128-141.

AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de [et al]. Imprensa e História: *Jornal A Semana* e a história social de Divinópolis – 1943 a 1965. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de [et al]. **História e Memória do Centro-Oeste mineiro: perspectivas**. Belo Horizonte: O Lutador, 2016, p. 190 – 201.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

SOUZA, Renato João de. A ditadura militar em Divinópolis, diferentes olhares, diferentes sujeitos. In: AZEVEDO, F. L. M; SOARES, I. E. S; PIRES, J. R. F; FERREIRA, J. H; ARRUDA, L. M. S. (orgs). **História e Memória do Centro-Oeste mineiro: perspectivas**. Belo Horizonte: O Lutador, 2016, p. 19- 35.

VEIGA, Larissa Virgínia. **Ditadura civil-militar em Divinópolis, Minas Gerais: memórias, trajetórias e resistências**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del Rei, 2022.

Transição sob tensão: greves e a interpretação do conflito na redemocratização brasileira

Gabriel Pereira Nascimento

Doutorando em História

UFMG, Bolsista CNPq

gpnascimento47@gmail.com

Resumo: A redemocratização brasileira é frequentemente interpretada a partir da noção de “transição”, tomada como categoria relativamente estável de descrição do período. Este trabalho parte do pressuposto de que tal categoria não constitui uma denominação neutra, mas uma forma de interpretação que organiza o sentido da mudança política. O objetivo dessa reflexão é analisar como a noção de “transição” é mobilizada no discurso da imprensa para interpretar o conflito social, tomando as greves dos metalúrgicos do ABCD (1978-1980) como momento de tensão a partir das páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Busca-se compreender de que modo a linguagem da “transição”, ao privilegiar a ideia de negociação e continuidade, entrou em confronto com formas de ação coletiva marcadas por ruptura. Do ponto de vista teórico, o trabalho fundamenta-se na história dos conceitos de Reinhart Koselleck, entendendo os conceitos políticos como categorias historicamente situadas que estruturam a experiência e a expectativa. Em diálogo crítico com a literatura sobre transições políticas, propõe-se deslocar o foco da descrição dos processos para a análise das categorias que os tornam inteligíveis. A comunicação analisa editoriais e reportagens da grande imprensa produzidos no contexto das greves, buscando identificar como a ação dos trabalhadores é interpretada no interior dessa linguagem. Argumenta-se que o discurso jornalístico tende a enquadrar o conflito como elemento de risco ao processo político, reconfigurando-o no registro da ameaça à ordem. O trabalho não busca avaliar a recepção desses discursos, mas analisar as formas pelas quais eles constroem interpretações possíveis sobre o conflito social no contexto da redemocratização.

Palavras-chave: Transição; Greves operárias; Memória; Imprensa.

A reflexão sobre a validade da análise dos conceitos na historiografia já produziu muitos trabalhos que dialogam a relação do conceito como representação e experiência ao mesmo tempo de uma determinada realidade histórica. Um conceito formulado e aplicado ao debate historiográfico também abarca a forma do tempo que é moldado o próprio conceito. Em suma, um conceito contribui não apenas para explicar um determinado contexto, mas também para construí-lo.

Partindo desse pressuposto, esta reflexão visa trabalhar com a mobilização do conceito de “Transição” durante a fase final da ditadura militar brasileira. O problema surgiu na análise dos primeiros textos explicativos sobre a realidade brasileira num contexto de fins dos anos de 1970 e

início dos anos de 1980. Nesse sentido, a transição aqui é entendida entre os anos de 1979 a 1988. Importante ressaltar que a utilização dessa periodização não está isenta de dissensos na própria historiografia e nos estudos da chamada transitologia e nem de uma problematização que questione as próprias balizas de demarcação desse tempo histórico, principalmente no que diz respeito ao caso brasileiro.

A análise aqui exposta faz parte de uma pesquisa ampliada sobre as relações entre um jornal da chamada Grande Imprensa brasileira, *O Estado de S. Paulo*, a partir de 1979 até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entende-se aqui que esse intervalo comporta as diversas disputas e elaborações teórico-legais que fundamentaram a democracia brasileira. A transição brasileira nesse trabalho se inicia a partir da extinção do AI-5 e se finda formalmente com a promulgação de uma nova constituição para o país. É um período relevante para análise da imprensa porque também com o fim do AI-5 houve a extinção formal da censura, o que permitiu com que a imprensa - e a mídia no geral - articulasse suas posições político-ideológicas sem restrições legais.

Diversos autores apontam para o fato de que a passagem do regime ditatorial para a democracia no Brasil dos anos de 1980, teria sido obra de uma transição negociada, principalmente pelas chamadas “elites políticas” (Napolitano, 2015; Hollanda, Perlatto 2017; Motta, 2021). Os jornais da chamada “Grande Imprensa” como no caso de *O Estado de S. Paulo*, também são partes integrantes dessas “elites políticas” e interessadas na formação da opinião pública a respeito de temas que englobam a organização da sociedade civil (Marques etc et al, 2017). Neste caso, pretende-se averiguar como os editoriais desse jornal se exprimiam a respeito principalmente das greves operárias como uma questão fundamental, mas apagada, do processo da chamada transição brasileira.

Partindo da hipótese que se a transição brasileira para a democracia foi negociada predominantemente pelas elites político-econômicas, considera-se que a Grande Imprensa desempenhou um papel significativo, tanto no que diz respeito de construção de uma retórica da transição, quanto na formação de uma cultura política específica que incorporava os aspectos autoritários no novo regime democrático. No caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, essa atuação contribuiu para moldar as expectativas e as normas políticas emergentes, dialogando com padrões que impactaram profundamente a dinâmica política e social do país e a memória a respeito do período.

Considerando a conciliação como traço importante da cultura brasileira e de que o momento de mudança entre ditadura e democracia tenha sido obra de acordos, cabe investigar como se deu essa negociação através da imprensa, a partir dos editoriais de *O Estado de S. Paulo*, que tinha como característica o posicionamento sobre questões relacionadas ao modelo de Estado brasileiro e que pretendia desenvolver uma visão hegemônica sobre o que configuraria um Estado democrático. Nesse sentido, mais do que simplesmente averiguar o grau de influência dos *media* na opinião pública, é fundamental compreender a tipologia dos discursos produzidos por um periódico, que não sem contradições e disputas, representou grupos e interesses específicos. Além disso, esses estudos não devem negligenciar os aspectos de análise das instituições desse tipo como um todo, apontando também o funcionamento e a construção de influências que um periódico pode apresentar (Jeanneney, 2003, p. 220).

No caso específico d'*O Estado de S. Paulo*, essas questões são fundamentais para entender as posturas de apoio, resistência e negociação que o jornal manifestou em relação a ditadura no processo de democratização do Estado brasileiro e na definição de traços de uma cultura política que engendrou a passagem da ditadura para a democracia e fundamentou as bases deste sistema político no Brasil.

“Um conceito histórico é tão material quanto um processo produtivo, por isso não pode ser tratado apenas como representação” (ARAÚJO, 2008, p. 48). A aplicação conceitual no Brasil também se relaciona com o desenvolvimento do conceito de “transição” no período, utilizado como ferramenta de análise, mas também com sentido político que de certa forma efetivava uma narrativa teleológica e progressista de processos ibéricos e latino-americanos diversos. Consequentemente, essa narrativa também de certa forma endossava o discurso oficial que passou a também circular na academia e na imprensa como sinônimos ou etapas de um mesmo processo, elaboradas a partir de definições, como: distensão, abertura e transição.

As teorias consideradas clássicas na Ciência Política a respeito dos estudos sobre a transição brasileira tendem a afirmar que este processo teria sido baseado em acordos e arranjos institucionais promovidos pelas elites empresariais e militares (Tribess, 2014). Sem buscar uma análise esmiuçada desses trabalhos, a questão que vale ressaltar é que de certa forma essa etapização e escolha dos principais grupos que organizaram o processo apesar de apontar para a ação das elites político-militares contribuem para um certo silenciamento promovido à época por outros autores, em destaque aqui a imprensa, das mobilizações populares fundamentais que

ocorreram e tensionaram o processo transitório.

Nesse sentido, cabe a essa pesquisa investigar os vestígios desses acordos e pressões exercidas por grupos civis e militares a partir de uma fonte oriunda da imprensa. Os periódicos adquirem um destaque nesse processo, por exercerem uma dupla função, na medida em que seus textos advogam para os interesses de seus proprietários, mas também funcionam como ponte de ligação entre as aspirações dos mandatários do poder e a sociedade civil. Ademais, há outros problemas relativo ao argumento, por exemplo a separação entre “linha dura” e um grupo “brando” para separar os militares e explicar suas ações e disputas internas do processo transitório.

A negociação e a fuga dos radicalismos ou revanchismos, também pode ser configurada como uma estratégia que visou deslegitimar socialmente as ações de grupos populares que não pertenciam ao pacto das elites. Esse é um discurso que vai aparecer em diversas oportunidades, e principalmente, no que diz respeito ao tratamento das greves e manifestações populares a partir da análise dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Um dos pontos importantes da investigação se relaciona com o uso do argumento conciliatório por parte de OESP a respeito de temas que produziram disputas acirradas na sociedade brasileira, muitas das quais ainda não foram solucionadas. Um efeito direto dessa postura apaziguadora se deu com os limites evidentes de apuração e julgamento dos crimes da ditadura e de um esquecimento seletivo no qual se inscreve as ações da grande imprensa no período. O “silêncio oficial” contribuiu para a construção de uma “memória positiva” da ditadura principalmente a partir do Governo Geisel (Napolitano, 2014). A grande imprensa em geral, se organizou em apoio aos militares sempre que as vozes de esquerda ousaram promover suas reivindicações. Então, a questão que fica é: Como a grande imprensa, ao se colocar como ‘defensora da democracia’, operou para excluir setores populares do ‘pacto de transição’?

A hipótese é que a imprensa operou, nesse caso e em outros momentos cruciais da transição, como um “tribunal moral” contribuindo para reformular a questão do próprio tempo histórico, no que podemos tratar como a descrição de um regime de historicidade. O regime de historicidade, aqui para retomar os textos de François Hartog, como: “uma maneira de engrenar passado, presente e futuro” (Hartog, 2013, p. 11). Ou seja, a ideia do tempo histórico como uma construção cultural. A simultaneidade dos tempos históricos a partir de fins dos anos 1970 produziu uma explicação, acadêmica e nos meios de comunicação, que ressignificou o próprio

regime militar como crise e a “transição democrática” como um futuro permeado por expectativas e pautado por uma reorganização do passado naquele presente.

Nesse sentido é que os jornais, como *O Estado de S. Paulo*, além de outras instituições que naquele momento se reconheciam como oposição à ditadura, operaram na ideia de “tribunal moral” nessa fase da ditadura, transformando o discurso jornalístico de opinião como notícia, definindo o que era adequado ou não no processo, se colocando como uma força exterior à política e buscando pautar de forma valorativa e moral as iniciativas dos militares e das oposições.

Essa reflexão dialoga com os estudos de Reinhart Koselleck. O autor também dialoga com a construção do tempo nas sociedades contemporâneas. A ideia de que as sociedades burguesas, pós Revolução Francesa, teriam se estruturado a base sócio-temporal do mundo ocidental baseado em uma lógica do progresso onde o futuro “utópico”, desenvolvido através da própria crise dos Sistema Absolutista vigente até então, representaria a superação dos problemas sociais. Dito de outra forma, o que nos interessa aqui é o argumento desenvolvido pelo autor de que, uma sociedade construída através de uma crítica política, que se apresentou como “fora da política” e baseada apenas na Razão, operou como tentativa moral de transformar o Estado como instrumento de realização da utopia (Koselleck, 1999, p. 72).

O "republicanismo" foi, portanto, um conceito de movimento, que no espaço da ação política permitiu realizar aquilo que o "progresso" prometeu cumprir na história como um todo. O antigo conceito da "república", que chamava a atenção para uma situação, se transformava em *telos*, em objetivo, ao mesmo tempo que — com auxílio do sufixo "ismo" — se temporalizava em um conceito de movimento. Servia para antecipar teoricamente o movimento histórico e influenciá-lo praticamente (Koselleck, 2006, p. 325).

Seguindo nessa abordagem, o que a Grande Imprensa desenvolveu nesse período foi uma ressignificação do “espaço de experiência” dos operários nas greves do ABCD (1978 - 1980) por exemplo silenciando e julgando as reivindicações dos trabalhadores em nome de um possível “horizonte de expectativa” democrático, controlado pelas elites políticas do quais os principais periódicos que circulavam nesse momento eram também integrantes. Além disso, o tempo da “transição” foi mobilizado de forma conceitual para representar a realidade daquele momento como um “conceito de movimento”, ou seja, para atuar e influenciar o próprio tempo histórico. Evidentemente, não se pode explicar o processo transitório apenas pelas narrativas desenvolvidas por esses periódicos, pois seria de fato aceitar a ideia de que os jornais ou outros grupos das elites políticas deveriam conduzido de forma linear e progressiva o fim da ditadura e a construção de um Estado de Direito democrático.

Reconhece-se aqui a importância fundamental de movimentos contra-hegemônicos, a questão que fica e se relaciona com essa ideia de mobilização temporal e conceitual do período, é de compreender como esse processo de “transição” teria sido balizado à época pelos jornais na tentativa de construir ou mobilizar opinião pública nacional e como essas narrativas dialogam com os estudos desenvolvidos nas décadas de 1980 e que repercutiram na historiografia e na memória do período.

A própria ideia de disputa entre “linha-dura” e “moderados” para se referir as disputas dentro das Forças Armadas como marco da transição brasileira conforme apresentado na obra, por um lado contribui para uma ‘memória positiva’ de presidentes que representam a continuidade e não uma ruptura do autoritarismo, como Geisel e Figueiredo, por outro lado, também reforça uma ideia naquele momento de que as oposições deveriam ser moderadas.

Por exemplo, o processo das greves operárias e da manifestação de trabalhadores foi questionado pela Grande Imprensa, mas também mesmo pela imprensa alternativa de esquerda. Bernardo Kucinski, vai chamar a atenção para o fato de que o jornal *Movimento* também não reconheceu na organização operária o centro das oposições pelo seu formato orgânico e, inicialmente, não diretamente associado a um projeto político-ideológico (Kucinski, 2018).

O *Estado de S. Paulo* especificamente é um periódico com uma postura histórica sobre o tratamento às greves e manifestações dos trabalhadores em outros momentos históricos. Primeiro, é importante compreender a posição do jornal e sua função social específica, onde o *Estadão* se apresentou desde o início como “órgão modelador da opinião pública (Capelato; Prado, 1980). A própria noção de um periódico como idealizador de um projeto nacional de certa forma reflete um comportamento da modernidade e da crítica como forma de construção social e de atuação no espaço público da sociedade civil. No entanto, ao utilizar os termos de “opinião pública” ou “consciência nacional” o periódico se portou muitas vezes como a vanguarda do pensamento social, sem relevar o seu caráter empresarial e privado e de que suas propostas tinham um uma relação moral de lidar com a política. Além disso, naquele contexto de início do século XX se colocou como um periódico de oposição às “velhas oligarquias” estaduais que comandavam o Estado brasileiro da primeira experiência republicana. Assim, a análise de um único jornal certamente não representa todas as mobilizações e todos os grupos das chamadas “elites”, mas pode ser de grande utilidade para a análise de pelo menos um setor desses grupos.

As greves do início do século XX, em especial os movimentos de 1906, 1907 e 1912 são

significativos na postura do jornal. Naquele contexto, se inicialmente a atuação do jornal chegou a ser considerada, reformista e tolerante, em contraposição a outros movimentos e setores das elites, rapidamente essa postura se modificou e passou-se a questionar a legitimidade do movimento - acusando os grevistas de violarem o direito do trabalho - e responsabilizando o que chamou de “minorias radicais”, pautada por pequenos grupos que comprometiam toda a sociedade. (Capelato; Prado, 1980). Inclusive nesses episódios, o jornal reiterou a ação repressiva do governo aos trabalhadores e poupou críticas a ilegalidades cometidas pelo Estado, desenvolvendo um apoio ao “direito do trabalho” em contraposição a um “direito de greve”. Apesar da própria elaboração ideológica do jornal e de terceiros, o jornal historicamente mobilizou a alcunha de “liberal” para justificar suas críticas, mas também para deslegitimar certos movimentos.

Isso não só reflete no teor da crítica apresentada pelo jornal, mas também na diagramação e sobre o espaço destinado aos movimentos grevistas que no início do século eram restritos às reportagens, com raras exceções de menções nas primeiras páginas e também nos editoriais que também reflete uma maneira de conduzir racionalmente o debate do campo da notícia, do ato, da manifestação e não das bases intelectuais da proposta, ou seja, que explique as pautas dos trabalhadores.

No que se refere às greves situadas no contexto aqui estudado, o jornal discute e mobiliza a opinião dos editoriais na reflexão e combate aos movimentos grevistas do ABCD paulista (1978 - 1980), mas também de diversos outros movimentos grevistas ligadas a setores do funcionalismo público, da iniciativa privada e mesmo dos próprios jornalistas.

O uso dos termos “radicalismo” ou “revanchismo” para se referir geralmente às posturas das oposições no que tange às manifestações populares e pressões sobre os crimes ou sobre a ditadura apareceu nos editoriais e páginas alisadas no jornal de uma forma quase sempre relacionada. Isso não se limitou às greves, mas essa temática recebeu atenção especial. Prática recorrente, mas que ainda revela novas questões. O ano de 1979 é significativo, por um lado por estabelecer uma força da organização trabalhistas nas greves e por outro lado é, para a imprensa, um momento de fim da censura, onde forças com construção e objetivos opostos passaram a reivindicar suas posições. Os jornais, nesse momento, ao contrário do contexto das greves do início do século XX passaram a elaborar posições a respeito do movimento em seus editoriais e de certa forma, conduzir para o campo da ideologia, questões que surgiam do campo econômico.

Diante do arrocho salarial, crise de petróleo e a inflação mais alta da ditadura até aquele momento, os trabalhadores eram geralmente acusados de desordem e suas reivindicações deslegitimadas pelo jornal. O *Estadão* se colocou a favor dos patrões e contra os atos dos trabalhadores, reivindicando a atuação da repressão e legislação autoritária, defendendo inclusive sua legalidade constitucional e utilizando termos que clamavam por “responsabilidade” aos trabalhadores e relação direta sob responsabilidade do movimento grevista e a ruptura do processo de “transição”. Basicamente, o jornal passa a se referir como se o movimento grevista pudesse ser o entrave para a efetiva construção do Estado democrático de Direito no Brasil, então caberia no momento o silêncio de outras pautas que poderiam ser mal vistas pela ditadura e, conseqüentemente, não seria adiado o advento do Estado democrático de Direito.

No simbólico 1º de maio de 1980, depois dos trabalhadores terem se mostrado uma força importante, o *Estadão* publicou um editorial que revela uma continuidade desse discurso, que visou silenciar a experiência dos trabalhadores em função de um horizonte democrático que se apresentaria e que, de certa forma, deveria representar o novo, mas sem grandes alterações na velha estrutura social. Nesse editorial, publicado na data simbólica do comício em São Bernardo sem as principais lideranças presas pela ditadura e outrora atacadas como as responsáveis pelo conflito:

Há que se voltar ao mesmo assunto, principalmente por ser hoje 1º de Maio, pois é da decisão da greve dos metalúrgicos do ABCD que dependerá, disso estamos certos, o futuro da democracia no Brasil. A gravidade da situação salta aos olhos de todos, medida, exatamente, pela ponderação com que as oposições vêm conduzindo sua participação [...] **Persistir na greve, hoje, é fazer o jogo dos que pensam antes de tudo em si, e nunca nos trabalhadores**” (Deve Prevaler a Razão, O Estado de S. Paulo, 01 mai. 1980, p. 3).

Nesse caso, além de mobilizar outras questões como ‘pacificação da família brasileira’ e conciliação de conflitos, o jornal atua como um “juíz”, se colocando acima do conflito em defesa de uma ordem que também de certa forma moraliza a greve invertendo a culpa, pois se a repressão viesse ou algo dificultasse a democracia, vista como ‘concessão’, a culpa seria da manifestação operária. Além de definir uma posição sobre o que era ou legítimo na luta ou na disputa entre Estado e sociedade civil, o jornal atua para questionar a agência dos operários baseada em uma experiência real de opressão após sucessivas crises econômicas e arrocho nas condições de trabalho que vinculam necessidades importantes ignoradas pelas elites empresariais e políticas, como o *Estadão*. As relações construídas pelos indivíduos enquanto vivem sua

realidade em sua manifestação de classe deveriam, para o jornal, ser suprimidas em torno de um bem comum ao contrário do fim da censura, que passou a ser reivindicado como vitória democrática.

A existência de uma “cultura política” implica um imaginário de representações que comportam uma comunidade nacional. No caso brasileiro, isso está vinculado a temas de conciliação/acomodação e negação de conflitos historicamente bem pontuados. Seriam estratégias de grupos dominantes para construir estruturas de poder estáveis e evitar rupturas revolucionárias (Motta, 2018). A Independência como grande exemplo dessa ação, onde teria prevalecido um grande acordo, que ajudou a manter estruturas sociais intocadas, especialmente a escravidão apesar das mudanças políticas.

No caso da análise do movimento grevista, a preservação da ordem foi retomada pelo jornal a partir de usos históricos que evitam os ‘radicalismos’ ou o ‘conflito’ de forma a tornar um Estado democrático formal baseado em alguns direitos (liberdade de expressão e direito de propriedade), mas sem alterar a estrutura social e se isso refletiu na formação do Estado democrático pós-85. No entanto, o jornal demonstra a contrapelo que houve uma resistência e mobilização popular não prevista por essas elites que de certa forma também movimentou a construção desse período.

Sendo assim, um ponto fundamental que surge da análise do movimento operário é a força e disputa entre projetos de democracia distintos, de um lado no jornal a democracia formal de retomada de alguns direitos políticos e sociais e do outro a democracia orgânica das ruas desenvolvida através das condições materiais de existência e combatida avidamente pelos discursos das elites, inclusive reiterando a atuação repressiva do regime nesses momentos e a legalidade da legislação autoritária. Em síntese, é fundamental compreender essa ‘retórica da transição’, principalmente através da mídia que nos anos 1980 interpretou os significados de democracia, inclusive sua própria atuação na ditadura como “resistência democrática”, silenciando vozes dissonantes que à época contribuíram de forma potente para a construção da Nova República, mas que foram apagadas da memória oficial e reinterpretadas a partir de uma forma de governo que mantivesse as estruturas sociais intactas.

Ao observar o conjunto de editoriais analisados e também a dinâmica do jornal no período, o que emerge é uma memória discursiva da transição: um modo de falar sobre democracia e sobre a ditadura que ainda ecoa no presente.

Referências

- CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"** São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- DE ARAÚJO, Valdeir Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, n. 7, p. 47-55, 2008.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de; PERLATTO, Fernando. Entre a reconciliação e a justiça: a lei da anistia diante das comissões da verdade. In: ARAÚJO, Maria Paula; PINTO, António Costa (Orgs.). **Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos**. Rio de Janeiro, p. 16-40, 2017.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 213-230.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Edusp, 2018.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil et al. O que significa “Opinião Pública”? Um estudo sobre os diferentes sentidos do termo nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Estudos em Comunicação**, v. 25, n. 1, p. 53-78, 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9-44, 2015.
- TRIBESS, Camila. Ditadura e democracia: um apanhado teórico sobre a transição democrática no Brasil. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Silvina (Orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre, p. 171-190, 2014.

Negacionismo e seletividade na memória japonesa das “Mulheres de Conforto”

Keilla Kaori Watanabe

Mestranda em Ciências Sociais

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

CNPq

keilla.watanabe@unesp.br

Resumo: Diante do conceito de memória coletiva formulado por Maurice Halbwachs, este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira as forças culturais podem promover o silêncio e o revisionismo histórico a partir das interpretações japonesas sobre o sistema de escravidão sexual de mulheres instituído durante a Guerra do Pacífico (1941-1945), conhecido como “mulheres de conforto”. Por meio de uma breve contextualização histórica inicial, o aparato metodológico adotado examina a complexa relação entre memória e esquecimento, buscando discutir acerca da legitimação ou justificativa da violência perpetrada no período. Nesse sentido, o estudo articula a construção e a contestação da memória em diferentes agendas políticas, com a hipótese de que esse episódio evidencia a necessidade do diálogo perante o negacionismo histórico ao passo que também oferece perspectivas sobre as questões de responsabilidade na narrativa propagada pelo Japão no pós-guerra. Como resultado, pretende-se ampliar a compreensão sobre os mecanismos de produção, disputa e silenciamento da memória histórica.

Palavras-chave: Políticas de memória; Nacionalismo japonês; Negacionismo histórico.

Contextualizando a questão das “mulheres de conforto”

Durante as décadas de 1930 e 1940, reconhecidas na primeira fase da “Era dos Extremos”, o Japão expansionista invadiu a Manchúria, deixou a Liga das Nações, declarou guerra à China, assinou o Pacto Tripartite com a Alemanha e a Itália, e posteriormente, desferiu um ataque surpresa na base naval de Pearl Harbor, além de agredir outros territórios (HOBBSAWM, 1995). Nesse período, o patriotismo se tornou uma palavra-chave no discurso público do Japão: o patriotismo significava morrer pela política nacional personificada pelo imperador, estabelecendo uma relação de proximidade e fidelidade ao Estado japonês (SHOGIMEN, 2010).

Como parte de uma série de eventos que se alongam desde o Japão pós-Era Meiji, com a ruptura de sua política isolacionista e a criação da Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental, a Guerra do Pacífico marcou não somente a oposição quanto aos Estados Unidos,

como também o colapso dos esforços após a Primeira Guerra Mundial no tocante à promoção da paz por meio da cooperação internacional. Por meio da agressão territorial japonesa,

Na medida em que muitos documentos militares e governamentais foram destruídos no final da guerra, a necessidade do governo japonês em confrontar o passado de sua nação a respeito de um posicionamento sobre o assunto conduziu desdobramentos acerca da construção da memória oficial. Como exemplo, o debate sobre a violência sexual contra mulheres e meninas praticada pelas Forças Armadas imperiais, que embora não tenha sido inédita em sua natureza, foi inédita em sua escala, já que o sofrimento causado continua a afligir suas vítimas e suas famílias ainda hoje (MORRIS-SUZUKI, 2014).

No que diz respeito ao Japão em tempos de guerra, tal impasse relacionado à história das chamadas “mulheres de conforto” manifesta o exercício na luta política entre o apagamento e a invisibilidade nas agressões perpetradas pelos soldados do Exército Imperial japonês contra as demais nações asiáticas na época. Uma vez que o fim do conflito não significou o fim do sistema de escravidão sexual instituído pelo governo do Japão, já que a mesma política também foi implementada em relação às forças de ocupação, o debate frente à exclusão e à ignorância perante essas mulheres na memória história acende a gravidade dessa questão sem consequências históricas, (SEIYA, 2017).

O termo eufemístico “mulheres de conforto”, ou “ianfu” em japonês, refere-se a jovens mulheres e meninas que foram forçadas a prestar serviços sexuais ao Império Militar Japonês nos chamados “postos de conforto”, ou “ianjo”, durante a Guerra do Pacífico (1931-1945). (TSUKAMOTO, 2018, p. 2)

Dessa forma, Soh (2008) explica que as definições superficiais usadas para representar simbolicamente quem foram essas mulheres dominaram o passado, principalmente por pessoas que não eram as próprias mulheres, oferecendo uma descrição enganosa e reducionista, o que pode minimizar a percepção de vitimização. A exemplo disso, o “recrutamento” ou a “convocação” para se tornarem “mulheres de conforto” consistia na utilização de falsas promessas de empregos dignos e bem remunerados para trabalhar em fábricas de peças de aviões e de navios de guerra, além da coerção e do rapto (TANAKA, 2002).

Ainda que o número exato de mulheres vitimadas seja desconhecido devido a muitos documentos oficiais terem sido destruídos ou ocultados pelo Quartel General do Japão ao final da guerra, por volta de 200.000 mulheres, em sua maioria coreanas, mas também birmanesas, chinesas, holandesas, indianas, indonésias, japonesas, filipinas, taiwanesas, vietnamitas e oriundas

das Ilhas do Pacífico foram sequestradas e escravizadas sexualmente pelo Exército Imperial (OGAWA, 2000). Ao passo que cada vez mais territórios eram ocupados pelo Exército japonês, a quantidade de campos militares de escravidão sexual também crescia progressivamente como medida de segurança garantida pela autoridade para a prevenção de doenças venéreas (TANAKA, 2020).

Nesse cenário, a legitimação e a justificativa do sistema de escravização sexual de mulheres para o fortalecimento do nacionalismo japonês demonstra como as forças culturais podem promover o silêncio e o revisionismo histórico a partir das interpretações japonesas, cujas tendências negligenciam a soberania das mulheres (NORMA, 2016). Destaca-se a o diálogo e a contestação da memória por razões de conveniência política, com a hipótese de que esse episódio evidencia a necessidade do diálogo diante do negacionismo histórico, oferecendo perspectivas sobre as questões de responsabilidade na narrativa propagada pelo Japão para ampliar a compreensão sobre os mecanismos de produção, disputa e silenciamento da memória histórica.

Assim, nessa perspectiva, o artigo pretende investigar a construção e a contestação da memória em meio ao revisionismo e à omissão na agenda política japonesa. Através de uma metodologia de abordagem qualitativa, com base em autores como Chang (1997), Morris-Suzuki (2001) e Tanaka (2020), a análise de interpretações sobre o tema desde o estabelecimento de um panorama histórico possibilita discutir visões alternativas, já que a historiografia da época tendia a ser influenciada pelo contexto de controle militar, buscando justificativa para as práticas imperialistas do Japão.

Como resultado de um levantamento bibliográfico que se encontra em andamento para a pesquisa de dissertação, o presente trabalho analisa o negacionismo e a seletividade na historiografia japonesa e seus processos históricos no panorama da Guerra do Pacífico (1941-1945), mobilizando conceitos de memória, nacionalismo e apagamento histórico. Para isso, a revisão de literatura sobre o tema, aliada à análise do material estudado, compreende as instituições e as autoridades enquanto ferramentas de legitimação histórica, salientando a relevância destas no tratamento e gestão documental, e por conseguinte, na produção acadêmica e científica com demandas de pesquisa.

Por mais que contestar o discurso paradigmático abra portas para que a história dessas mulheres seja manipulada por determinados grupos ou ainda tenha aspectos selecionados retirados de contexto para promover suas posições partidárias, a vitimização colonial dessas

mulheres sob o domínio japonês constitui um testemunho dos valores sociais, contrapondo o discernimento da violação das mulheres como crime, e o alistamento militar como honroso (SOH, 2008). Em particular, os grupos neonacionalistas têm procurado ativamente inconsistências nas histórias dessas mulheres com a intenção de desacreditar sua própria existência (NORMA, 2016).

Nessa conjuntura, o referencial teórico articula bibliografias sobre o que já existe referente à violência sexual em conflito armado, memória e cultura política, debatendo sobre as memórias conflitantes e as heranças contemporâneas do Japão Imperial. Em suma, discute-se nas seções seguintes em relação à preservação da história dos soldados imperiais e do Estado japonês na sociedade japonesa do pós-guerra, bem como suas dimensões culturais, educacionais e sociais.

A política do trauma: entre o revisionismo histórico e a centralidade da narrativa

Ao analisar como não só a Guerra do Pacífico, mas todas as guerras afetam as mulheres, o caso das “mulheres de conforto” pode fornecer fundamentos acadêmicos e intelectuais para o reconhecimento de sua plena importância como parte de um padrão mais amplo, que por sua vez, contribui para o estabelecimento e a manutenção da paz a (TANAKA, 2020). Aqui procuramos decifrar, mesmo que de forma preliminar, a questão das “mulheres de conforto” e como ela emergiu no debate sobre a construção da nacionalidade japonesa, ilustrando a percepção central nos discursos contemporâneos de como o Japão passou a abordar as questões de responsabilidade da guerra, e, por extensão, relacionadas ao passado.

Dado o fato de que as vozes das “mulheres de conforto” sobreviventes inicialmente foram silenciadas em escala global, a marginalização existente destas faz com que a abordagem da memória popular seja importante na recuperação das experiências históricas e na formação de subjetividades, enfatizando a perspectiva de uma “história vista de baixo” (TSUKAMOTO, 2018). Como indica Hall (2006), questionar o conceito ideológico implica na influência nos modos de vida das pessoas, de pensar e agir variando na forma como são representadas, transmitidas e disseminadas, já que diferentes metáforas são seletivamente empregadas por determinados grupos para produzir conhecimentos de interesses próprios.

Dessa maneira, as representações presentes na categorização das “mulheres de conforto” enquanto identidades subjugadas impactaram a forma de pensar e tratar os bordéis militares

japoneses, teorizando sobre a ambiguidade no quadro analítico das “mulheres de conforto”, especialmente na dicotomia de distinção entre prostitutas e escravas sexuais (TSUKAMOTO, 2018). Para averiguar a agência das “mulheres de conforto”, além da representação, a articulação também permanece como uma categoria de análise, polarizando as mulheres e suas interações com a memória e a história (SOH, 2008).

De acordo com Halbwachs (2006), à medida em que as lembranças impessoais interessam ao grupo, um indivíduo seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo, trazendo consigo uma bagagem de lembranças históricas que podem ser aumentadas por meio de conversas ou de leituras emprestadas, sejam de regiões, grupos, partidos políticos, províncias, classes profissionais ou mesmo entre famílias e testemunhas. Em vista disso, o nacionalismo e o militarismo dentro da perspectiva das mulheres ainda expõe uma construção hierárquica nas narrativas das “estações de conforto” alicerçada na discriminação, já que o grau de violência e abuso sexual sofrido pelas “mulheres de conforto” variava de acordo com o contexto geográfico e cronológico, bem como com a etnia de cada mulher (CHANG, 1997; SOH, 2008).

Conforme reitera Tsukamoto (2018), a trajetória de modernização e ocidentalização do Japão, e conseqüentemente, de militarização, caracterizou uma ligação fundamental entre a memória da guerra e a identidade nacional para o estabelecimento do sistema de prostituição forçada no Exército japonês, tendo em vista que é essencial para um Estado controlar as narrativas coletivas como estratégias para reprodução de legitimidade e autoridade. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho alocava dois papéis para as mulheres: portadoras de filhos ou provedoras de sexo, o que escancara a interação também entre o patriarcado e o capitalismo, e destaca a associação entre a guerra, o sexo e o poder (YOSHIMI, 2000).

A partir da ascensão de narrativas alternativas à memória dominante acerca das “mulheres de conforto”, a exposição de mulheres sobreviventes gerou controvérsias no terreno da memória de guerra do Japão, fazendo com que Hak-sun Kim, Jan Ruff O’Herne, Suzuko Shirota, Walterina Markova, Zhou Fenying e entre outras se transformassem em agentes históricos e políticos que desafiaram a hegemonia histórica. Essa divisão na nação provocou uma discussão muito importante sobre a construção da nacionalidade japonesa que culminou na Declaração de Kōno, originando implicações relevantes do ponto de vista acadêmico, anteriormente omitido pelo governo (MORRIS-SUZUKI, 2014).

Tendo em vista que o Estado exerce o poder da produção histórica por meio do controle estatal das narrativas oficiais, sobretudo nas memórias da guerra, a interação inata entre lembrança e esquecimento na política externa japonesa retrata a definição de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson (2008), na qual a criação de uma identidade coletiva manifesta uma política oficial que reproduz as relações de poder entre as memórias contestadas. Da mesma forma, a análise da violência estatal que incidiu sobre as mulheres na lógica de poder ressalta a complexidade das vozes das sobreviventes (CHANG 1997).

Após a rendição incondicional do Japão na Segunda Guerra Mundial, diversas negociações sobre a interpretação dos crimes de guerra seja por conveniência política ou centralização de uma identidade propuseram uma investigação da seletividade na memória do governo japonês. Segundo Yoshimi (2000), a estigmatização das “mulheres de conforto” funcionou como um instrumento de manipulação do patriotismo, ou seja, o nacionalismo atuou como um fator-chave no processo de construção do Estado-nação, incorporando as mulheres no Estado moderno masculino.

Apesar de muitas circunstâncias permanecerem obscuras para uma sociedade, os testemunhos são frequentemente utilizados para reforçar ou enfraquecer, e também para completar o que é sabido de um evento sobre o qual já se tem alguma informação (HALBWACHS, 2006). Nesse aspecto, Chang (1997) assinala o Julgamento do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (IMTFE) como uma metáfora para o comportamento japonês durante toda a guerra: “uma demonstração pública de autoflagelação” ao invés da “disposição de buscar justiça para os injustiçados”.

No Japão, histórias conflitantes sobre o que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial continuam a surgir. De acordo com uma visão revisionista atualmente popular, o país não tem responsabilidade pelo assassinato em massa de civis em qualquer lugar durante a guerra. Os japoneses lutaram na guerra para garantir sua própria sobrevivência e para libertar a Ásia das garras do imperialismo ocidental. De fato, em retribuição por seus nobres esforços, o próprio Japão acabou sendo a vítima final em Hiroshima e Nagasaki. (CHANG, 1997, p. 261)

No que tange à exploração das “mulheres de conforto”, a interdependência de tal sistema junto da infraestrutura da guerra exprime como os arranjos de infraestrutura civil foram mobilizados durante a guerra (NORMA, 2016). Através das distorções que perpetuam a culpabilização de mulheres e meninas “recrutadas” para o sistema de “mulheres de conforto”, a

consolidação dos “postos de conforto justapõe o reconhecimento das vítimas e das injustiças sofridas, o que acaba por fomentar a mitificação patriarcal e reprimir as tentativas de reparação.

Para Tanaka (2020), a ideologia patriarcal da guerra e a própria existência das forças militares correspondem a símbolos vivos da dominação masculina sobre o sexo feminino, reforçando a ausência e a presença das mulheres no campo de batalha ao mesmo tempo que fundamentam essa contradição. Nesse sentido, as relações de poder internas dos exércitos, de dominação e subjugação, são reafirmadas pela violação dos corpos das mulheres na guerra.

Diante desse dilema, Morris-Suzuki (2001) argumenta que as representações do passado na contextualização histórica podem sustentar estereótipos e preconceitos que resultam em controvérsias, dificultando a compreensão e valorização histórica no aprendizado, uma vez que reforçam determinados pontos de vista. Assim, as vozes das mulheres socialmente marginalizadas e historicamente silenciadas operam em diferentes caminhos no entendimento da política e da moralidade, auxiliando na reconstrução das relações entre um Estado e outro através das histórias de trauma ou ainda pela produção de integridade na condição de pessoa, nação e Estado no Japão.

Com base no fenômeno denominado “transferência de opressão”, entendia-se que o Exército japonês moderno tinha um grande potencial para a brutalidade desde o momento de sua criação por dois principais motivos: o tratamento arbitrário e cruel dos militares infligido a seus próprios oficiais e soldados, e a natureza hierárquica da sociedade japonesa, cujo status era ditado pela lealdade ao imperador (TANAKA, 2002). Portanto, Chang (1997) define que dentre as razões pelas quais o Japão se diferencia em relação à Alemanha com seus crimes de guerra, encontra-se a incorporação dessas informações à identidade política pós-guerra, ou seja, não apenas na história, mas na historiografia japonesa, a manutenção de certos eventos na história e o desaparecimento de outros da memória coletiva impede a consciência histórica.

Dando continuidade nesse cenário, não só o Japão se esquivou da sua responsabilidade de pagar indenizações às vítimas, como também recebeu bilhões de dólares em ajuda dos Estados Unidos durante a Guerra Fria (CHANG, 1997). Logo, cabe mencionar que a memória da guerra mistura narrativas de resistência, vitimização e vitória, construindo em si cenários para promover ou suprimir descrições frente aos acontecimentos históricos.

Os discursos negacionistas e a subjetividade política na memória pós-colonial

Como visto, a formação das narrativas nacionais no Japão moderno teve influências que não derivam somente da experiência específica da vida social japonesa, como também das estratégias de conceitualização e representação adotadas pelo Estado, marcado pelo imaginário político (ANDERSON, 2008). Então, o patriotismo é configurado como um dos conceitos mais controversos da história do Japão, tendo sido fundamental para o sustento do nacionalismo japonês antes e depois da Segunda Guerra Mundial (SHOGIMEN, 2010).

Por meio da ênfase no papel do Estado japonês, tanto a explicação dos sucessos econômicos quanto dos crimes políticos ao longo do século XX são realçadas na identidade nacional, acentuando a tentativa de integração do povo ao império mesmo antes da Restauração Meiji (1868). Em grande medida, essa relação entre a identidade étnica e o nacionalismo precisava competir com a sociedade civil no que se refere ao sentimento antiestatal dentro da nação japonesa, sugerindo uma forma étnica de nação que posicionava o povo como vítima da colonização interna pelas elites capitalistas, como também da colonização externa pelo Ocidente (DOAK, 1997; SEIYA, 2017).

Resgatando os antecedentes históricos do Japão, a disposição de depoimentos de oficiais e soldados japoneses, e também dos relatos das “mulheres de conforto” implicam na memória como lição e aprendizado para não repetir os erros do passado (MORRIS-SUZUKI, 2014). Para isso, a análise cautelosa, mesmo das documentações oficiais deve considerar as possíveis alterações ou elaborações tanto para ocultar quanto para revelar a verdade a fim de salvaguardar o reconhecimento.

A memória coletiva retrocede no passado até certo limite, mais ou menos longínquo conforme pertença a esse ou aquele grupo. Além disso, ela já não atinge diretamente os acontecimentos e as pessoas. Ora, é precisamente o que está além desse limite que prende a atenção da história. Às vezes se diz que a história se interessa pelo passado, e não pelo presente. Entretanto, para ela o que é passado realmente é o que já não está mais compreendido no terreno em que ainda se estende o pensamento dos grupos atuais. (HALBWACHS, 2006, p. 133)

Por fim, assim como na contestação entre as memórias privadas e públicas, na disputa entre a memória dominante masculina e a memória oprimida feminizada, a “abordagem central do Estado” centraliza a memória para união dos cidadãos em uma identidade nacional coletiva e

coesa (ANDERSON, 2006; HOBSBAWM, 1995; TSUKAMOTO, 2018). Essa divisão na memória ajuda a compreender as causas da cumplicidade e do silenciamento entre o Estado e a sociedade.

Considerações Finais

Ao refletir acerca da construção da memória nacional, discutir sobre as diferentes instituições que mobilizam as principais narrativas permite reconhecer as dimensões sociais e políticas que tratam da preservação histórica de um país, especialmente seu passado. À guisa de conclusão, o negacionismo e a seletividade na memória japonesa das “mulheres de conforto” foram decorrentes de uma lógica política e ideológica que tensionou as representações e as identidades das escravas sexuais no período da Guerra do Pacífico, além de transformar estruturalmente o Estado japonês.

Com relação ao nacionalismo, a militarização significou um processo constante e vigente, sempre medida pela cidadania masculinizante, sendo indispensável para tratar da exploração sexual feminina, fundamentada na abordagem positivista das ciências sociais convencionais.

No septuagésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, a menção aos crimes de guerra do Japão, e também qualquer referência ao sistema militar de escravidão sexual e às agressões infligidas aos países vizinhos asiáticos denotou o forte desejo de restauração do Estado militarista do Japão antes de 1945 no contexto de silenciamento político. Com isso, reconhecer o padrão amplo de como a guerra vitimiza as mulheres pode fornecer fundamentos para o estabelecimento e a manutenção da paz.

Além disso, a exploração e a análise de conceitos-chave na construção da memória japonesa provocaram uma mudança paradigmática na questão das “mulheres de conforto”, tornando-a uma norma internalizada no âmbito doméstico, e uma questão de direitos humanos no cenário internacional. Em razão disso, para refutar a negação revisionista histórica das “mulheres de conforto” pelo Estado e pelos militares, a mudança metodológica nas fontes trouxe a possibilidade de desvendar uma nova reescrita de uma história plural, percebida como uma virada humanitária.

Conforme discutido, as forças culturais podem promover o silêncio e o revisionismo histórico a partir das interpretações sobre o sistema de “mulheres de conforto”, o que enfatiza a

necessidade de dialogar sobre o negacionismo histórico inerente à discussão de responsabilidade da narrativa propagada pelo Japão no pós-guerra. Ainda, a compreensão sobre os mecanismos de produção, disputa e silenciamento da memória histórica propicia formas de reconhecer a manipulação da história e, portanto, da construção das narrativas e suas estratégias de legitimação.

Por outro lado, ambas as memórias hegemônica e contra-hegemônica incorporam experiências as quais podem ser contestadas na polarização das políticas oficiais. Sendo que o trauma constitui a intersecção entre a memória e a formação da identidade, seja em nível pessoal ou coletivo, as múltiplas representações das “mulheres de conforto” e dos soldados japoneses desempenham papéis fundamentais na produção da memória da guerra, e na exclusão ou recuperação subsequentes das narrativas do Japão no pós-guerra.

No entanto, vale acentuar que tais paradigmas falham em conceber a complexa interação existente entre o indivíduo e a sociedade em sua totalidade no processo de construção da memória coletiva, já que o desenvolvimento das narrativas históricas e os enredamentos geopolíticos se complementam no preenchimento dessas lacunas. Sendo assim, admite-se a importância da ideologia tanto na formação da subjetividade política das “mulheres de conforto” quanto nos discursos concorrentes da literatura feminista sobre o sistema de escravização sexual do Exército japonês.

Nesse sentido, ficou evidenciado que a análise historiográfica do Japão durante a Guerra do Pacífico enquadra várias abordagens repletas de contradições e traduções errôneas que afastam as mulheres sobreviventes e limitam o exercício da autonomia na relação social local e global. A respeito disso, a naturalização da relação de dominação-subordinação entre as mulheres na vitimização e na agência, contudo não descarta o valor e a diversidade de ações políticas, transcendendo o contexto de violação em que mulheres e meninas lutam contra o trauma.

Através do revisionismo histórico, a fragmentação das identidades e a seleção de narrativas viabiliza a consolidação do poder do Estado com a representação unidimensional do episódio em todo o mundo. Enfim, ressalta-se que o seguinte trabalho tem se desdobrado enquanto uma das vertentes da dissertação que se encontra em andamento durante a pesquisa de mestrado, portanto ainda existem questões que exigem maior profundidade e desenvolvimento.

Referências bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CHANG, Iris. **The Rape of Nanking**: the forgotten holocaust of World War II. New York: Basic Books, 1997.
- DOAK, Kevin M. What Is a Nation and Who Belongs? National Narratives and the Ethnic Imagination in Twentieth-Century Japan. **American History Review**, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MORRIS-SUZUKI, Tessa. Truth, Postmodernism and Historical Revisionism in Japan. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 2, n. 2, 2001.
- MORRIS-SUZUKI, Tessa. Addressing Japan's 'Comfort Women' Issue From an Academic Standpoint. **The Asia-Pacific Journal**, Japan Focus, vol.12, i. 9, n. 1, 2014.
- NORMA, Caroline. **The Japanese Comfort Women and Sexual Slavery during the China and Pacific Wars**. London: Bloomsbury Academic, 2016.
- OGAWA, Shuko. The Difficulty of Apology: Japan's Struggle with Memory and Guilt. **Harvard International Review**, vol. 22, n. 3, 2000.
- SEIYA, Morita. Overcoming Double Erasure: Japanese "comfort women", nationalism and trafficking. Tradução de Caroline Norma. **The Asia-Pacific Journal**, Japan Focus, vol. 15, i. 21, n. 3, 2017.
- SHOGIMEN, Takashi. Another Patriotism in Early Shōwa Japan (1930-1945). **Journal of the History of Ideas**, vol. 71, n. 1, 2010.
- SOH, Chunghee Sarah. **The Comfort Women: Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- TANAKA, Yuki. **Japan's Comfort Women: Sexual Slavery and Prostitution during World War II and the US Occupation**. Nova York: Routledge, 2002.
- TANAKA, Yuki. War, Rape and Patriarchy: The Japanese experience. **The Asia-Pacific Journal**, Japan Focus, vol. 18, i. 1, n. 1, 2020.
- TSUKAMOTO, Sachiyo. **The Politics of Gendered Memory of Japanese Comfort Women**. 2018. 282f. Tese (Doutorado em Filosofia Política) – University of Newcastle, Newcastle, 2018.
- YOSHIMI, Yoshiaki. **Jūgun Ianfu Shiryōshū [Historical Documents on the Military "Comfort Women"]**, Tokyo: Ōtsuki Shoten, 1992.

O cárcere como experiência de ruptura histórica e o corre como infraestrutura de reconstrução da continuidade social

Gregório Antônio Fernandes de Andrade

Mestrando em Educação Superior –

Universidad Privada del Este (UPE)

Pós-graduado em Direitos Humanos

Associação CORRE – Infraestrutura de Inovação

gregadvogados@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o cárcere como experiência histórica de ruptura social e temporal, compreendendo-o para além de sua dimensão jurídico-penal. Argumenta-se que o encarceramento produz “fins de mundo sociais” ao interromper trajetórias, fragmentar vínculos e comprometer perspectivas de futuro. Com base nas contribuições de Michel Foucault, Walter Benjamin, Achille Mbembe, Erving Goffman e Loïc Wacquant, discute-se a prisão como mecanismo de produção e reprodução da exclusão social. Sustenta-se que os efeitos do encarceramento persistem após a liberdade formal, por meio do estigma e das dificuldades de reinserção social. Em contraposição a essa lógica, apresenta-se o CORRE (Conhecimento, Oportunidade, Ressignificação, Resiliência e Educação) como infraestrutura sociotécnica voltada à reconstrução de trajetórias interrompidas. Conclui-se que a inclusão social deve ser compreendida como processo de reconstrução da continuidade histórica, do pertencimento e da possibilidade de futuro após a experiência prisional.

Palavras-chave: Temporalidade; Inclusão social; Egressos

Introdução

As narrativas sobre o “fim do mundo” costumam estar associadas a guerras, colapsos ambientais, pandemias ou grandes transformações civilizatórias. Entretanto, existem experiências de ruptura que ocorrem de forma silenciosa, cotidiana e institucionalizada, afetando profundamente a vida de milhões de pessoas sem necessariamente ocupar o centro do debate público.

O sistema prisional brasileiro constitui uma dessas experiências.

A prisão é geralmente compreendida como mecanismo jurídico destinado à punição e ao controle social. Todavia, sua atuação ultrapassa largamente a privação formal da liberdade. O

encarceramento produz efeitos duradouros sobre identidades, vínculos familiares, relações comunitárias, trajetórias educacionais e perspectivas de futuro.

Nesse sentido, este trabalho propõe interpretar o cárcere como experiência histórica de ruptura radical, capaz de produzir aquilo que se denomina aqui de “fim de mundo social”. Trata-se de um processo pelo qual indivíduos deixam de ocupar plenamente seu lugar anterior na sociedade, passando a habitar uma condição marcada pela fragmentação de pertencimentos, pela suspensão temporal e pela exclusão persistente.

A reflexão insere-se no debate historiográfico sobre crise, ruptura e temporalidade, dialogando com a proposta temática do XIII EPHIS de investigar experiências históricas percebidas como momentos de colapso das estruturas que organizam a vida social.

O cárcere como produtor de fins de mundo sociais

A expressão “fim de mundo” costuma ser associada a eventos extraordinários, como guerras, catástrofes ambientais ou colapsos políticos. Contudo, a historiografia contemporânea tem demonstrado que experiências de ruptura também podem ocorrer em escalas menores, afetando grupos específicos sem necessariamente alterar a totalidade da ordem social.

O cárcere constitui uma dessas experiências.

Embora a prisão seja juridicamente apresentada como suspensão temporária da liberdade, seus efeitos extrapolam amplamente o período formal da pena. O encarceramento produz rupturas capazes de desorganizar estruturas fundamentais da existência humana, atingindo relações familiares, pertencimentos comunitários, trajetórias profissionais e projetos de futuro.

A entrada no sistema prisional frequentemente representa um ponto de inflexão radical na biografia dos indivíduos. O sujeito deixa de ocupar posições sociais anteriormente construídas e passa a integrar uma categoria marcada pelo estigma e pela exclusão.

Nesse sentido, o cárcere pode ser compreendido como produtor de verdadeiros fins de mundo sociais.

Não se trata do fim do mundo em sentido absoluto, mas do colapso das referências que organizavam a existência daquele sujeito. O encarceramento rompe continuidades e inaugura uma

experiência de deslocamento histórico na qual o indivíduo perde parte significativa das estruturas que conferiam sentido à sua vida social.

A prisão produz um mundo que termina e outro que ainda não começou.

O encarceramento como ruptura histórica

A hipótese central deste estudo é que o encarceramento não deve ser compreendido exclusivamente como resposta penal a uma infração.

A prisão reorganiza profundamente a experiência histórica do sujeito. Ao ingressar no sistema prisional, o indivíduo não perde apenas a liberdade física. Ele sofre transformações que atingem dimensões fundamentais da vida social: trabalho, educação, família, participação política, identidade e pertencimento comunitário. O encarceramento produz discontinuidades que frequentemente persistem mesmo após o cumprimento da pena. A noção de ruptura histórica utilizada neste trabalho refere-se justamente à interrupção abrupta de processos de continuidade social. A prisão rompe trajetórias previamente construídas e dificulta a retomada de projetos interrompidos. Em muitos casos, o indivíduo deixa de ser percebido pela sociedade a partir de suas múltiplas identidades e passa a ser definido exclusivamente pela condição de ex-presidiário.

Essa redução identitária produz formas duradouras de exclusão.

A ruptura da temporalidade

Um dos aspectos menos discutidos do encarceramento é seu impacto sobre a experiência do tempo. O tempo da prisão não corresponde ao tempo da vida social ordinária. Enquanto a sociedade organiza suas experiências a partir de ciclos de formação educacional, trabalho, relações familiares e construção de projetos futuros, o cárcere impõe uma lógica marcada pela suspensão, pela espera e pela restrição da autonomia individual.

Nesse contexto, a prisão reorganiza a percepção temporal do sujeito e interrompe processos biográficos em curso. Projetos profissionais são descontinuados, relações afetivas são fragilizadas e redes comunitárias são desestruturadas.

A saída do cárcere não representa, necessariamente, a retomada automática dessas experiências. Pelo contrário, muitos egressos enfrentam dificuldades para reconstruir vínculos e

reinscrir-se em estruturas sociais que continuaram se transformando durante o período de encarceramento.

O resultado é a produção de uma sensação persistente de deslocamento temporal e histórico. O indivíduo retorna a uma realidade que já não é a mesma daquela que deixou para trás, sendo frequentemente confrontado com mudanças sociais, familiares e econômicas ocorridas durante sua ausência.

Dessa forma, o encarceramento não apenas restringe a liberdade durante determinado período, mas também produz efeitos duradouros sobre a forma como o sujeito percebe sua trajetória e projeta seu futuro.

Prisão, memória e fragmentação identitária

As consequências do encarceramento não se limitam à esfera material. A prisão interfere diretamente nos processos de construção da identidade individual e coletiva, uma vez que a identidade humana é formada por narrativas que conectam passado, presente e futuro. Os indivíduos compreendem quem são por meio das experiências acumuladas ao longo do tempo, das relações estabelecidas e dos projetos que pretendem realizar. O cárcere, contudo, interrompe esse processo. Ao ingressar na prisão, o sujeito é submetido a mecanismos institucionais que tendem a reduzir sua identidade à condição de preso. Outras dimensões da existência, como trabalhador, estudante, pai, mãe, filho ou membro de uma comunidade, tornam-se secundárias diante da identidade imposta pelo sistema penal. Esse fenômeno produz efeitos duradouros. Mesmo após a saída da prisão, o estigma continua operando como mecanismo de classificação social, mantendo o indivíduo associado ao passado penal e dificultando a reconstrução de narrativas positivas sobre si mesmo. A prisão não afeta apenas o presente; ela também reinterpreta o passado e condiciona o futuro. A experiência do cárcere passa a ocupar posição central na memória biográfica do sujeito, reorganizando a forma como ele compreende sua própria trajetória e influencia suas perspectivas de reinserção social.

O egresso como sujeito do pós-fim

Se o cárcere pode ser compreendido como uma experiência de ruptura histórica, o egresso representa a materialização mais evidente de seus efeitos. A saída da prisão não significa,

necessariamente, o encerramento das consequências produzidas pelo encarceramento. Em muitos casos, a liberdade formal marca apenas o início de uma nova etapa de enfrentamento das marcas deixadas pela experiência prisional. O indivíduo deixa a instituição, mas a instituição frequentemente permanece inscrita em sua trajetória, em sua identidade social e em suas possibilidades de futuro.

A noção de “pós-fim” proposta neste trabalho busca compreender justamente essa condição paradoxal. O egresso é aquele que sobrevive à ruptura, mas continua vivendo sob os efeitos dela. Ele habita um espaço intermediário entre o mundo que existia antes do encarceramento e uma nova realidade social que nem sempre lhe oferece condições efetivas de reinserção. Trata-se de um sujeito que retorna fisicamente à sociedade, mas que frequentemente encontra dificuldades para recuperar os vínculos, os pertencimentos e os projetos que foram interrompidos pela prisão.

A experiência do cárcere produz uma espécie de deslocamento histórico. Ao longo do período de privação de liberdade, o mundo exterior continua se transformando: relações familiares se modificam, filhos crescem, mercados de trabalho se reorganizam, tecnologias se renovam e comunidades se reconfiguram. Quando retorna à liberdade, o egresso muitas vezes se depara com um cenário profundamente diferente daquele que deixou para trás. Não raro, experimenta a sensação de ser estrangeiro em seu próprio tempo, como alguém que regressa a um mundo do qual esteve ausente e ao qual já não pertence integralmente.

Essa condição é agravada pelo peso do estigma social. Conforme observa Erving Goffman (2015), determinados atributos passam a funcionar como marcas que desqualificam o indivíduo perante os demais membros da sociedade. No caso do egresso, a passagem pelo sistema prisional frequentemente se converte em elemento central de sua identidade pública, obscurecendo outras dimensões de sua existência. O sujeito deixa de ser reconhecido por sua profissão, suas habilidades, seus vínculos familiares ou seus projetos de vida e passa a ser identificado, antes de tudo, pela condição de ex-presidiário.

O resultado é a constituição de uma cidadania fragilizada. Embora juridicamente livre, o egresso enfrenta obstáculos permanentes para acessar direitos, oportunidades e espaços de participação social. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a desconfiança institucional, a precarização das relações sociais e a persistência do preconceito produzem

barreiras que prolongam os efeitos da pena para além dos limites estabelecidos pela decisão judicial. A liberdade, nesse contexto, revela-se frequentemente incompleta.

Sob uma perspectiva historiográfica, o egresso pode ser compreendido como sujeito marcado pela descontinuidade. Sua trajetória é atravessada por uma ruptura que reorganiza a relação entre passado, presente e futuro. O passado passa a ser constantemente reinterpretado à luz da experiência prisional; o presente é marcado pelo esforço de reconstrução de vínculos e oportunidades; e o futuro torna-se um horizonte frequentemente condicionado pelas limitações impostas pelo estigma e pela exclusão. A prisão, portanto, não constitui apenas um episódio encerrado no tempo, mas um acontecimento que continua produzindo efeitos históricos sobre a vida daqueles que por ela passaram.

Entretanto, compreender o egresso apenas como vítima de um processo de exclusão seria insuficiente. A condição de pós-fim também revela a capacidade humana de reconstrução. É justamente porque sobreviveu à ruptura que o egresso se torna portador da possibilidade de criar novas continuidades. Sua trajetória evidencia que os efeitos do cárcere não são inevitáveis nem definitivos, mas dependem das condições sociais, institucionais e comunitárias oferecidas para a reconstrução da vida após a prisão.

Nesse sentido, o egresso ocupa posição central na reflexão proposta por este trabalho. Ele representa simultaneamente a evidência dos limites do sistema penal e a possibilidade concreta de superá-los. Sua existência demonstra que o problema do encarceramento não se encerra nos muros da prisão, mas se prolonga na disputa permanente entre exclusão e pertencimento, ruptura e continuidade, fim e reconstrução.

É precisamente nesse espaço de tensão que emerge a necessidade de pensar mecanismos capazes de restaurar vínculos sociais, reconstruir trajetórias e devolver ao sujeito a possibilidade de projetar novamente o seu futuro.

O encarceramento em massa e a produção contemporânea da exclusão

O crescimento da população prisional brasileira nas últimas décadas constitui um dos fenômenos sociais mais relevantes da história recente do país. A expansão do encarceramento ocorreu paralelamente à permanência de profundas desigualdades sociais e raciais, evidenciando a estreita relação entre o sistema penal e as estruturas de exclusão historicamente presentes na

sociedade brasileira. Os dados do sistema penitenciário revelam que a prisão atinge de maneira desproporcional jovens, pessoas negras, indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e moradores de periferias urbanas. Essa realidade demonstra que o cárcere não atua de forma isolada, mas integra um conjunto mais amplo de mecanismos históricos de produção e reprodução das desigualdades sociais.

Nesse contexto, a prisão deixa de ser compreendida apenas como uma resposta estatal ao crime e passa a operar como uma tecnologia de administração da marginalidade. A exclusão social não se inicia no cárcere; ao contrário, ela frequentemente antecede a experiência prisional e está associada a desigualdades econômicas, raciais e territoriais historicamente produzidas.

Contudo, o encarceramento tende a aprofundar essas vulnerabilidades. O sistema penal transforma condições preexistentes de exclusão em trajetórias marcadas por maiores dificuldades de inserção social, educacional e econômica.

Nesse sentido, o encarceramento em massa produz não apenas indivíduos excluídos, mas também comunidades inteiras afetadas pela ausência de seus membros, pelo estigma social e pela ruptura de vínculos familiares e comunitários.

A prisão torna-se, assim, um fenômeno histórico que ultrapassa os muros das unidades prisionais e reorganiza dinâmicas sociais em escala mais ampla.

Seus efeitos não se restringem aos indivíduos diretamente submetidos ao cárcere, alcançando famílias, redes comunitárias e territórios inteiros, contribuindo para a reprodução de desigualdades e para a perpetuação de processos de marginalização social.

Referencial teórico

Michel Foucault e a produção de corpos disciplinados

Segundo Michel Foucault (2014), a prisão constitui uma das instituições centrais das sociedades disciplinares. Para o autor, o cárcere não atua apenas como mecanismo de punição, mas como uma tecnologia de poder destinada à produção de corpos dóceis, úteis e controláveis. Nesse contexto, a vigilância permanente, a classificação dos indivíduos e a normalização dos comportamentos configuram elementos fundamentais do exercício do poder disciplinar.

Sob essa perspectiva, a prisão ultrapassa a função de privação da liberdade e passa a atuar diretamente sobre a subjetividade dos indivíduos, reorganizando profundamente suas formas de existência social e seus modos de interação com as estruturas institucionais e comunitárias.

Achille Mbembe e a morte social

Achille Mbembe (2018) contribui para a compreensão dos processos por meio dos quais determinadas populações são submetidas a condições estruturais de exclusão e vulnerabilidade. Embora suas reflexões estejam associadas principalmente ao conceito de necropolítica, suas formulações permitem interpretar o sistema prisional como um espaço de gestão diferencial da vida e da morte social.

Nessa perspectiva, o encarceramento produz populações cujas possibilidades de participação plena na vida social, política e econômica tornam-se significativamente reduzidas. A exclusão deixa de ser um fenômeno circunstancial e passa a assumir caráter estrutural, reproduzindo processos contínuos de marginalização e restrição de direitos.

Walter Benjamin e a experiência da catástrofe

Walter Benjamin (1987) oferece importantes contribuições para a compreensão das rupturas históricas e de seus efeitos sobre a experiência humana. Sua interpretação da história como uma sucessão de catástrofes possibilita compreender o encarceramento como uma experiência de interrupção das continuidades que estruturam a vida dos indivíduos.

A prisão, nesse sentido, não representa apenas um evento isolado na trajetória de uma pessoa. Ela pode constituir uma ruptura profunda, capaz de reorganizar completamente a relação do sujeito com o passado, o presente e o futuro, produzindo consequências que se estendem para além do período de privação de liberdade.

O sistema penal como máquina de repetição

Uma das principais contradições do sistema penal contemporâneo reside na promessa de ressocialização associada à sua incapacidade estrutural de reconstruir as trajetórias interrompidas pelo encarceramento. Embora a pena privativa de liberdade seja frequentemente justificada como

instrumento de reintegração social, a experiência concreta do cárcere demonstra que seus efeitos tendem a produzir e reproduzir processos de exclusão que ultrapassam o período formal da condenação.

O encarceramento não representa apenas uma interrupção temporária da vida em sociedade. Ele desencadeia uma série de rupturas que afetam o acesso ao trabalho, à educação, às relações familiares e aos espaços de participação comunitária. Quando a liberdade é restabelecida, grande parte dessas estruturas permanece fragilizada ou completamente desfeita, dificultando a reconstrução da vida social e ampliando as condições de vulnerabilidade já existentes antes da prisão.

Nesse contexto, o sistema penal opera como um mecanismo de repetição histórica. Em vez de interromper ciclos de exclusão, frequentemente contribui para sua continuidade. O estigma associado à condição de egresso limita oportunidades de emprego, dificulta o acesso a políticas públicas e reforça barreiras sociais que impedem a plena reinserção na comunidade. A pena deixa de se restringir ao espaço físico da prisão e passa a acompanhar o indivíduo por meio de mecanismos informais de discriminação e desconfiança social.

A reflexão de Loïc Wacquant (2001) contribui para compreender esse fenômeno ao demonstrar como o encarceramento em massa se articula à gestão da pobreza e das desigualdades sociais. Em vez de solucionar conflitos estruturais, o sistema penal frequentemente administra populações historicamente marginalizadas, reproduzindo condições que favorecem a permanência da exclusão. A prisão torna-se, assim, parte de um circuito que conecta vulnerabilidade social, criminalização e reincidência.

Esse processo não afeta apenas os indivíduos diretamente encarcerados. As consequências da prisão alcançam famílias inteiras e comunidades inteiras. A ausência prolongada de um membro da família, a perda de renda, a ruptura de vínculos afetivos e o impacto psicológico do encarceramento produzem efeitos que atravessam gerações. Em muitos casos, filhos e familiares passam a compartilhar as consequências sociais da punição, reproduzindo trajetórias marcadas pela precariedade e pela exclusão.

Sob uma perspectiva histórica, o cárcere pode ser compreendido como uma instituição que transforma rupturas em permanências. A liberdade formal nem sempre representa o encerramento da pena, pois os mecanismos de exclusão continuam operando após a saída da prisão. A experiência do encarceramento passa a integrar a identidade social do indivíduo,

condicionando suas possibilidades futuras e restringindo seu acesso a oportunidades de reconstrução de vida.

Dessa forma, o problema central do sistema penal brasileiro não reside apenas na experiência do encarceramento em si, mas na ausência de estruturas capazes de promover a reconstrução efetiva das trajetórias interrompidas. A prisão produz descontinuidades profundas, enquanto a sociedade oferece poucos instrumentos para recompor os vínculos rompidos. O resultado é a transformação da exclusão em fenômeno recorrente, perpetuando ciclos de marginalização que se reproduzem ao longo do tempo.

É justamente nesse ponto que se evidencia a necessidade de pensar alternativas capazes de enfrentar não apenas os efeitos imediatos da privação de liberdade, mas também as consequências históricas e sociais que persistem após o cumprimento da pena. Compreender o sistema penal como uma máquina de repetição da exclusão permite deslocar o debate da mera punição para a discussão sobre continuidade social, reconstrução de pertencimento e possibilidade concreta de futuro.

O CORRE como infraestrutura de reconstrução da continuidade social

Se o cárcere pode ser compreendido como uma experiência de ruptura histórica, a inclusão social precisa ser pensada como um processo de reconstrução da continuidade. É nesse contexto que se insere o CORRE – Conhecimento, Oportunidade, Resignificação, Resiliência e Educação. Mais do que uma plataforma tecnológica ou um conjunto de serviços de assistência, o CORRE constitui uma proposta de infraestrutura sociotécnica voltada à reorganização das trajetórias interrompidas pela experiência prisional.

A concepção do CORRE parte do reconhecimento de que os principais obstáculos enfrentados por pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional não decorrem apenas da ausência de oportunidades isoladas, mas da fragmentação das estruturas de apoio social. Educação, trabalho, assistência jurídica, saúde, acompanhamento psicossocial e fortalecimento comunitário frequentemente aparecem de forma dispersa, desconectada e de difícil acesso. O resultado é que indivíduos submetidos ao encarceramento encontram enormes dificuldades para reconstruir projetos de vida e retomar sua participação plena na sociedade.

Nesse cenário, o CORRE surge como uma tentativa de articular essas dimensões em uma rede integrada de acompanhamento e inclusão. Sua proposta consiste em conectar instituições, serviços, profissionais e oportunidades, criando condições para que trajetórias interrompidas possam ser reorganizadas de forma contínua. A lógica central não é apenas fornecer acesso a determinados recursos, mas construir percursos estruturados que permitam ao indivíduo recuperar pertencimento, autonomia e perspectiva de futuro.

A originalidade da proposta reside justamente na compreensão de que a exclusão produzida pelo cárcere é um fenômeno multidimensional. O encarceramento rompe simultaneamente vínculos familiares, educacionais, profissionais e comunitários. Por essa razão, a reconstrução da vida social não pode ocorrer por meio de intervenções isoladas. É necessário criar mecanismos capazes de restabelecer conexões entre diferentes esferas da existência humana, permitindo que o sujeito volte a ocupar um lugar ativo no tecido social.

Sob a perspectiva desenvolvida neste trabalho, o CORRE pode ser compreendido como uma infraestrutura de reconstrução histórica. Seu objetivo não é apagar ou negar a experiência da ruptura produzida pela prisão, mas criar condições para que ela não se converta em destino permanente. Ao promover acesso à educação, oportunidades de trabalho, assistência jurídica e fortalecimento comunitário, o projeto busca restabelecer continuidades que foram interrompidas pelo encarceramento.

Essa dimensão torna-se particularmente relevante quando se observa que a principal consequência da prisão não é apenas a privação da liberdade, mas a desorganização da experiência temporal dos indivíduos. O cárcere interrompe projetos, suspende expectativas e fragmenta narrativas biográficas. O CORRE atua justamente sobre essa descontinuidade, oferecendo instrumentos para que passado, presente e futuro possam voltar a ser articulados dentro de uma trajetória dotada de sentido.

A inclusão social, nessa perspectiva, deixa de ser compreendida exclusivamente como inserção econômica ou acesso a serviços públicos. Ela passa a representar um processo mais amplo de reconstrução da historicidade dos sujeitos. Incluir significa possibilitar que indivíduos egressos do sistema prisional recuperem sua capacidade de projetar o futuro, reconstruir vínculos e participar ativamente da vida social. Trata-se de restabelecer condições para que a experiência do cárcere não permaneça como elemento definidor de toda a existência posterior.

Dessa forma, o CORRE apresenta-se como uma contraposição à lógica da repetição produzida pelo sistema penal. Enquanto o encarceramento tende a reproduzir ciclos de exclusão e vulnerabilidade, a proposta busca criar mecanismos de continuidade capazes de interromper esses processos. Sua função não é apenas oferecer apoio após a liberdade, mas contribuir para a construção de novos caminhos de pertencimento, reconhecimento e participação social.

Compreendido sob essa ótica, o CORRE não constitui apenas uma iniciativa de inovação social. Ele representa uma tentativa concreta de enfrentar as consequências históricas do encarceramento, atuando como instrumento de reconstrução das continuidades humanas, sociais e temporais interrompidas pela prisão. Se o cárcere produz experiências de fim de mundo social, o CORRE busca criar as condições para que novas possibilidades de existência possam emergir depois delas.

Inclusão social como reconstrução histórica

Tradicionalmente, as políticas de inclusão social são avaliadas por indicadores relacionados ao emprego, à renda e à escolarização. Embora esses critérios sejam relevantes, eles não são suficientes para compreender a complexidade dos processos de reinserção social após o encarceramento.

A inclusão envolve também a reconstrução de pertencimentos, o reconhecimento social e a recuperação da continuidade histórica das trajetórias interrompidas. Nesse sentido, o CORRE propõe uma abordagem ampliada da inclusão social. Seu objetivo não se limita à oferta de serviços ou oportunidades econômicas, mas busca criar condições para que indivíduos afetados pelo encarceramento possam reconstruir vínculos, retomar projetos de vida e atribuir novos significados às suas experiências.

A reconstrução da continuidade social torna-se, assim, uma estratégia concreta de enfrentamento dos efeitos históricos produzidos pelo encarceramento, contribuindo para processos mais amplos de reintegração e fortalecimento da cidadania.

Considerações finais

Pensar o sistema prisional apenas como mecanismo de punição revela-se insuficiente para compreender a profundidade das rupturas que ele produz. O cárcere interrompe trajetórias, fragmenta pertencimentos e reorganiza temporalidades, produzindo experiências de exclusão que frequentemente persistem muito além do término formal da pena.

Ao interpretar a prisão como uma experiência histórica de ruptura, este trabalho busca contribuir para o diálogo entre história, direitos humanos e estudos sobre encarceramento. Nessa perspectiva, o CORRE apresenta-se como uma proposta voltada à reconstrução da continuidade humana após a ruptura produzida pelo cárcere.

Mais do que uma política de inclusão social, trata-se de uma iniciativa orientada para a reconstrução de vínculos, pertencimentos e perspectivas de futuro. Se o sistema penal produz processos duradouros de exclusão e descontinuidade social, a sociedade precisa construir mecanismos capazes de restaurar relações, ampliar oportunidades e promover formas efetivas de reinserção social.

O desafio contemporâneo consiste não apenas em compreender as rupturas produzidas pelo encarceramento, mas também em criar condições para a construção de novas continuidades, capazes de assegurar dignidade, pertencimento e perspectivas concretas de futuro para aqueles que vivenciaram a experiência prisional.

Referências bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ADORNO, Sérgio. *Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios*. Revista USP, São Paulo, n. 9, p. 65-78, 1991.
- DAVIS, Angela Y. *Estarão as prisões obsoletas?* 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2020.
- GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. *Sistema penitenciário brasileiro: aspectos conceituais, políticos e ideológicos da reincidência*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

A política do tempo em um republicano histórico: o caso Alberto Torres (1865-1917)

Lorraine Costa e Silva

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

lorrainehis08@gmail.com

Resumo: Este trabalho toma como objeto as teses histórico-sociológicas e políticas de Alberto Torres, buscando compreender e analisar a dimensão política na noção de *tempo* presente em seus escritos, a partir do conceito de política do tempo formulado pelo filósofo Peter Osborne (1995), aqui, a política do tempo como os usos políticos do tempo, responsáveis tanto pela construção de um passado no presente quanto pela projeção de um futuro desejado. Considerado uma figura central do republicanismo brasileiro nas primeiras décadas do século XX, Torres destacou-se por sua atuação na consolidação do novo regime, sendo reconhecido como um republicano histórico. Seus ensaios sobre a construção da nação brasileira constituem intervenções fundamentais nos debates acerca da unidade nacional, bem como da organização social e política do país. Parte-se da premissa de que Torres formulou um projeto de Estado nacionalista e reformador, ancorado em uma leitura específica do tempo histórico brasileiro, com o objetivo de orientar a modernização do país a partir de suas particularidades.

Palavras-chave: Alberto Torres; Política do Tempo; Primeira República.

Introdução

Alberto Torres nasceu em 1865, em Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro, e faleceu precocemente em 1917. Desse modo, o intelectual fluminense esteve inserido nos anos finais do Império e nos primeiros anos da Primeira República, uma transição marcada por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, em que o fim da escravidão e a expansão da imigração redefiniram as relações de trabalho, enquanto os projetos de modernização, o avanço da economia agroexportadora, os primeiros impulsos da industrialização e a crescente presença do capital estrangeiro reconfiguravam a sociedade brasileira e alimentavam debates sobre os rumos da nação. Esse conjunto de transformações constituiu objeto de reflexão e influenciou profundamente a elaboração do pensamento político e social de Alberto Torres.

Em 1882, Alberto Torres ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Posteriormente, transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu o curso em 1885. Segundo Adalberto Marson (1979, p. 47), durante sua formação nas duas

faculdades de Direito livres, Torres teve seus primeiros contatos com as causas abolicionista e republicana, envolvendo-se na propaganda desses movimentos, que se expandiam no meio acadêmico por meio de jornais, clubes republicanos, conferências e debates. No entanto, não se destacou como uma figura proeminente entre as lideranças estudantis, nem deixou registros políticos de grande repercussão nesse período, sendo mais conhecido por suas poesias e crônicas literárias.

Bacharel pela escola do Recife, Alberto Torres retornou ao Rio de Janeiro nos anos finais do regime monárquico, filiou-se a um escritório de advocacia reconhecido na Corte, de direção de Ubaldino do Amaral, enquanto cuidava da manutenção de redação de periódicos. Segundo Adalberto Marson (1979, p.48), Torres se dedicou muito mais às publicações, pois, não tinha “temperamento” adequado para advocacia: “[...] embora não lhe faltassem meios de realização”. De acordo com Barbosa Lima Sobrinho (1968, p.57), o fluminense não concorreu, naquele momento, a um cargo público devido ao seu posicionamento político, uma vez que considerava incompatível assumir uma função em um governo ao qual fazia oposição.

Diante da conjuntura esboçada, em 15 de novembro de 1889, a partir de um golpe civil-militar, o Brasil tornou-se uma República. Para Alberto Torres, firme defensor do novo regime, a Abolição e a República representaram as primeiras pulsações de uma consciência política e social no país.

Alberto Torres construiu uma ampla trajetória política perpassando os três poderes. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro, em 1894, e Ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo de Prudente de Moraes, em 1896. Em 1897, assumiu a presidência do Estado do Rio de Janeiro, exercendo mandato entre 1897 e 1900. Posteriormente, encerrou sua trajetória política no Poder Judiciário, atuando como ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1901 e 1909. Em razão de problemas de saúde, aposentou-se em 1909 e passou a dedicar-se à organização de materiais e à elaboração de suas obras.

Em razão de sua trajetória política e de sua atuação na defesa do novo regime, Alberto Torres figurou entre os chamados republicanos históricos. O termo refere-se à primeira geração de republicanos brasileiros que, além de defenderem a República, estiveram envolvidos na construção de suas bases políticas e ideológicas, ocuparam cargos de destaque na vida pública e foram reconhecidos, posteriormente, por essa denominação.

Os membros dessa primeira geração de republicanos, de maneira geral, mostraram-se descontentes com os rumos assumidos pela República. Como afirma Torres (1978, p. 15), havia entre eles “o desgosto com que muitos republicanos desconhecem, nas instituições dominantes, a República que haviam sonhado”. O próprio Torres compartilhou, em certa medida, desse sentimento de desilusão; entretanto, não se tornou um cético quanto ao novo regime, permanecendo empenhado em defendê-lo e em assegurar sua continuidade.

Destaco a relevância da análise da trajetória política de Alberto Torres para a compreensão da formação de seu pensamento, uma vez que a produção de seus livros teve início apenas após sua aposentadoria. Sua experiência administrativa em diferentes cargos públicos constituiu um momento privilegiado de articulação entre o conhecimento teórico e jurídico adquirido ao longo de sua formação e a prática política exercida nas instituições republicanas, permitindo-lhe conhecer de perto seu funcionamento e suas limitações.

Esse aspecto torna-se particularmente evidente durante sua atuação como presidente do Estado do Rio de Janeiro, entre 1897 e 1900. Conforme destaca Maria Fernanda Fernandes (2017), o Rio de Janeiro funcionou como um verdadeiro laboratório político para a formulação do projeto nacional de Alberto Torres. Foi nesse contexto que ele enfrentou alguns dos maiores desafios administrativos de sua carreira, como a tentativa de *impeachment*, a crise cafeeira e o esgotamento do solo. Tais experiências contribuíram para a consolidação de duas das principais diretrizes de seu pensamento: o nacionalismo e o agrarismo. Para Torres, o destino do Brasil estava associado à sua vocação agrária. Assim, muitas das soluções concebidas para enfrentar os problemas fluminenses foram posteriormente ampliadas e projetadas para o conjunto do país, integrando sua proposta de reorganização nacional.

A elaboração dos textos

Alberto Torres escreveu um pequeno conjunto de livros, inicialmente produzidos em tiragens limitadas. Grande parte dessas obras foi constituída, ao menos em parte, por artigos e textos anteriormente publicados na imprensa periódica e impressos pela Imprensa Nacional. Segundo Barbosa Lima Sobrinho (1968, p. 306), isso se deveu “[...] não apenas pela dificuldade de obter editores, naquela época, que se atravessassem a enfrentar as despesas da publicação, como pelo propósito do autor de uma larga distribuição gratuita de suas obras, que visavam apenas a divulgar e defender idéias”.

Nesse ponto, contudo, é possível discordar parcialmente da interpretação de Barbosa Lima Sobrinho. Alberto Torres não buscou apenas divulgar e defender ideias. Convicto de que havia identificado os principais obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, acreditava ter reunido soluções para os problemas nacionais e desejava levar suas conclusões até as elites dirigentes. Queria ser lido e reconhecido. Político de profissão e habituado à arte da retórica, seus escritos assumiram um tom prescritivo e, por vezes, quase profético, sustentado pela firme convicção na validade de suas proposições. Tão grande era sua confiança em suas ideias que afirmava apresentá-las “sem receio à crítica”, pois traduziam “os mais puros, os mais práticos, os mais vivos interesses das nacionalidades e do próprio futuro da nossa espécie” (Torres, 1978, p. 12).

O público almejado por suas publicações era composto pelas elites dirigentes, grupo ao qual pertencia e que, simultaneamente, criticava. Tratava-se de um segmento restrito da sociedade brasileira, formado por homens ligados à administração pública e familiarizados com as ciências políticas, a filosofia e a literatura europeias. Para Torres, não integravam essa elite os chamados “políticos de carreira”, eleitos pelas redes de compadrio e favorecimento oligárquico e “carentes de formação” (Matos, 2010, p. 208). Favoretti (2021, p. 14) destaca que Torres considerava os intelectuais os atores mais preparados para o exercício dos cargos políticos e governativos. Por isso, dirigiu deliberadamente suas obras a esse grupo, esperando que implementassem seu projeto reformista, centralizador, nacionalista e educador:

Em estudos que fui publicando, procurei mostrar aos que dirigem a opinião e aos que nos governam os sinais da crise próxima, advertindo-os da necessidade de prevenir perigos que se iam acumulando sobre nossas cabeças, de reparar erros e descuidos que temos cometido, resultantes de estranhável despreocupação dos nossos problemas práticos e dos da política mundial (Torres, 1978, p.84).

Jurista aposentado, Alberto Torres iniciou a publicação de seus livros em 1909. Os dois primeiros, *Vers la paix* (1909) e *Le problème mondial* (1913), escritos em francês, buscavam alcançar um público mais amplo e foram produzidos antes dos grandes conflitos mundiais do século XX. *Vers la paix* reuniu materiais publicados na imprensa e apresentou uma proposta de organização de uma Corte Internacional de Justiça, além de reflexões sobre política internacional e sobre a inserção do Brasil no sistema das nações (Fernandes, 2017, p. 436). *Le problème mondial*, por sua vez, foi composto por publicações periódicas e pelo discurso de posse de Torres no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1911, dando continuidade à temática internacionalista.

Em 1914, publicou suas obras mais conhecidas: *A organização nacional*, opúsculo parcialmente composto por artigos publicados na Gazeta de Notícias entre fins de 1910 e início de 1911, e *O problema nacional brasileiro*, que reuniu textos do Jornal do Commercio, trechos do discurso no IHGB e materiais inéditos. Ambas foram impressas pela Imprensa Nacional.

Em *A organização nacional*, Torres propôs reformas constitucionais voltadas à reorganização da sociedade brasileira, defendendo um Estado centralizado e nacionalista, comprometido com medidas sociais, educacionais e sanitárias capazes de formar cidadãos e fortalecer a unidade do país. Para ele, a Constituição brasileira, inspirada em modelos estrangeiros, fora inadequadamente aplicada por não corresponder à realidade nacional (Torres, 1978, p. 238). *O problema nacional brasileiro* aprofundou essas reflexões. Segundo Torres, o país não havia organizado sua vida política a partir do conhecimento de seu território e de sua população, recorrendo a instituições e parâmetros importados, pouco adequados às especificidades brasileiras.

As fontes de vida no Brasil, publicado pela Papelaria Brasil em 1915, retomou e aprofundou temas presentes nas obras anteriores. Nele, Torres discutiu a degradação do solo, o esgotamento das riquezas naturais e a desorganização do trabalho, criticando a valorização da mão de obra estrangeira em detrimento do trabalhador nacional. Para ele, as verdadeiras “fontes de vida” do país eram seus recursos naturais e o trabalho de seu povo, e seu abandono relacionava-se diretamente ao caos político e institucional brasileiro.

Um aspecto importante para esta análise é o caráter tardio dessa produção intelectual. Torres publicou seus principais ensaios em um momento de maturidade, já debilitado pela doença e marcado pela experiência traumática do naufrágio que sofreu com toda a família, em 1907, quando acreditou que não sobreviveria. Sua escrita adquire, assim, tonalidades de urgência, movida pela angústia diante de um Brasil republicano que, a seus olhos, permanecia “não resolvido”. Havia também a aflição de quem militara durante toda a vida e sentia não ter sido compreendido, especialmente em relação ao seu nacionalismo:

Meus estudos sobre o nacionalismo não tiveram a felicidade de ser compreendidos por muita gente – o que não é de surpreender, dado o estado de espírito do nosso povo, sujeito, em sua paixão estática por imagens, e em sua crise de indolência mental, a confundir as coisas mais claras e admitir as maiores extravagâncias (Torres, 1978, p. 170).

Essa urgência ajuda a compreender o profundo descontentamento que atravessa seus ensaios. Entusiasmado com a República na juventude, Torres desgastou-se ao perceber a distância entre o regime idealizado e a experiência concreta. Parte de suas críticas dirigiu-se à própria geração de ilustrados republicanos, responsabilizada pela incapacidade de formular um projeto nacional ajustado à realidade brasileira. Em contraste com as gerações posteriores à Independência, que considerava dotadas de maior equilíbrio e firmeza intelectual, seus contemporâneos possuíam uma erudição mais ampla, mas incapaz de orientar a ação prática: “Mais variada, e muito mais vasta, a nossa ilustração é, hoje, vaga, fluida, sem assento, não a dominando nenhum interesse por habilitar os espíritos a formar juízos e a inspirar atos”(Torres, 1978, p. 15).

Embora tenha considerado o conjunto da trajetória intelectual de Alberto Torres, esta pesquisa concentrou-se nos livros em que o autor se dedicou à interpretação da realidade brasileira, por serem aquelas em que desenvolve de forma mais sistemática suas teses histórico-sociológicas e políticas sobre a nação, o Estado e os problemas nacionais.

O diagnóstico de Alberto Torres sobre a realidade brasileira

Em seus ensaios, Alberto Torres identificava como principal entrave ao desenvolvimento brasileiro a ausência de organização política, social e econômica, bem como a fragilidade da unidade nacional. Segundo o autor, o país desconhecia a si próprio: intelectuais e dirigentes interpretavam a realidade brasileira a partir de teorias importadas da Europa, ignorando as especificidades históricas, geográficas e sociais do território nacional. Esse desconhecimento impedia a formulação de soluções adequadas para os problemas do país e contribuía para a manutenção de instituições incompatíveis com a realidade brasileira.

Nesse contexto, Torres dirigiu duras críticas à Constituição de 1891, considerada inadequada por ter sido inspirada em modelos estrangeiros e por conceder excessiva autonomia às províncias. Para ele, a organização política da República deveria emergir das condições concretas da sociedade brasileira, e não da simples transposição de fórmulas elaboradas em outros contextos históricos.

A existência da nação dependia, portanto, de sua materialidade histórica, construída a partir do conhecimento real e científico dos problemas demográficos, geográficos, territoriais,

políticos e morais do país. Com uma perspectiva pragmática e conservadora, sustentava que as ideias e instituições somente seriam efetivas se estivessem enraizadas na composição concreta da vida nacional, entendida como a realidade efetivamente existente, e não como uma projeção idealizada por projetos alheios a ela. As "verdadeiras leis", nesse sentido, seriam aquelas capazes de institucionalizar a autêntica realidade social e moral brasileira, aperfeiçoando-a sem desvirtuá-la:

A essa razão acresce outra, de ordem prática. É evidente que a nossa organização política e jurídica encobre a realidade de uma profunda desorganização social e econômica. Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz, é dar-lhes má e insuficiente instrução. Ora, nos carecem alcançar a linha da civilização contemporânea; e, para sustentar a posição de donos de nossa casa, suprir as lacunas do passado e preencher as condições do presente, ficar atentos às tendências e às surpresas do futuro. Este trabalho tem de ser feito hoje ou daqui a vinte anos, quando nos dispusermos a preparar uma nação; enquanto não fizermos, estaremos sacrificando, com a geração contemporânea, a geração de vinte anos depois, porque a sorte desta depende do que houver feito a que a precedeu. Ora, em nosso tempo, vinte anos de desídia, na política de um país, decidem de sua sorte, podendo anulá-lo ou, pelo menos, submetê-lo, definitivamente, senão ao domínio político estrangeiro, à posição subalterna de um simples logradouro comercial e industrial. A comparação da feição da nossa vida atual com a dos últimos anos do regime monárquico basta para dar idéia da celeridade da evolução que nos arrasta – cada vez mais intensa, à proporção que avançamos (Torres, 1978, p. 199).

Entre os séculos XVIII e XIX, naturalistas, viajantes, botânicos e filósofos ilustrados que estiveram no Brasil, contribuíram para consolidar a ideia de inferioridade do “homem brasileiro” em razão da miscigenação, construindo a imagem de um povo degenerado, mais inclinado à decadência e ao desaparecimento do que à civilização. O francês Joseph Arthur de Gobineau, um dos pioneiros do racismo científico europeu, quando esteve no Brasil, em 1869, diagnosticou que os brasileiros, devido à miscigenação, seriam uma “raça” fadada à extinção em menos de duzentos anos. Alberto Torres foi forte rejeitor dessas teorias deterministas e defendia a influência dos chamados fatores mesológicos, isto é, das condições físicas e sociais na formação humana. Para ele, os brasileiros não eram degenerados em razão de sua composição racial; os verdadeiros problemas nacionais decorriam do abandono de grande parte da população pelo Estado, privada de educação, assistência e condições dignas de sobrevivência:

Nós sabemos, porque o temos verificado em cinco séculos de vida, que as diversas variedades humanas, habitantes de nosso solo, são capazes de atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça. Sabemos que a sua adaptação ao meio produz uma vitalidade e uma

média de longevidade e fecundidade melhores do que as raças tidas por superiores. (Torres, 1968, p.69)

Diante desse diagnóstico, Torres defendia a construção de um Estado forte e centralizado, capaz de promover reformas sociais e políticas orientadas pelo nacionalismo. Propunha políticas voltadas à valorização do trabalhador brasileiro, criticando a preferência pela mão de obra imigrante e a ausência de iniciativas educacionais destinadas à população nacional. Também defendia a proteção do território e dos recursos naturais, denunciando a inexistência de uma economia efetivamente nacional. Em sua interpretação, o Brasil permanecia preso a uma lógica colonial de exploração, na qual riquezas, capitais e matérias-primas eram direcionados ao exterior, enquanto pouco retornava em benefício do país. Como consequência desse processo, o autor diagnosticou a existência de uma sociedade fragmentada, formada por classes e interesses particulares, mas incapaz de constituir um verdadeiro povo unido por um sentimento de pertencimento nacional. Para Torres, a nação não era um dado natural, mas o resultado de um longo processo histórico e político de integração social, marcado pela construção de vínculos de solidariedade capazes de orientar a vida coletiva em direção a objetivos comuns:

A forma superior de “nação” não se consolida senão depois que a sociedade, que envolve a existência dos indivíduos, se corporifica com a solidez e a plasticidade precisas para oferecer *base* à segurança e *medium* à prosperidade, na vida comum. É um estado já avançado da formação nacional: obra de séculos de evolução, nos países de existência imemorial; obra política, para as nações modernas. A mais alta expressão de seu progresso é aquela em que o espírito envolve, na síntese mais ampla, os móveis íntimos da solidariedade social, fazendo-a reverter para o futuro, para o interesse da prole (Torres, 1968, p.50)

O tempo da política e a política do tempo em Alberto Torres (1911 e 1914)

O presente trabalho buscou compreender a dimensão política do tempo nos ensaios de interpretação sócio-histórica e política de um republicano que se convencionou chamar de “histórico”. A partir da análise de *A organização nacional* (1914), *O problema nacional brasileiro* (1914) e *As fontes de vida no Brasil* (1915), mobilizamos o conceito de política do tempo, definido pelo filósofo Peter Osborne (1995, p. XII) como uma política que toma as estruturas temporais das práticas sociais como objeto específico de sua intenção transformadora ou preservadora. Isso significa que a política do tempo busca reorientar a relação da sociedade com sua própria temporalidade, preservando determinados ritmos, acelerando ou retardando processos históricos e redefinindo quais passados devem ser lembrados e quais futuros devem ser projetados.

Nossa hipótese consiste em compreender Alberto Torres como “proto-historiador” ou um “historiador especulativo”. Historiador não no sentido “disciplinar”, mas sim no seu esforço de criar um enredo, alinhar uma história do Brasil, e tecer seu sentido. Assim, seu “historiar” (apesar de especulativo) deriva de sua função social, seu lugar de enunciação, sua formação e expertise jurídica e administrativa garantiam-lhe convicções e expectativas. Suas convicções morais e sociais de classe faziam dele um sujeito privilegiado para o tipo de empreitada interpretativa especulativa e propositiva que ele elaborou. Ela também encontrava eco em sua visão de mundo conservadora, na qual o observador histórico precisaria reconhecer naquilo que sobreviveu ao passar dos anos, ou séculos, adaptando-se e sendo adaptada às formas “bem sucedidas” da realidade material, como as bases seguras para a compreensão da sociedade. O *histórico* Alberto Torres, então, elabora um sentido (direção e dimensão processual - causa e consequência) em uma espécie de ensaio de sócio-história. A hipótese que defendo é que estes ensaios, por serem um gênero mais fluido e portanto indeciso entre o realismo científico e a ficção, possibilitam a configuração de uma ordem do tempo apoiada em uma filosofia da história. Parafraseando Hans Fryer, na esteira de Johannes Fabian, “quase todos os seus fundadores consideravam a sociologia como a legítima herdeira das especulações histórico-filosóficas [...]. Não só historicamente, mas por necessidade lógica [...]” (Fryer *apud* Fabian, 2013, p.60).

Embora Alberto Torres não tematize explicitamente o tempo em seus ensaios, é possível identificar em seus textos a necessidade de construir uma temporalidade histórica genuinamente brasileira, capaz de conferir sentido ao passado, orientar a ação no presente e projetar um futuro para a nação.

A cronopolítica “torreana” organizava-se, portanto, em torno de três funções complementares: o passado fornecia o diagnóstico da desordem nacional; o presente constituía o tempo privilegiado da intervenção política; e o futuro configurava o horizonte normativo de realização da nação. Mais do que interpretar a história do Brasil, Alberto Torres procurou ordenar politicamente o tempo histórico, definindo quais experiências deveriam servir de aprendizado, quais urgências exigiam ação imediata e quais expectativas deveriam orientar o destino nacional. O tempo da política convertia-se, assim, em política do tempo: um projeto de reorganização temporal da sociedade brasileira conduzido pelas elites intelectuais e dirigentes, consideradas as únicas capazes de interpretar corretamente o passado e conduzir a nação rumo ao futuro desejado.

O passado como diagnóstico da desordem nacional

No pensamento de Alberto Torres, o passado desempenhava uma função diagnóstica. O “estado atual” do Brasil era interpretado como resultado de uma herança colonial marcada pela ausência de organização política, social e econômica. Os fundadores da nação brasileira, segundo o autor, preocuparam-se sobretudo com questões políticas e jurídicas imediatas, como a Independência e a formação do Estado, negligenciando a construção de bases científicas para a organização da sociedade (Torres, 1978, p. 131). A incapacidade de conhecer efetivamente o território, suas potencialidades e seus problemas teria comprometido a constituição de um projeto nacional coerente.

Os primeiros exploradores e as gerações que se estabeleceram no país eram descritos por Torres como portadores de um “espírito romântico e contemplativo”, mais inclinado à passividade do que à ação transformadora. Não teriam se dedicado ao estudo sistemático do vasto território brasileiro nem à proteção de seus recursos naturais. Também teriam fracassado em seu projeto de “civilização”, ao manterem os indígenas sobreviventes ao extermínio em condição de “selvageria” e ao não integrarem os africanos libertos à sociedade e ao trabalho assalariado, privilegiando a mão de obra imigrante e desestimulando o trabalhador nacional.

Como consequência desse processo histórico, o autor diagnosticou a existência de uma sociedade fragmentada, composta por interesses particulares incapazes de constituir um verdadeiro povo unido por um sentimento de pertencimento nacional. Para Torres, a nação não era um dado natural, mas o resultado de um longo processo histórico e político de integração social:

A forma superior de ‘nação’ não se consolida senão depois que a sociedade, que envolve a existência dos indivíduos, se corporifica com a solidez e a plasticidade precisas para oferecer base à segurança e medium à prosperidade, na vida comum. É um estado já avançado da formação nacional: obra de séculos de evolução, nos países de existência imemorial; obra política, para as nações modernas. A mais alta expressão de seu progresso é aquela em que o espírito envolve, na síntese mais ampla, os móveis íntimos da solidariedade social, fazendo-a reverter para o futuro, para o interesse da prole (Torres, 1978, p. 50).

O passado, portanto, não aparecia como objeto de contemplação nostálgica, mas como instrumento crítico destinado a revelar as causas da desorganização brasileira. A interpretação histórica cumpria a função de identificar os erros herdados e evidenciar aquilo que deveria ser corrigido no presente.

O presente como tempo de decisão e intervenção

Se o passado fornecia o diagnóstico, o presente constituía o tempo privilegiado da ação política. Torres compreendia a Primeira República como um período de crise, mas também como uma oportunidade histórica. A República não representava, a seus olhos, uma ruptura efetiva com o passado colonial e imperial; ao contrário, reproduzia muitos dos vícios herdados da formação histórica brasileira. Ainda assim, tratava-se de um momento decisivo: ou o país promoveria sua reorganização nacional, ou permaneceria condenado à repetição dos mesmos erros.

A história assumia, nesse contexto, uma função eminentemente pedagógica. Conhecer o passado permitia orientar a ação presente e evitar a continuidade das práticas responsáveis pelo atraso nacional. O presente era concebido como um tempo de transição para a ordem, cuja transformação dependeria da capacidade de planejamento e da condução política consciente dos processos sociais. Nesse sentido, Torres defendia que seria necessário: “organizar o curso das grandes correntes sociais sob moldes amplos e livres, onde a vida individual se realize, tendo por só limite a expansão dos outros indivíduos e o desenvolvimento temporal da sociedade”(Torres, 1978, p. 37). A passagem evidencia que a própria temporalidade da sociedade poderia ser objeto de organização política. Governar significava também ordenar ritmos históricos, disciplinar mudanças e orientar o desenvolvimento coletivo segundo finalidades previamente estabelecidas.

Por isso, Torres criticava duramente a ausência de um projeto nacional consistente na República brasileira. Segundo ele, faltava ao país uma política capaz de antecipar e preparar o futuro, predominando aquilo que denominou “a política da cegueira, em face do futuro” (Torres, 1978, p. 134). A urgência do presente residia justamente na necessidade de interromper a continuidade histórica da desorganização nacional e inaugurar um novo ciclo orientado por critérios científicos e por uma ação política deliberada.

O futuro como horizonte de expectativa

O futuro aparecia, nos ensaios de Alberto Torres, como horizonte de possibilidade e de realização nacional. Apesar da severidade de seu diagnóstico, o autor demonstrava profundo otimismo quanto ao destino do Brasil. A desordem não era irreversível; mediante reformas adequadas, o país poderia tornar-se uma nação forte, moderna e respeitada. Torres acreditava que o Brasil estava “destinado a ser o esboço da humanidade futura” (Torres, 1978, p. 135).

Essa expectativa positiva, contudo, não implicava uma confiança espontânea no progresso. O futuro deveria ser construído politicamente. A unidade nacional dependeria do conhecimento científico do território, da proteção dos recursos naturais e da formulação de um projeto nacionalista capaz de integrar a sociedade em torno de objetivos comuns. Tal projeto possuía um forte caráter homogeneizador. A consolidação da nação exigiria o enfraquecimento dos particularismos regionais, a contenção do individualismo e a neutralização de movimentos percebidos como ameaças à coesão social. O ideal de unidade nacional pressupunha a construção de um corpo político orgânico, submetido a instituições fortes e orientado por uma direção comum. A política aparecia, assim, como elemento central da produção do futuro. Como afirmava o próprio Torres: “o futuro de uma sociedade é, politicamente, uma abstração positiva” (Torres, 1978, p. 108). E acrescentava: “um país não é realmente uma nação se não tem uma política, a sua política, a política da sua terra, de sua raça ou de suas raças, de sua índole, de seus destinos” (Torres, 1978, p. 158, grifo do autor).

A construção desse futuro deveria ser conduzida pelas elites intelectuais e dirigentes, consideradas as únicas capazes de compreender a realidade brasileira e formular soluções adequadas para seus problemas históricos. Não por acaso, os ensaios de Torres dirigiam-se prioritariamente aos seus pares, buscando convencê-los da responsabilidade que lhes caberia na condução do processo de reorganização nacional.

Considerações finais

Apesar do diagnóstico severo acerca da desordem brasileira, Alberto Torres jamais abandonou sua crença no sistema republicano e na capacidade transformadora da política. O presente aparecia como um tempo marcado pela persistência de problemas herdados do passado colonial e imperial, cuja continuidade comprometia a constituição da unidade nacional. Entretanto, essa desorganização não era entendida como um destino inevitável. Por meio de um projeto nacional-reformador, conduzido por um Estado forte e orientado pelas elites intelectuais, seria possível reorganizar a sociedade, corrigir os desvios históricos e conduzir o país rumo a um futuro de ordem e integração. Sua interpretação do Brasil articulava, assim, um passado convertido em diagnóstico, um presente concebido como tempo de decisão e um futuro projetado como promessa de regeneração nacional. O tempo da política tornava-se, portanto,

uma política do tempo: uma tentativa de governar a temporalidade da nação e orientar seus destinos históricos.

Referências

- FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.
- FAVORETTI, João Paulo de Souza. **“Que o pensamento tome a direção da sociedade”: atuação política e formulações intelectuais de Alberto Torres (1865-1917)**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2021.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e o conservadorismo fluminense. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**.v. 10, n.17, jan./jun., 2007, p. 277-301
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Presença de Alberto Tôrres: sua vida e pensamento. v. 62. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.
- MARSON, Adalberto. A Ideologia nacionalista em Alberto Torres. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MATOS, Júlia Silveira. **Por uma política orgânica: críticas às estruturas governamentais brasileiras na obra de Alberto Torres**. Rio Grande, *Historia*, 2(2), 89–106, 2011.
- OSBORNE, Peter. The politics of time: Modernity and avant-garde. Londres: Verso, 1995.
- TORRES, Alberto. **A organização nacional**. São Paulo, COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1978.
- TORRES, Alberto. **As fontes de vida no Brasil**. Rio de Janeiro, [s.n], 1915.
- TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. 3ª ed. São Paulo, COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1978.

A construção do imaginário fascista italiano nos livros didáticos *Il libro della seconda classe* (1930, 1933 e 1938)

Izabelle Seoldo Marques

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

seoldoizabelle@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa como o fascismo italiano atuou na construção do imaginário sobre o homem fascista por meio dos livros didáticos da década de 1930. Como objeto de pesquisa, utilizam-se os livros *Il libro della seconda classe*, de 1930, 1933 e 1938, destinados a crianças da segunda série do ensino primário. Os livros configuraram-se como instrumentos importantes na formação do “italiano novo”, contribuindo para a difusão de valores, símbolos e referenciais alinhados ao regime. Nesse sentido, a educação pode ser compreendida como um dos principais dispositivos de construção e transmissão do imaginário acerca do que significava ser o homem fascista, bem como um espaço de disputa de narrativas. A partir dessas representações, delineia-se um modelo de identidade masculina associado ao fascismo, vinculado à guerra e caracterizado pela disciplina, coragem e compromisso com a pátria, a família e os valores religiosos. Desse modo, o estudo propõe que a análise do imaginário fascista italiano permite compreender os processos de formação de sujeitos e o papel da educação na sustentação de regimes autoritários.

Palavras-chave: Fascismo Italiano; Livros didáticos; Imaginário fascista

Introdução

A educação ocupou posição estratégica no projeto político do fascismo italiano, sendo a escola concebida pelo regime como um instrumento de formação moral, política e social. Nesse contexto, os livros didáticos assumiram papel relevante na difusão de valores considerados fundamentais para a construção do chamado “italiano novo”, contribuindo para a construção da identidade fascista, para a legitimação da ordem política vigente e para a naturalização de papéis sociais. Dessa forma, a educação foi mobilizada pelo regime fascista no intuito de atuar na formação de hábitos, crenças e comportamentos, de modo a incorporar os princípios fascistas de culto ao líder, cristianismo e nacionalismo ao cotidiano escolar.

O presente artigo analisa a construção do imaginário fascista italiano nos livros didáticos *Il libro della seconda classe*, publicados nos anos de 1930, 1933 e 1938 e destinados às crianças da

segunda série do ensino primário. As obras foram produzidas no contexto da política do Livro Único, consolidada a partir do Decreto-Lei de 7 de janeiro de 1929, que a partir de aprovação prévia de seu conteúdo por uma Comissão Ministerial, estabeleceu a distribuição dos livros didáticos por toda Itália; sendo que cada série escolar utilizava do mesmo material didático em todas escolas italianas. Tal medida ampliou a capacidade de intervenção do Estado sobre os materiais utilizados nas escolas, transformando-os em importantes veículos de circulação de valores e representações alinhadas ao regime.

A investigação mobiliza o conceito de “cultura política” entendido por Motta (1996) como “o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (Motta, 1996, p. 95). A partir dessa perspectiva, busca-se compreender de que maneira elementos constitutivos da cultura fascista foram incorporados aos livros didáticos, contribuindo para a formação de referenciais identitários desde a infância. Também são mobilizadas as contribuições de Bittencourt (1993) e Choppin (2012), que discutem a complexidade do livro didático enquanto objeto cultural e fonte histórica, bem como os estudos de Vedove (2000), fundamentais para a compreensão das concepções de masculinidade e feminilidade difundidas pelo fascismo. Além disso, as reflexões de Scott (1995; 2012) possibilitam pensar gênero como categoria de análise e evidenciar como as representações presentes nos manuais escolares participaram da construção de modelos sociais específicos para homens e mulheres.

Ao analisar textos, imagens e símbolos presentes nos livros didáticos selecionados, pretende-se compreender como o imaginário fascista foi elaborado e difundido. Dessa forma, busca-se evidenciar o papel desempenhado pela escola na sustentação do regime e na formação de sujeitos identificados com valores como nacionalismo, disciplina, militarismo, sacrifício e obediência, bem como compreender a maneira pela qual tais representações contribuíram para a naturalização de hierarquias sociais e de gênero.

Os livros didáticos como fontes históricas

Os livros didáticos constituem fontes que permitem diferentes possibilidades de análise, auxiliando na compreensão das relações entre educação, política e sociedade. Sendo assim, é importante destacar que os livros didáticos não se constituem como instrumentos neutros destinados apenas à transmissão de conteúdos escolares, mas como fontes que permitem a

interpretação sobre o contexto histórico em que foram produzidos; e a reflexão sobre quais valores, concepções pedagógicas e projetos políticos específicos estavam tentando ser transmitidos a partir dos livros. A análise dos manuais escolares permite, portanto, identificar os conhecimentos considerados legítimos e importantes em determinado período histórico, bem como os modelos de comportamento e os referenciais identitários que se buscava transmitir aos estudantes.

Segundo Bittencourt (1993), a complexidade do livro didático decorre justamente da multiplicidade de funções que ele desempenha. Conforme afirma a autora o livro didático, “é também um depositário dos diversos conteúdos educacionais, suporte privilegiado para se recuperar os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em uma determinada época” (Bittencourt, 1993, p. 3).

Além de produto editorial, o livro didático encontra-se diretamente relacionado à própria instituição escolar. Bittencourt destaca que “o espaço escolar está associado intrinsecamente à construção do livro didático considerando que a escola é, fundamentalmente, uma instituição contraditória onde dominação e conflitos convivem no cotidiano de alunos e professores” (Bittencourt, 1993, p. 6). Tal compreensão evidencia que os manuais escolares também era alvo de disputa pelo controle do que seria difundido nas escolas e consequentemente na formação dos alunos.

Nesse sentido, Choppin (2012) ressalta que os manuais escolares desempenham importante função social ao atuarem na transmissão de saberes e comportamentos julgados essenciais para uma sociedade. Segundo o autor o livro seria um, “Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o 'saber-ser') os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se” (Choppin, 2012, p. 14). Dessa forma, o livro didático constitui-se como produto de uma determinada época, refletindo expectativas, tensões e interesses presentes na sociedade que o produz.

Ainda de acordo com Choppin (2012), os manuais representam uma fonte múltipla e complexa para os estudos históricos: “Os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem, às ciências... ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem.” (Choppin, 2012, p. 13).

A partir dessa perspectiva, os livros didáticos selecionados para esta pesquisa são compreendidos não apenas como instrumentos pedagógicos, mas como documentos históricos capazes de evidenciar aspectos do projeto político fascista e das formas pelas quais o regime buscou intervir na formação das crianças italianas. Os livros analisados são: *Il libro della seconda classe* (1930), compilado por Dina Belardinelli-Bucciarelli e ilustrado por Pio Pullini; *Il libro della seconda classe* (1933), com texto de Ornella Quercia Tanzarella e ilustrações de Mario Pompei; e *Il libro della seconda classe* (1938), escrito por Alfredo Petrucci e ilustrado por Piero Bernardini.

A circulação dessas obras esteve diretamente vinculada à política do Livro Único. Instituída pelo Decreto-Lei de 7 de janeiro de 1929, essa medida consolidou o controle estatal sobre os materiais escolares ao determinar que todos os livros didáticos utilizados no ensino primário fossem aprovados por uma Comissão Ministerial e distribuídos oficialmente pelo Estado. A centralização da produção e da seleção dos conteúdos ampliou as possibilidades de difusão sistemática dos princípios fascistas, transformando os manuais escolares em instrumentos relevantes na formação política e moral das crianças.

Nesse contexto, a análise dos livros selecionados permite compreender como narrativas, imagens, símbolos e exemplos cotidianos foram mobilizados para difundir valores alinhados ao fascismo. Os livros didáticos tornam-se, assim, testemunhos das estratégias empregadas pelo regime para orientar comportamentos, construir identidades e promover formas específicas de pertencimento nacional desde os primeiros anos da escolarização.

O imaginário fascista e a educação como instrumento de formação política

A consolidação do regime fascista na Itália esteve associada não apenas ao controle das instituições políticas e administrativas, mas também à construção de uma cultura política capaz de conferir legitimidade ao projeto fascista e produzir formas específicas de pertencimento coletivo. Nesse processo, a educação assumiu papel central, sendo concebida como um dos principais meios de formação das novas gerações e de difusão dos valores considerados essenciais à construção da nação fascista.

Segundo Vedove (2000),

Com a ascensão de Mussolini ao poder, começou aquele processo de 'fascistização' da sociedade que tinha como objetivo final a eliminação da separação entre o Estado e a sociedade civil, ou melhor: o domínio pleno do

primeiro sobre o segundo. Foi assim anulada qualquer divisão entre a vida pública e a vida privada, tanto que todo cidadão italiano foi chamado a se sentir pessoalmente investido de uma grande missão: construir uma nova Pátria e uma nova raça italiana (p. 30).

A educação integrou esse movimento mais amplo de intervenção estatal sobre a vida social, atuando na formação de sujeitos identificados com os princípios do regime desde a infância.

A partir do conceito de cultura política elaborado por Motta (1996), torna-se possível compreender como determinados valores e representações são compartilhados e transmitidos no interior de grupos específicos. Para o autor, cultura política pode ser entendida como “o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (Motta, 1996, p. 95). Tal definição permite analisar o fascismo para além de sua dimensão institucional, evidenciando os mecanismos simbólicos utilizados para consolidar consensos e orientar comportamentos.

Entre esses elementos, destaca-se o imaginário social. De acordo com Motta (1996), “O imaginário social seria, portanto, a representação ou o conjunto de representações imagéticas de determinados aspectos ou fenômenos da vida social como, anseios, temores, utopias, valores, crenças, etc.” (p. 96). Compreendido dessa maneira, o imaginário não constitui mera fantasia ou distorção da realidade, mas um conjunto de representações que organiza percepções sobre o mundo social, produz sentidos compartilhados e orienta práticas coletivas.

A partir dessa perspectiva, símbolos, ritos e mitos podem ser compreendidos como formas de expressão desse imaginário fascista. Os livros didáticos analisados apresentam diferentes elementos dessa natureza, contribuindo para a difusão de uma determinada visão de nação, de cidadania e de pertencimento político. Símbolos como a bandeira italiana, o fascio e os uniformes aparecem associados à ideia de unidade nacional e de identificação com o Estado fascista.

Os rituais também desempenhavam papel relevante nesse processo. Conforme destaca Motta (1996), “os rituais cumprem uma função integradora, pois disseminam as normas e valores sustentadores da vivência coletiva. Além disso, reforçam o sentimento de identidade do grupo, através da repetição ritualizada de cerimônias coletivas.” (p. 97). No caso fascista, práticas como a saudação fascista, os desfiles cívicos e as comemorações patrióticas atuavam como experiências coletivas de reafirmação da identidade nacional e dos princípios do regime. A repetição desses

gestos e cerimônias favorecia a incorporação dos valores fascistas ao cotidiano, especialmente entre crianças e jovens em processo de escolarização.

Outro elemento fundamental do imaginário político refere-se à mobilização dos mitos. Segundo Motta (1996), “Os mitos são elementos importantes do imaginário social, na medida em que transmitem mensagens, ajudam a forjar valores identitários e contribuem para dar coesão aos diversos grupos.”. O autor destaca o mito do líder: “No que se refere às mitologias políticas, uma das formas mais recorrentes é o mito do líder. Ele é apresentado como um indivíduo portador de qualidades acima da média, exemplo e protótipo perfeito a ser seguido e imitado pelos seres normais” (Motta, 1996, p. 97).

Sendo assim, a educação formal constituiu um dos principais meios para a difusão desses símbolos, ritos e mitos políticos. Os livros didáticos, ao articularem narrativas escolares, personagens exemplares, ilustrações e comemorações cívicas, contribuíram para a formação de uma sensibilidade alinhada ao projeto fascista. Desse modo, a escola ultrapassava a função de transmissão de conteúdos acadêmicos e assumia papel ativo na formação política das crianças, participando da construção de um imaginário capaz de legitimar a autoridade do Estado, reforçar vínculos de pertencimento nacional e naturalizar os valores que sustentavam o regime.

A construção do ideal de masculinidade no fascismo

A construção de um ideal masculino ocupou lugar central no imaginário fascista difundido pela escola italiana durante a década de 1930. Os livros didáticos analisados apresentavam às crianças modelos específicos de comportamento e atributos considerados desejáveis aos homens italianos, contribuindo para a formação de identidades alinhadas aos interesses do regime. A masculinidade fascista era associada à disciplina, à coragem, ao trabalho, ao patriotismo e, sobretudo, à disposição para o sacrifício em favor da pátria.

Segundo Vedove (2000), o homem fascista deveria ser viril, disciplinado, patriótico, trabalhador e disposto ao sacrifício pela nação, fosse atuando como soldado, fosse desempenhando funções produtivas nas fábricas e no campo. Tratava-se de um modelo de masculinidade profundamente relacionado à ideia de serviço ao Estado, no qual os interesses individuais deveriam subordinar-se aos interesses coletivos da nação.

Nos livros didáticos, esse ideal era construído por meio de diferentes figuras de referência. Personagens masculinos adultos, como pais, avôs e tios, apareciam frequentemente como exemplos a serem admirados pelas crianças. Ao mesmo tempo, os próprios protagonistas infantis das narrativas eram apresentados em situações que indicavam quais comportamentos deveriam ser aprendidos e reproduzidos. Dessa forma, os manuais ensinavam não apenas conteúdos escolares, mas também maneiras específicas de “ser homem”.

Uma das principais estratégias utilizadas para a construção desse imaginário foi a associação entre masculinidade e experiência militar. O soldado italiano era representado de maneira idealizada e heroica, transformando-se em símbolo de patriotismo, coragem e devoção à pátria. Os veteranos da Primeira Guerra Mundial ocupavam posição privilegiada nesse conjunto de representações, sendo descritos como exemplos de honra e sacrifício.

A comemoração do dia 4 de novembro, data da Festa da Vitória da Itália na Primeira Guerra Mundial, evidencia esse processo. Nos livros analisados, a celebração ultrapassava a simples rememoração de um acontecimento histórico e assumia função pedagógica voltada ao reforço dos valores nacionalistas e militaristas. Na história *La festa della vittoria* (p. 45), do livro de 1930, a vitória italiana é apresentada a partir da expulsão dos estrangeiros que ameaçavam as fronteiras nacionais, enfatizando a defesa da pátria e a exclusão do outro.

No livro de 1933, a narrativa *Un'altra data* (p. 25) estabelece uma relação direta entre a identidade nacional e a figura paterna. Ao mencionar que seus pais eram ex-combatentes ou mutilados de guerra, os personagens infantis demonstram orgulho pela trajetória de seus familiares:

— E depois do 28 de outubro — prosseguiu a professora — teremos outra grande festa. O 4 de novembro, aniversário da Vitória. Vocês sabiam?

— Sim senhora. Meu pai é um ex-combatente. — respondeu Bruno.

— Também o meu! Também o meu! — responderam muitas vozes.

— O meu é mutilado de guerra — disse Paoletto Serra, e olhou ao redor com orgulho.

— Eu sei — disse a professora comovida. — ‘Todos bons italianos! Vocês são realmente afortunados de serem filhos dos melhores soldados’ (Il libro della seconda classe, 1933, p. 25, tradução nossa).

A passagem evidencia uma estratégia discursiva que aproxima o projeto nacionalista do cotidiano infantil. O orgulho de possuir um pai soldado, ex-combatente ou mutilado de guerra contribui para naturalizar a associação entre masculinidade e sacrifício. O sofrimento decorrente

da guerra é ressignificado como demonstração de honra e compromisso patriótico, transformando o combatente em modelo exemplar a ser seguido pelas novas gerações.

A própria noção de guerra ocupava lugar privilegiado no imaginário fascista. O soldado representava a disposição permanente para a luta, uma vez que o conflito era concebido como elemento constitutivo da grandeza nacional. Conforme afirmava Mussolini, “Apenas a guerra canaliza todas as energias humanas para a sua máxima tensão e perpetua o selo da nobreza naqueles povos que têm a coragem de enfrentá-la” (Mussolini, 1932, p. 12). Tal perspectiva contribuía para legitimar a militarização da sociedade e atribuir prestígio às características associadas ao universo bélico.

No livro de 1938, essa relação entre masculinidade e serviço à pátria aparece explicitamente ao afirmar que: “Cada Italiano é um soldado, e cada um trabalha, em nome do augusto Rei e Imperador, sob a orientação do Duce, para torná-la cada vez maior, mais bela, mais respeitada” (Il libro della seconda classe, 1938, p. 117, tradução nossa). A frase amplia a figura do soldado para além do campo de batalha, transformando o dever militar em princípio organizador da própria cidadania.

Entre os modelos masculinos difundidos pelos livros didáticos destacam-se também o rei e, principalmente, Benito Mussolini. Ambos eram apresentados como figuras exemplares, embora ocupassem posições distintas no imaginário fascista. O rei surgia como símbolo de sabedoria, força, hierarquia e continuidade histórica da nação italiana, enquanto Mussolini assumia a condição de líder e salvador da pátria, capaz de conduzir o país rumo à regeneração nacional.

A história intitulada Benito Mussolini (p. 37), presente no livro de 1930, inicia-se com a seguinte recomendação da professora: “Se alguém falar com vocês sobre Benito Mussolini, ouçam atentamente como se lhes contassem uma história maravilhosa. A sua vida é realmente uma história maravilhosa” (Il libro della seconda classe, 1930, p. 37, tradução nossa). A narrativa apresenta aspectos da infância e da trajetória profissional de Mussolini, descrevendo-o como filho de uma professora e de um ferreiro, trabalhador e perseverante. Em seguida, destaca sua participação na guerra: “Veio a guerra na Itália e Benito Mussolini foi à guerra entre os bersaglieri. Foi ferido; foi um soldado valoroso, cheio de coragem” (Il libro della seconda classe, 1930, p. 38, tradução nossa).

A construção dessa narrativa aproxima Mussolini da população italiana ao apresentá-lo como um homem comum que, por meio do trabalho, da coragem e do amor à pátria, alcançou a

posição de liderança nacional. Ao final da trajetória, ele é descrito como “Chefe do Governo; é o Duce dos fascistas e de todos os italianos” (*Il libro della seconda classe*, 1930, p. 39, tradução nossa). Conforme aponta Colin (2012), a utilização da forma narrativa semelhante a um conto tinha como objetivo despertar curiosidade, admiração e encantamento em relação ao chefe de Estado. Dessa forma, o mito do líder articulava proximidade e hierarquia: Mussolini era apresentado simultaneamente como alguém oriundo do povo italiano e como figura excepcional destinada a conduzir a nação.

Assim, os livros didáticos analisados contribuíram para a construção de um imaginário masculino marcado pela valorização do heroísmo, da disciplina e do sacrifício. A figura do soldado, do veterano de guerra, do rei e do Duce oferecia às crianças modelos exemplares de conduta, favorecendo a incorporação de valores fascistas desde a infância e naturalizando a associação entre masculinidade, militarização e compromisso incondicional com a pátria.

A figura da mulher no fascismo

A construção de uma ideia sobre o feminino também integrou o projeto educativo do fascismo italiano. Assim como ocorreu com a masculinidade, os livros didáticos atuaram na difusão de modelos específicos de comportamento destinados às meninas, contribuindo para naturalizar determinadas funções sociais atribuídas às mulheres. Essas representações articulavam-se aos interesses políticos do regime e estavam fundamentadas em concepções patriarcais que vinculavam a identidade feminina ao espaço doméstico, à maternidade e ao cuidado da família.

A partir do trabalho de Scott (1995), que compreende gênero como uma categoria de análise, torna-se possível ampliar significativamente a compreensão dessas representações. Segundo a autora, gênero não deve ser entendido como algo fixo, natural ou imutável, mas como uma construção histórica marcada por disputas, negociações e constantes ressignificações. Tal perspectiva permite problematizar a forma como diferentes sociedades estruturam relações de poder, instituem normas de comportamento e definem papéis sociais específicos para homens e mulheres.

Ao considerar o gênero como um dos elementos de construção social e política mobilizados pelo fascismo, torna-se possível compreender como o Estado italiano buscou

intervir diretamente na formação subjetiva e moral da população. Os livros didáticos analisados evidenciam as concepções de masculinidade e feminilidade que o regime procurava instituir desde a infância, transformando a escola em espaço privilegiado para a difusão desses modelos.

Segundo Vedove (2000), o fascismo incorporou concepções de gênero fortemente ancoradas na tradição católica e em estruturas patriarcais. Nesse modelo, a existência feminina era definida pelo binômio esposa-mãe, considerado expressão da vocação natural das mulheres. O apoio da Igreja Católica desempenhou papel importante na consolidação dessa concepção e na promoção de uma determinada configuração familiar, entendida como base da ordem social fascista.

Em relação à maternidade, Vedove afirma:

A formulação quase exclusivamente biológica da função materna, que reduzia as mulheres a procriadoras da raça, e seu estreito vínculo com os interesses da nação são aspectos característicos do fascismo e de todo regime totalitário. A procriação, assim entendida, torna-se um dever social e não mais familiar, do qual o Estado se sente o garante (Vedove, 2000, p. 34).

Dessa forma, a maternidade ultrapassava a esfera privada e assumia caráter político, vinculando-se diretamente aos projetos de fortalecimento demográfico e expansão nacional.

Nesse processo, a mulher que não correspondia ao modelo de mãe e esposa afastava-se do ideal feminino fascista. Conforme destaca Vedove (2000), mulheres que não desempenhavam essas funções eram frequentemente percebidas como insuficientemente comprometidas com o projeto de construção do Estado-nação. A maternidade adquiria, assim, importância estratégica, sendo apresentada como instrumento para a recuperação populacional após a Primeira Guerra Mundial, para a ocupação do território e para a sustentação das ambições expansionistas do regime. O trabalho feminino não era completamente proibido. Contudo, ele não era incentivado como projeto de emancipação individual, as mulheres encontravam limitações significativas em sua participação política e social, sendo excluídas dos espaços de liderança e dos cargos de maior prestígio. Ainda que, em determinados momentos, o fascismo tenha mobilizado a participação feminina conforme suas necessidades políticas, tal inserção ocorreu de maneira instrumental e subordinada aos objetivos do Estado.

Segundo Vedove (2000), o regime compreendia a "importância político-social das mulheres, o valor do seu consentimento e do seu apoio para poder realizar o sonho fascista" (Vedove, 2000, p.14, tradução nossa). Dessa forma, se inicialmente prevaleceu a exaltação da

mulher dedicada ao lar, posteriormente, sobretudo diante das demandas impostas pela Segunda Guerra Mundial, houve uma ampliação controlada de sua participação em determinadas atividades públicas. Ainda assim, essa incorporação não significou a ruptura com o ideal tradicional de feminilidade, mas a adaptação do discurso às necessidades do momento.

Os livros didáticos reforçavam esse processo ao estruturarem suas narrativas a partir das experiências de personagens masculinos e femininos submetidos a expectativas distintas. No livro de 1930, acompanham-se as histórias de Piero e Lauretta; no de 1933, de Bruno e Maiolina; e, no de 1938, de Meuccio e Lunella. A presença de outros personagens, como mãe, pai, professora, avô, avó e tios, contribuía para reforçar modelos específicos de comportamento. Por meio dessas figuras, as crianças eram orientadas sobre os lugares sociais considerados apropriados para cada sexo.

A centralidade do trabalho doméstico feminino aparece de maneira evidente na narrativa intitulada *A Mamãe Trabalha*, presente no livro de 1938. O texto descreve a rotina de uma mãe que, mesmo após todos os membros da família estarem dormindo, continua realizando suas tarefas:

É noite. Em casa todos dormem; mas a mamãe continua a trabalhar. Ela desarrumou a mesa, lavou a louça, varreu e arrumou o quarto. E agora aqui está ela costurando sob a lâmpada. Depois de alongar um pouco os calções de Meuccio, reforça alguns botões. Doddò, entretanto, se agita no berço e começa a chorar baixinho. A mãe corre na ponta dos pés e o embala, cantando baixinho a canção de ninar. O bebê lentamente volta a dormir e a mãe retorna ao seu trabalho. Agora há o uniforme de Vittorio para revisar: amanhã é dia de reunião (Il libro della seconda classe, 1938, p. 27, tradução nossa).

A narrativa apresenta o cuidado com a casa, os filhos e o marido como expressão natural do amor materno e do dever feminino. A dedicação constante da mãe é valorizada como exemplo de esforço, abnegação e responsabilidade, contribuindo para a associação entre feminilidade e trabalho doméstico. Ao retratar esse cotidiano como modelo a ser admirado, o texto reforça a ideia de que a maternidade e a administração do lar constituíam funções centrais da identidade feminina.

Ao mesmo tempo, o espaço doméstico transformava-se em ambiente de reprodução dos valores fascistas. Em uma das canções analisadas, a mãe expressa o desejo de que o filho cresça e se torne um *Camisa Negra*, preparado para servir ao regime. A referência ao mosquete simboliza a preparação antecipada para a vida militar e evidencia como o afeto materno era articulado à

formação política dos meninos. O ato de ninar deixa de representar apenas cuidado e proteção para converter-se em mais um mecanismo de difusão dos ideais fascistas.

Assim, as representações femininas presentes nos *Il libro della seconda classe* contribuíram para consolidar um ideal de mulher associado à maternidade, ao cuidado e ao apoio moral à nação. Embora o regime adaptasse suas estratégias conforme as demandas históricas, a valorização do modelo esposa-mãe permaneceu como elemento estruturante da feminilidade fascista. Por meio das narrativas escolares, tais concepções eram apresentadas às crianças como naturais e desejáveis, participando da formação de subjetividades alinhadas ao projeto político do fascismo.

Conclusão

Os livros didáticos analisados constituíram importantes instrumentos de difusão dos valores fascistas no contexto da educação primária italiana. Mais do que veículos de transmissão de conteúdos escolares, os *Il libro della seconda classe* participaram da construção de um imaginário político que articulava nacionalismo, militarismo, disciplina e devoção à pátria. A centralização da produção e distribuição dos manuais por meio da política do Livro Único ampliou a capacidade de intervenção do Estado sobre a formação das crianças, evidenciando a importância atribuída à educação no processo de fascistização da sociedade.

A análise das narrativas e personagens presentes nas obras permitiu identificar a difusão de modelos específicos de masculinidade e feminilidade. Aos meninos eram apresentados referenciais associados à figura do soldado, do veterano de guerra, do rei e, sobretudo, de Mussolini, valorizando atributos como coragem, sacrifício, obediência e compromisso com a nação. Às meninas, por sua vez, eram destinados modelos fundamentados no ideal da esposa-mãe, na centralidade da maternidade e do trabalho doméstico, reforçando a divisão sexual dos papéis sociais e a concepção de que homens e mulheres possuíam funções distintas no interior da família e do Estado.

Nesse sentido, compreender os livros didáticos como fontes históricas possibilita analisar os mecanismos pelos quais regimes autoritários procuram formar subjetividades e produzir consensos. A partir das contribuições de Motta (1996), Bittencourt (1993), Choppin (2012), Scott (1995; 2012) e Vedove (2000), torna-se possível perceber que o imaginário fascista não foi

construído apenas por meio da coerção política, mas também através da circulação cotidiana de representações, símbolos e modelos de comportamento incorporados aos espaços educativos. O estudo desses materiais, portanto, contribui para ampliar a compreensão sobre as relações entre educação, cultura política e processos de formação social no fascismo italiano.

Referências bibliográficas:

- BELARDINELLI-BUCCIARELLI, Dina. **Il libro della seconda classe**. La Libreria dello Stato. Roma-IX. Officine della Ditta R. Carabba. Istituto Poligrafico dello Stato Lanciano. 1930. Disponível em: <http://lettereacameranesi.blogspot.com/2017/05/il-libro-della-seconda-classe-la.html>.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28062019-175122/pt-br.html>.
- CHOPPIN, A.; BASTOS, T. M. H. C. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 5–24, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>. Acesso em: 17 out. 2024.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH: Revista de História**, n. 6, p. 92-100, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/lph/article/download/6150/4678/>.
- PETRUCCI, Alfredo. **Il libro della seconda classe**. La Libreria dello Stato. Roma A. XVII - 1938. Officine grafiche Mondadori - Verona. Disponível em: http://www.bibliolab.it/2classe_39/00001.html. Acesso em: 16 out. 2024.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 21 out. 2025.
- SCOTT, Joan. **Os usos e abusos do gênero**. Tradução de Ana Carolina E. C. Soares. Projeto História, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>.
- TANZARELLA, Quercia Ornella. **Il libro della seconda classe**. La Libreria dello Stato. RomaXII. 1933. Officine della Ditta R. Carabba. Istituto Poligrafico dello Stato Lanciano. Disponível em: <https://www.scuoladelfascismo.it/testi-unici-del-ventennio/seconda-elementare/>.
- VEDOVE, Francesca Delle. **La donna nel fascismo tra segregazione e mobilitazione**. Facoltà di Lettere e Filosofia. Tesi di Laurea. Università Ca' Foscari di Venezia. 2000.

ST13

MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS, INTELECTUALIDADES E EDUCAÇÃO



Coordenadoras:
Fernanda de Araújo Oliveira
Ayana Omi Amorim de Oliveira

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Entre maternidade, afetividade e saberes: a transmissão do conhecimento feminino negro no período colonial mineiro

Natália Vitória Reis dos Santos

Graduando em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG)

nataliavitoria0912@gmail.com

Resumo: O presente trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a realidade das mulheres negras no período colonial, por meio do estudo das afetividades e da maternidade, frequentemente associada apenas às mulheres brancas. Ao analisar figuras como Chica da Silva e outras mulheres negras, alforriadas ou escravizadas, busca-se compreender diferentes experiências de maternidade, reconhecendo essas mulheres como sujeitos históricos capazes de sentir, resistir e construir relações afetivas. Inseridas em uma sociedade marcada pela violência, pelo controle de seus corpos e pela negação de direitos, conseguiram, ainda assim, desenvolver estratégias de resistência por meio de saberes ancestrais, práticas cotidianas e formas próprias de organização social. Assim, este trabalho mesmo com foco no período colonial, parte de uma perspectiva interseccional para compreender como raça, gênero e classe não se manifestam como categorias separadas e mutuamente excludentes, contribuindo para ampliar as narrativas históricas sobre as mulheres negras e evidenciar trajetórias frequentemente silenciadas pela historiografia tradicional.

Palavras-chave: Maternidade negra, escravas e forras, Interseccionalidade

Introdução

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...] elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

Perrot, 2010, p. 212

O debate sobre a História das mulheres é relativamente recente, vinculado a uma renovação historiográfica promovida pela Escola dos Annales ou pela História das Mentalidades. Essa perspectiva ampliou o olhar sobre os processos históricos, incorporando interpretações interdisciplinares e colocando em evidência sujeitos antes silenciados pela historiografia tradicional. Nesse movimento, a partir da década de 1970, a temática das lutas, desafios e

experiências femininas passou a ganhar maior visibilidade, contrapondo-se à historiografia marcada pelo predomínio da influência masculina (DUBY, 2011).

No período Colonial, essa lógica não foi diferente. A historiografia tradicional, marcada pelo positivismo, privilegiou os grandes feitos econômicos e políticos, reforçando o modelo patriarcal e deixando em segundo plano as experiências das mulheres. Entre elas, as mulheres negras (escravizadas, libertas ou alforriadas) tiveram papéis centrais na vida social, cultural e econômica, mas permaneceram invisibilizadas nas grandes narrativas. Estigmatizadas como “imorais” ou “perigosas”, muitas foram associadas pelos relatos, ao universo da feitiçaria, à desordem, ao crime e ao sexo (VAINFANS, 2018).

Nesse sentido, a análise sobre essas mulheres é desenvolvida a partir de uma abordagem interseccional, compreendendo que, em cada sociedade e período, as relações de poder envolvendo raça, classe e gênero não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes (HILLS COLLINS, 2020). Mulheres indígenas, brancas e negras não compartilhavam as mesmas experiências; ainda que inseridas em um mesmo espaço colonial, suas vivências foram atravessadas de maneira desigual. Enquanto algumas conquistaram autoridade familiar ou religiosa, as mulheres negras, sobretudo escravizadas e libertas, estiveram mais diretamente expostas à violência, à marginalização e à suspeita social.

Essas mulheres precisavam e lutavam para resistir de uma maneira única. Elas eram constantemente estupradas, submetidas a longas jornadas de trabalho, ao impedimento da maternidade, dos afetos e da vivência plena da religiosidade. Nesse contexto de opressão e luta, mesmo ainda subalternizadas e restritas, negras e mulatas assumiram elementos do matriarcalismo

africano e de suas culturas ancestrais em diferentes colônias e países Latinos. Em resposta à urgência de mudança e ao controle violento de seus corpos, algumas decidiram comprometer seus órgãos sexuais por meio da aplicação de plantas nocivas (CABRERA, 2017, p. 121). A partir dos estudos de Marília Ariza (2018), também é possível identificar as tentativas dessas mulheres de criarem uma estrutura familiar que desafiasse as imposições coloniais, muitas vezes buscando assegurar a liberdade de seus filhos.

No Brasil colonial, além de lhes retirar o direito à maternidade, as mulheres negras escravizadas também precisavam lidar com a venda de seus companheiros e o impedimento do casamento, permitido apenas quando havia interesse ou lucro envolvido. No pós-abolição, essa

prática de restrição ao matrimônio ainda persistia (CUNHA, 2017), reafirmando a negação do afeto a esses corpos. Além disso, muitas mulheres de cor, constituíram relações com homens brancos, muitas vezes em busca de uma liberdade que lhes era negada. Essa prática, entretanto, estava inserida em relações marcadas por profundas desigualdades de poder, raça e gênero, não significando necessariamente uma ruptura com a exploração sexual e racial à qual estavam submetidas, uma vez que elas jamais alcançavam a posição de esposas (FURTADO, 2003) e continuavam excluídas do reconhecimento social e familiar reservado às mulheres brancas.

Nesse contexto, é importante evidenciar a resistência de mulheres negras, que mesmo diante de um ambiente que negava sua existência, construíram narrativas centradas na preservação da família e na afirmação de sua força frente a um universo marcado pela repressão à vida, à cultura e aos corpos. Por meio do trabalho, de saberes ancestrais, de práticas cotidianas de cuidado e tentativas de inserção social, essas mulheres encontraram estratégias de sobrevivência e formas de sustentar a própria comunidade.

A religiosidade, em especial, assumiu papel central nesse processo. As mulheres negras atuaram como juízes e rainhas nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (DELFINO, 2018), traçando reciprocidade entre as irmãs aliadas no catolicismo. Elas também mantinham práticas vinculadas a suas matrizes africanas, como cantos, danças, e procissões que ressignificavam símbolos religiosos europeus. Na esfera da cura, mulheres negras desempenharam funções essenciais como parteiras e curandeiras, preservando e transmitindo conhecimentos sobre ervas, banhos e rituais de proteção. Apesar disso, o medo das autoridades diante do poder dessas mulheres, tornavam elas inimigas da colônia (FEDERICI, 2018, p.402). Na culinária, mulheres negras também tiveram papel fundamental para manter os vínculos afetivos e identitários, construindo a cultura alimentar do país (FREYRE, 1933) que resistiu durante séculos ao apagamento.

Portanto, por meio de práticas silenciosas e cotidianas, desenvolveram poderosas estratégias de resistência e afirmação cultural, articulando religiosidade, cura, sociabilidade, culinária e estética. Saberes que foram transmitidos a seus filhos e que atravessaram gerações, chegando até o presente.

Objetivo

Investigar as práticas de sociabilidade, resistência feminina e transmissão de saberes desenvolvidas por mulheres negras no contexto colonial do século XVIII e XIX em Minas Gerais, bem como analisar a experiência dessas mulheres a partir da maternidade, frente a um corpo impossibilitado de construir afeto pela lógica patriarcal.

Assim buscou-se a análise dessas mulheres no seu lugar social e no contexto, apontando formas de resistências, principalmente os saberes relacionados à culinária, à cura, à estética e à religiosidade como forma de enfrentamento aos processos de assimilação e ressignificação de suas práticas. E, assim, compreender como a maternidade e os afetos tiveram lugar como estratégias da construção dos sentidos e vínculos familiares, mesmo sujeitadas às limitações impostas pelo sistema escravistas. E, tratando-se de mulheres negras e escravizadas, o próprio sistema construiu estratégias de silenciamentos, apontados nas ausências dos registros e fontes históricas que, apesar de contemplarem os registros paroquiais e notariais (batismo, casamento, inventários e testamentos, associativismo com irmandades, alforrias, requerimentos) ainda assim são escassos com relação a afetos, vivências invisibilizadas pela sociedade no tempo.

Metodologia

O presente trabalho adota uma abordagem historiográfica qualitativa e quantitativa, centrada nas práticas cotidianas de mulheres negras no período colonial brasileiro, com ênfase na transmissão de saberes através da maternidade, relacionados à culinária, à cura, à estética e à religiosidade, compreendidos como formas de resistência cultural e social. Nessa primeira parte, ainda exploratória, o foco está no levantamento bibliográfico e documental, mobilizando autores que discutem a escravidão, o cotidiano e as experiências femininas no Brasil colonial, como Rolando Vainfas, Luciano Figueiredo, Gilberto Freyre e Mary Del Priore. Também foram utilizadas fontes primárias, presentes no Arquivo Público de Minas Gerais, no Arquivo Histórico Ultramarino e no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), incluindo cartas de alforria, testamentos e requerimentos de compra, liberdade e proteção, documentos que possibilitam reconstruir aspectos do cotidiano e das estratégias de sobrevivência e resistência dessas mulheres.

Entre os documentos selecionados no Arquivo Público, dois pertencem ao fundo Secretaria da Capitania (SC), disponível em formato digitalizado. O primeiro integra um conjunto de atestados datados de 1773, na localidade de Macaúbas, e consiste em um requerimento de

Pedro Rodrigues de Aguiar referente à compra de uma mulher escravizada que lhe foi entregue sem a filha, ainda em gestação no momento da negociação. O segundo documento, datado de 1775 e produzido em Vila Rica, corresponde a um requerimento apresentado por Rita de Sousa Lobo, preta forra, no qual reivindica a liberdade de suas cinco filhas, que haviam nascido após a concessão de sua alforria. O terceiro documento foi localizado no fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP), que reúne documentação produzida a partir de 1711. Trata-se de um testamento em que o autor declara seus bens e concede alforria a uma mulher de nome Teresa da nação Mina, por ser mãe de seus filhos. A partir desse conjunto documental, buscou-se compreender as experiências de mulheres negras escravizadas e libertas, atentando para as relações de gênero, raça e condição jurídica que atravessavam suas trajetórias.

Além deles, se destaca também, o Registro do testamento de Francisca da Silva de Oliveira (1732-1796), conhecida como Chica da Silva, constante no Livro de Registro de Testamentos nº 35, do Cartório da Provedoria da Cidade do Serro, solicitado por seu testamenteiro, José Agostinho. O documento foi produzido em 1770 na Comarca do Serro, e está presente no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), inserido no fundo TJMG e disponibilizado de forma totalmente digitalizada.

Por fim, o manuscrito retirado do Arquivo Ultramarino, refere-se a um dado qualitativo, realizado em forma de censo a partir de uma lista nominativa da Demarcação de Diamantina, antiga Arraial do Tejuco, realizada pelo Intendente Geral dos Diamantes, João da Rocha Damas e Mendonça, ao Secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, em 15 de fevereiro de 1775, com a relação de todos os habitantes. Trata-se de um documento avulso, pertencente ao Projeto Resgate.

A análise parte de uma perspectiva transdisciplinar, na qual o diálogo entre História e Sociologia articula contribuições da História Cultural, da História Social e da abordagem interseccional desenvolvida por Patrícia Hill Collins. Situada simultaneamente nos campos teórico e militante, Collins compreende a teoria social como uma articulação entre análise crítica e ação social voltada à explicação e ao enfrentamento das desigualdades. Nessa perspectiva, a ação social emerge da compreensão crítica das estruturas de dominação e das múltiplas formas de desigualdade que atravessam as experiências dos sujeitos. Assim, a leitura crítica e sensível das fontes é constantemente confrontada com os aportes da teoria social e da interseccionalidade, entendida, ao mesmo tempo, como teoria e método. A problematização das fontes parte do

reconhecimento de que os documentos foram produzidos em contextos marcados por lógicas masculinas e patriarcais, muitas vezes por homens, teólogos e letrados, registrando relatos de mulheres pertencentes a classes populares, em sua maioria analfabetas (BURKE, 2010). Apesar dessas limitações, tais fontes permanecem fundamentais para a investigação histórica, pois permitem a reconstrução, ainda que parcial, da experiência das mulheres negras. Nesse sentido, Burke destaca:

Os historiadores da cultura popular tentam reconstruir as suposições cotidianas comuns, tendo como base os registros do que foram acontecimentos extraordinários nas vidas dos acusados: interrogatórios e julgamentos. Tentam reconstruir o que as pessoas pensavam, baseando-se naquilo que os acusados, que podem não ter sido um grupo típico, tinham preparado para dizer na situação incomum (para não dizer terrificante) em que se encontravam. Por isso é necessário ler os documentos nas 34 entrelinhas. Não há nada de errado em tentar ler nas entrelinhas, particularmente quando a tentativa é realizada por historiadores com a sutileza de um Ginzburg ou de um Le Roy Ladurie. (BURKE, 1992, p. 25-26)

É de suma importância conduzir uma investigação pautada na busca por uma nova representação dos corpos das mulheres negras, do afeto a elas negado e de suas formas de resistência diante da exclusão do direito à maternidade e à transmissão de saberes. Nesse contexto, a pedagogia adotada por essas mulheres se distingue tanto do modelo eclesástico quanto das práticas contemporâneas, sendo o conhecimento transmitido fruto da ancestralidade e da experiência coletiva do dia a dia em sociedade. Vale ressaltar que a percepção dessas práticas por grupos distintos estava frequentemente marcada pelo ódio, pelo medo e pela repulsa. Contudo, o foco deste trabalho não recai sobre essas interpretações externas, mas sim sobre o que as próprias mulheres buscavam transmitir.

Resultados

Com a análise dos manuscritos mencionados, adquiridos por meio do Arquivo Público de Minas Gerais, foi possível compreender ainda mais sobre como a sociedade se estruturava naquele período, principalmente em relação a essas mulheres. O primeiro a ser observado refere-se a Pedro Rodrigues de Aguiar, um homem que reivindicava em 05 de março de 1773 a posse da filha de uma mulher escravizada que atendia pelo nome de Anna, adquirida ainda quando o bebê se encontrava em seu ventre. Ao reivindicar essa criança, ele não o faz em

benefício da mãe, que foi separada da filha após o nascimento, mas sim orientado por interesses próprios, vinculados à lógica de lucro.

Essa realidade é evidenciada por Luciano Figueiredo ao discutir a relação entre a reprodução das mulheres escravizadas e os interesses econômicos de seus senhores. Segundo o autor, uma escravizada que já possuía três filhos de pais desconhecidos era incentivada por seu senhor a manter relações com homens negros e não com brancos, para que nascessem crioulos (FIGUEIREDO, 1993, p. 107). O trecho demonstra como a maternidade dessas mulheres era frequentemente subordinada à lógica de lucro e reprodução da mão de obra escravizada.

Além disso, a leitura do documento permite perceber que a criança era identificada pelos nomes Cabras e Mullata, o que sugere a ausência de cuidado em relação à sua identidade, sendo ela reconhecida principalmente por classificações associadas à cor e à condição social. Tal aspecto demonstra o processo de desumanização ao qual crianças escravizadas estavam submetidas, sendo frequentemente tratadas como propriedade e não como sujeitos dotados de individualidade. Dessa forma, evidencia-se como os vínculos maternos eram desconsiderados, sendo sobrepostos por relações de propriedade e exploração.

Nesse contexto, torna-se importante direcionar a investigação para uma questão ainda mais profunda, como a perda da identidade imposta às populações negras desde o início da colonização e a sua perpetuação ao longo dos séculos. A partir da maternidade, entretanto, é possível refletir sobre processos de ressignificação dessas identidades, uma vez que muitas mulheres negras atuaram como agentes fundamentais na transmissão de saberes, valores, memórias e práticas culturais para seus filhos, contribuindo para a preservação de vínculos ancestrais e para a construção de novas formas de pertencimento. Ao mesmo tempo, a maternidade também podia representar uma estratégia de inserção e negociação social dentro de uma sociedade marcada pelo patriarcado e pela supremacia dos valores brancos, possibilitando a algumas dessas mulheres e a seus descendentes o acesso a melhores condições de vida e reconhecimento social.

Nesse sentido, as relações de concubinato podem ser interpretadas como uma das estratégias utilizadas por mulheres negras para garantir proteção, estabilidade e oportunidades para suas famílias. Ao analisar casos como o de Teresa Mina entre os anos de 1768 e 1784, em Mariana, e o de Chica da Silva, no Arraial do Tejuco, a partir de seu testamento de 1770, percebe-se que essas relações, embora marcadas por desigualdades e limitações impostas pela

sociedade escravista, frequentemente possibilitavam melhores condições de vida para suas famílias. Em ambos os casos, destaca-se o fato de que seus filhos nasceram ou se tornaram livres, evidenciando como essas mulheres buscavam garantir maior proteção e oportunidades para seus descendentes dentro das possibilidades existentes naquele contexto.

Além disso, o testamento de Chica da Silva, presente no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), revela aspectos importantes de sua posição social e econômica. O documento demonstra que ela não era apenas dependente de João Fernandes, mas possuía certa autonomia, evidenciada pelo fato de a casa em que vivia ser de sua propriedade, registrada oficialmente em 1774 (FURTADO, 2003). Tal informação indica que, mesmo sendo uma ex-escravizada, conseguiu acumular bens e exercer algum controle sobre sua própria vida. Assim como ela, muitas mulheres negras livres ou forras chefiavam suas casas no Tejuco. O censo de 15 de fevereiro de 1775, com a relação de todos os habitantes da Demarcação Diamantina, antiga Arraial do Tejuco, no estado de Minas Gerais, mostra isso: de 510 residências, 236 eram lideradas por mulheres, e cerca de 80% delas eram mulheres de cor. O fato de chefiar a família evidencia o domínio dessas mulheres no processo de educação e formação dos filhos, já que são elas que transmitem valores, garantem o cuidado cotidiano e estruturam a vida familiar. Esse aspecto contribui para compreender as possibilidades de atuação de algumas mulheres negras no período colonial, evidenciando trajetórias que ultrapassavam a condição de subordinação frequentemente associada a elas.

Retornando ao testamento, trechos revelam a uma mãe preocupada em ser justa na divisão dos bens entre seus filhos, assim como também uma filha que temia a segurança de sua mãe. O primeiro trecho, Chica fala sobre a quantidade de filhos que possui e como espera que tudo seja dividido:

Declaro que nunca fui casada e que tenho quatorze filhos naturais, a saber cinco machos e nove fêmeas que iam por nome Simão, filho do Doutor Manoel Pires Sardinha, João, José, Joaquim, Antônio, Francisca, Rita, Anna, Elena, Luzia, Maria, Quitéria, Marianna, Antônia, todos filhos do Desembargador João Fernandes de Oliveira; nomeio e instituo e é de minha vontade nomear e instituir conforme devo de Justiça por universais herdeiros de todos os meus bens. (Trecho do testamento, de Chica da Silva, 1970, TJMG).

Além desse trecho, merece destaque a menção de Chica da Silva à sua mãe, Maria da Costa, quando manifesta a preocupação de assegurar-lhe amparo e sustento após sua morte, revelando aspectos significativos de suas relações familiares e afetivas:

Declaro que a dita minha Mãe, Maria da Costa, por estar muito pobre, tenho a assistido até o presente, e é minha intenção [a] assistir para o futuro com tudo o que lhe for preciso para o seu sustento e vestuário, e assim, no caso dela sobreviver ao tempo do meu falecimento, é minha vontade que os meus testamenteiros da minha terça lhe deem, por uma vez somente, trezentas oitavas de ouro, cuja quantia não bastando e continuando-lhe Deus a vida por mais anos, recomendo a todos os meus filhos e filhas, pela minha bênção e pela de Jesus Cristo, lhe continuem a mesma assistência, como eu o faria do necessário para a sua sustentação e que, assim mais, que uma escrava, por nome Quitéria, que lhe dei para a servir em sua vida, lhe não seja tirada e não somente depois da sua morte. (Trecho do testamento, de Chica da Silva, 1970, TJMG).

Essa passagem do testamento de Chica da Silva revela uma dimensão muito importante que vai além da maternidade. Em primeiro lugar, evidencia uma forte preocupação com o bem-estar de sua mãe, Maria da Costa, descrita como pobre e dependente de assistência. Ao garantir recursos materiais, como as “trezentas oitavas de ouro”, e ao solicitar que seus filhos dessem continuidade a esse cuidado, Chica demonstra um compromisso ativo com a proteção familiar mesmo após sua morte. Também é possível perceber uma dimensão intergeracional do cuidado. A experiência de filha que ampara a mãe articula-se à de uma mãe que busca proteger os filhos, formando uma rede de apoio que atravessa gerações. Essa dinâmica reforça a ideia de que, mesmo em um contexto marcado pela escravidão e por diversas formas de opressão, essas mulheres construíam estratégias para preservar os vínculos familiares e assegurar a sobrevivência de seus parentes.

O outro documento utilizado, datado de 1768 e 1784, também revela uma relação de concubinato entre um homem, cujo nome não foi identificado, e uma mulher chamada Teresa da nação Mina. Esse autor redige seu testamento, onde declara alforria a Teresa, por essa ser mãe de seus filhos. O interessante desse documento, é a perpetuação da relação de concubinato, além da alforria concedida a ela e possivelmente aos filhos. No contexto de Minas Gerais, especialmente na região aurífera, a alforria feminina apresentava, em determinados casos, maior incidência quando comparada à masculina. Tal dinâmica relaciona-se, entre outros fatores, ao desequilíbrio demográfico marcado pela menor presença de mulheres brancas, o que favoreceu a constituição de relações de concubinato. Logo o concubinato acabou se generalizando e muitos senhores brancos alforriaram suas companheiras escravas (FURTADO, 2003).

Assim como Chica da Silva e Teresa, outras mulheres negras também merecem destaque, ainda que suas trajetórias não estejam necessariamente associadas às relações de concubinato. Entre elas, encontra-se Rita de Sousa Lobo, que, em 1775, solicitou judicialmente a liberdade de suas cinco filhas, argumentando que elas haviam nascido após sua alforria. Para garantir esse

direito, enfrentou testemunhas, contestou versões apresentadas no processo e mobilizou os recursos legais disponíveis à época. Sua trajetória, assim como outras, evidencia que as mulheres negras libertas não eram figuras passivas diante das injustiças do sistema escravista, ao contrário, conheciam os mecanismos jurídicos existentes e os utilizavam para reivindicar direitos, defender sua liberdade e proteger suas famílias.

Considerações Finais

Em muitos desses documentos, torna-se claro o protagonismo masculino. Dos cinco documentos analisados, apenas um foi escrito por uma mulher negra, que foi alfabetizada durante a vida. Os demais, são escritos por terceiros, todos homens brancos e letrados, necessitando assim, de uma atenção maior, e uma sensível interpretação do que está sendo dito e do que de fato pretende transmitir. A partir dessa lógica, Duby (2011), apresenta sua preocupação:

[...] nós historiadores não devemos nos influenciar demais pelo que dizem as fontes escritas. Com efeito, toda a nossa documentação é de proveniência masculina. Nós jamais ouvimos as mulheres antes dos últimos séculos da Idade Média [...]. Acreditando demais no que dizem os homens nós nos arriscamos a nos equivocar, a considerar que a mulher não tinha poderes, estando numa posição de ‘pobreza’ [...]. 32 De fato, quando o véu se ergue, sob o efeito de um acontecimento perturbador [...] ou então porque as fontes revelam bruscamente o que é naturalmente mascarado, nós percebemos o mundo das mulheres fortemente estruturado [...].” (DUBY, 2011, p.112).

Dessa forma, contar a história das mulheres requer não apenas a observação das fontes, mas também uma análise sensível, capaz de reconhecer suas vozes mesmo no silêncio imposto por tantos anos de submissão e privações. Segundo Perrot (2005), é o olhar que constrói a história. Em cada relato histórico, há uma vontade de conhecer o que está por trás dos fatos; no caso das mulheres, essa vontade permaneceu ausente por muito tempo. “Escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades”, não permitindo que essa narrativa se volte para o masculino.

Sob essa ótica, torna-se essencial analisar o feminino sob um olhar interseccional, considerando os efeitos da violência estruturada pela escravidão ao longo de séculos. Nesse sentido, a história das mulheres negras na Colônia de Minas Gerais revela especificidades que não

podem ser ignoradas. Refletir sobre a condição de pretas e mulatas no período colonial significa compreender como a violência se manifestava de formas diferentes, marcada pelo olhar patriarcal e religioso da época, tanto em relação aos homens quanto em comparação ao feminino branco. Com base nisso, Patrícia Hill Collins argumenta:

[...] A aparência não apenas carrega um peso diferencial para homens e mulheres, mas diferentes estereótipos relacionados às mulheres negras se apoiam em crenças sobre sua sexualidade. Essas ideias remontam às noções de identidade nacional, usando raça, gênero, sexualidade e cor como fenômenos interseccionais. (PATRICIA HILL COLLINS, 44, Interseccionalidade).

Assim, as análises sobre os corpos de mulheres no Novo Mundo, devem levar em consideração vários fatores que construíram o imaginário sobre o feminino durante a colônia (DEL PRIORE, 2009). Enquanto a branca era domesticada para se tornar uma boa mãe, sendo atribuída a papéis de submissão, silêncio, maternidade e beleza (DEL PRIORE, 2009), a preta era vista como sexualizada, principalmente na casa grande (VAINFAS, 2009) ou seus ventres como mercadoria de gerar escravizados (VAINFAS, 2010). “A linguagem chula era reservada a negras escravas e forras ou mulatas; para as brancas se direcionavam galanteios e palavras amorosas” (DEL PRIORE, 2013). Essa representação, revela como mulheres negras foram destituídas do direito ao afeto e a condição materna, ainda que mesmo distintas do contemporâneo, poderia atribuir densidade simbólica e social às suas vivências e experiências. Trata-se de um processo que implicou a negação de sentidos relacionados ao corpo, à cultura e às formas de pertencimento entre mulheres negras e seus pares.

De acordo com Perrot (2005), é fundamental reconhecer que a maternidade não deve ser concebida como a única missão atribuída a essas mulheres. Seus corpos, em sua totalidade, não se limitavam à função reprodutiva, e não deveriam ser entendidos como fixos no tempo, separados da história. A partir disso, portanto, é importante observar a maternidade e o afeto negado a essas mulheres negras, como forma de resistência, manifestada silenciosamente por meio da transmissão cultural de saberes, práticas e experiências que se perpetuaram até a contemporaneidade.

Assim, o presente estudo fundamenta-se, em uma perspectiva interseccional que articula gênero, raça e classe na análise das experiências das mulheres negras no período colonial, com foco no protagonismo dessas mulheres em dimensões como maternidade, resistência, afeto e

sobrevivência. Nesse sentido, dialoga-se com a historiografia voltada para o cotidiano, a escravidão e as vivências do feminino negro, examinando as múltiplas formas de subjugação desses corpos. Em *Trópico dos Pecados*, Vainfas (2018) destaca diversos aspectos da vida dessas mulheres, abordando o medo relacionado às práticas religiosas, o trabalho forçado e a violência sexual, atreladas a escravidão, oferecendo elementos centrais para compreender os mecanismos de opressão e, simultaneamente, as estratégias de resistência presentes no cotidiano colonial. Além dele, diversos autores trazem abordagens semelhantes, que podem ser utilizadas e incorporadas com outros elementos, como os testamentos, os requerimentos e o censo de 1775, que permitem compreender as práticas de concubinato, inserção social e luta por sobrevivência diante de um mundo repleto de subjugação e negação de direitos.

O presente trabalho ainda se encontra em construção, uma vez que aspectos relacionados às práticas cotidianas de sociabilidade e resistência, assim como às referências africanas presentes na cultura mineira por mulheres escravizadas e forras, ainda não foram plenamente acessados. Nesse sentido, a pesquisa pretende não apenas analisar as fontes já encontradas, mas também refletir sobre a ausência de documentos que marcaram este percurso investigativo, evidenciando a falta de interesse em registrar as experiências, as vivências e os conhecimentos ancestrais dessas mulheres.

Além disso, a prática das parteiras será incorporada à pesquisa, considerando sua relevância no universo feminino e nas comunidades escravizadas e libertas. No contexto colonial, as parteiras deveriam possuir licença para exercer o ofício e, em geral, eram mulheres mais velhas, muitas vezes negras forras ou pobres (FURTADO, 2003), que detinham conhecimentos próprios sobre o corpo, o parto e os cuidados maternos, saberes construídos fora das instituições formais de ensino e transmissão do conhecimento. Mais do que auxiliar no nascimento, essas mulheres desempenhavam um papel fundamental no cuidado com a mãe e o recém-nascido, orientando práticas de proteção, alimentação e recuperação durante o período pós-parto. Sua atuação era fundamental para a formação e manutenção de redes de apoio femininas, essenciais em um contexto no qual a maternidade das mulheres negras era constantemente atravessada pela violência, pela possibilidade de separação familiar e pela lógica da escravidão.

Referências bibliográficas:

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico do Pecado: Moral, Pecado e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano. *Avesso da Memória*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

MARTINS, Rafaela W. A.; CLARINDO, Adriely de Oliveira; CAMPOS, Mauro Macedo. **Bruxas, curandeiras e benzedoras: existências e resistências**. *Revista Mosaico*, v. 15, n. 23, p. 201-225, 2023.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas : sexualidade e erotismo na história do Brasil*. Editora Planeta do Brasil: São Paulo, 2011.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. EDUSC: São Paulo, 2005.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. 2. ed. São Paulo: Clim Editorial, 2013.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes. O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Nota de registro de testamento. 12 nov. 1770. Belo Horizonte: TJMG. Disponível em: <https://acervominasjustica.tjmg.jus.br/index.php/nota-de-registro-de-testamento>. Acesso em: 4 mai. 2026.

NEGREIROS, Carlos Eugênio da Silva; CHAGAS JR., Wilson Arnhold; RUPPENTHAL NETO, Willibaldo. De um episódio da História Pátria à disputa de redes comerciais: ensaio sobre as análises historiográficas da Revolta de Vila Rica. *CAHistória: Revista Discente de História*, 2013, v. IV, n. 4, p. 8.

Fontes:

Arquivo Público de Minas Gerais- Belo Horizonte (APM)
BR MGAPM SC-1-2-Cx.07-Doc.26 , BR MGAPM SC-1-2-Cx.08-Doc.14 , BR MGAPM CMOP-1-2-88-Doc.094

Tribunal de Justiça de Minas Gerais- Belo Horizonte (TJMG)
BR MGTJMG TJMG-ADM-Registro Administrativos Extrajudiciais-Registros
Cartorários-NRT-Nota de Registro de Testamento

Arquivo Histórico Ultramarino- Lisboa (AHU)
Manuscritos Avulsos de Minas Gerais
AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 9

“Não houve mulher mais ditosa do que eu”: Mãe Suzana e a experiência feminina no tráfico transatlântico em *Úrsula* (1859)¹

Mahyra Emmilly Sá

Mestranda em Estudos Literários

Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG)

Mahyra.sar@gmail.com

Resumo: Durante 350 anos, o tráfico transatlântico de escravizados foi legalizado e se tornou uma das atividades econômicas mais lucrativas do Brasil Colônia e Império, fortalecendo-se no Maranhão a partir da substituição da mão-de-obra indígena pela africana (Chambouleyron, 2009). Assim, analiso como a literatura representa os impactos do tráfico transatlântico na vida das mulheres por meio da personagem Mãe Suzana, do romance *Úrsula* (1859), da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis. Com auxílio da crítica literária e da história cultural, investiga-se como a personagem apresenta singularidades em comparação com outros escravizados do romance. Utilizando a literatura como fonte histórica (Pitas, 2022), compreende-se como eram os sentimentos dessas mulheres retiradas de suas vidas para o trabalho compulsório. Portanto, por meio de *Úrsula*, primeiro romance publicado por uma mulher no Brasil e por uma mulher negra na América Latina (Evaristo, 2009), evidencia-se como Maria Firmina dos Reis constrói uma nova visão da África e da experiência feminina negra para além dos estigmas coloniais (Santos, 2002).

Palavras-chave: Diáspora africana; História e literatura; Maria Firmina dos Reis.

Introdução

Terra de inúmeros escritores notáveis e uma história cujo período imperial se mostra extremamente importante para pensar a diversidade cultural do local, o estado do Maranhão enquanto província nos mostra traços de o quão importante a luta anti escravocrata se coloca no seu desenvolver no século XIX, seja por meio da imprensa, os clubes, associações, irmandades ou escritores de todos os tipos que iam de acordo com o abolicionismo², pensar essa corrente nessa localidade é pensar a importância de Maria Firmina dos Reis a nível nacional e da arte para esse movimento político.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Trabalho o abolicionismo como um movimento que defendia o fim imediato da escravização negra, colocando-o em contraste com os discursos emancipacionistas predominantes na época, que sustentavam a ideia de uma abolição lenta e gradual do trabalho compulsório. Dando destaque não apenas a diferentes projetos de sociedade, mas também revelando as disputas políticas e econômicas em torno da manutenção do sistema escravista. Enquanto os emancipacionistas buscavam preservar, ainda que temporariamente, os interesses das elites agrárias, os abolicionistas se alinhavam a uma perspectiva mais radical de transformação social, que reconhecia a urgência da liberdade e denunciava a violência estrutural da escravidão. (Barros, 2008)

Nascida em outubro de 1825, ao longo de seus noventa e cinco anos de vida dedicou-se à produção de poemas, prosas e também ao ofício de educadora. Personalidade notável quando se pensa a literatura brasileira do século XIX, a autora foi reintroduzida à sociedade brasileira na década de 1970, quando José Nascimento Morais Filho conduziu uma pesquisa nos arquivos da cidade natal de Firmina, São Luís no Maranhão, e publicou o livro *Maria Firmina dos Reis: Fragmentos de uma Vida*. Na mesma época, Horácio de Almeida tornou público um exemplar raro da segunda edição de *Úrsula*, ainda publicado sob o pseudônimo “Uma Maranhense”. Desde então, inúmeras pesquisas vêm sendo conduzidas sobre a vida e a obra da autora, sobretudo após o centenário da abolição, em 1988, impulsionando o interesse na leitura e análise de seus contos, poemas e, principalmente, por *Úrsula*, seu romance abolicionista que a consolidou como uma das figuras mais relevantes do Romantismo brasileiro (Gomes, 2022).

Na obra de Maria Firmina dos Reis encontramos um exemplo do que Hebe Mattos (2009) ressalta ao falar sobre a atuação de intelectuais negros no século XIX, especialmente aqueles que se posicionavam constantemente contra o regime de trabalho compulsório. Essas pessoas representavam para a autora uma das dádivas mais democráticas em um Brasil historicamente excludente, denunciando as injustiças da escravidão e dando voz a grupos silenciados. Entretanto, quando o objetivo final dessas lutas foi alcançado — como, no caso da abolição, a conquista do fim da escravização —, os protagonistas dessas resistências foram esquecidos ou marginalizados, permanecendo invisíveis por longos períodos. Somente no século seguinte é que eles começaram a ser redescobertos e valorizados por diferentes públicos, seja através da reavaliação acadêmica, da literatura ou de movimentos culturais que buscavam resgatar essas histórias silenciadas.

Autoras negras como Maria Firmina dos Reis produzem uma literatura marcada pela consciência racial e por um olhar crítico sobre a ordem social de seu tempo não deixado que seus personagens negros tenham histórias marcadas pelo sofrimento e pelo cativeiro mas também pelo amor e relações fraternais e parentais. O trabalho de Eduardo França Paiva (2009), ao propor uma história cultural da escravidão a partir da análise de imagens e documentos, contribui para pensar a escravidão como fenômeno também cultural, vivenciado e representado de múltiplas formas, não só nos arquivos administrativos, mas também nas artes, na literatura e nas oralidades.

Assim, por meio do olhar dessa corrente historiográfica e da noção de que no trabalho da autora temos de original a consciência na narrativa desses personagens escravizados tecendo novas histórias sobre suas opressões antes não vistas (Machado, 2022), dou destaque para a personagem Mãe Suzana uma mulher africana que utiliza das suas memórias do passado antes do cativeiro como a principal forma de resistir às dificuldade da vida enquanto pessoa escravizada.

A literatura afro-brasileira enquanto representação

Descritas como uma relação de “aproximações e distanciamentos, que se entendem como formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real” (Pesavento, 2003, p. 66), a história e a literatura constituem dois campos do saber que passaram a dialogar de maneira mais intensa ao longo do século XX. O processo de ampliação das fontes históricas — especialmente com a valorização das fontes não tradicionais, como imagens, testemunhos orais e textos literários — permitiu o surgimento de novas abordagens historiográficas que reconhecem o valor das narrativas subjetivas e simbólicas na construção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, o desenvolvimento da história cultural abriu caminhos para uma conexão mais profunda entre a história e outros campos do saber, em especial a literatura, possibilitando aos historiadores refletir não apenas sobre o conteúdo dos textos literários, mas também sobre o próprio processo de produção, circulação e recepção dos livros como objetos históricos. Essa ampliação de horizontes teóricos e metodológicos permite pensar a literatura como um espaço de memória, conflito e resistência, especialmente quando se trata de narrativas produzidas por sujeitos historicamente marginalizados.

Destaca-se como marco teórico fundamental o conceito de “representação”, tal como elaborado pelo historiador francês Roger Chartier — uma noção extremamente relevante para trabalhar a literatura dentro do campo historiográfico³. Em sua vasta obra, Chartier desloca a ideia tradicional de “mentalidade”, entendida como um sistema coletivo de crenças relativamente estáveis, para uma compreensão mais dinâmica das formas pelas quais sujeitos e grupos sociais constroem sentidos e significados. Para Chartier (2002), o conceito de representação não se limita

³ Coloco aqui o foco na representação como conceito principal, porém destaco que esse não é o único conceito na História para se trabalhar a literatura. A “apresentação” vem do trabalho de Maurice Blanchot (2011), que propõe uma análise da literatura como um acontecimento e não como um resultado direto de processos históricos ou da vida do autor. Para mais consultar: BLANCHOT, Maurice. O espaço literário. Tradução Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

a um mero reflexo da realidade social, mas se constitui como prática ativa de construção simbólica. Ou seja, representar não é apenas espelhar algo que já existe, mas produzir formas específicas de ver, perceber e significar o mundo. A representação, portanto, articula-se diretamente com a materialidade da cultura, das instituições e do meio social em que está inserida, sendo fundamental para compreender os modos como os sujeitos são posicionados, e se posicionam, no interior das estruturas sociais e das relações de poder. Dessa forma, segundo o autor,

[...]Propomos que se tome o conceito de representação num sentido mais particular e historicamente mais determinado. [...]A representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. (CHARTIER, 2002, p.20).

Nesse sentido, a representação é sempre uma prática carregada de conflitos e disputas, revelando-se tanto nos hábitos cotidianos quanto nos discursos legitimadores das hierarquias sociais. Ela diz respeito à forma como determinadas ideias e identidades são compartilhadas no espaço público, o que a torna um instrumento teórico potente para analisar a literatura enquanto prática cultural. Assim, pensar a escrita a partir da noção de representação permite ao historiador ultrapassar leituras puramente estéticas ou formais, voltando-se para os processos sociais, políticos e simbólicos envolvidos na produção, circulação e recepção das obras.

É possível compreender a literatura, especialmente a afro-brasileira, como um campo privilegiado onde se travam disputas de representação. Ao analisar textos produzidos por pessoas negras, se abre a possibilidade de explorar documentos que não pertencem ao arquivo oficial da História, mas que emergem da ficção como forma legítima de narrar o mundo, vivências e sociabilidades historicamente apagadas ou silenciadas. A representação, nesse contexto, não se limita à simples descrição da realidade, ela se torna uma ferramenta para reconstruir identidades. Essa abordagem nos convida a refletir sobre uma produção literária que se afasta da noção de “arte universal” (Evaristo, 2009) — remetendo muitas vezes a um cânone branco, eurocêntrico e masculino — e se aproxima de experiências situadas, marcadas por desigualdades raciais, sociais, econômicas e de gênero. A literatura de autoria negra, nesse sentido, assume um papel fundamental não apenas como denúncia, mas como afirmação de reexistência, deslocando os limites da tradição escrita oficial (Pitas, 2022).

Suzana e a vida de mulheres africanas

Publicado seis anos após o fim do tráfico transatlântico, *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, constrói uma história trágica de amor entrelaçada com elementos de sua realidade, apresentando de forma integral a vida dos escravizados, uma vida que vai além da simples submissão imposta pelo cativo. No romance Firmina se dedica a retratar a experiência dos escravizados, incluindo suas vivências anteriores à escravização forçada.

Mãe Suzana tem um papel fundamental nesse relato que é apresentar uma África que ultrapassa os estigmas de pecado e imoralidade (Santos, 2002), abrindo espaço, na literatura brasileira, para um território de afetos. Suzana se coloca como uma personagem importante não apenas para mostrar a Túlio o valor da liberdade, mas também para evidenciar a conexão entre eles — conexão essa que remete à relação dela com a filha deixada no continente africano após ser traficada para o Brasil. O relato de sua travessia no tráfico transatlântico transporta para a ficção o vivido por muitos, capturando nas palavras de Firmina a sensibilidade real da dor e da crueldade enfrentadas durante esse processo violento. Aqui destaco esse fragmento da fala de Suzana:

“Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: — uma filha, que era a minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! [...] A sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava — pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar! [...] Para caber a mercadoria humana no porão, fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!” (Reis, 2018 [1859], p. 121 - 122)

A lembrança do continente africano se inscreve como lugar de origem, de identidade e de ruptura brutal causada pelo tráfico transatlântico, compondo uma narrativa de deslocamento que humaniza a experiência escravizada. Suzana, em especial, é mais do que uma personagem: ela é uma ancestral viva. Sua fala sobre a filha deixada para trás, sobre a vida como esposa e mãe antes da escravização, é um gesto de resistência à desumanização. Ao lembrar quem foi, ela se recusa a ser reduzida à condição imposta pelo cativo. Já os outros personagens (Antero e Túlio), ao falarem sobre suas dores e esperanças, encarnam a resistência cotidiana, afirmando que,

mesmo dentro da estrutura violenta da escravidão, existiam vínculos, memórias e desejos que a opressão não conseguiu apagar.

Como dizia a chamada do livro no jornal *A Imprensa*: “Os personagens da sua obra não os foi buscar num fato original; a existência desses entes criou-a ela, no correr da mente.”⁴ A vida da autora estava profundamente conectada à realidade dos escravizados, especialmente ao considerar a grande presença dessas pessoas na vila de Guimarães durante o tempo em que ela produziu o livro em questão. Além disso, Firmina mantinha uma relação muito próxima com sua avó, uma mulher africana — assim como Suzana — cuja morte foi extremamente lamentada pela autora. Apesar dessa perda ter ocorrido após a publicação de *Úrsula*, o paralelo entre sua avó e a personagem Suzana é marcante, deixando evidente como o cotidiano da autora serviu de inspiração direta para a construção de suas personagens e temáticas. (Gomes, 2022)

Dessa maneira, Maria Firmina dos Reis sempre esteve em contato próximo com a vida dos escravizados, principalmente os que desembarcavam no porto do Calhau e eram realocados para a cidade de Guimarães, onde ela vivia (Gomes, 2022). A dinâmica da sociedade imperial maranhense do século XIX é capturada em *Úrsula* (1859), tornando o livro um retrato das maneiras em que as pessoas escravizadas interagiam com o sistema escravista, não os isolando e tornando-os personagens com total influência no desenvolvimento da narrativa. Com isso, nota-se a diferença entre Suzana e outros personagens, como Túlio ou Antero, que também eram escravizados, mas, como homens já nascidos na condição de escravizados ou, mesmo sendo originários da África, não possuem vivências iguais às de Suzana, cujo retrato captura sua vida como filha, mãe, esposa e sua transição de mulher livre para o cativo.

Essa maneira de apresentar uma personagem fruto da diáspora africana que traz esses detalhes da sua vida antes, do cativo tão presente diferencia fortemente Suzana da forma que outros personagens que tiveram uma trajetória parecida ou igual a dela representados na literatura do século XIX. Tal fato é extremamente motivado pelas vivências de Firmina que apesar de nascer livre conviveu grande parte da sua vida com a escravização e o tráfico transatlântico, seja ele legal ou não. Assim a dimensão que a personagem possui está diretamente ligada às suas memórias que ela mantém sempre vividas. Durante uma conversa com Túlio, Suzana deixa claro a importância dessas recordações para ela:

⁴ A Imprensa, Ano I, nº 40, 17.19.1857, p.3. FBN. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=035156&pagfis=143>.

— Ah! Pelo céu! — exclamou o jovem negro enternecido. — Sim, pelo céu, para que essas recordações?!

— Não matam, meu filho. Se matassem, há muito que morreria, pois vivem comigo todas as horas. (Reis, 2018 [1859], p. 102)

A memória na construção da personagem funciona principalmente como uma forma de preservar sua humanidade. A frase dita antes de iniciar o relato de como era sua vida antes da condição do cativo demonstra como Suzana se diferencia de outros personagens que utilizam estratégias distintas para lidar com o cotidiano da escravização. Antero, por exemplo, recorre à bebida para anestesiar as dificuldades que vive, mas, para Suzana, lembrar da vida que possuía antes do cativo e o carinho materno que nutre por Túlio bastam como um lembrete de que suas vivências não se resumem apenas ao sofrimento. Dessa forma, a memória se torna um instrumento de resistência, permitindo que ela mantenha vivas suas origens, seus afetos e sua identidade mesmo diante das tentativas de desumanização impostas pela escravidão. Como afirma Guarinello (1994), a memória, sobretudo a coletiva, constitui um campo de constantes disputas. No caso de Suzana, recordar sua família, sua terra natal e sua condição de mulher livre antes do tráfico transatlântico representa uma recusa em permitir que o cativo apague quem ela foi. Assim, suas lembranças não funcionam apenas como recordações do passado, mas como uma forma de afirmar sua existência para além da condição de escravizada, preservando uma história que a violência da diáspora tentou interromper, mas não conseguiu apagar.

Conclusão

A trajetória de Mãe Suzana em *Úrsula* permite compreender como Maria Firmina dos Reis elaborou uma das representações mais complexas e humanizadas da população africana e afrodescendente na literatura brasileira oitocentista. Diferentemente de grande parte das narrativas produzidas no século XIX, que frequentemente reduziam pessoas negras à condição de figuras secundárias ou estereotipadas, Firmina constrói uma personagem dotada de memória, afetos, desejos e experiências próprias. Ao narrar sua vida antes da escravização, Suzana rompe com a lógica colonial que procurava definir os africanos exclusivamente a partir do cativo, revelando uma existência marcada por pertencimento comunitário e sua prévia liberdade. Dessa forma, a autora não apenas denuncia a violência do tráfico transatlântico, mas também restitui à personagem uma história que antecede a escravidão e que continua existindo mesmo após a ruptura provocada pelo sequestro e pela diáspora.

A análise da personagem destaca ainda como a memória assume um papel central na construção de sua identidade. Ao contrário de outros personagens do romance que buscam lidar com a violência do cativeiro por meio de diferentes estratégias de sobrevivência, Suzana encontra em suas recordações uma forma de resistência. Lembrar-se da filha, do esposo, da mãe, da pátria e da liberdade não representa apenas um retorno nostálgico ao passado, mas um ato de preservação de si mesma diante de um sistema que tinha como objetivo apagar todas as suas subjetividades. As memórias funcionam como um espaço de continuidade entre a vida anterior à escravização e a realidade vivida no Brasil, reafirmando constantemente a individualidade dela.

Por meio dessa construção narrativa, Maria Firmina dos Reis apresenta uma visão da África profundamente distinta daquela difundida pelos discursos coloniais. A África de Suzana não é o espaço da barbárie ou da ausência de civilização, mas um território de pertencimento. Ao fazer isso, a autora antecipa discussões que somente décadas mais tarde seriam amplamente desenvolvidas por intelectuais negros e pelos estudos pós-coloniais, questionando representações racistas e propondo novas formas de compreender as experiências da diáspora africana. A fala de Suzana, ao recuperar suas lembranças e denunciar a brutalidade do tráfico, transforma-se em um testemunho literário capaz de confrontar narrativas que historicamente desumanizaram pessoas negras e o continente africano.

A aproximação entre história e literatura mostrou-se fundamental para esta análise. Conforme apontam os estudos da história cultural, a literatura não deve ser entendida apenas como reflexo de uma realidade social, mas também como espaço de produção de representações e significados. Nesse sentido, *Úrsula* constitui uma fonte privilegiada para compreender sensibilidades, experiências e percepções sobre a escravidão que muitas vezes não aparecem nos documentos oficiais. A obra permite acessar dimensões subjetivas da experiência escravizada, revelando dores, afetos, medos e esperanças que ajudam a ampliar a compreensão histórica sobre o período (Grecco, 2015).

Por fim, conclui-se que Mãe Suzana ocupa um lugar singular não apenas dentro da narrativa de *Úrsula*, mas também na tradição literária brasileira. Sua trajetória evidencia os impactos específicos que o tráfico transatlântico produziu sobre as mulheres africanas, especialmente aquelas que foram separadas de seus filhos, companheiros e comunidades de origem. Ao mesmo tempo, sua história demonstra que a experiência da escravização não eliminou suas capacidades de lembrar, amar, resistir e narrar. Assim, a personagem criada por Maria

Firmina dos Reis transforma-se em símbolo da resistência feminina negra e da preservação da memória africana na diáspora. Mais de um século e meio após a publicação do romance, sua voz continua relevante por permitir que experiências historicamente silenciadas sejam conhecidas, valorizadas e incorporadas às reflexões contemporâneas sobre escravidão, racismo, gênero e memória (Duarte, 2004). Dessa forma, em *Úrsula* ela reafirma sua importância não apenas como marco da literatura brasileira e afro-brasileira, mas também como obra fundamental para a compreensão das múltiplas dimensões humanas da experiência escravizada no Brasil oitocentista.

Referências bibliográficas:

- A IMPRENSA. São Luís, MA: Typ. do Progresso, 1857-1862. 2 vezes por semana (quarta e sábado). Publica atos oficiais. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/035156/1>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BARROS, José D'Assunção. Emancipacionismo e abolicionismo: tensões de um debate no Brasil escravista. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 25, p. 199-231, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/695>. Acesso em: 17 mar. 2024.
- BLANCHOT, Maurice. O espaço literário. Tradução de Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 79–114, dez. 2006.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difusão Editora, 2002.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula. A escrava*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.
- FRANÇA PAIVA, Eduardo. Por uma história cultural da escravidão, da presença africana e das mestiçagens. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 6, n. 3, p. 1–24, 2009. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/195>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- GOMES, Agenor. Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil. São Luís: Editora da Associação Maranhense de Letras, 2022.
- GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 6, n. 11, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10546>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 28, p. 180-93, 1994.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis, século XIX, Maranhão, Brasil. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 118-135, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10101293>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, v. III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PITAS, Janaina Rodrigues. A literatura afro-brasileira de autoria feminina como fonte histórica. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 13, n. 2, p. 13-34, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/19922>. Acesso em: 2 mar. 2024.

Autonomia em disputa: o testamento de Maria Correa nas Minas Setecentistas

Athos Morais Rocha

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
athosmoraisrc@gmail.com

Gabrielle Soares de Freitas

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
gabriellesoaresdefreitas64@gmail.com

Resumo: Esse artigo busca trazer um relato de experiência referente a uma sequência de atividades denominada “O Baú da Maria Correa” aplicada para alunos do segundo ano do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Essa experiência didática integra o projeto Heranças Insurgentes, pertencente à mesma instituição, coordenado pelas professoras Isis Castro e Maria Eliza Campos, com a participação de bolsistas do PIBID/UFMG e da FAPEMIG. Essa iniciativa tem como objetivo transformar fontes cartoriais em ferramentas para o Ensino de História da escravidão, visando promover uma educação antirracista, plural e que coloque esses sujeitos subalternizados no centro da narrativa. Nesse sentido, esse texto está dividido em dois momentos centrais: o primeiro de reflexão sobre o Ensino de História africana e afro-brasileira nas escolas e, o segundo, de apresentação da fonte utilizada e da sequência didática em si. Esperamos que assim, possamos trazer alguma contribuição para outros professores, mostrando outras possibilidades de fontes e atividades que podem ser utilizadas em sala de aula.

Palavras-chave: Biografias; Ensino de História; Educação Antirracista.

Introdução

Durante 350 anos, milhões de africanos foram retirados forçadamente de suas comunidades de origem e obrigados a migrar para o outro lado do Atlântico. Quando chegavam em seu “novo lar” seus nomes eram trocados e sua antiga história era apagada dos registros. Tendo em vista esse contexto, Hartman (2020) revela a agonia de ir a um arquivo e encontrar um silenciamento dessas pessoas, visto que a maior parte dos documentos que temos acesso foram produzidos pelos colonizadores; assim, nunca saberemos dos sentimentos, da trajetória e da história dessas pessoas. No silêncio ensurdecido do arquivo, Hartman começa a tentar criar um final para a vida de duas garotas — tarefa que se mostra ingrata, porque nunca saberemos a

trajetória da menina que Hartman dá o nome de “Vênus”. Em seu outro trabalho, intitulado *Perder a Mãe* (HARTMAN, 2022), a autora estadunidense vai a Gana na tentativa de procurar seus antepassados e se depara novamente com o silêncio. Mais que isso, Hartman se depara com o não pertencer: não se sente em casa nos Estados Unidos, por ser uma mulher negra, mas também não encontra o que procura na terra mãe. Não saber suas origens afeta profundamente a sua relação consigo mesma.

Esses dois textos nos ajudam a entender a dificuldade e agonia de se lidar com o tema da escravidão: o tema toca em muitas feridas, ainda abertas e expostas. Ademais, é um momento em que, quando a busca por essas raízes se torna mais necessária, as lacunas nos registros se tornam mais evidentes. Ou seja, é uma dupla violência: primeiro, quando foram forçados a deixar seus lugares de origem para serem escravizados e, em segundo, quando seu nome, sua história é apagada, restando o vazio. Ainda assim, mesmo que nunca seja possível recuperar a trajetória de todos esses seres humanos, é preciso que nós, enquanto historiadores e professores, estejamos sempre dispostos a recuperar pelo menos uma pequena parte da história de alguém, mesmo que muitas vezes as fontes tragam tão pouco sobre esses sujeitos. Enquanto professores da educação básica é necessário não reproduzirmos os estereótipos que pairam sob o senso comum e estarmos sempre na tentativa de promover uma educação crítica e antirracista, evitando reafirmar as narrativas históricas que não colocam esses sujeitos como agentes de sua própria história.

Foi pensando nessas questões que as professoras do *Centro de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Campus Nova Suíça)*, Maria Eliza Campos e Isis Castro, criaram o projeto de ensino “Heranças Insurgentes”, que tem como objetivo utilizar fontes cartoriais de mulheres negras no Ensino de História, buscando promover uma educação plural, antirracista e que mostre aos alunos uma sociedade colonial muito mais complexa. A iniciativa contou também com a participação dos bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) da *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*, a saber: Athos Moraes, Daniela Ferreira, Gabrielle Soares, Júlia Vieira, Luana Aguiar, Luísa Rienda, Luiz Fernando Pereira e Maria Clara Cruz. Além de uma bolsista da FAPEMIG, a estudante da graduação de Letras do CEFET-MG, Fernanda Monteiro.

Esse artigo pretende trazer um relato de experiência da formulação da sequência didática pertencente ao projeto e sua aplicação nas turmas de segundo ano da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) do *CEFET-MG*. Esperamos, com esse texto, contribuir com outros professores pelo Brasil e com o debate sobre o Ensino de História Afro-brasileira no país.

O uso de biografias no Ensino de História

Quando olhamos os números da história da escravidão no Brasil através de gráficos e tabelas, eles são muito impactantes: são quase quatro séculos de escravidão, quatro milhões de homens, mulheres e crianças que chegaram com vida ao país, cerca de um terço de todo o comércio de pessoas pelo atlântico, sendo o país que com maior presença no tráfico transatlântico (IBGE, [s.d.]). Todavia, muitas vezes eles não são suficientes para envolver os estudantes em sala de aula, já que números não têm voz, rosto ou vida. Por isso, o uso de trajetórias individuais pode ser uma ferramenta importante de sensibilização, permitindo que os discentes se aproximem de experiências concretas do passado. A biografia, nesse contexto, permite expandir o modo de pensar historicamente e reconhecer a agência individual de sujeitos esquecidos ou silenciados (OLIVEIRA, 2022), constituindo-se como um instrumento importante para um Ensino de História mais sensível e engajado.

A historiografia da escravidão no Brasil passou por vários momentos que influenciaram diretamente o Ensino de História no país. Ainda durante o Império, a escravidão era um tema marginal nos livros didáticos oitocentistas, sempre tratada de maneira genérica, pois ela era um empecilho para o Brasil se apresentar como um país civilizado. Ainda nesse momento, é importante lembrar do texto inaugural do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)* que desconsidera totalmente a contribuição dos africanos para o Brasil, tratando-os sempre como símbolos do atraso e da decadência da “raça” brasileira (VON MARTIUS, 1845). Na década de 30, Freyre rompe com essa tradição ressaltando a importância dos africanos para a formação do Brasil, mas relativiza a violência exercida pela escravidão, encarando o Brasil como um país harmonioso e que tinha muito a ensinar a outras nações sobre a convivência de raças. A escola Paulista de Sociologia, na década de 60, por outro lado, defendia que a escravidão exerceu uma violência tão severa sobre homens e mulheres negras que chegou a proporcionar uma alienação desses sujeitos. Essas perspectivas começam a mudar somente a partir da década de 80, com autores como Chalhoub, que começam a valorizar cada vez mais o papel ativo dessas pessoas, que mesmo diante dos horrores da escravidão não deixaram de ser sujeitos de sua própria história (PALERMO, 2017).

O debate acima é importante porque essas correntes ainda sobrevivem paralelamente, sobretudo quando observamos o conteúdo que nossos alunos assistem na internet ou na televisão, que muitas vezes é o principal meio de contato entre os estudantes e discussões a

respeito de debates historiográficos. No Ensino de História, estereótipos, supervalorização da violência colonial e relativização do racismo à brasileira ainda estão presentes. Além disso, embora exista a lei 10.639/2003, que obrigada o Ensino de História Africana e Afro-brasileira nas escolas, esse conteúdo ainda é tratado de maneira apartada do restante ou apenas em datas comemorativas como o “Dia da Consciência Negra”, esquecendo-se que o Brasil foi formado e sustentado por mãos negras que trabalharam e lutaram por sua dignidade incessantemente (ALBERTI, 2013). Assim, acreditamos ser importante o uso das biografias em sala de aula, entendendo-as como parte da história nacional e não como um mero apêndice.

Os professores do departamento de História do *Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)* preocupados com essa questão, reformularam o currículo da instituição entre os anos de 2020–2022, baseado em três conceitos fundamentais: gênero, raça e trabalho. Diante dessa nova normatização, vários projetos de ensino foram criados em conjunto visando uma história de pessoas negras integrada à história do país. Dentre esses, vale a pena destacar o projeto pioneiro “Baquaqua — Protagonista da Liberdade”, que utilizou a única autobiografia existente de um escravizado que passou pelo Brasil como uma fonte importante para Ensino de História. Entretanto, como já foi dito, essa é a única fonte desse tipo da qual temos acesso, o que volta ao indagamento de Hartman (2020) ao se deparar com a história de Vênus: o que fazer diante do silenciamento?

A solução foi buscar fontes alternativas, mas que também possuísem caráter autobiográfico. Com isso, surgiu o projeto “Heranças Insurgentes”, no qual entendeu-se testamentos também como uma forma de escrita de si, algo que será detalhado com mais cuidado no próximo tópico. Portanto, esse projeto é a tentativa de reconstruir a história de mulheres negras invisibilizadas através de seus rastros e construir sequências didáticas que mostrem aos alunos uma outra visão da história.

Testamentos e inventários como autobiografias

Maria Correa, preta forra, viveu no Largo de Santa Ana, no Arraial de José Corrêa, termo de Sabará, por volta de fins do século XVIII, em um “rancho velho coberto de telhas”. Em 1789, se viu obrigada a fazer um inventário e um testamento em virtude de uma denúncia apresentada ao juizado de órfãos por José Gonçalo Corrêa de Miranda, afirmando que ela era demente. Pelo documento, não é possível saber com exatidão que tipo de relação existia entre os dois, mas é

provável que tenham tido algum tipo de relacionamento amoroso, visto que Maria Correa afirma fortemente em seu testamento que “nunca foi, nem é casada”. Na época, esse tipo processo, era uma ameaça direta à autonomia jurídica e econômica da denunciada (SOUZA, 2017). A queixa foi aceita e iniciou-se um processo de curatela e inventário para declará-la incapaz, nomeando Gonçalo para administrar seus bens. Seus pertences somavam uma quantia de 213\$792 mil réis, sendo eles: roupas de uso cotidiano, panos de seda, brincos, peças de ouro e cobre, três escravizados idosos e ferramentas de trabalho.

Maria Correa, no entanto, lutou habilmente na justiça para reaver seus bens e se provar capaz, conseguindo anular o inventário. Além disso, assegurou, por meio de seu testamento, que sua voz e sua vontade fossem ouvidas, deixando todos os seus bens para a capela de Santa Anna e concedendo a liberdade aos seus escravizados. Tendo em vista a luta de Maria Correa, os documentos citados se tornam importantes instrumentos autobiográficos, já que seu testamento é uma maneira de autorrepresentação, ajudando a ocupar um pouco do espaço vazio causado pelo silêncio deixado pela falta de biografias de mulheres negras no Brasil. Todavia, é preciso ter cuidado e encarar esses textos de forma crítica, visto que são instrumentos legais com a interferência do escrivão.

A história dessa mulher também é potente para entender os limites da liberdade no Brasil Colonial. Embora, provavelmente, tenha comprado sua própria alforria, Maria Correa teve que lutar ativamente para garantir seus bens e sua liberdade, estando em constante ameaça. Portanto, ser livre não basta, pois nessa época a liberdade estava ligada à cor da pele. Ainda, ela permite o trabalho em sala de aula com uma sociedade mais plural e multifacetada, em que a dualidade senhor/escravo não se justifica. Além disso, sua história fornece a oportunidade as/os estudantes a se confortarem com seus próprios preconceitos, entendendo que as pessoas negras daquela época, não se resumiam apenas a escravidão.

Portanto, o Projeto Heranças Insurgentes, propõe através deste e de outros casos, uma prática pedagógica fundamentada nas biografias, na análise crítica de fontes e na revalorização de sujeitos historicamente silenciados; pretendendo-se distanciar das narrativas do senso comum e dos estereótipos sobre a vida de pessoas negras escravizadas, busca promover uma história antirracista e plural.

Construção e aplicação da sequência didática

A partir das fontes e dos debates apresentados anteriormente, foi elaborada uma sequência didática em diálogo com os três alicerces do currículo de história do CEFET-MG (trabalho, raça e gênero) e com as leis 10.639/03 (BRASIL, 2003) e 14.986/24 (BRASIL, 2024) — importantes formas de combate ao racismo e ao machismo na comunidade escolar. Assim, o grupo do projeto Heranças Insurgentes realizou longas discussões sobre como abordar a escravidão em intersecção com as questões de gênero. A pauta buscou definir caminhos que evitassem a reprodução de estereótipos em sala de aula, impedissem que esses conteúdos fossem tratados como um adendo marginal, desvinculado da chamada “história geral”, e também, escapar de narrativas que, ao salientar a agência dessas personagens, acabem por diminuir os impactos da escravidão na formação de nossa sociedade.

Uma das principais preocupações era como tratar um tema sensível como a escravidão num momento que se vive uma disputa em torno desse passado. Nas mídias sociais, sobretudo em canais como *Brasil Paralelo* e *Brasão de Armas*, em livros, como *Guia do Politicamente Incorreto na História do Brasil*, e até mesmo no Legislativo Brasileiro, com debates sobre o fim das cotas raciais, a violência a que as populações negras foram submetidas é constantemente negada, com argumentos como “as próprias pessoas negras possuíam escravizados” ou a suposta “brandura” da escravidão devido à miscigenação e à ascensão social de sujeitos ex-escravizados (OLIVEIRA, 2023). Essa inquietação se justifica ainda mais em virtude da declaração de posse de três pessoas escravizadas — Salvador Courano, Feliciano Mina e Manoel — no inventário de Maria Correa. Dessa forma, o tratamento da questão da escravidão na sociedade atual também foi uma etapa na construção dessas atividades didáticas.

Em busca da participação ativa das turmas do 2º ano da EPTNM na aula, para observar e discutir suas noções sobre a escravidão, o grupo optou por realizar uma dinâmica criativa em vez de uma aula expositiva sobre o tema, objetivando levar as/os estudantes a uma reflexão sobre suas próprias concepções da sociedade brasileira de fins do século XVIII e da primeira metade do século XIX, frequentemente pensada de forma simplificada, com as pessoas negras reduzidas apenas às experiências de escravidão, passividade e pobreza.

Para a aplicação dessa sequência didática, organizada em duas etapas, foram cedidas às/aos bolsistas do projeto duas aulas de 1 hora e 40 minutos, em três turmas, nos dias 1º e 8 de

outubro de 2025. A primeira aula ocupou a função principal de levantar as referências pregressas das/dos estudantes sobre a sociedade colonial, principalmente no que se refere aos seus estamentos, à mobilidade social e às condições de gênero e raça, para então problematizá-las. Para tanto, idealizou-se, para a primeira parte da sequência, uma dinâmica denominada “De quem é o baú?”, que consistiu no uso de uma caixa contendo representações dos bens descritos no inventário da alforriada. Para compor a atividade, foram selecionados 24 itens⁵, cada um acompanhado de uma etiqueta de identificação. A escolha priorizou objetos que instigassem a imaginação dos discentes e auxiliassem na compreensão da vida de Maria Correa na Minas Gerais no século XVIII, tais como: um almocafre (ferramenta relacionada à mineração), um pote com pó de ouro, uma pistola velha, um tacho de cobre velho, uma imaginária de Nossa Senhora da Conceição, e termos de posse sobre pessoas escravizadas.

Imagem 1: O “Baú de Histórias” e alguns objetos.



FONTE: Arquivo pessoal da prof.^a Isis Castro. Foto de outubro de 2025.

Os objetos foram colocados dentro de sacolas que impediam sua identificação prévia, garantindo a distribuição aleatória dos itens. As turmas foram divididas em oito grupos, cada qual responsável pela construção de hipóteses com base em três objetos sorteados. Essa abordagem

⁵ 3 termos de posse de pessoas escravizadas (Manoel, Salvador e Feliciano), 1 termo de posse de um rancho velho, 1 oitava e meia e 6 vinténs de ouro em pó, 1 saia de veludo preta usada, 1 colete de seda, 1 chapéu fino novo, 1 prato de ferro, 1 bacia de aguar as mãos velha, 1 almocafre novo, 1 enxada velha, 1 pano de cobrir usado, 1 cinta de seda, 1 anel de ouro, 2 brincos separados (quebrados), 1 cordão de ouro, 1 imagem de Nossa Senhora da Conceição, 1 pistola grande velha, 2 tachos de cobre velho, 1 balança velha de pesar ouro, 1 frasco de vidro.

metodológica previu que a dinâmica se desenrolaria de maneira distinta e orgânica em cada sala, visto que os grupos, munidos de conjuntos diversos, seriam conduzidos a conclusões singulares.

“Simulando” historiadores em formação, os discentes receberam um roteiro impresso para orientar a análise dos objetos. Essa atividade estruturou-se em três etapas principais: a listagem dos itens em uma tabela descritiva (composta por “Nome conforme a etiqueta”, “Descrição” e “Função/Uso presumido”); a formulação de uma suposição sobre o perfil do proprietário desses bens (gênero, condição social, ocupação, religião, raça/etnia, etc.), justificada por meio de, no mínimo, um dos objetos; e, anotações próprias do debate do grupo sobre um ou mais objetos que parecem deslocados ou incomuns em relação ao restante. Esse momento inicial parte também de uma urgência pedagógica em despertar a participação, a sensibilidade e o interesse para o Ensino de História, e, mais além, instigar a reflexão acerca do ofício do historiador.

Com a finalização do roteiro, os grupos deveriam eleger um representante para expor ao restante da turma a hipótese construída sobre a personagem em questão. Nesse momento, a aula destinou-se à pensar as convergências e divergências entre os resultados gerados pelos grupos.

A partir dessa etapa, mapearam-se alguns padrões. Nos grupos que prevaleceram posses de alto valor (como as pessoas escravizadas, o rancho ou o cordão de ouro), predominaram a leitura de que o proprietário seria um homem branco. Mesmo em grupos que não foram munidos dos termos de posse, a associação à riqueza vinha acompanhada da premissa de que o sujeito seria proprietário de escravizados. Por outro lado, a pobreza, inferida nos grupos que receberam objetos descritos como velhos ou quebrados, foi atribuída a pessoas negras ou mestiças.

Em grupos cujos itens de alto valor coexistiam com objetos associados à feminilidade (como saia, cinta, brincos e tecidos), as interpretações direcionaram-se para figuras como herdeiras, viúvas ou esposas de homens ricos. Notavelmente, um dos grupos recusou-se a combinar essas dimensões, alegando ser impossível afirmar que uma mulher no período colonial detivesse tamanho patrimônio.

Ademais, embora tenha sido distribuído apenas um objeto de caráter estritamente religioso, a expressiva maioria dos discentes supôs tratar-se de um indivíduo católico. Quanto à ocupação, destacaram-se as hipóteses relacionadas à mineração — tendo em vista objetos como o almocafre, a balança de pesar ouro e o ouro em pó — e à agricultura, pelo rancho e a enxada.

Evidencia-se, assim, que a maior parte dos grupos pensou tratar-se de uma pessoa branca, rica, cristã e do gênero masculino. Cumpre destacar que o objetivo da atividade não consistia por uma busca ao erro ou à resposta correta, mas sim em incitar a turma a externalizar suas referências históricas prévias e, então, refletir sobre a uniformidade que geralmente atribuímos ao passado.

Após esse momento, revelou-se que todos os objetos pertenciam a uma única pessoa, cujo inventário pós-morte serviu de base para a construção do baú. Como desdobramento dessa provocação, a identidade da proprietária do baú foi apresentada por meio de uma breve biografia: tratava-se de Maria Correa, uma mulher preta, ex-escravizada, solteira e consideravelmente abastada. O contraste provocou dúvidas e inquietudes imediatas nos discentes, guiando o debate para o cruzamento entre a trajetória de vida e o patrimônio, a partir de questionamentos como: De que maneira ocorreu sua alforria? Por que seu sobrenome coincidia com o do arraial e o de seu denunciante? Por que uma mulher outrora escravizada possuía escravizados? Como se deu seu enriquecimento?

Tais problematizações permitiram estabelecer dados importantes sobre Maria Correa, os quais viabilizaram uma análise ampliada da estrutura social do Brasil setecentista e do próprio fazer historiográfico, extrapolando a experiência individual em direção a uma conjuntura mais geral. O tempo final da aula destinou-se à reflexão sobre a memória da escravidão e os obstáculos metodológicos para acessar a subjetividade e o cotidiano de sujeitos escravizados que, para além das violências física e psicológica, sofreram com o apagamento de suas trajetórias.

Cabe salientar que, em consonância com as perspectivas de Sheila de Castro Faria (2025), os itens inventariados foram abordados como indícios de atividades econômicas recorrentes entre negras alforriadas no período, tais como a mineração e o comércio de quitutes. Exploraram-se, ademais, a dinâmica de compra das cartas de alforria, as questões envolvidas na posse de escravizados por libertos e as distinções entre as estruturas da escravidão no continente africano e no sistema transatlântico.

Um fator essencial na análise desse documento, indispensável na abordagem em sala de aula, refere-se à tentativa de cerceamento da liberdade da testadora. Por meio do testamento, pode-se identificar a luta de Maria Correa para reaver seus bens, confiscados por um homem mediante uma acusação de demência. Em virtude desse aspecto, somado ao fato de a biografada ter comprado sua própria liberdade e de seu inventário conter ferramentas associadas aos seus

ofícios, a segunda aula desta sequência se dedicou a discutir como o Brasil foi forjado por mãos negras e a fragilidade dos libertos em meio a um regime escravista.

Discutiu-se também como a dependência de fontes cartorárias para a compreensão desse período impõe limites ao trabalho historiográfico. Por fim, o primeiro encontro encerrou-se com uma reflexão sobre a política de preservação documental: Quantos outros passados, semelhantes ao de Maria Correa, não foram silenciados pela escassez de registros variados? De que forma as hierarquias sociais da colônia legitimaram a salvaguarda da memória de determinados estamentos, relegando as populações marginalizadas ao esquecimento?

O segundo encontro buscou aprofundar o debate iniciado na sessão anterior, mobilizando a trajetória de Maria Correa para explorar as condições de liberdade, o mundo do trabalho e as formas de resistência no Brasil dos séculos XVIII e XIX. A aula teve início com a apresentação da fonte documental mencionada — a reprodução do testamento de Maria Correa —, com o propósito de demonstrar aos discentes os desafios relacionados à análise de um registro produzido há mais de dois séculos. Realizou-se uma leitura coletiva de trechos selecionados do documento, tanto na sua versão original como na sua versão transcrita. Desse modo, os estudantes compreenderam que tais fontes não chegam ao presente preservadas em um baú, mas sim registradas em suportes deteriorados e sob uma grafia antiga que demanda especialização técnica para sua leitura.

O testamento foi abordado como um instrumento de resistência acionado por Maria Correa em resposta à tentativa de cerceamento de sua autonomia. O processo movido por Gonçalo José Correa, bem como suas consequências materiais permanentes, serviu de fio condutor para demonstrar como o aparato jurídico atuava na fragilização da liberdade dos indivíduos forros. Essa discussão, ao evidenciar a vulnerabilidade com que sujeitos negros libertos eram desacreditados e submetidos à tutela legal, conduziu à abordagem mais ampla da precariedade estrutural da liberdade no Brasil setecentista e oitocentista, temática aprofundada a partir das contribuições teóricas de Sheila de Castro Faria (2025) e Sidney Chalhoub (2010).

Em seguida, abordaram-se os tipos de trabalho exercidos pela população negra, escravizada e livre, ao longo dos períodos colonial e imperial, evidenciado como toda a economia do país girava em torno dessa força de trabalho. Ademais, por meio de excertos do Censo de 1872 e das determinações legais atribuídas à polícia na época, debateu-se a condição social dos sujeitos negros. Para tanto, pontuaram-se as restrições à condição de cidadania previstas na

Constituição de 1824, segundo a qual os africanos necessitavam solicitar a naturalização para serem considerados cidadãos brasileiros. Buscou-se também, desconstruir a perspectiva historiográfica que qualifica a escravidão urbana como mais branda que a rural, utilizando de exemplo a violência com que o aparato policial do período imperial coagia os indivíduos forros, o que se refletia na necessidade constante destes comprovarem sua condição de liberdade.

Entretanto, destacou-se que esse sistema não foi aceito passivamente, manifestando-se tanto em casos de resistência individual cotidiana — a exemplo da trajetória de Maria Correa — quanto na luta coletiva de africanos livres e escravizados e seus descendentes. Neste último caso, foi feita uma análise, em sala, da Greve Negra de Salvador, na Bahia, em 1857. Essa paralisação configurou uma reação ao estabelecimento de códigos de postura elaborados pelo governo baiano para regulamentar os trabalhadores de ganho desde da Revolta dos Malês (REIS, 1993). Os grevistas paralisaram a capital por cerca de dez dias, afetando toda a lógica comercial e social de Salvador. A Revolução dos Ganhadores, como também é conhecida, é um exemplo ímpar da resistência negra frente às tentativas de limitação de sua liberdade, bem como da essencialidade deste trabalho para o funcionamento da sociedade.

A proposta da aula consistia em demonstrar que a alforria, embora juridicamente transformadora, não assegurava uma segurança material e social plena, tampouco a cidadania a esses indivíduos; além disso, ressaltar que a organização e a contestação política da população negra eram realidades mesmo em um sistema extremamente adverso. Enfim, foi apresentado aos discentes as ressonâncias da escravidão em Salvador, por meio da oposição entre Cidade Alta e Cidade Baixa, expressa na canção “Duas Cidades” (2016), da banda BaianaSystem.

Considerações finais

O percurso didático delineado, ancorado na biografia de Maria Correa, demonstrou o potencial das fontes históricas documentais, como o inventário e o testamento, para despertar o senso crítico e a complexidade historiográfica em estudantes do ensino básico. Ao confrontar as pré-concepções iniciais dos discentes com a realidade multifacetada de uma mulher preta, forra e detentora de patrimônio, o projeto não apenas validou a urgência em se debater raça, gênero e trabalho, mas também evidenciou a fragilidade da liberdade e a contínua luta por autonomia no Brasil escravista.

Ademais, a expansão do debate para além da experiência individual de Maria Correa — integrando dados estatísticos do Censo de 1872, as restrições jurídicas da Constituição de 1824 e o cenário de mobilização coletiva da Greve dos Ganhadores de 1857 — municiou as turmas com ferramentas analíticas para desmistificar narrativas revisionistas que tentam relativizar o horror da escravidão. A transição dessa análise conjuntural para o diálogo com as linguagens artísticas contemporâneas buscou demonstrar que as marcas do passado escravista não estão confinadas nos arquivos, mas reverberam diretamente na segregação socioespacial das cidades brasileiras, como evidenciado pela canção da banda BaianaSystem. Dessa forma, o fazer historiográfico foi experienciado em sala de aula no que tange à percepção das permanências históricas no tempo presente.

A experiência reforça, assim, que a história afro-brasileira e de gênero, quando trabalhada de forma lúdica, prática e reflexiva, constitui-se em uma ferramenta indispensável para combater estereótipos e para instigar a compreensão do ofício do historiador, revelando as lacunas e as hierarquias que moldaram o acesso e a preservação do passado. Assim, espera-se que esse relato de experiência inspire novas abordagens no Ensino de História reafirmando a escola como um lugar de disputa de memória e de formação de sujeitos conscientes das lacunas e hierarquias que historicamente moldaram a nossa sociedade.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o Ensino de História e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, Amílcar A.; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que

Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114986.htm. Acesso em: 14 jun. 2026.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, [S. l.], v. 14, n. 19, p. 33–62, 2011. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/315>. Acesso em: 14 jun. 2026.

DUAS CIDADES. Intérprete: BaianaSystem. Compositor: Russo Passapusso e SekoBass. In: Duas Cidades. Intérprete: BaianaSystem. Salvador: Máquina de Louco, 2016. *Youtube* (3:46 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7xm5L0unPt8>. Acesso em: 14 jun. 2026.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras**. As Pretas-Minas nas Cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). São Paulo: Cosac, 2025.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 14 jun. 2026.

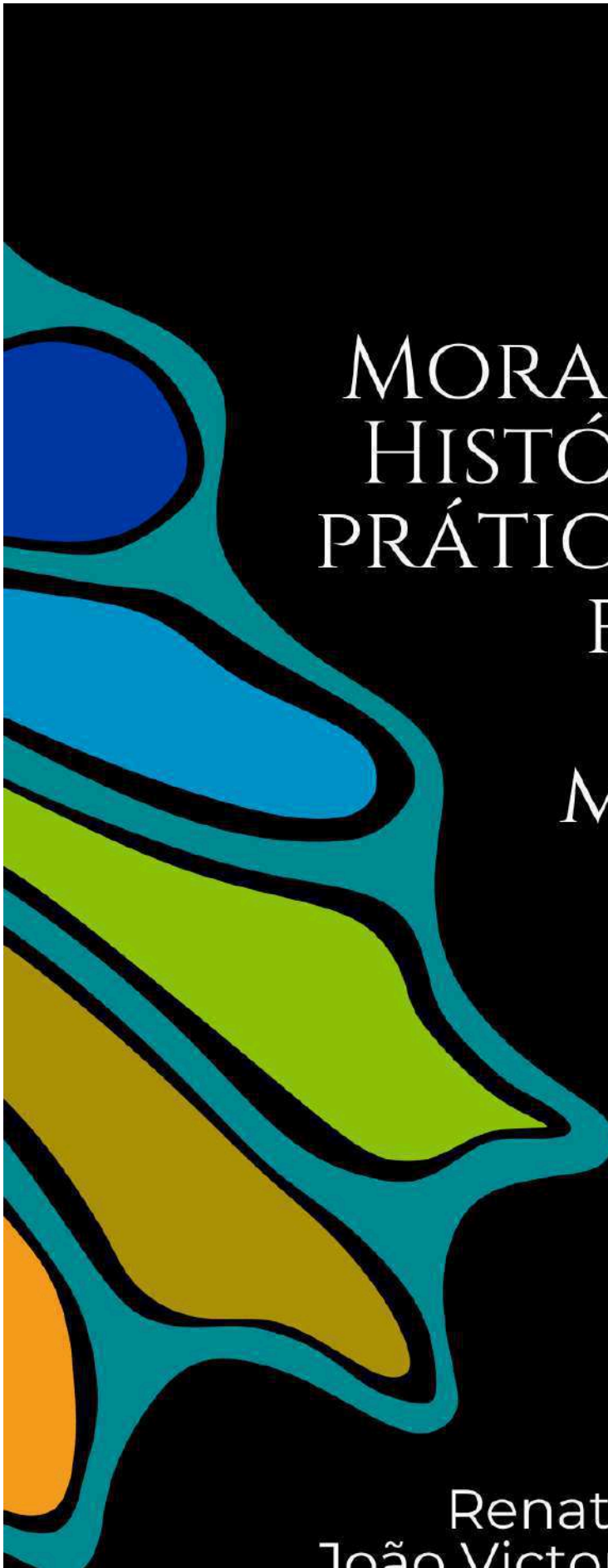
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Negros. In: **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html>. Acesso em: 14 jun. 2026.

OLIVEIRA, Maria da Glória de Oliveira. Biografia, usos do passado e demandas identitárias. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo (org). **Em defesa do Ensino de História**: a democracia como valor. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2022.

PALERMO, Luis Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. **Dimensões, Rio de Janeiro**, n. 39, 2017.

SOUZA, Maria Eliza de Campos. Os Inventários de Dementes: Os processos de curadoria e a relação da Justiça Régia com a loucura nas Minas Gerais do Século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 01–32, 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121615>. Acesso em: 14 jun. 2026.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1844.



ST14

MORAL E ESTÉTICA NA HISTÓRIA: DISCURSOS, PRÁTICAS E PROCESSOS FORMATIVOS EM CONTEXTOS DE MODERNIDADE E RUPTURA

Coordenadores:
Renata Garcia Campos Duarte
João Victor Jesus Oliveira Nogueira
Daniela Oliveira Ramos dos Passos

XIII

EPHIX UFMG
2026
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Educação artística e moral no Brasil oitocentista: o caso de Abigail de Andrade

Karen Faria Arantes

Mestranda em História

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Agência Financiadora: CAPES

karenfariaarantes@gmail.com

Resumo: No século XIX, a formação artística brasileira esteve vinculada aos projetos de modernização do Império, sendo conduzida por instituições responsáveis não apenas pelo ensino das artes, mas também pela definição de valores morais e estéticos. A Academia Imperial de Belas Artes consolidou-se como principal espaço de legitimação artística. Entretanto, esse sistema formativo foi concebido prioritariamente para artistas homens, restringindo o acesso feminino. Somente com a inauguração do curso feminino no Liceu de Artes e Ofício que as mulheres passaram a ter acesso a um ensino institucional. É nesse cenário que se insere a pintora Abigail de Andrade (1864–1891), uma das pioneiras a alcançar reconhecimento público no sistema artístico imperial. Formada no Liceu e participante da Exposição Geral de 1884, sua experiência permite observar como a educação artística feminina foi estruturada por práticas pedagógicas específicas. Tais procedimentos revelam formas mediadas de aprendizagem que conciliavam a formação com os valores morais, evidenciando a constante negociação entre profissionalização feminina e normas sociais de gênero.

Palavras-chave: Educação artística; moralidade; gênero.

Introdução

As pesquisas sobre a arte brasileira do século XIX têm desempenhado papel fundamental na revisão crítica da historiografia artística, tradicionalmente orientada por narrativas canônicas e masculinas. A partir desse movimento, os estudos dedicados às mulheres artistas tornaram-se centrais para compreender as dinâmicas de formação, produção e legitimação no sistema artístico imperial.

Para Linda Nochlin (2016, p. 8-9), a reduzida presença de mulheres no cânone artístico não pode ser explicada por diferenças biológicas ou por uma suposta falta de talento feminino. A autora afirma que as desigualdades no campo artístico são resultado de estruturas sociais e

educacionais atravessadas por marcadores de gênero, raça e classe, que historicamente limitaram o acesso de mulheres e outros grupos marginalizados ao campo.

Assim, ao longo do século XIX, a ampliação dos espaços de instrução para as mulheres não significou a superação das desigualdades de gênero. No domínio das artes, o acesso feminino ao ensino formal ocorreu de maneira gradual e sob condições específicas, frequentemente condicionadas por concepções morais que delimitavam quais conhecimentos eram considerados apropriados para as mulheres, por exemplo, o estudo de modelo vivo. Adiante, entenderemos como se deu o ensino artístico no Brasil dos oitocentos a partir de duas instituições: a Academia Imperial de Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios.

Academia Imperial de Belas Artes

Com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, a cidade passou por um processo acelerado de transformação. De uma capital colonial com infraestrutura precária, foi necessário transformá-la em sede de um império ultramarino. Nesse contexto, tornou-se urgente melhorar a vida urbana e fomentar instituições culturais que expressassem o prestígio e a modernidade do novo centro político. Entre essas iniciativas estava a criação de espaços voltados às artes e ao ensino, que pudessem conferir ao Brasil uma imagem de civilização comparável às nações europeias.

Para adaptar a cidade do Rio de Janeiro à posição de capital do Império Português, d. João implementa uma série de medidas - dentre elas, a criação de uma Academia de Belas Artes -, que visava a dar ao Brasil um perfil atualizado, lançando as bases de instituições que promovessem a infraestrutura econômica — necessária ao desempenho capitalista - e à fundamentação cultural — indispensável à formação de uma elite local, segundo os parâmetros iluministas (OLIVEIRA, M. et al., 2013 p. 64)

Em 1816, com a queda de Napoleão, artistas franceses sob chefia de Jacques Le Breton, são contratados para a chamada Missão Francesa, seu objetivo era implantar uma academia de artes que servisse tanto à formação de artistas quanto à difusão de padrões estéticos europeus no Brasil. Então, em 12 de agosto de 1816 são criadas as bases da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Uma década depois essa ideia se concretizou e a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) é de fato inaugurada. (OLIVEIRA, M. et al., 2013. p. 81-84)

O funcionamento da AIBA assemelhava-se ao modelo das academias europeias, sobretudo a de Paris. Todavia, conforme Sonia Pereira (2021, p.16) é importante destacar que: “A produção artística acadêmica [...] nunca foi uniforme e nem sempre acompanhou rigidamente a teoria que lhe dava sustentação.” Os alunos participavam de concursos, exposições anuais e disputavam prêmios que lhes garantiam prestígio e, em alguns casos, bolsas para estudar na Europa. A produção artística acadêmica estava fortemente ligada às encomendas oficiais, voltadas para retratar a família imperial, os heróis nacionais e episódios da história do Brasil, reforçando o caráter político da instituição.

Sobre o programa pedagógico, inicialmente, Le Breton elaborou um documento fundamental que funcionava como um projeto de organização do ensino, abrangendo tanto as belas-artes quanto os ofícios e conferindo à instituição o caráter de uma escola dupla. Esse texto serviu de base para o estatuto provisório da AIBA, vigente até 1831, para a Reforma Lino Coutinho (30/12/1831), que orientou os dezessete anos da administração de Félix Émile Taunay (1834–1851), e para a Reforma Pedreira (14/05/1855), concebida por Manoel de Araújo Porto-Alegre (FERNANDES, C. 2007, n.p.).

Conforme o Artigo nº 4 do Decreto nº 1.603, de 14 de Maio de 1855, o Curso de Estudos foi dividido nas seguintes sessões:

Quadro 1: Plano de Estudos após a Reforma Pedreira

SESSÕES	DISCIPLINAS
Arquitetura	Arquitetura Civil
	Desenho Geométrico e Industrial
	Desenho de Ornatos
Escultura	Escultura de Ornatos
	Estatuária
	Gravura de Medalhas e Pedras Preciosas
Pintura	Desenho Figurado
	Pintura Histórica
	Pintura de Paisagens, Flores e Animais

Ciências Acessórias	Anatomia e Fisiologia das Paixões
	História das Belas Artes, Estética e Arqueologia
	Matemáticas Aplicadas
	Modelo Vivo
	Perspectiva e Teoria das Sombras

Fonte: Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1855

Em relação ao modelo vivo, a Reforma Pedreira dizia o seguinte:

A escolha dos modelos vivos para esta aula será feita pelos Professores das Secções de Pintura, e Escultura, que os deverão procurar em todas as variedades da especie humana, a fim de que os artistas os possam estudar e fielmente representar em suas composições. (BRASIL, 1855, art. 15)

Além de estudar a anatomia, o modelo vivo também visava compreender movimento, equilíbrio, tensão muscular e expressão corporal. O ensino era particularmente importante para os alunos de Pintura Histórica, considerada o gênero mais prestigiado da hierarquia acadêmica. Embora o estudo do nu fosse considerado indispensável para a formação artística, ele enfrentava resistência moral. Para legitimar a atividade, a Academia insistia em associá-la às práticas das grandes academias europeias.

Durante grande parte do século XIX, o modelo vivo foi pensado quase exclusivamente como um corpo masculino, já que a presença feminina como modelo era muito mais limitada do que a masculina. A tradição acadêmica sempre tratou o nu feminino com maior cautela, justamente porque a exposição do corpo da mulher estava mais diretamente associada a preocupações de decoro e sexualidade. É importante lembrar que modelo vivo acadêmico não tinha como finalidade representar um indivíduo real, mas sim uma figura idealizada. Esse procedimento estava ligado à tradição clássica: inspirados na Arte Antiga e no Renascimento, os artistas observavam a natureza, mas corrigiam-se seus “defeitos” para alcançar um ideal de beleza (CARVALHO, 2024, p. 27-32).

Em relação à participação de mulheres artistas, desde a fundação da AIBA até a transformação em Escola Nacional de Belas Artes, só atuaram durante as Exposições Gerais entre 1845 a 1884. Em geral, essas artistas vinham de grupos sociais privilegiados e tinham orientações de professores particulares ou aulas em ateliês privados. De forma ampla

apresentavam retratos, naturezas-mortas, paisagens, flores, cenas de gênero, além de cópias de obras consagradas. A predominância desses gêneros relacionava-se tanto às limitações impostas à formação feminina quanto aos valores morais da época, que restringiam o acesso das mulheres ao estudo sistemático da anatomia e do modelo vivo, fundamentais para a execução da pintura histórica (SOUZA, 2014, p. 236-238). Ainda assim, algumas expositoras conseguiram conquistar reconhecimento, como Abigail de Andrade, que veremos adiante.

Liceu de Artes e Ofícios

Concebida e organizada por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, a Sociedade Propagadora das Belas Artes (SPBA) foi criada em 23 de novembro de 1856, durante uma assembleia realizada em uma sala do antigo Museu Nacional. A SPBA defendia a educação como instrumento de progresso social, buscando oferecer ensino gratuito voltado principalmente às classes médias e populares. Assim, a instituição foi concebida não apenas como um espaço de formação profissional, mas como um instrumento moral e social da população trabalhadora. No contexto do Segundo Reinado, a educação era frequentemente entendida como um meio de combater problemas sociais, principalmente à falta de instrução. Conforme o texto institucional da SPBA, a educação seguia com o seguinte modelo: “Apontemos, pois, summmariamente, o que faz a bem da instrução popular, o Lycêo de Artes e Offícios, que na phrase, de S. M. O Sr. D. Pedro II, - Não é só educador, é também moralizador” (1883, p. 6-7).

Em 1858, após um período de idealização e organização estrutural e pedagógica, o Liceu de Artes e Ofícios (LAO) é inaugurado no consistório da antiga Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. Então, desde sua fundação, o Liceu organizou-se como uma escola prática, combinando instrução artística, científica e profissional, preparando os alunos para o mercado de trabalho ligado às artes aplicadas, à indústria e ao artesanato urbano. O sistema educacional do Liceu baseava-se em cursos noturnos e acessíveis, permitindo que trabalhadores frequentassem as aulas após o expediente. Dentro desse projeto educacional, o curso feminino, inaugurado em 1881, ganhou destaque como uma iniciativa voltada à formação artística e profissional das mulheres, ampliando sua participação no espaço educacional e no trabalho urbano. Embora inserido nos limites sociais do século XIX, o ensino destinado às alunas representou uma inovação significativa, pois oferecia instrução sistemática fora do ambiente doméstico. Enfatizando o caráter técnico do Liceu:

[...] com o objetivo de promover a capacitação técnica e artesanal de quadros para a criação de uma indústria nacional. Nesse espírito, a abertura da instituição para as mulheres tinha em vista um público específico: o de mulheres pobres que necessitavam contribuir para o sustento de suas famílias. Nesse sentido, prevalecia na instituição uma concepção utilitária sobre a finalidade das disciplinas artísticas, como o desenho, considerado uma base importante para a realização de produções de caráter aplicado. (SIMIONI, 2013, p.13)

Além disso, a prática da cópia ocupava uma posição central no método pedagógico do Liceu de Artes e Ofícios. Ela não era entendida como mera imitação mecânica, mas como um instrumento de formação técnica do trabalhador-artista, capaz de dominar formas, proporções, ornamentos e princípios do desenho aplicados à indústria e às artes decorativas. Conforme o Art. 70 do Estatuto do LAO (1882, p. 35): “Na aula de desenho de ornatos poder-se-ha fazer duas series de concurso: uma na aula de cópia de estampa e outra na de cópia de gesso.”

Já as disciplinas femininas concentravam-se em áreas consideradas socialmente adequadas às mulheres, ligadas às artes aplicadas e ao trabalho manual refinado (Quadro 2). O funcionamento do curso feminino refletia simultaneamente avanços e restrições: ao mesmo tempo em que ampliava o acesso das mulheres à educação artística, mantinha distinções de gênero no currículo e nas expectativas sociais. Mesmo assim, o Liceu consolidou-se como um importante espaço de formação cultural e profissional feminina no Rio de Janeiro, inserindo as mulheres no projeto de modernização do trabalho e da produção artística nacional.

Quadro 2: Disciplinas oferecidas pelo LAO em 1882.

CURSO	DISCIPLINAS
Curso Profissional	Desenho Elementar
	Desenho de Ornatos
	Desenho de Figuras
	Desenho Linear Geométrico
	Desenho de Máquinas
	Arquitetura Civil
	Escultura
	Música
	Português (gramática e leitura)

	Francês
	Inglês
	Aritmética
	Álgebra
	Geometria Plana
	Geometria do Espaço
	Geometria Descritiva
Curso Comercial	Desenho Linear Geométrico
	Caligrafia
	Português
	Francês (1º e 2º ano)
	Aritmética
	Inglês
	Geografia e Álgebra
	Noções de Geometria
Curso Feminino	Desenho de Figura
	Desenho de Ornatos
	Música
	Português (gramática e leitura)
	Aritmética

Fonte: A Sociedade Propagadora das Bellas-Artes e o Lycêo de Artes e Offícios do Rio de Janeiro. 1883. Disponível em: Biblioteca Digital de Obras Raras da UFRJ.

Abigail de Andrade: vida e trajetória

Abigail de Andrade nasceu na cidade de Vassouras, no interior do Rio de Janeiro, em 1864. Filha do médico José Maria de Andrade e D. Maria Carolina de Andrade, sua família estava ligada à elite cafeeira. Não há muitas informações detalhadas a respeito de sua formação,

"contudo, mesmo tendo vindo da provinciana Vassouras e vivendo na pouco menos provinciana Rio de Janeiro de meados do século XIX, onde à mulher, especialmente das classes altas, não era permitida a entrada no mercado de trabalho" (OLIVEIRA, C. 2011, n.p.), Abigail passa a morar com sua tia D. Rosa Fernandes de Almada e se matricula no Liceu de Artes e Ofícios. Assim, a artista participa em 1882 da Exposição do LAO e, em 1884, da Exposição Geral de Belas Artes da AIBA.

Uma figura de destaque na vida e obra de Abigail de Andrade é Angelo Agostini. Este, além de ter forte ligação com a vida profissional da artista, também foi seu parceiro amoroso durante seus últimos anos. Mesmo Agostini sendo casado, pai de uma filha e duas décadas mais velho que Abigail, ambos iniciaram o relacionamento que teve como fruto uma filha, Angelina Agostini. Tal fato foi um escândalo na sociedade carioca, o que levou o casal a se mudar para Paris em 1888.

Durante sua estadia na capital francesa, Abigail de Andrade produziu algumas obras e participa ao lado da artista pernambucana Alice Santiago da Exposition Universelle de Paris, apresentando algumas de suas obras. Pouco tempo depois da mudança, após uma gravidez, Abigail e o segundo filho faleceram vítimas de uma tuberculose. Conforme Cláudia Oliveira (2011, n.p.), o relacionamento da artista com Angelo Agostini sofreu controle total da moral da época, o que levou ao seu afastamento do convívio com a geração artística de seu tempo. Abigail de Andrade caiu no esquecimento.

Exposição do LAO em 1882

Em 18 de março de 1882, a primeira “exposição geral” organizada pela Sociedade Propagadora das Belas Artes foi inaugurada no edifício do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Surgindo como alternativa às tradicionais mostras promovidas pela Academia Imperial de Belas Artes, a exposição ocorreu em um momento em que a Academia enfrentava reformas e não conseguia realizar suas exposições gerais, abrindo espaço para que o Liceu assumisse temporariamente esse papel no circuito artístico brasileiro.

A mostra reuniu cerca de 70 artistas e mais de 400 obras, abrangendo pintura, desenho, gravura, escultura, arquitetura e fotografia. Aberta ao público por quase três semanas e prestigiada pelo Imperador e por autoridades políticas e culturais, tornou-se a primeira grande exposição artística. Na sessão de desenho Abigail apresenta as seis seguintes obras: A manhã

(Cópia de um grupo em mármore do escultor alemão Schelling)¹. Vênus e o amor (Cópia do original do mesmo escultor). Fauno do cabrito (Cópia de gesso). Idem, idem (idem). Academia de Julien. Idem, idem (NOVELLI DURO, 2024, p. 204-205).²

A participação de Abigail de Andrade nessa exposição é particularmente significativa por representar sua primeira aparição pública no circuito artístico da Corte e como aluna do LAO. Nos chama atenção o fato de que grande parte dessas cópias foi realizada a partir de referências artísticas contemporâneas em circulação na Europa e não exclusivamente de modelos vinculados à tradição clássica.

Imagem 1: Johannes Schilling. *A manhã*. Séc. XIX. Bronze. Dresden, Alemanha.



Fonte: Deutsche Digitale Bibliothek

Imagem 2: Johannes Schilling. *Vênus*. Séc. XIX. Alemanha.

¹ Johannes Schilling (23 de junho de 1828, Mittweida, Saxônia - 21 de março de 1910, Klotzsche, Dresden, Alemanha) foi um escultor alemão de destaque no século XIX, reconhecido pela produção de monumentos públicos e obras que marcaram a escultura acadêmica

² Não foram encontradas reproduções das obras da artista. Inserimos reproduções das obras usadas como modelo para cópia.



Fonte: Wikimedia Commons

O Salão de 1884

A 26ª Exposição Geral de Belas Artes (EGBA), realizada entre agosto e novembro de 1884, no Rio de Janeiro, marcou o encerramento de uma importante etapa da história artística brasileira. Foi a última mostra promovida pela AIBA e também a derradeira edição realizada sob o regime monárquico, assim, assumindo um significado simbólico de transição política e institucional. A exposição reafirmou o papel da Academia como principal espaço de formação, reconhecimento e difusão das artes no país ao reunir obras de pintura, escultura, arquitetura e outras manifestações artísticas.

Foram apresentadas aproximadamente 460 obras, das quais 448 estavam catalogadas. A organização da mostra dividia os trabalhos em seções dedicadas à Pintura, Escultura, Arquitetura e Fotografia. Entretanto, o crítico Félix Ferreira (2012, p. 178-179) propôs uma classificação mais detalhada, distribuindo as obras em quatro grandes seções. A primeira reunia trabalhos de desenho, artes gráficas e fotografia; a segunda era dedicada à arquitetura e à escultura. A terceira seção, denominada Galeria Nacional, congregava obras dos fundadores da Academia, de artistas brasileiros formados pela instituição e de artistas estrangeiros que abordavam temas relacionados ao país, contribuindo para a consolidação de uma escola artística nacional. Já a quarta seção, chamada Galeria da Exposição, abrangia uma ampla variedade de produções. Nela estavam

reunidos trabalhos de alunos e amadores, pinturas alegóricas e decorativas executadas em diferentes suportes, representações de flores, frutos e animais, pinturas de gênero, paisagens e marinhas, retratos, obras de temática religiosa e pinturas históricas. Essa organização evidencia a diversidade de gêneros e técnicas presentes na mostra, bem como a amplitude dos critérios adotados para a exposição das obras.

A diversidade de técnicas e linguagens presentes na exposição contribuiu para questionar as divisões tradicionais estabelecidas pela Academia entre as belas-artes e as chamadas artes mecânicas. A inclusão de meios como a fotografia evidencia o crescente reconhecimento de práticas ligadas à reprodução de imagens e às transformações da cultura visual no final do século XIX. A repercussão da 26ª EGBA foi amplamente divulgada e comentada pela imprensa, que desempenhou papel fundamental na mediação entre artistas, obras e público. Jornais e revistas dedicaram extensos comentários à exposição, avaliando seus aspectos técnicos, temáticos. Dessa forma, os periódicos atuaram não apenas como veículos de divulgação, mas também como importantes agentes de legitimação e construção do valor simbólico e moral das produções artísticas apresentadas (ARANTES, K. 2025, p. 75-76).

Conforme o Catálogo de Obras, Abigail apresentou as seguintes obras na sessão de pintura:

O cesto das compras (estudo do natural), Objectos de toilette (dito), Armas de caça (dito), Um canto do meu atelier (dito), Retrato, Dito, Uma Virgem de Raphael (cópia), Avó e neta, de H. Reck (dita), Cabeça de estudo, de A. Agostini (dita), além dos itens 10 a 14, identificados no catálogo apenas como “Estudo de desenho do gesso” e “Dito dito” para os trabalhos subsequentes. (1884, p. 3-4)

A artista foi premiada com a Primeira Medalha de Ouro, algo até então inédito para uma mulher. Duas de suas obras foram premiadas: o autorretrato *Um canto do meu ateliê* (Imagem 3) e a natureza-morta *O Cesto de Compras* (Imagem 4). Em *Um canto do meu ateliê*, Abigail mostra um ambiente interno repleto de elementos ligados à prática artística. Nota-se uma questão interessante: Insley Pacheco fotografou Abigail juntamente de sua tia D. Rosa Fernandes de Almada (Imagem 5). Essa fotografia serve como modelo para o quadro, como de costume para época e tendo em vista que os ateliês frequentados por mulheres também não haviam modelos, então o uso da fotografia torna-se essencial na produção. Todavia o ambiente na fotografia é mais simples e minimalista em relação ao autorretrato, destacando somente a artista sentada diante de um cavalete e sua tia. Além de usar a fotografia como modelo, observamos que a artista insere

cópias em seu autorretrato. Dentre essas cópias notamos algumas obras de Rafael Sanzio como *Os anjos da Madonna Sistina* (Imagem 6) e a *Madona de Bridgewater* (Imagem 7). Ainda, observamos uma cópia de um quadro intitulado *Avó e Neta* (Imagem 8) que indica ser de Hermine von Reck³. A cópia da obra de von Reck, pintora e retratista alemã contemporânea a Abigail, aponta o conhecimento e a circulação de referências entre artistas mulheres do período. Além dessas pinturas, Abigail insere uma cópia de sua obra *O Cesto de Compras*.

A participação de Abigail de Andrade na 26ª EGBA revela a continuidade da prática já observada em sua apresentação na Exposição do LAO em 1882: a coexistência entre o estudo de obras consagradas da tradição artística e a reprodução de trabalhos de artistas contemporâneos a ela. Nesse contexto, o reconhecimento obtido por Abigail por meio da premiação acadêmica indica não apenas a qualidade de sua execução, mas também a consonância de sua produção com os critérios de excelência defendidos pela instituição.

Imagem 3: Abigail de Andrade. *Um canto do meu ateliê*. 1884. Óleo sobre tela. Coleção de Sérgio e Hecilda Fadel, Rio de Janeiro.



Fonte: Wikimedia Commons

³ Hermine von Reck: pintora alemã (1833-1906), os retratos foram os mais comuns quando observamos o conjunto de sua obra. Não encontramos a obra exata que Abigail de Andrade utilizou para a cópia, inserimos uma obra semelhante.

Imagem 4: Abigail de Andrade. *O Cesto de Compras*. 1884. Óleo sobre tela. Coleção Particular



Fonte: Wikimedia Commons

Imagem 5: Insley Pacheco. *Fotografia de Abigail e sua tia*. c. 1882.



Fonte: Guia das Artes; fotografia reproduzida por cortesia de Míriam Andréa de Oliveira.

Imagem 6: Detalhe. Rafael Sanzio. *Madona Sistina*. 1515. Óleo sobre tela. Pinacoteca dos Mestres Antigos. Alemanha



Fonte: Wikimedia Commons

Imagem 7: Rafael Sanzio. *Madona de Bridgewater*. 1507. Óleo sobre madeira. Scottish National Gallery. Escócia



Fonte: Wikimedia Commons

Imagem 8: Hermine von Reck. *Avó consolando neta*. Óleo sobre tela. Final do séc. XIX. Alemanha



Fonte: MutualArt

Considerações

Constatamos que a formação artística feminina no Brasil oitocentista esteve diretamente vinculada às estruturas institucionais e aos valores morais que orientavam o ensino das artes. A análise dos planos pedagógicos da AIBA e LAO evidenciou que a abertura do ensino às mulheres, especialmente após a criação do curso feminino em 1881, ocorreu de maneira controlada, estabelecendo limites específicos à aprendizagem artística. A restrição ao estudo do modelo vivo, elemento fundamental da pedagogia acadêmica, condicionou a formação feminina à

adoção de práticas alternativas, como a cópia e o uso da fotografia, revelando um processo formativo mediado que conciliava a educação artística com as normas sociais de gênero vigentes.

Portanto, as cópias não constituíam meros exercícios mecânicos, mas integravam um sistema pedagógico baseado na observação e reprodução de modelos considerados exemplares. Suas pinturas evidenciam, assim, a incorporação de modelos legitimados pela Academia e revelam como a circulação de obras clássicas e contemporâneas participava da construção dos valores artísticos que orientavam a formação e a consagração dos artistas no Brasil do século XIX. Assim, a trajetória de Abigail de Andrade, analisada a partir das cópias nas exposições e, sobretudo, de seu autorretrato, permitiu compreender como tais limitações não impediram a construção de uma atuação artística consistente. O autorretrato emerge, assim, como espaço de experimentação técnica e afirmação profissional, constituindo uma estratégia de inserção no sistema artístico imperial.

Fontes:

ACADEMIA IMPERIAL DAS BELAS ARTES. **Catálogo das obras expostas na Academia das Belas Artes em 23 de agosto de 1884.** Rio de Janeiro: Typ. Vapor de Pereira Braga, 1884. 59 p.

BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1855.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856. Disponível em: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES; Bellegarde, Guilherme Candido, 1836-1890. **A Sociedade Propagadora das Bellas-Artes e o Lycêo de Artes e Officios do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Hildebrandt., 1883.

SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES. **Regulamento e regimento do Lycêo de Artes e Officios da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Hildebrandt., 1882.

Referências bibliográficas:

AMARAL, Claudio Silveira. Um projeto de industrialização para o Brasil a partir do ensino do desenho (o Liceu de Artes e Officios do Rio de Janeiro), Rui Barbosa e John Ruskin. **PosFAUUSP**, São Paulo, Brasil, n. 19, p. 128–143, 2006. DOI: [10.11606/issn.2317-2762.v0i19p128-143](https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i19p128-143). Disponível em: <https://revistas.usp.br/posfau/article/view/43467>. Acesso em: 12 jun. 2026.

ARANTES, Karen Faria. O autorretrato feminino e a construção da artista: Abigail de Andrade no Salão de 1884. In: **Anais da XLI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de**

Fora. Passado silenciado, legado incontornável: as múltiplas faces da mulher na História e a luta por um lugar de protagonismo. Juiz de Fora: UFJF, 2025. p. 71-86. Disponível em: <http://www2.ufjf.br/semanadehistoria/wp-content/uploads/sites/686/2026/04/ANAIS-2025-3.pdf>

BIELINSKI, Alba Carneiro. O Liceu de Artes e Ofícios - sua história de 1856 a 1906. **19&20**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, jan. 2009. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/liceu_alba.htm>.

CARVALHO, Vitória Paes. **O modelo e o pensionista: a influência do Prêmio de Viagem na prática do modelo-vivo na arte acadêmica brasileira do século XIX**. 2024. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Programa de Pós-Graduação em História da Arte, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

FERNANDES, Cybele Vidal Neto. O Ensino de Pintura e Escultura na Academia Imperial das Belas Artes. **19&20**, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/aiba_ensino.htm>.

FERREIRA, Félix. **Belas Artes: estudos e apreciações**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2012.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas?** Edições Aurora. São Paulo, 2016.

NOVELLI DURO, Fabriccio Miguel. Uma “exposição geral” fora da Academia Imperial de Belas Artes: o catálogo da Exposição de 1882 no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. **Revista de História da Arte e da Cultura**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, jul./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20396/rhac.v5i2.19805>

OLIVEIRA, Cláudia de. Cultura, história e gênero: a pintora Abigail de Andrade e a geração artística carioca de 1880. **19&20**, Rio de Janeiro, v. VI, n. 3, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/co_abigail.htm>.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; PEREIRA, Sonia Gomes; LUZ, Angela Ancora da. **História da arte no Brasil: textos de síntese**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

PEREIRA, Sonia Gomes. **Arte brasileira no século XIX**. 2 ed. Belo Horizonte: C/ Arte, 2021

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. O Auto-retrato Feminino no Brasil Oitocentista: Abigail de Andrade e os impasses da representação. **Caiana**. Revista de História del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA). N° 3, 2013.

SOUZA, Viviane Viana de. **Um olhar sobre a construção de uma História da Arte das mulheres**. In: **34º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte**, 2014, Uberlândia. Territórios da História da Arte. Uberlândia: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2014. p. 235-243.

A guerra psicológica nas escolas de Belo Horizonte: educação, Doutrina de Segurança Nacional e repressão às drogas na ditadura civil-militar

Analice Pinto Campos

Mestranda na linha de História e Culturas Políticas

Bolsista CAPES-ProEx

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

analicepc@ufmg.br

Resumo: O artigo analisa como a ditadura militar brasileira utilizou o sistema educacional para promover uma guerra psicológica contra a juventude, associando o uso de entorpecentes à subversão comunista. Através da Doutrina de Segurança Nacional, o regime implementou disciplinas como Educação Moral e Cívica para moldar cidadãos disciplinados e combater influências da contracultura. Em Belo Horizonte, a criação da Brigada do Vício pelo DOPS exemplifica a repressão policial que tratava o consumo de drogas como uma ameaça política e moral à nação. O texto destaca a colaboração entre escolas e órgãos de vigilância, evidenciando como professores e diretores foram integrados ao aparato de controle estatal. Fontes primárias revelam que essa estratégia visava proteger a "higidez" dos jovens para garantir o desenvolvimento nacional sob a ótica autoritária. Assim, a educação serviu como peça fundamental de uma ampla rede de monitoramento e doutrinação ideológica durante o período.

Palavras-chave: Ditadura militar; guerra às drogas; educação.

Introdução

A década de 1960 é, muitas vezes, lembrada pelo destaque dado mundialmente à juventude como grande agitadora social e política, contestadora e rebelde, com o ápice dessa movimentação cultural, política e social da juventude acontecendo no ano de 1968, marcado pelas revoltas e agitações políticas ao redor do globo. Os protestos pelos direitos civis tomavam as ruas dos Estados Unidos da América, o movimento estudantil da França se unia à classe trabalhadora para contestar as reformas de Charles de Gaulle e o sistema educacional francês nas ruas e por meio de greves. No Brasil não foi diferente: em março de 1968, mesmo antes do emblemático maio dos franceses, os estudantes brasileiros se manifestaram contra os acordos MEC-USAID, por mais vagas nas universidades e por mais oportunidades de estudar. O decreto do Ato Institucional número 5 em dezembro daquele mesmo ano leva ao auge a tutela e repressão

política promovida pelo Estado com uso de métodos terroristas contra aqueles que se levantavam contra o regime, e traz também iniciativas visando a disputa política pelos jovens com a esquerda.

Nesse contexto, o anticomunismo é acompanhado por uma luta contra a modernização dos costumes em meio a uma guerra psicológica articulada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), segundo a qual o inimigo subversivo atacaria pela via moral e psicológica, visando os jovens - vistos como “inocentes úteis” (KAMINSKI, PEREIRA, 2021). Assim, “qualquer oposição ou ameaça, real ou imaginária, ao sistema social e econômico, ao status quo, aos costumes tradicionais ou aos valores cristãos pode ser denominada automática e genericamente como comunista” (KAMINSKI, 2022, p. 86).

O início da década de 1970 traz consigo novos alvos da repressão da ditadura: os hippies, a contracultura, e o uso de drogas. No imaginário anticomunista, a repressão às drogas, que originalmente tinha uma perspectiva de controle social da população negra no cenário pós abolição (FRANÇA, 2018), passa a ter uma ligação com o combate às organizações de esquerda, que passaram a ser associadas pelo anticomunismo ao tráfico. Em Minas Gerais, temos a criação da Brigada do Vício pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), com o objetivo de lutar contra as drogas no estado, demonstrando como o uso de drogas nesse contexto não é visto apenas como um problema sanitário, mas uma questão política e social, uma ameaça à ordem (BRIGADA DO VÍCIO..., 1970). Os membros da Brigada do Vício passaram por um treinamento com médicos e psicólogos, no meio de um processo de modernização das técnicas, equipamentos e métodos de investigação, graças à parceria do DOPS-MG com o USAID (United States Agency for International Development). Destaca-se a introdução dos cães farejadores, que envolveu um treinamento dos policiais mineiros com a polícia estadunidense (Rádio é a nova arma do DOPS contra o Terror. Estado de Minas, 13 jan. 1970, p.13).

Diante disso, a ditadura militar também passou a articular ações buscando fortalecer a formação moral e política, para que fosse possível defender a população jovem em meio a ofensiva da subversão ou da guerra psicológica. A disciplina de Educação Moral e Cívica, presente nos currículos escolares de todos os níveis da educação básica, é tomada como ferramenta ideológica da ditadura militar. A educação era vista não como um espaço autônomo, mas como um instrumento de defesa da segurança nacional. Em documentos encontrados no fundo DOPS do Arquivo Público Mineiro (APM), que serão analisados adiante neste artigo, é

possível observar algumas interações entre escolas e instituições de formação de professores e o DOPS/MG com o assunto do combate aos tóxicos.

Assim, ao longo deste artigo, buscaremos analisar as relações entre a Doutrina de Segurança Nacional, as bases ideológicas fornecidas para a educação brasileira pela Escola Superior da Guerra, e a repressão às drogas no período da ditadura como parte de um esforço maior de garantia da segurança nacional e de luta contra os inimigos internos, ditos subversivos, representado localmente em Minas Gerais pela criação e pelas ações da Brigada do Vício do DOPS-MG. Nos apoiaremos nas fontes primárias que já foram indicadas e na bibliografia levantada sobre o assunto. Essa será uma exploração feita a partir da micro-história para buscar entender um processo mais amplo, quiçá global, de repressão às drogas que se desenrolou na segunda metade do século XX, e que tomou contornos específicos no contexto da ditadura militar brasileira, sendo associado à cultura política anticomunista no Brasil.

A Escola Superior de Guerra, a Guerra Subversiva e o Ensino Moral e Cívico

De acordo com José Antonio Sepúlveda, a Escola Superior de Guerra (ESG) exerceu uma ampla projeção sobre o campo político e, sobretudo, sobre o campo educacional, buscando consolidar na sociedade civil as ideias e valores militares, especialmente os relacionados à doutrina de segurança nacional e à regeneração moral. A ESG não se limitou a formar quadros militares, mas também desempenhou um papel crucial na formação de civis que ocupavam cargos estratégicos na administração pública e em setores influentes da sociedade civil. A Doutrina de Segurança Nacional desponta como uma sistematização da ESG, tendo sido projetada como um conjunto de valores e estratégias voltadas para a defesa do Estado, mas que se estendiam para justificar o controle político e educacional.

Uma das ações propostas para a defesa da segurança nacional seria a ação psicológica, um conjunto de ações defensivas de cunho psicológico que teriam em vista fortalecer a formação moral e cívica da população, por um lado, e fortalecer sua consciência política de forma a tornar o povo um defensor de seus dirigentes e suas instituições, fornecendo meios de autodefesa individual e coletiva a população frente à ofensiva comunista na chamada “guerra subversiva”. A guerra subversiva seria uma etapa anterior à guerra revolucionária comunista, que consistiria em ganhar as mentes e corações para a causa comunista a partir “da decadência e da perda da consciência moral, da falta de fé em seus dirigentes e do desprezo às instituições vigentes”

(Estado Maior das Forças Armadas, apud KAMINSKI, 2022, p. 88). A ação psicológica, por sua vez, teria lugar dentro da guerra psicológica, o meio de defesa ou ataque usado pelo Estado brasileiro para combater a subversão e proteger a segurança nacional, através do uso de propaganda, desinformação, boatos, terror psicológico, doutrinação, visando “destruir, neutralizar ou, pelo menos, reduzir a determinação e a capacidade combativa das tropas inimigas, de tal forma que a vitória venha a ser alcançada pelo menor custo possível” (EMFA, apud Kaminski, 2022, p. 93), e também o fortalecimento do apoio interno.

A revista Defesa Nacional, editada pela Escola Superior de Guerra, em parceria com as Forças Armadas, reforçava constantemente a necessidade de educação moral e cívica para formar cidadãos disciplinados e conscientes de seus deveres patrióticos. A educação era vista pela revista como instrumento de defesa da segurança nacional, e o discurso da revista era pautado pela visão de que a sociedade brasileira sofria de um déficit moral, cabendo ao Exército regenerá-la através da educação. A revista também defendia que o ensino deveria preparar os indivíduos para a defesa do Estado, valorizando a disciplina, o civismo e o nacionalismo, enquadrando a educação em meio às ações psicológicas anti subversão. No período da ditadura militar, a Educação Moral e Cívica também se enquadra nesse contexto de guerra psicológica: a EMC é usada como instrumento de reforço dos valores conservadores da “revolução”: patriotismo, anticomunismo e religiosidade. O General Moacir Araújo Lopes, um dos responsáveis pela formulação ideológica da disciplina, enxergava a juventude brasileira como vulnerável e manipulável (KAMINSKI; PEREIRA, 2021). Por essa razão era tão importante que fossem tomadas medidas para protegê-la. Assim como muitos outros da extrema direita, Lopes via Herbert Marcuse como o grande mentor das agitações juvenis ocorridas a partir dos anos 1960, interpretando-o como um dos grandes “corruptores” da juventude, junto ao comunismo, por sua defesa da liberdade sexual e crítica à sociedade industrial. Para o general Lopes, os objetivos da filosofia de Marcuse seriam desmoralizar e destruir toda e qualquer autoridade, liberando totalmente o sexo, e por fim, conduzir toda a sociedade ao caos.

Proteger os jovens das drogas e combater o tráfico, proteger o futuro da nação e combater o comunismo

As ideias de Marcuse de fato foram abraçadas pelos movimentos de contracultura, que forjavam um modo de vida que era alternativo ao sistema pelas atitudes, condutas, modos de se

vestir e portar, e principalmente por uma mentalidade diferenciada, como o uso de “substâncias alteradoras da consciência” como maneira de se libertar das amarras sociais do mundo, mas foram rejeitadas pela esquerda radical, que denominavam tais atitudes como “desbunde”, pelo fato de que valorizavam os sentimentos e interesses pessoais em detrimento da coletividade e da opção pela revolução socialista. No entanto, o imaginário anticomunista, ao classificar qualquer “ataque” aos valores religiosos e morais, principalmente o catolicismo no Brasil, como comunista, acabou por associar os movimentos de contracultura ao grande fantasma do comunismo, que teria a imoralidade como uma de suas grandes armas. O uso de drogas foi interpretado pelo chefe do Serviço de Repressão aos Tóxicos e Entorpecentes como uma estratégia mobilizada pelo comunismo para destruir a inteligência e a saúde dos jovens do Ocidente, bem como para seduzir os jovens para suas fileiras como uma forma de conseguir mais drogas (KAMINSKI, 2016).

Em notícia do dia 18 de abril de 1970, o jornal belo horizontino Estado de Minas anuncia a criação da Brigada do Vício:

Brigada do Vício vai combater toxicômanos: Mais um traficante de entorpecentes foi preso pelos agentes do DOPS que organizou até uma equipe especializada para dar combate ao vício, em Belo Horizonte: é a Brigada do Vício. O esquadrão de combate ao vício foi criado há pouco tempo no DOPS e batizado com o nome de Brigada do Vício. São equipes de policiais, com três homens em cada uma, que diariamente saem às ruas à procura de viciados e traficantes. O delegado Thacyr Menezes Sia disse que a Brigada do Vício trabalha em conjunto com a delegacia de Vadiagem: ‘Desta vez o negócio é para valer. Qualquer pessoa que for encontrada carregando tóxicos será presa e apontada à Justiça como traficante’. Ninguém fala que a participação do DOPS na guerra contra o tráfico de tóxicos é sinal de que agora a repressão é mais severa. Mas há sinais de que esta participação é resultado de uma orientação nova da polícia, partida do próprio governo da República. (Brigada do Vício vai combater toxicômanos. Estado de Minas. Belo Horizonte, 18 abr. 1970)

Podemos ver, assim, que a repressão às drogas torna-se uma prioridade da polícia política sob o mando da ditadura militar. Como é destacado pelo texto da notícia, tal ação partia de um alinhamento com o governo da República, que como visto, já associava o uso de drogas com a subversão. No final do ano de 1968, dias após a promulgação do AI-5, o governo editou o decreto-lei nº 385 de 26 de dezembro de 1968, que fortalecia a ação antidrogas com leis mais duras, criminalizando não apenas a venda como o consumo de drogas. Em 1971, o mesmo ano em que o presidente dos EUA declarou guerra às drogas, a ditadura encaminhou um projeto de lei antidrogas (Lei nº 5.726 de 29 de outubro de 1971), trazendo o dever de todos de colaborar no combate ao tráfico e apontando a necessidade de programas educativos, especialmente para a

juventude, para o esclarecimento sobre o uso dos tóxicos. Tal propaganda circulou também por meio da imprensa e dos meios de comunicação. Grandes investimentos foram feitos em busca de aperfeiçoar cada vez mais o combate às drogas levado a cabo pelo DOPS, incluindo até mesmo treinamentos com polícias estadunidenses. Em outra ocasião, quando entrevistado sobre a Brigada do Vício novamente, o delegado Thacyr Menezes Sia, cujo nome consta na lista de torturadores da Comissão Nacional da Verdade, declarou que “ninguém que vive de viciar a juventude vai ficar impune nesta nova sociedade que tentamos construir” (apud KAMINSKI, 2016, p. 387). Tal declaração demonstra que a questão das drogas para a ditadura militar tratava-se de uma questão moral acima de tudo – um problema prejudicial à construção da sociedade idealizada pelo regime, visto que as drogas seriam capazes de enfraquecer a juventude, tornando-a suscetível a quaisquer ataques psicológicos em meio à guerra subversiva.

Em Novembro de 1970, o Estado de Minas veiculou duas notícias reportando a ação sistemática da Brigada do Vício na prisão de traficantes em Belo Horizonte, que trouxeram associações entre o uso de tóxicos e a subversão. Segundo essas reportagens, o governo brasileiro, a partir do entendimento de que uma juventude sadia, estudiosa, com melhores perspectivas ao setor profissional, representa as principais esperanças de desenvolvimento do país, estaria integrando cada vez mais os jovens ao grande plano de realizações governamentais. A importância do combate às drogas é equiparada à do combate ao terrorismo, ainda mais se esses dois perigos forem combinados:

E que dizer da união do Terror com os tóxicos? O comandante militar da guarnição de Campinas, Cel. Rubem Resstle presidiu o inquérito sobre subversão nos meios estudantis paulistas. Depois de estudar muitos casos chegou à uma grave conclusão: a infiltração dos elementos subversivos entre os estudantes se faz usando principalmente os tóxicos e o sexo. A solução, diz o coronel, é informar às autoridades do ensino (professores e orientadores) sobre as técnicas de subversão, infiltração, pressão psicológica e de condução das massas estudantis usadas pelos elementos subversivos. (O fim do vício no combate sistemático ao traficante. Estado de Minas. Belo Horizonte, 18 de nov. de 1970)

O inspetor José Leite de Carvalho, da Brigada do Vício, dá razão ao coronel Resstle: a maconha e o sexo estariam sendo usados pelos subversivos para a conquista de novos elementos. É por isso, segundo ele, que a maconha era um grande problema para as autoridades que querem uma juventude integrada no plano de desenvolvimento do Brasil. (No começo, uma fuga apenas. Depois, a loucura. É o vício. Estado de Minas, 25 de nov. de 1970).

O coronel Resstel, mencionado pelo Estado de Minas e pelo inspetor Leite, comandou investigações para apurar se as práticas dos funcionários, da organização, do sistema de ensino e das técnicas didático-pedagógicas do Ensino Vocacional do Estado de São Paulo poderiam ser tipificadas como subversivas (STEVOLO, 2024). Em seu relatório técnico, ao fim do inquérito, Resstel relatou a presença de elementos subversivos dentro das escolas, que buscavam aliciar os estudantes para as fileiras da militância comunista por meio do sexo e das drogas, em uma estratégia típica da “guerra subversiva”. A exposição do coronel demonstra estar a par com a ideologia da ESG e foi ecoada pela polícia mineira. Assim, pode-se afirmar que a ação da Brigada do Vício, ao menos em teoria, estava alinhada ao discurso do governo federal e da Escola Superior de Guerra em relação ao combate ao tóxico, a proximidade entre o tóxico e a subversão, e às políticas de desenvolvimento nacional direcionadas à juventude como recurso essencial do país.

A educação como meio de combater o tóxico

Alguns documentos encontrados no Fundo DOPS do Arquivo Público Mineiro evidenciam as relações entre o DOPS mineiro, a DSN, encabeçada pelo Governo Federal, a política de repressão às drogas da ditadura e as instituições de ensino de Minas Gerais. A primeira fonte a ser analisada é uma série de ofícios trocados entre o DOPS e a Delegacia de Mogi das Cruzes, e entre o DOPS e a Biblioteca Pública de Minas Gerais e as instituições de ensino Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Mineira de Arte, Fundação Universidade de Minas Gerais, entre os dias 12 e 13 de maio de 1975. A Delegacia de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo, teria enviado ao Delegado de Ordem Social do DOPS/MG cerca de 15 exemplares de um livro “sobre o problema do abuso de drogas, prevenção, investigação, pesquisa e educação”, de autoria da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo e publicado pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC/SP. O delegado da Delegacia de Mogi das Cruzes, Murillo de Macedo Pereira, havia solicitado ao delegado de Ordem Social do DOPS/MG, Benedito Jaime Barbosa, que o respondesse acusando o recebimento dos exemplares e encaminhando cópias dos recibos de entrega dos livros às instituições de ensino. O delegado Pereira, falecido no ano de 2000, dedicou sua carreira aos esforços de combate ao narcotráfico e produziu muitos trabalhos acadêmicos acerca do problema das drogas, do tráfico, e especialmente, sobre os males causados pelo uso da

maconha. No momento da produção deste trabalho, não foi possível obter um exemplar da obra enviada ao DOPS-MG pela Delegacia de Mogi das Cruzes, mas é evidente que uma análise da obra seria muito produtiva para entender as conexões traçadas entre o combate às drogas e o papel da educação naquele momento da ditadura militar.

Sepúlveda (2010) e Kaminski e Pereira (2021) afirmam que a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) articulou campanhas públicas e materiais didáticos que reforçassem os valores que o novo cidadão brasileiro deveria ter: ser apto a respeitar a ordem e a autoridade, combater o comunismo e defender os valores tradicionais da sociedade brasileira. Os autores também destacaram a colaboração entre editores e autores militares que atuaram na produção de livros didáticos, como aparenta ser o caso do livro publicado pelo delegado Pereira em parceria com o MEC. Além disso, outros trabalhos produzidos sobre políticas educacionais da ditadura militar indicam os esforços realizados pelo regime para garantir a adequação do discurso ideológico circulado na produção editorial do mercado do livro didático e educacional em geral, como o de Filgueiras (2015) e Toledo e Revah (2010).

Outra comunicação, de 31 de maio de 1971, entre o professor de Matemática do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (CP), Paulo Roberto Baeta da Costa, e o diretor geral do CP, Oder José dos Santos, pode ser encontrada nos arquivos do DOPS. Na primeira, enviada pelo diretor endereçada ao professor, lê-se:

Senhor Professor,

Tomando conhecimento de atitudes tomadas por Vossa Senhoria à revelia das autoridades hierárquicas do Centro Pedagógico, e atitudes totalmente contrárias a princípios básicos de orientação pedagógica escolar, devemos esclarecer que a Direção do Centro não pode admitir tais insubordinações no intuito de coibir estas manifestações de rebeldia, fica Vossa Senhoria ciente de que quaisquer medidas de ordem disciplinar e administrativa serão tomadas pelos órgãos competentes quando e como lhes parecer conveniente, de acordo com princípios educacionais não se admitindo, qualquer iniciativa pessoal que fira a filosofia que se tem procurado dar ao Centro. (SANTOS, 31 mai. 1971)

Em resposta, o professor de Matemática escreveu:

Senhor Diretor:

Não foi com insensibilidade que, no dia 31 do mês próximo passado, recebi o vosso CP.DG.17/71, no qual sou incriminado de “insubordinações” procurando atingir a um professor que por mais de 10 anos vem labutando nesse Centro, sem uma falha, repreensão ou coisa semelhante, quer no exercício do seu magistério, quer como pai, ou cidadão. [...] Por um dever moral e de

direito natural, que os julgo ter, quero levar ao vosso conhecimento as informações VERÍDICAS E INSOFISMÁVEIS de como agi em defesa dos seus objetivos desse Centro Pedagógico:

A aluna da 3ª série ginásial Brígida Maria Pereira Prates, como é do vosso conhecimento, é uma viciada em entorpecentes, o que à primeira vista parece-me irreversível. Vendo-a nas proximidades da minha sala de aula, com um frasco do psicotrópicos, propiciando a seus colegas seguirem um exemplo não recomendável, não usei de meios termos, e, por intermédio de uma funcionária, não permiti que a dita aluna realizasse seu intento, tomando-lhe a droga. Incontinentemente, a referida aluna levou o fato ao conhecimento da professora chefe do SOEV, que insistiu na devolução da droga “para acalmar a aluna que estava em situação muito aflitiva”. Não atendi à professora chefe do SOEV.

Sendo pública e notória a campanha contra o tóxico, não poderei fugir, diante do flagrante que se apresentou, ao meu dever e à minha sadia colaboração para tentar, ao menos, diminuir este problema que atormenta a juventude, da qual somos, ambos, se assim me permites, educadores.

Levei o fato ao conhecimento da autoridade competente, buscando ali uma defesa para que o mal não se espalhe em nosso ambiente educativo. Se tal procedimento é prova de “manifestações de rebeldia”, ou de atitudes contrárias a princípios básicos de orientação pedagógica escolar, lamento ter de repelir o vosso conceito sobre educação, pois, do contrário, se o admitisse, como enunciado para este caso, não sei a que fim iremos chegar. A minha omissão seria contrária à ética profissional e, como pai, sinto-me mais ainda na obrigação de estar ao lado dos que defendem uma juventude hígida e capaz de formar uma geração para um Brasil Maior. (COSTA, 04 jun. 1971.)

Ao que parece, o professor Paulo Roberto, diante da situação com a aluna “toxicômana”, na qual uma colega professora opinou que a melhor coisa a se fazer seria devolver o tóxico à aluna, que estava em crise de abstinência, “levou o fato ao conhecimento da autoridade competente”, o Departamento de Ordem Política e Social, cujos arquivos foram um dos destinos desses documentos. A situação revela posições diferentes dos professores do colégio em relação à questão das drogas ou até mesmo sobre a interferência da polícia política no interior da escola, como demonstra a fala do diretor da escola: “[...] quaisquer medidas de ordem disciplinar e administrativa serão tomadas pelos órgãos competentes quando e como lhes parecer conveniente, de acordo com princípios educacionais não se admitindo, qualquer iniciativa pessoal que fira a filosofia que se tem procurado dar ao Centro”.

A posição do professor de Matemática, por sua vez, parece revelar um maior alinhamento à política antidrogas incentivada pela Escola Superior de Guerra, pela Doutrina de Segurança Nacional, e pelo DOPS: “A minha omissão seria contrária à ética profissional e, como pai,

sinto-me mais ainda na obrigação de estar ao lado dos que defendem uma juventude hígida e capaz de formar uma geração para um Brasil Maior.”. Sua posição alude aos objetivos que fundamentaram, por exemplo, a criação da disciplina de Educação Moral e Cívica - forjar um “novo cidadão”, apto a respeitar a ordem e a autoridade (SEPÚLVEDA, 2010); e a ideia de Desenvolvimento aplicada à educação proposta pela ESG: visar ao aperfeiçoamento contínuo das capacidades físicas, intelectuais e espirituais dos indivíduos, alinhado com as aspirações nacionais para contribuir com a formação de uma sociedade mais desenvolvida, compreendendo a juventude como recurso estratégico da nação (GONÇALVES, 2011). Para tanto, é preciso defender a “higidez” dessa juventude, mantendo-a longe das drogas, entre outros vícios. O professor alude à sua posição como “pai e profissional” para reforçar sua obrigação moral de auxiliar na defesa da juventude brasileira. A lógica defendida pelo professor Paulo Roberto ecoa diretamente a concepção de desenvolvimento apontada por Gonçalves (2011) em sua análise do Manual da ESG, segundo a qual a educação deveria formar o “novo homem brasileiro”, alinhado à ordem e à autoridade, e funcional ao desenvolvimento nacional. As intervenções da Brigada do Vício nas escolas e a disseminação de materiais didáticos moralizantes evidenciam a aplicação prática da guerra psicológica descrita no Manual: ações voltadas à construção de um sujeito disciplinado e leal ao projeto de Estado.

No entanto, o prof. Oder José dos Santos, em comunicação endereçada ao reitor da UFMG, buscando esclarecer o incidente ocorrido no Centro Pedagógico, acrescenta mais detalhes sobre esta situação: o Colégio já havia tomado conhecimento do estado dessa aluna do 3º ginasial, e em resposta, teria tomado uma série de medidas que demonstravam uma posição particular em relação a como lidar com o uso de tóxicos pelos estudantes. Um psicólogo e um orientador educacional já haviam sido acionados, buscando entender o grau e as causas da dependência da aluna; bem como os pais e familiares já haviam comparecido ao colégio para conversar com o Serviço de Orientação Educacional Vocacional e com a direção do CP. Os professores da aluna já estavam a par da situação, e os elementos do SOEV (Serviço de Orientação Educacional e Vocacional) também já estavam em contato com o psiquiatra da aluna, contratado por sua família. Diante de todos esses fatores, o CP tomou a seguinte decisão:

Apesar do Centro Pedagógico estar voltado para a pesquisa e a experimentação pedagógica, e não ser um Centro de Recuperação, deveríamos tentar a recuperação da aluna, devido ao fato de que seu comportamento era passivo. As possibilidades de ações tendentes a influenciar colegas eram mínimas. Acrescente-se ainda o que o psiquiatra nos confidenciou: após os contatos

iniciais com nossos especialistas, afirmou ele que as possibilidades de recuperação de sua paciente estavam condicionadas à sua permanência na escola, que constituía a última instituição social capaz de prendê-la dentro de uma situação mais estruturada. (SANTOS, 20 out. 1971)

Apesar disso, em maio de 1971 a situação relatada pelo professor de matemática veio a acontecer. O diretor Oder afirma que o professor, além de estar alheio às medidas tomadas pela direção, também era contrário a esses princípios, apesar de todos os professores do CP terem participado de um Seminário sobre tóxicos. Por isso, na ocasião, o professor teria achado por bem levar o fato ao conhecimento do órgão policial (DOPS). Como resultado, a aluna foi desligada. Toda essa situação foi levada ao conhecimento do Cel. Pedro Vercillo, Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC, e a documentação sobre esse caso se encontra no fundo da AESI na UFMG.

Em 29 de outubro de 1971, foi aprovada a Lei nº 5.726, assinada por Médici, que dispunha sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. Essa lei trouxe mudanças em relação ao decreto-lei nº 385, de 1968, que utilizava-se do Ato Institucional nº 5 para modificar o artigo 281 do Código Penal e trazer de volta a criminalização tanto o tráfico quanto o uso e o porte de substâncias que determinem dependência física ou psíquica, que havia sido revogada por lei anterior no ano de 1964. A novidade da Lei nº 5.726 de 1971 foi a inclusão na legislação do imaginário do perigo das drogas que estariam ganhando força naquele momento no país, trazendo a ideia de que a guerra às drogas tratava-se de um interesse coletivo para o futuro do Brasil. Assim, entre outras medidas, direcionamentos específicos para as instituições de ensino: entre elas, a obrigação de enviar representantes docentes para cursos de preparação para o combate ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes no âmbito escolar. Esses cursos deveriam ser organizados pelos governos estaduais e dos territórios brasileiros no início de cada ano letivo. Ademais, as instituições de 1º e 2º grau e de ensino superior deveriam promover conferências de frequência obrigatória para os alunos sobre os malefícios causados pelas substâncias entorpecentes. Sob pena de perda do cargo, os diretores ficaram obrigados a comunicar às autoridades os casos de uso e tráfico de substâncias no âmbito escolar, e os alunos encontrados trazendo consigo substâncias entorpecentes teriam sua matrícula trancada. Como afirmam Kaminski e Pereira (2021), professores eram considerados peças-chave na disseminação dos valores oficiais, assim, condutas consideradas “subversivas” poderiam resultar em processos e

suspensões e por essas razões, a formação de docentes deveria ser orientada pela doutrina militar e religiosa.

Por fim, temos uma comunicação entre o diretor da Faculdade de Ciências Humanas da antiga Universidade Católica de Minas Gerais, e o delegado David Hazan, um dos criadores da Brigada do Vício do DOPS, com data de 15 de julho de 1974:

Senhor Delegado:

Venho pela presente agradecer-lhe a atenção dispensada ao prof. José Guido Gomes. O atendimento ao seu pedido, palestra no DOPS, sobre “Drogas e Tóxicos”, dia 19 do corrente, para os professores do Curso de Aperfeiçoamento e Treinamento para o Ensino Fundamental - Convênio Secretaria da Educação e Universidade Católica - muito contribuirá para a formação de nossos alunos-mestres. (CHAVES, 15 jul. 1974)

A carta arquivada pelo DOPS evidencia uma articulação entre o professor do curso de aperfeiçoamento e treinamento para o ensino fundamental, professor José Guido Gomes, que no ano de 1967 havia sido lotado para um cargo na Secretaria de Estado da Educação como técnico, e que naquele momento lecionava em um curso de formação de professores, do convênio entre a Secretaria de Educação e a Universidade Católica, e o DOPS. O professor José Guido, segundo documento da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, foi convidado a participar de encontros para elaboração do Plano Nacional de Educação no ano de 1967, o que demonstra que sua posição era importante no cenário educacional, e que o professor estava a par das políticas educacionais correntes da ditadura, bem como, possivelmente, das discussões ideológicas que pautavam o que deveria estar em jogo na formação da juventude. A comunicação foi intermediada pelo diretor da faculdade, para que os “alunos-mestres” do curso fossem à sede da polícia política para receber um treinamento sobre drogas e tóxicos. Assim, temos evidência de que havia uma preocupação em formar professores sensíveis à questão das drogas, como determinado pela Lei nº 5.726 de outubro de 1971, e a forma como a ditadura militar encarava tal problemática frente à formação da juventude brasileira.

A análise da documentação do DOPS/MG e das ações pedagógicas empreendidas pelo MEC revela um entrelaçamento entre educação e repressão que pode ser interpretado à luz das reflexões de Gonçalves (2011) e Sepúlveda (2010). Ambos evidenciam o papel central da Escola Superior de Guerra na formulação de uma racionalidade de Estado que concebia a educação como instrumento estratégico de segurança nacional. A projeção do campo militar sobre o campo educacional, como descreve Sepúlveda, operava a partir da frágil autonomia deste último,

permitindo a incorporação de valores morais, disciplinares e nacionalistas como eixos estruturantes do currículo e da prática docente. Essa racionalidade também se manifesta nos documentos analisados: os conteúdos sobre drogas, os programas de ação psicológica e os encaminhamentos de denúncias contra estudantes constituem práticas concretas de uma pedagogia da vigilância, voltada à conformação de um sujeito obediente, produtivo e leal à ordem. Tal como apontam os autores, não se trata apenas de uma ação repressiva pontual, mas de um projeto articulado de formação de subjetividades, em que o educador assume, muitas vezes, o papel de agente auxiliar do aparato de controle estatal.

Reflexões finais

A análise dessas fontes, que envolvem a temática da guerra às drogas e da educação no período da ditadura militar, simultaneamente, nos permite aprofundar o debate acerca do papel da Doutrina de Segurança Nacional, da Escola Superior de Guerra e do anticomunismo em moldar a educação no recorte ditatorial, observando como a escola foi uma extensão para que a ditadura perpetrasse sua ideologia e, ao mesmo tempo, garantisse sua legitimação. O discurso antidrogas levantado pelos ideólogos da ditadura caminhou juntamente do discurso acerca da guerra psicológica e das estratégias de ação psicológica defendidas pela DSN e por porta-vozes tais como o gal. Moacir Araújo Lopes inseridas na educação através de ações como a criação da EMC. Conforme Gonçalves (2011), a ESG entendia a educação como um fator da expressão psicossocial do poder nacional, vinculado ao desenvolvimento de um cidadão produtivo e moralmente ajustado, exatamente como se vê nos objetivos da EMC e nas ações do DOPS nas escolas mineiras.

Ao mesmo tempo, a inserção de tal discurso no repertório ideológico do ensino básico e superior teve um peso muito importante na legitimação da guerra às drogas que estava sendo desenhada no Brasil naquele momento. É importante lembrar que mesmo a visão das drogas, especialmente da maconha, como uma das grandes problemáticas da sociedade brasileira, é relativamente recente, e a ditadura teve muito a contribuir com a construção de tal cenário. Podemos afirmar, então, que a ditadura militar foi responsável por incluir na agenda da educação básica a campanha contra as drogas, mais por razões ideológicas do que sanitárias, no que diz respeito à formação da juventude, vista como essencial para a construção de uma “nova sociedade”, e também, no combate à subversão.

Referências bibliográficas:

- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **História da Maconha no Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- GONÇALVES, Nadia. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na Ditadura Civil Militar: Estratégias e a Educação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011
- SEPÚLVEDA, José Antonio Miranda. **O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional**. Doutorado. UFRJ. 2010.
- STEVOLO, Pedro Luiz. **A perseguição ao Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo (1968-1970)**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14052024-110428/>. Acesso em: 09 jun. 2026.
- KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou. Imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **Antíteses**, vol.9, n.18, jul-dez, 2016.
- KAMINSKI, Leon. Doutrina de Segurança Nacional e políticas antidrogas no Brasil: aspectos de uma guerra psicológica. In: **Ditaduras contemporâneas: ação, resistência e ocaso**. Org. CHAVES, Monica Piccolo. São Luís: EDUEMA, 2022. 285 p.
- KAMINSKI, Leon. Doutrina de Segurança Nacional, guerra psicológica e políticas antidrogas no Brasil. **Anais do XXIII Encontro Regional de História da Anpuh-MG**. Diamantina, jul. 2022.
- KAMINSKI, Leon; PEREIRA, Mariana de Souza . "A mais alta liberdade é a mais alta disciplina": educação moral e cívica, guerra psicológica e ditadura militar. In: MESSIAS, Elvis; DINIZ, Cássio. (Org.). **Dignidade humana e educação**. A contribuições interdisciplinares. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, p. 135-158.

Fontes primárias:

- BARBOSA, Benedito Jaime. **Ofícios do delegado Benedito Jaime Barbosa endereçados a Biblioteca Pública de Minas Gerais, ao Delegado Murillo de Macedo Pereira, ao reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, ao diretor da Universidade Católica de Minas Gerais, ao diretor da Universidade Mineira de Arte e ao diretor da Fundação Universidade de Minas Gerais**. 11 fl. 12 mai. 1975. Pasta 4305, Fundo DOPS, Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- BRASIL. **Decreto-lei nº385**, de 26 de dezembro de 1968. Dá nova redação ao artigo 281 do Código Penal. Brasília, 26 dez. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-385-26-dezembro-1968-378122-publicacaooriginal-1-pe.html>
- BRASIL. **Lei n. 5.726**, 29 de outubro de 1971. Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica

e dá outras providências. Brasília, 29 out. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5726-29-outubro-1971-358075-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Brigada do Vício vai combater toxicômanos. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 18 abr. 1970

CHAVES, Wilson. **Documento enviado ao Delegado David Hazan agradecendo ao DOPS pela palestra ministrada aos alunos do Curso de Aperfeiçoamento e Treinamento para o Ensino Fundamental**. 15 jul. 1974. 1 fl. Datilografia. Pasta 1259, Fundo DOPS, Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

COELHO, Marcello de Vasconcellos. **Correspondência enviada ao Cel. Pedro Vercillo, Diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura**. 3 nov. 1971. 1fl. Datilografia. Caixa 17, Fundo AESI, Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

COSTA, Paulo Roberto Baeta. **Ofício em resposta ao diretor Prof. Oder José dos Santos**. 04 jun. 1971. Datilografia. Pasta 1260, Fundo DOPS, Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

FERNANDES, Serafim. **Documento enviado ao Professor José Guido informando sobre a indicação do nome dele para participação no encontro para elaboração do Plano Nacional de Educação**. 05 jun. 1967. 1 fl. Datilografia. Caixa 18, Pasta 6/7. Doc. 249. Fundo FFCLSM, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

No começo, uma fuga apenas. Depois, a loucura. É o vício. **Estado de Minas**, 25 de nov. de 1970

O fim do vício no combate sistemático ao traficante. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 18 de nov. de 1970.

Rádio é a nova arma do DOPS contra o Terror. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 13 jan. 1970.

SANTOS, Oder José. **Ofício endereçado ao Prof. Dr. Marcello de Vasconcellos Coelho, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais**. 20 out. 1971. 2 fl. Datilografia. Caixa 17, Fundo AESI, Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

SANTOS, Oder José. **Ofício endereçado ao Prof. Paulo Roberto Baeta da Costa**. 31 mai. 1971. 2 fl. Datilografia. Pasta 1260, Fundo DOPS, Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Victor Pérez Petit e a mediação cultural no Uruguai finissecular através da Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales (1895-1897)

Vinicius Saltarelli Malanote

Mestrando em História

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Bolsista CAPES

vs.malanote@unesp.br

Resumo: O presente trabalho analisa a atuação de Victor Pérez Petit (1871-1947) como redator da Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales (1895-1897) na constituição do campo intelectual uruguaio finissecular. Caracterizado como um intelectual mediador (Gomes; Hansen, 2016), sugere-se que sua prática ressignificou correntes literárias e ideológicas europeias, gerando produtos culturais híbridos que dialogavam com os dilemas da modernização no Rio da Prata. A pesquisa evidencia como a renovação estética operou como um dispositivo de regulação simbólica e social, desempenhando um papel ativo na produção histórica das sensibilidades. Por meio de uma crítica militante, Pérez Petit combateu o "romantismo recalcitrante" e a "moralidade provinciana" da elite letrada tradicional, associando o "idealismo senil" a um atraso que impedia a inserção nacional na modernidade. Propõe-se que o autor pretendeu forjar novas identidades ao deslocar uma sensibilidade tradicional e provinciana em favor de uma sensibilidade moderna, incorporando a introdução de autores como Verlaine e D'Annunzio como um novo regime estético destinado a educar o gosto e a sensibilidade da juventude intelectual uruguaia. Igualmente, investiga-se como a mediação cultural de bens simbólicos rompeu com a lógica da "mera imitação", visando a construção de uma identidade autônoma e inserindo a experiência histórica latino-americana em diálogo crítico com a cultura ocidental. Simultaneamente, examinam-se as estratégias discursivas na série de ensaios críticos intitulada "Los Modernistas", analisando como o intelectual mobilizou a ambivalência e a polifonia textual para introduzir figuras como Nietzsche e Ibsen, cujas obras eram lidas pela geração patricia como "subversivas" e "neuróticas". Através dessa mediação o autor promoveu discursos contra-hegemônicos, gerando produtos culturais híbridos capazes de redefinir o cânone nacional. A metodologia ancora-se na história dos intelectuais de Sirinelli, na teoria dos campos de Bourdieu e na categoria de Intelectual Mediador de Gomes e Hansen, compreendendo a revista como um espaço de sociabilidade fundamental para a estruturação de redes intelectuais, para a acumulação de capital simbólico e para a prática da mediação cultural. Assim, o trabalho evidencia a indissociabilidade entre estética e política, ressaltando o papel da mediação na conformação de uma agenda de renovação literária e na reflexão sobre os sentidos da modernidade na América Latina.

Palavras-chave: Victor Pérez Petit; Intelectual mediador; Estética e moralidade.

Introdução

Em março de 1895, a *Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales* (1895-1897) chegava às mãos da intelectualidade de Montevideu com uma promessa de renovação. Dirigida por José Enrique Rodó, Victor Pérez Petit e os irmãos Carlos e Daniel Martínez Vigil, ela nascia em plena turbulência das antigas certezas morais e estéticas, naquele momento inquieto e fértil que os europeus chamavam de *fin de siècle*, e se propunha a ser a voz de uma geração que não se reconhecia mais no ambiente cultural de seu país. Entre seus redatores, Pérez Petit (1871-1947) ocupou um lugar singular: foi ele quem, com afincado, tomou sobre si a tarefa de apresentar e interpretar para o público uruguaio alguns dos autores que perturbavam a sensibilidade do período, como Nietzsche, Ibsen, Tolstói e Verlaine, fazendo de sua crítica literária um instrumento de intervenção nas disputas culturais mais amplas sobre os sentidos da sensibilidade moderna no Rio da Prata.

Imerso no processo de modernização que atravessava o Uruguai finissecular, Pérez Petit participou, ao lado dos escritores, poetas, dramaturgos e filósofos da chamada "Geração dos 1900", das disputas em torno dos sentidos possíveis para a identidade e a sensibilidade cultural uruguaia - disputas essas que, como se verá, tinham na renovação estética um de seus campos de batalha mais decisivos. O argumento central deste trabalho é que o crítico uruguaio atuou nesse espaço como intelectual mediador, selecionando, interpretando e ressignificando repertórios modernos europeus em diálogo com as disputas pela renovação literária e cultural do período. Mais do que um receptor e divulgador passivo, Pérez Petit reconfigurou essas referências, inserindo-as nos debates específicos do campo intelectual uruguaio e intervindo na produção de novas sensibilidades e na reflexão sobre os sentidos possíveis da identidade cultural latino-americana no Rio da Prata.

Para dar conta desse problema, o trabalho articula perspectivas teórico-metodológicas complementares. A teoria dos campos de Pierre Bourdieu (1996) permite compreender a *Revista Nacional* como espaço de disputas por legitimidade e capital simbólico; a história dos intelectuais de Jean-François Sirinelli (2003) orienta a atenção para redes de sociabilidade, itinerários e engajamentos; e a categoria de intelectual mediador de Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016) permite analisar Pérez Petit como agente de seleção e ressignificação de repertórios estrangeiros. A essas contribuições somam-se a noção de "síntaxe" das revistas

culturais, de Beatriz Sarlo (1992), pela qual as escolhas editoriais constituem formas de intervenção coletiva na conjuntura cultural de determinado “presente”, e a advertência de Elías J. Palti (2024) contra análises limitadas ao rastreamento de “influências”. Mais do que perguntar “quem leu quem”, interessa compreender as condições que tornaram possíveis, no Uruguai dos anos 1890, determinadas leituras de Nietzsche, Ibsen e Tolstói.

Desse modo, o recorte privilegia um conjunto documental composto por textos críticos publicados por Pérez Petit na *Revista Nacional* e, em parte, posteriormente reunidos no volume *Los Modernistas* (1903): a crítica à tradução das *Odas de Horácio* por Osvaldo Magnasco; a leitura de Henrik Ibsen como dramaturgo da crise moral moderna; a crítica a León Tolstói como expressão e limite ascético do neo-misticismo; e a leitura de Friedrich Nietzsche como linguagem de crítica da moral burguesa. Para isso, o trabalho divide-se em três seções. A primeira examina o campo intelectual uruguaio finissecular e o papel da *Revista Nacional* nesse contexto. A segunda analisa a posição e a prática de Pérez Petit como intelectual mediador. A terceira concentra-se na análise dos textos selecionados, buscando compreender como autores europeus foram mobilizados em favor de um projeto de renovação estética e de reflexão sobre a modernidade latino-americana e, mais precisamente, uruguaia. Assim, busca-se apresentar caminhos de análise para compreender a crítica literária como forma de intervenção no campo intelectual e na cultura uruguaia. Nessa perspectiva, estética e moralidade aparecem não como esferas separadas, mas como categorias históricas por meio das quais Pérez Petit disputou formas de gosto, projetos culturais e literários e modelos de sensibilidade moderna.

O campo intelectual uruguaio finissecular e a *Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales*

A modernização uruguaia no último terço do século XIX foi um processo irregular e conflituoso, resultado da tensão de uma série de transformações que modificaram simultaneamente a estrutura do Estado, a economia e a sociedade, com cada uma dessas dimensões avançando em ritmo próprio. A pacificação relativa das guerras civis entre *blancos* e *colorados*, a centralização do poder estatal, o crescimento dos processos de imigração e urbanização, a expansão da educação pública e da imprensa, demarcavam um conjunto de fenômenos que convergiram para aquilo que Caetano e Rilla (1994, p. 77) identificaram como a primeira fase modernizadora uruguaia, que buscou consolidar a presença do Estado, afirmar a

propriedade privada e reinserir o país como nação no contexto mundial do fim do século XIX. No centro desse cenário, Montevideu assumia uma posição privilegiada, visto que, convertida em um importante centro comercial estratégico no Rio da Prata, a capital portuária atraía tanto o comércio externo quanto um intenso fluxo migratório que, como observa Arteaga (2008, p. 89), transformou-a em uma cidade “estrangeirizada” em seu comércio, suas propriedades e seus costumes. Sob a atmosfera cosmopolita de Montevideu, pairava não apenas um clima de prosperidade econômica, mas também uma onda de tensões culturais e ideológicas. A grande massa de imigrantes, sobretudo europeus, adentrou o país carregando consigo perspectivas político-ideológicas diversas - do anarquismo ao positivismo, do socialismo ao nietzschianismo - que passaram a disputar espaço com as tradições conservadoras uruguaias, encontrando maior projeção em alguns segmentos urbanos em expansão. O Uruguai se alinhava, assim, ao movimento mais amplo das nações independentes latino-americanas que, segundo Martin (2015, p. 489), após um período de introspecção e frustração interna entre 1830 e 1870, voltaram a olhar para o exterior nas décadas seguintes, e esse olhar, no caso uruguaio, não seria apenas econômico ou político, mas também intelectual e literário.

O contato da “inteligência” uruguaia com a modernidade europeia, nesse contexto, se deu por diferentes vias: o desenvolvimento do mercado editorial internacional; o crescimento da imprensa e a emergência das revistas culturais e literárias; e o intercâmbio cultural promovido pelos movimentos migratórios, como citado anteriormente. A ampliação do mercado editorial, especialmente o francês e espanhol, promoveu o acesso a edições vendidas a preços relativamente populares, o que permitiu que livros, traduções, autores e correntes de pensamento europeus circulassem no espaço rio-platense, ultrapassando, ainda que de maneira desigual, os círculos mais restritos da elite letrada e das instituições universitárias (ZUM FELDE, 1967; ARDAO, 1971). Nas ruas de Montevideu, em meio aos cafés, bares, restaurantes e clubes literários, essas obras passaram a ser debatidas por escritores, jornalistas, estudantes e por uma nova geração, que então se formava, de intelectuais autodidatas.

A emergência desses intelectuais, chamados por Zum Felde (1967) de “intelectuais do café” constituía um fenômeno inédito para a “inteligência” nacional uruguaia, fruto, por um lado, das mudanças ocorridas no sistema educacional superior e, por outro, dessa circulação de livros e ideias promovidas pelo desenvolvimento do mercado editorial. Em finais do século XIX, as universidades teriam progressivamente privilegiado uma formação pragmática, técnica e utilitária,

deixando em segundo plano uma educação humanística mais ampla. A partir disso, sugere-se que, naquele momento, os bares e cafés literários, ao lado desse espaços mais formais, constituíram-se como novos locais de sociabilidade, promovendo uma geografia mais ampla da vida intelectual: leituras compartilhadas, reconhecimento entre pares, formação de grupos, disputas por prestígio e confrontos entre diferentes projetos estéticos e ideológicos. O Polo Bamba, conhecido como “Ateneu da Boêmia”, tornou-se um dos exemplos mais expressivos dessa sociabilidade, reunindo escritores, jornalistas, estudantes, anarquistas, socialistas e modernistas em torno das discussões sobre literatura, filosofia, estética e política (ZUM FELDE, 1967).

É nesse cenário que emerge a chamada “Geração dos 1900”⁴, grupo de jovens escritores, poetas, filósofos e dramaturgos marcados pela crise das antigas unidades morais e estéticas e pela fragmentação ideológica do *fin de siècle*. Como observa Alberto Zum Felde (1967), essa geração representou uma ruptura com a tradição letrada patriarcal, constituindo-se como um movimento complexo e heterogêneo, no qual conviviam tendências estéticas, filosóficas e políticas diversas, unificadas pela recusa ao “Romantismo recalcitrante” e à “moralidade provinciana” da elite letrada tradicional. Drews López (2013, p. 29, tradução própria)⁵ identifica alguns dos elementos que conferem coesão a esse grupo: a proximidade de idade; a formação predominantemente autodidata, adquirida “na solidão das bibliotecas, nas mesas dos cafés e nos exaltados cenáculos”; e, não menos importante, o conflito com as gerações precedentes, como demonstrado anteriormente. Ao mesmo tempo, o autor ressalta que essa ruptura com a geração ilustrada e positivista do Ateneu não foi total, o que confere ao movimento um caráter complexo e heterogêneo. Ademais, esse processo se insere em uma trajetória mais longa de transformações do pensamento uruguaio. Como mostra Ardao (1971, p. 53-93), a substituição do romantismo pelo positivismo e, posteriormente, a crise deste em favor de um espiritualismo de inflexão renaniana constituíram as etapas sucessivas de maturação da inteligência uruguaia, que teria na Geração dos 1900 seu ponto mais alto. Cada uma dessas etapas representou não apenas uma mudança de conteúdo filosófico, mas uma reconfiguração das formas de sociabilidade intelectual e dos critérios de legitimidade no interior do campo letrado uruguaio em constituição. Assim, Drews López (2013, p. 29-30) sintetiza que esse pequeno grupo de intelectuais fez do

⁴ Dentre os diversos pensadores constituintes do grupo conhecido como “Geração de 1900”, destacam-se José Enrique Rodó, Víctor Pérez Petit, Carlos Reyles, Carlos Vaz Ferreira, Roberto de las Carreras, María Eugenia Vaz Ferreira, Julio Herrera y Reissig, Delmira Agustini, Florencio Sánchez, Horacio Quiroga e os irmãos Carlos e Daniel Martínez Vigil, além de outros expoentes intelectuais (ZUM FELDE, 1967; ARDAO, 1971)

⁵ No original: “en la soledad de las bibliotecas, en las mesas de los cafés y en los exaltados cenáculos”

modernismo o centro de seu pensamento ideológico e artístico. Sob o signo da decadência e da consequente necessidade por vitalidade, descobriram Nietzsche, introduzido então como renovador do espírito daquela época - tarefa na qual Pérez Petit ocupou uma posição central, como se verá.

Nesse quadro, o embate entre a juventude intelectual e a tradição patriarcal engendrava uma disputa por posições de autoridade e de poder simbólico no interior de um campo intelectual em processo de constituição (BOURDIEU, 1996). As estratégias de tomada de posição no interior desse campo tiveram nas revistas culturais um espaço privilegiado, uma vez que essas davam expressão a coletivos intelectuais, sendo ainda, elas mesmas, “vozes coletivas” e unidades significativas capazes de articular redes intelectuais, definir agendas culturais e operar como espaços de sociabilidade e disputa por posição (TARCUS, 2020). Para Jean-François Sirinelli (2003), as revistas são estruturas de sociabilidade que permitem reconstituir os itinerários dos intelectuais, os vínculos de geração e as redes de afetividade e influência que configuram o campo intelectual. Assim, mais do que simples veículos de textos, elas funcionam como laboratórios de ideias, nos quais se forjam identidades intelectuais coletivas e se estabelecem hierarquias culturais que orientam a produção simbólica de uma época.

A *Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales*, fundada em Montevideu em março de 1895 e publicada até 1897, inscreve-se nesse contexto como expressão privilegiada da juventude intelectual uruguaia. Dirigida por José Enrique Rodó (1871-1917), Victor Pérez Petit (1871-1947), Carlos Martínez Vigil (1870-1949) e Daniel Martínez Vigil (1867-1940), a revista propunha renovar a literatura e a cultura uruguaia, inserir o Uruguai nas discussões culturais internacionais e criar um espaço de sociabilidade intelectual capaz de articular redes nacionais e transnacionais de circulação de ideias. Embora seu “Programa” reivindicasse distância da política militante, excluindo questões de caráter pessoal ou sectário (REVISTA NACIONAL DE LITERATURA Y CIENCIAS SOCIALES, 1895), o periódico atuava como espaço de intervenção simbólica, no qual a seleção de autores, ideias e correntes literárias participava ativamente das disputas por legitimidade intelectual e pelos projetos de modernidade em curso no Uruguai finissecular.

Como argumenta Tarcus (2020, p. 22), as revistas culturais participaram da constituição das literaturas nacionais e da definição de seus cânones, disputando quais autores e obras deveriam ocupar o centro, a periferia ou as margens da cultura legítima. Ao eleger como interlocutores os simbolistas franceses, os naturalistas e pensadores como Nietzsche e Tolstói, a

Revista Nacional sinalizava seu afastamento dos modelos tradicionais associados ao romantismo e ao positivismo. Como registra Zum Felde (1967), Pérez Petit, ao lado de José Enrique Rodó, foi o encarregado de descobrir as novas figuras originais da intelectualidade europeia, os artistas e pensadores revolucionários daquela época, realizando essa tarefa de maneira mais “militante” que seu colega redator. Ainda, infere-se que as decisões editoriais da revista, como a seleção de colaboradores, a política de traduções e a hierarquia atribuída aos textos, constituíam, por si mesmas, um programa de intervenção na conjuntura cultural uruguaia (SARLO, 1992). Nesse sentido, a *Revista Nacional* não apenas refletiu o campo intelectual uruguaio, mas participou ativamente de sua configuração, funcionando como laboratório de ideias e como instrumento de formação de novos gostos, sensibilidades e hierarquias culturais.

Victor Pérez Petit como intelectual mediador

Victor Pérez Petit nasceu em Montevideu em 1871 e faleceu na mesma cidade em 1947. Crítico literário, poeta, romancista, dramaturgo e jornalista, foi, antes de tudo, um fino estilista que fez de suas críticas literárias uma forma de arte (ZUM FELDE, 1967, p. 330). Parte de seus textos publicados na *Revista Nacional* foi posteriormente reunida em *Los Modernistas* (1903), volume dedicado a autores como Ibsen, Wilde, Tolstói, Verlaine, Nietzsche, Whitman, Mallarmé e Rubén Darío. Drew López (2013) pesquisa identifica que a obra crítica de Pérez Petit representa as primeiras apreciações de Nietzsche no Uruguai, evidenciando sua posição como pioneiro na introdução do pensamento europeu finissecular no campo intelectual uruguaio.

A categoria de intelectual mediador, desenvolvida por Gomes e Hansen (2016), é particularmente apropriada para caracterizar a atuação de Pérez Petit. Para as autoras, os intelectuais mediadores são agentes que exercem uma função de tradução, adaptação e ressignificação de repertórios simbólicos. O produto de sua mediação não é uma simples cópia do modelo de origem, mas uma síntese original que incorpora as demandas e os “problemas” do contexto de recepção. A mediação cultural implica sempre uma dimensão criativa e uma dimensão política, na medida em que a seleção e a ressignificação dos repertórios estrangeiros constitui, ao mesmo tempo, uma tomada de posição nas disputas internas do campo intelectual receptor. Contudo, como adverte Palti (2024, p. 184-185), não basta rastrear “influências”, mas é necessário reconstituir as condições históricas que tornavam possíveis determinadas apropriações. É aqui que Ardao (1971, p. 55-221) se torna importante, pois a transição do positivismo ao

espiritualismo, com influências de Ernest Renan, constituiu o terreno filosófico e cultural que tornava viável, no Uruguai do fim do século XIX, a recepção criativa e “produtiva” de autores como Nietzsche, Ibsen e Tolstói. O culto renaniano ao pensamento desinteressado e à aristocracia intelectual já havia preparado um campo de sensibilidades no qual a mediação de Pérez Petit podia se inscrever com força e produzir efeitos culturalmente significativos.

Pérez Petit, nesse sentido, tornava essa dimensão particularmente visível na sua prática de “crítica militante”. Pérez Petit empregava autores europeus como argumentos contra o “romantismo recalcitrante”, a “moralidade provinciana” e o “idealismo senil” associados à tradição letrada. A introdução de Verlaine, D’Annunzio, Nietzsche e Ibsen constituía, simultaneamente, uma escolha estética e uma tomada de posição, destinada a deslocar hierarquias culturais e formar novos critérios de gosto. Assim, suas leituras da aristocracia do talento em Nietzsche, de Ibsen como redentor moral e de Tolstói como limite ascético não eram neutras, mas respondiam às disputas que atravessavam o campo intelectual uruguaio. Inserido em redes transnacionais de circulação de ideias (DÉVES VALDÉS, 2007), Pérez Petit não atuou como receptor passivo, mas como agente de reelaboração de repertórios estrangeiros em função de problemas locais.

Horácio e a lírica moderna

A crítica *A propósito de una traducción de las Odas de Horacio por el doctor Osvaldo Magnasco*, publicada nos três primeiros números da *Revista Nacional*, é um dos textos mais reveladores da operação intelectual feita por Pérez Petit. A aparente ocasionalidade do tema, dedicado à análise de uma tradução, é transformada em uma oportunidade de reflexão sobre os fundamentos da lírica moderna e as relações entre forma, sensibilidade e moralidade na criação estética. Na abertura do ensaio, o crítico uruguaio caracteriza todo processo de tradução como uma experiência marcada pela perda. Recorrendo a Menéndez y Pelayo, compara os livros traduzidos ao avesso de uma tapeçaria, pois, embora preservem a trama e a matéria, perdem o lustre e o polimento do material original (PÉREZ PETIT, 1895, p. 7). Essa desconfiança em relação à tradução não impede, contudo, que Pérez Petit reconheça na empreitada de Osvaldo Magnasco um exemplo de “conhecimento cabal”, disciplina erudita e rigor intelectual. Ao aproximá-lo de Bartolomé Mitre, tradutor de Dante, afirma que ambos haviam dado, em 1894, a “nota mais elevada” da América literária (PÉREZ PETIT, 1895, p. 8). Esse elogio pode ser interpretado à luz

da análise de Ardao (1971) sobre a formação de uma inteligência técnica e profissional no Uruguai. No entanto, não se trata de afirmar que Magnasco já encarnasse plenamente a profissionalização das letras, uma vez que o próprio Pérez Petit assinala que a tradução fora realizada nos momentos de ócio de um homem de Estado. O gesto crítico consiste justamente em retirar dessa atividade o caráter de um simples passatempo, e atribuir-lhe o valor de um trabalho intelectual disciplinado. Nesse sentido, o lema *Laboremus*, adotado pela *Revista Nacional* (REVISTA NACIONAL DE LITERATURA Y CIENCIAS SOCIALES, 1895, p. 1), expressava uma concepção de trabalho intelectual fundada no estudo, no esforço e no rigor, em oposição ao diletantismo atribuído à cultura letrada tradicional. A tradução de Magnasco aparece, assim, não apenas como exercício erudito, mas como empreendimento capaz de inserir a “América literária” em um horizonte mais amplo de reconhecimento e legitimação cultural.

Ao passar da tradução para a obra de Horácio, Pérez Petit enfrenta diretamente a questão da lírica moderna. Contra a ideia de que nada haveria de valioso ou novo fora dos modelos clássicos, ele distingue forma e conteúdo histórico. Para o intelectual uruguaio, o que a modernidade deveria recuperar dos clássicos, mais precisamente Horácio, não era a ordem de sentimentos e de ideias de seu tempo, impossíveis de ressuscitar, uma vez que a sensibilidade moderna seria de uma ordem diferente, mas a sobriedade, a concisão e a nitidez formal. Em outras palavras, o estilo horaciano oferecia os instrumentos formais e estéticos para a construção da lírica moderna, contudo, a imitação da tradição clássica deveria se limitar à forma, pois a modernidade exigia que o “fundo” dessas obras fossem reelaborados a partir de uma experiência histórica distinta. Dessa forma, essa distinção feita por Pérez Petit permitia ao crítico afastar-se tanto da imitação “servil” dos antigos quanto da rejeição integral da tradição clássica.

A oposição entre epopeia e lírica explicita esse argumento. A epopeia dependeria de sociedades relativamente coesas, movidas por um princípio coletivo capaz de organizar uma narrativa unificada. A sociedade moderna, contudo, marcada pela variabilidade das paixões, pela fragmentação dos valores e pela centralidade da vida interior, encontraria na lírica sua forma mais adequada. Por isso, Pérez Petit a define como a “poesia de nossa idade”, um gênero capaz de acolher a subjetividade, o conflito interior e a instabilidade da consciência moderna (PÉREZ PETIT, 1895, p. 7). A defesa da lírica fundamentava, portanto, a uma interpretação da conjuntura histórica e cultural da modernidade e, consequentemente, de suas possíveis formas de expressão. Isso se torna ainda mais claro na distinção que Pérez Petit faz de Horácio e Catulo, célebre poeta

romano. O intelectual uruguaio admira a perfeição formal horaciana, mas observa a frieza de seus versos “duros como o diamante”, capazes de deslumbrar a inteligência sem comover o coração (PÉREZ PETIT, 1895, p. 8). A contraposição com Catulo, nesse sentido, se dá na medida em que a poesia do romano expressava a paixão, a sensibilidade e a intensidade da vida interior, porém, seus versos não eram capazes de ter a mesma beleza do rigor formal de Horácio. Assim, a lírica moderna imaginada pelo crítico deveria reunir essas dimensões, apropriando-se da disciplina clássica sem renunciar à subjetividade e à força afetiva próprias da modernidade. A operação mediadora não consiste, assim, em escolher entre antigos e modernos, mas em produzir uma síntese seletiva entre tradições distintas.

Na parte final do ensaio, a questão estética assume, também, contornos morais. Pérez Petit distingue Horácio e Catulo pelo modo como tratam a licenciosidade: em Horácio, a estrutura do verso, a dicção e o estilo ordenam a ideia; em Catulo, a forma se subordina ao pensamento bruto, à expressão sincera (PÉREZ PETIT, 1895, p. 42). Esse ponto revela o núcleo da concepção estética de Pérez Petit: a forma pode ordenar moralmente o conteúdo. A beleza do verso não é simplesmente um ornamento, mas um mecanismo de elevação, capaz de transformar a representação do vício em uma pedagogia moral. Daí o elogio de Horácio como moralista sereno, que mostra o vício sorrindo e descreve suas consequências perniciosas sem o gesto rígido do pregador (PÉREZ PETIT, 1895, p. 42). A questão da mulher aparece nesse contexto como um tema moral recorrente tanto em Horácio quanto nas críticas analisadas por Pérez Petit. O intelectual uruguaio valoriza as críticas horacianas às mulheres que corrompem os jovens, às mães que esquecem seus deveres e às esposas associadas ao adultério. A literatura, nesse caso, participa da educação da juventude, da defesa da família e da regulação simbólica da sexualidade. A publicação desse ensaio nos primeiros números da *Revista Nacional* era, assim, uma declaração de princípios e intenções do periódico, em que a renovação literária proposta não abdicava da dimensão moral, mas a reconfigurava segundo critérios estéticos dissidentes em relação aos da tradição patriarcal. Contudo, essa dissidência em relação à tradição letrada, não equivale a uma ruptura integral com as hierarquias sociais existentes. Como abordaremos adiante, se, em Horácio, a literatura educa por meio da forma, na leitura de Ibsen ela o fará por meio da exposição dramática da crise moral moderna.

Ibsen e a crise da moral moderna

O ensaio sobre Henrik Ibsen, publicado no número 52 da *Revista Nacional* (REVISTA NACIONAL, 1897, pp. 50-53), oferece um dos exemplos mais complexos da operação de mediação intelectual de Pérez Petit e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes para compreender as estratégias discursivas que o crítico mobilizava para introduzir figuras consideradas subversivas pela geração patricia. O texto abre com uma caracterização de Ibsen como um dos grandes gênios da história da arte, romântico em um primeiro momento, depois realista, filósofo e, ao fim, neo-místico e simbolista, o maior dramaturgo desse fim de século, que teria explorado a região das ideias psicológicas mais abstrusas que preocupam a ciência moderna (PÉREZ PETIT, 1897, p. 50). Ao invocar a autoridade de Emerson no parágrafo de abertura, Pérez Petit ancora a legitimidade de Ibsen em uma tradição intelectual reconhecida, preparando o terreno para apresentar um autor que a geração patricia do Ateneu tendia a recusar como neurótico e subversivo.

A estratégia mediadora de Pérez Petit consiste, precisamente, em reconfigurar a ambivalência da recepção de Ibsen. O crítico uruguaio o apresenta como um grande moralista e um eminente sociólogo que persegue um ideal altruísta capaz, por si só, de regenerar a humanidade (PÉREZ PETIT, 1897, p. 50). O "teatro de ideias" do dramaturgo norueguês, com seus grandes problemas da liberdade humana, da herança psicológica, da família e dos direitos da mulher, não seria coisa que se observe e estude adequadamente tendo muito pouca “substância cinza no cérebro”, como afirmava o crítico uruguaio. A estratégia discursiva do texto é, pois, intencional e revela, também, uma tomada de posição: ao reconhecer que as obras de Ibsen não estão ao alcance de todas as inteligências, Pérez Petit posiciona-as como objetos de consumo de uma minoria espiritual e intelectual, sendo essa a mesma à qual a *Revista Nacional* se dirigia.

A análise se concentra, em primeiro lugar, em *A casa de bonecas* e *Os espectros*. Em *A casa de bonecas*, Pérez Petit acompanha a transformação de Nora de mulher-boneca em mulher consciente de seus deveres e direitos. A cena em que Nora abandona o lar conjugal em busca de sua personalidade, seu “eu”, que não pôde encontrar na casa de seu marido, é descrita como uma das mais grandiosas de que possa orgulhar-se o teatro contemporâneo (PÉREZ PETIT, 1897, p. 51). O problema da identidade feminina conecta-se, assim, ao problema mais amplo da liberdade individual e da superação dos convencionalismos sociais que atravessavam o campo intelectual uruguaio. Em *Os espectros*, a mesma ideia se apresenta na figura de Elena Alving. A diferença entre as duas personagens é iluminadora da nuance interpretativa de Pérez Petit, uma vez que para o

crítico uruguaio, enquanto Nora abandona o lar em um impulso súbito, Elena refletiu longamente sobre os problemas que um dia a despertaram, compreendendo que a mãe não deve abandonar os filhos (PÉREZ PETIT, 1897, p. 51-52). A personagem ibseniana é, portanto, para Pérez Petit, a consciência do homem buscando a si mesmo, lutando com o mundo que o rodeia para demonstrar sua vitalidade.

Pérez Petit estende ainda a análise ao *Pato Selvagem*, obra que considera menos conhecida, mas de maior transcendência do que as mais famosas. O drama expõe o choque entre o idealismo humanitário de Gregers, que crê revelar a verdade para libertar o próximo, e as consequências devastadoras dessa revelação sobre a família Ekdal. O personagem de Hedwig, que sacrifica o pato silvestre e acaba por virar a arma contra si mesma, demonstra a visão trágica de Ibsen sobre a impossibilidade de conciliar ideal e realidade (PÉREZ PETIT, 1897, p. 52-53). A conclusão do ensaio demonstra, novamente, a prática de mediação: Pérez Petit apresenta Ibsen não como um niilista ou destruidor da ordem social, mas como um redentor que sonha com uma nova religião capaz de harmonizar a tranquilidade e o prazer das doutrinas do velho paganismo com a abnegação e o sacrifício das doutrinas cristãs (PÉREZ PETIT, 1897, p. 52). É essa ambivalência constitutiva entre transgressão e redenção, entre subversão e elevação moral, que torna a leitura de Ibsen possível no campo intelectual uruguaio de 1897. Em outras palavras, em meio às tensões de uma cultura que desejava renovar-se sem abandonar por completo os princípios morais sobre os quais construía sua própria legitimidade.

Tolstoi e Nietzsche: dois limites da moral moderna

Nos ensaios de *Los modernistas*, Tolstói e Nietzsche, ocupam posições ambivalentes na reflexão moral de Pérez Petit. O ensaio crítico sobre Nietzsche é, como documenta Drews López (2013), o primeiro texto dedicado ao filósofo alemão no Uruguai, e sua principal fonte interpretativa é o livro *La filosofía de Nietzsche*, do francês Henri Lichtenberger, o que demonstra como a mediação cultural de Pérez Petit era, ela mesma, resultado de uma cadeia de mediações anteriores que conectava o ambiente intelectual uruguaio à recepção francesa do pensamento nietzschiano. O núcleo da interpretação de Pérez Petit parte da distinção nietzschiana entre dois tipos humanos e, consequentemente, dois sistemas morais. Ao apresentar o filósofo alemão como crítico da cultura moderna, o uruguaio o caracteriza como diagnóstico das enfermidades do fim

do século, reconhecendo nele um aliado na batalha contra a mediocridade burguesa (DREWS LÓPEZ, 2013). O cenário que Pérez Petit descreve ao mobilizar Nietzsche é revelador:

Mas a Alemanha que então se formava era uma Alemanha utilitária, ocupada unicamente com empreendimentos comerciais e especulações capitalistas, além de igualitarista, por admitir o sufrágio universal e o império dos convencionalismos sociais. Nietzsche, admirador do homem de gênio, do artista por excelência e adepto da aristocracia do talento e da representação da força como elemento simultaneamente romântico e trágico, escandalizou-se com a vulgaridade e a estupidez de seus compatriotas e julgou necessário fulminá-los com observações que não estavam em conformidade com seu tempo (PÉREZ PETIT, 1903, p. 322, tradução própria)⁶

A passagem é significativa, pois, além do que diz sobre Nietzsche, ela demonstra uma estratégia discursiva de Pérez Petit. Ao associar a Alemanha utilitária e igualitária à vulgaridade e à tolice, o crítico uruguaio projeta implicitamente sobre o campo intelectual uruguaio a mesma oposição que identifica na cultura alemã. De um lado, estão os representantes dos convencionalismos sociais, ou seja, a elite letrada patricia, o “Romantismo recalcitrante”. De outro, a juventude intelectual modernista, aristocracia do talento, chamada a desempenhar uma função renovadora. A análise de Drews López (2013) auxilia a elucidar esse ponto, uma vez que, para o autor, a interpretação de Pérez Petit escapa a uma leitura biológica da aristocracia nietzschiana, pelo contrário, o homem aristocrático não o é por herança, mas por educação. Essa interpretação, portanto, inscreve a recepção de Nietzsche no projeto pedagógico e cultural da *Revista Nacional*, destinado a produzir os novos homens capazes de elevar o nível cultural do Uruguai.

O ensaio sobre Tolstói, por sua vez, revela outra dimensão da estratégia mediadora de Pérez Petit. O crítico uruguaio examina o escritor russo a partir de suas ideias sobre neo-misticismo, moral religiosa e crítica social, mas afasta-se de seu ascetismo e de sua negação da natureza humana. Ao discutir os temas tolstoianos, a sexualidade, matrimônio e o que chama de “suicídio universal”, Pérez Petit mobiliza o naturalismo científico como contraponto à visão de mundo tolstoiana, rejeitando o sistema moral do escritor russo sem, contudo, descartar sua crítica às instituições burguesas. O resultado é uma leitura ambivalente, que extrai de Tolstói elementos úteis para a crítica da moralidade convencional, ao mesmo tempo em que rejeita sua

⁶ No original: “Pero la Alemania que se formaba entonces era una Alemania utilitaria, ocupada únicamente en empresas comerciales, en especulaciones de capitalistas, e igualitarista, que admite el sufragio universal y el imperio de los convencionalismos sociales. Nietzsche, admirador del hombre de genio, del artista por antonomasia, y sectario de la aristocracia del talento y de la representación de la fuerza como elemento romántico y trágico a la vez, se sintió escandalizado de la vulgaridad y tontería de sus compatriotas y creyó necesario fulminarles con sus observaciones no conformes a su tiempo”.

solução ascética em favor de uma afirmação da vida e das potências criativas do indivíduo moderno. A lógica da “mera imitação” que Pérez Petit repudiava explicitamente deveria ser substituída pela construção de uma identidade cultural autônoma, capaz de apropriar-se criativamente dos repertórios europeus. A *Revista Nacional* funcionava, nesse sentido, como espaço de articulação entre o local e o transnacional, entre a tradição e a inovação, entre a herança europeia e a experiência histórica latino-americana.

Considerações finais

A trajetória intelectual de Victor Pérez Petit como redator da *Revista Nacional* revela uma atuação que não se reduz nem à simples divulgação de autores europeus nem à imitação passiva de modelos estrangeiros. A análise dos textos sobre Horácio, Ibsen, Tolstói e Nietzsche demonstra que o crítico uruguaio operou sistematicamente uma ressignificação desses repertórios, inserindo-os nas disputas específicas do campo intelectual uruguaio do *fin de siècle*. A seleção, a interpretação e a reelaboração desses autores respondiam a condições históricas determinadas: a crise das antigas certezas morais e estéticas, a emergência de uma nova geração intelectual e as disputas pela renovação da cultura uruguaia no interior de um campo intelectual em processo de constituição. Nesse processo, a *Revista Nacional* funcionou como espaço de sociabilidade privilegiado e como instrumento de intervenção simbólica.

A análise evidencia ainda a indissociabilidade entre estética e moralidade na prática intelectual de Pérez Petit. Em Horácio, a forma literária é apresentada como mecanismo de ordenação moral do conteúdo. Em Ibsen, a subversão dos convencionalismos sociais é reconfigurada como busca de uma nova religião capaz de harmonizar valores pagãos e cristãos, tornando viável a introdução do dramaturgo norueguês em um campo intelectual ainda marcado por resistências morais. Em Tolstói, o ascetismo é criticado como negação da vida. Em Nietzsche, a aristocracia do talento é mobilizada contra a mediocridade burguesa. Em todos esses casos, a operação de mediação não apenas transporta repertórios europeus para o contexto uruguaio, mas os reelabora em função das disputas locais por legitimidade intelectual e por projetos de modernidade.

Os limites dessa mediação devem igualmente ser reconhecidos. A defesa de uma aristocracia do talento e de uma minoria intelectual formadora indica que o projeto de Pérez Petit era dissidente em relação às convenções dominantes, mas operava no interior da mesma lógica de

hierarquização cultural que pretendia deslocar. Tratava-se de uma tentativa de reordenamento das hierarquias culturais a partir de novas bases estéticas e morais. Essa ambivalência constitutiva é, precisamente, o que torna a figura de Pérez Petit historicamente significativa, pois ela revela o modo pelo qual a modernidade foi negociada, disputada e ressignificada no campo intelectual uruguaio finissecular, a partir de uma posição periférica em relação aos centros europeus de produção cultural, mas ativa e criativa em relação às condições locais de recepção.

Referências bibliográficas:

- ARDAO, Arturo. **Etapas de la inteligencia uruguaya**. Montevideo: Universidad de la Republica, 1971.
- ARTEAGA, Juan José. **Breve historia contemporánea del Uruguay**. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2022.
- CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Historia Contemporánea del Uruguay**. De la colonia al Mercosur. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1994.
- DÉVES VALDÉS, Eduardo. **Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución en una comunidad intelectual**. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007.
- DREWS LÓPEZ, Pablo. **Recepción y crítica de la obra de Nietzsche en Uruguay, 1900-1920**. 2013. Tese de Doutorado – Departamento de Metafísica e Teoría do Conhecimento, Universitat de València. Valência, 2013.
- PALTI, Elías J. **Misplaced Ideas? Political- Intellectual History in Latin America**. Nova York: Oxford University Press, 2024.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Org.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-41.
- MARTIN, Gerald. A literatura, a música e a arte da América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina: De 1870 a 1930**. v. 4. 1. ed., 2ª reimpressão. Tradução de Geraldo Gerson de Souza, São Paulo: Editorial da Universidade de São Paulo, 2015, p. 489-580.
- PÉREZ PETIT, Victor. A propósito de una traducción de las Odas de Horacio por el doctor Osvaldo Magnasco. **Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales**, Montevideu, n. 1, p. 7-8; n. 2, p. 42, 05 mar. 1895.
- PÉREZ PETIT, Victor. Los Modernistas: Henrik Ibsen. **Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales**, Montevideu, n. 52, 25 jul. 1897, p. 50-53.

PÉREZ PETIT, VICTOR. Los Modernistas: León Tolstoi. **Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales**, Montevideu, n. 44, 25 jan. 1897, p. 307-313.

PÉREZ PETIT, Victor. Friedrich Nietzsche. In: **Los modernistas**. Montevideo: Dornaleche y Reyles, 1903. Disponível em: <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/42307?mode=full>. Acesso em: 04 out. 2025.

Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales. Montevideo, 1895–1897. Periodicidade quinzenal. Direção e redação responsável: Daniel Martínez Vigil, Carlos Martínez Vigil, Víctor Pérez Petit, José Enrique Rodó.

Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales. [Programa]. Montevideu, n. 1, 05 mar. 1895, p. 1.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. **América: Cahiers du CRICCAL**, Paris, n. 9-10, p. 9-16, 1992.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-271.

TARCUS, Horacio. **Las revistas culturales latinoamericanas: giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles**. Buenos Aires: Tren en Movimiento, 2020.

ZUM FELDE, Alberto. **Proceso Intelectual del Uruguay: Crítica de su Literatura**. v. 2. Montevideo: Ediciones Del Nuevo Mundo, 1967

Entre a censura e o conservadorismo: os *remakes* de novelas da Ditadura Civil-Militar da TV Globo e a representação LGBTIA+ (2008-2014)

Mariana Lopes Trindade

Mestra em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

marianalt2012@hotmail.com

Resumo: Entre 2000 e 2010, a TV Globo adotou postura mais conservadora em *remakes* de obras da Ditadura Civil-Militar em relação a personagens LGBTIA+, comparada ao período de censura institucional. Durante a ditadura e a Redemocratização, o DCDP reprimiu representações homoafetivas em novelas como *O Rebu* e *O Astro*, embora subtextos permanecessem. Em 1981, *Ciranda de Pedra* optou pela autocensura, mantendo apenas indícios da personagem lésbica Letícia. Seu *remake* de 2008, no horário das 18h, foi ainda mais conservador: Letícia recusava valores patriarcais, mas envolvia-se romanticamente com dois homens. Em 2011, *O Astro* (às 23h) suprimiu a trama homobissexual da versão original. Em 2014, *O Rebu* removeu insinuações de relações amorosas entre protagonistas e não adaptou o casal sáfico. Tais escolhas ocorreram sem censura oficial e em contexto de maior demanda por representatividade LGBTIA+.

Palavras-chave: Novelas; Representação LGBTIA+; Conservadorismo

Breve histórico da representação de personagens LGBTIA+ em telenovelas da Globo

A representação de personagens LGBTIA+ em telenovelas da Rede Globo data desde 1970, quando Ary Fontoura interpretou o carnavalesco e costureiro gay Rodolfo Augusto na novela *Assim na Terra como no Céu*, transmitida na faixa das dez horas. Entre as décadas de 1970 e 1980, marcadas pela Ditadura Civil-Militar e pela instituição da censura por parte do Departamento de Censura das Diversões Públicas (DCDP), personagens LGBTIA+ não podiam ser representados de forma explícita. O tipo de representação que costumava gerar menos atrito com a censura federal era a representação caricata, que funcionava como alívio cômico, com personagens gays espalhafatosos e afeminados, mas que não desenvolvia a sexualidade do personagem de fato. Esse tipo de personagem é classificado por Nascimento (2017) como *camp*. Outro tipo de narrativa que envolvia personagens LGBTIA+ no período eram as que associavam

de maneira estereotipada esse tipo de personagem com a criminalidade, em uma associação perniciosa entre homossexualidade e delito.

Na década de 1990, já reestabelecida a democracia, extinta a censura federal e sob o domínio da Constituição Cidadã (1988), ampliou-se a gama de personagens LGBTIA+ presentes em novela, ainda que o personagem *camp*, caricato e afeminado, tenha continuado aparecendo como recurso humorístico. É interessante destacar, contudo, que em 1993 a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) aprovou um Código de Ética de Radiofusão que orientava que os programas livres para todos os públicos não poderiam abordar a temática do *homossexualismo* (sic). Já a faixa das 20h (que atualmente equivale às novelas das nove) não poderia retratar a temática de forma crua e/ou explícita, nem apresentar de forma favorável e/ou apologética temáticas de *desvio sexual* (sic) humano.

Articulando o Código de Ética de Radiodifusão com as constantes intervenções do Ministério Público Federal em relação à classificação indicativa das telenovelas, fica perceptível possíveis impedimentos em relação à representação de personagens LGBTIA+ em telenovelas. As disputas entre a Rede Globo e o Ministério Público Federal nos anos 2000 eram tão frequentes que eventualmente a emissora abriu mão da “faixa das oito” e a transformou em “faixa das nove”, já que o horário permitia uma liberdade temática um pouco maior.

Nos mesmos anos 2000, é possível perceber uma modificação interessante no tocante à representação de personagens LGBTIA+. Esse tipo de personagens se torna muito mais frequentes, principalmente na faixa das oito/nove, e suas narrativas se tornam mais “tradicionais”. Começa então um ciclo de representação de personagens inseridos em relações monogâmicas, buscando constituir família (Colling, 2007). Mantem-se, contudo, a faixa etária, com poucas representações de personagens LGBTIA+ abaixo dos 20 anos e acima dos 40 anos.

Apesar do cenário de gradual transformação na representação de personagens LGBTIA+ e do início de maior apoio dos telespectadores, vide a comoção nacional em relação ao possível beijo entre Zeca (Erom Cordeiro) e Júnior (Bruno Gagliasso) no último capítulo da novela América (2005), que atingiu 68 pontos de audiência com picos de 70 pontos, ocorreu um interessante fenômeno entre as décadas de 2000 e 2010. Os *remakes* de tramas que foram ao ar originalmente durante a Ditadura Civil-Militar e que contavam com subtexto aquilleano e sáfico, limaram essas tramas durante as novas adaptações, mesmo que o horário e o contexto histórico

favorecessem que tais temáticas fossem abordadas explicitamente e com maiores possibilidades de aprofundamento.

Nesse artigo analisaremos os remakes de *Ciranda de Pedra* (2008), exibida inicialmente em 1981; *O Astro* (2011), exibida originalmente em 1977 e *O Rebu* (2014), exibido originalmente em 1974. Vale destacar, contudo, que *Ciranda de Pedra* era uma novela da faixa das seis, enquanto *O Astro* e *O Rebu* eram da faixa das onze. Essa informação é relevante pois historicamente, não era usual que houvesse personagens LGBTIA+ na faixa das seis, considerada mais familiar. As duas exceções anteriores à *Ciranda de Pedra* são *Barriga de Aluguel* (1990) e *Sabor da Paixão* (2002). Atualmente, essa visão foi superada e tramas LGBTIA+ são mais comuns nessa faixa de horário.

Ciranda de Pedra (2008) e a heterossexualidade compulsória de Letícia

Em 05 de maio de 2008 estreou na faixa das 18h a 2ª adaptação de *Ciranda de Pedra*, de autoria de Alcides Nogueira. Como de praxe, o autor concedeu entrevistas para veículos de comunicação diversos, como forma de divulgação da nova novela ocupante daquela faixa de horário. Sendo o romance *Ciranda de Pedra* uma obra cujas polêmicas ainda ressoam com muita atualidade, foram diversos os entrevistadores que perguntaram para Alcides Nogueira se essas temáticas estariam presentes nessa adaptação ou se ele pretendia abordá-las de outra maneira. Em entrevista para o Portal O Planeta TV em 30 de abril de 2008, foi feito o seguinte questionamento:

O Planeta TV! - A classificação etária na TV vai impedir de abortar alguns assuntos que constam no livro?

Alcides Nogueira – A classificação etária, da maneira como é feita hoje, é uma censura disfarçada. Pior, ainda, que nos tempos da ditadura (e posso dizer isso de cátedra, pois meu teatro foi, muitas vezes, retalhado). Seria muito mais saudável que as próprias emissoras (com seus autores) estabelecessem um Código de Ética. Tudo que é imposto é ruim. Por causa disso, não poderei tratar do lesbianismo, da impotência, do suicídio, da eutanásia... Mas, depois de entrar em crise, descobri que uma forma de criar polêmica é não criar polêmica. Posso falar de tudo isso de uma maneira metafórica. Já vi esse filme antes e sobrevivi. (Nogueira, 2008)

Nessa entrevista, o autor responsabiliza a classificação indicativa como elemento que impossibilita a abordagem desses temas, afirmando que esse sistema, que predetermina temáticas que podem ser abordadas em cada horário, é uma forma de censura ainda pior do que a vigente

durante a Ditadura Civil-Militar. Contudo, em entrevista dada para o NaTelinha, do Uol, também publicada em 30 de abril de 2008, Alcides Nogueira aborda às limitações impostas para as temáticas apresentadas na faixa das 18h, conforme determina a classificação indicativa, mas enfatiza que se tratou de uma escolha sua, por não estar disposto a enfrentar polêmicas:

Por que a decisão de retirar da trama a impotência sexual de Conrado e o lesbianismo de Letícia?

AN: A decisão foi minha, sim. Não quero criar polêmicas. Tenho esse direito. E falo como um escritor que já polemizou muito no teatro e na televisão. Quando Lygia escreveu o livro, em 1954 esses temas eram muito impactantes. Hoje, acho mais importante Conrado ser um homem dividido emocionalmente, sendo obrigado a escolher entre Virgínia e Otávia, e não conseguindo... além de não ter coragem de fugir dos caminhos que o seu pai lhe impõe... do que ser impotente. Quanto ao lesbianismo de Letícia, sinceramente acho que não é a orientação sexual de uma pessoa que faz a diferença. Letícia não é ética, batalhadora, honesta por ser homossexual. Mas porque tudo isso faz parte do seu caráter. Ao contrário de seu irmão Conrado, ela procura se libertar e levar sua vida. Também pesou na minha decisão a questão da classificação etária: "Ciranda de Pedra" não seria exibida às 18 horas se eu explorasse esses temas. Eu não ficaria na superfície, no ôba-ôba. Procuraria tratá-los com profundidade. A história não perde nada com a supressão. Lygia concordou totalmente comigo. (Nogueira, 2008)

A escolha por não adaptar as temáticas mais polêmicas do romance de Lygia Fagundes Telles repercutiu midiaticamente, com direito a uma publicação na coluna Ilustrada da Folha de São Paulo, do dia 04 de maio de 2008, intitulada “Baseada em livro, novela exclui eutanásia e lésbica”. Focada em apresentar a trama da novela que estrearia no dia seguinte e trazer um compilado sintético das falas dos atores principais na entrevista coletiva, há uma fala interessante do próprio Alcides Nogueira sobre a omissão dessas temáticas:

O livro tem uma narrativa densa. Para o horário das 18h, é necessário suavizar. Independentemente da classificação indicativa [que estipula para qual faixa etária o programa é liberado], temos o bom senso de levar ao público uma obra leve e elegante. (Folha de S. Paulo, 2008).

Um texto publicado no dia 08 de abril de 2008 pelo Jornal do Commercio de Pernambuco e republicado pelo site da Academia Brasileira de Letras, intitulado “Uma nova Ciranda de pedra”, trata a classificação por faixa etária como “eufemismo para censura” e destaca o esforço de Alcides Nogueira para “driblar a camisa-de-força da classificação etária” (Gonçalves, 2008). É interessante notar que a narrativa hegemônica no meio cultural do período era a de que a classificação por faixa etária era uma forma de censura, uma vez que engessava os temas que poderiam ser abordados em cada faixa de horário. Contudo, a escolha de fazer com que Letícia

(Paolla Oliveira) se envolvesse amorosamente com Arthur X (Guilherme Weber) e Daniel (Marcelo Anthony) foi deliberadamente tomada por Alcides Nogueira. Na adaptação de Teixeira Filho de 1981, onde o tema da lesbiandade era explicitamente vetado pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), houve um respeito pela orientação sexual da personagem, ainda que não pudesse haver demonstrações explícitas. As falas de Alcides Nogueira sobre levar “uma obra leve e elegante” para o público, assim como seu discurso de que a sexualidade de Leticia não é relevante para a construção da personagem, pois não está atrelado ao seu caráter e valores demonstram que mais do que a censura imposta pela classificação indicativa, havia uma indisposição do autor em abordar essa temática, ainda que derivada do medo de polemizar excessivamente e ser prejudicado. Todavia, a não abordagem da sexualidade de Leticia não deveria equivaler a uma representação em que ela é transformada em heterossexual, uma vez que a narrativa da tenista determinada e que não se curvava facilmente às regras sociais e aos papéis de gênero poderia ser adaptada sem a introdução de um par romântico, principalmente pares do sexo masculino. Além do apagamento da homossexualidade, a narrativa da personagem se tornava reacionária ao atrelar que a história de uma personagem é dependente da presença de um par amoroso, pois não se bastaria por si só.

Apesar da trama de Leticia nessa 2ª versão ter estado atrelada ao envolvimento amoroso com dois personagens do sexo masculino, seu final pareceu um aceno aos leitores do livro, por deixar extremamente implícito, de uma maneira tão sutil que pode passar por engano do telespectador, que Leticia se envolveu amorosamente com uma mulher, mais especificamente a sua treinadora de tênis, Joyce (Ana Furtado). No último capítulo, ambas se encontram no Aeroporto de Congonhas para viajarem juntas para o exterior, onde se dedicariam a carreira profissional de Ana no tênis, que recentemente havia vencido o torneio de Wimbledon. Joyce, que chega atrasada devido ao congestionamento, é recebida com um comentário sarcástico de Leticia, que brinca que pensava que ela havia desistido da viagem e por isso ela deveria procurar uma nova treinadora. Joyce reage dando um beijo em sua mão, enquanto Elzinha (Leandra Leal), observa ambas com um olhar desconfiado.

O Astro (2011): ousadia e heteronormatividade

Em 2011, Alcides Nogueira, junto ao Geraldo Carneiro, foi responsável pela adaptação do sucesso televisivo O Astro, de Janete Clair, para a faixa das 23h. Recusando a pecha de *remake* e

condensando os 185 capítulos da obra original em 64, Alcides Nogueira e Geraldo Carneiro buscaram modernizar a trama, trazendo ares de série e se aproveitando da faixa de horário da exibição para apostarem em cenas de sensualidade, nudez e sexo. Entretanto, apesar da liberdade criativa que a classificação indicativa de 16 anos da faixa das 23h permitia, a trama não necessariamente inovou nos aspectos da representação LGBTIA+. A trama estreou em 12 de julho de 2011, mas desde 26 de maio do mesmo ano, quando as gravações estavam começando, saíam manchetes como “Com personagem bissexual, Henry Castelli começa a gravar ‘O Astro’” (Com personagem bissexual..., 2011) ou ainda “Baldasserini: ‘Se for preciso beijar, farei’” (Baldasserini, 2011) com o subtítulo “Ator vai viver o par romântico de Henri Castelli no remake de ‘O Astro’ e conversou com a CARAS Online sobre seu primeiro personagem homossexual na televisão” e, por fim, “Bissexual de O Astro vai cheirar cocaína na frente do próprio pai” (Bissexual de O Astro..., 2011). Contudo, quando a novela já estava no ar, em 14 de agosto de 2011, a jornalista Patrícia Kogut publicou em sua coluna no jornal O Globo que toda uma sequência com insinuação de homossexualidade, onde Felipe (Henri Castelli) encontraria um namorado, havia sido suprimida da trama.

É importante destacar que além dos personagens Felipe e Henri, que já demonstravam viver um envolvimento romântico na versão de 1977, dois personagens homossexuais foram inseridos na trama: os cabelereiros Pablo e Cleiton. Dentro do estereótipo de gay afeminado e caricato, que funcionava como alívio cômico, os personagens eram queridos pelo público justamente por serem vistos como um “respiro” das tramas tensas e densas da novela. Outro fator interessante é a forma com que os quatro personagens LGBTIA+ da novela, Felipe, Henri, Pablo e Cleiton eram descritos nos sites oficiais da emissora. No Gshow Cleiton é descrito como

Funcionário do Salão Penha Fashion, sempre trocou farpas com o patrão Neco. Confidente de Lili e parceiro de Pablo nos comentários bem-humorados sobre a vizinhança da Penha. Tornou-se gerente da casa de shows Kosmos, na Lapa. (Cleiton, 2011)

Seu amigo Pablo, por sua vez, era descrito nos seguintes termos:

Trabalhou muito tempo no Salão Penha Fashion. Tornou-se a grande estrela dos shows na Kosmos, imitando grandes artistas, como Greta Garbo e Carmen Miranda. (Pablo, 2011)

Por fim, os vilões Felipe e Henri eram apresentados nos seguintes termos, respectivamente:

Filho de Cerqueira, passou a vida gastando o dinheiro do pai sem fazer nada da vida. Bonito, charmoso e esperto. Teve um caso com Clô. Depois de ser preso por roubar a mansão dos Hayalla, foi assassinado na cela a mando de Samir. (Felipe, 2011)

Foi cabeleireiro particular de Clô. Ambicioso e discreto, ficava sempre atento ao que acontecia na mansão dos Hayallas. Junto de seu amigo e comparsa Felipe, roubou uma escultura da casa de Clô e aplicou vários golpes. (Henri, 2011)

Já no site Memória Globo, a descrição dos quatro personagens é a seguinte:

FELIPE (Henri Castelli) – Filho único de Cerqueira (Celso Frateschi). Até a adolescência, foi muito amigo de Márcio Hayalla (Thiago Fragoso), mas eles se distanciam quando Felipe se liga a um grupo de jovens delinquentes. O rapaz passa a vida gastando o dinheiro do pai e não faz nada da vida. Tem um caso com Clô Hayalla (Regina Duarte) apenas de olho na fortuna dela. Acaba sendo assassinado na prisão a mando de Samir (Marco Ricca).

HENRI (João Baldasserini) – Cabeleireiro particular de Clô (Regina Duarte), com livre acesso à casa dos Hayalla. Exerce grande influência sobre a patroa e tem uma cumplicidade sem igual com Felipe (Henri Castelli).

PABLO (Pablo Sanábio) – Contratado para trabalhar no lugar de Lili (Alinne Moraes) no salão Penha Fashion. Tornou-se a grande estrela dos shows na Kosmos, imitando grandes artistas, como Greta Garbo e Carmen Miranda.

CLEITON (Frank Menezes) – Ajudante de Neco (Humberto Martins) no salão de beleza. Gosta de contar vantagem sobre tudo. (Personagens, 2022)

Como é possível perceber, não há nenhuma menção explícita da sexualidade dos personagens no registro institucional da novela. A relação de Felipe e Henri, que em 1974 era implicitamente homoerótica, aqui é explicitamente demarcada como uma grande amizade e parceria, sem sequer abrir margem para outra possível interpretação da natureza do relacionamento dos dois. O único desvio da heteronormatividade implícito por essas descrições fica por parte de Pablo, que ao se montar de grandes artistas, como Greta Garbo e Carmen Miranda, pode ser compreendido como *crossdresser* ou como *drag queen*.

O Rebu (2014): a mulher contemporânea é poderosa e heterossexual

Após o sucesso de O Astro, a faixa das 23h foi oficialmente reestabelecida, com a opção por *remakes*. Na sequência, vieram os *remakes* de Gabriela (2012), Saramandaia (2013) e O Rebu (2014). Inspirado na novela inovadora e disruptiva de 1977, que não só introduziu uma narrativa inteiramente situada em 24 horas, como também trouxe personagens LGBTIA+ complexos e com tramas relevantes apesar da Censura Federal, sua readaptação não foi capaz de atingir o

mesmo patamar de provocação, apesar de estar situada em contexto temporal extremamente favorável para esse tipo de narrativa. No ano anterior, em 2013, foi ao ar a novela *Amor a Vida*, onde Félix (Mateus Solano), vilão homossexual da trama, se tornou sensação absoluta no país, com seus bordões viralizados sendo repetidos à exaustão na internet e com a torcida do público para seu arco de redenção, uma vez que ele havia se tornado protagonista absoluto e inequívoco da trama. No último capítulo da novela, foi ao ar o beijo entre Félix e seu namorado Niko (Thiago Fragoso), apresentando o primeiro beijo entre dois homens da história da TV brasileira e o primeiro beijo homoafetivo da história da Rede Globo. Além desse marco, o final da novela também sensibilizou o público ao trazer uma aproximação entre Félix e seu pai, César (Antônio Fagundes), demonstrando a superação do preconceito.

Já no mesmo ano de exibição de *O Rebu*, a novela que ocupava a faixa das 21 horas era *Em Família*, de Manoel Carlos. Tida como uma novela irregular e uma das mais fracas escritas por Maneco, *Em Família* viralizou em um aspecto, a trama de romance entre Clara (Giovanna Antonelli) e Marina (Tainá Müller). Ainda que o casal tenha sido polêmico, uma vez que Clara era casada com Cadu (Reynaldo Gianecchini), que possuía uma doença cardíaca, e tenha sido alvo de críticas por parte Articulação Brasileira de Lésbicas Syr-Daria Carvalho Mesquita e do Grupo Dignidade (Pereira; Pacheco, 2014), por verem a representação discreta e sutil do casal como um retrocesso, a novela arregimentou fãs do casal, principalmente nas redes sociais, onde as apoiadoras batizaram o nome do casal como Clarina (junção dos nomes das duas personagens). No último capítulo, as personagens se casam e se beijam, ainda que para muitas pessoas o beijo tenha parecido apenas um selinho um pouco mais longo que o normal.

Apesar dos percalços e críticas da representação por parte de organizações dos direitos LGBTQIA+, de jornalistas especializados e de parte do público, é inegável que havia uma abertura maior por parte do público aos casais homobiafetivos em novelas, chegando inclusive a mobilizar torcidas em redes sociais e gerando engajamento e divulgação gratuita para a emissora. Mesmo com o momento favorável e exibida na faixa de horário que contava com menor intervenção por parte do Ministério Público, a novela *O Rebu* não trouxe nenhuma das tramas homobiafetivas existentes na versão de Bráulio Pedroso. Uma manchete do *Notícias da TV*, do Uol, dizia que “40 anos depois, *O Rebu* volta em versão curta, luxuosa e careta” (Santos, 2014). Logo no começo do texto, é criticada a escolha da TV Globo em não aproveitar o contexto de maior liberdade de

expressão nem a faixa de horário para abordar explicitamente a trama de Conrad Mahler e Cauê, aqui convertidos em Angela Mahler (Patrícia Pillar) e Duda (Sophie Charlotte).

George Moura e Sergio Goldenberg, autores do *remake*, defendem que uma das atualizações mais relevantes é a troca do gênero dos protagonistas da história, em uma trama mais alinhada ao poder feminino na sociedade contemporânea. Contudo, junto a essa mudança, a relação de Angela e Duda passa a ser exclusivamente maternal, com Duda sendo sua filha adotiva. A dualidade da relação entre Conrad e Cauê, que também era vista pelo público e pelos demais personagens como uma relação de protetor e protegido, é completamente limada nessa adaptação.

Na festa de lançamento da novela, ocorrida em 24 de junho de 2014, George Moura afirmou com todas as letras que “Não existe casal homossexual nessa novela”(Soares, 2014), negando então os boatos de que a trama de Glorinha e Roberta, mulheres que largavam os maridos e viajavam juntas no final da novela original, seria adaptado através da relação entre Roberta Camargo (Mariana Lima) e Betina (Laura Neiva). Vale destacar, contudo, que as expectativas em torno da adaptação do enredo desse casal foram criadas pelos próprios autores, uma vez que, na sinopse da trama divulgada na coluna de Patricia Kogut para O Globo, era descrito que Roberta e Betina eram tão amigas que “dizem até que são mais que amigas, mas ninguém sabe ao certo”. (Mariana Lima e Laura Neiva..., 2014)

Conclusão

As novelas citadas nesse artigo foram produzidas em um momento histórico um pouco mais favorável à representação de personagens LGBTIA+. Os casais sáficos de *Mulheres Apaixonadas* (2003) e *Senhora do Destino* (2004) foram bem aceitos, o casal aquileano de *América* (2005), como já foi dito, provocou grande euforia devido a possibilidade do primeiro beijo entre pessoas do mesmo sexo televisivo ser exibido no último capítulo. Em 2010, o *remake* de *Ti Ti Ti* comoveu o público ao trazer a história de Julinho (André Arteche), homossexual que passa a viver na casa de Bruna (Giulia Gam), mãe de seu namorado Osmar (Gustavo Leão), que faleceu em um acidente de carro sem nunca ter se assumido para sua família. Julinho e Bruna constroem uma bonita relação, com Bruna superando sua homofobia ao longo da novela. Outra

inovação foi celebrar o relacionamento de Julinho com Thales (Armando Babaioff), algo inédito para a faixa das sete.

Levando em conta o contexto histórico, eram tempos de avanços dos direitos da comunidade LGBTQIA+, com o constante crescimento da Parada do Orgulho e com importantes garantias legais, como por exemplo o acesso integral ao processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008, o reconhecimento pelo STF da validade das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo em 2011 e a obrigação de que cartórios civis passassem a celebrar o casamento civil homoafetivo em 2013. Obviamente com tensionamentos de setores conservadores, vide a polêmica que retirou o kit Escola sem Homofobia (chamado pejorativamente de kit gay pela bancada evangélica) das escolas em 2011.

A explicação, dada que a postura pública dos autores era mais aderente ao progressismo do que a algum tipo de conservadorismo, é o que Medina (2020) e Kucinski (2020) intitulam de autocensura. Para ambos os autores, a autocensura é um ato consciente, derivado da cultura autoritária que o Brasil possui, onde informações e temáticas são propositalmente suprimidas, buscando antecipar possíveis desdobramentos repressivos e/ou de críticas severas. Portanto, ainda que o contexto fosse mais favorável para a abordagem das temáticas do que os Anos de Chumbo, é possível dizer que os autores ao refletirem as possíveis implicações que essas tramas poderiam ter, concluíram que não valeria o risco, preferindo seguir por um caminho mais seguro (e conservador).

Ainda que extrapole o recorte desse artigo, acho necessário pontuar que esse contexto mais aberto à essas tramas acabou gerando a ilusão de que qualquer enredo LGBTQIA+ seria bem aceito e apoiado pela sociedade civil. No ano de 2015, o autor de novelas Gilberto Braga, homossexual assumido, decidiu exibir no primeiro capítulo de sua nova novela das nove, Babilônia, um beijo entre as atrizes veteranas Fernanda Montenegro e Nathalia Timberg, que na trama interpretavam um casal sáfico idoso. O beijo foi amplamente rechaçado, principalmente por etarismo e também por fetichização, uma vez que casais sáficos de atrizes jovens dentro de padrões hegemônicos de beleza não geravam tanta revolta e indignação. A trama acabou servindo de combustível para a bancada evangélica atacar ainda mais os direitos LGBTQIA+ e, para piorar, poucas semanas após o beijo estreava a novela bíblica Os Dez Mandamentos na Record. A partir de Babilônia, passou a haver uma intervenção mais direta em relação às tramas de personagens LGBTQIA+, que apenas piorou durante a gestão de Amauri Soares, atual Diretor-Geral da TV

Globo. Apesar do retrocesso que setores conservadores tentam impor, autores e atores persistem, buscando levar para as telas de todo país narrativas mais diversas e positivas de personagens LGBTIA+.

Referências bibliográficas:

- BALDASSERINI: 'Se for preciso beijar, farei'. **CARAS Brasil**, São Paulo, 1 jun. 2011. Entrevista concedida a CARAS Online. Disponível em: <https://caras.com.br/arquivo/joao-baldasserini-par-de-henri-castelli-se-for-preciso-beijar-far-ei-isso-gay-bissexual-o-astro-remak.phtml>. Acesso em: 01 mai. 2026.
- BASEADA em livro, novela exclui eutanásia e lésbica. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 maio 2008. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0405200815.htm>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- BISSEXUAL de O Astro vai cheirar cocaína na frente do próprio pai. **Banda B**, Curitiba, 28 maio 2011. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/variedades/geral/bissexual-de-o-astro-vai-cheirar-cocaina-na-frente-do-proprio-pai/>. Acesso em: 01 mai. 2026.
- CLEITON (Frank Menezes). In: GSHOW. **O Astro**: personagens. Rio de Janeiro: Globo, [2011?]. Disponível em: <https://gshow.globo.com/novelas/o-astro/personagem/cleiton.html>. Acesso em: 01 mai. 2026.
- CÓDIGO de Ética da Radiodifusão Brasileira. Brasília, DF: **ABERT**, 1993. Disponível em: https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/codigo_de_etica_da_radiodifusao_brasileira.pdf. Acesso em: 09 mai. 2026.
- COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. *Revista Gênero*, Porto Alegre, vol. 8, n. 1, 2007, p. 207-222.
- COM personagem bissexual, Henry Castelli começa a gravar "O Astro". **O Planeta TV!**, [S. l.], 26 maio 2011. Disponível em: <https://oplanetatv.clickgratis.com.br/noticias/novelas/com-personagem-bissexual-henry-castelli-comeca-a-gravar-o-astro.html>. Acesso em: 01 mai. 2026.
- FELIPE (Henri Castelli). In: GSHOW. **O Astro**: personagens. Rio de Janeiro: Globo, [2011?]. Disponível em: <https://gshow.globo.com/novelas/o-astro/personagem/felipe.html>. Acesso em: 01 mai. 2026.
- GONÇALVES, Antonio Filho. Uma nova Ciranda de pedra. **Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, 8 abr. 2008. Disponível em: <https://login.academia.org.br/noticias/uma-nova-ciranda-de-pedra>. Acesso em: 01 mai. 2026.
- HENRI (João Baldasserini). In: GSHOW. **O Astro**: personagens. Rio de Janeiro: Globo, [2011?]. Disponível em: <https://gshow.globo.com/novelas/o-astro/personagem/henri.html>. Acesso em: 03 mai. 2026.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) **Minorias silenciadas: História da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020)

MARIANA Lima e Laura Neiva vivem casal gay em O Rebu. **OFuxico**, Rio de Janeiro, 16 jun. 2014. Disponível em: <https://ofuxico.com.br/noticias/mariana-lima-e-laura-neiva-vivem-casal-gay-em-o-rebu/>. Acesso em: 03 mai. 2026.

MEDINA, Cremilda. As múltiplas faces da censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) **Minorias silenciadas: História da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020)

SOARES, Louise. 'Não existe casal homossexual nessa novela', diz autor de 'O Rebu'. **F5 - Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2014. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2014/06/1475851-nao-existe-casal-homossexual-nessa-novela-diz-autor-de-o-rebu.shtml>. Acesso em: 03 mai. 2026.

NASCIMENTO, Fernanda.

NOGUEIRA, Alcides. **Alcides Nogueira conta detalhes sobre "Ciranda de Pedra"**. [Entrevista concedida a] O Planeta TV!. [S. l.], 1 abr. 2013. Disponível em: <https://oplanetatv.clickgratis.com.br/colunas/entrevistas/alcides-nogueira-conta-detalhes-so-bre-ciranda-de-pedra.html>. Acesso em: 25 abr. 2026.

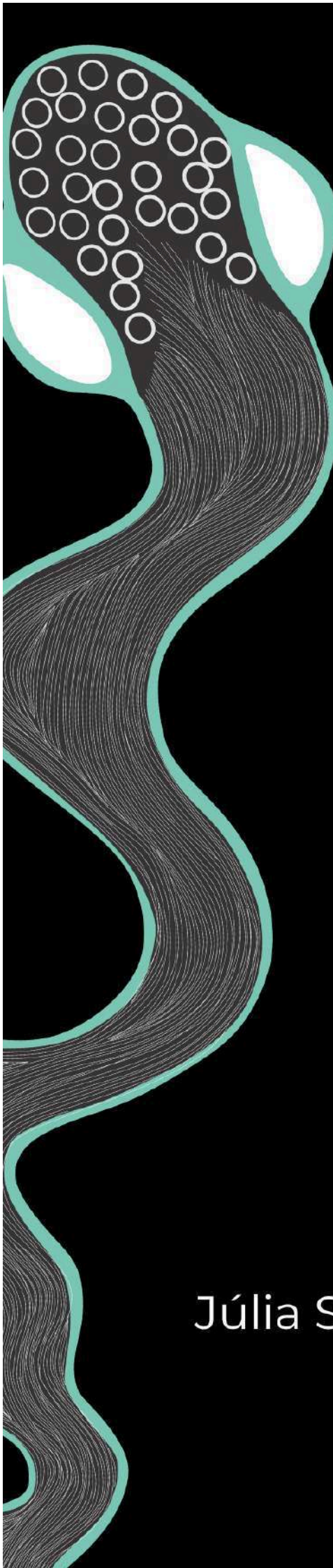
NOGUEIRA, Alcides. **Entrevista exclusiva com Alcides Nogueira - Continuação**. [Entrevista concedida a] NaTelinha. São Paulo: UOL, 30 abr. 2008. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/noticias/2008/04/30/entrevista-exclusiva-com-alcides-nogueira-a---continuacao-13755.php>. Acesso em: 25 abr. 2026.

PABLO. In: GSHOW. **O Astro: personagens**. Rio de Janeiro: Globo, [2011?]. Disponível em: <https://gshow.globo.com/novelas/o-astro/personagem/pablo-c.html>. Acesso em: 01 mai. 2026.

PEREIRA, Márcia; PACHECO, Paulo. Para lésbicas, namoro velado entre Clara e Marina é fetiche e retrocesso. **Notícias da TV**, São Paulo, 3 jun. 2014. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/novelas/para-lesbicas-namoro-velado-entre-clara-e-marina-e-fetiche-e-retrocesso-3625>. Acesso em: 02 mai. 2026.

PERSONAGENS. In: MEMORIAGLOBO. **O Astro - 2ª versão**. Rio de Janeiro: Globo, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/o-astro-2a-versao/noticia/perso-nagens.ghtml>. Acesso em: 01 mai. 2026.

SANTOS, Roseane. 40 anos depois, O Rebu volta em versão curta, luxuosa e careta. **Notícias da TV**, São Paulo, 30 jun. 2014. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/novelas/40-anos-depois-o-rebu-volta-em-versao-curta-luxuosa-e-careta-3945>. Acesso em: 03 mai. 2026.



ST15

ÁFRICAS EM REFLEXÃO: DISPUTAS E TRANSFORMAÇÕES NO CONTINENTE- MÃE E EM SUAS DIÁSPORAS (XII- XXI)

Coordenadores:
Rafael de Azevedo Silva
Júlia Soledade Caldas Saud Rodriguez
Thamires da Silva Souza

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Imaginárias mestiças: hibridismos iconográficos entre catolicismo e religiosidades afro diaspóricas

André Luiz Borges de Ávila

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG, bolsista CAPES
andrelbavila@gmail.com

Denise Fernandes Geribello

Doutora em Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo – USP/SP
denise.geribello@ufu.br

Resumo: O texto analisa a produção e circulação das imaginárias religiosas na Ibero-América entre os séculos XVI e XIX como parte de um complexo processo de mestiçagem cultural no mundo atlântico. Inseridas em um contexto de colonização, escravidão e intensas trocas transatlânticas, essas imagens não são compreendidas como meros instrumentos de catequese, mas como dispositivos ativos de mediação simbólica, nos quais diferentes matrizes culturais — europeias, africanas e indígenas, essa última não analisada no artigo — se encontram, se tensionam e se transformam mutuamente.

A partir de referenciais teóricos como o hibridismo cultural e o “terceiro espaço”, o estudo desloca o foco das origens para as relações, evidenciando que as imaginárias religiosas emergem como produtos de processos históricos dinâmicos de tradução, negociação e reinvenção. No contexto do Atlântico escravista, destaca-se a agência de populações afro-diaspóricas, que reconfiguraram ativamente os sistemas simbólicos coloniais, apropriando-se de imagens cristãs e integrando-as a cosmologias próprias.

A crítica à noção clássica de sincretismo permite superar leituras que pressupõem uma separação rígida entre forma e conteúdo, abrindo caminho para compreender as religiões afro-diaspóricas como formações históricas processuais. Nesse sentido, a contribuição de Stefania Capone evidencia a construção contínua de uma “África” na diáspora, enquanto Robert Farris Thompson destaca a persistência de princípios estéticos e cosmológicos africanos na materialidade das práticas.

Conclui-se que as “imaginárias mestiças” devem ser entendidas como configurações simbólicas complexas, nas quais se condensam processos de memória, invenção e agência. Mais do que refletirem o mundo atlântico, essas imagens participam ativamente de sua constituição, operando como espaços de articulação entre diferentes ontologias do sagrado e modos de experiência religiosa.

Palavras-chave: Imaginárias religiosas, Hibridismo cultural, Terceiro Espaço, Atlântico escravista, Diáspora.

Introdução

A produção e circulação de imaginárias religiosas na Ibero-América, entre os séculos XVI e XIX, configuram um campo privilegiado para a compreensão das dinâmicas de mestiçagem cultural, religiosa e simbólica no mundo atlântico (Gruzinski, 2003; Alencastro, 2000). Inseridas

em um contexto marcado pela expansão ibérica, pela evangelização cristã e pela violência estrutural da escravidão, essas imagens participaram ativamente da constituição de um universo social profundamente heterogêneo, no qual diferentes matrizes culturais — europeias, africanas e indígenas — foram colocadas em contato contínuo, produzindo formas inéditas de relação com o sagrado (Thornton, 1998).

Nesse cenário, as imaginárias religiosas não podem ser compreendidas apenas como instrumentos de difusão doutrinária ou como suportes de um projeto catequético unilateral. Embora tenham desempenhado papel central nos esforços evangelizadores, especialmente por sua eficácia pedagógica em contextos de diversidade linguística, sua circulação em territórios coloniais implicou processos muito mais complexos do que a simples imposição de um sistema simbólico sobre outros (Gruzinski, 2003). Ao serem apropriadas por populações indígenas e, sobretudo, afro-diaspóricas, essas imagens passaram a operar em regimes de sentido plurais, sendo reinterpretadas, ressignificadas e integradas a cosmologias distintas daquelas que orientaram sua produção original (Thompson, 1983; Reis, 1991).

Tal processo deve ser compreendido no interior das dinâmicas do Atlântico escravista, entendido não apenas como um espaço de circulação econômica, mas como um campo denso de trocas culturais, religiosas e simbólicas (Alencastro, 2000). A diáspora africana, longe de representar uma ruptura absoluta com os sistemas culturais de origem, constituiu um movimento de deslocamento e recomposição, no qual saberes, práticas e formas de percepção do mundo foram continuamente reelaborados em novos contextos (Thornton, 1998). Nesse sentido, as imaginárias religiosas tornam-se suportes materiais privilegiados dessa recomposição, funcionando como pontos de convergência entre diferentes tradições e experiências históricas.

Ao deslocar o olhar das estruturas institucionais para as práticas sociais, torna-se possível reconhecer nessas imagens a presença de formas de agência que atravessam e reconfiguram as imposições coloniais (Reis, 1991). Longe de serem receptores passivos, os sujeitos afro-diaspóricos atuaram ativamente na produção de sentidos, mobilizando as imagens em rituais, devoções e práticas cotidianas que articulavam referências diversas. Assim, as imaginárias deixam de ser apenas objetos de contemplação ou veneração para se constituírem como mediadoras entre mundos — entre o visível e o invisível, entre o imposto e o apropriado, entre a norma e a invenção (Thompson, 1983).

É nesse horizonte que se torna necessário problematizar categorias analíticas tradicionais, como a noção de sincretismo, frequentemente utilizada para descrever os encontros entre catolicismo e religiosidades afro-diaspóricas. Embora útil em determinados contextos, essa categoria tende a pressupor a existência de sistemas culturais previamente definidos, que se misturariam de forma mais ou menos superficial (Bastide, 1971). Tal perspectiva mostra-se limitada diante da complexidade dos processos observados, nos quais não apenas conteúdos são combinados, mas os próprios regimes de significação são transformados (Canclini, 1990; Bhabha, 1998).

Diante disso, propõe-se compreender as “imaginárias mestiças” não como simples produtos de mistura ou disfarce, mas como dispositivos complexos de mediação simbólica, nos quais se entrelaçam diferentes regimes de visualidade, ontologias da imagem e práticas religiosas híbridas (Canclini, 1990; Bhabha, 1998). Essas imagens não apenas representam o sagrado, mas participam ativamente de sua produção, operando como lugares de trânsito cosmológico, nos quais distintas formas de presença, representação e incorporação do divino se articulam (Gruzinski, 2003).

Nesse sentido, o estudo das imaginárias religiosas permite acessar não apenas as formas visuais do sagrado, mas também os modos pelos quais diferentes sujeitos historicamente situados experienciam, negociam e transformam suas relações com o divino. Ao invés de buscar nelas a expressão de identidades fixas ou tradições puras, interessa compreender como essas imagens se constituem no entre — no intervalo instável entre culturas, temporalidades e cosmologias —, revelando a densidade histórica e simbólica das formações atlânticas (Bhabha, 1998).

Por fim, ao tomar as imaginárias como eixo de análise, este trabalho propõe contribuir para uma leitura mais ampla das religiosidades no mundo colonial, evidenciando que o sagrado, longe de ser um domínio estático ou homogêneo, é continuamente produzido nas práticas, nos objetos e nas relações que os atravessam (Capone, 2004). As “imaginárias mestiças”, nesse quadro, não apenas testemunham os processos de mestiçagem, mas os tornam visíveis, sensíveis e operantes, constituindo-se como um dos lugares privilegiados de inscrição das tensões, negociações e criações que marcam a experiência religiosa na Ibero-América.

Hibridismo e mestiçagem: bases conceituais

A noção de hibridismo cultural, conforme elaborada por Néstor García Canclini, permite compreender as culturas latino-americanas — e, por extensão, contextos históricos marcados por encontros coloniais — como formações dinâmicas resultantes de processos históricos de interpenetração e reconfiguração simbólica (Canclini, 1990). Para o autor, “as culturas híbridas não são apenas misturas, mas processos nas quais estruturas antes separadas se combinam para gerar novas práticas” (Canclini, 1990, p. 22).

Em sua obra *Culturas híbridas* (1990), Canclini propõe superar visões essencialistas de cultura — que a entendem como sistema fechado, puro e homogêneo — para pensá-la como um campo de processos, articulações e recombinações (Canclini, 1990). O hibridismo, nesse sentido, não deve ser confundido com uma simples fusão passiva de elementos culturais distintos, mas compreendido como um processo histórico e social no qual práticas, saberes e formas simbólicas previamente separadas entram em contato, gerando novas configurações culturais (Burke, 2003; Canclini, 1990).

Assim, “as culturas híbridas resultam de processos nas quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (Canclini, 1990, p. 22-23), deslocando o foco da ideia de origem para a de transformação. Um dos pontos centrais de sua proposta é a recusa de dicotomias clássicas como erudito/popular, tradicional/moderno ou dominante/subalterno, consideradas insuficientes diante de realidades marcadas por cruzamentos intensos (Canclini, 1990).

Além disso, o autor enfatiza que o hibridismo ocorre em condições históricas específicas, frequentemente atravessadas por relações de poder desiguais. Assim, embora envolva criatividade e inovação, ele não deve ser romantizado, pois os processos híbridos são moldados por contextos de dominação, como o colonialismo e a modernização desigual (Canclini, 1990). O hibridismo cultural latino-americano emerge, portanto, de tensões entre imposição e apropriação, entre hegemonia e resistência.

Outro aspecto fundamental é a ênfase nas mediações institucionais e materiais — como o mercado, o Estado e os meios de comunicação — que participam ativamente da produção do híbrido. Para Canclini, a cultura não é apenas um sistema de significados, mas também um circuito de circulação de bens simbólicos (Canclini, 1990). Nesse sentido, o hibridismo envolve tanto práticas sociais quanto objetos, imagens e formas de consumo (Appadurai, 2008).

Aplicado ao campo das imaginárias religiosas, esse conceito permite compreender como imagens católicas introduzidas no contexto colonial não foram simplesmente assimiladas, mas reinterpretadas à luz de outras cosmologias, especialmente afro-diaspóricas (Gruzinski, 2003; Thompson, 1983). As “imaginárias mestiças”, nesse quadro, não são resíduos de uma mistura imperfeita, mas produtos ativos de recombinação cultural, nos quais diferentes regimes simbólicos coexistem, se tensionam e se transformam.

Em síntese, o hibridismo cultural em Canclini permite deslocar o olhar das origens para as articulações, das essências para as práticas, evidenciando que a cultura latino-americana — e, de modo mais amplo, as formações atlânticas — é profundamente marcada por encontros, conflitos e reinvenções contínuas (Canclini, 1990).

Se, em Canclini, o hibridismo é compreendido como processo histórico de recombinação cultural, torna-se necessário avançar para uma abordagem que enfatize não apenas o resultado dessas misturas, mas o próprio lugar de sua enunciação. É nesse ponto que a contribuição de Homi Bhabha se torna fundamental, ao deslocar a análise para o campo das negociações simbólicas que tornam possível a emergência do híbrido (Bhabha, 1998).

O conceito de “terceiro espaço”, formulado por Bhabha em *O local da cultura* (1998), constitui um dos pilares da teoria pós-colonial ao propor que as identidades culturais não são essências fixas, mas efeitos de processos de negociação, tradução e deslocamento (Bhabha, 1998). Nesse sentido, as imaginárias religiosas podem ser compreendidas como materializações desse espaço intermediário, no qual significados coloniais são deslocados e reinscritos.

Para Bhabha, o terceiro espaço emerge no encontro entre culturas distintas, especialmente em contextos coloniais. Não se trata de uma fusão entre polos, mas de um campo dinâmico de enunciação, no qual os significados são constantemente rearticulados (Bhabha, 1998). É nesse espaço que se torna possível questionar a autoridade das narrativas dominantes e abrir brechas para novas formas de subjetividade.

Um dos aspectos centrais desse conceito é sua capacidade de desestabilizar identidades fixas. Ao invés de conceber culturas como entidades homogêneas, Bhabha argumenta que toda identidade é produzida no interior de relações de diferença (Bhabha, 1998). Nesse sentido, “os signos culturais são apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outra forma” (Bhabha, 1998, p. 70).

Além disso, o terceiro espaço não descreve apenas o resultado híbrido, mas o próprio lugar de produção do híbrido. Ele enfatiza o processo e a enunciação, destacando que o sentido é construído nas interações (Bhabha, 1998). Trata-se também de um espaço de ambivalência, no qual coexistem estratégias de dominação e formas de resistência.

No campo das práticas religiosas, esse conceito é particularmente produtivo. As imagens sacras, ao circularem em contextos coloniais, tornam-se suportes de tradução cultural, podendo operar simultaneamente em diferentes registros simbólicos (Gruzinski, 2003; Thompson, 1983). Uma imagem de santo, por exemplo, pode constituir-se como objeto típico do terceiro espaço — nem plenamente europeu, nem exclusivamente africano ou americano, mas resultado de uma negociação contínua de sentidos.

Dessa forma, o conceito de terceiro espaço permite compreender as imaginárias religiosas como lugares de enunciação híbrida, nos quais se articulam múltiplas temporalidades, cosmologias e experiências históricas (Bhabha, 1998). Ele desloca a análise da origem para a relação, evidenciando que a cultura é produzida no entre, no intervalo, no espaço da tradução.

Se o terceiro espaço permite compreender teoricamente o lugar onde os sentidos são negociados, torna-se necessário investigar como esses processos se materializam historicamente. É nesse horizonte que a obra de Serge Gruzinski se insere, ao demonstrar que a colonização das Américas implicou também uma profunda transformação dos regimes de visualidade (Gruzinski, 2003).

A reflexão de Serge Gruzinski sobre a colonização do imaginário desloca o eixo da análise do domínio material para o campo simbólico, evidenciando que a conquista ibérica nas Américas foi também — e profundamente — uma conquista das formas de ver, representar e pensar o mundo (Gruzinski, 2003). Em *A colonização do imaginário* (2003), o autor demonstra que as imagens cristãs desempenharam um papel estratégico nesse processo, funcionando como instrumentos de evangelização, pedagogia e controle, sobretudo em contextos de grande diversidade linguística (Gruzinski, 2003), destacando que a introdução de iconografias cristãs no Novo Mundo não implicou mera assimilação, mas desencadeou processos de apropriação e reinvenção. Como afirma o autor, “a ocidentalização não apagou as culturas indígenas [...], mas provocou recomposições inéditas” (Gruzinski, 2003, p. 42–45).

No entanto, o ponto decisivo de sua argumentação é que essa imposição imagética não operou de maneira unilateral. As imagens, ao entrarem em circulação em territórios marcados por

outras cosmologias visuais, passaram a integrar um campo de interações complexas, no qual foram reinterpretadas, apropriadas e transformadas (Gruzinski, 2003). Assim, a ocidentalização não produziu uma simples substituição de sistemas simbólicos, mas desencadeou um processo de recomposição do imaginário, no qual diferentes regimes de visualidade passaram a coexistir e se tensionar (Gruzinski, 2003).

Gruzinski chama atenção para o fato de que as sociedades ameríndias já possuíam tradições visuais altamente elaboradas, nas quais a imagem não era apenas representação, mas parte constitutiva da experiência do sagrado e da organização do mundo (Gruzinski, 2003). A introdução de imagens cristãs — pinturas, gravuras, esculturas — não encontrou, portanto, um “vazio”, mas um terreno fértil de significações. Nesse encontro, ocorreu uma espécie de “tradução visual”, na qual elementos cristãos foram reinterpretados segundo códigos locais (Gruzinski, 2003, p. 120–128). Essa tradução não era necessariamente consciente ou sistemática, mas resultava de práticas cotidianas de uso, contemplação e ritualização das imagens.

Além disso, o autor destaca a importância das técnicas de reprodução e circulação — como a gravura — na difusão dessas iconografias (Gruzinski, 2003). As imagens podiam viajar com relativa facilidade, atravessando o Atlântico e sendo replicadas em diferentes suportes. Contudo, ao se enraizarem em contextos locais, elas perdiam sua fixidez original e passavam a adquirir novos significados. Esse processo revela que o poder das imagens não reside apenas em sua forma, mas em sua capacidade de adaptação e reinterpretação.

Outro aspecto relevante é que a apropriação das imagens não deve ser entendida apenas como resistência, mas como estratégia de mediação cultural. Ao incorporar elementos cristãos, populações indígenas e afro-diaspóricas podiam negociar sua inserção no mundo colonial, ao mesmo tempo em que preservavam, de forma muitas vezes velada, aspectos de suas próprias cosmologias (Gruzinski, 2003). Nesse sentido, as imagens tornam-se espaços de ambiguidade: elas participam do projeto colonial, mas também o desestabilizam, como apontado por Homi Bhabha (Bhabha, 1998).

Outro conceito proposto por Gruzinski e igualmente importante para a análise é a noção de “recomposição inédita”, que sugere que o resultado desses encontros não pode ser reduzido nem à continuidade das tradições originárias, nem à imposição europeia (Gruzinski, 2003). Trata-se de algo novo, produzido na fricção entre diferentes universos simbólicos. As imagens,

nesse contexto, funcionam como laboratórios de mestiçagem, nos quais se experimentam novas formas de ver e de crer.

Quando ampliamos essa leitura para a presença africana nas Américas, o quadro torna-se ainda mais complexo. As populações africanas escravizadas, portadoras de ricas tradições visuais e religiosas, também participaram ativamente desses processos de recomposição. Embora Gruzinski se concentre mais no universo indígena, sua abordagem permite pensar como imagens cristãs puderam ser reinscritas em sistemas cosmológicos afro-diaspóricos.

Por fim, a contribuição de Gruzinski reside em demonstrar que a história das imagens no contexto colonial não é apenas uma história de difusão, mas de transformação e conflito (Gruzinski, 2003). As imagens não são veículos neutros de significado: elas são atravessadas por disputas, traduções e deslocamentos. Nesse sentido, compreender a colonização do imaginário implica reconhecer que o poder colonial nunca foi absoluto, sendo constantemente reconfigurado pelas práticas daqueles que, ao olhar, tocar e usar essas imagens, também as reinventaram.

Se, na leitura de Gruzinski, a colonização do imaginário evidencia que as imagens operam como espaços de tradução, conflito e recomposição simbólica, torna-se fundamental compreender que tais processos não se dão de forma abstrata ou isolada. Ao contrário, eles estão profundamente ancorados nas dinâmicas materiais e históricas que estruturam o mundo atlântico. É nesse horizonte que a análise das imaginárias religiosas exige ser articulada às circulações transatlânticas de pessoas, objetos e cosmologias, nas quais o simbólico e o material se entrelaçam de maneira indissociável. As transformações do imaginário não ocorreram de forma isolada, mas estiveram profundamente vinculadas aos deslocamentos forçados de populações africanas e à constituição de um mundo interconectado (Thornton, 1998; Alencastro, 2000).

O mundo atlântico e as circulações culturais

A análise das imaginárias mestiças exige sua inserção no contexto do Atlântico escravista, marcado como um campo denso de circulação de pessoas, objetos, práticas e cosmologias. John Thornton demonstra que os africanos trazidos para as Américas não eram culturalmente passivos, mas portadores de sistemas religiosos complexos, que continuaram a operar no Novo Mundo. Segundo o autor, “os africanos participaram ativamente da construção cultural das sociedades atlânticas” (Thornton, 1998). Nesse sentido, sua contribuição é decisiva ao romper

com interpretações que reduziam os africanos escravizados à condição de sujeitos culturalmente despossuídos.

Em *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World* (1998), o autor demonstra que esses indivíduos eram portadores de sistemas religiosos estruturados, linguagens simbólicas sofisticadas e tradições intelectuais próprias, que não apenas sobreviveram à travessia atlântica, mas foram ativamente mobilizadas nas Américas (Thornton, 1998).

Thornton enfatiza que muitas regiões da África centro-ocidental — particularmente o Reino do Congo e Angola — já haviam estabelecido, desde o século XV, formas específicas de contato com o cristianismo (Thornton, 1998). Esse dado é fundamental, pois indica que a relação entre africanos e a iconografia cristã não começou na América, mas possui uma história prévia de apropriação seletiva e tradução cultural. Assim, quando imagens de santos, crucifixos e outros objetos devocionais circulam no mundo atlântico, elas já encontram interlocutores capazes de reinterpretá-las à luz de categorias cosmológicas próprias.

Essa perspectiva permite compreender que o encontro entre catolicismo e religiosidades africanas não se deu em termos de imposição unilateral, mas como um processo de negociação simbólica (Thornton, 1998). Elementos do cristianismo — como a figura dos santos, a materialidade das imagens ou a mediação entre mundo visível e invisível — puderam ser incorporados porque apresentavam pontos de ressonância com concepções africanas, como o culto aos ancestrais, a presença de forças espirituais em objetos e a centralidade dos intermediários entre humanos e divindades.

Além disso, Thornton destaca que o Atlântico escravista funcionava como um espaço de reconexão cultural, e não apenas de dispersão (Thornton, 1998). Apesar da violência do tráfico, havia certa continuidade regional entre grupos africanos deportados, especialmente no caso do Brasil, que recebeu grande contingente da África centro-ocidental. Isso favoreceu a manutenção de referências compartilhadas e a formação de comunidades capazes de recriar práticas religiosas em solo americano. Nesse contexto, as imaginárias religiosas podem ser entendidas como suportes materiais dessa reconstrução, operando como pontos de convergência entre diferentes tradições.

Outro aspecto central é a ênfase na agência africana. Ao afirmar que os africanos participaram ativamente da construção das sociedades atlânticas, Thornton desloca o foco da história da escravidão de uma narrativa centrada apenas na dominação para uma análise das

práticas criativas e estratégias de adaptação dos sujeitos escravizados (Thornton, 1998). No campo religioso, isso se traduz na capacidade de reinterpretar símbolos cristãos, atribuindo-lhes novos sentidos e integrando-os a sistemas de crença próprios.

Essa agência não se limita à esfera simbólica, mas se manifesta também nas práticas cotidianas: na organização de irmandades, na realização de rituais, na escolha de objetos devocionais e na circulação de imagens. As imaginárias, nesse sentido, não são apenas reflexos de um processo cultural, mas instrumentos ativos de mediação, através dos quais diferentes mundos se articulam.

Ao articular a perspectiva de Thornton com o estudo das imagens, torna-se possível compreender as imaginárias mestiças como produtos de um Atlântico profundamente interconectado, no qual a cultura não é simplesmente transferida, mas recriada em movimento. As imagens religiosas, longe de serem apenas veículos de catequese, tornam-se espaços onde se inscrevem memórias africanas, experiências do cativo e estratégias de sobrevivência simbólica.

Dessa forma, a análise das imaginárias no contexto atlântico revela que o hibridismo não é um efeito secundário da escravidão, mas uma de suas dimensões constitutivas (Thornton, 1998). As imagens tornam-se, assim, testemunhos materiais de um processo histórico no qual sujeitos africanos e afro-diaspóricos não apenas sofreram a violência da diáspora, mas também reconfiguraram o mundo simbólico em que passaram a viver, contribuindo decisivamente para a formação das culturas americanas.

Se John Thornton evidencia a agência africana na construção cultural das sociedades atlânticas, é possível aprofundar essa perspectiva ao considerar as estruturas históricas que tornaram tais interações possíveis. Nesse sentido, a contribuição de Luiz Felipe de Alencastro permite compreender o Atlântico Sul não apenas como espaço de circulação, mas como um sistema integrado de produção cultural.

A leitura do Atlântico Sul como sistema integrado de circulação cultural proposta por Luiz Felipe de Alencastro permite compreender que os objetos — incluindo as imaginárias religiosas — não podem ser analisados fora de suas trajetórias transatlânticas. Em *O trato dos viventes*, o autor demonstra que o espaço atlântico luso-brasileiro constituiu uma rede contínua de circulação de pessoas, práticas e bens simbólicos (Alencastro, 2000). Nesse contexto, as imagens religiosas devem ser entendidas como objetos em trânsito, cujos significados são continuamente reconfigurados conforme seus deslocamentos entre África, Brasil e Portugal.

Diferentemente de abordagens que tratam o tráfico atlântico como um fluxo unidirecional, Alencastro evidencia que esse sistema operava como uma rede complexa de circulação (Alencastro, 2000), envolvendo não apenas pessoas, mas também mercadorias, práticas sociais, instituições jurídicas e formas simbólicas. Nesse sentido, o Atlântico Sul não é um “entre-lugar”, mas um verdadeiro espaço histórico próprio.

Um dos pontos mais relevantes de sua análise é a ideia de que a escravidão atlântica produziu uma espécie de continuidade estrutural entre África e América (Alencastro, 2000). A forte conexão com regiões como Angola e o Congo fez com que não apenas indivíduos, mas também línguas, práticas religiosas e cosmologias fossem continuamente transportadas e reelaboradas.

Alencastro também chama atenção para o fato de que essas circulações eram marcadas por assimetrias de poder, mas ainda assim permitiam espaços de recomposição cultural (Alencastro, 2000). Nesse contexto, as irmandades religiosas, os espaços domésticos e as práticas devocionais desempenharam papel fundamental como lugares de recomposição simbólica.

No campo das imaginárias religiosas, essa perspectiva permite compreender que as imagens não eram apenas importadas da Europa, mas circulavam dentro de um circuito atlântico dinâmico, sendo continuamente apropriadas e ressignificadas em diferentes contextos. Conforme demonstra Alencastro, o Atlântico Sul constituiu um espaço integrado de circulação de pessoas, mercadorias e formas simbólicas, no qual os objetos adquirem novos significados a partir de suas trajetórias (Alencastro, 2000). Assim, uma escultura de santo, ao chegar ao Brasil, já carregava uma historicidade europeia, mas passava a ser reinterpretada no interior de comunidades afro-diaspóricas.

Além disso, o Atlântico Sul, tal como concebido pelo autor, favorece uma leitura das imaginárias como objetos em trânsito, cuja significação depende das redes em que circulam. Ao transitarem entre portos, igrejas, irmandades e espaços domésticos, essas imagens participam ativamente da construção de um mundo cultural híbrido. Nesse sentido, não são apenas testemunhos de processos históricos, mas agentes de mediação simbólica, articulando diferentes universos culturais (Alencastro, 2000).

Por fim, ao enfatizar a centralidade dessas conexões transatlânticas, Alencastro contribui para uma compreensão ampliada das dinâmicas de mestiçagem. O hibridismo cultural deixa de ser entendido como fenômeno localizado para ser reconhecido como produto de um sistema

histórico de longa duração, marcado por deslocamentos forçados e recomposições simbólicas contínuas (Alencastro, 2000).

Se a perspectiva de Alencastro permite compreender o Atlântico Sul como um sistema integrado de circulação e recomposição cultural, torna-se necessário, em um segundo momento, observar como essas dinâmicas se concretizam no cotidiano das sociedades coloniais, principalmente no contexto brasileiro. É nesse deslocamento de escala — do sistema atlântico para as práticas locais — que a obra de João José Reis se revela fundamental, ao evidenciar como sujeitos historicamente situados reconfiguram, na experiência concreta, os universos simbólicos em que estão inseridos (Reis, 1991).

No contexto brasileiro, a obra de João José Reis assume importância reflexiva para compreender como populações escravizadas e libertas não apenas participaram do universo religioso colonial, mas o reconfiguraram ativamente. Em *A morte é uma festa*, o autor evidencia que a religiosidade afro-brasileira constituiu um campo dinâmico de práticas, negociações e invenções, profundamente enraizado no cotidiano urbano e nas experiências do cativo e da liberdade (Reis, 1991).

Um dos aspectos centrais dessa análise é o papel das **irmandades religiosas**, especialmente aquelas organizadas por “homens de cor”, como as confrarias de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito ou Santa Efigênia. Essas instituições, formalmente inseridas na estrutura do catolicismo, funcionavam como **espaços ambíguos de integração e autonomia** (Reis, 1991). Por um lado, estavam submetidas às normas da Igreja e às hierarquias coloniais; por outro, ofereciam margens de ação para que africanos e seus descendentes organizassem suas próprias formas de sociabilidade, devoção e assistência mútua.

Reis demonstra que, nessas irmandades, a religiosidade não se limitava à reprodução de práticas europeias. Ao contrário, havia uma constante **reelaboração simbólica**, na qual elementos do catolicismo eram apropriados e reinterpretados à luz de experiências e referências afro-diaspóricas (Reis, 1991). As festas, procissões e rituais funerários, por exemplo, tornavam-se ocasiões privilegiadas para a expressão de identidades coletivas, incorporando músicas, danças e gestualidades que remetiam a matrizes africanas.

O campo funerário, em particular, recebe atenção especial. Para Reis, as práticas em torno da morte — como velórios, enterros e missas — constituíam um espaço estratégico de afirmação religiosa e social. A preocupação com a “boa morte”, a salvação da alma e a memória dos mortos

articulava-se com concepções africanas sobre ancestralidade e continuidade espiritual. Nesse sentido, os rituais católicos não eram simplesmente adotados, mas ressignificados como parte de um sistema mais amplo de relação com os mortos (Reis, 1991).

Outro ponto importante é a dimensão da agência. Ao participar das irmandades, organizar festas ou investir em práticas devocionais, escravizados e libertos não apenas respondiam às imposições coloniais, mas atuavam ativamente na construção de seu próprio mundo social e simbólico. Como demonstra Reis, essa agência se manifestava tanto em estratégias de inserção — como a adoção de santos padroeiros e a participação em rituais católicos — quanto em formas mais sutis de resistência, evidenciadas na manutenção de práticas e crenças que escapavam ao controle institucional (Reis, 1991).

Além disso, as irmandades funcionavam como espaços de mobilidade social relativa. A ocupação de cargos internos, a organização de festividades e a administração de recursos permitiam a construção de prestígio e reconhecimento, mesmo em uma sociedade profundamente hierarquizada. Nesse sentido, a religiosidade articulava-se a dimensões políticas e econômicas, constituindo um campo estratégico de atuação social (Reis, 1991).

Quando se observa esse quadro à luz das imaginárias religiosas, torna-se evidente que as imagens desempenhavam papel central nessas práticas. As esculturas de santos, os altares e os objetos devocionais configuravam focos de sociabilidade e identidade coletiva. Ao serem apropriadas por irmandades negras, essas imagens adquiriam novos significados, sendo integradas a sistemas simbólicos que articulavam catolicismo e religiosidades afro-diaspóricas (Reis, 1991).

As práticas de escravizados e libertos revelam que a religiosidade foi um dos principais meios de exercício de agência, possibilitando a produção de formas próprias de relação com o sagrado e contribuindo decisivamente para a formação de um universo religioso plural e mestiço (Reis, 1991). A análise dessas práticas no contexto brasileiro, tal como desenvolvida por João José Reis, evidencia a complexidade das formas de apropriação, negociação e reinvenção do sagrado. Diante dessa riqueza empírica, torna-se inevitável problematizar as categorias analíticas tradicionalmente utilizadas para interpretá-las. É nesse ponto que a noção de sincretismo, amplamente mobilizada para descrever os encontros entre catolicismo e religiosidades afro-diaspóricas, revela seus limites e exige uma revisão crítica.

Religiosidade afro-diaspórica e crítica ao sincretismo

A complexidade dessas práticas religiosas, marcadas por apropriações, negociações e reinvenções, coloca em questão categorias analíticas tradicionais, entre as quais se destaca a noção de sincretismo. A obra de Roger Bastide foi fundamental ao reconhecer que as religiões afro-brasileiras não são simples reproduções de matrizes africanas, mas formações históricas constituídas em diálogo com o catolicismo e com a sociedade colonial (Bastide, 1971).

Entretanto, sua interpretação do sincretismo como uma espécie de “máscara” — na qual elementos católicos encobririam conteúdos africanos — revela limites importantes. Para Bastide, o sincretismo operaria como mecanismo de dissimulação, permitindo a preservação de estruturas religiosas africanas sob formas católicas impostas (Bastide, 1971). Essa leitura foi decisiva para afirmar a continuidade das tradições africanas no Brasil, mas tende a pressupor uma separação rígida entre “forma” (católica) e “conteúdo” (africano).

As críticas contemporâneas apontam justamente para a insuficiência dessa separação. Em vez de compreender o sincretismo como ocultação, autores mais recentes propõem entendê-lo como um processo ativo de produção de sentido, no qual os elementos envolvidos se transformam mutuamente. Nessa perspectiva, não se trata de identificar uma essência africana subjacente, mas de analisar a emergência de novas configurações religiosas (Canclini, 1990).

Essa revisão implica também repensar a própria ideia de identidade religiosa. A perspectiva bastidiana, ao buscar preservar uma suposta “pureza” africana, aproxima-se de uma lógica essencialista. Em contrapartida, abordagens mais recentes enfatizam o caráter processual, relacional e histórico das religiões afro-diaspóricas, reconhecendo que elas se constituem na articulação entre múltiplas referências culturais (Canclini, 1990).

Além disso, essa crítica permite reconhecer que os próprios elementos católicos também são transformados no processo. Ao serem apropriados por populações afro-diaspóricas, santos, imagens e objetos devocionais adquirem novos significados e funções, deixando de ser meros “revestimentos” para se tornarem elementos constitutivos de sistemas simbólicos híbridos (Bastide, 1971; Canclini, 1990).

Essa mudança de perspectiva é fundamental para a análise das imaginárias religiosas. Se adotamos a noção de sincretismo como máscara, corremos o risco de interpretar as imagens apenas como disfarces de um conteúdo oculto. Por outro lado, ao compreender o hibridismo

como processo, torna-se possível reconhecer as imagens como lugares de produção de sentido, nos quais elementos africanos e cristãos não apenas coexistem, mas se transformam mutuamente (Canclini, 1990).

Por fim, a crítica ao modelo de sincretismo formulado por Roger Bastide contribui para deslocar o foco analítico da autenticidade para a prática, da origem para a relação e da essência para a historicidade. Esse deslocamento permite compreender as religiosidades afro-diaspóricas como sistemas dinâmicos, marcados por criatividade, negociação e agência, nos quais as formas simbólicas são continuamente reelaboradas (Bastide, 1971).

Nesse sentido, as “imaginárias mestiças” deixam de ser interpretadas como expressões de uma duplicidade encoberta e passam a ser entendidas como configurações simbólicas complexas, nas quais se materializam processos históricos de encontro, conflito e invenção (Canclini, 1990).

É justamente diante das limitações da leitura clássica do sincretismo que emergem abordagens mais recentes, que procuram compreender as religiões afro-diaspóricas não como sistemas encobertos, mas como formações históricas dinâmicas e reflexivas. Nesse ponto, o trabalho de Stefania Capone é particularmente relevante ao demonstrar que o que está em jogo não é a simples conservação de uma África original, mas a construção contínua de uma “África” no contexto da diáspora (Capone, 2004).

A contribuição de Capone representa um deslocamento decisivo na interpretação dessas religiões, ao problematizar tanto a noção clássica de sincretismo quanto a ideia de continuidade “pura” das tradições africanas. Em *A busca da África no candomblé*, a autora propõe que essas práticas devem ser entendidas como resultado de processos ativos de reconstrução, seleção e invenção, nos quais a referência à África é continuamente produzida e atualizada. Trata-se, segundo a autora, de uma “busca da África” que articula simultaneamente memória e criação (Capone, 2004).

A noção de “busca da África” é central na argumentação de Capone. Para a autora, essa “África” não corresponde a uma entidade fixa ou homogênea, mas a um horizonte simbólico e identitário mobilizado em diferentes contextos da diáspora. Trata-se de uma África simultaneamente lembrada, imaginada e recriada, cuja presença se manifesta em rituais, narrativas, genealogias e objetos, sempre mediada pelas condições históricas específicas do Brasil (Capone, 2004).

Esse deslocamento é fundamental porque rompe com duas tendências interpretativas recorrentes: de um lado, a redução das religiões afro-brasileiras ao sincretismo entendido como mistura ou disfarce; de outro, a busca por uma suposta “autenticidade africana” preservada. Capone demonstra que ambas as abordagens são insuficientes, pois ignoram o caráter dinâmico e reflexivo dessas tradições. Em vez de conservar passivamente um passado africano, os praticantes engajam-se em processos ativos de produção de tradição, nos quais elementos são selecionados, reorganizados e reinterpretados (Capone, 2004).

Essa reconstrução envolve também processos de reafricanização, nos quais agentes religiosos buscam reforçar vínculos com matrizes africanas por meio de viagens, intercâmbios, estudos e reconfigurações rituais. Contudo, tais movimentos não implicam um retorno a uma origem “pura”, mas a criação de novas formas de africanidade, ajustadas às realidades contemporâneas. A África, nesse sentido, opera como um repertório simbólico em constante atualização (Capone, 2004).

Outro aspecto importante da análise é a ênfase na pluralidade interna das religiões afro-brasileiras. Não existe uma única forma de relação com a África, mas múltiplas maneiras de construí-la e significá-la. Diferentes terreiros, linhagens e tradições elaboram narrativas próprias de origem, panteões específicos e práticas singulares, evidenciando que a “busca da África” constitui também um campo de disputas, negociações e posicionamentos (Capone, 2004).

No plano da materialidade, essa perspectiva implica reconhecer que as imaginárias religiosas não constituem meros suportes de uma tradição herdada, mas operam como dispositivos ativos de produção simbólica. Objetos, imagens e artefatos rituais participam diretamente da construção contínua de uma “África” diaspórica, sendo mobilizados em processos nos quais memória e criação se entrelaçam (Capone, 2004). A seleção de símbolos, cores, formas e entidades não expressa apenas permanências históricas, mas também escolhas situadas, atravessadas por condicionantes sociais, políticos e estéticos contemporâneos (Capone, 2004).

Nessa direção, a abordagem desenvolvida por Stefania Capone permite superar leituras que reduzem a relação com o catolicismo a um simples mecanismo de disfarce ou sobreposição. Os elementos cristãos, quando incorporados, não permanecem intactos, mas são reinterpretados e reinscritos em sistemas simbólicos mais amplos, participando ativamente da elaboração de uma africanidade construída na diáspora (Capone, 2004). Em vez de conceber camadas culturais

estanques — africana e católica —, torna-se mais produtivo analisar os modos concretos pelos quais essas referências se articulam nas práticas (Capone, 2004).

Ao propor a “busca da África” como um processo simultaneamente memorial e inventivo, Capone insere as religiões afro-brasileiras em um horizonte mais amplo de produção cultural diaspórica, no qual identidade, tradição e pertencimento são continuamente negociados (Capone, 2004). Essa perspectiva evidencia que tais religiões não devem ser compreendidas como remanescentes de um passado preservado, mas como formas vivas de conhecimento, capazes de reconfigurar suas referências em resposta às transformações históricas (Capone, 2004).

Aplicada ao estudo das imaginárias mestiças, essa abordagem permite deslocar a análise de uma lógica de mistura estática para uma compreensão processual, na qual as imagens emergem como expressões materiais de uma invenção cultural contínua. Nelas, a África não é simplesmente evocada como origem, mas constantemente transformada e reinscrita no presente (Capone, 2004).

Se a leitura de Capone ilumina os processos de construção simbólica e identitária, torna-se igualmente necessário considerar como tais dinâmicas se manifestam na dimensão estética e sensível dos objetos. Nesse sentido, a contribuição de Robert Farris Thompson revela-se fundamental. Ao enfatizar que a continuidade das matrizes africanas na diáspora se dá sobretudo na materialidade das práticas — nos objetos, nos corpos, nos gestos e nas formas visuais —, o autor evidencia que a experiência estética constitui um dos principais vetores de transmissão e transformação cultural (Thompson, 1983).

Em *Flash of the Spirit*, Thompson demonstra que a diáspora africana não implicou uma ruptura absoluta com os sistemas culturais de origem, mas sua rearticulação em novos contextos históricos (Thompson, 1983). Certos princípios estruturantes — como a valorização da energia vital, da performatividade e da relação entre visível e invisível — permanecem operantes, ainda que sob formas transformadas (Thompson, 1983). Assim, os objetos religiosos não apenas representam crenças, mas condensam modos de pensar, sentir e agir, tornando-se suportes privilegiados de continuidade e reinvenção no mundo atlântico (Thompson, 1983).

Um dos conceitos-chave em sua abordagem é o de “flash” (lampejo): uma espécie de centelha estética e espiritual que atravessa o Atlântico e se manifesta em diferentes expressões culturais afro-americanas (Thompson, 1983). Esse “flash” não corresponde a uma forma fixa, mas a um conjunto de princípios recorrentes, tais como o ritmo, a repetição, a intensificação

expressiva, a relação entre visível e invisível e a centralidade do corpo como mediador do sagrado (Thompson, 1983). Esses princípios permitem identificar continuidades que não dependem da reprodução literal de formas africanas, mas de sua lógica interna de organização simbólica (Thompson, 1983).

No campo das práticas religiosas, Thompson destaca que muitos sistemas africanos — particularmente da África centro-ocidental — operam a partir de uma concepção dinâmica do mundo, na qual há uma constante interação entre o plano material e o espiritual (Thompson, 1983). Objetos rituais, esculturas, recipientes e insígnias não são meros suportes simbólicos, mas portadores de força (energia, axé, poder), ativados por meio de rituais, oferendas e gestos específicos (Thompson, 1983). Ao atravessarem o Atlântico, essas concepções não desaparecem, mas são reconfiguradas nas Américas, influenciando profundamente a forma como imagens e objetos são percebidos e utilizados (Thompson, 1983).

Essa perspectiva é particularmente relevante para a análise das imaginárias religiosas. Quando esculturas católicas — santos, crucifixos, Virgens — são incorporadas em contextos afro-diaspóricos, elas podem passar a operar segundo lógicas cosmológicas distintas daquelas para as quais foram originalmente concebidas (Thompson, 1983). A imagem deixa de ser apenas representação devocional e pode tornar-se um foco de presença, um ponto de condensação de forças espirituais, aproximando-se de concepções africanas nas quais o objeto é um mediador ativo entre mundos (Thompson, 1983).

Além disso, Thompson enfatiza a importância dos gestos e performances na ativação desses objetos. O modo de tocar, vestir, ornamentar ou posicionar uma imagem é fundamental para sua eficácia simbólica (Thompson, 1983). Isso significa que a continuidade cultural não se dá apenas na forma do objeto, mas na prática que o envolve. Assim, mesmo que a iconografia seja europeia, a maneira de interagir com ela pode revelar princípios africanos subjacentes (Thompson, 1983).

Outro aspecto relevante é a atenção à estética da acumulação e da intensidade, frequentemente presente em contextos afro-diaspóricos. A sobreposição de elementos — tecidos, cores, adornos, objetos — cria uma densidade visual que não é meramente decorativa, mas expressa a presença e a potência do sagrado (Thompson, 1983). Essa lógica pode ser observada em altares, terreiros e espaços devocionais, nos quais diferentes referências visuais coexistem, compondo uma paisagem simbólica complexa (Thompson, 1983).

A abordagem de Thompson também contribui para deslocar o foco da análise de uma busca por “origens puras” para a identificação de princípios operativos que atravessam diferentes contextos. Em vez de perguntar se determinado elemento é “africano” ou “europeu”, torna-se mais produtivo investigar como ele funciona dentro de um sistema de relações, quais gestos o ativam, quais sentidos produz (Thompson, 1983).

Por fim, ao evidenciar que formas, gestos e objetos carregam continuidades culturais que atravessam o Atlântico, Thompson reforça a ideia de que a diáspora africana foi não apenas um processo de dispersão, mas também de produção cultural ativa (Thompson, 1983). As imaginárias mestiças, nesse quadro, podem ser compreendidas como espaços nos quais esses princípios estéticos e cosmológicos se manifestam de maneira particularmente visível, articulando heranças africanas e iconografias cristãs em configurações novas e dinâmicas (Thompson, 1983).

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste texto permite compreender que as imaginárias religiosas produzidas e mobilizadas na Ibero-América não podem ser reduzidas a meros instrumentos de catequese ou reflexos passivos de um projeto colonial. Ao contrário, elas se configuram como dispositivos complexos, atravessados por processos históricos de circulação, negociação e reinvenção, nos quais diferentes matrizes culturais se encontram, se tensionam e se transformam mutuamente.

A partir da noção de hibridismo cultural, tal como elaborada por Néstor García Canclini, e do conceito de “terceiro espaço” proposto por Homi Bhabha, torna-se possível deslocar a análise das imaginárias do campo das origens para o das relações, evidenciando que essas imagens são produzidas em contextos de interpenetração cultural e não como expressões de identidades fixas (Canclini, 1990; Bhabha, 1998). Essa perspectiva é aprofundada pela leitura de Serge Gruzinski, que demonstra como a colonização implicou não apenas a imposição de formas, mas a constituição de um campo de recomposição do imaginário, no qual as imagens se tornam espaços privilegiados de tradução e conflito simbólico (Gruzinski, 2003).

Inseridas no contexto do Atlântico escravista, essas dinâmicas adquirem ainda maior complexidade. Como evidenciam John Thornton e Luiz Felipe de Alencastro, as circulações transatlânticas não envolveram apenas o deslocamento de corpos, mas também de cosmologias, práticas religiosas e formas de percepção do sagrado (Thornton, 1998; Alencastro, 2000). No

contexto brasileiro, conforme demonstra João José Reis, essas heranças foram ativamente reelaboradas por populações escravizadas e libertas, que encontraram nas práticas religiosas e nas imagens um campo estratégico de agência, sociabilidade e produção de sentido (Reis, 1991).

Nesse horizonte, a crítica à noção clássica de sincretismo revela-se fundamental. Embora a contribuição de Roger Bastide tenha sido pioneira ao afirmar a continuidade das tradições africanas, sua leitura como “máscara” mostra-se insuficiente para dar conta da complexidade dos processos observados (Bastide, 1971). Abordagens mais recentes, como a de Stefania Capone, permitem compreender as religiões afro-diaspóricas como formações históricas dinâmicas, nas quais a referência à África é continuamente reconstruída, articulando memória e invenção (Capone, 2004).

Por sua vez, a contribuição de Robert Farris Thompson evidencia que essas dinâmicas não se restringem ao plano das crenças, mas se manifestam de maneira decisiva na materialidade das práticas. Formas, gestos, objetos e imagens carregam continuidades estéticas e cosmológicas que atravessam o Atlântico, permitindo compreender as imaginárias religiosas como mediadoras ativas entre mundos visíveis e invisíveis (Thompson, 1983).

Diante desse conjunto de perspectivas, as “imaginárias mestiças” emergem não como produtos de uma mistura imperfeita ou disfarçada, mas como **configurações simbólicas complexas**, nas quais se condensam processos históricos de violência, deslocamento, resistência e criação. Elas são, simultaneamente, objetos de devoção, artefatos culturais e dispositivos de mediação cosmológica, operando em múltiplos regimes de sentido.

Assim, mais do que buscar nelas uma origem pura ou um significado oculto, torna-se fundamental reconhecê-las como espaços de enunciação híbrida, nos quais diferentes ontologias do sagrado coexistem e se articulam. Nesse sentido, as imaginárias religiosas não apenas refletem o mundo atlântico: elas participam ativamente de sua constituição, tornando visíveis — e sensíveis — as tramas complexas que unem África, América e Europa na formação das experiências religiosas da modernidade.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 1990.

CAPONE, Stefania. *A busca da África no candomblé: tradição e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI–XVIII)*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, Robert Farris. *Flash of the Spirit: African and Afro-American Art and Philosophy*. New York: Vintage Books, 1983.

THORNTON, John. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400–1800*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

A palavra e o fardo: um estudo sobre o racismo imposto pelo colonialismo português por meio da literatura de Luandino Vieira

Rafaella de Fátima Silva

Mestranda em História

Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

silva.rafaelav@gmail.com

Resumo: Este trabalho busca investigar o racismo como estrutura institucional no colonialismo português em Angola por meio da análise do conto *A fronteira de asfalto* (1960), de José Luandino Vieira. A literatura é mobilizada como fonte histórica capaz de revelar experiências da violência racial frequentemente ausente dos registros oficiais. O conto acompanha a amizade entre Marina, uma menina branca, e Ricardo, um menino negro, em uma cidade marcada pela segregação colonial. *A fronteira de asfalto* simboliza uma lógica de ordenamento racial que regula espaços, relações e pertencimentos. A ruptura do vínculo entre as crianças evidencia como o racismo ultrapassa a separação territorial e limita também os afetos. A pesquisa compreende o colonialismo como experiência histórica de ruptura, na qual o racismo restringe possibilidades de existência, reconhecimento e relação. Assim, busca-se compreender como a narrativa evidencia os impactos sociais, simbólicos e afetivos da dominação colonial.

Palavras-chave: Racismo; Colonialismo; Angola.

Introdução: A Raça como Engrenagem Colonial

No cerne do colonialismo, a raça constituiu o princípio organizador fundamental das hierarquias sociais, econômicas e políticas. Não se tratou apenas de um instrumento ideológico rudimentar ou de um subproduto da exploração econômica, mas de uma engrenagem central na articulação de projetos de dominação, reconfiguração territorial e expropriação em larga escala. Conforme observa Achille Mbembe (2014, p. 25-26), a racionalidade colonial estabeleceu na raça o seu arcabouço estrutural, produzindo um paradigma de exploração e sujeição contínua, em que determinados grupos humanos foram sistematicamente destituídos de sua condição de sujeitos e convertidos em objetos de apropriação, controle e descarte. Ao fundar a desigualdade sobre critérios fenotípicos e ontológicos, o colonialismo consolidou regimes duradouros de violência e subalternização cujos efeitos permanecem operantes nas sociedades contemporâneas.

Nos contextos sob administração portuguesa, essa dinâmica assumiu contornos específicos. Como afirma Ana Lúcia de Sá (2005, p. 127), o racismo nos contextos coloniais é “consustancial” à própria lógica da dominação: ele estabelece a imobilidade social, separa as

peças segundo a cor da pele e justifica a construção de elites locais e metropolitanas sobre a premissa civilizatória de tutelar os considerados “atrasados”. É a partir desse entendimento do racismo como âncora das macrodivisões entre o centro e a margem, o civilizado e o assimilado ou o indígena, que se torna possível compreender a organização social da Luanda de meados do século XX.

Partindo desse panorama, este artigo propõe uma análise de como o racismo é representado como prática estruturante no conto de José Luandino Vieira. A obra escolhida insere-se no complexo contexto colonial angolano do século XX. Embora a reconstrução factual histórica desse cenário seja um elemento fundamental para a sua compreensão, o objetivo central aqui não será o de reconstituir de forma íntegra a cronologia política do colonialismo português em Angola. O foco estará direcionado para a análise das formas de segregação racial, de controle social e de modelagem afetiva impostas pelo regime colonial, tomando a literatura de Luandino Vieira como ferramenta hermenêutica e interpretativa dessas dinâmicas micro e macroestruturais.

Para refletir sobre a dimensão do racismo em contexto colonial, toma-se como objeto de análise o conto *A fronteira de asfalto*, publicado originalmente por José Luandino Vieira na coletânea *A cidade e a infância* (1960). A escolha da obra justifica-se por sua densidade estética e temática: nela, o racismo aparece como uma barreira física e psicológica incontornável, capaz de desorganizar o afeto, limitar a experiência da infância e definir rigidamente os espaços possíveis e interditados para cada corpo.

A fronteira evocada no título não remete apenas a um recurso estilístico da escrita do autor, mas ecoa de forma precisa a linha histórica e conceitual que Frantz Fanon (1968, p. 39) descreve ao afirmar que “o mundo colonizado é um mundo cindido em dois”. De um lado, encontra-se a cidade saciada, iluminada e protegida do colono; do outro, a fome estrutural, a poeira e a precariedade da cidade colonizada, o musseque. É nessa segmentação socioespacial, atravessada por desigualdades historicamente construídas, que Luandino ambienta sua narrativa. Ao longo deste artigo, mobiliza-se a teoria fanoniana e a crítica pós-colonial como chaves teóricas para interpretar como o racismo organiza corpos e territorialidades, oferecendo uma base conceitual sólida para compreender as tensões sociais, afetivas e políticas presentes na obra de Vieira.

A espacialização do racismo: o asfalto e a terra vermelha

Ao estabelecer a fronteira como a tradução da separação concreta entre os mundos do colonizador e do colonizado, José Luandino Vieira marca de forma indelével toda a trajetória estrutural do conto. A narrativa apresenta os dois personagens centrais, Marina e Ricardo, cujas infâncias se cruzam a partir de posições sociais diametralmente opostas. Marina é uma menina branca, que vive em uma casa confortável cercada por privilégios na região urbanizada e asfaltada da cidade de Luanda. Ricardo, por sua vez, é um menino negro que habita o outro lado dessa cisão imposta pela engenharia colonial. A descrição do espaço habitado por Ricardo expõe a materialidade da segregação:

Virou os olhos para o seu mundo. Do outro lado da rua asfaltada não havia passeio. Nem árvores de flores violeta. A terra era vermelha. Piteiras. Casas de pau-a-pique à sombra de mulembas. As ruas de areia eram sinuosas. Uma tênue nuvem de poeira que o vento levantava, cobria tudo. A casa dele ficava ao fundo. Via-se do sítio donde estava. Amarela. Duas portas, três janelas. Um cercado de aduelas e arcos de barril (Vieira, 2007, p. 40).

O autor demonstra textualmente que Ricardo vivia em uma paisagem marcada pela precariedade material e pelo esquecimento institucional cotidiano. Esse cenário coincide com o que Frantz Fanon (1968, p. 39) descreve como o espaço segregado por excelência, o lugar onde se nasce e se morre “não importa onde, não importa de quê” — uma cidade faminta, povoada por corpos desprotegidos e marcada por futuros constantemente interrompidos pela engrenagem colonial.

A amizade entre as duas crianças nasce e sustenta-se a partir de uma base profundamente desigual e racializada. Elas se conhecem em função da posição subordinada da mãe de Ricardo, que trabalha como lavadeira na casa da família de Marina. O conto demonstra de maneira sutil como a presença do menino no espaço asfáltico, desde a infância, embora permitida pela intimidade do trabalho doméstico, era sempre rigidamente vigiada e circunscrita a limites claros. A obra constrói-se com base em uma forte predominância de diálogos que revelam a posterior tomada de consciência dos personagens sobre essa realidade. Em um desses embates discursivos, quando já jovens, Ricardo pontua as assimetrias que regulavam o afeto na infância:

E tu achas que está tudo como então? [...] Quando eu era o teu amigo Ricardo, um pretinho muito limpo e educado, no dizer de tua mãe? [...] Achas... Que a minha presença em tua casa... no quintal da tua casa, poucas vezes dentro dela! não estragará os planos da tua família a respeito das tuas relações... (VIEIRA, 2007, p. 40).

Quando os personagens crescem, a barreira social deixa de ser apenas sentida intuitivamente e passa a ser compreendida racionalmente. O conto revela que, sob a égide da ordem colonial, nem mesmo a infância possui o poder de preservar o afeto de forma pura quando este passa a desafiar abertamente a hierarquia imposta pela cor da pele e pela fixação geográfica. O trecho em questão evidencia que a relação entre Ricardo e Marina nunca esteve desvinculada ou imune à lógica colonial que delimitava corpos e afetos. Se o espaço de Ricardo era marcado pela precariedade, a própria sociabilidade entre as crianças surge sob o signo dessa desigualdade estrutural, vigiada e limitada pelos muros invisíveis da cor e do pertencimento de classe.

Achille Mbembe auxilia na compreensão dessa dinâmica micropolítica ao afirmar que a raça opera como uma “forma de representação primária” que atua como uma fantasmagoria, sendo produtora de temores, tormentos e sofrimentos infinitos no imaginário do colonizador (MBEMBE, 2014, p. 27). A partir dessa perspectiva conceitual, percebe-se que Ricardo, mesmo na infância, não é plenamente visto como um sujeito semelhante ou um par em igualdade de condições, mas sim como uma presença potencialmente perturbadora, cuja proximidade física e afetiva ameaça os projetos de reprodução social e de pureza de status da família branca. A experiência narrada no conto revela como a infância não escapa à gramática colonial do racismo, que institui hierarquias rígidas e transforma o outro racializado em um objeto a ser constantemente vigiado, controlado ou sumariamente afastado.

Ruptura do afeto e a educação sentimental para a exclusão

Ao colocar em diálogo o texto literário de Luandino Vieira e o diagnóstico fanoniano, evidencia-se que a fronteira de asfalto ultrapassa a dimensão de um mero limite topográfico ou urbanístico; ela se configura como um verdadeiro dispositivo de produção de subjetividades e de exclusão ontológica. Tal como Fanon descreve, a periferia colonizada é acuada não apenas pela escassez de recursos materiais, mas também pelo olhar panóptico do colonizador, que inferioriza, vigia e naturaliza a pirâmide racial.

O menino Ricardo, mesmo quando enquadrado no estereótipo aceitável de “muito limpo e educado”, é recebido na esfera doméstica de Marina sob uma condição estrita de excepcionalidade. Sua circulação pelo espaço asfáltico só é tolerada porque se encontra instrumentalizada e vinculada ao trabalho subalterno de sua mãe. A linha física do asfalto traduz a

lógica de um mundo rigidamente compartimentado, no qual o acesso à intimidade e ao afeto é regulado pela cor da pele e pelo lugar de origem — configurando o que Fanon caracteriza como o fato de “pertencer ou não a tal espécie, a tal raça” (FANON, 1968, p. 29).

Essa chave de leitura permite compreender que a vivência infantil não suspende a violência estrutural do colonialismo português, mas a torna visível em suas manifestações mais cotidianas e íntimas. A amizade entre Marina e Ricardo funciona como um microcosmo perfeito do “mundo cindido em dois”: enquanto crianças, a flexibilidade relativa das barreiras sociais ainda permite o compartilhamento de momentos lúdicos no quintal; contudo, ao atingirem a juventude, a consciência prática das interdições torna-se incontornável, culminando no rompimento forçado do vínculo. Como sugere a teoria fanoniana, nas colônias a infraestrutura econômica confunde-se diretamente com a superestrutura racial: ser branco equivale a usufruir de privilégios e riqueza, ao passo que ser negro significa estar confinado à carência espacial e material. Luandino Vieira, ao narrar a cidade a partir da perspectiva marginalizada de Ricardo, desvela como a espacialidade colonial fabrica ativamente desigualdades afetivas e políticas que condicionam a existência humana desde os primeiros anos de vida.

No conto, a infância dos personagens é diretamente fraturada por experiências de segregação que mimetizam a macroestrutura da ordem colonial angolana do século XX. O texto literário põe em relevo que o racismo atua não apenas por meio de decretos jurídicos ou repressão policial oficial, mas como um mecanismo molecular que regula os vínculos afetivos mais elementares do cotidiano. Embora a literatura angolana das décadas de 1950 e 1960 seja frequentemente mobilizada pela crítica como um registro grandioso de resistência cultural e política macroscópica, faz-se necessário explorar como ela representa a dimensão do racismo em sua materialidade imediata, ou seja, na vivência comum dos sujeitos anônimos.

Dessa forma, a questão analítica central que orienta esta reflexão direciona-se para compreender como o racismo, enquanto prática colonial institucionalizada, é representado na tessitura ficcional de Luandino Vieira e de que forma a narrativa literária pode ser legitimada como fonte histórica para apreender a violência estrutural do colonialismo português em Angola. Estudos contemporâneos sobre a obra de Luandino Vieira apontam que sua escrita se configura como um testemunho que se articula intimamente à memória social para aproximar-se da história angolana “a partir de uma perspectiva política de descentralização” (MOREIRA, 2024, p. 24). Ao inscrever-se nessa tradição estética e política, Vieira demonstra como o racismo colonial

fragmenta as trajetórias individuais e coletivas. Contudo, sua escrita também atua no sentido inverso: reinscreve as vidas marginalizadas na memória coletiva da nação e confere-lhes densidade histórica e dignidade existencial.

Não se trata simplesmente de fotografar um espaço cindido, mas de narrar a experiência colonial a partir de suas fraturas internas, produzindo um testemunho literário que rasura a narrativa oficial e colonialista da metrópole, descentralizando os polos de enunciação. Essa dimensão memorialística da literatura luandina permite interpretar o texto não como um espelho passivo das desigualdades sociais, mas como um gesto ativo de resistência simbólica e de reconfiguração do imaginário sobre a infância, o musseque e a cidade colonizada.

A engenharia social urbana e a ideologia do Colonialismo Português

Para além da dicotomia fanoniana do mundo cindido, a configuração urbana de Luanda retratada em *A fronteira de asfalto* deve ser compreendida como um instrumento deliberado de engenharia social, no qual o planejamento urbanístico e a distribuição espacial das infraestruturas básicas são mobilizados para estabelecer, demarcar e perpetuar a hierarquia racial. Como analisa Elikia M'bokolo (2009, p. 351), a dominação europeia sobre os povos africanos foi sustentada por um complexo aparato de justificativas pseudocientíficas e ideológicas — entre as quais se destacavam o darwinismo social e a crença dogmática na superioridade da civilização branca —, que foram convertidas na prática em projetos de ordenamento espacial concretos e excludentes.

Essa lógica de dominação e segregação não se limitava a modelar a geografia física das cidades; ela incidia diretamente na formação subjetiva e na regulação das relações interpessoais. Ao imergir no universo ficcional do conto, o leitor acompanha vislumbres de uma infância em que a amizade mútua recebia uma autorização provisória e vigiada da família colonizadora. Essa dinâmica posicionava Ricardo de maneira subalterna, quase equivalente à condição de um objeto de entretenimento doméstico destinado a distrair a “menina Nina”.

Embora tais assimetrias fossem inicialmente invisíveis ou fluidas para os olhos das crianças, elas ganham contornos nítidos e violentos com o amadurecimento dos personagens. O momento de inflexão e maior revelação ideológica do conto ocorre quando a mãe de Marina intervém diretamente para cortar o vínculo afetivo entre sua filha e o jovem negro, verbalizando explicitamente a norma racial da sociedade tardo-colonial: “Marina, já não és nenhuma criança

para que não compreendas que a tua amizade por esse... teu amigo Ricardo não pode continuar. Isso é muito bonito em criança. Duas crianças. Mas agora... um preto é um preto...” (VIEIRA, 2007, p. 42).

A fala da mãe expressa a profunda normalização e institucionalização de uma ideologia racial excludente que, longe de atuar apenas nas instâncias públicas ou jurídicas do Estado colonial, opera ativamente no interior do espaço doméstico, moldando o ambiente familiar e direcionando a educação sentimental da juventude branca. Como observa M'Bokolo (2009, p. 351), a violência intrínseca do colonialismo era sustentada não apenas por superestruturas políticas repressivas e mecanismos de espoliação econômica, mas igualmente por um amplo projeto simbólico que instaurava a desigualdade ontológica como um valor normativo inquestionável. Ao internalizar essa instrução materna e social, Marina integra-se de forma funcional à engrenagem racial, aprendendo que o afeto e a empatia humana devem ser rigidamente condicionados pela posição ocupada na hierarquia colonial. Essa dimensão microestrutural evidencia que o racismo colonial se manifestava tanto na solidez dos muros e no traçado das ruas asfaltadas quanto nos gestos corriqueiros, nos silêncios domésticos e nas palavras que educavam as gerações para o distanciamento e para a negação do outro.

Por conseguinte, a escolha de *A fronteira de asfalto* como fonte para a análise historiográfica não se esgota na mera relevância temática de seu enredo. O potencial do texto literário reside em sua capacidade de funcionar como um espaço denso de elaboração crítica, no qual as subjetividades, os afetos, as violências cotidianas e as tensões sociopolíticas ganham forma simbólica. Como ressalta Rita Chaves (2000, p. 85), a escrita literária de José Luandino Vieira “focaliza as armadilhas do poder e as estratégias utilizadas pelo oprimido para garantir a sua sobrevivência numa ordem que só lhe assegurava a morte”. Ao incorporar cenas da vida miúda de Luanda — como a fratura de um laço infantil sob o peso da ideologia de dominação —, o autor permite compreender os modos de subjetivação do sistema colonial. A literatura, portanto, atua como uma fonte histórica privilegiada, fornecendo acesso às dimensões simbólicas da experiência humana e resgatando saberes e vivências que foram historicamente desqualificados ou silenciados pela racionalidade arquivística colonial.

Literatura como fonte histórica e epistemologia decolonial

É imprescindível considerar que o colonialismo português prolongou-se por quase cinco séculos em território angolano, estruturando-se sobre uma lógica duradoura de exploração racializada que impactava as esferas econômicas, sociais e afetivas da população autóctone. A partir da década de 1950, esse domínio colonial foi robustecido por uma nova estratégia de propaganda ideológica: o lusotropicalismo. Formulada originalmente por Gilberto Freyre e instrumentalizada pelo regime salazarista, essa narrativa pretendia suavizar a violência da dominação sob o mito de uma aptidão natural dos portugueses para criar convivências harmoniosas, plásticas e multirraciais nos trópicos (NETO, 1997, p. 329).

Contudo, essa teorização oficial coexistia com a manutenção de práticas sistemáticas de trabalho forçado (o indigenato), segregação urbanística estrita e violenta repressão militar e policial aos nascentes movimentos de libertação nacional. O discurso lusotropical funcionava, desse modo, como uma tentativa de mascarar no plano simbólico e diplomático a permanência das estruturas de opressão racial.

É precisamente nesse horizonte de contradições que a literatura angolana assume uma centralidade política e epistemológica fundamental. Ao representar literariamente as contradições do período colonial, a ficção oferece subsídios interpretativos essenciais para desmontar os discursos oficiais e apreender os mecanismos reais da racialização institucionalizada (EZE, s.d, p. 12). A opção metodológica por esse corpus ficcional justifica-se pelo papel crucial que a produção literária desempenhou na aglutinação de uma consciência nacional crítica em Angola durante a segunda metade do século XX.

A literatura converteu-se em um vetor de resistência, reconstrução histórica e afirmação de uma identidade cultural autônoma. Ao articular de forma tensa a linguagem e o poder, o texto literário permite desvelar as estruturas discursivas que garantiam a legitimação do racismo como ordem social naturalizada. Neste artigo, as construções narrativas de Luandino Vieira são validadas como verdadeiros espaços de disputa historiográfica, onde a memória colonial oficial é confrontada e rasurada por vozes que reconstroem o sentido do passado a partir da experiência concreta dos sujeitos subalternizados.

Segundo a perspectiva crítica de Rita Chaves (2000, p. 78), nesse contexto de urgência política, o escritor angolano tomou para si a responsabilidade ética de fazer e refazer a história de seu povo, articulando a denúncia do sofrimento com o projeto de reconstrução nacional. A

produção ficcional de José Luandino Vieira corporifica esse movimento de insubmissão ao expor as violências do colonialismo tardio.

Embora não se possa asseverar que sua técnica de escrita esteja diretamente alicerçada na tradição oral africana, é perceptível o modo como sua sintaxe e sua estrutura narrativa se aproximam da oralidade urbana de Luanda (o falar dos musseques) como forma de legitimar os modos de vida locais. O autor parte de um lugar de enunciação situado — as memórias de sua própria infância e juventude na capital angolana — e desdobra-as em uma arquitetura literária capaz de explicar a totalidade de um complexo sistema exploratório. Nesse sentido, a oralidade surge na obra de Vieira não como um mero adorno folclórico ou exótico, mas como a manifestação de uma episteme que foi historicamente desvalorizada e perseguida pela pedagogia colonial. Como assevera Amadou Hampâté Bâ, “nenhuma tentativa de penetrar nas complexas realidades africanas será válida se não estiver alicerçada na tradição oral” (HAMPATÉ BÂ, 2010, p.167), que representa uma forma legítima de saber e de transmissão da memória.

A valorização da oralidade e da linguagem popular constitui uma matriz de pensamento e de resistência contra a imposição epistemológica e a assimilação colonial. Ao aproximar seu estilo literário das inflexões orais do *kimbundo* e do português, e ao colocar no centro do palco narrativo personagens marginalizados e espaços periféricos, Luandino Vieira rompe com os paradigmas eurocêntricos do que Steven Feierman (1993, p. 7-8) conceituou como o *checklist civilizacional*. Essa lógica classificatória colonial deslegitimava as sociedades africanas ao utilizar critérios excludentes de validação histórica, tais como a exclusividade da escrita, a centralização política estatal e a racionalidade técnica nos moldes ocidentais. Ao reivindicar a validade estética e histórica dessas expressões locais, a prosa de Luandino consolida o uso da literatura como uma fonte indispensável para a construção de uma história decolonial, capaz de confrontar o silenciamento documental imposto às populações africanas.

Considerações finais: a lógica do curral e os reflexos no presente

Ademais, as dinâmicas espaciais e afetivas encenadas em *A fronteira de asfalto* dialogam com as formulações teóricas de Achille Mbembe acerca da “lógica do curral”. Segundo o autor, a raça opera simultaneamente como uma construção ideológica e como uma tecnologia de governo de caráter biopolítico, cuja função reside em identificar, classificar, hierarquizar e monitorar corpos e

grupos populacionais em razão de zoneamentos de risco e utilidade econômica estabelecidos pelo poder soberano (MBEMBE, 2014, p. 61).

Essa perspectiva conceitual evidencia de forma inequívoca que o racismo colonial ultrapassa manifestações de preconceitos psicológicos individuais; ele se constitui como um dispositivo estruturante de controle biopolítico que regula a livre circulação, as condições de habitação e a própria viabilidade dos laços afetivos dos sujeitos racializados. Ao projetar essa categoria analítica sobre o conto em estudo, constata-se que a segregação espacial sofrida por Ricardo, bem como a posterior interdição compulsória de seus vínculos sociais e sentimentais com Marina, não se configuram como episódios acidentais ou idiossincrasias da família da personagem branca. Ao contrário, tratam-se de efeitos diretos produzidos pelos mecanismos de dominação que fraturam a infância e instrumentalizam o traçado urbano de Luanda.

A literatura de Luandino Vieira demonstra-se um instrumento metodológico privilegiado para o historiador analisar a materialidade empírica e a vivência interna do racismo colonial, conectando as dimensões afetivas, econômicas e geopolíticas da segregação. Esse exercício crítico reforça a necessidade de estudar os legados do colonialismo, uma vez que tais estruturas espaciais e simbólicas historicamente construídas continuam a reverberar contemporaneamente nas práticas de exclusão e nas periferias urbanas.

A literatura apresenta-se como uma fonte documental multifacetada e densa para a investigação historiográfica, permitindo mapear as complexas interações estabelecidas entre as agências individuais, as estruturas societárias e as manifestações culturais de uma determinada época. Como aponta Valdeci Rezende Borges (2014, p. 103), a criação literária encontra-se enraizada no solo sociocultural do tempo histórico em que o escritor está inserido, operando como uma representação estética que, embora autônoma em sua fatura ficcional, vincula-se dialeticamente à realidade material, sendo transformada pelas intenções, tomadas de posição políticas e perspectivas críticas do autor. A literatura não reflete passivamente os dados da realidade social; ela os reelabora formalmente e os devolve ao corpo social sob a forma de uma interpretação historicamente situada.

Para o ofício do historiador, o texto ficcional deve ser interrogado, criticado e desestruturado com o mesmo rigor metodológico dedicado a qualquer outro documento de arquivo tradicional. Isto demanda inquirir não somente o enredo manifesto do texto, mas as condições materiais de sua produção editorial, as escolhas formais e estilísticas do autor, as

correntes estéticas em que se posiciona e o histórico das recepções críticas que a obra suscitou ao longo do tempo.

Faz-se obrigatório situar historicamente tanto a figura de José Luandino Vieira — intelectual engajado nas frentes políticas do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e sobrevivente das prisões coloniais do Tarrafal e de Luanda — quanto a própria obra literária dentro do processo de transição para as lutas de libertação nacional, reconhecendo o texto como um artefato datado e condicionado pelas tensões de seu momento histórico. A literatura afirma-se como um dispositivo analítico para decifrar as representações do mundo social e as fraturas históricas que moldaram o colonialismo em Angola, cruzando o individual e o coletivo na denúncia do racismo institucional.

A análise empreendida a partir da desestruturação do conto *A fronteira de asfalto* permitiu circunscrever o recorte temporal da narrativa principalmente entre as décadas de 1950 e 1960. O objetivo central concentrou-se em demonstrar como a ficção luandina desmascarava as engrenagens do racismo institucionalizado e a falácia da convivência lusotropical. Problematicar as raízes desse fenômeno implica reconhecer, em última instância, que o racismo emerge da racionalidade colonial como uma estratégia de autoafirmação e preservação do poder do colonizador, sustentada por um processo contínuo de invenção e inferiorização do “outro” (MBEMBE, 2014, p. 26).

A forma pela qual o pensamento moderno ocidental edificou sua identidade hegemônica a partir do fechamento no “mesmo” e do distanciamento violento do “outro” — submetido, desumanizado e confinado atrás da linha do asfalto — revela-se fundamental para compreender a persistência histórica das opressões coloniais e a urgência de sua desmontagem crítica pela literatura e pela história.

Referências bibliográficas:

BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, 2014.

CHAVES, Rita. José Luandino Vieira: consciência nacional e desassossego. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 40, 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27666735>. Acesso em: 10 junho 2026.

EZE, Emmanuel Chukwudi. A filosofia moderna ocidental e o colonialismo africano. Disponível

em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-diaspoacutericos.html>. Acesso em: 10 jun. 2026.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history. In: BATES, Robert H.; MUDIMBE, Valentin Y.; O'BARR, Jean F. (org.). **Africa and the Disciplines: The Contributions of Research in Africa to the Social Sciences and Humanities**. Chicago: University of Chicago Press, 1993. p. 167–212.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2014.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações: tomo I: até o século XVIII**. São Paulo: EDUFBA, 2009.

MOREIRA, Terezinha Taborda. Os ritmos do corpo na escrita literária de Luandino Vieira. In: SILVA, Assunção de Maria Sousa e; SILVA, Franciane Conceição da (org.). **Literaturas africanas, afrodiaspóricas e afro-brasileiras: diálogos críticos**. Teresina: EdUESPI, 2024. (Coleção Sertões dos Brasis, v. 8).

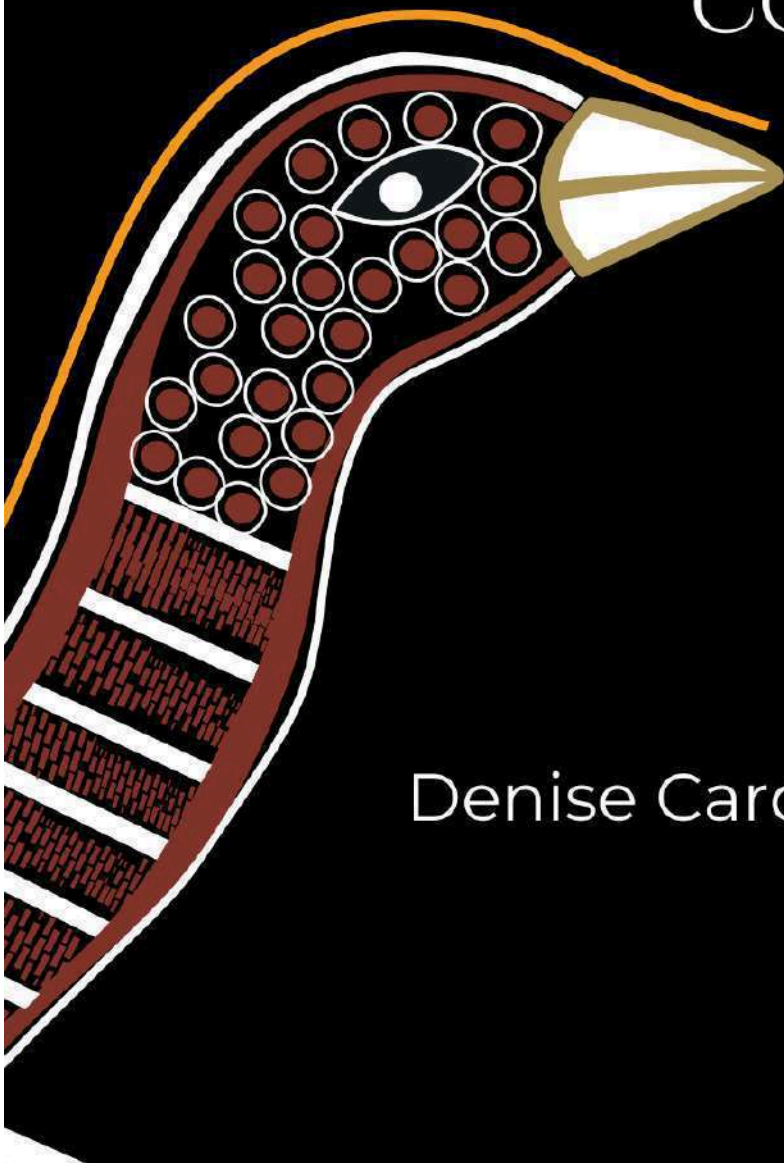
NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. **Lusotopie**, 1997. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1997_num_4_1_1105. Acesso em: 1 jun. 2025.

SÁ, Ana Lúcia Lopes de. Luanda literária a várias cores: o tema do racismo em Luandino Vieira e Uanhenga Xitu. In: GONÇALVES, António Custódio (org.). **O racismo, ontem e hoje: actas do 7º Colóquio Internacional Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Centro de Estudos Africanos, 2005.

VIEIRA, José Luandino. A fronteira de asfalto. In: VIEIRA, José Luandino. **A cidade e a infância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ST16

O CORPO FEMININO EM TEMPOS DE CRISE: AS DISPUTAS SOBRE O GÊNERO, OS SENTIDOS, OS FLUÍDOS E AS REPRESENTAÇÕES DO MATERNO ENTRE A MODERNIDADE E O MUNDO CONTEMPORÂNEO



Coordenadoras:
Denise Cardoso Soares dos Santos
Luisa Padua Zanon

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Maternidade em tempos de crise: corpo feminino, luto e resistência na trajetória de Mariluce de Souza Moura

Larissa Darcíria Saraiva

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

saraivaalarissa@gmail.com

Resumo: A Ditadura Militar brasileira (1964-1985) deixou marcas nos corpos e trajetórias de mulheres submetidas à violência de Estado. Este trabalho analisa a experiência de Mariluce de Souza Moura, militante política e viúva de Gildo Moreira Lacerda, evidenciando disputas sobre corpo feminino, maternidade e memória. A maternidade, quando inserida no campo político, transcende a esfera privada e articula memória, justiça e luta social. Metodologicamente, o estudo baseia-se em fontes documentais e bibliográficas, utilizando a trajetória de Mariluce como estudo de caso. A análise mostra como uma mulher afetada pela repressão reconstruiu sua identidade e práticas de resistência no período pós-ditatorial. Ao transformar o luto em ação política, Mariluce evidencia o protagonismo feminino na preservação da memória e na luta pela reparação histórica. O trabalho contribui para debates sobre gênero, corpo e poder, ampliando a compreensão da maternidade em contextos de crise e da ação política feminina diante da violência estatal.

Palavras-chave: Ditadura; Militar; Maternidade; Resistência.

Abstract: The Brazilian Military Dictatorship (1964–1985) left profound marks on the bodies and life trajectories of women subjected to state violence. This study analyzes the experience of Mariluce de Souza Moura, political activist and widow of Gildo Moreira Lacerda, highlighting disputes surrounding the female body, motherhood, and memory. Motherhood, when situated within the political sphere, transcends the private domain and articulates memory, justice, and social struggle. Methodologically, the study is based on documentary and bibliographic sources, using Mariluce's trajectory as a case study. The analysis demonstrates how a woman affected by repression reconstructed her identity and practices of resistance during the post-dictatorial period. By transforming mourning into political action, Mariluce reveals the central role of women in preserving memory and fighting for historical reparation. This work contributes to debates on gender, body, and power, broadening the understanding of motherhood in contexts of crisis and of women's political action in the face of state violence.

Keywords: Dictatorship; Motherhood; Resistance.

Introdução

A Ditadura Militar¹ brasileira (1964-1985) produziu profundas marcas nos corpos, nas subjetividades e nas trajetórias de mulheres que vivenciaram diretamente a violência de Estado, especialmente aquelas que transformaram o luto, a maternidade e a memória em práticas de resistência política. Sustentado por mecanismos de repressão, censura, perseguição, tortura e desaparecimento forçado, o regime militar brasileiro não atingiu apenas os militantes políticos diretamente perseguidos, mas também suas famílias, produzindo impactos que ultrapassaram gerações e deixaram marcas permanentes na experiência social brasileira. A violência de Estado, nesse contexto, não pode ser compreendida apenas como o uso eventual da força por agentes governamentais, mas como uma política sistemática de controle e eliminação das dissidências políticas. Amparado pela Doutrina de Segurança Nacional, o regime estruturou uma complexa rede de vigilância e repressão que legitimava prisões arbitrárias, torturas, execuções e desaparecimentos forçados em nome da defesa da ordem e do combate ao chamado “inimigo interno”. Como argumentam Edson Teles (2009) e Maria Amélia Teles (2015), a repressão extrapolou os limites da perseguição aos militantes, alcançando familiares, amigos e redes de sociabilidade, produzindo traumas coletivos, silenciamentos e rupturas que permanecem presentes mesmo após o fim formal da ditadura. Nesse sentido, a violência estatal operou simultaneamente sobre os corpos e sobre as memórias, buscando não apenas eliminar opositores, mas também apagar suas histórias e inviabilizar a construção de narrativas alternativas ao discurso oficial do regime (TELES, 2009; TELES, 2015).

Metodologicamente, o presente trabalho apoia-se na análise de fontes documentais, depoimentos, entrevistas e bibliografia especializada, utilizando a trajetória de Mariluce como estudo de caso para compreender como mulheres afetadas pela violência estatal reconstruíram identidades, narrativas e práticas de luta no período pós-ditatorial. A pesquisa dialoga com os estudos de gênero, memória e direitos humanos, partindo do pressuposto de que a maternidade não deve ser compreendida apenas como condição biológica ou experiência privada, mas também como construção histórica atravessada por relações de poder, silenciamento e resistência. Nesse

¹ Opta-se neste trabalho pela utilização da expressão “Ditadura Militar” em razão de sua ampla consolidação historiográfica, embora se reconheça a participação de setores civis — empresariais, midiáticos e institucionais — na sustentação do regime autoritário. Os aspectos de violência abordados neste trabalho foram todos realizados pelos militares.

sentido, os estudos de Moura e Araújo (2004) e de Resende (2017) demonstram que a maternidade é uma construção histórica e social, cujos significados variam conforme os contextos culturais, políticos e econômicos. Tal compreensão permite analisar a experiência materna para além de sua dimensão biológica, evidenciando seu caráter socialmente construído e politicamente situado. Paralelamente, os trabalhos de Maria Amélia Teles (1993; 1999; 2020) ressaltam que as mulheres que participaram da resistência à ditadura enfrentaram uma dupla opressão: a violência do regime autoritário e as desigualdades de gênero presentes na própria sociedade brasileira. Seus corpos tornaram-se espaços de disputa política, alvo de mecanismos específicos de controle, disciplinamento e violência. Assim, ao articular gênero, memória e corpo feminino, este estudo busca compreender como mulheres como Mariluce transformaram experiências de perda e sofrimento em práticas de resistência e produção de memória, contribuindo para a construção de narrativas que desafiam o apagamento histórico e reafirmam a centralidade do protagonismo feminino na luta por verdade, justiça e reparação (MOURA & ARAÚJO, 2004; RESENDE, 2017; TELES, 1993, 1999, 2020).

Destacando neste contexto a trajetória de Mariluce de Souza Moura, jornalista, militante política e posteriormente uma das vozes atuantes na luta por memória, verdade e justiça no Brasil pós-ditadura. Nascida em Salvador - BA, Mariluce aproximou-se ainda jovem da militância estudantil e a Ação Popular². Foi nesse ambiente de organização política que conheceu Gildo, importante militante da mesma organização, com quem construiu uma relação afetiva e política profundamente atravessada pelos conflitos e tensões do período autoritário.

Gildo Macedo Lacerda, nascido em Ituiutaba (MG), destacou-se desde jovem pela intensa militância no movimento estudantil, tendo atuado em organizações como a União Estudantil Uberabense e, posteriormente, aproximando-se da Ação Popular em Belo Horizonte enquanto cursava os anos finais do ensino médio, estabelecendo amizade com José Carlos da Mata Machado e posteriormente durante sua formação em economia na Universidade Federal de Minas Gerais. Com o avanço da repressão militar, passou à clandestinidade, utilizando a

² Segundo o Diretório Brasil de Arquivos, a Ação Popular inicialmente era uma organização de esquerda cristã. Em meados da década de 1960, rompe com o catolicismo e passa a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista. A trajetória dessa organização foi marcada por cisões internas que a levaram à unificação com o Partido Comunista do Brasil, à aliança com a Organização Revolucionária Marxista, Política Operária e com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, em diferentes momentos da sua história. No início da década de 1980, a Ação Popular Marxista-Leninista cessou suas atividades.

identidade falsa de Cássio de Oliveira Alves e sendo também conhecido pelos codinomes Frederico, Fred, Márcio e Ronaldo.

No âmbito de sua trajetória estudantil e política, estabeleceu amizade com José Carlos da Mata Machado, figura central na articulação das redes de resistência universitária. Nesse período, assumiu funções de destaque na militância, sendo eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1969, integrando a última diretoria da entidade antes de sua desarticulação pela repressão do regime militar. Posteriormente, consolidou sua atuação na Ação Popular Marxista-Leninista (APML)³, ocupando posições de direção no interior da organização, o que o inseriu de forma mais intensa nas estruturas de resistência política à ditadura.

Segundo Mariluce, dois aspectos da atuação da Ação Popular passaram a incomodá-la: a defesa da estratégia de guerra popular prolongada, inspirada no modelo chinês, e a perspectiva de integração à produção. Após se formar em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1972, iniciou sua atuação profissional na imprensa. A experiência de cobrir as secas no interior baiano contribuiu para que passasse a questionar a viabilidade da proposta revolucionária defendida pelo partido, baseada na transformação do campo em direção à cidade. Essas divergências políticas levaram ao seu afastamento da Ação Popular no início da década de 1970. Entretanto, ao final de 1971, em meio às reorganizações internas e às divisões ocorridas no interior da AP, Mariluce voltou a se aproximar de antigos militantes da organização. Foi nesse contexto que conheceu Gildo Macedo Lacerda. O primeiro encontro entre os dois ocorreu em 11 de junho de 1972, inicialmente motivado por questões políticas. Com o passar do tempo, a relação tornou-se mais próxima e ambos iniciaram um relacionamento amoroso em agosto do mesmo ano.

Com a intensificação da repressão e sua entrada definitiva na clandestinidade, Gildo passou a atuar sob identidade falsa, mantendo-se sob o nome de Cássio de Oliveira Alves. Foi nesse contexto que sua relação com Mariluce de Souza Moura se aprofundou, culminando em um casamento realizado em 28 de outubro de 1972, de caráter religioso obedecendo as regras do catolicismo, intimista e sigiloso. A união ocorreu sob a identidade clandestina de Gildo (Cássio de

³Ao final de 1971 voltou a procurar seus conhecidos na AP. Em 1972, a AP já estava rachado e se construía a nova "esquerda da AP", com uma visão mais pragmática, com uma nova compreensão da sociedade brasileira como capitalista, a valorização das lutas parlamentares, legais e o abandono da Guerra Popular Prolongada como estratégia para o socialismo no Brasil.

Oliveira Alves)⁴, reforçando a tentativa de ambos de se manterem ocultos e protegidos naquele momento da vigilância constante e da perseguição política.

Em 22 de outubro de 1973, Gildo e Mariluce foram presos em Salvador - BA, sendo conduzidos ao Quartel do Barbalho e submetidos a sessões de tortura pelas forças do regime militar. Mariluce, então grávida, não voltou a ver Gildo, que foi posteriormente transferido para o DOI-CODI do IV Exército, em Recife, onde foi torturado até a morte em 28 de outubro de 1973. Ela, por outro lado, foi liberada em 03 de novembro do mesmo ano. A execução dele foi posteriormente reconhecida e denunciada por investigações da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos⁵, que desmentiram a versão oficial de confronto. Após sua morte, nasceu Tessa de Moura Lacerda, única filha do casal, constituindo a permanência de sua história para além da violência do Estado⁶ e da ruptura imposta pela repressão, apesar de só ter tido um processo longo e doloroso para o reconhecimento oficial de sua paternidade.

A violência da repressão interrompeu brutalmente a trajetória do casal e transformou profundamente a vida de Mariluce, que passou a enfrentar simultaneamente o trauma da perda, a maternidade e a luta pela reconstrução da memória de Gildo diante das tentativas de silenciamento promovidas pelo regime. A maternidade emerge, portanto, como elemento central para compreender sua trajetória, sobretudo porque ultrapassa a esfera privada e se transforma em prática política de resistência⁷, memória⁸ e reivindicação por justiça. Nessa perspectiva, a experiência de Mariluce pode ser interpretada a partir do conceito de maternidade política.⁹ Conforme demonstra Adriana das Graças de Paula (2014), mulheres que perderam familiares para regimes autoritários frequentemente transformaram o sofrimento e os vínculos afetivos em instrumentos de mobilização política, reivindicando memória, verdade e justiça. A maternidade,

⁴ Nome que ele adotara socialmente durante sua permanência na Bahia.

⁵ Instituída pela Lei 9.140 de 1995, responsável por investigar 364 casos de mortos e desaparecidos, conforme registros oficiais do governo brasileiro.

⁶ O conceito de violência de Estado refere-se às práticas repressivas institucionalizadas e legitimadas pelos aparelhos estatais, incluindo perseguição política, censura, tortura, desaparecimento forçado e assassinato de opositores. No contexto da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), tais práticas integraram mecanismos sistemáticos de repressão política.

⁷ É importante destacar que a dimensão política da maternidade não é compreendida aqui como atributo essencial ou natural das mulheres, mas como construção histórica produzida em contextos específicos de violência e repressão estatal, especialmente nas ditaduras latino-americanas do século XX.

⁸ A memória não constitui necessariamente uma prática emancipatória ou resistente em si mesma, podendo também ser apropriada por discursos oficiais e projetos políticos diversos. Neste trabalho, a memória é compreendida como espaço de disputa narrativa e política em torno do passado ditatorial.

⁹ Entendido como o processo pelo qual a condição materna deixa de estar restrita ao espaço doméstico e passa a constituir uma forma de ação pública e coletiva. (REFERÊNCIA)

portanto, converte-se em linguagem política capaz de conferir legitimidade às denúncias de violência estatal e de confrontar os mecanismos de esquecimento produzidos pelos regimes autoritários. No caso de Mariluce, a luta pela preservação da memória de Gildo e pelo reconhecimento de sua trajetória evidencia como a maternidade tornou-se um espaço de resistência, permitindo a construção de narrativas que desafiam as políticas de silêncio identificadas por Edson Teles (2009) no contexto pós-ditatorial. Recordar, nesse sentido, constitui não apenas um exercício de rememoração, mas também uma prática política voltada à reparação histórica e à defesa dos direitos humanos (PAULA, 2014; TELES, 2009).

Maternidade

Joan Scott (1995) compreende o gênero como uma categoria útil de análise histórica, capaz de revelar como relações de poder são socialmente construídas. A partir dessa perspectiva, a maternidade deixa de ocupar apenas o espaço privado e passa a ser compreendida também como prática social e política, especialmente em contextos marcados pela violência de Estado. Nesse sentido, a experiência de Mariluce de Souza Moura evidencia como a condição materna pode transformar-se em espaço de resistência, denúncia e preservação da memória.

O conceito de maternidade presente no dicionário é definido como a “qualidade da mãe, de quem gera ou cria; educa, oferece cuidado, carinho, amor e proteção a uma criança”. Entretanto, mais do que uma definição fixa ou naturalizada, a maternidade constitui uma construção histórica e social, atravessada por transformações culturais, políticas e simbólicas ao longo do tempo. Segundo Resende (2016), “[...] a maternidade está envolta em um mito engendrado por vários discursos. Um mito que contempla concepções de amor incondicional; maternidade como felicidade feminina suprema; instinto materno e que permeia o imaginário social até a atualidade.” A experiência de Mariluce evidencia justamente as tensões existentes entre essas construções idealizadas da maternidade e a violência produzida pelo contexto autoritário. Logo após descobrir sua gravidez, ela e Gildo foram presos pela repressão política. Com a morte do companheiro, Mariluce atravessou toda a gestação sem a presença do pai de sua filha, enfrentando simultaneamente o trauma da perda e as violências institucionais impostas pelo Estado. Nesse processo, sua experiência materna foi profundamente marcada por disputas políticas, jurídicas e simbólicas, tornando-se também um espaço de resistência e reconstrução subjetiva.

Os documentos disponíveis no Arquivo Nacional¹⁰ evidenciam as incessantes tentativas do Estado de produzir juízos de valor sobre a imagem de Mariluce. Parte das dificuldades enfrentadas para reconhecer formalmente a filiação de sua filha esteve associada às barreiras institucionais impostas ao reconhecimento jurídico de sua união com Gildo. Embora o casal tenha realizado uma cerimônia religiosa e possuíse registros dessa união, Gildo encontrava-se sob a identidade clandestina de Cássio de Oliveira Alves. Nesse contexto, a própria classificação de Mariluce como “concubina” do marido evidencia como os mecanismos burocráticos e jurídicos também operavam como instrumentos de violência simbólica, deslegitimação moral e controle social.

Como os exames de DNA ainda não estavam disponíveis na época, o processo de reconhecimento da paternidade prolongou-se por muitos anos. Mesmo contando com o apoio da família de Gildo na tentativa de legitimar juridicamente a filiação de Tessa, o reconhecimento oficial só ocorreu quando ela já havia completado dezoito anos de idade. Tal situação evidencia não apenas a morosidade institucional, mas também os obstáculos políticos e sociais enfrentados por mulheres ligadas a militantes perseguidos pela ditadura, revelando como a violência estatal continuava operando mesmo para além da repressão física imediata.

A maternidade, para Mariluce de Souza Moura, ultrapassou os limites da experiência privada e afetiva, transformando-se também em espaço de resistência política e enfrentamento às violências produzidas pelo regime militar. Sua trajetória converteu a condição materna em elemento central de sua atuação pública. Nesse processo, a maternidade não aparece apenas associada ao cuidado e à proteção, mas também como força motriz de denúncia, reivindicação e preservação da memória. Assim como outras mulheres latino-americanas atingidas pelas ditaduras civis-militares, Mariluce transformou a dor, o luto e a experiência materna em instrumentos de luta coletiva por verdade, justiça e memória.

Seu processo individual ecoa trajetórias semelhantes às das Mães da Praça de Maio, na Argentina, que transformaram a maternidade em uma forma de resistência política. Essas mulheres apropriaram-se do espaço público para denunciar as violações de direitos humanos, reivindicando respostas e justiça para os desaparecidos políticos. O movimento das Mães da Praça de Maio teve início em 1977, durante a ditadura militar argentina, sendo liderado por mães

¹⁰ Estão disponíveis para acesso no Arquivo Nacional, pertencendo ao fundo do Sistema Nacional de Informação (SNI)(BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80011706) e ao fundo da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos. (BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.82003759).

que buscavam informações sobre o paradeiro de seus filhos desaparecidos. Reuniam-se na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, carregando fotografias dos filhos desaparecidos e caminhando em círculos como ato simbólico e silencioso de resistência. Seu protagonismo não apenas expôs os crimes da ditadura, mas também confrontou a narrativa oficial que buscava desumanizar as vítimas e deslegitimar seus familiares. Como analisado por Paula (2015):

Afirmar-se como mães que buscavam seus filhos desaparecidos correspondia a travar uma luta contra a representação construída pela ditadura: ‘as mães de terroristas’. Elas camuflavam a identidade dos filhos como militantes, homogeneizando-os na condição de filhos desaparecidos (PAULA, 2015, p. 6).

Essa disputa em torno da legitimidade da maternidade evidencia como os regimes autoritários também atuavam sobre os significados sociais atribuídos às mulheres e às famílias dos perseguidos políticos. A luta das mães de desaparecidos revela que a violência estatal não atingiu apenas as vítimas diretas da repressão, mas também produziu processos de desumanização e marginalização direcionados aos seus familiares. A tentativa de desqualificar essas mulheres enquanto mães, esposas ou sujeitos políticos fazia parte de uma estratégia mais ampla de silenciamento e apagamento das experiências traumáticas produzidas pela ditadura.

A passagem de Marcelo Rubens Paiva aprofunda essa reflexão ao evidenciar como a tortura ultrapassa a dimensão física da violência, produzindo efeitos psicológicos, morais e sociais duradouros:

Tortura também serve para inspirar ódio dos próprios torturados por eles mesmos, que se sentem culpados por não resistirem à pressão e a dor e entregar companheiros, comparsas, a família, inventar até o que não fizeram. O torturado se sentirá então o próprio repressor, o próprio torturador. Na ditadura, torturaram freis, freiras, bispos, padres brasileiros e estrangeiros, velhos, bebês, grávidas, pais com filhos, mães amarradas diante de filhos, por uma causa torpe. O torturador tem pai, filho, esp amigos, vida pública, faz compras, viaja de férias, gasta horas no trânsito, paga impostos, economiza, vota, protesta, planeja o futuro. Pensa no seu gesto ou apenas cumpre ordens? Nenhum torturador dá nome a uma escola, uma praça, uma rua, tem um busto. Já seus torturados... Ele cumpre uma rotina trivial sem distinguir o certo do errado? Vive sob a banalização do mal sem questionar moralmente os efeitos dele? Até democracias que priorizam o bem social, defendem a liberdade, movidas pela igualdade, torturam (Paiva, 2015, p.88).

Ao discutir a banalização da violência e os efeitos subjetivos da tortura, Paiva amplia a compreensão da repressão para além da dimensão institucional, permitindo perceber como o terror de Estado produziu marcas profundas nas relações familiares, afetivas e sociais. Nesse contexto, a desqualificação das mães de desaparecidos pode ser compreendida dentro da lógica

autoritária que buscava inverter as narrativas de resistência, retratando essas mulheres como “mães de terroristas” ou figuras irracionais e emocionalmente descontroladas.

Assim, a luta dessas mulheres não se restringiu à busca por justiça, mas também à reconstrução de suas próprias identidades diante dos processos de desumanização impostos pelo Estado. A trajetória de Mariluce foi marcada por negligências institucionais e pela busca contínua por memória, verdade e reparação. Paralelamente à luta política, dedicou-se à vida familiar, a um novo casamento, à criação dos filhos e posteriormente dos netos, além de reconstruir sua trajetória profissional e acadêmica. Sua experiência demonstra como a maternidade política não anulou outras dimensões de sua existência, mas passou a coexistir com múltiplas identidades e responsabilidades ao longo do tempo. Ainda assim, permaneceu mobilizada pela defesa da memória de Gildo, de Tessa e de sua própria experiência diante da violência do regime.

Como afirma Mariluce em audiência pública da Comissão Nacional da Verdade, em Belo Horizonte, em 22 de outubro de 2012:

Eh eu só queria concluir dizendo o seguinte: nós nunca paramos de batalhar pela pelas explicações pelas histórias. Um pouco mais nós soubemos com as investigações de vários colegas né companheiros e colegas jornalistas etc., que foram tentar resgatar um pouco dessa do que que aconteceu nesses dias né, nesse trânsito, nessas torturas em Recife... que deixaram mortos. Assim né, trazendo dias trágicos terríveis né para tantas pessoas e nós sabemos muito pouco nós sabemos alguma coisa mas falta saber o que que foi feito desses restos desse o que que foi feito do corpo de Gildo. Nós não temos essa resposta falta saber o que que aconteceu quem foram efetivamente os torturadores como é que foi essa morte e ainda hoje eu conversava com um amigo meu que dizia mas não é muito angustiante carregar por 39 anos em vez de esquecer essa angústia e eu dizia para ele não a angústia que se resolve no meio da absoluta desinformação de algo que a dramaticamente pro resto do tempo a sua vida e a vida de uma de muitas pessoas. Nós estamos falando de muitas pessoas, enfim eu achei que para uma plateia jovem era melhor eu trazer um pouco de diferentes (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2012).

O depoimento evidencia não apenas a persistência da dor e da ausência, mas também os limites impostos pelo silêncio institucional e pela incompletude das informações sobre os crimes da ditadura. A própria fragmentação das lembranças, as hesitações narrativas e aquilo que não pôde ser plenamente esclarecido também constituem parte fundamental da experiência histórica. Em contextos de violência extrema, o silêncio frequentemente emerge não como ausência de memória, mas como expressão dos limites do testemunho diante de experiências traumáticas e socialmente silenciadas (SELIGMANN-SILVA, 2008).

Maria Amélia Teles (2015) destaca que as mulheres enfrentaram não apenas a violência do Estado, mas também formas específicas de discriminação de gênero, que buscavam reduzir suas reivindicações ao sentimentalismo ou à irracionalidade. O preconceito enfrentado por essas mulheres contribuiu para a constante tentativa de deslegitimação de suas denúncias, enquanto o Estado procurava retratá-las como cúmplices ou incapazes de compreender o “perigo” representado pelos militantes políticos. Ao ocuparem o espaço público, essas mulheres não apenas desafiaram estruturas patriarcais, mas também confrontaram diretamente as narrativas oficiais produzidas pelo regime. Desse modo, suas trajetórias evidenciam como memória, gênero e resistência política permaneceram profundamente articulados nas disputas em torno da interpretação da ditadura militar brasileira.

Ao analisarmos o filme *Zuzu Angel* (2006), destaca-se a fala do advogado no julgamento de Stuart Angel: “Que fique claro senhores, não estou defendendo o cidadão Stuart Angel, mas a sua memória. Encerro minhas palavras com profundo temor e uma certeza absoluta: a certeza, de que estou defendendo um morto. Que o excelentíssimo procurador militar sabe que acusou um morto e os senhores juízes sabem, que agora, vão julgar um cadáver.” A passagem sintetiza a importância da preservação da memória das vítimas da ditadura como forma de enfrentamento às tentativas de apagamento promovidas pelo Estado. Mais do que simples reconstruções retrospectivas do passado, essas narrativas demonstram como a memória da ditadura permanece constantemente mobilizada nas disputas políticas e sociais do presente (SARLO, 2007).

A permanência dessas memórias no debate público evidencia que os acontecimentos relacionados à ditadura militar continuam produzindo impactos e disputas no tempo presente. Assim, o passado não aparece como experiência encerrada, mas como dimensão constantemente mobilizada para interpretar conflitos políticos, sociais e democráticos da contemporaneidade (HARTOG, 2013).

Crise

Mariluce passou por um trauma¹¹ tão intenso que levou anos para conseguir dar forma a sua dor, encontrando na escrita de “A Revolta das Visceras” uma maneira de elaborá-la. Esse

¹¹ Embora os testemunhos sejam marcados pela subjetividade e pelas reelaborações próprias da memória, eles constituem fontes fundamentais para a compreensão das experiências traumáticas e das violências políticas, especialmente em contextos de repressão e silenciamento institucional.

processo de lidar com o luto não se limitou à perda do companheiro, mas também à experiência de silêncios e silenciamentos impostos pelo Estado, que buscava apagar memórias, desqualificar sua história e impedir o reconhecimento da violência sofrida (PAIVA, 2015; TELES, 2015). Sua filha, Tessa, recorda diversas vezes que acompanhou a mãe passando muito mal durante o processo de escrita criativa do livro. Como indicado por Mariluce em depoimento à Comissão Nacional da Verdade em Belo Horizonte e reiterado no livro, “Pela Memória de um Pai(s): Gildo Macedo Lacerda, presente!”, escrito por Tessa, o esforço de rememorar as violações e sentimentos vividos fazia com que as vísceras se manifestarem fisicamente, provocando náuseas e vômitos, demonstrando a intensidade do trauma e da violência simbólica e administrativa que atravessava o luto (LACERDA, 2023). Além da violência física e institucional, a ditadura também produziu silêncios. Muitos deles foram impostos pelo medo, pela repressão e pelas próprias dificuldades de elaboração do trauma, enquanto outros resultaram das disputas políticas em torno da memória do regime. Nesse sentido, os silêncios presentes nas narrativas sobre a ditadura não devem ser compreendidos apenas como ausências, mas como elementos historicamente significativos, capazes de revelar tanto os limites da linguagem diante da violência quanto os mecanismos sociais e políticos de apagamento e invisibilização das experiências traumáticas (POLLAK, 1989). A própria fragmentação das lembranças, as hesitações narrativas e aquilo que não pôde ser plenamente dito também constituem parte fundamental da experiência histórica. Em contextos de violência extrema, o silêncio frequentemente emerge não como ausência de memória, mas como expressão dos limites do testemunho diante de experiências traumáticas e socialmente silenciadas (SELIGMANN-SILVA, 2008).

Mariluce lidou com o luto e a luta que o atravessou ao longo dos anos, transformando a dor em escrita, que se tornou também um ato de resistência política e de preservação da memória. O livro, publicado originalmente em 1982 pela editora Codecri, narra a história da jovem militante Clara, inspirada na própria experiência de Mariluce como viúva de Gildo. Segundo o livro, ele foi escrito para lidar na ficção com uma dor indescritível, amplificada pela recusa da ditadura em devolver à família o corpo do marido, inserindo a experiência pessoal de perda no contexto da luta por memória e justiça (MOURA, 1982).

A segunda versão, lançada em 2023 pela editora Aretê, intitulada “A Revolta das Vísceras e Outros Textos”, incluiu cartas pessoais escritas enquanto estava detida, entrevistas utilizadas na tese de doutorado de Cristiane Lira (2015) e reportagens de jornais como *Em Tempo* (1978),

além de artigos como Quarenta anos de um assassinato impune. “Por quê?” e “Verdade e reparação para jovens idealistas da APML assassinados pela ditadura brasileira” (Le Monde Diplomatique, 2020) em 20 de julho de 2020. Também apresenta contribuições da antiga versão escrita pelo militante e ex-deputado federal Emiliano José.

No livro, Mariluce demonstra como transformou sua experiência de luto em compromisso público, utilizando a escrita como meio de resistência frente às tentativas de silenciamento e apagamento do Estado. Tessa destaca em seu livro que:

O direito à memória, à verdade e à justiça exige a construção de uma nova memória coletiva a partir dos testemunhos de quem sobreviveu à ditadura; memória que seja a construção de uma verdade que fale dos vencidos e combatentes, para recuperar as palavras de Walter Benjamin, fale dos mortos, dos desaparecidos, dos torturados. Essa verdade só pode ser construída se reconhecermos que houve crimes, crimes de lesa-humanidade, e que esses crimes eram uma prática de Estado, generalizada e sistemática (Lacerda, 2008, p.69).

Essa perspectiva reflete a constante resistência, sua e de sua mãe frente às tentativas de silenciamento e apagamento do Estado. Essa perspectiva evidencia que lidar com o luto durante e após a ditadura implicou também enfrentar as opressões institucionais e sociais, fazendo da memória e da escrita ferramentas essenciais para a reconstrução de sentidos, da identidade e da justiça (PAIVA, 2015; TELES, 2015).

Conclusão

Em conclusão, a trajetória de Mariluce de Souza Moura evidencia como a violência de Estado durante a Ditadura Militar brasileira transcende a esfera individual, afetando profundamente a vida das mulheres que tiveram seus familiares perseguidos, torturados ou assassinados. A maternidade, nesse contexto, emerge não apenas como experiência biológica ou afetiva, mas como prática política de resistência, memória e denúncia, permitindo transformar a dor pessoal em luta coletiva (RESENDE, 2017; PAULA, 2014; MOURA & ARAÚJO, 2004). A escrita de Mariluce em “A Revolta das Visceras” demonstra como a narrativa pode se tornar ferramenta de elaboração do trauma, preservação da memória e enfrentamento das violências sistêmicas e simbólicas do regime militar, evidenciando, simultaneamente, a dimensão pública de sua maternidade (MOURA, 1982; LACERDA, 2023). A escrita autobiográfica de Mariluce

também pode ser entendida como prática testemunhal. Segundo Seligmann-Silva (2008), o testemunho constitui uma tentativa de elaboração narrativa de experiências traumáticas que frequentemente escapam à representação convencional. Dessa forma, “A Revolta das Visceras” não apenas registra a violência da ditadura, mas revela os limites da linguagem diante do trauma e da perda. Ao mesmo tempo, essa escrita demonstra como a narrativa pode se tornar ferramenta de elaboração do trauma, preservação da memória e enfrentamento das violências sistêmicas e simbólicas do regime militar. Mais do que simples reconstruções retrospectivas dos acontecimentos, essas narrativas evidenciam como a memória do trauma é constantemente reelaborada a partir das disputas políticas, afetivas e sociais do presente, transformando o testemunho em espaço de elaboração da violência e de produção de sentidos sobre o passado autoritário (SARLO, 2007).

A experiência de Tessa, filha de Mariluce, reforça a importância da transmissão intergeracional¹² da memória¹³ e da resistência, mostrando como o luto e a perda podem ser transformados em instrumentos de consciência histórica e engajamento social (LACERDA, 2023). Além disso, a análise do contexto das Mães da Praça de Maio e da produção cultural, como o filme *Zuzu Angel* (2006)¹⁴, permite compreender que a memória das vítimas não é apenas individual, mas social, e sua preservação é um ato de resistência contra a tentativa de apagamento promovida pelo Estado (PAULA, 2014; PAIVA, 2015). Essa dimensão coletiva da memória pode ser compreendida a partir das reflexões de Halbwachs (2006), para quem as lembranças individuais nunca são produzidas isoladamente, mas construídas socialmente por meio dos grupos aos quais os sujeitos pertencem. Nesse sentido, a experiência de Mariluce ultrapassa a esfera privada da dor materna, inserindo-se em uma memória coletiva das violências da ditadura militar, constantemente disputada no espaço público. Além da violência física, o regime militar também produziu mecanismos de silenciamento e apagamento das experiências traumáticas vividas pelas vítimas e seus familiares. Conforme analisa Pollak (1989), determinadas memórias tornam-se “subterrâneas” quando grupos sociais são impedidos de narrar publicamente suas

¹² A noção de transmissão intergeracional da memória refere-se aos processos pelos quais experiências traumáticas, lembranças e narrativas históricas são compartilhadas entre diferentes gerações, mesmo entre sujeitos que não vivenciaram diretamente os acontecimentos.

¹³ As memórias analisadas neste trabalho não são compreendidas como reproduções integrais do passado, mas como narrativas historicamente situadas, atravessadas por afetos, disputas políticas e processos de reelaboração social.

¹⁴ Neste trabalho, o filme *Zuzu Angel* é compreendido não como reprodução literal dos acontecimentos históricos, mas como representação cultural que participa da construção social da memória sobre a Ditadura Militar brasileira.

experiências. Assim, a escrita de Mariluce representa não apenas um testemunho pessoal, mas também uma ruptura com os processos históricos de silenciamento impostos pela ditadura.

O caso de Mariluce evidencia ainda a necessidade de considerar a dimensão de gênero na compreensão da violência de Estado, uma vez que as mulheres enfrentaram não apenas tortura e repressão direta, mas também discriminação, deslegitimação e obstáculos institucionais que buscavam invalidar sua condição de mães, esposas e protagonistas políticas (TELES, 2015; TELES, 2006). Sua trajetória demonstra que a resistência das mulheres não se restringiu à esfera privada, mas se constituiu em prática pública, capaz de produzir narrativas de verdade, justiça e reparação que permanecem essenciais para a construção da memória coletiva.

Portanto, a história de Mariluce e de tantas mulheres que sofreram os efeitos da ditadura mostra que o enfrentamento da violência estatal exige a articulação entre memória, maternidade e ativismo político. Ao transformar sua dor em ação pública e produção cultural, elas garantem que as experiências de luto, perda e resistência não se percam, consolidando um legado de enfrentamento à opressão e de preservação da memória histórica, que deve ser estudada, reconhecida e celebrada como parte do compromisso contínuo da sociedade com os direitos humanos e a justiça (TELES, 2009; RESENDE, 2017; PAIVA, 2015).

Referências bibliográficas:

- COMISSÃO Nacional da Verdade em Belo Horizonte: Mariluce Moura. S. l.: canal CNV, 24 abr. 2013. 1 vídeo (44 min). **Audiência Pública realizada na Universidade Federal de Minas Gerais** em 22 out. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jVjNqOeNeWM>. Acesso em: 14 jun. 2026.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. São Paulo: Alfaguara, 2015.
- PAULA, Adriana das Graças de. **Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21012015-185723/publico/2014_AdrianaDasGracasDePaula_VOrig.pdf. Acesso em: 14 mai. 2026.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RESENDE, Deborah Kopke. **Maternidade: uma construção histórica e social**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 175-191, fev. 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008.

LACERDA, Tessa Moura. **Pela Memória de um Pai(s): Gildo Macedo Lacerda, presente!** Belo Horizonte: Editora Aretê, 2023.

MOURA, M. **A revolta das vísceras**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100006>. Acesso em: 14 maio 2026.

TELES, Edson. **Políticas do silêncio: a memória no Brasil pós-ditadura**. In: International Congress of the Latin American Studies Association. 2009. p. 1-17.

TELES, Maria Amélia. **Breve História do Feminismo no Brasil e Outros Ensaios**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Coleção Tudo é História. Ed. Brasiliense, 1993.

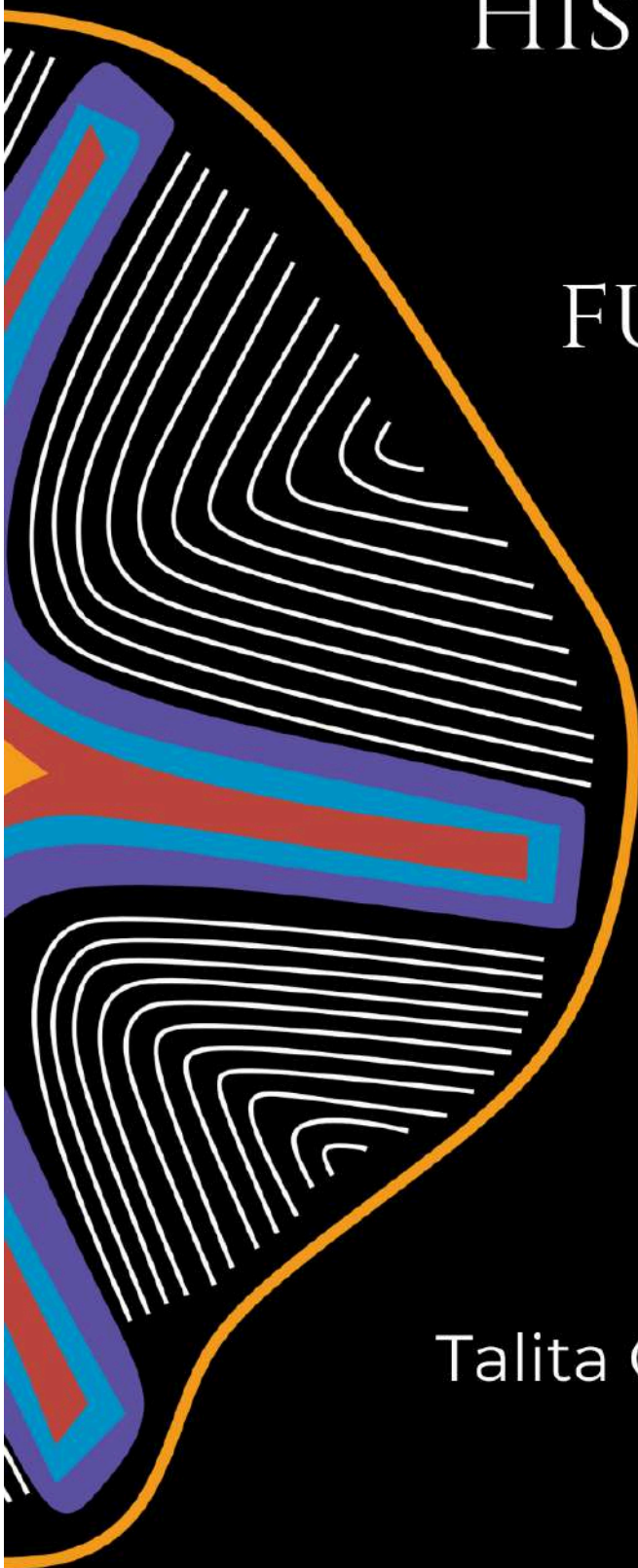
TELES, Maria Amélia de Almeida. **Mulheres: subversivas, vadias, putas, perigosas, tresloucadas?** In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (organizadores). **Espectros da Ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O protagonismo das mulheres na luta contra a ditadura militar**. RIDH, v. 9-18, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura**. Revista Estudos Feministas, Santa Catarina, v. 1001-1022, 2015.

ST17

EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS NEGRAS: TEMPO, CRISE E ELABORAÇÃO DE FUTUROS POSSÍVEIS



Coordenadores:
Laura de Sousa Viana
Renato de Oliveira Ferraz
Bruno Egonu
Talita Gabriela de Oliveira Ribeiro

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Matriarcaloceno: fugitividades socioespaciais quilombolas em Belo Horizonte

Cynthia Braúlio Alvim Bustamante¹

Doutoranda em Geografia
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
cynthiabraulio@gmail.com

Resumo: A pesquisa de doutorado investiga o papel de mulheres negras na conformação de epistemologias que podem anunciar “o fim do mundo como o conhecemos”, conforme proposto por Denise Ferreira da Silva. Esse anúncio se dá por meio de uma luz negra capaz de tensionar dinâmicas hegemônicas seculares de expropriação e subjugação contra seres humanos, não humanos e mais-que-humanos. Neste sentido, a pesquisa se insere nas discussões que têm proposto a elaboração de um pensamento negro radical, que colocam as mulheres negras como agentes de fissuras socioespaciais apontando caminhos possíveis para a humanidade. Para tanto, a pesquisa realiza um debate acerca dessa agência junto a comunidades quilombolas em contexto urbano na cidade de Belo Horizonte. Os quilombos, conforme analisado por Beatriz Nascimento, podem ser compreendidos como sistemas sociais alternativos que operam por meio de fugas socioespaciais, conectando passado, presente e futuro, em uma continuidade histórica e espacial contra-hegemônica. No caso de Belo Horizonte, a cidade desenhada para simbolizar os ideais republicanos na virada do século XIX-XX, também pode ser lida a partir de uma lente da resistência histórica negra, confirmada pela existência de 06 comunidades quilombolas reconhecidas institucionalmente, além de uma pluriversalidade de existências negras. Estas comunidades quilombolas, que são lideradas majoritariamente por mulheres negras, têm atuado em contextos multiescalares (lê-se: escala local, urbana, nacional, planetária), na medida em que têm resistido a processos em múltiplas escalas geográficas de opressão, como a mineração, a agroindústria e a contaminação das águas, atuando como frentes de fugas diante de um “sistema interligado de dominação” (bell hooks). As fugitividades socioespaciais identificadas se contrapõem às dinâmicas que colocaram a humanidade na Era do Negroceno (termo enegrecido do Antropoceno por Malcom Ferdinand), na qual a naturalização da violação contra os corpos de negras e negros ancorou uma aceleração dos processos que podem inviabilizar as condições de habitabilidade de uma multiplicidade de espécies no planeta, incluindo a espécie humana. Sendo assim, o matriarcaloceno é discutido na pesquisa como alternativas que podem iluminar caminhos para a humanidade frente aos desafios globais contemporâneos, mirando uma nova era coletiva guiada pelo matriarcado.

Palavras-chave: matriarcado; quilombo; fugitividade; Belo Horizonte; negroceno.

¹ Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) pelo suporte institucional por meio do financiamento da minha bolsa de doutorado.

Ponto de partida: o fim do mundo

Os caminhos desobedientes que porventura esta leitura venha a percorrer são característicos de uma existência amefricana (González, 2020), cujas insurreições ao longo da história comprovam uma luta coletiva por liberdade. O ato em si aponta para um movimento a fim de “[...] abandonar os territórios acadêmicos estabelecidos” (Mbembe, 2021, p. 72) ou, pelo menos, tensioná-los, numa tentativa de aproximação da pesquisa do que tem sido discutido como uma radicalidade negra (Robinson, 2023; Kelley, 2002; Diaz-Benítez, 2021). A radicalidade proposta neste trabalho não está no ato de desobedecer alguns dos protocolos do que se espera de uma tese de doutorado², mas sim, o fato de trazer ao debate acadêmico o fim do mundo como o conhecemos (Silva, 2019) ou, pelo menos, pistas para caminhos possíveis para a humanidade.

Na contemporaneidade, enfrenta-se uma emergência global, conformada pelos contínuos aparatos de guerra, a crescente utilização de combustíveis fósseis, a crise climática, entre outros fatores, que têm indicado que as condições de habitabilidade no planeta de uma multiplicidade de espécies, incluindo a espécie humana, estão ameaçadas. A humanidade vive a Era do Antropoceno. De fato, o termo Antropoceno é adequado, no qual antropo se origina do grego *ánthropos*, que significa ser humano, e ceno, que origina do grego *kainos* e se refere a algo novo ou recente, comumente usado na geologia para divisões de tempo. Diante desta conceituação etimológica, uma primeira afirmação poderia ser realizada: a de que este antropo é homem e branco, que estabeleceu e continua estabelecendo relações de expropriação e submissão em uma escala planetária.

Malcom Ferdinand (2022) realiza esta conexão e cunha o termo Negroceno como uma possibilidade de leitura de uma nova era, diante dos impactos da colonização de territórios e escravização de pessoas negras de origem africana, como sendo o marco inicial da mercantilização das relações entre seres humanos e entre humanos e não humanos. Segundo o autor, o conceito surge com o objetivo de analisar este espaço-tempo entre o que era antes e imediatamente depois. Segundo ele, vivemos um “Antropoceno Branco”, cuja geologia apaga as histórias dos não Brancos, um imaginário ocidental da “crise ecológica” que apaga o fato colonial” (p.30).

É necessário enegrecer que as relações de submissão encontram na raça sua principal genealogia, instituindo um fatal acoplamento do poder e da diferença (Gilmore, 2002) e,

² O trabalho é parte dos estudos no percurso de doutoramento da autora.

portanto, permitindo que por mais de 5 séculos esta diferença esteja sendo acessada para constituir o que bell hooks (2022) denomina como um sistema interligado de dominação. Nesta perspectiva, a raça opera como um significante flutuante que “por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação” (Hall, 2013, p.4) deve ser compreendida como um mecanismo discursivo, mas que funciona como um pilar das relações sociais (Silva, 2019). O discurso racial é, portanto, uma forma de aprisionamento (Fanon, 2020) que fez com que corpos de negras e negros tenham se tornado “a âncora ontológica para o projeto do mundo moderno” (Bledsoe, 2015, p. 328)

Denise metaforiza a raça como um véu, algo que cobre a(o) sujeita(o) negra(o) e impede sua autodeterminação, ou a esconde. Este véu opera por meio da historicidade e institui a diferença. A modernidade pode ser compreendida como este momento de constituição do outro racializado, submissível e violável. Esta formulação embasa as discussões acerca do fim do mundo, mediante o afastamento do outro e, consequentemente, sua exploração.

A pesquisa se assenta, portanto, neste exercício de requalificação do papel do pensamento moderno como base para a compreensão das dinâmicas contemporâneas. Para tanto, é necessário destacar o espaço ocupado pelas mulheres negras neste contexto, que no caso delas, a desestabilização de sua existência se intensifica, na medida em que o fato de ser mulher e negra é uma condição básica de subjugação. Silva (2022) também ressalta a dificuldade que o pensamento feminista tem de incluir a questão racial em suas análises, na medida em que a diferença biológica entre homens e mulheres não se trata do embasamento das subjugações de gênero, mas sim, como um contraponto ao patriarcado. Com isso, a impossibilidade de absorção das distinções raciais pelo feminismo branco. A autora aponta a dificuldade de teorização da subjugação da mulher a partir da junção das categorias raça e gênero, ou seja, aponta as fragilidades teóricas. Assim, a pesquisa também se aproxima do que tem sido analisado e conceituado como feminismo negro (Carneiro, 2011, Collins, 2016, Gonzales, 2020)

Inversão da chave teórico-metodológica

Neste contexto, Silva (2019) propõe a realização de análises que possibilitem uma inversão da chave teórico-metodológica que conforma o pensamento moderno, colocando a existência negra como protagonista de uma mudança ontoepistemológica, requalificando também sua existência no mundo. Segundo a autora, “a força radical da Negridade reside na virada do

pensamento; o conhecer e o estudar conduzidos pela Negridade anunciam o Fim do Mundo como o conhecemos” (Silva, 2019, p. 91).

É portanto, este o fim do mundo a ser discutido na pesquisa. Um fim do mundo ambivalente (Mckittrick, 2022), claro e opaco, que ao mesmo tempo retoma uma historicidade do pensamento moderno como responsável pelas fraturas que a humanidade enfrenta, mas também como a re-existência negra possa prefaciá-los para o fim deste mesmo mundo. Com isso, buscam-se possibilidades futuras para a humanidade, discutindo a radicalidade do pensamento negro “rumo ao horizonte de um mundo comum a bordo de um navio-mundo” (p.22).

Partindo dessa proposta, o trabalho colocará no centro do debate o papel da mulher negra como protagonista de outra possibilidade de existência. É necessário destacar que este papel se dá a partir de uma leitura da mulher enquanto co-criadora do universo (Portilho, 2021), tanto no ventre que gera a humanidade por onde “somos apresentadas a Terra”, como na sensibilidade que possuiu o ímpeto de cuidar de outrem, seja humano, não humano e/ou mais que humano. Analisar o papel da mulher negra é defender a matripotência, ou seja, fundamentalmente reconhecer o “(...) matriarcado como um fenômeno de ordem social, conservado e recriado nas experiências de povos originários, africanos e afrodiáspóricos” (p.107), alinhando a pesquisa a uma pluriversalidade de cosmopercepções (Mogobe Ramose, 2011).

Com base nesta proposta, a pesquisa de doutorado parte da seguinte questão: Diante da atuação do pensamento moderno como ferramenta de controle que forjou a existência negra na experiência da subjugação e exclusão, como esta existência tem sido requalificada por meio de uma agência matriarcal negra, apontando caminhos possíveis para a humanidade, ou seja, rumos para o fim do mundo como o conhecemos. Pretende-se, portanto, defender a tese de que esta agência matripotente pode iluminar uma nova era.

Como fio condutor da discussão, o trabalho é guiado por um operador conceitual, o quilombo, a partir das reflexões de duas pesquisadoras: Beatriz Nascimento e Lidia Avelar Estanislau. Realizar uma discussão a partir das análises destas duas pesquisadoras, além de evidenciar a importância teórica de ambas, é realizar um exercício de resgate das reflexões de Lidia para que seu trabalho seja valorizado no contexto acadêmico, bem como reforçar a importância da teoria de Beatriz Nascimento. Beatriz e Lidia, cujas trajetórias de vidas possuem diversas confluências, reforçam o exercício proposto. A partir deste principal operador conceitual, os demais conceitos serão articulados, tendo como diálogo autoras e autores já citados, além dos

clássicos Aimé Césaire, du Bois, Oliver Cox, Cedric Robinson, Abdias do Nascimento, entre outros. Apesar do campo disciplinar de atuação Beatriz e Lidia serem, respectivamente, da História e da Sociologia, isso demonstra a multidisciplinaridade que a questão quilombola pode abranger, construindo um debate de raça e gênero no campo disciplinar da geografia, onde a pesquisa está diretamente inserida.

O campo disciplinar

Laura Pulido (2002) apresenta fragilidades no campo e defende a necessidade de um esforço teórico-metodológico que reconheça a complexidade da questão racial e, com isso, possibilite uma desfragmentação da ciência, que segmenta aquilo que é indissociável. A autora argumenta que “a geografia é indevidamente influenciada por experiências de branquitude” onde “as vozes e experiências de não brancos são quase sempre filtradas por uma lente branca” (p. 46).

Geny Guimarães (2020) reforça este argumento e se alinha a outros pensadores do campo disciplinar a partir de uma perspectiva negra, objetivando tensionar os estudos geográficos já realizados, bem como amplificar as possibilidades de análises a partir de uma visão afrocentrada, ou seja, um movimento a fim de “(...) constituir uma reflexão ontológica, centrada na população negra, sobre o discurso geográfico e a experiência geográfica” (Cirqueira e Santos, 2023, p. 1).

Em *Demonic Grounds*, McKittrick (2006) define o Canadá, os Estados Unidos e o Caribe como um recorte espacial possível para se discutir o contexto afrodiaspórico. Ela indica que a existência negra pode ser analisada a partir de processos históricos nessas localidades, culminando no que denomina de a “nossa presente organização geográfica” (McKittrick, 2006, p. X). A partir de seu trabalho no Canadá e dos estudos de outros pesquisadores estadunidenses, como Sylvia Wynter, Ruth Wilson Gilmore e Saidiya Hartman, entre outros, observa-se um exercício discursivo sobre o impacto das relações racializadas dentro do campo da Geografia Humana. Além do Canadá e dos Estados Unidos, é possível incluir os estudos que têm sido realizados no Caribe (Ferdinand, 2022; Moulton, 2023), bem como avançar para o Mediterrâneo Negro de Camilla Hawthorne (2023). Neste sentido, realizar uma análise dentro do campo das geografias negras a partir de uma perspectiva brasileira pode ser considerado um esforço teórico-metodológico de enegrecer o olhar científico, tendo como referência espaços que conseguem revelar um sentido negro de lugar (McKittrick, 2011; Bustamante, 2026) que consegue historicamente resistir à lógica da violência - os quilombos brasileiros.

Por que quilombo?

Beatriz Nascimento (Nascimento, 2021) conceitua quilombo como um sistema social alternativo que permite à existência negra atuar de forma coletiva, para além dos processos hegemônicos. Segundo ela, o quilombo “se forma mais da necessidade humana de se organizar de um modo específico que não aquele arbitrariamente estabelecido pelo colonizador” (p.133), sendo assim, o quilombo pode ser compreendido como uma estrutura social que busca romper com o habitar colonial. A fuga é portanto uma alternativa de rompimento com este habitar e suas implicações. Lidia Avelar Estanislau ressoa este entendimento, e defende que “os quilombos atestam nossa capacidade de organização e rebeldia! (Estanislau, 2023, p. 50)

Sendo assim, a fuga quilombola fomenta a ruptura com processos hegemônicos que impedem uma existência pluriversa e encontra no matriarcado sua expressão fundamental, a matripotência (Portilho, 2021; Bustamante, 2023). Matriarcas quilombolas implementam estratégias de resistência, seja na busca por segurança alimentar e no conhecimento da etnobotânica ou na salvaguarda de práticas de matrizes africanas, onde “o direito de um passado próprio se confunde com o direito de existir hoje” (Estanislau, 2023, p.96)

Por que partir

O direito de existência justifica, portanto, a realização do trabalho, relacionando-o ao fim do mundo a partir das perspectivas apresentadas: de um lado os caminhos para a manutenção das condições de habitabilidade de humanos e não humanos no planeta, de outro lado, a negação do pensamento moderno que racializou as relações socioespaciais, de modo a tensioná-lo, fissurá-lo e, com isso, quem sabe apontar formas de suplantá-lo. Com isso, será possível avançar no campo das Geografias Negras, mediante a análise da questão racial na contemporaneidade por meio de um exercício de visibilização de vivências e formas de atuação das mulheres. Sendo assim, será possível vislumbrar dinâmicas socioespaciais contra-hegemônicas, bem como apontar para formas de territorialização que vão além das discussões acerca do impacto violento das relações racializadas contra a população negra, de modo a colocar as mulheres negras, quilombolas como protagonistas da produção do espaço.

Onde chegar

Ao percorrer os caminhos apresentados, tem-se como objetivo principal requalificar a existência negra desvelando uma agência matriarcal negra capaz de apresentar caminhos para a humanidade. A partir deste objetivo principal, objetivos secundários também poderão ser alcançados. O primeiro deles é ampliar as possibilidades teórico-metodológicas no campo disciplinar da Geografia Humana, ampliando as possibilidades analíticas das Geografias Negras por meio da inserção de uma perspectiva brasileira e quilombola, tendo como recorte territorial a cidade de Belo Horizonte. Além disso, objetiva-se aprofundar nas análises dos estudos da teoria de Beatriz Nascimento, bem como visibilizar a produção intelectual de Lidia Avelar Estanislau.

Caminhos

Para dar conta de responder à questão apresentada, a pesquisa seguirá uma abordagem multimetodológica que tem sido desenvolvida por geógrafas e geógrafos do campo dos Estudos Negros. Com isso, o trabalho poderá se afastar de métodos e metodologias eurocêntricos e avançar em direção às perspectivas contra-hegemônicas de produção do conhecimento. Estes estudos “[...] estabelecem-se como uma pluralidade de pontos de vista, vozes e métodos que dão a conhecer a diversidade das experiências negras no mundo e, nesse processo, atuam contra noções do senso comum sobre humanidade e antinegritude.” (Bledsoe e Cirqueira, 2023, p. 3).

Método

Sendo assim, o trabalho é guiado pelo método proposto por Katherine McKittrick, sendo uma continuidade do mestrado da autora. McKittrick propõe um método que “[...] se move com e através de temporalidades incômodas e desconfortáveis, muitos conceitos e textos emaranhados e um estudo rigoroso”. Os estudos da pesquisadora indicam a existência de geografias de resistência operacionalizadas pelo Atlântico Negro (Gilroy, 2001), demonstrando como a “[...] criatividade negra é a chave para novas formas de humanismo” (Bledsoe e Cirqueira, 2023, p. 20).

Temporalidades incômodas e desconfortáveis

Com base neste método, a pesquisa se desenvolverá a partir de temporalidades incômodas e desconfortáveis. Para analisar estas relações, propõe-se a realização de um recorte territorial que possa materializar o estudo. No caso, Belo Horizonte. A cidade desenhada, nasceu na virada do século XIX-XX, a partir de ideais republicanos, representando a força violenta do pensamento moderno, ou seja, o planejamento como sendo um “ímpeto de controle do homem sobre o espaço” (Oliveira, 2019, p. 35) que foi instituído por meio do apagamento de uma existência negra (Pereira, 2019). Entretanto, este projeto de apagamento negro foi frustrado, na medida em que uma existência quilombola comprova fissuras possíveis neste projeto de cidade republicana, operando por meio de um pensamento contracolonial (Santos, 2023) ou, na perspectiva aqui adotada contra um pensamento moderno.

Realizar uma pesquisa que tem como fio condutor o tempo é uma possibilidade de olhar para o fim do mundo a partir de múltiplas perspectivas e, ao mesmo tempo, tensionar a visão ocidental do tempo em si, ou seja, problematizar sua concepção linear. Com isso, a pesquisa propõe uma tentativa teórico-metodológica de se guiar por-com um pensamento afrodiaspórico, buscando entender “os códigos de seus sistemas sociais e conceituais” possibilitando uma decodificação “para o mundo de fora” (Fu-kiau, 2024, p. 24). O tempo operando como uma encruzilhada, “utilizado como operador conceitual, oferece-nos a possibilidade de interpretação dos trânsitos sistêmico e epistêmico” “lugar radial de centramento e descentramento, interseções e desvios, textos e traduções, confluências e alterações, influências e divergências, fusões e rupturas” (Martins, 2021, p. 34).

Abaixo estão descritas, de forma resumida, as três temporalidades nas quais o trabalho se organiza: presente, passado e futuro. A tese de doutorado se desenvolverá a partir desta proposta de escrita. Este trabalho é, portanto, um primeiro exercício de organização desta proposta teórico-metodológica.

Temporalidade 1 - ultrapassando as bordas do silêncio

Este termo é proposto por Lídia Avelar Estanislau ao analisar o papel da mulher negra. Propõe-se discutir como a herança afro-brasileira pode ser compreendida pela existência quilombola na cidade. Será analisado o fim do mundo a partir dessa perspectiva. Para tanto, serão

realizados dois percursos metodológicos. O primeiro, são os diálogos realizados com as lideranças dessas comunidades, mulheres negras quilombolas, em especial, durante o Seminário do Fim do Mundo, diálogos quilombolas - por um caminho possível para a humanidade. O seminário teve como objetivo discutir as questões da pesquisa. Já o segundo percurso metodológico, será a aproximação com o Quilombo de Manguinhos durante 1 ano, realizada por meio da disciplina Oficina de planejamento urbano - problemas de planejamento local, dentro do currículo de graduação em Arquitetura e Urbanismo, ministrada pela autora. A partir destas experiências, será possível denunciar as principais ameaças que os quilombos em contexto urbano em Belo Horizonte têm enfrentando, em múltiplas escalas geográficas, mas que ao mesmo tempo indicará uma atuação multiescalar destas comunidades e suas líderes (lê-se: escala local, urbana, nacional, planetária), o que pode apontar para caminhos possíveis para a humanidade. Em escala local, a aproximação com o Quilombo de Manguinhos e a atuação de Mãe Ione, fortalecerá a tese de que o quilombo aponta para linhas de fuga rumo a futuros outros, numa proposta de rompimento com o pensamento moderno ao mesmo tempo em que propõe alternativas, des-re-construindo a noção de planejamento.

Temporalidade 2 - não pediram licença para chegar

Para aprofundar nesta agência quilombola, será realizado um retorno ao passado, mais especificamente ao surgimento da cidade planejada, sendo esta a segunda temporalidade do trabalho. Não pediram licença para chegar representa a fratura que se estabeleceu no Arraial a partir desta apropriação do espaço para a construção de Belo Horizonte. Esta temporalidade terá como percurso a análise de pesquisas anteriores que se debruçaram no surgimento da cidade bem como aparatos legais que subsidiaram as tomadas de decisões da época. Registros da época também serão acessados com o objetivo de reforçar a discussão. Arquivo e repertório, escrita e oralidade sendo tensionados. Serão criados mapas raciais que demonstrem a fratura realizada, bem como ela se mantém na contemporaneidade. Pretende-se compreender o fim do mundo do Antropoceno Branco, tendo as decisões hegemônicas tomadas no passado em uma escala urbana como materialidade das emergências contemporâneas. A partir destas duas temporalidades poderá ser discutida a ambivalência da agência matriarcal negra indissociando o presente-passado-futuro.

Temporalidade 3 - Planejamento Quilombola ou pelo fim do mundo como o conhecemos

Um olhar para o futuro conclui o trabalho. Será elaborado um Manifesto Quilombola que aponte para uma nova era que poderá ser chamada de Matriarcaloceno. Como percurso metodológico, será realizada uma escrita por-com as lideranças quilombolas de Belo Horizonte, representando a continuidade epistemológica negra (espacial e histórica) que são os quilombos. O manifesto parte de outros dois manifestos anteriores, o Manifesto Comunista de Marx e Engels e o Manifesto Ciborgue de Donna Haraway. O primeiro é um manifesto que busca unificar uma identidade coletiva (o proletariado) para transformar radicalmente a estrutura econômica e social. Já o segundo, avança e propõe fragmentar identidades - o Ciborgue - e pensar novas formas híbridas de existência e política, incluindo questões como raça e gênero nessa elaboração. A proposta de realização de um Manifesto Quilombola, propõe deslocar os limites tanto do Manifesto Comunista quanto do Manifesto Ciborgue mediante a experiência histórica e territorial da diáspora negra, tendo os quilombos como expressão fundamental de um matriarcado que pode apontar radicalmente os rumos para o fim do mundo como o conhecemos ou planos possíveis ou o que poderá ser aqui chamado de um planejamento quilombola.

Referências bibliográficas:

Bledsoe, A. The Negation and Reassertion of Black Geographies in Brazil. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, vol. 14, no. 1, July 2015, pp. 324-43, doi:10.14288/acme.v14i1.1153.

BUSTAMANTE, C. B. A. **Ambivalências urbanas: o protagonismo da população negra em Belo Horizonte: matipotência, ancestralidade e reparação**. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 2023.

_____. Entre a oralidade e a escrita: uma perspectiva da realidade brasileira na subjetivação de um sentido negro de lugar. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2026. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.20261en. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7904>.

CARNEIRO, A. S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CIRQUEIRA, D. M.; SANTOS, M. F. Considerações sobre as geografias das relações étnicoraciais e as geografias negras no Brasil. **Revista Anpege**, [s. l.], v. 19, n. 38, p. 1-31, 2023. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/15739/9617>.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. Vidas negras: pensamento radical e pretitude. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S. Z.; ARIAS, A. (org.). Tradução: PEREIRA, A. K. et al. **Pensamento negro radical**. São Paulo: Crocodilo; N-1 Edições, 2021.

ESTANISLAU, L. A. Eu sou neguinha?. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 07, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/42346>.

FANON, Franz. **Peles negras, máscaras brancas**. São Paulo: UBU Editora, 2020.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FU-KIAU, Kimbwandende Kia Bunseki. **O livro africano sem título: cosmologia dos Bantu-Kongo**. Tradução de Tiganá Santana. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2024.

GILMORE, Ruth. Fatal Couplings of Power and Difference: Notes on Racism and Geography. Professional Geographer - **PROF GEOGR**. 54. 15-24. 10.1111/0033-0124.00310, 2002.

GILROY, P. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, G. F. Geo-grafias negras & geografias negras. **Revista ABPN**, v. 12 (ed. especial), p. 292-311, 2020.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural**, ano VIII, nº 02. Tradução: Liv Sovik. Rio de Janeiro: Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC UFRJ), 2013. Disponível em: <https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%Ef%80%AA/>

HAWTHORNE, C. Black Mediterranean Geographies: Translation and the Mattering of Black Life in Italy. **Gender, Place & Culture**, v. 30, n. 3, p. 484-507, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0966369X.2022.2064836>.

HOOKS, Bell. **Escrever além da raça: teoria e prática**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

KELLEY, R. D. G. **Freedom dreams: the black radical imagination**. Boston: Beacon Street, 2002.

MBEMBE, A.. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MCKITTRICK, K. **Demonic Grounds: Black Women and the Cartographies of Struggle**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

_____. On Plantations, Prisons and a Black Sense of Place. **Social & Cultural Geography**, v. 12, n. 8, p. 947-63, 2011.

_____. Dear April: The Aesthetics of Black Miscellanea. **Antipode**, v. 54, n. 1, p. 3-18, Jan. 2022.

MOULTON, A. A. Towards the Arboreal Side-Effects of Marronage: Black Geographies and Ecologies of the Jamaican Forest. **Environment and Planning E: Nature and Space**, v. 6, n. 1, p. 3-23, 2023.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**. Org. Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Natália Mara Arreguy. **Regulação urbana: complexidades da legislação e dos parâmetros urbanísticos de Belo Horizonte**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PEREIRA, Josimeire Alves. **Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1162323>.

PORTILHO, Kaká. Um matriarcado amerinafricano no Brasil. In: ALVES, Míriam Cristiane; SILVA, Ana Paula Melo da; DIAS, Raquel Silveira Rita; LAMPAZZI, Priscilla Pinheiro; PORTILHO, Kaká (org.). **Matripotência e mulheres olùṣọ : memória ancestral e a enunciação de novos imaginários**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021.

PULIDO, L. Geographies of Race and Ethnicity II: Environmental Racism, Racial Capitalism and State-Sanctioned Violence. **Progress in Human Geography**, v. 41, n. 4, p.524-33, 2017.

RAMOSE, M. **Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana**. Ensaios Filosóficos, v. IV, out. 2011.

ROBINSON, C. J. **Marxismo Negro: A Criação da Tradição Radical Negra**. Tradução de Fernanda Silva e Sousa et al. São Paulo: Perspectiva, 2023. MARTINS, L. M. **Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

SANTOS, A. B. dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SILVA, D. F. da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

_____. **Homo Modernus: para uma ideia global de raça**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

Heitor dos Prazeres: o “primitivo” e o “moderno” na crítica de arte (1937–1966)

Evandro José Faria Junior

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

evandrojfaria7@gmail.com

Resumo: Ao longo dos anos, a pintura de Heitor dos Prazeres foi interpretada e reinterpretada pela crítica de arte e por diferentes abordagens expositivas. Músico e compositor, Prazeres também dedicou parte de sua trajetória à pintura, que passou a integrar sua vida após sua consagração como sambista no Rio de Janeiro e o falecimento de sua primeira esposa. Nasceu e viveu no Rio de Janeiro, na região da antiga Praça XI, denominada por ele como “África em miniatura” e conhecida hoje como Pequena África, que compreende parte da região portuária da capital fluminense. Como artista, dedicou-se sobretudo a retratar pessoas negras em contextos de sociabilidade, além de cenas do cotidiano urbano carioca. Nascido em 1898, dez anos após a abolição oficial da escravidão no Brasil, Prazeres testemunhou momentos importantes da cena pública nacional, como os primeiros anos da República e os debates em torno da construção da identidade nacional. Nesse cenário, a Semana de Arte Moderna de 1922 e seus desdobramentos colocaram em questão os sentidos da chamada “arte moderna” no Brasil (Cardoso, 2022), ao passo que outras leituras apontam para a existência de modernismos plurais em diferentes regiões do país (Velloso, 2010, 2015). Entretanto, como outras categorias historicamente localizadas, o termo “arte moderna” foi alvo de disputas e diferentes usos, dentre eles as formas de classificação estilística de pintores e de suas obras. Em atividade como pintor entre 1937 e 1966, Heitor dos Prazeres foi alvo de distintas interpretações e classificações de sua pintura e de seu estilo, tanto em vida quanto postumamente. Prazeres expôs seus quadros em diferentes lugares e momentos, em exposições individuais, coletivas, nacionais e internacionais, além de vencer o prêmio da I Bienal de Arte de São Paulo, em 1951, na categoria de pintura nacional. A crítica especializada, por meio de livros e artigos em periódicos, analisou sua produção e a classificou em categorias como primitivo, *naïf*, ingênuo, moderno e modernista. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender como tais classificações foram mobilizadas pela crítica de arte e o que revelam sobre as disputas em torno da definição de arte moderna no Brasil, bem como sobre os modos de enquadramento, leitura e interpretação da produção artística negra no período analisado, evidenciando as tensões estéticas e raciais que atravessam essas interpretações.

Palavras-chave: Heitor dos Prazeres; crítica de arte; modernismo brasileiro

Ao longo dos anos, a discussão em torno da classificação e categorização de pinturas em estilos técnicos e estéticos tem suscitado intensos debates no campo da crítica de arte especializada. Enquanto artista, Heitor dos Prazeres não fugiu de tais questões, tendo suas obras discutidas como expressões de profundo lirismo, inocência, ingenuidade, primitivismo, entre outras classificações. Iniciou sua carreira como pintor em 1937, ano do falecimento de sua primeira esposa, já após a sua consolidação como sambista, fato sublinhado na primeira matéria

sobre Prazeres como artista visual, em 1938, na qual ele é adjetivado como “sambista-pintor”, uma escolha do amigo e crítico de arte Carlos Cavalcanti que considerava a carreira musical do conhecido “mano Heitor do cavaco”³.

Filho de Eduardo Alexandre dos Prazeres, marceneiro e músico militar, e de Celestina Gonçalves Martins, costureira, desenvolveu apreço pela música através do pai. Nasceu e viveu no Rio de Janeiro, na região da antiga Praça XI, denominada por ele como “África em miniatura” e conhecida hoje como Pequena África, que compreende parte da região portuária da capital fluminense. A casa de Tia Ciata, baiana que veio em diáspora da Bahia para o Rio de Janeiro e estabeleceu moradia na rua Visconde de Itaúna, na região da Praça XI, foi um importante polo para o desenvolvimento do samba carioca por conta de suas rodas e celebrações de candomblé nos fundos da casa, na qual Heitor dos Prazeres ocupava o cargo de ogã, responsável pela percussão ritual do terreiro de candomblé⁴. Além do próprio Heitor, Pixinguinha, Donga e João da Baiana compuseram o grupo que deu uma nova forma ao ritmo baiano que popularizou-se no Rio de Janeiro⁵.

Atualmente, diferentes exposições de arte contemporânea têm proposto uma revisão do lugar de Heitor dos Prazeres na História da Arte Brasileira. Nesses esforços, sua obra é mobilizada para refletir sobre a chamada “modernidade negra”, enfatizando o protagonismo de sujeitos negros na produção cultural brasileira e questionando o apagamento de figuras como Tia Ciata e o próprio Heitor nas narrativas sobre o samba e o carnaval, em contraste com a centralidade conferida a artistas como Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti. Além disso, há uma crítica sobre o papel da “modernidade paulista” nas discussões sobre a arte e o caráter categorizador de termos como “primitivo”, “naïf”, “ingênuo”, entre outros, para definir a produção artística de pessoas negras e artistas populares. Esse assunto voltará a ser discutido adiante.

A fim de prosseguir com a discussão, é importante localizar espacial e temporalmente a discussão em torno da arte brasileira durante o século XX. Marc Bloch, em *Apologia da História*, destaca a importância do historiador questionar o passado com questões do presente, a fim de ter mais condições de se embrenhar pelos vestígios do tempo e “unir o estudo dos mortos ao dos

³ CAVALCANTI, Carlos. **O brando gesto da princesa**. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 maio 1938. Disponível em: [Biblioteca Nacional Digital](#). Acesso em: 03 jun. 2026.

⁴ **HEITOR DOS PRAZERES É MEU NOME**: catálogo da exposição. Rio de Janeiro: MT Projetos de Arte; Centro Cultural Banco do Brasil, 2023.

⁵ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. São Paulo: Todavia, 2022, p. 201.

vivos”⁶. Tal questão se faz presente nesta discussão, pois o reposicionamento de Heitor dos Prazeres no quadro dos grandes pintores brasileiros se dá, entre outras questões, pela forma como a crítica de arte o classificou ao longo de sua trajetória artística e por não ter sido enquadrado naquilo que era chamado de “moderno” ou “modernista” no correr do século XX no Brasil. Assim, são justamente os debates contemporâneos em torno de sua obra que permitem formular novas perguntas às fontes produzidas em seu tempo, possibilitando compreender não apenas como Heitor foi representado por seus contemporâneos, mas também os significados históricos dessas representações.

Para abordar a discussão relacionada ao modernismo no Brasil, é importante visitar a própria genealogia do termo “moderno” na cultura ocidental, cuja genealogia Monica Pimenta Velloso traça a partir do século XVI com base nas tensões entre os valores “antigos” (greco-romanos) e o novo. Ao avançar para o século XVIII, a autora destaca as diferentes visões sobre o passado e a valorização de temas como progresso, evolução, liberdade, democracia, ciência e técnica, além do reconhecimento do período nomeado como *modernité*. Assim, podemos compreender que o século XVIII é lido como a gênese da definição do moderno ocidental. Ainda segundo Velloso, o intelectual Charles Baudelaire lia o moderno como uma construção passado/presente, no qual celebrava o antigo e incluía o novo. Já o Modernismo, por sua vez, diz respeito à multiplicidade de transformações no campo das artes entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, considerando diferentes estilos (expressionismo, dadaísmo, cubismo, entre outros), as constantes mudanças no mundo e as formas de linguagem e expressão artística frente a essas novas conformações⁷.

No Brasil, a data consagrada como grande marco do modernismo foi a Semana de Arte Moderna de 1922. Apesar de não ter sido imediata, a consolidação da semana no imaginário brasileiro aconteceu ao longo dos anos, em especial no intervalo entre as décadas de 1940 e 1970 com a forte presença de seus intérpretes e defensores na institucionalização do campo artístico de São Paulo, como a construção do Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, em 1948 e do Museu de Arte de São Paulo (MASP), em 1949, sendo o primeiro dirigido por Lourival Gomes Machado, um dos defensores da Semana de Arte Moderna de 1922 como marco das artes

⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 60-68.

⁷ VELLOSO, Monica Pimenta. *História & modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 11-21.

plásticas no país e do seu papel na descoberta do Brasil⁸. Além disso, em 1951 aconteceu a inauguração da Bienal de São Paulo, outro elemento do protagonismo de São Paulo no debate institucional das artes⁹. Apesar das leituras e defesas da Semana como grande marco incontestável das artes em nosso país¹⁰, faz-se relevante destacar outros movimentos que aconteceram em momentos análogos ao evento de São Paulo.

Ao refletir sobre um dos pilares do modernismo - inclusive defendido pelos intérpretes de 1922 e pela geração antropofágica -, que é tida como a ruptura radical com o passado, torna-se possível falar de modernismos alternativos, ou seja, diferentes movimentos de renovação literária, intelectual e estética que aconteceram a partir de 1890¹¹. Mesmo com os discursos hegemônicos da paulistanidade, termo cunhado por Barbara Weinstein para caracterizar a identidade regional paulista vinculada a uma suposta excepcionalidade ligada ao moderno¹², aconteceram movimentos expressivos intrínsecos àquilo lido como “modernismo”, como são os casos do Rio de Janeiro, com seus intelectuais boêmios, caricaturistas e humoristas que dominavam as revistas¹³, e do Recife, com a expressão de Cícero Dias, nas artes plásticas, e Gilberto Freyre em sua releitura da formação do Brasil.

Entre as discussões correntes no Brasil dos anos 1930, quando Heitor dos Prazeres assumiu sua carreira como pintor, estava a busca pelo “homem brasileiro”, dada pela intenção de construir uma estátua em homenagem a esse tipo brasileiro na frente do palácio do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, conhecido hoje como Palácio Capanema. A construção do palácio, entre 1936 e 1945, atravessando todo o período do Estado Novo, demonstra o cenário de busca pela modernização e construção de uma identidade totalmente nacional¹⁴. Nesse contexto nacionalista, o Estado também apropriou-se de expressões culturais, como o samba, em busca da

⁸ CARDOSO, Rafael. A reinvenção da Semana e o mito da descoberta do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 36, n. 104, p. 14-34, 2022a.

⁹ CARDOSO, 2022a.; SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Le modernisme brésilien, entre consécration et contestation. Perspective: la revue de l'INHA*, Paris, n. 2, p. 325-342, 2013.

¹⁰ AMARAL, Aracy A. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Editora 34, 1998.

¹¹ CARDOSO, Rafael. *Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022b, p. 17.

¹² WEINSTEIN, Barbara. *A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista*. São Paulo: EDUSP, 2022, p. 77.

¹³ VELLOSO, Monica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes**. Rio de Janeiro: KBR, 2015.

¹⁴ CARDOSO, Rafael. *Op. cit.*, p. 248-249.

cultura “tipicamente brasileira”¹⁵. E é justamente atravessado no meio desse cenário que Heitor dos Prazeres inicia a sua carreira como pintor.

Carlos Cavalcanti, em 1941, publicou a matéria “Heitor dos Prazeres, um grande pintor negro”, na qual apresenta Prazeres como pintor: “um notável pintor negro brasileiro”¹⁶. O artigo mescla uma curta conversa entre Cavalcanti e o sambista, além das impressões do jornalista sobre a obra do artista. De acordo com tal matéria, Cavalcanti identifica beleza na relação do pintor com seu pertencimento racial e na transposição dessa experiência para as suas obras. O autor destaca que o encontro de Prazeres com a arte deu-se a partir de uma crise espiritual - a morte de sua esposa -, que o levou a deixar a música de lado e a investir na pintura. Para Cavalcanti, a pintura de Heitor dos Prazeres é dotada de lirismo - forma, cor, composição simétrica, horror à realidade -, produzindo “harmonias verdadeiramente cósmicas”; o crítico relaciona tais características ao pertencimento racial do artista: a pintura de Prazeres é descrita como “simples, como nascer, viver e morrer...”.

É possível perceber na escrita de Cavalcanti a forma como ele enxerga Heitor dos Prazeres, como alguém inocente, lírico, e com tais características vinculadas ao fato de ser um homem negro. Essa perspectiva não é trivial, nem única, pois ao longo dos anos, outros críticos de arte escreverão artigos de teor semelhante ou até mais descredibilizantes sobre o artista.

Em 1944, Heitor dos Prazeres compôs a comitiva de pintores brasileiros que expuseram na Inglaterra em apoio aos esforços da *Royal Air Force* contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial. Tal exposição ocorreu nos salões da *Royal Academy of Arts* e contou com obras de 70 artistas modernistas brasileiros, tais como Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e Volpi. A matéria “História fotográfica de uma exposição”, publicada na revista “Diretrizes: Política, Economia, Cultura (RJ)”, em 30 de dezembro de 1943¹⁷ detalha o processo de articulação da iniciativa, desde as primeiras conversas entre artistas e intelectuais até o apoio institucional do Ministério das Relações Exteriores. Além disso o texto ressaltou o papel de Augusto Rodrigues na formulação do projeto, bem como a participação do Itamaraty na viabilização da mostra, concebida também como contribuição brasileira ao esforço de guerra inglês durante a Segunda Guerra Mundial. A

¹⁵Sobre esse tema, consultar: PARANHOS, Adalberto. *Os desafinados: sambas e bambas no "Estado Novo"*. São Paulo: Intermeios; CNPq; Fapemig, 2015.

¹⁶ CAVALCANTI, Carlos. **Heitor dos Prazeres, um grande pintor negro**. *Diretrizes: Política, Economia, Cultura*, Rio de Janeiro, n. 64, p. 4, 25, 11 set. 1941. Disponível em: [Biblioteca Nacional Digital](#). Acesso em: 03 jun. 2026.

¹⁷ **História fotográfica de uma exposição**. *Diretrizes: Política, Economia, Cultura*, Rio de Janeiro, n. 183, p. 28, 30 dez. 1943. Disponível em: [Biblioteca Nacional Digital](#). Acesso em: 03 jun. 2026.

mesma viagem também trouxe notoriedade ao artista devido a compra de um de seus quadros pela então princesa Elizabeth da Inglaterra, que, ao se deparar com a obra, perguntou: “mas quem é e de onde vem este pintor extraordinário?”¹⁸.

No ano seguinte, em 1944, o famoso crítico de arte Sergio Milliet publicou o artigo “Diferenças ou Analogias?” no jornal Diário de Notícias do Rio de Janeiro¹⁹, no qual versa a respeito da arte moderna, em especial a diferença entre “modernos” e “ingênuos”. Segundo ele: “O grande argumento dos detratores da arte moderna, e sua maior descoberta, tem sido as analogias entre as manifestações expressionistas ou surrealistas e as obras das crianças, dos loucos e dos primitivos”. Ao discutir sobre a deformação na arte, Millet ainda mencionou que o tal “primitivo” possui “valores culturais diferentes dos nossos”, enquanto, para o moderno, trata-se de “intenção expressiva”, por ter conhecimento sobre proporção e técnica artística. Ainda, afirma que existem ingênuos entre “artistas incultos da atualidade”, como Heitor dos Prazeres, ou seja, ele se refere ao pintor como um artista ingênuo, ou seja, alguém sem formação acadêmica cuja deformação formal tem origem na ignorância técnica - o que em nossa perspectiva, representa parte de críticas fundamentalmente racistas direcionadas a Prazeres.

Já em 1945, o crítico de arte Ruben Navarra publica um balanço da arte brasileira contemporânea e de seus artistas²⁰. O texto segue uma narrativa linear, elencando os primórdios da arte moderna no Brasil no século XX, que contou com forte influência da “Escola de Paris” e de seu “academicismo”, tendo como contrapartida artistas antiacadêmicos que valorizaram elementos regionais do Brasil, operando a transformação da técnica, da “ótica”, em “poética”. Nesse sentido, de acordo com Navarra, com a chegada da pintura moderna ao Brasil, houve um retorno ao “nativo” do país, que influenciou diversas correntes do modernismo, como a “Escola Paulista”, marcada por artistas como Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, a “Escola do Rio”, com outros artistas em destaque, e movimentos no Nordeste, como ocorreu em Pernambuco com Cícero Dias, nas artes, e Gilberto Freyre, na escrita sociológica sob influência inglesa. Ruben Navarra também chama a atenção para a efervescência cultural do Rio de Janeiro, marcada pelo samba, pelos morros e por um “espírito regional e folclórico”. Nessa toada, o crítico abre margem para falar de Heitor dos Prazeres, “representante do sangue e do espírito afro-brasileiro

¹⁸ LIRIO, Alba. *Heitor dos Prazeres: sua arte e seu tempo*. Rio de Janeiro: ND Comunicação, 2003, p. 128.

¹⁹ MILLIET, Sergio. **Diferenças ou Analogias?** *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 6791, p. 25, 30, 10 dez. 1944. Disponível em: [Biblioteca Nacional Digital](#). Acesso em: 03 jun. 2026.

²⁰ NAVARRA, Ruben. **Iniciação à Pintura Brasileira Contemporânea**. *Revista Acadêmica*, Rio de Janeiro, n. 65, p. 16-31, 48, abr. 1945. Disponível em: [ICAA – International Center for the Arts of the Americas at the Museum of Fine Arts, Houston](#). Acesso em: 03 jun. 2026.

em nossa pintura”, dotado de espírito popular e conhecido por seu autodidatismo. Assinala ainda que a grandeza de Prazeres reside em sua autenticidade, que tudo nele vem da “força da natureza”, comparando-o a Aleijadinho e projetando-o como motivo de orgulho futuro para o Brasil, o “Rousseau afro-brasileiro”.

O ensaio de Navarra publicado em 1945, ano da morte de Mário de Andrade, denota o lugar de descrédito do modernismo brasileiro enquanto versão produzida pela Semana de 1922 durante a década de 1940. Apesar de seus artistas preservarem a credibilidade e continuarem a expor em diferentes mostras nacionais e internacionais, a narrativa da Semana de Arte Moderna de 1922 como precursora do modernismo brasileiro não possuía mais legitimidade. Anos antes, em 1942, Mário de Andrade proferiu a conferência “O movimento modernista”, no Rio de Janeiro, quando declarou que a Semana de 1922 deveria servir como lição e não como exemplo²¹, e realizou uma autocrítica sobre o movimento. Por outro lado, Lourival Gomes Machado, crítico de arte formado pela Universidade de São Paulo e integrante do grupo que fundou a Revista *Clima*²², dedicada à crítica literária e artística, lançou em 1947 o seu *Retrato da Arte Moderna do Brasil*²³, no qual defende o marco histórico representado pela Semana de Arte de 1922 e critica a posição de Ruben Navarra, a quem considera esclarecido por se tratar de um crítico de arte, mas não o autor original desta tese, advinda de autores do Recife, mais especificamente José Lins do Rego no prefácio de um livro de Gilberto Freyre. Ou seja, as ideias questionadoras sobre a Semana de Arte Moderna de 1922 como marco histórico e pioneiro do modernismo brasileiro circulavam pelo Brasil a partir de diferentes frentes e perspectivas, um sinal representativo de que a narrativa sobre a semana não era encampada automaticamente, nem mesmo em um lugar de glória que assumiu anos depois.

Além disso, Gomes Machado reconhece Tarsila do Amaral como “heroína”, a parafraseando sobre sua missão de descobrir o Brasil com suas viagens ao Amazonas e à Minas Gerais, em especial a cidade de Ouro Preto²⁴. A defesa do pioneirismo paulista aqui aparece de forma semelhante à que Aracy Amaral adotará posteriormente, na qual a “revolução estética” poderia apenas ser gerada em São Paulo²⁵, em um rompimento com o passado e instauração de uma nova mentalidade sobre as artes, e se colocar contra esse movimento significa uma igualdade

²¹ ANDRADE, Mário. **O movimento modernista**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942. p. 79.

²² CARDOSO, 2022a.

²³ MACHADO, Lourival Gomes. **Retrato da arte moderna do Brasil**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1947.

²⁴ MACHADO, 1947, p. 45.

²⁵ MACHADO, 1947, p. 48.

aos movimentos burgueses da época. Fato curioso é tal construção por Lourival Gomes Machado, posto que foi parte da elite paulista a responsável pelo financiamento da formação no exterior - em especial, Paris - dos artistas intérpretes da Semana de Arte Moderna de 1922, além de financiar o evento, na figura de Paulo Prado²⁶. Adiante, o crítico de arte destaca o caráter universal do modernismo e a ocorrência de diferentes movimentos paralelos, porém, com a necessidade da realização do evento em São Paulo a fim de que pudesse acontecer uma renovação na elite intelectual, que já amadurecida na geração de 1930 pôde contribuir na formação do movimento modernista brasileiro²⁷. Esse movimento mais maduro por conta da experiência de 1922 possibilitou em 1930 o aparecimento e a autonomia das “escolas” regionais, com um protagonismo evidenciado na chamada “Escola do Rio”, responsável por lançar ao mundo pintores como Cândido Portinari e Alberto da Veiga Guignard.

Lourival Gomes Machado dedica parte dos seus esforços em falar sobre a arte moderna no Brasil ao escrever sobre os pintores “espontâneos” ou “primitivos”, caracterizados por ele como detentores de um traçado “infantil” em suas obras, além de certa rudeza. Entretanto, Gomes Machado pondera que tais pintores, muitas vezes sem acesso ao ensino primário, trouxeram elementos importantes ao modernismo brasileiro, posto que representavam a arte popular buscada pelos pintores eruditos, em especial, com as obras da Semana de 1922²⁸. Ao dissertar sobre esse tema, Rafael Cardoso afirma que Tarsila, ao pintar a tela *Morro da Favela* em 1924, buscou através de uma estética *naïf* se enquadrar em uma espécie de “primitivismo às avessas”, ou seja, acentuar sua suposta relação com agrupamentos subalternos e suas identidades com o objetivo de despertar o interesse do público parisiense e assim fazerem-se mais modernos²⁹.

A discussão sobre a questão negra no Brasil feita pelos modernistas, na figura de Tarsila do Amaral, dizia mais respeito a questões externas do que a debates ocorridos no seio nacional. Em 1923, em Paris, a pintora brasileira produziu o quadro *A negra*, em que uma mulher negra é representada de forma grotesca, com membros grandes, como um dos seios, que aparece pendente frente ao seu corpo, e os lábios excessivamente largos. Esse trabalho, ao contrário de indicar apoio e movimentação da classe artística em torno da questão negra brasileira, dizia respeito à sua aproximação ao debate primitivista francês, representado pelo movimento

²⁶ CARDOSO, 2022b, p. 18..

²⁷ MACHADO, 1947, p. 57-58.

²⁸ MACHADO, 1947, p. 71.

²⁹ CARDOSO, 2022b, p. 64-65.

nérophilie (negrofilia)³⁰. Assim, podemos perceber o desinteresse pelos debates raciais no Brasil, sobretudo ao visualizar a incipiência das discussões nos manifestos modernistas, como o “Manifesto da poesia Pau-Brasil” (1924) e o “Manifesto Antropófago” (1928). Além disso, os antropófagos dedicaram seus esforços para contornar o tema do primitivismo nas artes, colocando-se como algo distinto do segundo grupo, em um estágio superior ao dos primitivos. Isto porque os antropofagistas interpretavam o primitivismo como a ausência da civilização. Os antropofagistas, por sua vez, buscavam retomar um passado romântico, selvagem, próximo da natureza, ou seja, em um estágio de despojo de valores civilizados a partir de uma perspectiva freudiana, em busca da chamada “descida antropofágica”³¹. Em resumo, o que separa o selvagem do primitivo é o ato consciente de abandono das virtudes em busca de um passado romântico e do “homem natural”, enquanto o primitivismo era frequentemente associado à ausência de civilidade e valores ocidentais de determinadas comunidades, entre elas, as populações afro-brasileiras.

Assim como tantas outras expressões artísticas, é difícil demarcar o que seriam as origens do primitivismo. Entretanto, é possível notar na Europa movimentos contínuos de artistas não-acadêmicos, muitas vezes originários de zonas camponesas, além de pintores que expressavam ideais românticos ou aproximação com sentimentos mais internos, além de pintarem fazendo uso de pouca técnica e grande expressividade nas cores e traços³². Além disso, os séculos XIX e XX foram marcados por fortes contatos da cultura europeia com culturas de países africanos, asiáticos e da Oceania, tidos como primitivos a partir da ótica colonial europeia, mas responsáveis por inspirar artistas europeus, como Pablo Picasso³³. Na Alemanha, o termo *naïf* (ingênuo, em tradução livre) foi fortemente empregado de forma pejorativa por críticos da época em relação a obras que rejeitavam o academicismo e a técnica, representando elementos românticos e cotidianos, além de pinturas de artistas mulheres, mas também podia representar técnicas inovadoras nas artes. Um dos grandes expoentes da chamada pintura primitiva europeia foi o francês Henri Rousseau, que produziu diversas telas relacionadas à selva e pesquisou sobre arte indígena³⁴.

³⁰ CARDOSO, 2022b, p. 206.

³¹ CARDOSO, 2022b, p. 211-212.

³² FREITAS, Maria Helena Sassi. **Pintura naïve: conceitos, características e análises** — quatro exemplos em São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2011.

³³ PRICE, Sally. **Arte primitiva em centros civilizados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

³⁴ FREITAS, 2011, p. 28-29.

Nesse sentido, a pintura primitiva, ou *naïf*, surgiu no Brasil antes da década de 1930, mas é com Heitor dos Prazeres e outros pintores da mesma época que ela ganha novos contornos. Voltando a Lourival Gomes Machado, em *Retrato da Arte Moderna do Brasil*, o crítico de arte destaca Prazeres como o primeiro expoente das culturas negras das grandes cidades no campo das artes plásticas. No entanto, uma de suas frases chama a atenção: “Desta vez, o negro citadino, cultor dos enormes núcleos de alegria pura e de fidelidade a seus próprios padrões, deixa de ser o assunto do tantos pintores modernos, para ser ele próprio, o pintor”³⁵. Nesta sentença, Gomes Machado disserta sobre o importante movimento de Heitor dos Prazeres com sua produção pictórica: o negro que deixou de ser inspiração a pintores modernos - brancos, em sua maioria - e se tornou o pintor que representa outras pessoas negras. O crítico ainda destaca a “imunidade” do pintor carioca à pintura branca e que sociólogos que tentasse encontrar marginalidade nas telas de Heitor dos Prazeres teriam suas tentativas frustradas, ou seja, Heitor dos Prazeres representava outro estágio da pintura nacional, afastado dos “pintores brancos”, e ao mesmo tempo pertencente à cultura urbana do Rio de Janeiro, recusando o rótulo da marginalidade em sua produção. Adiante, Gomes Machado disserta a respeito do método de Prazeres para produzir suas obras, “capaz de ensandecer um acadêmico”, mas com domínio das tintas e cores. A fim de encerrar a discussão sobre o pintor carioca, Lourival Gomes Machado questiona a ausência dele na “fila dos pelotões do Modernismo consagrado e vitorioso”³⁶.

Em comparação, Ruben Navarra consagra Heitor dos Prazeres como “gênio da raça negra”, com importância comparada a de Aleijadinho por conta de seu “sangue negro”. Ademais, salienta que suas obras têm sabor de “povo” e “afro-brasileiro”, sem influências internacionais, sendo chamado de “Rousseau afro-brasileiro”, em comparação com o pintor francês. Entretanto, Navarra não deixa de demarcar elementos como a autenticidade, o instinto, a força da natureza, a intuição, a ingenuidade e a esperteza³⁷. Portanto, apesar do destaque e elogios à obra de Heitor dos Prazeres, Navarra deixa explícito seu olhar essencializante em torno do pertencimento racial do pintor. Aqui e em Lourival Gomes Machado podemos perceber a presença de Heitor dos Prazeres na pintura brasileira como alguém separado de um movimento organizado e hegemônico, uma exceção no campo artístico; antes de se deter em Prazeres, Navarra menciona “manifestações individuais” no campo da plástica brasileira, em um forte sinal de “independência

³⁵ MACHADO, 1947, p. 72.

³⁶ MACHADO, 1947, p. 73.

³⁷ NAVARRA, 1945, p. 30-31.

criadora”³⁸, o que fortalece essa chave de leitura. Lourival Gomes Machado, por sua vez, também destaca o pintor carioca como um “caso bem marcadamente único, ilha completamente isolada do arquipélago” (p. 72) ao tratar dos primitivos na arte brasileira. Desta forma, podemos entender que Heitor dos Prazeres figurava nas discussões em torno da arte moderna brasileira nos anos 1940, inclusive com sua produção pictórica enquadrada na categoria de “moderna”, mesmo que apartada dos artistas convencionados como canônicos da arte modernista do Brasil. Entretanto, mesmo com os casos analisados, Prazeres não deixa de ser autêntico, intuitivo e inculto para a crítica de arte do período por conta de seu autodidatismo e pertencimento racial, mesmo que seja considerado por Lourival Gomes Machado como um representante do movimento de renovação das artes plásticas no Brasil, em especial ao movimento modernista³⁹.

No ano de 1951 aconteceu a I Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo, na qual Heitor dos Prazeres foi premiado com a medalha de prata na categoria de pintura nacional; o primeiro lugar ficou com Tarsila do Amaral⁴⁰. Segundo Alba Lirio, o pintor alcançou o “rol dos pintores *naïfs* brasileiros que contribuiriam para a valorização deste gênero de arte no país”⁴¹. À época funcionário do Ministério da Educação e Saúde, recebeu licença e o valor das passagens para São Paulo pelo ministro da Educação, Simões Filho. Segundo fontes da época, Heitor dos Prazeres foi saudado pelo próprio presidente Getúlio Vargas pela premiação. O *Diário da Noite*, jornal de São Paulo, noticia e entrevista Heitor dos Prazeres sobre sua premiação na Bienal⁴². Descrito como “pintor modernista brasileiro”, Prazeres demonstra surpresa e gratidão pela premiação, pois não a esperava ao concorrer com “artistas de muito maior projeção e valor” do que ele. O artista afirma que a premiação, juntamente com o reconhecimento da princesa Elizabeth por um de seus quadros e a menção honrosa de um museu de arte dos Estados Unidos, são fontes de estímulo. Além disso, agradece ao presidente Getúlio Vargas e ao ministro da Educação pela oportunidade de realizar cursos de aperfeiçoamento no Museu de Belas Artes⁴³.

³⁸ NAVARRA, 1945, p. 28.

³⁹ MACHADO, 1947, p. 71.

⁴⁰ PINHEIRO, Bruno. Moenda de Heitor dos Prazeres, medalha de prata na I Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. **Revista de História da Arte e da Cultura**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 119-141, jul.-dez. 2021. DOI: 10.20396/rhac.v2i2.15139. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/15139>. Acesso em: 03 jun. 2026.

⁴¹ LIRIO, 2003, p. 132-133.

⁴² “Experimentei grande surpresa quando soube que fui premiado”. **Diário da Noite**, São Paulo, n. 8242, p. 6, 8 nov. 1951. Disponível em: [Biblioteca Nacional Digital](#). Acesso em: 03 jun. 2026.

⁴³ **Simplex letra E, do Ministério da Educação**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 249, p. 8, 26 out. 1951. Disponível em: [Biblioteca Nacional Digital](#). Acesso em: 03 jun. 2026.

Segundo Bruno Pinheiro, a imprensa foi cuidadosa ao noticiar o prêmio, visto como algo fora do radar naquele contexto⁴⁴.

Após a premiação, Heitor dos Prazeres circulou pelo Brasil e pelo mundo em diferentes exposições de arte individuais ou coletivas; entre elas, a Bienal de Veneza de 1952, a II Bienal de São Paulo, em 1953, diferentes exposições sobre arte moderna brasileira pelo mundo, a exposição Pintores Primitivos Brasileiros (1966), em Moscou⁴⁵, e o 1º Festival Mundial de Artes Negras (1966), em Dakar, no Senegal⁴⁶. O 1º Festival Mundial de Artes Negras contou com apresentações de música, dança, artes plásticas, entre outras expressões artísticas. No campo das artes plásticas, houve a presença de Rubem Valentim e Heitor dos Prazeres, cumprimentados pessoalmente pelo presidente Léopold Senghor. A delegação brasileira foi organizada pelo Itamaraty, com o auxílio do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia⁴⁷. O pintor carioca faleceu no mesmo ano.

Mesmo postumamente, a obra de Heitor dos Prazeres continuou a circular nos circuitos nacionais da arte com a mesma ambiguidade: obras primitivas? *Naijs*? Espontâneas? Ingênuas? Modernistas? Desta forma, o papel da crítica de arte no Brasil foi muito importante para colocar em debate a obra de Prazeres; entretanto, é possível observar em determinados momentos a crítica como propagadora das ideias de determinadas elites, sejam elas artísticas ou econômicas, e também o seu papel de comparação da produção contemporânea com o passado brasileiro⁴⁸. Além disso, Aureo Guilherme Mendonça também destaca a pouca influência da crítica na produção artística brasileira, com pouca consideração por parte dos artistas, em contraste com o que acontecia na Europa e no hemisfério norte em geral⁴⁹.

Heitor dos Prazeres também se posicionou nos debates em torno das categorias estilísticas e de sua própria produção. Na matéria assinada por Jayme Maurício no Correio da

⁴⁴ PINHEIRO, 2021.

⁴⁵ MAURÍCIO, Jayme. **Primitivos brasileiros em Moscou**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 30 mar. 1966. Disponível em: [Biblioteca Nacional Digital](https://biblioteca.nacional.digital). Acesso em: 03 jun. 2026. Matéria de Jayme Maurício sobre a exposição de artistas primitivos que aconteceu em Paris e que foi levada a Moscou, capital soviética. Sobre Heitor dos Prazeres, é dito que ele é o “mais clássico”, mais próximo ao “pré-renascentismo” e com inspiração “cem por cento popular”, motivado pelo samba e pelo frevo.

⁴⁶ O site do Itaú Cultural compilou as exposições que contaram com obras de Heitor dos Prazeres: **ITAÚ CULTURAL**. *Heitor dos Prazeres: eventos*. Enciclopédia Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, [s.d.]. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/3506-heitor-dos-prazeres/eventos>. Acesso em: 03 jun. 2026.

⁴⁷ COSTA, Flávio. **África: o festival da negritude**. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 733, p. 56-65, 7 maio 1966. Disponível em: [Biblioteca Nacional Digital](https://biblioteca.nacional.digital). Acesso em: 3 jun. 2026.

⁴⁸ MENDONÇA, Aureo Guilherme. **O labirinto do Brasil moderno**: a crítica de arte de 30 a 50. Curitiba: Appris, 2023, p. 64.

⁴⁹ MENDONÇA, 2023, p. 65.

Manhã em 1961, é noticiada a exposição a ser inaugurada no Museu de Arte Moderna do Rio, que contará com obras de Heitor dos Prazeres, Edelweiss e M'Boy; além disso, destaca-se no texto que nenhum dos três artistas aceita o rótulo de “primitivo”, “ingênuo” ou “folclórico”⁵⁰. Em entrevista também ao *Correio da Manhã* em 1966, após sair do hospital em decorrência de uma cirurgia, Heitor afirma que foi descoberto como pintor por Carlos Cavalcanti em 1937 e, depois disso, expôs em Belo Horizonte em 1940 e teve seus quadros enviados a Londres em 1945. Apesar da trajetória como pintor, nessa entrevista Heitor dos Prazeres considerou-se mais sambista que pintor: “Pintura foi máscara que me botaram”⁵¹. Os relatos supracitados apresentam certo incômodo do artista acerca dos debates teóricos sobre a arte, ainda mais considerando o seu lugar nessas discussões. Sobre si e sua produção, expôs verbalmente em um depoimento filmado em 1965 por Antônio Carlos da Fontoura:

A minha pintura para mim é importante. É uma fuga das minhas dores, das minhas mágoas, do meu sofrimento, das minhas paixões. Eu me sinto num outro mundo, um mundo sofredor, um mundo gozador, um mundo de felicidade. Um mundo feliz. É, a pintura me dá toda essa alegria, me proporciona tudo isso que é riqueza para mim. Na pintura eu sonho, eu sonho música, eu sonho momentos amorosos, eu sonho alegria, enfim, tudo eu sonho, tudo me dá riqueza. Não consigo fazer nada que não existe porque eu não me sinto bem. Estas figuras que eu faço são de coisas que eu já vi, que ainda existem, estes bailes, estas macumbas, estes sambas, estas coisas que existem. Tanto existem que eu sou um dos que existem. Não preciso ver mais, não preciso modelo. Eu tenho tudo aquilo do passado e de agora, dentro da minha memória. (PRAZERES, 1965)⁵².

Adiante, o pintor ainda declara que se sente frustrado por fazer o que não quer, por ser obrigado a produzir e comercializar seus quadros: “O artista que é obrigado a comercializar-se, a atender situações de mercado, vive acorrentado e acaba morrendo não fazendo aquilo que ele quer.” (PRAZERES, 1965). Assim, é possível perceber que Heitor dos Prazeres se afastava das classificações feitas pelos críticos de arte e se definia como um pintor do povo, com inspirações do seu cotidiano e experiências no mundo, demonstrando também o seu pesar pelas imposições que a produção artística atribuía a ele.

Por fim, é importante salientar que a intenção desse trabalho não é a de classificar - assim como os críticos de arte faziam - a obra de Heitor dos Prazeres dentro ou fora da pintura

⁵⁰MAURÍCIO, Jayme. **Dos Prazeres, Edelweiss e M'Boy.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 15 mar. 1961. Disponível em: [Biblioteca Nacional Digital](#). Acesso em: 03 jun. 2026.

⁵¹ **Iê-iê-iê vem do candomblé afirma sambista Heitor.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 10 ago. 1966. Disponível em: [Biblioteca Nacional Digital](#). Acesso em: 03 jun. 2026.

⁵² **PRAZERES, Heitor dos.** Depoimento extraído do documentário *Heitor dos Prazeres*, de Antônio Carlos da Fontoura. Disponível em: https://portacurtas.org.br/filme/?name=heitor_dos_prazeres. Acesso em: 03 jun. 2026.

modernista ou primitivista, mas compreender as disputas em torno da arte, do moderno e das questões raciais no Brasil do século XX. Nesse sentido, é importante compreender que tais classificações e debates sobre o moderno e o primitivo foram historicamente construídas em torno de elementos nacionais, estilísticos e raciais, contribuindo para a nossa visão do presente e da valorização das artes. Entretanto, destaco que tais ideias não estão congeladas no tempo e que é importante questioná-las, historicizá-las, e entender o seu papel na construção de mentalidades e visões de mundo.

Referências bibliográficas:

- AMARAL, Aracy A. **Artes plásticas na Semana de 22**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- ANDRADE, Mário de. **O movimento modernista**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARDOSO, Rafael. A reinvenção da Semana e o mito da descoberta do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 104, p. 14–34, 2022a.
- CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890–1945**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022b.
- FREITAS, Maria Helena Sassi. **Pintura naïve: conceitos, características e análises — quatro exemplos em São Paulo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Artes) — Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2011.
- LIRIO, Alba. **Heitor dos Prazeres: sua arte e seu tempo**. Rio de Janeiro: ND Comunicação, 2003.
- MACHADO, Lourival Gomes. **Retrato da arte moderna do Brasil**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1947.
- MENDONÇA, Aureo Guilherme. **O labirinto do Brasil moderno: a crítica de arte de 30 a 50**. Curitiba: Appris, 2023.
- MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022.
- PARANHOS, Adalberto. **Os desafinados: sambas e bambas no "Estado Novo"**. São Paulo: Intermeios; CNPq; Fapemig, 2015.

PINHEIRO, Bruno. *Moenda* de Heitor dos Prazeres, medalha de prata na I Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. **Revista de História da Arte e da Cultura**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 119–141, jul./dez. 2021. DOI: 10.20396/rhac.v2i2.15139.

PRICE, Sally. **Arte primitiva em centros civilizados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Le modernisme brésilien, entre consécration et contestation. **Perspective: la revue de l'INHA**, Paris, n. 2, p. 325–342, 2013.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História & modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WEINSTEIN, Barbara. **A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista**. São Paulo: EDUSP, 2022.

Fontes impressas — periódicos

CAVALCANTI, Carlos. O brando gesto da princesa. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 13 maio 1938. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 03 jun. 2026.

CAVALCANTI, Carlos. Heitor dos Prazeres, um grande pintor negro. **Diretrizes: Política, Economia, Cultura**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 4, 25, 11 set. 1941. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 03 jun. 2026.

COSTA, Flávio. África: o festival da negritude. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 733, p. 56–65, 7 maio 1966. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 03 jun. 2026.

História fotográfica de uma exposição. **Diretrizes: Política, Economia, Cultura**, Rio de Janeiro, n. 183, p. 28, 30 dez. 1943. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 03 jun. 2026.

Iê-iê-iê vem do candomblé afirma sambista Heitor. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 10 ago. 1966. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 03 jun. 2026.

MAURÍCIO, Jayme. Dos Prazeres, Edelweiss e M'Boy. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 15 mar. 1961. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 03 jun. 2026.

MAURÍCIO, Jayme. Primitivos brasileiros em Moscou. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 30 mar. 1966. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 03 jun. 2026.

MILLIET, Sergio. Diferenças ou Analogias? **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 6791, p. 25, 30, 10 dez. 1944. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 03 jun. 2026.

NAVARRA, Ruben. Iniciação à Pintura Brasileira Contemporânea. **Revista Acadêmica**, Rio de Janeiro, n. 65, p. 16–31, 48, abr. 1945. Disponível em: ICAA — International Center for the Arts of the Americas at the Museum of Fine Arts, Houston. Acesso em: 03 jun. 2026.

Simples letra E, do Ministério da Educação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 249, p. 8, 26 out. 1951. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 03 jun. 2026.

"Experimentei grande surpresa quando soube que fui premiado". **Diário da Noite**, São Paulo, n. 8242, p. 6, 8 nov. 1951. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 03 jun. 2026.

Fontes audiovisuais

PRAZERES, Heitor dos. Depoimento extraído do documentário *Heitor dos Prazeres*, direção de Antônio Carlos da Fontoura, 1965. Disponível em: https://portacurtas.org.br/filme/?name=heitor_dos_prazeres. Acesso em: 03 jun. 2026.

Fontes digitais institucionais

ITAÚ CULTURAL. Heitor dos Prazeres: eventos. **Enciclopédia Itaú Cultural**. São Paulo: Itaú Cultural, [s.d.]. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/3506-heitor-dos-prazeres/eventos>. Acesso em: 03 jun. 2026.

Retomadas afrodiaspóricas contemporâneas em Belo Horizonte

Ana Livia Ferreira da Costa

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Minas Gerais

liviafcoosta@gmail.com

Resumo: Em antagonismo à desterritorialização e ao soterramento da arqueologia negra belorizontina, ações contemporâneas de retomada de territórios afrodiaspóricos seguem tensionando as brechas e fissuras das tentativas de apagamento dos primórdios da ocupação negra em Belo Horizonte. Dentre essas contranarrativas, destacam-se as retomadas afrodiaspóricas contemporâneas do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango e da Ocupação Maria do Arraial. Defende-se que tais retomadas constituem-se como agências de processos de insurreição urbana, reparação histórica e restituição dos territórios usurpados, reconfigurando agências políticas antirracistas e reorientando o(s) horizonte(s) de futuro.

Palavras-chave: retomadas; Kilombu Manzo; Maria do Arraial.

Retomadas afrodiaspóricas contemporâneas

Em contraposição à história oficial, que enaltece a “modernidade” e o “progresso”, narrativas e lutas negras enfrentam, desde o movimento abolicionista, os processos de desterritorialização (Costa, 2007) e opressão coloniais. Apesar das reiteradas investidas da branquitude na produção de silêncios, esquecimentos e invisibilidades, ações contemporâneas de retomada dos territórios negros – seja de comunidades quilombolas ou do antigo Arraial do Curral del Rey de forma ampla – seguem tensionando as brechas e fissuras das tentativas de apagamento dos primórdios da ocupação negra em Belo Horizonte.

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. **Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade**, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta (SANTOS, 2023, p. 2). [Grifo do autor]

Dentre essas contranarrativas, destacam-se as retomadas afrodiaspóricas contemporâneas do Kilombu⁵³ Manzo Ngunzo Kaiango e da Ocupação Maria do Arraial, que tensionam estética e politicamente a construção histórica da cidade de Belo Horizonte, centralizando a contribuição da população negra, que conformava 69,87% dos moradores do Arraial do Curral del Rey antes da sua remoção deliberada pela construção da cidade planejada (Pereira, 2019). Em antagonismo à desterritorialização e ao soterramento da arqueologia negra belorizontina, mas em imbricada relação, o movimento de reterritorialização – criação ou invenção de territórios – é expresso pelas retomadas, aquilombamentos e espaços de resistência na diáspora, a exemplo das comunidades tradicionais de matriz africana e das vilas, favelas, periferias e ocupações urbanas, constituídas historicamente pela população parda e preta da cidade.

Entendemos [...] que seria necessário educar as nossas crianças e que teríamos que trazê-las para perto no processo de retomada do nosso território. Conversamos com elas sobre as retomadas de território no presente – as ocupações – e explicamos a elas que **primeiro vieram os quilombos, que dos quilombos surgiram as favelas, e que depois das favelas vieram as ocupações. Elas passam a entender, assim, que tudo é quilombo** (KIDOIALÊ, 2023, p. 98). [Grifo do autor]

Nessa disputa entre projetos controversos de sociedade, as retomadas afrodiaspóricas contemporâneas extrapolam “o mero retorno à terra ou a posse da terra” (COSTA; SILVA, 2022, p. 93), conformando-se essencialmente enquanto uma retomada cosmológica da identidade e dos modos de vida que permaneceram sólidos e vivos pelo repasse, por meio da oralidade entre as gerações durante séculos, dos conhecimentos e saberes originários, os quais ultrapassaram as “barreiras identitárias ou hierarquias sociais oriundas das construções históricas e políticas instituídas pelo colonialismo/modernidade” (Ibidem, p. 69).

Nossa perspectiva de Retomada é, portanto, contra-colonial, transformadora e revolucionária ao considerar uma radical ruptura com as bases dos poderes hoje vigentes. [...] Retomada implica na implementação de uma mudança de perspectiva cosmológica que visa uma radical alteração na organização das relações sociais, ambientais, institucionais, políticas e etc. E para isso é necessário retomarmos os marcos das perspectivas cosmológicas subjugadas e preteridas por um sistema-mundo que redefiniu o ordenamento do mundo social em seu próprio favor (COSTA; SILVA, 2022, p. 93).

Tais retomadas estão assentadas em um conflito cosmológico entre a sociedade ocidental – e de passado colonial – e as cosmovisões dos povos originários e dos povos em diáspora

⁵³ A grafia aqui utilizada corresponde à adotada pela liderança kilombola Makota Kidoialê em publicações recentes.

africana, que efetivamente construíram o chão que hoje pisamos e chamamos de país, conflito este que persiste do século XVI até a contemporaneidade. Tal enfrentamento é histórico e os exemplos que abordaremos a seguir são atualizações, no tempo e no espaço, de uma luta incessante pela reterritorialização das comunidades indígenas, afro-brasileiras e seus descendentes.

“Nós não possuímos a terra, mas pertencemos a ela”: o Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango

Na primeira vez que a ouvi, Makota Kidoialê⁵⁴ citou Nego Bispo ao falar que “mesmo que nos queimem, refaremos um novo Palmares”⁵⁵, apontando que mesmo ao queimarem as palavras escritas, restará ao povo negro a oralidade. Nas palavras de Bispo (2018), “mesmo que queimem a escrita, não queimam a oralidade, mesmo que queimem os símbolos, não queimam os significados, mesmo que queimem os corpos, não queimam a ancestralidade.” Nessa discussão sobre a primazia da oralidade, optou-se, metodologicamente, pela inclusão de trechos de relatos orais em diálogo com trechos escritos e publicados.

Em um segundo momento, Makota abordou o pontapé inicial da sua aproximação com a academia, ao revelar que “Pai Benedito me disse ‘você precisa aprender a língua dos brancos, porque se você falar a língua dos pretos, eles não vão te ouvir’”⁵⁶. Nessa guerra de denominações, como formulado por Bispo (2023), as palavras germinantes deverão sobrepor os conceitos acadêmicos. Ao ouvi-los e lê-los, deparei-me com o flagrante entre mundos díspares, na multiplicidade do incomum – em um esforço oposto às tentativas usuais de “familiarizar” o divergente.

Em outros escritos em que traduzi os saberes ancestrais de nossa geração avó da oralidade para a escrita, trouxemos algumas denominações que as pessoas na academia chamam de conceitos. A partir daí, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de **guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las** (SANTOS, 2023, p.3). [Grifo do autor].

Em uma breve contextualização histórica (KIDOIALÊ, 2018) da constituição do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, ressaltam-se alguns marcos importantes: em 1973, a

⁵⁴ Makota Kidoialê (Cássia Cristina), filha da matriarca Mametu Muiandê (Mãe Efigênia) do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango.

⁵⁵ Fala de Makota Kidoialê em evento intitulado “Encontro de Saberes: promovendo a diversidade epistêmica”, realizado durante a Semana de Conhecimento da UFMG em outubro de 2024.

⁵⁶ Fala de Makota Kidoialê intitulada “Vozes pretas, futuros possíveis” em evento virtual da pós-graduação Cidades em Disputa na Escola da Cidade, realizado em abril de 2025.

construção do primeiro terreiro da Mãe Efigênia; em 2007, a certificação como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares; em 2012, a expulsão dos moradores do Manzo, a sua estadia em um abrigo público e seu retorno no mesmo ano por meio de uma decisão judicial; em 2017, a aprovação do registro como Patrimônio Cultural Imaterial de Belo Horizonte; em 2021, a entrega do título de propriedade da terra de área parcial do Kilombu pela gestão pública municipal; e em 2024, a retomada do território sagrado Kewá Matamba.

Imagem 01: Retomada Kilombola do território sagrado Kewá Matamba.



Fonte: Luiza Poeiras (maio de 2024). Disponível em:
<https://averdade.org.br/2024/05/mg-nasce-a-retomada-do-kewa-matamba-em-belo-horizonte/>

Nesse cenário, a expulsão dos moradores do Kilombu Manzo foi marcada por violências concretas e simbólicas de um processo de desterritorialização. Para o retorno ao seu território, ainda em 2012, “foi preciso uma decisão judicial, emitida pelo Ministério Público Federal a partir de um laudo do [...] Iphan que atestava que a área não tinha riscos de desabamento” (KIDOIALÊ; OLIVEIRA, 2025, pps. 165 e 166). Entretanto, o retorno da comunidade quilombola do Manzo ao território foi perpassada pelos impactos das ações de desancoramento realizadas pelo Estado. Tal processo de reterritorialização contemplou, além do retorno à terra, a retomada da memória, da cultura e da tradição do Kilombu.

Eu sinto que o jatobá tinha a mesma força que a minha mãe tem. Quando nos tiraram daqui, quando a minha mãe foi embora, cortaram o jatobá. [...] Foi

assim que perdemos os nossos caminhos. Os caminhos até a Mata da Baleia (KIDOIALÊ, 2023, p. 94).

Alargando a escuta, em março de 2025, pude ouvir Makota e outros guardiões de saberes no território do Kilombu Manzo, percorrendo a Trilha de Ogum na Mata da Baleia, em uma ação do projeto “Kilêmbé Ebó não é lixo”, vinculado ao “Educação de Kilombu”. O grupo se reuniu na sede do Manzo para, juntos, nos deslocarmos até a Mata da Baleia, conhecermos as águas, coletarmos os materiais descartados na floresta e seguirmos para o terreiro na Mata, no qual sentamos, conversamos e cantamos por um tempo mais estendido. Acessamos o fato de que, com a ascensão das igrejas evangélicas e pentecostais nos territórios periféricos, muitos espaços físicos de terreiros deixaram de existir, sendo este onde estávamos um lugar remanescente de encontros possíveis.

Iza Reis (2025) escreveu uma síntese a respeito: “durante o percurso, experimentamos o que Milton Santos chamaria de uma outra racionalidade: a troca justa com a natureza, um entendimento profundo de que a terra não nos serve, mas nos sustenta; que não a possuímos, mas pertencemos a ela”⁵⁷. A escrita de Iza, em confluência com a oralidade de Makota ao falar que “o território não nos pertence, nós é que pertencemos ao território”, “o Manzo é mais que casa, é território”, “o nosso território vai até onde nossa memória alcança” e “a identidade é herdada pelo território”⁵⁸, contrapõe a noção de propriedade privada da terra, pautada pela lógica individual e pelos valores capitalistas.

Nossa relação com a terra é originária de uma tradição cosmológica de mundo radicalmente oposta à ocidental, e tem suas raízes solidificadas nas sociedades africanas. A terra ou o território não é uma propriedade privada, muito menos nossa, é o contrário. É como se o território nos escolhesse para cuidar da gente, de nosso povo, organizando os ciclos da vida em convergência ao que ele nos concede e as condições de manutenção e bem-estar recíproco (território/povo), numa confluência orgânica (COSTA; SILVA, 2022, p. 76).

Nesse sentido, destaca-se a retomada quilombola do território ancestral sagrado Kewá Matamba aos pés da Serra do Curral em maio de 2024, realizada pelo Kilombu Manzo em parceria com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e a Teia dos Povos. Partindo do pressuposto de que a relação quilombo e território é indissociável, sendo este sustento das relações sociais, culturais e religiosas da comunidade quilombola, a Retomada consiste, portanto, em uma ação política coletiva de reconquista do território que foi cerceado

⁵⁷ O texto escrito por Iza Reis compõe a legenda do post do instagram @kilombomanzo, disponível em: https://www.instagram.com/p/DHTet8Yxsbd/?igsh=cDR1MTBvcncwbnE3&img_index=1

⁵⁸ Mesma referência da nota de rodapé 4.

pelo Estado. A denúncia busca revelar os fechamentos de caminhos da Mata da Baleia para os quilombolas em contraste à abertura destes caminhos para a mineração e a exploração da natureza.

Continuidade histórica: da Maria do Arraial à ocupação urbana do MLB

Assim como a significativa maioria da população do Curral del Rey, a mulher negra conhecida como Maria do Arraial teve seu rancho removido para a construção da nova capital, especificamente para sediar o Palácio do Governo. O “rancho velho da papuda” – a nomeação “Maria Papuda” era uma associação pejorativa devido à doença que a acometia – localizava-se “pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe” (BARRETO, 1996 apud PEREIRA, 2021).

Maria do Arraial consiste em um símbolo de resistência à remoção “original” das moradias do Curral del Rey, representando a oposição dos moradores à sua expulsão forçada do Arraial. Apesar da sua popularização vinculada a uma suposta “maldição” destinada aos futuros governantes do Palácio, a sua representação política atravessou o tempo, inspirando a ocupação urbana de mesmo nome, instituída pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) em 2023.

Para muito além da representação pelo pitoresco da fantasmagoria, Maria e seu “rancho” podem ser acolhidos como testemunhas de um modo de vida que guardava muito de práticas, conhecimentos e tecnologias produzidos por africanas e africanos em contexto de diáspora forçada pela experiência escravista. Um modo de vida que ainda precisa ser melhor conhecido e que era provavelmente predominante do Curral del-Rey e nas diferentes regiões de Minas Gerais, quando do advento da abolição do regime escravista, em 1888, e da criação de Belo Horizonte, em 1897 (PEREIRA, 2021).

Em um paralelo contemporâneo, a Ocupação Maria do Arraial estabeleceu-se em um prédio vazio situado na Rua da Bahia, territorialmente próximo ao Largo do Rosário. O Largo do Rosário, composto pela Capela de Nossa Senhora do Rosário e pelo Cemitério dos Pretos a ela vinculado, foi construído em 1819 pela Irmandade dos Homens Pretos do Curral del Rey em “terras devolutas da Igreja” (SILVA et al., 2022) e destruído em 1897. O Largo surge como um retrato da ocupação majoritariamente negra do Arraial, conformando um espaço sagrado e de sociabilidade da cultura afro-brasileira.

Imagem 02: Maria do Arraial e seu rancho antes da demolição pela cidade planejada.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto (1894).

Nesse sentido, além da artesanaria possível da sobreposição das camadas históricas e contemporâneas de uma contranarrativa do território negro no Centro de Belo Horizonte, a proximidade territorial também se apresenta como um elemento que traduz no espaço a continuidade histórica. Ao escolherem o nome Maria do Arraial para intitular a Ocupação, o MLB reforçou a atualização das lutas pelo direito à moradia, à terra e ao território, especialmente da população negra belohorizontina. Ao ocuparem um prédio vazio no Centro, os moradores da Ocupação estão reivindicando um direito histórico de retomada de territórios negros perpetuados historicamente: o Largo do Rosário e o Arraial do Curral del Rey. Com a Ocupação, portanto, “o Largo do Rosário será desenterrado”⁵⁹ e a população pobre e negra terá retornado, finalmente, ao lugar do qual nunca deveria ter sido expulsa.

Kapp, Baltazar e Morado (2008, p.49) discutem para as favelas um contexto análogo ao discutido aqui para as ocupações urbanas, ao ressaltar que “a autonomia relativa dos moradores

⁵⁹ Frase entoada por Leonardo Péricles, um dos líderes nacionais do MLB, no ato da inauguração da Ocupação Maria do Arraial em julho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=puE7wJy8zP0>

na produção desse espaço é consequência direta de sua posição marginal no sistema econômico, que os exclui do consumo das mercadorias arquitetônicas formalmente produzidas.” Os moradores da Ocupação Maria do Arraial despontam em uma organização coletiva de embate à referida posição marginal no sistema econômico. Em uma perspectiva ampla, as ocupações urbanas são uma resposta à conjuntura excludente de acesso dos pobres e negros à terra no Brasil, especialmente em um contexto, segundo dados do Censo IBGE (2022), de 11 milhões de domicílios vazios – especificamente grandes propriedades que descumprem a sua função social – ao passo que existem 8 milhões de famílias sem teto (SOUZA; PÉRICLES, 2023, p.75-76).

Segundo Kapp (2018, p. 154), “grupo sócio-espacial designa um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele. A articulação entre espaço e nexos social é necessária e dialética: necessária porque o grupo não existiria sem ela; dialética porque tensionada e sempre em processo.” Nesse contexto, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) situa-se como um grupo sócio-espacial, e as ocupações urbanas, realizadas pelo MLB e pelos seus futuros moradores, uma transformação autônoma e coletiva do espaço. A mobilização política e a pressão popular, seja em investidas para ocupação de terrenos periféricos ou edifícios verticais centrais, corroboram a noção do acesso à moradia como um meio para alcançar a transformação social, em contraposição e para além da estrutura capitalista.

Nessa perspectiva, a implementação da Ocupação Maria do Arraial em 2023 emerge de um contexto temporal e político de mudança das estratégias do Movimento frente às ameaças de remoção e às ostensivas violentas do Estado. Mesmo com o sucesso de ocupações anteriores em terrenos vazios periféricos, a exemplo das ocupações Eliana Silva (2012) e Paulo Freire (2015), ambas situadas no bairro Barreiro, um marco corroborou para o desvio do caminho planejado a princípio: a repressão violenta no despejo da ocupação Manoel Aleixo, localizada em Mário Campos, na Região Metropolitana de BH. A partir dessa experiência, o MLB organizou e inaugurou a primeira ocupação urbana no Centro da cidade, a ocupação Carolina Maria de Jesus (2017), fruto de um processo decisório coletivo que visava à instituição de ocupações com maiores perspectivas de estabilidade. Nesse sentido, a Ocupação Maria do Arraial, seis anos após a Carolina, emerge como a segunda ocupação no Centro, mas em um contexto de maturação do Movimento quanto às abordagens de classe e território associadas à discussão racial, fortalecida,

inclusive, por ocupações da porta do Palácio da Liberdade em busca de direitos e da associação de tais ações políticas à resistência da Maria do Arraial.

Imagem 03: Ocupação Maria do Arraial (MLB) no Centro de Belo Horizonte.



Fonte: Maxwell Vilela/JAV (agosto de 2023). Disponível em:
<https://averdade.org.br/2023/08/ocupacao-maria-do-arraial-mais-uma-luta-do-mlb-em-bh/>

Conclusão

Após a apresentação de dois exemplos de retomadas afrodiaspóricas contemporâneas em Belo Horizonte, o Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango e a Ocupação Maria do Arraial, defende-se que tais retomadas constituem-se como agências de processos de insurreição urbana, reparação histórica e restituição dos territórios usurpados historicamente, reconfigurando agências políticas antirracistas e reorientando o(s) horizonte(s) de futuro.

Referências bibliográficas

COSTA JUNIOR, J.; CRISTINA DA SILVA, C. **COSMOLOGIA E KILOMBOS: território ancestral e a retomada originária**. Revista Educação e Ciências Sociais, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 68–94, 2023. DOI: 10.38090/recs.2595-9980.v5.n9.4. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cienciassociais/article/view/15076>.

COSTA, Rogério H. da (Rogério Haesbaert da). 1958. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade** / Rogério Haesbaert - 3º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

KAPP, Silke. **Grupos sócio-espaciais**. 2018. In: Moradia e outras margens : volume 1 / Silke Kapp ; Ana Paula Baltazar, (eds.). -- 1. ed. -- Belo Horizonte : MOM, 2021.

KAPP, Silke. BALTAZAR, Ana Paula. MORADO, Denise. **Arquitetura como exercício crítico**. 2008. In: Moradia e outras margens : volume 1 / Silke Kapp ; Ana Paula Baltazar, (eds.). -- 1. ed. -- Belo Horizonte : MOM, 2021.

KIDOIALÊ, Makota; MUIANDÊ, Mametu N’Kise. **Senzala, terreiro, quilombo**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 12, p. 52-61, ago. 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/senzala-terreiro-quilombo/>

PEREIRA, Josemeire Alves. **Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)**. 2019. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP.

PEREIRA, Josemeire Alves. **A eloquência dos silêncios: memória das experiências negras na história**. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2021/11/19/interna_pensar,1323917/a-eloquencia-dos-silencios-memoria-das-experiencias-negras-na-historia.shtml

SANTOS, Antônio Bispo. **Somos da terra**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo / Belo Horizonte: Ubu / Piseagrama, 2023.

SILVA, Mauro Luiz da; CARNEVALLI, Felipe; LOBATO, Paula. **Não se esqueça de mim aqui**. BDMG Cultural. 29/11/2022. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/artigos/nao-se-esqueca-de-mim-aqui/>

ST18

SAÚDE E DOENÇA NA HISTÓRIA: ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE



Coordenadores:
Huener Silva Gonçalves
Polyana Aparecida Valente
Luana Fonseca da Silva Rocha
Elizabeth Valeria Rouwe de Souza

XIII

EPHIX

UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Um novo capítulo da história do tabagismo no Brasil? os DEF em foco (2009-2026)

Huener Silva Gonçalves
Doutor em História
UFMG/CEFET-MG
huener@cefetmg.com

Resumo: Este trabalho objetiva delinear aspectos a serem considerados para futuros estudos que pretendam o desenvolvimento de pesquisa e escrita da história do tabagismo e antitabagismo na contemporaneidade brasileira, especificamente no tocante à questão dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEF). Inicialmente, será traçado um breve panorama historiográfico sobre a temática, destacando seus vieses consolidados como, também, contribuições para esse exercício. No âmbito desta proposta, foram selecionadas como fontes principais documentos oficiais, como os elaborados pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA) — principal referência nacional sobre o tema nos campos acadêmico e do planejamento de políticas públicas de saúde voltadas ao câncer —, além de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e legislações brasileiras publicadas a partir de 2009. Nesse ano, foi emitida a Resolução nº 46, de 28 de agosto, que estabeleceu a proibição da comercialização, importação e divulgação comercial dos cigarros eletrônicos no país. Adotou-se o ano de 2026 como marco final, por datar esse intento que tem, entre seus escopos, apresentar um panorama do estado da arte sobre o tema, abrangendo trabalhos e outros elementos relevantes, propondo a sua elegibilidade como objeto para a pesquisa histórica. Com esse esforço, espera-se lançar luz, ainda que de forma sucinta, sobre algumas especificidades do assunto, oferecendo subsídios e incentivando o desenvolvimento de novas investigações na interseção entre as História da Saúde e das Doenças Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Palavras-chave: Tabagismo; Antitabagismo; Dispositivos Eletrônicos para Fumar; Políticas de Saúde Pública; História da Saúde Pública.

Tabagismo e antitabagismo no foco da historiografia nacional: breve sobrevo

Hábito polêmico, preocupação da saúde pública, da ciência e da sociedade civil, levando à formação de um movimento antitabagista interdisciplinar, associado a variados problemas de saúde, sobretudo o câncer pulmonar, o hábito de fumar – destacando-se o tabagismo –, se tornou um objeto de pesquisa consolidado na História da Saúde e das Doenças no século XXI. Por outro lado, o tema apresentar grande potencial exploratório no âmbito de uma história local, regional e no que se refere à tecnologia do fumar. No que diz respeito a historiografia brasileira – foco desse esforço –, verifica-se trabalhos que versaram sobre a história do tabagismo enquanto

hábito de fumar, e, derivado a esse, do antitabagismo e do câncer. Entre as contribuições pioneiras que rascunham aspectos históricos da questão, encontramos os estudos do médico e professor José Rosemberg (1987) e do advogado e professor de Direito Sérgio Luiz Boeira (2002). O primeiro, militante do movimento antitabagista desde a década de 1970, escreveu *Tabagismo: Sério Problema de Saúde* (1987), obra fundamental que reúne um amplo levantamento histórico sobre o hábito de fumar tabaco e as pesquisas médicas que evidenciam seus malefícios. O livro também é relevante pela sistematização de dados, gráficos e documentos de organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), além de registros de seminários realizados no Brasil. Ao longo do tempo, Rosemberg aprofundou essa produção com outras obras (1998 e 2002), consolidando-se como referência e documentando a evolução da mobilização antitabagista no país. Por sua vez, o trabalho de Boeira, *Atrás da Cortina de Fumaça* (2002), representa um avanço analítico ao introduzir uma abordagem interdisciplinar. Seu principal marco está na formulação do conceito de “rede multifragmentária”, que permite compreender o antitabagismo como um movimento heterogêneo, composto por diferentes atores e interesses. Boeira amplia o debate ao evidenciar não apenas a organização dos grupos antitabagistas, mas também as redes de interesses ligadas à indústria do tabaco, inserindo o tema de forma mais complexa na agenda de saúde pública e ambiental no Brasil. Ambos os trabalhos foram referência nacional para a uma primeira história do tema, como atestam as produções de Huener Silva Gonçalves, Tiago Alves Jaques e Luiz Antônio Teixeira.

Em sua dissertação de mestrado *Antitabagismo no Brasil: da mobilização da comunidade médica à política de saúde pública (1950-1986)*, Gonçalves (2009) lançou luz sobre as origens do movimento antitabagista brasileiro a partir da década de 1950. Tal década marcou a divulgação de conteúdos relativos a dados de pesquisas inglesas e estadunidenses em revistas médicas brasileiras, como *Brasil-Médico* e *Revista Brasileira de Medicina (RBM)*, que relacionavam o tabagismo ao câncer de pulmão. Esses textos eram assinados por médicos fisiologistas/pneumologistas, como Edmund Blundi e José Silveira, importantes lideranças da luta contra o hábito de fumar no Brasil. Como demonstrou a pesquisa, a constituição do coletivo antitabagista passou pela divulgação contínua de matérias e promoção de campanhas de conscientização relativo aos males do hábito em periódicos, como *Jornal Brasileiro de Medicina* na década de 1970 e 1980 – conscientizando os médicos da causa –, ocupação gradual de cargos legislativos no Congresso Nacional e em órgãos da saúde pública federal. Agregou-se a esses o apoio religioso, destacando-se a atuação de médicos adventistas, favorecendo a formação de associações com a finalidade de enfrentamento

do hábito. Por fim, em um contexto de retorno à democracia e de transformações na saúde pública brasileira, em que as doenças crônico-degenerativas começaram a se tornar uma preocupação estatal, o coletivo conquistou o reconhecimento de sua luta com a Portaria 655/GM, que formou o Grupo Assessor ao Ministério da Saúde para o Controle do Tabagismo no Brasil (GACT), com a presença de vários de seus integrantes, responsável pelo Programa Nacional de Combate ao Fumo (PNFC) em 1986 (GONÇALVES, 2009). Além dessa pesquisa, o historiador também produziu análises sobre a trajetória da campanha estatal, enfatizando como essas ações se apropriaram e divulgaram o conhecimento médico-científico à população, sobretudo aos fumantes, entre 1986 e 2005, ano de ratificação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco (CQCT), que se configura como tratado internacional de saúde pública sobre o tema que sinaliza aos signatários o compromisso de redução do consumo de tabaco e, por consequência de seus impactos sobre a saúde pública (GONÇALVES, 2005). A esses se junta *Entre manuais e artigos: campanhas para o público leigo sobre o fumo e seus males no Brasil na primeira metade do século XX*, produzido com Deyse Marinho de Abreu sobre a circulação de conhecimentos sobre males atribuídos ao fumo em revistas leigas – realçando os seus vínculos com o conhecimento dos manuais médicos –, anteriores a sua relação com o câncer do pulmão na década de 1950 (GONÇALVES; ABREU, 2011). Em “Fume se quiser, mas...”: A atuação do Serviço Nacional de Educação Sanitária a partir da questão do tabagismo (1942-1967), com a parceria de Bráulio Silva Chaves, analisaram como se deu a atuação do Serviço Nacional de Educação Sanitária entre 1942 e 1967 em relação a questão, privilegiando cartilhas e o divulgado em suas edições de almanaques, verificando como o conhecimento médico-científico foi apropriado ao longo dos novos dados, e simplificado (GONÇALVES; CHAVES, 2010). Por fim, em parceria com Tiago Alves Jaques, foram produzidos artigos relativos à influência dos Relatórios Terry (1964) e do RCP (1962) nas raízes da mobilização contra o hábito de fumar na década de 1960 e sobre o surgimento e estabelecimento do Programa Nacional de Combate ao Fumo no Brasil (1985-1998) (GONÇALVES; JAQUES, 2009, 2011).

Considerando as contribuições de Gonçalves (2005, 2009), Jaques (2010), em sua dissertação de mestrado *Impasses e estratégias: convenção-quadro e controle do tabagismo no Brasil (1986-2005)*, examinou como se deu a construção da CQCT, liderada pela OMS, a partir de 1999, contando com a contribuição ativa brasileira, até 2003, ano de sua conclusão. Tal protagonismo se daria pelo acúmulo de avanços nas campanhas e legislação contra o hábito, desde 1986, ano de criação do PNFC. Embora o país tenha exercido papel destacado no processo, a ratificação do

tratado só se deu em 2005 no âmbito do Governo Federal, por meio do Decreto Legislativo nº 1.012. Tal dificuldade resultou da polarização entre grupos favoráveis, especialmente instituições de saúde lideradas pelo Inca (Instituto Nacional do Câncer), e opositores ligados aos interesses dos fumicultores, como a Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil) – alicerçado na posição como maior exportador de tabaco do mundo, além da influência da sociedade civil no processo decisório (JAQUES, 2010). Desse trabalho derivou o artigo *Controle do Tabagismo no Brasil, da Década de 1980 aos primeiros anos do século XXI* (2011), em que debruçou sobre o avanço da legislação sanitário-restritiva sobre o fumo no âmbito federal do Brasil e como essa se sincronizou com o processo de elaboração da CQCT na OMS e com novas descobertas científicas sobre o tema. Em outra publicação daquele ano, esse recorte foi aprofundado em *Legislação e Controle do Tabaco no Brasil entre o Final do Século XX e Início do XXI*, escrito em parceria com Luiz Antônio Teixeira (JAQUES, TEIXEIRA, 2011a). Dessa parceria adveio outros trabalhos, como *Do Usos e Abusos do Cigarro – o hábito que se tornou vício*, que fundamentado em bibliografia esparsa sobre o tema, traçou um breve histórico dos usos e consumo do tabaco, realçando a sua gradativa transformação em problema de saúde pública, configurando o tabagismo como doença e epidemia (JAQUES, TEIXEIRA, 2011b). Outra contribuição dos autores é o catálogo da exposição *O controle do tabaco no Brasil: uma trajetória* (2012), que faz interface com a bibliografia por eles produzida e as fontes imagéticas contidas em seu corpo. Ademais, Teixeira foi um dos organizadores de *Luta contra o tabaco no Brasil: 40 anos de história* (2022). Fruto do *Seminário de Testemunhas Quatro Décadas de História do Controle do Tabaco no Brasil*, realizado em 2018, na Fiocruz., a obra se define como exposição “de memórias, realizações e perseveranças contidas nesse caminho, com riqueza de detalhes, a partir do testemunho vivo dos que, direta ou indiretamente, ainda estão escrevendo essa história” (TEIXEIRA et al., 2022, p. 8).

Recentemente a situação do fumante foi problematizada em *Riscos à saúde: fumaça ambiental do tabaco – pontos para um debate* (2010). Entre os artigos que compõe a coletânea – cuja autoria, em sua maioria, é de médicos e sociólogos –, destaca-se a problematização do discurso antitabagista – principalmente o moralizante, que seria o fundamento primordial das campanhas de saúde pública e legislações sobre o tema –, sugerindo que esse qualifica o hábito como uma falta, promovendo a culpabilização do fumante pela sua condição e pela do “fumante passivo”, isolando-os socialmente, estigmatizando-os. Por outro lado, é apontado que essas campanhas têm colaborado para eliminar as formas de sociabilidades ligadas ao hábito, como as conversas em locais regados a café e ao fumo. Em seu conjunto, os artigos buscam evidenciar uma tensão

liberdade individual (direito de fumar) e responsabilidade social (direito dos não fumantes à saúde) (VERAS et al, 2010).

No tocante a inserção dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEF) na história do tabagismo, destaca-se “A evolução do tabagismo - do convencional ao eletrônico”, de Livia Akemi Ramos Takahashi et al. (2024). De início, a data do trabalho sinaliza o quão recente é esse capítulo na trajetória do hábito de fumar. Como linha de continuidade histórica, a análise sinaliza a dependência causada pela nicotina nos dispositivos tradicional e no eletrônico patenteado pelo estadunidense Herbert A. Gilbert em 1963. A invenção prometia a substituição do tabaco queimado – considerado o principal vilão da proliferação do câncer de pulmão e outros males à saúde nas pesquisas da época, assimilados por relatórios de autoridades da saúde – por um vapor aquecido e aromatizado. A popularização do dispositivo veio a partir de 2003 – ano da concretização da citada CQCT –, com o desenvolvimento do modelo moderno pelo farmacêutico chinês Hon Lik. Esses artefatos, frequentemente apresentados como alternativa menos nociva, introduzem mudanças importantes ao incorporar tecnologia e diversificar formas de consumo. Entretanto, herdaram permanências históricas, como a citada dependência de nicotina, as estratégias de mercado e as controvérsias científicas. Além disso, novos riscos vêm sendo descobertos, como a EVALI, lesão pulmonar associada ao uso de cigarros eletrônicos e reconhecida a partir de 2019. Tal dano evidencia que os impactos desses produtos ainda não são totalmente compreendidos. Dessa forma, os autores realçaram que a trajetória do tabagismo demonstra que, embora haja inovações tecnológicas, com protagonismo industrial e propagação de certo charme do hábito, o desafio permanece contínuo, exigindo ações integradas de conscientização, regulação e pesquisa, a fim de proteger a saúde pública e enfrentar um problema que se reinventa ao longo do tempo, configurando ciclos que se repetem (TAKAHASHI et al., 2024).

Dos trabalhos visitados, sugere-se que uma metodologia que pode favorecer pensar o quadro informado por Takahashi et al. (2024) são as noções de translação (ou tradução) de interesses e de fluxo sanguíneo da ciência propostas por Bruno Latour (2001). Este último se constitui pelos circuitos da mobilização de mundo (instrumentos), autonomização (colegas, coletivo científico), alianças (aliados de outras esferas sociais), representação pública (mídia) e vínculos e nós (a questão ou até objeto que amarra os demais círculos). Assim, o que se segue considerou esse aporte teórico.

Apontamentos para a escrita desse novo capítulo no Brasil

No tocante aos marcos temporais, o levantamento de conteúdos na imprensa e na legislação pode contribuir para pensar como esses dispositivos eletrônicos foram introduzidos, regulamentados e quando passaram a ser alvo de restrições sanitárias. Ainda em relação a esse último tópico, projetos de leis propostos no Congresso Nacional, documentos originários de instâncias da saúde pública, como os produzidos pelo INCA, e peças campanhistas podem se juntar ao corpus documental para o seu melhor adensamento. Aliás, artigos e textos produzidos por médicos podem colaborar para refletir como esses artefatos foram abarcados pelo discurso antitabagista. Considerados esses apontamentos, em rápida busca pela internet, encontramos como marco importante para a regulamentação e restrição dos usos dos DEFs a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 46, de 28 de agosto de 2009, da Anvisa, que proibiu “a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico” (BRASIL, 2009). Segundo o seu conteúdo, a norma tinha como fundamentos a Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que atribui à agência a função “de promover a proteção da saúde da população, com a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, inclusive cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco” e a CQCT (BRASIL, 1999). A restrição tinha como um de seus focos os DEFs “que aleguem substituição de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo e similares no hábito de fumar ou objetivem alternativa no tratamento do tabagismo” e evitar o acesso de criança e adolescentes a esses. De qualquer forma, a possibilidade de liberação do uso de algum desses aparelhos dependeria “da apresentação de estudos toxicológicos e testes científicos específicos que comprovem as finalidades alegadas”. O rigor científico da análise do pedido é reforçado quando se assevera que:

o estudo toxicológico e os testes mencionados no caput deste artigo devem ser conduzidos em conformidade com protocolos e métodos científicos internacionalmente reconhecidos e aceitos, acompanhados da avaliação de risco de agravo à saúde do usuário e a comprovação da não contaminação do ambiente com compostos tóxicos (BRASIL, 2009).

Em 2024, após atualização dos conhecimentos científicos produzidos sobre o tema, a legislação foi mantida (BRASIL, 2024). Na notícia sobre a decisão – *Anvisa atualiza regulação de cigarro eletrônico e mantém proibição* – é possível o pesquisador ter acesso aos votos e seus fundamentos dos membros dos integrantes da Diretoria Colegiada da agência sanitária. De 2009 até a decisão, o tema percorreu o seguinte caminho na Anvisa:

- Agosto de 2009: RDC 46/2009 proibiu os dispositivos eletrônicos para fumar no país.
- Inclusão na Agenda Regulatória 2017-2020. Migração para a Agenda Regulatória 2021-2023. A Agenda Regulatória aponta os temas que serão discutidos pela Anvisa em um determinado período.
- Abril de 2018: painel para discussão sobre os DEFs na sede da Anvisa, em Brasília.
- Junho de 2019: abertura do processo regulatório para discussão sobre os DEFs.
- Agosto e setembro de 2019: realização de duas audiências públicas, uma em Brasília e outra no Rio de Janeiro.
- Setembro de 2019: emissão de alerta diante dos relatos de eventos adversos com usuários, especialmente nos EUA.
- 2020: contratação, pela Anvisa, de revisão sistemática e de pareceres independentes.
- 2021: realização de consultas dirigidas ao setor produtivo, Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e pesquisadores da área.
- Julho de 2022: aprovação do Relatório de Análise de Impacto Regulatório sobre o tema, com indicação de consulta pública. [...]
- 1º dezembro de 2023: aprovação de realização de consulta pública. [...]
- 12/12/2023 a 9/2/2024 - realização de consulta pública (BRASIL, 2024).

Na esfera do Congresso Nacional, uma amostra de projetos de lei sobre o tema pode ser encontrada na pesquisa de propostas legislativas no site da Câmara Federal de Deputados. Na pesquisa simplificada, tendo como termo de busca “cigarros eletrônicos”, foram identificadas 37 proposições de leis. A primeira proposta veio a luz pelo PL 2142/2015, da Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP), cuja ementa proibia

em Âmbito Nacional, a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebida alcoólica, bem como todo e qualquer produto fumígeno, derivado de tabaco, cigarro eletrônico, ainda que gratuitamente, próximo as Escolas, creches e instituições de Ensino, sejam Públicas ou privadas, e dá providências correlatas (BRASIL, 2015).

No Senado, por exemplo, encontrou-se 4 projetos de lei entre 2018 e 2025. Fundamentando-se na citada resolução da Anvisa, o PLS 473/2018, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira (PP-PI), propunha a inclusão dos variados tipos de DEFs no Art. 3º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que impôs restrições ao uso e à propaganda de produtos derivados do fumo

(BRASIL, 2018). Por outro lado, no tocante a sugestão de ideias legislativas, verificou-se 29 sugestões.

Quanto a presença do tema na imprensa, uma amostra pode ser levantada na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Com a expressão “cigarro eletrônico”, foram encontradas 62 ocorrências para o período 2000-2026¹. Por sua vez, a imprensa especializada é um importante *locus* para a apuração de posicionamentos nos campos da saúde. Fontes podem ser levantadas, por exemplo, nas páginas da Associação Médica Brasileira (AMB), que hospeda edições do *Jornal Brasileiro de Medicina (JAMB)* a partir de 2000, Conselho Regional de Medicina (CRM), Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), expresso no *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, disponível na plataforma *Scielo*. Além desse periódico, outros 10 artigos, publicados entre 2021 e 2026 com a expressão “dispositivos eletrônicos para fumar” são encontrados em uma das principais plataformas de divulgação científica brasileira². Soma-se a esses as publicações sobre o tema no INCA, como *Prevenção: cigarro eletrônico ganha cada vez mais adeptos, que muitas vezes ignoram seus malefícios à saúde*, artigo presente na revista *Rede Câncer* de dezembro de 2014. Aliás, este instituto colabora com Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, que também disponibiliza fontes em seu repositório. Por fim, não se pode esquecer da Biblioteca Virtual em Saúde, do Ministério da Saúde, em que documentação sobre o tema pode ser também levantada.

De sintomas aos interesses prejudiciais à saúde do fumante

No levantamento realizado, algumas questões têm se impondo no debate entre os defensores e os opositores da prática do uso dos cigarros eletrônicos. Pelo lado dos primeiros, alegou-se que as substâncias cancerígenas, identificadas no tabagismo, como o alcatrão, não se encontravam presentes nos DEFs.

Por não provocar combustão, o vapor não produz monóxido de carbono nem alcatrão, substâncias liberadas na queima do tabaco. [...] Presente na fumaça do tabaco, o alcatrão é uma mistura complexa de mais de 4 mil substâncias, sendo

¹ Dados levantados em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/2718272/>, em março de 2026.

² A plataforma sinaliza a existência de duas publicações na *Revista Brasileira de Cancerologia*, e de igual quantidade nos periódicos *Saúde e Sociedade*, *Revista Brasileira de Epidemiologia* Métricas e Cadernos de Saúde Pública. Uma publicação é verificada em Arquivos Brasileiros de Cardiologia e, também, no *Journal of Human Growth and Development*.

várias delas, comprovadamente, cancerígenas ou classificadas como resíduos tóxicos. Entre outros malefícios, o alcatrão provoca obstrução dos pulmões e perturbações respiratórias, sendo um dos componentes de maior toxicidade do cigarro convencional. Além disso, é apontado como uma das causas da dependência do tabaco e acusado de provocar várias doenças associadas ao seu consumo, como câncer de pulmão e enfisema pulmonar (INCA, 2014, p. 17).

O fato de portarem nicotina, sem as substâncias de tendência cancerígenas, promoveram esses aparelhos a aliados no tratamento para o abandono do tabagismo, favorecendo a um fumar “mais saudável”. Em 2014, era registrada a seguinte observação no verbete “cigarro eletrônico”, na Wikipedia:

Apesar de os efeitos de seu uso na saúde não serem totalmente conhecidos no campo científico, vários estudos têm demonstrado que este dispositivo apresenta enormes vantagens em relação ao cigarro de tabaco, pois, justamente por não possuir tabaco ou combustão, apresentando somente a nicotina, traz uma série de benefícios (INCA, 2014, p. 17).

Ainda que pudessem trazer algum efeito adverso, os benefícios compensariam aos fumantes estarem livres das doenças atribuídas ao tradicional cigarro de tabaco, a partir do uso controlado da nicotina (MARTINS, 2016). Contudo, aqui residia o calcanhar de Aquiles da nova modalidade de fumar. Em publicação de 2021, *Cigarros Eletrônicos – O Que Já Sabemos? O Que Precisamos Conhecer?*, a Comissão de Combate ao Tabagismo – AMB e outros colaboradores, informava:

As concentrações de nicotina nos primeiros modelos de DEF variavam entre 0,2 a 2 mg/ml equivalente a 2.4%. No cigarro eletrônico no formato de pendrive, a concentração de nicotina alcança 59 mg/ml (5%) propiciando intenso e rápido prazer, o que gerou uma explosão nas vendas (aumento de 600% em 2016 e 2017), tornando-se o produto dominante do mercado de DEF nos EUA [...] A “corrida armamentista de nicotina” levou seus concorrentes a lançarem concentrações muito mais elevadas, chegando a 7% de nicotina. Contudo, em 2018, os fabricantes do cigarro eletrônico no formato de pendrive lançaram no mercado dispositivos para recarga dos cartuchos – os “pods” com concentrações mais baixas, contendo 35 mg/ml (3%) 8. Cada pod do cigarro eletrônico no formato de pendrive contém 0,7 ml de e-líquido com nicotina, possibilitando 200 tragadas, similar, portanto, ao número de tragadas de um fumante de 20 cigarros convencionais. [...] Os rótulos dos pods não descrevem a quantidade de nicotina, que aparecem apenas na forma de percentual, ou seja, 3% e 5%. Os valores menores levam à falsa percepção de menor quantidade e, portanto, menor dano 9. Além da nicotina, os pods contêm uma mistura de glicerol, propilenoglicol, ácido benzoico e flavorizantes. Esses pods podem ser manipulados e preenchidos com outras substâncias como o tetrahidrocanabinol (THC) - principal substância psicoativa da maconha (AMB *et al.*, 2021, p. 3-5).

Os dados indiciam a transição dos DEFs, como apoio terapêutico ao livramento do vício do tabagismo, para um novo nicho de lucro empresarial, advindo, principalmente, da disseminação do hábito entre os mais jovens:

Apresentações *high tech* e o vapor “lúdico” emitido pelos e-cigarros exercem forte atração e convite à experimentação pelos adolescentes e adultos jovens. Associado a esses fatores há os sais de nicotina e os atrativos flavorizantes. Essa associação eleva muito o risco de iniciação, com chance de desenvolver maior dependência à nicotina. Estudo recente mostra que os jovens foram quatro vezes mais propensos a experimentar cigarros e três vezes mais propensos a fumar se eles usaram cigarros eletrônicos anteriormente (AMB *et al.*, 2021, p. 6).

A isso se agregam os novos riscos à saúde ainda desconhecidos, a despeito de os estudos estejam em evolução:

A literatura científica indica que os cigarros eletrônicos não são isentos de risco, mas expõem usuários a níveis muito menores de tóxicos relacionados à combustão quando comparados ao cigarro tradicional. Relatórios internacionais, como os do Royal College of Physicians, da Cochrane e do Office for Health Improvement and Disparities (Reino Unido), sugerem que esses dispositivos podem desempenhar um papel importante na redução de danos do tabagismo para adultos fumantes que substituem completamente o cigarro convencional. Entretanto, persistem incertezas quanto aos efeitos de longo prazo, devido ao uso relativamente recente em larga escala (CIGARRO ELETRÔNICO, 2026).

Entre esses há um maior consenso maior sobre a aludida EVALI. Contudo, os defensores sinalizaram que tal mal seria consequência de dispositivos ilegais contendo THC adulterado (CIGARRO ELETRÔNICO, 2026). Esse cenário de dúvida tem resultado em respostas governamentais diversificadas: “alguns governos, como o Reino Unido e a Nova Zelândia, incorporam os dispositivos em estratégias de cessação do tabagismo, enquanto outros adotam restrições rígidas ou proibições de comercialização” (CIGARRO ELETRÔNICO, 2026). Como visto, no Brasil prevalece a legislação restritiva da Anvisa e a tramitação de projetos de leis. Contudo, isso não tem impedido o acesso da população aos DEFs em sites de marketplace e outros meios paralelos (contrabando).

Para finalizar, outros argumentos contrários aos dispositivos são verificados em campanhas levadas a cabo pelo governo e entidades médicas e defensoras da saúde pública. Fundamentado no posicionamento do INCA, em 2019, é produzida a campanha *Não se deixe enganar pelas novidades - Dispositivos eletrônicos para fumar também matam*, reprisada em 2022. Além de detalhas tecnicamente os dispositivos, a campanha comparava os possíveis riscos à saúde ocasionado pelos DEFs aos do tabagismo, em uma coluna própria:

QUAIS OS RISCOS À SAÚDE?

Existe uma falsa ideia de que os Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs) façam menos mal à saúde do que os cigarros convencionais, mas isso não é verdade. Estudos mostram que os níveis de toxicidade podem ser tão prejudiciais como os do cigarro convencional, já que combinam substâncias tóxicas com outras que, muitas vezes, apenas mascaram os efeitos danosos. Os DEFs oferecem muitos riscos à saúde, como dependência, doenças respiratórias agudas (Evali) e cardiovasculares, podendo também causar câncer. Não há evidências científicas que indiquem seu uso para parar de fumar. Cuide de sua saúde. Não caia em modinhas! É importante saber que a importação, propaganda e a venda (incluindo pela internet) desses produtos são proibidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O uso destes produtos em ambientes coletivos fechados, assim como o de demais derivados do tabaco, é proibido em todo o território nacional (INCA, 2022).

Por sua vez, em 2022, a AMB promoveu com a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) a campanha *Não se engane: cigarro eletrônico é cigarro*, cuja ênfase se assemelhava a oficial, “conscientizando sobre o uso e comercialização de DEFs (APM, 2022). Ousado foi o esforço campanhista levado a cabo pelo CETAB, em parceria com a em parceria com a STOP (*Stopping Tobacco Organization*) e a Nova/sb, a partir de 2023. Para além da descrição das variantes tecnológicas dos DEFs e dos riscos à saúde, a campanha indicava a existência de aliados da indústria na política, medicina, cultura e outras instâncias sociais.

Considerações finais

O exercício realizado sugere que a temática se apresenta como objeto viável à pesquisa histórica, em interdisciplinaridade com a Medicina, Saúde Pública, Filosofia e Sociologia da Ciência e Tecnologia, importantes disciplinas que colaboram para as análises no campo da História da Saúde e das Doenças. Como marcos temporais, se o foco inicial recair sobre aspectos tecnológicos, as datas de criação dos DEFs, como o invento do estadunidense Herbert A. Gilbert em 1963 ou pelo farmacêutico chinês Hon Lik em 2003, são as mais indicadas. Por sua vez, a RDC Anvisa 46/2009 e o PL 2142/2015, são importante balizas quando se considera o cenário brasileiro. O reconhecimento científico da EVALI, em 2019, estaria presente em ambos os caminhos de pesquisa. Aliás, outra questão importante que impacta na definição da escolha dos marcos é definir se a controvérsia vai integrar a história do tabagismo e/ou do hábito de fumar e/ou da luta antifumo.

No tocante ao marco teórico, as citadas noções de Latour (2001) sugerem pensar a controvérsia em torno dos DEFs como vínculo e nós de um fluxo sanguíneo que reúne os atores citados ao longo do texto. De forma breve, a autonomização reuniria atores da AMB, INCA, Fiocruz e SBPT, favorecendo a formação de um coletivo científico sobre a questão; a mobilização de mundo abarcaria instrumentos laboratoriais, métodos e substâncias, como a nicotina, que sinalizariam a EVALI; a representação pública reuniria as campanhas de saúde pública realizadas pelo INCA, AMB e CETAB e os conteúdos publicados na imprensa de massa; e, por fim, as alianças, que poderiam reunir políticos, instâncias federativas governamentais da saúde pública entre outras e outros atores não arrolados nos circuitos anteriores.

Em relação ao corpus documental disponível para a pesquisa, o levantamento também sinaliza viabilidade de acesso, uma vez as fontes se encontram em meios digitais gratuitos. Fontes sobre o mercado paralelo desses dispositivos, as posições de seus defensores e o uso crescente pela juventude também podem ser encontrado digitalmente.

Por fim, os subsídios arrolados sinalizam como possibilidades de pesquisa para a temática o desenvolvimento tecnológico do fumar e respostas da indústria; o hábito de fumar - de ato elegante à questão de saúde -; antifumo e seus fundamentos morais e científicos; formulação de leis e políticas de saúde pública; e a questão dos DEFs como campo em disputa.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Anvisa. **Anvisa atualiza regulação de cigarro eletrônico e mantém proibição.**

Brasília, Anvisa, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2024/>

anvisa-atualiza-regulacao-de-cigarro-eletronico-e-mantem-proibicao. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Anvisa. **Resolução nº 46, de 28 de agosto de 2009** – Proíbe a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico. Brasília, MS/Anvisa, 2009. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/res0046_28_08_2009.html. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999** – Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1999. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19782.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2142, de 2015.** Proíbe em Âmbito Nacional, a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebida alcoólica, bem como todo e qualquer produto fumígeno, derivado de tabaco, cigarro eletrônico, ainda que

gratuitamente, próximo as Escolas, creches e instituições de Ensino, sejam públicas ou privadas, e dá providências correlatas. Brasília, Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1548557>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2018**. Inclui o art. 3º-D na Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a comercialização, a importação e a publicidade de dispositivos eletrônicos fumígenos. Brasília, Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/134787>. Acesso em: 10 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA et al. Cigarros eletrônicos – **O que já sabemos? O que precisamos conhecer?**. São Paulo, AMB, 2021. Disponível em: https://amb.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Afinal_o_que_sao_os_cigarros_eletronicos.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. **AMB e SBPT promovem campanha contra o uso de cigarro eletrônico**. São Paulo, APM, 2022. Disponível em: <https://www.apm.org.br/amb-e-sbpt-promovem-campanha-contra-o-uso-de-cigarro-eletronico/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

BOEIRA, Sérgio Luís. **Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajaí: Editora Univali, 2002.

CIGARRO Eletrônico. In: **Wikipedia**, a enciclopédia livre. São Francisco, EUA: Wikimedia Foundation, 2026. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cigarro_eletrônico. Acesso em: 18 mar. 2026.

GONÇALVES, Huener Silva. **Antitabagismo no Brasil: da mobilização da comunidade médica à política de saúde pública (1950-1986)**. 2009. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/b895910b-18e1-42c0-abdf-2016b24e0f47/content>. Acesso em: 18 mar. 2026.

_____. “O Ministério da Saúde adverte”: o discurso médico-científico incorporado às ações do Estado brasileiro (1986-2005). 2005. Monografia (Bacharelado em História). Fafich, UFMG, Belo Horizonte.

_____.; ABREU, Deyse Marinho. Entre manuais e artigos: campanhas para o público leigo sobre o fumo e seus males no Brasil na primeira metade do século XX. **Fronteiras: Revista de História**. v.13, p. 127-145, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/995>. Acesso em: 18 mar. 2026.

_____.; CHAVES, Bráulio Silva. “Fume se quiser, mas...”: A atuação do Serviço Nacional de Educação Sanitária a partir da questão do tabagismo (1942-1967). In: XVII Encontro Regional de História: Conhecer, Pesquisar e Ensinar História - O Lugar do Conhecimento no Mundo Contemporâneo, 2010, Uberlândia. **Anais do XVII Encontro Regional de História: O Lugar do Conhecimento no Mundo Contemporâneo – Conhecer, Pesquisar e Ensinar História**. Uberlândia: Anpuh MG, 2010.

_____.; JAQUES, Tiago Alves. “Agora é oficial”: a influência dos Relatórios Terry (1964) e do RCP (1962) nas origens da luta contra o tabagismo no Brasil (década de 1960).

In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). **Uma História Brasileira das Doenças**, vol. III. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, v.3, p. 315-336.

_____. O Ministério da Saúde adverte: Origem e consolidação do Programa Nacional de Combate ao Fumo no Brasil (1985-1998) In: XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética (CD-rom), 2009, Fortaleza. **XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética (CD-rom)**. Fortaleza: UFCE, 2009.

Instituto Nacional de Câncer - INCA (Brasil). Não se deixe enganar pelas novidades. Dispositivos eletrônicos para fumar também matam. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document/inc-cigarro_eletronico-folder_19mai2022_0.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

_____. Prevenção: cigarro eletrônico ganha cada vez mais adeptos, que muitas vezes ignoram seus malefícios à saúde. **Rede Câncer**, INCA, Rio de Janeiro, v. 28, p. 16-21, dez. 2014. Disponível em: <https://ninho.inca.gov.br/jspui/handle/123456789/15196>. Acesso em: 10 mar. 2026.

Jaques, Tiago Alves. **Impasses e estratégias**: Convenção-Quadro e controle do tabagismo no Brasil (1986-2005). 2010. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://actbr.org.br/uploads/arquivo/515_Impasses_Estrategias_CQCT.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

Latour, Bruno. “O fluxo sanguíneo da ciência”. In: _____. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001. p. 97-132.

Rosemberg, José. **Tabagismo**: sério problema de saúde pública. São Paulo, SP: Almed Editora e Livraria Ltda, 1987.

_____. **Temas sobre Tabagismo**. São Paulo, SP: Secretaria do Estado da Saúde, 1998.

_____. **Pandemia do Tabagismo**. Enfoques Históricos e Atuais. São Paulo, SP: Secretaria do Estado da Saúde, 2002.

Martins, Stella Regina (org.). **Cigarros eletrônicos: o que sabemos?** Estudo sobre a composição do vapor e danos à saúde, o papel na redução de danos e no tratamento da dependência de nicotina. Rio de Janeiro: INCA, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/tabaco/livro-cigarros-eletronicos-o-que-sabemos.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2026.

Takahashi, Lívia Akemi R. et al. A evolução do tabagismo – do convencional ao eletrônico. **Caderno Pedagógico**, 21(5), e4072. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/4072/2861>. Acesso em: 10 mar. 2026.

Teixeira, Luiz Antônio et al. (org.). Luta contra o tabaco no Brasil: 40 anos de história. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2022. Disponível em: https://ohs.coc.fiocruz.br/wp-content/uploads/2022/03/Livro_40anos_antitabagismo_comCAPAS_041121.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

_____; Jaques, Tiago Alves. Legislação e controle do tabaco no Brasil entre o final do século XX e início do XXI. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 57, p. 295-304,

2011a. Disponível em:

<https://ohs.coc.fiocruz.br/artigo/legislacao-e-controle-do-tabaco-no-brasil-entre-o-final-do-seculo-xx-e-inicio-do-xxi/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

_____; _____. Dos usos e abusos do cigarro: o hábito que se tornou vício. In: 1ª Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos da 1ª Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**, 2011b. Disponível em:

<https://historiadocancer.coc.fiocruz.br/images/site/pdfs/dos%20usos%20e%20abusos%20do%20cigarro.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

_____; Porto, Marco Antônio Teixeira. O controle do tabaco no Brasil: uma trajetória. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/exposicao_controle_tabaco_brasil_trajetoria.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

Veras, Renato Peixoto et al. (Org). **Riscos à saúde: fumaça ambiental do tabaco – pontos para um debate**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Unati, 2010. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/280945420_Riscos_a_saude_fumaca_ambiental_do_tabaco_-_pontos_para_um_debate. Acesso em: 10 mar. 2026.

O cavalo é um integrante do meio ambiente: uma análise do manejo dos equinos do regimento de cavalaria de Cachoeira do Campo (MG), entre 1819 a 1822.

Luana Bisterço Mendonça Romão
Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
lbisterco@gmail.com

Resumo: Tradicionalmente, a escrita da história foi orientada pelas ações humanas e suas perspectivas. Nesse sentido, a história dos animais vem rompendo com a visão antropocêntrica, propondo um novo olhar sobre as relações entre humanos e natureza, no qual os animais são considerados agentes históricos. Diante dessa perspectiva, a noção de raça equina tinha uma perspectiva influenciada pela criação de cavalos de raça, sobretudo em Portugal. A busca por bons cavalos expandiu fronteiras nacionais, e abarcou diversas regiões como o Brasil. Nesse sentido, a presente pesquisa investiga os equinos como agentes históricos ativos no território da província de Minas Gerais, sobretudo na Coudelaria Real de Cachoeira do Campo, no início do século XIX, com foco no período entre 1819 e 1821. Com isso, o uso frequente de correspondências e registros em Minas Gerais, evidência em documentos governamentais do século XVIII e XIX, a preocupação com a saúde desses animais, o melhoramento de raças nobres, bem como a saúde e manejo desses cavalos.

Palavras-chave: Cavalos; raça; animais.

Introdução

March Bloch, historiador francês, em sua obra "Apologia da história ou o ofício do historiador", relatou que o objeto da história por natureza, são os homens, e que por trás de grandes vestígios da paisagem, são esses homens que a história gostaria de capturar (BLOCH, 2002. p. 54). Os escritos de Bloch, revelam como a historiografia, por muito tempo, permeou sobre as ações do ser humano, seus desejos e formas de enxergar o mundo. Bloch completa sua ideia: "Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça" (BLOCH, ANO. p. 54), propôs então que o historiador devesse agir atrás dos rastros humanos, indo de encontro com seu objeto de estudo. No entanto, Bloch, ao usar o termo farejar e caçar, como ofício de um historiador, de modo não intencional, recorda-nos a ações realizadas para outro tipo de vida além humana, os animais.

Esses seres estiveram o tempo todo na história do mundo, bastava uma percepção fora do antropocentrismo nos vestígios documentais, que encontra-se ali a presença do animal. No Brasil, em 1560, o padre José de Anchieta é um exemplo de encontro do homem com os animais na história. Em carta escrita para o padre Geral, Anchieta descrevia coisas que admiravam-o, como insetos, aves, mamíferos, peixes e outros elementos da fauna e flora brasileira: "Nascem entre taquaras certos bichos roliços e compridos, todos brancos, aos quais os índios chamam de *rahú*, e costumam comer assados e torrados[...] serve não só para amolecer o couro, mas também para comer-se (CARTA DE SÃO VICENTE, 1560. p. 27).

O ato de relatar descrições sobre os animais e seus usos, dentro de um contexto e temporalidade, como fez Anchieta, é um dos casos que se pode encontrar vestígios animais na história. Com isso, a caça que refere-se Bloch, não pode ser remetida somente aos rastros deixados pelo homem. Segundo Étienne Benson (2011) os vestígios não são somente deixados por ações humanas, uma vez que escrever sobre a história da humanidade, é também escrever sobre os animais.

Benson, também enxerga a ação do historiador como uma caça e caçador, mas dessa vez, com a perspectiva voltada para a caça dos animais, e o que o caçador pode aprender com os vestígios dos animais. Assim, o autor refere-se ao historiador que busca os vestígios animais: "Enquanto o caçador bem sucedido retorna para casa com o corpo da presa, o historiador retorna com uma explicação plausível e interessante de mudança ao longo do tempo" (BENSON, 2011. p. 10).

Diante disso, documentar a vida dos animais não é uma tarefa fácil, uma vez que vastas documentações, deixaram explícitas o seu limite ao homem, e por isso, é necessário olhar nas entrelinhas, e enxergar a possibilidade da história dos seres além humanos. Logo, ao revisar os cenários da humanidade, o cavalo foi um animal que divide o palco com os homens, e com os humanos, seja ele em vestígios deixados por suas pegadas nas estradas de terra, ou nas linhas documentadas pelos humanos

. Explorar terrenos, transportar pessoas e cargas, auxiliar na agricultura, fez do cavalo um aliado nas transformações da sociedade. Assim, na medida que o cavalo auxiliou no cotidiano do homem, passou a ser igualmente explorado pelo homem para atender suas demandas, sobretudo devido a sua morfologia adaptável, como o transporte. (ADELMAN e BOSCATTI, 2020. p. 222)

Por isso, o presente artigo visa analisar os nobres cavalos do Regimento de Cavalaria de Cachoeira do Campo - MG, e a forma como esses eram vistos para além de meios de transporte. Para exercerem as atividades na cavalaria de Cachoeira do Campo ao lado dos militares, esses cavalos eram escolhidos e manejados de forma rigorosa, criando assim, cavalos de raça. Para isso, foram escritas por D. João VI, cartas régias que ordenam manejos específicos para melhoria da criação da raça cavalar, além de registros comerciais da compra desses animais, ambos disponibilizados no Arquivo Público Mineiro. Essa documentação é primordial para reconstrução do cenário de Minas Gerais no século XIX, mas dessa vez com foco nos equinos da cavalaria.

Para além do território brasileiro, manejar e criar cavalos era uma atitude compartilhada por outras regiões, como Portugal, resultando em tratados equestres e veterinários que debruçaram-se sobre a criação desses animais de raça. Esses tratados para além das fronteiras do Brasil, aliados com as cartas régias e registros brasileiros oferecem uma documentação que busca responder a seguinte questão: Como os cavalos eram vistos pelo Regimento Regular de Cavalaria de Minas Gerais, em Cachoeira do Campo?

Com intuito de buscar respostas para a indagação, e contribuir com a história dos animais, o presente texto é dividido em três partes. O primeiro momento trata sobre os significados de poder e posição social que aliar-se a um cavalo, ou criar um bom cavalo revelava, quando na verdade, a grande preocupação era o poder de controlar o outro. A segunda parte, analisa os cavalos dentro do serviço de cavalaria de Cachoeira do Campo, nos anos de 1819 á 1822. Por fim, amplia-se a escala de análise, para o território Português, em busca de compreender o espaço que os cavalos ocuparam, transformando sociedades e campos de estudos.

Os Cavalos: Poder e simbologia

Ao longo dos anos, os cavalos foram retratados como animais de tração, laborais e de alta admiração, e quase sempre acompanhados de um ser humano. Keith Thomas (1983), afirma que os manuais equestres, revelam que o cavalo não era só um modo confortável de transporte, era um espetáculo que simboliza o triunfo humano sobre uma "fera amansada". "O espetáculo de um fidalgo atemorizando um bicho feroz e cruel, "criava majestade e terror aos olhos das pessoas inferiores, ao contemplarem-no acima da marcha comum dos outros homens" (THOMAS, 1983. P. 35). Os escritos de Thomas, revelam o modo como o cavalo foi visto durante muito tempo

pelos homens: um ser controlável pelas ações humanas, e que torna da posição social a um homem.

Por isso, muitos escritos documentais deixados na história, revelam intrinsecamente a preocupação dos seres humanos, com o cavalo. Por exemplo, o chinês Han Feizi, deixou escritos datados no século III a.c, e ao tratar sobre descobertas arqueológicas do conjunto de guerreiros terracota, ressalta que era peças que tinham subitamente voltado a vida com homens e seus cavalos emergindo milagrosamente do solo (FEI T'ZU, 1964. p. 9) Por meio da lente da história animal, é possível enxergar os cavalos dividindo o espaço com o homem, seja em serviços, engrandecendo a figura de um homem, ou até ao lado de guerreiros terracota.

No Brasil, esse cenário não passa despercebido para quem atenta os olhos a todas as interconexões naturais. Na obra "História Média de Minas Gerais" (1918), o autor Diogo Luiz de Almeida Pereira Vasconcellos afirma: "Sabe-se que por lá só começava a ser gente si se podia ter cavalo". Essa era a linha que separava o homem do armento vulgar, que era a massa do povo sem representação nem direito" (VASCONCELLOS, 1918, p. 203). O impacto social que estar ao lado de um cavalo pode oferecer ao homem, é retrado na narrativa de Vasconcellos. Além disso, ao contar cenários da vida mineira no século XVIII, os equinos fazem parte do cotidiano, como uma figura essencial que elevou a visão do homem a um indivíduo admirado, "[...] Os ricos tornavam-se que nem os Infantes ou Marquises, com tanto que montados em ginetes de garbo com suas selas de velludo, xairéis agaloados, freios de prata" (VASCONCELLOS, 1918. p. 204).

Assim, apesar de suas múltiplas funções e contextos diferentes, o cavalo foi transformando-se em símbolo de distinção e da pureza racial. (ADELMAN; BOSCATTI, 2020. p. 226). Logo, atrelar-se a um bom cavalo, era um signo de notação social, assim obter e/ou criar bons cavalos foi uma das consequências de atribuir significados ao mesmo. Porém, é preciso ir além das fronteiras nacionais brasileiras para analisar os impactos que os equinos ofereciam na sociedade. Dom Duarte, rei de Portugal, deixou entre seus escritos legados a obra "O livro da Ensinança de bem cavalgar", escrita no século XV³. Essa é a primeira obra europeia, referente a arte de domar cavalos, porém publicada pela Biblioteca Real de Paris somente no século XIX. O rei afirmava que cavalgar era para moços de boa linhagem, destinados às leituras, escrituras e encaminhados para uma vida de virtudes (DUARTE, 1843. p. 104). Essa afirmação de Duarte

³ O livro não possui data comprovada de sua criação, uma vez que especula-se sua produção entre 1434 e 1438, porém publicado pela biblioteca nacional de Paris em 1843.

deixa explícito que a arte da colgadura – como era conhecida pelo autor – não era destinada a qualquer pessoa, nem classe social, cavalgar era para um grupo específico que seria reconhecido por isso. Para que essa arte pudesse ser bem feita, era necessário ter "boas bestas": É uma das boas práticas que se deve fazer para alcançar essa habilidade de cavalgar é ter, logo no começo, bons cavalos (DUARTE, 1843. p. 43). Esses bons cavalos eram aqueles sem malícia, bem admoestado de freio, cilha e estribeiras. Em seus escritos, é possível observar o uso de termos como "boas bestas", e "cavalos perigosos", para diferenciar tipos de cavalos existentes para arte de cavalgar. Os cavalos perigosos, eram mal vistos para a cavalgadura, uma vez que esses possuem malícias, como empinar, escoicear e correr em estribos (DUARTE, 1843. p. 45).

Os escritos do século XV de Duarte, revelam os atributos de valor e posição social presentes em meio aos homens. Por exemplo, montar em cavalos bons, e fazer bom feito da arte de cavalgadura, representava atributos de um homem de virtude. Segundo Fernando Maués (2001. p. 6) , a obra de Duarte estava distante de ser um livro sobre cavalos. O rei parecia não preocupar-se com os animais em si, mas sim com a nobre arte de cavalaria para praticar o poder sobre um nobre animal.

A capacidade discursiva da obra, cria um discurso de deveres que o homem deveria seguir para praticar o controle do nobre animal. Essa relação de amansamento e doma equina, criou laços entre os homens e os cavalos. Os homens, precisam aprender a arte de domar e cavalgadura, para terem ao seu lado bons cavalos, e ressaltaram-se no tecido social. Enquanto o cavalo, tinha em seus corpos visados pela possibilidade de montaria e manejo.

Esse tipo de relação, segue a lógica de agência recíproca, defendida por Carlos Alvarez Maia (2017. p. 453): [...] uma interação múltipla, dos agentes sociais entre si e do mundo que os cerca." Essa relação é como um fenômeno relacional e causal, que não se define somente pelas intenções dos seres humanos, como por exemplo, a intenção do homem em ser admirado por ser um nobre cavalo. O ser humano está habituado a entender o agenciamento como algo exclusivo dos homens, de tal modo que as ações do mundo natural passam despercebidas. (MAIA, 2017. p. 453). A proposta da agência recíproca, é de compreender uma sociedade intraligada em seus aspectos naturais, materiais e humanos, e isso pode incluir a agência dos animais. No entanto, uma agência recíproca em desequilíbrio, uma vez que existe relação entre o cavalo e homem, inclusive carregada de signos e atributos de poder, porém, em desequilíbrio, já que o cavalo é manso por ferramentas de doma, para ser controlado pelo homem.

Em contraste, é necessária uma semiótica sobre a relação entre humanos e animais. No entorno de um animal não humano, as sociedades humanas foram alteradas devido ao encontro com o cavalo (STWART. 2007. p. 282). “O próprio cavalo mudou por causa dessa relação – mudou como espécie em forma, tamanho, variedade, distribuição geográfica e demografia”(STWART. 2007. p. 283). Logo, as ações não são exclusivas do homem, havia ali um ser vivo, um animal, que ofereceu ao homem a possibilidade de criação de um cenário de cavalgadas e nobres animais, notoriamente desequilibrado. O homem na luz dos palcos, admirado por suas esbeltas bestas em que cavalgava, enquanto isso, o cavalo mantinha-se atrás da cortina, visto poucas vezes por sua agência.

Criar um bom cavalo é uma ideia sem fronteira

O cavalo operou ao lado do homem em diversos cenários da história. Junto a isso, o homem viu nos cavalos de raça a possibilidade de criar uma realidade que atendessem sua demanda. No entanto, Brett Walker (2016) afirma que existe uma relutância do ser humano em se juntar com seus primos animais, resultando numa devoção insistente do excepcionalismo humano. Ao abrir o leque para regiões além do Brasil, é possível observar por meio de escritas veterinárias essa realidade. Em 1320, Mestre Giraldo, médico veterinário português, encarregou-se de escrever o livro *Liuro dalueitaria pera quallquer besta que qujseres*, um dos mais antigos tratados de veterinária. Tal obra foi encomendada pelo rei Dom Dinis, e pautava sobre a medicina veterinária em cavalos, tais como tratamento de doenças de pele, ósseos, ou alimentação adequada.

Segundo Júnior (2020. p. 479) e Costa, o rei buscava criar uma hierarquização da figura do homem adaptada ao uso do cavalo como algo de valor ou qualificador: sob a supremacia das qualidades do cavalo, cuja singularidade possibilitou a manutenção da divisão da sociedade entre os nobres (cavaleiros) e os não nobres (peões).

Uma realidade semelhante a de criação de tratados médicos veterinários voltados ao interesse do homem, é a de Aritri Chakrabarti (2021), em seu manual de estudos animais pós coloniais, da ênfase na ideia de que medicina veterinária esteve centrada em temas antropocêntricos sobretudo na historiografia pós-colonial. Um exemplo dado pela autora é a contribuição de Saurabh Mishra (2012), a qual argumenta que na história da veterinária do Sul da Ásia, o foco era em cavalos aptos para o estabelecimento militar, assim foi moldado uma

orientação de práticas veterinárias para provar cavalos aptos a essa prática. (CHAKRABARTI, 2021. p. 333)

Em 1790, em Lisboa, o picador da picaria real, Manoel Carlos de Andrade de Almeida, escreveu a obra "Luz da liberal e nobre Arte da Cavalaria", encomendada pela rainha Maria I. O texto possui instruções sobre a construção da picaria real de Lisboa, a arte da equitação, além de minuciosas descrições sobre o tratamento com os cavalos reais.

As características físicas descritas dos corpos dos cavalos, revelam a preocupação que Portugal possuía na criação de animais de raça. Almeida descreve como um bom cavalo aquele que é:

Bem proporcionado em todas as partes de seu corpo, com boa cor, orelhas juntas uma da outra, e a membrana junto à cabeça, larga, direita [...] o pelo deve ser curto, lustrado, e fino, deve ser forte que deixe ver as ramificações das veias por toda cutis[...] Devem ter olhos grandes, claros, alegres, sem deformidades.[...] Os dentes devem ser claros e bem iguais: a boca estreita na largura dos queixos. (ALMEIDA, 1790. p. 36-37).

Estabelecer raças foi assunto explícito de Almeida, principalmente, nas qualidades que esses animais deveriam ter, para gerar novos potros que continuariam a linhagem de "bons cavalos". Além do físico, a saúde dos cavalos de raça importava, por esse motivo, descrições detalhadas sobre as partes internas e externas do animal eram realizadas. Das veias e artérias, até seus músculos e pelagens, importava para o documento de Almeida

Para além de Portugal, essa preocupação detalhada com os cavalos, também foi estudo do italiano Carlo Ruini ao publicar em 1559, "Dell Anatomia et dell'infermità del cavallo". O anatomista italiano discorre em seus capítulos o tratamento de doenças em cavalos, descrevendo sua anatomia interna e externa. Ao aproximar as obras a ilustração anatômica de um cavalo por Ruini (imagem 1), com a de Almeida (imagem 2), em Lisboa, observa-se uma semelhança:

Imagem 1: Anatomia de um cavalo e suas descrições.



Fonte: *Anatomia del cavallo, infermità, et suoi rimedii*. Disponível em:
<https://archive.org/details/anatomiadecaval00ruin/page/18/mode/2up?q=ventre>

Imagem 2: Dos nomes de algumas partes dos corpos dos cavalos .



Fonte: Luz da liberal e nobre arte da cavalaria oferecida ao senhor D. João. Disponível em:
<https://archive.org/details/luzdaliberaleno00andr/page/100/mode/1up>

A partir da análise das documentações apresentadas, é notório o esforço por parte de áreas como a medicina veterinária, para criação de belos cavalos, de modo que isso não limitava-se somente em território português. Com a criação da Coudelaria de Alter do Chão em 1748 a produção de garanhões e éguas produziu produtos de primeira qualidade. (DOMINGOS, 1905. p. 32) . Os animais criados na Coudelaria de Alter, influenciou a criação de cavalos na Coudelaria de Cachoeira de Campo, seja pelo fato de Portugal ser uma território sempre revistado pelo Brasil no período colonial e imperial, ou pela disseminação da noção de raça cavalar portuguesa buscada em território brasileiro – os tratados equestres portugueses revelam essa busca.

Brett Walker (2025), anos depois sugere um conceito que encaixa-se na realidade dos nobres cavalos. “Cultura Industrial”, ou seja, o homem remodelou os corpos dos animais por meio de uma evolução histórica com o intuito de atender suas necessidades modernas. Logo, o

físico admirável e homogêneo buscado nesses animais de raça, comunicou à sociedade a capacidade do homem de criar animais de raça por meio de rígidos cuidados e manejos. Nesse caso, enquanto Mestre Giraldo afirmava que os cavalos deveriam ser de boa linhagem, formoso e bem feito para serem lançados nas éguas, (GIRALDO, 1909. p. 42); Almeida dizia que as éguas deveriam ter um bom talhe de espáduas, pescoço e cabeça proporcional, cheios de graça (ALMEIDA, 1790. p. 42)

Essa criação mostra como os corpos dos animais foram espaços de anseios humanos por buscarem interferir na vida reprodutiva dos animais, em busca de seus interesses. Chakrabarti (2021. p. 330). chama atenção para o discurso tecnocientífico, responsável por tornar a intervenção humana e reprodução animais ainda mais complexos Assim, uma raça nobre foi sendo desenvolvida e visada por aqueles que criassem, e admirados por quem os visse. O Brasil não poderia ficar de fora desse cenário.

Os cavalos nobres em Minas Gerais

No Brasil, devido a uma série de mudanças, o cavalo foi atrelando-se a poder e nobreza, assim como em outras regiões. Em Minas Gerais, devido ao tropeirismo, o cavalo não foi prioridade em espaços laborais, uma vez que as criações de mulas aumentaram, por serem mais aptas aos esforços das estradas e transporte. José Alípio Goulart (1951. p. 51), afirma que as mulas eram preferência nas tropas, uma vez que eram animais cargueiros, melhores que os cavalos.

Em 1808, com a chegada de D. João VI, e sua família no Brasil, cavalos reais foram trazidos de Portugal. Logo, se os cavalos não serviam para o uso laboral árduo, como as estradas tropeiras, a nobreza, passou a adquirir o cavalo como símbolo de posição social. Adelman e Boscatti (2020. p. 224), sinalizam que a apropriação utilitária e identitária dos cavalos, na relação entre humanos e equinos, teve como mecanismo fundamental a reprodução de raças com funções e distinções próprias. A partir disso, junto com os cavalos trazidos de Portugal da Coudelaria de Alter do Chão, o interesse em cavalos de raça reverbera em solos brasileiros.

Em carta régia de 29 de julho de 1819, o rei manda estabelecer na Capitania de Minas Gerais, manadas reais:

Manda lazer nos campos da Caxoeira da Capitania de Minas Geraes um estabelecimento de manadas reaes para o melhoramento da raça cavallar. D. Manoel de Portugal e Castro, Governador e Capitão General da Capitania de Minas-Geraes. Amigo. Eu El-rei vos envio muito saudar. Havendo julgado por conveniente mandar fazer nessa Capitania um estabelecimento de manadas reaes, com o fim de melhorar as raças dos cavallos, para o que tenho mandado vir alguns do Reino de Portugal (CARTA RÉGIA, 1819).

A iniciativa de criar manadas reais não tinha o propósito de valorização do cavalo no Brasil, já que as mulas eram a principal escolha para os trabalhos na colônia. A preocupação do rei, era a criação de uma raça nobre que pudesse ser usada no Brasil, do mesmo modo que em Portugal: “mas também quanto me parece conveniente propôs para maior interesse da Real Fazenda, e para se levar ao fim o melhoramento das raças, conforme os desejos de sua majestade” (CARTA DE D. MANUEL PORTUGAL E CASTRO, 1820). Mais adiante, na mesma carta, o rei mandava vir cavalos do Reino de Portugal, além da compra de 50 éguas a mais para o início da criação.

A busca pela melhoria da raça cavalar, serviria ao Regimento de Cavalaria de Minas Gerais. Para que as raças fossem manejadas, o rei encarregava Dom Manuel Portugal e Castro, governador da Capitania de Minas, da inspeção, direção e regimento do estabelecimento (CARTA RÉGIA, 1819). Assim, o rei lhe escrevia ordens que deveria ser seguida com os cavalos e éguas.

As éguas, deveriam ser ejam fortes de bom corpo, ventre, e bojo grande, cuja cor, sinais e feições sejam quanto for possível uniformes às dos cavalos; e que não sejam cobertas antes de ter completado três anos de idade, nem depois dos doze (REGIMENTO..., 1819, p. 68).

O documento em questão, é um dos primeiros escritos sobre manejos equinos no Brasil, porém o tratamento em questão não é inovador. Séculos antes, Mestre Giraldo, um veterinário do rei D. Dinis (1261-1325), em seu "Livro de Alveitaria", afirmava:

[...]depois que souberes que a égua concebeu de tal cavalo, faz de modo que não a mantinhas nem muito gorda nem muito magra; pois, se for muito gorda, comprimirá em si o filho por causa da grande gordura e da muita umidade quetem, e seus membros não poderão desenvolver-se como devem, e ele será menor e mais fraco. Outrossim, se for muito magra, não poderá dar ao filho no ventre o nutrimento necessário, e ele nascerá fraco e magro. (GIRALDO, 1909. p. 6)

A preocupação com o corpo das éguas parideiras também encontra-se nos escritos de Manoel Carlos de Andrade de Almeida, picador real de Lisboa. Recomendava que as éguas teriam de ter boa caixa de ventre para que suas crias fossem nutridas à vontade (ALMEIDA,

1790. p. 61). Essa comparação, com três documentos Portugueses, revelou que a raça cavalar era uma preocupação portuguesa, muito antes da criação das manadas reais no Brasil no século XIX. Criar cavalos de raças e manejados para necessidades humanas, já era prática admirada por nobres portugueses, como foi descrito anteriormente.

Outro ponto que cabe ser salientado é a pelagem ou cor dos cavalos da Coudelaria de Minas. Almeida (1790, p. 39) afirma que os cavalos poderiam conter quatro cores, e essas reproduziam humores diferentes. Ressaltar somente alguns exemplos relevantes. Os cavalos sanguíneos tinham um bom temperamento, podem ser castanhos maduros, rodado, dourado escuro, claro, rosilho ou malhado. Enquanto os cavalos coléricos eram alazões, podiam ser escuros, claros, alaranjados, tostados ou dourados .

A partir do documento apresentado, pode-se realizar uma ligação com a escolha de cavalos comprados para o quartel em Cachoeira do Campo (MG). A partir da análise de registros comerciais de Minas Gerais, referente a compra de cavalos para o Regimento de Cavalaria, a ordem de Dom Manuel Portugal e Castro, as cores selecionadas, são semelhantes às de Almeida. Esses registros são ordenados por: Cor do cavalo, manchas corporais, estado de reprodução (capão -- castrado ou inteiro), suas manchas corporais, caso tivessem, idade e por fim, o preço.

Rulpo queimado inteiro, idade 5 anos e meio, comprado na 4ª Itabina dos alferes João Coelho Linhares por....32\$000; castanho calçado do pé direito inteiro, idade 6 anos comprado na Itabuna a José Nunes da Rocha por....32\$000; Baijo (Baio) com uma malha branca na mão esquerda, inteiro 10 de idade e meio anos, comprado na Itabuna a Joaquim Rodrigues Villaço por 34\$000; Alazão rosilho, calçado da mão esquerda, estrela na testa, capão (capado), idade 5 anos, comprado na Itabuna a Vicente Portilho por 31\$2000; Rulpo queimado inteiro idade 7 anos, comprado na Itabira por João Francisco de Andrade por 30\$000;(....) com uma pequena mancha branca no pé esquerdo pela parte de trás, capão, idade 6 anos, comprado na Itabuna de 31\$0000 (SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA, 1819)

As cores dos cavalos do regimento não passam despercebidas quando-se observa os escritos de Almeida, ao notar a afirmação feita anteriormente sobre as melhores cores de cavalo. O “rulpo”/ruço⁴ estava entre elas, e consequente, era uma cor frequente nos registro de compras desses animais no recorte estabelecido. Sousa (2026) trata das colorações das pelagens do gado cavalar como frequente caracterizadores na hora de nomear um animal, em estudos do livro de contas da cevadaria , os nomes eram compostos pela cor do equídeo, ou denominações de

⁴ Segundo Sousa (2026), entre o século X a XIII, o cavalo ruço teria uma tonalidade acinzentada-clara, porém com variações de tonalidade.

tonalidade. O mesmo complementa: “entre as inúmeras tonalidades, encontram-se com elevada frequência os termos murzelo, ruão, ruço (com diversas variantes) ou baio”(SOUZA, 2026. p. 176).

Assim como nas documentações de conta de cevadeira de Sousa, a coloração dos cavalos do regimento de cavalaria também importava para os registros. O “rulpo” era um dos casos frequentes na compra:

Rulpo queimado inteiro idade 7 anos, comprado na Itabira por João Francisco de Andrade por 30\$000 (...) com uma pequena mancha branca no pé esquerdo pela parte de trás, capão, idade 6 anos, comprado na Itabuna de 31\$0000 Rulpo torrado calçado do pé esquerdo mancha branca na mão direita capão idade 6 anos comprado em Itabira do Alferes José Felix por 34\$000.... Rulpo Claro capão idade 7 anos comprado na Capoeirinha ao Capitão José Francisco Abreu por 25\$000 Rulpo queimado inteiro, idade 5 anos e meio, comprado na 4ª Itabina dos alferes João Coelho Linhares por....32\$000 (SECRETARIA DO GOVERNO DA CAPITANIA, 1819)

Além do manejo com as éguas parideiras e as cores, a marcação dos equinos era uma outra atitude obrigatória nos cavalos do regimento . A prática da marcação no quartel de Cachoeira do Campo abarcava 200 cavalos, e seguia a lógica de organização das éguas e garanhões, de modo que reconhecessem as mães das potras e pudessem escolher as de melhor raça (REGIMENTO..., 1819). No artigo 4º, o príncipe do Brasil, D. João VI, afirma "Logo que se apartarem os potros e potras das mais, serão marcados com os mesmos algarismos destes" (REGIMENTO..., 1819).

Em escritos do século XVIII, Almeida havia descrito o modo de marcação dos potros:

Tendo os potros a idade de um ano[...]então se apanharão e estando o ferro com que vão de marcar e, brasa, a fim de por na polpa da perna o Potro; e para que fique bem impressa a marca, deve carregar com força e ferro, quando aplicarão para ficar a marca bem estampada no lugar que a colocar" (ALMEIDA, 1790. p. 52).

Por uma ótica atual, esse o modo de marcação compartilhado por Brasil e Portugal – focos de análise no momento – foram comprovados pela medicina veterinária como agressivos. Cruz (2025), relata que a marcação a brasa aumenta os níveis de cortisol desses animais, além de deixar feridas abertas. Ainda que o estudo seja recente, é possível revisar o passado em questão, e compreender o manejo a que esses cavalos eram sujeitos.

A partir dos pontos ressaltados aqui, os cavalos nobres do regimento de Cachoeira do Campo eram submetidos a uma série de manejos necessários para atendimento das necessidades

humanas. Além disso, os registros e documentações analisados no presente trabalhos, revelam que o Brasil não estava distante dos criadores portugueses de cavalos de raça, a busca da monarquia por uma raça de admiração, presença e homogeneidade, mantinha-se persistente, mas agora, em solos brasileiros. No entanto, o cenário construído ao redor desse animais também foi influenciado pela presença dos mesmo. Sem esses cavalos de raça, o cenário ao redor para cuidado e produção desses cavalos também não teria sido modificado. Nesse contexto, retornamos a ideia de agência em desequilíbrio”, já que existe uma relação de agência de ambos os lados, o homem em busca de atender sua demanda sobre a raça de cavalos, e os cavalos que possibilitaram a criação de um cenário de manejo e saúde. Em contraste a isso, a agência é desequilibrada, seja pelo tratamento com as éguas “parideiras” , manejados para produção de novos potros de raça, seja pela seleção de animais na hora da compra, ou a marcação, como forma de propriedade e controle da raça.

Adelma e Boscatti (2020), tratam das múltiplas funções que o cavalo exerce nos contexto humanos, mas sobretudo o foco de sua análise é a soberania do masculi sobre o cavalo. Montar sobre o lombo de um equino, frequentemente simbolizou masculinidade como relatam as autoras, porém essa soberania dos indivíduos firmou-se no controle sobre o cavalo, e a capacidade do homem de modificá-lo perante a seus interesses. Isso negligenciou um fato que por muito tempo foi esquecido na historiografia, por trás de todo esse palco de montarias e cavalgaduras, há um animal não humano integrante no cenário do Brasil.

Considerações finais

Na presente discussão, voltamos os olhares para um ser vivo presente nos cenários do meio ambiente, mas por muito tempo negligenciado por trás das cortinas. Ao olhar para o cavalo no Brasil do século XIX, é necessário romper com as fronteiras nacionais, de modo que a prática de cavalos de raça não fosse exclusividade da Coudelaria de Cachoeira do Campo, mas sim, uma rede de relações que tinha em comum a busca por animais de raça.

Criar e ter bons cavalos foi uma atividade admirada pelos indivíduos, principalmente de altas posições sociais. Porém, devido ao excepcionalismo humano sobre a agência no meio natural, o cavalo passou a ser visto somente como um ser controlado para reprodução de raças. Animais esses que tiveram seus nascimentos planejados, ou seus corpos moldados a partir das necessidades humanas, mas que notoriamente não eram vistos como agentes de seu meio.

Cavalos dividem o cenário ao lado do homem, e sua presença no Regimento de Cavalaria na Coudelaria de Cachoeira do Campo (MG), é uma forma de enxergar na história os rastros que esses animais deixaram.

A pesquisa identificou que criar ou comprar cavalos para o regimento de cavalaria não era especificamente sobre o cuidado com esses animais, mas sobre a preocupação dos homens em atender seus anseios pelas suas criações de cavalos de raça. Além disso, esse cenário criado em volta da produção das raças não teve somente ações humanas, foi graças à presença do cavalo e sua fisiologia corporal que houve a possibilidade de tantas raças e manejos diferentes. De tal modo que o corpo do cavalo, fisiologicamente, deu abertura à preocupação do homem sobre os animais, criando assim tratados veterinários, análises anatômicas e um manejo devidamente regulado.

Dessa forma, em um mundo habitado por seres vivos de tantas espécies, o cavalo é um dos animais que dividiu palco com o homem. No entanto, o ser humano preferiu fazer dessa reciprocidade uma relação desequilibrada entre o controlado e o controlador, o que tornou os cavalos de raça alvo de suas modificações e desejos. Porém, analisar a história desses animais e revisitar o passado, buscando seus vestígios na história, possibilita a reescrita de um cenário em que o cavalo foi agente de seu meio, assim dando o merecido espaço para esses seres vivos negligenciados pelo homem, mas nunca deixados de lado de fato.

Referências bibliográficas:

- ANDRADE, Jocelene Ferraz de et al. **A raça equina Andaluz: importância histórica, genética e perspectivas na equinocultura brasileira.** e-Acadêmica, v. 6, n. 1, 2025.
- ALMEIDA, Manoel Carlos de Andrade de. **Luz da liberal e nobre arte da cavalaria.** Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1790.
- BENSON, Etienne S. Animal writes: historiography, disciplinarity, and the animal trace. In: KALOF, Linda; MONTGOMERY, Georgina M. (org.). **Making animal meaning.** East Lansing: Michigan State University Press, 2011. p. 3-16.
- BOSCATTI, Ana Paula Garcia; ADELMAN, Miriam. De cavalos e homens: história, poder, estratégias e representações. **Estudos de Sociologia**, v. 25, n. 49, 2020.
- BRASIL. **Carta Régia de 29 de julho de 1819.** Capitania de Minas Gerais, 1819.
- CHAKRABARTI, Aritri. (Post) Colonial History. In: KALOF, Linda; MONTGOMERY, Georgina M. (org.). **Handbook of Historical Animal Studies.** Berlim: De Gruyter, 2021. p. 325-340.

- CLUTTON-BROCK, Juliet. **Horse power: a history of the horse and the donkey in human societies**. London: Natural History Museum Publications, 1992.
- CRUZ, Márcio Stange da. **Necessidade e impacto dos métodos de marcação a quente e a frio sobre o bem-estar de equinos**. 2025. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.
- DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. **HALAC**, v. 9, n. 2, 2019.
- GIRALDO, Mestre. Livro de alveitaria. **Revista Lusitana**, v. 12, 1909.
- GOULART, Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- GOULART, José Alípio. **O cavalo na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.
- HAN FEI TZU. **Basic writings**. Tradução de Burton Watson. New York: Columbia University Press, 1964.
- MAIA, Carlos Alvarez. Agência material recíproca: uma ecologia para os estudos de ciência. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 447-464, 2017.
- MAUÉS, Fernando. As ensinanças do Livro do cavalgar. In: MONGELLI, Lênia Márcia (org.). **A literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- OLIVEIRA, Domingos Augusto Alves da Costa. **Raças cavallares da península e marcas a ferro**. Lisboa: Typografia Belenense, 1905.
- REGIMENTO provisório para o estabelecimento das manadas reais da Capitania de Minas Gerais. **Regimento provisório para o estabelecimento das manadas reais da Capitania de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 1819.
- RUINI, Carlo. **Anatomia del cavallo, infermità, et suoi rimedii**. Veneza: Appresso Gasparo Bindoni, il giouane, 1599.
- SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA. **Relação de cavalos comprados para o regimento da capitania de Minas Gerais**. Vila Rica, Cx. 111, Doc. 62.
- SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA. **Relação de cavalos que foram comprados por ordem do governador, para o regimento na linha da capitania**. Vila Rica, Cx. 125, Doc. 21.
- SOUSA, Afonso de. Porquê chamar se não entende? Os nomes próprios de equídeos em Portugal entre a Idade Média e inícios da Modernidade. **Studia Historica. Historia Medieval**, Salamanca, v. 42, n. 2, p. 229-255, 2024.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500–1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. **História média de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1918.
- WALKER, Brett L. Animals and the Intimacy of History. In: ISENBERG, Andrew C. (ed.). **The Oxford Handbook of Environmental History**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 45-63.

Quando a tecnologia vira milagre: uma análise sobre a genética, as promessas de cura e a construção histórica de imaginários na divulgação científica (1982–2000)

Iandry Ferreira

Mestranda em História

Bolsista da CAPES

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

iandryjfs@gmail.com

Resumo: No final do século XX, a biologia consolidou-se como uma das áreas científicas mais influentes, impulsionada pelos avanços da genética molecular, que ampliaram a compreensão sobre a composição, a estrutura e o funcionamento dos organismos vivos. Com os avanços científicos, tornou-se possível alterar diretamente os genes por meio da engenharia genética. Essas técnicas permitiram corrigir ou modificar genes, além de criar novos organismos, abrindo um leque infinito de possibilidades e inovações. Esses desenvolvimentos não apenas transformaram o campo científico, mas também suscitaram questões sociais, morais e culturais relevantes, especialmente no que diz respeito às novas formas de compreender a saúde e a doença. Diante do exposto, este trabalho investiga os imaginários associados à genética na Revista Ciência Hoje, compreendendo-os como construções que articulavam expectativas, valores e interpretações sobre a ciência. O objetivo é analisar de que maneira os discursos de divulgação científica contribuíram para a construção pública de concepções sobre saúde, com ênfase nas promessas terapêuticas, nos riscos associados à manipulação genética e nas tensões entre determinismo biológico. Também é objetivo deste trabalho observar que representações sociais, promessas científicas e implicações culturais foram mobilizadas na divulgação da genética nesse período. Além disso, busca-se também compreender o papel dos cientistas e divulgadores como agentes de autoridade na legitimação desses sentidos. Para essa pesquisa ser possível, foram coletados artigos da Revista Ciência Hoje, entre 1982 e 2000, adotando as abordagens qualitativas e quantitativas, mobilizados pelos referenciais dos Science and Technology Studies (STS) e da História das Ciências. Para completar a análise historiográfica, foram coletadas outras fontes de matérias de jornais e outras revistas de grande circulação da época, a fim de comparar as representações da genética, identificando convergências, divergências e tensões entre diferentes formas de divulgar sobre a ciência. Ao evidenciar como a divulgação científica participa da produção de imaginários sobre saúde e genética, o trabalho contribui para o entendimento das relações entre ciência e sociedade e divulgação científica, além de contribuir para preencher lacunas na construção e compreensão de uma cultura científica no Brasil.

Palavras-chave: imaginários; genética; revista Ciência Hoje.

Introdução

De acordo com Francisco Salzano (2003, p. 18-19), todas as células dos seres vivos – incluindo plantas, animais e seres humanos – possuem, no interior de suas células, uma molécula chamada DNA (*ácido desoxirribonucleico*). Essa molécula carrega as instruções genéticas que orientam o desenvolvimento, o funcionamento e as características de cada organismo, como a cor dos olhos, a textura do cabelo ou o funcionamento de órgãos (Salzano, 2003, p. 20-21). Para o seu desempenho, o DNA é organizado em segmentos que se chamam genes, onde funcionam como unidades de informação (Salzano, 2003, p. 22-23). E, em cada gene, contém os dados necessários para a produção de uma proteína específica, capazes de desempenhar papéis fundamentais no organismo, desde a formação de tecidos até a regulação de processos bioquímicos essenciais à vida (Salzano, 2003, p. 20-23).

A compreensão do DNA como molécula responsável pela transmissão das informações hereditárias foi fundamental para a consolidação da genética molecular no século XX (Victorino, 2000, p. 129). A partir dessa perspectiva, a vida passou a ser frequentemente interpretada por meio de uma linguagem informacional, na qual os genes e códigos passaram a ocupar lugar central nas explicações sobre os organismos. E, ao traduzir esse conceito científico para um público mais amplo, esses meios ajudaram a construir uma imagem da genética como uma área capaz de explicar aspectos fundamentais dos seres vivos e, ao mesmo tempo, intervir sobre eles, gerando assim imaginários ao seu redor.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar de que maneira os discursos de divulgação científica presentes na revista *Ciência Hoje* contribuíram para a construção pública de concepções sobre genética, entre os anos de 1982 e 2000. Busca-se compreender como as matérias da revista mobilizaram promessas terapêuticas, representações sobre riscos biotecnológicos e discursos associados à autoridade científica, especialmente em temas relacionados ao DNA, engenharia genética e medicina genética.

A divulgação científica no Brasil e a revista *Ciência Hoje*

A divulgação científica, ao longo dos séculos, respondeu a motivações e interesses diversificados. O estudo de seus aspectos históricos pode nos ajudar a elucidar como suas formas variaram no tempo em função dos pressupostos

filosóficos sobre a ciência, dos conteúdos científicos envolvidos, da cultura subjacente, dos interesses políticos e econômicos e dos meios disponíveis nos diversos lugares e épocas. No caso do Brasil, muito pouco se conhece sobre a história das atividades de divulgação científica aqui realizadas. Chega-se mesmo a imaginar que elas não existiram ou que foram insignificantes durante quase todo o período histórico brasileiro e que só após a década de 80 se poderia falar em uma divulgação científica digna desse nome (Massarani; Moreira, 2002, p. 43)

De acordo com Gomes (2000, p. 16), na década de 1980, o jornalismo científico brasileiro ganhou novo impulso, acompanhando o aumento do interesse público por temas ligados à ciência, à tecnologia e às suas implicações sociais. Esse processo se expressou tanto nos grandes jornais, que passaram a criar seções e cadernos específicos sobre ciência. No caso da revista *Ciência Hoje*, objeto central deste trabalho, ela constituiu um importante instrumento de debate sobre política científica, ao estimular discussões acerca da responsabilidade social da ciência no Brasil (Instituto Ciência Hoje, 2026).

Antes de continuar o raciocínio, é importante usar esse espaço para dizer como foi o processo da sua criação. Durante a década de 1970, as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência ganharam maior visibilidade pública ao reunir pesquisadores, professores, estudantes e setores diversos da sociedade (Instituto Ciência Hoje, 2026). Esse crescimento era uma resposta da comunidade científica brasileira pelo contexto político da ditadura militar, anos marcados pela repressão, censura e perseguição a cientistas (Instituto Ciência Hoje, 2026).

Assim, com o processo de abertura política, a divulgação científica passou a assumir um significado social mais amplo, articulado à defesa da democratização do conhecimento e à valorização da ciência como instrumento de intervenção nos problemas nacionais (Instituto Ciência Hoje, 2026). Nesse cenário, a comunidade acadêmica buscava melhores condições para a produção científica e, ao mesmo tempo, procurava ampliar sua comunicação com a sociedade (Instituto Ciência Hoje, 2026). A partir desse movimento, surgiram iniciativas voltadas à popularização da ciência, como eventos abertos, museus, centros de ciência, programas de televisão e publicações especializadas (Instituto Ciência Hoje, 2026). No Rio de Janeiro, a atuação da regional da SBPC foi decisiva para esse processo, especialmente com a criação de espaços de diálogo entre cientistas e sociedade (Instituto Ciência Hoje, 2026).

Em busca de divulgar o conhecimento científico, a revista *Ciência Hoje* foi lançada em julho de 1982, durante a 34ª Reunião Anual da SBPC (Instituto Ciência Hoje, 2026). Desde a

primeira edição, a revista assumiu uma proposta de divulgação científica, articulando diferentes áreas do conhecimento e temas de relevância social, como meio ambiente, política científica, educação, neurociência, cultura e povos indígenas. Isso indicava que a revista não pretendia apenas comunicar descobertas científicas, mas também intervir no debate público sobre os rumos da ciência e da sociedade brasileira. E, mesmo enfrentando resistências políticas devido ao golpe militar (Instituto Ciência Hoje, 2026), a revista Ciência Hoje alcançou rápida aceitação entre leitores, pesquisadores e estudantes, que por sua vez, atingiu um aumento de assinaturas e reconhecimento público, incluindo premiações na área de divulgação científica (Massarani; Moreira, 2002, p. 61).

Genética, promessa e imaginário: a ciência como horizonte de cura

Ao longo das últimas décadas do século XX, a genética passou a ocupar um lugar cada vez mais expressivo nos debates públicos sobre ciência, saúde e tecnologia (VICTORINO, 2000, p. 129). Na revista Ciência Hoje, entre 1982 e 2000, esse campo apareceu associado aos temas, como o DNA, a engenharia genética, a terapia gênica, o interferon, a clonagem, as células-tronco e o Projeto Genoma. Isso significa que os assuntos que giravam em torno da genética foram frequentemente mobilizados em torno de um vocabulário marcado pela expectativa, pela inovação e pela promessa de cura.

Nesse momento, veremos títulos de artigos que foram apresentados na revista Ciência Hoje, onde, expõem esses vocabulários marcados pela expectativa: a) no volume 17, número 202, em 1994 temos o artigo “Driblando o vírus da Aids. Dinamarqueses e suecos pesquisam nova vacina contra a doença”; b) no volume 15, número 87, em 1993, existe três artigos “Cromossomo Y - Seu mapeamento será útil ao Projeto Genoma”; Página 2 - “Pesquisadora busca vacina de 4ª geração contra tuberculose”; Página 3 - “Cientista estima que em 3 anos terá vacina contra a dengue”; c) no volume 3, número 16, em 1985, temos “Malária: A vacina é possível”; d) no volume 20, número 118, em 1996, existe o artigo “Esperança contra o câncer”.

Percebe-se então que na Revista Ciência Hoje, o imaginário se constrói por meio de uma linguagem que aproxima a genética de ideias como futuro, progresso, inovação e esperança terapêutica. Essa construção discursiva pode ser compreendida a partir da noção de imaginário social proposta por Bronislaw Baczko.

Bronislaw Baczko (1985) defendia que os imaginários sociais não correspondem a simples ilusões ou fantasias coletivas, mas a sistemas de representações que organizam percepções, expectativas e formas de compreensão da realidade. Eles ajudam os grupos sociais a atribuir sentido ao mundo, ao futuro e às possibilidades de ação histórica (BACZKO, 1985). Desse modo, quando a divulgação científica apresenta a genética como campo capaz de decifrar o DNA, corrigir doenças hereditárias ou produzir novas terapias, ela participa da elaboração de um imaginário científico no qual a tecnologia aparece como instrumento de transformação da condição humana. Outras formulações que nos ajuda a compreender esse tópico são as de Reinhart Koselleck (2006, p. 310):

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia (Koselleck, 2006, p. 310).

Koselleck (2006, p. 310) também define a expectativa:

Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desenho e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (Koselleck, p. 310).

Essas explicações revelam que tais representações fazem parte de um horizonte de expectativa, isto é, de um conjunto de projeções, esperanças e possibilidades por meio das quais determinada sociedade imagina o futuro a partir das experiências disponíveis em seu presente. Para esta pesquisa, essa noção é importante porque permite compreender como a revista *Ciência Hoje* apresentava a genética: como um campo em construção, associado a promessas científicas e terapêuticas. Somado a isso, apresentar a genética dessa forma significava atribuir a ela um papel importante nas expectativas sociais em torno da saúde e do progresso científico, contribuindo para construir uma percepção pública da genética como capaz de responder a problemas da sociedade. Por isso, o horizonte de expectativa permite perceber a distância entre aquilo que a ciência já havia realizado e aquilo que era apresentado como promessa. Nesse cenário, é esse o momento em que se constrói parte do imaginário científico em torno da genética.

Metodologia e resultados

Como falado, a fonte principal para o estudo dessa pesquisa foi a revista *Ciência Hoje*, que corresponde a toda sua produção entre os anos de 1982 a 2000. Além do mais, foram agregados aos estudos dessa fonte, livros e leituras que abordam sobre a genética, o imaginário social e temas associados, além de bibliografias e pesquisas a respeito da cultura científica.

Assim, esse trabalho consistiu parte de uma análise qualitativa e documental, articulado com a História da Ciência e os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (STS). Para a análise de conteúdo, foram usados como base os conceitos de paradigmas científico de Thomas Kuhn (1998); a perspectiva da sociologia do conhecimento de David Bloor (2009); as teorias de Bruno Latour e Steve Woolgar (1997) e o estilo de pensamento por Ludwik Fleck (2010). Esses fundamentos teóricos, foram um alicerce para a análise das representações da genética humana, evidenciando a construção dos imaginários sociais e os debates éticos, culturais, científicos e sociais sob a perspectiva da revista *Ciência Hoje*. Mediante a isso, a pesquisa foi dividida em três etapas.

A primeira etapa foi composta pelo levantamento sistemático das edições da revista *Ciência Hoje* publicadas entre os anos de 1982 a 2000, disponíveis em acervos digitais ou físicos. Esse conjunto de documentos será composto por artigos, reportagens, seções, entrevistas, cartas de leitores, recursos visuais, editoriais que abordem, de forma direta ou indireta, o tema sobre a clonagem humana e temas relacionados.

Para esse procedimento de análise, buscamos classificar e realizar uma leitura qualitativa das matérias da revista *Ciência Hoje*, observando padrões de linguagem, metáforas, temas recorrentes e estratégias discursivas. A partir desses elementos, foi possível compreender as implicações éticas e sociais atribuídas à clonagem e relacionar os padrões encontrados com o contexto científico e social brasileiro entre 1982 e 2000. Afinal, o objetivo é reconstruir o imaginário social sobre a genética humana nesse período e analisar de que forma a *Ciência Hoje* contribuiu para a formação da cultura científica, ao mobilizar debates éticos, científicos e sociais.

Nessa parte, foi aplicado os métodos conduzidos por Capelato (1988) e Lucca (2005). onde consideram, de forma atenta e precisa, tanto o conteúdo textual das edições da *Ciência Hoje* quanto seus aspectos formais e contextuais: o destaque conferido aos temas, se atentando a linha editorial, os grupos editoriais responsáveis, os patrocinadores, as áreas de difusão e a vinculação institucional da revista com órgãos públicos ou privados. Sob essa ótica, a abordagem vai permitir

interpretar as revistas e jornais como fontes históricas capazes de incorporar o conteúdo, a forma e os contextos sociais que as moldam, garantindo rigor teórico e metodológico ao processo investigativo.

O terceiro passo foi organizar todo o material coletado em um banco de dados digital, de modo a garantir o controle e rastreabilidade das fontes. Cada registro foi meticulosamente catalogado, contemplando informações como título, data de publicação, autor, seção da revista ou periódico, palavras-chave, volume, número, número de páginas, utilização de imagens e demais características relevantes (**figura 1**).

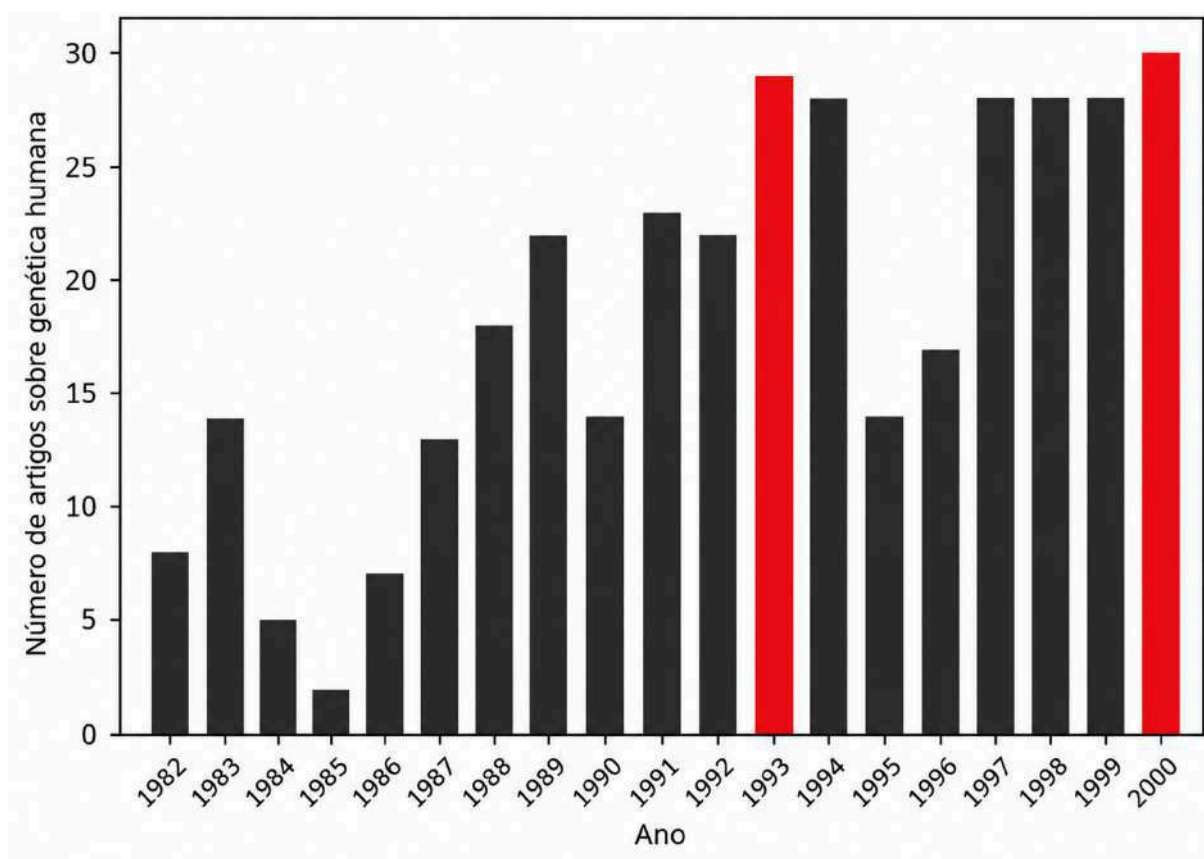
Figura 1 – Recorte da planilha de sistematização das fontes sobre clonagem na Revista Ciência Hoje

Fonte: elaboração própria (2026)

No início do período analisado, os assuntos relacionados à genética ainda aparecem em menor número quando comparados aos anos posteriores e nem sempre são apresentados diretamente como “genética humana” no centro das discussões da revista (**figura 2**). Em muitos casos, esses temas surgem associados à explicação de técnicas da biotecnologia, especialmente em matérias sobre plantas, animais, melhoramento genético e aplicações experimentais. Como indica a **figura 2**, a presença da genética no primeiro momento é mais discreta.

A partir dos anos 1990, observa-se uma mudança importante. O vocabulário utilizado pela revista se amplia e passam a aparecer com mais força termos como ADN, informação genética, Projeto Genoma Humano, terapia genética, testes genéticos, aconselhamento genético, manipulação genética e bioética (**figura 2**). Essa ampliação indica que a Ciência Hoje acompanhava a consolidação da genética molecular como uma linguagem cada vez mais acessível para explicar temas ligados à saúde, à doença, à hereditariedade, à identidade e ao futuro. Na **figura 2**, essa mudança pode ser observada de forma mais visual, especialmente pela diferença entre o número reduzido de ocorrências nos anos iniciais e o crescimento mais expressivo nas décadas seguintes:

Gráfico 2 – Artigos sobre genética humana por ano (1982 - 2000)



Fonte: elaboração própria (2026)

Entre 1991 e 1994, percebemos na figura 2 que o número de artigos cresce ao longo do tempo, a conclusão é que a revista apresenta a genética como instrumento de modernização

biomédica. O foco está nas promessas de cura, diagnóstico, vacinas, terapia gênica e prevenção de doenças. Ao mesmo tempo, começam a aparecer preocupações éticas, especialmente sobre manipulação genética, AIDS, eugenia, racismo e legislação científica, o que nos resulta em dilemas sociais, morais e políticos.

Já entre 1997 e 2000 ocorre a grande virada historiográfica. A genética passa a ser discutida como uma questão sobre os limites da intervenção humana na vida e o número de artigos são aumentados. Percebe-se que a clonagem, especialmente depois da técnica que fez com que a ovelha Dolly nascesse, intensifica esse processo. O debate e questionamentos dentro da revista, tanto de profissionais da área quanto leitores que assinam, deixam de perguntar apenas “o que a genética pode curar?” e passa a perguntar também: quem pode controlar a vida? até onde a ciência pode ir? O que define um ser humano? O DNA determina identidade, comportamento e destino? Os resultados ainda mostram que o vocabulário das revistas tratavam os assuntos sobre genética aparecem mais como campo de expectativas: futuro, desenvolvimento, projeto, engenharia genética, vacinas, interferon, melhoramento e possibilidades técnicas.

Considerações finais

Diante do que foi discutido, esta pesquisa buscou compreender como a revista *Ciência Hoje* contribuiu para a construção pública de concepções sobre genética entre as décadas de 1980 e 2000. Partindo da compreensão do DNA como molécula responsável pela transmissão das informações hereditárias, observou-se que a genética passou a ser apresentada como um campo que transcende os laboratórios, uma vez que está presente nos dilemas sociais e culturais.

A divulgação científica nesse contexto desempenhou um papel importante na circulação de imagens, expectativas e promessas em torno da genética. Ao tratar de temas como DNA, genes, engenharia genética e medicina genética, a revista ajudou a aproximar esse conhecimento especializado de um público mais amplo, mobilizando discursos de autoridade científica, esperanças terapêuticas e também preocupações relacionadas aos riscos biotecnológicos.

Assim, pode-se concluir que a *Ciência Hoje* não tinha apenas o intuito de informar seus leitores sobre os avanços da genética, mas, deteve de um lugar de construção de imaginários sociais sobre esse campo científico. Em resumo, contribuiu para apresentar a genética como uma

área promissora, capaz de explicar aspectos fundamentais dos seres vivos e, ao mesmo tempo, abrir caminhos para novos ideários de diagnóstico, tratamento e intervenção na vida.

Mais do que isso, a Revista Ciência Hoje, ao divulgar a genética por meio de uma linguagem marcada pela promessa, participava da construção de um imaginário social no qual o domínio dos genes aparecia como chave para o futuro. Esse imaginário articulava esperança terapêutica, confiança na ciência, valorização da pesquisa nacional e expectativas de desenvolvimento tecnológico. No entanto, devemos lembrar que ela também revelava tensões: ao mesmo tempo em que a genética era apresentada como caminho para curas e avanços médicos, ela mobilizava interesses econômicos, institucionais e políticos ligados à biotecnologia, à indústria farmacêutica, ao financiamento da pesquisa e à autoridade dos especialistas na definição dos usos legítimos da vida. Logo, o que estava por trás desse discurso? A genética aparecia como promessa de cura, modernização e desenvolvimento, mas também como um campo atravessado por interesses científicos, econômicos, institucionais e políticos.

Sobre os vocabulários, a genética associada as palavras engenharia genética, vacinas, interferon e melhoramento a ideias de futuro e desenvolvimento, nos ajudam a construir uma imagem pública da genética que era passava para a comunidade que lia: como uma ciência capaz de produzir curas, prevenir doenças e ampliar as possibilidades de intervenção sobre a vida. Por trás desse discurso de expectativa, havia também um esforço de legitimação da atividade científica. Dessa forma, a revista ajudava a construir uma percepção pública da genética marcada pela esperança em novos tratamentos e pela confiança no progresso científico, mas esses vocabulários nos mostram dados que comprovam que também servia para legitimar a pesquisa, reforçar a importância do investimento em ciência e aproximar a biologia molecular de campos como a indústria farmacêutica, a saúde pública e a inovação tecnológica. Assim, a genética era apresentada como uma ciência promissora, capaz de intervir sobre a vida, mas também como um espaço de disputas em torno de autoridade, financiamento, aplicações médicas e definição dos limites éticos da ciência.

Por fim, é importante ressaltar que a expressão “quando a tecnologia vira milagre”, não deve ser entendida como abandono da racionalidade científica, mas como uma chave interpretativa para analisar a força simbólica atribuída às novas tecnologias genéticas. Afinal, a genética, ao prometer decifrar os códigos da vida e intervir sobre eles, adquiriu uma nova dimensão no discurso público. O discurso da revista informava o leitor sobre descobertas e

técnicas e produzia expectativas sobre o futuro da medicina e sobre a capacidade humana de intervir nos processos da vida. Ao articular DNA, engenharia genética, terapia gênica, clonagem e biotecnologia a ideias de progresso e esperança terapêutica, a revista ajudou a consolidar uma percepção pública da genética como campo de promessa. Ao mesmo tempo, estava inserida no cenário dos riscos, incertezas e dilemas éticos.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de mestrado – código de financiamento 001.

Referências bibliográficas:

- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CIÊNCIA HOJE. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1982-2003.
- CONDÉ, Mauro. *Por uma história histórica das ciências: ciência, cientificismo e historiografia*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- FERREIRA, Luciana Nobre de Abreu; QUEIROZ, Salete Linhares. *Artigos da revista Ciência Hoje como recurso didático no ensino de Química*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; Instituto de Química de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2011.
- FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. *A divulgação científica em Ciência Hoje: características discursivo-textuais*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2000.
- INSTITUTO CIÊNCIA HOJE. *História. Ciência Hoje*. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/instituto/historia/#:~:text=A%20ideia%20inicial%20era%20criar,e%20estruturais%20da%20Ci%C3%Aancia%20Hoje>. Acesso em: 29 ago. 2025.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LATOUR, B; WOOLGAR, S. *A Vida do Laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1997.

LUCCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. (a)

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: CIÊNCIA E PÚBLICO. Caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2002.

SALZANO, Francisco Mauro. DNA e evolução humana. Ciência & Ambiente, n. 26, p. 17–24, jan./jun. 2003.

A Poeira Carregada no Peito: silicose e memória entre ex-mineiros da Morro Velho

Gabriela Luciana Lima Inácio

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

limainacio87@gmail.com

Resumo: As minas de Morro Velho, localizadas em Nova Lima/MG, constituíram espaços marcados por contradições históricas associadas à suposta “vocação mineradora”: símbolo do avanço técnico e da inserção do capital estrangeiro no Brasil do século XIX, mas também cenário de exploração intensa, adoecimento e morte. Tomando o adoecimento por silicose como lente norteadora, este artigo busca analisar a forma com que a doença é vivenciada por ex-mineiros, que enfrentam ainda hoje os efeitos dos “tempos de mina”. A partir do uso de fontes orais coletadas em entrevistas feitas pela autora, pretende-se evidenciar como a “cidade do ouro” transformou-se na “cidade das viúvas” através da poeira da mina impregnada no pulmão dos mineiros.

Palavras-chave: Silicose; Morro Velho; História Oral.

Introdução

A cidade de Nova Lima, em Minas Gerais, desenvolveu-se em estreita relação com a atividade mineradora, especialmente por meio da Mineração Morro Velho. Atuando no ramo da extração aurífera, a empresa iniciou suas atividades sob controle da mineradora inglesa Saint John Del Rey Mining Company, na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1834. A partir de então, desempenhou um papel crucial na economia de Minas Gerais e do país, chegando a representar 2% das exportações brasileiras em 1866 (LIBBY, 1984 *apud* COELHO, 2021, p. 305). Apesar de comandarem outras minas de ouro na região, as duas minas situadas em Nova Lima - Mina Grande e Mina Velha - foram por mais de 150 anos o grande foco da Morro Velho, enviando mineiros para as entranhas da terra em busca do ouro. Após várias mudanças de controle ao longo do século XX, as minas continuaram suas operações sob diferentes proprietários, até que foram desativadas oficialmente em 2003 sob comando da sul-africana AngloGold Ashanti.

Em nome do “desenvolvimento” houve um alto custo humano, marcado pelas tantas

mortes em acidentes de trabalho e adoecimento de trabalhadores diagnosticados com silicose, uma doença pulmonar obstrutiva crônica decorrente da inalação da sílica. Essa pneumoconiose possui um alto gradiente dose-resposta, isto é, quanto maior a concentração de poeira inalada ao longo dos anos, maior dose cumulativa de sílica e, conseqüentemente, maior probabilidade de adoecimento.

Sendo assim, é justo dizer que a Morro Velho não apenas exauriu a capacidade mineral da região, mas também drenou a vitalidade dos trabalhadores do subsolo. Além da poeira, os mineiros trabalhavam enfrentando diversos outros problemas: fortes variações de temperatura; jornadas de trabalho braçal exaustivas; baixa remuneração; ambientes de trabalho insalubres e altamente perigosos; falta de equipamentos de proteção e vestimentas apropriadas; exposição a agentes nocivos à saúde. Essas e tantas outras condições fizeram com que Lady Burton chegasse a comparar a Morro Velho ao Inferno de Dante (MAIA, 2014).

Partindo do princípio de que os sujeitos e os ambientes que habitam - inclusive o subterrâneo, saturado de poeira de sílica - afetam-se mutuamente, nós historiadores precisamos ir além dos sujeitos humanos para considerar “forças ainda mais fundamentais atuando sobre o tempo” (WORSTER, 1991, p. 200). Nesse sentido, a poeira de sílica do subsolo da mina não é apenas um elemento passivo, mas um agente material que molda corpos, trajetórias e decisões, deixando marcas que ultrapassam o tempo do trabalho. Além disso, Fernand Braudel também nos lembra que a história “é o homem e tudo o mais” (apud PÁDUA, 2010, p. 81) - e esse “tudo o mais” inclui o ar que se respira, a poeira que se instala nos pulmões e os modos como esses elementos se entrelaçam com a política, a ciência e o capital.

Nesse sentido, a partir de referenciais teóricos do campo da História Ambiental, a “poeira” dos mineiros pode ser interpretada não só como um evento biológico, mas uma forma de inscrição do poder e da distribuição desigual de riscos e custos sociais da mineração aurífera na Morro Velho. A silicose não só destrói progressivamente o pulmão dos mineiros, mas também redefine o que é possível viver como trabalhador. Sendo uma doença progressiva e sem cura, os efeitos do trabalho na mina são materializados na poeira que carregam no peito até seu último respiro.

Isto posto, tratar as experiências de adoecimento, a partir das narrativas daqueles que convivem com ele, é reconhecer que o corpo também é um espaço de enunciação. Frente a isso, este artigo busca analisar a experiência vivida e narrada por ex-trabalhadores da Morro Velho

diagnosticados com a silicose, de modo a compreender como eles significam a relação entre ambiente, trabalho, adoecimento. Através disso, pretende-se demonstrar os meios pelos quais a “cidade do ouro” transformou-se em “cidade das viúvas”, diante das mortes produzidas pelo modelo extrativo desenvolvido em Morro Velho, que matou durante décadas seus trabalhadores com a silicose.

Ressignificando o passado no presente

O material que será apresentado ao longo deste artigo é resultante de entrevistas realizadas no âmbito de uma pesquisa de Mestrado. Com base em alguns critérios estabelecidos para a definição do número de ex-mineiros que seriam entrevistados para a pesquisa, foram realizadas dez entrevistas entre janeiro e março de 2026. Trata-se de entrevistas temáticas estruturadas a partir de um roteiro parcial, que serviu de orientação para as conversas e foi organizado em quatro eixos principais: a vida antes da mina; as experiências de trabalho na Morro Velho; a silicose e os sentidos do adoecimento; e os processos movidos contra a empresa. Para que se sentissem mais confortáveis, deixou-se a cargo de cada um a escolha por ser identificado ou ter seu nome resguardado em anonimato – a opção de cada um foi assinalada no Termo de Autorização de Uso de Depoimento Oral, assinado pelos entrevistados após nosso encontro.

Ao optar pelo uso de fontes orais para tratar de um tema tão caro e sensível na vida dos ex-mineiros acometidos pela silicose (a saúde), compreende-se que mais do que coleta de dados, a história oral envolve diálogo, trocas de conhecimentos, escuta ativa e respeito pelos narradores. Como argumenta Alessandro Portelli (2016, p. 15),

é a abertura do historiador para a escuta e para o diálogo, e o respeito pelos narradores, que estabelece uma relação mútua baseada na diferença, e que abre espaço narrativo para o entrevistador falar. Do outro lado, é a disposição do entrevistado de falar e de se abrir em alguma medida que permite que os historiadores façam seu trabalho. E a abertura dos historiadores sobre eles mesmos e sobre o propósito de seu trabalho é um fator crucial na criação desse espaço.

Por isso, já no primeiro contato, durante a busca por possíveis entrevistados, foi fundamental ser feita a apresentação da pesquisa, explanar sobre meu próprio contato com a cidade, com a mina e com a silicose, assim como os intuitos da pesquisa. Mais do que pesquisadora, assume-se um lugar de ouvinte do que tinham a dizer. Ao dialogar com eles, foi estabelecido um “solo comum”, em uma relação de confiança entre entrevistado e entrevistadora.

Ainda que estivéssemos nesse solo comum, estava ali para aprender através do diálogo, não para interrogá-los.

Essa relação é de suma importância em pesquisas com fontes orais, uma vez que os acontecimentos vividos tornam-se algo no momento em que estão sendo narrados, pelos significados atribuídos a ações e escolhas do passado em uma visão retrospectiva. Este é um processo ativo e socialmente construído em que a memória individual é produzida mas que, segundo Maurice Halbwachs (2006), deve ser analisada como parte de uma memória coletiva. O autor nos ensina que mais do que uma recordação, a memória é uma reconstrução que é feita com o olhar do presente para as experiências vividas no passado. Assim sendo, as memórias não são coisas sobre as quais nós pensamos, são coisas com as quais nós pensamos.

Sob essa ótica, ao analisar as narrativas dos ex-mineiros, identifica-se algo que Ecléa Bosi (1994) diz sobre as lembranças de família mas, neste caso, sobre a lembrança dos companheiros de mina. Segundo a autora, as lembranças do grupo persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem memória, ao mesmo tempo, una e diferenciada (BOSI, 1994, p. 199). Suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar, persistindo mesmo quando se desagrega o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual. Ainda que cada entrevistado atribua sentidos próprios à silicose, ao ambiente da mina e ao trabalho, suas lembranças permanecem atravessadas por referências comuns, constituídas no cotidiano do trabalho. Mesmo quando afastados da mina e até mesmo sem o contato com os antigos amigos – que hoje já não estão mais entre nós – eles preservam memórias enraizadas em uma vivência compartilhada.

Sendo assim, só é possível olhar para o papel do individual tendo-se em conta o plano ampliado da História, que é feito de um encavalamento de fios entrelaçados ao longo do tempo. No trabalho com as fontes orais, o trabalho do historiador é estabelecer uma análise mais centralizada para compreender a conjuntura geral, uma vez que todas as decisões e trajetórias individuais são influenciadas pelo todo – inclusive o ambiente habitado. Logo, devemos analisar as ações humanas considerando que se dão em constante interação com os sistemas naturais também.

Morro Velho e a cidade de Nova Lima

Durante boa parte de sua história, a população de Nova Lima foi composta quase totalmente por mineradores e seus dependentes. Esse aspecto é típico de cidades mineiras, cuja vida econômica e social é subordinada às atividades das minas. Sem elas, como afirma Sousa (1999, p. 109), Nova Lima, encravada no “quadrilátero ferrífero”, deixaria de existir com o status de “cidade do ouro” – ouro que enriquecia os países que vinham explorar a região, sem que suas riquezas fossem direcionadas à população novalimense. Isso marca os problemas decorrentes dos extrativismos, que ultrapassam o sítio onde se localiza a atividade e entrelaçam várias dimensões da vida coletiva, como a política, a economia e o cotidiano sócio-espacial (GOMES, 2023, p. 56).

A centralidade da mina no cotidiano da cidade não era apenas abstrata, mas também física: as entradas dos túneis e galerias foram construídas no coração da cidade, o que, como argumenta Sousa (1999, p. 109), “dá a entender que é a mina dentro da cidade e a cidade dentro da mina em função do trabalho para a manutenção de sua existência”. A urbanização de Nova Lima esteve profundamente associada às políticas de construção de moradias implementadas pela Companhia Morro Velho a partir de 1886. Nesse período, a empresa passou a promover a edificação de bairros em seus arredores, utilizando terras por ela adquiridas, conforme mencionado na seção anterior. Segundo Gomes (2023, p. 68), a maior parte desses terrenos foi destinada à construção de habitações operárias, fundamentais para a fixação da força de trabalho no contexto da transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado.

Segundo relatos de operários entrevistados por Grossi (1981, p. 58), em momentos de escassez de mão de obra, a administração da companhia enviava funcionários ao interior de Minas Gerais para recrutar trabalhadores. Esses homens migravam em massa, motivados pela possibilidade de um salário mensal que garantisse a subsistência de suas famílias. Provenientes majoritariamente do meio rural, esses trabalhadores já estavam familiarizados com o trabalho braçal e com relações de dominação características do mundo agrário, compondo progressivamente a força de trabalho da Morro Velho. Um dos entrevistados da autora sintetiza esse deslocamento ao afirmar: “a gente vinha da roça para o fundo da mina. Mineiro cheira a capim” (*ibid.*, p. 59).

Nesse contexto, a construção de habitações constituiu uma estratégia central da companhia para fortalecer o vínculo entre trabalhador e local de trabalho. Ao possibilitar que os operários trouxessem suas famílias para a cidade, ampliava-se a probabilidade de sua fixação

definitiva na região. Entre 1930 e 1948, a empresa promoveu uma construção em larga escala de habitações nos arredores da mina, totalizando cerca de duas mil casas. Desse processo resultaram bairros como Boa Vista, Vila Operária, Vista Alegre, Rosário e Mingu, que ampliaram significativamente a malha urbana da sede municipal. Para residir nessas casas, os trabalhadores pagavam um aluguel simbólico, que incluía o fornecimento de água e energia elétrica.

Essas famílias que viviam nos arredores da companhia, de um modo ou de outro, também faziam parte do cotidiano da mina. Uma moradora do Mingu, entrevistada por Gomes (2023), relata que, ao longo do dia, era possível escutar cada apito das trocas de turno no trabalho, além do cheiro da dinamite que subia para o bairro e os tremores nas casas a cada explosão na mina. Para ela, eles também eram moradores da mina, e a sensação de morar ali, sobre a mina, era de estar “em cima de uma casca de ovo” (*ibid.*, p. 100), diante das toneladas de minério retiradas incessantemente do subsolo. Os relatos dos maridos ao retornarem do trabalho faziam com que as esposas e os filhos acompanhassem esse cotidiano como se estivessem lá dentro. Assim, o temor e o terror da saída ao trabalho – sem saber se voltariam para casa vivos e inteiros – era compartilhado por toda a família.

Como relata um ex-mineiro na obra de Sousa (1999, p. 87), toda vez que as turmas desciam na mina, a cidade inteira ficava atenta: “a ida era feita de corpo e alma, mas a volta nem sempre, porque diariamente um montão só voltava o corpo, porque a alma já tinha se ido para os cafundós-de-judas”. Para proteção, no Morro do Cruzeiro, no bairro Boa Vista, havia uma cruz que recebia um cuidado especial da comunidade, era a protetora da mina; se suas luzes se apagassem durante a noite, acreditava-se que era prenúncio de acidente na Mina de Morro Velho (GOMES, 2023, p. 108), e muitos mineiros não desciam para o trabalho.

Encarando a poeira na mina: o trabalho no subsolo

O trabalho subterrâneo nas minas de Morro Velho é uma das formas mais intensas e duradouras de exploração do trabalho no Brasil. Se por um lado os avanços técnicos e tecnológicos empregados no processo extrativo no decorrer dos anos serviram para aprofundar e maximizar a produtividade, por outro lado tinham o potencial de trazer ainda mais prejuízos para a saúde e segurança dos operários.

A adoção e intensificação do uso das perfuratrizes movidas a ar comprimido no início do

século XX, por exemplo, aumentava a eficiência e lucratividade, diminuindo o tempo e quantidade de operários necessários para a perfuração; mas essas ferramentas produziam mais poeira no processo de perfuração da rocha, elevando a exposição do pó de sílica ao trabalhador e, consequentemente, a probabilidade de adoecimento. Além disso, essa intensificação da extração os levava cada vez mais fundo na mina, onde a temperatura era ainda mais elevada. Assim, os mineiros de Morro Velho operaram em um ambiente em que a intensificação tecnológica do capital andava *pari passu* com o recrudescimento das formas de desgaste humano.

Nos deparamos, assim, com a primeira dimensão dessa exploração: as condições ambientais extremas no subsolo. A hostilidade do subterrâneo presente em sua experiência se repete de forma unânime na literatura e entre os ex-mineiros entrevistados para esta pesquisa. Antônio Carlos, que trabalhou na seção de topografia por 15 anos, relembra a dureza do trabalho na Mina Grande:

Cê tinha que ficar quase nu em certo lugar lá pra cê poder conseguir, de tanto calor. Então era um serviço pesado e toda a frente, principalmente quando a mina, quando fura ela a seco, dava aquele pó. Assim na luz do capacete assim, cê via aquele pozinho assim ó, cê respirando aquele pó todo, entendeu? Então era um serviço, era muito, muito sacrificado.

Esse “pozinho” que o senhor Antônio se refere é a poeira de sílica, agente causador da silicose. A produção da poeira ocorria, principalmente no processo de perfuração da rocha para a inserção de detonadores, que as explodiam para que o minério fosse coletado. Havia uma distinção fundamental entre o processo de perfuração entre as duas minas de Nova Lima. A Mina Velha não era tão profunda e era muito infiltrada por água que vinha de lençóis freáticos mais superficiais, por esses fatores, tornava-se possível a execução da perfuração das rochas com um sistema de injeção de ar comprimido e água, que reduzia a quantidade de poeira gerada no processo. Já a Mina Grande, por outro lado, era muito mais profunda e, consequentemente, a temperatura da rocha era altíssima nos níveis mais fundos.

Em um cenário que se utilizasse jatos d’água na perfuração nessas frentes de trabalho, a rocha superaquecida e sob alta pressão ao tocar a água fria geraria um estresse térmico que romperia a rocha instantânea e violentamente, como uma explosão. Diante dessa distinção entre as tecnologias e o ambiente das frentes de trabalho de cada uma, aqueles que trabalhavam no fundo da Mina Grande ficavam expostos à um nível de poeira muito maior: “saia de lá, irreconhecível! [...] só via as vistas e a boca” (entrevistado Moacir Pereira).

As técnicas de trabalho relatadas pelos mineiros ao longo das entrevistas revelam o grau

de esforço físico e de riscos envolvidos, corroborando com as narrativas presentes em todos os estudos que se debruçaram sobre a mesma temática. A descrição detalhada de Grossi (1981) sobre a estrutura da mina demonstra que o subsolo funcionava como uma engrenagem complexa, onde cada trabalhador desempenhava um papel específico na cadeia produtiva. O perfurador abria os furos; o choqueiro soltava os blocos do teto; o feitor o auxiliava e supervisionava produção e disciplina; os carreiros enchiam vagonetas com três toneladas de minério, empurrando-as por trechos ou por bondes elétricos. Embora a empresa celebrasse a introdução de perfuratrizes, bondes e sistemas de refrigeração, a lógica do trabalho permaneceu essencialmente braçal, exaustiva e perigosa. Dizia um dos mineiros à Sousa (1999, p. 42):

por maior que seja a tecnologia, a gente sempre sofrerá porque tem que descer mesmo para enfrentar o calor e a falta de ar. As máquinas por si só não resolvem. Por enquanto quem está resolvendo são esses miseráveis que você vê, fedorentos a suor amalgamados com fumaça de dinamite e mofo.

Além disso, o fato das tecnologias extrativas terem se aprimorado e se intensificado ao longo das décadas fez com que a exposição dos mineiros à poeira de sílica tenha aumentado também, como citado anteriormente. Com isso, a experiência de adoecimento dos mineiros mudou entre as gerações. Conforme relata o ex-mineiro José, apesar de saber da existência da silicose por viver em Nova Lima desde muito pequeno, entrou para a Morro Velho porque conhecia muitas pessoas que trabalharam na empresa por muitos anos:

antes de eu trabalhar, de eu empregar, a aposentadoria era de no mínimo 30 anos de trabalho. As pessoas ficavam 30 anos trabalhando lá e ainda continuava. Aí eu vou entrar uai. Aí eu fui pra mina também.

Mas, no seu caso, os 16 anos e 3 meses que trabalhou no fundo da Mina Grande foram suficientes para que as “consequências” logo aparecessem: perdeu quase toda a capacidade auditiva, enfrenta os sintomas da silicose e desenvolveu problema cardíaco porque “*passava muito aperto, assusta...*”. Lidando com tudo isso e olhando para trás, considera o significado de ter sido um mineiro da Morro Velho “*hoje, é praticamente deficiência... não sei. Mas junta tudo: idade, sofrimento... tudo junto! A gente fica deficiente mesmo*”.

A partir da concepção de “ecologia das doenças” elaborada por Warwick Anderson (2004), a silicose deve ser compreendida como um fenômeno biossocial inscrito nas dinâmicas históricas do trabalho minerador e nas transformações ambientais impulsionadas pelos regimes extrativistas. Tal como as doenças infecciosas analisadas por Anderson, que emergem da interação entre organismos vivos e ambientes ecologicamente desestabilizados, a silicose resulta

da articulação entre práticas técnicas, a agência do ambiente nesse processo e as relações laborais, marcadas pela precarização e pela negligência institucional.

Durante as décadas de funcionamento das minas de Morro Velho, as fontes indicam que os trabalhadores tiveram de desenvolver estratégias próprias de sobrevivência, diante da negligência da companhia em proteger os mineiros, como a legislação já previa. Amarravam panos molhados ao rosto para filtrar a poeira, molhando-os às escondidas com a água trazida pelos bombeiros; trabalhavam sem camisa ou de calções; improvisaram saberes práticos, tecidos no enfrentamento às condições do ambiente laboral, que passavam de geração em geração.

Essa transmissão dos saberes entre as gerações de mineiros se relaciona com as reflexões de Giovanni Contini (2025, p. 11-12) sobre o saber fazer e o saber dos trabalhadores, “constituído por conhecimentos empíricos e pela capacidade de implementar soluções práticas a partir das quais se desenvolve uma profissionalidade, que também é transmitido oralmente, de forma horizontal, entre os trabalhadores e entre as gerações”. Porém, ainda que essa técnica de molhar a flanela para “transformar a poeira em barro” tenha passado por várias gerações de mineiros, ela não tinha a capacidade de impedir a silicose. A doença é causada pela inalação das poeiras mais finas, capazes de percorrer o sistema respiratório e alcançar os alvéolos pulmonares, desencadeando uma cadeia de reações inflamatórias. A flanela não seria capaz de conter essa sílica cristalina respirável, no máximo filtrar o nível de poeira que seria inalado, passando pelas tramas do tecido justamente as partículas mais finas.

A forma mais eficaz de proteger o trabalhador da silicose é a não exposição ou, ao menos, a redução ao máximo da exposição durante o processo extrativo. Diante da impossibilidade da perfuração com água na maioria dos níveis da Mina Grande, a empresa teve de instalar sistemas de ventilação exaustora. O sistema empurrava a poeira para fora da frente de trabalho com ventilação mecânica inserindo ar externo para dentro da mina.

[...] o outro sistema era o ar gerado lá dentro, através da energia com motor, que faz a circulação do ar. [fala com mais dificuldade para puxar o fôlego] quando eu tava lá construíram... fizeram uma planta de resfriamento nos fundos da mina. Bom, tudo bem! Só que, colocava o motor, igual se tivesse dentro do refrigerador, e o ventilador jogava o ar... jogando pra fora. Quer dizer, aquilo lá ficava circulando. A poluição maior era essa, circula sem parar. (entrevistado José Ferreira)

O vento soprava a poeira para a direção dos poços centrais, os chamados *shafts* – ou “*chute*” como eles dizem –, porém a poeira ainda dissipava para as galerias nesse caminho, fazendo com que a poeira circulasse entre as frentes de trabalho. Segundo um estudo feito por

técnicos da Fundacentro, que analisou os níveis de exposição à concentração de poeira de sílica respirável nas minas entre as décadas de 1930 e 1990, houve momentos em que se registraram níveis de exposição de 12,45 mg/m³ (LIMA, 1992 *apud* CARNEIRO, 2006, p. 86), valor quase 35 vezes acima do limite permitido por lei.

Trabalhando em condições como as descritas, aos poucos os mineiros foram internalizando a ideia de que a silicose seria algo inevitável, natural do ofício. Afirmarções como “*desde que cê trabalha na Morro Velho, cê podia pegar silicose*” ou “*quem trabalhou na mina não tem uma vida grande e longa não*” apareceram de forma recorrente nas entrevistas, revelando uma subjetividade coletiva moldada pela ausência de alternativas e pela pressão sistêmica de um modelo produtivo que transformou o adoecimento em um fato social naturalizado e incorporado às memórias e às expectativas daqueles que viveram os tempos da mina. Contudo, os métodos preventivos, coletivos e individuais, e o conhecimento sobre os riscos da exposição à sílica já existiam durante o período em que esses trabalhadores atuaram na mina, sendo previstos pela legislação e, em alguma medida, adotados – como as perfuratrizes com jatos d’água utilizadas na Mina Velha.

Diante do fato de que a silicose é uma doença que pode e deve ser prevenida, é necessário compreendê-la não como um efeito inevitável, mas como resultado de um modelo de produção que trata a saúde dos trabalhadores como um recurso passível de consumo. A desnaturalização do adoecimento permite evidenciar a insustentabilidade dessa racionalidade econômica, ao revelar as violências sistemáticas que os silicóticos continuam sofrendo décadas após saírem da mina. O corpo mineiro, centro dessa experiência, é ao mesmo tempo instrumento, testemunha e arquivo da violência extrativa.

A poeira carregada no peito

O mundo subterrâneo de Morro Velho não apenas produziu ouro: produziu corpos marcados pela poeira da mina que se instala no pulmão e mata aos poucos o mineiro adoecido. A silicose, conhecida entre os trabalhadores da Morro Velho como “poeira”, “é a principal causa de invalidez entre doenças respiratórias ocupacionais” (TERRA FILHO; SANTOS, 2006, p. 42). Ela reduz progressivamente a capacidade respiratória do silicótico, se relacionando a doenças como a tuberculose, câncer de pulmão e a insuficiência renal. Com ela, a qualidade de vida do silicótico se deteriora continuamente com o passar do tempo, enfrentando sintomas debilitantes, como a falta de ar, cansaço, tosse, sibilância e forte fadiga. Porém, os primeiros sintomas da silicose costumam

surgir quando a doença já evoluiu e o dano pulmonar já está instalado. Isto é, ao ser detectada, já é tarde demais. O pulmão silicótico “nunca voltará a um estado anterior considerado normal ou saudável” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2007 *apud* LEITE, 2020, p. 10), por não ter cura e nem uma terapêutica específica. O corpo do mineiro emerge, assim, como um arquivo vivo da produção, revelando os efeitos de um modelo produtivo cujos impactos sobre a saúde frequentemente só se tornaram visíveis quando já era tarde demais para evitá-los.

A cada passo que a doença avança, esses indivíduos vêem sua vitalidade se esvaír. Em razão do número de vítimas que causou em todo o mundo, a silicose foi considerada a doença profissional mais grave do século XX e permanece sendo um problema atual. No caso dos mineiros da Morro Velho, a situação chegou a patamares tão alarmantes que, mesmo com números subnotificados, fez com que Minas Gerais alcançasse o posto de estado com maior número de casos de silicose do país, de acordo com pesquisas feitas pelo Ministério da Saúde na década de 1990 e início dos anos 2000 (CASTRO, 2005).

A vida daqueles que “ficaram pela estrada” é lembrada no Hino dos Mineiros, escrito por Wilson Carneiro. A profissão de mineiro, modelou uma identidade coletiva que foi forjada em meio ao orgulho e à dor. Nova Lima se tornou a “cidade das viúvas”, onde a memória da mina se confunde com a lembrança dos mortos. No brasão dos mineiros elas são lembradas na cor preta da bandeira, simbolizando o luto das viúvas e órfãos, e o vermelho relembra o perigo dos acidentes e mortes (GROSSI, 1981, p. 108). Assim, os impactos da silicose ultrapassam o espaço da mina e se irradiam sobre a cidade, onde a doença tornou-se parte da paisagem urbana: nos bairros operários, nas casas onde faltava o fôlego, nos cemitérios onde repousam os que voltaram ao subsolo.

A poeira que saía do fundo da mina e se alojava nos pulmões terminou por contaminar também o imaginário coletivo, que reclama sempre a vida abreviada dos seus. O ex-mineiro Antônio Fernandes, que perdeu o pai para a silicose, ainda se recorda da dor de acompanhar a vida do patriarca da família sendo aos poucos levada pela poeira. Em nossa conversa, relembra o dia em que recebeu dos médicos a notícia de que não restavam muitos dias ao pai. Ao entrar no quarto do hospital, ouviu dele um desejo doloso que jamais esquecerá: “*eu quero dormir e não acordar mais...*”.

Ao testemunharem a progressão da doença em familiares e amigos, projetam sobre si mesmos os possíveis desdobramentos de sua condição, alimentando medos, incertezas e

expectativas em relação ao futuro. Uma vez que a mina foi por décadas uma das únicas alternativas de trabalho na cidade, ter familiares que também trabalhavam na Morro Velho foi algo extremamente comum. Diante disso, lidar com o adoecimento de pais, irmãos, tios, colegas esteve no cotidiano de muitos dos entrevistados. Relembrando do momento em que recebeu seu diagnóstico, o entrevistado Antônio Rosa conta que ficou abalado por temer que a doença lhe trouxesse sintomas que o irmão enfrentou ao fim da vida:

Com 52 anos ele faleceu, de tanta poeira que tinha. [...] Depois ele perdeu o pulmão e ia tirar a chapa, só falava assim: ‘desse lado nem precisa, infelizmente’. Um lado ele nem tirava a chapa não. Porque não tinha pulmão do lado. E do outro tirava, o outro era infeccionado. [...] Ficava com dó, pensando assim se tinha gente olhando ele, enfermeiro olhando ele, ficava preocupado. Então, eu já vi muita gente sofrendo com isso e tem outros amigos que eu vi, presente aí perto, né? É muito triste...

A relação dos mineiros com a poeira é longa e dolorosa. Ela está em tudo desde o primeiro encontro que tiveram, no subsolo da Morro Velho. Mas, sobretudo, a poeira aparece de maneira não dita: nas memórias daqueles que perderam os seus por consequência da mineração, sem sequer possuir um diagnóstico ou documento capaz de comprovar a verdadeira causa daquilo que levou-os de volta ao pó. Ela ainda permanece no peito daqueles que continuam vivos, convivendo diariamente com seus efeitos.

Considerações Finais

Assim, torna-se evidente que as experiências dos mineiros, ao longo de tantos anos, se construíram entre racionalidade extrativa e desgaste corporal. O mundo subterrâneo de Morro Velho não apenas produziu ouro; produziu corpos marcados, memórias dolorosas e uma cultura operária que só pode ser compreendida a partir da materialidade dos riscos e exposições a que foram submetidos. Uma das marcas mais duradouras desse contato com o fundo da mina é a silicose. Ela não pode ser compreendida apenas como uma doença pulmonar decorrente da exposição de sílica. Sua história revela um processo mais amplo, no qual a produção de riquezas esteve profundamente ligada à produção de adoecimento.

As narrativas dos ex-mineiros sugerem que a silicose ocupa um lugar importante na história de Nova Lima, que foi de “cidade do ouro” à “cidade das viúvas” após quase dois séculos de intensa exploração. A mineração moldou o território, a cidade e os corpos. O pó, o ar rarefeito e o ruído das perfuratrizes e detonadores não eram apenas elementos do espaço laboral, mas

constituíam um meio de vida, impregnando o cotidiano, as casas e a própria respiração dos que habitavam a cidade. Nas memórias dos ex-mineiros se inscrevem as marcas de uma cidade que, mesmo com o fim da mina, continua respirando o pó de sua própria história.

Por isso, a silicose é também um campo de disputa memorial, em uma contexto atual que convive simultaneamente com os vestígios dessa mineração e com esforços de apagamento de suas consequências humanas e sociais. As narrativas produzidas pelos entrevistados neste e em outros estudos presentes neste artigo preservam uma história que não pode ser reduzida aos discursos de progresso técnico ou de desenvolvimento econômico. Se o ouro extraído da Morro Velho produziu riqueza para alguns, seus custos foram distribuídos entre gerações. A poeira carregada no peito é, portanto, mais do que um resíduo da mineração: ela permanece como um testemunho das desigualdades que sustentaram a exploração aurífera e como memória viva daqueles que pagaram com a própria saúde os custos desse processo.

Referências bibliográficas:

- ANDERSON, W. Natural Histories of Infectious Disease: Ecological Vision in Twentieth-Century Biomedical Science. **Osiris**, v.19, p. 39-61, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARNEIRO, Ana Paula Scalia; BARRETO, Sandhi Maria; SIQUEIRA, Arminda Lucia; LA ROCCA, Poliana Freitas. Índice de exposição à sílica na atividade de mineração de ouro. **Rev Saúde Pública**, v.40, n.1, p. 83-91, 2006.
- CASTRO, Hermano A. de. Estudo das internações hospitalares por pneumoconioses no Brasil, 1984-2003. **Rev bras epidemiol** [Internet], v. 8, n. 2, p. 150–160, 2005.
- COELHO, Tádzio P. A Poeira dos dias: saúde e memória dos mineiros da Morro Velho. In: **Saúde do trabalhador em tempos de desconstrução**: caminhos de luta e resistência. Rio de Janeiro: CEBES, v. 1, p. 305-306, 2021.
- CONTINI, Giovanni. Estudar o trabalho com fontes orais e audiovisuais. In: BARTOLINI, Stefano (org.). **LabOral.**: História oral, trabalho e História Pública. Florença: Ed.it press, 2022. p. 67-78
- FERREIRA, José. **Entrevista realizada pela autora com o senhor José Ferreira**. Nova Lima, 17 de janeiro de 2026.
- GOMES, Maria Cecília Rocha Couto. **A terra jurou não esconder nada**. Orientadora: Ana Paula Baltazar dos Santos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/63702>. Acesso em: 20 out. 2025.

GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho: A Extração do Homem. Uma História de Experiência Operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, Antônio Carlos. **Entrevista realizada pela autora com o senhor Antônio Carlos Guimarães.** Nova Lima, 28 fev. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, Colete Alexandrina Faure. **Um trabalho cravado nos pulmões: a doença do “pó da pedra” inscrita no território.** Orientadora: Liliana Cunha. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) - Universidade de Porto, Porto, 2020.

MAIA, Andréa Casa Nova. Outro inferno de Dante numa mina de ouro na época de Vargas: Nova Lima, Minas Gerais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro, v.21, n.4, p.1197-1214, out.-dez. 2014.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados,** São Paulo, n. 24, v. 68, p. 81-101, 2010.

PEREIRA, Moacir. **Entrevista realizada pela autora com o senhor Moacir Pereira.** Nova Lima, 26 de fevereiro de 2026.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ROSA, Antônio Ribeiro. **Entrevista realizada pela autora com o senhor Antônio Ribeiro Rosa (apelido Ninico).** Nova Lima, 22 de janeiro de 2026.

SILVA, Antônio Fernandes. **Entrevista realizada pela autora com o senhor Antônio Fernandes da Silva (apelido Cambão).** Nova Lima, 10 de fevereiro de 2026.

SOUSA, Jose Rodrigues de. **As minas de ouro de Morro Velho.** Belo Horizonte: O Autor, 1999.

TERRA FILHO, Mário; SANTOS, Ubiratan de Paula. Silicose. **Jornal Brasileiro de pneumologia,** v. 32, p. 41-47, 2006.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos,** v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Biossegurança, risco biológico e falhas institucionais contemporâneas

Thabata Tosta
Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Bolsista CAPES⁵
Doutoranda em Estudos do Patrimônio
Universidade do Porto (UPorto)
thabatatosta@gmail.com

Resumo: Eventos recentes em instituições de pesquisa evidenciam fragilidades nos protocolos de biossegurança e nos sistemas de controle, rastreabilidade e governança do risco biológico. Acidentes laboratoriais, falhas de contenção e incidentes envolvendo agentes biológicos de alta periculosidade demonstram que tais vulnerabilidades constituem um problema mais amplo de governança científica. O presente trabalho analisa criticamente falhas institucionais associadas à biossegurança em laboratórios de alta contenção, considerando suas implicações para a gestão do risco e para a segurança biológica. Parte-se do pressuposto de que o risco biológico não constitui apenas uma dimensão técnica, mas uma construção historicamente situada, atravessada por práticas científicas, marcos regulatórios e dinâmicas políticas. Ao evidenciar as lacunas entre normatividade e prática, o trabalho contribui para o debate sobre biossegurança no Brasil, destacando a necessidade de integração entre práticas laboratoriais, regulação e políticas de segurança.

Palavras-chave: Biossegurança; Risco biológico; Níveis de segurança.

1. Introdução

A biossegurança pode ser compreendida como o conjunto de ações destinadas à prevenção, minimização ou eliminação de riscos capazes de afetar a saúde humana, animal e vegetal, bem como o meio ambiente (Penna *et al.*, 2010, p.555). Em ambientes laboratoriais, essas ações materializam-se por meio da combinação de infraestrutura adequada, equipamentos de proteção, procedimentos operacionais e mecanismos de gestão voltados à contenção segura de agentes biológicos potencialmente patogênicos (UNIFESP, 2022, p.13; WHO, 2020, p.xi). Não obstante os avanços observados nas últimas décadas, acidentes laboratoriais, episódios de

⁵ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

exposição a agentes biológicos e subsequentes infecções continuam a ser registrados em diferentes países (Dhawan *et al.*, 2025, p.1).

A persistência desses eventos demonstra que o risco biológico não decorre exclusivamente das características intrínsecas dos agentes infecciosos, mas também das formas pelas quais perigos são identificados, avaliados e administrados por instituições responsáveis pela pesquisa, vigilância e controle de agentes biológicos (Resnik, 2024, pp.149-150). Investigações sobre acidentes e incidentes laboratoriais indicam que sua ocorrência frequentemente está associada a falhas operacionais, treinamento inadequado, avaliações de risco insuficientes, deficiências nos sistemas de informação e limitações nos mecanismos de supervisão institucional (Dhawan *et al.*, 2025, pp.1-2; Tang *et al.*, 2024, pp.2-4).

Torna-se, portanto, relevante compreender os desafios enfrentados pelos sistemas contemporâneos de biossegurança e os fatores que condicionam sua efetividade. Parte-se da hipótese de que muitas vulnerabilidades observadas nesses sistemas decorrem menos da ausência de protocolos técnicos do que de limitações associadas à coordenação organizacional, à supervisão de atividades de risco e à gestão de materiais e informações biológicas. Assim, este estudo analisa diversos erros institucionais associados à biossegurança por meio de estudos de caso envolvendo acidentes laboratoriais, problemas de rastreabilidade, falhas de supervisão e uso indevido de agentes biológicos, buscando identificar possíveis recorrências e discutir suas implicações para a gestão do risco biológico.

2. Biossegurança, risco e governança

A manifestação do risco biológico depende não apenas da existência de agentes biológicos capazes de causar danos, mas também das condições sociais, institucionais e materiais que tornam possíveis seus efeitos sobre indivíduos e populações (Liu *et al.*, 2024, pp.142-143). Ele não constitui uma característica exclusiva dos microrganismos, mas um processo continuamente identificado, avaliado e administrado por diferentes mecanismos de controle e regulação (Himmel, 2023, pp.1-3).

Entre os principais instrumentos utilizados para esse gerenciamento destacam-se os conceitos de *biosafety* e *biosecurity*. Enquanto a *biosafety* (biossegurança) busca prevenir exposições acidentais e liberações não intencionais de agentes biológicos por meio de práticas laboratoriais seguras, sistemas de contenção e treinamento adequado (Himmel, 2023, p.3; Resnik, 2024, p.139),

a *biosecurity* (segurança biológica) concentra-se na proteção, no controle e na responsabilização sobre agentes biológicos, equipamentos e informações sensíveis, visando prevenir acesso não autorizado, perda, roubo, desvio ou uso deliberado desses materiais (Clevestig, 2009, pp.3-4; Resnik, 2024, p.139).

Essa distinção torna-se particularmente relevante nas pesquisas classificadas como *dual-use research of concern* (DURC), nas quais conhecimentos e tecnologias desenvolvidos para finalidades legítimas podem também ser empregados de forma nociva (Kanabrocki, 2017, p.2). Apesar de suas diferenças conceituais, a biossegurança e a segurança biológica constituem dimensões complementares da governança do risco biológico. Isso porque falhas em medidas de contenção podem ampliar falhas de segurança, enquanto deficiências nos mecanismos de controle e supervisão podem aumentar os riscos de exposição acidental ou uso indevido de agentes biológicos (Resnik, 2024, p.139; NTI, 2026, p.1).

2.1. Da avaliação do risco aos protocolos de contenção

Se o risco biológico é continuamente identificado e administrado por mecanismos institucionais, torna-se necessário traduzi-lo em medidas concretas de controle. Nos laboratórios, essa operacionalização ocorre por meio da avaliação de riscos, dos protocolos de contenção e das práticas de biossegurança destinadas a reduzir a probabilidade de exposição ou liberação de agentes biológicos (WHO, 2020, pp.5-6). A *World Health Organization* (Organização Mundial de Saúde) (WHO) destaca que a avaliação de risco constitui o elemento central da biossegurança laboratorial, pois permite identificar perigos, estimar a probabilidade e a gravidade de suas consequências e selecionar medidas proporcionais de controle (*Ibidem*).

A quarta edição de seu *Laboratory Biosafety Manual* (Manual de Biossegurança de Laboratórios) enfatiza que o nível de contenção não deve ser definido exclusivamente pelas características intrínsecas do agente biológico, mas também pelos procedimentos realizados, pelas condições da instalação e pela competência dos profissionais envolvidos (WHO, 2020, p.xvii; pp.9-10). Logo, os níveis de biossegurança (NB1, NB2, NB3 e NB4) constituem instrumentos de classificação e gestão dos riscos biológicos, considerando fatores como patogenicidade, transmissibilidade, dose infecciosa e disponibilidade de medidas profiláticas ou terapêuticas (*Ibidem*; CDC, 2020, pp.13-16).

Em termos gerais, o NB1 destina-se ao trabalho com agentes de baixo risco para indivíduos saudáveis, enquanto os níveis subsequentes incorporam medidas progressivamente mais rigorosas de contenção para agentes associados a doenças de alta periculosidade (CDC, 2020, pp.32-60). A WHO organiza essas medidas em requisitos básicos, controles reforçados e contenção máxima, definidos a partir da avaliação de risco (WHO, 2020, pp.49-64).

No Brasil, recomenda-se abordagem semelhante, considerando o agente manipulado, os procedimentos realizados, a qualificação dos profissionais e as características da instalação (Brasil, 2006, pp.89-96). A partir dessa classificação são definidos os protocolos de biossegurança, que articulam boas práticas microbiológicas, equipamentos de proteção, barreiras de contenção, infraestrutura adequada e treinamento contínuo dos profissionais (WHO, 2020, pp.27-47; Brasil, 2006, pp.19-28). Além de sua função técnica, os níveis de biossegurança também atuam como instrumentos regulatórios que condicionam a autorização de instalações, a realização de pesquisas e os mecanismos de supervisão institucional (Vinhas *et al.*, 2025, pp.53-57).

2.2. Contenção e rastreabilidade como sistemas de controle

A contenção busca impedir exposições acidentais e liberações não intencionais por meio da combinação de práticas laboratoriais, equipamentos de segurança e infraestrutura adequada (WHO, 2020, pp.27-47). Sua eficácia depende ainda da capacitação dos profissionais, da realização de avaliações de risco e da adoção de práticas sustentadas por evidências científicas (Blacksell *et al.*, 2023, pp.65-66). Como nenhum sistema é completamente infalível, os laboratórios adotam mecanismos redundantes de prevenção, monitoramento e resposta capazes de reduzir os impactos de falhas humanas, técnicas ou organizacionais (Tang *et al.*, 2024, pp.4-6).

Complementarmente, a rastreabilidade permite acompanhar materiais biológicos, procedimentos e pessoas autorizadas, tornando os riscos mais visíveis e monitoráveis (Clevestig, 2009, pp.8-11). Inventários, registros de movimentação e sistemas de controle de acesso constituem componentes centrais da biossegurança e da segurança biológica contemporâneas (*Ibidem*). Esses mecanismos contribuem para prevenir perdas, desvios e usos indevidos de agentes biológicos (Kanabrocki, 2017, pp.5-7), além de facilitar a identificação de falhas institucionais e a investigação de incidentes (Tang *et al.*, 2024, pp.7-8; NTI, 2026, pp.5-7). No Brasil, normas e manuais de biossegurança preveem medidas como restrição de acesso, procedimentos

operacionais padronizados, manutenção de registros, armazenamento seguro de amostras e treinamento contínuo das equipes (Brasil, 2006, pp.64-65; pp.70-72).

2.3. Limitações estruturais

Embora os mecanismos de contenção, redundância e rastreabilidade constituam componentes centrais da biossegurança contemporânea, sua existência não elimina completamente a possibilidade de incidentes. A segurança laboratorial depende da interação entre barreiras físicas, protocolos operacionais, fatores humanos e estruturas organizacionais (Dhawan *et al.*, 2025, pp.1-2; pp.7-8). Muitas falhas decorrem não da ausência de medidas de biossegurança, mas de dificuldades relacionadas à sua implementação cotidiana, incluindo treinamento insuficiente, avaliações de risco inconsistentes, falhas de comunicação, gestão documental inadequada, manutenção deficiente de equipamentos e supervisão insuficiente das atividades de risco (*Ibidem*, pp.4-7; Tang *et al.*, 2024, pp.2-4; Yan *et al.*, 2025, pp.3-5). Por essa razão, a biossegurança tem sido compreendida não apenas como um conjunto de normas técnicas, mas também como uma prática organizacional influenciada pela cultura institucional de segurança (Blacksell e Dhawan, 2026, pp.6-9). Em laboratórios de alta contenção, esses desafios podem ser ampliados pela complexidade dos sistemas técnicos envolvidos e pela necessidade de monitoramento contínuo das instalações e barreiras de contenção (Lv *et al.*, 2025, pp.1-3).

2.4. A governança do risco biológico

A gestão dos riscos biológicos exige estruturas capazes de equilibrar os benefícios da inovação científica com a necessidade de prevenir consequências potencialmente prejudiciais, reconhecendo a existência de tensões permanentes entre abertura científica, segurança e responsabilidade institucional (NASEM, 2017, pp.33-35 e pp.39-41). Avanços em áreas como patógenos emergentes, biologia sintética, inteligência artificial e outras tecnologias biomédicas ampliam os desafios relacionados à avaliação e ao monitoramento dos riscos, o que exige uma atualização contínua dos mecanismos regulatórios existentes (Gao *et al.*, 2025, pp.214-216; Sabra *et al.*, 2026, pp.2-4). Assim, a governança do risco biológico pode ser compreendida como o conjunto de mecanismos institucionais, regulatórios e organizacionais destinados a identificar, monitorar e administrar erros associados à pesquisa, à manipulação e à circulação de agentes

biológicos, articulando objetivos científicos, sanitários e de segurança em diferentes escalas de atuação (Gillum *et al.*, 2024, pp.2-4; Sabra *et al.*, 2026, pp.4-6).

3. Falhas institucionais: análise de casos

Os conceitos discutidos na seção anterior tornam-se mais evidentes quando observados em situações concretas. Esta seção analisa casos representativos a envolver acidentes laboratoriais, falhas de rastreabilidade, uso indevido de agentes biológicos e vulnerabilidades institucionais. Embora distintos quanto ao contexto e às circunstâncias, os episódios selecionados permitem examinar como limitações operacionais, administrativas e organizacionais podem comprometer sistemas concebidos para reduzir riscos biológicos, evidenciando desafios recorrentes para a biossegurança, a segurança biológica e a governança do risco.

3.1. Exposição ocupacional e limites dos sistemas de contenção

Acidentes laboratoriais constituem uma das formas mais visíveis de manifestação do risco biológico. Esta subseção examina episódios de exposição não intencional a agentes infecciosos, buscando compreender como erros operacionais, condições de trabalho, limitações estruturais e fatores humanos podem comprometer mecanismos de contenção. A análise evidencia que a existência de protocolos e infraestrutura especializada não elimina completamente a possibilidade de incidentes.

3.1.1. Caso do *Sabiá virus* (EUA, 1994)

O *Sabiá virus* (vírus Sabiá) é um arenavírus brasileiro associado a quadros graves de febre hemorrágica. Desde sua identificação no início da década de 1990, apenas quatro casos humanos foram documentados mundialmente, dos quais dois resultaram de infecção natural e dois decorreram de exposição ocupacional em laboratório (Ellwanger e Chies, 2017, pp.3-5). Em razão de sua elevada patogenicidade e do potencial de causar doença grave em seres humanos, pesquisas envolvendo o agente exigem rigorosas medidas de contenção biológica (Artika e Ma'roef, 2017, pp.484-486).

Um dos episódios mais conhecidos ocorreu em 1994, quando um pesquisador da Universidade Yale, nos Estados Unidos da América (EUA), adquiriu uma infecção após um

acidente durante atividades laboratoriais. O incidente ocorreu em um laboratório NB-3 durante a centrifugação de culturas celulares infectadas com o vírus Sabiá. Após o procedimento, foi identificado vazamento de material infeccioso de um dos recipientes utilizados, resultando na contaminação do interior do rotor da centrífuga.

Embora o pesquisador utilizasse luvas, avental e máscara cirúrgica, a descontaminação do equipamento foi realizada. Não obstante, o incidente não foi comunicado imediatamente, pois se considerou inicialmente improvável a ocorrência de exposição significativa (Barry *et al.*, 1995, pp.294-295). O pesquisador em questão desenvolveu sintomas oito dias após o acidente, incluindo febre, cefaléia, mialgia e outras alterações compatíveis com infecção viral aguda. Após a suspeita de exposição ocupacional, ele foi hospitalizado, submetido a isolamento e tratado com ribavirina (antiviral de amplo espectro), evoluindo para recuperação clínica. A confirmação diagnóstica foi realizada por técnicas laboratoriais específicas para detecção do vírus (*Ibidem*).

Sob a perspectiva da biossegurança, o caso tornou-se uma referência clássica entre as infecções adquiridas em laboratório envolvendo agentes de alta consequência biológica. O episódio demonstrou que a existência de infraestrutura especializada e protocolos formais de segurança não eliminam completamente o risco ocupacional, especialmente quando ocorrem falhas na adoção de medidas de proteção e na comunicação de incidentes.

3.1.2. Caso do *Zaire ebolavirus* (Serra Leoa, 2014)

A epidemia de doença pelo vírus Ebola que atingiu a África Ocidental entre 2014 e 2016 constituiu uma das maiores emergências sanitárias já registradas envolvendo um agente de alta letalidade. O surto foi causado por uma linhagem do *Zaire ebolavirus* e resultou em milhares de casos e mortes, afetando de forma particularmente intensa países como Serra Leoa, Guiné e Libéria (Gatherer, 2014, pp.1-3; Gire *et al.*, 2014, p.1). Em Serra Leoa, profissionais de saúde e trabalhadores laboratoriais foram continuamente expostos ao risco ocupacional durante atividades de coleta, transporte, processamento e diagnóstico de amostras provenientes de pacientes suspeitos ou confirmados para o vírus. Ao contrário do acidente envolvendo o vírus Sabiá em Yale, ocorrido em ambiente laboratorial controlado, os riscos associados ao Ebola emergiram em um contexto marcado por intensa pressão operacional.

O rápido crescimento do número de casos produziu sobrecarga dos serviços de saúde, escassez de profissionais treinados, limitações de infraestrutura e dificuldades para garantir o

fornecimento contínuo de equipamentos de proteção individual e materiais de biossegurança (WHO, 2018, pp.49-50; pp.56-65). As análises posteriores demonstraram que o risco ocupacional não decorreu exclusivamente de falhas individuais. Fatores como fadiga, jornadas prolongadas, treinamento insuficiente, dificuldades na utilização correta dos equipamentos de proteção individual e limitações institucionais contribuíram para aumentar a vulnerabilidade dos trabalhadores expostos (Rebmann, 2020, pp.120-13 e pp.120-14).

Situações de emergência frequentemente ampliam a probabilidade de lapsos de biossegurança, especialmente quando sistemas de saúde operam sob pressão contínua e com recursos limitados (Dhawan *et al.*, 2025, pp.1-2). Como resposta à crise, foram implementadas medidas voltadas ao fortalecimento da biossegurança, incluindo ampliação dos treinamentos, aperfeiçoamento dos protocolos de uso de equipamentos de proteção individual, reorganização dos fluxos laboratoriais, monitoramento ocupacional e reforço da vigilância epidemiológica (WHO, 2018, pp.49-50; Madad *et al.*, 2024, pp.455-460).

Este caso evidencia que os sistemas de contenção podem ser comprometidos não apenas por acidentes pontuais, mas também por condições organizacionais adversas. A epidemia demonstrou que, em cenários de emergência sanitária prolongada, a eficácia das medidas de proteção depende da interação entre infraestrutura adequada, treinamento contínuo, disponibilidade de recursos e capacidade institucional de adaptação.

3.2. Rastreabilidade, inventários e vulnerabilidades de supervisão

Além dos riscos associados à contenção, a segurança biológica depende da capacidade de monitorar continuamente materiais, amostras e informações sensíveis. Esta subseção examina casos em que problemas de inventário, documentação, transferência de materiais e supervisão institucional comprometeram sistemas de controle e rastreabilidade. O objetivo é demonstrar como as vulnerabilidades administrativas podem produzir riscos mesmo na ausência de acidentes laboratoriais.

3.2.1. Caso do *Variola virus* (NIH, 2014)

Em julho de 2014, funcionários do *National Institutes of Health* (NIH) localizaram seis frascos contendo *Variola virus* (vírus da varíola) em uma câmara fria de um laboratório sem

autorização para armazenar esse agente. A descoberta ocorreu durante a reorganização de materiais e gerou preocupação devido à relevância histórica e estratégica do vírus, causador da varíola, doença erradicada globalmente em 1980 após a campanha conduzida pela WHO (Cruz e Damaso, 2020, pp.26-27). Investigações posteriores indicaram que os frascos provavelmente haviam sido transferidos para o local antes da erradicação, permanecendo por décadas fora dos sistemas formais de controle e supervisão (Arita, 2014, pp.1419-1420).

O episódio teve repercussão internacional porque a WHO restringe oficialmente a manutenção de amostras viáveis do vírus a apenas dois repositórios autorizados: o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC), nos EUA, e o *State Research Centre of Virology and Biotechnology* (VECTOR), na Rússia. Esses laboratórios são submetidos a inspeções periódicas destinadas a verificar o cumprimento dos mais elevados padrões de biossegurança e segurança biológica (WHO, 2019, pp.3-4). A identificação de amostras fora desse sistema demonstrou que materiais biológicos historicamente armazenados podem permanecer desconhecidos pelas estruturas formais de supervisão, mesmo após décadas de esforços internacionais de controle.

Diferentemente dos casos associados a acidentes laboratoriais ou exposições ocupacionais, a principal vulnerabilidade observada não esteve relacionada à contenção física, mas à rastreabilidade dos materiais biológicos. O caso evidenciou falhas na manutenção de inventários, registros institucionais e mecanismos de acompanhamento administrativo. Segundo Clevestig (2009, pp.8-10), programas eficazes de biossegurança dependem da capacidade de monitorar continuamente a localização, o *status* e a movimentação de agentes biológicos relevantes. Quando esse monitoramento se torna incompleto, aumenta-se o risco de perda de controle sobre materiais potencialmente perigosos. A investigação também revelou dificuldades para reconstruir a trajetória administrativa dos frascos, indicando problemas de preservação documental e continuidade da supervisão.

Para Kanabrocki (2017, pp.5-7), a proteção de agentes biológicos sensíveis depende não apenas de mecanismos de contenção, mas também de sistemas confiáveis de registro, responsabilização institucional e controle de acesso. O caso demonstrou, assim, como falhas administrativas acumuladas podem comprometer a capacidade das instituições de identificar com precisão os materiais sob sua custódia. Essa vulnerabilidade também se relaciona à fragmentação de responsabilidades e à insuficiente integração entre inventários, auditorias e sistemas de informação (Gillum *et al.*, 2024, pp.4-6).

Após a descoberta, os materiais foram transferidos para instalações de alta contenção para análise especializada, enquanto auditorias adicionais foram conduzidas em outras instalações federais norte-americanas para identificar possíveis materiais não registrados. As medidas adotadas refletiram o reconhecimento de que a segurança biológica depende não apenas da contenção laboratorial, mas também da manutenção de informações precisas sobre a existência, localização e histórico dos agentes sob responsabilidade institucional. O incidente do NIH tornou-se um exemplo emblemático de falha de rastreabilidade.

3.2.2. Caso do *Influenza A virus* subtipo H5N1 (CDC, 2014)

Em 2014, o CDC identificou um incidente envolvendo a contaminação cruzada inadvertida de uma amostra do *Influenza A virus* subtipo H9N2, vírus influenza aviária de baixa patogenicidade, por uma cepa do vírus influenza aviária altamente patogênica, o *Influenza A virus* subtipo H5N1, considerada agente de elevada relevância para a saúde pública e sujeita a controles especiais de biossegurança. A contaminação ocorreu em um laboratório NB3 e permaneceu desconhecida até que o laboratório receptor detectou a presença do H5N1 na amostra recebida.

Como consequência, um material classificado e transferido como H9N2 foi inadvertidamente enviado contendo também um vírus sujeito a requisitos mais rigorosos de controle e transporte (CDC, 2014, pp.1-3). A investigação conduzida pelo próprio CDC concluiu que a contaminação provavelmente ocorreu durante atividades laboratoriais realizadas no mesmo dia com amostras de H9N2 e H5N1. O relatório apontou que o pesquisador responsável não seguiu integralmente as boas práticas estabelecidas para descontaminação e manipulação de materiais entre diferentes procedimentos experimentais, além de inexistir um procedimento operacional padrão específico para a atividade executada. A combinação entre falhas humanas, ausência de padronização formal e supervisão insuficiente criou condições favoráveis para a ocorrência do incidente (*Ibidem*, pp.3-5). O caso evidenciou a importância da redundância nos sistemas de biossegurança.

Práticas laboratoriais seguras não dependem exclusivamente da competência individual dos pesquisadores, mas da existência de múltiplas barreiras organizacionais capazes de identificar erros antes que eles produzam consequências mais amplas (Blacksell *et al.*, 2023, pp.64-66). Neste caso do H5N1, a ausência de verificações independentes permitiu que a contaminação

permanecesse sem detecção durante meses, possibilitando a transferência do material para outra instituição sem que sua composição real fosse conhecida (CDC, 2014, pp.3-4).

As investigações também identificaram fragilidades relacionadas à comunicação institucional e aos mecanismos de notificação. Embora o laboratório receptor tenha comunicado a descoberta da contaminação em maio de 2014, a informação não foi imediatamente encaminhada aos níveis superiores da cadeia de comando nem aos responsáveis pelos programas de controle de agentes biológicos. O atraso decorreu de interpretações ambíguas sobre os requisitos de comunicação e de falhas de julgamento profissional, retardando a adoção de medidas corretivas (*Ibidem*, pp.3-5). Em resposta ao incidente, o CDC suspendeu temporariamente determinadas atividades laboratoriais, revisou protocolos de trabalho, reforçou requisitos de treinamento, ampliou auditorias internas e implementou medidas adicionais de supervisão e avaliação de risco.

Essas ações foram posteriormente incorporadas a iniciativas mais amplas de fortalecimento da cultura de biossegurança e de aperfeiçoamento dos mecanismos de validação, rastreabilidade e comunicação institucional (*Ibidem*, pp.8-12; CDC, 2020, pp.486-500). O caso tornou-se uma referência internacional ao demonstrar que falhas procedimentais podem comprometer sistemas complexos de contenção mesmo quando a infraestrutura permanece operacional, evidenciando a importância da validação independente, da comunicação eficiente e da supervisão contínua.

3.3. Uso indevido e desvio de agentes

Os riscos biológicos não decorrem apenas de falhas acidentais. Em determinadas circunstâncias, materiais, conhecimentos e recursos científicos podem ser utilizados deliberadamente de forma inadequada. Esta subseção analisa situações envolvendo uso indevido de agentes biológicos, destacando os limites dos mecanismos tradicionais de controle de acesso, supervisão e segurança institucional diante de indivíduos que possuem autorização legítima para acessar materiais sensíveis.

3.3.1. Caso da bactéria *Bacillus anthracis* (USAMRIID, 2001)

Os ataques com antraz ocorridos nos EUA em 2001 constituem um dos episódios mais emblemáticos relacionados ao uso deliberado de agentes biológicos por indivíduos com acesso a recursos científicos especializados. Poucas semanas após os atentados de 11 de setembro, cartas contendo esporos de *Bacillus anthracis* foram enviadas a veículos de imprensa e membros do governo norte-americano, resultando em 22 casos de antraz, dos quais 11 foram classificados como inalatórios e 11 como cutâneos, além de cinco mortes associadas à forma inalatória da doença (Jernigan *et al.*, 2002, pp.1019-1021).

A investigação demonstrou que a contaminação não permaneceu restrita aos destinatários originais, alcançando centros de triagem postal e outros ambientes por meio da circulação das correspondências contaminadas (*Ibidem*, pp.1019-1023). As investigações conduzidas pelo *Federal Bureau of Investigation* (Agência Federal de Investigação) (FBI) concentraram-se posteriormente em Bruce Edwards Ivins (1946-2008), pesquisador vinculado ao *United States Army Medical Research Institute of Infectious Diseases* (Instituto de Pesquisa Médica de Doenças Infecciosas do Exército dos Estados Unidos) (USAMRIID), instituição responsável por pesquisas voltadas à defesa biológica.

Ivins possuía autorização para manipular amostras de antraz e acesso a instalações especializadas. Entretanto, seu falecimento em 2008 impediu a conclusão judicial do caso, e uma revisão independente conduzida pela *National Academy of Sciences* (NAS) concluiu que as evidências científicas disponíveis não eram suficientes, por si só, para determinar definitivamente a origem das amostras utilizadas nos ataques (Tin *et al.*, 2022, p. 118). Independentemente da autoria, o episódio tornou-se uma referência central nos debates sobre biossegurança porque demonstrou que ameaças biológicas podem emergir de indivíduos que possuem acesso legítimo a agentes, equipamentos e conhecimentos especializados. Diferentemente dos acidentes laboratoriais analisados anteriormente, não se tratava de uma falha de contenção ou de uma exposição ocupacional acidental, mas da possibilidade de utilização deliberada de recursos científicos para causar danos fora do ambiente de pesquisa.

O caso evidenciou limitações importantes dos sistemas tradicionais de segurança laboratorial. Medidas como barreiras físicas, inventários, controle de acesso e monitoramento de materiais são fundamentais para a proteção de agentes biológicos, mas tornam-se menos eficazes quando a ameaça provém de pessoas já autorizadas a utilizar esses recursos (Clevestig, 2009, pp. 3-7). Nesses casos, o problema não consiste na invasão do sistema, mas no uso indevido de privilégios concedidos legitimamente.

Os ataques de 2001 contribuíram para o fortalecimento de programas voltados ao controle de agentes biológicos sensíveis, à avaliação de riscos associados a pesquisadores autorizados e ao aprimoramento dos mecanismos de monitoramento institucional (Michalski *et al.*, 2022, pp.4-6). O episódio demonstrou, assim, que a gestão do risco biológico depende não apenas da proteção de materiais e instalações, mas também da supervisão de pessoas e da capacidade institucional de identificar e responder a potenciais ameaças internas.

3.3.2. O caso do laboratório da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2026)

Em março de 2026, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) comunicou às autoridades competentes o desaparecimento de materiais biológicos armazenados em um laboratório vinculado ao Instituto de Biologia. As investigações conduzidas pela Polícia Federal (PF) passaram a apurar a possível retirada indevida de amostras biológicas e a eventual participação de terceiros no episódio (Brasil, 2026; Gouveia, 2026a; Gouveia, 2026b; Camilotti e Menicucci, 2026; G1, 2026). Embora os fatos ainda estivessem sob investigação no momento da elaboração deste trabalho, o caso ganhou relevância por evidenciar desafios relacionados ao controle institucional de materiais biológicos em ambientes de pesquisa (Camilotti e Evans, 2026; G1, 2026).

Diferentemente dos casos anteriormente analisados, que envolveram exposição ocupacional ou falhas em procedimentos de contenção, o episódio da Unicamp está associado principalmente a questões de biossegurança. Aqui, o problema central não se refere à proteção dos trabalhadores contra exposições acidentais, mas à capacidade institucional de controlar o acesso, a custódia, o armazenamento e a movimentação de materiais biológicos potencialmente sensíveis. No Brasil, os princípios que orientam a biossegurança laboratorial incluem a adoção de procedimentos destinados a reduzir ou eliminar riscos associados à manipulação de agentes biológicos, combinando práticas operacionais, equipamentos de segurança e mecanismos de gestão institucional (Brasil, 2006, p. 19). Esses mesmos princípios devem, obrigatoriamente, ser complementados por medidas voltadas à proteção de materiais biológicos contra perdas, desvios, furtos ou usos não autorizados.

A efetividade desses sistemas depende da existência de inventários atualizados, registros confiáveis, controle de acesso e mecanismos permanentes de supervisão. A literatura recente sobre laboratórios de alta contenção no país aponta que, apesar dos avanços observados nas últimas décadas, persistem desafios relacionados à coordenação nacional, certificação, fiscalização e harmonização de procedimentos entre instituições (Mendonça e Mafra, 2025, pp.55-58). Parte da legislação brasileira ainda apresenta descompassos em relação às demandas contemporâneas da biossegurança, especialmente diante da crescente complexidade das atividades laboratoriais e dos novos desafios associados à gestão de riscos biológicos (Coelho, 2025, pp.299-300).

Assim como o incidente envolvendo amostras de varíola no NIH, o caso da Unicamp evidencia a importância de inventários precisos e sistemas eficientes de rastreabilidade. Da mesma forma, aproxima-se do caso do H5N1 no CDC ao demonstrar que falhas na gestão de materiais biológicos podem ocorrer mesmo em instituições científicas consolidadas. Entretanto, enquanto os episódios norte-americanos estavam relacionados principalmente a problemas de supervisão e procedimentos operacionais, o caso da Unicamp trouxe para o centro do debate a necessidade de fortalecer mecanismos destinados à prevenção e à detecção de desvios intencionais de materiais biológicos. Até agora, as investigações conduzidas pela PF incluíram a apuração de possíveis tentativas de comercialização das amostras e de eventual participação de terceiros na retirada dos materiais, ampliando as preocupações relacionadas à segurança institucional e ao controle de agentes biológicos sensíveis (G1, 2026; Gouveia, 2026b).

3.4. Síntese e discussão dos casos

Os casos analisados demonstram que o risco biológico não pode ser compreendido apenas como consequência das características intrínsecas dos agentes infecciosos. Em todos os episódios examinados, as vulnerabilidades observadas estiveram associadas, em maior ou menor grau, a fatores humanos, organizacionais e institucionais que condicionaram a eficácia dos sistemas de biossegurança e segurança biológica. Uma breve análise comparativa permitiu identificar três conjuntos principais de falhas.

O primeiro relaciona-se às falhas operacionais, observadas em situações de exposição ocupacional e limitações dos sistemas de contenção. O segundo envolve problemas de rastreabilidade, documentação e supervisão, evidenciando a importância dos inventários, auditorias e mecanismos de controle institucional. O terceiro refere-se ao uso indevido ou à perda

de controle sobre materiais biológicos sensíveis, demonstrando que a segurança depende também de mecanismos de responsabilização, monitoramento e cultura organizacional.

Embora distintos em suas circunstâncias, os casos indicam que acidentes laboratoriais, falhas de rastreabilidade e desvios de materiais frequentemente compartilham causas estruturais semelhantes. Entre elas destacam-se limitações na supervisão das atividades de risco, dificuldades de integração entre procedimentos técnicos e gestão institucional, além da dependência de processos contínuos de treinamento, monitoramento e avaliação. Em conjunto, os estudos de caso sugerem que a efetividade dos sistemas de biossegurança depende não apenas da existência de barreiras físicas e protocolos técnicos, mas também da capacidade das instituições de manter mecanismos permanentes de coordenação, supervisão e governança dos riscos biológicos.

5. Considerações finais

Este trabalho analisou falhas institucionais associadas à biossegurança por meio de estudos de caso envolvendo acidentes laboratoriais, exposições ocupacionais, problemas de rastreabilidade e desvios de materiais biológicos. A análise demonstrou que os riscos biológicos não podem ser compreendidos exclusivamente a partir das características dos agentes infecciosos, pois sua produção e gestão estão associadas a práticas científicas, estruturas organizacionais, mecanismos regulatórios e processos de tomada de decisão. Os casos examinados evidenciaram que vulnerabilidades em biossegurança frequentemente emergem de lacunas entre os dispositivos normativos formalmente estabelecidos e sua implementação cotidiana.

Embora normas, protocolos e infraestruturas especializadas constituam elementos indispensáveis para a redução dos riscos, sua efetividade depende da capacidade institucional de garantir supervisão, treinamento, monitoramento e responsabilização contínuos. Os casos analisados evidenciam que o risco biológico constitui um problema de governança científica, cuja gestão envolve não apenas medidas técnicas de contenção, mas também mecanismos de coordenação institucional, avaliação regulatória e segurança biológica. As vulnerabilidades observadas revelam a existência de tensões recorrentes entre os dispositivos normativos que estruturam a biossegurança e sua aplicação efetiva no cotidiano das instituições.

Os episódios examinados indicam que o risco biológico não constitui apenas uma questão técnica, mas também uma construção historicamente situada, atravessada por práticas científicas, marcos regulatórios e dinâmicas políticas. As vulnerabilidades observadas não decorrem apenas

da presença de agentes potencialmente perigosos, mas também das formas pelas quais as instituições identificam, classificam, monitoram e administram esses riscos. Espera-se que este estudo possa contribuir para o debate sobre biossegurança no Brasil ao evidenciar a importância de fortalecer a integração entre práticas laboratoriais, mecanismos de supervisão, estruturas regulatórias e políticas públicas voltadas à gestão dos riscos biológicos.

Referências bibliográficas:

- ARITA, Isao. *Discovery of forgotten variola specimens at the National Institutes of Health in the USA. Expert Review of Anti-infective Therapy*, vol.12, n.12, pp.1419-1421, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1586/14787210.2014.979157>.
- ARTIKA, I. Made e MA'ROEF, Chairin Nisa. *Laboratory biosafety for handling emerging viruses. Asian Pacific Journal of Tropical Biomedicine*, vol.7, n.5, pp.483-491, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.apjtb.2017.01.020>.
- BARRY, Michael *et al.* *Treatment of a laboratory-acquired Sabiá virus infection. New England Journal of Medicine*, vol.333, n.5, pp.294-296, 1995. DOI: 10.1056/NEJM199508033330505.
- BLACKSELL, Stuart D. *et al.* *The Biosafety Research Road Map: The Search for Evidence to Support Practices in Human and Veterinary Laboratories. Applied Biosafety*, vol.28, n.2, 2023. DOI: 10.1089/apb.2022.0040.
- BLACKSELL, Stuart D. e DHAWAN, Sandhya. *Biosafety without borders: bridging the capacity gap in resource-limited laboratory settings. The Lancet Microbe*, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lanmic.2026.101394>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Biossegurança em laboratórios biomédicos e de microbiologia**. 3. ed. rev. e atual. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/biosseguranca_laboratorios_biomedicos_microbiologia.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. **PF investiga furto de material biológico em laboratório da Unicamp**. 25 mar. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2026/03/pf-investiga-furto-de-material-biologico-em-laboratorio-da-unicamp>. Acesso em: 01 abr. 2026.
- CAMILOTTI, Bárbara e MENICUCCI, Arthur. **Câmeras registraram retirada de vírus de laboratório da Unicamp; veja cronologia do caso**. 26 mar. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2026/03/26/cameras-registraram-retirada-de-virus-de-laboratorio-da-unicamp-veja-cronologia-do-caso.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2026.
- CAMILOTTI, Bárbara e EVANS, Fernando. **Furto de vírus: MPF investiga se Unicamp falhou no controle e na fiscalização de material biológico**. 30 mar. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2026/03/30/furto-de-virus-mpf-investiga-se-unicamp-falhou-no-controle-e-na-fiscalizacao-de-material-biologico.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2026.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). *Reconstruction of the 1918 influenza pandemic virus*. 2005. Disponível em: https://archive.cdc.gov/www_cdcgov/flu/about/qa/1918flupandemic.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). *National Institutes Of Health. Biosafety in microbiological and biomedical laboratories* (BMBL). 6a.ed. Washington, 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/labs/media/pdfs/2025/08/SF__19a_308133-A_BMBL6_00-BOOK-WE-B-final-3.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

CLEVESTIG, Peter. *Handbook of applied biosecurity for life science laboratories*. Estocolmo, SIPRI, 2009. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2009/handbook-applied-biosecurity-life-science-laboratories>. Acesso em: 20 abr. 2026.

COELHO, Túlio Antunes Pinto. **N-15 e os riscos biológicos: o descompasso entre a legislação e as práticas de biossegurança na proteção dos trabalhadores**. Revista Jurídica da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), vol.2, n.1, pp.297-324, jul., 2025.

CRUZ, Nádia Vaez Gonçalves da e DAMASO, Clarissa R.. **O potencial do vírus da varíola como arma biológica no cenário mundial atual**. EsSEx REVISTA CIENTÍFICA, vol.3, n.4, 2020. DOI: 10.46848/900009.

DHAWAN, Sandhya *et al.* *Risk factors and mitigation strategies of laboratory-acquired infections in research and clinical laboratories worldwide: a systematic review*. *The Lancet Microbe*, vol.6, 101157, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lanmic.2025.101157>.

ELLWANGER, Joel Henrique e CHIES, José Artur Bogo. *Keeping track of hidden dangers - The short history of the Sabiá virus*. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, vol.50, n.1, pp.3-8, 2017. DOI: 10.1590/0037-8682-0330-2016.

G1. **PF investiga se casal suspeito de furtar vírus da Unicamp tentou vender amostras biológicas**. 01 abr. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2026/04/01/pf-investiga-se-casal-suspeito-d-e-furtar-virus-da-unicamp-tentou-vender-amostras-biologicas.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2026.

GATHERER, Derek. *The 2014 Ebola virus disease outbreak in West Africa*. *Journal of General Virology*, vol.95, n.8, pp.1619-1624, 2014. DOI: 10.1099/vir.0.067199-0.

GAO, Wanying *et al.* *Global safety and health: the history of high-level biosafety laboratories toward large scientific facilities*. *Laboratories*, vol.2, n.1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/laboratories2010003>.

GAO, Wanying *et al.* *Biosafety concept: origins, evolution and prospects*. *Biosafety and Health*, n.7, pp.209-217, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bsheal.2025.07.003>.

GILLUM, David R. *et al.* *Establishing a national biosafety and biosecurity agency for the United States*. *Frontiers in Bioengineering and Biotechnology*, vol.12, 1474120, 2024. DOI: 10.3389/fbioe.2024.1474120.

GIRE, Stephen K. *et al.* *Genomic surveillance elucidates Ebola virus origin and transmission during the 2014 outbreak*. *Science*, vol.345, n.6202, pp.1369-1372, 2014. DOI: 10.1126/science.1259657.

GOUVEIA, Laís. a. **Quem é a professora argentina presa por suspeita de roubar material biológico de laboratório da Unicamp.** Brasil247, 25 mar. 2026. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/quem-e-a-professora-argentina-presa-por-suspeita-de-roubar-material-biologico-de-laboratorio-da-unicamp>. Acesso em: 01 abr. 2026.

GOUVEIA, Laís. b. **Patente, ajuda de terceiros e nanopartículas: os desdobramentos do caso da professora da Unicamp acusada de roubar vírus.** Brasil247, 27 mar. 2026. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/patente-ajuda-de-terceiros-e-nanoparticulos-os-desdobramentos-do-caso-da-professora-da-unicamp-acusada-de-roubar-virus>. Acesso em: 01 abr. 2026.

HIMMEL, Mirko. *Biosecurity Risk Assessment in the Life Sciences.* Stockholm International Peace Institute, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55163/EGCN8815>.

JERNIGAN, Daniel B. *et al.* **Investigation of bioterrorism-related anthrax, United States, 2001: epidemiologic findings.** *Emerging Infectious Diseases*, vol.8, n.10, pp.1019-1028, 2002. DOI: 10.3201/eid0810.020353.

KANABROCKI, Joseph. *Biosafety and biosecurity in the realm of dual-use research of concern.* 2017. Disponível em: https://sites.nationalacademies.org/cs/groups/pgasite/documents/webpage/pga_176433.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

LIU, Hin-Yan *et al.* **Governing Boring Apocalypses: A New Typology of Existential Vulnerabilities and Exposures for Existential Risk Research.** In: BEARD, SJ e HOBSON, Tom (org.). *An anthology of global risk.* Open Book Publishers, 2024. Cap 4, pp.141-176. DOI: <https://doi.org/10.11647/OBP.0360>.

LV, Bingwang *et al.* **The study of biosafety risk identification and analysis for facilities in biosafety level 3 laboratories.** *Frontiers in Cellular and Infection Microbiology*, vol.15, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3389/fcimb.2025.1658759>.

MADAD, Syra *et al.* **High-consequence infectious diseases, bioterrorism, and the imperative for international and US biosecurity and biosafety frameworks for biocontainment clinical laboratories.** *Health Security*, vol.22, n.6, pp.455-460, 2024. DOI: 10.1089/hs.2023.0164.

MENDONÇA, André de Oliveira e MAFRA, Claudio. **The Landscape of High-Containment Biological Laboratories in Brazil: Current Status and Perspectives.** *Applied Biosafety*, vol.30, n.1, pp.55-64, 2025. DOI: 10.1089/apb.2024.0010.

MENDONÇA, André de Oliveira e MAFRA, Claudio. **The Landscape of High-Containment Biological Laboratories in Brazil: Current Status and Perspectives.** *Applied Biosafety*, vol.30, n.1, 2025. DOI: 10.1089/apb.2024.0010.

MICHALSKI, Aleksander *et al.* **Lessons learned from 2001-2021 – from bioterrorism to the pandemic era.** *Annals of Agricultural and Environmental Medicine*, vol.29, n.1, pp.1-11, 2022. DOI: 10.26444/aaem/146604.

NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE (NASEM). **Managing Dual Use Research of Concern.** In: NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE. *Dual Use Research of Concern in the Life Sciences: Current Issues and Controversies.* Washington, DC, 2017. cap.3.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE (NTI). *Guidance for assessing biosecurity & biosafety risks: for the purpose of reviewing research proposals prior to funding - Framework*. Washington, DC: NTI, 2026.

PENNA, P. M. M. *et al.* **Biossegurança: uma revisão**. Arquivos do Instituto Biológico, São Paulo, vol.77, n.3, pp.555-565, jul./set. 2010.

REBMANN, Terri. *Infectious disease disasters: bioterrorism, emerging infections, and pandemics*. In: *APIC Text of Infection Control and Epidemiology*, cap.120, pp.120.1-120.22, (versão revisada) 2020. Disponível em: https://apic.org/Resource_/TinyMceFileManager/Topic-specific/47901_CH120_R1.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

RESNIK, David B. *Biosafety, biosecurity, and bioethics*. *Monash Bioethics Review*, vol.42, pp.137-167, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40592-024-00204-3>.

SABRA, Dunja M. *et al.* *Improving governance in the age of synthetic biology, artificial intelligence, and diverging threats*. *Frontiers in Bioengineering and Biotechnology*, vol.14, 1705143, 2026. DOI: 10.3389/fbioe.2026.1705143.

TANG, Qin *et al.* *Enhancing laboratory biosafety management: a comprehensive strategy from theory to practice*. *Frontiers in Public Health*, vol.12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2024.1439051>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Manual de segurança biológica**. São Paulo: UNIFESP, 2022.

VINHAS, Roni Dias *et al.* **Biossegurança, diretrizes e laboratórios de alta contenção: uma revisão narrativa**. In: *Ciências da Saúde: abordagens interdisciplinares e inovações científicas*. [S.l.]: Editora Científica Digital, 2025. DOI: <https://doi.org/10.37885/250419207>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Managing epidemics - Key facts about major deadly diseases*. Genebra, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/managing-epidemics-key-facts-about-major-deadly-diseases>. Acesso em: 20 abr. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Report of the World Health Organization (WHO) Biosafety Inspection Team of the Variola Virus Maximum Containment Laboratories to the State Research Centre of Virology and Biotechnology ("SRC VB VECTOR"), Koltsovo, Novosibirsk Oblast, Russian Federation, 28 January–2 February 2019*. Genebra, 2019. Disponível em: <https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/ae7b15b4-661d-42d8-a0d0-28e0b95a85d3/content>. Acesso em: 01 mai. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Laboratory biosafety manual*. 4. ed. Genebra, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240011311>. Acesso em: 20 abr. 2026.

YAN, Yong *et al.* *Biosafety status analysis and risk assessment of laboratories from 2021 to 2023 in Jiaxing, China*. *Frontiers in Bioengineering and Biotechnology*, vol.13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3389/fbioe.2025.1442651>.

Isolar para sanear: o Hospital de Isolamento e as políticas sanitárias em Belo Horizonte

Marcela Henriques de Almeida Castro
Mestranda em História
Bolsista CAPES
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
marcelahacastro@gmail.com

Resumo: Os primeiros anos que seguiram a inauguração de Belo Horizonte foram acompanhados de políticas que buscavam a reafirmação da imagem de uma cidade salubre, constituída desde a época de sua construção. Nesse cenário, equipamentos de assistência à saúde foram implementados na cidade nos anos posteriores à sua fundação. Esse foi, por exemplo, o caso do Hospital de Isolamento de Belo Horizonte, fundado em 1910 nos arrabaldes da cidade, em uma região conhecida como Cardoso - nome originado de uma pequena parada da linha férrea existente na região. O novo hospital era parte integrante de uma estrutura médico-sanitária do século XX, implantada com o estabelecimento de um novo Regulamento Sanitário nos anos de 1910. A instituição foi pensada para responder às demandas de controle e tratamento contra as doenças infecto-contagiosas e epidêmicas que ameaçavam a cidade. Inserido em uma estrutura subordinada à Diretoria de Higiene, o hospital foi construído com uma grande estrutura para acolher os doentes de moléstias contagiosas. Mesmo tendo sido bem recebido pela comunidade médica, devido ao seu caráter inovador e moderno, o hospital encontrou obstáculos para sua aceitação pela sociedade da capital nos seus primeiros anos, o que era justificado pela classe médica, como consequência da possibilidade de opção pelo isolamento domiciliar, determinado pelo mesmo regulamento sanitário. Posteriormente, na década de 1920, o hospital seria renomeado Hospital Cícero Ferreira, em homenagem ao médico e idealizador do projeto e personagem fundamental na cena médica da cidade naquele período. Por meio de análise documental e bibliográfica levantadas até o momento, pretende-se analisar o lugar ocupado por esse estabelecimento na estrutura de assistência sanitária, no contexto da saúde pública de Minas Gerais no início do século XX. Além das suas articulações com a política sanitária, é interesse deste trabalho refletir também sobre as tensões entre esse equipamento de saúde e o ideal sanitário da nova Capital.

Palavras-chave: Hospital de Isolamento; Cícero Ferreira; assistência sanitária; Belo Horizonte.

Compreender a trajetória de uma cidade implica também considerar as experiências de saúde e doença que marcaram sua formação e desenvolvimento. Os processos de adoecimento, as escolhas de enfretamento, as políticas de saúde que são escolhidas e as que são negadas fazem parte de um cenário muitas vezes negligenciado no estudo do espaço urbano. Olhar para esses

aspectos sob a luz da história da saúde permite enxergar com outros olhos a vida social, política e econômica, assim como, entender a organização do espaço urbano e as diferentes formas de intervenção estatal. No caso da cidade de Belo Horizonte, essas questões se tornam ainda mais relevantes, uma vez que a cidade nasceu vinculada a um projeto de modernidade que atribuía à higiene um papel central na construção da nova capital. A fundação de Belo Horizonte, em 1897, esteve associada aos ideais de civilizatórios que marcaram os primeiros anos da República brasileira. Planejada para substituir Ouro Preto como capital de Minas Gerais, a nova cidade foi concebida segundo princípios urbanísticos e higienistas que prometiam construir um espaço ordenado, saudável e adequado às exigências do progresso. O projeto pensado por Aarão Reis desenhava ruas largas e construções separadas, seguindo as normas sanitárias da segunda metade do século XIX, afim de propor que o próprio planejamento urbano seria capaz de minimizar os problemas sanitários que afetavam os grandes centros urbanos.

Entretanto, os primeiros anos da capital mineira evidenciaram os limites desse projeto. Ainda que tivesse sido pensada sobre a égide de um modelo higienista, Belo Horizonte não recebeu nenhum hospital em seu planejamento e permaneceu assim até 1899 com a inauguração da Santa Casa de Misericórdia da capital. E, nesse cenário prefigurado pela Comissão Construtora, apareceram questões relacionadas à saúde pública. A ocorrência de doenças infectocontagiosas e epidêmicas demonstrou que a organização espacial da cidade, por si só, não era suficiente para garantir a saúde coletiva. Tornou-se necessária a criação de instituições capazes de atuar diretamente no combate às enfermidades e no controle de sua disseminação.

Entre essas iniciativas destacou-se a construção do Hospital de Isolamento, inaugurado em 1910 para receber pacientes acometidos por moléstias transmissíveis. Até a sua criação, os doentes mais graves e os acometidos pela epidemia de varíola eram enviados a um hospital de isolamento provisório erguido no Calafate em 1896, descrito como “um simples barracão feito de pau-a-pique e coberto de zinco” (SALLES, 1997 *apud* SILVEIRA, 2007 p.117). Antes disso, a assistência médica acontecia na Santa Casa de Misericórdia de Sabará e, posteriormente, na Santa Casa de Misericórdia da Capital, que foi responsável pelo atendimento de toda a demanda hospitalar da capital nos primeiros anos. No entanto, a instituição caritativa não atendia doentes de doenças infectocontagiosas e, por isso, a criação do Hospital de Isolamento integrou um conjunto mais amplo de políticas sanitárias implementadas pelo governo mineiro que também viria construir um Hospital Militar, em 1914.

Este trabalho é resultado de uma comunicação apresentada ao Encontro de Pesquisa em História, realizado na UFMG, e pretende analisar os primeiros anos de funcionamento do Hospital de Isolamento de Belo Horizonte, entre 1910 e 1923, buscando compreender sua inserção na estrutura sanitária da capital mineira. Esse recorte temporal busca compreender do momento de sua inauguração até o último registro do hospital nos Relatórios da Diretoria de Higiene do estado. A pesquisa utiliza como principal corpus documental esses relatórios produzidos anualmente pela instituição responsável pela coordenação das ações sanitárias do estado.

Belo Horizonte e as contradições da cidade salubre

Na tentativa de entender a criação do hospital, sua função dentro da política sanitária mineira e as tensões decorrentes de sua recepção pela população, a tarefa deste trabalho consiste em analisar o contexto que levou à sua implantação e o papel que a instituição desempenhou na estrutura sanitária de Belo Horizonte. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender as relações entre os ideais de higiene que orientaram a construção da capital e as experiências concretas.

Em dezembro de 1893 foi promulgada a lei que conferia a mudança da capital de Minas Gerais para a cidade de Belo Horizonte. A escolha da região para a construção da nova sede do governo foi marcada por uma disputa que, desde seu embrião, esteve marcada pela atenção dada à salubridade. Se por um lado, um dos argumentos utilizados para a contestação de Ouro Preto como capital seria a presença de focos de moléstias, por outro lado, Belo Horizonte seria a melhor alternativa pelo seu ambiente salubre, sua “temperatura amena, sempre fresca à noite” (MARQUES; GONÇALVES, 2011). Essa imagem de cidade salubre foi aos poucos tomando projeção ao atrair pacientes com doenças associadas ao aparelho respiratório, como a tuberculose e, assim, o lugar que uma vez teria sido conhecido como “Papudópolis” (pela incidência endêmica de bócio) perdia lugar para o projeto de cidade salubre defendido por Aarão Reis.

Somente 4 anos após a aprovação da lei, em dezembro de 1897, Belo Horizonte foi inaugurada sobrepondo sua planta sobre a do antigo arraial do Curral del Rei. A Comissão Construtora, chefiada por Aarão Reis, foi responsável pela elaboração do planejamento e pelo projeto de construção de Belo Horizonte, que esteve profundamente vinculada aos ideais que orientavam as reformas urbanas do período. A nova capital foi concebida como símbolo da

modernidade republicana e como contraponto às imagens associadas às cidades coloniais consideradas insalubres.

Entretanto, a realidade demonstrou as limitações desse modelo. Belo Horizonte esteve profundamente associada à crença de que o planejamento urbano, aliado às condições climáticas da região, seria capaz de produzir uma cidade moderna, ordenada e saudável. Desde os debates que antecederam a transferência da capital, a salubridade figurou como um dos principais argumentos em defesa da nova sede do governo mineiro. Ao longo dos anos de construção e dos primeiros anos de ocupação, essa imagem foi constantemente reforçada por autoridades, médicos e periódicos locais, que exaltavam o clima da região e apresentavam a capital como um espaço privilegiado em relação aos grandes centros urbanos brasileiros. A alcunha de “suíça mineira” sintetizava a expectativa de que Belo Horizonte estivesse estrutural e moralmente preparada para enfrentar os desafios impostos pelas doenças e epidemias.

Essa percepção era reforçada pelos esforços empreendidos na organização dos serviços urbanos. A atuação de Cícero Ferreira, primeiro médico a estabelecer-se na cidade ainda durante sua construção, foi fundamental nesse processo. Coube a ele a implantação e fiscalização de diversos equipamentos considerados indispensáveis ao projeto higienista, como o cemitério, o matadouro, os serviços de limpeza pública, a fiscalização de gêneros alimentícios e as medidas de saneamento. Sua participação na fundação da Santa Casa de Misericórdia e sua defesa da ampliação da assistência aos doentes demonstram que a preocupação com a saúde pública ocupava lugar central na consolidação da nova capital.

Entretanto, a realidade cotidiana da cidade revelava limites que o discurso da salubridade não era capaz de ocultar. O crescimento populacional e a ocupação das áreas periféricas produziram uma cidade muito diferente daquela imaginada nos planos de Aarão Reis. Enquanto os benefícios do progresso concentravam-se em determinadas regiões, bairros populares permaneciam marcados pela precariedade dos serviços urbanos, pela insuficiência de infraestrutura e por condições de vida que desafiavam o ideal de higiene que orientara a construção da capital.

Em 1918, quando a gripe espanhola atingiu Belo Horizonte, a capital contava com apenas três estabelecimentos hospitalares: a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital Militar e o Hospital de Isolamento. A epidemia expôs de maneira particularmente evidente as tensões entre o ideal de cidade salubre e as condições concretas de sua estrutura sanitária. Mais do que uma contradição

circunstancial, esse descompasso revela os limites de um projeto urbano que depositava grande confiança no planejamento, no clima e nas práticas higienistas, mas que precisou lidar, desde seus primeiros anos, com problemas sociais e sanitários.

A organização do serviço sanitário em Minas Gerais

O ano de 1895 foi marcado pela primeira aparição da Diretoria de Higiene de Minas Gerais, assim como uma série de outros equipamentos voltados à organização do serviço sanitário do Estado. Responsável pela coordenação das ações, a Diretoria de Higiene, também atuava no estudo, profilaxia e fiscalização dos serviços de saúde e, por isso, foi órgão importante para a articulação e centralização da estrutura sanitária do Estado. Em 1898, a Diretoria de Higiene teve suas atividades encerradas pela justificativa de “economia para os cofres públicos” (OLIVEIRA, 2019, p. 13) e as atividades relativas ao serviço sanitário estadual foram transferidas à prefeitura. Em 1898, Cícero Ferreira assume a posição de médico da capital e, dois anos depois, a Seção de Higiene e Assistência Pública. A Diretoria de Higiene faz sua segunda aparição em 1910 com a rearticulação da estrutura sob a direção do médico Zoroastro Alvarenga e permanece em funcionamento até 1927, quando é transformada em Diretoria de Saúde Pública.

Uma das principais iniciativas voltadas para a reorganização dos serviços sanitários mineiros foi a aprovação do Regulamento Sanitário de 1910, instituído pelo Decreto nº 2.733. O documento representou um marco na estruturação das políticas públicas de saúde do estado ao estabelecer atribuições, competências e procedimentos voltados para a fiscalização sanitária, a profilaxia das doenças transmissíveis e a organização dos serviços de saúde.

O Regulamento estabelecia a divisão do serviço sanitário de Minas Gerais em duas esferas: estadual e municipal. De uma maneira geral, ao serviço municipal competia o saneamento local, a polícia sanitária, a fiscalização dos alimentos e bebidas, a organização e a direção do serviço de assistência pública. Além disso, mensalmente, a produção e o envio ao diretor geral de higiene de boletim sobre as condições sanitárias municipais, bem como de quadro da estatística demográfica sanitária, os quais deveriam ser elaborados conforme modelo disponibilizado pelo Governo (OLIVEIRA, 2019, p.58)

A implementação dessas medidas esteve diretamente associada ao fortalecimento da Diretoria de Higiene, órgão responsável pela coordenação das ações sanitárias em Minas Gerais. Além de fiscalizar os serviços de saúde, a Diretoria produzia relatórios anuais que registravam a

situação sanitária do estado, as principais doenças observadas e as medidas adotadas para seu enfrentamento.

Entre os diversos temas abordados, destacava-se a questão do isolamento dos doentes acometidos por enfermidades contagiosas. O regulamento definia as condições em que o isolamento deveria ocorrer, regulamentava a atuação das autoridades sanitárias e estabelecia mecanismos para o controle dos focos epidêmicos.

A necessidade de isolamento dos doentes já se impunha às autoridades sanitárias antes mesmo da plena estruturação do Hospital de Isolamento. A utilização de uma residência improvisada no bairro do Cardoso e a posterior transferência de uma paciente acometida por varíola para um edifício ainda desprovido de mobiliário e iluminação revelam tanto a urgência da situação quanto a insuficiência das estruturas disponíveis para atender às exigências da legislação sanitária. Nesse sentido, a criação do hospital pode ser analisada sob a luz de uma resposta prática às demandas impostas pela necessidade de dispor de um espaço específico para o tratamento e o isolamento dos enfermos.

O Hospital de Isolamento

Foi nesse contexto de reorganização sanitária que o Hospital de Isolamento passou a integrar oficialmente os serviços de saúde de Belo Horizonte. Embora a construção do edifício já estivesse praticamente concluída quando foi incorporado à Diretoria de Higiene, os relatórios de 1910 registram os primeiros momentos de sua utilização. Segundo o diretor de Higiene, Zoroastro Alvarenga, os primeiros doentes que necessitaram de isolamento haviam sido inicialmente acomodados em uma antiga residência localizada no bairro Cardoso, em condições consideradas inadequadas pelas autoridades sanitárias:

Os primeiros doentes de molestia transmissivel, que-á Directoria de Hygiene coube isolar, foram removidos para uma velha habitação, no bairro do Cardoso. As condições desse isolamento eram de tal sorte inacceptaveis, que tive de transferir delle para o hospital recentemente construido e ainda sem mobiliario e sem luz, uma mulher accommettida de variola. Isso se deu no mez de setembro.

Nenhuma interferencia teve a Directoria de Hygiene na construcção do Hospital de Isolamento, que lhe foi entregue quasi- acabado.

Devidamente auctorizado, encommendei da America do Norte o mobiliario destinado a esse hospital e que deve estar a chegar no porto do Rio de Janeiro.

(MINAS GERAIS. Diretoria de Higiene, 1911).

A partir desse momento, o Hospital de Isolamento passou a integrar oficialmente a estrutura da Diretoria de Higiene, tornando-se um dos principais instrumentos das políticas de combate às doenças infectocontagiosas. Dentro da organização sanitária mineira, o Hospital de Isolamento não atuava de forma independente. Ele integrava uma rede institucional composta também pelo Laboratório Químico de Análises e pelo Serviço Geral de Desinfecção. Esses órgãos desempenhavam funções complementares. Enquanto o laboratório realizava exames e análises necessárias à identificação das enfermidades, o serviço de desinfecção atuava na eliminação de focos de contaminação. O hospital, por sua vez, recebia os indivíduos acometidos por doenças de notificação compulsória e promovia seu afastamento do convívio social, como previa o Regulamento Sanitário. A articulação entre essas instituições revela a consolidação de uma lógica sanitária baseada na identificação, isolamento e controle dos doentes. O hospital representava, portanto, uma alternativa considerada mais eficiente pelas autoridades quando comparada ao isolamento domiciliar.

Porém, a inauguração do Hospital de Isolamento não significou o abandono imediato do isolamento domiciliar como estratégia de combate às doenças transmissíveis. Os relatórios da Diretoria de Higiene indicam que, nos primeiros anos de funcionamento da instituição, a permanência dos doentes em suas próprias residências continuou sendo uma prática recorrente e amplamente aceita pelas autoridades sanitárias. Em 1912, Zoroastro Alvarenga (1913) atribuía o reduzido movimento do hospital não apenas ao bom estado sanitário da cidade, mas também à “repugnância” das famílias em hospitalizar seus parentes e à tolerância dada ao isolamento domiciliar. A hospitalização ainda encontrava resistências sociais importantes, especialmente porque o afastamento do doente do ambiente familiar representava uma ruptura com práticas de cuidado já consolidadas. Ao mesmo tempo, os relatórios revelam uma crescente defesa da superioridade do isolamento hospitalar. Para os médicos responsáveis pelo serviço, o hospital oferecia condições mais adequadas de vigilância, tratamento e profilaxia.

Inaugurado em 1910, o Hospital de Isolamento foi idealizado pelo médico Cícero Ferreira, que havia participado da Comissão Construtora da capital e que se consagrou como uma das figuras de maior destaque na administração dos serviços de saúde de Belo Horizonte. Cícero ocupou diversos cargos dentro da administração pública desde os primeiros anos da cidade e esteve envolvido na construção dos principais equipamentos de saúde da capital. De acordo com Lara (2018), o plano e a planta do hospital foram pensados pelo próprio médico com sugestões

de Oswaldo Cruz. Sendo assim, entendendo a demanda por um lugar para receber os doentes de doenças infectocontagiosas, o Hospital é construído no antigo bairro Cardoso, atual região de Santa Tereza, e sua localização também refletia preocupações sanitárias. O estabelecimento ocupava uma área relativamente afastada do núcleo urbano central.

O Hospital de Isolamento era apresentado como um exemplo de modernidade médica. Sua arquitetura pavilhonar, com capacidade para receber aproximadamente 60 doentes, seguia princípios considerados avançados para a época, privilegiando ventilação, iluminação e separação dos pacientes segundo o tipo de enfermidade. Existiam, por exemplo, seções destinadas ao tratamento de doentes de febre amarela, equipadas com tambores “Oswaldo Cruz”, um recurso planejado para a contenção dos mosquitos vetores da doença.

A repercussão positiva observada durante a visita realizada pelos participantes do VII Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em 1912, evidencia o prestígio alcançado pela instituição entre os profissionais da área médica. O estabelecimento era frequentemente descrito como um modelo de organização hospitalar e de aplicação dos princípios higiênicos modernos, em consonância com o projeto de cidade moderna e salubre que orientou a construção de Belo Horizonte: “A Capital de Minas não podia ser, na actualidade, dotada de melhor estabelecimento para o fim a que destina” (7º CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA E CIRURGIA, 1912).

Demografia sanitária do Hospital de Isolamento

A partir dos dados de demografia sanitária presentes nos relatórios, foi realizada uma análise preliminar que permitiu identificar algumas tendências relacionadas à atuação do Hospital de Isolamento e ao perfil sanitário da capital. Contudo, por constituir uma investigação ainda em andamento, as observações apresentadas devem ser compreendidas como resultados ainda iniciais, passíveis de revisão e aprofundamento à medida que novos cruzamentos documentais forem realizados. Os dados relativos ao movimento do Hospital de Isolamento sugerem que a instituição ocupou, durante seus primeiros anos de funcionamento, uma posição relativamente secundária dentro da assistência sanitária da capital. Mesmo atendendo pacientes de diferentes doenças de notificação compulsória, como difteria; febre tifoide; alastrim e varíola; tuberculose; o número de internações se manteve reduzido até meados da década de 1910 e parece refletir não

apenas a incidência das doenças transmissíveis, mas também a persistência do isolamento domiciliar e as resistências da população à hospitalização. Nesse contexto, o hospital ainda buscava afirmar sua legitimidade como espaço privilegiado para o tratamento e controle dos enfermos.

A epidemia de influenza espanhola de 1918 alterou significativamente esse cenário. Diante da ampliação da demanda por atendimento e da necessidade de concentrar esforços no combate à doença, a instituição assumiu um papel mais destacado na resposta sanitária da cidade. O crescimento das internações naquele ano evidencia como os momentos de crise contribuíam para redefinir a importância do hospital, tornando mais visível sua função dentro da política de controle das enfermidades transmissíveis. Por outro lado, a redução observada nos registros de 1919 contrasta com o aumento expressivo das internações verificado durante a epidemia de influenza. Embora os dados não permitam, neste momento, explicar de forma conclusiva essa oscilação, ela chama atenção para a necessidade de aprofundar a análise das relações entre a dinâmica das doenças transmissíveis, as práticas de isolamento e a utilização do hospital pela população. Assim, mais do que oferecer respostas definitivas, os números apresentados indicam caminhos para questionar: afinal, qual era o lugar ocupado pelo Hospital de Isolamento na estrutura sanitária de Belo Horizonte?

Mesmo que as autoridades sanitárias defendessem as vantagens de internação nosocomial (feitas em hospitais) e buscassem consolidar o estabelecimento como espaço prioritário para o tratamento e controle de doenças, a própria legislação permitia que os doentes permanecessem em suas residências desde que determinadas condições fossem observadas. O Regulamento Sanitário previa a possibilidade de coexistência do isolamento domiciliar e do nosocomial, contudo a escolha entre as modalidades não estava dissociada das condições materiais dos pacientes. Ao determinar que as despesas provenientes do isolamento domiciliar, quando este devesse ser hospitalar, seriam de responsabilidade do doente, o regulamento introduzia um marcador social e econômico na política sanitária. Além disso, as exigências descritas para a realização do isolamento domiciliar pressupunham recursos e condições habitacionais que não eram a realidade de grande parte dos moradores da capital. A possibilidade de permanência nesse tipo de isolamento estava diretamente associada aos grupos mais ricos que habitavam a cidade, enquanto a opção pela hospitalização tendia a se apresentar como alternativa mais frequente para aqueles que não dispunham das mesmas condições econômicas.

Essa dimensão econômica e material somava-se ainda à um aspecto simbólico. Nas primeiras décadas do século XX, o hospital enquanto instituição ainda não ocupava plenamente o lugar de espaço de cura que passaria a assumir ao longo do século e como conhecemos hoje. Na sua concepção, o hospital era um ambiente ocupado por pobres, peregrinos, doentes e religiosos e foi somente com o avanço do capitalismo e da sociedade contemporânea que a saúde dos corpos passou a ser preocupação desses espaços. Frequentemente associado à pobreza, ao abandono e à morte, o ambiente hospitalar trazia em si a marca de um estigma que despertava medos e receios na população, que muitas vezes era resistente à internação. No caso do Hospital de Isolamento, esses temores eram potencializados pelo próprio caráter do isolamento, que surgiu enquanto prática institucionalizada ainda no século XIX, e marcado pela denominação da instituição que trazia o afastamento no nome. A preferência pelo isolamento domiciliar, portanto, não pode ser compreendida apenas como uma questão arbitrária ou de preferência, mas também como expressão das representações atribuídas ao hospital e à experiência da hospitalização naquele contexto.

Os relatórios da Diretoria de Higiene demonstram que essa possibilidade era amplamente utilizada e que a baixa ocupação do hospital, especialmente em seus primeiros anos de funcionamento, não estava relacionada apenas à situação sanitária da cidade, mas também à resistência das famílias em encaminhar seus parentes para internação. Nesse contexto, os médicos ligados ao serviço de isolamento procuraram construir uma imagem positiva da instituição, destacando a qualidade dos cuidados prestados como forma de ampliar a confiança da população no hospital. Mais do que uma simples oposição entre conhecimento médico e resistência popular, tais tensões revelam a coexistência de diferentes formas de compreender a doença, o tratamento e os espaços de cura, demonstrando que a implementação das políticas sanitárias era constantemente mediada por negociações entre as expectativas das autoridades e as práticas cotidianas da população.

Considerações finais

Os primeiros anos da década de 20 apresentam uma mudança simbólica na estrutura do Hospital de Isolamento. Em 1922, a instituição passa a ser chamada pelo nome de Hospital Cícero Ferreira após a morte do médico idealizador de seu projeto. E, no mesmo ano, em uma mensagem destinada governo do estado, o Dr. Samuel Libânio, Diretor Geral de Higiene no

momento, escreve sobre o avultoso número de doentes recebidos no ano de 1921 decorrido da ampliação das condições de conforto e de tratamento oferecidas no hospital, superando parcialmente, os obstáculos que até então se impunham.

Retomar a análise para os anos iniciais de Belo Horizonte nos fornece possibilidades para compreender como a constituição da estrutura sanitária da capital mineira esteve marcada por tensões entre os ideais de modernidade, higiene e progresso que orientaram sua fundação. Embora Belo Horizonte tenha sido concebida como uma cidade planejada e salubre, capaz de superar os problemas sanitários associados às antigas cidades coloniais, a experiência cotidiana demonstrou que o ordenamento urbano, por si só, não era suficiente para garantir a saúde coletiva.

A ocorrência de epidemias, a necessidade de criação de instituições especializadas e os limites da assistência sanitária e médica disponível evidenciaram a urgência da construção de uma rede sanitária mais ampla, organizada e centralizada, na qual o Hospital de Isolamento integrou e passou a ocupar um papel fundamental. Nesse contexto, o hospital representou uma nova lógica de intervenção sanitária que extrapolou a ideia de ser um simples espaço destinado ao tratamento de doentes acometidos por enfermidades contagiosas e integrou um equipamento moderno e complexo. Subordinado às ações da Diretoria de Higiene do estado de Minas Gerais, integrado ao Desinfectório e ao Laboratório de Análises, o hospital tornou-se instrumento decisivo numa cadeia de práticas de controle das doenças de caráter compulsório. No entanto, o presente trabalho demonstrou que a sua atuação esteve longe de ocorrer de maneira linear e harmônica, uma vez que o isolamento domiciliar permaneceu amplamente utilizado e socialmente aceito durante o período estudado, além das resistências à hospitalização e as precariedades do sistema de saúde.

A relutância em relação ao tratamento nosocomial revela que a implementação das políticas sanitárias não dependia apenas da existência das instituições ou da formulação de regulamentos sanitários. Ela envolvia também disputas de significados, de narrativas médicas sobre as práticas de cuidados, de experiências individuais e condicionantes sociais que influenciavam a escolha da população. O hospital, espaço ainda frequentemente associado à pobreza, sofrimento e à morte, não era percebido em unanimidade como espaço de cura. A percepção desse espaço como tal só se torna possível a partir da construção de uma autoridade

médica e sanitária que dialoga constantemente as expectativas das autoridades médicas com as práticas cotidianas.

Dessa forma, a trajetória do Hospital de Isolamento serve como lupa para evidenciar as entrelinhas que contam a história da própria capital, revelando aspectos fundamentais da formação de Belo Horizonte, revelando como a própria experiência da doença e as estratégias de seu enfrentamento estiveram relacionadas à construção dos primeiros equipamentos sanitários e às transformações de sua vida social. Contar a história do hospital também é contar a história da cidade.

FONTES

JORNAL DE MINAS. 7º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia. Jornal de Minas, Belo Horizonte, 25 abr. 1912.

MINAS GERAIS. Diretoria de Hygiene. Relatórios da Diretoria de Hygiene relativos aos annos de 1912 a 1923. Belo Horizonte: Diretoria de Hygiene de Minas Gerais, 1912-1923. Arquivo Público Mineiro.

MINAS GERAIS. Diretoria de Hygiene. Relatório da Diretoria de Hygiene relativo ao anno de 1913. Belo Horizonte: Diretoria de Hygiene de Minas Gerais, 1913. Arquivo Público Mineiro.

MINAS GERAIS. Regulamento a que se refere o Decreto n.º 2.733. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1910.

Referências bibliográficas:

LARA, Mario. Cícero Ferreira: o legado, a vida e a obra do grande empreendedor. Belo Horizonte: Imperial Novo Milênio, 2018.

NICHIATA, Lúcia Yasuko Izumi; GIR, Elucir; TAKAHASHI, Renata Ferreira; CIOSEK, Sueli Itsuko. Evolução dos isolamentos em doenças transmissíveis: os saberes na prática contemporânea. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 61-70, 2004.

OLIVEIRA, Liliane Tibúrcio de. Educar, divulgar, persuadir: propostas e ações da Diretoria de Higiene de Minas Gerais (1910-1927). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A influenza espanhola e a cidade planejada: Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Argumentvm, 2007.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; MARQUES, Rita de Cássia (org.). História da saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.



ST19

ESCRAVIDÃO, LIBERDADE, RELIGIOSIDADES E DINÂMICAS DE MISTIÇAGENS

Coordenadores:
Igor da Silva Nunes
Letícia Maia Dias
Eduardo Julião Teixeira Santos
Antônio Gabriel Ferreira e Barros

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

O culto a Nossa Senhora do Amparo e as experiências de trabalhadores negros no contexto fabril de Valença-Bahia (1859-1889).

Paulo Vitor Souza da Luz

Doutorando em História

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de

Financiamento 001

pvsuluz.ppghis@ufrj.br

Resumo: Este trabalho analisa experiências de operários negros no contexto fabril da cidade de Valença, Bahia, entre 1859 e 1889, a partir do culto a Nossa Senhora do Amparo, compreendido como prática devocional, espaço de sociabilidade e forma de associativismo. A discussão parte do diálogo com uma historiografia voltada aos contextos históricos de Valença durante o século XIX, entre eles a atuação da região como porto para o tráfico ilegal de africanos, a economia de abastecimento baseada na produção de gêneros agrícolas, a escravidão em seus contextos de mudanças políticas e sociais, a instalação e o funcionamento das fábricas têxteis da cidade e as relações de trabalho nelas constituídas. Nesse cenário, argumenta-se que o culto a Nossa Senhora do Amparo adquiriu novos sentidos no contexto têxtil valenciano, sendo atravessado por diferentes apropriações e ressignificações. Desse modo, o culto é analisado como uma linguagem por meio da qual trabalhadores negros produziram experiências próprias a partir da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Trabalho fabril; Religiosidades; Valença-Bahia.

Considerações iniciais

O “surto de industrialização” têxtil na cidade de Valença, nos termos da leitura de Oliveira (1985), não pode ser compreendido como experiência dissociada das relações escravistas que estruturaram a sociedade brasileira no século XIX. Situada na Bahia e historicamente articulada ao Litoral Sul e ao Recôncavo Sul da província, Valença integrou circuitos econômicos, sociais e políticos atravessados pela escravidão, pelo tráfico ilegal de africanos, pela circulação de capitais escravistas e por formas heterogêneas de exploração do trabalho. A historiografia recente tem demonstrado que a formação desse núcleo têxtil esteve articulada ao tráfico ilegal de africanos, à economia de abastecimento, às dinâmicas escravistas e à constituição de formas de trabalho nas quais liberdade, tutela e coerção se combinavam de maneira instável. Essas produções têm contribuído para problematizar a construção memorialística da cidade como

experiência exemplar de pioneirismo industrial, evidenciando que a modernização técnica das fábricas coexistiu com as engrenagens do sistema escravista. Partindo desse debate, este trabalho propõe uma reflexão sobre outro aspecto desse mesmo processo: os modos pelos quais práticas religiosas, especialmente o culto a Nossa Senhora do Amparo, atravessaram o mundo têxtil valenciano e participaram da produção de sentidos socioculturais no cotidiano fabril.

Este trabalho constitui um recorte temático de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento e, por isso, não pretende esgotar as discussões sobre o universo têxtil de Valença, a escravidão na região ou a história do culto a Nossa Senhora do Amparo. Seu objetivo é apresentar reflexões preliminares sobre as formas pelas quais a emergência do mundo fabril não apenas remodelou as experiências sociais em Valença, mas também os modos de atribuição de sentido ao culto a Nossa Senhora do Amparo na cidade, na segunda metade do século XIX.

O recorte temporal, situado entre 1859 e 1889, responde a uma escolha analítica. O ano de 1859 corresponde à fundação da fábrica Nossa Senhora do Amparo, marco a partir do qual uma devoção já existente na cidade passou a ser reinscrita em novas circunstâncias sociais, associadas à expansão do trabalho têxtil. Por volta de 1889, a fábrica Nossa Senhora do Amparo foi fundida à fábrica Todos os Santos, fundada em 1844, por meio da constituição de uma sociedade anônima, passando ambas as unidades a integrar a Companhia Valença Industrial (CVI). Posteriormente, as instalações da Todos os Santos foram desativadas, enquanto as atividades da Companhia permaneceram concentradas nas dependências da antiga fábrica Nossa Senhora do Amparo.

Esses marcos não indicam o início nem o encerramento da experiência religiosa em torno de Nossa Senhora do Amparo. Antes, funcionam como balizas analíticas para circunscrever o momento em que a devoção, já presente na cidade, passou a ser reconfigurada pelas dinâmicas do trabalho têxtil ainda no contexto imperial. A escolha de 1889 como limite não supõe a perda de centralidade do culto, cuja presença se ampliaria sob novos contornos ao longo do século XX, mas decorre da necessidade de delimitar a análise antes das transformações institucionais e políticas abertas pela reorganização fabril e pela instauração do regime republicano.

A questão deste trabalho consiste em situar o culto a Nossa Senhora do Amparo no cotidiano de sujeitos submetidos a diferentes condições jurídicas de exploração do trabalho no contexto fabril de Valença. Trata-se de uma devoção anterior à instalação da fábrica homônima, mas que, após perder a condição de padroeira oficial da localidade no início do século XIX,

permaneceu vinculada a segmentos subalternizados da população local (LUZ, 2025). Na segunda metade do mesmo século, em uma cidade composta majoritariamente por pessoas negras, muitas delas inseridas no trabalho têxtil como escravizadas, libertas, livres, órfãs, aprendizes ou trabalhadoras submetidas a formas precárias de tutela e dependência (CARDOSO, 2017; FELÍCIO, 2018; SANTOS, 2020), o culto a Nossa Senhora do Amparo passou a ser atravessado por novas experiências sociais.

Essa leitura permite considerar que as irmandades religiosas podiam constituir “um espaço de relativa autonomia negra”, no qual seus membros construíam “identidades sociais significativas” em meio a um mundo “sufocante e sempre incerto” (REIS, 1996, p. 4). Permite também reconhecer que a festa não era apenas expressão devocional, pois podia promover a “vida lúdica” e instaurar o “estado de folia” entre seus membros e na comunidade negra em geral (REIS, 1996, p. 15). Nesse sentido, interessa compreender como esses sujeitos atribuíram sentidos próprios à devoção, articulando práticas religiosas, pertencimentos afro-diaspóricos, usos associativos da Irmandade e formas de sociabilidade negra constituídas em torno da festa.

A partir dessas questões, o texto organiza-se em dois planos de reflexão. O primeiro consiste em reconhecer as contribuições da historiografia recente que tem reposicionado Valença no interior das relações entre escravidão, tráfico ilegal, economia de abastecimento baseada na produção de gêneros agrícolas e estabelecimentos têxteis, afastando interpretações que dissociavam a experiência fabril valenciana das estruturas escravistas do século XIX. O segundo consiste em propor uma ampliação desse debate, tomando o culto a Nossa Senhora do Amparo como prática atravessada pela presença de trabalhadores negros, pela atuação da Irmandade, pela festa e pelos modos de significação produzidos em torno da devoção. Com isso, busca-se compreender a religiosidade não como dimensão exterior ao mundo do trabalho, mas como parte das formas pelas quais sujeitos subalternizados elaboraram pertencimentos, sociabilidades e experiências no contexto fabril de Valença.

Industrialização e escravidão na Valença oitocentista: considerações historiográficas

A experiência fabril de Valença no século XIX foi acompanhada pela produção de uma memória pública que associou as fábricas têxteis da cidade a imagens de progresso, pioneirismo, proteção social e modernização econômica. Essa memória não se formou de maneira espontânea,

mas foi alimentada pelas próprias fábricas e por seus agentes, que difundiram uma imagem das unidades fabris como instâncias de desenvolvimento econômico e benefício coletivo. Essa narrativa contribuiu para consolidar uma imagem de Valença como cidade de “vultos” modernos e progressista, ao mesmo tempo em que reduziu a visibilidade dos vínculos entre esse mundo fabril e as estruturas escravistas. Em diálogo com Elizabeth Jelin (2002), é possível compreender esse processo como uma forma de empreendimento de memória, no qual sujeitos institucionais atuam na produção organizada de narrativas sobre o passado, articulando suportes, linguagens e formas de circulação pública para fixar determinada leitura de sua atuação social.

O estabelecimento das fábricas Todos os Santos e Nossa Senhora do Amparo, portanto, precisa ser situado para além da narrativa que as apresentou como expressões de progresso e benefício coletivo. Esses empreendimentos não se formaram à margem do mundo da escravidão, mas no interior de uma sociedade atravessada pelo tráfico ilegal de africanos, pela circulação de capitais escravistas e por formas heterogêneas de exploração do trabalho. Desse modo, compreender Valença como cidade fabril implica interrogá-la também como espaço de continuidade, adaptação e reconfiguração das relações escravistas em meio às transformações econômicas do século XIX. Tais perspectivas evitam que os estabelecimentos fabris sejam interpretados como evidência isolada de modernidade, progresso econômico ou ruptura social. Ao contrário, permitem situá-los no interior de relações históricas mais amplas, nas quais a expansão fabril se articulou às hierarquias, dependências e formas de exploração do trabalho próprias da sociedade oitocentista.

A dissertação da historiadora Silvana Andrade dos Santos (2016) apresenta importantes contribuições para compreender a cidade de Valença inserida em circuitos escravistas antes de seu “surto de industrialização”. Ao analisar os desdobramentos da Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831, sobre uma região historicamente produtora de gêneros de abastecimento, especialmente mandioca e farinha de mandioca, mas também arroz, milho e feijão, a autora demonstra que a proibição do tráfico transatlântico não eliminou de imediato o comércio ilegal de africanos, mas contribuiu para sua reorganização espacial. Nesse processo, o Litoral Sul da Bahia passou a adquirir importância estratégica, pois a navegação de cabotagem, os rios, os caminhos internos, as matas e as conexões com o Recôncavo ofereciam condições para o desembarque, o acobertamento e a redistribuição de africanos ilegalmente introduzidos na província. A autora observa, nesse sentido, que os traficantes possivelmente se apropriaram das rotas de comércio de

gêneros de abastecimento e da navegação de cabotagem para distribuir os cativos desembarcados no sul baiano (SANTOS, 2016, p. 18).

Já em sua tese de doutorado, Santos (2020) aprofunda essa discussão ao encaminhar a análise para a fábrica Todos os Santos e para a sociedade Lacerda e Cia, proprietária do estabelecimento em sua primeira fase. A autora demonstra que a fábrica não apenas se instalou em uma região marcada pelo tráfico ilegal e pela economia escravista, mas foi constituída a partir de trajetórias empresariais diretamente vinculadas ao comércio de escravizados. Ao analisar a formação e a diversificação das fortunas de Antônio Francisco de Lacerda, John Smith Gillmer e Antônio Pedrozo de Albuquerque, a autora sustenta que os capitais que deram origem à Todos os Santos foram acumulados no contrabando. Além disso, a autora evidencia que o empreendimento empregava mão de obra escravizada e que sua produção atendia a demandas da própria sociedade escravista, especialmente por meio da fabricação de tecidos destinados à confecção de roupas para escravizados e de sacaria utilizada no acondicionamento de gêneros produzidos pelo trabalho cativo.

Se Santos (2020) demonstra que a fábrica Todos os Santos foi constituída em estreita articulação com capitais, mercados e práticas de trabalho vinculados à escravidão, a dissertação da historiadora Nilceanne Nogueira Lima Felício (2018) amplia esse quadro ao inserir também a fábrica Nossa Senhora do Amparo na análise das relações fabris da cidade. Sua contribuição consiste não apenas em discutir a presença de trabalhadores livres, libertos, escravizados, órfãos, aprendizes, homens, mulheres e crianças no universo têxtil, mas também em examinar como essas diferentes condições sociais e jurídicas coexistiam no interior dos estabelecimentos fabris da cidade. A autora questiona ainda a retórica empresarial do trabalho livre, evidenciando que a liberdade, naquele contexto, não pode ser tomada como categoria plena ou estável. Para ela, o escravismo deu forma tanto ao trabalho livre quanto ao trabalho escravizado, de modo que as fronteiras entre essas experiências não eram rígidas e, muitas vezes, sujeitos juridicamente distintos compartilhavam o mesmo espaço de vida e condições de trabalho semelhantes. Nilceanne observa ainda que a mão de obra infantil, denominada livre na documentação, era composta majoritariamente por órfãos e órfãs oriundos das casas de abrigo da capital, cuja liberdade deve ser compreendida como relativa, em razão da menoridade, da condição de orfandade, da vulnerabilidade social e dos vínculos de tutela que os aproximavam de formas compulsórias de trabalho (FELÍCIO, 2018, p. 79).

A compreensão desse mundo social exige, contudo, que a presença negra na região de Valença não seja reduzida ao registro do trabalho, ainda que a exploração da mão de obra constitua um elemento incontornável do problema. É nesse ponto que a dissertação da historiadora Claudiana dos Santos Cardoso (2017) oferece uma contribuição importante ao analisar a escravidão em Valença a partir das experiências cotidianas dos sujeitos escravizados, de seus conflitos, negociações, laços familiares, redes de solidariedade e estratégias de autonomia relativa. A autora evidencia que a região era marcada pela predominância da produção de farinha de mandioca, pela presença de pequenos e médios proprietários e por relações de trabalho que aproximavam senhores, escravizados, libertos e livres em um cotidiano atravessado por acordos, tensões e disputas. A autora demonstra que as negociações estabelecidas no interior do sistema escravista, embora limitadas por relações paternalistas e pela violência senhorial, permitiram a alguns cativos alcançar espaços de mobilidade, pecúlio e relativa ascensão econômica e social.

A leitura conjunta dessas pesquisas permite perceber a Valença oitocentista fora da construção cristalizada endossada pela Resolução n.º 368, de 10 de novembro de 1849, que elevou a Vila de Nova Valença, antigo nome da localidade desde 1799, quando foi elevada à condição de vila, ao foro de cidade sob o título de “Industrial Cidade de Valença” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1849, s. p.), conduzindo a uma análise histórica mais aprofundada, na qual as fábricas aparecem articuladas a processos que as antecedem, as sustentam e as excedem. O que emerge dessas obras não é apenas a imagem de uma localidade marcada pelo pioneirismo fabril, mas a de uma sociedade atravessada pela produção e circulação regional de gêneros agrícolas, pelo tráfico ilegal de africanos, pela escravidão, pela circulação de capitais, pela presença de trabalhadores em diferentes condições jurídicas e por formas cotidianas de negociação, conflito e dependência.

Essa leitura permite compreender, por contraste, os limites de certas narrativas locais sobre o passado da cidade. O memorialista Edgard Otacílio da Silva Oliveira (2009), por exemplo, constrói uma síntese ampla da história da cidade, organizada por marcos políticos, efemérides, personagens, monumentos e episódios considerados relevantes para a memória pública de Valença. Não se trata, necessariamente, de atribuir ao autor a intenção deliberada de silenciar determinados processos, sobretudo porque a amplitude de seu recorte impunha limites evidentes ao aprofundamento de cada questão. Ainda assim, sua narrativa reforça uma leitura cívica do passado de Valença, na qual o século XIX aparece frequentemente associado ao progresso, ao

desenvolvimento institucional, à elevação política da cidade e à força de suas iniciativas fabris. Nesse cenário, a fábrica surge mais como sinal de superação ou contraste em relação ao trabalho escravizado do que como parte de uma sociedade efetivamente atravessada pelo escravismo. A afirmação de que, “no período em que todas as empresas utilizavam o trabalho escravo, a Fábrica Todos os Santos utilizou a mão-de-obra assalariada” e “implantou uma política pioneira de seguridade social” (OLIVEIRA, 2009, p. 78) expressa bem essa percepção, posteriormente tensionada pela historiografia recente.

Já a obra de Waldir Freitas Oliveira (1985) ocupa posição distinta nesse percurso interpretativo. Embora também esteja voltada à compreensão da experiência industrial valenciana e conserve, em alguns momentos, certa ênfase no caráter excepcional do surto fabril da cidade, o autor, ainda na década de 1980, já apontava elementos que permitiam aproximar os industriais de Valença dos circuitos escravistas do século XIX. Ao tratar dos agentes envolvidos na construção das fábricas, especialmente Antônio Pedroso de Albuquerque, Antônio Francisco de Lacerda e John Smith Gillmer, o autor mencionou relações com o tráfico negreiro e reconheceu que parte dos capitais empregados na experiência industrial procedia de atividades comerciais diversas, inclusive de operações ligadas ao comércio de africanos.

Seu trabalho, portanto, não rompe plenamente com a imagem da “Industrial Cidade de Valença” como experiência de modernização, mas abre uma inflexão importante nessa leitura ao registrar, ainda que de modo incipiente, conexões entre capital mercantil, tráfico negreiro e formação fabril. A contribuição posterior de Santos (2020) e Felício (2018) esteve em conferir maior densidade analítica a questões já indicadas por Oliveira (1985), deslocando-as para o centro do problema historiográfico. Com isso, as autoras demonstraram que a relação entre fábrica e escravidão não se limitava à trajetória de alguns empresários, mas envolvia capitais, mercados, mão de obra, produção e formas de organização social do trabalho.

A diferença entre essas leituras não se limita, portanto, à presença ou ausência de determinados dados sobre a escravidão. Ela diz respeito ao próprio modo de construir historicamente a cidade. Nas narrativas de caráter memorialístico, Valença tende a ser apresentada por meio de marcos institucionais, personagens notáveis, feitos administrativos e sinais de progresso, o que confere centralidade aos episódios capazes de compor uma memória pública positiva da localidade. Já as pesquisas mais recentes deslocam o eixo da interpretação ao recorrerem a inventários, processos criminais, correspondências administrativas, periódicos,

registros empresariais e documentação fabril para reconstituir relações menos visíveis na narrativa cívica da cidade. Com isso, a Valença oitocentista deixa de ser apreendida apenas pela sucessão de seus marcos políticos e industriais e passa a ser interrogada a partir das relações sociais que sustentaram sua formação: circulação de capitais, regimes de trabalho, conflitos cotidianos, experiências negras, dependências jurídicas e formas de negociação produzidas no interior da ordem escravista.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a soma dessas abordagens, mas a possibilidade de compreender Valença como um espaço histórico atravessado por camadas simultâneas de circulação econômica, exploração do trabalho, presença negra, hierarquias sociais e rearranjos institucionais. A cidade fabril, nesse sentido, não substitui a cidade escravista, assim como a economia de abastecimento não desaparece diante da fábrica; essas experiências sobrepõem-se, tensionam-se e ajudam a compreender a complexidade social da Valença oitocentista.

Essas contribuições, contudo, não encerram as possibilidades de interpretação sobre Valença no século XIX, nem pretendem fazê-lo. As autoras, Santos (2016), Cardoso (2017), Felício (2018) e Santos (2020), formularam problemas específicos, definidos por recortes, objetivos, escalas de análise e fontes adequadas aos seus propósitos. Seus trabalhos oferecem bases fundamentais para compreender os problemas por elas levantados, mas permanecem vinculados às questões que orientaram suas respectivas pesquisas. Por isso, seus limites não devem ser lidos como lacunas, mas como fronteiras inerentes a qualquer investigação histórica. É justamente a partir dessas fronteiras que outras perguntas podem ser formuladas, especialmente quando se considera que o mundo social reconstruído por essas autoras também foi atravessado por práticas religiosas, devoções, irmandades, festas e formas de pertencimento que ainda demandam maior atenção historiográfica.

O culto a Nossa Senhora do Amparo em Valença: devoção, trabalho e sociabilidades negras

A partir desse quadro historiográfico, o culto a Nossa Senhora do Amparo pode ser recolocado em uma chave distinta daquela que o tomava apenas como expressão devocional. A devoção à santa antecedia a instalação da fábrica homônima e já integrava o contexto religioso de Valença antes da segunda metade do século XIX. Contudo, a fundação da Fábrica Nossa Senhora

do Amparo, em 1859, alterou as condições sociais de circulação desse culto, ao inscrevê-lo em um universo fabril marcado pela presença de trabalhadores negros, livres, libertos, escravizados, órfãos, aprendizes e sujeitos submetidos a diferentes formas de tutela e dependência. Assim, interessa examinar como a presença do culto no mundo têxtil alterou os modos pelos quais ele era vivido, organizado e significado. Trata-se de compreender como uma devoção já existente passou a ser significada em novas circunstâncias históricas, nas quais trabalho, pertencimento social, hierarquias raciais, vínculos associativos e práticas festivas redefiniam os modos pelos quais o culto a Nossa Senhora do Amparo era vivido e reconhecido no contexto fabril, entre 1859 e 1889.

Na região hoje correspondente ao território de Valença, o culto a Nossa Senhora do Amparo remonta, ao menos, à segunda metade do século XVII, no contexto da colonização portuguesa e da dominação dos diferentes povos indígenas que habitavam a região. Nesse período, a santa era invocada como Nossa Senhora do Amparo dos Navegantes, denominação posteriormente simplificada ao longo do século XIX. Até 1799, Nossa Senhora do Amparo ocupava a condição de padroeira do povoado, cuja formação esteve vinculada à exploração econômica empreendida pelos colonizadores. Com a elevação do povoado à categoria de vila, passando a denominar-se Vila de Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus, as elites locais promoveram a substituição do orago, instituindo o Santíssimo Coração de Jesus como patrono da recém-criada vila, em processo acompanhado pela construção de uma igreja matriz e pela criação de uma freguesia própria. A capela dedicada à Nossa Senhora do Amparo, entretanto, permaneceu em funcionamento em área considerada “subúrbio” da nova vila, mantendo-se como espaço de devoção associado, sobretudo, às camadas subalternizadas da população (LUZ, 2025).

Essa permanência em posição periférica à nova centralidade espiritual não deve ser interpretada como indicador de irrelevância religiosa. Ao contrário, permite levantar a hipótese de que a capela de Nossa Senhora do Amparo preservou circuitos devocionais próprios, não inteiramente confundidos com a oficialidade instituída em torno do Santíssimo Coração de Jesus. Nesse ponto, uma das questões que a pesquisa pretende aprofundar diz respeito à composição social das irmandades vinculadas à capela do Amparo. Considerando a presença majoritária de pessoas negras na sociedade valenciana do período, torna-se necessário investigar em que medida esses sujeitos participaram da sustentação cotidiana do culto, da organização de suas práticas religiosas e da vida associativa em torno da devoção. A hipótese que se abre, portanto, é a de que,

após a perda da condição de padroeira oficial, Nossa Senhora do Amparo permaneceu ativa em outro lugar social da vida religiosa valenciana, como referência capaz de articular vínculos, pertencimentos e formas de sociabilidade entre segmentos subalternizados da população local.

Em 1859, com a instalação da Fábrica Nossa Senhora do Amparo, a devoção à santa foi integrada ao mundo do trabalho têxtil em Valença. Pertencente à firma Madureira & Dutra, composta por Bernardino de Sena Madureira e Luiz Rodrigues Dutra Rocha Filho (OLIVEIRA, 1985), o estabelecimento foi erguido no sopé do morro da capela de Nossa Senhora do Amparo. Essa proximidade entre fábrica e capela não explica, por si só, a relação posterior entre culto e operariado, mas ajuda a compreender as condições em que uma devoção já existente passou a ser associada ao cotidiano têxtil. O que se observa, a partir da trajetória posterior do culto, é a constituição progressiva de uma vinculação entre Nossa Senhora do Amparo, o espaço fabril e os trabalhadores têxteis, marcada por intervenções patronais, práticas devocionais internas à fábrica, reorganização da festa, participação operária e reelaborações simbólicas produzidas no interior desse universo social.

A atuação de Bernardino de Sena Madureira é um elemento importante para compreender esse processo. Madureira aparece na memória local como benfeitor da capela e como agente diretamente envolvido na reorganização pública do culto. Segundo a tradição oral registrada por Carlos Henrique Ferreira dos Passos (2007) em escrito memorialístico, Bernardino é lembrado como benfeitor da capela de Nossa Senhora do Amparo, tendo promovido reparos em sua estrutura e interferido na organização de sua festividade. Segundo este, por volta da década de 1860, ele teria ofertado uma coroa de ouro à imagem de Nossa Senhora do Amparo, proclamando-a padroeira dos operários. A mesma tradição atribui a Madureira a transferência da festa, antes realizada em 15 de fevereiro, para o mês de novembro, fazendo-a coincidir com os festejos de aniversário da fábrica homônima.

O registro memorialístico deve ser tomado com cautela metodológica, pois se apoia em uma memória transmitida e reelaborada socialmente. Como observa Meihy (2005, p. 169), “os casos de tradição oral implicam o uso do que se chama de narrativas emprestadas”, isto é, relatos que retomam aspectos transmitidos por outras gerações. Nessa perspectiva, a tradição registrada por Passos interessa não apenas por aquilo que informa sobre Bernardino de Sena Madureira, mas pelo modo como a memória local produziu sentidos sobre a relação entre a fábrica, os operários e a devoção a Nossa Senhora do Amparo.

A atuação de Bernardino de Sena Madureira na capela de Nossa Senhora do Amparo também aparece registrada no relato de viagem de D. Pedro II. A presença do imperador em Valença, em janeiro de 1860, deve ser compreendida no contexto da projeção alcançada pela cidade na província e no Império, especialmente em razão das atividades têxteis então desenvolvidas e das influências políticas dos proprietários ligados à Fábrica Todos os Santos (SANTOS, 2020). Durante sua passagem pela cidade, o imperador visitou diferentes espaços considerados relevantes, entre eles a capela de Nossa Senhora do Amparo. Em seu diário, ao se referir ao templo, registrou: “Amparo. Muito bem situada. Igrejinha reparada com pintura pelo Bernardino Madureira [...]. A Igrejinha é bonita assim não fosse o teto tão baixo, foi a 1ª igreja e o vigário já aí se viu cercado pelo gentio” (Dom Pedro II, 1959, p. 189-190). As duas últimas menções de D. Pedro II indicavam tanto que a capela do Amparo foi o primeiro templo da povoação que deu origem a Valença quanto que a referência ao vigário remetia ao contexto de ocupação colonial da região, marcado pela presença indígena e pelos processos de dominação, aldeamento e cristianização desses povos.

Posteriormente, por volta de 1880, Bernardino de Sena Madureira financiou uma ampla reforma estrutural na capela do Amparo. Segundo a tradição oral, essa modificação teria sido inspirada na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim. A intervenção ampliou a antiga capela, que passou a apresentar configuração de igreja, preservando a nave e a capela-mor da estrutura anterior, mas incorporando duas torres, duas sacristias e corredores laterais sem galerias de tribunas (BAHIA, 1988). Essa intervenção conferiu ao templo a configuração arquitetônica que, em linhas gerais, se preserva até o presente.

Essas evidências permitem compreender que a relação entre a fábrica e o culto a Nossa Senhora do Amparo não se restringiu à nomeação do estabelecimento têxtil, mas alcançou também a manutenção da devoção na própria cidade. A atuação atribuída a Bernardino de Sena Madureira indica que a fábrica participou da sustentação do culto para além de seus muros, interferindo diretamente na capela, na festividade e na memória religiosa dos devotos. Ao mesmo tempo, essa vinculação também se fazia presente no espaço interno da fábrica, onde havia um local dedicado à devoção de Nossa Senhora do Amparo. Embora as sucessivas reformas e modificações estruturais tenham alterado a configuração original desse espaço, a presença de um oratório dedicado à santa permaneceu nas instalações fabris, estando atualmente localizada na

entrada da parte mais antiga da fábrica, acompanhada da inscrição “Companhia Valença Industrial Nossa Senhora do Amparo” (LUZ, 2025, p. 259).

Paralelamente à atuação dos dirigentes da fábrica na manutenção e ressignificação do culto a Nossa Senhora do Amparo, os operários também atuaram nesse processo. Sobretudo quando a empresa deixou de assumir integralmente o custeio da Festa de Nossa Senhora do Amparo, os trabalhadores passaram a contribuir diretamente para sua realização, por meio do desconto de uma porcentagem de seus vencimentos mensais. Essa forma de financiamento revela que a festa foi incorporada ao cotidiano operário não apenas como prática religiosa, mas como compromisso inscrito nas relações de trabalho. Além disso, a presença de operários na Irmandade de Nossa Senhora do Amparo e na organização dos festejos sugere uma participação ativa desses sujeitos na manutenção do culto, na gestão de sua festa e na produção de seus sentidos (LUZ, 2025).

Nesse contexto, o próprio título da santa adquiria especial força: Nossa Senhora do Amparo podia ser reconhecida como aquela que oferecia amparo aos trabalhadores diante das dificuldades do cotidiano fabril, marcado por baixos salários, jornadas extenuantes, acidentes, adoecimentos e formas diversas de dependência.

Essa reelaboração de sentidos também se expressou na leitura operária da própria imagem da santa. Na iconografia mariana, o cetro ostentado pela imagem de Nossa Senhora do Amparo remete à realeza, à autoridade espiritual e à dignidade régia atribuída à Virgem Maria. No universo fabril valenciano, entretanto, esse elemento passou a ser reinterpretado pelos trabalhadores como um fuso, instrumento associado ao ofício têxtil. A semelhança formal entre o cetro e o fuso permitiu que a imagem da santa fosse aproximada da experiência do trabalho, deslocando parte de seu significado para o repertório do mundo do ofício dos operários têxteis (LUZ, 2025).

Essa apropriação é particularmente interessante porque mostra que os trabalhadores não apenas receberam uma devoção associada à fábrica, mas participaram da reelaboração de sua linguagem simbólica. Ao identificar no cetro um instrumento de trabalho, os operários aproximavam a santa de seu próprio ofício e inscreviam na imagem uma leitura nascida da experiência fabril. Assim, Nossa Senhora do Amparo não era apenas a padroeira nomeada por proprietários ou reconhecida pela tradição religiosa secular da localidade; era também uma presença reinterpretada pelos trabalhadores a partir de suas condições de vida, de trabalho e de pertencimento.

À luz das leituras de Reis (1996) sobre religiosidades, irmandades e festas negras no Brasil escravista, o caso de Valença permite pensar, de modo preliminar, que o culto a Nossa Senhora do Amparo pode ter constituído uma das formas pelas quais trabalhadores negros elaboraram pertencimentos, sociabilidades e leituras próprias de sua experiência no mundo fabril. A presença operária no custeio da festa, na Irmandade, na organização dos festejos e na ressignificação da imagem da santa indica como essa devoção não permaneceu apenas como tradição religiosa, nem como referência espiritual produzida pela fábrica. Ela foi também apropriada por sujeitos cuja vida social era atravessada por diversos problemas sociais do século XIX. Nesse sentido, Nossa Senhora do Amparo pode ser compreendida como uma devoção situada no campo das experiências negras, não porque se tratasse de um culto exclusivamente negro, mas porque, no contexto fabril de Valença, foi vivida, sustentada e reinterpretada por trabalhadores que encontraram nela uma linguagem religiosa para expressar proteção, pertencimento e reconhecimento social.

Essas questões permitem compreender que o culto a Nossa Senhora do Amparo em Valença não deve ser tratado como elemento secundário da história industrial da cidade. Sua trajetória revela uma devoção atravessada por intervenções patronais, participação operária, práticas festivas, vínculos associativos e reelaborações simbólicas. Nesse processo, os sentidos atribuídos à santa não podem ser reduzidos a uma oposição simples entre imposição dos dirigentes e apropriação dos trabalhadores. O que se observa, ainda em caráter preliminar, é a maleabilidade de uma devoção que circulou entre a capela, a fábrica, a festa e a Irmandade, tornando-se referência religiosa por meio da qual diferentes sujeitos interpretaram suas experiências no mundo têxtil da cidade.

Considerações finais

As discussões desenvolvidas neste trabalho buscaram situar a cidade de Valença para além da imagem engendrada de “Industrial Cidade”, sem negar a importância histórica de sua experiência fabril. O objetivo foi indicar que o mundo têxtil valenciano precisa ser compreendido em relação às estruturas sociais que o antecederam e o sustentaram: a economia de abastecimento, o tráfico ilegal de africanos, a escravidão, a circulação de capitais, as formas heterogêneas de exploração do trabalho e a presença negra na formação social da cidade. Nesse sentido, a historiografia recente sobre a cidade permite deslocar a leitura cívica e memorialística

do progresso industrial para uma interpretação mais atenta às relações sociais, aos sujeitos subalternizados e às continuidades entre escravidão, liberdade precária e trabalho fabril.

A partir desse quadro, o culto a Nossa Senhora do Amparo foi tomado como problema histórico e não apenas como expressão religiosa. Sua vinculação ao mundo fabril, sobretudo após a instalação da fábrica homônima em 1859, permite pensar como uma devoção anterior passou a adquirir novos sentidos em meio às experiências de trabalhadores negros submetidos a diferentes formas de dependência. A participação operária no custeio da festa, na Irmandade, na organização dos festejos e na ressignificação da própria imagem da santa sugere que a devoção não permaneceu circunscrita à ação patronal ou à tradição religiosa herdada, mas foi reinterpretada por sujeitos que encontraram nela uma linguagem de proteção, pertencimento e reconhecimento social.

Por seu caráter preliminar, este trabalho não pretendeu encerrar a discussão, mas abrir horizontes de investigação. Trata-se, portanto, de compreender a devoção não como tema periférico à história industrial, mas como uma entrada possível para examinar os modos pelos quais sujeitos subalternizados produziram sentidos, vínculos e formas de presença histórica em uma cidade marcada pelo “surto de industrialização”, pela escravidão e pelas desigualdades sociais do século XIX.

A hipótese aqui apresentada demanda aprofundamento, especialmente no que diz respeito à composição social das irmandades, à participação dos operários na organização da festa, às práticas devocionais internas à fábrica e às formas pelas quais a memória forjada da cidade sobre este período preservou, reelaborou ou silenciou essas experiências. Ainda assim, as questões levantadas indicam a pertinência de articular história do trabalho, história das religiosidades e história das experiências negras para compreender a cidade de Valença na segunda metade do século XIX.

Referências bibliográficas:

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC-BA: **Inventário de Proteção do Acervo Cultural; monumentos e sítios do Litoral Sul**. 1ª edição. Salvador 1988. Volume V.

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. **Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa da Província da Bahia, sancionadas, e publicadas no corrente anno de 1849** (Sob números 346 a 380). Bahia: Typ. de Salvador Moutinho, 1849. Resolução nº 368, de 10 de novembro de 1849.

CARDOSO, Claudiana dos Santos. **Experiências do cativeiro: escravidão, conflitos e negociações em Valença-BA (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2017.

FELÍCIO, Nilceanne Nogueira Lima. **As fábricas têxteis do Rio Una: história sobre trabalho e indústria em Valença-Bahia (1844-1887)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria. Memorias de la represión**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

LUZ, Paulo Vitor Souza da. **“Tua festa é emoção”: cultura e sociabilidade na Festa de Nossa Senhora do Amparo de Valença-BA (1960–2013)**. 2025. Dissertação (Mestrado em História: Atlântico e Diáspora Africana) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença: dos primórdios à contemporaneidade**. 2. ed. Valença-BA: FACE, 2009.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **A industrial cidade de Valença: um surto de industrialização na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1985.

PASSOS, Carlos Henrique Ferreira dos. **Histórico da Igreja do Amparo - Salve seus 250 Anos**. Valença: exemplar digitado, 2007.

PEDRO II, Imperador do Brasil. **Diário da viagem ao norte do Brasil**. Prefácio e notas de Lourenço Luiz Lacombe. Salvador: Editora Progresso; Universidade da Bahia, 1959. 320 p. (Coleção Estudos Brasileiros, Série Marajoara, v. 24).

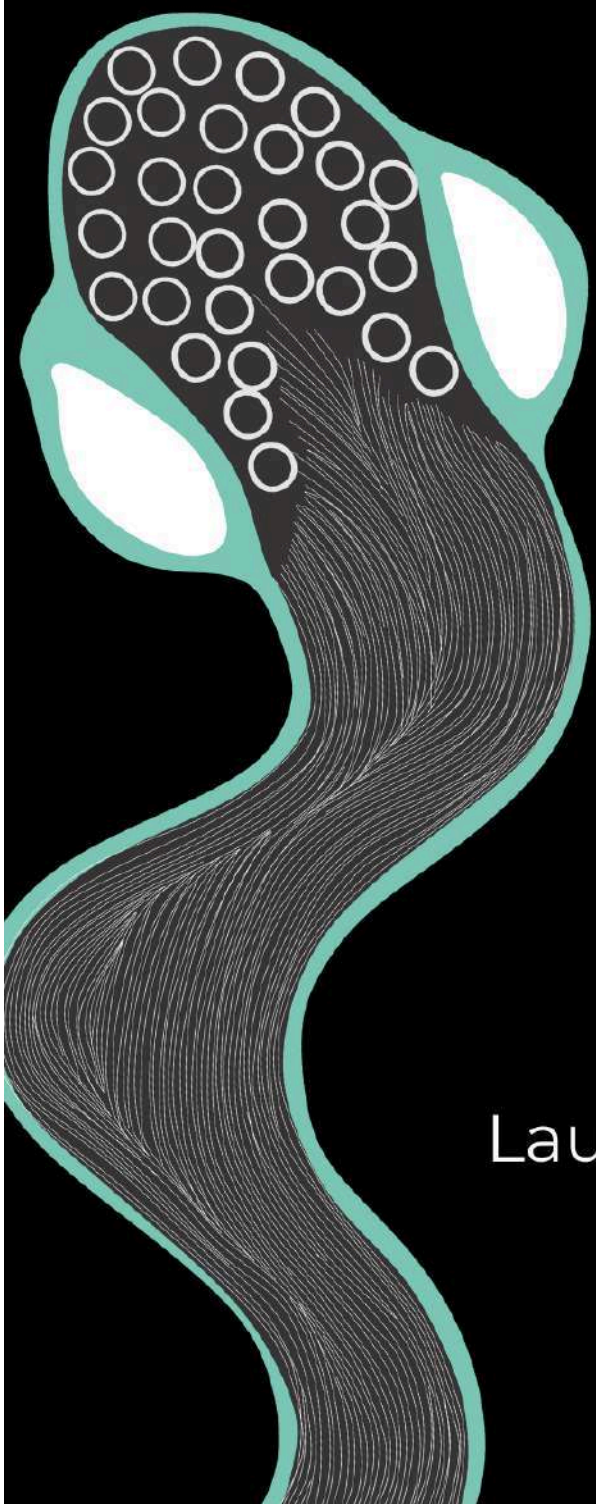
REIS, João José. **Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

SANTOS, Silvana Andrade dos. **Escravidão, tráfico e indústria na Bahia oitocentista: a sociedade Lacerda e Cia e a fábrica têxtil Todos os Santos (c.1844-c.1878)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SANTOS, Silvana Andrade dos. **Nos terrenos arenosos e no infame comércio: os desdobramentos do fim do tráfico transatlântico em Valença (Bahia, 1831-1866)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

ST20

ENSINO E HISTÓRIA: EXPERIÊNCIAS, PRÁTICAS DOCENTES E PESQUISA EM HISTÓRIA



Coordenadores:
Laura Augusta Oliveira Palhares
Felipe Augusto Souza Costa

XIII

EPHIX UFMG
2026
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Entre a pesquisa acadêmica e a experiência sala de aula: adaptabilidades e possibilidades

Júlia Delage Gomes Sabino
Doutoranda, UFJF
julia.delage.gs@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo mostrar as aplicabilidades das pesquisas acadêmicas à sala de aula no Ensino de História, utilizando a experiência pessoal da autora que, ao mesmo tempo que cursa o mestrado, cursou a licenciatura em História. A viabilidade deste trabalho foi possível graças à experiência de aulas do estágio obrigatório em Ensino de História. Nesse sentido, o trabalho utilizou da pesquisa acerca das repercussões da narrativa colonial, a partir do relato de Alvar Núñez Cabeza de Vaca e adaptá-la para as aulas avaliativas do estágio obrigatório, utilizando das metodologias do ensino, além de suportes diversos para que a aula fosse exequível.

Palavras-chave: Ensino de História; Pesquisa; Adaptabilidade; Narrativas.

Introdução

Este trabalho tem como intuito discutir a aplicabilidade das pesquisas acadêmicas em sala de aula, pensando, nas possíveis adaptações dependendo do nível de escolaridade, ano de ensino e exigências diversas. A experiência, feita nas aulas avaliativas da disciplina de estágio obrigatório, mostra resultados importantes para a reflexão de como se portar em sala de aula, como apresentar os trabalhos acadêmicos e como escolher a forma em que se adapta da pesquisa acadêmica.

É importante refletir que, apesar de um senso comum acreditar que a função dos professores de História do Ensino Básico se difere da função dos pesquisadores, tornando-se exclusivamente professores e vice-versa, os teóricos do Ensino de História nos mostram o contrário. Os professores de História podem e devem manter-se conectados com a academia, mantendo uma ligação direta com as pesquisas, atualizando-se nas reflexões e questionamentos levantados, tanto no âmbito historiográfico, quanto no âmbito da teoria do ensino:

Na análise retórica ferramenta metodológica profícua para a investigação das narrativas que articulavam subsídios teóricos da historiografia – contribuições sobre os fatos e conceitos estudados e, especialmente, as questões relacionadas com a dimensão temporal – e com as referências culturais dos alunos e professora, bem como outras presentes na sociedade, processo que estamos denominando “mediações didático-culturais”. Questões teóricas do tempo

presente que nos auxiliam a compreender e problematizar o ensino de História no tempo presente, lugar de fronteira. “arena política e cultural”. (MONTEIRO, 2015, p. 180)

A partir deste trabalho, pretendemos utilizar a experiência de ser mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora ao mesmo tempo em que se cursa o egresso na modalidade Licenciatura em História na mesma universidade. Esta experiência buscou aplicar partes da pesquisa de mestrado nas aulas de estágio obrigatório, já que a experiência de conciliação entre as duas modalidades, pós-graduação e graduação, tornou essa reflexão possível.

Entendemos que não há possibilidade de utilizar todas as fontes, referência e a linguagem acadêmica, além de compreendermos que parte da pesquisa talvez não fizesse sentido como forma de reflexão para uma turma de Ensino Médio. Apesar disso, adaptar e repensar as formas de trazer partes da pesquisa tornou-se um desafio interessante e que abriu possibilidades para uma aula que proporciona reflexão sobre questões relevantes da contemporaneidade para os alunos.

A pesquisa aplicada em sala de aula: o plano de aula e a atividade proposta

Entendemos que a aplicabilidade de uma pesquisa em sala de aula demanda uma questão importante: a adaptação do conteúdo, tendo em vista que o nosso objetivo como estagiário-professores não é criar historiadores. Na verdade, o objetivo seria criar questionamentos acerca daquilo que se propõe na pesquisa e, por isso, entendemos que pensar no jogo século XVI e século XVIII na Espanha talvez não fosse algo palpável pelos alunos, já que essa questão se distancia da realidade destes alunos.

Além disso, existiam dois novos desafios: o primeiro era que a aula deveria ser feita em dupla, com um colega de sala que não tinha domínio da pesquisa - algo compreensível, tendo em vista que o mestrado é um processo individual - o que empregava desafios para explicar a pesquisa de mestrado, de forma breve, tendo em vista o curto tempo que teríamos¹ contribuía para uma adaptabilidade, além de ser uma oportunidade de compartilhar aspectos da pesquisa

¹ A aula foi feita num contexto de pós-greve da UFJF e do Colégio de Aplicação João XXIII, o que diminuiu nosso tempo de contato com os alunos, além de ser um momento de realinhamento de cronogramas. Nesse sentido, a aula teve de ser pensada de forma mais ágil.

com um sujeito parelho. O segundo seriam as exigências enumeradas pelo professor Anderson Ferrari para a execução da aula, são elas:

- a) Serão ministradas três aulas: duas expositivas e uma na qual a turma escolhida execute uma atividade também elaborada pelos estagiários;
- b) A aula deveria partir do presente, iniciando a discussão a partir de uma problematização que liga o tema da aula a questões contemporâneas, mostrando, de forma enfática suas continuidades e, conseqüentemente, as rupturas;
- c) O uso de suportes diversos: imagens, fontes, notícias, charges, vídeos, etc.;
- d) A elaboração de uma atividade que não só dialoga com o tema da aula, como também tenha suportes iguais às duas aulas ministradas.

O problema da adaptabilidade começa a se resolver através das exigências para a aula: devemos partir de uma questão do presente. Como pensar, então, as narrativas coloniais e suas repercussões no presente? Existem diversos eixos nos quais podemos pensar, mas, existe uma questão frequentemente estudada pelos americanistas que nortearam o desenvolvimento do plano de aula, que se juntaram com a problemática sugerida pela minha dupla em sala de aula: a questão da alteridade e as produções de narrativas de poder.

O encontro entre espanhóis e nativos foi majoritariamente violento, o choque entre as culturas deixou marcas em diversos aspectos das sociedades colonizadas, dentre eles, a perspectiva sobre os indígenas de determinadas regiões. Os estudos colonialistas pesquisam essas relações e encontramos, desde clássicas perspectivas como a de Tzvetan Todorov (2010), como novas perspectivas através de releituras revisionistas, a *questão do outro* na Conquista interessa aos que se debruçam nos estudos coloniais.

No contexto do século XVI, as relações entre europeus e indígenas demarcam, de forma enfática, uma suposta superioridade europeia, imposta por eles aos povos originários das Américas. Através do relato de Cabeza de Vaca, podemos perceber as nuances das relações complexas entre os dois sujeitos. Percebemos através da narrativa de Cabeza de Vaca o discurso europeu ambíguo que percebe o indígena, como sujeitos para o trabalho escravo, bárbaros antropofágicos e/ou passíveis de serem catequizados.

Cabeza de Vaca, através de seu relato, reforça ambas as narrativas: ao mesmo tempo em que cita constantemente os indígenas como *gente sin razón* (CABEZA DE VACA, 1555) e

reproduz estereótipos já consolidados na Europa como a antropofagia descaracterizada, o conquistador narra passagens nas quais evangeliza e demonstra, firmemente, que os indígenas são capazes de assimilar a cultura cristã e serem bons súditos do rei. Além disso, também explicita a violência colonial imposta pelos espanhóis aos povos americanos, outro eixo importante para a construção das aulas.

A partir do relato e de imagéticas do século XVI e uma do século XIX, a aula teria esses suportes para dialogar com o passado, mostrando, através deles, a destruição dos povos e a apropriação das terras das Américas pelos europeus e também a forma em que esses indígenas que viviam nas terras eram percebidos. O uso de um quadro do século XIX seria uma forma de reforçar a continuidade de uma narrativa através do tempo, não sendo algo que surge no século XVI e reaparece novamente nos tempos atuais.

Portanto, o uso do relato tem a intenção de trazer uma nova perspectiva sobre a História da América, tanto no século XVI, quanto na contemporaneidade através da assimilação dos alunos acerca das problemáticas geradas na aula. As aulas propostas seguirão, portanto, a ideia de Aula de História proposta por Ferrari (2022):

A “[...] aula de história é aula de pergunta” foi a frase utilizada por um estagiário para definir o investimento na problematização como uma metodologia possível para o ensino de história. [...] Assim, mais do que definir a problematização, a frase-título demonstra um entendimento do ensino de história que foi sendo construído e incorporado como parte da formação docente, como aquele que instaura o questionamento e que pode estabelecer uma relação de diálogo e de mudanças entre professor ou professora e aluno e aluna. (FERRARI, 2022, p. 2)

A aula a partir da problematização, portanto, partiria de uma problemática do presente, como orientado pelo professor-avaliador como parte da exigência para a execução da aula e traria o diálogo para o passado. Através deste diálogo, pensaríamos as continuidades do passado colonial a partir de dois eixos, que dialogam entre si: a violência e a invasão das terras e a perspectiva acerca dos sujeitos indígenas construídas a partir de estereótipos.

A execução das aulas

Uma das aulas expositivas deveria, obrigatoriamente, ser avaliada pelo professor da disciplina de Reflexões Sobre o Espaço Escolar II, que também é o responsável da universidade pelo Estágio Supervisionado em Educação II. No caso da nossa aula, ele pode comparecer para

avaliar a aula dois. Dentre críticas construtivas para o desenvolvimento da nossa didática em sala de aula, um comentário se destaca para levarmos em consideração as páginas a seguir: “O plano de aula *é um plano*”, não é algo que deve ser seguido fielmente, ele é o nosso guia para ministrar uma aula.

Entender que o plano de aula não é algo que deve ser seguido à risca nos aponta para uma compreensão maior de que a sala de aula é um espaço de reflexão, de criar questionamentos e demandas, nos quais alguns serão respondidos pelas aulas seguintes ou pelos professores. Portanto, sala de aula, como aponta Anderson Ferrari (2022) – coincidentemente, o professor que nos avalia – *Aula de História é de pergunta*, na qual, a problematização, elemento essencial para o desenvolvimento de uma aula, torna-se fundamental para pensar nas nossas aulas do estágio.

O objetivo principal da nossa aula era, de fato, problematizar a percepção do indígena na sociedade atual, considerado cristalizado pelo tempo, sem agência histórica, numa concepção ainda muito marcada pela colonialidade. As mentalidades das sociedades colonizadas ainda passam, de fato, pelas noções colonizadoras. Os relatos de viagens e as narrativas reproduzidas em livros literários ou reedições, além de mídias audiovisuais, romantizando discursos para o entretenimento ou para a manutenção de um *status quo*. (LAVILLE, 1999).

Nesse sentido, entendemos que as aulas foram feitas com certo esforço por parte de todos os envolvidos para que tudo o que foi planejado fosse cumprido, o que nem sempre pode dar os melhores resultados. Isso nos foi constatado na prática, percebemos, algumas vezes, que o que trouxemos para a sala de aula como conteúdo e reflexão se perderam, dando lugar a certa rigidez do plano, além do nervosismo que toma conta quando somos avaliados.

A primeira aula: primeiros contatos, uso do tempo presente, a sensibilização - aprendendo com os erros

Nesta aula, como planejado, seria uma sensibilização ao tema, pensando na violência física praticada com os indígenas, fazendo um jogo entre o passado e o presente. A partir de imagens e notícias, partiríamos de uma discussão do presente, pensando no *Marco Temporal* e as invasões às terras indígenas na contemporaneidade, fazendo um paralelo com as invasões do passado e a tomada de terras pelos espanhóis através do relato de Alvar Núñez Cabeza de Vaca, os quais

seriam apresentados alguns trechos, explicados pela professora-estagiária, que também é pesquisadora do relato.

A primeira questão que saiu do planejamento, e aqui, acredito que foi prejudicial para a discussão, foi a abordagem na prática da questão da *Lei de Marco Temporal*, que, no planejamento, nos parecia mais fluida, através das imagens e, depois, explicar o projeto de lei de forma breve, e suas consequências através das notícias. O que aconteceu, acreditamos que pelo nervosismo, foi um conjunto de informações soltas, sem muito diálogo.

O que se sucedeu foi uma exposição perdida do assunto, sem a exploração das imagens expostas. Imagens fortes, que causavam impactos, passaram despercebidas aos olhos dos alunos, por terem sido aceleradas. Com as notícias aconteceu o mesmo, não foram lidas de forma calma, ainda que estivéssemos com o tempo o suficiente para lê-las. Quarenta e cinco minutos, que pareciam pouco no planejamento, se tornaram muito tempo à nossa disposição, devido ao aceleração dos assuntos.

A *Lei de Marco Temporal* foi exposta de forma oral, sem uma ligação explícita com o que foi proposto no plano. Reiteramos que o plano de aula é um guia, mas que existiam metodologias decisivas para que a sensibilização e a construção de um diálogo possível entre passado e presente de forma mais palpável, pensando, a partir das fotografias e charges, essa construção.

A aula seguiu seu curso acelerado, no qual sentimos que tínhamos muito menos tempo e muito conteúdo a cumprir. As notícias que denunciavam a violência sofrida pelos povos indígenas no presente, não trouxeram reflexões, por terem sido passadas depressa, não cumprindo, novamente, com a sensibilização esperada por uma rigidez ocasionada pelo excesso de suportes e a noção de uma obrigatoriedade de seguir com o plano de aula.

O mesmo aconteceu no momento do passado que a aula introduziu: a informação sobre a pesquisa acabou ficando solta. Não se refletiu sobre o passado e as imagens trazidas de Cabeza de Vaca e da capa original de *Naufrágios*. Apresentamos a pesquisa de forma breve, mostrando as aproximações com as aulas que planejamos para apresentá-los, falando um pouco de quem era Alvar Núñez Cabeza de Vaca. Entretanto, os trechos apresentados foram, junto com a charge, nosso breve momento de triunfo nesta aula: os alunos se interessaram pela narrativa.

Através desta primeira experiência, percebemos que, talvez, o excesso de suportes pode ser prejudicial ao andamento e entendimento da aula, tendo em vista que sentimos a necessidade

de seguir à risca os suportes nos slides. Assim sendo, percebemos que o que preconizamos na parte teórica através do plano de aula, sobre a História que corte como estilete (CUBAS, 2022) e a sensibilização proposta através das imagens do presente, caíram por terra.

Um caso parecido é narrado por Caroline Jaques Cubas (2022), sobre a experiência de estágio de um trio de alunas, que apresentavam suas aulas avaliativas sobre a Revolta dos Malês. Neste trecho, Cubas enfatiza que, apesar de alguns esforços, as alunas não obtiveram sucesso em transmitir a violência sofrida pelos povos escravizados:

Nesta, imperava o silêncio. Não um silêncio-reflexão, mas um silêncio-inatividade, que parecia mais apatia (ou sono) que resistência. O tema era a Revolta dos Malês. No início da explanação, havia um evidente esforço por parte das três estagiárias, respaldado por estudo e planejamento, que, no entanto, não ressoava. Gradualmente, estas sucumbiram ao desentusiasmo do grupo e a aula, pensada a princípio como expositivo-dialogada, tornou-se monologada. A situação, apesar de incômoda, não era inusitada, afinal, nem sempre as aulas acontecem conforme planejamos e desejamos. (CUBAS, 2022, p. 18)

Sentimos essa sensação da monotonia da aula se espalhando, juntamente com as insistentes tentativas de recuperar aquilo que tínhamos planejado e que, no começo da aula, ainda que não tivesse começado do jeito certo, prendeu a atenção. Ao mesmo tempo, acreditamos que a entonação, apesar disso tudo, teve um esforço em enfatizar a violência sofrida no presente e no passado pelos indígenas, ainda que isso tivesse se perdido.

Essa aula foi narrada de forma crítica, pensando nos erros da nossa dupla como um todo. Entretanto, as interações existentes nestas aulas foram louváveis, e acreditamos que a aula teve seus momentos positivos, tendo em vista os nossos esforços de recuperar o nosso ritmo e a turma, ainda que nem sempre tivesse dado certo. Na segunda aula, os assuntos discutidos na primeira aula foram recapitulados para que o assunto fizesse sentido.

A segunda aula: as imagens o tempo passado e as lacunas

Esta aula teve início com uma breve recapitulação do que foi discutido na aula anterior, reforçando que o nosso foco era denunciar a violência colonial que se estende pelos séculos. Relembramos, brevemente, o que tínhamos discutido e os motivos, dando um sentido maior a aula e uma noção de continuidade para a nova aula. Foi uma exposição pautada em imagens do passado, foi pensada para discutir as perspectivas sobre os indígenas, mostrando, que o tempo

não só deu continuidade a essa relação de expropriação da terra indígena, como também de estereótipos como “índio bom” e “índio mau”, selvagem, incivilizado. Utilizamos, como apontado pelo plano de aula, gravuras do século XVI e um quadro do século XIX, além de vídeos do *TikTok* e um do *YouTube*.

A primeira imagem, uma gravura de Theodore de Bry, intitulada *Índios jogando líquido na boca de um espanhol*, de 1594, foi a primeira mostrada em sala. Esta imagem choca por retratar uma cena de antropofagia indígena retratada por um europeu que, além de desprezar a antropofagia, vendo-a como um costume bárbaro (KALIL, 2011, p. 270), também nunca havia ido à América, mostrando, portanto, que suas imagens são reproduções de outras reproduções. Entendemos, portanto, que as retratações de Theodore de Bry, bestializam os indígenas, destacando seus costumes considerados exóticos e desprezíveis na visão europeia.

Quando questionamos o que eles viam na primeira cena da gravura, perguntamos de que forma quem eram aqueles indivíduos representados na gravura e o que eles estavam fazendo. Nesta primeira cena, um aluno descreveu corretamente, como se descreve no título da gravura: “são indígenas colocando ouro quente na boca de um europeu.”. Apesar de relativo espanto, a gravura completa estava pouco nítida através dos slides, o que, inicialmente, “naturalizou” a cena reproduzida.

Também questionamos se os alunos conseguiam descrever a cena que não constava no título, primeiramente, não conseguiam enxergar nitidamente pelo slide. Para tal, ampliamos a cena com o zoom do PowerPoint, e questionamos novamente. Nesse momento, percebemos duas coisas: a expressão dos corpos em sala de aula (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2023) e a História que corta como estilete (CUBAS, 2022).

O espanto dos alunos foi visível ao perceberem do que se tratava a cena. A antropofagia causa espanto em nossa sociedade. A cena causou comoção na sala de aula: os suspiros de espanto, os comentários com expressões de surpresa e choque, além de os alunos que faziam outras coisas, causados pela expressividade dos alunos, largaram seus celulares, canetas e levantaram suas cabeças para ver sobre o que se tratava.

Pensar nesta imagem, portanto, é refletir acerca da construção narrativa enraizada na sociedade europeia, que estereotipava indígenas, como os guaranis, como bestiais, irracionais e incivilizados, especialmente por resistirem mais à colonização. Algo que nos mostra isso, inclusive, é a expedição de Cabeza de Vaca ao Rio da Prata, que teve como objetivo pacificar a

região, o que, como demonstrado por documentos, o governador não foi bem sucedido (PLA, s/d).

Seguimos com as imagens de Theodore de Bry, agora, retratando a chegada de Cristóvão Colombo às Índias, gravura de 1592. Nesta imagem, percebemos um posicionamento diferente dos indígenas e dos europeus. Enquanto na gravura anterior, de Bry retrata o indígena de forma bestializada e violenta, nesta, observamos um indígena dócil, que entrega de boa vontade as riquezas de suas terras – especialmente pedras preciosas e ouro – para o *descobridor* Cristóvão Colombo.

Essa imagem não causa o espanto e o horror que anterior causava, mas demonstra outra face desse estereótipo: o índio submisso. A cena retratada tem menos detalhes e poucas ações acontecendo em conjunto, a cena principal chama bastante atenção, não sendo necessário fazer muitas perguntas minuciosas sobre detalhes, a cena é clara e os alunos responderam prontamente o desenrolar da cena.

Uma aluna percebe uma única cena atrás: um grupo de homens instalando uma cruz, enquanto Colombo recebe as pedras preciosas. Esta aluna pergunta por que há uma cruz na gravura e o que ela simboliza. Explicamos a ela e a todos da classe que, aliado com a chegada de europeus leigos, havia padres e freis que vinham junto aos leigos nos navios, que vinham para tornar a terra cristã, tendo em vista que a dominação europeia também passava diretamente pela dominação religiosa, aspecto intrínseco aos governos e culturas europeias no século XVI.

A ideia de um indígena submisso, para de Bry, se origina na ideia da possibilidade de ser evangelizado, esse indígena é comumente caracterizado como o *índio bom*, o bom selvagem. Diferentemente de indígenas resistentes à Conquista, retratados de forma bestial pelos cronistas e pintores da Era Moderna, esses indígenas eram passivos, submissos e, por isso, capazes de assimilar a cultura europeia, tornando-se cristão e aprendendo costumes europeus.

Através do questionamento da aluna, passamos para uma imagem de um momento mais tardio, o século XIX: *A Primeira Missa no Brasil*, de Victor Meirelles, que também retrata uma cruz colocada no continente americano, agora, ela é o centro do quadro. A pintura, de 1892, retrata uma cena retirada da Carta de Pero Vaz de Caminha, utilizada de forma a celebrar esse momento de encontro entre culturas, que, para o romantismo, movimento de Meirelles, era ideal que se romantizasse o encontro entre raças.

Na pintura, percebemos que os europeus estão no centro, juntamente com uma grande cruz de madeira, na qual é rezada a missa. Ao entorno dos europeus, de forma a deixá-los no centro da imagem, percebemos que os indígenas retratados assimilam e recebem de forma positiva a missa, como se compreendessem o que é dito:

Tanto na *Primeira Missa em São Vicente* de Rugendas, quanto na obra de Victor Meirelles, há maior participação e interesse dos nativos indígenas pela celebração que está ocorrendo. [...] Na *Primeira Missa no Brasil*, de Victor Meirelles, não vemos conquistadores instruindo os indígenas, mas percebemos uma clara curiosidade natural dos nativos, que apontam em direção dos europeus. Na representação do indígena na árvore contemplando a cena, fica muito clara a intenção do artista em retratar a fácil aceitação dos selvagens com relação às novas culturas, crenças e rituais europeus. Logo após o descobrimento do Brasil e celebração da primeira missa, o diário de quinta-feira da carta de Caminha fala um pouco sobre como foi a relação dos nativos com a religião cristã europeia e como eles pareciam receptivos a nova cultura. (BAPTISTA, 2019, s/p)

Mostrar essa imagem, portanto, significava, para nós, uma continuidade temporal de uma narrativa gloriosa da conquista da América pelos Ibéricos, mostrando uma receptividade da conquista através do catolicismo. Portanto, isso demonstrava uma dimensionalidade da pesquisa de mestrado, aplicada através da imagética da época, que também reforçam as narrativas da conquista e a construção de um discurso que exalta o europeu, além da manutenção do estereótipo indígena.

Os alunos perceberam, claramente, o que havia de questionável naquela imagem. “Parece que eles estão entendendo o que estão falando na missa!”, e, quando questionados da viabilidade desse entendimento entre indígenas e portugueses recém-chegados, responderam, prontamente, que não era possível, devido ao desconhecimento da língua uns dos outros. Ainda que talvez estivesse passada despercebida a noção de diferentes temporalidades, apesar de reforçadas pela contextualização da imagem, foi importante que eles entendessem a problemática principal do quadro.

Para retomar ao presente, temporalidade familiar aos alunos, apresentamos os vídeos do *YouTube* e dois vídeos do *TikTok*. No vídeo do *YouTube*, Cristian Wariu, influenciador indígena xavante, relata a experiência de viver como indígena no século XXI, mostrando, que ainda acreditam na narrativa do indígena involuído, que vive sem tecnologias, ou seja, primitivo: “Infelizmente, hoje no Brasil, muitas pessoas acreditam que por eu usar roupas, usar smartphone e viver na cidade, significa que estou deixando de ser indígena, ou que estou deixando para trás a minha cultura.” (WARIU, 2018)

Os alunos, diferentemente do quadro, quando assistiram ao vídeo, conseguiram perceber a continuidade de um estereótipo do indígena selvagem explicitado por Cristian Wariu. A problematização do vídeo foi feita com sucesso na turma, trazendo a reflexão da perpetuação do estereótipo indígena através do tempo, já que eles apontaram quando questionados do que eles percebiam que se encaixava com o resto da aula que essa noção do indígena selvagem vem do período colonial.

Por fim, apresentamos os dois *TikToks* da influenciadora e embaixadora do Greenpeace, Alice Pataxó, indígena pataxó que utiliza as mídias sociais, assim como Wariu, como plataforma de difusão da cultura indígena e de denúncia. Os vídeos de *TikTok*, com menos de um minuto prendem a atenção dos alunos, pelo formato familiar, já que é uma rede social de grande adesão por adolescentes.

Por fim, quando questionados o que entenderam dos vídeos, a resposta que mais chamou a atenção, foi a de um aluno que, entendendo o posicionamento implícito de Alice Pataxó, nos responde “É importante preservar as terras indígenas e entender que, diferente do que é dito na sociedade, eles também são desenvolvidos. Eles são até mais evoluídos que nós, já que eles entendem muito melhor como preservar a natureza, é parte da cultura deles.”. Essa fala mostra o entendimento dos alunos da nossa segunda aula, que ela foi assimilada com sucesso, diferentemente da primeira, ainda que ele utilize termos como “evoluídos”, que podem ser problemáticos academicamente, mas que não é um erro crasso.

Percebemos, por fim, que, ainda que existissem alguns erros nesta aula, como um uso excessivo de suportes, uma má administração do tempo e, por vezes certa aceleração do conteúdo, esta aula foi muito mais fluida e participativa que a outra. Sendo assim, podemos considerar que cumprimos os objetivos de uma aula de sensibilização e problematização, além disso, foi perceptível que os alunos compreenderam essa continuidade do discurso colonial acerca do indígena que liga o passado e o presente.

A avaliação: cumprimos nossos objetivos?

Na nossa terceira e última aula, a orientação do professor Anderson era que fosse dada uma atividade, para que os alunos nos dessem notícias do que foi assimilado das aulas expostas durante a semana. Propusemos, como dito no planejamento da aula, uma atividade em grupos de quatro alunos, como o professor da turma costuma fazer, para que, apesar do estranhamento de outras pessoas ministrando as aulas, houvesse alguma familiaridade a eles.

A atividade foi aplicada no segundo horário de uma quinta-feira, os alunos estavam mais agitados que o habitual, talvez pelo fim da semana se aproximando. Alguns alunos estavam fora de sala e os que estavam em sala, estavam todos fora de seus lugares, conversando avidamente uns com os outros. Conseguir a atenção deles, neste dia, foi desafiador, mas não impossível. Quando os orientamos a se organizarem em grupos de quatro alunos, não obtivemos muito sucesso: tivemos duplas, grupos com, três, cinco ou seis alunos e até alunos que fizeram a atividade sozinhos.

Entretanto, obtivemos respostas interessantes do questionário proposto. Pretendemos, portanto, analisar as respostas das sete atividades entregues pelos alunos, feitas em grupos disfuncionais pelo que foi proposto. Neste subtítulo, analisaremos, de forma geral, o desempenho dos alunos, levando em consideração o todo, destacando, em alguns momentos, respostas de determinados grupos para discussão mais abrangente.

As respostas da questão, em sua maioria, corresponderam ao esperado. Os alunos, em sua maioria, foram capazes de compreender a crítica da charge e sua continuidade, apontando para a violência que se estende desde o século XVI até o ano de 2024, ano da charge. Nesse sentido, acreditamos que a noção de continuidade da violência contra o indígena foi assimilada e refletida pelos alunos.

Desta questão, destacamos a resposta do grupo de seis alunos: A., Li., Le, J., K. e Y, que escreveram: “O homem carregando a arma na charge disse ‘tanto faz’ 2024, 1500, pois tem referência ao racismo nos dias de hoje, e naquela época [1500], é fácil observar a caça dos povos indígenas, mostrando que o racismo continua presente na sociedade.” Este foi o único grupo que abordou a questão racial presente na violência contra indígenas.

Também destacamos a resposta da dupla M. e B., que escreveram: “O homem carregando a arma, aparentemente um fazendeiro, diz a frase ‘tanto faz 2024 ou 1500’ baseando-se no fato de que tanto em 1500 ou 2024 os povos indígenas ainda são discriminados e tratados como selvagens, podendo ser mortos como animais apenas por defenderem seus princípios.”. A resposta destes alunos chama a atenção por associarem a violência contra o indígena com a bestialização destes sujeitos, como apontado no texto de referência da atividade.

A partir destas questões explicitadas, além das outras cinco que citam diretamente a questão da violência e do preconceito contra o indígena, percebemos que os grupos conseguiram identificar a crítica da charge, ainda que analisassem de forma mais rasa, ou mais aprofundada.

Além disso, é perceptível nas respostas que estes alunos conseguiram entender o que foi discutido nas aulas anteriores.

Na segunda questão, os alunos compreenderam o comando de forma clara, tecendo textos curtos respondendo as perguntas *a* e *b*, também trazendo respostas que correspondem com o esperado nesta questão. Em sua maioria, também seguiram a noção de continuidade esperada, além de tecer ligações diretas das aulas com os textos, não se baseando, somente, no que foi dito em sala de aula ou apenas na atividade.

Destacamos, novamente, a dupla M. e B., tendo em vista que um dos alunos, M., havia comentado algo similar na sala de aula, que também chamava a atenção: “Os indígenas, a partir de um estereótipo construído ao longo desses séculos pela visão dos europeus, ainda são vistos por parte da sociedade como selvagens, atrasados e, de certa forma, inferiores. Mas essa percepção não condiz com a realidade, os indígenas atuais são fortemente conectados com a internet e com as tecnologias, não são pessoas atrasadas, de certa forma até vêem o mundo de uma forma mais racional.”. O aluno em questão, M., já havia comentado em sala de aula sua visão de que indígenas são mais evoluídos que a sociedade branca, tendo em vista que os indígenas têm uma visão mais inteirada da natureza e como preservá-la e utilizá-la. Acreditamos que este aluno colocou o termo *racional* para designar esse pensamento mais sustentável que coloca como mérito indígena.

As demais questões seguiram um modelo parecido de resposta, ainda que com seus termos individuais, mostrando, novamente, a continuidade da narrativa colonial como centro de perpetuação do estereótipo indígena. Além disso, os alunos foram capazes de tecer textos com uma desconstrução desta noção, apoiando-se no uso das tecnologias pelos indígenas como forma de resistência política.

Por fim, reiteramos que, através das atividades, os alunos corresponderam às expectativas implicadas pelos objetivos do plano de aula, ainda que sentíssemos que não obtivemos sucesso em colocar em prática das metodologias planejadas através do plano de aula. Também reforçamos que os alunos foram capazes de trazer reflexões próprias que se alinhavam com o que foi exposto na aula, algo crucial para que o aprendizado fosse assimilado por eles.

Considerações finais

Através das aulas, percebemos, primeiramente, os desafios de se enfrentar turmas de grande número em dias diferentes, com humores diferentes. A sala de aula é um espaço de troca,

sendo assim, como os professores, ou os alunos se portam, afeta diretamente o andamento da aula e a possibilidade de aprendizado. Entendemos, através desta experiência, o que foi discutido por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2023): os corpos dos alunos e dos professores e como eles se fazem presentes na sala de aula, de fato, modificam a forma em que se dará o andamento da aula e a troca entre aluno e professor.

Nesse sentido, o desânimo dos alunos, perceptível através de suas posições nas carteiras, além do nervosismo e tensão dos estagiários, fez com que a primeira aula não obtivesse tanto sucesso nas discussões e na apresentação do conteúdo através do alto número de suportes. Percebemos que nessa primeira aula as metodologias estabelecidas foram cumpridas apenas parcialmente, sendo que a sensibilização a partir do presente (ALMEIDA e MIRANDA, 2021), ficou perdida por essas questões. Ainda assim, percebemos que esta aula causou marcas (CUBAS, 2022) nos alunos, já que mostraram através da atividade que a problematização acerca da violência colonial foi bem sucedida.

A segunda aula mostra o contrário: os alunos, mais concentrados e mais dispostos, assim como nós, estagiários, foi mais proveitosa: as discussões e perguntas fluíram, a aula seguiu um fluxo mais leve, trazendo uma reflexão frutífera tanto para nós, estagiários, quanto para os alunos. Esta aula surte efeito perceptível não só durante o fluxo da aula através das discussões e análises feitas em conjunto, como também através da atividade, mostrando que eles conseguiram assimilar a noção do estereótipo indígena marcado pela narrativa colonial.

Em segundo lugar, percebemos que a pesquisa de mestrado, ainda que com adaptações possíveis para a sala de aula, teve seu êxito, tendo em vista que sua questão principal foi discutida: a continuidade de uma narrativa colonial. Enquanto a pesquisa de mestrado foca no século XVIII, através da reprodução de relatos, percebemos que ela pode ser adaptada para a contemporaneidade, pensando na continuidade de discursos de poder como forma de perpetuação de exclusão e violência com grupos indígenas.

Portanto, a ideia principal da pesquisa de mestrado não se perdeu, apenas foi adaptada para um contexto de sala de aula, através das exigências do professor-avaliador, além de tornar-se mais palpável para alunos do primeiro ano do Ensino Médio. Questionar as narrativas coloniais e seus desdobramentos, seja a partir da Era Moderna ou da contemporaneidade, tem suas problematizações de contexto, suas reflexões possíveis e suas construções de novas narrativas, sejam elas no ensino ou historiográficas.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: Márcia de Almeida Gonçalves [et. al.] (orgs). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. (p. 21-39).
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O corpo docente e o corpo discente: o ensino e a aprendizagem como práticas que envolvem e implicam as carnes, e não apenas mentes desencarnadas e incorpóreas. In: In: GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim; ANDRADE, Juliana Alves (Orgs). Aprendizagem e avaliação da história na escola: questões epistemológicas. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2023, p. 19-35.
- ALMEIDA, Fabiana Rodrigues; MIRANDA, Sonia Regina. Conectando tempos: sobre sensibilidades e construção de conhecimento nas aulas de História. In: ABREU, Marcelo Santos de;
- CABEZA DE VACA, Alvar Núñez. La relación y comentarios del gobernador Alvar Núñez Cabeza de Vaca de lo acaecido en las dos jornadas que hizo a las Indias. Castilla, 1555.
- BAPTISTA, Marco Antônio. *A Primeira Missa no Brasil* de Victor Meirelles: algumas influências e a cópia de Sebastião Vieira Fernandes. [19&20](#), Rio de Janeiro, v. XIV, n. 2, jul.-dez. 2019.
- CUBAS, Caroline Jaques. Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentidos em uma aula de História. *Revista História Hoje*, v. 11, nº 22, p. 15-32 – 2022
- FERRARI, Anderson. “[...] História é aula de pergunta”: a problematização no ensino de história. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 29 – 2002 – 2022.
- KALIL, Luis Guilherme de Assis. Os Espanhóis Canibais: análise das gravuras do sétimo volume das *Grands Voyages* de Theodore de Bry. *Tempo* 17 (31) • 2011.
- KIENNING, Christian. *Pequena Poética do Novo Mundo*. 2014, São Paulo: Edusp.
- LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, p. 125-138, 1999.
- MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Aulas de História: questões do/no tempo presente. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 165-182, out./dez. 2015.
- PLA, Carmen Borrego. Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *Real Academia de La Historia*. s.d. Disponível em: <https://dbe.rah.es/biografias/7081/alvar-nunez-cabeza-de-vaca>. Acesso em 01/09/2024.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 15, (p. 113-128), 2008.
- RAMINELLI, Ronald. Bárbaros e colonizadores. In: RAMINELLI, Ronald. *As Américas na Primeira Modernidade*, vol. I. Rio de Janeiro, 1996: Zahar. (p. 53-83).
- TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo, 2010: Zahar.
- WARIU, Cristian. Como ser indígena no século XXI?. Vídeo do YouTube. 15 de fev. 2018. Duração: 5 minutos e 22 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XDaS70F2fPw>. Acesso em 12 de jun de 2026.

Ensino de história da África e afro-brasileira a partir da lei 10.639/03: Um estudo de caso na coleção da Editora Moderna 2020-2023

Ana Paula Bernardes Santos
Mestranda em História
Universidade Federal de São João del-Rei
anapbernardess02@gmail.com

Resumo: O presente trabalho propõe analisar o impacto da implementação da Lei 10.639/2003 nos livros didáticos utilizados no ensino de História na Educação Básica, considerando as transformações ocorridas na abordagem da História da África e da cultura afro-brasileira. A pesquisa concentra-se na coleção didática da “Editora Moderna”, adotada nas escolas estaduais de Minas Gerais entre os anos de 2020 e 2023, com foco nos volumes destinados aos anos finais do Ensino Fundamental. O estudo busca compreender de que maneira os conteúdos relacionados à História da África e à cultura afro-brasileira são representados nesses materiais didáticos, bem como avaliar em que medida tais representações dialogam com as diretrizes estabelecidas pela legislação educacional voltada à promoção da educação para as relações étnico-raciais. Para isso, mobiliza-se o conceito de representação desenvolvido por Roger Chartier, que possibilita analisar os significados e as formas de construção das narrativas presentes nos livros didáticos. Além disso, a pesquisa dialoga com a perspectiva da decolonialidade proposta por Aníbal Quijano, permitindo refletir sobre os esforços de superação de abordagens eurocêntricas na produção do conhecimento histórico escolar. Dessa forma, pretende-se discutir como os livros didáticos podem atuar como instrumentos fundamentais na implementação das políticas educacionais voltadas à valorização da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar.

Palavras-chave: Livro didático; História da África; Cultura afro-brasileira; Educação básica; Decolonialidade.

Introdução

A presente análise busca constituir um trabalho de pesquisa acerca do impacto da lei 10.639/03 nos livros didáticos e as mudanças implementadas no ensino de História da África e cultura afro-brasileira na coleção didática da editora Moderna, em vigor entre os anos de 2020 e 2023, nas escolas estaduais de Minas Gerais. Passados vinte anos da promulgação da lei, urge a necessidade de corroborar com as demais pesquisas no campo que buscam compreender como se dá a aplicação da lei nos livros didáticos.

A lei 10.639/03, que institui que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003), estabelece a necessidade de mudanças visando a integração da História da África no currículo escolar nacional, buscando trabalhar, para além da história do próprio continente, suas relações sociais e econômicas com o Brasil e como a compreensão da história africana se faz importante para o entendimento da história nacional brasileira.

A análise ocorrerá a partir de um estudo de caso, no conteúdo referente à História da África e cultura Afro-Brasileira presente na coletânea de livros didáticos da editora Moderna (2020-2023), destinados ao Ensino Fundamental II e utilizado nas escolas estaduais de Minas Gerais. A partir dessa coleção, é possível identificar o papel do livro didático na produção de conhecimento em sala de aula, dando ênfase nas problemáticas que envolvem o ensino de História da África e seus desdobramentos.

Apesar da lei, que é um marco positivo para a construção de um debate mais inclusivo dentro da sala de aula, permanecem algumas lacunas quando é observada sua aplicação na realidade escolar. A fim de aprofundar este debate, ponderou-se a oportunidade de analisar a obra, realçando o que esta traz de positivo e as falhas e silenciamentos que ainda permeiam os livros didáticos. Contudo, vale ressaltar que, ainda que possua falhas, o livro didático é um instrumento fundamental para a veiculação do conhecimento em sala de aula.

A investigação ocorrerá através da análise da narrativa histórica selecionada na produção do material em questão, se tornando uma problemática quando esta silencia, apaga ou reforça estereótipos sobre o continente africano e a história e cultura afro-brasileira, levando em consideração a relevância dos livros na cristalização do saber dos educandos. Esta problemática é responsável pela construção do saber histórico que reverbera na sociedade.

O presente trabalho parte da hipótese de que os conteúdos temáticos sobre África e cultura afro-brasileira passaram por melhorias nos livros de 6º e 7º anos, mas que ainda são passíveis de problematização. Nos livros de 8º e 9º anos, o conteúdo de história mundial é focado nos Estados Unidos e Europa. A cultura afro-brasileira aparece quando é mencionado o processo da abolição da escravidão e as revoltas no Brasil. No mais, a hipótese a ser trabalhada é o silenciamento e a falta de conteúdo sobre a temática nos dois últimos anos do ensino fundamental II.

As legislações educacionais atuais e o ensino de história da África e afro-brasileira

Intensificado ao longo da ditadura civil-militar brasileira, que perdurou de 1964 a 1985, surgiram movimentos de luta por direitos sociais, como os movimentos estudantis e o Movimento Negro Unificado, um dos principais expoentes da luta antirracista no Brasil. Entende-se que para atingir a suposta "democracia racial", deve ser feito um trabalho em sociedade, através da compreensão e reconhecimento de uma nação multirracial. Logo, a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outras relações como a cultura, comportamentos coletivos, entre outros.

A importância das lutas e movimentos para a criação da Lei 10.639/03 é inegável. Movimentos negros, organizações da sociedade civil e ativistas dedicaram-se vigorosamente ao debate exigindo uma educação plural e que abrangesse a multiculturalidade e a diversidade da sociedade brasileira. Para tal, era necessário a implementação de uma educação que valorizasse os povos indígenas, quilombolas, africanos e afrodescendentes.

Os movimentos, tais como o Movimento Negro Unificado, tomaram força na década de 1970. A figura de Abdias Nascimento é destacada na luta, “o, intelectual, autor, ator, dramaturgo e político que incorporou em seu trabalho a causa negra, seja por meio de sua colaboração no próprio Movimento Negro, seja pela criação do Teatro Experimental Negro (TEN)” (PEREIRA; DA SILVA, 2012, p. 3).

Os movimentos sociais negros da década de 70, entre eles o Movimento Negro Unificado (MNU), buscaram a revalorização da história e cultura africana e afro-brasileira, procurando assim a construção e afirmação de sua identidade, forçando o reconhecimento do negro pela sociedade e, conseqüentemente, sua inclusão social, de forma mais justa e igualitária [...] Uma das preocupações desses movimentos voltava-se, principalmente, para a educação, histórica demanda do movimento. (PEREIRA; DA SILVA, 2012, p. 3 e 4)

O movimento abriu as portas, portanto, para a discussão das problemáticas que envolviam a ausência deste conteúdo na educação básica. Começaram a ser implementadas as primeiras políticas públicas direcionadas à democratização da educação. Em 1996, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos pelo Governo da União. O Programa visava a elaboração de metas que promovessem os Direitos Humanos e o combate à discriminação racial (PEREIRA; DA SILVA, 2012).

No ano de 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal, inserida no contexto de redemocratização do Brasil. Buscava-se construir uma sociedade mais democrática e igualitária. Para tanto, era indispensável a inserção da história cultural e originária da sociedade brasileira. A partir disso, tem-se a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996) e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997).

A partir da lei 10.639/03, foram iniciados debates a fim de estudar e estabelecer quais seriam os conteúdos a respeito de história da África e cultura afro-brasileira incluídos nos livros didáticos. Em 2017, com o estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a discussão tornou-se primordial para avançar na perspectiva da educação como forma de lançar luz a problemáticas sociais e que, através da história, é possível compreender a sociedade contemporânea. Dessarte, é preciso salientar que a escolha dos componentes curriculares também é um lugar de disputa, visto que

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2010, p. 150)

Desta maneira, “descolonizar o currículo é mais um desafio para a educação escolar” (GOMES, 2012, p. 102), e nada mais descolonizador do que a inclusão de conteúdos relacionados a África, cultura afro-brasileira e dos povos nativos indígenas nos currículos escolares, desde que contempladas suas dimensões culturais, tradicionais, linguísticas, religiosas e afins.

A BNCC institui que os conteúdos relativos às culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas, incluídas no currículo através das leis 10.639/03 e 11.645/11, sejam trabalhados de maneira contínua ao longo da educação básica e de maneira interdisciplinar, de forma que estes conteúdos sejam contemplados nas disciplinas de artes, língua portuguesa, geografia, história, entre outros. Evidencia-se que “A institucionalização do ensino de História está intrinsecamente ligada aos projetos de construção de identidades nacionais ao longo do século XIX e XX” (LUIGI, 2016, p. 13).

Le Goff afirma que “cabe ao historiador transformar a história (...) de fardo (...) numa história que faça do conhecimento do passado um instrumento de libertação” (LE GOFF, 1990, p. 145). A história é passada aos educandos através dos livros didáticos, sendo imprescindível

conceber o material didático enquanto ferramenta para a produção de saberes em sala de aula e, desta forma, problematizar seu conteúdo.

Oliva (2008) aponta para o atraso em relação às discussões historiográficas na academia e em como estas demoram a chegar nos manuais utilizados pelos professores. É o caso das origens dos povos africanos que vieram através da escravidão para o Brasil. Trata-se de uma história pouco estudada fora da academia, visto que os livros não conseguem se aprofundar da complexidade que foi o tráfico transatlântico e como isso impactou cada sociedade estabelecida na África.

É válido ressaltar que, ainda que os livros não consigam contemplar em sua totalidade a complexidade dos temas relacionados ao continente africano e aos legados culturais apropriados na construção de identidade nacional brasileira, estes apresentam alguns esforços neste sentido. Posto isso, o uso exclusivo do livro didático é incapaz de abarcar o conhecimento e a construção de um imaginário de maneira minuciosa como algumas pesquisas acadêmicas determinam.

Exemplificando, os conteúdos didáticos devem e podem conter mais do que algumas ilustrações do cotidiano dos povos escravizados, ainda que por vezes seja problematizado no corpo do texto. Nessa perspectiva, é importante salientar que o material escolar é integralmente passível de críticas, contudo, é necessário levar em consideração que sempre haverá conteúdos os quais este não conseguirá englobar.

Por conseguinte, Choppin atesta que “ele [o livro didático] constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações” (CHOPPIN, 2004, p. 553).

"Estudar história: das origens do homem à era digital": características da coleção analisada

A coletânea “Estudar história: das origens do homem à era digital” é utilizada dos 6º anos aos 9º anos, de autoria de Anna Barreto e Patrícia Ramos Braick. Barreto é mestre em Ciências, com concentração em História Social pela Universidade de São Paulo (USP-SP) e professora da educação básica nas redes pública e privada de São Paulo desde 1987. Braick é mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e sua área de concentração é História das Sociedades Ibéricas e Americanas, a autora é ex-professora da educação básica em Belo Horizonte, Minas Gerais.

O atual Plano Nacional de Livro e do Material Didático (PNLD), que vigora desde 2017, resultou da unificação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), responsáveis pela aquisição e distribuição dos livros didáticos e literários em todo o território brasileiro. O programa atende à Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. É importante ressaltar que o PNLD garante a distribuição de livros didáticos, materiais pedagógicos, softwares, entre outros, para as escolas públicas e oficiais, sendo fomentado através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em relação à coleção escolhida para análise neste trabalho, foram realizadas 24.521.905 tiragens de livros didáticos para os anos iniciais do ensino fundamental, 23.095.911 tiragens para os anos finais do ensino fundamental e 4.295.173 tiragens para o ensino médio, totalizando 51.912.989 tiragens de livros didáticos. Foram adquiridos 133 títulos, totalizando um investimento de R\$ 367.646.392,27 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

É necessário retomar, portanto, que estes livros atendem a aspectos mercadológicos, que contém suas próprias condições de funcionamento. Assim, são arregimentados também pela via comercial. Como Carmo destaca

O livro didático, por um lado, representa a busca pela melhoria da educação básica; por outro lado, ele se configura como o símbolo de inspeção estatal em relação aos assuntos abordados na escola. Essa assertiva se funda em virtude de que as discursividades não vêm isoladamente, elas estão carregadas de sentidos; elas têm historicidade. Assim, compreendemos que os livros didáticos devem representar as práticas sociais, segundo as regras de organizações temáticas de sua avaliação, oportunizando discussões sobre assuntos diversificados, com a finalidade de melhor desenvolver a cognição dos estudantes. Para que uma obra didática seja autorizada a circular pelas escolas brasileiras, é fundamental que os autores e os editores considerem os princípios que regem a elaboração dos conteúdos que são instalados no bojo do arquivo dessas obras. (CARMO, 2024, p. 107)

Muitas vezes são feitas representações que colocam os povos africanos e seus descendentes brasileiros em um lugar marginalizado, suas histórias sendo contadas como aqueles que sofreram as mazelas de seu tempo, deixando de lado seus aspectos positivos tais como a cultura, tradição e a própria resistência à escravidão. Ademais, é perceptível como esta narrativa é alimentada pela iconografia disposta ao longo dos livros, posto que

Não é de hoje que as imagens visuais servem tanto para educar quanto para instruir. Na tradição pictórica oriental, em um primeiro sentido, integram um

conjunto de representações sociais que, através da educação do olhar, definem maneiras de ser e agir, projetando ideias, gostos e valores. Num segundo sentido as imagens auxiliam no ensino direcionado, definindo o saber fazer em diferentes modalidades de aprendizado. No livro didático de História a imagem visual possui também essa dupla função, portanto sua utilização não se limitará somente a ilustrar acessoriamente o conteúdo verbal. Isso impõe alguns cuidados que merecem ser considerados na avaliação dos usos e funções da imagem visual no livro didático de história (MAUAD, 2007, p. 111).

Nesta perspectiva, “Ao abordar o tema escravidão, observamos nos livros de história a abundância de imagens, que parecem não apenas querer informar, mas reforçar as condições de vida dos cativos” (COSTA, p. 153, 2005). Desta forma, é indispensável compreender os efeitos que esta iconografia produz no imaginário dos educandos, colaborando para a construção da narrativa dos povos escravizados enquanto sujeitos apenas deste processo que os acometia.

[...] observamos que o escravo é representado como uma simples peça da engrenagem: o escravo passivo, massacrado pelo sistema. O escravismo se reduz, então, a um significativo aspecto do sistema colonial e só pode ser explicado pelas necessidades do mercado externo. Retratam a sociedade escravista, polarizada entre senhores e escravos, desconsiderando as especificidades nascidas ao longo do tempo. (COSTA, p. 153-154, 2005)

Munanga aponta como solução uma “educação e numa socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares” (MUNANGA, 2015, p. 25). Em consonância com Le Goff (1990) e a metodologia freiriana, através de uma educação que enxerga o educando enquanto sujeito histórico e o transforma à medida em que este compreende os processos históricos que resultaram na sociedade atual, faz-se necessário um aporte pedagógico que possibilite que isto aconteça. Assim sendo, como destaca Sacristán (1998),

Há na escola um problema de igualdade de oportunidade, dado que determinados grupos sociais têm sua cultura menos representada do que outras no currículo e nos materiais didáticos. Para que se alcance uma educação emancipadora e decolonial e para que a escola não se torne (ou se mantenha) um instrumento de homogeneização e assimilação da cultura eurocêntrica dominante, é fundamental que os interesses de todos estejam representados nos conteúdos e materiais didáticos. (WERMELINGER, 2022, p. 228)

A lei 10.639/03, portanto, está diretamente ligada ao conteúdo escolar, dado que “é distribuído de forma uniforme para as escolas públicas de todos os municípios do país, de modo a se consolidar como um dos principais recursos didáticos utilizados pelas escolas brasileiras”

(WERMELINGER, 2022, p. 228). Assim sendo, o principal objetivo desta pesquisa é perceber como a história da África e afro-brasileira na coletânea da editora Moderna está alinhada à lei 10.639/03 e à BNCC.

Os temas africanos e afro-brasileiros na coleção didática analisada

A fim de realizar as análises dos livros mencionados, serão utilizados dois conceitos-chaves para lançar luz às problematizações, tais como o de "representação", de Roger Chartier (1991), e o de "decolonialidade", de Aníbal Quijano (2005).

A priori, é necessário compreender que não há “prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, p. 177, 1991). Contudo, é importante analisar a obra enquanto uma representação – sendo esta entendida enquanto a relação entre imagem presente e objeto ausente – sob a perspectiva do historiador, “[...] por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa.” (CHARTIER, p. 184, 1991)

Em vista da análise se tratar de grupos sociais historicamente marginalizados e vítimas de opressões vindouras de um sistema racista, resultado do colonialismo e de mais de trezentos anos de escravidão, torna-se necessário compreender a decolonialidade enquanto uma nova metodologia e perspectiva historiográfica. Deste modo, esta busca cristalizar um “pensamento crítico que auxilie na emancipação da opressão e dominação” (WERMELINGER, p. 227, 2022). Já que “[...] reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade.” (QUIJANO, p. 121, 2005)

Desta forma, os dois conceitos são fundamentais para entender como se dá a construção da história do continente africano e a cultura afro-brasileira. Compreendendo os conceitos, é possível tratar como as maneiras de representar essas culturas, as compreendendo na representação da ausência, quando suas histórias são silenciadas, e em sua apresentação pública, problematizando a forma em que estas são apresentadas ao leitor. No sentido da decolonialidade,

é necessário transformar o conteúdo de uma maneira metodológica, mudando o seu viés da representação.

A África e a cultura afro-brasileira aparecem nos livros de 6º ano em um tópico intitulado “África, berço da humanidade”, no capítulo 2 e nos capítulos 4 e 10, de 12 capítulos no total. Já nos livros de 7º anos, nos capítulos 4, 7 e 8 e no tópico intitulado “A sociedade mineira”, no capítulo 10, de 11 capítulos no total. Nos livros de 8º anos, aparecem apenas em tópicos e subtópicos nos capítulos 6, 7, 8, e 11, de 11 capítulos no total. Nos livros de 9º anos há dois capítulos, sendo estes 9 e 12, dedicados totalmente ao conteúdo e tópicos e subtópicos nos capítulos 2, 6, 11, 13 e 15, de 15 capítulos no total.

As imagens contidas nos livros de 6º, 7º, 8º e 9º anos, reforçam, em dados momentos, as culturas africanas e afro-brasileiras, exaltando suas origens, tradições e, até mesmo, a ressignificação de costumes religiosos e culturais. Em outros momentos, as imagens reforçam as mazelas da escravidão, a vida sofrida da servidão. Contudo, ainda que seja dado destaque para a escravidão, os livros ressaltam as culturas de determinados povos africanos, como as pirâmides egípcias - cultura muito destacada nos livros -, as religiões de matrizes africanas e suas construções.

Os estudos de Warley Costa (2011) postulam que “Nos livros em questão observamos que o escravo é apresentado como uma simples peça da engrenagem: o escravo passivo, massacrado pelo sistema.” (COSTA, 2011, p. 154). Ademais, a autora reforça que “Retratam a sociedade escravista, polarizada entre senhores e escravos, desconsiderando as especificidades nascidas ao longo do tempo.” (COSTA, 2011, p. 154).

Ao contrário do que pontua Costa (2011), essa pesquisa identificou que, ainda que seja dado destaque para escravidão e que estas imagens retratem os povos escravizados com imagens que reforçam a vida sofrida da escravidão, os livros trazem também muitas imagens positivas das culturas afro-brasileiras e das culturas africanas, bem como suas relações sociais e religiosas. Como é o caso da pintura de Jean-Baptiste Debret, 1826, intitulada “Mariage de nègres d'une maison riche. Convoi funèbre de négrellons”, traduzida em “Casamento de escravos de uma casa rica. Cortejo fúnebre de um negrinho”.

A imagem compõe a coletânea de Debret produzida durante sua estadia no Brasil entre 1816 e 1831. Na coletânea, o artista retratou a sociedade brasileira, essencialmente o cotidiano dos escravizados, seus costumes e cultura. As pinturas foram utilizadas como uma documentação

iconográfica do período, contribuindo para o acervo a ser analisado em aspectos artísticos e históricos. A imagem está inserida no capítulo 8 – Sociedade escravista e cultura afro-brasileira do livro didático do 7º ano, no subtópico “As famílias de escravizados”.

A pintura retrata um casamento de escravos, a pompa demonstrada na imagem era considerada incomum. A cena é retratada em uma casa luxuosa, indicando a concessão do evento pelos senhores. É possível observar o contraste entre as roupas luxuosas dos senhores e as roupas um pouco mais simples dos escravos, o casamento também acontece sob a supervisão de pessoas brancas, o que sugere uma relação de poder presente. Debret transmite a existência da submissão e controle exercido sobre os escravos, ainda que se trate de um casamento.

Figura 2: *Casamento de negros pertencentes a uma família rica*, pintura de Jean-Baptiste Debret, 1826.



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindin. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3541>. Acesso em: setembro 2024.

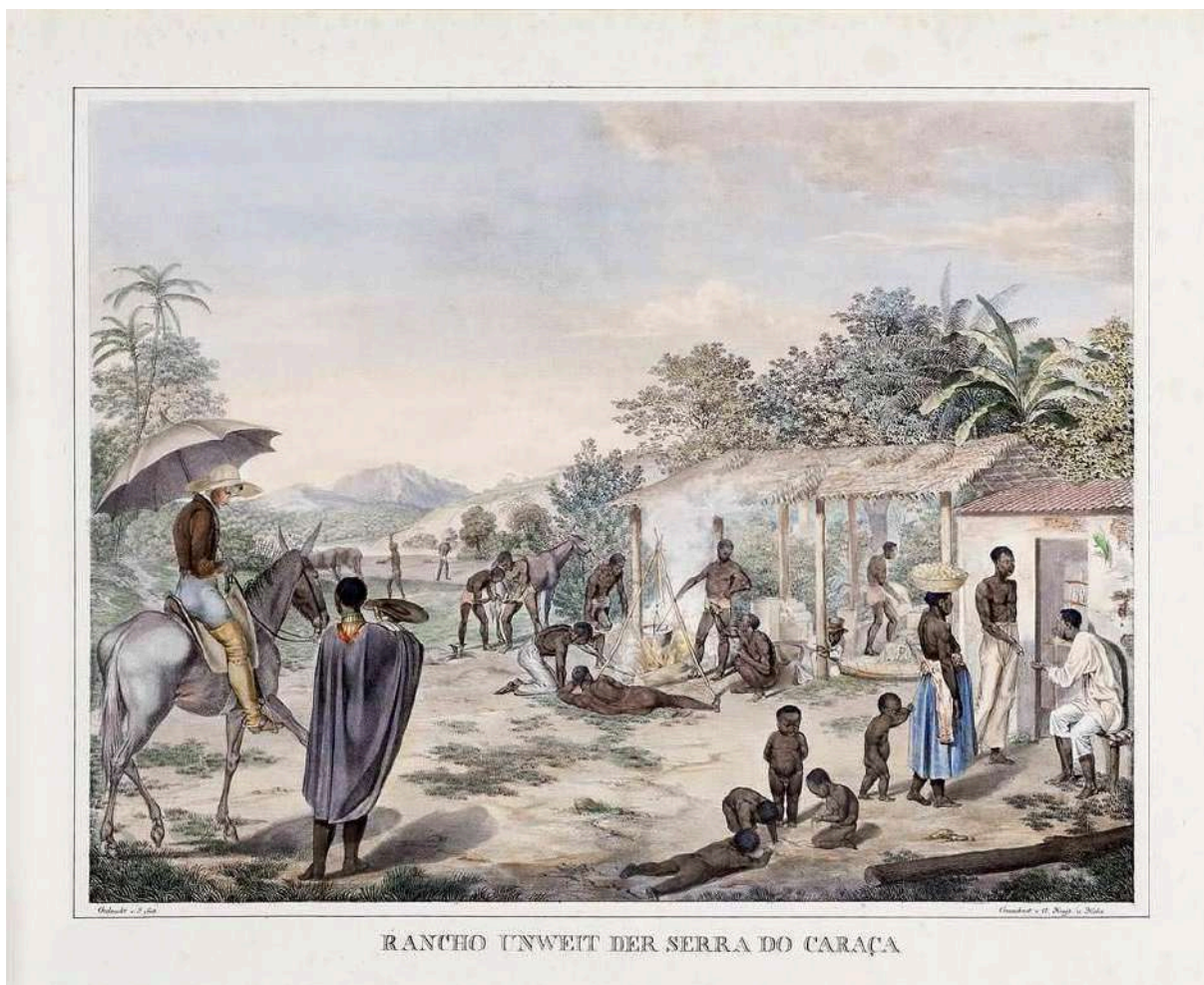
As imagens reproduzidas nos livros analisados estão atreladas ao contexto dos textos, levando em conta qual a sua contribuição para a construção do imagético do educando. Por vezes, são incluídos boxes que visam analisar a imagem, que fazem uma tentativa de

problematiza-la, ainda que de forma insuficiente. Desta forma, é possível observar que é feito um uso razoável do recurso imagético nos livros, demonstrando a relevância de complementos à imagem, tais como textos, descrições e indagações a respeito desta, mas que carece de melhorias. Através destes meios, é possível que a imagem cumpra seu papel na produção de conhecimentos históricos. Dessarte, Bittencourt (2009) postula que

[...] um estudo das ilustrações das diferentes épocas proporcionadas por livros didáticos produzidos em diferentes períodos pode se constituir em rico material didático de apoio, transformando o livro em *documento* de época e possibilitando, por intermédio do método do historiador, uma leitura crítica de imagens. Ao se considerar o livro como um *documento*, ele passa a ser analisado dentro de pressupostos da investigação histórica e, portanto, *objeto* produzido em um determinado momento e *sujeito* de uma história da vida escolar ou da editora. (BITTENCOURT, 2009, p. 86)

Este é o caso da figura 4, que representa um rancho que servia de abrigo ou de local para refeições e se formavam no caminho das minas pela grande quantidade de viajantes que por lá passavam. Acompanhando a imagem, há um box, figura 5, que discorre a respeito das trocas culturais e comerciais realizadas entre indígenas, europeus, africanos e seus descendentes. Desta forma, a imagem não é deixada solta e sem um contexto, mas utilizada como uma forma de ilustrar e dar sentido a informação contida no texto. A figura aparece no capítulo 10 – A mineração na América portuguesa, do livro didático do 7º ano, no subtópico “O povoamento da região das minas”.

Figura 4: *Rancho na Serra do Caraça*, gravura de Martius e Spix, 1823.



Fonte: James Lisboa. Disponível em:

<https://www.leilaodearte.com/leilao/2014/junho/16/carl-friederich-von-martius-amp-johann-baptist-von-spix-rancho-na-regiao-da-serra-do-coraca-3384/>. Acesso em: setembro 2024.

Figura 5: Box de aprofundamento sobre trocas culturais

Saiba mais

Trocas culturais

No período da mineração, houve uma enorme confluência de pessoas da metrópole e de diversas partes da colônia para a região das Minas Gerais. Lá se efetuavam trocas comerciais e culturais.

A população colonial era composta por indígenas, europeus – principalmente portugueses –, africanos e seus descendentes. Apesar dos preconceitos e fortes tensões sociais, a convivência proporcionou intensa troca cultural entre esses povos. As misturas revelavam-se na miscigenação, nas crenças populares, nas brincadeiras das crianças, na linguagem e na culinária. A respeito dessa última, inclusive, tornou-se comum o uso de produtos de origem asiática como a cana-de-açúcar, o gengibre, o cravo, a canela, entre outros, por causa das conexões dos portugueses com o Oriente desde as Cruzadas.

Fonte: BRAICK; BARRETO, 2018, *Estudar história: das origens do homem à era digital*. Retirada do livro do 7º ano retratando as trocas culturais e comerciais entre a população.

As histórias apresentadas na coletânea, apesar de possuírem debates historiográficos atuais, ainda pecam em relação a história do ponto de vista do europeu. A fim de exemplificar, como aborda Oliva (2008), quando se pensa em história do continente africano, são citados os grandes reinos e impérios. Essa história se remete aos padrões europeus do que seria considerado uma sociedade de valor e, portanto, civilizada. Alinhando o pensamento ao trabalho de Quijano, não é possível apropriar de pontos de vista eurocêntricos ao analisar a história de um povo com bases distintas sem descaracterizar e desvirtuar as histórias africanas. É necessário pensá-las de maneira decolonial, avaliando além dos conceitos europeus do que seria importante ou não na história de outros países.

Assim sendo, a presente análise corrobora com as ideias de Quijano (2005) e Oliva (2008), quando estes apontam para um viés historiográfico europeu sendo utilizado para analisar a história de outros continentes. Ademais, reforçam que não é possível aplicar os mesmos moldes a processos históricos, sociais e econômicos tão distintos.

Há melhorias notáveis na construção da coletânea da editora Moderna, ainda que seja passível de críticas. Em relação a defasagem de discussões acadêmicas, por se tratarem de livros voltados ao público jovem e levarem um tempo para que sejam produzidos, é inevitável que estes não estejam minimamente atrasados em relação à perspectiva acadêmica. Ainda sim, há de ser cobrado o compromisso destes conteúdos com as discussões acadêmicas vigentes.

Se tratando do conteúdo da coleção, é possível observar uma tentativa de compreender as civilizações africanas e as culturas afro-brasileiras. No entanto, por diversas vezes são valorizadas

características que se assemelham aos moldes europeus, como a consolidação de reinos, a religiosidade, entre outros aspectos. É possível constatar que houve um avanço nesta perspectiva, mas que ainda há muito a ser trabalhado.

É sabido que uma das formas de combate ao preconceito é através da transmissão do conhecimento. A coletânea apresenta a cultura e os povos africanos de uma maneira humanizada, apresentando suas histórias, tradições e culturas. Desta forma, estes não ficam associados única e exclusivamente ao processo de escravidão, proporcionando ao educando uma visão da população africana como seres humanos que carregam consigo a história de um continente, esta que vai muito além do tráfico de escravos.

Na figura 6, temos um exemplo de uma cena comum no Rio de Janeiro. Em vários bairros, pessoas negras desenvolviam a função de curandeiros, chamados por Debret de cirurgiões africanos. A pintura de Jean-Baptiste Debret, de 1835, aparece no capítulo 7 – Do Primeiro Reinado às Regências, do livro didático do 8º ano, no subtópico “A Revolta dos Malês”. A cena central mostra um homem negro, muito provavelmente um escravo ou liberto, praticando uma forma de tratamento utilizando ventosas, trabalhando como curandeiro ou cirurgião. A gravura chama atenção por ter tantos elementos passíveis de análise, tais como a figura toda vestida de branco, representando um seguidor da fé muçulmana. Os indivíduos retratados não possuem nenhum calçado. No chão, é possível ver que um paciente está deitado sob o tratamento de ventosas. Na composição da cena, é viável a observação do cirurgião em posição de destaque. Portanto, faz-se notar que a população negra desempenhava papéis essenciais na sociedade.

Figura 6: *Cirurgião negro aplicando ventosas*, gravura de Jean-Baptiste Debret, 1835.



Fonte: Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpm/a/ZN56sPKnSkKjWMMVvgb8YQc/?lang=pt>. Acesso em: setembro 2024.

A pesquisa reafirma a tese de Luigi (2016) de que através da informação e do conhecimento, é possível construir uma sociedade menos racista. É notável o esforço da coletânea em produzir um imagético de que as civilizações africanas, bem como as culturas afro-brasileiras têm sua própria relevância e papel na concepção histórica. Os livros trabalham na desmistificação de preconceitos em relação a ignorância, a aculturação e a capacidade destes povos, colaborando para a compreensão destas realidades.

As culturas afro-brasileiras são trabalhadas nas coletâneas, mas o destaque maior é dado a história da escravidão. Logicamente, não é possível tratar de culturas afro-brasileiras sem relembrar e discutir através do que e como esta foi formada. Contudo, além da ênfase no processo de escravização dos africanos que vieram para o Brasil, deveriam ser mais ressaltados os aspectos culturais.

Os livros de 8º e 9º anos são os mais problemáticos nessa temática, visto que dão muito pouco destaque para a afro-brasilidade. O livro do 8º ano não possui nenhum capítulo inteiro que trabalhe o assunto, apenas alguns poucos tópicos e subtópicos que, em sua maioria discorrem sobre a escravidão. O livro do 9º ano possui um capítulo específico que aborda o continente africano dentro da questão imperialista, mas ademais, segue o mesmo esquema do livro anterior

ao possuir poucos tópicos e subtópicos da temática. Neste capítulo, o objetivo do livro é discorrer acerca da crise do colonialismo na África, retratando os processos de independência de alguns países africanos, dividindo o capítulo com a descolonização na Ásia.

A pesquisa dialoga com a tese de Fernandes (2005) ao encontrar algumas das problemáticas apontadas em seu artigo. Apesar do avanço na inclusão de alguns conteúdos, como o caso das culturas afro-brasileiras, estes ainda carecem de uma atenção e um destaque maior.

Considerações finais

É necessário pensar no ensino de história como um projeto que enxerga o educando enquanto sujeito em sua produção de conhecimento. Para isso, é fundamental que este tenha acesso a bons livros didáticos e a professores que fomentem o desenvolvimento e a construção conjunta de saberes. Desta forma, surge a demanda de problematizar o conteúdo que chega nas escolas públicas e que norteia a formação dos educandos e o planejamento dos professores. Por conseguinte, buscando atender a essa demanda, este trabalho teve como objetivo elucidar questões importantes que permeiam a produção de coletâneas didáticas, a intencionalidade do conteúdo ali presente, bem como textos, imagens e exercícios. Assim sendo, é esperado que este contribua para uma reflexão sobre o ensino de história nas escolas públicas.

Desta maneira, além de tratar a respeito dos traumas vividos pelas populações historicamente marginalizadas e vitimizadas, é necessário ir além. É possível observar na coletânea da editora Moderna que, ainda que sejam referenciados aspectos tradicionais, culturais e afins, há a perpetuação de estigmas relacionados a escravidão, tratando, por vezes, enquanto passivos ao ambiente opressor, uma visão colonialista do que seriam consideradas sociedades civilizadas, entre outros. Nossa análise corrobora a ideia defendida por Anderson Oliva, quando ele comenta sobre a necessidade de problematizar as histórias africanas e afro-brasileiras.

Nesta análise, é possível observar avanços em se tratando da abordagem de aspectos culturais africanos e afro-brasileiros, valorizando-os quando estes apareciam. Contudo, ainda há um silenciamento profundo na história desses povos. Apesar dos aspectos positivos observados nos livros, há ausência de conteúdos mais aprofundados relacionados às culturas afro-brasileiras. Como ressaltado na pesquisa, há pouco destaque para importância que esses povos tiveram na formação das próprias sociedades africanas e, principalmente, na sociedade brasileira.

Passados 21 anos da lei, temos o surgimento de documentos como a BNCC (2017), a constituição de um novo Ensino Médio e, conseqüentemente, a reformulação dos currículos das licenciaturas na educação superior. À vista disso, pesquisas como esta se tornam cada vez mais necessárias. Retomando as ideias de Quijano “[...] é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.” (QUIJANO, 2005, p. 139).

Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: **Contexto**, 2009, p. 69-90.
- BARRETO, A. e BRAICK, P. R. Estudar história: das origens do homem à era digital. 3. ed. São Paulo: **Editora Moderna**, 2018. Obra em 4v. para alunos do 6º ano ao 9º ano.
- Biblioteca Brasileira Guita e José Mindin. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3541>. Acesso em: setembro 2024.
- CARMO, Andreia Nascimento. Gestos de Silenciamento e Autoria no Livro Didático: uma leitura de arquivo. 2024.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, p. 173-191, 1991.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, set./dez. 2004, p. 549-566.
- DA COSTA, Warley. Olhares sobre as Imagens da Escravidão Africana: Dos pintores viajantes aos livros didáticos de história do ensino fundamental. 2011.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cadernos Cedes**, v. 25, p. 378-388, 2005.
- Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpml/a/ZN56sPKnSkKjWMMVvYgb8YQc/?lang=pt>. Acesso em: setembro 2024.
- LISBOA, James. Disponível em: <https://www.leilaodearte.com/leilao/2014/junho/16/carl-friederich-von-martius-amp-johann-baptist-von-spix-rancho-na-regiao-da-serra-do-coraca-3384/>. Acesso em: setembro 2024.
- LUIGI, André Santos. As diretrizes curriculares e o ensino de história da África: estamos falando de quê?. **Laplage em revista**, v. 2, n. 3, p. 7-22, 2016.
- MAUAD, Ana Maria. As imagens que educam e instruem: usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de história. In: DIA, Margarida; STAMATTO, Ines. O Livro didático de história: políticas, educacionais, pesquisas e ensino, Natal: Ed. **UFRN**, 2007
- MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. **Revista do Instituto de Estudos brasileiros**, p. 20-31, 2015

GOMES, N. L. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, volume 12, número1, Janeiro/abril de 2012.

OLIVA, Anderson Ribeiro. O ensino da história da África em debate: uma introdução aos estudos africanos. 2008.

PEREIRA, Márcia Moreira; DA SILVA, Maurício Pedro. Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3ª Edição. 1 Reimpressão. Belo Horizonte: **Autêntica**. 2010.

WERMELINGER, Vitória Marinho. A decolonialidade nos livros didáticos de sociologia: entre a legislação e os materiais didáticos. **Revista Discente Planície Científica**, v. 4, n. 1, p. 227-233, 2022.

Cotidiano escolar e a prática pedagógica no modelo cívico-militar

Samuel Gonçalves de Matos Vicente
Graduando em História
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
samuelgmvicente@gmail.com

Lívia Ferreira Silva
Graduação em História
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
livia.f.silva100@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca apresentar a realidade e os desafios postos para as práticas pedagógicas e vivências escolares na Escola Municipal Cívico-Militar Professora Luzia Ferreira, na cidade de Santa Cruz de Minas, Minas Gerais, a partir da experiência do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID. Desenvolvemos uma pesquisa, por meio da metodologia qualitativa descritiva, baseada em observação participante e entrevistas com os participantes do subprojeto do PIBID de História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). A partir das entrevistas e da revisão teórica sobre o tema, buscamos compreender o impacto da implementação do modelo cívico militar dentro do cotidiano escolar relacionando-o à conduta dos militares e o contexto sociocultural da escola e dos estudantes. Os resultados indicam que, ao contrário do que se acreditava, a prática pedagógica não foi afetada pelo modelo cívico-militar, entretanto, foi observado um impacto no cotidiano institucional da escola.

Palavras-chave: PIBID, Escola Cívico-Militar, Indisciplina.

Introdução

Refletir sobre a prática pedagógica é fundamental para o ensino de História, especialmente diante das transformações observadas no cenário educacional nacional no plano das políticas públicas. Desde 2023, é possível notar a exponente expansão da adesão ao modelo cívico-militar no estado, processo que tem suscitado debates e discussões acerca de seus impactos na organização escolar, nas práticas educativas e na formação dos estudantes. Segundo nota publicada pela Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais, o projeto cívico-militar busca “integrar valores cívicos, éticos e disciplinares ao cotidiano escolar, promovendo a formação integral dos estudantes e contribuindo para um ambiente educacional mais seguro, organizado e acolhedor” (MINAS GERAIS, 2025).

Nesse sentido, observa-se a aplicação de um conjunto de normas e diretrizes no cotidiano escolar, entre as quais se destacam a participação de ex-militares em atividades

cívico-pedagógicas, atuando na gestão de infraestrutura e disciplina, estabelecendo regras de conduta mais rigorosas. Nesse contexto, gradativamente, se consolida uma percepção tendenciosa acerca das escolas cívico-militares, frequentemente associadas a um ambiente marcado pela disciplina rígida, sobretudo no que se refere às práticas pedagógicas e às relações escolares.

O presente artigo é resultado da reflexão sobre os impactos da implementação do modelo cívico-militar do ponto de vista institucional e pedagógico a partir da experiência do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID²). Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva, baseada em observação participante e entrevistas com os participantes do subprojeto de História da Universidade Federal de São João del-Rei, MG, que atuam na Escola Municipal Cívico Militar Professora Luzia Ferreira (EMPLF), em Santa Cruz de Minas, Minas Gerais.

Embora as discussões sobre o tema frequentemente se concentram em aspectos administrativos e de gestão escolar, ainda são necessários estudos que investiguem os efeitos sobre a prática pedagógica e a experiência cotidiana dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Especialmente sobre a óptica de docentes em formação que atuam em tais espaços. Logo, o presente estudo ao mobilizar as experiências vivenciadas no âmbito do PIBID, oferece uma análise fundamentada na realidade escolar, possibilitando refletir sobre os desafios, limites e potencialidades do modelo cívico-militar no cotidiano pedagógico.

Dessa forma, o trabalho busca colaborar com as discussões acadêmicas sobre formação docente, ensino de História e políticas públicas educacionais, ampliando o debate acerca dos impactos dessas transformações na escola pública contemporânea. Busca-se compreender de que maneira os princípios organizacionais e disciplinares característicos desse modelo influenciam as relações pedagógicas, a atuação docente e os processos de ensino-aprendizagem a partir da percepção dos participantes do PIBID. Através desta pesquisa, também buscamos refletir sobre os impactos que o modelo gera na formação dos alunos quanto cidadãos e sujeitos a partir da padronização rígida, e a internalização da obediência.

² O PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) é uma iniciativa do Governo Federal, gerenciada pela [CAPES](https://capes.gov.br/), que oferece bolsas a estudantes de licenciatura. O PIBID busca proporcionar a inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica para os discentes dos cursos de licenciatura, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior.

O modelo cívico militar e a cidade de Santa Cruz de Minas

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) foi estabelecido pelo decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, sob o governo de Jair Bolsonaro. Segundo suas diretrizes publicadas em segunda edição no ano de 2021, o programa visa aprimorar a gestão escolar, o ambiente escolar, as práticas pedagógicas, o aprendizado e o desempenho escolar dos alunos (Brasil, 2021). É importante ressaltar também que, segundo o mesmo documento, o PECIM se estabelece por 4 princípios, sendo eles: I-Civismo; II-Dedicação; III-Excelência; IV-Honestidade e V-Respeito. Ao analisar tal documento e as diretrizes que pautam o programa, se percebe certa ambiguidade. Ao propor que o programa visa aprimorar a gestão e as práticas pedagógicas através da implementação do modelo cívico militar, cabe o questionamento de quais seriam essas práticas que necessitam ser aprimoradas, e o que as levam a tal necessidade.

Para contribuir com a reflexão, a dissertação da Prof. Maria Cristina Itaborahy, que atua como professora de ensino básico na escola desde o ano de 2008, apresenta em sua tese de mestrado um panorama da realidade socioeconômica da cidade de Santa Cruz de Minas, que pode contribuir para a compreensão da aceitação do modelo na cidade pela comunidade local.

A cidade de Santa Cruz de Minas possuía no ano de 2022, cerca de 8.109 habitantes (CENSO, 2022), como Itaborahy (2018) trás em sua dissertação, apesar de ser considerada pequena, a cidade possui um alto índice de criminalidade, resultando em uma forte pressão social em cima dos jovens da cidade para que não caiam na criminalidade, de forma que, antes mesmo de aderir ao PECIM, a escola já adotava normas proibindo a utilização de vestuário e símbolos que remetesse a gangues, facções criminosas e ilícitos. Ademais, a instituição escolar é compreendida pela comunidade como um espaço de assistência social. Tendo em vista que a maioria dos responsáveis cumpre extensas jornadas de trabalho externo, a escola assume a função de um ambiente seguro para a guarda dos jovens. Consequentemente, observa-se um baixo engajamento dos responsáveis no cotidiano educacional, evidenciado pela escassa participação em reuniões pedagógicas e em eventos de socialização destinados à comunidade (ITABORAHY, 2018, p. 33).

Desde a sua concepção até a implementação, o PECIM foi amplamente divulgado como uma solução para problemas disciplinares no ambiente escolar (Nascimento, 2021). O programa ainda oferecia a EMPLF³ aporte financeiro voltado à melhoria da estrutura da escola. Desse

³ Escola Municipal Cívico-Militar Professora Luzia Ferreira.

modo, se compreende a expressiva aceitação da comunidade quanto a adesão ao modelo pela conjunção dos fatores: o histórico da cidade, a preocupação com a vulnerabilidade dos estudantes frente à alta criminalidade, somado à propaganda do modelo cívico militar como solução a estes problemas, além da oferta financeira para a escola.

Assim, a EMPLF aderiu ao PECIM em fevereiro de 2022, fato comemorado pelo Deputado Estadual na época, Coronel Henrique, em entrevista:

“Nossa escola cívico-militar irá transformar o futuro dos jovens com educação de qualidade, disciplina, patriotismo e respeito ao professor, com o suporte dos militares da reserva, no ambiente externo à sala de aula, transmitindo esses nobres valores aos alunos” (CORONEL HENRIQUE, 2022)

É perceptível um enfoque na questão disciplinar dos alunos, o que leva a certos questionamentos: sob essa ótica, o que torna um aluno indisciplinado? Quais características do aluno o programa busca moldar para alcançar o padrão comportamental desejado? Como se dá este processo de disciplinamento do aluno dentro do modelo cívico militar? A fim de esclarecer tais pontos e compreender as lógicas de controle presentes no PECIM, recorreremos a alguns conceitos de Michel Foucault.

Disciplina e controle: uma análise teórica

O modelo cívico-militar pode ser compreendido a partir de suas características mais marcantes: hierarquia, controle e padronização. Nesse sentido, torna-se pertinente questionar de que maneira tais aspectos surgiram e se desenvolveram na sociedade, se transplantando para o ambiente escolar. O conceito de governamentalidade, formulado por Michel Foucault⁴, é fundamental para compreender tais dinâmicas da disciplina. Dessa forma, se torna possível explicitar a genealogia do governo e do poder, evidenciando como este deixou de se manifestar apenas como força soberana para se constituir como uma forma de gestão minuciosa da vida.

A noção de governamentalidade possui sua genealogia do poder pastoral este que se originou nas tradições religiosas, especialmente no Oriente pré-cristão e posteriormente foi transformado pela Igreja Católica. Contudo, na modernidade, foi absorvido e transformado em mecanismos de biopoder e controle social. No campo prático, Foucault (2008, p. 166) aponta que

⁴ filósofo, historiador das ideias, teórico social, crítico literário e professor catedrático de História dos Sistemas do Pensamento, no célebre Collège de France, de 1970 a 1984.

é possível compreender o pastorado como uma nova forma de governo dos homens, que nasce a partir do pastorado hebraico, mas se complexifica e se institucionaliza no seio da cristandade, ampliando seu aparato teórico, seus procedimentos e princípios.

A partir do século III, o pastorado hebreu foi ressignificado e ampliado pelo pensamento cristão, no qual o poder passou a assumir uma significação mais abrangente, constituindo-se em uma rede institucional complexa e densa voltada para a condução das relações entre os indivíduos. Nesse contexto, o poder manifesta-se tanto como relação de mando e controle quanto como prática de orientação e direção das condutas. Segundo Foucault (2008, p. 219), o pastorado cristão configura-se como uma forma específica de “governo dos homens”, caracterizada por uma condução fundada não na coerção direta, mas na obediência e na submissão dos sujeitos.

Em síntese, embora tenha se originado no âmbito da Igreja, o pastorado evoluiu de uma doutrina religiosa para uma prática política. Isso porque o poder pastoral se constituiu como a matriz de procedimentos e técnicas de governo que serviram de base para o desenvolvimento das tecnologias de poder características da modernidade. Nesse sentido, o pastorado desempenhou papel fundamental na formação dos pilares das tecnologias do poder/governo moderno, originando a condição de governamentalidade.

Assim, para o autor, a governamentalidade é “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população”. (Foucault, 2008, p. 143 - 144). A governamentalidade tem seu início na razão do Estado, onde governo moderno atua sobre a população por meio de dispositivos de poder, como instituições disciplinares, como por exemplo a escola, o poder é exercido pela gestão e controle dos corpos. Sobretudo, “governamentalidade é um conceito que denomina o regime de poder e as características de sua tecnologia que, após o século XVIII terá como alvo principal a população, a saber, a biopolítica”. (Oliveira, 2019, p. 49)

A partir da concepção foucaultiana, a governamentalidade se faz presente no ambiente escolar, uma vez que a escola, para além de sua função educativa, constitui-se como um dispositivo disciplinar que atua por meio da transmissão de saberes e da regulação de condutas pautadas na hierarquia e na disciplina⁵. Nesse contexto, o modelo cívico-militar contribui para a

⁵ Para Foucault a disciplina é um mecanismo de poder que é capaz de adestrar e regular o comportamento humano, moldando padrões de indivíduos dentro da sociedade.

formação de “corpos dóceis”, ao normalizar comportamentos, práticas e discursos específicos, configurando-se como um mecanismo de controle social e de produção de sujeitos que internalizam normas de obediência e submissão. Essa dinâmica articula-se ao conceito de governamentalidade, entendido por Foucault como a “arte de governar”, que opera não pela coerção direta, mas pela condução das condutas, pela produção de saberes e pela conformação das subjetividades

No caso cívico-militar, o aspecto da militarização opera como um fator intensificador do controle e da hierarquia. Assim, é interessante observar que, visando vincular os alunos a essa forma específica de exercício do poder, diversas práticas militares aplicadas no cotidiano escolar. Como por exemplo, a formação em filas, a continência, a padronização estética, os códigos rígidos de vestimenta e comportamento, além da fiscalização constante da disciplina no qual tais elementos figuram como mecanismos de internalização da obediência e da vigilância.

O modelo cívico militar e o cotidiano escolar

Realizamos um levantamento junto aos oito bolsistas do programa por meio da aplicação de um formulário on-line, cujas questões tinham como objetivo comparar as expectativas e a realidade da prática pedagógica no contexto do modelo cívico-militar. Ademais, buscamos compreender a percepção desses estudantes, que vivenciam diretamente esse modelo no contexto de sua formação inicial, com o objetivo de identificar os impactos do modelo cívico-militar na constituição da prática e da formação docente.

Quando questionados sobre o principal motivo para a adoção do modelo cívico-militar por uma escola, os bolsistas apontaram que a gestão compartilhada com militares desperta grande interesse na comunidade, acarretando em uma forte pressão para a adesão do modelo. Segundo os participantes, essa adesão está relacionada à existência de problemas educacionais e disciplinares no ambiente escolar, diante dos quais a militarização é frequentemente percebida como uma alternativa para enfrentar tais dificuldades.

Além disso, destacaram a disponibilidade de recursos financeiros destinados a essas instituições como um fator que contribui para a adoção do modelo. Contudo, segundo o levantamento, após o contato com o modelo cívico militar, 75 % dos licenciados não acreditam que ele é capaz de solucionar a questão da indisciplina em sala de aula. Ao passo, 80 % não

conseguem estabelecer um padrão perceptível entre o perfil socioeconômico e geográfico das escolas que aderiram ao modelo.

Sobre a maior “quebra de expectativa” (positiva ou negativa) relacionada às regras de conduta e ao grau de rigidez do ambiente escolar, a percepção dos bolsistas revelou um significativo ponto de convergência. De acordo com a maioria dos participantes, a disciplina adotada na escola não se caracteriza por uma postura excessivamente rígida ou autoritária, cenário presente no imaginário dos bolsistas antes da experiência no PIBID. Pelo contrário, trata-se de uma disciplina voltada principalmente para a organização e o bom funcionamento do ambiente escolar. Nesse sentido, os bolsistas destacaram que não há interferências significativas no desenvolvimento das aulas, nos momentos de intervalo ou mesmo na utilização dos banheiros pelos estudantes.

O aspecto negativo aponta principalmente para o controle excessivo da aparência dos alunos para além da vestimenta. Os padrões sobre a aparência são bem claros e motivo de advertência - Para as meninas, cabelo preso, sem pintura, alinhado e quando necessário de coque. Para os meninos, cabelo curto - estilo militar, sem desenhos ou degradês. Na percepção dos bolsistas, ao sujeitar os alunos a tal padronização, a estrutura escolar inibe as formas de expressão subjetiva do aluno, rejeitando as pluralidades inerentes aos sujeitos em prol de uma docilidade padronizada.

Uma expressiva alteração que o modelo traz ao ambiente escolar, é a inserção da figura do monitor, cargo geralmente ocupado por um militar aposentado ou reservista. Como mencionado, em sala de aula tal figura não interfere no desenvolvimento dos projetos e demais atividades pedagógicas em sala de aula, entretanto, o monitor é responsável pela vigilância dos padrões estéticos exigidos pela escola, pela formação e organização de filas, direcionando os alunos a suas respectivas salas. Dentro do permitido pela experiência no PIBID, percebe-se que tal figura se apresenta quase sempre como autoritária, repreendendo alunos que estejam fora do padrão exigido, e constantemente lembrando-os das normas da escola, com certo enfoque nas vestimentas. Em suma, a análise das percepções dos bolsistas evidenciam que a vivência no modelo cívico-militar é marcada por contrastes significativos entre o imaginário social, as expectativas iniciais e a realidade do cotidiano escolar.

Considerações finais

Através da presente pesquisa, observou-se uma demarcação de espaços e atuações no funcionamento do Programa dentro da EMPLF. Por um lado, o ambiente em sala de aula preserva a autonomia do professor, visto que a figura do monitor militar não interfere no desenvolvimento das aulas ou nos projetos pedagógicos. Por outro lado, a imposição da disciplina desloca-se para questões estéticas e da organização dos alunos, com o monitor assumindo um papel de vigilância sobre a formação de filas e o cumprimento das exigências visuais. A atuação dos monitores se dá frequentemente de forma autoritária, repreendendo os estudantes com foco nas normas de vestimenta e aparência.

Sob a ótica de Michel Foucault, compreende-se que a escola opera como uma verdadeira instituição disciplinar, por meio da gestão, do controle e a docilização dos corpos. O modelo cívico-militar intensifica esse controle ao estipular normas estéticas rígidas, como a exigência de cabelos curtos em estilo militar para os meninos e cabelos presos para as meninas. Ao sujeitar os discentes a padronização visual, a estrutura escolar inibe suas formas de expressão subjetiva e rejeita a pluralidade inerente aos indivíduos. Em suma, conclui-se que o modelo cívico-militar não se consolida por meio de mudanças concretas nos processos de ensino, mas sim por práticas voltadas à normalização de condutas e à criação de "corpos dóceis", que internalizam a obediência. Percebe-se uma discrepância entre o imaginário popular de um ambiente rígido é fortemente hierarquizado no âmbito pedagógico, para uma realidade vivenciada pelos bolsistas onde esta rigidez se transfere para a padronização estética dos alunos.

A pesquisa então propõe uma reflexão sobre quais corpos estão sendo docilizados por meio do PECIM, e a quem interessa essa padronização dos sujeitos e o consequente apagamento de suas peculiaridades inerentes. Por fim, problematiza o modelo de cidadão que o PECIM almeja formar a partir de uma padronização rígida do indivíduo e da busca incessante pela obediência.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares:** diretrizes das escolas cívico-militares. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2021.

CORONEL HENRIQUE. **Santa Cruz de Minas recebe o modelo cívico-militar de ensino.** Blog Coronel Henrique, 2022. Disponível em:

<https://www.coronelhenrique.com.br/noticias/santa-cruz-de-minas-recebe-o-modelo-civico-militar-de-ensino>.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ITABORAHY, Maria Cristina Lelis. **Festas escolares, seus sentidos e significados para as famílias dos alunos:** o caso da Escola Municipal Professora Luzia Ferreira, de Santa Cruz de Minas, MG. Tese (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2008.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Governo de Minas anuncia interrupção temporária das assembleias para implantação das escolas cívico-militares no estado.** Belo Horizonte: SEE-MG, 2025. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/governo-de-minas-anuncia-interruptao-temporaria-das-assembleias-para-implantacao-das-escolas-civico-militares-no-estado/>. Acesso em: 02 jun. 2026.

NASCIMENTO, Maria Amélia Silva. A Militarização da educação: percepções e reflexões. **Anais Seminário Interlinhas.** Fábrica de Letras, 2021.

OLIVEIRA, Lorena Silva. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. **Ítaca**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, p. 48-72, 2019. Disponível em: [Revistas UFRJ](#).

A abordagem dos movimentos sociais de 1968 nos livros didáticos do PNLD 2021

Henry Magalhães Meliato
Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
hmagalhaesmeliatto@gmail.com

Resumo: Este trabalho investiga a presença dos movimentos sociais de 1968 nas quatorze coleções didáticas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021. O estudo parte de um levantamento das ocorrências de eventos relacionados a esse ano, buscando compreender as narrativas construídas nos materiais didáticos sobre um período marcado por intensas mobilizações em escala global. Considerando o contexto atual de polarização política e disputas em torno da memória de passados sensíveis, como a Ditadura Militar brasileira, os livros didáticos assumem papel central na valorização e silenciamento de acontecimentos históricos. Além disso, com a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), suscitam reflexões sobre os impactos dessas transformações na abordagem dos conteúdos de CHSA. A pesquisa adota a análise de conteúdo, articulando procedimentos quantitativos e qualitativos, a partir da identificação de termos como “movimento(s) social(is)” e “1968”. Foram analisados oitenta e quatro livros, evidenciando diferentes formas de narrar e representar os eventos de 1968, havendo atribuições distintas de agentes históricos. Os resultados indicam que o período é amplamente mencionado, especialmente em volumes voltados a temas como cidadania e política. No entanto, observa-se o apagamento de determinados movimentos sociais, principalmente quando se analisam diferentes coleções, mas é notória a aparição de movimentos estudantis e sindicais reivindicando, por exemplo, direitos civis. Destacam-se as menções à Ditadura Militar brasileira, ao passo que acontecimentos internacionais, como o Maio de 1968 francês, frequentemente assumem algum protagonismo. Em síntese, a análise evidencia que, embora 1968 seja reconhecido como um marco histórico relevante nos livros didáticos, sua abordagem é marcada por seleções, silenciamentos e disputas narrativas. A recorrente ênfase em eventos internacionais, em detrimento de mobilizações sociais brasileiras, aponta para a necessidade de problematizar os critérios de organização desses conteúdos. Assim, compreender o livro didático como um produto histórico e político permite revelar os interesses e disputas que atravessam sua produção. Nesse sentido, torna-se fundamental fomentar uma abordagem crítica no ensino de história, capaz de tensionar narrativas hegemônicas e valorizar a pluralidade de experiências históricas, especialmente aquelas vinculadas aos movimentos sociais.

Palavras-chave: 1968; direitos sociais; identidade política; livros didáticos; movimentos sociais.

Introdução

Este trabalho busca investigar como os movimentos sociais de 1968 — ano marcado por intensas mobilizações em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil — são representados nas quatorze coleções didáticas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), por meio do Edital n.º 03/2019. Para isso, analisa-se a recorrência dessas representações nos materiais didáticos, identificando quais eventos e movimentos sociais recebem maior destaque e, em contrapartida, quais são invisibilizados. Além disso, procura-se estabelecer conexões entre essas escolhas narrativas, a historiografia sobre 1968 e as orientações curriculares definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A relevância da temática torna-se ainda mais evidente no contexto contemporâneo, marcado pela intensificação da polarização política e pela ascensão de discursos extremistas em diferentes partes do mundo. No Brasil, esse cenário manifesta-se por meio da circulação de interpretações revisionistas e negacionistas sobre acontecimentos históricos, especialmente aqueles relacionados à Ditadura Militar. Embora tais discursos tenham ganhado maior visibilidade durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, suas origens são anteriores e podem ser associadas a transformações políticas, econômicas e comunicacionais ocorridas desde as décadas de 2000 e 2010, incluindo a expansão das redes sociais e a ampliação dos espaços de difusão de narrativas revisionistas.

Fenômenos semelhantes também podem ser observados em outros países, como França, Estados Unidos e Argentina, onde debates públicos têm questionado interpretações históricas consolidadas. Nesse contexto, acontecimentos do passado tornam-se objetos de disputas no campo da memória e da política. No caso brasileiro, uma das principais controvérsias refere-se à Ditadura Militar (1964–1985). Um episódio emblemático ocorreu durante a sessão da Câmara dos Deputados que aprovou a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quando Jair Messias Bolsonaro dedicou seu voto ao coronel Carlos Brilhante Ustra, reconhecido por sua atuação nos órgãos de repressão do regime militar. O episódio evidenciou a permanência de disputas em torno da memória da ditadura e reforçou a importância de analisar como esse passado é representado e ensinado nos materiais didáticos. Consequentemente, o ano de 1968 entra nesse processo de disputa, visto que ele está contido dentro do período militar da história do Brasil.

Nesse cenário, os livros didáticos assumem papel central na valorização e no silenciamento de determinadas narrativas históricas. Considerados referências fundamentais no processo de escolarização, esses materiais constituem, para grande parte dos estudantes brasileiros, um dos principais meios de acesso ao conhecimento histórico sistematizado. Como aborda Chaves (2018), por ser percebido como um repositório de saber sistematizado e legítimo, o manual didático constitui uma das principais referências para a formação da consciência histórica de amplos setores da população, que muitas vezes toma o que é narrado nessas obras como uma verdade absoluta.

Entretanto, é fundamental compreender que o livro didático não é um objeto neutro. Trata-se de uma produção cultural inserida em dinâmicas editoriais, políticas e econômicas específicas, cujas escolhas de conteúdos, imagens e abordagens são condicionadas por processos de seleção, por diretrizes curriculares e pelos critérios estabelecidos nos editais públicos de avaliação. Nesse processo de transposição do saber acadêmico para o saber escolar, os livros didáticos participam ativamente da construção das memórias coletivas sobre determinados acontecimentos históricos. Nesse sentido, dialogando com a reflexão de Kristin Ross (2002) sobre as repercussões de 1968, é possível compreender que esses materiais contribuem para a gestão e a transmissão das memórias do período, muitas vezes reforçando determinadas interpretações em detrimento de outras. Dessa forma, analisar como 1968 é ensinado na atualidade significa investigar como o saber escolar se constitui na tensão entre memória, esquecimento e disputas historiográficas.

Diante disso, este trabalho procura investigar como os movimentos sociais de 1968 são abordados nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados pelo PNLD 2021. O objetivo é analisar quais acontecimentos são mais frequentemente associados e quais experiências permanecem marginalizadas ou ausentes. Ademais, busca-se compreender de que maneira as diretrizes estabelecidas pelo PNLD e pela BNCC influenciam a produção dessas narrativas, especialmente no que se refere à representação dos movimentos sociais e à construção das memórias escolares sobre 1968.

1968: um ano-acontecimento

No dia 1.º de janeiro de 1968, o Papa Paulo VI inaugurou a primeira celebração do Dia Mundial da Paz. Em sua mensagem, o pontífice alertava para os perigos que ameaçavam a convivência entre os povos, destacando a persistência do egoísmo nas relações internacionais, a

violência decorrente da negação de direitos fundamentais, a corrida armamentista em meio às desigualdades globais e a crença de que os conflitos poderiam ser resolvidos apenas pela força, e não pelo diálogo, pela justiça e pela razão.

As preocupações expressas pelo papa revelavam tensões que marcariam profundamente aquele ano. Paradoxalmente, 1968 ficou conhecido não pela estabilidade ou pela conciliação, mas pela intensificação dos conflitos políticos, sociais e culturais em diferentes partes do mundo. Como destacam Hermeto, Amato e Dellamore (2022), mesmo sendo um ano bissexto, 1968 não foi capaz de conter, em seus limites cronológicos, a multiplicidade de experiências, temporalidades e significados que nele emergiram. Seus desdobramentos ultrapassaram o calendário e continuaram a repercutir nas décadas seguintes e, em muitos aspectos, permanecem presentes nos debates contemporâneos.

Nesse contexto, o ano tornou-se palco de uma ampla variedade de acontecimentos e mobilizações. Do lançamento de *2001: Uma Odisseia no Espaço*, de Stanley Kubrick, às manifestações do Maio francês, marcadas pelo lema “É proibido proibir”, passando pela Passeata dos Cem Mil no Brasil, 1968 foi marcado pela convergência de diferentes formas de contestação social e cultural. Embora inseridos em contextos nacionais distintos e portadores de demandas específicas, muitos desses movimentos compartilhavam críticas às estruturas de poderes vigentes e defendiam transformações. Em diversos casos, reivindicavam maior participação democrática, ampliação de direitos e novas formas de organização da vida social, convertendo 1968 em um símbolo global de contestação.

Entretanto, a memória desse período nunca foi consensual. Ao longo das décadas, diferentes grupos políticos, intelectuais e sociais disputaram os significados de 1968, produzindo interpretações diversas sobre seus acontecimentos e legados. Assim, mais do que um simples marco cronológico, o período transformou-se em um campo de disputas historiográficas e memoriais, no qual determinadas experiências foram valorizadas, enquanto outras foram silenciadas ou relegadas a posições secundárias.

Bosi (1992), em seu texto *O tempo e os tempos*, chama a atenção para o caráter complexo das datas históricas e para os processos de valorização e invisibilização que lhes conferem significado. O autor afirma:

“1492, 1792, 1822, 1922. Datas. Mas o que são datas? Datas são as pontas de icebergs.”

“Mas de onde vem a força e a resistência dessas combinações de algarismos? 1492, 1792, 1822, 1922... Vêm daquelas massas ocultas de que as datas são

índices. Vêm da relação inextricável entre o acontecimento, que elas fixam com a simplicidade aritmética, e a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos” (BOSI, 1992, p. 19)

Ao relacionar essa reflexão ao objeto desta pesquisa, pode-se compreender que 1968 constitui apenas a superfície visível de processos históricos muito mais amplos. Sua força simbólica não deriva exclusivamente dos acontecimentos que ficaram consagrados na memória coletiva, mas também das múltiplas experiências, sujeitos e conflitos que permanecem ocultos sob a narrativa mais conhecida do período. Se a “ponta do iceberg” corresponde aos eventos cristalizados pela memória social, as “massas ocultas” remetem aos sujeitos, movimentos e experiências frequentemente marginalizados pelas interpretações dominantes.

Nessa perspectiva, como desenvolve Vieira (2020), 1968 pode ser compreendido como um “ano-acontecimento”, cuja relevância histórica não decorre de fatos isolados, mas da articulação entre diferentes processos políticos, sociais e culturais que se manifestaram em escala global. É justamente essa complexa rede de experiências que explica a permanência simbólica do período e sua constante atualização em momentos de crise, contestação e disputa política.

A compreensão de 1968 como um “ano-acontecimento” exige, portanto, analisar não apenas os fatos ocorridos naquele contexto, mas também as narrativas produzidas posteriormente sobre eles. Ross (2002) argumenta que a memória social dos eventos não constitui um registro passivo do passado, mas o resultado de um processo contínuo de construção e gestão da memória. Para a autora, o esquecimento não decorre apenas do silêncio, mas também da elaboração de narrativas que privilegiam determinados acontecimentos, sujeitos e interpretações em detrimento de outros. Dessa forma, a consolidação de memórias hegemônicas pode contribuir para obscurecer justamente aquelas “massas ocultas” mencionadas por Alfredo Bosi.

Assim, ao refletir sobre os processos de invisibilização e sobre a construção de narrativas dominantes acerca de 1968, torna-se fundamental analisar o papel desempenhado pelos livros didáticos. Presentes na maior parte das escolas brasileiras, esses materiais atuam como mediadores entre a produção acadêmica e o saber escolar, selecionando, organizando e difundindo determinadas interpretações sobre o passado. Investigar como os movimentos sociais de 1968 são representados nessas obras significa compreender quais memórias são privilegiadas, quais experiências são silenciadas e de que maneira o conhecimento histórico é apropriado e transmitido.

Os livros didáticos e a influência da BNCC e do PNLD na composição dos conteúdos

Os livros didáticos não se constituem apenas como instrumentos pedagógicos destinados à transmissão de conhecimento. Como demonstram os estudos de Bittencourt (1997) e Munakata (1998), esses materiais devem ser compreendidos como produtos culturais produzidos em contextos sociais, políticos e econômicos específicos. Assim, os conteúdos presentes em suas páginas resultam de processos de seleção, adaptação e reorganização dos conhecimentos acadêmicos para o ambiente escolar, chamado frequentemente de transposição didática. Então, ao realizar esse procedimento, determinados conteúdos são simplificados ou generalizados para atender às demandas curriculares. Consequentemente, nem todos os acontecimentos, sujeitos ou interpretações historiográficas recebem o mesmo espaço, como o ano de 1968, em que essas questões serão problematizadas posteriormente. Além disso, os materiais didáticos estão inseridos em uma lógica editorial específica. Conforme destaca Bittencourt (1997), eles também são mercadorias produzidas por empresas privadas que disputam um mercado influenciado pelas competências e políticas públicas de educação. Importante ressaltar que o programa de distribuição de livros didáticos do Brasil atende milhões de alunos e milhares de escolas, então, há um investimento absurdo nessas políticas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as transformações recentes no Ensino Médio impactaram diretamente a produção dos livros didáticos. Com a implementação da BNCC, homologada em 2017 e estendida para o Ensino Médio em 2018, e a reformulação do PNLD para o Novo Ensino Médio, as coleções passaram a ser organizadas por áreas do conhecimento, e não mais por disciplinas isoladas, especificamente no edital n.º 03/2019. No caso das CHSA, História, Geografia, Sociologia e Filosofia passaram a compartilhar o mesmo espaço editorial, além da inserção de conteúdos voltados para o Projeto de Vida. Essa reorganização implica uma redução do espaço disponível para conteúdos específicos, exigindo processos mais intensos de seleção e hierarquização dos temas. Sob essa perspectiva, o edital do PNLD 2021 estabelece critérios temáticos para orientar na construção das obras, especialmente no tópico 2.6.7, que diz o seguinte: “As obras literárias deverão ser adequadas à faixa etária dos estudantes do ensino médio e estar em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, podendo contemplar os seguintes temas ou outros”. Logo em seguida, são apresentados subtópicos; aqui destaco quatro: 1) inquietações juvenis; 2) protagonismo juvenil; 3) cidadania; e 4) diálogos com a Sociologia e com a Antropologia. Tais orientações influenciam na seleção dos conteúdos abordados nas obras,

tendendo a enfatizar experiências que dialoguem com a formação cidadã, a participação política e a atuação dos jovens na sociedade, impactando justamente nas discussões sobre 1968.

Portanto, as recorrências observadas e que serão exploradas não podem ser explicadas apenas pela historiografia sobre 1968. Elas também refletem os processos de produção editorial, as exigências curriculares e os critérios de avaliação que orientam a elaboração das obras. As representações do período resultam, portanto, de uma complexa articulação entre memória, currículo, mercado editorial e políticas públicas educacionais.

Metodologia

Partindo para o desenvolvimento da pesquisa, ela foi feita com base em uma abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando a análise de conteúdo como principal procedimento metodológico. Inicialmente, foi construído um banco de dados com o objetivo de investigar a recorrência de eventos e movimentos sociais relacionados ao ano de 1968 nos livros didáticos. O corpus documental é composto por quatorze coleções aprovadas pelo PNLD 2021: 1) Conexão Mundo (Editora do Brasil); 2) Conexões (Editora Moderna); 3) Contexto e Ação (Editora Scipione); 4) Diálogo (Editora Moderna); 5) Diálogos em Ciências Humanas (Editora Ática); 6) Humanitas.doc (Editora Saraiva); 7) Identidade e Ação (Editora Moderna); 8) Interação Humanas (Editora do Brasil); 9) Moderna Plus (Editora Moderna); 10) Módulos para o Novo Ensino Médio (Editora AJS); 11) Multiversos (FTD); 12) Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Editora Palavras); 13) Prisma (FTD); e 14) Ser Protagonista (Edições SM).

Em termos metodológicos, a pesquisa foi organizada em duas etapas. A primeira consistiu na busca pelos termos “movimento(s)” e “1968” nos materiais didáticos. Posteriormente, realizou-se a leitura individual das páginas identificadas, com o objetivo de localizar referências relacionadas ao tema da pesquisa — devido à dificuldade de encontrar as ocorrências apenas pelo método de busca. As ocorrências encontradas foram sistematizadas em uma tabela contendo diferentes categorias analíticas, tais como coleção, volume, temática abordada, presença de imagens, entre outras informações relevantes.

A segunda etapa compreendeu a interpretação e a análise das ocorrências identificadas, levando em consideração a bibliografia especializada nos campos dos movimentos sociais, dos currículos, do ensino de História e dos materiais didáticos. Além disso, buscou-se compreender as referências ao ano de 1968 a partir dos processos de produção, circulação e consumo dos livros didáticos, considerando que esses materiais são produzidos em contextos específicos e envolvem

escolhas narrativas, políticas e pedagógicas, como desenvolve Bittencourt (1997) e Munakata (2012). Dessa forma, procurou-se analisar não apenas a presença dos acontecimentos de 1968 nos livros didáticos, mas também os sentidos atribuídos a eles e os possíveis critérios que orientaram sua seleção e representação, além das invisibilizações presentes.

Recorrências e análises

Partindo para a análise das ocorrências referentes ao ano de 1968, foi possível identificar um número expressivo de menções nos livros didáticos analisados. Ao todo, foram registradas oitenta e duas ocorrências, quantidade significativa quando se considera as características dos materiais avaliados. É importante ressaltar que os livros didáticos aprovados pelo PNLD 2021 possuem um limite máximo de páginas e, reafirmando, são organizados por áreas do conhecimento, reunindo diferentes disciplinas em um mesmo volume. Dessa forma, a presença de um número tão elevado de referências ao período evidencia a relevância atribuída ao tema e fornece um amplo conjunto de dados para pesquisa e análise.

No banco de dados elaborado para esta investigação, uma das categorias de classificação identificava se a ocorrência abordava diretamente sobre os movimentos sociais; essa seleção ocorria quando era feita a citação direta aos grupos sociais. A partir desse filtro, foram encontradas quarenta e seis ocorrências, número que também se mostra relevante para a análise proposta. Tal filtro foi criado justamente para separar as ocorrências que focavam apenas nos eventos, sem citar diretamente os movimentos sociais, e aquelas que abordaram diretamente. Esse seletor foi importante para analisar as diferentes narrativas construídas nas coleções sobre o mesmo acontecimento. Importante ressaltar que foi levada em consideração a separação entre “eventos” e “movimentos”; essa divisão não foi feita com o intuito de vê-los como elementos separados sem qualquer ligação, mas sim apenas para identificar como os movimentos sociais eram citados dentro dos eventos.

Inicialmente, observa-se que os acontecimentos de 1968 aparecem, em geral, em volumes com características temáticas semelhantes. Nos títulos dessas obras, é recorrente a presença de termos como “cidadania”, “ética”, “poder”, “conflitos” e “direitos humanos”. Essa recorrência pode ser explicada pelo fato de que o período é frequentemente associado a mobilizações coletivas e manifestações voltadas à reivindicação de direitos, estabelecendo uma relação direta com os conceitos destacados.

Das quatorze coleções analisadas, todas abordaram, em alguma medida, o ano de 1968, o que permite afirmar que esse período ocupa uma posição relevante tanto na historiografia contemporânea quanto no currículo escolar. Em muitos casos, os livros didáticos destinam capítulos específicos ao tema, evidenciando seu caráter simultaneamente singular e plural. Nesse contexto, alguns acontecimentos aparecem com maior frequência do que outros, destacando-se o Maio de 1968 na França, a Passeata dos Cem Mil no Brasil e a Primavera de Praga na Tchecoslováquia. Esses episódios são mobilizados em contextos distintos, demonstrando a multiplicidade de abordagens possíveis para o período. O Maio francês figura como o principal acontecimento associado a 1968, aparecendo frequentemente como ponto de partida para a discussão do tema ou até mesmo de forma isolada. A Passeata dos Cem Mil, por sua vez, é geralmente apresentada no contexto da Ditadura Militar brasileira, frequentemente associada à morte do estudante Edson Luís e à decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Já a Primavera de Praga costuma ser abordada em discussões relacionadas à Guerra Fria e à atuação da União Soviética. Ademais, é possível identificar um grande destaque atribuído aos eventos ocorridos nos Estados Unidos, como a morte de Martin Luther King Jr. e os movimentos sociais em volta da sua figura e as manifestações contra a Guerra do Vietnã. Tais recorrências evidenciam como 1968 é interpretado a partir de diferentes contextos históricos e perspectivas analíticas.

Entretanto, apesar da pluralidade de eventos que marcaram o ano de 1968 em diferentes partes do mundo, observa-se a recorrência de determinados episódios e a invisibilização de outros. Enquanto o Maio francês, a Passeata dos Cem Mil e a Primavera de Praga aparecem mais de oito vezes cada um ao longo das oitenta e duas ocorrências identificadas, outros acontecimentos recebem atenção muito reduzida. Um exemplo é o Massacre de Tlatelolco, ocorrido no México, mencionado apenas uma vez em todo o corpus analisado, mais especificamente no volume “Diversidade, cidadania e direitos humanos”, da coleção Humanitas.doc (Editora Saraiva).

Além disso, nota-se uma valorização recorrente de eventos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos. Embora os livros didáticos sejam produzidos no Brasil e destinados a estudantes brasileiros, chama a atenção o fato de que acontecimentos nacionais, como a própria Passeata dos Cem Mil, a morte de Edson Luís e diversas manifestações culturais vinculadas ao contexto de 1968, não ocupem posição tão central quanto determinados eventos europeus e estadunidenses. Da mesma forma, causa estranhamento a reduzida atenção conferida ao caso mexicano. Em um país que sediaria os Jogos Olímpicos de 1968 — um dos maiores eventos esportivos do mundo

— e que vivenciava um episódio de intensa violência estatal contra manifestantes, a quase ausência do Massacre de Tlatelolco nos materiais analisados revela processos de seleção e hierarquização da memória histórica que merecem investigação mais aprofundada.

Partindo da análise das representações dos movimentos sociais de 1968 nos livros didáticos, observa-se que a abordagem dos acontecimentos do período costuma vir acompanhada da menção a determinados grupos sociais, como estudantes, operários e feministas. Entretanto, assim como ocorre com os eventos anteriormente discutidos, alguns desses grupos recebem maior destaque do que outros. Nos materiais analisados, essa valorização incide principalmente sobre os movimentos estudantis.

Como mencionado anteriormente, as obras aprovadas pelo PNLD 2021 devem atender a uma série de critérios estabelecidos pelo programa. Entre eles, destaca-se a valorização do protagonismo juvenil e das inquietações da juventude. Nesse sentido, a necessidade de adequação às diretrizes do PNLD contribui para que as abordagens dos movimentos sociais de 1968 sejam frequentemente direcionadas aos movimentos estudantis. Embora essa opção dialogue com os objetivos pedagógicos do programa, ela também produz determinadas limitações interpretativas.

Ao analisar as memórias construídas em torno do Maio francês de 1968, Ross (2002) problematiza o privilégio concedido quase exclusivamente à figura do estudante nas narrativas sobre o evento. Segundo a autora, essa ênfase produz uma redução interpretativa, uma vez que transforma uma complexa rede de reivindicações políticas, sociais e econômicas em um simples conflito geracional ou em um drama relacionado aos costumes. Tal interpretação contribui para invisibilizar a diversidade de sujeitos e demandas que compuseram as mobilizações daquele período.

De maneira semelhante, ao privilegiar o protagonismo juvenil para atender às competências e habilidades previstas pela BNCC e pelos critérios do PNLD, os livros didáticos tendem a minimizar ou omitir outros atores históricos relevantes. Entre eles estão as “massas ocultas”, expressão utilizada por Alfredo Bosi para se referir aos inúmeros sujeitos coletivos frequentemente excluídos das narrativas históricas. No contexto de 1968, isso inclui os cerca de nove milhões de operários franceses que participaram das greves gerais, os movimentos anticoloniais do Sul Global, as lutas vinculadas à independência argelina, a influência de intelectuais e líderes revolucionários. Ademais, ao sugerir um recorte temporal muito bem estabelecido, no caso o ano de 1968 — e, no contexto francês, o mês de maio —, excluem-se

diversas dinâmicas sociais e processos históricos, em prol da simplificação e da mudança nos discursos para estabelecer e reproduzir as narrativas hegemônicas sobre o período.

Dessa forma, uma das principais questões identificadas nas obras analisadas é a tendência à valorização de determinados espaços geográficos, sujeitos históricos e formas de mobilização em detrimento de outros. Tal processo pode estar relacionado tanto à necessidade de atender às diretrizes curriculares da BNCC e aos critérios de avaliação do PNLD 2021 quanto à reprodução de interpretações historiográficas já consolidadas no cenário internacional. Como consequência, determinadas experiências históricas ganham centralidade na narrativa escolar, enquanto outras permanecem marginalizadas ou ausentes.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou investigar como os movimentos sociais de 1968 são representados nos livros didáticos de CHSA aprovados pelo PNLD 2021. Partindo do entendimento de que as obras constituem importantes mediadores entre o saber acadêmico e o escolar, procurou-se compreender não apenas a presença do tema nos materiais analisados, mas também os processos de seleção, valorização e invisibilização.

Os resultados da pesquisa demonstraram que 1968 ocupa um espaço significativo nas quatorze coleções dos livros didáticos, tendo presença em todas elas e totalizando oitenta e duas ocorrências. Nesse sentido, a quantidade de ocorrências evidencia a relevância atribuída ao período, existindo até mesmo capítulos específicos para tratar do tema. Entretanto, a análise também revelou que essa presença dos movimentos e eventos não aparece de forma igualitária. Certos acontecimentos, como o Maio francês, a Passeata dos Cem Mil e a Primavera de Praga, recebem maior destaque, enquanto outros não, como o Massacre de Tlatelolco, praticamente ausente nas narrativas didáticas. Ademais, os dados revelam uma predominância de acontecimentos europeus e estadunidenses em relação, até mesmo, aos eventos brasileiros.

De forma semelhante, observou-se que determinados sujeitos e grupos são privilegiados em detrimento de outros. Os movimentos estudantis aparecem como protagonistas das representações, ao passo que movimentos operários, feministas, anticoloniais e outras experiências do Sul Global recebem atenção reduzida. Essa questão dialoga com as reflexões produzidas por Ross (2002) sobre os processos de construção da memória de 1968, marcados pela valorização de determinados grupos para ressignificar os processos e tirar a subjetividade

política e a violência, tentando consolidar interpretações dominantes em detrimento de outras experiências históricas.

A pesquisa também tentou compreender como as recorrências nas obras didáticas são influenciadas pelas diretrizes estabelecidas pela BNCC, pelos critérios de avaliação do PNLD e pelas próprias características dos livros organizados por áreas do conhecimento. Sob essa perspectiva, temas relacionados à cidadania, às inquietações juvenis e ao protagonismo juvenil tendem a favorecer abordagens nos movimentos estudantis.

Assim, os livros didáticos participam ativamente da produção e circulação de interpretações históricas, selecionando acontecimentos, sujeitos e experiências. Em diálogo com Bosi (1992), pode-se afirmar que as representações escolares de 1968 frequentemente privilegiam determinadas “pontas do iceberg”, enquanto muitas das “massas ocultas” que compõem a complexidade do período permanecem à margem das narrativas consolidadas. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa indicam que as representações presentes nos materiais didáticos são influenciadas não apenas pela historiografia, mas também pelas dinâmicas editoriais, pelas políticas curriculares e pelas condições de produção que caracterizam o PNLD e o Novo Ensino Médio. Por fim, é de extrema importância ressaltar a precarização desses materiais e das disciplinas de CHSA no Brasil, fazendo com que, em certa medida, o ano de 1968 nos livros sejam abordadas apenas as narrativas hegemônicas, excluindo a real força desse período, como elabora Alfredo Bosi.

Referências bibliográficas:

APARECIDO CHAVES, Edilson. **O livro didático e sua presença em aulas de História: contribuições da etnografia.** Educar em Revista, [S. l.], v. 35, n. 77, p. p. 159–181, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.) **O saber histórico na sala de aula.** Contexto, São Paulo, 1997.

BOSI, Alfredo. "O tempo e os tempos". In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História.** SP, Companhia das Letras, p. 19-32, 1992

HERMETO, Miriam. AMATO, Gabriel; DELLAMORE, Carolina (org.). **E 68, hein?: performance narrativa em história oral.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático**: alguns temas de pesquisa. Revista Brasileira de História da Educação, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2012.

ROSS, Kristin. **May '68 and its Afterlives**. Chicago/EUA; Londres/Reino Unido: The University of Chicago Press, 2002.

VIEIRA, Leylianne Alves. **Batalhas pelas memórias de um ano**: cartografias das memórias jornalísticas dos cinquenta anos de 1968. Orientadora: Regina Helena Alves da Silva. 2020. 376 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

A mitologia bandeirante e as disputas no ensino de História: uma experiência constituída no âmbito do PIBID/CP-UFMG

Letícia Nunes Cruz
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
nunesleticia1122@gmail.com

Ingrid Rosa Marques de Oliveira
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
innoliveira123@gmail.com

Resumo: O presente artigo visa apresentar e refletir sobre uma experiência didática constituída no âmbito do PIBID, promovido no Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais, no qual, em parceria com o professor Gabriel Amato, graduandos em História pela UFMG ajudaram a organizar uma sequência didática aplicada para duas turmas do Ensino Fundamental. A sequência se baseava nos atravessamentos provocados pelo amplo debate historiográfico acerca do embate entre três temporalidades distintas, mas correlacionadas: a atuação dos bandeirantes nos séculos XVI a XVIII; a construção posterior da mitologia bandeirante pela elite paulista, entre os séculos XIX e XX; e os questionamentos à mitologia bandeirante no século XXI, tomando os monumentos dedicados aos bandeirantes como materialização dessa memória. O artigo apresenta a montagem da sequência didática em seus atravessamentos e objetivos, buscando refletir com os estudantes sobre disputas contemporâneas acerca desses monumentos. A experiência evidencia o PIBID como espaço de experimentação pedagógica e de articulação entre formação docente, prática e pesquisa.

Palavras-chave: Monumentos; Bandeirantes; Ensino de História.

Introdução

O presente artigo visa apresentar e refletir sobre uma experiência didática constituída no âmbito do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e promovido no Centro Pedagógico da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), em que oito graduandos em História pela mesma instituição, em parceria com o professor e doutor em História pela UFMG, Gabriel Amato Bruno de Lima, ajudaram a organizar e aplicar uma sequência didática em duas turmas de oitavo ano (turmas A e B) do Ensino Fundamental ao longo do primeiro trimestre do ano de 2026. A sequência didática é demarcada por atravessamentos provocados

pelo amplo debate historiográfico acerca do embate entre três temporalidades históricas distintas, mas correlacionadas: a atuação efetiva dos bandeirantes no período colonial, entre os séculos XVI e XVIII - marcada pela violência colonial, captura de indígenas e a repressão a quilombos -; a construção posterior, nos séculos XIX e XX, de uma denominada “mitologia bandeirante”, processo no qual esses sujeitos são transformados em heróis homenageados em monumentos, livros didáticos e outros suportes de memória, devido a um projeto político da elite paulista em meio ao contexto da Primeira República; e os questionamentos à memória bandeirante no século XXI, em meio a lutas antirracistas e demandas por reparação histórica por parte de movimentos sociais negros e indígenas. Para além de um conteúdo do currículo de História do Brasil Colonial, a proposta é ancorada na reflexão sobre disputas de narrativas históricas e sobre como o passado é narrado, disputado e mobilizado no tempo presente.

A escolha dessa temática partiu tanto de uma liberdade acadêmica possibilitada pelo funcionamento do Centro Pedagógico como escola em nível federal quanto conjuntamente a discussões nacionais referentes às possibilidades didáticas dentro da educação pública, principalmente em comparação a escolas particulares, em que se observa uma tutela mais rígida e conteudista em relação às matérias propostas na BNCC. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê para o ensino de História no oitavo ano o estudo de duas grandes temáticas: “O mundo contemporâneo - o Antigo Regime em crise”, abrangendo o enfoque nas questões do Iluminismo e da Ilustração, as Revoluções Inglesas, os princípios do liberalismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, e “Rebeliões na América Portuguesa”, englobando as conjurações mineira e baiana, os processos de independência nas Américas Portuguesa, Inglesa e Espanhola, a Revolução do Haiti, até os caminhos para a independência do Brasil, a tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão¹. Em congruência à temática da Revolução Inglesa e aos debates propostos na unidade “Rebeliões na América Portuguesa”, construiu-se uma sequência didática buscando articular a questão da mitologia bandeirante e a questão indígena no período de colonização da América a noções como memória, patrimônio _____

¹Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Acesso pelo site do MEC: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>

e monumento. A articulação dessas noções também perpassou o objetivo de desenvolver com os alunos a capacidade de se moverem interpretativamente em diferentes temporalidades, sempre

considerando a existência dos povos indígenas como povos ainda existentes no presente (FREIRE, 2000) e com reivindicações ainda latentes acerca dessas três noções constituídas e materializadas em monumentos dedicados a bandeirantes, construídos, em especial, no contexto do “modernismos” do século XX. Ademais, embora a temática se afaste do recorte europeu tradicionalmente privilegiado nesse momento do currículo didático, ela dialoga diretamente com os objetivos formativos da BNCC ao estimular a compreensão crítica sobre os processos de dominação observados na formação dos Estados Modernos. Assim, contrariamente a abordar exclusivamente a crise do Antigo Regime a partir da experiência inglesa, a proposta desloca o olhar para a experiência colonial americana, permitindo aos alunos refletirem sobre como a expansão territorial europeia esteve profundamente associada à escravidão, violência contra populações nativas e à formação das desigualdades estruturais da sociedade brasileira em múltiplas temporalidades.

A construção da mitologia bandeirante: memória, poder e disputas historiográficas

A montagem da sequência didática partiu da utilização de referências fundamentais e primárias para formular o debate provocado pela construção da mitologia bandeirante e de suas disputas historiográficas. Dentre essas referências, destaca-se *Capítulos de expansão paulista*, de Sérgio Buarque de Holanda, uma das primeiras obras dedicadas ao estudo da atuação efetiva dos bandeirantes no Período Colonial, marcada não por uma narrativa heroica e de frutos de interesses da nobreza ou por um espírito de patriotismo ou de uma missão civilizatória, mas pela constituição dos sertanistas enquanto classe pressionada pela pobreza extrema e pelas necessidades materiais da época, transferindo a narrativa heroica para explicações por condições econômicas concretas. Como argumenta o autor,

A verdade, escondida por essa espécie de mitologia, é que eles foram constantemente impelidos, mesmo nas grandes entradas, por exigências de um triste viver cotidiano e caseiro: teimosamente pelejaram contra a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores. (HOLANDA, 2014a, p. 35).

Holanda também inaugura, como analisa Laura de Mello e Souza no prefácio a *Capítulos de expansão paulista*, um deslocamento da historiografia tradicional, antes marcada pela glorificação dos bandeirantes, principalmente por estudiosos como Afonso Taunay e Alfredo Ellis Jr., e passa

a compreender os processos históricos marcados pelo que Holanda considera como o “sujeito mameluco enquanto mediador cultural” e a crítica à excepcionalidade paulista, anteriormente defendida por esses outros autores (MELLO E SOUZA, 2014). Ao contrário de atribuir um sucesso inato de São Paulo ao espírito civilizatório dos bandeirantes, Sérgio Buarque de Holanda interpreta esses indivíduos como fruto de interações interculturais, sendo a maioria deles fruto de relações entre portugueses e mulheres nativas, ou seja, “mamelucos”, termo cunhado na época para se referir a descendentes dessas relações. A expansão, então, para adentrar o interior do Brasil, seria resultado da combinação dos saberes indígenas e europeus pela mestiçagem cultural dos sujeitos sertanistas. A tensão central da obra, portanto, é de não eliminar o bandeirantismo da narrativa de construção nacional, mas redefinir radicalmente o significado e atuação histórica desses sujeitos.

Sérgio Buarque de Holanda, no entanto, não desloca o olhar historiográfico para questões fundamentais que o professor Gabriel Amato e os monitores do PIBID pretendiam analisar com os alunos do Centro Pedagógico, principalmente sobre a questão da violência colonial, a escravização indígena e o reconhecimento da atuação nativa nesses processos de formação nacional. Portanto, outras fontes foram utilizadas para enriquecer esse debate, dentre elas uma importante contribuição da chamada “nova história indígena”: o livro *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, de John Manuel Monteiro. Monteiro eleva a análise historiográfica, ao deslocar a imagem atribuída por Holanda aos indígenas como sobretudo portadores de técnicas, conhecimentos e formas de adaptação incorporadas pelos paulistas, principalmente por meio da mestiçagem - que Sérgio Buarque de Holanda também não reconhece enquanto fruto da violência sexual colonial -, além de centralizar a relação entre paulistas e indígenas como resultados extremos da exploração e escravização. Segundo o autor:

Praticamente todos os aspectos da formação da sociedade e economia paulista durante seus primeiros dois séculos confundem-se de modo essencial com os processos de integração, exploração e destruição de populações indígenas. (MONTEIRO, 1994, p. 8-9).

Outro debate enriquecido por Monteiro perpassa a atuação de resistência dos povos indígenas, que, segundo o autor, foram para além de receptores passivos da expansão paulista. Se eles são descritos por Holanda como guias, transmissores de técnicas e conhecedores de caminhos, de uma visão somente a partir da contribuição nativa para a história dos colonizadores,

Monteiro enfatiza os indígenas como sujeitos ativamente contrários à expansão, promovendo resistências armadas e alianças internas. Mais uma vez segundo o historiador,

As ações e reações indígenas foram contrárias às expectativas portuguesas e, como tais, pesaram de modo significativo na elaboração de uma política lusitana de dominação na região. (MONTEIRO, 1994, p. 18).

Para elaborar as perspectivas da sequência didática que adentrariam as questões de memória e patrimônio com os alunos, principalmente para uma análise voltada aos monumentos bandeirantes construídos e financiados pela elite paulista no século XX, foram utilizados os textos “A pedra sangrou: o dia em que o Monumento às bandeirantes se transformou no Monumento à resistência guarani”, de Thaís Chang Waldman, e “Patrimônios sensíveis, ensino de História e disputas de memória: fissurando o mito bandeirante”, de Thais Merolla Piubel e Rafaela Albergaria Mello. Waldman, ao analisar a intervenção feita ao “Monumento às bandeirantes” em 2013, em que indígenas guarani cobriram a estátua de tinta vermelha para representar todo o sangue derramado pela atuação bandeirante e o posterior apagamento dessa violência pela construção de tais monumentos, desloca o debate historiográfico para a perspectiva da memória encoberta pela mitologia bandeirante e os confrontos políticos ainda latentes para os povos indígenas nos dias atuais, centralizando a perspectiva de grupos nativos para a contestação dessa narrativa. Adicionando à relativização proposta por Sérgio Buarque de Holanda acerca da figura bandeirante, Piubel e Mello investigam como construções históricas de exaltação dos bandeirantes foram resultado do projeto político da elite paulista nos séculos XIX e XX, baseado em uma narrativa histórica nacional que enaltece os “grandes homens” e que silencia grupos historicamente marginalizados. Todas essas fontes, portanto, foram, em diálogo, utilizadas para a montagem da sequência didática descrita a seguir.

A sequência didática: patrimônio, memória e ensino de História

A sequência didática aplicada nas turmas A e B do oitavo ano, sendo os oito participantes do PIBID distribuídos igualmente como responsáveis de cada turma, foi dividida em três partes (parte 1, 2 e 3), sendo a primeira parte uma conversa e um debate inicial com os estudantes para visualizar o capital cultural carregado por cada um deles acerca do conhecimento sobre a figura dos bandeirantes. Foi debatido em sala se os alunos se recordavam de conhecer ou ouvir nomes de marcas, logradouros, vias, etc., que homenageassem essas figuras históricas. As respostas

foram diversas, mas a maioria contemplou o nome de avenidas e rodovias, como a rodovia Fernão Dias, que não aleatoriamente conecta Belo Horizonte e São Paulo. Após os debates, essa primeira parte da sequência foi dedicada a analisar com os estudantes a atuação efetiva dos bandeirantes durante o Período Colonial, com fontes ancoradas nas análises de Sérgio Buarque de Holanda e John Manuel Monteiro. Assim, a análise não deixou de lado perspectivas tidas como “clássicas” do ensino de História, abordando também o processo de expedição das bandeirantes, marcado pelo contexto da formação da União Ibérica (1580-1640), após a morte de Dom Sebastião, e o afrouxamento do Tratado de Tordesilhas (1494). Da mesma forma, o embate entre bandeirantes e jesuítas acerca da escravização indígena foi estudado através da Revolta de Beckman em 1682 no Maranhão e pelos debates teológicos dentro da instituição eclesiástica moderna acerca da “maldição de Cam”.

O estímulo para o início da segunda parte da sequência didática partiu da indagação sobre o conhecimento dos alunos em relação a um monumento dedicado aos bandeirantes existente na cidade de Belo Horizonte, mais especificamente na Praça Rio Branco, em frente a Rodoviária da Cidade. Construído em 1974 e promovido pela “Ordem dos Bandeirantes”, o monumento homenageia o tricentenário da bandeira de Fernão Dias. A maioria dos alunos - e incluindo alguns monitores do PIBID, anteriormente à construção da sequência - não sabiam do significado desse monumento. Essa indagação, então, marca o início da parte da sequência didática que visa refletir acerca de como a construção de monumentos históricos não é neutra em discurso e está constantemente atrelada à disputa acerca da memória (conceito trabalhado anteriormente com as turmas em aulas introdutórias do trimestre) e narrativas dominantes.

O debate sobre narrativas dominantes partiu, assim, ainda na segunda parte, da análise da construção histórica da figura dos bandeirantes como homens brancos pertencentes à nobreza, construção essa com seu ápice representativo na pintura de “Domingos Jorge Velho e o loco-tenente Antônio Fernandes de Abreu” (1903) (ver **Figura 1**), hoje presente no Museu do Ipiranga/Museu Paulista da USP. A partir dessa fonte, os estudantes foram incentivados a refletir sobre os processos de construção das representações históricas, contrastando a imagem consagrada pela pintura com as interpretações produzidas pela historiografia recente. Discutiu-se como os bandeirantes eram majoritariamente “mamelucos”, como abordado por Sérgio Buarque de Holanda, e pertenciam, em sua maioria, aos estratos mais baixos da sociedade colonial, trajando roupas simples e portando armamentos de baixo custo, muito distantes da aparência

aristocrática e militarizada presente na obra de 1903. A atividade possibilitou, então, desenvolver não apenas uma reflexão sobre o “mito bandeirante”, mas também tentar desenvolver nos alunos uma criticidade em relação às fontes históricas, evidenciando que essas fontes revelam mais do que aspectos do período que pretendem representar, mas os interesses, valores e projetos políticos do contexto em que foram produzidas e dos sujeitos que as elaboraram.

A pintura de “Domingos Jorge Velho e o loco-tenente Antônio Fernandes de Abreu” foi exposta aos alunos juntamente com a análise de outro registro histórico, um cartaz promovido pela elite paulista durante a guerra civil constitucionalista de 1932 (ver **Figura 2**). O cartaz, produzido no contexto da chamada “Revolução Constitucionalista” pela oposição paulista ao golpe de 1930 liderado por Vargas, foi uma fonte histórica fundamental para discutir com os alunos a origem do processo de formação da mitologia bandeirante, justamente nesse contexto de revolta paulista e, portanto, em busca de uma legitimação discursiva para a autoridade e superioridade de São Paulo perante os processos de consolidação da República.

Figura 1. “Domingos Jorge Velho e o loco-tenente Antônio Fernandes de Abreu”. Óleo sob tela, 1,40mx1,60m. 1903.



Fonte: Museu Paulista da USP/Museu do Ipiranga.

A imagem, numa representação muito similar a cartazes para convocação ao alistamento militar e à guerra, apresenta a figura de um bandeirante esmagando o pequeno Getúlio Vargas em

uma mão e segurando uma arma de fogo na outra. Ao fundo, um militar carregando a bandeira do estado de São Paulo e escrito no cartaz “Abaixo a Dictadura” (Ver **Figura 2**). Essa fonte foi apresentada aos estudantes para ressaltar, então, o viés político-ideológico presente na construção da imagem clássica do bandeirante que nos deparamos, evidenciando como essa figura histórica foi mobilizada pelas elites paulistas como símbolo de bravura, liderança e legitimidade regional durante a chamada “Revolução Constitucionalista”. A análise do cartaz permitiu discutir como a mitologia bandeirante não corresponde a uma representação neutra do passado, mas constitui uma elaboração histórica vinculada a disputas políticas específicas e à afirmação de uma suposta superioridade paulista no cenário nacional. Nesse contexto, a própria origem geográfica das bandeiras foi mobilizada como elemento de legitimação, uma vez que o fato de as expedições partirem da Capitania de São Paulo passou a ser interpretado como evidência de um papel histórico central dos paulistas na expansão territorial e na construção da nação brasileira. Assim, a figura do bandeirante foi apropriada para sustentar uma narrativa que associava São Paulo ao protagonismo nacional e à liderança política do país no contexto das disputas políticas do século XX.

Figura 2. “Cartaz de propaganda produzido durante a guerra civil de 1932”.



Fonte: Autoria não identificada. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cartaz_Revolucion%C3%A1rio_1.jpg. Acesso em 18 fev. 2026.

Da mesma forma, foi debatido com os alunos a construção de dois principais monumentos nesse mesmo período de reafirmação da identidade paulista no cenário nacional:

“Monumentos às bandeiras” (1954), de Victor Brecheret, e “Estátua de Borba Gato” (1957), de Júlio Guerra. A análise dessas obras permitiu compreender como a exaltação dos bandeirantes extrapolou os livros e documentos, sendo também materializada no espaço urbano por meio de monumentos que buscavam celebrar esses personagens como heróis nacionais. Além disso, discutiu-se a influência do movimento modernista nesse processo, uma vez que parte dos intelectuais e artistas paulistas procurou transformar o bandeirante em um símbolo da identidade regional e nacional.

Por fim, na última e terceira parte da sequência didática, foram apresentados e debatidos com os alunos diversas intervenções contemporâneas aos monumentos dedicados aos bandeirantes, desde a pintura do “Monumento às bandeiras”, abordado no texto de Thaís Chang Waldman, à queima da “Estátua de Borba Gato” em 2021. Além das intervenções promovidas por movimentos sociais, foram também discutidas em sala obras artísticas de personalidades indígenas contemporâneas que problematizam as narrativas tradicionais sobre os bandeirantes, como a intervenção “Brasil Terra Indígena” (2020), organizada por Denilson Baniwa e pelo Coletivo Coletores no “Monumento às Bandeiras”, e o antimonumento “JAZ” (2008), de João Loureiro, instalado em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. A obra de João Loureiro consiste em uma instalação subterrânea, em uma localidade marcada pela disputa histórica em debate, sendo São Miguel das Missões composta por ruínas de uma antiga missão jesuítica, na qual um busto monumental de um bandeirante aparece parcialmente enterrado. Essas intervenções foram analisadas com o objetivo de debater com os estudantes como a contestação a esses monumentos é algo constantemente realizado e expresso por diversos grupos, especialmente os grupos nativos no Brasil atual, e também como forma legítima de contestação a esse passado traumático e violento. Além de uma forma legítima de contestação, essas intervenções também são formas de manifestação artística, para além das concepções iconoclastas totalmente defensivas à manutenção nula, mesmo perante uma história visivelmente encoberta e silenciada, desses monumentos. O objetivo dessa discussão, portanto, não foi propor a simples rejeição ou destruição dos monumentos, mas compreendê-los como fontes históricas e espaços de disputa de memória, cujos significados foram constituídos em contextos específicos e continuam sendo constantemente ressignificados no presente. Dessa maneira, buscou-se estimular nos estudantes uma análise crítica tanto dos processos que levaram à sua edificação quanto das diferentes interpretações e usos que esses monumentos suscitam na sociedade contemporânea. Com a apresentação e o debate dessas intervenções e produções artísticas,

professor e monitores do PIBID buscavam fornecer aos alunos ferramentas analíticas para a atividade de culminância da sequência didática, estimulando reflexões acerca dos diferentes usos do passado e das disputas contemporâneas em torno da memória, do patrimônio e da representação histórica. Tendo isso em vista, como culminância da sequência didática e do amplo debate realizado sobre os monumentos dedicados aos bandeirantes, foi proposta uma atividade final.

Atividade de culminância: maquetes de intervenção em monumentos

Seguindo, então, a pergunta “o que fazer com os monumentos que homenageiam os bandeirantes?” e evidenciando uma liberdade acadêmica e almejando a criatividade dos alunos, foi proposto que os estudantes se dividissem em grupos de, em média, quatro a cinco pessoas e apresentassem uma proposta de intervenção a algum dos monumentos escolhidos e estudados ao longo do trimestre (estátua de Borba Gato e “Monumento às bandeiras”, em São Paulo, ou estátua de Fernão Dias, em Pouso Alegre, Minas Gerais, a estátua de Bartolomeu Bueno da Silva/Anhanguera em Goiânia ou outro monumento à escolha dos grupos). Essa apresentação, portanto, deveria ser feita em forma de maquete, utilizando materiais dos alunos ou materiais fornecidos pelo professor em conformidade com o que estava disponível no almoxarifado da escola. Cada grupo ficou sob orientação de um dos monitores do PIBID e foram realizadas no total três orientações com os monitores durante a parte final de três das aulas da sequência didática. Uma folha de orientações também foi montada e foi exigido aos alunos que a maquete fosse a representação da ideia de intervenção escolhida, apresentando uma legenda explicativa, e que fosse elaborado um texto argumentativo apresentando a justificativa de escolha do monumento, com uma pesquisa investigando os personagens históricos, a definição da solução defendida pelo grupo e sua justificativa.

Após as três aulas de orientação, foi combinado com os alunos um dia de exposição da maquete e de apresentação oral para a turma, professores e monitores do PIBID, baseando-se no texto argumentativo e variando entre 7 a 10 minutos de exposição. Essa proposta didática já havia sido realizada anteriormente pelo professor Gabriel Amato no Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - campus Três Corações, onde era professor antes do ingresso ao Centro Pedagógico, com as devidas adequações. Inicialmente, durante as reuniões quinzenais entre o professor e os monitores do PIBID se debateu se as maquetes deveriam ser feitas com algum sistema eletrônico,

no Roblox, por exemplo, ou fisicamente. Devido à intervenção de alguns pibidianos, definiu-se que o trabalho seria representado fisicamente, buscando aflorar essa capacidade construtiva, artística e criativa dos alunos por meio da materialidade, muitas das vezes abandonada ou subvalorizada em meio a um contexto de predomínio tecnológico digital.

A apresentação foi realizada no dia 24 de abril de 2026, no primeiro horário na turma B e no segundo na turma A. Discutiu-se previamente se a exposição não deveria ser aberta à escola e às duas turmas em conjunto, porém, infelizmente, tal ideia não pôde ser colocada em prática, ficando a exposição restrita à cada turma, ao professor e aos monitores. Ainda assim, a atividade proporcionou um espaço significativo de socialização dos conhecimentos produzidos ao longo da sequência didática, permitindo que os estudantes compartilhassem suas reflexões e interpretações sobre as disputas de memória em torno dos bandeirantes e de suas representações. Além disso, a exposição constituiu um momento de síntese dos debates desenvolvidos ao longo do percurso, evidenciando o engajamento dos alunos com as discussões propostas e sua capacidade de mobilizar criticamente os conceitos e fontes trabalhados durante as aulas. Muitos deles resolveram propor “contra-monumentos” indígenas, que seriam construídos junto aos atuais monumentos bandeirantes, ancorados na perspectiva de não destruir fontes históricas. Mesmo que problemáticas, essas fontes, segundo os alunos, devem ser conservadas, mas também contestadas e utilizadas para alavancar histórias de grupos violentados e subalternizados em sua construção. Outros, por sua vez, propuseram a destruição total, em propostas que variavam desde a derrubada à substituição desses monumentos por novos que, por sua vez, homenageariam figuras indígenas do tempo presente. Abaixo, estão apresentados alguns dos registros fotográficos realizados na aula de exposição com seis maquetes propostas por diferentes grupos das turmas A e B.

Figura 3. Maquete no canto esquerdo realizada por estudantes da turma: intervenção ao monumento do Borba Gato e proposta de construção de um monumento indígena “pisando” na estátua anterior. Maquete ao centro realizada por estudantes da turma B: intervenção novamente ao monumento do Borba Gato e proposta de “contra-monumento” e construção de um monumento indígena “encarando” o monumento anterior. Maquete no canto direito realizada por estudantes da turma): intervenção ao monumento do Anhanguera e proposta de construção de monumento indígena, em que uma mulher indígena estaria em cima de um cavalo e rodeada por outros indígenas, um deles segurando o livro de Ailton Krenak, “Ideias para adiar o fim do mundo”, todos eles acorrentando Bartolomeu Bueno da Silva.

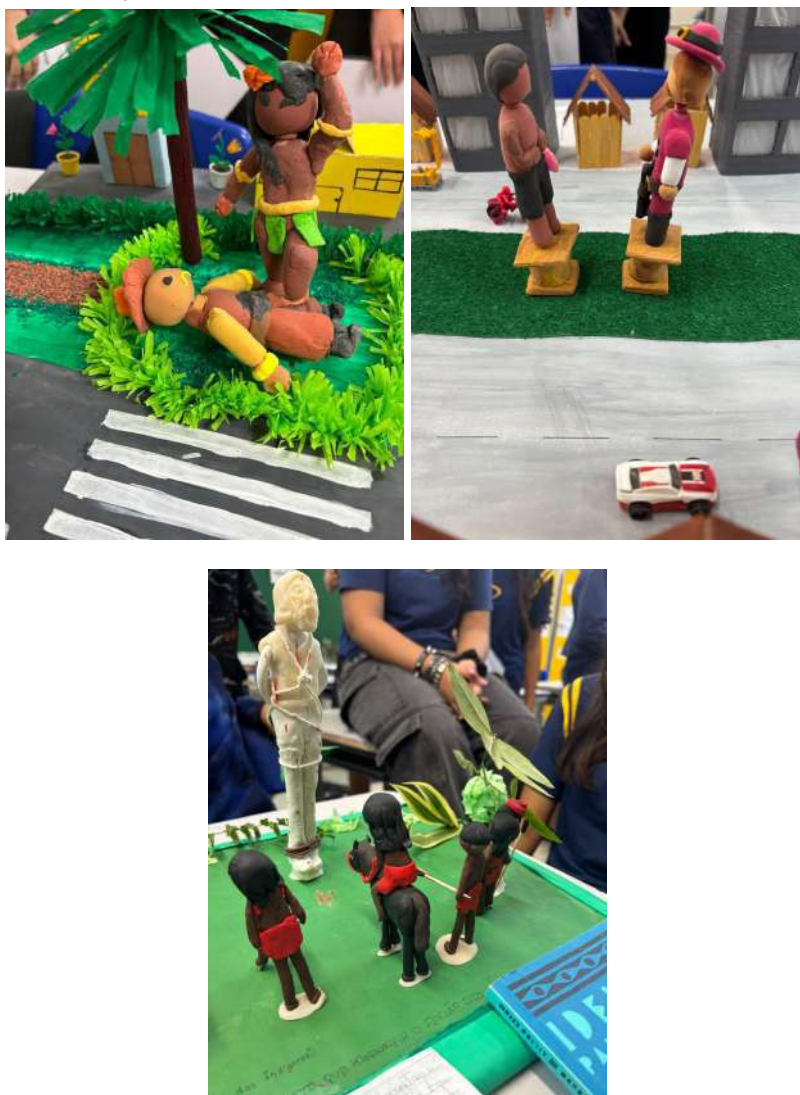


Figura 4. Maquete realizada por estudantes da turma A: intervenção ao monumento de Fernão Dias, em que os alunos representaram o momento em que diferentes grupos sociais se uniram para pintar a estátua de vermelho, representando todo o sangue derramado pela violência colonial, destruí-la e também levando cartazes em protesto pela figura polêmica do bandeirante, como “Falso caçador de esmeraldas”, para justificar tais intervenções.



Figura 5. Maquete realizada por estudantes da turma A: intervenção à estátua também de Fernão Dias, em que os alunos representaram na maquete o momento em que pessoas se uniram para derrubar, através de cordas, e destruir a estátua, também levando cartazes, “Vocês que são os verdadeiros vilões”.



Figura 6. Maquete realizada por estudantes da turma A: intervenção ao “Monumento às Bandeiras”. Os alunos propuseram destruir o monumento e substituí-lo por vários monumentos em conjunto de figuras indígenas do tempo presente, como Sônia Guajajara, Daniel Munduruku, Davi Kopenawa, etc.



Considerações finais

À luz do percurso pedagógico traçado por esta sequência didática, evidenciou-se como a articulação das disputas políticas em torno da narrativa de constituição do Brasil e a ruptura com o silenciamento e apagamento da memória dos povos originários foi fundamental para que os

estudantes pudessem romper com a visão folclorizada do indígena limitado ao passado, reconhecendo-os como atores políticos do presente, cujas demandas por direitos e territórios ainda permanecem em disputa (FREIRE, 2000). Além disso, cabe mencionar que a abordagem acerca da História Colonial proposta pelo professor e pelos monitores, pautada na visibilidade de sujeitos historicamente silenciados, proporcionou diretamente na transformação da sala de aula em um espaço de questionamento das narrativas oficiais, dos patrimônios que homenageiam bandeirantes e da desconstrução de estigmas em relação aos povos originários.

Nesse sentido, o referencial teórico mostrou-se operante ao permitir que os alunos pudessem observar as estruturas desse passado ainda persistentes na forma com a qual a sociedade brasileira enxerga e trata as populações nativas. Tal modo de ensinar a História Colonial possibilitou que os estudantes compreendessem o período para além da narrativa tradicional e romantizada da conquista e da interiorização, percebendo, assim, como a construção da memória nacional agiu de forma a silenciar e apagar a violência e o genocídio perpetuado às populações indígenas. Por fim, a experiência desta sequência didática e da atividade proposta demonstraram a importância de uma prática antirracista que não se limita a datas comemorativas ou dias de efemérides, mas a própria abordagem que escolhemos fazer da História do Brasil no cotidiano das aulas de História.

Referências bibliográficas:

- FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)**, v. 1, n. 1, p. 17-33, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MELLO E SOUZA, Laura de. Sinfonia inacabada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos da expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PIUBEL, Thays Merolla; MELLO, Rafaela Albergaria. Patrimônios sensíveis, ensino de História e disputas de memória: fissurando o “mito bandeirante”. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, p. 53-76, 2021.
- WALDMAN, Thaís Chang. A pedra sangrou: o dia em que o “Monumento às Bandeiras” se transformou no “Monumento à resistência guarani”. In: KAMINSKI, Rosane; NAPOLITANO, Marcos (org.). **Monumentos, memória e violência**. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

Escritos sobre a Idade Média: as representações do Medievo em Livros Didáticos

Giovana Simão Guimarães

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG)

giovanasimaoguimares@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é fruto de um projeto de iniciação científica⁶, ainda em desenvolvimento, que busca analisar as representações de Idade Média construídas em livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático, e selecionados pelas redes estadual e municipal da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com enfoque na História das Mulheres e das Heresias. A metodologia utilizada se dá através da compreensão do contexto humano e material de produção, e da exploração do conteúdo de forma incipiente e exploratória, entendendo o livro didático como uma fonte histórica que é produto da sistematização de conhecimentos, e que contribui na construção de uma memória histórica. Para a presente comunicação, serão apresentados os resultados iniciais obtidos a partir da análise da obra Geração Alpha - História, destinada ao sexto ano do Ensino Fundamental, que foram registrados em uma planilha para desenvolvimento da pesquisa. De maneira preliminar, mostra-se um apagamento e superficialidade no tratamento dos conteúdos de História das Mulheres e das Heresias, evidenciando os silêncios históricos que ainda hoje são latentes na transposição do conteúdo acadêmico para o escolar.

Palavras-chave: Livros Didáticos; História das Mulheres; Idade Média.

Introdução

O exercício primordial para qualquer área de estudo é a reflexão sobre si mesma. Portanto, pensar o ensino e a didática da História são atividades necessárias para aprimorar e desenvolver esses campos, fundamentais no trabalho de historiador. Koselleck (1979) aponta sobre como, em um primeiro momento, a História tem a forma de um suporte de múltiplas experiências alheias, que seriam apropriadas com um sentido pedagógico, o que lhe garante o título de mestra da vida. Entretanto, mais adiante, com os rompimentos da Revolução Francesa, a disciplina de História adquire no século XIX, um outro sentido: consolidar os Estados nacionais, buscando perpetuar a ideia de um passado em comum e exaltar o nacionalismo (FONTANA, 2004), e exhibe traços típicos de um produto liberal, voltado para a formação cívica e a atuação na vida pública, cimentando o amor pela nação (CERRI, 2011). Assim sendo, desde o princípio, o ensino de História esteve vinculado a objetivos políticos, ideológicos e sociais, que

⁶ Desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

acompanhavam o próprio sentido da ciência histórica em cada momento, demonstrando a necessidade de se repensar essa área em particular.

Os conteúdos de Antiguidade, e nesta pesquisa, especificamente a Idade Média, foram alvos recorrentes de usos e apropriações ao longo do tempo, que tinham o caráter de fundamentar as bases de uma memória coletiva e reafirmar o “passado legítimo” em comum. Um exemplo clássico vem de Napoleão Bonaparte, que, com a intenção de validar seu imperialismo cultural e de legitimar-se politicamente, recorre a eventos da Antiguidade de maneira simbólica e imaginária (STOIANI, GARRAFONI, 2006 apud BELLEBONI-RODRIGUES, 2011). Mas para além deste sentido, as releituras destes passados também foram feitas sob juízos de valores negativos, e a Idade Média em particular, pode ser encontrada como “a idade das trevas” e como meramente uma parte da evolução da sociedade européia e universal (PEREIRA, 2022). O medievo é colocado, em especial pelos Iluministas do século XVIII, cujas permanências encontram-se até hoje, como um espaço de comparação da evolução da sociedade moderna e contemporânea (PEREIRA, 2022), marcado pela dominação do pensamento religioso e a falta de racionalismo. Essa herança Iluminista pode ser verificada em grande parte do projeto educacional brasileiro, que como afirma Bittencourt (2004), por muito tempo se baseou nas propostas curriculares francesas, refletindo uma narrativa de que a Idade Média seria atrasada; uma etapa antes da modernidade.

Assunto bastante presente na cultura popular, o medievo invadiu diferentes espaços além da sala de aula, como os filmes, séries, livros, músicas e mesmo eventos. Surge então uma crescente afeição pela Idade Média que não é resultado apenas de interesses econômicos, mas fatores múltiplos (PORTO JUNIOR, 2018). Neste trabalho, em particular, o foco de análise são as narrativas construídas sobre este período histórico por meio dos livros didáticos, estabelecendo quais espaços ainda têm sido deixados. Há, tradicionalmente, temáticas regularmente associadas à Idade Média, costumeiramente abordadas em todas as produções que abordam o assunto, como o papel da Igreja, sem que haja discussão sobre as formas de enfrentamento do poder eclesiástico; ou, uma recorrência em destacar heróis masculinos, deixando para segundo plano, ou sequer mencionando, as figuras femininas e as condições históricas de gênero que lhe foram impostas. Ao apagar estas nuances, tem-se uma narrativa excludente, e que não apresenta o medievo em toda a sua potencialidade.

Fortes aliados do processo de ensino-aprendizagem escolar, os livros didáticos também figuram um lugar importante na perpetuação desta narrativa hegemônica e eurocêntrica. Os livros didáticos são, mais do que espaço de sistematização do conteúdo, um espaço de controle do currículo, que parte de diversos agentes de poder, como o Estado e as grandes editoras (BITTENCOURT, 2008). Configuram então, papel importante na aprendizagem escolar e devem, assim como as reflexões feitas à ciência histórica e a didática da História, ser objeto de análise e estudo.

Em trabalho realizado por Nilton Mullet Pereira (2022), se verificou em três coleções do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2012 - Ensino Médio uma narrativa sobre Idade Média com tom de história total, em que as pluralidades são invisibilizadas dentro de um sentido único de modelo econômico, social e de mentalidade. Lima (2021) realizou trabalho de levantamento semelhante, com livros listados no Guia Digital do PNLD 2020, e constatou uma redução acentuada do conteúdo de Idade Média nas obras, além de temáticas que tratam, em geral, do modo de trabalho, a formação da Europa e as chamadas “invasões bárbaras”. Essas pesquisas apontam para a construção de um discurso homogêneo sobre aspectos tradicionais do medievo, deixando em aberto questionamentos sobre quais, e se existiram, retratações de outros assuntos.

A partir da relação próxima que os livros didáticos estabelecem com o processo de aprendizagem e formação de narrativas, tendo em perspectiva a disciplina de História, o presente trabalho de Iniciação Científica, ainda em andamento e com resultados incipientes, se insere, portanto, neste debate, adotando o conteúdo de Idade Média retratado nestes suportes como objeto de análise, especialmente no que se refere a temáticas como a História das Mulheres e as Heresias. Em outras palavras, como objetivo geral, busca-se analisar as representações das temáticas da história das mulheres e das heresias no conteúdo de Idade Média, feitas nos livros didáticos do PNLD selecionados pelas redes estadual e municipal, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Metodologia

Para tanto, foram selecionados como fonte primária oito livros didáticos, quatro dos anos finais do Ensino Fundamental e quatro do Ensino Médio. Estas obras foram selecionadas através do portal do Programa Nacional do Livro Didático, na aba Distribuição do PNLD - 2020

a 2024, que exibe planilhas de distribuição destes materiais didáticos por ano e separadas em Escolas Federais, Escolas Estaduais e Escolas Municipais. As planilhas trazem a relação entre número da escola, esfera, local, município, Unidade Federativa (UF), código no livro, código PNLD digital, título, editora, componente, ano/série, quantidade. A partir desses dados, foram selecionados municípios referentes a área da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo eles: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano (IPEA, 2015).

Selecionados os dados referentes às escolas destes municípios, levantou-se uma média dos livros do componente curricular de História mais escolhidos. A seleção foi feita através das planilhas disponíveis sobre a distribuição de materiais didáticos em Escolas Estaduais e Municipais do ano de 2023. Primeiro, foram selecionados os dados referentes aos municípios que integram a região metropolitana de Belo Horizonte, anteriormente listados. A partir daí foram filtrados dados de acordo com o ano escolar (6º e 7º anos do ensino fundamental, e ensino médio), e componente curricular (História, Ciências Humanas e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Levantou-se então a relação dos títulos das obras mais utilizadas, de acordo com a quantidade de escolas em que apareciam. As obras levantadas do ensino fundamental, e que estão sendo utilizadas na Iniciação Científica, são: Geração Alpha História, Araribá Mais - História, História.doc, História Sociedade & Cidadania. Já no ensino médio, as obras levantadas foram: Moderna Plusciê Humanas e Sociais Aplicadas, Multiversos - Ciências Humanas, Conexões Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Moderna em Formação - História.

O método para análise das obras é baseado nos critérios definidos por Bittencourt (2008), que se divide em três aspectos de investigação: forma, conteúdo histórico escolar e conteúdo pedagógico. A forma é, em essência, a maneira como o livro se apresenta, portanto, avalia-se a capa, a qualidade do papel, das reproduções, e o conjunto gráfico; essa configuração material é relevante para compreensão do conjunto de sujeitos que atravessam a obra e como esse atravessamento afeta a leitura das informações. O conteúdo histórico escolar, por sua vez, trata da produção intelectual da obra, sendo avaliados bibliografia, documentos contidos na obra, e a apresentação do conteúdo; esses elementos são uma forma de verificação da linha historiográfica

desenvolvida pelo autor e o quanto ela se relaciona com as propostas curriculares. Por fim, o conteúdo pedagógico analisa aspectos, sobretudo metodológicos de aprendizagem, portanto, como se dá a articulação entre informação e compreensão, destacando a disposição das atividades nos capítulos e a coerência do autor entre apresentação do conteúdo e aprendizagem.

Lima (2021) também propõe um guia de análise, elaborando um roteiro que destaca autoria, edição, ano de publicação, sumário e divisão por unidade e capítulos, ilustrações, uso de documentos, itens dos capítulos (tópicos, subtópicos, boxes etc.), atividades e sugestões de materiais ao aluno (filmes, livros, sites etc.). Após essa abordagem, concentra-se na problematização do conteúdo histórico, identificando as ênfases e silenciamentos promovidos pelo material. No mesmo trabalho, o autor elaborou quadro comparativo com a quantidade de capítulos por unidade nas coleções de livros didáticos, formato que foi adaptado para a pesquisa.

Partindo do quadro base, foram elaboradas planilhas “matrizes”, que buscam abranger as necessidades da pesquisa na medida em que ela acontece. São elas: a matriz de conteúdo material, voltada para os aspectos técnicos das obras (nela, encontram-se categorias como ano de publicação do livro, edição, autoria, formação dos autores, entre outras); a matriz historiográfica, voltada para a representação geral do conteúdo de Idade Média (encontram-se nela categorias como quantidade de capítulos, quantidade de unidades, documentos utilizados, imagens utilizadas, autores referenciados ao longo do livro, entre outras); a matriz de História das Mulheres, voltada para a compreensão específica deste conteúdo na obra (encontram-se, portanto, categorias como figuras representadas, as formas como aparecem, e em qual conteúdo); e a matriz de História das Heresias, também focada em aspectos específicos desta temática (encontram-se categorias semelhantes às da matriz de História das Mulheres, como a forma em que aparecem, abordagem e conteúdo). O objetivo do uso das planilhas é mapear, de forma comparativa, e neste momento exploratória, como cada livro didático se apresenta, e de que maneira aborda o conteúdo do medievo e das mulheres no medievo, obrigação de acordo com a habilidade EF06HI19 da BNCC.

Ademais, cabe mencionar que o olhar do historiador para os livros didáticos enquanto um tipo de fonte, permite uma reflexão crítica que irá questionar a propagação de ideias ali contidas, ou seja, voltando-se para o contexto humano de produção, sem deixar de olhar para seus aspectos materiais, e documentais. É essa prática que a pesquisa busca desenvolver, concentrando-se nas perspectivas da história das mulheres e das heresias retratadas nas obras.

Resultados preliminares

Tendo em consideração que a pesquisa se encontrava no terceiro mês de desenvolvimento, e o tempo de apresentação, foram selecionadas categorias específicas de cada matriz, sem que a planilha de História das Heresias fosse contemplada. Ademais, na época da submissão do trabalho, apenas um livro havia sido analisado, e posteriormente, no momento do Simpósio Temático, outro já encontrava-se avaliado. Assim, os resultados apresentados são referentes às obras Geração Alpha - História, 6º ano, da editora SM Educação; e Projeto Araribá - História, 6º ano, da editora Moderna, ambos em versão digital e do professor, com ano de publicação em 2022. Deve-se ainda destacar que os resultados aqui discutidos são incipientes e iniciais.

A matriz de Conteúdo Material foi a primeira a ser analisada. As categorias escolhidas desta tabela, na apresentação do trabalho, foram as de edição, autores e formação dos autores. Estes sujeitos são parte importante da elaboração do material didático, e através da concepção historiográfica com que decidem abordar a produção do conteúdo, certas temáticas podem ser tangenciadas em favor de outras, e trabalhadas de formas distintas.

A obra Geração Alpha - História, em sua 4a edição, conta com apenas uma autora, Débora Yumi Motooka, que tem formação como bacharela e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP), além de atuar como professora na rede particular. Já o livro Projeto Araribá - História, em sua 1a edição, possui como autores Joana Acuío, Renata Isabel C. Consigliere, Patricia T. Raffaini, Maria Raquel Apolinário, Maria Lidia Vicentin Aguilar, Mário Jorge da Motta Bastos, Samira Adel Osman e Sandra Machado Ghiorzi. As formações dos autores variam entre licenciatura e bacharel em História pela USP, ou pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); alguns são doutores do programa de História Social da USP, e apenas uma é mestra em História, por uma instituição francesa. Investigando as áreas de atuação dos autores, constatou-se que a grande maioria tem especialização em ensino de História, educação, História do Brasil, e elaboração de materiais didáticos. Entretanto, dois nomes se destacam: Mário Jorge da Motta Bastos, que possui pesquisa e trabalho na temática da Idade Média, além de diversos materiais publicados sobre o assunto; e Samira Adel Osman, cuja ênfase é nas temáticas de História Oral e História do Mundo Árabe - conteúdo que aparece de forma

ampla no livro, tendo um capítulo inteiramente dedicado a trabalhar o surgimento do Império Árabe.

Em comparação, estes dados revelam uma das primeiras diferenças evidentes entre as duas obras: a quantidade de pessoas responsáveis e creditadas como autores. Na medida em que o primeiro livro tem apenas uma única autora, o segundo conta com uma diversidade de profissionais nesta função. É importante destacar que a produção de um livro não é restrita aos autores, e passa ainda por uma equipe editorial que irá executar diferentes funções como edição, elaboração de capa, revisão etc. O destaque para a autoria, contudo, é enfatizado pois entende-se que este é o principal nome por trás da obra - e que inclusive, vem em destaque na capa.

Ademais, deve-se ainda estabelecer que o papel do autor na produção de um livro didático, apesar de atravessado por diferentes agentes e demandas, como o mercado e o Estado, ainda assim possui certa autonomia. Ralejo (2013) discute sobre as relações entre a renovação do conhecimento, que é constante, em função das demandas sociais, e a posição ocupada pelo autor de livro didático, cuja compreensão é necessária para entender o texto. Outro ponto levantado pela autora trata de assimilar a produção de conhecimento histórico escolar, elaborada pelo autor no livro didático, como um momento de produção de história - da mesma forma que historiografia também o faz, mas com propósitos diferentes.

Dando sequência, a matriz Historiográfica foi a segunda a ser avaliada. Nela, foram abordadas as categorias de quantidade de unidades, quantidade de capítulos, autores utilizados, documentos e tipos de imagens utilizadas. Entender de que forma o conteúdo de Idade Média aparece nas obras é um dos objetivos da pesquisa, portanto, é coerente que exista uma tabela específica para trabalhar com dados referentes às unidades do Medieval, nas diferentes obras, em concordância com o trabalho de Lima (2021). Abaixo estão os resultados obtidos.

Tabela 1: Matriz Historiográfica

	Geração Alpha - História	Projeto Araribá - História
Quantidade de unidades	Unidade 8 - A formação da Europa feudal Unidade 9 - Transformações na Europa Medieval	Unidade VII - O nascimento do Mundo Medieval Unidade VIII - O feudalismo e a Baixa Idade Média

Quantidade de capítulos	1. A desagregação do Império Romano 2. O mundo feudal 1. As mudanças no campo e a formação dos burgos 2. A baixa Idade Média	Capítulo 16 - Os reinos Germânicos Capítulo 17 - O nascimento do islamismo e o Império Muçulmano Capítulo 18 - O feudalismo Capítulo 19 - A Baixa Idade Média
Autores utilizados	Bahaeddin, Camilo Rocha, Claudio Umpierre Carlan, Daniela Buono Calainho, Giuseppe Albertoni, Helio Jaguaribe, Hilário Franco Jr., Jacques Duquesne, Jacques Le Goff, Jean-Claude Schmitt, Jean-Louis Flandrin, Laurence Roudart, Louis Douet D'Arc, Marcel Mazoyer, Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez,, Massimo Montanari, Michel Pastoureau, Perry Anderson, Philippe Ariès.	Alain Guerreau, Amin Maalouf, Bernard Lewis, Céline Spinelli, Christiane Klapisch-Zuber, Edward Said, Elena Percivaldi, Fiona Macdonald, Foucher de Chartres, Georges Duby, Gilles Massardier, Henry R. Loyn, Hilário Franco Jr., Ivan Hrbek, Jacques Le Goff, Jaime Pinsky, John Ball, Marco Antônio de Oliveira Pais, Marcelo Cândido da Silva, Peter Brown, Peter Demant, Raul Glaber, Shahrukh Husain, Tahar Ben Jelloun, Vincent Carpentier.
Documentos	Além das imagens, há trechos de livros nas áreas de atividades ao trabalhar com o assunto das Cruzadas.	Possui uma seção que recebe o nome de "Documento" onde dois trechos são abordados ao tratar das Cruzadas
Tipos de imagens utilizadas	Mapas, iluminuras, miniaturas,	Mosaicos, fotografias, mapas,

	bordado de lã, fotografias, mosaicos, pinturas, afrescos e gravuras.	iluminuras, charges, ilustrações, gravuras, afrescos e manuscritos.

Fonte: a autora

Observando de forma comparativa os dois resultados, notam-se algumas diferenças e semelhanças, já esperados. A distribuição do conteúdo em duas unidades e dois capítulos em cada, não surpreende, sendo uma média comum para os outros conteúdos também presentes no livro. Outro aspecto em comum são as imagens utilizadas, de tipos semelhantes, afinal, tratam-se de vestígios típicos do Medievo, frutos daquele tempo e daquela sociedade, como as iluminuras. Contudo, também devem ser problematizadas quanto à função que exercem na obra: são meras ilustrações ou integram o conteúdo e permitem reflexões?

Os autores utilizados correspondem a outro aspecto importante da análise, se encaixando no critério elaborado por Bittencourt (2008) quanto ao conteúdo histórico escolar, e as linhas historiográficas presentes em cada obra. Ao avaliar a bibliografia indicada é possível refletir sobre o nível de atualização do livro, qual narrativa é construída e a abordagem historiográfica predominantemente adotada. Observa-se, nas duas obras, nomes tradicionalmente presentes em currículos e pesquisas sobre a Idade Média, como Jacques Le Goff, Phelippe Ariès, Hilário Franco Jr., e Jaime Pinsky. Entretanto, há uma diversidade maior nos autores utilizados pelo Projeto Araribá - História, evidente pela quantidade, vinte e cinco em oposição a dezenove, e pela presença de autores não ocidentais como Amin Maalouf, Shakrukh Husain e Tahar Ben Jelloun, que apesar de não serem historiadores, trazem perspectivas multiculturais (aspecto bastante presente ao longo do livro).

Tratando das Cruzadas, em ambos os livros, a documentação aparece no mesmo assunto. Nos dois casos, este uso é feito com o mesmo objetivo: problematizar a narrativa cristã e muçulmana sobre as guerras religiosas pela conquista de territórios. Essa recorrência levanta perguntas sobre em quais outros temas poderiam ser utilizados documentos

Por fim, a matriz de História das Mulheres, cujas categorias selecionadas foram como aparece, quais são as figuras utilizadas e o conteúdo em que estão colocadas. A análise de como, e qual abordagem de História das Mulheres é feita nos livros didáticos constitui um dos pontos principais da pesquisa. Através destas representações é possível questionar quais noções de

relação de gênero vêm sendo construídas, pois ao ignorar ou citar de forma descontextualizada e acrítica os elementos históricos da condição feminina, reforçam-se estereótipos tradicionais sobre o que é ser mulher socialmente e em qual posição hierárquica o feminino se encaixa (SILVEIRA, 2017).

Tabela 2: Matriz de História das Mulheres

	Geração Alpha - História	Projeto Araribá - História
Como aparece	Boxe, pergunta, imagem, legenda e parágrafo.	Subcapítulo dedicado ao conteúdo - As mulheres no mundo feudal.
Figuras	Boadicea e Joana d'Arc	Maria de França
Conteúdo	No boxe, relacionadas com à Igreja; na pergunta, sobre quais profissões poderiam exercer; na imagem, dentro das guerras e revoltas camponesas; na legenda, tratando da Boadicea; nas duas linhas do parágrafo, sobre o controle da igreja sobre os corpos.	Página inteira dedicada à História das mulheres na Idade Média, problematizando suas atuações e relacionando as liberdades de acordo com as posições sociais. Duas ou três linhas falam sobre as mulheres especificamente nos textos da obra.

Fonte: a autora

A partir dos resultados, percebe-se uma diferença em relação à presença das mulheres ao longo dos capítulos do livro. Na obra Geração Alpha - História, a presença é dispersa ao longo dos textos e atividades, mas não substancial, quase como uma nota de rodapé. Já no Projeto Araribá - História, há uma página inteira dedicada ao conteúdo, um subcapítulo próprio. Contudo, deve-se questionar o que é uma única página dentre as trezentas que compõem o livro. Quando a discussão sobre as existências e atuações femininas no conteúdo escolar de Idade Média é feita de forma breve, ou mesmo espaçada, constroem-se uma noção de que a presença feminina é uma questão secundária.

As figuras femininas são outro ponto importante. Na medida em que diferentes e múltiplos heróis masculinos são mencionados nas obras, as “heroínas” se restringem a apenas

três, contando as duas obras: Joana d’Arc, Boadicea e Maria de França. As abordagens usadas para trabalhar com essas mulheres também poderia ser mais ampla, buscando promover discussões mais profundas. Maria de França, uma das poucas autoras do período medieval, e que se destacou por não produzir o gênero literário tradicional do período, é um mero boxe na página; Joana d’Arc aparece como breve menção, sem que haja explicação sobre as diferentes nuances que atravessaram sua vida até a execução por heresia; Boadicea, por sua vez, se resume a uma única frase, na legenda da fotografia de sua escultura.

Imagem 1 e 2: Páginas dos livros didáticos, Projeto Araribá e Geração Alpha.



Fonte: Site da Editora Moderna e site da Editora SM

Esses resultados conversam diretamente com o apresentado por Pereira (2022) sobre uma prática nos livros didáticos e na abordagem escolar do Medieval onde as “histórias menores” - experiências do passado medieval frequentemente classificadas como aparte da narrativa principal - aparecem inseridas unicamente nos boxes ou de forma superficial, dando a impressão de que trata-se de uma questão paralela à exposição geral. Por meio de construções como estas, perpetua-se um imaginário medieval que se reduz aos temas tradicionais: feudalismo, guerras religiosas, papel da Igreja, rompendo com novas possibilidades de compreensão da Idade Média - possibilidades estas que permitem diferentes relações entre os estudantes com o passado.

Conclusão

Os livros e materiais didáticos integram o cotidiano escolar brasileiro há pelo menos dois séculos, e enquanto produtos, passaram por diversas alterações quanto à forma, conteúdo e proposta. Múltiplos fatores e agentes atravessam essas obras: a necessidade, enquanto produtos, de serem vendidos; a interferência do Estado, por meio do Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD); e as demandas do presente, que constituem uma das justificativas para a aprendizagem da História.

Assim, através dos resultados preliminares, foi possível atestar semelhanças e diferenças nas retratações do Medievo em cada livro didático. As duas obras, embora baseando-se numa mesma origem, a Base Nacional Comum Curricular, elaboraram a temática de forma particular, demonstrando que o conhecimento é um processo vivo e subjugado a contextos históricos, sociais e particulares. Nesse sentido, é cada vez mais importante realizar leituras críticas e investigativas sobre como a transição entre os conteúdos acadêmicos e escolares são realizadas, verificando quais lacunas têm sido deixadas e de que forma as narrativas hegemônicas encontram espaço para perpetuação na sociedade.

Em texto de Seffner e Pereira (2018), os autores trabalham com os passados sensíveis no ensino de História e o caráter ético dessa disciplina na construção do sujeito. Através da compreensão do passado é possível olhar para si e para o futuro, nesse sentido, “a escrita da história sobre esses passados e seu ensino não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro - um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e os direitos” (p. 17). Tendo em consideração que o livro didático também é uma forma de escrita da História, os silêncios históricos deixados nas obras - por omissão deliberada de determinados assuntos, por escolhas narrativas, ou por falta de contextualização - são também uma forma de perpetuar e excluir aqueles que não se encaixam no que é hegemônico. Problematicar, portanto, a forma como a História das Mulheres é elaborada constitui uma prática essencial na busca por visões mais igualitárias e inclusivas, em que meninas e mulheres sejam retratadas como o que sempre foram, sujeitos históricos, e não meras notas de rodapé.

Referências bibliográficas:

- BELLEBONI-RODRIGUES, Renata Cardoso. A antiguidade: seus usos, suas apropriações. In: SILVA, Glaydson José da et al (org.). **Antiguidade como presença: antigos, modernos e os usos do passado**. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 211-224.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 69-90.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros e materiais didáticos de história. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 293-310.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – Educação é a Base. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- CERRI, L. F. **Ensino de história e consciência histórica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. Tradução de Maria Helena Camara Bastos. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 5–24, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Tradução de Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa. São Paulo: EDUSC, 2004.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Governança metropolitana no Brasil: caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana** (Componente 1): Região Metropolitana de Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. Capítulo 2: Historia Magistra Vitae. In: KOSELLECK, Reinhart. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Revisão de César Benjamin. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 1979. p. 41-60.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. A Idade Média nos livros didáticos. In: VIANNA, Luciano José (org.). **A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na educação básica no século XXI: experiências nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2021. p. 394-415. E-book. Disponível em: <https://historiapublica.sites.ufsc.br/a-historia-medieval-entre-a-formacao-de-professores-e-o-ensino-na-educacao-basica-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- PEREIRA, Nilton Mullet. Aprender com a Idade Média: residualidades e histórias menores. In: SOUZA, Juliana Texeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). **O que se ensina e o que se aprende em História: a historiografia didática em debate**. Volume 1. Belo Horizonte: Editora Cabana, 2022. p. 106-138. E-book. Disponível em: <https://www.editoracabana.com/cat%C3%A1logo/c%C3%B3pia-sequ%C3%A2ncias-did%C3%A1ticas-1>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- PEREIRA, Nilton Mullet. Planejar a aula de História: gesto político, pedagógico e ético. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 27, p. 1–18, 2024. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.27.23311.047. Disponível

em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/23311>. Acesso em: 1 jun. 2026.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 14–33, 2018. DOI: 10.20949/rhhj.v7i13.427. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427>. Acesso em: 8 jun. 2026.

PORTO JUNIOR, João Batista da Silva. As expressões do medievalismo no século XXI. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIA E PARCERIAS, 18., 2018, Niterói. **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio: História e Parcerias**. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2018. p. 1-10. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529331940_ARQUIVO_AsExpresoesdoMedievalismoSeculoXXI.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026.

RALEJO, Adriana Soares. Autores de livros didáticos de História: produzindo o conhecimento histórico escolar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal: Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), 2013. ISBN 978-85-98711-11-9. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364736736_ARQUIVO_Autoresdelivrosdidaticosdehistoria-AdrianaRalejo.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026.

SILVEIRA, Marta de Carvalho. A representação da mulher medieval nos livros didáticos: uma visão comparativa. **Revista de História Comparada**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 80-107, dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/11851>. Acesso em: 1 jun. 2026.

Livros didáticos:

MOTOOKA, Débora Yumi. **Geração Alpha - História 6º ano**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2022. Disponível em: <https://pnld.smeducao.com.br>. Acesso em: 8 jun. 2026.

OBRA COLETIVA EDITORA MODERNA. **Araribá Conecta - História 6º ano**. São Paulo: Moderna, 2022. Disponível em: <https://moderna.com.br>. Acesso em: 8 jun. 2026.

Entre memórias e pertencimentos: ensino de História e educação patrimonial em Florestal (MG)

Leandro Gonçalves de Rezende
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Arte
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
leandro9rezende@yahoo.com.br

Alex Sandro Nogueira Silva
Mestrando no Programa de Pós-Graduação Profissional em Artes (ProfArtes)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
alexsandro.css@outlook.com

Resumo: O trabalho apresenta reflexões a partir do projeto Memórias de Florestal, desenvolvido na Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, em Florestal/MG, no âmbito do programa BIC Júnior (FECITEC/UFV/CNPq). A iniciativa emerge como resposta aos desafios contemporâneos do ensino de História, especialmente diante da desvalorização das memórias locais e da crescente mediação das culturas digitais. Fundamentado na articulação entre história local e formação cidadã, o projeto mobilizou estudantes do Ensino Fundamental em práticas investigativas, como entrevistas com moradores, levantamento documental, registros fotográficos e análise de bens patrimoniais, incluindo tradições culturais como os Tapetes Arraiolo. Assim, como o estudo das memórias e dos patrimônios locais pode fortalecer o sentimento de pertencimento e a consciência histórica dos estudantes? A proposta metodológica privilegiou a integração entre experiência vivida e conhecimento histórico, promovendo a compreensão do patrimônio cultural em sua dimensão material e imaterial. Como produto final, foi elaborado um livro reunindo narrativas, imagens e interpretações sobre a história e a identidade da cidade. Os resultados evidenciam o fortalecimento do sentimento de pertencimento, o desenvolvimento do protagonismo discente e a ampliação da consciência histórica entre os participantes. Ao articular o local e o global, o projeto demonstra o potencial da educação patrimonial como prática pedagógica transformadora, capaz de superar a fragmentação dos saberes e reafirmar a escola pública como espaço de construção de sentido, memória e identidade. Assim, destaca-se a relevância de abordagens que valorizem as experiências comunitárias na formação de sujeitos críticos e atuantes, em consonância com os desafios educacionais do século XXI.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação Patrimonial; Memória; Identidade; História Local.

Em um contexto marcado pela crescente globalização das experiências culturais e pela expansão das tecnologias digitais, as memórias locais frequentemente ocupam um lugar secundário nos processos de formação histórica das novas gerações. Tal cenário impõe desafios significativos ao ensino de História, especialmente no que se refere à construção de identidades, ao fortalecimento dos vínculos comunitários e à valorização do patrimônio cultural. Nesse sentido, a educação patrimonial emerge como uma importante estratégia pedagógica, capaz de

aproximar os estudantes de sua própria realidade histórica, estimulando a compreensão crítica do passado e o reconhecimento dos bens culturais materiais e imateriais que compõem a memória coletiva de uma comunidade (BESSA, 2004). É nesse horizonte que se insere o presente trabalho, ao analisar a experiência do projeto *Memórias de Florestal*, desenvolvido na Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, em Florestal (MG), o qual possibilitou refletir sobre as potencialidades da articulação entre história local, patrimônio cultural e formação cidadã.

Desse modo, emerge a questão norteadora desse trabalho: como a articulação entre ensino de História, história local e educação patrimonial pode contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica e do sentimento de pertencimento dos estudantes da Educação Básica? Partindo dessa problemática, analisa-se essa experiência didática, buscando compreender a formação de sujeitos críticos, capazes de reconhecer-se como participantes dos processos históricos e agentes na preservação das referências culturais de sua comunidade. Fundamentado nas contribuições da educação patrimonial e da teoria da consciência histórica, especialmente em Rüsen (2007), o estudo procura refletir sobre as potencialidades pedagógicas da aproximação entre experiência vivida, conhecimento histórico e patrimônio cultural.

Ao observar a sociedade, é possível perceber as múltiplas complexidades que constituem esse corpo social multiforme, marcado por diferentes formas de organização, vivências e expressões. A riqueza estética, ou seja, a beleza da sociedade, encontra-se justamente nessa diversidade, que possibilita identificar variadas maneiras de viver, pensar e produzir sentidos sobre o mundo. Entre essas manifestações, destaca-se a cultura, elemento que se transforma de acordo com os territórios e com as experiências construídas pelos sujeitos ao longo do tempo. Segundo Vitória e Emmendoerfer (2024, p. 145), o termo cultura “tem origem no verbo em latim *colo*, que significa ‘eu cultivo’”, o qual está relacionado ao cultivo da terra. Esse significado evidencia uma relação profunda entre os seres humanos e o território,⁷ remetendo a sentimentos de pertencimento, identidade e construção coletiva. Dessa forma, a terra deixa de ser compreendida apenas como um espaço físico e passa a representar um lugar de memórias, vivências e criações humanas.

Nesse sentido, a cultura pode ser entendida como um campo fértil, constantemente cultivado pelas relações sociais, pela criatividade e pelas experiências compartilhadas em

⁷ O termo território é utilizado em uma perspectiva sociocultural, referindo-se ao espaço vivido e apropriado pelos sujeitos, onde se estabelecem relações, memórias, práticas culturais e sentidos de pertencimento.

comunidade. É a partir dessas interações cotidianas que os sujeitos produzem saberes, tradições, costumes e modos de vida que contribuem para a formação das identidades culturais presentes em cada localidade. A partir dessa relação estreita entre o ser humano e o território, também é possível perceber a existência de uma rica diversidade social, cultural e produtiva. Cada espaço carrega características próprias, construídas pelas práticas de convivência, pelas formas de trabalho, pelas manifestações artísticas e pelos conhecimentos transmitidos entre gerações.

Assim, os territórios tornam-se espaços vivos, nos quais diferentes culturas se articulam, dialogam e se reinventam continuamente, fortalecendo tanto o sentimento de pertencimento quanto as potencialidades criativas locais. Nesse contexto, a cultura pode ser compreendida como um território criativo. Sob essa perspectiva, o território

pode ser denominado criativo na medida em que é protagonizado por comunidades criativas comprometidas com os princípios da economia criativa nos usos e nas dinâmicas territoriais. O reconhecimento e a compreensão do conceito de território criativo estão necessariamente atrelados à consciência das dinâmicas políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais, impondo desafios a serem enfrentados, especialmente aqueles representados pela emergência climática, pelas disrupções tecnológicas, pela transição para a economia de baixo carbono e pelas crises político-institucionais que têm abalado a democracia mundo afora. (OLIVEIRA, 2023, p. 172)

No contexto de valorização da cultura local, das memórias, das identidades e dos patrimônios culturais surgiu o projeto *Memórias de Florestal*. A iniciativa foi desenvolvida na Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, com três bolsas de Iniciação Científica BIC-Júnior (FECITEC/UFV/CNPq),⁸ conquistadas pela participação na 8ª Feira de Ciências, Tecnologia, Educação e Cultura da Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal, realizada em 2022. Sob a orientação dos professores Alex Sandro Nogueira Silva e Leandro Gonçalves de Rezende, estudantes da Educação Básica foram inseridos em práticas investigativas voltadas à pesquisa científica, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e da produção do conhecimento histórico.

A escolha da temática das memórias locais partiu da compreensão de que a história de uma comunidade é construída por múltiplas experiências, narrativas e patrimônios que conferem sentido à vida coletiva. O processo de pesquisa possibilitou aos estudantes refletirem sobre o

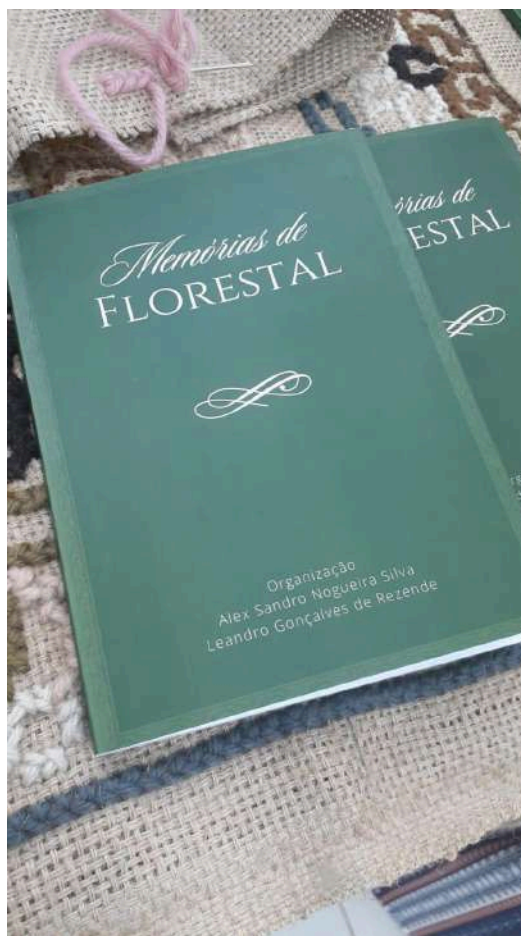
⁸ Foram bolsistas os alunos: Adrian Miguel Rodrigues Ferreira, Arthur Cesar Carvalho Souza, Bento Nogueira Valles Moreira, Bianca Aparecida de Souza, Bruna Silva Faria, Bruno César dos Santos Rodrigues, Daniel Rodrigues da Silva, Fabricio da Cruz Aleixo, Isabela Andrade Rosa Nascimento, Izamara Severina de Paula, João Gabriel Santos Lino, Manuela Arantes Lira, Prisciele Souza Silva e Valentina Morales Mafra.

próprio conceito de ciência, superando concepções restritas acerca da produção do conhecimento e compreendendo a investigação histórica como um instrumento de interpretação da realidade social. Nesse percurso, as memórias cotidianas da cidade tornaram-se objeto privilegiado de análise, permitindo a articulação entre ensino, pesquisa e valorização do patrimônio cultural.

A relevância da proposta tornou-se ainda mais evidente em razão das comemorações dos sessenta anos de emancipação política de Florestal, celebrados em 2023. A efeméride constituiu uma oportunidade singular para refletir sobre a trajetória histórica do município, seus sujeitos, suas tradições e seus lugares de memória. Dessa forma, o projeto buscou contribuir para a preservação e a difusão do patrimônio cultural local, transformando as experiências investigativas dos estudantes em um exercício de construção da consciência histórica e de fortalecimento dos vínculos de pertencimento com a comunidade.

As atividades desenvolvidas ao longo da pesquisa culminaram na produção do livro *Memórias de Florestal*, concebido como um instrumento de preservação, divulgação e valorização da história local. Resultado do trabalho coletivo entre estudantes, professores e comunidade, a obra reuniu documentos, fotografias, relatos orais, estudos sobre patrimônios culturais e interpretações construídas durante o processo investigativo. Mais do que um simples registro dos resultados alcançados, o livro constituiu-se como um espaço de diálogo entre memória, identidade e patrimônio, permitindo que os estudantes assumissem o protagonismo na produção do conhecimento histórico. Ao transformar as pesquisas realizadas em uma publicação acessível à comunidade, o projeto contribuiu para a democratização do conhecimento, para o fortalecimento dos vínculos de pertencimento e para a salvaguarda das referências culturais que compõem a trajetória histórica do município de Florestal.

Imagem 1: Capa do livro *Memórias de Florestal*, produto do projeto de Iniciação Científica BIC-Júnior desenvolvido na Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende.



Fonte: Acervo do Projeto Memórias de Florestal (2023).

A metodologia qualitativa adotada buscou aproximar os estudantes de sua realidade social e cultural por meio da articulação entre experiência vivida e conhecimento histórico. Para tanto, foram realizadas atividades de pesquisa documental, levantamento fotográfico, entrevistas com moradores, observação de bens patrimoniais e registro de manifestações culturais presentes no município. Essa abordagem permitiu que os educandos compreendessem o patrimônio cultural não apenas como um conjunto de monumentos ou objetos materiais, mas também como um universo de saberes, práticas, memórias e tradições transmitidas entre gerações. Ao reconhecer a historicidade presente em seu cotidiano, os participantes desenvolveram uma percepção mais crítica sobre a importância da preservação do patrimônio local e sobre seu papel como sujeitos ativos na construção da memória coletiva. Além de registrar os resultados da pesquisa, a publicação resultante do projeto constituiu um instrumento de difusão do conhecimento

histórico e de valorização do patrimônio cultural local, ampliando o diálogo entre escola e comunidade.

O projeto *Memórias de Florestal* foi estruturado em três eixos temáticos complementares, articulados pela valorização da memória como elemento fundamental para a compreensão da identidade local e para a preservação do patrimônio cultural. Desenvolvido de forma colaborativa, o trabalho envolveu estudantes, professores e membros da comunidade, possibilitando a construção coletiva de conhecimentos sobre a história e as tradições do município. A pesquisa caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, fundamentada na educação patrimonial e no ensino de História, utilizando análise documental, entrevistas, registros fotográficos e relatos dos estudantes participantes.

O primeiro eixo, intitulado *Memórias: patrimônio da cidade*, dedicou-se à discussão dos conceitos de memória, patrimônio, cultura e identidade, tomando como referência a trajetória histórica de Florestal. Além de apresentar uma síntese da formação do município, o estudo analisou símbolos representativos da comunidade, como o hino e a bandeira municipal, bem como os principais bens patrimoniais locais, compreendidos em sua dimensão histórica, cultural e social.

O segundo eixo, denominado *Memória: um contar do povo*, privilegiou as narrativas construídas pelos próprios moradores, aproximando-se das perspectivas da história oral e da micro-história. A partir de relatos, experiências e lembranças compartilhadas pela comunidade, buscou-se compreender os processos de construção das identidades locais, evidenciando sujeitos, práticas e tradições frequentemente ausentes das narrativas históricas oficiais.

Por sua vez, o terceiro eixo, *Memória: o tecer da cidade*, concentrou-se na análise da tradição dos Tapetes Arraiolo em Florestal, manifestação cultural que atravessa gerações e constitui um importante patrimônio imaterial do município. A investigação procurou compreender a permanência, as transformações e os significados dessa prática artesanal na construção da memória coletiva local.

Além da produção de conhecimentos sobre a história e a cultura de Florestal, o projeto desempenhou um importante papel formativo ao introduzir estudantes da Educação Básica no universo da pesquisa científica. Ao longo do processo investigativo, os participantes tiveram contato com diferentes etapas da construção do conhecimento, desde a definição de problemas de pesquisa até a análise de fontes e a elaboração de resultados. Dessa forma, a experiência

contribuiu para o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico e da compreensão da ciência como uma prática socialmente construída.

Os resultados evidenciaram que a articulação entre pesquisa, ensino de História e educação patrimonial constitui uma estratégia relevante para fortalecer os vínculos de pertencimento e ampliar a consciência histórica dos estudantes. Ao valorizar as memórias, os patrimônios e as experiências da comunidade local, o projeto possibilitou novas formas de compreender o passado e refletir sobre sua importância na construção das identidades individuais e coletivas.

O município de Florestal, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi emancipado politicamente em 30 de dezembro de 1962, sendo oficialmente instalado em 1º de março de 1963 (REZENDE, 2019). Ao completar seis décadas de existência administrativa em 2023, a cidade consolidou uma trajetória marcada pela construção de identidades, de tradições e pela produção de memórias coletivas que constituem importantes referências para a compreensão de sua história local. Nesse contexto, as experiências vividas pelos habitantes, os espaços de sociabilidade e as manifestações culturais assumem papel fundamental na constituição do patrimônio cultural do município, tornando-se elementos centrais para a valorização da memória e do sentimento de pertencimento da comunidade.

A humanidade sempre buscou mecanismos de se organizar socioculturalmente, de modo que, desde a Antiguidade até os dias atuais, as cidades surgiram como elemento básico das grandes civilizações e acompanharam as transformações da História. Em seu aspecto agregador, a cidade reuniu condições básicas da organização social e atualmente configura-se como legítimo patrimônio cultural de todos os povos. O meio urbano concentra complexas atividades, bem como múltiplos olhares e usos, elaborando, dessa forma, um ambiente rico, no qual várias relações são estabelecidas, tanto no tempo quanto no espaço. A análise do processo histórico demonstra que tais configurações sociais são desenvolvidas nos usos dos espaços públicos, nas relações de poder e na territorialidade. Tudo isso fica comprovado na disposição das edificações dentro do arranjo urbano (BENEVOLO, 2015).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2016), “o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo”. Entretanto, apesar da riqueza de suas tradições e referências culturais, Florestal possui um

número reduzido de bens oficialmente protegidos. Segundo dados do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), até o exercício de 2018 apenas três bens encontravam-se tombados em âmbito municipal: a antiga Usina Hidrelétrica de Florestal, representativa da arquitetura industrial da década de 1930; as turbinas da referida usina, reconhecidas como bem móvel; e o Conjunto Paisagístico Urbano e Natural do Distrito de Cachoeira de Alma, incluindo a Fazenda da Cachoeira, local de nascimento do governador Benedito Valadares. A reduzida presença de bens protegidos evidencia a necessidade de iniciativas voltadas ao reconhecimento, à documentação e à valorização de outros patrimônios materiais e imateriais existentes no município, ampliando as possibilidades de preservação da memória local e de fortalecimento da identidade cultural florestalense.

Diante desse cenário, o projeto *Memórias de Florestal* buscou ampliar o olhar sobre o patrimônio cultural do município, compreendendo-o para além dos bens oficialmente tombados. A partir de pesquisas documentais, levantamentos fotográficos, entrevistas e observações de campo, os estudantes foram incentivados a identificar elementos materiais e imateriais que constituem referências significativas para a memória coletiva da comunidade. Como resultado desse processo investigativo, foi elaborado o cartaz educativo *Memórias: Patrimônio Histórico da Cidade*, apresentado, em 2023, na 9ª Feira de Ciências, Tecnologia, Educação e Cultura da Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal. A produção sintetiza parte dos resultados alcançados pela pesquisa, reunindo, em uma linha do tempo, os patrimônios históricos locais e destacando espaços, documentos, edificações e manifestações culturais reconhecidos pelos estudantes como importantes suportes da memória florestalense. Dessa forma, o material evidencia o potencial da educação patrimonial como instrumento de valorização da história local e de fortalecimento dos vínculos de pertencimento entre os jovens e a comunidade.

Imagem 2: Cartaz educativo “Memórias: Patrimônio Histórico da Cidade”, elaborado pelos bolsistas do projeto *Memórias de Florestal* e apresentado na 9ª FECITEC/UFV-Florestal (2023).

9ª Feira de Ciências, Tecnologia, Educação e Cultura –
FECITEC – do Campus UFV Florestal



MEMÓRIAS

PATRIMÔNIO HISTÓRICO
DA CIDADE

Adrian Miguel Rodrigues Ferreira,
Bento Nogueira Valles Moreira,
Bruno César dos Santos Rodrigues,
Fabrício da Cruz Aleixo.

Orientador: Leandro Gonçalves de Rezende.
Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende –
Florestal/MG.
BIC- Jr/FECITEC/UFV/CNPq.

Linha do tempo dos patrimônios históricos locais

SÉCULO XVIII

A história de Florestal começa por volta do século XVIII, quando essa região recebeu intensa movimentação de bandeirantes paulistas que se dirigiam às Minas do Pitangui, aprisionando índios e desbravando matas e as áreas do percurso que acompanhava o Rio Paraopeba em busca do ouro das Minas Gerais. Nesse intuito, eles criaram trilhas e fundaram povoados. Apesar de ser uma cidade nova, em termos políticos, a sua história é bem anterior, remontando ao início da mineração, o que é comprovado por algumas fazendas selecionadas na região, como, por exemplo a Fazenda do Ribeirão do Ouro.



Fazenda do Ribeirão
do Ouro, século XVIII -
Foto: W. Diniz

SÉCULO XIX

Nesse momento histórico, a região de Florestal apresenta grandes fazendas com produção agrícola e mão de obra escrava, o que pode ser comprovado documentalente.

Fazenda Cachoeira

No contexto do "Ciclo do Ouro", a Fazenda Cachoeira contribuiu como um elo entre Itatuiçú, Mateus Leme e Pitangui, seguindo obrigatoriamente o trajeto das bandeiras, pelos desbravadores oriundos de São Paulo, com o intuito de explorar o ouro das referidas regiões. Construída no ano de 1817, pelos escravos, conserva características do passado colonial. Sua vocação inicial era ser grande produtora de leite, café e algodão. Berço de nascimento do ilustre mineiro, que despontou na política nacional, Benedito Valadares.

Anúncio de Escravo Fugido

Interessante pesquisa documental, em jornais do século XIX, mostrou-nos que, em 1882, o Coronel João Alves Ferreira da Silva, dono da Fazenda de Ribeirão do Ouro, mandou publicar, reiteradas vezes, um anúncio de escravo fugido.



Fazenda da Cachoeira, local de nascimento de
Benedito Valadares. Fotos: W. Diniz.



Detalhe da página do jornal Liberal Mineiro de
1882. Fonte: Biblioteca Nacional.

SÉCULO XX

Inicialmente, Florestal recebeu o nome de Guarda-Mor Salles, pertencendo ao Distrito de Mateus Leme, que por sua vez pertencia ao Município e à Comarca de Pará de Minas. Em 1911, uma lei municipal do Pará de Minas, elevou a Província de Guarda-Mor a Distrito e desmembrou seu território de Mateus Leme, anexando ao de Pará de Minas, com o nome de "Florestal", devido a existência de grandes florestas na região. Florestal foi emancipada, na categoria de cidade, em 30 de dezembro de 1962, pela Lei nº 2.764. A instalação do município aconteceu no dia 1º de março de 1963, sendo essa data o feriado comemorativo do aniversário da cidade.

Usina Hidroelétrica

A cidade de Florestal, que, não obstante sua potencialidade, possui poucos bens tombados. De acordo com a Lista de bens protegidos até exercício 2018, publicada no site do IEPH/MG, a cidade possui apenas três tombamentos em nível municipal: a antiga Usina Hidroelétrica de Florestal, bem imóvel, com características da arquitetura industrial da década de 1930 (tombada em 2005); as Urbinas da Usina Hidroelétrica de Florestal.

A Igreja Matriz de São Sebastião e sua praça fronteiria
(Praça Torquato de Almeida)

A Igreja Matriz foi construída em 1941, por iniciativa do Vigário Hermenegildo Vileça. Seu estilo corresponde a um neogótico simplificado, com arcos ogivais e torre central. A cidade, de fato, cresceu ao redor da igreja, sendo esse um ponto de referência social, cultural e religiosa. Da mesma forma, a Praça da Matriz ou Praça Torquato de Almeida, com seu coreto, árvores e bancos é um ponto estratégico da cidade e um espaço de sociabilidade.

O prédio da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende

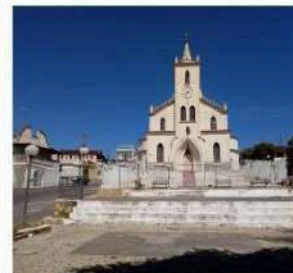
O Grupo Escolar Serafim Ribeiro foi criado pelo Decreto número 2.088, de 26 de abril de 1942, sendo como finalidade atender os alunos do distrito de Florestal de uma Escola primária, na gestão do Governador do Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro, nato nessa região. Apesar da criação do Grupo Escolar ter sido em abril de 1943, sua instalação e funcionamento só aconteceu em 17 de julho de 1945. O Grupo Escolar foi assim nomeado em homenagem a um dos primeiros moradores de Florestal, o Juiz de Paz e amigo íntimo do governador Benedito Valadares, Serafim Ribeiro de Rezende, que havia falecido em 1939.

Ipê Rosa

Também foi levantado como possível patrimônio da cidade a árvore de Ipê Rosa plantada ao lado da escola. Pelos dados orais coletados pela pesquisa, a árvore foi plantada na década de 1960 pelos estudantes do grupo escolar, em comemoração pelo dia da árvore (21 de setembro). O projeto colheu informações orais e fizeram o levantamento iconográfico da árvore, em diferentes décadas e em diferentes estações do ano. A cada inverno, nos meses de junho e julho, a árvore apresenta toda a cidade com uma linda e robusta floração rosa.



Prédio da Usina Hidroelétrica. Séc. XX.
Foto: Leandro Rezende.



Igreja Matriz de São Sebastião - Florestal, 2022.
Foto: Leandro Rezende.



Porta da Escola Estadual Serafim Ribeiro de
Rezende, década de 1950. Foto sem autoria.
Disponível em: @florestalrecordacoes



Vista da Escola Estadual Serafim Ribeiro de
Rezende, década de 1960. É possível reconhecer o
Ipê Rosa ainda jovem. Foto: Acervo da EEPFR.

Fonte: Acervo do Projeto Memórias de Florestal.

A elaboração do cartaz educativo constituiu uma etapa importante da pesquisa, pois exigiu dos estudantes a seleção, organização e interpretação das informações coletadas. Ao construir uma linha do tempo dos patrimônios locais, os discentes mobilizaram conceitos históricos relacionados à permanência, mudança e memória, transformando os resultados da investigação em um produto de divulgação científica acessível à comunidade escolar e ao público da FECITEC.

Os impactos do projeto também podem ser observados nos depoimentos dos próprios estudantes participantes. Eles destacaram a importância das atividades desenvolvidas para a compreensão da história e da memória da cidade, ressaltando que a pesquisa permitiu conhecer aspectos do passado local que antes lhe eram desconhecidos. Bento Nogueira Valles Moreira, em seu depoimento, evidencia como o contato com documentos, fotografias, narrativas da comunidade e patrimônios da cidade contribuiu para ampliar a percepção dele sobre o espaço em que vive e sobre sua própria inserção na história local.

Essa experiência reforça as reflexões de Circe Bittencourt (2018), para quem o ensino de História torna-se mais significativo quando aproxima os estudantes de realidades concretas e de referências presentes em seu cotidiano. Da mesma forma, corrobora as análises de Selva Guimarães (2012), ao demonstrar que o ensino de História pode favorecer a formação de sujeitos capazes de reconhecer a historicidade dos espaços sociais e culturais que integram suas experiências de vida. Nesse sentido, a educação patrimonial ultrapassou a dimensão do conteúdo escolar, tornando-se uma experiência de construção de pertencimento e de valorização da memória coletiva.

Ao reconhecer a relevância histórica de lugares, práticas culturais e narrativas da comunidade, os estudantes passaram a atuar não apenas como receptores de conhecimento, mas também como agentes de preservação e difusão da história local. Os resultados do projeto também podem ser observados em outros relatos produzidos pelos próprios estudantes participantes. Em depoimento posterior à realização da pesquisa, Manuela Arantes Lira destacou que, durante a elaboração do livro enfrentou, juntamente com seus colegas, o desafio de entrevistar moradores idosos da cidade e coletar informações sobre a história local. Segundo ela, naquele momento os estudantes ainda não compreendiam plenamente a importância da atividade desenvolvida, percepção que foi sendo transformada ao longo do processo investigativo.

Outro aspecto relevante observado durante o desenvolvimento do projeto foi o diálogo estabelecido entre os estudantes e os moradores da comunidade. Daniel Rodrigues da Silva, um dos participantes, destacou que uma das entrevistas realizadas sobre a tradição dos Tapetes Arraiolo foi particularmente marcante, pois possibilitou o contato com experiências de vida, costumes e valores transmitidos pela entrevistada. Para ele, os ensinamentos compartilhados durante a conversa ultrapassaram o âmbito do trabalho escolar, influenciando sua formação pessoal e permanecendo como referências importantes em sua trajetória. O depoimento demonstra, ainda, que a educação patrimonial pode favorecer a valorização dos saberes comunitários e das experiências dos sujeitos comuns, reconhecendo-os como portadores de conhecimentos significativos para a compreensão da história local. Ao estabelecer vínculos entre memória, patrimônio e experiência vivida, os estudantes passaram a compreender a história como uma construção coletiva, fortalecendo sua consciência histórica e sua identificação com a comunidade da qual fazem parte.

Os depoimentos dos estudantes evidenciam que a pesquisa histórica escolar pode assumir uma dimensão formativa que ultrapassa a mera aquisição de conteúdos escolares. Ao promover o contato com documentos, memórias, patrimônios culturais e narrativas de moradores da comunidade, o projeto possibilitou o encontro entre vidas, articulando passado, presente e futuro. Com efeito, a circulação de saberes e experiências contribuem para a construção de sentidos sobre o passado e sobre a própria realidade local. Tal experiência aproxima-se da concepção de consciência histórica proposta por Rüsen (2007), segundo a qual o conhecimento histórico auxilia os indivíduos a orientar suas vidas no tempo, articulando passado, presente e futuro. Nesse contexto, as memórias compartilhadas pelos entrevistados não foram percebidas apenas como informações históricas, mas como experiências capazes de suscitar reflexões sobre valores, identidades, pertencimentos e formas de compreender a vida em comunidade.

Ao reconhecer posteriormente a relevância da investigação realizada e da preservação da cultura local, os estudantes demonstraram um processo de ampliação da consciência histórica, passando a compreender a história da cidade não como um conjunto de informações distantes, mas como parte constitutiva de suas próprias trajetórias. Dessa forma, o projeto contribuiu para fortalecer vínculos de pertencimento, valorizar os saberes comunitários e estimular uma postura ativa diante da preservação da memória e do patrimônio cultural de Florestal. O patrimônio cultural de uma sociedade é fruto tanto de escolhas políticas quanto de escolhas pessoais, ou seja,

daqueles bens que as pessoas consideram ser mais importante ou mais representativo da sua identidade, da sua história e da sua cultura. Logo, conclui-se que são os valores e os significados atribuídos pela comunidade a objetos, lugares, espaços ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (ou patrimônio coletivo).

A prática docente parte da interessante dimensão humana, exposta por Eric Hobsbawm (1998, p.17), de que “todo ser humano tem consciência do passado”, de modo que, o passado é “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”. Dessa forma, conclui-se que preservar o passado é criar uma consciência do presente, numa dimensão identitária no tempo e no espaço.

A partir dessas reflexões, o projeto buscou aproximar os estudantes das referências culturais presentes em seu próprio cotidiano, estimulando a observação crítica dos espaços, das paisagens, dos bens patrimoniais e das memórias que compõem a história local. Nesse processo, os relatos, os documentos e as fotografias antigas e contemporâneas assumiram papel central como recursos didáticos e instrumentos de investigação histórica, possibilitando a comparação entre diferentes temporalidades e a identificação de permanências e transformações na cidade de Florestal. Ao analisar imagens, documentos e testemunhos da comunidade, os estudantes foram incentivados a compreender o patrimônio cultural como elemento vivo da memória coletiva, fortalecendo o reconhecimento das identidades locais e o sentimento de pertencimento em relação aos espaços que integram sua experiência social (BORGES, 2005).

O trabalho docente favoreceu a construção de uma visão mais autônoma e integrada por parte dos educandos, que se reconheceram como elemento dos patrimônios locais, revigorando elos identitários e afetivos. Da mesma forma, é preciso destacar que a intervenção pedagógica valorizou os saberes dos educandos, ou seja, a bagagem de conhecimento que eles trazem. Nesse sentido, corroboramos as palavras de Paulo Freire ao dizer que acredita

na força das verdadeiras relações entre as pessoas para a soma de esforços no sentido da reinvenção das gentes e do mundo. E não há como negar que a experiência dessas relações envolve, de um lado a curiosidade humana, centrada na própria prática relacional, de outro, a curiosidade alongando-se a outros campos. O envolvimento necessário da curiosidade humana gera, indiscutivelmente, achados que no fundo, são ora objetos cognoscíveis em processo de desvelamento, ora o próprio processo relacional, que abre possibilidades aos sujeitos da relação de produção de interconhecimentos. (FREIRE, 2014, p.71).

Ao explorar imagens, memórias, documentos e relatos históricos capazes de contar histórias silenciosas e ricas, a prática docente conseguiu envolver os educandos e a comunidade escolar em uma jornada emocionante pelo tempo, mergulhando na essência de uma comunidade e descobrindo o significado de pertencimento. Tem-se demonstrado, por meio de uma série de instrumentos de ação e de salvaguarda, que a política de preservação deve atuar na identificação e na realização das oportunidades que o patrimônio é capaz de oferecer para as comunidades, no sentido da valorização da cultura, do desenvolvimento social e na melhoria da qualidade de vida.

Corroboramos, assim, a ideia de Carlo Ginzburg (2010), ao afirmar que a memória é uma força extremamente plástica, que pode ser remodelada. Ela é ativa; não é neutra e está em constante construção. A memória é uma das possíveis relações com o passado, todavia, uma relação diferenciada da História, pois, no campo da Memória, tendo em vista as constantes reformulações, não é possível verificar e distinguir. No campo da História, ao contrário, sempre é possível questionar e verificar dados e elementos de memória.

Por serem narrativas do passado, História e Memória são ativas, dinâmicas e seletivas, uma vez que não é possível abarcar por completo os acontecimentos pretéritos. Nesse sentido, a História torna-se um conhecimento socialmente útil capaz de justificar e legitimar o presente, norteando escolhas e potencialidades do futuro. Além disso, a História tem uma grande potencialidade formativa, despertando o senso crítico na compreensão tanto do passado quanto do presente, possibilitando a participação consciente e cidadã nos processos sociais. Ela estabelece que as coisas não são dadas a priori, mas sim, são construídas, a partir da investigação, da análise de fontes, da crítica documental (entendendo que toda produção humana é um documento histórico). Por fim, a História também cria empatia, tanto no nível pessoal, de identidade e de pertencimento, sendo um meio de tolerância e de valorização das diferenças; quanto no nível mais global na “compreensão de suas próprias raízes culturais e da herança comum” (PRATS, 2006, p.196).

A valorização da história local no ensino de História constitui uma importante estratégia para aproximar os estudantes dos processos históricos e das experiências que compõem seu cotidiano. Nesse sentido, Circe Bittencourt (2018) destaca que o ensino de História deve possibilitar ao educando compreender-se como sujeito histórico, estabelecendo relações entre diferentes temporalidades e entre a experiência individual e os processos coletivos. Nessa mesma perspectiva, Selva Guimarães (2012) defende que o ensino de História deve ultrapassar a simples

transmissão de conteúdos, promovendo a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar o mundo em que vivem e de reconhecer as múltiplas dimensões da experiência humana. Para a autora, a valorização das memórias, das identidades e dos patrimônios locais contribui para o desenvolvimento da consciência histórica, permitindo que os estudantes compreendam a historicidade dos espaços que frequentam e das práticas culturais que integram sua comunidade.

Sob essa ótica, o projeto *Memórias de Florestal* articulou ensino, pesquisa e educação patrimonial, aproximando os estudantes das referências culturais presentes em seu município. Ao investigar patrimônios, documentos, fotografias e narrativas da comunidade, os alunos foram estimulados a construir interpretações sobre o passado local, reconhecendo-se como participantes ativos dos processos de produção do conhecimento histórico e da preservação da memória coletiva.

A experiência mostrou-nos que uma consistente e eficaz educação patrimonial desenvolvida na escola cumpre, de modo louvável, o seu papel conscientizador, na medida em que aproxima teorias e discussões acadêmicas da vivência prática de cada um, com suas tradições, memórias e identidades. Tais conceitos mesmo ressignificados ao longo do tempo, sempre terão o aporte de suas bases locais, enraizadas na História, nos casos, na arquitetura, nos saberes, nos modos de viver e fazer, enfim, em todo o aparato cultural criado pela comunidade e apropriado como um referencial de memória coletiva, traduzindo a alma e a essência da comunidade de Florestal.

A essência de uma cidade reside na comunidade que se congrega em seu seio. Assim, concluímos que Florestal, uma típica e pequena cidade do interior das Minas Gerais, é um espaço privilegiado, no qual expressões culturais e patrimoniais puderam ser construídas e compartilhadas por membros de uma sociedade, cujos suportes de memória são seus bens culturais, materiais e imateriais. Tais suportes, frutos das inúmeras relações cotidianas, que já aconteceram e que ainda acontecem, precisam ser preservados, garantindo a continuidade da identidade e da memória comum dos florestalenses.

A experiência desenvolvida por meio do projeto *Memórias de Florestal* evidenciou o potencial da educação patrimonial como ferramenta para o ensino de História na Educação Básica. Ao investigar a história local, os patrimônios culturais e as memórias da comunidade, os estudantes deixaram de ser apenas receptores de informações para se tornarem sujeitos ativos na produção do conhecimento histórico. As atividades realizadas possibilitaram a aproximação entre

escola e comunidade, favorecendo a valorização das referências culturais locais e o fortalecimento dos vínculos de pertencimento.

Retomando a questão que orientou este estudo — como o estudo das memórias e dos patrimônios locais pode fortalecer o sentimento de pertencimento e a consciência histórica dos estudantes? —, os resultados do projeto *Memórias de Florestal* demonstram que a aproximação dos educandos com a história da comunidade, seus patrimônios culturais e suas narrativas coletivas contribuiu significativamente para a construção de vínculos identitários e para a ampliação da consciência histórica. Ao investigar o passado local, dialogar com diferentes sujeitos e produzir conhecimento sobre a cidade em que vivem, os estudantes passaram a reconhecer-se como participantes da história e agentes na preservação da memória coletiva.

Além disso, a elaboração do livro e dos materiais de divulgação científica demonstrou que a pesquisa escolar pode ultrapassar os limites da sala de aula, contribuindo para a preservação e a difusão das memórias coletivas. Nesse sentido, o projeto reafirma a importância das práticas de educação patrimonial na formação cidadã, ao estimular o reconhecimento, a valorização e a salvaguarda dos bens culturais que constituem a identidade de uma comunidade. Assim, mais do que registrar o passado, a iniciativa contribuiu para a construção de uma consciência histórica crítica, capaz de compreender a relevância das memórias e dos patrimônios culturais na interpretação do presente e na projeção do futuro.

Referências bibliográficas:

- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BESSA, Altamiro Sérgio Mol, *et all*. **Preservação do Patrimônio Cultural**: nossas casa e cidades, uma herança para o futuro. Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- BLOCH, M. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio – O papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, 2012, p.79-90.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GINZBURG, Carlo. **Da memória à história**. In: *Fronteiras do pensamento*, 2010. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/videos/da-memoria-a-historia>>. Acesso em 04/06/2022.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). Diretoria de Promoção - Gerência de Cooperação Municipal. **Relação de Bens protegidos pelos Municípios (apresentados ao ICMS- Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado - até o ano de 2017 / exercício 2018**. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/Documentos/Programas/LISTA_BENS_PROTEGIDOS_AT%C3%89_EXERCICIO_2018_ELEI%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 30/03/2026.

LE GOFF, J. Documento/ Monumento. In: _____. **História e Memória**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1990.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Gouveia de. O desenvolvimento de territórios criativos. In: LEITÃO, Cláudia Sousa (org.). **Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: contribuições para uma economia criativa brasileira**. São Paulo: WMF Martins Fontes; Itaú Cultural, 2023. p. 169-197.

PORFÍRIO, Francisco. "Patrimônio histórico-cultural". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>. Acesso em 22 de junho de 2022.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados - 2000/2010**. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

PRATS, Joaquín. Ensinar história no contexto das ciências sociais: princípios básicos. **Educar em revista**, 2006, p. 191-218.

REZENDE, Leandro Gonçalves de. **Educação Patrimonial e Formação Cidadã: identidade, memória e pertencimento a partir do levantamento dos patrimônios culturais de Florestal/MG**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

VITÓRIA, José Ricardo; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. O que é cultura? Reflexões para uma sociedade (pós-)pandêmica. **Revista USP**, São Paulo, n. 140, p. 145-156, jan./mar. 2024.

Museus e Educação Inclusiva: Horizontes da Transmissibilidade Histórica

Wellington Pereira de Moura

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

wellingtonmourap1990@gmail.com

Resumo: O presente trabalho de pesquisa investiga as práticas educativas e comunicacionais do Museu da Matemática da UFMG e do Museu de Artes e Ofícios, buscando compreender em que medida essas instituições promovem acessibilidade e garantem a transmissibilidade da História para pessoas com deficiência, à luz do paradigma do museu contemporâneo. Parte-se da compreensão de que os museus deixaram de ser espaços de contemplação passiva para se constituírem como ambientes dialógicos, nos quais o visitante assume papel ativo na construção do conhecimento. Nesse sentido, a mediação educativa é entendida como prática cultural e política, capaz de articular memória, experiência sensorial e produção de sentidos, ampliando o acesso ao patrimônio e favorecendo a inclusão comunicacional. O referencial teórico mobiliza contribuições da educação patrimonial crítica, que compreende o patrimônio como construção social e defende metodologias participativas voltadas à formação cidadã. Essa perspectiva sustenta que o reconhecimento do patrimônio depende do envolvimento dos sujeitos com suas referências culturais, enfatizando processos de observação, registro, exploração e apropriação como etapas fundamentais para a construção do conhecimento. Assim, a educação patrimonial deixa de ser apenas instrumento de preservação e passa a atuar como estratégia de democratização cultural e de valorização da memória coletiva. Metodologicamente, a pesquisa estrutura-se em três etapas: revisão bibliográfica e análise documental, observação das práticas educativas acessíveis e estudo de caso autoetnográfico com abordagem fenomenológica. Esse percurso permite analisar mediações, recursos táteis, visuais e tecnológicos, bem como registrar a experiência do pesquisador com baixa visão, considerando a pluralidade de sentidos atribuídos à História. A análise dos dados será realizada por meio de análise de conteúdo e análise crítica do discurso, articuladas a entrevistas com educadores, gestores e público com deficiência. Espera-se demonstrar que a acessibilidade, quando integrada às estratégias comunicacionais e educativas, amplia a participação social e fortalece a função pedagógica dos museus. Dessa forma, o estudo contribui para compreender o museu como espaço de diálogo, experiência e coautoria, no qual diferentes linguagens possibilitam a construção compartilhada do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Museus; Educação inclusiva; Transmissibilidade histórica.

Introdução e Problematização

Nas últimas décadas, os museus vêm sendo progressivamente convocados a repensar suas funções sociais, educativas e comunicacionais diante das transformações culturais, sociais,

políticas e tecnológicas do mundo contemporâneo. Esse deslocamento paradigmático, que afasta as instituições museais de uma concepção tradicional baseada na acumulação, conservação e exibição de objetos para consolidá-las como espaços ativos de produção de conhecimento, experiência e reflexão crítica, está intrinsecamente vinculado à emergência de novas demandas sociais por representatividade, participação e democratização do saber.

Nesse cenário, o conceito de Museu do Futuro (Ferreira, 2022) surge como metáfora do acesso e da participação ativa dos públicos, definindo o museu como organismo vivo e relacional, cuja missão ultrapassa a conservação de objetos para centrar-se na experiência e na construção coletiva de sentidos. Sobre esse horizonte, a questão da acessibilidade, física, sensorial, cognitiva e simbólica ganha centralidade não apenas como adequação técnica, mas como um novo paradigma epistemológico e ético da prática museal. Como afirmam Alves e Moraes (2019), a acessibilidade não pode ser reduzida a um conjunto de normas arquitetônicas: ela é, antes de tudo, uma prática de acolhimento e cuidado que reconhece o outro como expert de sua própria experiência.

A educação em museus no Brasil possui uma trajetória marcada por transformações históricas e sociais que se estendem desde o marco de 1818, com a criação do Museu Real, até os dias atuais. Nesse percurso, os museus deixaram de ser campos de observação e preservação de acervos para se tornarem arenas de produção e circulação do conhecimento. Paralelamente, as formas de compreender a deficiência deslocaram-se do modelo médico; que a interpreta como lesão individual a ser corrigida, para o modelo social, que a concebe como resultado de barreiras impostas pela sociedade (UPIAS, 1975; Diniz, 2007), e, mais recentemente, para perspectivas que reconhecem a diferença como princípio epistemológico constitutivo (Alves; Moraes, 2018). É nesse entrecruzamento que se insere a presente investigação, cujo problema central pode ser assim formulado: em que medida as práticas educativas e as estratégias de comunicação do Museu de Artes e Ofícios (MAO) e do Museu da Matemática da UFMG promovem a acessibilidade e garantem a transmissibilidade da História para pessoas com deficiência, à luz do paradigma do Museu do Futuro?

A escolha dos dois museus justifica-se por suas distintas matrizes epistemológicas, o MAO ancorado na história social e na memória do trabalho; o Museu da Matemática, na ciência exata e na experimentação lúdica. e por sua convergência em torno de um horizonte pedagógico comum: a promoção de experiências educativas significativas nas quais o público assume papel

ativo na construção de sentidos. Como destaca Hooper-Greenhill (2007), os museus do século XXI deixaram de ser templos do saber para se tornarem fóruns de diálogo, onde diferentes vozes se encontram.

Percurso Histórico da Museologia: do Gabinete ao Museu do Futuro

A compreensão das práticas museais contemporâneas exige um olhar sobre a longa trajetória das instituições museológicas. Os gabinetes de curiosidades, ou **Wunderkammern**, surgidos na Europa entre os séculos XV e XVIII, constituíram não apenas uma etapa preliminar na história das instituições museológicas, mas um dispositivo epistemológico fundamental para a reconfiguração das formas de produção, ordenação e legitimação do saber (Raffaini, 1993). Funcionando como microcosmos, sínteses do universo conhecido, esses espaços articulavam, em um mesmo ambiente, elementos do maravilhoso, do erudito e do empírico, delineando práticas de coleta, classificação e exibição que já expressavam uma racionalidade organizadora (Gonçalves; Amorim, 2012).

Com a emergência da episteme iluminista, as práticas heterogêneas dos gabinetes foram progressivamente submetidas a critérios de sistematicidade e utilidade pública, culminando na fundação dos primeiros museus públicos; o Ashmolean (1683) e o Louvre (1793). Essa transição transformou radicalmente a função das coleções: o que antes servia ao deleite privado da nobreza passou a servir à educação do cidadão e à construção da identidade nacional (Foucault, 1999). O museu moderno emerge, assim, como instituição disciplinar que não apenas conserva e expõe objetos, mas também produz regimes de verdade e organiza narrativas sobre o mundo natural e cultural.

É, contudo, a partir dos levantes sociopolíticos da década de 1960 e, sobretudo, com a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), que as práticas museológicas passam por uma inflexão decisiva. Como observa Martins (1997), a efervescência cultural do pós-guerra culminou na contestação do museu tradicional, seu caráter elitista, passivo e desconectado das demandas sociais. A Nova Museologia emerge, portanto, como movimento de empoderamento comunitário, deslocando o eixo do discurso museal da preservação do objeto estático para o atendimento das demandas sociais (Teixeira, 2022). No século XXI, o paradigma do Museu do Futuro (Ferreira, 2022) radicaliza essa perspectiva ao conceber o museu como espaço de

experiência, diálogo e co-autoria, no qual a acessibilidade se configura como fundamento ético e epistemológico e não como adendo técnico às ações museológicas.

Os Modelos de Compreensão da Deficiência e suas Implicações Museais

A forma como a deficiência é nomeada e categorizada nos discursos culturais produz variados efeitos sociais sobre as pessoas com deficiência. Os modelos teóricos da deficiência, entendidos como paradigmas interpretativos dessa condição, fundamentam processos classificatórios que dão origem tanto a práticas de normalização quanto à construção de identidades e modos de subjetivação (Engel, [1977] 2004). O modelo médico da deficiência, predominante até meados do século XX, fundamenta-se em uma concepção biomédica de normalidade, interpretando a deficiência como consequência direta de uma lesão ou impedimento orgânico e conduzindo sua resposta social para intervenções de natureza clínica e reabilitadora. No contexto museal, esse paradigma se materializa em adaptações pontuais e técnico-compensatórias que não questionam a estrutura central da experiência nem promovem o engajamento dialógico.

O modelo social da deficiência, por sua vez, emerge como crítica direta a esse enquadramento, deslocando o foco analítico do indivíduo para a sociedade: A perspectiva do modelo social afirma que a deficiência é o resultado da interação entre as pessoas e o seu entorno. Se na perspectiva biomédica a deficiência era tomada como uma lesão que atinge um corpo individual, no modelo social, a deficiência é afirmada como um efeito de uma sociedade pouco inclusiva, uma sociedade que oprime a diversidade dos corpos. (Alves; Moraes, 2019, p. 487)

Mais recentemente, perspectivas híbridas e críticas avançaram para além dessa dicotomia, articulando dimensões biológicas, psicológicas e sociais em consonância com o modelo biopsicossocial consolidado pela Organização Mundial da Saúde por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). No campo da museologia, essa evolução encontra ressonância na noção de acessibilidade estética proposta por Alves e Moraes (2018; 2019), que defende a inclusão construída com, e não para, as pessoas com deficiência. Tal perspectiva reconhece a interdependência como valor central e a mediação como uma ferramenta de encontro e produção de mundos, na qual a experiência estética se dá de forma encarnada, vivida e experimental. Como afirma Sarraf (2022), a mediação sensorial em museus deve ser

compreendida como dimensão constitutiva do ato comunicativo, e não como complemento eventual às ações educativas.

Lócus da Pesquisa: Dois Museus, Duas Epistemologias, Uma Convergência Pedagógica

O Museu de Artes e Ofícios configura-se como instituição museológica de grande relevância para a compreensão das relações entre trabalho, memória e patrimônio no Brasil. Inaugurado em 2005 pelo Instituto Cultural Flávio Gutierrez, o museu ocupa os edifícios históricos das antigas estações ferroviárias da capital mineira, situadas na Praça Rui Barbosa. Tal localização não é fortuita: trata-se de um espaço que, desde o início do século XX, desempenhou papel estratégico na circulação de pessoas, mercadorias e práticas culturais, constituindo-se como eixo estruturante da vida urbana de Belo Horizonte. Composto por mais de 2.500 peças originais datadas entre os séculos XVIII e XX, o acervo reúne instrumentos, ferramentas, máquinas e utensílios vinculados a diversos ofícios tradicionais. Um aspecto particularmente significativo da proposta museográfica é a ocupação das antigas plataformas ferroviárias, onde parte do acervo é exposta ao público que transita cotidianamente pela estação central do metrô, estabelecendo uma conexão direta entre o tema do museu e a experiência dos trabalhadores (Catel, 2005).

O Museu da Matemática da UFMG, por sua vez, apresenta-se como espaço singular de articulação entre ensino, divulgação científica e experiência lúdica no campo da matemática. Vinculado à Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais, o museu orienta sua proposta pedagógica a partir da valorização da chamada Matemática Recreativa, compreendida como estratégia didática capaz de aproximar o conhecimento matemático do cotidiano dos visitantes (Pôssas, 2006; Vergara, s.d.). A organização das atividades fundamenta-se na utilização de recursos lúdicos que estimulam o raciocínio lógico e a resolução de problemas — quebra-cabeças geométricos, jogos de tabuleiro, enigmas aritméticos e experimentos que exploram paradoxos matemáticos.

Embora partam de matrizes epistemológicas distintas, ambas as instituições estruturam-se em torno de uma educação problematizadora, nos termos de Freire (1996). Em lugar de transmitir conteúdos prontos, propõem experiências dialógicas que convidam o público a refletir criticamente sobre o conhecimento e sobre si mesmo. No Museu da Matemática, a mediação educativa busca despertar o questionamento sobre como e por que pensamos matematicamente;

no MAO, a pergunta é igualmente transformadora: quem trabalha, e o que esse trabalho significa na constituição da sociedade?

Referencial Teórico: Transmissibilidade, Mediação e Acessibilidade

A contribuição teórica de Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1993; 2009) é decisiva para compreender a inflexão contemporânea da museologia ao propor que a identidade cultural seja tratada como objeto de conhecimento crítico, e não como finalidade dos museus. Em sua leitura, a função do museu não é afirmar essências, mas interrogar processos históricos de construção identitária. Em sua obra de 2009, Meneses amplia o debate ao defender que os museus assumam o papel de arenas críticas e mediadores entre lembrança e justiça, compreendendo a memória como uma prática social viva e sempre em disputa. Essa necessidade de dialogar com o presente se conecta à noção de transmissibilidade histórica, inspirada em Benjamin (1987), que designa o ato de fazer o passado comunicar-se com a atualidade por meio de experiências compartilhadas, acessíveis e inclusivas. Tal perspectiva dialoga diretamente com Leite (2021), que define o museu como um "laboratório da história", onde o conhecimento é produzido coletivamente e mediado por objetos, espaços e afetos, em conformidade com a pedagogia libertadora de Freire (1996). Essas dinâmicas convergem para a comunicação museológica, que constitui o núcleo da prática contemporânea. A tríade tradicional de Sofka (1978/2009) — preservar, pesquisar e comunicar — é expandida por Assad e Montingelli (2023) ao incluírem a mediação digital como uma dimensão ética e política voltada à inclusão e à participação cidadã. No campo da educação patrimonial, Ferrari (s.d.) sustenta que esse processo pedagógico deve partir da experiência e das referências culturais dos sujeitos, transformando o patrimônio em ferramenta para a construção da cidadania.

Essa postura democrática fundamenta o conceito central desta investigação: a acessibilidade estética de Alves e Moraes (2018; 2019). As autoras defendem que a inclusão não deve ser pensada *para* as pessoas com deficiência, mas *com* elas, reconhecendo-as como sujeitos epistêmicos e produtoras de conhecimento. Metodologicamente, essa premissa se traduz no *pesquisarCOM*, uma abordagem investigativa que toma a pessoa com deficiência como coparticipante e expert do processo, honrando o lema "nada sobre nós sem nós". Por fim, José Newton Coelho Meneses (2013) oferece uma contribuição complementar ao propor o conceito de patrimônio vivencial, que valoriza as experiências e os saberes das comunidades como

fundamentos do patrimônio cultural, reforçando a ideia de que o museu deve ser um espaço habitado por sujeitos reais, e não apenas por objetos.

Metodologia

Este trabalho possui caráter qualitativo, com abordagem descritiva, analítica e enfoque interdisciplinar, articulando museologia, educação, história e estudos da deficiência. O percurso metodológico estrutura-se em três etapas: revisão bibliográfica e análise documental; observação participante sistemática das práticas educativas; e um estudo autoetnográfico e fenomenológico conduzido a partir do lugar de fala do pesquisador como sujeito com baixa visão. Para a coleta de dados primários, aplicaram-se questionários com 90 visitantes (45 em cada museu) utilizando questões nominais e escala Likert (1–5) para avaliar dimensões como acessibilidade, mediação e transmissibilidade histórica, além de entrevistas semiestruturadas com coordenadores, educadores e visitantes com deficiência. A análise dos dados empregou a análise de conteúdo para documentos e discursos institucionais, e a análise crítica do discurso para as práticas museológicas.

A dimensão autoetnográfica, fundamentada na perspectiva do conhecimento situado, reconhece que o pesquisador ocupa um duplo espaço: o de usuário que necessita de acessibilidade e o de vetor crítico de análise dessas práticas. Como indicam Alves e Moraes (2019), essa dupla marca não constitui uma limitação metodológica, mas sim uma potência investigativa. A ótica de pesquisa tecida no tensionamento entre deficiência e capacidade produz um conhecimento encarnado, irreduzível às abordagens tradicionais que analisam a deficiência estritamente sob uma perspectiva externa.

Resultados e Análise

O comparativo das médias Likert revela diferenças substanciais entre as instituições. O Museu de Artes e Ofícios (MAO) obteve médias de 3,0 em acessibilidade física, 4,2 em mediação educativa, 3,0 em recursos interativos e 4,0 em reflexão crítica. Já o Museu da Matemática registrou médias de 2,0 em acessibilidade física, 3,0 em mediação educativa, 1,0 em recursos interativos e 2,0 em reflexão crítica. Quanto à percepção de participação, aproximadamente 58% dos visitantes do MAO se perceberam como participantes ativos na construção de sentidos,

contra menos de 15% no Museu da Matemática, onde mais de 80% se identificaram como receptores passivos.

Essa disparidade se repete na oferta de acessibilidade comunicacional, pois a maioria dos respondentes confirmou a presença de audiodescrição ou atendimento em Libras no MAO, recurso minoritário ou ausente no Museu da Matemática. Do mesmo modo, 62% dos participantes reconheceram práticas efetivas de transmissibilidade histórica no MAO, contra apenas 24% na outra instituição. Esses resultados corroboram que a narrativa humanizada sobre a história social do trabalho, o contato com a cultura material e a mediação dialógica potencializam a transmissibilidade. Ao instalar-se no espaço cotidiano da estação central do metrô, o MAO aproxima-se dos sujeitos históricos de sua coleção, afirmando a dimensão política do acesso e da participação cultural (Catel, 2005).

Discussão: Hipóteses Revisitadas

Os dados do Museu da Matemática confirmam parcialmente a primeira hipótese da pesquisa. A mediação baseada na interatividade lúdica, sem estrutura dialógica inclusiva e recursos sensoriais, não garante a transmissibilidade histórica plena. A média Likert de 1,0 em recursos interativos e a percepção de passividade por mais de 80% dos respondentes evidenciam que a coautoria, central ao paradigma do Museu do Futuro (Ferreira, 2022), está ausente na instituição. Como alertam Alves e Moraes (2019), adaptar sensorialmente o acesso ao objeto não equivale a promover a experiência estética, pois a informação não substitui a fruição da obra. Por outro lado, o MAO corrobora a segunda hipótese ao aproximar-se do paradigma dialógico. Conforme Oliveira (s.d.) e Meneses (1993), a experiência museológica resulta sobretudo das formas de mediação que estruturam a relação entre público e acervo. No MAO, a narrativa sobre a história social do trabalho ancorada na cultura material mobiliza a memória social e a experiência de vida dos visitantes, operando como transmissibilidade histórica viva.

Contudo, nenhuma das instituições consolidou plenamente a acessibilidade estética proposta por Alves e Moraes (2018), que exige uma inclusão construída com as pessoas com deficiência. A coautoria como princípio requer a participação desses sujeitos na própria concepção das práticas educativas. Misan (s.d.) e Oliveira (s.d.) já apontavam a tendência de museus históricos privilegiarem narrativas institucionalizadas em detrimento das vozes dos grupos representados, padrão que persiste em ambos os espaços. Adicionalmente, a

autoetnografia sugere que o MAO, por trabalhar com objetos concretos e cotidianos, oferece múltiplas entradas sensoriais que ampliam a experiência de sujeitos com baixa visão. O reconhecimento tátil e afetivo de ferramentas transcende o visual, confirmando que a pluralidade de sentidos é condição para a transmissibilidade histórica em corpos atípicos.

Considerações Finais

A análise das práticas educativas de ambos os museus permite concluir que a superação de barreiras físicas e sensoriais é necessária, mas insuficiente para a transmissibilidade da História. A verdadeira inclusão epistemológica exige que o museu se transforme em campo de experiência, diálogo e coautoria (Ferreira, 2022; Alves; Moraes, 2018), reconhecendo a diferença como princípio de conhecimento. Os resultados revelam que o MAO, por seu modelo de mediação humanizada e acervo vinculado à memória coletiva, apresenta condições mais favoráveis à transmissibilidade para pessoas com deficiência. O Museu da Matemática, apesar do potencial lúdico, ainda opera no paradigma técnico-compensatório, sem articular a experimentação a uma estrutura sensorialmente inclusiva. Ao articular museologia crítica, pedagogia freireana, estudos da deficiência e História Pública, este estudo busca contribuir para uma prática museal que contemple as pessoas com deficiência como sujeitos históricos plenos. O Museu do Futuro não é apenas o que incorpora tecnologia, mas o que reconhece a diferença como fundamento do conhecimento e a acessibilidade como condição de cidadania cultural (Meneses, J. N. C., 2013).

Referências bibliográficas:

- AIDAR, Gabriela. **Acessibilidade em museus:** ideias e práticas em construção. Revista Docência e Cibercultura, v. 3, n. 2, p. 155-175, 2019.
- ALVES, Camila Araújo; MORAES, Márcia. **Entre Histórias e Mediações:** Um caminho para acessibilidade estética em espaços culturais. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, p. 584-594, 2018.
- ALVES, Camila Araújo; MORAES, Marcia. **Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus:** Uma prática de acolhimento e cuidado. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 484-502, 2019.

ASSAD, Paula Talib; MONTINGELLI, Danilo. **Diálogos entre museus e tecnologia**. In: PONTES JUNIOR, João de; MONTINGELLI, Danilo (org.). *Diálogos entre Museu e Tecnologia*. São Paulo: Museu da Cidade de São Paulo, 2023.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CATEL, Pierre. **Le Musée des Arts et Métiers de Belo Horizonte**. Paris, 2005.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

ENGEL, George. **O modelo biopsicossocial**. In: _____. *Modelos de doença*. 2004. [Original: 1977].

FERRARI, Aída Lúcia. **Reflexões e contribuições para a educação patrimonial**. s.d.

FERREIRA, José Alberto. **O Museu como futuro: os desafios da transmediação**. 2022.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Maria Livia C. M. Ramos; AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues de. **Gabinete de curiosidades: o paradoxo das maravilhas**. 2012.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and Education: Purpose, Pedagogy, Performance*. Londres: Routledge, 2007.

LEITE, Marcelo Henrique. **Museus como laboratório da história**. 2021.

MARTINS, L. C. **A história dos museus no Brasil**. 1997.

MENESES, José Newton Coelho. **Sobre a musealização da vida: patrimônio vivencial e experiências cotidianas**. 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 9-42, 1993/1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Os museus e as ambiguidades da memória**. 2009.

MISAN, Simona. **Os Museus históricos e pedagógicos no Estado de São Paulo**. s.d.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Entre história e memória: a visualização do passado em espaços museológicos**. s.d.

PÔSSAS, Helga Cristina Gonçalves. **Saber fazer e fazer saber: os museus de ciência da UFMG**. 2006.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Museu contemporâneo e os gabinetes de curiosidades.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 3, p. 159-163, 1993.

RAFAEL, Maurício. **O futuro é hoje: reflexões para os museus no período pós-pandemia.** In: PONTES JUNIOR, João de; MONTINGELLI, Danilo (org.). Diálogos entre Museu e Tecnologia. São Paulo: Museu da Cidade de São Paulo, 2023. p. 65-76.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em Espaços Culturais: mediação e comunicação sensorial.** São Paulo: EDUC–Editora da PUC-SP, 2022.

SHAKESPEARE, Tom. Disability rights and wrongs. Londres: Routledge, 2006.

SOFKA, Vinos. **A pesquisa no museu e sobre o museu.** Revista Museologia e Patrimônio, v. 2, n. 1, 2009. [Original: 1978].

TEIXEIRA, Sidélia Santos. **Nova Museologia: aspectos históricos e características.** 2022.

VERGARA, Carmen Rosa Giraldo. **Museu da Matemática UFMG: criando laços entre a universidade e a escola.** s.d.

Vozes de Javé: reflexões sobre o filme *Narradores de Javé* e os usos da história oral no ensino

Leonardo Carvalho Ferreira
Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
carvaleo.fe05@gmail.com

Resumo: O presente trabalho propõe uma reflexão sobre os usos da história e a percepção do indivíduo como sujeito integrante no processo de construção do passado, tomando como objeto central de análise o filme *Narradores de Javé*. A proposta de utilizar a metodologia da história oral como chave de leitura vincula-se à pesquisa "História em primeira pessoa: a história oral nas aulas de história (Brasil, anos 1990-presente)", em desenvolvimento sob orientação do Prof. Dr. Gabriel Amato Bruno de Lima (CP/UFMG). Nesse modelo, fundamentado na perspectiva de Ricardo Santhiago sobre a história oral enquanto prática pública e dialógica, a mobilização da obra cinematográfica é apresentada como uma etapa estratégica de sensibilização. O filme funciona como um simulacro das tensões entre memória e poder. Nele, a invisibilidade de Javé manifesta-se como uma ameaça concreta, onde a ausência de uma história escrita é utilizada para justificar a inundação do vilarejo. Assim, a busca pelo registro converte-se em uma luta pela própria existência. A obra permite aos estudantes analisar as disputas e os *locus* de enunciação de cada personagem, evidenciando que a memória constitui um campo de forças. Dessa forma, a análise fílmica oferece uma base para o subsequente trabalho de campo, permitindo, de certa forma, aos alunos compreender — em consonância com as teses de Santhiago — que a entrevista é um evento narrativo no qual o presente ressignifica o passado. Assim, o filme antecipa o entendimento da produção documental como um ato político e interpretativo. Conclui-se, portanto, que a mobilização da obra permite transmitir as nuances e complexidades da história oral, apresentando uma fonte que potencializa a sensibilidade e o protagonismo na construção do saber histórico. Ao reconhecerem-se como narradores capazes de confrontar silenciamentos, os estudantes transcendem a recepção passiva de conteúdos, consolidando o letramento histórico como uma ferramenta indispensável para que a pluralidade de vozes se torne o pilar de uma memória coletiva mais democrática.

Palavras-chave: História oral; Ensino de história; Narradores de Javé; letramento histórico; memória.

Introdução

A inserção da História Oral no espaço escolar tem se revelado um dos caminhos para a promoção do letramento histórico e para a formação de uma consciência crítica nos estudantes. A ideia de articular essa metodologia ao ambiente da sala de aula surge da necessidade premente de transformar o aluno de mero espectador em sujeito ativo do conhecimento histórico. Embora haja um desejo manifesto por parte de muitos docentes em mobilizar a história oral, a ausência de

recursos, de tempo hábil para planejamentos densos e de um preparo metodológico específico durante a formação inicial frequentemente inviabiliza essas práticas (Magalhães; Santhiago, 2013).

Nesse cenário de escassez de suportes, o livro didático acaba sendo adotado como um "alívio" ou o principal apetrecho para guiar as aulas e os planejamentos dos professores. Contudo, uma breve análise das obras didáticas integradas ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático, especificamente nos editais do PNLD 2020 para o Ensino Fundamental e do PNLD 2021 para o Ensino Médio, revela que esses manuais costumam incorrer em confusões conceituais ao abordar o tema, quando não negligenciam por completo a metodologia, omitindo qualquer menção à história oral. Diante dessa demanda por ferramentas alternativas de orientação e mediação, o objetivo deste trabalho é oferecer uma proposta metodológica acessível para o Ensino Fundamental e Médio. Propõe-se a utilização da obra cinematográfica *Narradores de Javé* como uma etapa essencial de sensibilização e preparação conceitual dos alunos para um posterior trabalho de campo.

Essa etapa de sensibilização, conforme postulam Magalhães e Santhiago (2013), não deve ser encarada como um mero preâmbulo descartável, mas sim como o alicerce formativo de todo o projeto. Para os autores, sensibilizar significa preparar o terreno cognitivo e ético dos estudantes, despertando-os para a existência de múltiplas historicidades no seu entorno e estimulando a curiosidade histórica antes que eles empunhem um gravador. A importância desse momento reside na desconstrução da postura passiva do aluno diante do conhecimento. Ao invés de lançá-los diretamente ao campo sem repertório, a sensibilização promove um estranhamento saudável sobre o próprio cotidiano, gerando um espaço de reflexão onde os discentes passam a compreender o valor da escuta e a responsabilidade social que envolve o ato de registrar a memória alheia. Assim, o uso do cinema funciona como esse disparador ideal, pois humaniza os dilemas do método e faz com que os alunos compreendam, de forma lúdica e crítica, as implicações práticas da pesquisa com fontes orais.

Na perspectiva pedagógica de Valéria Magalhães e Ricardo Santhiago (2013), a história oral afasta-se de qualquer reducionismo que a limite a uma mera técnica de coleta de depoimentos ou a um recurso puramente ilustrativo para dinamizar as aulas, sendo definida como um método científico rigoroso e, simultaneamente, como uma fonte histórica complexa que se constitui na intersubjetividade, isto é, no encontro dialogado entre entrevistador e entrevistado. Sob essa ótica, a realização de entrevistas desponta como uma etapa central e prática desse

processo, mas que só adquire estatuto metodológico e de produção científica quando integrada a um percurso ampliado — o qual exige desde o planejamento inicial e a sensibilização teórica até as fases posteriores de transcrição, análise crítica e devolução social das memórias coletadas. Mobilizar a história oral no espaço escolar significa, portanto, inserir organicamente os estudantes nas engrenagens desse fazer historiográfico para que, ao irem a campo munidos do repertório analítico construído previamente na sensibilização, eles compreendam que esse encontro intersubjetivo é dinâmico, posicionando-se como coautores da fonte histórica em vez de meros coletores passivos de dados. Essa preparação funciona como uma salvaguarda ética, garantindo que os discentes conduzam os diálogos com seus familiares, vizinhos ou funcionários da escola sob uma postura de profundo respeito, empatia e rigor conceitual, sabendo de antemão como acolher as contradições, decifrar os silêncios e mediar as múltiplas versões que fatalmente emergirão dos relatos — dinâmicas complexas que eles já viram ser encenadas na tela cinematográfica. Desse modo, as entrevistas ressignificam o ato de pesquisar e ganham um novo estatuto pedagógico e político, convertendo-se em autênticos laboratórios de cidadania e de produção de conhecimento onde o chão da comunidade e a memória local se transformam em um arquivo vivo a ser interpretado.

Para fundamentar essa prática, faz-se imperioso, primeiramente, distinguir conceitos básicos que frequentemente se confundem: tradição oral e história oral. A tradição oral refere-se ao acervo cultural, aos mitos, causos e saberes transmitidos intergeracionalmente por uma comunidade de forma habitual, sem a necessidade de um registro fixador ou de uma entrevista sistemática (Alberti, 2004a). Já a história oral constitui-se como um método de pesquisa científica que pressupõe um arcabouço teórico, um roteiro, a gravação de um testemunho, a posterior transcrição ou textualização e a análise crítica da memória individual em cruzamento com o contexto social, funcionando simultaneamente como metodologia e como fonte para o historiador (Magalhães; Santhiago, 2013). Longe de se anularem, elas se complementam: a história oral frequentemente lança mão e investiga as dinâmicas da tradição oral, valorizando a oralidade como espaço legítimo de produção de sentido sobre o passado.

A fundamentação teórica da história oral exige uma ruptura com a ilusão do "fato puro" e com a busca positivista pela verdade factual absoluta. O valor das fontes orais não reside na exatidão cronológica dos eventos reportados, mas sim nos desvios, nas subjetividades e na forma como o narrador reconstrói o passado a partir do seu tempo presente (Portelli, 2010). A história

oral é, por excelência, uma arte multivocal, capaz de lidar produtivamente com o conflito e com a coexistência de múltiplas interpretações sobre o mesmo acontecimento. Essa dimensão da alteridade e da empatia metodológica humaniza o processo de ensino-aprendizagem no chão da escola, forçando os alunos a se deslocarem de suas zonas de conforto para compreender a historicidade e a validade das vivências alheias (Rovai; Leite, 2015). Sob essa ótica, o diálogo e a escuta sensível convertem o silêncio e o afeto em categorias analíticas tão importantes quanto a palavra dita, permitindo que sujeitos historicamente marginalizados “tomem a palavra” e se reconheçam como produtores de cultura. A urgência dessa inclusão social por meio da memória é evidenciada de forma contundente nas pesquisas de matriz étnica. As fontes orais também atuam como um instrumento político e metodológico crucial para preencher as lacunas deixadas pelos arquivos documentais, quase sempre produzidos pelas elites institucionais (Alberti; Pereira, 2004b). Esse resgate genealógico e identitário reconstrói a dignidade de grupos e povos inteiros cujas trajetórias e passados foram sistematicamente silenciados ou apagados por traumas históricos como a escravidão (Haley, 2021).

Por outro lado, o recorte de gênero coloca-se como categoria analítica incontornável para compreender que as narrativas de homens e mulheres sobre o mesmo período histórico são estruturadas a partir de lugares de poder e dinâmicas sociais distintas (Passerini, 2010). Enquanto a memória masculina tende a orbitar o espaço público e institucional, a feminina frequentemente reconstrói o cotidiano, as resistências invisíveis e a reconfiguração do espaço doméstico. Essa assimetria interpretativa e a crueza da vivência feminina emergem de forma pungente quando se analisam as memórias de mulheres que enfrentaram contextos de violência extrema, como a ditadura militar, onde a dor do corpo e a marginalização política se entrelaçam no ato de lembrar (Rovai, 2015).

Por fim, a viabilidade prática dessas fontes no ecossistema da sala de aula demonstra que a utilização de fontes orais não apenas dinamiza o ensino, mas confere aos estudantes as ferramentas conceituais básicas da própria operação historiográfica (Graebin; Penna, 2006). A introdução do método promove a crítica documental, a problematização ativa das versões e a compreensão definitiva de que a história é um campo de disputas vivas e inacabadas, e não um monumento estático ou inquestionável.

Análise filmica

O filme *Narradores de Javé* funciona como uma alegoria perfeita para a introdução dos debates teóricos supracitados em uma turma de estudantes. A trama gira em torno do vilarejo de Javé, ameaçado de desaparecer sob as águas de uma represa hidrelétrica que será construída na região. Ao descobrirem que o vale só seria preservado se possuísse uma história escrita, os moradores deparam-se com uma crise de sobrevivência: Javé não possui documentos textuais, ou seja, na situação em que se encontravam, configurava-se como uma comunidade sem escrita e, portanto, de acordo com os órgãos responsáveis pela inundação, uma localidade sem história.

A partir desse argumento, o longa-metragem introduz o personagem Antônio Biá, um forasteiro semianalfabeto, mas o único habitante capaz de redigir. Biá recebe a incumbência de ouvir os moradores e escrever a crônica da cidade. O primeiro grande ponto de destrinchamento pedagógico em sala de aula reside justamente nessa premissa: a história só existe se estiver registrada em livros? Esse questionamento desconstrói o preconceito cientificista arraigado de que o documento escrito possui maior valor de verdade do que o relato oral — uma discussão central nas reflexões de Verena Alberti (2004a), que problematizam as margens e as lacunas das fontes tradicionais ao propor um olhar atento àquilo que emerge das bordas da documentação oficial.

Um segundo grande ponto analítico liga-se à busca por um "mito de origem" para Javé, elemento que permite ao professor estabelecer comparações com outras narrativas fundacionais ao redor do mundo, evidenciando como essa reconstrução descamba para uma feroz disputa de memória. Como cada morador exige que seu respectivo antepassado seja o fundador heroico do vilarejo, o filme demonstra que a construção do passado é, no fundo, uma disputa material e simbólica contemporânea, envolvendo terras, prestígio e poder. Sob a ótica de Alessandro Portelli (2010), o professor pode demonstrar aos alunos que o historiador não deve buscar um ponto factual neutro ou uma verdade absoluta nessas narrativas; o papel da história oral é reconhecer que essas disputas existem e analisar os motivos políticos e subjetivos pelos quais cada grupo defende a sua versão, deixando claro que há sempre várias histórias de uma mesma história.

As anotações e os desdobramentos do roteiro fílmico fornecem exemplos empíricos primorosos para trabalhar categorias complexas de análise sociológica e historiográfica com os estudantes, permitindo decodificar as sutilezas da memória social. A primeira dessas categorias emerge no conceito do desejo de si e na busca por reconhecimento, materializada no caso do

barbeiro do vilarejo. Sua insistência fervorosa em entrar na crônica local sendo "bem falado" ilustra com precisão a dinâmica psicológica de como os indivíduos desejam ser percebidos pelos demais, revelando que a memória não é um arquivo neutro, mas um constructo editado no presente para projetar uma autoimagem idealizada. Essa busca por legitimação conecta-se diretamente com a assimetria na relação de poder entre o pesquisador e o entrevistado. À medida que Antônio Biá assume o papel de escrivão oficial da comunidade, os moradores passam a lhe conceder favores na esperança de barganhar uma menção honrosa no livro. Esse fenômeno demonstra como o controle sobre o registro documental confere um poder imediato àquele que escreve, corporificado na célebre e autoritária fala do personagem: "*A história é de vocês, mas a escrita é minha*". No espaço da sala de aula, esse embate serve como gancho pedagógico fundamental para discutir a ética na prática da história oral (Magalhães; Santhiago, 2013), alertando os alunos sobre o cuidado que o estudante-pesquisador deve ter no processo de textualização para não silenciar, domesticar ou distorcer a voz do seu entrevistado.

Essas tensões políticas ganham novos contornos quando intersectadas pelo recorte de gênero e pelos mecanismos coloniais de apagamento. Em perfeita consonância com as críticas epistemológicas de Luísa Passerini (2010), o filme apresenta a personagem Maria Dina, uma figura de liderança central cujas ações foram determinantes para a sobrevivência e os rumos do próprio vilarejo. No entanto, a comunidade local, estruturada por uma lógica predominantemente patriarcal, negligencia sua agência e não lhe confere a devida relevância histórica por sua condição de mulher. Essa passagem permite ao professor instigar os alunos a questionarem quem são as "Maria Dinãs" historicamente ocultadas e invisibilizadas nas narrativas oficiais e nos manuais tradicionais. Da mesma forma, o conflito de versões e o apagamento fraterno encenado pelos irmãos gêmeos de Javé joga luz sobre as disputas micro-históricas pelo direito de narrar; a busca de um dos irmãos para que sua própria versão dos fatos prevaleça e anule completamente a existência e a agência do outro exemplifica o caráter agônico da memória coletiva, que é sempre seletiva e disputada.

Finalmente, a riqueza da obra também se manifesta na pluralidade de fontes e na valorização de neologismos culturais. Os diálogos do filme, profundamente marcados por construções linguísticas que evocam a interdisciplinaridade — expressas em termos inventivos como "*sabiografia*" e "*história javélica*", ou na expressividade popular de "manicure de lacraia" —, enriquecem o repertório estético e interpretativo dos alunos. Longe de limitar-se à oralidade pura,

o enredo expõe a necessidade e a potência da articulação de fontes imagéticas e documentos escritos secundários, como uma velha certidão de casamento esquecida, dialogando diretamente com a metodologia de cruzamento de fontes proposta por Cleusa Maria Gomes Graebin e Rejane Silva Penna (2006). Assim, o filme descortina para a sala de aula que a reconstrução do passado exige do historiador a sensibilidade de ler os indícios nas margens, compreendendo as falas, as rasuras, as escritas e os silêncios como componentes indissociáveis da experiência humana.

O desfecho do filme é marcado por uma ironia sagaz: descobre-se que Antônio Biá, na verdade, não havia escrito nenhuma das histórias contadas; ele apenas acumulava os relatos em sua mente e em papéis esparsos. No entanto, diante do iminente anúncio da inundação e do fracasso burocrático em salvar a cidade pelo papel, Biá começa, finalmente, a escrever a nova história de Javé. A cidade é inundada e, em tese, apagada do mapa. Todavia, a história sobrevive de maneira inapagável porque, como afirma o próprio personagem, é melhor a história permanecer na boca do povo. A memória oral revela-se como a salvação última da identidade daquela comunidade.

A utilização da obra cinematográfica *Narradores de Javé* como dispositivo pedagógico no ecossistema da sala de aula abre um leque extraordinário de possibilidades para a prática da interdisciplinaridade. Longe de se restringir a um mero recurso ilustrativo, o filme atua como um nódulo conector entre diferentes campos do saber. No âmbito da História, ele tensiona as fronteiras entre o documento escrito e o relato falado, desmistificando o monopólio da verdade documental. Na Língua Portuguesa, fomenta uma rica análise linguística e literária a partir da circularidade cultural dos causos, da estrutura da narrativa oral e do uso de neologismos que revelam a riqueza do léxico e da identidade regional. Já no campo da Sociologia, o longa-metragem oferece um terreno fértil para desvelar as estruturas de poder, as assimetrias nas disputas pelo espaço e pela terra, e os marcadores sociais de etnia e gênero que subjazem à aparente homogeneidade do vilarejo.

Etapas de operacionalização

Para operacionalizar essa potente ferramenta de maneira sistemática e rigorosa, propõe-se um roteiro metodológico estruturado como um percurso didático tripartite, composto por etapas fundamentais, progressivas e interdependentes. O itinerário inicia-se com a fase de sensibilização

e desestabilização conceitual, cujo ponto de partida é a projeção de *Narradores de Javé*, concebida não como um momento de passividade, mas como um disparador de estranhamentos. O objetivo central deste primeiro momento é colher as indagações primárias e as reações imediatas dos estudantes, utilizando o humor e a sagacidade do roteiro para criar um substrato do saber histórico. Ao se depararem com a iminente inundação do vilarejo e a corrida frenética para registrar o passado local, os alunos são confrontados com questionamentos epistemológicos cruciais sobre o que valida uma história, quem detém o direito legítimo de registrar o passado de uma comunidade e como as memórias locais sobrevivem à margem das instituições oficiais. Essa imersão inicial desloca o aluno de uma posição de consumidor de verdades prontas para a de um observador crítico, preparando o terreno cognitivo e afetivo para a compreensão de que a história é um campo vivo de forças e disputas.

Uma vez despertada essa sensibilidade crítica, o percurso transita naturalmente para o segundo momento, focado na instrumentação teórica e na crítica das fontes. Nessa fase da intervenção, o professor assume a tarefa de realizar a diferenciação conceitual básica entre tradição oral, enquanto patrimônio imaterial compartilhado, e história oral, vista como um método científico. Por meio dessa mediação teórica, as tensões do filme passam a ser iluminadas pela literatura acadêmica, oferecendo aos estudantes as ferramentas conceituais necessárias para que compreendam a subjetividade e as dinâmicas de poder no ato de contar. Esse arcabouço permite ao professor mobilizar o conceito de multivocalidade de Alessandro Portelli para discutir o conflito de versões — como no caso dos irmãos gêmeos ou na disputa pelo herói fundador —, demonstrando que a contradição não invalida a fonte oral, mas revela como os sujeitos constroem seus significados. Da mesma forma, aprofundam-se as discussões sobre os recortes de gênero e etnia, onde a crítica de Luísa Passerini ganha corpo ao se analisar o apagamento de Maria Dina pela narrativa majoritária masculina, e as contribuições de Verena Alberti municiam o estudante com o aparato analítico para compreender que as fontes orais exigem uma postura de rigor, ética e escuta atenta.

A culminância do percurso dá-se na práxis da terceira etapa, caracterizada pelo trabalho de campo e pela efetiva produção do letramento histórico, transformando o estudante em pesquisador de sua própria realidade. Munidos do repertório cinematográfico e teórico prévio, os alunos passam a elaborar roteiros de entrevista pautados na perspectiva da "escuta sensível" teorizada por Sousa e Lima e no exercício de alteridade proposto por Rovai e Leite. Orientados a

executar entrevistas com sujeitos de sua própria comunidade — como familiares, funcionários da escola ou moradores antigos do bairro —, os estudantes experimentam na pele os dilemas enfrentados por Antônio Biá. Nessa fase prática, eles percebem a responsabilidade ética do registro e o poder contido no ato de dar forma escrita à voz do outro, mas agora amparados pelo diferencial do rigor metodológico que faltou ao personagem.

Expor essas questões críticas em simbiose com a análise do filme funciona como uma mediação pedagógica potente, capaz de trazer os estudantes para a sua própria realidade local. O processo encerra-se com a devolução social desse conhecimento por meio de produtos gerados pelos próprios alunos, consolidando um aprendizado em que eles compreendem que as paredes físicas podem ruir ou os cenários mudar, mas a história, quando resgatada e valorizada, permanece indestrutível na boca e na identidade do povo. Culmina-se, assim, na promoção de um efetivo letramento histórico, capacitando o estudante a compreender que a história não é um bloco monolítico de dados do passado, mas uma narrativa viva, plural e em constante construção, da qual ele também é protagonista.

Considerações finais

A articulação entre a densidade teórica da história oral e as ferramentas de mediação pedagógica, como o cinema nacional, demonstra que é possível superar lacunas conceituais e a falta de preparo técnico que frequentemente paralisam o corpo docente. O filme *Narradores de Jaré*, ao explicitar de forma satírica e profunda que "há várias histórias da mesma história", serve como o perfeito andaime pedagógico e metodológico para preparar os estudantes para a complexidade intrínseca do trabalho de campo. Ao deslocar o olhar do aluno da busca positivista pelo fato único em direção à compreensão da multivocalidade, a obra cinematográfica ensina que as contradições, os esquecimentos e as disputas de memória — como os conflitos em torno do mito de fundação do vilarejo ou o apagamento fraterno entre os gêmeos — são, em si, a própria matéria-prima da operação historiográfica.

A proposta de intervenção didática estruturada a partir do filme viabiliza o que Cleusa Maria Gomes Graebin e Rejane Silva Penna defendem como a democratização do saber histórico na escola, transformando a sala de aula em um espaço de crítica documental e problematização de versões. Os estudantes não apenas assimilam o método histórico em sua dimensão técnica, mas exercitam ativamente a empatia, a alteridade e a cidadania. Esse exercício de escuta atenta

permite aos alunos identificar e questionar as assimetrias e os silenciamentos históricos que o filme denuncia e que a literatura científica examina: seja o apagamento de gênero sofrido por figuras como Maria Dina, seja o silenciamento das memórias periféricas, subalternizadas ou marginalizadas por recortes de etnia e classe.

Em última análise, a transição da sensibilização cinematográfica para a práxis das entrevistas de campo instrumentaliza os estudantes contra a ilusão de que a história pertence apenas aos detentores do registro oficial ou àqueles que, como Antônio Biá, detêm o monopólio provisório da escrita. Compreende-se, assim, que o papel do estudante-pesquisador não é o de confiscar a voz do depoente, mas o de tentar estabelecer um diálogo simétrico e ético. Diante das ameaças institucionais de inundação e apagamento das vivências cotidianas, a introdução da história oral na educação formal é uma das maneiras de consolidar um efetivo letramento histórico. Este processo emancipa os sujeitos e salvaguarda as identidades locais, provando que, embora o papel timbrado e os monumentos estáticos possam ruir, o saber histórico legítimo e a memória coletiva permanecem vivos, dinâmicos e indestrutíveis na boca, no afeto e na identidade do povo.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. (*Referência correspondente ao debate trazido pelo texto "comendo pelas beiradas"*).

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. **História do movimento negro no Brasil**: constituição de acervo de entrevistas de história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. 15p. Trabalho apresentado ao grupo temático "Identidade negra e reconhecimento" no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, São Luís, MA, 2004.

CAFFÉ, Eliane. **Narradores de Javé**. [Filme-fita de vídeo/DVD]. Produção de Bananeira Filmes. Brasil/França, 2003. 100 min.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; PENNA, Rejane Silva. Contar a vida, pensar a história: experiências na utilização das fontes orais no ensino da história. **História & Ensino**, v. 12, p. 83-100, 2006.

HALEY, Alex. História negra, história oral e genealogia. (Tradução: Alice Faria). **História Oral**, v. 24, n. 1, p. 195-217, jan./jun. 2021.

MACHADO, Brizida Godoy. Masculinidade e disciplina na História Oral da FEB. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2014.

MAGALHÃES, Valéria Barbieri; SANTHIAGO, Ricardo. **História oral na sala de aula**. São Paulo: Letra e Voz, 2013.

PASSERINI, Luisa. Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? **Projetória**, v. 1, n. 1, p. 10-25, 2010. (*Ou revista correspondente à tradução utilizada*).

PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 19-35.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “Eu não passei. Eu vivi”. Memórias de uma ex-guerrilheira no Brasil. **Revista de História**, n. 172, p. 325-356, 2015.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; LEITE, Giovana Carine. Calçando os sapatos do outro: um relato de experiência com história oral no ensino fundamental. **História Oral**, v. 18, n. 2, p. 125-143, 2015.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de; LIMA, Livia Moraes Garcia. História oral e educação popular: reflexões sobre metodologia e práticas de pesquisa pautadas no diálogo e na escuta sensível. **História Oral**, v. 25, n. 2, p. 135-152, 2022.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Movimentos de resistência e ensino de História: uma ferramenta para o enfrentamento do negacionismo ascendente no Brasil na última década⁹

Flávia Aparecida Branco da Silva
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
flaviaaparecida.ufmg@gmail.com

Gabriella Versiane Caria Dias
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
gabyversiane14@gmail.com¹⁰

Resumo: Com a ascensão da extrema-direita no Brasil, percebe-se um crescimento nos discursos que buscam deslegitimar o trabalho histórico e negar os acontecimentos históricos. Essas falas negacionistas abordam principalmente a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), passado sensível e marcado por violências físicas e simbólicas, que até hoje não resultaram em uma punição efetiva dos responsáveis. Dentre os principais discursos falaciosos sobre este período estão aqueles sobre os movimentos de resistência, vistos por essa perspectiva como terroristas e subversivos que mereceram o tratamento violento perpetrado pelos militares. Sendo assim, o presente trabalho busca discutir como o ensino de História pode contribuir no combate a esse falseamento orquestrado pelos grupos de extrema-direita na política brasileira e na internet. Para este objetivo, será feito um estudo de caso sobre a temática da “Resistência na Ditadura Militar” e o seu papel no ensino dos estudantes, apresentando sua historiografia, os discursos negacionistas sobre ela e a sua relevância para o ensino. Considera-se que a relevância da resistência ultrapassa a questão da transmissão dos conteúdos e abrange também a capacitação dos estudantes a ler criticamente as informações que recebem a partir da atividade de análise de fontes. Esta habilidade parece ser fundamental para enfrentar os discursos negacionistas nos dias atuais.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Ensino de História; Negacionismo histórico; Resistências.

Introdução

Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Não é minha versão. É que a minha vivência me fez chegar às conclusões naquele momento. O pai dele integrou a Ação Popular, o grupo mais sanguinário e violento da guerrilha lá de Pernambuco, e veio a desaparecer

⁹ Este artigo é resultado do trabalho final da disciplina de Laboratório de História e Educação I, ministrada pela prof^a. Dr^a. Anna Flávia Arruda Luna Barreto na UFMG, que foi posteriormente publicado em site acadêmico (www.ditaduras-cone-sul.com), mas não está vinculado a nenhum edital.

¹⁰ Gabriela de Almeida e Nascimento, graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é coautora deste artigo, mas não participou da apresentação do simpósio temático devido às regras do evento.

no Rio de Janeiro (BOLSONARO, 2019, *apud* ALMEIDA; CREMONESI; NETO, 2024, p. 8).

Essa fala do ex-presidente Jair Bolsonaro foi feita ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, em 2019, como um ataque em relação ao desaparecimento de seu pai, Fernando Santa Cruz, durante a ditadura militar. Segundo Bolsonaro, a morte do pai de Felipe Santa Cruz não teria sido obra dos militares, mas sim dos membros da “Ação Popular”, movimento de resistência ao regime ditatorial (ALMEIDA; CREMONESI; NETO, 2024). Pode-se perceber, então, uma tentativa de negar a responsabilidade dos militares nos desaparecimentos e assassinatos de opositores à ditadura militar que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985. Este trabalho buscará discutir sobre essa crescente negacionista da ditadura militar, principalmente quanto ao tema das resistências nesse período, tendo como objetivo refletir qual papel a História e o ensino de História podem exercer neste contexto.

Cabe ressaltar que a afirmação de Jair Bolsonaro não é um caso isolado, faz parte de uma onda de negacionismo histórico que tem crescido no mundo nos últimos anos, incluindo no Brasil. Passados sensíveis como genocídios, ditaduras e outros exemplos de violências têm sido alvo de discursos falseadores que buscam deslegitimar as narrativas historiográficas a partir de suas próprias convicções e crenças. Para isso, falseiam suas fontes ou omitem partes delas, manipulando seus significados e interpretações, em busca de construir a narrativa que eles querem (BREVES, 2021).

Primeiramente, torna-se necessário entender a origem desse conceito. A popularização do termo “negacionismo” foi obra do historiador francês Henry Rousso para tratar daqueles que rejeitavam o extermínio em massa dos judeus nos campos de concentração na Segunda Guerra Mundial. Essa expressão é vista como um contraponto para “revisãoismo”, pois esta palavra é mais ambígua e se trata de um procedimento da historiografia (BAUER, 2024). Sendo assim, chamar esses grupos de revisionistas poderia conotar que estariam realmente realizando um trabalho historiográfico legítimo, enquanto na realidade eles não têm a pretensão de fazer novas interpretações, mas sim negar fatos históricos (BREVES, 2021).

No Brasil, a entrada do negacionismo ocorreu em 1977 por meio de discussões do livro *Hitler's War* de David Irving, um autor negacionista, e em dez anos surgiram produções negacionistas de autoria brasileira, inclusive sendo fundada a Revisão Editora LTDA, uma editora gaúcha responsável pela publicação de vários livros que negavam o Holocausto (ABREU, 2024). Essa realidade, que era mais restrita em publicações, começou a alcançar proporções

surpreendentes na atualidade com a chamada pós-verdade, o crescimento da extrema-direita e o desenvolvimento das redes digitais.

De acordo com o Dicionário Oxford, “pós-verdade” é definido como o tempo: “em que os factos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e sua crença pessoal” (OXFORD, 2016, *apud* FREITAS; MAGALHÃES, 2019, p. 17). Giliard Prado (2021) corrobora com essa afirmação pontuando “pós-verdade” enquanto termo que denota um tempo em que a verdade dos fatos não importa mais para as pessoas. Essa ideia está muito associada às redes digitais que facilitam a divulgação de informações falsas tanto pelo anonimato quanto pela criação de espaços virtuais nos quais encontram pessoas que compartilham das mesmas crenças. Hoje, temos observado o crescimento de postagens, vídeos e sites negacionistas na internet, como por exemplo o Brasil Paralelo, voltados ao grande público. Em sua maioria, são grupos de extrema-direita que constroem narrativas encaixadas na sua visão política, de forma a proteger sua imagem e conseguir apoio do resto da população que não necessariamente faz parte dessa vertente (BREVES, 2021).

Com base nesses pontos discutidos, resta-nos perguntar qual o papel dos historiadores e professores de História nesse contexto atual? Como defensores de um método científico na interpretação do passado, temos o dever de combater o falseamento dos fatos e narrativas históricas (PRADO, 2021), mas é preciso pensar em como isso pode ser feito.

Indo ao encontro do cenário brasileiro atual, da ascensão do negacionismo, este artigo busca demonstrar como o ensino de História sobre a resistência durante a ditadura militar brasileira pode contribuir para o combate ao negacionismo histórico no Brasil. Para isso, faremos uso do estudo de caso da resistência dos movimentos sociais, umas das maneiras de abordar o caráter violento e repressivo do governo ditatorial. O ensino da ditadura militar de 1964, com enfoque nos movimentos de resistência, tem como objetivo perpetuar o nosso dever de memória, a necessidade de lembrar, sobretudo quanto a esse passado sensível, para que não se repita (BAUER, GASPAROTTO, 2021).

Resistindo na ditadura: os movimentos de resistência e a historiografia

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2021), resistir implica rejeitar a consolidação e o êxito do regime, bem como os valores e projetos por ele promovidos. Trata-se

de uma oposição que pode assumir tanto a negação integral do sistema, acompanhada da busca ativa por sua superação, quanto à manifestação de contrariedade por meio de ações concretas e posicionamentos críticos. Deste modo, analisar os movimentos de resistência à ditadura militar brasileira torna-se um modo de compreender o que era esse sistema e quais as formas de combate encontradas nesse período.

Resistir não significa apenas armar-se ou protestar, mas agir política, artística e eticamente contra a ordem imposta (MOTTA, 2021). Assim, a resistência manifestou-se de diversas formas e envolveu múltiplos grupos sociais, os quais necessitam de uma análise particular sobre suas reivindicações e estratégias. Para os fins deste artigo, serão abordados os movimentos estudantil, operário, gay e indígena.

O Movimento Estudantil surge a partir de estudantes universitários e suas entidades representativas, os quais tiveram grande impacto na resistência com protestos, passeatas e ocupações de prédios universitários entre 1965 e 1968. Mesmo após a radicalização da ditadura com o AI-5, eles encontraram formas de desafiar o regime, através de publicações e atividades culturais. Após o golpe de 1964, o Movimento Estudantil se viu extremamente reprimido, tendo a sede da UNE (União Nacional dos Estudantes) incendiada e depredada pelos militares e posteriormente sendo levada à ilegalidade. Estudantes vistos como subversivos eram presos de forma arbitrária e muitos deles foram torturados e mortos. No entanto, mesmo assim, esse movimento permaneceu organizado e atuou como oposição ao regime ao longo de todo o período, ainda que de forma clandestina. Durante os primeiros quatro anos, o movimento se viu atuando principalmente na resistência política intelectual com a produção de periódicos, a distribuição de panfletos e a realização de debates e protestos pacíficos. Seu ponto de virada para uma atuação mais combativa foi a morte do estudante Edson Luís em 1968 em uma manifestação estudantil. A partir desse momento, há um crescimento na adesão às manifestações e à luta armada contra a ditadura como no caso das guerrilhas urbanas e rurais que confrontavam de forma mais direta e violenta o regime (VALLE, 1997).

Os trabalhadores e sindicatos foram um dos grupos mais perseguidos durante o período ditatorial. Um dos projetos político-econômicos dos militares era a repressão ao movimento operário como forma de garantir o desenvolvimento do país. Desde a instauração do regime, medidas foram tomadas para que esse projeto avançasse, sobretudo com a criação de leis e decretos que diminuíram seus direitos políticos e interviam sobre a organização sindical. A partir

da associação entre empresários, agentes da repressão e interventores nos sindicatos, permitiu-se maior controle patronal dos operários que eram contra o regime, ocasionando na ameaça constante da demissão, além de casos de prisão e tortura de líderes do movimento (SCHUARTZ, 2019). A principal reivindicação dos trabalhadores era contra o arrocho salarial, medida implementada nesse período para limitar o aumento dos salários. Durante a década de 1960, as greves operárias tomaram vez no cenário brasileiro como forma de luta por direitos trabalhistas e resistência ao regime, mesmo com sua ilegalidade. A Greve de 1968 foi a primeira grande greve da ditadura, em que trabalhadores de Contagem e região protestaram contra o arrocho salarial, sendo acompanhados, posteriormente, pelos operários de Osasco. Com a maior intensificação da resistência operária durante a década de 1970, a Greve dos Metalúrgicos do ABC de 1979 foi um dos marcos mais importantes contra o regime ditatorial, levando milhares de trabalhadores e dezenas de fábricas a pararem, contribuindo para o aumento da força de oposição e trilhando novos caminhos para a abertura política.

Já o movimento LGBTQ+ atuou principalmente nos anos 1970 e 1980 apresentando características bastante distintas do que conhecemos atualmente, como as siglas e denominações utilizadas na época: inicialmente chamado de Movimento Guei, posteriormente passou a ser conhecido como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Durante a ditadura, a homossexualidade era associada à subversão moral e política. A repressão incluiu prisões arbitrárias, internações em hospitais psiquiátricos, "tratamentos de cura", como eletrochoques e terapias aversivas, e a censura de manifestações culturais com temática homoerótica. A polícia frequentemente realizava batidas em locais frequentados por homossexuais, como boates, cinemas e bares (ALMEIDA, 2019). Travestis eram particularmente visadas, sendo presas sob leis de vadiagem e atentado ao pudor. A ditadura criou uma narrativa onde a homossexualidade era vista como uma ameaça à segurança nacional e aos valores da "família tradicional brasileira". A repressão era alimentada por discursos conservadores religiosos e por um aparato repressivo estatal que incluía o Serviço Nacional de Informações (SNI), a Polícia Federal e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar). A homossexualidade era patologizada e moralmente condenada. Apesar da repressão, houve resistências marcantes. Artistas como Ney Matogrosso, o grupo Dzi Croquettes e figuras como Madame Satã desafiaram os estereótipos de gênero e sexualidade com sua arte e postura pública. A arte e a performance foram formas de resistência e afirmação da identidade gay naquele período.

Por último, há o movimento indígena. Os povos indígenas foram extremamente vitimados pelo projeto desenvolvimentista da ditadura militar, criando-se uma visão deles como obstáculos para o progresso do país. Suas terras foram invadidas por grileiros e posseiros ou mesmo deslocadas à força. Além disso, foram alvo de violações aos direitos humanos, como prisões arbitrárias, torturas e assassinatos, acarretando quase que no extermínio de muitas etnias. Nos anos 1970, seu movimento ganha força no palco político com a mobilização e coordenação de suas lideranças para reivindicar suas demandas nas instituições e assembleias públicas, a articulação com organizações missionárias ou pró-indígenas e a busca por denunciar e atrair a atenção pública para os crimes cometidos contra eles, tanto nacional quanto internacionalmente (EVANGELISTA, 2022). Lutando contra a política de tutela evidenciada na FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que estava alinhada às políticas do regime militar, os povos indígenas reivindicaram sua independência e autonomia mesmo com o fim da ditadura e a redemocratização, buscando assumir a organização e discussão das políticas indigenistas.

Sob essa perspectiva, os movimentos sociais emergem de circunstâncias de desigualdade social e opressão como uma forma de reivindicar direitos e construir tantos outros, a fim de garantir a sobrevivência desse setor popular. Constituem-se como manifestações e expressões que surgem em contextos histórico-sociais específicos e apresentam de um outro modo essa realidade e suas estruturas de desigualdade. Os movimentos sociais são constituídos de forma ativa e consciente como parte das relações humanas, por meio de experiências que moldam a cultura a partir da interação entre tradições, valores, ideias, ideologias, instituições e práticas culturais (CAMOLEZE; RODRIGUEZ, 2019). Desta forma, é possível notar muitos pontos em comum nos quatro movimentos supracitados.

Em primeira instância, os movimentos de resistência surgem como luta contra os direitos que lhes foram roubados coletivamente. Percebe-se que durante a ditadura militar houve muitos interesses econômicos e empresariais que guiaram as práticas e legislações adotadas pelo regime, obrigando a população a reagir coletivamente por meio dos movimentos e manifestações. Havendo, conseqüentemente, uma reação das autoridades em forma de repressão.

Indubitavelmente, a ditadura militar foi responsável por assassinatos, perseguições e torturas. Esse processo de enrijecimento do Estado ocorreu com a presença de uma força contra-hegemônica da sociedade civil, que colocou em risco os interesses econômicos, permitindo uma concentração consensual de movimentos favorável às suas causas e suas pautas,

enfraquecendo essa hegemonia que, consequentemente, utiliza uma força respaldada por aparatos políticos coercitivos e opressores (BRUZIGUESSI, 2014). As estratégias de coerção não eram apenas violentas, mas manipulativas a partir da associação desses movimentos a um “inimigo nacional”, um combate ideológico institucional para justificar práticas destrutivas e brutais.

Ademais, as reações das resistências mostram como esse Estado hegemônico, apesar de sustentado econômico e politicamente, ainda consegue ser afetado pelas organizações civis a partir de manifestações acadêmicas, artísticas, jornalísticas, políticas, dentre outras, o que demonstra a necessidade de luta contra as desigualdades sociais que mantêm interesses particulares protegidos institucionalmente.

Deste modo, o surgimento dos movimentos sociais advém de processos históricos, permeados de saberes e organizações culturais transmitidos por meio das vivências e experiências coletivas. Através do estudo dos movimentos de resistência poderemos pensar novas compreensões sobre a ditadura militar brasileira e perspectivas de combate à propagação de desinformação e negacionismos que permeiam esse período histórico.

Negando a resistência: discursos falseadores sobre a ditadura militar na atualidade

A citação de Jair Bolsonaro, comentada ao início deste trabalho, transmite um dos principais discursos negacionistas sobre a resistência na ditadura, qualificando-os como: terroristas, sanguinários e violentos. Seguindo essa linha de pensamento, as ações violentas que o regime militar tomou contra eles seriam legitimadas como uma guerra justa na defesa do país contra aqueles que queriam causar terror. Aliada a outros discursos como “os militares desenvolveram o país” e “o regime militar impediu a ameaça comunista”, essa perspectiva enviesada e mal-intencionada contribui para a construção da narrativa de que esse período anti-democrático e violento da história brasileira salvou o país. Ademais, pode ser a base para ações antidemocráticas como o 8 de Janeiro de 2023 e os pedidos por intervenção das forças armadas no governo atual.

Nos últimos 20 anos, o ex-presidente foi uma das vozes públicas mais fortes nos discursos negacionistas sobre a ditadura no país, marcando a imagem de seu governo entre 2019 e 2022. Avelar, Bevernage e Valim pontuam que “é impossível dissociar a própria persona política

de Jair Bolsonaro do negacionismo/revisionismo ideológico da ditadura brasileira.” (2021, p. 24). A disputa pela interpretação da ditadura militar é uma das ferramentas políticas da extrema-direita, a qual Jair Bolsonaro faz parte. Desde o início dos anos 2000, ele fez diversas manifestações a favor da ditadura como, por exemplo, enquanto deputado federal em 2004 no aniversário de 40 anos do golpe militar, quando fez uma proposição pedindo “a realização de sessão solene em homenagem aos bravos e heróicos militares que morreram na luta do [sic] movimento armado denominado ‘Guerrilha do Araguaia’, ocorrido no período entre 1972 e 1975 e extinto pelas Forças Armadas” (BRASIL, 2004, *apud* BAUER, 2024, pp. 3-4). Outro comentário de Bolsonaro foi no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2013, quando ao votar pronunciou a seguinte frase: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...], o meu voto é sim.” (CAMPOS, 2019, *apud* BREVES, 2021, p. 24). Ele estaria rememorando o coronel do Exército e chefe do DOI-CODI entre 1970 e 1974, reconhecido como um torturador, para atacar uma ex-militante e vítima de tortura da ditadura.

Estes são apenas alguns exemplos dentre muitas outras falas de Bolsonaro a favor da ditadura militar, mas é importante ressaltar que ele não é o único expoente dessa onda negacionista. Outros grupos de extrema-direita têm se utilizado de páginas de internet e canais próprios para a propagação do seu discurso, afirmando trazer uma “nova interpretação histórica” (BREVES, 2021, p. 29). O mais evidente entre eles certamente é o Brasil Paralelo, empresa criada em 2016 e que “se define como uma empresa de mídia que produz séries, documentários e filmes gratuitos, relacionados principalmente à história, filosofia e política” e que promete trazer a verdadeira história de forma imparcial (BREVES, 2021, p. 36). A partir da análise que Breves faz do artigo *Ditadura militar no Brasil ou regime militar? Entenda definitivamente como foi o golpe de 64* (2020) e do documentário *1964 — O Brasil entre armas e livros* (2019), ambos produzidos por essa empresa, compreende-se que na versão do Brasil Paralelo o Ato Institucional nº 5 seria causado pelo “terrorismo revolucionário de esquerda”, o real motivo para a instauração da ditadura no país (BREVES, 2021, p. 41). Outro aspecto de sua interpretação é a justificação da tortura, que ressaltam serem casos isolados e em menor quantidade do que se afirma, devido aos movimentos “terroristas” (BREVES, 2021).

Nota-se que as principais características das narrativas negacionistas se baseiam em negar e suavizar os crimes contra os direitos humanos cometidos pelos militares (ABREU, 2024), muitas vezes dirigindo a culpa às próprias vítimas. Nesse sentido, a justificativa é pautada no fato

de que são terroristas e que seus atos estão prejudicando a sociedade brasileira, cabendo aos militares retomar a ordem. Outro aspecto desses discursos se baseia na associação da ditadura como um período de crescimento econômico, abandonando sua característica opressiva e violenta (AVELAR; BEVERNAGE; VALIM, 2021). Conclui-se, nesse sentido, que na perspectiva negacionista, os movimentos de resistência são vistos como os inimigos do desenvolvimento e progresso do país, inclusive sendo causadores de atos terroristas e por isso são merecedores da retaliação estatal.

Sobre sua metodologia, pode-se apontar a deslegitimação da historiografia produzida nas universidades, dita por eles como esquerdista e enviesada, e dos próprios professores de História, taxados de comunistas e doutrinadores. Segundo esses grupos, são eles próprios os imparciais que trariam a verdade oculta para o mundo. Ademais, esses grupos estão “apelando a afetos e a emoções já presentes em parcelas significativas da população, esse negacionismo articula um conjunto amplo de representações sobre a vida social que reforçam uma identidade política radicalizada de extrema-direita” (AVELAR; BEVERNAGE; VALIM, 2021, p. 25). Sendo assim, eles optam por usar a emoção do público em vez de um rigor metodológico como o da História, manipulando os documentos e as informações para encaixar em seus propósitos.

Ensinando sobre a resistência: meios de combate ao negacionismo

Diante desse cenário negacionista atual, uma das disciplinas mais atacadas por esses grupos é a História, principalmente quanto à ditadura militar brasileira. A história recente, sobretudo o período ditatorial, trata-se de um passado sensível que abarca temas de extrema violência e opressão, gerando memórias e interpretações diversas e controversas entre as diferentes camadas da sociedade. São temas importantes para o presente e o futuro, que se referem a questões “vivas” permeadas por emoções complexas, ocasionando no confronto de valores e interesses (BAUER; GASPAROTTO, 2021).

Sendo a História um conhecimento que tem por função social comunicar-se com objetivos variados, como a legitimação ou cristalização de poderes e memórias, a crítica e transformação social e a formação cultural (MONTEIRO, 2007), é de extrema importância que se trabalhe com temas sensíveis como o do regime autoritário. Entretanto, no contexto brasileiro atual, essa função tem sido distorcida por adeptos da extrema-direita, que relativizam o conhecimento histórico e tratam a abordagem do professor como uma opinião, apagando seu

caráter científico (BAUER; GASPAROTTO, 2021). Ocorre um debate público em torno do ensino de História, transformando-a em “uma narrativa fechada, destinada a moldar as consciências e a ditar as obrigações e os comportamentos para com a nação” (LAVILLE, 1999, pp. 135-136).

No tempo da “pós-verdade”, esses discursos chegaram à escola e causaram um certo receio ao professor em tratar da ditadura militar em sala de aula, sobretudo pela tentativa de controle sobre ele e o currículo por esse grupo extrema-direitista (BAUER; GASPAROTTO, 2021). Essas disputas de memória são uma forma de moldar ou deslegitimar o ensino e o conhecimento científico do professor e, com isso, legitimar seus discursos negacionistas. Apesar desses desafios encontrados, é importante que o professor busque estratégias para perpassar esse campo minado de forma a contribuir com a formação crítica dos estudantes.

Através dessa perspectiva, a abordagem da resistência no regime militar nas aulas de História é uma maneira de enfrentamento a essa onda. Trabalhar com essa temática mostra-se importante à medida que mobiliza diferentes perspectivas de diferentes grupos de resistência, mas que lutavam por um objetivo em comum: a queda do regime autoritário. Isso auxilia na compreensão da diversidade dos movimentos, que não se resumiam à luta armada, a mais utilizada pelos negacionistas como justificativa à violência. Abarcando os diferentes movimentos de resistência e suas peculiaridades, o professor transpassa os distintos modos de atuação e resistência adotados por esses grupos, assim como as diferentes formas de repressão e violência que sofreram.

Ao se deparar com uma realidade que extrapole o discurso difundido do desenvolvimentismo e avanço econômico como vantagens desse período, os alunos são incentivados a delinear seu senso crítico, sobretudo com as análises de narrativas que detêm um olhar deturpante da História, através de distorcionismos (JOFFILY; RAMALHO, 2023). A estratégia de distorção dos acontecimentos é muito utilizada pelo Brasil Paralelo em suas obras, que tendem a agradar ao público extrema-direitista, mas também enganar aqueles que não se atentam ao ofuscamento da realidade disseminada por eles.

Uma maneira de sensibilizar e explorar a reflexão do estudante é através do uso de fontes históricas em sala de aula. A análise de fontes pode ser utilizada como instrumento pedagógico, ao mesmo tempo que aproxima o estudante daquele período, também contribui para o desenvolvimento de habilidades de análise e interpretação de fontes, ferramentas que podem ser

aplicadas aos conteúdos presentes nas mídias digitais atualmente, de maneira a delimitar o que extrapola o campo historiográfico para se moldar a um discurso pregado por uma determinada ideologia. “O confronto entre diferentes pontos de vista deve possibilitar que os jovens estudantes problematizem a ideia de uma verdade única e absoluta, visto que importa também que as fontes utilizadas permitam a construção de narrativas plausíveis.” (FREITAS; MAGALHÃES, 2019, p. 22).

Entretanto, a maneira como o professor leva e trabalha essas fontes com os alunos deve ser criteriosa e adaptada à sua realidade, para não cometer o erro de utilizá-las da mesma forma que os historiadores usam em seu ofício. Esse uso indevido pode fugir dos objetivos da disciplina de História, que é “desenvolver uma autonomia intelectual capaz de propiciar análises críticas da sociedade em uma perspectiva temporal” sobre os alunos (BITTENCOURT, 2008, pp. 327-328). As fontes escolhidas devem gerar interesse e curiosidade em vez de dificuldade, de modo a não formar obstáculos para que os alunos possam explorá-los de maneira prazerosa (BITTENCOURT, 2008). Além disso, também se deve explicar como as fontes são utilizadas pelo historiador, o seu papel social e explorar uma leitura crítica delas, propondo uma análise através de perguntas norteadoras.

Através das fontes referentes aos movimentos de resistência desse período, consegue-se traçar a importância desses grupos para a redemocratização do país e o discurso deturpado empregado à sua luta, a fim de espalhar falsos indicadores da “necessidade” de controle social. Para esse trabalho, uma possibilidade interessante é a de seleção de fontes de diversos formatos para explicar diferentes movimentos, como o estudantil, operário, GLS e indígena, e incorporá-las a um material didático, propondo perguntas para a análise de cada fonte como forma de aguçar o olhar do estudante sobre elas.

Em última análise, o pensamento proposto por Joffily e Ramalho de que “a melhor maneira de proteger o conhecimento histórico não consiste em isolá-lo, mas em universalizá-lo” (2023, p. 19) demonstra a importância do ensino de História no contexto atual e a necessidade de extrapolá-lo para além da sala de aula através da construção do pensamento crítico, ferramenta fundamental para o combate ao negacionismo histórico. Demonstrando, assim, que o estudo da História é essencial para a compreensão individual e social, e para agrupar conceitos que auxiliam na leitura da realidade e na criação de maneiras para transformá-la (PEREIRA; SEFFNER, 2008).

Considerações finais

Diante do cenário de ascensão do negacionismo histórico no Brasil, especialmente em relação à ditadura militar (1964-1985), este artigo buscou evidenciar a relevância do ensino de História como instrumento de enfrentamento a esse fenômeno. A partir da análise historiográfica dos movimentos de resistência — estudantil, operário, indígena e gay —, observamos como diferentes setores da sociedade reagiram, com distintas estratégias, à repressão estatal, desmistificando a ideia de uma resistência homogênea ou meramente violenta, como frequentemente propaga o discurso negacionista.

Ao longo do trabalho, ficou evidente que tais narrativas negacionistas não operam de forma ingênua, mas sim a partir de uma lógica política que visa deslegitimar a ciência histórica, desinformar e, muitas vezes, justificar ações autoritárias no presente. Empresas como o Brasil Paralelo e figuras públicas como Jair Bolsonaro atuam como vetores desse movimento, promovendo uma reinterpretação distorcida dos fatos e atacando diretamente os profissionais da História.

Nesse contexto, o ensino da resistência à ditadura se apresenta como uma potente ferramenta pedagógica. Mais do que transmitir conteúdos, o ensino de História deve possibilitar aos estudantes a leitura crítica das fontes, o reconhecimento da pluralidade de vozes silenciadas e a compreensão da importância da memória coletiva na construção de uma sociedade democrática. Trabalhar com fontes históricas e com diferentes perspectivas dos movimentos de resistência pode oferecer a eles os instrumentos necessários para distinguir interpretações legítimas de manipulações ideológicas.

Portanto, ensinar sobre a resistência à ditadura não é apenas uma forma de preservar a memória, mas também de sensibilizar o aluno quanto ao aparato repressivo do regime autoritário, o uso de fontes nesse contexto é fundamental para a problematização das narrativas sobre esse período e para a construção da consciência histórica. Assim, preparando os estudantes para o enfrentamento da desinformação que ameaça valores democráticos e direitos conquistados.

Referências bibliográficas:

ABREU, Gabriela Cruz. Das políticas de esquecimento ao negacionismo da Ditadura Militar brasileira. **Revista Historiar**, v. 16, n. 31, pp. 30-47, 2024.

ALMEIDA, Eduardo Alberto de. Os gueis na Ditadura Civil-Militar brasileira: resistências. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 11, n. 24, pp. 62–79, 2019.

ALMEIDA, Luiza Andreza Camargo de; CREMONESI, Mayara Lima; NETO, Enéas Cardoso. A era da pós-verdade e o revisionismo histórico em relação à ditadura militar brasileira (1964-1985) imposto pela gestão Bolsonaro. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 10, pp. 1-20, 2024.

AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber; VALIM, Patrícia. Apresentação-Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, pp. 13-36, 2021.

BAUER, Caroline Silveira. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da Ditadura Civil-Militar em três proposições legislativas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 82, p. e20240207, 2024.

BAUER, Caroline Silveira; GASPAROTTO, Alessandra. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021, pp. 438-451. E-book.

BITTENCOURT, Circe. Usos didáticos de documentos. In: **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. 4. Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011, pp. 325-343.

BREVES, Ana Caroline da Silva L. **Ditadura Militar e Ensino de História: Propostas e desafios contemporâneos ante o negacionismo histórico**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BRUZIGUESSI, Bruno. O legado da ditadura no processo de criminalização dos movimentos sociais. **Tempos Históricos**, v. 18, n. 1, pp. 228-254, 2014.

CAMOLEZE, Jean Marcel Caum; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Produção e tipologia documental de movimentos sociais: estudo sobre o arquivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras do Brasil (MST). **Inf. Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. 2, jul./dez. 2019.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. Violência Estatal e Resistência Indígena na Primeira República e na Ditadura Civil-Militar Brasileira. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 25, pp. 54-71, 2022.

FREITAS, Eliane; MAGALHÃES, Olga. Contributo para uma reflexão sobre pós-verdade e ensino de história. In: MONTEAGUDO-FERNÁNDEZ, José; MORENO-VERA, Juan Ramón (eds.). **Temas controvertidos en el aula: Enseñar historia en la era de la posverdad**. Murcia: Editum, 2019, pp. 17-26.

JOFFILY, Mariana; RAMALHO, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. **Tempo**, Niterói, v. 30, n. 1, 2024.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 125-138, 1999.

MONTEIRO, Ana Maria. A história escolar: algumas considerações possíveis. In: **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp. 113-170.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREIRA, Nelson Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, pp. 113-128, dez. 2008.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021.

SCHUARTZ, Clara. **A repressão ao movimento operário em abril de 1964**. Maria Antonia – Boletim do GMARX-USP, São Paulo, ano 5, n. 1, 2024.

SCHUARTZ, Clara Monteiro. A repressão ao movimento operário em abril de 1964: uma reflexão sobre o movimento sindical como alvo principal do golpe. **Maria Antonia**: Boletim do GMARX-USP, São Paulo, ano 5, n. 1, 2024. Disponível em: www.gmarx.fflch.usp.br/boletim-ano5-01. Acesso em: 25 jun. 2025.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O diálogo é a violência**: movimento estudantil e ditadura militar em 1968. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1997.

Jogando nas aulas de história: o material didático “Domínios Senhoriais” no Ensino de História Medieval

Anna Luiza Silva Fernandes
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
annaluiza.sfernandes.hist@gmail.com
Gabriela de Almeida e Nascimento
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
gabinascimento67@gmail.com
Gabriela Salles Franco da Silveira
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
gabisalles.historia@gmail.com

Resumo: O presente trabalho parte das reflexões desenvolvidas na criação e aplicação do jogo “Domínios Senhoriais” nas aulas de História de uma turma do 7º ano, por três bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no Centro Pedagógico da UFMG, no primeiro semestre de 2025. Interessadas pelo processo de desconstrução de abordagens simplistas e negativistas a respeito da Idade Média, pretendeu-se investigar também as permanências e as rupturas de certos estereótipos sobre o medievo no contexto escolar. De tal esforço, produziu-se um jogo interativo para apresentar aos estudantes o sistema senhorial. O processo de criação e aplicação prática do jogo foi, portanto, importante para compreender que nem sempre as concepções problemáticas sobre a Idade Média já estarão consolidadas ou terão sido construídas nos alunos desde o princípio de sua trajetória escolar. Nesse sentido, notou-se a importância de produzir um conhecimento escolar sobre a Idade Média que fosse atrativo e capaz de revelar complexidades e nuances aos estudantes a partir da apresentação dos diversos contextos, grupos e instituições que integravam aquele período.

Palavras-chave: Idade Média; Sistema Senhorial; Ensino de História.

Introdução

Considerando que os livros didáticos de História estão constantemente sofrendo mudanças em diálogo com as discussões no campo de Ensino de História, observa-se a superação, em alguns casos, de um dos estereótipos mais marcantes sobre esse período histórico: o estigma de “Idade das Trevas”. Não é incomum encontrar, por exemplo, textos nos livros didáticos que tratem da importância da Idade Média e como muitas de suas invenções – o óculos, o livro, o garfo e as universidades – são relevantes até os dias de hoje¹¹. Todavia, essas mudanças ficam superficiais quando se percebe que, em muitos casos, ainda se mantêm abordagens tradicionais e simplistas sobre o medievo que urgem ser questionadas com maior profundidade.

¹¹ Ver JR. BOULOS, Alfredo, *Sociedade & Cidadania* (Manual do Professor), 2022, p. 62.

Um desses tópicos que já vem sendo desconstruído e debatido, nos estudos historiográficos sobre o período medieval há um certo tempo é o “Feudalismo”.

Comumente tratado nos livros didáticos como um sistema de organização social, política e econômica, o “Feudalismo” é por vezes tratado enquanto adjetivo cronológico, ou seja, como uma característica intrínseca a um determinado tempo (Idade Média) e um determinado espaço geográfico (Europa) e, desse modo, como um fenômeno homogêneo por todo o território que se desenvolveu. Ao fazê-lo, reduz-se uma temporalidade específica a um de seus modos de organização e concentra-se o estudo da Idade Média ao continente europeu, desconsiderando espaços não-Occidentais e conexões geográficas e culturais.

Outra perspectiva comum é o tratamento dessa temática como se fosse uma etapa na construção do capitalismo, compactuando com uma visão teleológica da história, na qual tudo é pensado e articulado como uma evolução linear que culminou no desenvolvimento desse sistema¹². Se, por vezes, o mundo urbano é colocado em oposição ao mundo senhorial, Cândido da Silva (2019, p. 74) demonstra que é a economia desenvolvida por esse último que favorece o crescimento das cidades e que precisava que elas existissem por causa do seu alto consumo, por valorizarem rendimentos do senhorio e por abrigarem parte considerável das granjas e celeiros. Divergindo do senso comum, o “Feudalismo” esteve em constante relação com o desenvolvimento econômico das cidades, contrariando visões dicotômicas de “feudal”/urbanidade. Portanto, tal visão teleológica se mostra insuficiente para compreender tempos pré-capitalistas e deixa de lado processos complexos de ruptura e continuidade.

Além das problemáticas expostas acima, este trabalho preferiu articular o conceito de Senhorio e derivados, como sistema senhorial, ao invés de “Feudalismo”, pois o primeiro, ainda que também seja uma construção moderna, permite “uma visão mais ampla do fenômeno da dominação senhorial, o qual não se restringia apenas à aristocracia e incluía os camponeses dependentes e os camponeses livres, chegando a alcançar até mesmo os habitantes de burgos, vilas, vilarejos e cidades.” (Cândido da Silva, 2019, p. 45). À luz desse conceito, buscou-se ultrapassar explicações que usualmente transmitiam ideias de uma sociedade imóvel, definida pela pirâmide social dividida entre aqueles que rezam, aqueles que lutam e aqueles que trabalham e, pelo contrário, destacar esses espaços como dinâmicos e complexos e demonstrar a participação

¹² Ver MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG). Currículo Referência de Minas Gerais: Educação Infantil e Ensino Fundamental (7º ano do Ensino Fundamental). Belo Horizonte: SEE, 2018. p. 112.

de inúmeros sujeitos históricos, homens e mulheres, na constituição das sociedades que o sistema senhorial se desenvolveu.

Por outro lado, para romper com as problemáticas supracitadas, foi crucial mapear com os estudantes o que eles pensavam acerca da Idade Média. Pressupor o pensamento deles e chegar em sala de aula com um conteúdo pronto, sem que eles participem ativamente da construção do próprio conhecimento é perpetuar a visão do professor apenas como transmissor de um saber teórico, desvalorizando os outros saberes docentes e elementos da escola que representam engajamento estudantil, como os imprevistos (Seffner, 2010). Desse modo, percebendo que os estudantes não tinham em mente uma “Idade das Trevas” e mais um imaginário de castelos, princesas, cavaleiros e contos de fada, seguimos com o conteúdo de “Feudalismo” problematizando a construção desse conceito e localizando historicamente de maneira crítica os elementos que eles associavam ao período medieval, mas evitando uma desconstrução radical sem oferecer alguma outra base sobre a qual eles pudessem ter respaldo. Ademais, com interesse em ensinar de maneira imersiva e divertida, desenvolvemos o material didático “Domínios Senhoriais”, um jogo em formato de RPG (*Role-Playing Game* ou Jogo de Interpretação de Papéis) que engloba a ação de múltiplos sujeitos históricos e as complexas relações com a terra e entre as comunidades presentes naquele contexto. Dentro de uma concepção de ensino que pensa os estudantes como protagonistas, não receptáculos, da construção do saber escolar, a aprendizagem baseada em jogos se torna uma ferramenta crucial por estar próxima da realidade dos jovens e promover engajamento ativo dos estudantes na dinâmica em sala (Soares, 2019).

Enfim, cabe destacar que essa atividade se desenvolveu através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no Centro Pedagógico da UFMG, no primeiro semestre de 2025 em uma turma do 7º ano. Diante da necessidade de abordar o conteúdo “Feudalismo”, a supervisão dialógica da professora supervisora das três bolsistas contribuiu para o desenvolvimento dessa sequência didática crítica e do material didático resultante. Também foi muito elucidativa a dissertação de mestrado de Renan da Cruz Padilha Soares (2019), *Jogar para Motivar e Viver a História: sequência didática baseada em jogos e gamificação*, que nos inspirou, através dos jogos “Guerras Feudais” e “Vivendo a Crise Feudal”, a desenvolver o “Domínios Senhoriais”.

Metodologia

Enquanto bolsistas do PIBID, uma das atividades previstas se tratou da participação de reuniões quinzenais com a professora supervisora para planejar coletivamente as aulas e as dinâmicas didáticas para o sétimo ano. A troca de ideias e o diálogo, inclusive com os demais bolsistas, reafirmaram a intencionalidade do PIBID em promover uma formação ativa de professores e estabelecer conexões mais nítidas entre a universidade e a escola. Esse foi um ponto fundamental para o funcionamento da sequência didática: a abordagem dialogada entre os bolsistas e a professora supervisora. Longe de impor conteúdos e maneiras exatas de se ensinar História, a orientadora fez reuniões dinâmicas e dialogadas que permitiram a construção coletiva de um planejamento, com a intenção de também participarmos ativamente na ministração das aulas, e a liberdade para pensar atividades criativas e temas que fossem de nosso interesse.

Em uma dessas reuniões, ao pensar uma sequência didática que apresentasse as dinâmicas de vassalagem, o campesinato, a nobreza, o crescimento das urbes e o lugar da Igreja na sociedade medieval européia, a intenção de construir a imagem de um corpo social/político/econômico em movimento despertou o interesse de desenvolver em conjunto um material didático em formato de jogo. Importante é destacar que, antes do trabalho com o sistema senhorial (ou “Feudalismo”), os estudantes do sétimo ano já estavam em contato com o medievo — realizamos aulas expositivas dialogadas que pensaram a educação na Idade Média, tanto na Europa Ocidental, quanto no Norte da África, Ásia Central e Ocidental, como modo de aproximar e comparar o conteúdo, ressaltando rupturas e continuidades, a uma realidade que os estudantes já conhecem: a escola. Assim, a turma já estava familiarizada com alguns conceitos e particularidades do período medieval e com uma dimensão mais ampliada dele.

Inspiradas pela dissertação de mestrado de Soares (2019) e tendo como base teórica a concepção de que a relação entre o saber acadêmico e o saber escolar é bidirecional e, portanto, não se deve apenas transmitir o conteúdo acadêmico (Cardoso, 2008, pg. 154), planejamos a criação de um jogo interativo e coletivo focado nas disputas e alianças entre feudos¹³ representados por grupos de alunos. Com base em uma bibliografia teórica sobre o sistema senhorial encontrado no livro *História Medieval* de Marcelo Cândido da Silva (2019), sobre Ensino

¹³ As críticas ao conceito de “Feudalismo” não nos impediu de usar o termo “feudos”, visto que, além de ser uma palavra que aparece na documentação do período medieval, seu uso não foi um obstáculo na nossa dinâmica e tampouco reforçou a ideia de uma sociedade que é baseada em privilégios da nobreza presente no conceito criticado (CÂNDIDO DA SILVA, 2019, p. 45).

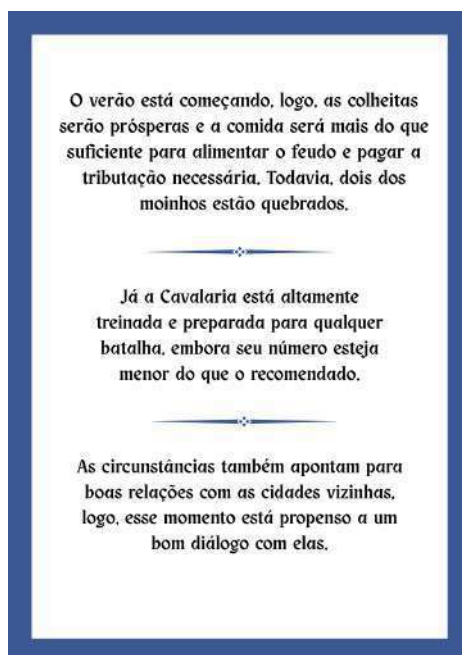
de História e utilizando recursos do aplicativo de design gráfico *Canva* para produzir o material que seria impresso, o jogo foi desenvolvido de forma semelhante a um RPG (*Role-Playing Game* ou Jogo de Interpretação de Papéis); dentro de cada grupo, os alunos/jogadores receberam diferentes personagens — ou mais especificamente diferentes classes sociais — que delimitaram as suas possibilidades de ação. Tal demarcação da capacidade de agência dos estudantes dentro do jogo, baseadas no período medieval, foi importante para ainda manter o caráter pedagógico da atividade e dessa forma aproveitar as potencialidades do uso de jogos nas aulas de história, levando em consideração “o desejo de querer avançar para conquistar algo, derrotar o adversário ou algo desse tipo. Mas, para isto acontecer o jogador precisa seguir os caminhos delimitados pelas regras pré-estabelecidas, o que traz ao jogo valor ético.” (Alves, 2015 *apud* Soares, 2019, p. 25).

Imagem 1: Carta de ação de um camponês livre.



Fonte: Pelas próprias autoras.

Imagem 2: Carta de Contexto Geral.



Fonte: Pelas próprias autoras.

Sob esse viés, buscando ressaltar a diversidade presente no período, cada feudo também recebeu um contexto diferente sobre a situação em que se encontravam naquela partida. Dessa forma, ao longo da rodada os estudantes poderiam realizar ações conjuntas enquanto feudo, como criar alianças, entrar em guerra ou se manter neutro, ou ações individuais de acordo com o seu personagem levando em consideração o seu próprio contexto e também o dos outros grupos. Partindo do conceito de “Educação problematizadora” de Paulo Freire (2017), compreendeu-se que a participação ativa dos estudantes em seu aprendizado como no caso desse jogo é essencial para construir conhecimento ao possibilitar que pensem nas complexidades do sistema senhorial com os diferentes cenários, dinâmicas sociais e possibilidades de agência.

Processos e resultados

A sequência didática desenvolvida pelas bolsistas do PIBID foi aplicada em cinco aulas em uma única turma de 7º ano no Centro Pedagógico da UFMG com alunos de 12 e 13 anos a partir de três passos: problematização inicial com livro didático, pesquisa e discussão do conteúdo; e, por fim, a aplicação do jogo. Esses processos serão descritos um por um em seguida.

A primeira aula se pautou na leitura e na discussão coletiva, orientada pela professora e pelas bolsistas, sobre o livro didático *Sociedade & Cidadania* 7º ano, de Alfredo Boulos Jr. (2022). Como pontua Bittencourt (2004), livros didáticos são mediadores do processo de aprendizagem marcados por uma linguagem própria que contribuem para a aquisição de conceitos e ferramentas de cada disciplina. Sendo assim, o objetivo desse primeiro momento foi identificar de que forma os autores do livro conceituavam “Feudalismo” e como outros temas eram articulados a partir dele. Perguntas como “Qual o título dessa seção?”, “Quais grupos sociais aparecem?” e “Como o sistema feudal é caracterizado?” serviram para instigar a análise dos estudantes. A partir dessa dinâmica, percebeu-se que o livro, ainda que não discutisse propriamente o conceito de “Feudalismo” em seu texto se apropriava dele para caracterizar a Europa Medieval, como pode ser observado no título do capítulo 3 “Mudanças na Europa Feudal” (Boulos Jr., 2022, p. 62). Partindo dessa equivalência que o autor do livro faz, discutiu-se, em sala, a origem do termo “Feudalismo” e suas concepções. O objetivo não era realizar uma aula de historiografia com estudantes do sétimo ano, mas problematizar com eles o uso de conceitos elaborados séculos depois do período em que essa forma de organização social ocorria.

A segunda parte da sequência didática se pautou na atuação prática dos estudantes através da pesquisa, um método que pode contribuir na introdução ao raciocínio histórico e crítico e ao ofício historiográfico, ainda que sem pretender formar pequenos historiadores (Bittencourt, 2004). Com a orientação de pesquisar e elaborar pequenas explicações em seus cadernos, os estudantes receberam a lista de grupos sociais presentes no sistema senhorial: senhor feudal, nobre, cavaleiro, comerciante e camponês. Nas orientações, a professora passou alguns sites confiáveis como sugestão de fonte — como o “Ensinar História” e o “Stud História”, ambos sites produzidos e mantidos pela professora Joelza Ester Domingues —, ressaltando a importância de observar a origem das informações que os estudantes trariam para a turma. A pesquisa foi realizada durante o final da primeira aula e no decorrer da segunda, utilizando os dispositivos celulares dos próprios alunos, da professora e das bolsistas, de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 2º da Lei Nº15.100/2025, que prevê o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula para fins pedagógicos ou didáticos, conforme orientação dos profissionais de educação.

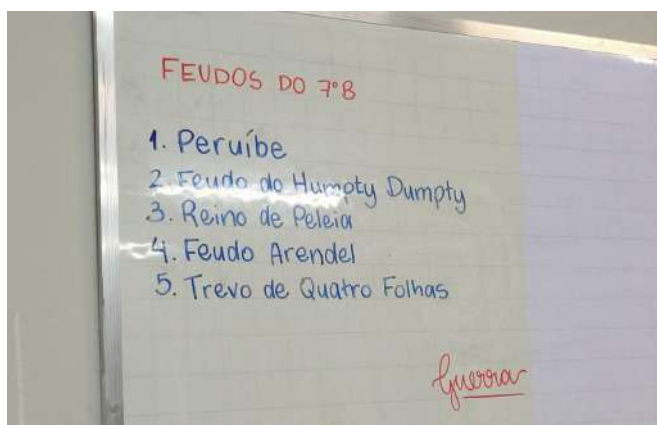
O terceiro momento da sequência didática contou com o compartilhamento das pesquisas e a reflexão sobre os diferentes personagens daquele contexto histórico e as

possibilidades de relação entre eles. A pedido da professora, os estudantes leram os textos produzidos para cada grupo social para o resto da turma. A partir destes, a professora e as bolsistas complementaram a discussão através de uma aula expositiva dialogada sobre o sistema senhorial na Idade Média, propondo assim uma alternativa à ideia de “Feudalismo”. Com base no texto de Marcelo Cândido (2019), a discussão principal se pautou nas relações dinâmicas e complexas presentes nos feudos, como as relações comerciais com as cidades, as trocas entre os senhores feudais e os camponeses e as relações de vassalagem.

A preparação inicial de familiarizar os estudantes com os conceitos, problematizando a ideia de “Feudalismo”, oferecendo outras possibilidades de definição e aprofundando a discussão com as dinâmicas complexas presentes no sistema senhorial, foi uma parte fundamental para a aplicação do jogo. O objetivo não era apenas jogar pelo ato em si, mas utilizar o material didático como um instrumento pedagógico para a construção de conhecimento histórico. Deve-se ressaltar que a escolha de um material didático é uma questão estratégica tanto para o professor quanto para o aluno, pois implica as concepções que o primeiro tem sobre ensino de história que mobilizará em sala (Bittencourt, 2004). Portanto, “Domínios Senhoriais” foi desenvolvido a partir de uma compreensão de Ensino de História compartilhada pelas bolsistas e pela professora supervisora: uma aprendizagem voltada para o amadurecimento da consciência histórica dos alunos, problematizando sempre o passado em relação ao presente (Cardoso, 2008). Sendo assim, acreditamos apresentar aos estudantes uma multiplicidade de instrumentos de interpretação histórica foi essencial não só para o melhor aproveitamento do jogo, mas principalmente para construir um passado dotado de sentido no presente.

Nas duas aulas seguintes, o material didático sistematizou e colocou em prática os conhecimentos produzidos pelos alunos: a turma de 25 alunos foi dividida em cinco grupos com cinco alunos cada. Cada grupo escolheu o nome de seu feudo: Peruíbe, Feudo do Humpty Dumpty, Reino de Peleia, Feudo Arendel e Trevo de Quatro Folhas.

Imagem 3: Fotografia da divisão dos feudos feita em sala de aula.



Fonte: Pelas próprias autoras.

Dentro de cada feudo, os cinco personagens foram distribuídos: senhor(a) feudal (secular ou religioso), nobre, cavaleiro, mercador, e camponês (livre ou servil). A partida teve início assim que cada grupo recebeu sua carta de contexto, abrindo espaço para as discussões internas sobre a situação em que cada um se encontrava e quais ações poderiam ser tomadas em relação aos outros grupos (se buscariam alianças, entrariam em guerra ou se se manteriam neutros).

A partida final foi deixada para a quinta e última aula. Originalmente pensada para ser em sala com uma dinâmica de rolagem de dados, o clímax do jogo foi transformado em uma guerra de balões d'água ocorridas no "Campão", campo de futebol do Centro Pedagógico localizado atrás da Faculdade de Educação da UFMG. Através do grupo de *WhatsApp* da turma, os próprios estudantes se organizaram para pedir autorização aos pais e para comprar os balões. Fora das aulas, os alunos terminaram a formação de alianças resultando em quatro grupos contra um. Devido à desigualdade, as três bolsistas entraram no jogo representando "Bispos" de cidades episcopais, tema discutido nas aulas anteriores da sequência didática, para ajudar o feudo solitário. A guerra de balões d'água ocorreu rapidamente, sendo finalizada com o término dos balões comprados. A vitória foi decidida pela professora ao observar qual grupo estava menos molhado e, surpreendentemente, foi o caso do grupo apoiado pelas bolsistas.

Imagem 4: Fotografia da guerra de balão d'água.



Fonte: Pelas próprias autoras.

A partir da observação da partida, percebeu-se que os alunos se envolveram consideravelmente com o jogo; embora não se tratasse exatamente de uma competição, as ideias de guerra e de conflito os entusiasmaram, discutindo e negociando extensamente ataques e alianças levando em consideração os contextos gerais e as consequentes vantagens e desvantagens de cada um. Nesse sentido, entendemos que a construção da percepção de uma sociedade complexa e permeada por uma série de aspectos sociais, políticos, econômicos e, inclusive, ambientais, foi um sucesso. A ideia de feudos completamente isolados e fechados em si foi descartada.

Por outro lado, notamos que houve pouca atenção para as ações individuais dos estudantes enquanto personagens para além do feudo enquanto unidade política — exceto quando um aluno, após uma discussão com outro integrante do grupo, pretendeu deixar o feudo (como nobre ele tinha essa possibilidade de ação). Entendemos, portanto, que o material didático e, especialmente, sua mobilização em sala de aula, ainda têm espaço para aprimoramento a partir da construção de ferramentas de potencialização das agências individuais, como um sistema de pontos, uma mecânica de jogo de trilha ou uma lista de objetivos, por exemplo. Ademais, vale a tentativa de propor uma outra dinâmica de discussão dos contextos de ação de cada feudo que canalize a atenção dos estudantes para o que acontece nos demais feudos além do seu próprio.

No entanto, apesar de alguns dos objetivos não terem sido alcançados em sua totalidade, o diálogo entre as bolsistas e a turma ao longo do processo foi fundamental para a construção da atividade e revelaram a riqueza das dinâmicas em sala de aula quando se escuta os estudantes; seja, por exemplo, no processo da sequência didática, em que foram promovidas discussões conceituais e de conteúdo que envolveram a construção do saber pelos próprios estudantes, ou na conclusão do jogo sendo transformada em uma guerra de balões d'água, cuja consolidação se deu pela argumentação de algumas alunas com a professora e a responsabilidade de organização da dinâmica.

Como propõe Freire (2017), a troca entre alunos e professores é essencial para que o ensino fomente o pensamento crítico e deixe de ser a simples transmissão vazia de conteúdo. Portanto, o engajamento estudantil e a importância dada pela professora supervisora e as bolsistas a esse fator, junto da própria vontade dos estudantes de estarem presentes e participarem das aulas, demonstra a importância do professor de abrir espaço para que os estudantes tenham autonomia em seu processo de aprendizado e construam uma relação de sentido com a História.

Considerações Finais

Como defende Oldimar Cardoso (2008), a noção de uma História Escolar enquanto mera transposição superficial da História Acadêmica em moldes didáticos precisa ser desconstruída. Se o medievalismo passa por transformações dentro da academia, é nítido que ele também é digno de ser repensado no contexto escolar; mas é essencial entender que os debates não acontecem primeiro na academia para então serem reproduzidos nos moldes escolares. O processo é conjunto, dialogado, traduzido; passa por ruas de mão dupla, cruzamentos, vias expressas, congestionamentos e desvios. Nosso objetivo enquanto professores-pesquisadores-historiadores é enxergar e, mais do que isso, tornar a escola um espaço legítimo de produção de conhecimento; é fazer uma História com capacidade de auto-reflexão, preenchida por sentidos sociais e políticos de valorizar sujeitos históricos apagados ou relegados à posição de passividade e complexificar a própria disciplina, provocando os estudantes a pensarem as temporalidades a partir das ideias de rupturas e continuidades.

Haver na academia um significativo processo de desconstrução de abordagens simplistas, enviesadas e negativistas a respeito da Idade Média não implica diretamente que essas

concepções problemáticas já estão consolidadas ou sequer sendo construídas nos alunos desde o princípio de sua trajetória escolar; se o saber muda, tampouco são os estudantes os mesmos. Os esforços de produzir um conhecimento complexo e robusto acerca de um período tão extenso são diferentes no contexto universitário e no escolar. A Idade Média enquanto um sinônimo de “Idade das Trevas” é uma percepção que, numa turma de 7º ano, talvez ainda não esteja consolidada; portanto, nos interessamos, primeiro, em dialogar e conhecer cada grupo com os quais trabalhamos, para, em seguida, pensar (ou repensar) abordagens.

Se é desejado que o medievo aparente ser interessante, ele precisa ser apresentado de tal maneira dentro de sala de aula. Por isso, para além de conhecimentos diretamente atrelados ao conteúdo da Idade Média, nos preocupamos com estratégias e dinâmicas de ensino — sendo utilizada a aprendizagem baseada em jogos — para elaborar a sequência didática. Foi esse o intuito por trás da criação de Domínios Senhoriais: se um período ou acontecimento histórico, tal como o sistema senhorial, é complexo, sua abordagem na educação básica é digna de profundidade. Aprender com jogos envolve assimilar (e questionar) regras, estabelecer diálogos, resolver conflitos e desenvolver autonomia; aprender História com jogos cria laços — entre alunos, professores e os próprios conteúdos —, faz perceber que a história não apenas se registra: se faz, se disputa.

Referências bibliográficas:

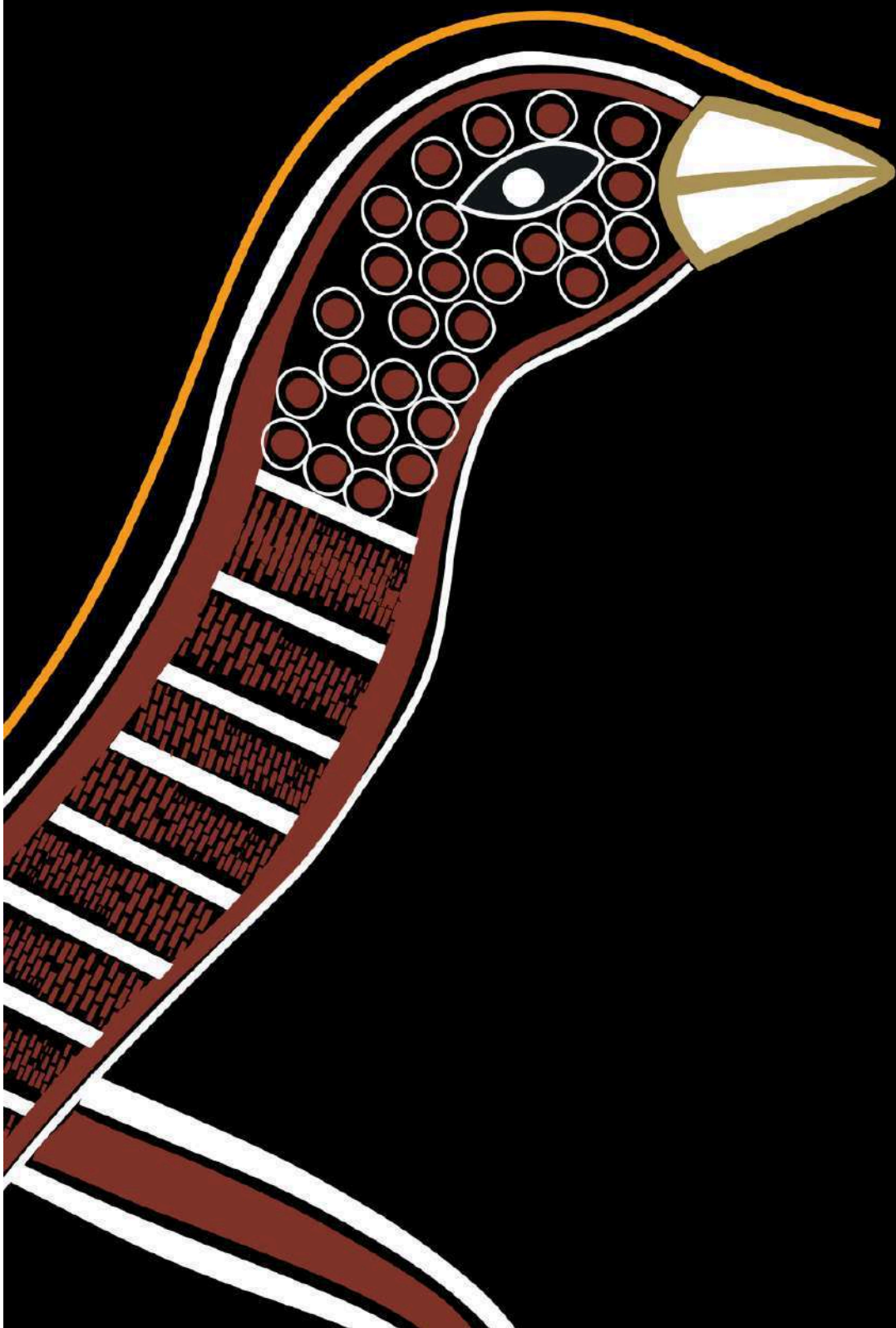
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 7º ano: ensino fundamental: anos finais (Manual do Professor)**. São Paulo: FTD, 2022.
- BRASIL. Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Lei/L15100.htm. Acesso em: 14 jun. 2026.
- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. A dominação senhorial. In: **História Medieval**. São Paulo: Editora Contexto, 2019, p. 43-80.
- CARDOSO, Oldimar. **Para uma definição de Didática da História**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153–170, 2008.
- FREIRE, Paulo. A concepção bancária da educação como “instrumento” da opressão. Seus pressupostos, sua crítica. In: **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017, 63a ed, p.76-101.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Plano de curso: 7º ano do ensino fundamental – ano letivo 2025**. Belo Horizonte: SEE-MG, 2025. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br>. Acesso em: 6 jun. 2026.

SEFFNER, Fernando. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do Ensino de História. In: BARROSO, V.L.M; PEREIRA, N; BERGAMASCHI, M.S. **Ensino de História. Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre, EST, 2010. p. 213-229.

SOARES, Renan da Cruz Padilha. Jogar para motivar e viver a história: sequência didática baseada em jogos e gamificação. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2019.

COMUNICAÇÕES LIVRES



XIII

EPHIX

UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Discurso, mito e poder: a legitimação de Hatshepsut na Capela Vermelha

Alanna Vanessa Mendes Moreira

Mestranda em História

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Bolsista CAPES

Resumo: Esta pesquisa analisa a Capela Vermelha de Hatshepsut, situada no Templo de Karnak, no contexto do Antigo Egito durante o Novo Império (c. 1550–1070 a.C.), destacando sua importância como instrumento religioso, político e simbólico durante o reinado de Hatshepsut. A pesquisa parte da constatação de que o poder faraônico estava profundamente ligado à religião, e que Hatshepsut, sendo uma mulher em um cargo tradicionalmente masculino, precisou construir mecanismos específicos para legitimar sua autoridade. A problemática central do estudo consiste em compreender como Hatshepsut conseguiu legitimar e manter seu poder como faraó em uma sociedade patriarcal, apesar da existência de um herdeiro masculino (Tutmés III) e das limitações impostas ao gênero feminino. O objetivo do trabalho é analisar os discursos da Capela Vermelha e demonstrar de que maneira esse monumento funcionou como uma ferramenta de legitimação teopolítica, ou seja, como Hatshepsut utilizou elementos religiosos, mitológicos e simbólicos para consolidar sua autoridade e se apresentar como governante legítima. Assim, por meio de sua ligação com o deus Amon, Hatshepsut, com o apoio do clero, constroi uma narrativa que a mantém no trono egípcio. A pesquisa conclui que a Capela Vermelha não é apenas um espaço religioso, mas também um instrumento político fundamental, funcionando como um “lugar de memória” que eterniza a autoridade da faraó. Assim, Hatshepsut não rompeu com as tradições egípcias, mas utilizou-as estrategicamente para sustentar seu poder, demonstrando a forte relação entre religião, política e construção da autoridade no Egito Antigo.

Palavras-Chave: Discurso; Egito; Faraó; Legitimação.

Introdução

Na Antiguidade, diversas sociedades dividiam as funções exercidas, segundo o gênero de cada indivíduo. Dessa forma, homens e mulheres possuíam papéis diferentes e estavam cercados por expectativas segundo cada um. Diferentes civilizações organizaram essas atribuições conforme sua cultura e seu tempo, mas, em grande parte delas, há predominância das estruturas patriarcais, que colocavam os homens em posição de maior destaque militar e administrativa, enquanto às mulheres estavam ligadas ao espaço doméstico, à reprodução e à vida cotidiana.

Todavia, existem casos em que postos de poder foram assumidos por importantes mulheres, uma vez que tal cenário não era definitivo, o que permitia variáveis exceções. Ao longo

da história, elas foram relegadas ao segundo plano, mas sua relevância é inegável e surge, portanto, a necessidade de lembrar sua memória e seus feitos.

Assim sendo, quando olhamos para o Antigo Egito, essa condição se faz presente. Ainda assim, algumas raras mulheres se mantiveram em posições relevantes e de destaque, sendo lembradas pela história como grandes figuras de poder. Tal situação se dá devido ao fato de que neste império, a figura feminina possuía maior liberdade social

Non se pode duvidar que, em muitos aspectos, o mundo egípcio se apresenta como singularmente moderno: a família possui uma estrutura leve (fundamentalmente pais e filhos), em oposição ao peso de uma estrutura tribal que une pelo sangue indivíduos distantes, obrigando-os a uma solidariedade automática; o sistema hereditário reparte os bens entre o cônjuge sobrevivente e os filhos em partes fundamentalmente iguais; no campo do direito privado, uma vontade livre e expressa documentalmente tem valor autônomo, e a mulher possui uma personalidade jurídica que lhe permite fazer testamento ou prestar testemunho sem necessidade de qualquer tutor; não existe o conceito de compensação pessoal por meio da vingança (falta, inclusive, uma palavra para designá-la), e até mesmo no mito as disputas entre os deuses são representadas diante de um tribunal (Donadoni, 1990, p. 16, tradução própria¹).

Este contexto ocorria, em especial, mas não unicamente, dentro da realeza. Segundo Robins (1996, p. 22), a importância feminina derivava da sua relação com o faraó. Tendo isso em mente, citaremos neste artigo o caso da faraó Hatshepsut, governante da XVIII dinastia, durante o Novo Império (c. 1550–1070 a.C.).

Hatshepsut destacou-se não apenas por ter assumido o trono em um contexto majoritariamente masculino, mas também por ter consolidado sua autoridade por meio de estratégias políticas, religiosas e simbólicas. Inicialmente atuando como regente de Tutmés III, ela gradualmente passou a adotar a titulação completa de faraó, sendo representada iconograficamente com atributos tradicionalmente masculinos, como a barba postiça e o traje real.

Esta governante é conhecida por suas grandes construções em templos e pela dedicação aos deuses, em especial o deus Amon, que foi muito importante para que ela pudesse se manter

¹ No se puede dudar que, en muchos aspectos, el mundo egipcio se nos muestra singularmente moderno: la familia tiene una estructura ligera (fundamentalmente padres e hijos), en oposición al peso de una estructura tribal que une por la sangre a individuos lejanos, obligándoles a una solidaridad automática; el sistema hereditario reparte los bienes entre cónyuge superviviente e hijos en partes fundamentalmente iguales; en el campo del derecho privado, una voluntad libre y documentalmente expresada tiene valor autónomo, y la mujer tiene una personalidad jurídica que le permite hacer testamento o prestar testimonio sin necesidad de tutor de ningún tipo; no existe el concepto de desquite personal mediante la venganza (falta, incluso, una palabra para designarla), e incluso en el mito las disputas entre los dioses están representadas ante un tribunal (Donadoni, 1990, p. 16).

no poder. Edificações dentro do Templo de Karnak comprovam tal situação, mas em especial, dar-se-á ênfase ao santuário da barca denominado de Capela Vermelha.

Este santuário estava ligado a funções religiosas dentro de festivais, como o Festival de Opet e do Vale. Suas inscrições demonstram uma profunda ligação com o principal deus de Tebas, Amon. Além disso, percebe-se um grande discurso religioso e político voltado à legitimação e permanência da faraó no trono egípcio.

De acordo com Gabolde (2014, p. 33), embora essas inscrições fossem acessíveis a um público bastante limitado (uma vez que nem todos tinham permissão para acessar o Templo de Karnak), elas eram direcionadas, em especial, aos deuses, para os quais não se pode mentir, e à posteridade. Nesse sentido, essas narrativas devem ser consideradas verídicas (levando em conta o contexto religioso e cultural da época), no sentido de serem verdadeiras para a faraó. Como exemplo disso, nota-se o seguinte trecho: “Tudo isso que surgiu (aqui) é verdade, sem uma palavra de distorção [...]” (Gillen, 2005, p. 22, tradução própria²).

Dessa forma, torna-se muito relevante a análise de parte desse discurso e inscrições, a fim de melhor entender as estratégias narrativas utilizadas por ela durante o seu reinado, fortalecendo seu governo em uma base religiosa, sempre levando em conta o contexto cultural vivenciado por ela durante seu governo.

Parte desse trabalho é resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em 2025, ao qual também já foi, em parte, submetido aos anais do evento do Centro de Estudos sobre Diversidade Antiga da Universidade Estadual de Campinas (CEDA UNICAMP), em 2025. Todavia, cada artigo possui informações diferentes.

Hatshepsut e a Capela Vermelha

Como dito anteriormente, o posto de faraó era uma função majoritariamente masculina. Dessa forma, poucas mulheres, ao longo de mais de 3.000 mil anos de história, governaram o Egito. A grande maioria assumiu esse papel em período de decadência ou ausência de um herdeiro homem. Podemos citar, para fins de exemplo, nomes como Nitócris (VI dinastia),

² All this which has come into being (here) is true, without a word of misstatement [...] (Gillen, 2005, p. 22).

Sobekneferu (XII dinastia), Tausret (XIX dinastia), dentre outras. Percebe-se que tais governantes não são muito lembradas pela história, o que torna seus feitos apagados.

Tal cenário não se encaixa com a realidade vivenciada por Hatshepsut (figura 1). Filha do Faraó Tutmés I com sua Grande Esposa, Ahmose, Hatshepsut foi casada com seu meio irmão, Tutmés II. Após a morte do faraó, o casal de meio irmãos assume o trono egípcio, ele estando no posto de faraó e ela como sua Grande Esposa Real.

Figura 1- Estátua de Hatshepsut sentada.



Fonte disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/544450> Acesso em 21 maio 2026.

Esta função permitiu a ela exercer o papel sacerdotal de Esposa do deus Amon, o que a aproximou mais do clero de Amon. A última esposa divina, antes de Hatshepsut, teria sido Ahmose-Nefertari, esposa do faraó Amósis I (Robins, 1996, 48). É possível que Hatshepsut tenha se valido do cargo de Esposa do Deus, bem como de sua associação com Ahmose-Nefertari (com quem provavelmente possuía vínculos genealógicos por meio de sua mãe, ligada ao faraó Amósis I, considerando que seu pai não era filho legítimo de Amenhotep I) para ganhar recursos que sustentariam sua base de apoio em um eventual reinado (Shaw, 2000, p.

492).

De seu casamento, nasceu Neferura. Todavia, após a morte de Tutmés II, quem irá assumir o trono será Tutmés III, seu filho com uma esposa secundária. Esta situação gerava um problema: o jovem era ainda muito criança (cerca de 2 anos de idade) e não tinha capacidade de exercer essa função. Assim, Hatshepsut assume a posição de regente, como pode-se ver na tumba do administrador dos celeiros de Amom, Ineni (TT 81).

[O rei] ascendeu ao céu e se uniu aos deuses. Seu filho ocupou seu lugar como rei das Duas Terras e foi soberano sobre o trono daquele que o havia gerado. Sua irmã, a esposa divina Hatshepsut, encarregava-se dos assuntos do país: as Duas Terras estavam sob seu governo, e a ela se pagavam os impostos (Grimal, 1996, p. 225, tradução própria³).

Hatshepsut teria buscado se inspirar em uma tradição mais antiga, na qual as mães exerciam a regência enquanto seus filhos ainda eram jovens demais para governar. No entanto, por não ocupar esse papel materno na vida do jovem faraó, foi necessário que ela assumisse uma posição distinta para legitimar sua atuação no poder (Roth, 2005, p. 11). Dessa forma, a partir do ano 7, Hatshepsut teria assumido o trono, e comandou o Egito até o ano 20/21, quando as inscrições deixam de mencionar seu nome. Assim, o Egito passou por uma corregência entre dois faraós, sendo ela a faraó principal e Tutmés III o rei secundário (Sousa, 2013, p. 10). Essa situação não era algo novo, pois ao longo da história egípcia existiram diversos casos de governo compartilhado. Para Gralha (2017), uma situação teria permitido que ela tomasse a decisão de se tornar faraó

O Egito, que setenta anos antes do reinado de Hatshepsut tinha sido reunificado e ainda estava em processo de reorganização, não poderia ser palco de um novo conflito, agora interno, entre duas linhagens: thutméssidas e ahméssidas. Para que tal possibilidade fosse afastada, era necessário que o futuro monarca pudesse estar ligado às duas linhagens. Somente Hatshepsut possuía as qualidades necessárias (Gralha, 2017, p. 132).

Seu reinado foi marcado por uma relativa estabilidade e por uma política externa voltada à paz defensiva com os povos vizinhos. No quinto ano, organizou expedições ao Sinai com o objetivo de obter turquesa. Todavia, sua principal iniciativa foi a expedição para Punt, registrada no Templo de Deir-el-Bahari.

³ [El rey] ascendió al cielo y se unió a los dioses. Su hijo ocupó su lugar como rey del Doble País y fue soberano sobre la silla de aquél que lo había engendrado. Su hermana, la esposa divina Hatshepsut, se encargaba de los asuntos del país: el Doble País estaba bajo su gobierno y a ella se le pagaba el impuesto (Grimal, 1996, p. 225).

Durante o governo independente de Tutmés III, este faraó iniciou um apagamento do nome de Hatshepsut de diversos monumentos, a fim de que sua imagem e governo fossem esquecidos. Não se conhece o motivo que o levou a tal decisão, embora diversas hipóteses tenham sido formuladas pelos historiadores. Uma possibilidade sugere que, ao recorrer a Maat e Rá para a sua legitimação, teria sido necessário apagar sua memória para anular seu governo único. Outra hipótese diz que, para legitimar o herdeiro de Tutemés III, Amenófis II, tornou-se necessário apagar a memória de Hatshepsut, a fim de estabelecer uma ligação direta com a linhagem dos ahmíssidas (Laporta, 2012, p. 107).

Durante seu governo, a faraó reforçou sua ligação com o deus Amon. Para fortalecer sua realeza divina, ela criou seu mito de nascimento divino, onde o deus Amon, no corpo de Tutmés I, teria se relacionado com sua mãe, e a engravidado. Portanto, seu governo seria baseado no fato de ela ser filha de sangue de uma divindade. Além disso, Hatshepsut também se utilizou das representações para pautar seu governo. Assim, em diversos monumentos, a faraó se retrata em trajes masculinos

Ao conceber seu papel como rei e se apresentar ao seu povo, ela tomou três grupos como modelo: reis do sexo masculino, Mães de Reis e rainhas reinantes. De sua associação com cada um desses grupos, Hatshepsut derivou sua legitimidade como faraó mulher. Esses modelos iluminam a natureza de sua realeza e as razões para sua coroação aparentemente heterodoxa (Roth, 2005, p. 9, tradução própria⁴).

Este contexto se faz presente em suas diversas construções, que sempre narram sua lealdade a Amon, como filha e serva, sendo ele quem legitima seu reinado. Esse discurso se torna evidente nas inscrições da Capela Vermelha (figura 2), como nota-se no exemplo abaixo

[...] Tu és um rei [...] que fala contra seus inimigos, cuja faca está a serviço (?) da chama, cujo hálito está em brasa quando ela se manifesta, quando ela se põe a queimar os países dos descontentes. (Um rei) que os países estrangeiros temem como o autor do fogo, cujo sucesso corresponde à aparência da chama, um rico em valentia à altura do céu, cujo poder se exerce contra aquele que se volta contra mim. Eu te instalo em meus tronos. Eu pego para ti o cajado e o chicote. Eu te modelo, como quis te fazer, a fim de que faças a oferta diante daquele que te criou, de que restaures as capelas dos deuses, de que protejas este país graças à (boa) administração, de que o terror que tu inspiras se apodere daquele que age fora da lei, de que tu conduzas os tumultos sob o golpe do

⁴ In conceiving her kingly role and presenting herself to her people, she took three groups as models: male kings, Kings' Mothers, and queens regnant. From her association with each of these groups, Hatshepsut derived her legitimacy as a female pharaoh. These models illuminate the nature of her kingship and the reasons for her apparently unorthodox coronation (Roth, 2005, p. 9).

poder, de que tu imponhas a força na qualidade da valentia. E então esta terra estará em teu punho, os henmemet sob tua autoridade e os rekhyt te prestarão homenagem. Tu estabelece as leis, tu reprimes os desordeiros, tu vens ao som do estado de guerra civil. Tu governas os vivos e eles obedecem às tuas ordens. (Lacau; Chevrier, 1977, p. 109, tradução própria⁵).

Figura 2- Capela Vermelha



Fachada da Capela Vermelha (Burgos; Larché, 2008, p. 405).

Edificada no interior do Templo de Karnak, esta pequena capela possuía a função de abrigar a barca de Amon, durante alguns festivais religiosos importantes, como o Festival de Opet e do Valle, onde este santuário era um dos pontos da procissão.

Foi construída durante o período de corregência entre ambos os faraós, por volta do ano 17 do reinado de Hatshepsut (Larché, 2008, p. 136). O desenho básico da Capela Vermelha

⁵ [...] Tu es un roi [...] qui parle contre ses ennemis, dont le couteau est au service (?) de la flamme, dont l'haleine est embrasée quand elle se produit, lorsqu'il se met à brûler les pays des mécontents. (Un roi) que craignent les pays étrangers (?) comme l'auteur du feu, dont le succès est conforme à l'apparence de la flamme, un riche de vaillance à la hauteur du ciel, dont la puissance s'exerce contre qui se retourne contre moi. Je t'installe sur mes trônes. Je saisis pour toi le crochet et le fouet. Je te moule, toi que j'ai voulu faire, (afin) que tu fasses l'offrande en face de celui qui t'a créée, que tu restaures les chapelles de dieux, que tu protèges ce pays grâce à sa (bonne) administration, que la terreur que tu inspires saisisse celui qui agit en hors-la-loi, que tu enchaînes les troubleurs de toutes soient sous le coup de la puissance, que tu imposes ta force en la qualité de maître de la vaillance. Et alors cette terre sera en ton poing, les hnmhmnt sous ton autorité et les rkhty te rendront hommage. Tu établis les lois, tu réprimes les désordres, tu viens à bout de l'état de guerre civile. Tu gouvernes les vivants et ils obéissent à tes ordonnances (Lacau; Chevrier, 1977, p. 109).

consiste em dois cômodos: um vestíbulo, menor, e um santuário, maior. Dentro do vestíbulo, está uma pedra de diorito, onde era colocada a barca do deus Amon. Além disso, ela possui duas saídas (fachada leste e oeste), com uma escada pequena.

Após o fim do governo de Hatshepsut, a capela ainda não havia sido finalizada, sendo função de Tutmés III executar os acabamentos necessários. Entretanto, depois de alguns anos, o então faraó ordenou que a capela fosse desmontada e utilizou algumas partes em outras construções próprias. Em alguns blocos, o nome e a imagem de Hatshepsut foram removidos. Contudo, os discursos oraculares foram poupados do processo de apagamento.

Segundo Larché (2008, p. 138), o fato de alguns blocos não terem passado pela remoção do nome de Hatshepsut, deve significar que a capela foi desmontada antes da empreitada de apagamento efetivo proposto por Tutmés III, uma vez que apenas os blocos muito visíveis foram martelados. Para esses autores, a capela teria sido usada por, pelo menos, 15 anos.

Os primeiros blocos foram localizados, por estudiosos, nas proximidades do terceiro pilar do Templo de Karnak, apresentando um grande estado de conservação. As primeiras peças foram achadas em 1898, enquanto as últimas apenas em 1947 (Lacau; Chevrier, 1977, p. 23). Essas descobertas iniciais são atribuídas ao egiptólogo francês Georges Legrain. Em 1932, os 300 blocos encontrados foram armazenados no Museu do Ar Livre de Karnak (Grimal; Larché, 2003, p. 37). No entanto, as condições às quais eles ficaram expostos permitiram um desgaste acentuado em alguns blocos.

O primeiro bloco da reconstrução foi colocado em 1996⁶, pelo Centre Franco-Égyptien d'Étude des Temples de Karnak (CFEETK), todavia sua localização original segue sendo ocupada pela capela de granito de Philippe Arrhidée (Burgos; Larché, 2008, p. 13). O trabalho foi dirigido por Franck Burgos, com supervisão de François Larché, Hisham Ahmed Fahdi, Mohammed Ali Sallam e Hamdi Mourtada Ahmed (Grimal; Larché, 2003, p. 40). O apoio financeiro foi dado pelo grupo hoteleiro ACCOR e pela fundação Michela Schiff Giorgini (Grimal; Larché, 2007, p. 36).

A reconstrução da capela foi fruto de muito estudo para entender a melhor posição de cada bloco dentro da construção, dado o fato de que, inicialmente, não se sabia como montar

⁶ Grimal e Larché (2007, p. 36), alegam que os trabalhos de reconstrução começaram em 25 de março de 1997 e durou um ano. Em 2003, a capela já havia sido finalizada, todavia os acabamentos seguiam sendo feitos (Grimal; Larché, 2003, p. 40).

este quebra cabeça, além do fato de que faltavam partes. Os fragmentos foram fotografados por Antoine Chené com o auxílio de Frank Burgos, revelando que cerca de 60% das paredes encontravam-se preservadas. Esse levantamento permitiu a Burgos avançar na reconstrução, tendo como base as hipóteses de Pierre Lacau, Henri Chevrier e Clément Robichon (Grimal; Larché, 2003, p. 18).

Análise das inscrições

Para o início dessas análises, é importante ressaltar que, apesar de relativamente pequena, e incompleta, a capela carrega um extenso discurso, sendo necessário, para este artigo, selecionar algumas partes.

A religião egípcia associava o faraó ao deus Hórus, sendo ele a imagem viva da divindade. Daí a necessidade de que o governante fosse, preferencialmente, um homem. Todos os fatores que regiam essa sociedade estavam ligados a Maat, a deusa que personificava a justiça e a ordem cósmica, sendo função do faraó assegurar que o caos não dominasse o Egito. Dessa forma, já temos dois pontos importantes que ajudarão a entender o discurso de Hatshepsut.

Em certos momentos, Hatshepsut se refere ao deus Hórus: "Ele fez com que ela pudesse sentar-se na plataforma do trono, ela sendo nutrida como um Hórus, Senhor das Duas Terras [...]" (Gillen, 2005, p. 19, tradução própria⁷). Além disso, a faraó também destaca: "minha vida é estável sobre o apoio de Hórus" (Gillen, 2005, p. 21, tradução própria⁸). Pode-se notar que, por meio de sua ligação com o deus Amon, Hatshepsut é aceita como um faraó, sendo a imagem de Hórus. Seu gênero não se tornou um problema em seu cargo de poder. Sua semelhança com o deus é um fator que também pode ser visto no Obelisco de Karnak

Viva a Hórus feminina... filha de Amon-Ré, sua favorita, sua única, que existe por ele, a parte esplêndida do Senhor de Tudo [...] A quem ele escolheu para proteger o Egito, para defender o povo; a Hórus feminina, vingadora de seu pai" (Breasted, 1906, p. 130-131, tradução própria⁹).

⁷ He caused that she may sit on the throne platform, she being nourished as a Horus, Lord of the Two Lands (Gillen, 2005, p. 19).

⁸ my life is stable upon the Support of Horus (Gillen, 2005, p. 21).

⁹ Live the female Horus the daughter of Amon-Re, his favorite, his only one, who exists by him, the splendid part of the All-Lord [...] whom he chose to protect Egypt, to defend the people; the female Horus, avengeress of her father (Breasted, 1906, p. 130-131).

Em diversos monumentos egípcios, os soberanos são representados com trajes muito específicos como, por exemplo, o tocado real, as diversas coroas, as saias, os cetros, etc. Isso servia para reforçar sua realeza e "recorda que o faraó é um deus entre os homens" (Bresciani, 2000, p. 68, tradução própria¹⁰)

É possível que, na sua maior parte, estes paramentos tenham sido criados a partir das concepções e pensamento mítico-religioso dos governantes pré-dinásticos. Tais elementos e objetos parecem indicar um tipo de conexão da divindade com o monarca. A grande quantidade de deuses e um grupo de deuses primordiais e dinásticos pode ter levado a uma diversidade de paramentos e vestimentas representativas do poder divino [...] (Gralha, 2017, p. 112).

Este fator foi um elemento muito útil para Hatshepsut, uma vez que o cargo de faraó vinha acompanhado de elementos simbólicos muito fortes e significativos. Para tal, ela se utilizou de representações baseadas em aspectos masculinos, reforçando sua igualdade e seu poder. Segundo Gralha (2017), o cargo masculino não permitia uma figura feminina, portanto ela devia se representar como ““o monarca”” (Gralha, 2017, p. 132). Algumas dessas representações podem ser encontradas na Capela Vermelha (figura 3).

Figura 3- Inscrição da Capela Vermelha



Hatshepsut oferece um buquê e incenso, depois dois vasos de leite à barca de Amon, que está posicionada em uma plataforma. Bloco 18, lado santuário sul (Burgos; Larché, 2008, p. 248).

¹⁰ recuerdan que el faraón es un dios entre los hombres (Bresciani, 2000, p. 68).

O bloco acima representa Hatshepsut como um faraó masculino por duas vezes, enquanto apresenta oferendas à barca de Amon. Acima da primeira figura pode-se ler, contido no cartucho, seu nome de trono, Maat-Ka-Re, e, na segunda está escrito “Hatshepsut”. Após da segunda representação está escrito: “Que ela seja a cabeça dos Ka de todos os vivos, após ter aparecido sobre o trono de Hórus, como Rá” (Lacau; Chevrier, 1977, p. 348-349). Segundo Gillen (2005), durante um dos discursos do deus, este se refere a Hatshepsut como “Hórus Vivo: forte de Kas, Uma das Duas Senhoras: florescimento de anos, Hórus Dourado: divino de aparências, Rei do Alto [e Baixo Egito]: Maat-Ka-Re, Filho de Re: um unido com Amon, Hatshepsut [...]” (Gillen, 2005, p. 20, tradução própria¹¹).

Tradicionalmente, um rei era do sexo masculino, identificado como uma manifestação de um deus masculino, o deus Hórus com cabeça de falcão. Publicamente, portanto, Hatshepsut era mais frequentemente representada como um rei homem em pleno vigor da vida. Ela raramente aparece como mulher, seja em estátuas ou em relevos esculpidos. Algumas das representações iniciais parecem ter sido alteradas de femininas para masculinas mais tarde em seu reinado (Roth, 2005, p. 9, tradução própria¹²).

Com relação a deusa Maat, Hatshepsut também se apresenta como uma serva escolhida por ela, através do intermédio de Amon: “Depois disso, ele a colocou diante dele, conduzindo-a à mansão de Maat, e ela recebeu a insígnia de sua serva [...]” (Gillen, 2005, p. 18, tradução própria). Em outra passagem do discurso, a rainha ressalta sua capacidade de estabelecer a justiça e punir aqueles que não obedecem à ordem e à lei: “Eu sou um rei que faz com que as leis sejam instituídas, que julga as questões e que pune aquele que se esquece de suas ações” (Gillen, 2005, p. 24, tradução própria). Esses elementos estão ligados às práticas de manutenção da ordem, já que cabia ao faraó conter a desordem e proteger o Egito de ameaças internas e externas (Brancaglion Junior, 2003, p. 65).

Além disso, em outra parte do discurso encontrado no monumento, existe a seguinte fala

[...] Aqueles que estão no céu o revelaram o segredo; aqueles que estão na Duat te guiaram. Levanta-te, tu que estás sob a forma de seu disco (aquele do deus). As aparições de sua Enéade se associam a ti. Os deuses estão a teu lado, quando

¹¹ Living Horus: strong of Kas, One of the Two Ladies: flourishing of years, Golden Horus: divine of appearances, King of Upper [and Lower Egypt]: Maat-Ka-Re, Son of Re: one united with Amun, Hatshepsut [...] (Gillen, 2005, p. 20).

¹² Traditionally, a king was male, identified as a manifestation of a male god, the falcon-headed Horus. Publicly, therefore, Hatshepsut was most often depicted as a male king in the prime of life. She rarely appears as a woman in either statuary or relief carving.” Some of the early representations seem to have been changed from female to male later in her reign (Roth, 2005, p. 9).

tu apareces como representante de Rê. Toma, pois (para ti) o de te sentares sobre o Grande Trono que está no interior do domínio de teu pai. Eleva-te, pois, naquele que te criou, exalta-te naquele que te fez aparecer [...] (Lacau; Chevrier, 1977, p. 122, tradução própria¹³).

Nesse trecho, destacam-se alguns pontos relevantes para a análise. O primeiro é que Hatshepsut aparece sendo guiada e amparada por seus antepassados que estão no Duat. Esse lugar não deve ser entendido como um ambiente de morte, mas também como um domínio de poder, onde os faraós recebiam apoio espiritual, visto que “o destino do rei morto era celeste” (Brancaglion, 1995, p. 29). Dessa forma, o mundo dos mortos funcionava como um espaço de proteção e auxílio ao mundo dos vivos, como mostra a Carta aos Mortos (Bakos, 1995).

O segundo ponto a se analisar, é que seu governo recebe respaldo mítico, ligado a enéade (principais deuses egípcios). Além disso, se representa como a imagem terrena di deus solar, Rá. E o terceiro ponto, se refere ao trono do Egito. A frase sugere que Hatshepsut recebeu de seu pai o direito legítimo de governar, não sendo, portanto, um erro.

Seu discurso era uma narrativa firme e consistente, deixando de modo bem evidente sua descendência de Amon e sua determinação em cumprir a vontade divina de governar. Toda a sua argumentação gira em torno de um ponto central: o mito do nascimento divino. Sem a condição de filha consanguínea de Amon, esse discurso não teria o mesmo sentido e finalidade. Ao analisá-lo, percebe-se a presença constante da divindade, responsável por lhe conceder tudo o que era necessário para o seu governo.

Além disso, Gralha (2017, p. 146-155) alega que nas inscrições da Capela Vermelha, a faraó teria promovido um discurso a fim de divinizar-se em vida. Assim, ela seria representada como um ser divino, manifestação de Amon, enquanto Tutmés III era retratado como um faraó e governante secundário. Isso se dá através da sua diferenciação com seu corregente: ela sempre se mostra à frente dele, conduz os rituais, apresenta títulos mais completos (ela é muito chamada por seu nome de trono, enquanto Tutmés III aparece representado com seu nome de nascimento), etc. Portanto, ela se representava como a governante ideal, tal como podemos notar no seguinte

¹³ [...] Ceux qui sont dans le ciel ont révélé le secret; ceux qui sont dans la Douat t'ont guidée. Lève-toi donc sous la forme de son disque (celui du dieu). Les apparitions de son Ennéade s'associent à toi. Les dieux sont à ta suite, quand tu apparais comme représentante de Rê. Prends donc (pour toi) de t'asseoir sur le Grand Siège qui est à l'intérieur du domaine de ton père. Éleve-toi donc en celui qui t'a créée, exalte-toi donc en celui qui t'a faite apparaître [...] (Lacau; Chevrier, 1977, p. 122).

discurso: "Eu sou (o) Único, que descansa com Maat, que a enriquece, que depende de seus negócios" (Gillen, 2005, p. 24, tradução própria¹⁴).

Ademais, o autor alega que “alguns poderiam ver Hatshepsut realmente como um deus, e não deusa, e legítima herdeira ao trono como faraó; outros poderiam, porém, não acreditar na sua divindade e legitimidade” (Gralha, 2017, p. 159). Tal argumento vai de acordo com Silverman (2002): "A extensão da literatura propagandística, que chamava a atenção para o direito de um faraó ao trono, é uma evidência implícita de que o povo não estava totalmente inconsciente da origem humana de seu soberano" (Silverman, 2002, p. 77), o que demonstra que nem toda a sociedade egípcia acreditava cegamente na propaganda política imposta pelos faraós. Por parte da população comum, isto não significava um problema, mas por parte da nobreza e do clero, esta falta de crença podia gerar problemas e até revoltas.

Conclusão

Dessa forma, com base nas inscrições e discursos apresentados na Capela Vermelha, nota-se que o governo de Hatshepsut foi pautado no discurso de legitimidade vinculado ao deus Amon. Por meio de tal feito, ela elaborou sua realeza divina, a fim de manter-se no trono.

Esse argumento, por certo, não convencia a todos, uma vez que sua narrativa sempre reforçava sua aceitação pela elite e, como garante Silverman (2002), o excesso de propaganda política demonstra que nem todos acreditavam nesse discurso.

Portanto, sua propaganda política não era passiva socialmente, mas atuava como uma estratégia legítima, cuidadosamente pensada em prol de seu governo. Assim sendo, a Capela Vermelha vai além de uma construção religiosa e passa a ser também um instrumento político por intermédio de suas inscrições e de seu contato com o clero.

Referências

- BAKOS, Margaret Marchiori. **Relações nem sempre amistosas: os egípcios e os seus mortos**. Revista Clássica, São Paulo, 1994/1995.
- BRANCAGLION JUNIOR, Antonio. **O eufemismo da morte no Antigo Egito**. Revista Clássica, São Paulo, 1994/1995.
- BRANCAGLION JUNIOR, Antonio. **Manual de arte e arqueologia egípcia**. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003.

¹⁴ I am (the) One, who rests with Maat, who enriches it, who depends on its affairs (Gillen, 2005, p. 24).

- BREASTED, James Henry. **Ancient Records of Egypt: Historical Documents from the Earliest Times to the Persian Conquest, Collected, Edited, and Translated**. Vol. II – The Eighteenth Dynasty. Chicago: The University of Chicago Press, 1906.
- BRESCIANI, Edda. **A orillas del Nilo: Egipto en tiempos de los faraones**. Tradução de Juan Carlos Gentile Vitale. Barcelona: Paidós, 2001.
- BURGOS, Franck; LARCHÉ, François. **La Chapelle Rouge: Le Sanctuaire de la barque d'Hatshepsout, volume 1 fac-similés et photographies des scènes**. Editora Soleb, 2008.
- BURGOS, Franck; LARCHÉ, François. **La Chapelle Rouge: Le Sanctuaire de la barque d'Hatshepsout, volume 2 textes**. Editora Soleb, 2008.
- DONADONI, Sergio. **El hombre egipcio**. In: DONADONI, Sergio (org.). **El hombre egipcio**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- GABOLDE, Luc. **Hatshepsut at Karnak: A Woman under God's Commands**. In: GALÁN, José M.; BRYAN, Betsy M.; DORMAN, Peter F. (org.). **Creativity and innovation in the reign of Hatshepsut**. University of Chicago, 2014.
- GILLEN, Todd J. **The Historical Inscription on Queen Hatshepsut's Chapelle Rouge: Part 2: Translation**. In: BINDER, Susanne (editor). **The Bulletin Of The Australian Centre For Egyptology**. Macquarie University, Sydney, 2005.
- GRALHA, Julio Cesar Mendonça. **Deuses, faraós e poder: legitimidade e imagem do deus dinástico e do monarca no Antigo Egito (1550–1070 a.C.)**. 2. ed. Rio de Janeiro: JCG Editor, 2017.
- GRIMAL, Nicolás. **Historia del Antiguo Egipto**. Tradução Blanca García Fernández-Albalat e Pedro López Barja de Quiroga. Editora Akal S.A., 1996.
- GRIMAL, Nicolas; LARCHÉ, François. **Cahiers de Karnak, n. 11**. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 2003.
- GRIMAL, Nicolas; LARCHÉ, François. **Cahiers de Karnak XII**, fascicule 1. Le Caire: Institut français d'archéologie orientale; Paris: Éditions Soleb, 2007.
- LACAU, Pierre; CHEVRIER, Henri. **Une Chapelle d'Hatshepsout à Karnak**. Serviço de Antiguidades do Egito e Instituto Francês de Arqueologia Oriental do Cairo. Livro I, 1977.
- LAPORTA, Virginia. **La figura regia de Hatshepsut: uma proposta de análise a partir de tres cambios ontológicos**. In **Antiguo Oriente: Cuadernos del Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente** – n.º 10 (2012).
- LARCHÉ, François. **L'emplacement de la chapelle**. In: BURGOS, Franck; LARCHÉ, François. **La chapelle Rouge: le sanctuaire de la barque d'Hatshepsout. Volume 2: textes**. Direção de Nicolas Grimal. Paris: Soleb, 2008.
- ROBINS, Gay. **Las mujeres en el Antiguo Egipto**. Tradução de Marco V. García Quintela. Madrid: Ediciones Akal, 1996.
- ROTH, Ann Macy. **Models of authority Hatshepsut's Predecessors in Power**. In: ROEHRIG, Catharine H.; DREYFUS, Renée; KELLER, Cathleen A. (ed). **Hatshepsut: From Queen to Pharaoh**. New York, The Metropolitan Museum of Art, 2005.

SHAW, Ian. **Historia del Antiguo Egipto**. Tradução José Miguel Parra Ortiz. Oxford: Oxford University Press, 2000. Versão digital convertida para PDF, 2018.

SILVERMAN, David P. **O divino e as divindades no antigo Egito**. In: SHAFER, Byron E. (org.). *As religiões no Egito Antigo – Deuses, mitos e rituais domésticos*. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

SOUSA, Aline Fernandes de. **A mulher-faraó: representações da rainha Hatshepsut como instrumento de legitimação (Egito Antigo – Século XV a.C.)**. ANPUH – XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

Finais de mundos e apagamentos simbólicos na formação de leitores idosos

Lucas Henrique da Silva Trentin

Pedagogo e Mestrando em Educação
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Agência de Fomento: CAPES
l.trentin@unesp.br

Resumo: Esta comunicação analisa produções acadêmico-científicas da Universidade Estadual Paulista (Unesp) sobre mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), com foco nas possibilidades e ausências de práticas em espaços formais e não formais, especialmente no que se refere ao público idoso. O recorte geográfico concentra-se no interior paulista, onde a Unesp se destaca como polo de produção científica pública. O período investigado abrange de 2013, com a criação do repositório institucional, até 2023, marcado pelo fortalecimento de políticas públicas voltadas à EJAI. Parte-se do pressuposto de que essas produções evidenciam avanços, mas também consolidam lacunas, sobretudo no que diz respeito às práticas de leitura destinadas aos sujeitos idosos, especialmente em contextos não formais, como os lares de longa permanência. Tais lacunas podem ser compreendidas como formas de ruptura e de “fim” simbólico, ao evidenciarem processos de invisibilização desses sujeitos nas narrativas científicas e educacionais contemporâneas. Metodologicamente, trata-se de um estudo de Estado da Arte, com levantamento de produções no repositório da Unesp a partir de palavras-chave como “EJA”, “idosos”, “leitura”, “literatura”, “ensino formal” e “ensino não formal”, com uso de operadores booleanos. Os dados são analisados por meio da Análise de Conteúdo, conforme Laurence Bardin (2011). No campo teórico, a pesquisa dialoga com Paulo Freire (2023), sustentando uma perspectiva crítica sobre mediação e formação leitora, articulada às dimensões históricas das exclusões educacionais. Os resultados parciais indicam a predominância de estudos voltados ao ensino formal, em detrimento de práticas em contextos não formais, além da fragilidade na articulação entre produção acadêmica e políticas públicas. Destaca-se, ainda, a invisibilização dos sujeitos idosos, compreendida como parte de um processo mais amplo de apagamento histórico. Conclui-se pela necessidade de ampliação de estudos e práticas que re-inscrevam esses sujeitos nas narrativas educacionais e sociais. Nesse sentido, a discussão proposta também busca problematizar as implicações dessas ausências no campo da formação leitora, considerando que a exclusão de sujeitos idosos dos processos de mediação da leitura contribui para a manutenção de desigualdades educacionais historicamente constituídas. Ao não contemplar esses sujeitos de maneira efetiva, as práticas e produções acadêmicas acabam por reforçar uma lógica de silenciamento, na qual determinadas experiências de vida e formas de relação com a leitura são desconsideradas ou marginalizadas. Tal cenário evidencia a urgência de uma ampliação do olhar investigativo, que inclua a diversidade etária como dimensão fundamental nas pesquisas em educação. Além disso, torna-se relevante refletir sobre o potencial transformador das práticas de leitura em contextos não formais, especialmente em espaços como instituições de longa permanência para idosos, onde a mediação pode assumir um papel significativo na promoção de vínculos sociais, memória e identidade. Ao considerar a leitura como prática social e emancipatória, reforça-se a necessidade de políticas públicas e iniciativas

acadêmicas que incentivem ações voltadas a esse público, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Idosos; Formação de Leitores; Apagamentos Simbólicos.

Introdução

Esta comunicação envolve resultados parciais, retirados de uma pesquisa a nível de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós Graduação em Educação da *Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Unesp*. Analisou-se as produções acadêmico-científicas da mesma universidade acerca da mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), com foco nas possibilidades e ausências de práticas em espaços formais e não formais, especialmente no que se refere ao público idoso. O recorte geográfico concentra-se no interior paulista, onde a *Unesp* se destaca como polo de produção científica pública.

O período investigado abrange de 2013, com a criação do repositório institucional, até 2023, marcado pelo fortalecimento de políticas públicas voltadas à EJAI. Parte-se do pressuposto de que essas produções evidenciam avanços, mas também consolidam lacunas, sobretudo no que diz respeito às práticas de leitura destinadas aos sujeitos idosos, especialmente em contextos não formais, como os lares de longa permanência. Tais lacunas podem ser compreendidas como formas de ruptura de vida e humanidade destes povos ao adentrar nos lares de longa permanência, além de evidenciarem uma espécie de “fim” simbólico para estes sujeitos, ao evidenciarem processos de invisibilização deste público nas narrativas científicas, educacionais e sociais.

Justificativa

Tal pesquisa se justifica pela alta presença de pessoas idosas na nomenclatura da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. “Conforme dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad-IBGE). Do total de analfabetos, mais da metade tem 60 anos ou estão acima disso” (QUEIROZ, 2026, p. 1).

Este público carece de políticas públicas e falta de visibilidade acerca de seu aprendizado desde a infância. Na contemporaneidade, o desmonte educacional em torno da EJA é constante. Um exemplo ocorreu recentemente na cidade de São Paulo:

[...] As Diretorias Regionais de Educação da cidade de São Paulo (SP) realizaram reuniões com escolas municipais de Ensino Fundamental que atendem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) para anunciar uma redução de oferta de vagas para a modalidade em 2025. (Matuoka, 2025, p. 1).

O quadro se intensifica diante das ações desenvolvidas nas esferas estadual e nacional. Em São Paulo, a implantação do Programa Ensino Integral (PEI), a partir de 2012, provocou o fechamento de grande parte das turmas noturnas da EJA cerca de 80% a 90%, sem a criação de alternativas em outras escolas dos respectivos territórios abrangidos. Quando se trata da perspectiva de formação e mediação leitora, este quadro se agrava com a falta de políticas institucionais intencionais e métodos que incentivem e desejem pelo ato de ler.

Assim, essa pesquisa preza pela constituição de espaços que promovam condições de leitura criativa e viva, onde a biblioteca se configure como um espaço onde os sujeitos intervenham e sejam tocados por seus livros e acervos no geral, de forma dialógica, no exercício da práxis (FREIRE, 2021). Principalmente ao se tratar de sujeitos idosos invisibilizados ao longo da vida do direito constitucional à educação, escrita e leitura, já que muitos deles acompanharam a fase de ensino e alfabetização antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que dispõe em seu texto:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. (BRASIL, 1988).

Deste modo, o trabalho realizado, busca dar voz, memória e legitimidade histórica ao público idoso, negado ao ato da leitura e escrita, entre tantos outros reverberados desta falta.

Buscando romper com os finais de mundos simbólicos que chegam para estas pessoas em forma de apagamento e restrição, ao adentrarem, por exemplo, em instituições e lares de longa permanência em que são condicionados a rotinas que nem sempre levam em conta a cognição afetiva e efetiva desses sujeitos numa perspectiva pedagógica e, além de interdisciplinar, transdisciplinar e intercultural, onde, envolve-se várias áreas do conhecimento e da cultura cotidiana para fazer com que o Educando compreenda e apreenda acerca dos objetos cognoscíveis do mundo.

A pesquisa possui relevância ao considerar que esses idosos, presentes em ambientes formais e não formais de ensino, devem ter acesso à educação, leitura e dignidade em um mundo cada vez mais pragmático, levando em conta a humanização destes sujeitos e os benefícios de práticas pedagógicas de mediação e formação leitora na perspectiva interdisciplinar para este público no seu cotidiano.

Desta forma, levantam-se às seguintes questões: quais lacunas e possibilidades acerca da mediação e formação de leitores, especialmente no que se refere aos sujeitos idosos, em ambientes formais e não formais de ensino, são evidenciadas nas produções acadêmico-científicas da *Universidade Estadual Paulista*?

Objetivo Geral de Pesquisa

Analisar as produções acadêmico-científicas da Universidade Estadual Paulista sobre mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos no interior paulista, com ênfase nos sujeitos idosos, com a finalidade de identificar lacunas e possibilidades em ambientes formais e não formais de ensino.

Objetivos Específicos de Pesquisa

Além disso, como objetivos específicos, a pesquisa busca mapear as produções acadêmico-científicas da Universidade Estadual Paulista sobre mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos no interior paulista; Analisar as produções identificadas, por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin, identificando lacunas, avanços e possibilidades no campo; Observar e analisar como as práticas de leitura e a formação de leitores são abordadas nas produções acadêmico-científicas, especialmente no que se refere aos idosos;

Investigar as abordagens sobre ambientes formais e não formais de ensino, identificando características e limites pedagógicos e estruturais; Propor possibilidades de mediação e formação de leitores em ambientes formais e não formais, a partir das lacunas e possibilidades identificadas e a partir de experiência formativa realizada perante o referencial teórico da pesquisa.

Fundamentação teórica

No campo teórico, a pesquisa dialoga com Freire (2023), ancorando-se sobre o livro *Pedagogia do Oprimido*, sustentando uma perspectiva crítica sobre mediação e formação leitora, articulada às dimensões históricas das exclusões educacionais. Ainda, destaca-se a interdisciplinaridade agindo como elemento didático e efetivo na construção de uma metodologia que considere e articule as diversas áreas do conhecimento, conforme Luck (2013), ao mesmo tempo em que se orientam as aulas de formação leitora para idosos. Considerando que:

A interdisciplinaridade, do ponto de vista da laboração sobre o conhecimento e elaboração do mesmo, corresponde a uma nova consciência da realidade, ao novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes do conhecimento, visando tanto produção de novos conhecimentos como a resolução de problemas, de modo global e abrangente (Luck, 2013, p. 46).

Deste modo, Paulo Freire e Heloísa Luck dialogam em prol de uma prática libertadora que inclua os conhecimentos de diferentes áreas para a promoção de uma educação articulada organizada e que faça sentido para os Educadores e Educandos, partindo dos pressupostos de seus próprios conhecimentos, que se encontram a partir da fala compartilhada, de forma metodologicamente dialógica (Freire, 2023), ao mesmo tempo que contemplam conhecimentos novos, levados à sala de aula a partir da reflexão das suas próprias vivências. Nesta perspectiva, todos aprendem, Educandos com Educandos, Educadores com Educandos e Educandos com os Educadores.

Na perspectiva da formação leitora isso não se desfaz, pelo contrário, ganha intensificação, pois, a literatura, como arte, possui o potencial de condicionar o sujeito leitor a refletir, opinar e compartilhar seus sentimentos sobre determinadas narrativas. Narrativas essas que podem dialogar ou não com sua realidade concreta (Perissé, 2014).

Gera-se assim a oportunidade de maior autonomia do sujeito, além do exercício do protagonismo ativo em deliberar o que se pensa e articular cognitivamente com o social acerca de

algum ponto interessante da narrativa literária, poema, poesia ou qualquer outro tipo de texto trabalhado na prática de formação leitora. Neste caso damos ênfase especial ao público idoso, por este motivo a literatura, nesta perspectiva, está articulada à memória e à história, que articulados, constituem como elemento importante para trabalhar a cognição efetiva e afetiva dos idosos perante suas condições etárias específicas.

Mapeamento: um estado da arte das produções acadêmico-científicas da Unesp

As pesquisas denominadas Estado da Arte vêm ganhando grandes proporções com o correr do tempo, especialmente na área educativa, colaborando na intensificação das tendências e contemplando tanto as potencialidades, como os desafios na produção do conhecimento em Educação (JACOMINI et al., 2023). Ainda, a pesquisa em Estado da Arte possibilita um processo de análise e um levantamento criterioso sobre determinada área. Dessa forma, esta metodologia organiza e sistematiza a produção científica, neste caso, foca-se na área da mediação e formação leitora na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, permitindo um mapeamento amplo do campo para exercer maior compreensão sobre as lacunas e possibilidades dentro deste escopo.

Portanto, pretende-se realizar uma análise inicial da produção acadêmica. Neste caso, voltamo-nos às produções acadêmico-científicas da *Universidade Estadual Paulista - Unesp*, com pesquisas relacionadas à mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), obtendo ênfase sobre os sujeitos idosos.

A escolha da Universidade se dá por sua expressiva produção acadêmica na área da Educação, especialmente no contexto do interior paulista, onde se encontram espalhados diferentes câmpus da mesma instituição, neste âmbito existem em funcionamento 6 cursos de pedagogia, a *Unesp* obtém a maior cobertura territorial de ensino superior público no estado, estando presente em 24 cidades. Sua estrutura multicampi permite a distribuição entre 22 cidades do interior paulista, sendo uma no litoral e uma na capital de São Paulo.

Alguns câmpus contam com o PEJA, segundo Miguel (2009) o projeto se configura como uma iniciativa de extensão voltada exclusivamente para a escolarização de pessoas que não conseguiram concluir o ensino básico regular, sendo esta, uma iniciativa da própria Universidade, gerando maiores condições de pesquisa e extensão sobre o tema da EJAI. Ainda, há décadas, à Universidade Estadual Paulista exerce influência como promotora da ciência no interior paulista

(SOUZA, 2016). Assim, o repositório institucional desta Universidade torna-se um importante espaço de sistematização e acesso às pesquisas desenvolvidas, principalmente na região do interior, permitindo elaborar reflexões mais críticas sobre como a produção desenvolvida no interior do estado de São Paulo tem abordado o tema sobre a mediação e formação de leitores na EJAI.

O estudo concentra-se em fontes de acesso confiáveis do repositório oficial, contemplando as teses e dissertações desenvolvidas no período vigente da pesquisa. Para a constituição da análise, serão utilizados alguns descritores para maior precisão dos achados da pesquisa, tais são relacionados diretamente ao objeto de investigação deste estudo, sendo também organizados em eixos temáticos.

O primeiro eixo refere-se ao campo educacional, contemplando o ensino e aprendizagem, inserindo termos como: “Educação de Jovens e Adultos”, “EJAI”, “educação de idosos”, “Educação formal” e “Educação não formal”. O segundo eixo refere-se às práticas de leitura, onde se incluem descritores como: “mediação de leitura”, “formação de leitores” e “práticas de leitura”. O terceiro eixo contempla os sujeitos da presente pesquisa, estabelecendo termos como: “idosos”, “terceira idade” e “envelhecimento”.

Tais descritores serão usados como estratégia de busca por meio de operadores booleanos. Segundo Picalho, Lucas e Amorim (2022), o uso deste método de busca garante melhores retornos, serão usados os termos AND e OR e aspas para obter resultados de expressões exatas, permitindo o refinamento e a ampliação dos resultados esperados pela pesquisa. O operador AND é utilizado para estabelecer interseções entre os termos, por exemplo: “EJAI” AND “mediação de leitura”, enquanto o operador OR permite a inclusão de variações ou até mesmo sinônimos, como exemplo: “idosos” OR “terceira idade”. O uso de aspas garante que a busca de expressões compostas de forma literal tenha maior precisão na identificação dos dados encontrados.

Os critérios de seleção das palavras-chave e dos trabalhos encontrados são definidos a partir da pertinência ao tema da EJAI e a proposta desta pesquisa, considerando a aderência sobre o assunto da mediação e formação de leitores. O estudo busca encontrar pesquisas vinculadas à *Unesp* e que tratam diretamente das práticas de leitura em contextos formais e também não formais de ensino, obtendo um recorte especial aos idosos.

Apagamentos Simbólicos

A noção de apagamento simbólico refere-se aos processos pelos quais determinados sujeitos e grupos sociais são progressivamente excluídos das narrativas históricas, educacionais e culturais. No caso das pessoas idosas, esse fenômeno manifesta-se tanto pela ausência de políticas públicas efetivas quanto pela reduzida produção de práticas pedagógicas e investigações científicas que considerem suas especificidades e potencialidades enquanto sujeitos históricos e leitores. A sociedade, nesta perspectiva, costuma ver o sujeito idoso como aquele que já praticou e vivenciou todas as experiências que poderiam lhe ser fornecidas no correr da vida, mas, muitos destes idosos sequer chegaram a obter contato com a escola pública.

Ao analisar a produção acadêmico-científica relacionada à mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, observa-se que a presença dos idosos aparece de forma secundária em categorias mais amplas. Tal condição evidencia que, embora integrem a nomenclatura da EJAI, esses sujeitos nem sempre ocupam uma posição central nos debates educacionais atuais. Como consequência, as trajetórias de vida, experiências culturais e relações com a leitura acabam sendo pouco contempladas por essas pessoas, gerando situações constantes de desumanização.

Sob a perspectiva freiriana, essa espécie de apagamento não ocorre de maneira neutra. Trata-se de um processo historicamente constituído, relacionado às desigualdades de acesso aos direitos sociais, portanto, trata-se de uma escolha política que ressoa nos diversos âmbitos da sociedade civil e educacional.

Assim, no momento em que a leitura deixa de ser compreendida como prática de emancipação e participação social para determinados grupos, reforçam-se mecanismos de exclusão que limitam o exercício da cidadania e a construção da autonomia. Nesse sentido, os apagamentos simbólicos podem ser compreendidos como formas de encerramento de possibilidades humanas e educativas. Ao serem invisibilizados nos espaços de pesquisa, ensino e formação leitora, os sujeitos idosos vivenciam uma espécie de "fim de mundo" simbólico, marcado pela negação de suas memórias, saberes e experiências. Romper com essa lógica implica reconhecer os idosos como protagonistas de processos educativos e culturais, ampliando sua presença nas práticas pedagógicas e nas produções acadêmicas voltadas à formação de leitores.

Especificidades pedagógicas com o público idoso em instituições de longa permanência

No correr da pesquisa, identificamos as questões envolvendo idosos em situações de lares de longa permanência, consonante a isso houve a construção do projeto de Mediação e Formação Leitora, executado entre os anos de 2024 e 2026 em um lar institucional voltado ao bem estar de idosos, que moram neste ambiente e chegam nele por diversos motivos: econômicos, familiares, etc.

Com a prática desenvolvida nesta instituição em específico, pode-se compreender que, diferentemente de abordagens escolarizadas centradas exclusivamente na alfabetização ou no domínio técnico da leitura, as práticas desenvolvidas com idosos precisam valorizar a dimensão afetiva, cultural e social do ato de ler. A literatura, as narrativas orais, os poemas, as músicas e os textos memorialísticos podem atuar como importantes instrumentos de diálogo entre passado e presente, favorecendo processos de identificação, expressão e compartilhamento de experiências.

A interdisciplinaridade assume papel fundamental nesse processo. Ao articular conhecimentos provenientes da Educação, Literatura, História, Psicologia, Gerontologia e demais áreas afins, torna-se possível construir propostas que considerem a integralidade dos sujeitos. Nessa perspectiva, a leitura deixa de ser compreendida apenas como habilidade técnica e passa a constituir-se como prática de encontro, convivência e produção de sentidos.

Além disso, as atividades de mediação leitora em instituições de longa permanência podem contribuir para o fortalecimento dos vínculos sociais, da memória e do sentimento de pertencimento. Rodas de leitura, narrativas autobiográficas, contação de histórias e discussões literárias possibilitam espaços de escuta e expressão, valorizando saberes frequentemente desconsiderados em outros contextos sociais.

Portanto, pensar a formação de leitores idosos nesses espaços exige reconhecer que a educação acontece para além dos ambientes escolares formais. As instituições de longa permanência podem tornar-se ambientes de aprendizagem, cultura e humanização, desde que sejam desenvolvidas ações intencionais que promovam a participação ativa dos sujeitos e respeitem suas singularidades, contribuindo para o enfrentamento dos apagamentos simbólicos historicamente produzidos.

Considerações Finais

Os resultados parciais indicam a predominância de estudos voltados ao ensino formal, em detrimento de práticas em contextos não formais, além da fragilidade na articulação entre produção acadêmica e políticas públicas. Destaca-se, ainda, a invisibilização dos sujeitos idosos, compreendida como parte de um processo mais amplo de apagamento histórico. Conclui-se pela necessidade de ampliação de estudos e práticas que re-inscrevam esses sujeitos nas narrativas educacionais e sociais.

Nesse sentido, a discussão proposta também busca problematizar as implicações dessas ausências no campo da formação leitora, considerando que a exclusão de sujeitos idosos dos processos de mediação da leitura contribui para a manutenção de desigualdades educacionais historicamente constituídas. Ao não contemplar esses sujeitos de maneira efetiva, as práticas e produções acadêmicas acabam por reforçar uma lógica de silenciamento, na qual determinadas experiências de vida e formas de relação com a leitura são desconsideradas ou marginalizadas.

Tal cenário evidencia a urgência de uma ampliação do olhar investigativo, que inclua a diversidade etária como dimensão fundamental nas pesquisas em educação. Além disso, torna-se relevante refletir sobre o potencial transformador das práticas de leitura em contextos não formais, especialmente em espaços como instituições de longa permanência para idosos, onde a mediação pode assumir um papel significativo na promoção de vínculos sociais, memória e identidade. Ao considerar a leitura como prática social e emancipatória, reforça-se a necessidade de políticas públicas e iniciativas acadêmicas que incentivem ações voltadas a esse público, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e socialmente comprometida.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 52 ed. São Paulo: Cortez, 2021.

JACOMINI, Márcia Aparecida; WELLEN, Hericka Karla Alencar de Medeiros; PERRELLA, Cileda dos Santos Sant'Anna; MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. *Pesquisas Estado da Arte em Educação: características e desafios*. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3fp5VFrtYzSBQnPpxTfYtMM/>. Acesso em: 03 jun. 2026.

LÜCK, Heloísa. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MATUOKA, Ingrid. São Paulo deve reduzir a oferta de vagas para a EJA em 2025. *Centro de Referências em Educação Integral*, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/sao-paulo-deve-reduzir-oferta-de-vagas-para-eja-em-2025/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

MIGUEL, José Carlos. Programa UNESP de Educação de Jovens e Adultos – PEJA/Marília: articulação entre teoria e prática na formação do educador e a perspectiva de integração social e comunitária. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, SP, v. 19, n. 33, p. 69-85, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/3216/2678>. Acesso em: 03 jun. 2026.

PERISSÉ, Gabriel. *Literatura e Educação*. Ed. 2°. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

PICALHO, Antonio Carlos; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; AMORIM, Igor Soares. *Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca*. Ato: novas práticas em informação e conhecimento, v. 11, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=al&id=W4281966857>. Acesso em: 03 jun. 2026.

QUEIROZ, Christina. O novo perfil da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, mar. 2026. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-novo-perfil-da-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

SOUZA, Marcelle. A Unesp levou ciência para o interior de SP, diz “fundador” da universidade. *UOL Educação*, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/02/17/unesp-levou-ciencia-para-o-interior-de-sp-diz-fundador-da-universidade.htm>. Acesso em: 03 jun. 2026.

Subjetividade e irreverência: o filme-ensaio e a escrita da história

Marcelo Fidelis Kockel
Doutor em História
Universidade Estadual Paulista
marcelo.kockel@gmail.com

Resumo: O texto procura analisar o filme-ensaio como um dispositivo de reflexão sobre a teoria e a escrita da história na contemporaneidade. A partir das noções de subjetividade e irreverência, analisa-se como o cinema de caráter ensaístico constrói uma experiência estética e reflexiva que mobiliza afetos e problematiza as fronteiras entre passado e presente. Dessa forma, o filme-ensaio é analisado como um exemplo de escrita audiovisual da história que privilegia a dimensão afetiva e subjetiva da experiência, em contraposição a modelos tradicionais mais objetivos e lineares. Nesse sentido, o ensaio destaca o papel da imagem como um dispositivo capaz de expressar aquilo que escapa à produção historiográfica mais convencional. Além disso, discute-se como o filme-ensaio tensiona os limites entre documentário e ficção, propondo uma forma de conhecimento que articula estética e reflexão crítica. Assim, a subjetividade do realizador não é vista como obstáculo, mas como elemento constitutivo da narrativa, permitindo uma abordagem mais irreverente, íntima e sensível do passado. Ante isso, o texto sugere que o filme-ensaio contribui para pensar novas formas de escrita da história, além de desempenhar um papel significativo na compreensão de como o passado se manifesta de maneira não linear, instável e profundamente marcada pela experiência subjetiva.

Palavras-chave: Ensaio; Subjetividade; Irreverência; Escrita da história.

Making of...

De início, gostaria de destacar que o texto apresentado procura evidenciar uma forma aberta de escrita da história, que, numa atitude dissonante (MUNSLOW, 2010, p. 1), busca a heresia (ADORNO, 2003, p. 45) e resiste a uma naturalização da produção historiográfica. Por isso, ofereço ao leitor e aos ouvintes o ensaio como forma, não para abrir mão da dimensão epistemológica da historiografia, mas, sim, propor uma escrita mais experimental (BENSE, 2004, p. 24), mais corajosa e criativa, com mais irreverência e a partir de percepções, afetos e pensamentos, que não seriam possíveis de se encaixarem em termos convencionais (ANKERSMIT, 2001, p. 138).

Assim, assumo de antemão que as formas de expressão escolhidas para a escrita e a apresentação deste texto são dadas por preferências éticas, estéticas e emocionais, cujos aspectos mais instintivos e involuntários se configuram como parte do pensamento, e não um complemento meramente reiterativo (FICO, 2013, p. 258). Acredito, dessa forma, que a escrita historiográfica seria um gesto ao mesmo tempo científico e literário (JABLONKA, 2020, p. 15), a medida que problematiza a dualidade entre as experiências sensível e cognitiva.

Desse modo, o ensaio – a forma proposta aqui –, por se tratar de um produto bastardo e experimental, é a própria *negação* dessa dicotomia, porque nele as paixões invocam o saber, ao passo que as emoções arquitetam o pensamento (MACHADO, 2003). Por isso, ele se apresenta como uma tentativa de reconciliar pesquisa e criação, sensibilidade e cognição, auxiliando-nos a refletir sobre novas formas de encarar a produção historiográfica.

Dito isso, minha proposta será colocar em xeque algumas prescrições, transformando-as em interrogações e impasses, criando um espaço de conversação sobre a escrita e a teoria da história na contemporaneidade. Assim, de antemão, assumo conscientemente que este ensaio se apresenta como uma proposta inacabada, que não possui a ambição de ser conclusiva. Ao invés disso, apresento um pensamento aberto que não pretende solucionar, mas, sim, colocar em trânsito um problema: como alguns impasses da historiografia contemporânea podem ser fertilizados pela produção cinematográfica?

Partindo dessa inquietação, pretendo analisar de que forma o filme-ensaio, especificamente, pode funcionar como dispositivo para refletir sobre algumas categorias historiográficas – tempo, memória, ficção, arquivo e subjetividade. Assim, estabelecendo analogias, na perspectiva de um exercício móvel, ensaio de uma apresentação, busco evidenciar a maneira pela qual o cinema ensaístico pode constituir-se como um elemento fertilizador e agudizador para formas alternativas de se pensar e escrever sobre o passado.

1º episódio – Subjetividade e escrita da história

Em 2014, durante o mestrado, enquanto trabalhava em um museu de arte contemporânea na cidade de Ribeirão Preto, SP, percebi que alguns artistas visuais recorriam a procedimentos experimentais e à própria subjetividade na elaboração de suas obras, buscando suscitar reflexões sobre o mundo que escapassem aos modelos tradicionais de representação. A partir dessa

constatação, pensei: seria possível ao historiador apropriar-se de processos criativo semelhantes aos dos artistas visuais na composição de seus textos, rompendo com determinadas convenções da escrita acadêmica? Poderia o historiador escrever de forma mais acessível e envolvente para o leitor mesmo diante dos códigos de escrita e dos parâmetros científicos?

Pensando nessas inquietações, você historiador, já considerou explorar os aspectos intuitivos, afetivos e involuntários de sua subjetividade num trabalho de pesquisa acadêmica? Já pensou em mobilizar conscientemente o seu “eu”, entrelaçando memórias e angústias pessoais ao processo de pesquisa e de escrita, visto que as interpolações de si estão cada vez mais presentes nos textos historiográficos?

O fato é simples: todo historiador, ao redigir um texto, acaba, direta ou indiretamente, falando sobre si mesmo. Se antes ele não podia abandonar sua posição de terceira pessoa¹⁵, por estar submetido aos protocolos de sua disciplina, agora pode assumir sua posição como narrador em primeira pessoa (COSTA LIMA, 1989, p. 104). Portanto, a objetividade, que tantos historiadores propuseram ao longo da história, hoje em dia não tem nada a ver com o desaparecimento do eu (JABLONKA, 2020, p. 363). Afinal, a história é inseparável do historiador, “[...] não podemos escapar à inevitabilidade de nossa própria subjetividade – só podemos ver o mundo a partir de nossa própria perspectiva (JENKINS, 2014, p. 23).

Dessa forma, a natureza genuína da história só pode ser compreendida quando ela for vista não apenas como um empreendimento empirista objetivo, mas como uma criação por parte dos historiadores de uma forma narrativa particular sobre o passado (CUNHA, 2019, p. 211). Ou seja, por mais que parte da historiografia tente apagar a subjetividade do historiador, ela está presente no texto, no estilo pessoal da escrita, na escolha do objeto pesquisado, na forma de problematizar esse mesmo objeto, no gênero escolhido para expressar sua narrativa (ALBUQUERQUE JR., 2021, p. 48).

De forma semelhante, um cineasta, ao escolher o roteiro, o ângulo da câmera, a composição da *mise en scene* e a montagem da sequência dos planos, cria estratégias para falar com o seu público (NICHOLS, 2016, p. 105). Em suma, tanto o historiador quanto o realizador de um filme tomam decisões que irão marcar suas obras; eles escolhem seus usos retóricos, suas formas

¹⁵ Concebida como uma operação racional – neutra e objetiva – de reconstrução factual e descrição contextualizada de eventos passados, a história, sobretudo durante o século XIX, implicava um distanciamento entre o historiador e o seu objeto, que apenas a narrativa impessoal poderia garantir (TRAVERSO, 2023, p. 12).

de argumentação e suas figuras de linguagem, e isso implica na produção do sentido que pretendem expressar e no público que pretendem atingir.

Assim, o historiador, bem como um cineasta, quando produzem, vão, paralelamente, tratar de suas escolhas temáticas, dos seus objetos, de maneira inconsciente ou, até mesmo, autoconsciente, deixando transparecer os seus desejos, sentimentos, afetos, emoções e paixões. “Quase sempre pesquisamos não apenas aquilo que nos interessa, mas aquilo que nos apaixona, que nos afeta, que nos move e nos comove, que mexe com as nossas ideias, mas também com nossos afetos, com nossas emoções” (ALBUQUERQUE JR., 2021, p. 17).

Ante isso, é possível escolher um objeto de pesquisa por sua beleza, pelo prazer estético que ele desperta, pelos afetos que ele provoca. Em outras palavras, podemos escolhê-lo por sua dimensão poética, pela emoção estética que provoca, pela alegria ou pela sensação de sublimidade que ele proporciona. Por outro lado, podemos escolher um objeto devido ao desagrado que ele nos causou, pelo desprezo ou rejeição que provocou, pela agressão aos nossos sentidos. Dessa forma, a escolha de um objeto historiográfico (ou cinematográfico) surge dos afetos do mundo, a partir de percepções, emoções e impulsos que ele desperta, da memória involuntária e impressão estética que proporciona, do trabalho da imaginação que ele motiva (ALBUQUERQUE JR., 2021, p. 18-19).

Assim, se o historiador reconhecer que suas escolhas estão carregadas de uma carga afetiva que o motiva, ele poderá torná-las explícitas e até mesmo confessar suas decisões, refletindo sobre elas, sobre si mesmo e sobre sua própria prática de pesquisa. Como qualquer escritor, o historiador pode ser visto como uma espécie de mago – mas um mago que revela os seus truques (JABLONKA, 2020, p. 386). E, ao fazer isso, ele assume um princípio de honestidade intelectual (TRAVERSO, 2023, p. 3), pois esclarece a posição de onde fala, as circunstâncias de sua investigação, além das próprias dúvidas e incertezas. “Humilde e lúcido, ele prefere a retidão à objetividade, a honestidade ao neutralismo, a intranquilidade à certeza, o cheio ao vazio, a explicitação à ciência infusa” (JABLONKA, 2020, p. 383-384).

Dessa forma, ao percorrer os aspectos mais instintivos e involuntários de sua subjetividade, o historiador seria capaz de trazer ao texto historiográfico o perfil de “um sujeito carregado de emoções, angústias, medos e expectativas”, que, ao expor o seu processo de pesquisa na busca de um passado sensível, como uma experiência complexa, vai “além da fria relação metodológica entre sujeito e objeto” (TURIN, 2019, p. 82-83). Afinal, o seu texto

historiográfico é sempre escrito no presente, constituindo o seu “pacto historiográfico”, mas, também, introduzindo o seu “pacto autobiográfico”, ao assumir a sua identidade como autor, narrador e protagonista (TRAVERSO, 2023, p. 83-84).

Não se trata mais de apenas reviver a história, mas de transmitir experiências de si mesmo, que, no presente, reconta a história (TRAVERSO, 2023, p. 134). Assim, é possível dizer que a prática historiográfica, mais do que uma operação metodológica, é uma tentativa de mover o passado para uma consciência viva no presente, à medida que os eventos são constituídos por um ato poético e linguístico no momento em que o historiador escreve o seu texto. Em contrapartida, também podemos pensar a partir do oposto, de que o passado, como aponta Eelco Runia, move o presente (RUNIA, 2014). Afinal, não há momentos em que o passado nos força a reescrever nossas próprias histórias? Não há momentos em que o passado pode ser concebido não como algo ausente e, portanto, passivo, mas como dotado de presença? Dessa forma, devido a nossas circunstâncias existenciais, não seríamos agentes no presente, movidos pelo passado, sensíveis às demandas que ambos, passado e presente, impõem sobre nós? (TELLES, 2019, p. 17)

Em outras palavras, nós, historiadores, ao estarmos em contato com pessoas, eventos e sentimentos do passado, acabamos por constituir aquilo que somos (RUNIA, 2006a, p. 5)? Ou melhor: o passado, ao flutuar pelo aqui e agora, não nos faz sentir, pensar e fazer coisas que estão em desacordo com aquilo que acreditamos ser, nos obrigando a reescrevermos a história sobre nós mesmos (RUNIA, 2006b, p. 316)?

Pensando nessas indagações, não seria equivocado pensar que nós, historiadores, poderíamos escrever sobre nós mesmos de maneira “mais ou menos livre, mais justa, mais original, mais reflexiva, não para abrandar a cientificidade da pesquisa, mas, pelo contrário, para reforçá-la” (JABLONKA, 2020, p. 22). Ou seja, em conformidade com Ankersmit, seria possível dizer que, enquanto historiadores, nós temos de fazer uso de toda a nossa subjetividade quando escrevemos história, sem permitir que qualquer parte dela seja sacrificada no altar de alguma ilusão científica (ANKERSMIT, 2010, p. 195).

Sendo assim, a subjetividade não seria um obstáculo para o conhecimento histórico, mas aquilo que possibilitaria o acesso a verdades decorrentes. Desse modo, prefiro considerar que subjetividade e objetividade, bem como estética e epistemologia, pensamento e experiência, real e ficcional, memória e esquecimento, frequentemente se interpenetram (ou estão à serviço de) e modificam-se uns aos outros, e que esse jogo de interpolações pode se apresentar em um texto de

pesquisa historiográfica à medida que articula emoções, pensamentos, intenções e argumentos com a criatividade narrativa.

Isso não significa um descompromisso com o ofício do historiador ou uma falta de sincronia com questões éticas relevantes para o século XXI – há, de certo modo, uma tendência, entre aqueles que adotam tal experimentalismo na produção historiográfica contemporânea, de levarem a cabo reflexões acerca de passados silenciados – ainda vivos na sociedade – e de minorias éticas, políticas e sociais. Assim, posso afirmar que não apenas os níveis supracitados se implicam, mas, também, a dimensão ética deve ser concebida como um *continuum* e não como mutuamente excludente do caráter estético-narrativo. Nesse sentido,

Não se deve hesitar em abraçar um tema que nos toca pessoalmente, empreender uma pesquisa motivada por um acontecimento pessoal, uma busca identitária; admiração, amor, desejo, lembrança de infância, sentimento de dívida, mas também abandono, suicídio, perda, exílio, ultraje ao racismo, ao antissemitismo, à misoginia, à homofobia, à dominação social. Pesquisador, não temas a tua ferida. Escreve o livro da tua vida, aquele que te ajudará a compreender quem és (JABLONKA, 2020, p. 358).

Por isso, é possível (e talvez necessário) que o historiador assuma o seu eu, o seu enraizamento espaçotemporal, a sua categoria social, os seus interesses, a sua filosofia e a sua posição no campo (JABLONKA, 2020, p. 363), procurando entrelaçar os aspectos estéticos, éticos e epistemológicos de sua pesquisa, vistos não como critérios transcendentais, mas, sim, adequados à realização de um juízo prático à situação atual da teoria da história e da historiografia contemporânea. Afinal, nenhum historiador pode escapar a sua própria subjetividade (JABLONKA, 2020, p. 364).

2º episódio – o filme-ensaio e as imagens de arquivo

Uma vez que o filme ensaio tende à digressão, à dispersão, à incerteza e à fragmentação (LÓPEZ, 2015, p. 79), apresentando-se como uma linha de linha de fuga, de caráter labiríntico, escorregadio e sinuoso (LÓPEZ, 2015), alheio à sistematização ou a um método construtivo que oriente ou implique a produção historiográfica (TEIXEIRA, 2022b, p. 11), ele se constitui por um ato em pensamento (DELEUZE, 2018b), uma forma que pensa (GODARD, 1989), mas que pensa diferentemente da *doxa*, do discurso acadêmico, mas, também, do senso comum e do consenso. Por isso, ele promove o dissenso e nos permite sair da zona de (des)conforto em

direção a desafios e riscos que o ato de buscar novas formas de escrita historiográfica implicam (TEIXEIRA, 2019, p. 28).

“Multiforme, polimorfo, polifônico e polissêmico”, o filme-ensaio remete, apropria-se, atravessa e estabelece passagens entre o documentário, a ficção e o experimental, sem, contudo, se confundir com nenhum deles. Por esse motivo, não se constitui como representação passado, mas como reflexão sobre ele (TEIXEIRA, 2015, p. 359-360). Dessa forma, ao problematizar a autenticidade da representação, o filme-ensaio não parte do pressuposto de que teria o poder ou a necessidade de ser fidedigno à realidade.

Ante isso, na contramão de alguns historiadores de arte que tendem a se debruçar sobre a contextualização ou sobre uma suposta propriedade da arte que consistiria na mera representação de um referente exterior, minha proposta será pensar o cinema como o próprio acontecimento, singular em sua materialidade sensível, e não como um enunciado de reconhecimento sobre algo que lhe antecede. Ou seja, o intuito aqui é compreender o filme-ensaio não como um reflexo ou espelho da realidade – não apenas como representação de um referente –, mas como matéria enunciável que constitui a sua própria realidade e que pode funcionar como um dispositivo provocador para se pensar algumas inquietações que incomodam o historiador na contemporaneidade.

Desse modo, é possível pensá-lo em sua tonalidade poética, em seu discurso subjetivo, que arrisca em suas reflexões e atua num campo de incertezas e hesitação. Entretanto, ao mesmo tempo em que não pretende ser um discurso fiel e objetivo em relação ao passado, contrariamente, o ensaio cinematográfico – “não nos remete a um centramento do eu, a um narcisismo do realizador, a um fechamento na esfera da vida privada, a uma autobiografia ou autorretrato enquanto enunciado e visibilidade de um si” (TEIXEIRA, 2022a, p. 103). Ele é, em suma, uma visão subjetiva e irreverente de autoreflexividade, mas também de reflexão (e não representação/ reflexo) sobre o mundo e a história.

Dessa forma, o caráter ensaístico traz para um outro patamar o ato de pensar que se torna o próprio filme, pois envolve diretamente o ensaísta, com a inscrição de sua subjetividade juntamente com os materiais de que se apropria e que ressignifica em novas combinatórias (TEIXEIRA, 2022b, p. 11-12). Fala-se sob determinado ponto de vista, a partir de demandas criativas, escolhas estético-formais e afinidades eletivas dos seus realizadores (TEIXEIRA, 2022b, p. 13), que não visam falar *de si*, mas, sim, a *a partir de si*, ou consigo mesmo (LÓPEZ, 2015, p. 87).

Tratam-se de modos de subjetivação em que o ensaísta parte de si, compõe-se a partir de seu entorno, inscreve-se na cena, mas não para permanecer aí fechado, enclausurado, mas para sair fora de si, ir além de si, abrir-se ao mundo e ao devir de suas forças, potencializar suas resistências (TEIXEIRA, 2019, p. 28).

Por isso, a apropriação de materiais, a técnica do *found footage* – a retomada de imagens já existentes, tanto do próprio arquivo quanto do arquivo de *outrem*, sua transformação e reposição num novo ciclo criativo – é uma prática intensa na realização do filme-ensaio, à medida que está fortemente implicada no ato de pensar diferentemente do que se pensava antes, num reforço de inscrição da subjetividade móvel, plástica, instável e incerta (FOUCAULT, 1984) – do realizador/ensaísta (TEIXEIRA, 2019, p. 31-32). Nesse sentido, “ressignificar o material apropriado torna-se, portanto, a maneira privilegiada do realizador inscrever, desdobrar, expandir seu pensamento por sobre as significações dominantes, gerando novos sentidos sobre o material apropriado” (TEIXEIRA, 2022a, p. 242). Assim,

[...] o ensaísta constrói um circuito de trocas, de intercâmbios, de passagens de sensações e pensamentos entre ele e figuras estéticas, cujo propósito é promover uma conexão entre o eu e o mundo, tão crucial ao empreendimento ensaístico. São esses modos de construção e inscrição de uma subjetividade pensante, de maneira direta (corpo e/ou voz) e indireta (intercessores) que vem singularizar o filme-ensaio em relação aos outros domínios audiovisuais (o ficcional, o documentário e o experimental). Daí se poder nomeá-lo como um quarto domínio, um exercício de grande teor experimental das imagens audiovisuais na contemporaneidade (TEIXEIRA, 2019, p. 35).

Em uma parcela significativa dos casos, esse quarto domínio da produção audiovisual recorre a arquivos pessoais e públicos a fim de construir atos performativos, poéticos e sensoriais, para lidar com uma ausência. Situações, afetos, intensidades, marcas e traumas do passado são teatralizados de modo a permitir que as imagens sejam experimentadas não de um modo único, como revelação de uma verdade histórica, mas como um processo lacunar que procura mostrar uma experiência particular (MARTINS; MACHADO, 2014a, p. 137) – capaz de lançar o espectador dentro de um universo familiar e íntimo, estranhamente opaco (MARTINS; MACHADO, 2014b, p. 72).

O arquivo seria, portanto, o espaço e o momento da operação de montagem fílmica, caracterizado pela incerteza, pela descontinuidade e pela fragmentação. Por isso, as imagens de arquivo não podem contribuir para saber a totalidade da história, entretanto, elas ainda podem oferecer algum tipo de amparo. Trata-se de um saber limitado: uma aproximação infinita de

fragmentos do passado, mas não sua compreensão em uma certeza revelada (DIDI-HUBERMAN, s.d.).

Esse conceito ampliado de arquivo abre possibilidades para problematizar a relação entre as imagens e o passado (TACCETTA, 2023, p. 27-28). Em suas fissuras e formas variáveis, as imagens de arquivo permitem um acesso ao passado que transforma a história cronológica em uma sensação não linear de *becceidade* (WORTEL, 2019, p. 181), conceito definido por Gilles Deleuze e Félix Guattari como um acontecimento puro, uma atmosfera, uma presença imediata, sentida de forma intensa num instante único e singular (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 49).

Em outras palavras, as imagens de arquivo oferecem uma espécie de experiência do passado que pode nos envolver de forma direta, envolver nossos corpos enquanto realidade física. Essa experiência direta do passado é definida por Hans Ulrich Gumbrecht como um *Stimmung* capaz de catalisar sensações, apreços, afeições e desejos interiores (GUMBRECHT, 2014, p. 14). Trata-se, para Frank Ankersmit, de um tipo de experiência histórica *sublime*, como um *Rausch* [estado de êxtases] nietzscheano, em que todas as delimitações espaciais e temporais são suspensas, criando uma trama temporal entre passado e presente, que, em vez de se separar, convertem-se em um espaço de encontro (ANKERSMIT, 2010, p. 118). É esse tipo de acesso e contato com o passado que as imagens possibilitam ao produzir, segundo Deleuze e Guattari, “*um bloco de sensações, composto de perceptos e afectos*” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 193, grifos do autor).

Dessa forma, o cinema ensaístico de arquivo, mais do que uma mera descrição de um fato ocorrido, pode se apresentar como a inspiração que ancora a sensibilidade, a emoção e a intuição do espectador, produzindo um corpo transtornado em que emoções distintas se entrelaçam: o arrepio, a fascinação, o medo, a dor, a volúpia. Essas afecções dos sentidos humanos – interpelações que nosso corpo recebe dos signos do mundo por meio dos cinco sentidos – podem funcionar como ponto de partida para se pensar a história (ALBUQUERQUE JR., 2021, p. 27). É por isso que o filme-ensaio pode nos auxiliar em nossa operação historiográfica, pois, por meio dele, os acontecimentos não chegam racionalizados, eles se manifestam como impressões e digressões, como expressão de sentimentos e sensações.

Trata-se, portanto, de um cinema no qual os realizadores transformam uma experiência subjetiva em imagens destinadas ao espectador. Este, por sua vez, também é atravessado pela dor evocada, ainda que distinta daquela experimentada e expressa pelo cineasta. Essa dor resulta da

transposição do que é visto na tela para a própria experiência pessoal do espectador, completando assim um ciclo: do vivido para o representado, e do representado para o vivido, embora experimentado por outra pessoa, em outro tempo e em outro lugar.

Assim, os elementos de arquivo, interpolados pela subjetividade do realizador e pela relação que a imagem estabelece com o espectador, podem ser interpretados como um modo alternativo de se referir ao passado – não mais pela lógica crono-normativa do historicismo nem pela linearidade da historiografia profissional, mas, sim, por meio de uma “temporalidade estilizada”. É essa imagem de estilhaços que nos permite, como historiadores, refletir sobre uma história que não é apenas lacunar e descontínua – porque lhe faltam peças –, mas também complexa, já que os fragmentos do passado de um arquivo entram em ressonância com os modos de sentir no presente (TACCETTA, 2018, p. 55).

Nessa perspectiva, as imagens de arquivo promovem uma suspensão da cronologia que dá lugar a compulsões de novas temporalidades, nem lineares nem normativas, mas arquivísticas (TACCETTA, 2023, p. 37). É nessa temporalidade arquivística que o filme-ensaio funde experiências familiares em uma memória compartilhada (TACCETTA, 2018, p. 61). Afinal, ele partilha um sistema de evidências sensíveis que revelam, simultaneamente, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Trata-se, segundo Jacques Rancière, de uma partilha do sensível que, ao mesmo tempo em que molda um *comum*, o decompõe em partes exclusivas (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

Desse modo, ao estabelecer conexões entre arquivos íntimos e públicos, entre silêncios individuais e coletivos, entre histórias privadas e a história do mundo (MARTINS; CUNEGUNDES; MACHADO, 2022, p. 185), esse tipo de “narrativa plástica”, embora relate histórias pessoais por meio de fragmentos de intimidade (TACCETTA, 2015, p. 89), funciona como exercícios de fecundação que dão forma à memória coletiva. Assim, “as fronteiras entre público e privado, história e memória, individual e coletivo se diluem e a dimensão subjetiva revela-se a partir da aproximação afetiva do realizador” (MARTINS; SICILIANO; MACHADO, 2018, p. 82).

Um exemplo desse tipo de filme é *História e Memória* (1991), da diretora Rea Tajiri, que investiga a experiência de sua família durante o encarceramento forçado de cerca de 120 mil japoneses e nipo-americanos nos Estados Unidos após o ataque de Pearl Harbor, durante a Segunda Guerra Mundial. A diretora combina imagens de arquivo público e privado –

cinējornais, propagandas governamentais, fotografias, lembranças familiares – e narração autobiográfica para refletir sobre a dificuldade de acessar um passado marcado por fantasmas, silêncio e esquecimento. O filme evidencia a distância entre a história oficial e a memória vivida, propondo uma reconstrução subjetiva do passado a partir dos vestígios deixados pela experiência traumática.

De modo semelhante, *Coelho na Lua* – cujo título remete a uma antiga lenda japonesa que simboliza a persistência da memória cultural mesmo diante da violência do deslocamento, da exclusão social e da repressão à cultura japonesa nos Estados Unidos – também aborda a memória do encarceramento de japoneses-americanos durante a guerra, enfatizando os testemunhos de sobreviventes e o impacto intergeracional desse evento. O filme-ensaio articula entrevistas, materiais de arquivo e memórias familiares para discutir como o trauma continua presente nas gerações posteriores. “A família Omori passou três anos e meio no campo de Poston, no Arizona. A mãe morreu logo após ser liberada, e o pai retomou a vida como agricultor de morangos. Nunca falaram sobre o assunto e aceitaram o pedido de desculpas e os US\$ 20 mil do governo americano” (GRAU, 1999). Isso afetou diretamente a vida da diretora.

Para não ficarmos apenas no exemplo do caso nipo-americano, *Diário inconcluso* (1983), de Marilu Mallet, insere-se no cenário dos exílios latino-americanos produzidos pelas ditaduras militares apoiadas pelos Estados Unidos durante a Operação Condor nas décadas de 1970 e 1980. O ensaio cinematográfico conta a história da própria diretora enquanto exilada política após o golpe de Estado no Chile em 11 de setembro de 1973, derrubando o governo democrático constitucional de Salvador Allende. Marilu Mallet transforma sua câmera em instrumento de autorreflexão, registrando as tensões entre a vida pessoal, a maternidade, a identidade cultural e a experiência do exílio. O filme assume a forma de um diário fragmentário, no qual passado e presente se entrelaçam, marcada pela memória afetiva e pela subjetividade da realizadora.

Em *Homenagem a Bontoc*, Marlon Fuentes revisita a participação de filipinos na Feira Mundial de Saint Louis, em 1904, quando cerca de mil nativos da região de Bontoc foram exibidos como objetos etnográficos pelo império norte-americano. Na tentativa de compreender a sua herança filipina, o cineasta constrói uma narrativa híbrida entre documentário, ficção e autobiografia, apresentando a busca imaginária por um suposto avô desaparecido durante a exposição. Ao problematizar arquivos e representações racistas, o filme denuncia os mecanismos de apagamento da história colonial e questiona a própria autoridade dos documentos históricos.

A obra é frequentemente reconhecida como pioneira na utilização de estratégias autoetnográficas para reinterpretar a experiência colonial. Embora tenha alcançado um público relativamente restrito, a obra tornou-se referência nos estudos sobre documentário experimental, memória e pós-colonialismo. Sua importância reside tanto na recuperação de episódios pouco conhecidos da história filipina quanto na problematização das formas pelas quais o passado é narrado, documentado e imaginado.

Valsa com Bashir, por sua vez, aborda a memória traumática da Guerra do Líbano de 1982 por meio de uma inovadora combinação de documentário e animação. Ari Folman, um veterano da guerra, procura recuperar suas lembranças reprimidas sobre o conflito e sobre o massacre de Sabra e Chatila, entrevistando antigos companheiros de guerra para reconstruir acontecimentos esquecidos. O recurso da animação permite representar as dimensões psicológicas – sonhos, alucinações e imagens mentais – que envolvem as poucas recordações do evento, sugerindo que a memória não seria algo estável, mas fragmentária, sujeita a lacunas, distorções e esquecimentos, devidamente justificadas pelo trauma. Nos minutos finais, ocorre uma ruptura radical, a animação desaparece e é substituída por imagens de arquivo das vítimas e dos sobreviventes. O espectador é retirado do espaço subjetivo das memórias de Folman e confrontado com a materialidade da violência.

No Brasil, especificamente, a produção de filmes-ensaio e imagens arquivos pessoais e públicos, memória íntima e coletiva, está estritamente relacionada à ditadura militar. Nessa linha, destaco o trabalho da cineasta Flávia Castro, cujo pai, o jornalista e militante político de esquerda Celso Afonso Gay de Castro, viveu uma trajetória marcada pela luta armada e exílio político. Durante a ditadura militar, foi obrigado a deixar o país e passou por Argentina, Venezuela, Chile e França, de onde enviava cartas aos seus familiares. Em 1984, foi encontrado morto em Porto Alegre, no apartamento de um ex oficial nazista, aos 41 anos, sob circunstâncias registradas como suicídio, mas que permaneceram cercadas de suspeita. A ausência de respostas e o mistério em torno da morte de Celso de Castro levaram sua filha a buscar explicações. Esse movimento resultou no filme *Diário de uma busca* (2011), dirigido pela própria cineasta, no qual ela retoma as cartas enviadas pelo pai e percorre cidades como Porto Alegre, Santiago, Buenos Aires, Caracas e Paris – cenários do exílio familiar – para coletar depoimentos sobre a vida e a morte de seu pai.

O suposto e questionável suicídio também serve de mote para o documentário *Em busca de Iara* (2013), que reconstrói a trajetória política de Iara Iavelberg, militante dos grupos de luta

armada VPR e MR-8 e companheira de Carlos Lamarca. Morta em 1971, aos 27 anos, na cidade de Salvador, Iara tem sua história revisitada pela sobrinha, Mariana Pamplona, responsável pelo roteiro e narração do filme. A partir de documentos, entrevistas, depoimentos e imagens de arquivo (fotos e filmes), a produção busca reconstituir os passos de Iara, na tentativa de entender suas escolhas, seu papel na luta armada e, sobretudo, as circunstâncias de sua morte – que, até 2003, era oficialmente registrada como suicídio, o que foi contestado desde que as forças da repressão entregaram seu corpo à família.

O horror da ditadura também age e reverbera na vida da cineasta Petra Costa. No ensaio cinematográfico *Elena* (2012), a voz *over* da própria diretora parece escavar a presença-ausência de sua irmã mais velha, Elena, a partir de imagens de vídeo, fotografias e cartas, interpoladas por entrevistas e depoimentos daqueles que conviveram com a família durante a década de 1980. O filme é uma jornada interior e exterior de Petra em busca da irmã. Fruto da ditadura militar, Elena vivenciou a infância na clandestinidade, enquanto seus pais fugiam do regime. Posteriormente, foi para Nova Iorque para realizar o sonho de ser atriz, onde pôs fim a própria vida em dezembro de 1990, quando a diretora tinha apenas sete anos de idade.

Fico te devendo uma carta sobre o Brasil (2020), dirigido e narrado por Carol Benjamin, por sua vez, apresenta três gerações de uma família atingida pela ditadura militar brasileira. Em busca de seu pai, preso político do regime aos 17 anos, que se recusa a falar sobre o passado, a cineasta desvenda um dossiê de cartas pessoais e arquivos de imagens públicas que pertenciam a sua avó, Iramaya Benjamin, sobre a prisão dos filhos: César Benjamin, pai de Carol, e Cid Benjamin, seu tio. Ao mergulhar nesse arquivo pessoal, a diretora entrelaça a sua história e de sua família com a história do país, enfatizando a persistência do passado no presente do cenário político brasileiro contemporâneo – um presente marcado pela eleição de um presidente que, publicamente, elogiou um torturador da ditadura militar.

Epílogo (breve e inconclusivo)

Apesar de suas diferenças temáticas e estéticas, os filmes-ensaios supracitados compartilham algumas preocupações: a valorização da memória subjetiva e a exploração do arquivo – público e privado – como espaço de disputa política. Neles, a memória não surge como simples recuperação do passado, mas como processo de construção narrativa marcado por ausências, silêncios e fragmentos. Dessa forma, essas obras demonstram como o cinema

contemporâneo pode funcionar simultaneamente na elaboração de um trauma – íntimo e coletivo – e na intervenção e reflexão teórica-historiográfica a partir de uma perspectiva irreverente e subjetiva.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor. **Notas de literatura**. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A fabricação dos tempos: a materialidade da narrativa histórica. In: SANTOS, Wagner Geminiano dos (Org.). **Durval Muniz de Albuquerque Jr: a arte de inventar-se historiador nas tessituras da escrita da história**. Vitória: Editora Milfontes, 2021. *E-book*.

ANKERSMIT, Frank. **Historical representaton**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

ANKERSMIT, Frank. **La experiencia historica sublime**. Traduccion: Nathalie Schwan. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2010.

BENSE, Max. Sobre el ensayo y su prosa. In: BENSE, Max. **Cuadernos de los seminaries permanents**. Ensayos selectos. México: UNAMM, 2004.

COSTA LIMA, Luiz. **A aguarrás do tempo**: estudos sobre a narrativa. Rio de janeiro: Rocco, 1989.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da; BRITO, Thiago Vieira de. Alun Munslow, pós-modernismo e desconstrutivismo na História. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). **O futuro da história**: da crise à reconstrução de teorias e abordagens. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Cinema 2**: a imagem-tempo. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora 34, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. El archivo arde. Trad. Juan Antonio Ennis. s.d. Disponível em: <https://filologiaunlp.files.wordpress.com/2012/05/el-archivo-arde1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-261, jul-dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GODARD, Jean-Luc. **Introdução a uma verdadeira história do cinema**. Trad. Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GRAU, Adriane. Coelho na Lua: o horror japonês nos EUA. **Folha de S. Paulo**. Ilustrada. São Paulo, sexta feira, 09 de abril de 1999. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq09049929.htm>. Acesso em: 03 jun. 2026.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiência, Stimmung**: sobre um potencial oculto da literatura. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: manifesto pelas ciências sociais. Trad. Verónica Galíndez. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

JENKINS, Keith. **A história refigurada**: novas reflexões sobre uma antiga disciplina. Tradução: Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014.

LÓPEZ, Antônio Weinrichter. Um conceito fugidio: notas sobre o filme ensaio. TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (Org.). **O ensaio no cinema**: formação de um quarto domínio das imagens na cultura audiovisual contemporânea. São Paulo: Hucitec, 2015.

MACHADO, Arlindo. O filme-ensaio. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003.

MARTINS, Andrea França; CUNEGUNDES, Patrícia; MACHADO, Patrícia. Te devo uma carta sobre o Brasil e este sonho: conversa com Carol Benjamin. **Revista Imagofagia**, v. 25, p. 185-203, 2022.

MARTINS, Andrea França; MACHADO, Patrícia. A imagem-excesso, a imagem-fóssil, a imagem-dissenso: três propostas cinematográficas para a experiência da ditadura no Brasil. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, v. 12, n. 1, p. 135-156, jun. 2014a.

MARTINS, Andrea França; MACHADO, Patrícia. Imagem-performada e imagem-atestação: o documentário brasileiro e a reemergência dos espectros da ditadura. **Galaxia** (São Paulo, *Online*), n. 28, p. 70-82, dez. 2014b.

MARTINS, Andréa França; SICILIANO, Tatiana. Quando o cosmos é carne: a montagem por correspondências de Gúzman. In: MARTINS, Andréa França; SICILIANO, Tatiana; MACHADO, Patrícia (Orgs.). **Imagens em disputa**: cinema, vídeo, fotografia e monumento em tempo de ditaduras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

MUNSLOW, Alun. **The future of history**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

NICHOLS, Bill. Documentary Reenactment and the Fantasmatic Subject. **Critical Inquiry**, n. 1, v. 35, p. 72-89, 2008.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas: Papirus, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental.org: Ed. 34, 2005.

RUNIA, Eelco. **Moved by the Past**: Discontinuity and Historical Mutation. New York: Columbia University Press, 2014.

RUNIA, Eelco. Presence. **History and Theory**, Middletown, v. 45, n. 3, p. 1-29, February 2006a.

RUNIA, Eelco. Spots of time. **History and Theory**, Middletown, v. 45, n. 3, p. 305-316, Oct. 2006b.

TACCETTA, Natalia. Disappearance and archive fevers in film: the rewriting of history and practical uses of the past, **Rethinking History**, 27:1, p. 26-50, 2023.

TACCETTA, Natalia. Memórias de infância en dictadura: de la potencia del documento al afecto de archivo, **452ºF: Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada**. n. 18, p. 53-73, 2018.

TACCETTA, Natalia. Narrativas plásticas de la memoria en el espacio-tiempo posdictadura. **FHUMyAR – Materia Artística. Revista de la Escuela de Bellas Artes**, n. 1, p. 86-106, 2015.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. **Arqueologia do ensaio no cinema audiovisual brasileiro**: formações e transformações. São Paulo: Hucitec, 2022a.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. Do experimental ao filme-ensaio: passagens. **Significação**, São Paulo, v. 49, n. 58, p. 1-17, 2022b.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. Filme-ensaio e formas de inscrição da subjetividade. **Doc On-line**, n. 26, p. 25-35, nov. 2019.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. Incidências e avatares de um cine-ensaio no Brasil. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (Org.). **O ensaio no cinema**: formação de um quarto domínio das imagens na cultura audiovisual contemporânea. São Paulo: Hucitec, 2015.

TELLES, Marcus Vinicius de Moura. **A relação entre representação e experiência**: um estudo crítico da “filosofia existencialista da história”. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

TRAVERSO, Enzo. **Singular Pasts**: The “I” in Historiography. Translated: Adam Schoene. New York: Columbia University Press, 2023.

TURIN, Rodrigo. Ivan Jablonka: subjetividade, ficção e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). **O futuro da história**: da crise à reconstrução de teorias e abordagens. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

WORTEL, Elise. De la historia a la haecceidad: reformulaciones especiales del pasado en el cine post-patrimonial. In: CHAUVIN, Irene Depetris; TACCETTA, Natalia (Orgs.). **Afectos, historia y cultura visual**: una aproximación indisciplinada. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2019.

A Recepção do “Breviário da história romana” em *Gradus secundus*, de Paulo Rónai

Mateus Batista Resende

Bolsista de iniciação científica PIBIC-CNPq. e PRPq. (UFMG)

Graduando em

Letras

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

mateus.batista.054@gmail.com

Matheus Treviza

m

Doutor em

Linguística

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

mattrevi2017@gmail.com

m

Resumo: Esta contribuição discute o trabalho pedagógico de Paulo Rónai (1907-1992), intelectual húngaro-brasileiro de grande relevo no cenário cultural do país, tendo atuado como professor, tradutor, crítico literário e escritor. O foco recai sobre sua atuação no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde reger as cadeiras de latim e francês, experiência que culminou na criação e difusão da série didática *Gradus* (do *primus* ao *quartus*), publicada e republicada por sucessivas editoras brasileiras desde a década de 1940. Embora tenha sido originalmente concebida para o ensino de língua latina a jovens do antigo curso ginasial, a coleção *Gradus* consolidou-se, ao longo das décadas, como um instrumento fundamental de acesso ao idioma clássico também para adultos em diversos cursos de Letras pelo Brasil. A metodologia proposta por Rónai em cada volume estrutura-se a partir da apresentação de um texto que encabeça as lições, seguido de uma exposição gramatical sucinta e exercícios de fixação, contando ainda com complementos pedagógicos como ilustrações temáticas, jogos e glossários. Observa-se que cada volume da série concentra temas específicos em seus textos: *Gradus primus* prioriza a educação na Roma Antiga e narrativas míticas greco-latinas; *Gradus secundus* centra-se na história romana por meio de adaptações do “Breviário da história romana”, de Eutrópio (século IV d.C.); *Gradus tertius* utiliza o fabulário de Fedro (século I d.C.); e *Gradus quartus* foca em passagens historiográficas de Júlio César (século I a.C.). No caso específico do *Gradus secundus*, Rónai (2007, p. 5) explicita que, por considerar o texto original de Eutrópio demasiadamente árido e pouco atraente para o público jovem, optou por recontextualizar os trechos do compilador latino dentro de uma moldura narrativa ficcional, simulando o cotidiano de um mestre-escola e seus alunos no século de Augusto. Tal gesto de Recepção e reescrita didática revela uma estratégia de humanização do conteúdo histórico, a fim de conferir maior interesse ao estudo da língua (e cultura). Assim, a análise aqui proposta sugere que não apenas a inserção dos textos em uma narrativa escolar fictícia, mas também a seleção criteriosa dos episódios recontados e o modo de apresentação das histórias em *Gradus secundus*, são elementos determinantes no processo de transposição didática e

Recepção da obra de Eutrópio na modernidade brasileira, evidenciando o caráter inovador e adaptativo da pedagogia de Paulo Rónai no ensino das línguas clássicas.

Palavras-chave: *Gradus secundus*; Eutrópio; Recepção clássica.

Apresentação de Paulo Rónai

Falar em Paulo Rónai significa evocar um poliglota, crítico literário, tradutor e mestre de grande importância para a difusão e ensino de várias línguas e literaturas no Brasil. Importa primeiramente lembrar a origem estrangeira de Rónai, na verdade nascido com o nome de Rónai Pál em Budapeste, na Hungria (13 de abril de 1907), embora posteriormente naturalizado brasileiro e falecido em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro (1 de dezembro de 1992).

Em sua terra natal, Rónai, filho de família modesta (o pai era proprietário judeu de uma livraria em Budapeste), teve a oportunidade de desenvolver seu pendor para o contato com as línguas e literaturas de outros povos. Como lembra ele próprio, um idioma como o latim desfrutou de grande prestígio na cultura húngara dos séculos XVIII-XIX – quando a língua clássica era muitas vezes citada em trechos de romances, servia de veículo para discursos no parlamento magiar e inspirou modelos poéticos, na escola literária dita “latina” (RÓNAI, 2012, p. 191).

Esse tipo de presença da cultura clássica na Hungria fez com que o latim se tornasse um dos pilares da educação dos jovens, sendo que, como assevera Rónai: “no curso secundário do meu tempo ainda se aprendia latim em seis aulas semanais durante oito anos” (RÓNAI, 2012, p. 191). Também conhecedor de outros idiomas, por formação escolar ou interesse próprio,¹⁶ o intelectual húngaro acabou direcionando a própria formação profissional para especializar-se em alguns deles:

Doutor em Filologia Latina e Neolatina, Rónai estudou na Sorbonne e na Alliance Française de Paris, e na Università per Stranieri di Perugia, na Itália. Em Budapeste, lecionou latim, francês e italiano entre 1934 e 1940, e foi professor da *Società Dante Alighieri*, de 1933 a 1938. Foi tradutor e redator da *Nouvelle Revue de Hongrie*, além de colaborar em diversos jornais e revistas húngaros e franceses.¹⁷

Sua relação com a língua portuguesa e a cultura brasileira, particularmente, foi auspiciosa: como esclarece o *Dicionário de tradutores literários do Brasil*, Rónai aprendeu português sozinho

¹⁶ Como poliglota, Paulo Rónai conhecia nove idiomas: húngaro, latim, grego, português, espanhol, francês, italiano, alemão e hebraico.

¹⁷ Verbete PAULO RÓNAI. In: **Dicionário de tradutores literários do Brasil**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/PauloRonai.htm>. Acesso em: 01/06/2026.

enquanto morava na Hungria.¹⁸ Em 1939, ao publicar uma antologia de poesia brasileira moderna, ele se aproximou do diplomata Ribeiro Couto. Esse contato foi crucial: mais tarde, Ribeiro Couto intercedeu junto ao Itamaraty para trazê-lo ao Brasil, salvando-o do Holocausto. Ele se estabeleceu no país em 1941 e naturalizou-se brasileiro em 1945.

Já aclimatado em terras brasileiras, depois de um percurso que incluiu passagem por Portugal, Rónai lecionou latim e francês em várias escolas, tendo sempre vivido no Rio de Janeiro. Entre essas instituições, contam-se o Colégio Metropolitano (1941-1943), o Liceu Francês (1941-1949) e o prestigiado Colégio Pedro II (a partir de 1958 e depois de disputado concurso, como esclarecem Portinho e Dutra – 1994, p. 22). Ainda merece destaque, na trajetória docente desse mestre, que, entre 1974 e 1977, lecionou literatura francesa na Faculdade de Humanidades de Pedro II.¹⁹

Além do aspecto pedagógico, vale a pena mencionar outras brilhantes facetas de Paulo Rónai: como crítico literário, por exemplo, ele foi analista atento – além de amigo e editor póstumo – de João Guimarães Rosa,²⁰ cujo livro de contos *Sagarana* (1946) confessa que o encantou.²¹ No âmbito da tradução, sua iniciativa mais notável foi coordenar o esforço tradutório da *Comédia Humana* de Honoré de Balzac, num processo de trabalho iniciado em 1945 e apenas finalizado em 1955:

O empreendimento da tradução de *A Comédia Humana* para a língua portuguesa não foi somente um dos trabalhos mais ambiciosos de Paulo Rónai, com a coordenação da edição nacional, seleção de tradutores, cotejo das traduções com seus originais, redação da biografia de Honoré de Balzac, padronização dos textos, seleção dos ensaios representativos sobre Balzac para introduzirem

¹⁸ Em entrevista à **Folha de São Paulo**, publicada em 27 de abril de 1991 com o título PAULO RÓNAI: faz 50 anos que o tradutor e ensaísta chegou ao Brasil (disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/mais/historia/270491b.htm>. Acesso em: 01/06/2026), o intelectual esclarece: “Um dia, numa das minhas aulas de italiano no colégio israelita, vi que um dos meus alunos não prestava atenção. Ele estava lendo um livro. Perguntei que livro era. Era uma gramática portuguesa. Perguntei a ele por que estava lendo esta gramática nas aulas de italiano. Ele respondeu: ‘Porque vamos imigrar para o Brasil’. Eu pedi a ele a gramática, publicada por uma livraria húngara de São Paulo e anotei o endereço. Escrevi a essa livraria, que era muito pequena, pedindo que me mandassem uma antologia da poesia brasileira e eu mandaria livros húngaros em troca”. A livraria mandou uma “antologia da poesia paulista” e Rónai, com um dicionário português-alemão, começou a traduzir de nosso idioma.

¹⁹ Veja-se, adicionalmente, no verbete PAULO RÓNAI do **Dicionário de tradutores literários do Brasil**, disponível em: <https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/PauloRonai.htm>. Acesso em: 01/06/2026: “Foi fundador e o primeiro presidente da Associação dos Professores de Francês do Rio de Janeiro, fundador e o primeiro secretário-geral da Associação Brasileira de Tradutores e professor visitante na Universidade da Flórida, em 1967. Ministrou cursos e conferências sobre literatura brasileira em Paris, Toulouse, Rennes, Neuchâtel, Budapeste e Tóquio, e colaborou em diversas revistas estrangeiras”.

²⁰ A obra **Rosa & Rónai: o universo de Guimarães Rosa por Paulo Rónai, seu maior decifrador**, organizada por Ana Cecília Impellizzeri Martins e Zsuzsanna Spiry (Editora Bazar do Tempo, 2020), reúne ensaios do intelectual húngaro sobre a obra rosiana, produzidos ao longo de três décadas.

²¹ Veja-se entrevista mencionada na nota de número 3.

cada um dos 17 volumes da obra, mas também um trabalho que envolveu a redação de notas dele próprio, que longe de serem simples subsídios informativos aos leitores, direcionam e caracterizam a tradução dos textos de Balzac. (ESQUEDA, 2004, p. 84)

Outra realização de Rónai que se deve referir, antes de dar prosseguimento à exposição aqui em pauta, diz respeito à organização, com o filólogo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, de *Mar de histórias*, famosa antologia do conto mundial dividida em dez volumes. Reúne mais de duzentos contos clássicos de autores de dezenas de nacionalidades, organizados cronologicamente, desde as origens até a literatura contemporânea do pós-guerra. A elaboração durou mais de quarenta anos (de 1945 até a década de 1980),²² com os organizadores selecionando narrativas de diversas tradições, sendo cada conto precedido por uma introdução crítica e notas explicativas.

Apresentação do método *Gradus*, para ensino do latim

Na série de livros *Gradus (primus a quartus)*, de Paulo Rónai, encontramos um dos mais utilizados recursos didáticos para ensino do latim a crianças e adultos em nosso país. Originalmente publicados em volumes separados até aquele de número quatro (este último, de difícil acesso hodiernamente),²³ tais livros de Rónai surgiram a partir da década de 1940. Desde então, passaram por sucessivas mudanças de editor (F. Briguiet & Cia. à editora Cultrix, vinculada à Universidade de São Paulo, e mais recentemente – 2024 –, para o volume três,²⁴ à editora “Cântico” de Cascavel, Paraná), mas continuaram a ser republicados com sucesso junto ao público interessado.

Esse público, importa esclarecer, correspondeu ao infanto-juvenil na época de surgimento da série, dado que até a década de 1960 do século XX, quando o ensino da língua latina foi suprimido do *curriculum* obrigatório dos alunos nas escolas públicas e particulares do Brasil,²⁵ semelhante disciplina perpassava sua formação, por vezes, desde o curso ginásial. Uma vez limitado o alcance a este tipo introdutório de formação clássica para os jovens alunos brasileiros, o latim e sua cultura continuaram a ser estudados por um público mais restrito e maduro, sobretudo nas Faculdades de Letras do país, em que o contato com os autores

²² VILELLA, 2012, p. 75 ss.

²³ RÓNAI, Paulo. *Gradus quartus*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1955.

²⁴ RÓNAI, Paulo. *Gradus tertius*. Cascavel: Cântico, 2024.

²⁵ SOBRINHO, 2013, p. 22: “A década de 50 representará, pois, um momento de transição, de novos, mas velhos, discursos sobre a utilidade e a importância do latim, de se questionar sobre a necessidade da disciplina, o que culminará com a LDB de 1961 e seus atos adicionais, que, ao desobrigarem a necessidade de oferta, contribuirão para a retirada do latim dos currículos”.

greco-romanos (ou outros), bem como com as bases da Filologia, pressupõe o mínimo domínio dos rudimentos do velho idioma do Lácio.

Dessa maneira, *Gradus primus* (ou os volumes seguintes da série) tem continuado em uso até nossos dias, por autodidatas adultos ou alunos de nível universitário de disciplinas afins em cursos de Letras, sobretudo. Alguns fatores de peso para o sucesso desta empreitada didática e editorial, que já ultrapassa a sétima década de existência, dizem respeito à progressão gradual dos tópicos de gramática latina; à atenção dada ao ensino do vocabulário do idioma; à leveza e clareza das exposições de conteúdo linguístico; à tentativa de introduzir no método, junto com a língua de Roma, sua literatura e cultura.

De modo mais preciso, podemos dizer que o método conta, a cada lição, com uma estrutura de ensino baseada em pequenos textos motivadores (em latim) e exercícios para aprendizagem e fixação dos conteúdos ensinados. Como complemento pedagógico a esses elementos, há sempre o título do texto, uma ilustração em sintonia com o assunto da lição, o glossário de termos latinos e as regras gramaticais. Anedotas, provérbios e partes lúdicas (como palavras cruzadas) complementam o aspecto de palatabilidade de *Gradus secundus* e/ou de outros volumes do método.

Sobre o tópico da cultura, desde o volume inicial, correspondente a *Gradus primus*, pontuam as lições da série personagens – a do mestre Orbílio Pupilo,²⁶ a da matrona Cláudia,²⁷ a de reis como Rômulo e Anco Márcio, a do herói Múcio Cévola²⁸ etc. –, reminiscências literárias

²⁶ Nascido em Benevento, Lúcio Orbílio Pupilo (c. 114 a.C. – 14 a.C.) foi um educador e gramático latino. Famoso pela severidade, ele é lembrado historicamente devido à aplicação impiedosa de castigos corporais, sendo imortalizado por seu aluno, o poeta Horácio (65 a.C. – 8 a.C.). Este testemunho aparece nas **Epístolas** (livro II, Epístola 1, verso 70), em que o antigo aluno resgata memórias de sua infância, apresentando o professor com o termo latino *plagosus* (“o açoitador”). O poeta utiliza esse adjetivo para recordar como sofria punições físicas do mestre, enquanto era obrigado a memorizar as lições.

²⁷ O famoso epitáfio de Cláudia, datado do século II a.C., eterniza o ideal da matrona romana. Escrito sob ponto de vista “masculino”, o texto presta homenagem a uma mulher cuja identidade exata hoje é ignorada, servindo como um monumento atemporal que celebra a perfeita devoção ao lar, a modéstia e a virtude feminina. A inscrição foi catalogada como CIL I 1211. E 133 (*Corpus Inscriptionum Latinarum*). Veja-se Palmer (1988, p. 350).

²⁸ Caio Múcio Cévola é uma figura lendária de Roma que, em 508 a.C., tentou matar o rei etrusco Lars Porsena. Ao ser capturado, queimou a própria mão direita para demonstrar sua bravura. Esse feito lhe rendeu o apelido de *Scaenola* (que significa “canhoto”), ato registrado na obra *Ab Urbe condita* II, 9-14 por Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.).

de autores (de Ovídio Nasão²⁹ e Horácio³⁰ aos historiadores clássicos,³¹ do fabulista Fedro³² a Caio Júlio César³³ etc.) e referências a práticas sociais antigas (os jogos gladiatórios,³⁴ o culto religioso, a guerra etc.) que ambientam seu público leitor diante das particularidades da Roma dos Césares, ou mesmo anterior.

Apresentação de Eutrópio e da obra *Breuiarium historiae Romanae*

Assim como se dá com várias outras personagens da Antiguidade, pertencentes ao mundo das Letras ou não, a biografia de Flávio Eutrópio permanece em geral obscura.³⁵ Entretanto, dados oriundos do próprio “Breviário da história romana” ajudam a situá-lo de forma aproximada no mundo a que pertenceu. Bleckmann e Gross (2018, p. 3), editores de língua alemã da obra em jogo, comentam que o autor participou da campanha persa do imperador Juliano, o Apóstata (331-363 d.C.) – *ingenti apparatu Parthis intulit bellum, cui expeditioni ego quoque interfui* –,³⁶ não na condição de soldado, mas sim na de *comes* (“membro de comitiva”).

Na continuidade de suas explicações a respeito da personagem de escritor em pauta, os filólogos alemães continuam:

Apesar de algumas dúvidas expressas recentemente, continua a ser relativamente seguro que Eutrópio foi *magister memoriae*³⁷ na corte de Valente.

²⁹ As lições XIX (mito das Idades do mundo – Idade áurea), XXIII-XXIV (Deucalião e Pirra) e XXIX-XXX (Dédalo e Ícaro) de *Gradus primus* evocam personagens e lendas de que o poeta Ovídio Nasão (43 a.C. – 17 d.C.) se ocupara na epopeia de nome *Metamorfoses*.

³⁰ Na lição XIII de *Gradus primus*, é explicitamente dito que Quinto Horácio Flaco frequentava a escola de Orbílio Pupilo. Também é dito que este aluno, um dia, seria um grande poeta (lírico, satírico etc.).

³¹ *Gradus secundus* possui as lições (textos) preenchidas por excertos adaptados do “Breviário da história romana”, obra atribuída a Flávio Eutrópio (século IV d.C.).

³² O autor escolhido para preencher as lições de *Gradus tertius*, com efeito, é o fabulista de nome Fedro. Fedro (século I d.C.) foi um famoso autor romano nascido na Macedônia e ex-escravo alforriado pelo imperador Augusto, tendo reescrito em versos latinos, bem como popularizado, as fábulas do grego Esopo (século VI a.C.).

³³ O autor que preenche os textos das lições de *Gradus quartus*, com excertos de sua obra **Comentários da Guerra da Gália**, é Caio Júlio César. Nessa obra, o general romano contava à sua maneira uma série de campanhas militares (58-50 a.C.), nas quais dominou territórios que hoje englobam a França, a Bélgica e partes da Suíça e Alemanha.

³⁴ A lição XVIII de *Gradus primus* comenta a questão dos espetáculos de circo em Roma Antiga, muitas vezes animados pela presença de gladiadores em luta renhida. Evoca-se, aí, a saudação típica desses lutadores ao imperador que os assistia (*ave, Caesar, morituri te salutant* – “ave, César, os que vão morrer te saúdam!”), como registrou o biógrafo Suetônio Tranquilo (69 d.C. – 141 d.C.) em **Vida dos doze Césares** (“Vida de Cláudio” 21, 6).

³⁵ Viola (2025, p. 15) comenta que a enciclopédia bizantina *Suda* – século X-XI d.C. – refere esta personagem como itálico e autor de outras obras além do *Breuiarium historiae romanae*. O mesmo estudioso (VIOLA, 2025, p. 15) também diz que Marcelino Empírico, escritor do século IV-V d.C. e natural de *Burdigala* (atual Bordeaux), nomeia um Eutrópio (?) como seu conterrâneo (*De medicamentis*, praef. 2). Libânio de Antioquia, rétor grego do século IV d.C., dá notícia de si mesmo e de certo Eutrópio (?) como acusados por Festos, governador da Ásia romana, de conspiração contra o imperador Valente (reinado entre 364-378 d.C.).

³⁶ EUTRÓPIO, *Breuiarium historiae Romanae*, X, 16, 1: “Com grande aparato declarou guerra aos Partos, expedição em que eu mesmo tomei parte” (tradução nossa).

³⁷ Trata-se de uma espécie de secretário particular do imperador.

Por fim, também parece estabelecido que a dedicatória da obra histórica ocorreu logo após 369, especificamente após a aceitação do título de *Gothicus maximus* por Valente. Outras informações a serem descobertas na própria obra são – com exceção de uma referência ao acampamento de *Circesium*, que Eutrópio deve ter conhecido como participante da expedição de Juliano (Eutr. 9,2,3) – muito vagas para extrair delas informações para a biografia do autor.³⁸

No tocante à obra que se identifica com o *Breuiarium*, é um resumo conciso da trajetória de Roma. A obra compila os fatos mais marcantes desde a fundação da cidade por Rômulo até o reinado de Joviano (363-364 d.C.). Abrange mais de 1.100 anos de história, relatando as guerras, conquistas e vidas dos imperadores em dez livros curtos; não enfatiza as causas dos processos históricos e destaca o papel político e ordenador do senado (VIOLA, 2025, p. 21). Bleckman e Gross (2018, p. 3) complementam estes dados dizendo que os livros I a VI tratam da história da república e os livros VII a X tratam da história do Império como uma série de biografias imperiais.

O *Breuiarium* é conhecido por sua linguagem clara, concisa e objetiva, o que o tornou extremamente popular durante a Idade Média, o Renascimento e outros tempos como ferramenta para ensinar a língua clássica. Algumas características observáveis na obra, do ponto de vista linguístico, são a recorrência abundante ao *cum* narrativo³⁹ do latim e o emprego de estruturas que contribuem para a concisão – a exemplo do ablativo absoluto⁴⁰ da mesma língua. Além disso, destacam-se o reforço de elementos de importância e a busca pelo pronto entendimento do texto, obtidos por meio de coordenações – não tanto subordinações – e termos reiterados.

Masters (2023) também reporta que a tradição manuscrita em latim do *Breuiarium* é notavelmente vasta, registrando testemunhos desde o século IX d.C., período ao qual pertence o relevante códice “G” de *Gotha* (*Gothanus* 101). A expressiva Recepção e a circulação da obra de

³⁸ BLECKMANN; GROSS, 2018, p. 3-4: “Trotz einiger jüngst geäußelter Zweifel kann ferner weiterhin als relativ sicher gelten, dass Eutrop *magister memoriae* am Hofe des Valens war. Schließlich scheint auch festzustehen, dass die Widmung des Geschichtswerks bald nach 369 erfolgte, nämlich nach der Annahme des Titels eines *Gothicus maximus* durch Valens. Andere im Werk selbst zu entdeckende Angaben sind mit Ausnahme eines Hinweises auf das Lager Kirkesion, das Eutrop als Teilnehmer der Julian-Expedition gekannt haben muss (Eutr. 9,2,3), zu vage, um daraus Informationen für die Biographie des Autors zu gewinnen” (tradução nossa).

³⁹ Trata-se do uso da conjunção temporal *cum* (“quando”) acompanhada de pretérito imperfeito ou mais-que-perfeito do subjuntivo, com ideia de processo inacabado no primeiro caso e acabado no segundo (por exemplo, *cum ueniret* – “como/quando chegasse” – versus a forma *cum uenisset* – “como/quando tivesse chegado”). Veja-se Serbat (1975, p. 78).

⁴⁰ Neste tipo de oração reduzida, o latim emprega sujeito e verbo – este, na forma nominal do participípio presente ou participípio passado – no caso ablativo, com intento de oferecer coordenadas circunstanciais “acessórias” a uma oração com verbo finito. Por exemplo: *Duce pacem faciente, milites Romam reuerterunt*. – “Fazendo o chefe a paz, os soldados voltaram a Roma”. – *Facta pace, milites Romam reuerterunt* – “Feita a paz, os soldados voltaram a Roma” (SERBAT, 1975, p. 85ss.).

Eutrópio, inclusive na Idade Moderna, são atestadas por sua presença editorial: o compêndio contou com nove edições impressas anteriores a 1800, das quais quatro demandaram reimpressões subsequentes para atender à demanda intelectual da época.⁴¹

A Recepção do “Breviário da história romana” em *Gradus secundus*, de Rónai

Nesta seção de nossa exposição, uma vez situados o autor do método moderno referido, a proposta pedagógica desse mesmo método e o significado essencial da contribuição historiográfica de Eutrópio, passamos efetivamente a tecer comentários sobre a Recepção do *Breniarium* em *Gradus secundus*. Para isso, será de utilidade situar primeiro a que nos referimos, precisamente, com a ideia de “Recepção”, presente desde o nosso título. Além disso, apontaremos para alguns teóricos que tiveram peso na constituição e difusão de tal conceito, hoje em curso frequente na academia brasileira.

Segundo as colocações de Paulo Sérgio de Vasconcellos (2022, p. 8), remonta aos estudos de Hans Robert Jauss, na década de 1960 do século XX, uma série de pressupostos que vieram a consolidar-se no âmbito da Teoria da Recepção. Este intelectual germânico, assim, criticou em seu tempo tanto a visada marxista das obras literárias quanto aquela formalista. Isso porque, no primeiro caso, estava subjacente às análises a noção de que os textos seriam apenas “determinados” pelas estruturas sociais de produção; na segunda situação, inversamente, “desconfiava-se” da história, como se o objeto artístico pudesse ser dissociado dela. Por sua vez,

Jauss introduz na equação, superando as noções de produção da obra controlada pelo autor e a representação da realidade, o fator instável de sua recepção, ou seja, a categoria do leitor que não é mais visto em sua posição social (como no viés marxista) ou de passivo receptor de algo que já está dado na obra e lhe cabe apenas decodificar da maneira mais fiel (como no viés formalista). Temos, aqui, uma relação dialógica entre a obra e o leitor. (VASCONCELLOS, 2022, p. 9)

De fato, a partir desse tipo de pensamento crítico, ressalta-se a importância fundamental do leitor, em sentido lato (mais do que somente quem “lê” um texto ou obra de arte, ainda quem disso se apropria a fim de traduzir, interpretar, recriar, aproveitar etc.), como peça-chave do processo de construção de sentidos dos textos. Isso significa que a perspectiva da Recepção desestabiliza a noção de serem os textos objetos estáticos, cujos significados estariam para

⁴¹ MASTERS, Kristin. “Introduction”. In: Eutropius. *Breuiarium ab urbe condita*. Carlisle, Pennsylvania: Dickinson College Commentaries, 2023. Disponível em: <https://dcc.dickinson.edu/eutropius/intro/introduction>. Acesso em: 04/06/2026.

sempre fixados pelo autor e acessíveis de modo “correto” apenas pelos entendidos. Eis o motivo de o excerto acima referir uma relação “dialógica” entre a obra e o leitor: resguardados certos limites, o significado do texto pertence em última instância a quem o lê e interpreta, recorrendo para isso não só à letra estrita, mas ainda a seu próprio repertório de saberes e associativo, à perspectiva cultural, cronológica e ideológica em que se insere etc.

No âmbito dos Estudos clássicos – frequentemente voltados a perscrutar o destino dos monumentos literários e de outros itens da cultura greco-latina em períodos posteriores –, a visada trazida pela Teoria da Recepção desempenhou um papel de grande relevo na reformulação de perspectivas e métodos. Lorna Hardwick (2003, p. 1ss.) entende o processo de Recepção dos clássicos greco-romanos como algo distinto da ideia passiva de “Tradição clássica”, pois no primeiro caso existe a plena consciência de os significados atribuídos aos Antigos serem construtos múltiplos, associáveis à participação de várias épocas ou leitores.

Quando se fala em “Tradição clássica”, no entanto, vêm-nos à mente questões como a ideia da transmissão de um “legado” e de certa fixidez dos sentidos. É como se as belas realizações da Grécia e de Roma Antiga estivessem para sempre cristalizadas de maneira única e imutável, cabendo ao público acolhê-las comodamente, já que estariam prontas. Isso implicava, de um ponto de vista metodológico e crítico, sobretudo na busca de padrões expressivos que nos chegassem imutáveis da Antiguidade, com total desconsideração do caráter transformado de cada ressignificação posterior.

Ora, o olhar para objetos artísticos de ordem variada, sob a ótica da Recepção clássica, quer sejam eles obras literárias ou de outra natureza, peças de teatro, itens de artes plásticas, filmes etc., significa, inversamente, manter a sensibilidade aguçada para as diferentes possibilidades de atribuir sentidos aos “mesmos” objetos da Antiguidade. Por isso, algumas palavras-chave para os processos de Recepção dos antigos são, entre outros (HARDWICK, 2003, p. 9-10), a “adaptação” (emprego mais livre que o tradutório de um texto prévio); a “hibridização” (fusão de culturas); a “refiguração” (seleção e remodelagem de material de obra anterior); a “transplantação” (tomada de texto ou imagem de outra época e seu desenvolvimento como algo distinto).

Entendemos que o que se dá com os textos presentes nas lições de *Gradus secundus*, em contraponto com o *corpus* originalmente constituído por excertos do *Breniarium historiae Romanae* de Eutrópio, seja em conjunto uma espécie de refiguração. Como explica Paulo Rónai, no

prefácio da quarta edição da obra (1954), a reformulação do volume buscou atender ao mesmo tempo às exigências dos Programas oficiais de ensino (que previam Eutrópio como assunto do segundo ano ginasial, na disciplina de latim) e ao desejo de tornar esta matéria mais palatável para os alunos:

Justamente por não ser o latim disciplina das mais populares, deve ser ensinado de maneira divertida e agradável. [...] Como Eutrópio, o autor indicado para o 2º. ano ginasial, nada tem de muito atraente, encaixei os trechos desse compilador em pequenas leituras cujo conteúdo forma um único assunto [...]: a vida de um mestre-escola e de seus alunos do século de Augusto. São eles que leem a história de seu país, explicada e comentada pelo professor. [...] Mas é claro que a presença deles entre as personagens do livro me fez limitar os excertos de Eutrópio ao começo da nossa era. (RÓNAI, 2007, p. 6)

Essas palavras do autor do método *Gradus secundus* já dão a entender que a extensiva narrativa histórica eutropiana não é totalmente recoberta pelos textos presentes no livro didático. Na verdade, Rónai “refigura” Eutrópio ao escolher, dentre os muitos episódios e personagens focados pelo autor antigo, apenas alguns para serem temas de suas lições no método moderno. Assim, a fase da realeza e seus protagonistas – como Rômulo, Sêrvio Túlio e Tarquínio, o Soberbo – preenchem as lições IV a XI; o começo da república e alguns heróis do período – a exemplo de Régulo, general da Primeira Guerra Púnica (século III a.C.) – ocupam as lições XIII a XX; por fim, a figura de Augusto, primeiro imperador de Roma, encontra-se nas lições XXVI a XXVIII.

As passagens e eventos semelhantes de Eutrópio também estão refigurados por Rónai, no mesmo contexto, na medida em que, além da seleção operada por este, passaram por remodelagem, deixando de ser pontos de uma obra historiográfica contínua para se tornarem lições de um método de ensino no qual há, inclusive, entremeio de assuntos diferentes entre elas.⁴² Olhando para cada lição em separado, com foco sobre as que dialogam diretamente com o *Breviarium historiae Romanae*, cremos que seria mais adequado falar em um processo de adaptação por parte de Paulo Rónai:

[2] Fundada a cidade, a qual chamou de Roma a partir do seu próprio nome, ele fez aproximadamente o seguinte. Recebeu na cidadania uma multidão de vizinhos e escolheu cem dos mais velhos, por cujo conselho faria todas as coisas, os quais nomeou senadores por causa da velhice. Então, como ele próprio e o seu povo não tinham esposas, convidou as nações vizinhas à cidade

⁴² As lições I-III abordam o cotidiano de Orbílio Pupilo e seus alunos. A lição XII apresenta uma *magistra* de ficção, Semprônia, em seu trabalho escolar com alunas. Já as lições XXI-XXV correspondem a uma miscelânea de assuntos e atividades, como adágios, enigmas e provérbios de uso popular.

de Roma para um espetáculo de jogos e raptou as virgens delas. Tendo explodido guerras por causa da injúria das [mulheres] raptadas, venceu os ceninenses, os antemnates, os crustuminos, os sabinos, os fidenates e os veientes. Todas essas cidades cercam a urbe. E tendo ele desaparecido após uma tempestade surgida de repente, no trigésimo sétimo ano de seu reinado acreditou-se que ele tinha passado para os deuses, e foi consagrado. Depois, em Roma, os senadores governaram por cinco dias cada e, com eles reinando, completou-se um ano.⁴³

VI. SOBRE O RAPTO DAS SABINAS

QUINTO: – Mas diz-nos, mestre, como a pequena urbe se transformou em uma grande cidade.

ORBÍLIO: – Rômulo recebeu na cidadania muitos homens dos povos vizinhos.

LÚCIO: – Apenas homens?

ORBÍLIO: – Perguntas bem: faltavam esposas ao rei e ao povo. Por isso, Rômulo convidou os sabinos, vizinhos da cidade, para os jogos e raptou as filhas deles.

AULO: – Como os sabinos suportaram a injúria?

ORBÍLIO: – Irados, moveram guerra contra os romanos.

AULO: – Quem venceu na guerra?

ORBÍLIO: – Os romanos. Mas, pouco depois, os vencedores fizeram as pazes com os vencidos.⁴⁴

As duas passagens citadas, em Eutrópio e Rónai, abordam basicamente o episódio mítico do rapto das sabinas. Entretanto, já pela forma, mesmo sem adentrar os pormenores do conteúdo, nota-se que o pedagogo moderno adaptou o que recebeu da Antiguidade: assim, embora o latim – mais simplificado, para uso entre jovens aprendizes – tenha continuado a ser a língua de expressão, passou-se de uma narrativa estrita para sua inserção num diálogo fictício. Além disso, muitos detalhes do próprio rapto – como a lista de povos vencidos pelos romanos após o evento – ou de seu entorno – como a questão do surgimento e atuação do senado em Roma e o “desaparecimento” de Rômulo em guerra – foram omitidos por Rónai, de acordo com sua observação de que os textos para instrumentalização do latim aos alunos modernos não

⁴³ EUTRÓPIO, *Breviarium historiae Romanae* I: [2] *Condita ciuitate, quam ex nomine suo Romam uocauit, haec fere egit. Multitudinem finitimorum in ciuitatem recepit, centum ex senioribus legit, quorum consilio omnia ageret, quos senatores nominauit propter senectutem. Tum, cum uxores ipse et populus suus non haberent, inuitauit ad spectaculum ludorum uicinas urbi Romae nationes atque earum uirgines rapuit. Commotis bellis propter raptarum iniuriam Caeninenses uicit, Antemnates, Crustumino, Sabinos, Fidenates, Veientes. Haec omnia oppida urbem cingunt. Et cum orta subito tempestate non comparuisset, anno regni tricesimo septimo ad deos transisse creditus est et consecratus. Deinde Romae per quinos dies senatores imperauerunt et his regnantibus annus unus completus est* (tradução nossa).

⁴⁴ RÓNAI, 2007, p. 37-38: **VI. DE SABINIS RAPTIS** – **QUINTUS:** – *At dic nobis, magister, quomodo urbs parua in ciuitatem magnam se conuerterit.* **ORBILIUS:** – *Romulus multos uiros e finitimis in ciuitatem recepit.* **LUCIUS:** – *Solum uiros?* **ORBILIUS:** – *Recte quaeris: regi et populo uxores deerant. Ideo Romulus Sabinos, uicinas urbi, ad ludos inuitauit atque eorum filias rapuit.* **AULUS:** – *Quomodo Sabini iniuriam tulerunt?* **ORBILIUS:** – *Irati bellum Romano commouerunt.* **AULUS:** – *Quis in bello uicit?* **ORBILIUS:** – *Romani. Sed paulo post uictores cum uictis pacem fecerunt* (tradução nossa).

deveriam ser muito longos.⁴⁵

Por outro lado, o fato de os romanos terem feito as pazes com os sabinos após a guerra – dado que sequer é encontrado no autor antigo – obviamente não está expresso no referido capítulo do livro I de Eutrópio. Isso posto, parece-nos que Rónai adota, reportando-se ao “mesmo” episódio lendário retomado de Eutrópio, mais liberdades do que seria aceitável para uma tradução, assim se configurando neste caso “adaptação” do antigo pelo moderno, nos termos de Hardwick (2003, p. 9).

Conclusão

O recorte operado nesta exposição permitiu-nos observar que, na transição da primeira para a segunda metade do século XX, a participação do latim e da cultura antiga, em geral, não era de todo inócua no Brasil. Em que pese à gradativa eliminação da disciplina de língua latina na formação dos alunos dos cursos ginasial e clássico – a partir dos anos 50, sobretudo –, esforços como os de Paulo Rónai, que pôs a própria cultura a serviço do magistério e da publicação de obras divulgadoras do latim, propiciaram o contato de gerações de educandos com o universo da Roma Antiga.

Esperamos ter demonstrado que essa releitura não ocorreu de forma mecânica, mas sim com o pleno emprego de liberdade e de uma razoável dose de criatividade. Dessa maneira, os modos pelos quais o extensivo relato de Eutrópio foi refigurado e/ou adaptado pelo mestre moderno revelam, sob a ótica elucidadora da Teoria da Recepção, que os autores clássicos não permanecem estanques quanto à letra e ao significado de suas contribuições, mas antes passam por um contínuo processo de reinterpretação ativa pelos pósteros. Longe de significar sua morte ou “deturpação”, semelhante processo atribui aos clássicos a possibilidade de renovar-se e sobreviver na cultura humana.

Referências bibliográficas

BLECKMANN, Bruno; GROSS, Jonathan. “Einleitung”. In: EUTROPIUS. **Breuiarium ab Vrbe condita**. Ediert, übersetzt und kommentiert von Bruno Bleckmann und Jonathan Gross. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2018, p. 3-42.

CAIO SUETÔNIO TRANQUILLO. **A vida dos doze Césares: a vida pública e privada dos**

⁴⁵ RÓNAI, 2007, p. 5: “Estou cada vez mais convencido de que o manual de latim destinado a uma série ginasial deve ser o mais reduzido possível no que diz respeito às leituras e às regras de gramática, e ao mesmo tempo ter abundância de explicações e exercícios. Só assim a matéria poderá ser dada integralmente dentro do ano letivo, isto é, dentro das 50 ou 60 horas a que ele praticamente se reduz entre nós”.

maiores imperadores de Roma. Tradução de Sady-Garibaldi. São Paulo: Prestígio, 2002.

ESQUEDA, Marileide. **O tradutor Paulo Rónai: o desejo da tradução e do traduzir.** 2004. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

EUTROPIUS. **Breuiarium ab Vrbe condita.** Ediert, übersetzt und kommentiert von Bruno Bleckmann und Jonathan Gross. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2018.

HARDWICK, Lorna. **Reception studies.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

HORACE. **The epistles.** Translated by David Ferry. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.

MARTINS, Ana Cecília Impellizieri; SPIRY, Zsuzsanna (org.). **Rosa & Rónai: o universo de Guimarães Rosa por Paulo Rónai, seu maior decifrador.** São Paulo: Editora Bazar do Tempo, 2020.

MASTERS, Kristin. “Introduction”. In: EUTROPIUS. **Breuiarium ab urbe condita.** Carlisle, Pennsylvania: Dickinson College Commentaries, 2023. Disponível em: <https://dcc.dickinson.edu/eutropius/intro/introduction>. Acesso em: 04/06/2026.

PALMER, Leonard Robert. **The Latin language.** Norman: University of Oklahoma Press, 1988.

PAULO RÓNAI: faz 50 anos que o tradutor e ensaísta chegou ao Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 1991. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/mais/historia/270491b.htm>. Acesso em: 01/06/2026.

PORTINHO, Waldívia Marchiori; DUTRA, Waltensir. “Paulo Rónai, tradutor e mestre de tradutores”. **TradTerm**, São Paulo, vol. 1, p. 21-30, 1994.

RASO, Ana Paula M.; GUERINI, Andreia. “Paulo Rónai”. In: **Dicionário de tradutores literários do Brasil.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/PauloRonai.htm>. Acesso em: 01/06/2026.

RÓNAI, Paulo. **Gradus primus.** São Paulo: Cultrix, 2007.

RÓNAI, Paulo. **Gradus quartus.** Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1955.

RÓNAI, Paulo. **Gradus secundus.** São Paulo: Cultrix, 2007.

RÓNAI, Paulo. **Gradus tertius.** Cascavel: Cântico, 2024.

RÓNAI, Paulo. “Prefácio para a quarta edição”. In: RÓNAI, Paulo. **Gradus secundus.** São Paulo: Cultrix, 2007 [1954].

RÓNAI, Paulo. “Saldos de balanço”. In: RÓNAI, Paulo. **A tradução vivida.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p. 190-193.

SERBAT, Guy. **Les structures du Latin.** Paris: Picard, 1975.

SOBRINHO, José Amarante Santos. “O latim no Brasil na primeira metade do século XX: entre leis, discursos e disputas, uma disciplina em permanência”. **PhaoS**, Campinas, n. 13, p. 39-63, 2013.

VASCONCELLOS, Paulo Sérgio de. “Recepção e intertextualidade: convergências e divergências”. **Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, vol. 18, n. 2, p. 1-47, 2022.

VILELLA, Adauto Lúcio Caetano. **Paulo Rónai e o Mar de histórias: a prática crítico-literária de um intelectual húngaro no exílio**. 2012. 221 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

VIOLA, Leonardo. “Introdução”. In: EUTRÓPIO. **Breviário da história romana**. Tradução e introdução de L. Viola. São Paulo: Madamu, 2025, p. 15-26.

A escravidão no folhetim “*O Comendador*”, de Francisco Pinheiro de Magalhães (Jornal do Commercio, 1856)

Mário Henrique da Silva Castro

Mestre em História

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

marioh.professor@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa a representação da escravidão no romance-folhetim *O Comendador* (1856), de Francisco Pinheiro de Magalhães, publicado no Jornal do Commercio, no contexto da expansão da imprensa e da popularização do romance no Brasil oitocentista. A análise concentra-se na construção da instituição escravista por meio da caracterização da fazenda do Comendador Gonçalves Amarante. Observa-se que a escravidão aparece como elemento da ambientação e da crítica social, integrada às relações de poder da época. O romance evidencia a violência estrutural do sistema, destacando precariedade, desumanização e mortalidade. Argumenta-se que Francisco Pinheiro recorre a uma matriz sentimentalista para construir sua crítica, utilizando cenas de sofrimento como mecanismo de sensibilização do leitor. Além disso, o narrador explicita posição contrária à escravidão, associando-a ao atraso material e à degradação moral da sociedade. Conclui-se que *O Comendador* constitui fonte relevante para compreender a construção de sensibilidades e discursos sobre a escravidão no Brasil do século XIX.

Palavras-chave: Literatura Brasileira; Escravidão; Século XIX.

Introdução

O romance de folhetim, uma modalidade de publicação que emergiu na França no início do século XIX, desenvolveu significativa importância no panorama literário do Brasil Imperial. Publicado em periódicos, o romance de folhetim democratizou o acesso à literatura e promoveu a participação ativa do público leitor na construção da narrativa, expondo as tendências culturais, sociais e políticas da época.

A popularização do gênero no Brasil, a partir da década de 1830, e a difusão da imprensa no país, amplia o público leitor e coloca em pauta questões sociais, culturais e políticas, como o escravismo.

Neste contexto, a obra *O Comendador*, de Francisco Pinheiro de Magalhães, aborda em seus capítulos características comuns aos romances do século XIX, como o heroísmo, a coragem,

amizade e o amor. Para além desses temas, trata também da instituição escravista e suas consequências, por meio da abordagem sentimentalista ligada à escrita abolicionista.

Este artigo pretende analisar as características principais do romance de folhetim, a relevância da obra de Pinheiro de Magalhães na formação de uma mentalidade crítica a cerca da escravidão, e contribuir para o entendimento do romance brasileiro no século XIX.

Partindo da compreensão da literatura como fonte para a análise das sensibilidades e dos debates sociais do século XIX, este estudo busca compreender de que maneira a escravidão é representada no romance *O Comendador* e quais sentidos essa representação produz no interior da narrativa. A partir da análise textual da obra e do diálogo com a bibliografia especializada, procura-se identificar os mecanismos narrativos mobilizados por Francisco Pinheiro de Magalhães para construir sua crítica à instituição escravista.

Romance de folhetim e sua popularização no Brasil no século XIX

O romance folhetim, Le feuilleton é uma forma de narrativa que surgiu na Europa, mais especificamente em Paris no início do século XIX, e teve significativo impacto na produção literária brasileira da época. O gênero caracteriza-se por ser publicado em capítulos por meio de periódicos e se estruturar de forma muito parecida com a crônica, geralmente localizada no rodapé dos jornais, tendo como característica sua periodicidade (Mayer, 1996).

A publicação em folhetim não necessariamente veio a surgir somente em forma de um romance publicado em folhetim, tendo características diversas como a escrita de receita e resenhas de livros, portanto trata-se da lógica de produção em folhetim, não sendo especificamente uma lógica de produção de romances mas um espaço geográfico do jornal — no “pé de página” — destinado a uma variedade de escritas de acordo com o interesse editorial e público. Sobre a definição de romance folhetim, Marlyse Meyer caracteriza como:

Com o tempo, o apelativo abrangente passa a se diferenciar, alguns conteúdos se rotinizam e o espaço do folhetim oferece abrigo semanal a cada espécie: é o “feuilleton dramatique” (crítica de teatro); “littéraire” (resenha de livros); “variétés” e così via (Mayer, 1996 p.58).

Os romances de folhetim são conhecidos por serem publicados em partes ou “folhetins”, por meio de jornais ou revistas, geralmente uma vez por semana. Essas publicações permitiam que os leitores acompanhassem as histórias ao longo de vários meses. O formato serializado não

apenas tornava a literatura acessível para um público mais amplo — por ser mais barato para o público a compra dos números avulsos do jornal do que do livro acabado, um objeto caro, ainda mais no Brasil oitocentista⁴⁶ —, como também permitia a participação ativa dos leitores na construção das narrativas. Tanto no Brasil quanto na França, o romance após sua publicação em jornais eram comumente adaptados e reeditados para a sua publicação em livros sendo distribuídas geralmente em capítulos.

As histórias frequentemente optam por um estilo mais leve e envolvente para atrair a atenção de um público amplo e variado, em literatura especializada ou não. Os escritores de romances populares enfrentavam o desafio de manter os leitores interessados ao longo dos capítulos, criando tramas cheias de reviravoltas e suspense com elementos melodramáticos. Essa abordagem refletia a busca por entretenimento que estava em sintonia com as tendências culturais do século XIX.

O Romance de Folhetim ganhou notoriedade e popularidade no Brasil a partir dos anos de 1830, essa popularidade pode ser associada principalmente ao crescimento da imprensa no país e o crescimento da alfabetização, ampliando o público leitor, e por consequência a difusão dos romances através dos jornais.

A veiculação do Romance de Folhetim no Brasil do século XIX teve importante valor literário. Além disso, o gênero teve papel fundamental na formação de opinião pública da época, por tratar em suas histórias questões morais, sociais, culturais e políticas que, através de seu formato em periódicos, dispunha de uma maior proximidade com o público leitor, justificada pela acessibilidade das obras a diferentes pessoas e de condições econômicas distintas.

⁴⁶ Por meio das pesquisas realizadas acerca das publicações de folhetins no Jornal do Commercio e da dissertação *De social à socialista: Publicação e recepção do romance Os Mistérios de Paris, de Eugène Sue, na imprensa fluminense (1844-1857)*, defendida por Mateus Ribeiro de Sant'Ana na Universidade Federal de Uberlândia em 2022, foi possível identificar que a circulação dos romances em formato de folhetim nos periódicos constituía uma alternativa mais acessível economicamente do que a aquisição das obras em volumes encadernados. Embora a pesquisa não apresente valores monetários exatos em réis que permitam estabelecer uma comparação quantitativa precisa entre os custos do jornal e do livro, a documentação analisada demonstra que a publicação fragmentada das narrativas nos periódicos ampliava significativamente o acesso à leitura, permitindo ao público acompanhar os romances por meio da compra cotidiana ou assinatura do jornal. Em contrapartida, as edições em livro eram comercializadas posteriormente pelas tipografias e livrarias, inclusive em versões “baratas” e “de luxo”, indicando a existência de diferentes faixas de consumo. Dessa forma, a própria lógica editorial e comercial evidenciada nas fontes e na bibliografia especializada aponta que o romance-folhetim representava uma modalidade de leitura mais popular e menos onerosa do que a compra da obra completa em volume.

SANT'ANA, Mateus Ribeiro de. *De social à socialista: publicação e recepção do romance Os Mistérios de Paris, de Eugène Sue, na imprensa fluminense (1844-1857)*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022, p. 51.

Enredo de *O Comendador*, de Francisco Magalhães

O folhetim *O Comendador* de Francisco Pinheiro de Magalhães foi um romance publicado no Jornal do Comércio no Rio de Janeiro, entre 29 de Abril e 29 a 28 de maio do ano de 1856.

“*O Comendador*” narra a história de Alfredo de Aguiar, um jovem rapaz que acaba por se envolver em eventos dramáticos e emocionantes. A história se inicia em um luxuoso baile na cidade do Rio de Janeiro, em meados de 1840⁴⁷, na casa do Sr. Silveira, onde a elite carioca se reúne em celebração ao oitavário do casamento da filha do anfitrião.

A trama se desenvolve em uma dinâmica inicialmente de alegria e descontração, que, ao longo da narrativa, se desvia para conflitos mais intensos, demonstrando frequentemente a bravura de Alfredo para com seus amigos e familiares. O antagonista deste romance é Gonçalves Amarante, o Comendador, um homem influente que deseja matar Alfredo por vingança e poder. Gonçalves é descrito como uma figura opressora e cruel, que busca eliminar todos que considera inimigos ou desafiam sua autoridade. O Comendador vê Alfredo não só como um rival, mas como um obstáculo ao exercício de dominação, frustrando seus planos e desafiando seu poder sobre os demais personagens da trama.

O romance *O Comendador*, de Francisco Pinheiro de Magalhães, percorre por temas como coragem, honra, e as complexidades sociais na sociedade da época, além de apresentar um retrato da vida urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Ao longo do romance, os personagens se deparam com dilemas morais que colocam à prova seus princípios de lealdade, fidelidade e amor, resultando em uma história repleta de romance, aventura e drama.

A representação do escravizado na ótica do comendador Gonçalves Amarante

No romance, o comendador Gonçalves Amarante, antagonista da história, é retratado como um senhor de escravos, possuindo em torno de quinhentos escravos que trabalhavam na produção e colheita de vinte mil arrobas de café. Todos estes escravizados se dedicavam somente

⁴⁷ O ano não é especificado na história, apenas é descrito que o romance se passa na década 1840.

a este serviço e nada além disso. Por consequente, a fazenda do comendador não possuía nenhuma outra cultura se não a de café.

A primeira representação da figura do escravizado, exposta com melhor descrição, nos é apresentada no capítulo XII do romance. Quando o narrador nos apresenta a fazenda de Gonçalves Amarante, o comendador, descreve não só a ambientação, bem como a rotina e o trato com os escravizados na fazenda, que por sua vez é pautada por grande crueldade. Inicialmente é exposto a visão de dualidade entre senhor e escravizado, homem branco e homem negro, intelecto e força física, presente no seguinte trecho:

No interior delas, ao longo das paredes, corriam as tarimbas, sobre as quais dormia toda essa escravatura sem travesseiro e sem a menor coberta, tanto de inverno como de verão. Entre aquelas tarimbas mediava um espaço de terra mal batida, sobre a qual amontoavam-se cascas de frutas silvestres, matérias orgânicas em putrefação, o que dava a esse lugar antes o aspecto de um chiqueiro de porcos, do que de uma habitação humana. (PINHEIRO, Francisco, p1, cap XII).

Outro trecho que reforça a visão desumanizante de Gonçalves para com os escravizados é notada no seguinte fragmento retirado do capítulo VI do romance, partícula onde o narrador expõe um pouco da trajetória e moralidade do comendador:

O Sr. Comendador Gonçalves de Amarante era Mineiro e filho de pais pobres; começara por tropeiro, passou depois a negociante de burros, no que, à força de barganhas e de criminosas espertezas, ganhou algum dinheiro; dotado de ambição, deixou essa profissão, por conta de outrem, a princípio, e depois pela sua, a levar escravos à serra acima, para vendê-los ali. Muitas vezes, à força de maus tratos, arruinou alguma de suas mercadorias; mas era tão sagaz, que, apesar disso, soube arranjar uma boa fortuna neste infame negócio. (PINHEIRO, Francisco, p1, cap VI).

Neste trecho, além da construção de um caráter cruel, ambicioso e moralmente duvidoso associado à figura do comendador Gonçalves de Amarante, percebe-se também uma certa inclinação crítica do narrador em relação ao escravismo. Ao caracterizar o tráfico de escravizados como um “infame negócio”, o texto ultrapassa a simples descrição da trajetória econômica do personagem e introduz um juízo moral negativo acerca dessa prática. A fortuna do comendador aparece, portanto, vinculada não apenas à exploração comercial, mas também à violência e aos “maus tratos” impostos aos escravizados, reforçando uma representação degradante dessa atividade. Tal perspectiva sugere uma sensibilidade crítica em relação à escravidão, aspecto que será discutido de maneira mais aprofundada no próximo subcapítulo.

O sentimentalismo abolicionista no romance *O Comendador*, de Francisco Pinheiro

Os personagens e a figura de pessoas escravizadas nos romances do século XIX eram frequentemente construídos por meio de tipificações literárias. Entre as mais recorrentes encontra-se a do escravo nobre, caracterizado pela superação moral de sua condição através da submissão e da virtude, como ocorre em *A Escrava Isaura*⁴⁸. Outra tipificação recorrente é a do escravizado infantilizado, representado como completamente dependente e subalterno à autoridade senhorial, aspecto observável em *O Demônio Familiar*⁴⁹. Também aparece com frequência a figura do escravo vingativo, que busca retaliar os sofrimentos do cativo através da violência ou da destruição moral de seus senhores, como em *As Vítimas-Algozes*⁵⁰. Soma-se ainda a tipificação do negro erotizado, associada à promiscuidade e à sexualização dos corpos negros, perceptível em narrativas como o conto “Pai Raiol, o feitiço”, inserido na própria obra de Macedo (Monteiro, 2018).

Essas representações funcionavam não apenas como elementos narrativos, mas também como instrumentos de construção simbólica acerca da escravidão e das populações negras no imaginário oitocentista. Nesse sentido, a literatura produzia imagens capazes de orientar moralmente o leitor, mobilizando sentimentos específicos diante das personagens escravizadas. Em muitos casos, tais representações recorriam ao sentimentalismo como estratégia narrativa, especialmente por meio da exposição do sofrimento físico e emocional dos sujeitos submetidos ao cativo.

No romance *O Comendador*, entretanto, os sujeitos escravizados não ocupam posição central no desenvolvimento da narrativa. Diferentemente de romances abolicionistas nos quais a personagem escravizada conduz o enredo, em *O Comendador* os escravizados aparecem majoritariamente como parte da ambientação social que estrutura a trajetória do antagonista. Ainda assim, Francisco Pinheiro mobiliza determinadas convenções do sentimentalismo ao apresentar cenas de sofrimento vinculadas à escravidão, utilizando a figura do negro sofredor como mecanismo de construção moral da narrativa. O sofrimento dos escravizados atua

⁴⁸ GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

⁴⁹ ALENCAR, José de. *O demônio familiar*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

⁵⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

simultaneamente em duas frentes: evidencia a crueldade moral do comendador Gonçalves de Amarante e desperta no leitor sentimentos de compaixão e indignação.

Essa estratégia aproxima-se daquilo que Brycchan Carey⁵¹ definiu como “retórica da sensibilidade”(Carey, 2000). Em seu estudo sobre os discursos antiescravistas britânicos dos séculos XVIII e XIX, Carey argumenta que escritores e publicistas recorreram frequentemente a descrições intensificadas do sofrimento humano com o objetivo de persuadir emocionalmente o público leitor. Segundo o autor, a retórica sentimental buscava convencer os leitores de que determinados indivíduos estavam submetidos a dores e injustiças intoleráveis, mobilizando assim sentimentos de simpatia, piedade e identificação emocional(Carey, 2005).

De acordo com Carey, a chamada “retórica da sensibilidade”(Carey, 2000) estruturava-se justamente na capacidade de produzir comoção através da descrição de cenas de dor, violência e vulnerabilidade, deslocando o debate da esfera puramente racional para o campo da emoção e da empatia. A exposição do sofrimento físico dos escravizados, dos castigos corporais, das humilhações e das separações familiares tinha como finalidade provocar no leitor uma reação afetiva diante da escravidão. Tal perspectiva também aparece em estudos sobre o discurso abolicionista, os quais demonstram que a literatura e a imprensa frequentemente utilizaram narrativas sentimentalizadas para sensibilizar o público quanto às mazelas do cativo(Carey, 2005).

Nesse sentido, embora *O Comendador* não possa ser compreendido como um romance abolicionista propriamente dito, Francisco Pinheiro utiliza mecanismos narrativos semelhantes ao representar os sofrimentos ligados ao universo escravista. As passagens que descrevem maus-tratos, violência e degradação dos escravizados cumprem importante função moral dentro da narrativa: ao mesmo tempo em que reforçam a imagem cruel e corrupta do antagonista, também produzem um efeito de sensibilização do leitor diante das consequências humanas da escravidão. O sofrimento do escravizado, portanto, transforma-se em elemento de persuasão emocional, articulando compaixão, repulsa moral e dramaticidade narrativa dentro da construção folhetinesca do romance.

A modalidade sentimentalista está fortemente presente no capítulo XII do romance, o mesmo que nos apresenta a fazenda do comendador Gonçalves Amarante e seu trato com os

⁵¹ CAREY, Brycchan. *British abolitionism and the rethoric of sensibility. Writing, Sentiment and Slavery, 1760-1807*. New York: Palgrave Mac Millan, 2005.

escravizados. Francisco Pinheiro descreve a rotina e estadia dos escravizados de modo a ilustrar um quadro de sofrimento, dor, choro, encarceramento e morte de um povo subjugado.

A alimentação a que estavam sujeitos os escravos constava unicamente de feijão cozido sem gordura, e de angu de farinha de milho. Isto era invariavelmente o mesmo em todos os dias do ano. Quanto à roupa, apenas recebiam por tamina de seis em seis meses, os escravos uma ceroula e uma camisa de algodão grosso de Minas, e as escravas uma saia e camisa do mesmo. Tudo isso reunido concorria para que a mortandade fosse horrorosa, não só nos adultos como nas crianças. Com efeito, apesar de ter tido sempre mais de duzentos escravos, Comendador nunca pôde ver vingar uma cria sua. Ele atribuía isto a feitiços, entretanto que a verdadeira razão era bem clara. Além das causas que acabamos de apontar, causas as mais próprias para debilitarem a organização a mais robusta, a escrava que acabava de ter um filho ia logo, ao cabo de três ou quatro dias, quando muito, para o serviço da enxada, e, debaixo do azorrague de desalmados feitores, trabalhava desde antes de amanhecer até depois do sol posto. (PINHEIRO, Francisco, p1, cap XII).

Francisco pinheiro também usa da figura materna para acentuar o tom sentimentalista, expondo as condições em que as escravas mães passavam no cativela na fazenda do comendador, intensificando o apelo emocional e ao contrário da visão do comendador, evidencia o caráter da figura humana presente nos escravizados.

Elas nem sempre tinham a felicidade de encontrar nos monturos alguns farrapos de panos, que emendando uns aos outros, durante as poucas horas de seu descanso, formassem com eles uma coberta para nela envolverem as míseras criancinhas, que de ordinário ficavam nuas e expostas a todas as intempéries, e assim se criavam até morrerem. Além disso, era somente quando vinham para as suas infectas senzalas que essas mães, quase sempre transformadas em espectros animados, e exaustas por um trabalho além de humanas forças, entregavam aos sequiosos filhinhos seus seios murchos, mirrados, que apenas davam algumas gostas de um leite aquoso, que era antes um veneno do que um alimento. Debalde a pobre criancinha, chorando de fome, os apertava com lábios sôfregos; debalde a pobre mãe, misturando com as dele as suas lágrimas, comprimia os peitos com seus descarnados dedos, o leite não corria, e freqüentemente em seu lugar mamava sangue, que o sedento filho com voracidade sorvia. A mãe, então, curtindo agudas dores e desesperada caía junto dele, e no dia seguinte, quando os feitores, ao amanhecer, entravam nas senzalas para correrem para fora a chicote aquelas que se demoravam, encontravam muitas vezes a criancinha segura ainda aos seios maternos; tanto mãe como o filho pareciam dormir a sono solto, sono tão profundo que nem as pancadas daqueles carrascos podiam despertá-los. Ambas tinham morrido, ambas haviam deixado de uma vez essa vida de martírio a que outras menos ditosas ficavam ainda sujeitas. (PINHEIRO, Francisco, p1, cap XII).

O que evidencia o caráter antiescravista ou até mesmo abolicionista de Francisco Pinheiro encontra-se em um trecho ainda no capítulo XIX, onde o autor transita de narrador do romance e comenta sua opinião acerca do escravismo, cunhada sobre preceitos cristãos e morais

Como cristão, como homem, como Brasileiro, daqui bradamos-lhe: coragem, arrisca alguma coisa para ganhar muito e muito, acabai com a maldita escravatura, que como a cárie nos corrói os membros, nos desmoraliza, nos amesquinha e rebaixa perante o mundo civilizado, nos enfraquece e mesmo nos empobrece, apesar de suas enganosas aparências em contrário, pois se opõe não só ao progresso moral, mas também ao material. Muito se fez acabando com o tráfico, que ameaçava afogar-nos debaixo de uma onda negra; mas isto ainda não basta; acabai, ainda vos repetimos, com a escravatura; povoai de colonos as vossas grandes fazendas, e em breve sereis ricos, a humanidade folgará, e o Brasil será uma poderosa, moralizada e respeitada nação. (PINHEIRO, Francisco, p1, cap XII).

Por fim, ao encerrar o capítulo, Francisco Pinheiro destaca que os personagens inseridos naquele ambiente já se encontravam habituados às atrocidades e ao sofrimento cotidiano produzidos pela escravidão, tratando aquelas cenas de violência como parte natural da realidade da fazenda. Entretanto, o narrador demonstra preocupação com o impacto que tais descrições poderiam causar no público leitor, reconhecendo o caráter perturbador, doloroso e até chocante do quadro apresentado. Ao comentar que os leitores poderiam sentir incômodo diante das cenas narradas, Francisco Pinheiro estabelece uma aproximação direta com seu público, rompendo momentaneamente com a narrativa para chamar atenção à brutalidade da instituição escravista.

Dessa maneira, ao encerrar juntamente com o capítulo a descrição dos sofrimentos vivenciados pelos escravizados, o autor reforça o tom sentimentalista da obra e evidencia a intenção de sensibilizar moralmente seus leitores. O desconforto provocado pelas cenas de dor, morte e degradação humana funciona, portanto, como parte importante da construção narrativa do romance, buscando despertar sentimentos de compaixão, indignação e reflexão diante das mazelas do cativeiro e da naturalização da violência escravista na sociedade oitocentista.

Considerações Finais

A análise do romance de folhetim *O Comendador* evidencia a complexidade e a relevância dessa modalidade de publicação no contexto brasileiro do século XIX. Inserido no ambiente de expansão da imprensa e de ampliação do público leitor, o folhetim constituiu não apenas uma forma de entretenimento popular, mas também um espaço de circulação de debates morais, sociais e políticos. Nesse sentido, a publicação seriada em periódicos permitiu que temas ligados à escravidão alcançassem um público mais amplo, integrando-se às discussões que atravessavam a sociedade imperial oitocentista.

Ao longo da narrativa, Francisco Pinheiro de Magalhães utiliza a instituição escravista não apenas como elemento de ambientação, mas como componente central da construção moral do antagonista Gonçalves Amarante e da crítica social presente na obra. As descrições das senzalas, das condições de trabalho, da alimentação precária, da violência cotidiana e da mortalidade dos escravizados revelam um quadro de profunda degradação humana, expondo as contradições e brutalidades do sistema escravista. A escravidão aparece, portanto, associada à violência, à desumanização e ao atraso moral da sociedade brasileira.

Nesse processo, o autor recorre de maneira significativa a elementos do sentimentalismo oitocentista. A construção de cenas marcadas pelo sofrimento físico e emocional dos escravizados — sobretudo das mães e crianças submetidas ao cativeiro — opera como mecanismo de sensibilização do leitor. Ao enfatizar lágrimas, fome, morte, dor e separação familiar, Francisco Pinheiro aproxima-se daquilo que Brycchan Carey definiu como “retórica da sensibilidade” (Carey, 2000), estratégia narrativa que buscava mobilizar sentimentos de compaixão, empatia e indignação diante das injustiças da escravidão. Desse modo, o sofrimento do escravizado não atua apenas como elemento dramático, mas também como instrumento de persuasão moral e crítica social.

Além disso, a obra apresenta momentos em que o narrador explicita posicionamentos críticos em relação à escravidão, associando-a não somente à degradação moral, mas também ao atraso material e econômico do país. Ao defender o fim da escravidão e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, o romance demonstra como a questão escravista já se encontrava inserida nos debates intelectuais e políticos que atravessavam o Brasil em meados do século XIX. Ainda que *O Comendador* não possa ser classificado propriamente como um romance abolicionista, a obra evidencia sensibilidades críticas que dialogam com o crescimento das discussões antiescravistas no período.

Dessa forma, conclui-se que o romance de Francisco Pinheiro de Magalhães constitui uma fonte relevante para a compreensão das formas pelas quais a literatura em folhetim participou da construção de imaginários, sensibilidades e discursos acerca da escravidão no Brasil oitocentista. Ao articular melodrama, sentimentalismo e crítica social, *O Comendador* demonstra como a ficção publicada nos jornais podia atuar simultaneamente como entretenimento popular e espaço de reflexão sobre os problemas morais e sociais do Império brasileiro.

Referências bibliográficas

- ACEITUNO, Yolanda Caballero. **Anti-slavery and sentimentalism in Aphra Behn's Oroonoko**. The Grove: working papers on English studies, Jaén, n. 13, 2006.
- CAREY, Brycchan. **British abolitionism and the rethoric of sensibility. Writing, Sentiment and Slavery, 1760-1807**. New York: Palgrave Mac Millan, 2005.
- CAREY, Brycchan Anthony Oliver. **The Rhetoric of Sensibility: Argument, Sentiment, and Slavery in the Late Eighteenth Century**. 2000. 1 v. Tese (Doutorado em Filosofia) – Queen Mary and Westfield College, University of London, Londres, 2000.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- DARNTON, Robert. **A questão dos livros**. Tradução por Daniel Pellizzari. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- JORNAL DO COMMERCIO**. Rio de Janeiro, 29 abr. 1856.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MONTEIRO, Francisco César Manhães. **A figura do negro escravizado no romance brasileiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro Disponível em: https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545143398_ARQUIVO_ArtigoFranciscoManhaes-rev.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2024
- SANT'ANA, Mateus Ribeiro de. *De social à socialista: publicação e recepção do romance Os Mistérios de Paris, de Eugène Sue, na imprensa fluminense (1844-1857)*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022, p. 51.
- SAYERS, R. S. **O negro na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1958.
- SILVA, Keicy Salustiano da. **Nos rastros da persuasão: a retórica da simpatia e da inferiorização racial na escrita do abolicionista Joaquim Nabuco**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.
- SOUSA, Caroline Passarini Sousa. *Abolicionismo e gênero: mulheres escravizadas e políticas de abolição gradual nos séculos XVIII e XIX*. In: 32º Simpósio Nacional de História – ANPUH Nacional, São Luís. *Democracia e direitos humanos: desafios para uma história profissional*. São Luís: Associação Nacional de História, 2023. p. 1-20.

Dilma e Temer: motivações presentes na formação de coligações partidárias

Rafael Gomes Saad

Mestre em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Rafaelsaad633@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como propósito apresentar o tema de pesquisa que o autor pretende desenvolver durante o doutorado. Intitulado provisoriamente de “Dilma Rousseff e Michel Temer: benefícios, contradições e problemas decorrentes das escolhas tomadas no processo de formação das coligações partidárias”, seu objetivo consiste em compreender as motivações e interesses presentes na decisão do Partido dos Trabalhadores (PT) em formar uma chapa eleitoral com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para disputar as eleições presidenciais de 2010 e 2014. Em ambos os pleitos a candidata do PT, Dilma Rousseff, concorreu ao cargo de presidente da República tendo Michel Temer, do PMDB, como candidato a vice. Continuando o debate iniciado durante nossa monografia de conclusão de curso e nossa dissertação de mestrado, desejamos examinar a interação entre presidente e vice em um governo e a ascensão desse vice ao cargo de presidente. Tendo como foco os presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e o vice eleito conjuntamente com ambos, João Goulart, o objetivo de nosso primeiro trabalho consistiu em descobrir as motivações de um cidadão para eleger, por meio do voto, um candidato a presidente de um partido junto com um candidato a vice-presidente de outro partido, em eleições separadas. Guiado por um interesse semelhante, mas apresentando um objeto diferente, em nosso segundo trabalho analisamos os interesses do Congresso Constituinte de 1891 em eleger, através de pleitos separados, o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal Floriano Peixoto como os primeiros governantes da República. Ainda que ambos fossem militares, eles não estavam na mesma chapa eleitoral e não representavam os mesmos projetos e grupos. Guiado pela percepção de que os vice-presidentes são frequentemente vistos como sujeitos coadjuvantes na arena política, mas que, ao assumirem a chefia da Nação, por vezes demonstram uma orientação ideológica e uma linha de ação bem distinta da de seu antecessor, é que desejamos realizar nossa pesquisa de doutorado. Se a historiografia é bastante cuidadosa para discutir governos e realizações políticas, ainda existem lacunas a serem preenchidas no que se refere a importância dos vice-presidentes e aos interesses e motivações presentes na formação de coligações eleitorais. Na República brasileira, em que por diversas ocasiões e razões, os vice-presidentes ascenderam à Chefia do Executivo Nacional, nosso tema torna-se ainda mais relevante.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; Michel Temer; coligações partidárias.

Introdução

Proclamada em 15 de novembro de 1889, a República brasileira detém uma trajetória de mais de 130 anos. Ao longo de sua história esse regime político, que substituiu a Monarquia,

passou por diversas fases no que se refere a democratização. Paulatinamente, em meio a um processo que envolveu avanços, estagnações e retrocessos no decorrer de décadas, diversos grupos – como mulheres e analfabetos – conseguiram conquistar o direito de voto, inserindo-se então no processo eleitoral. Desde a Constituição de 1988, o alistamento eleitoral e o direito ao voto passaram a englobar todos os brasileiros maiores de 18 anos (BRASIL, 1988).

Se as eleições em todos os níveis – municipal, estadual e federal – são importantes para ditar os rumos da política nacional e o destino dos brasileiros, é inegável que a eleição presidencial possui uma relevância maior. Chefe de Estado e de Governo, o presidente da República detém poderes e atribuições capazes de afetar positiva ou negativamente a vida de milhões de brasileiros. Se, em razão disso, o presidente da República e/ou os postulantes a esse cargo são figuras conhecidas e debatidas, o mesmo não pode ser dito sobre o vice-presidente.

Pouco debatido ou até mesmo invisibilizado, o vice-presidente está longe de ser um mero coadjuvante na arena política. Ainda que seja o substituto do Chefe do poder Executivo, o vice-presidente não necessariamente partilha da mesma ideologia ou segue o mesmo plano de governo do titular do cargo. Esse embaraço torna-se ainda mais agudo quando se constata que, na República brasileira, por diversas ocasiões e razões, os vice-presidentes assumiram a chefia da Nação e tocaram uma política distinta da de seu antecessor. Em razão dessa recorrência, desejamos debater não apenas a importância dos vice-presidentes, mas também o modo pelo qual foram escolhidos para a suplência da Presidência da República.

Para cumprir com os objetivos propostos, nosso trabalho está dividido em três seções. Em cada uma delas apresentamos governos em que o vice-presidente ascendeu ao comando do poder Executivo. Tendo como base o fato de que João Goulart foi escolhido como vice-presidente de Juscelino Kubitscheck, eleito em 1955, e de Jânio Quadros, eleito em 1960, na primeira seção realizamos algumas reflexões sobre a importância do voto e suas motivações. Na segunda seção nosso foco esteve em investigar o governo composto pelo marechal Deodoro da Fonseca e pelo Marechal Floriano Peixoto, escolhidos, respectivamente, como presidente e vice-presidente da República em 1891. Na última seção apresentamos nossas reflexões iniciais sobre o tema de pesquisa que pretendemos desenvolver durante o curso de doutorado, ou seja, o governo, eleito em 2010 e 2014, da presidenta Dilma Rousseff e do vice Michel Temer. Ao investigarmos governos inseridos em contextos temporais bastante espaçados entre si,

pretendemos demonstrar como a problemática envolvendo a figura do vice-presidente mantém-se atual e relevante.

Antes, contudo, de adentrarmos propriamente no tema de nosso estudo, vejamos o aporte teórico-metodológico que foi empregue em sua elaboração. No presente escrito utilizamos uma metodologia de trabalho com fontes impressas. Devido ao registro diário/semanal/quinzenal que realizam da vida cotidiana ou de alguma temática específica, os jornais apresentam uma gama de possibilidades para a compreensão do passado. A partir dessa perspectiva não estamos querendo indicar que os jornais são registros fidedignos de “como o passado de fato ocorreu”, e nem os apontar como meros instrumentos de manipulação, interpretações estas que impediriam quaisquer potencialidades do uso dessas fontes. Na verdade, compreendemos os fatos registrados pelos jornais como sendo construções, em que a busca pela objetividade se faz presente de forma relativa e não absoluta (CAPELATO, 1988, p. 20-22).

Conectado a isso, estaria o papel de agente histórico que o jornal exerce. Entendemos o impresso como sendo um agente histórico em virtude do periódico não apenas realizar o registro dos fatos, mas também por buscar atuar na realidade presente (MOREL, 2014, p. 20). Essa atuação pode ser percebida pela presença de projetos, valores e ideias contidas no jornal, que interagem com o contexto no qual ele está inserido visando produzir modificações no cenário político e social (DE LUCA, 2008, p. 133; GUIMARÃES, 2021, p. 8).

Com relação ao quadro teórico, o presente trabalho encontra-se inserido no debate da renovação da História Política, como exposto René Rémond no livro *Por uma História Política*. Dentre os aspectos que caracterizam esse movimento, faz-se necessário mencionar a pluridisciplinaridade. Em outras palavras, a História Política se renovou a partir do contato com outras disciplinas, fator que a permitiu absorver as mais distintas contribuições, tais como: técnicas de pesquisa, vocabulário, conceitos, problemas e interrogações (RÉMOND, 2003, p. 29-30). Essas interfaces foram de suma relevância para um campo interdisciplinar como o da História Política, impossível de ser estudado/tratado de forma isolada.

A Terceira República: as eleições de 1955 e 1960

A construção desta seção teve como base a monografia de conclusão de curso do autor. Elaborada em 2023 e intitulada “A consciência do voto e os vice-presidentes: a importância de saber em quem se vota (1955-1965)”, esse trabalho teve como propósito investigar se o brasileiro tem consciência do voto e ciência sobre em quem está votando. Como forma de examinar essa questão realizamos um estudo de caso sobre João Goulart, eleito vice-presidente do Brasil em 1955 e 1960, objetivando comparar sua pessoa, trajetória, ideologia e crenças com os presidentes que foram eleitos junto com ele. O intuito dessa confrontação era verificar se havia concordância política, ideológica e programática entre os homens escolhidos para compor o poder Executivo em 1955 e 1960. Com base nessa comparação buscávamos também constatar se exista ou não coerência no voto dos brasileiros.

A opção por recuar no tempo para investigar uma questão que ainda se apresenta extremamente atual deve-se ao formato eleitoral distinto dos pleitos mencionados anteriormente. Diferentemente do sistema vigente, em que se elege presidente e vice-presidente de forma conjunta, em 1955 e 1960 estavam previstos pleitos separados para escolha dos candidatos a compor o poder Executivo (BRASIL, 1946). A existência de escrutínios específicos para esses dois cargos possibilitava que o eleitor escolhesse como presidente e vice-presidente dois indivíduos de partidos distintos e que não estavam coligados. Foi exatamente isso que ocorreu em 1960 com a eleição de Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), e João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (GOMES; FERREIRA, 2018, p. 272). Uma outra peculiaridade desse antigo sistema eleitoral era a possibilidade do candidato a vice-presidente receber mais votos que o postulante ao cargo de presidente. Isso ocorreu em 1955, quando João Goulart obteve aproximadamente 513 mil votos a mais que Juscelino Kubitschek (BANDEIRA, 2010, p. 139).

Essas duas singularidades relacionam-se com o porquê escolhemos nos basear nas eleições de 1955 e 1960 para investigar se o brasileiro tem consciência do voto e ciência sobre em quem está votando. Em outras palavras, se havia escrutínios separados para a escolher o presidente e o vice-presidente da República, o que levava um cidadão a eleger, por meio do voto, candidatos de partidos diferentes e não coligados para esses respectivos cargos? Esses indivíduos apresentavam aproximações que permitiam o diálogo e a execução de um projeto político comum ou suas diferenças eram inconciliáveis? Vejamos a seguir as reflexões produzidas para responder esses questionamentos.

No que se refere a dúvida sobre se o brasileiro tem consciência do voto, nossa resposta seria que sim. O direito de voto sempre foi algo almejado e motivo de luta para os grupos que não o tinham, como as mulheres e os analfabetos. Das eleições para o Executivo e Legislativo federal em 1945 até as eleições para governador, senador e deputado federal em 1962, o percentual de votantes aumentou de 13,4% para 20% da população total (NICOLAU, 2002, p. 25). Esse incremento representava um forte indício de como os brasileiros entendiam a participação nas eleições como algo benéfico e buscavam se fazer presente na vida política do país por meio da escolha de seus representantes.

No que se refere ao questionamento sobre se o brasileiro tem ciência a cerca de quem é o sujeito no qual ele está votando, nossa resposta também é positiva. A eleição de João Goulart em 1960, que não estava coligado formalmente com Jânio Quadros, não pode ser entendida como algo fortuito. Se o candidato do PTN, com suas propostas de promover uma melhor eficiência administrativa e combater a corrupção (QUELER, 2019, p. 398), conseguiu obter o apoio da população, João Goulart, a partir da defesa do programa das reformas de base (BANDEIRA, 2019, p. 144-146), também teve êxito nesse processo. O fato de ambos terem sido eleitos em 1960 era um forte indicativo de que suas proposições conseguiram se conectar com os desejos da população. No caso específico de João Goulart, que estava se reelegendo, sua vitória era um indício de que seus projetos e sua figura detinham maior respaldo junto a população do que as propostas e o personagem Milton Campos, candidato a vice-presidente da chapa de Jânio Quadros.

Antes de encerramos a atual seção, faz-se necessário realizarmos um breve comentário como forma de completar nossas reflexões. Como argumentamos, o brasileiro tem consciência da importância do ato de votar e do que ele representa, bem como ele sabe em quem está votando. No entanto, tendo isto em vista, poder-se-ia indagar se o voto do brasileiro é racional/preciso no que se refere a escolha de candidatos que estão comprometidos com as demandas dos eleitores. Esse raciocínio poderia conduzir ao entendimento de que um voto racional seria o de um trabalhador em candidatos defensores das demandas trabalhistas, de um negro em políticos comprometidos com pautas antirracistas ou de fazendeiros em políticos defensores do latifúndio, por exemplo.

No decorrer de nossa monografia, contudo, pudemos perceber que o voto e suas motivações não funcionam assim. Em outras palavras, não se pode pensar o voto de modo tão

simplista, imaginando que cada grupo e/ou setor socioeconômico da sociedade tenha candidatos e/ou partidos previamente estabelecidos nos quais poderia votar, e que, o que fugisse a isso seria uma prática irracional. Na verdade, o voto deve ser pensando como reflexo das mais variadas influências que um indivíduo sofre ao longo de sua vida, como sua origem, classe, cor, condição socioeconômica e sua categoria de trabalho, por exemplo. Assim, não é possível determinar o que é um voto consciente e o que não é, pois não podemos indicar qual aspecto da vida de um indivíduo atuou de forma mais intensa no momento de escolha de seus candidatos.

Retomando o exemplo citado anteriormente, em 1960 um eleitor poderia ter votado em Jânio Quadros por consentir com sua proposta de combater a corrupção, e também em João Goulart por acreditar que uma maior lisura e eficiência administrativa estaria em consonância com as mudanças nas estruturas brasileiras propostas pelo candidato a vice-presidente. O que desejamos ao evocar esse exemplo não é apontar se esse raciocínio do eleitor é racional ou não, mas sim, demonstrar como os elementos que compõe o voto são mais complexos do que parecem. Para além da plataforma eleitoral, a própria figura de um candidato, seu comportamento, gestos e roupas que o filiam a classe trabalhadora ou as elites do país, são elementos que podem contribuir para ele receber mais ou menos votos. Por fim, acreditamos que com esse comentário sobre a racionalidade do voto e a complexidade que envolve esse ato, conseguimos responder às indagações que motivaram a realização de nossa monografia de conclusão de curso.

A Primeira República: a eleição de 1891

A construção da atual seção teve como base a dissertação de mestrado do autor defendida em março de 2026. Intitulada “Deodoro e Floriano: semelhanças e diferenças no estabelecimento da República”, esse trabalho teve como propósito compreender as motivações e interesses do Congresso Constituinte de 1891 em eleger, através de pleitos separados, o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal Floriano Peixoto como os primeiros governantes da República. Ainda que ambos fossem militares, eles não estavam na mesma chapa eleitoral e não representavam os mesmos projetos e grupos. Em razão desses aspectos, acreditávamos que suas vitórias tivessem sido motivadas por causas distintas. Antes, contudo, de expormos as reflexões produzidas para responder o questionamento proposto, faz-se necessário realizarmos uma breve contextualização.

Em 15 de novembro de 1889 a Monarquia brasileira foi derrubada. Enfrentando um período de crise e instabilidade política desde o término da Guerra do Paraguai (1864-1870), o regime político vigente sucumbiu diante de um levante organizado por parcelas do Exército. Liderando essa insurreição estava o marechal Deodoro da Fonseca, uma das figuras mais respeitadas e notórias da caserna à época. Instalada a República, coube a ele o posto de Chefe do Governo Provisório, cargo o qual deveria ocupar até que a Constituição do novo regime fosse promulgada e seus governantes definitivos fossem escolhidos. Esse processo de legalização da República foi concluído em 25 de fevereiro de 1891, data em que o marechal Deodoro foi eleito presidente do Brasil (CARONE, 1983, p. 51-52).

Para ocupar o cargo de vice-presidente, o Congresso Constituinte de 1891 elegeu um outro militar de grande prestígio, o marechal Floriano Peixoto. Tal qual Deodoro, Floriano também lutou na Guerra do Paraguai (SAES, 2005, p. 20-21) e foi um dos principais responsáveis pelo sucesso da conspiração que derrubou a Monarquia (SAES, 2005, 34-35). Se em um primeiro momento pode parecer que os congressistas elegeram dois oficiais semelhantes para formar o 1º governo constitucional da República, faz-se necessário examinar esse fato com maior acuidade. Em que pese tais semelhanças, eles representavam grupos, valores, projetos e interesses distintos. A escolha dos constituintes por Floriano e não por Eduardo Wandenkolk, candidato a vice-presidente que integrava a chapa de Deodoro, significou a formação de um governo composto por dois militares heterogêneos. Em pouco tempo, a opção por Floriano mostrou-se justificada.

Para que fosse possível compreender o resultado dessa eleição indireta, no qual não foi a população, por meio do voto, que escolheu os candidatos que iriam compor o Poder Executivo, mas sim o Congresso Constituinte de 1891, fez-se necessário lançar luz não somente nesse pleito, mas também na vida prévia de ambos os sufragados. Um dos elementos mais importantes da trajetória de Deodoro e Floriano foram as formações distintas com que tiveram contato na Escola Militar da Corte. Enquanto que o primeiro estudou na referida instituição antes da criação da Lei de Promoções do Exército de 1850, o segundo a frequentou após essa reforma.

Criada com o objetivo de impedir que oficiais jovens, e bem relacionados politicamente, obtivessem promoções para os altos escalões do Exército antes do tempo devido, a reforma de 1850 produziu consequências não previstas para a caserna e para o Império. Enquanto que os oficiais que estudaram na Escola Militar da Corte, antes da reforma, obtiveram uma formação

mais obsoleta e tendencialmente apresentavam posições mais aderentes em relação à Monarquia, os que a frequentaram no pós-1850 passaram por uma formação mais moderna e obtiveram uma melhor educação, tendendo a apresentar posições mais progressistas e contestatórias em relação ao governo Imperial (SAES, 2005, p. 22-26).

Escolhidos como os primeiros governantes da República, suas vitórias se deram por motivos diferentes. No caso de Deodoro, que vinha tendo uma relação conflituosa com os constituintes, sua vitória se deu em razão dos rumores de que um golpe militar eclodiria caso ele não fosse eleito presidente da República (CARONE, 1983, p. 50-52). Já Floriano, seu triunfo significou a consagração de um agente que, embora militar, não representava o mesmo projeto defendido por Deodoro e estava afinado com os opositores do mesmo (CARVALHO, 2019, p. 94; FAUSTO, 2015, p. 219; SAES, 2005, p. 131-133). Um dos motivos dessa aliança forjada entre o vice-presidente e os adversários de Deodoro foi a insatisfação de ambos para com a política econômica do Governo Provisório.

Impelida a eleger Deodoro em razão do rumor golpista que rondou os dias prévios ao da realização do pleito presidencial, a oposição congressista avaliou que a eleição de Floriano poderia ser a forma mais efetiva de fazer um contraponto a Deodoro dentro do próprio poder Executivo. Em um momento instável, no qual a República nascente caminhava para se institucionalizar, Floriano Peixoto, pela posição de liderança que também possuía na caserna, era quicá o único agente capaz de se contrapor a Deodoro com certo respaldo do Exército. Isto não quer dizer, no entanto, que todas as ações de Floriano seriam aceitas pela caserna, até porque dentro dessa instituição haviam adeptos e opositores aos dois marechais, mas sim que, por ele ser um militar, seus atos encontrariam uma melhor acolhida dentro do Exército do que se emanassem de um civil.

Ao escolher Deodoro como presidente, o Congresso Constituinte não apenas evitou a eclosão de um golpe, como também aumentou sua possibilidade de agir mais livremente em relação ao pleito subsequente. Ainda que tenham vivido os mesmos acontecimentos e fizessem parte da mesma geração (SIRINELLI, 1996, p. 131-137), Deodoro e Floriano representavam grupos, valores, e interesses distintos. Esses contrastes foram percebidos e apropriados pelos adversários do Chefe do Governo Provisório, constituindo-se no principal motivo para a vitória eleitoral de Floriano em 1891.

A escolha por Floriano, contudo, não significava que ele representava o projeto da oposição congressional, liderada pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Na verdade, haviam grandes divergências entre esse militar e os políticos de São Paulo sendo a aliança que realizaram, tanto na Constituinte como durante o Governo de Floriano, puramente tática (CARVALHO, 2019, p. 94; FAUSTO, 2015, p. 219; SAES, 2005, p. 131-133). No entanto, durante o momento de escolha dos primeiros governantes constitucionais da República, Floriano representava a melhor forma da oposição congressional se fazer presente no Executivo e, conseqüentemente, buscar neutralizar as forças de Deodoro.

A segunda redemocratização: as eleições de 2010 e 2014

A construção da presente seção teve como base o embrionário projeto de pesquisa que o autor pretende desenvolver durante o curso de doutorado. Intitulado provisoriamente de “Dilma Rousseff e Michel Temer: benefícios, contradições e problemas decorrentes das escolhas tomadas no processo de formação das coligações partidárias”, seu objetivo consiste em compreender as motivações e interesses presentes na decisão do Partido dos Trabalhadores (PT) em formar uma chapa eleitoral com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para disputar as eleições presidenciais de 2010 e 2014. Em ambos os pleitos a candidata do PT, Dilma Rousseff, concorreu ao cargo de presidente da República tendo Michel Temer, do PMDB, como candidato a vice.

Para que seja possível compreendermos essa decisão do PT, faz-se necessário observarmos não apenas os meses que antecederam os pleitos de 2010 e 2014, mas também os dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010). A importância de analisar o governo que antecedeu a presidência de Dilma deve-se ao fato de que foram nesses anos que a aproximação do PT com o PMDB, que culminou na formação de uma coligação partidária, começou a se desenvolver. Diferentemente de sua sucessora, Lula não contou com a participação do PMDB na aliança eleitoral encabeçada pelo PT para disputar as eleições de 2002 e 2006. Se em 2002 o PMDB se uniu com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), indicando Rita Camata como candidata a vice-presidente da chapa capitaneada por José Serra (GUILHERME, 2020, p. 220), em 2006 o panorama eleitoral foi mais obscuro. Sem integrar oficialmente as coalizões construídas pelo PT e pelo PSDB, a decisão de apoiar Lula ou Geraldo Alckmin variou em cada

unidade federativa, de acordo com as decisões dos diretórios estaduais do PMDB (TEMER REAGE..., 2006, p. 1) (ATRAÍDOS PELO..., 2006, p. 1).

Se haviam sido rivais no pleito de 2002, no início do ano seguinte alguns quadros do PMDB já estavam compondo as bases do governo Lula. Para que possamos compreender exitosamente como ocorreu essa aproximação entre os dois partidos, faz-se necessário não tratarmos o PMDB como sendo uma agremiação completamente homogênea e coesa. Na verdade, dentro do partido haviam grupos com interesses e objetivos distintos, fator esse que é parte da explicação do porquê a aliança com o PT somente foi cabalmente firmada durante o término do 1º mandato de Lula. Para os fins desse trabalho nos guiaremos pela divisão proposta por André Singer para compreender as posições assumidas pela agremiação, ou seja, “PMDB da Câmara” e “PMDB do Senado” (SINGER, 2018, p. 177- 180).

Enquanto o PMDB da Câmara era liderado por Michel Temer, ex-deputado constituinte, deputado federal desde 1991, até então 2 vezes presidente da Câmara dos deputados e presidente do PMDB desde 2001, o PMDB do Senado era encabeçado por José Sarney, político que já havia ocupado os cargos de governador, deputado, senador e presidente da República. Foi com o grupo de José Sarney que Lula conseguiu construir uma aliança já no primeiro semestre de 2003. Com relação ao PMDB da Câmara, negociações infrutíferas em 2002 e 2003 com PT foram responsáveis pela não adesão da facção liderada por Temer às bases do governo (SINGER, 2018, p. 179-180).

Em 2005, com a explosão do escândalo midiático do mensalão e diante da possibilidade de ter de enfrentar um processo de impeachment, Lula foi impelido a fortalecer sua relação com o PMDB do Senado entregando-lhes novas pastas ministeriais. Se a proteção contra a crise do mensalão custou algumas concessões para o grupo comandado por Sarney, o PMDB da Câmara não foi incluído no acordo. À margem do pacto, Temer não poupou críticas aos senadores José Sarney e Renan Calheiros, articuladores das negociações com Lula, e nem aos quadros do PMDB que aceitavam assumir os cargos oferecidos pelo governo petista (SINGER, 2018, p. 181).

Se o presidente da República conseguiu superar a crise do mensalão sem precisar se aliar com o grupo de Temer, um outro acontecimento, também em 2005, foi fundamental para que Lula decide-se costurar um pacto com o PMDB da Câmara: a vitória acirrada de Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), nas eleições para a presidência da Câmara dos deputados. Por apenas 15 votos de diferença, 258 contra 243 de José Thomaz Nonô, do Partido da Frente

Liberal (PFL), o candidato do PCdoB foi eleito (SINGER, 2018, p. 178). Realizado em setembro, esse pleito ocorreu no mesmo período em que o escândalo do mensalão já se fazia presente no noticiário brasileiro. Caso o candidato do PFL tivesse sido vitorioso, isto poderia aumentar a instabilidade da presidência petista e até mesmo ocasionar a abertura de um processo de impeachment, atribuição de competência do presidente da Câmara.

O risco que esses dois acontecimentos correlacionados representaram para a permanência de Lula à frente da presidência da República, devem-se vistos como fundamentais para a sua decisão de formular uma aliança com o PMDB da Câmara, objetivando contar com o apoio integral da agremiação no Legislativo e assegurar menores percalços em uma possível 2º mandato (MOTTA, 2025, p. 429; SINGER, 2018, p. 178). Curiosamente, o acordo entre o PT e a facção comandada por Temer prejudicou justamente o fiel da balança que impediu o agravamento da crise do mensalão: o deputado Aldo Rebelo.

Presidente da Câmara federal no biênio 2005-2007, Aldo Rebelo participou das eleições que definiram o novo mandatário dessa casa para os próximos dois anos. No entanto, mesmo tendo cumprido uma função essencial para assegurar a estabilidade do Governo Lula, o candidato do PCdoB não foi apoiado pelo presidente da República reeleito e nem pelo PT. Em acordo promovido com o PMDB da Câmara, pactuou-se que Arlindo Chinaglia seria o candidato do PT e do PMDB nesse pleito e que Temer o sucederia no biênio 2009-2011. Como parte também do acordo firmado entre as duas agremiações, alguns nomes pertencentes à facção comandada por Temer foram agraciados com pastas ministeriais e outros cargos públicos (SINGER, 2018, p. 181-182). Com base nesses movimentos o Chefe do poder Executivo desejava costurar uma sólida aliança com o partido que, durante os dois mandatos presidenciais de Lula, fortaleceu sua bancada na Câmara dos deputados e no Senado Federal. Construído esse acordo, o presidente da República conseguiu concluir seu 2º governo sem maiores percalços (MOTTA, 2025, p. 429).

Com as eleições de 2010 se aproximando, Lula se envolveu intensamente na construção da candidatura que deveria sucedê-lo em seu posto. Embora houvesse acumulado um grande capital eleitoral e político durante os 8 anos em que esteve à frente da Presidência da República, e tenha deixado seu cargo com uma aprovação recorde 87%, a tarefa de eleger um sucessor não eram tão simples (MOTTA, 2025, p. 432). Um dos principais óbices enfrentados consistia no fato de que Lula não possuía um sucessor natural. Possíveis postulantes como o ex-ministro Chefe da Casal Civil, José Dirceu, e o ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tiveram seus nomes

envolvidos no caso do mensalão, o que inviabilizou suas candidaturas (MOTTA, 2025, p. 427). Sem um nome consolidado para sucedê-lo, Lula decidiu escolher Dilma Rousseff.

A escolha de Lula era ousada e suscitou alguns questionamentos. Primeiramente, nos 121 anos de vigência do regime republicano até aquele momento, 1889 a 2010, nenhum dos mais de 30 presidentes do Brasil foi uma mulher. Em segundo lugar, por mais que Dilma já houvesse ocupado diversos cargos na máquina pública, inclusive durante o próprio Governo Lula, ela nunca tinha se candidato a nenhum cargo eletivo. Para agravar ainda mais o cenário, Dilma era lida como uma figura de perfil mais técnico do que político, característica que poderia dificultar a campanha eleitoral, em especial no momento de pedir/conquistar o voto da população. O fato dela ter ingressado no PT somente em 2001, não sendo então uma “petista histórica”, foi outro elemento que gerou receio entre algumas lideranças do partido (MOTTA, 2025, p. 432-433).

Para compor a chapa de sua sucessora, o presidente da República atuou para articular uma aliança com o PMDB, de modo que esse partido indicasse o candidato ao posto de vice-presidente (GUILHERME, 2020, p. 217). Por mais que a aproximação entre o PT e o PMDB já estivesse ocorrendo desde 2003, o acordo que Lula buscou realizar em 2010 não era um simples passo adiante na parceria dos dois partidos. Firmada a coalizão eleitoral, o PMDB deixava de ser um mero aliado que facilitava as relações do poder Executivo com o Legislativo, para ser tornar coparticipante na Presidência da República (GUILHERME, 2020, p. 226-227). Isso permitia que, para além da habitual negociação de postos na máquina pública por verbas parlamentares e votos no Congresso (GUILHERME, 2020, p. 217), o PMDB pudesse se interessar por mais, objetivando imprimir parcialmente seus interesses na própria linha política seguida pelo governo.

Se o propósito almejado por Lula ao estimular a coalizão com o PMDB não era obscuro, ou seja, garantir a Dilma uma poderosa base de apoio no Legislativo que lhe conferisse suporte para uma governança sem maiores percalços (MOTTA 2025 p. 433), essa estratégia continha riscos inerentes. Motivado pelos riscos políticos provocados pelo escândalo do mensalão, o plano de erigir uma ampla maioria parlamentar poderia tornar Dilma refém do PMDB. Se gerir os interesses dessa agremiação que detinha forte presença no Legislativo e passaria a ser coparticipante no poder Executivo não seria tarefa fácil para um político experiente, o que não era o caso de Dilma, a missão tornou-se ainda mais árdua quando o PMDB decidiu o nome que indicaria para compor a chapa com o PT: Michel Temer (GUILHERME, 2020, p. 233-234).

Se em outubro de 2009, PT e PMDB selaram um pré-acordo para construírem uma coligação partidária visando a disputa da eleição de 2010, o nome do candidato a vice-presidente somente foi definido posteriormente. Apreensivo com a possibilidade do PMDB indicar um nome de grande envergadura política como suplente de Dilma, Lula buscou imiscuir-se na decisão da agremiação. Em declaração realizada em dezembro do mesmo ano, o governante propôs que o PMDB apresentasse uma lista com três nomes para Dilma, pois, segundo argumentou, o encarregado de escolher o candidato a vice-presidente é quem está encabeçando a coalizão partidária (GUILHERME, 2020, p. 221). Em resposta Henrique Eduardo Alves, líder do PMDB na Câmara e integrante da facção de Temer, afirmou que somente caberia ao seu partido decidir quem seria o indicado para compor a aliança com Dilma. Aproveitando-se do mal-estar gerado pela declaração de Lula, setores do PMDB que eram contrários a formação da chapa com o PT aventaram que uma coalização com o PSDB para disputar as eleições presidenciais de 2010 não estava descartada (GUILHERME, 2020, p. 221).

Em reação a uma possível tentativa do PT de interferir na escolha do candidato a vice-presidente e até mesmo atuar para “vetar” determinados nomes, o PMDB, a partir da polêmica aberta por Lula, iniciou um processo de união e coesão. O centro aglutinador desse movimento, para onde os quadros do partido passaram a orbitar, era o presidente da agremiação: Michel Temer. O objetivo almejado com essa movimentação era fortalecer o nome de Temer e impô-lo ao PT como única opção possível para compor a coligação eleitoral. No entendimento do PMDB, o seu presidente partidário era o único quadro com experiência legislativa suficiente e habilidade política necessária para viabilizar os interesses da agremiação em um possível governo dividido com o PT (GUILHERME, 2020, p. 221-222).

No início de junho de 2010, os temores de Lula se confirmaram. O PMDB, ratificando a indicação que já havia realizado no mês anterior, informou que Temer era o seu escolhido para compor a coalizão partidária com Dilma Rousseff (GUILHERME, 2020, p. 223). A afirmação do pemedebista Geddel Vieira Lima, de que não haveria um possível Governo Dilma, mas sim um Governo Dilma e Temer, foi bastante elucidativa sobre as ambições que seu partido cultivava com relação ao mandato presidencial vindouro (GUILHERME, 2020, p. 224).

Se durante a campanha eleitoral de 2010 Dilma era lida como uma candidata de perfil mais técnico do que político, fator que a permitiu se blindar dos efeitos negativos do escândalo do mensalão e, ao mesmo tempo, se apresentar como uma continuadora das políticas lulistas

(MOTTA, 2025, p. 433), em 2014 o cenário era bem diferente. Após um mandato marcado por tentativas de aprofundar as políticas sociais de seu antecessor, combater a preponderância do rentismo na economia brasileira, fortalecer a industrialização e promover uma limpeza na máquina pública com o objetivo de enfrentar a corrupção e o clientelismo entranhado no estado, ação esta que afetava diretamente o PMDB, o caminho que Dilma teria de percorrer para conquistar sua reeleição não era simples (BASTOS, 2017, p. 3-4; MOTTA, 2025, p. 433; SINGER, 2018, p. 25-27).

Se as jornadas de protestos ocorridas em junho de 2013 contribuíram para abalar fortemente a aprovação da mandatária, cabe destacar que até outubro de 2014, mês em que ocorreu o pleito presidencial, Dilma vinha recuperando paulatinamente a sua popularidade (SINGER, 2018, p. 99). Diante de um cenário incerto, marcado também pelos efeitos negativos do julgamento do caso do mensalão (SINGER, 2018, p. 101), segundo semestre 2012, e o início da Lava-Jato, operação de combate à corrupção que produziu consequências desastrosas para a imagem de diversos quadros do PT (MOTTA, 2025, p. 437), a campanha eleitoral de Dilma apostou em um maior radicalismo para obter a vitória.

A recuperação do passado guerrilheiro de Dilma, que participou da luta armada contra a ditadura militar (1964-1985), para afirmar sua valentia e indicar que não reduziria os direitos da classe trabalhadora “nem que a vaca tussa” (SINGER, 2018, p. 195), foi combinada com fortes críticas aos dois principais candidatos da oposição, Marina Silva do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Aécio Neves do PSDB. A campanha eleitoral da petista associou esses dois opositores com os banqueiros e afirmou que, se eleitos, eles iriam executar um programa econômico prejudicial para os trabalhadores (MOTTA, 2025, p. 437; SINGER, 2018, p. 166).

Se a campanha de Dilma prometia executar um programa econômico antagônico ao de seus adversários, a renovação da aliança com o PMDB e com Temer representava um poderoso freio nessa ambição. Embora a força legislativa da agremiação do vice-presidente fosse essencial para que Dilma pudesse ser bem-sucedida em executar sua plataforma política, esse partido possuía seus próprios interesses. Oscilando entre o centro e a direita do espectro político a depender da conjuntura, o PMDB era uma agremiação altamente fisiológica e representante dos interesses do capital (SINGER, 2018, p. 155-157). Diferentemente do PT que desejava intensificar políticas sociais, aumentar a presença do Estado na economia e fortalecer o protagonismo das empresas públicas, a plataforma do PMDB era voltada para dismantlar

programas sociais, conter gastos públicos e avançar no processo de privatizações (GUILHERME, 2020, p. 223; SINGER, 2012, p. 216-217)

Aliado a isso, a tentativa de Dilma de promover uma limpeza na máquina pública gerou grande insatisfação no PMDB, que perdeu o controle de diversos cargos comissionados (SINGER, 2018, p. 184-189). Em meio a essa crescente insatisfação e diante das incertezas sobre a viabilidade da presidenta conseguir se reeleger, o partido presidido por Temer realizou uma convenção, em junho de 2014, para decidir se deveria renovar ou não a coalizão eleitoral pactuada em 2010. Por uma curta margem, 60% contra 40% de votos, o partido decidiu manter a aliança (SINGER, 2018, p. 192). Essa pequena diferença pode ser lida como um indício dos fortes ressentimentos que se faziam presentes entre os quadros do PMDB e como prenúncio das dificuldades que Dilma teria em sua relação com os aliados durante um eventual 2º mandato.

Considerações finais

O estudo sobre os vice-presidentes mantém-se um tema que ainda carece de maior atenção. Escolhidos através de meios e regras diversas como eleições diretas, indiretas, pleitos separados ou escrutínios únicos em que aparecem em chapas indissolúveis com os candidatos a presidente, os vices não são meros coadjuvantes ou figuras simbólicas. Somente o fato de serem os suplentes do Chefe do Executivo, já os tornam figuras que necessitam ser bem conhecidas e debatidas. O caminho que percorreram, como os mencionados acima, para ocuparem o cargo de vice-presidente é outro elemento que não pode ser negligenciado.

Se a República brasileira, ao longo de mais de 130 anos de vigência, já demonstrou que os vice-presidentes ao assumirem a chefia da Nação por vezes demonstram uma orientação ideológica e uma linha de ação bem distinta da de seu antecessor, João Goulart, Floriano Peixoto e Michel Temer são exemplos cabais. Localizados em contextos temporais bem distintos, esses três personagens são um indicativo de que a ascensão do vice-presidente à Chefia do Executivo Nacional é um fato recorrente em nossa história republicana e uma temática que se mantém atual e relevante.

No sistema eleitoral vigente, em que as eleições presidenciais são disputadas por chapas indissolúveis, torna-se imprescindível discutir os interesses e motivações presentes na formação das coligações partidárias e quem são os sujeitos que as compõe. Se o fortalecimento desse

debate pode impelir os partidos a serem mais cuidadosos ou a modificar os critérios empregados durante o processo de formação das coalizões eleitorais, negligenciar esse tema pode tornar a população refém de vice-presidentes esfíngicos e pouco conhecidos, acarretando riscos para o programa político vitorioso nas urnas e até mesmo para a democracia.

Referências bibliográficas e fontes

ATRAÍDO pelo poder, PMDB pende para Lula nos Estados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 28 jun. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2806200604.htm>. Acesso em: 8 jun. 2026.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BASTOS, Pedro Paulo **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia**. Revista De Economia Contemporânea, v.21, n.2, 2017.

BRASIL. **Constituição de 1946**.

BRASIL. **Constituição de 1988**.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARONE, Edgar. **A República velha (Evolução Política) (1889-1930)**. 4ª ed., v. 2 São Paulo: Difel, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla (Org.). Fontes históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GOMES, Angela de Castro de; FERREIRA, Jorge. **Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação**. Locus. Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. **Conflitos e disputas na aliança PT e PMDB na eleição de 2010**. **Revista Transversos**. Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020.

GUIMARÃES, Valéria Dos Santos. **Entrevista com Roger Chartier - Representações das práticas, práticas da representação**. História (São Paulo), v. 40, 2021.

MOREL, Marco. **O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais**. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, v.3, n.3, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). O Brasil Republicano. O tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta república (1985-2016). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

QUELER, Jefferson José. **O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAES, Guillaume Azevedo Marques. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o Florianismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. **A geração**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

TEMER reage a governistas do PMDB e apóia Alckmin. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 12 jul. 2006. Disponível em: <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1207200609.htm>. Acesso em 8 jun. 2026.

Sob a luz da memória: o Santuário da Saúde e da Paz no bairro Padre Eustáquio (1942-2025).

Laura Meniconi Rezende

Graduada em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

laurameniconi.historia@gmail.com

Resumo: Este trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, chamada “Preservar para humanizar: educação patrimonial e inclusão social”. Esta pesquisa teve como objetivo valorizar a história local a partir das nove regionais da cidade, buscando identificar lugares de memória sob a ótica de Pierre Nora. Neste artigo, apresentamos o Santuário (conhecido popularmente como “Igreja Padre Eustáquio”) como lugar de memória que atenderia os requisitos necessários para se tornar patrimônio cultural na esfera municipal. Deste modo, investigamos o papel desempenhado pelo Santuário na vida dos moradores, o destacando como espaço de convivência, religiosidade, memória e construção identitária. Por meio de entrevistas de História Oral e da análise de documentos consultados nos acervos do Santuário e do jornal *O Diário*, discutimos a relevância de Padre Eustáquio e, sobretudo, do Santuário para a população local.

Palavras-chave: Santuário da Saúde e da Paz; Padre Eustáquio; patrimônio.

Introdução

O presente artigo é resultado de uma iniciação científica sobre patrimônio cultural, intitulada “Preservar para humanizar: educação patrimonial e inclusão social”, orientada pela Professora Silvia Rachi do Departamento de História da PUC Minas, com financiamento da própria instituição. O estudo teve como propósito problematizar o patrimônio cultural de Belo Horizonte, com especial atenção à valorização dos lugares de memória presentes nas nove regionais da cidade. Analisamos esse processo a partir da relação que a comunidade estabelece com o Santuário da Saúde e da Paz, que, a partir da pesquisa, consideramos como o principal legado de Padre Eustáquio.

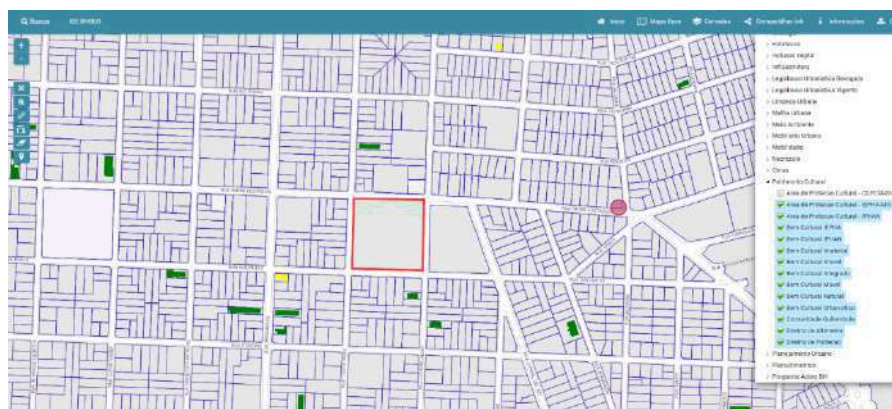
Propomos, assim, o reconhecimento do Santuário, situado no bairro que leva o nome do beato, como patrimônio cultural da cidade. Para tanto, investigamos a influência de Padre Eustáquio na formação e consolidação da região e os vínculos estabelecidos entre a população e o Santuário, desde sua construção, em 1942 — ano em que o líder religioso chegou a Belo

Horizonte — até 2025. Baseamos a pesquisa em entrevistas de história oral e na análise de documentos relativos ao beato e à Igreja, preservados, sobretudo, no acervo do Santuário, no jornal *O Diário*.

Uma das motivações para a realização desta pesquisa foi o baixo número de publicações a respeito do bairro Padre Eustáquio e do Santuário da Saúde e da Paz, conhecido popularmente como “Igreja Padre Eustáquio”. Portanto, é importante a continuidade desses estudos para auxiliar na visão mais ampla das histórias locais de Belo Horizonte. No caso desta pesquisa, a análise visa compreender os motivos pelos quais a igreja é elegível para se tornar patrimônio cultural em nível municipal, visto que é mais do que um lugar de referência e encontro na vizinhança: é um lugar de memória.

Procuramos no site BH Map, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), se o Santuário, lugar de grande relevância cultural para o bairro Padre Eustáquio e consequentemente, para a capital mineira, era ou não reconhecido como patrimônio antes de iniciar esta pesquisa. A edificação se encontra entre as ruas Padre Eustáquio, Castigliano, Cesário Alvim e Riachuelo (envolta pelo quadrado vermelho). Segundo o *site*, ela não é tombada pelo IEPHA ou pelo IPHAN. Embora o Santuário esteja em uma área de proteção do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH), e de diretrizes de proteção da Prefeitura, ainda não possui proteção individual como patrimônio na esfera municipal, como percebe-se nas figuras abaixo. Na Figura 1, o quarteirão do Santuário encontra-se destacado por um quadrado vermelho, embora, no site BH Map, a indicação do endereço apareça deslocada de forma imprecisa, alguns quarteirões adiante (círculo vermelho).

Figura 1. Área de proteção da Prefeitura.



Fonte: BH Map. Disponível em: <https://11nk.dev/w7kyqw6>. Acesso em: 21 jul. 2025.

Neste sentido, a proposta é estabelecer diálogos entre a teoria sobre patrimônio cultural e as fontes primárias relacionadas ao tema. Para isso, mobilizamos referências como o sociólogo Henri Lefebvre (1972; 1974), o historiador Pierre Nora (1993), os estudiosos da memória Maurice Halbwachs ([1950] 2006) e Ecléa Bosi (1994), a antropóloga Laurajane Smith (2006), a socióloga Luciana Teixeira de Andrade (2012) e a historiadora Michele Abreu Arroyo (2012), além de autores que se dedicaram ao estudo da região do Padre Eustáquio, como Bruno de Carvalho Corrêa (2015), Raphael Coelho Neto (2012) e Cybele Nascimento Silva e Fabiano Gomes da Silva (2023). Conceitos como o direito à cidade, lugares de memória, materialidade e imaterialidade, memória coletiva e individual e bairros pericentrais, desenvolvidos e discutidos ao longo da historiografia, são fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Lefebvre ([1972]/2016) abordou o direito à cidade, conceito que consideramos fundamental para o estudo dos espaços urbanos e de seus patrimônios. Trata-se de um princípio democrático que defende o acesso igualitário aos espaços urbanos, independentemente de gênero, raça, classe, credo ou outros marcadores sociais. Por meio deste conceito, o sociólogo defende a inclusão social e a participação ativa dos cidadãos na construção e na apropriação do espaço das cidades. Nessa perspectiva, o direito à cidade se opõe a processos como a segregação socioespacial, garantindo que todos possam construir e transformar o ambiente urbano (Vartuli, Rezende, 2024), de modo que ele atenda às necessidades de toda a população.

Dessa forma, a cidade é um direito de todos os seus habitantes, em todas as suas regionais. Seus espaços são apropriados pela população conforme suas percepções, crenças (neste caso) e vivências e, assim, diversos lugares passam a ser reconhecidos como patrimônio a partir do olhar de quem os vive. Considerando que esta pesquisa tem como foco o bairro Padre Eustáquio, localizado na regional Noroeste de Belo Horizonte, torna-se fundamental destacar o Santuário da Saúde e da Paz, espaço que expressa parte das identidades da vizinhança.

Essa valorização e apropriação do espaço urbano, então, não se restringe à sua dimensão física, mas também abarca o significado simbólico que a comunidade atribui aos seus lugares. Nesse sentido, a divisão tradicional entre “materialidade” e “imaterialidade” do patrimônio cultural, embora útil para fins administrativos, está atualmente em discussão, pois, para ser considerado patrimônio, um lugar precisa ser também um lugar de memória. Segundo Nora

(1993, p. 21), três fatores devem coexistir para que um local seja considerado lugar de memória: funcionalidade, materialidade e simbolismo. Funcionalidade refere-se à sua função, que, no caso do Santuário, é um lugar de fé; materialidade corresponde à edificação física; e simbolismo, aos significados que a comunidade atribui ao local. Esses três fatores podem estar presentes em diferentes intensidades, mas é fundamental que coexistam para caracterizar um lugar de memória.

Por isso, o simbolismo é tão importante quanto a funcionalidade e a materialidade, pois, sem o valor atribuído, qual seria o significado daquele lugar para a cidade? Atualmente, discute-se que a “materialidade” e a “imaterialidade” andam juntas no patrimônio. Mesmo um patrimônio considerado imaterial, como uma festa tradicional, tem sua materialidade: as roupas, as pessoas, as danças, o lugar onde acontece. Sobre esse aspecto, Laurajane Smith (2006, p. 3) utilizou como exemplo do Stonehenge na Inglaterra, que, sem seu simbolismo proporcionado pelos processos históricos, seria somente um conjunto de pedras sem significado, juntas em um campo.

Além disso, de acordo com Nora (1993, p. 22), é preciso ter **vontade de memória**. Esse fator é presente no Santuário, tendo em vista que Padre Eustáquio (1890-1943) é lembrado diariamente por meio da reafirmação e disseminação de seu lema “saúde e paz”, preservando seu túmulo para que os devotos possam ter um lugar onde orar. O local possui, ainda, fotos, estátuas, livros e até *souvenirs* que preservam sua imagem, memória e história. Conforme Vartuli e Rezende (2024, p. 229), é importante lembrar que nem todo lugar de memória é patrimônio, mas todo patrimônio é necessariamente um lugar de memória. Este é um dos motivos que levou ao surgimento desta pesquisa.

Diversas pesquisas serviram de base para este trabalho. Entre elas, destacam-se as obras dos Padres Venâncio (1944) e Angel Lucas (2003), que estudaram a vida do beato Padre Eustáquio. A compreensão da região como bairro pericentral⁵² de Belo Horizonte é enriquecida por Luciana Teixeira de Andrade e Michelle Abreu Arroyo (2012), enquanto Corrêa (2015) contribui para esta pesquisa ao abordar a memória e a configuração do bairro Padre Eustáquio. Por fim, Cybele Nascimento Silva e Fabiano Gomes da Silva (2023) analisam os dilemas de preservação do Santuário, entrelaçando a memória e a trajetória histórica do templo às da região do Padre Eustáquio, com ênfase em seus aspectos arquitetônicos e religiosos.

⁵² Termo encontrado no livro *Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida*, organizado por Luciana Teixeira de Andrade e Michelle Abreu Arroyo. Refere-se aos bairros “conformados fora do perímetro urbano [originalmente] projetado da cidade e que, desde seus primórdios, passaram a ser referência importante da moradia popular na cidade”; isso porque a área da Avenida do Contorno era considerada central no projeto original da cidade (Arroyo et al., 2012, p. 32).

Entre Ruas e Fé: A Cidade, o Padre e o Santuário

A fé católica é uma das crenças que compõem a diversidade religiosa na capital mineira. De acordo com o censo feito em 2022 pelo IBGE, 53% da população de Belo Horizonte acima de 10 anos se identifica como católica apostólica romana. Isto é, o catolicismo é a religião predominante na cidade. Elegemos uma igreja católica neste trabalho devido à percepção de sua influência no bairro Padre Eustáquio e na vida das pessoas que o habitam. Nossa intenção é evidenciar a relevância do Santuário para a comunidade local, focando na história social e do tempo presente.

Igrejas são reconhecidas como patrimônio cultural em todo o Brasil. Isso porque a religiosidade é um fator importante na história do Brasil desde o período colonial. Seja em forma de procissões ou por meio de oratórios nas residências privadas - considerando o catolicismo⁵³ -, a religiosidade esteve amplamente presente no cotidiano da população na História do Brasil. Desse modo, quando um padre holandês chega ao Brasil em 1925, Padre Eustáquio Van Lieshout durante a República Velha, e realiza milagres na visão de fiéis em várias cidades do país, a exemplo de Romaria (MG), Poá (SP), Patrocínio (MG), Ibiá (MG), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG), é natural que suscite interesse por parte da população.

Antes de falar sobre a Igreja Padre Eustáquio, é necessário abordar um pouco da história do padre, tendo em vista sua influência e o fato de que a ideia de sua construção partiu dele. Nascido em 3 de novembro de 1890, em Aarle-Rixtel, no sul da Holanda (Jornal Estado de Minas, 2023), Humberto Van Lieshout, que mais tarde adotaria o nome de Padre Eustáquio, teve sua trajetória marcada pela dedicação à fé e ao serviço ao próximo (Jornal Estado de Minas, 2023).

Vindo de família religiosa, desde pequeno, Padre Eustáquio almejava servir à Igreja Católica e logo começou a estudar na escola latina de Gemert, uma das mais tradicionais da Europa, onde conheceu a história do padre Damião de Veuster, conhecido como “apóstolo dos leprosos” e se reconheceu na ideia de doar sua vida ao cuidado do próximo. Pouco depois de conhecer essa história, pediu transferência para o seminário dos Padres Sagrados Corações (Hulselmans, 1944, p. 13-16), que viria a ser sua futura congregação e iniciou os estudos em 1905 (Lucas, 2003, p. 8).

⁵³ Diversas religiões contribuíram para a construção da História do Brasil, como o Candomblé, a Umbanda, o Espiritismo, entre outras. Contudo, este estudo tem como foco o Catolicismo.

Sua primeira nomeação veio em 1919 e, em seguida, veio seu primeiro trabalho missionário, que ocorreu em Maassluis, porto perto de Rotterdam, na Holanda. Lá, o padre já começou a recomendar suas receitas de medicina do campo, que ajudavam a população e quando percebeu, tornou-se figura de apoio central para a comunidade, onde ajudava crianças, os mais necessitados e os doentes (Hulselmans, 1944, p. 18-20). Padre Eustáquio também recebeu condecoração do Rei Alberto da Bélgica pelo seu trabalho (Lucas, 2003, p.14).

Assim que chegou a Belo Horizonte, o Bispo da Arquidiocese, Dom Antônio dos Santos Cabral, mais conhecido como Dom Cabral, ofereceu ao padre e à sua congregação uma paróquia na periferia da cidade, chamada São Domingos (Lucas, 2003, p.14). O padre aceitou de bom grado, mas enxergava a necessidade de construir uma paróquia especialmente dedicada aos Sagrados Corações, com o mesmo nome de sua congregação. Nela, estava sempre atendendo à população, principalmente aos menos favorecidos e enfermos (Lucas, 2003, p. 20), como fazia desde quando atuava na Holanda. A Matriz dos Sagrados Corações começou a ser construída em 1942 e terminou seis anos depois, em 1949, já após o falecimento do padre.

O Padre também conseguiu a concessão do terreno para a igreja com o então prefeito de Belo Horizonte à época, Juscelino Kubitschek (Corrêa, 2014 *apud* da Silva; Silva, 2023, p. 9). Isso se deve ao milagre concedido pelo padre ao prefeito Juscelino e à sua esposa, Sara Kubitschek, visto que “dona Sara”, como era conhecida, não conseguia engravidar na época e, após a bênção de Padre Eustáquio, o casal conseguiu conceber sua filha. Juscelino era médico e não conseguia explicar o ocorrido sem atribuí-lo a um milagre. Desta forma, o político ficou muito grato a Padre Eustáquio e doou, em 1942, por meio do Decreto Lei Nº113, em setembro do mesmo ano, o terreno escolhido pelo próprio padre, onde hoje se situa o Santuário da Saúde e da Paz (Corrêa, 2014 *apud* Silva, 2024, p. 9).

Figura 2. Construção da Igreja



Fonte: Acervo da Causa de Canonização do Beato Padre Eustáquio. s/d

Sendo assim, um dos principais objetivos da construção desta igreja era a difusão dos valores pregados pelo padre: saúde e paz. Segundo Leandro Evangelista Silva Castro, funcionário que coordena o arquivo da Causa de Canonização, a igreja:

Que antes era tipo assim o lugar de tudo, porque se eu for pensar esse quarteirão era um lugar que oferecia duas coisas básicas pra uma pessoa da década de 1950. Era religião e saúde né. Aqui era tudo consultório médico até lá trás, eles atendiam TODAS (sic.) as especialidades, as obras sociais do Padre Eustáquio. Aqui tinha dentista, tinha obstetrícia, tinha neonatal, tinha tudo. E as propaganda (sic.) era assim: um dos complexos de saúde mais modernos de Belo Horizonte. É a famosa ASPE, Ação Social Padre Eustáquio. Então eu acredito que a vida social acontecia muito aqui nesse meiozinho, né? O teatro, as formaturas, as escolas, então, é um bairro orientado né, nessa convivência.

Esse relato aborda a presença de várias especialidades médicas, como odontologia, obstetrícia e neonatologia, e mostra como a igreja integrava e cuidava de aspectos da vida da população. Maria José Monteiro Sousa Costa, de 95 anos, moradora do bairro Padre Eustáquio desde a infância, confirma essa informação sobre o espaço:

Ali tinha um serviço de comunitário que ajudava as pessoas, sabe? Era uma coisa muito atuante. Tinha médico, tinha dentista e chamava União Operária. Sabe, o pessoal que trabalhava ali e tudo era o pessoal da União Operária. Então, foi um movimento muito atuante ali, sabe?

Mais do que um bairro, a região se tornou um ponto de referência para o cuidado, tanto do corpo quanto da alma, ou seja: da saúde e da paz. Além disso, o trecho destaca algo essencial: a convivência comunitária que se formou ao redor da igreja e das instituições ligadas a ela. O teatro, as formaturas, as escolas — tudo isso mostra que o a região não era apenas um espaço funcional, mas um cenário de encontros, celebrações e construção de memórias individuais e coletivas.

Para Halbwachs (1968 *apud* Barros, 2011, p. 317), existem dois tipos de memória: a memória coletiva e a memória individual. Segundo Barros (2011, p. 320), a memória coletiva:

Se refere não apenas a este processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais.

Nesse sentido, o patrimônio cultural pode ser compreendido como uma das expressões mais visíveis da memória coletiva, pois é por meio dele que comunidades atribuem valor a determinados lugares, práticas e objetos que representam suas histórias e identidades. No entanto, o patrimônio não é algo fixo ou neutro, mas uma construção social atravessada por disputas, seleções e esquecimentos, moldada continuamente pelas vivências coletivas e pela forma como os sujeitos se relacionam com o tempo e o espaço.

Paralelamente à memória coletiva, Ecléa Bosi (1994, p. 411) destaca o indivíduo como um memorizador seletivo, extraíndo das diversas camadas históricas os elementos que possuem um significado especial para si. Mesmo que a memória seja compartilhada socialmente como um lugar comum, sua apropriação passa por uma dimensão subjetiva, que faz com que cada pessoa vivencie o passado de maneira única e pessoal. Isso contribui para compreender como o patrimônio cultural — no caso, o Santuário da Saúde e da Paz — influenciou a vida de muitos devotos, ainda que cada um tenha construído com ele uma relação própria, marcada por seu contexto e trajetória individuais.

De acordo com Cybele N. Silva e Fabiano G. da Silva (2023, p. 10), a igreja é inspirada na arquitetura mexicana. Além disso, os autores ressaltam que o fato de a edificação ter sido

construída na forma de uma cruz latina reforça essa influência. Ainda conforme observado por Silva e da Silva (2023, p. 12):

O edifício ainda contempla interpretações e simbologias bíblicas nas concepções da fachada, esquadrias e ornamentação. As portas frontais em três partes, remetem à Santíssima Trindade (Fig. 07). Os vitrais na fachada, e as janelas laterais, também seguem a numerologia bíblica. Essa configuração também foi empregada no Santuário de Nossa Senhora da Abadia, na cidade de Romaria (Fig. 08). A igreja também construída por investida do Beato, recebe as mesmas simbologias bíblicas nas portas e vitrais.

Esse trecho destaca a simbologia presente na arquitetura do santuário, evidenciando como elementos estruturais — tais como portas, vitrais e janelas foram projetados com base em significados religiosos detalhados. A referência à numerologia bíblica nos vitrais e nas janelas laterais indica que a ornamentação não se limita a um aspecto meramente estético, mas também funciona como meio de transmitir mensagens religiosas. De acordo com Silva (2024, p.12) "as abóbadas da nave são denominadas por cada um dos apóstolos". Isto é, uma forma simbólica e artística de reforçar a fé cristã e o vínculo com a tradição apostólica no interior da Igreja.

As identidades locais, portanto, se consolidam ao redor do Santuário, que funciona como seu centro. Aos olhos de moradores, a Igreja estende sua bênção por toda a vizinhança, sendo um dos motivos que os levam a escolher a região para residir. Por volta das seis horas da tarde, a música Ave Maria, seguida do hino de Padre Eustáquio, toca diariamente há mais de vinte anos, transmitindo uma sensação de tranquilidade aos moradores, semelhante àquela vivida por quem reside no interior de Minas Gerais.

A devoção a Padre Eustáquio e à tradição de frequentar a igreja em momentos marcantes — como batizados, primeiras comunhões e casamentos — são passadas de geração em geração. De acordo com Leandro Evangelista Silva Castro:

O que que eu percebo é: a sociabilidade do bairro tá muito ligada à ideia da igreja como o lugar da memória da família. Porque tanto a devoção do Padre Eustáquio quanto o que tem hoje de pessoas ligadas à igreja, tem uma transmissão. No sentido assim “eu sou devoto do Padre Eustáquio porque minha mãe era, minha vó era, é o seu caso né, porque meu bisavô, como você mesma disse, né Laura, então eu vejo que a... a gente tem até... os padres têm o desafio de manter a devoção pra frente porque é muito raro um caso em que o devoto é criado, sabe novo. Ele geralmente tem uma relação familiar. Então tem uma transmissão é... na devoção.

Deste modo, Leandro sugere que a devoção ao padre missionário é transmitida a cada geração. Essa reflexão traz à tona a relação entre a sociabilidade local, a memória familiar e a

devoção religiosa, destacando como a Igreja Padre Eustáquio funciona como um ponto central tanto no aspecto religioso quanto social da vida dos moradores do bairro.

E quando não tem uma transmissão específica no Padre Eustáquio, por ser uma grande, uma igreja grande: um centro aqui nessa região toda [refere-se à regional noroeste da cidade], porque ele pertencia à região, as pessoas têm muito caso de casamento, de batizado, “eu crismei nessa igreja”, então a... a: não sei como que a gente poderia pensar isso. Mas a igreja como um lugar de realização de coisas da vida que marca as fases. É... “quando eu era criança participei disso”, então tem uma memória de criança ligada aqui, “a minha mãe casou aqui”, então eu vejo que é, é... é também muito curioso a linha do religioso e do social, enquanto identidade de bairro Padre Eustáquio.

O conceito de “transmissão” da devoção, em que a fé é passada de geração para geração, é um ponto crucial para entender a continuidade dessa ligação com o Santuário. O fato de as pessoas se identificarem como devotas porque suas mães, avós ou bisavós o eram, mostra como a devoção é muitas vezes algo enraizado na memória familiar e na construção das identidades de determinadas comunidades.

Maria José teve sua vida profundamente ligada à Igreja Padre Eustáquio. Foi ali que ela celebrou seu casamento, batizou três dos seus oito filhos e, recentemente, participou da missa de sétimo dia do seu esposo, mostrando o quanto esse espaço é parte essencial da sua história e da sua família. A importância que a igreja assume nas diferentes fases da vida de quem a frequenta reforça a ideia de que ela não é apenas um espaço de fé, mas também de memória social: um lugar onde eventos familiares significativos acontecem e se entrelaçam com a construção das identidades da região — como uma colcha de retalhos que costura afetos, histórias diversas, identidades e lembranças partilhadas.

Assim, o Santuário não é visto apenas como um local sagrado, mas como um marco na trajetória das pessoas, um ponto de conexão entre as etapas da vida e a história familiar. Acreditamos, portanto, que o Santuário da Saúde e da Paz representa não só um espaço de culto, mas também um lugar de continuidade e preservação das tradições e das memórias locais.

Antes de sua chegada e influência na cidade, a região que corresponde hoje ao bairro Padre Eustáquio se chamava Vila Bela Vista (Jornal Estado De Minas, 2023), e a avenida que leva seu nome era chamada de Avenida Contagem. Embora o padre não tenha residido por muito tempo na capital mineira, tendo em vista que sua chegada foi em 1942 e ele faleceu no ano seguinte, sua influência gerou o decreto-lei nº 196 de 25 de abril de 1951 assinado pelo prefeito Américo Renée Gianetti, que alterou o nome da região de “Vila Bela Vista” para “Vila Padre

Eustáquio” (Belo Horizonte, 1951) anos após a morte do homenageado em 1943. Dessa forma, percebe-se a relevância do padre na memória e na história local desta vizinhança da regional Noroeste de Belo Horizonte e da cidade. No lugar onde se situava a casa do padre hoje está um colégio que o homenageia em seu nome.

Em seu obituário no jornal O Diário, conhecido popularmente como *O Diário Católico*, devido à sua ligação com a Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Belo Horizonte, usou as seguintes palavras para se referir ao padre:

FREI EUSTÁQUIO - Houve um dia em que seu nome passou de boca em boca: Frei Eustáquio. Até bem pouco antes, nunca se ouvira falar nele em Belo Horizonte. De repente criou-se em torno da sua figura um círculo de veneração e respeito. “Frei Eustáquio”, o incansável Frei Eustáquio, com sacrifício da própria saúde, queria atender a todos quanto necessitavam do seu auxílio, pobres e desamparados, doentes e aflitos. Sua figura mansa, sua face inundada de doçura, sua palavra espontânea iluminada de sinceridade, todas as qualidades que raramente se encontram reunidas num só homem fazia de “Frei Eustáquio” um vulto querido da cidade. Quem o visse ou com ele conversasse uma única vez jamais esqueceria a força convincente e suavíssima de suas palavras. Convencia pela sua doçura ao mesmo tempo que consolava. Agora, vê-se a cidade, subitamente, sem “Frei Eustáquio”. Morreu em rápidos dias de implacável moléstia. Alcançou o reino que não é deste mundo e para cuja glória ele vivera entre os homens.

O jornalista Gui D’alvim Filho adotou o termo “Frei” ao se referir ao Padre. Cogita-se que isso ocorra devido à forte influência franciscana no bairro vizinho, Carlos Prates, que contava com muitos Freis relevantes para a comunidade, a exemplo do Frei Zacarias van der Hoeven. O trecho acima destaca a figura do “Frei” e seu legado. Os termos “sua face inundada de doçura” e “sua palavra espontânea iluminada de sinceridade” indicam aspecto emocional, ressaltando o carinho do autor pelo Padre.

Maria José também se refere a ele desse modo: “A gente chamava ele de Frei. Frei Eustáquio. Eu não sabia falar, eu falava Frei Eustáquio. Todo mundo [falava] era Frei Eustáquio, foi Eustáquio, mas todo mundo tinha muita fé com ele”. Embora ele não fosse franciscano, e “frei” não fosse seu título oficial, isso evidencia como a devoção se constrói a partir de significados compartilhados oralmente, muitas vezes à margem dos registros institucionais.

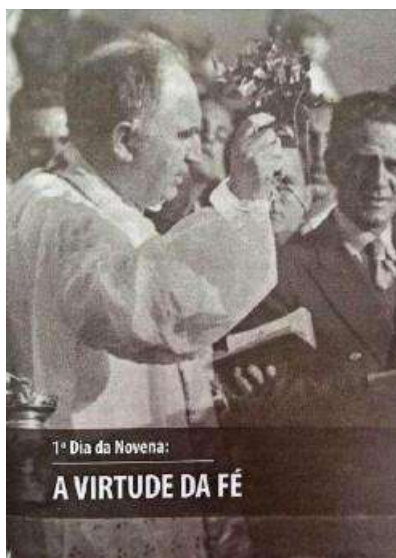
O texto segue uma estrutura que primeiro exalta sua trajetória e impacto na cidade, para depois criar um contraste com sua morte, destacando a perda que o beato deixou e a saudade coletiva que ficou. Neste trecho, também há certa alusão a um possível “herói-sacerdote”, visto que ele é descrito como um homem de sacrifício e devoção extrema, alguém que se doou ao abrir

mão de sua saúde física para ajudar os necessitados, assim como a figura de Damião, a quem tanto admirava.

A seguir, consta uma imagem de Padre Eustáquio e, ao seu lado, o gerente do jornal *O Diário* em 1943, Mozart Meniconi. Não se sabe exatamente a ligação entre o jornalista e o beato, exceto que Meniconi era muito católico, estando bastante ligado à Arquidiocese da cidade, tendo realizado ele mesmo como advogado a Personalidade Jurídica da entidade. Embora houvesse essa proximidade entre o gerente e o meio católico da capital mineira, chama a atenção o fato de ter sido encontrado apenas um único trecho sobre Padre Eustáquio durante a pesquisa nas edições do jornal, contrastando com a importância do beato. Tal lacuna pode estar relacionada a critérios editoriais que pareciam privilegiar a visibilidade da alta hierarquia da Igreja Católica em Belo Horizonte, o que possivelmente contribuiu para a menor cobertura de manifestações vinculadas à religiosidade popular na cidade.

Por que um padre tão popular, conhecido por realizar milagres e de importância indiscutível como Padre Eustáquio, teve tão pouca cobertura no periódico? A questão permanece em aberto e aponta para possíveis escolhas editoriais que precisam ser melhor compreendidas. A hipótese levantada sobre isso é que o jornal direcionava seu foco principalmente à elite eclesiástica, com menor ênfase nas expressões populares de fé.

Figura 3. Padre Eustáquio e o jornalista e advogado Mozart Meniconi, gerente do jornal *O Diário* em 1943.



Fonte: Panfleto da Igreja s/d.

Pelas ruas do bairro, é comum encontrar padarias, farmácias e outros estabelecimentos comerciais que levam o nome do padre, e em todos eles sua foto está emoldurada, seja perto do caixa ou em outro local de destaque. Isso demonstra a forte ligação da comunidade com o padre, cuja memória e presença, mesmo após mais de 80 anos de seu falecimento, permanecem no cotidiano dos moradores da região.

Desde sua construção, a Igreja se firmou como espaço de convivência e elo de encontros e afetos, contribuindo significativamente para a formação das identidades do bairro. Antes mesmo de sua construção, os moradores costumavam se encontrar ali. Segundo Maria José:

Ali onde é a igreja, onde é a praça, aquilo ali era de chão e era um campinho de futebol. Então, chegava de tarde, a meninada toda ia para lá. E era muito interessante, porque tinha um frater. Ele era boníssimo, eu esqueci o nome dele. Ele ficava com uma cardenetinha na mão e os meninos iam jogar bola. E aí eles falavam ou um palavrão ou uma palavra diferente. Ele estava correndo lá no meio deles e falava assim, o que foi que você falou? O que foi que você falou? E escrevia, sabe? Mas era muito interessante.

Pelo relato, supomos que o ocorrido tenha sido um pouco antes da construção da Igreja, já que havia uma presença maior de padres na região naquela época. A moradora do bairro ainda relata:

A gente ia à missa cinco horas da manhã. Hoje eu fico pensando, pra que ir à missa cinco horas da manhã? Mas sabe por quê? Muitas pessoas por aqui trabalhavam no domingo, era no mercado, era nas feiras, sabe? Porque tinha muitas feiras, tinha feira na praça da igreja, tinha feira ali embaixo na rua Arquidaban, tinha feira lá adiante, onde tem a feira hoje, tinha uma feira por ali. Então, as pessoas trabalhavam muito. Aí levantavam cedo e ia à missa antes de ir para o serviço.

Esse trecho demonstra a presença significativa da igreja na rotina dos moradores da vizinhança. Embora hoje em dia não seja tão comum frequentar a missa às cinco horas da manhã, à época muitas pessoas trabalhavam aos domingos. Essa prática revela como a fé estava entrelaçada ao cotidiano de trabalho da comunidade, e como a Igreja já funcionava como espaço central não apenas religioso, mas também social, acompanhando o ritmo da vida dos seus fiéis. Além disso, sobre a construção e o início das atividades na Igreja, Maria José afirmou:

Ela demorou muito para ser construída. Foi construída aos poucos. Depois, fizeram a nave principal e fizeram as duas, de um lado e do outro. Quando eu casei, o Ezequiel [seu marido] gostava de ficar do lado de lá da igreja e a gente ocupava um banco inteirinho com os meninos. A gente vinha para a missa das oito. Aí eu arrumava as minhas, bem arrumadinha. E era muito bom, sabe? Era uma prática tão bonita. E as músicas. Eu tinha uma amiga que morava lá perto de mim. Antigamente, Laurinha, ali do lado de lá da rua Padre Eustáquio, ali era

um conjunto, acho que era do Iapetec, sabe? Então ali tinha um conjunto. E essa minha amiga morava depois da Avenida [D.] Pedro II. E ela vinha para a igreja para poder ensaiar os cantos. E cantava na hora das missas, sabe? Que legal. E tinha a missa das oito, era a missa das crianças. A igreja ficava cheia.

Nessa declaração, é possível perceber como a construção da Igreja Padre Eustáquio e sua vivência cotidiana se entrelaçam de maneira afetiva e simbólica com a história dos moradores. A entrevistada compartilha lembranças vivas, que revelam não apenas o processo lento e gradual da construção da Igreja, mas, sobretudo, o modo como esse espaço foi se tornando parte essencial da sua vida familiar e comunitária.

Na década de 1940, a praça onde a Igreja estava sendo erguida contava com um cinema bastante frequentado pelos moradores. Hoje, em frente a ela, acontecem feiras de verduras e artesanato. Além disso, a própria Igreja organiza o “Bazar Padre Eustáquio”, que conta com ampla participação da comunidade. A data de falecimento do Padre Eustáquio, 30 de agosto, também mobiliza moradores e devotos. Anualmente, neste dia, são montadas barraquinhas de comida, artesanato, roupas e outros comércios, e até fogos de artifício já foram utilizados para celebrar sua memória. A jornalista Adriana Spinelli, também devota do beato, declara que o conheceu por meio de seu ofício nesta data comemorativa:

A minha devoção a Padre Eustáquio começou foi há muitos anos, que eu nem lembro, uns 20, 30 anos ou mais. Foi quando eu comecei a fazer umas matérias pra Globo. Eu não conhecia ele, porque eu sou de São João Del Rei ele trabalhou intensamente aqui, evidentemente. Vira e mexe, eles [a Globo] me mandavam. Olha, tem a procissão, tem isso, para o Padre Eustáquio. E aí, eu fui conhecendo ele.

Esse relato mostra como a devoção ao beato Padre Eustáquio também pode surgir por outras formas, além da transmitida geracionalmente. Durante a cobertura de matérias jornalísticas relacionadas às festividades do dia 30 de agosto — data de celebração dedicada a Padre Eustáquio — e à realização de procissões e eventos litúrgicos, Adriana estabeleceu um primeiro contato com o universo devocional do beato. Sua vivência anterior com a religião católica em São João del-Rei possibilitou essa aproximação com a história e a influência do padre. E, embora não seja natural do bairro Padre Eustáquio, as práticas religiosas no Santuário lhe pareceram, de certa forma, familiares. Esse relato permite compreender como experiências profissionais e sociais, quando entrelaçadas à memória afetiva e a formas de religiosidade já internalizadas, podem contribuir para o surgimento de novas devoções e formas de pertencimento simbólico.

Considerações finais

A análise do Santuário da Saúde e da Paz revela o quanto esse lugar de memória transcende sua função religiosa para se configurar como importante patrimônio cultural que carrega memória, identidade, devoção e sentimento de pertença. Mais do que uma simples construção, o Santuário é lugar de encontro onde a história, a fé e as práticas sociais se entrelaçam cotidianamente, criando um ambiente de convivência e acolhimento para a comunidade local.

As formas de devoção a Padre Eustáquio são construídas e vividas por diferentes trajetórias. Seja pela tradição familiar ou por outras formas, a religiosidade demonstra-se como uma prática flexível e dinâmica, capaz de incorporar novas formas de pertencimento. Isso representa a dimensão viva da religiosidade local, no espaço físico do Santuário e na memória e nas relações interpessoais que a cercam. Além disso, o Santuário tem um papel essencial como depositário da memória do beato — não apenas física, com seu acervo e arquitetura, mas sobretudo simbólica. Nele, as identidades dos moradores do bairro e de seus moradores se fortalecem, seja através das celebrações tradicionais, das procissões ou da simples presença cotidiana de objetos que remetem ao beato como sua foto em lugares de destaque nas lojas. Essa dimensão afetiva, presente na transmissão oral e na partilha de símbolos entre amigos e familiares, demonstra que a devoção está enraizada nas relações sociais e na vida diária das pessoas, contribuindo para a construção de uma identidade religiosa local.

Em suma, o Santuário que carrega o legado de Padre Eustáquio constitui patrimônio vivo que dialoga com a história, a cultura e a religiosidade das pessoas que os mantêm presentes. Valorizar esse patrimônio significa, portanto, reconhecer seu papel no fortalecimento da memória coletiva e na construção de sentidos compartilhados que garantem a continuidade das tradições e a sensação de pertencimento. A partir desta pesquisa, conclui-se que o Santuário da Saúde e da Paz reúne elementos simbólicos, sociais e identitários que o tornam elegível para ser reconhecido oficialmente como patrimônio cultural da cidade, especialmente por seu papel no fortalecimento dos vínculos comunitários e na preservação da memória local.

Referências bibliográficas

ARROYO, M.; MAGNI, T.; CAJAZEIRO, K.; SOUZA, F.; FERREIRA, L.; FREIRE, C.; SILVA, S.; DINIZ, V.; SALLES, A.; Bairros pericentrais como espaços de trocas e construções simbólicas: notas metodológicas. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu (org.). Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. *Tempos históricos*, v. 15, n. 1, p. 317-343, 2011. BELO HORIZONTE. LEI Nº 196 de 25 de Abril de 1951. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1951/20/196/lei-ordinaria-n-196-1951-muda-para-padre-eustaquio-a-denominacao-da-vila-bela-vista>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

COELHO NETO, R.; CORREA, B. C. Carlos Prates e Padre Eustáquio: processo de ocupação, formação do perfil socioeconômico e conformação atual. In: Luciana Teixeira de Andrade; Michele Abreu Arroyo. (Org.). Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modos de vida. 1ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

CORRÊA, B. C. Padre Eustáquio: o bairro e o Beato- entre as teias da memória e o esquecimento. In: XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL- **Dimensões do Público**: comunidades de sentido e narrativas políticas. Niterói: Caderno de Resumos, 2015. p. 81-81.

ESTADO DE MINAS. **Padre Eustáquio: moradores festejam os 72 anos do bairro**. Lilian Monteiro. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/04/30/interna_gerais,1487972/padre-eustaquio-moradores-festejam-os-72-anos-do_bairro.shtml#google_vignette. Acesso em: 10 mar. 2025.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. Tradução de Cynthia Sarti. São Paulo: Centauro, 2006. Publicado originalmente em 1950, sob o título *Mémoire collective*, pela editora PUF, em Paris.

HULSELMANS, Pe. Venâncio. PADRE EUSTÁQUIO VAN LIESHOUT SS. CC.: **O vigário de Poá**. Rio de Janeiro: De Licencia Superiorum, 1944. JORNAL INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Belo Horizonte (MG). *Cidades e Estados do Brasil*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/pesquisa/10105/293337>. Acesso em: 8 jun. 2026.

O DIÁRIO. Edição de 31 de agosto de 1943.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**: O direito à cidade II. Tradução. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denskie Sérgio Martins. 2 ed.rev.e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Trabalho original publicado em 1972.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4^{ed.} Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, fev. 2006. Trabalho original publicado em 1974.

LUCAS, Pe. Angel SS.CC. **Espiritualidade do Pe. Eustáquio Van Lieshout SS.CC.** Belo Horizonte: Congregação dos Sagrados Corações Província do Brasil, 2003.

NORA, P. *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v.10, 1993.

SILVA, Cybele Nascimento; SILVA, Fabiano Gomes da. Objetos de fé e patrimonialização: um estudo da igreja do Padre Eustáquio e os dilemas de sua preservação como objeto devocional. PLANETA IFMG: 8º SEMINÁRIO DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2023.

SILVA, Cybele Nascimento. **Objeto de fé e patrimonialização**: um estudo de caso da Igreja do Padre Eustáquio e a necessidade de sua preservação. Monografia - IFMG, Ouro Preto, 2024.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. Oxford: Routledge, 2006.

VARTULI, S. M. A. R.; REZENDE, Laura Meniconi. **MOSAICO DE MEMÓRIAS**: patrimônio cultural e inclusão social. Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, V. 11, P. 227-248, 2024.

União de estudantes ganenses no Brasil: antirracismo e resistência mediados pela tecnologia

Tanielly Rosária Santos Silva

Mestra em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

taniellyrosaria@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa analisa a experiência de estudantes ganenses no Brasil, a partir de sua inserção no ensino superior e das estratégias mobilizadas para enfrentar o racismo e garantir sua permanência. O estudo tem como foco o grupo NUGS-BRAZIL (National Union of Ghana Students), investigando como seus membros constroem redes de apoio, elaboram narrativas sobre suas vivências e utilizam ferramentas digitais como forma de expressão e resistência. A partir da análise de conteúdos produzidos pelo grupo, especialmente durante o período da pandemia de COVID-19, observa-se que as plataformas digitais se configuram como espaços de produção de memória, denúncia e articulação política. Nessas interações, os estudantes não apenas relatam experiências de discriminação racial e dificuldades institucionais, mas também constroem sentidos sobre pertencimento, identidade e permanência em um contexto marcado por desigualdades. A pesquisa dialoga com debates sobre migração internacional, relações raciais e experiências negras na diáspora, evidenciando como esses sujeitos elaboram respostas às violências cotidianas e produzem formas próprias de atuação e visibilidade. Ao considerar essas práticas como produções históricas, o trabalho busca contribuir para a compreensão das experiências negras contemporâneas, destacando a centralidade da agência desses estudantes na construção de seus próprios percursos e na disputa por reconhecimento e direitos no Brasil.

Palavras-chave: NUGS-Brasil; estudantes ganenses; mídias digitais.

Origens do NUGS Brasil

A criação da ramificação brasileira da *National Union of Ghana Students* (NUGS) ocorreu em um contexto marcado por desafios de adaptação, enfrentamento ao racismo e à ausência de redes institucionais de apoio aos estudantes africanos em mobilidade internacional. A chegada de estudantes ganenses ao Brasil foi impulsionada, sobretudo, por programas de cooperação educacional entre países do Sul Global, como o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), que fomentaram a migração acadêmica para instituições públicas brasileiras. No entanto, ao contrário do que ocorria em países como China ou Ucrânia, esses jovens não encontraram estruturas organizacionais específicas que os acolhessem ou representassem. Foi a partir dessa lacuna e da experiência direta de enfrentamento das violências cotidianas, entre elas, o

racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e a xenofobia, que surgiu a necessidade de articular um espaço próprio de apoio, escuta e resistência.

A NUGS-Brasil foi fundada oficialmente em 2019, em Brasília (DF), por iniciativa de Janet Sallis, estudante de Gana que havia chegado ao país anos antes. Sua trajetória pessoal, marcada por uma vivência intensa de discriminação racial e solidão institucional, foi a principal força propulsora para a criação da organização. Por meio da escuta das experiências de outros estudantes africanos, especialmente ganenses, Janet percebeu a urgência de um espaço que acolhesse as dores, debates e identidades dessa comunidade. A fundação da NUGS-Brasil não se deu como uma mera extensão burocrática da entidade ganense, mas como uma ação política enraizada nas condições específicas da diáspora africana no Brasil. Assim, a organização surgiu simultaneamente como resposta ao silenciamento institucional e como afirmação de uma identidade negra-africana consciente, combativa e coletiva.

O processo de estruturação da União de Estudantes de Gana no Brasil (NUGS-Brasil) se baseou em princípios colaborativos, afetivos e políticos, e não partiu de um modelo formalizado com estatuto ou regimento. A organização surgiu de maneira orgânica, inicialmente como um grupo simples de WhatsApp criado por Janet Sallis, com o intuito de responder às necessidades cotidianas e urgentes dos estudantes ganenses em território brasileiro. As primeiras demandas compartilhadas incluíam indicações de cursos de português, informações sobre documentação acadêmica, apoio com traduções, bem como orientações sobre o envio de produtos e encomendas entre Gana e o Brasil. Em uma live realizada pelo Grupo de estudos “Raça Literatura e Subjetividade”, da Universidade Federal de Ouro Preto, em outubro de 2020, Sallis compartilhou o seguinte relato:

Assim, eu entrei nesse grupo... e com alguns anos aqui no Brasil, eu vi que seria importante a gente se organizar como uma associação de estudantes, né, pra poder nos reunir mesmo e ver as necessidades dos alunos que estão chegando e dos que já estão aqui, e como a gente consegue ter uma voz, também, acerca das coisas que a gente precisa, né, das nossas necessidades, porque a gente é estrangeiro de outro lugar. E a gente realmente precisava se juntar, porque os problemas normalmente são comuns, os problemas que a gente enfrenta aqui. (Mensah, 2020, transcrição nossa)

Esse grupo virtual rapidamente se consolidou como uma rede de apoio afetivo e funcional baseada na partilha de experiências e no enfrentamento comum das dificuldades da vida universitária e migrante. É importante destacar que, até o momento, a documentação sobre a NUGS-Brasil permanece escassa, e a organização possui apenas uma constituição oficial,

formalizada em 2020, construída de maneira coletiva pelos membros fundadores com base em suas vivências e nos paradigmas da NUGS (relatos orais em lives realizadas entre 2020 e 2022). Segundo o documento, entre os principais objetivos da organização estão a defesa dos direitos dos estudantes ganenses no Brasil, a promoção da solidariedade entre seus membros, o estímulo à discussão de temas como educação, desenvolvimento e relações raciais, e a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico de Gana (NUGS-BRAZIL, 2020).

Essas diretrizes orientam uma série de ações práticas, como a organização de rodas de conversa, eventos culturais, lives temáticas, campanhas de apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade e colaborações com coletivos brasileiros. Embora os encontros presenciais ainda sejam eventos pontuais (concentrados, sobretudo, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro), a organização mantém forte presença digital e mobilização por meio de grupos e redes sociais. A NUGS-Brasil, assim, funciona como uma espécie de “embaixada afetiva” e política para os estudantes, e promove o acolhimento, a escuta e a reconstrução do pertencimento, ao mesmo tempo em que reafirma a identidade africana em contexto diaspórico.

A formalização, em 2020, ocorreu em um momento marcado pela pandemia de covid-19, quando estudantes estrangeiros em todo o mundo enfrentaram múltiplas dificuldades: isolamento social, precarização do acesso à saúde, insegurança alimentar, dificuldades financeiras e, no caso específico dos africanos no Brasil, o agravamento das experiências de racismo e xenofobia. Esse cenário intensificou a necessidade de articulação e solidariedade entre os estudantes ganenses no país. Assim, a constituição foi elaborada e oficializada justamente nesse período, como um esforço coletivo para criar uma estrutura mínima de organização, representação e acolhimento em meio à crise sanitária. A pandemia, embora restritiva no plano físico, gerou uma mobilização intensa no plano digital, impulsionando ações virtuais de escuta, formação e resistência.

Foi nesse contexto que as lives temáticas passaram a ocupar papel central na atuação da NUGS-Brasil. Organizadas por meio de redes sociais como Instagram e YouTube, as transmissões ao vivo tornaram-se espaços de visibilidade e debate, nos quais temas como gastronomia africana, experiências migratórias, enfrentamento ao racismo, autoestima da juventude negra e estratégias de sobrevivência foram discutidos de maneira horizontal, com participação ativa de estudantes e militantes brasileiros e ganenses. Essa presença constante de interlocutores do Brasil não apenas ampliou o alcance da organização, como também fortaleceu os laços entre estudantes africanos e brasileiros, criando pontes de solidariedade e reflexão

compartilhada. Ao possibilitar a escuta mútua entre diferentes vivências da diáspora, as lives reforçaram o papel educativo e político da NUGS-Brasil, ao mesmo tempo em que aprofundaram o diálogo entre Gana e Brasil para além das instituições diplomáticas formais.

Um dos marcos mais significativos desse período foi a criação da rádio *The Sankofa Show*, uma iniciativa comunicacional da NUGS-Brasil que foi além da função informativa. A rádio operava como um espaço de memória e resistência, produzindo episódios semanais com debates, entrevistas e momentos de expressão artística, como músicas e leituras poéticas. O nome *Sankofa*, palavra de origem Akan que significa “retornar e buscar aquilo que foi deixado para trás”, sintetiza a proposta da rádio: revisitar saberes ancestrais, valorizar as culturas africanas e reconstruir identidades em contexto de diáspora. Através dessa rádio, estudantes ganenses e convidados dialogavam sobre temas como educação, saúde, afetividade e espiritualidade negra, promovendo o que Paulin J. Hountondji (2008) chamaria de produção de conhecimento endógeno, uma fala que parte da experiência vivida para desafiar epistemologias coloniais.

Mesmo após o período mais crítico da pandemia, muitas dessas iniciativas continuaram ocorrendo no ambiente virtual, evidenciando o papel das mídias digitais como ferramentas fundamentais para a organização política e a construção de redes afetivas entre jovens africanos no Brasil. A pandemia, portanto, além de representar um tempo de crise, revelou-se também uma catalisadora de práticas inovadoras e colaborativas. A NUGS-Brasil, ao apostar na comunicação digital, reafirmou sua vocação como espaço de resistência e expressão, onde os estudantes não apenas denunciavam suas dores, mas também constroem formas próprias de existir, se comunicar e imaginar futuros possíveis.

Desafios da adaptação no Brasil e impactos do racismo

A escolha do Brasil como destino acadêmico por parte de estudantes ganenses não pode ser reduzida a fatores isolados ou meramente pragmáticos. Ao contrário, trata-se de uma decisão atravessada por uma complexa articulação entre oportunidades educacionais, experiências de pertencimento e imaginários culturais construídos ao longo de décadas de relações entre Gana e Brasil. A presença desses estudantes vem crescendo de forma significativa nas últimas décadas, impulsionada, entre outros fatores, pela participação de Gana no Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), criado em 1965, mas ampliado de forma estratégica a partir dos anos 2000. De acordo com o Planejamento Estratégico da Embaixada do Brasil em Acra, em 2024

Gana registrou o maior número de aprovados da história no PEC-G, com 75 estudantes aceitos em instituições de ensino superior brasileiras (Brasil, 2024). Esse número expressivo é resultado de uma política de incentivo à cooperação educacional Sul-Sul, que, mesmo ainda marcada por tensões e limitações, oferece alternativas concretas para jovens africanos em busca de formação acadêmica internacional.

Contudo, o imaginário que sustenta essa escolha é construído também a partir de percepções muitas vezes idealizadas sobre o Brasil. Entre estudantes ganenses, circula a imagem de um país acolhedor, miscigenado e de forte herança africana, onde a cultura negra seria amplamente valorizada. Esse retrato, reforçado por produtos midiáticos e pela diplomacia cultural brasileira, quase nunca corresponde à experiência concreta de quem chega. Como aponta Sallis (2020), a chegada ao Brasil frequentemente é marcada por um choque: “é o primeiro contato real com o racismo institucional e cotidiano”, vivência que se contrasta com a experiência ganense, em que a maioria da população é negra e as relações raciais se dão em outros termos. Essa desilusão tem raiz em uma construção ideológica mais ampla, sustentada pelo mito da democracia racial, que, como analisa Sueli Carneiro (2003, p. 49), funciona como um “dispositivo ideológico que mascara e perpetua a exclusão histórica dos negros”. A expectativa de encontrar no Brasil um território acolhedor e fraterno para negros africanos é rapidamente desfeita pelas dinâmicas de exclusão que operam tanto no cotidiano universitário quanto na vida social.

Tal contradição gera frustração entre estudantes que chegam ao país motivados por um ideal de pertencimento e se deparam com formas sofisticadas de invisibilização e violência simbólica. A convivência com o racismo estrutural, a negligência institucional e os estereótipos racializados dirigidos aos corpos africanos não apenas provocam choques subjetivos, mas também funcionam como catalisadores de mobilização coletiva. É nesse contexto que surge a necessidade de criação de espaços de escuta e ação autônoma, como a NUGS-Brasil. A articulação do grupo, inicialmente motivada por demandas práticas como trocas de informações sobre moradia, documentos e bolsas, rapidamente se expandiu para incorporar questões identitárias, culturais e políticas que não encontravam lugar nas estruturas formais das universidades ou das embaixadas.

Assim, a NUGS-Brasil emerge não apenas como rede de apoio, mas como resposta coletiva a esse sentimento de deslocamento e à necessidade de reconstituir vínculos de pertencimento e dignidade em meio a uma experiência universitária por vezes marcada por

desamparo e silenciamento. Esse processo ressoa com a análise de Sueli Carneiro (2003) que denuncia o modo como o mito da democracia racial, ao apagar o conflito racial, impede a construção de políticas efetivas de inclusão e reparações. No caso dos estudantes africanos, essa negação do racismo se traduz em uma escuta institucional insuficiente, o que reforça a urgência de estruturas organizativas próprias.

A chegada desses estudantes ao Brasil é acompanhada não apenas por expectativas acadêmicas e culturais, mas também por um conjunto de desafios que frequentemente colocam em xeque sua permanência e bem-estar no país. Além do racismo estrutural, uma das barreiras mais recorrentes enfrentadas é o idioma. Embora o PEC-G ofereça o Curso de Português como Língua Estrangeira (CPLE) antes do ingresso na universidade (Brasil, 2024), o domínio da língua portuguesa exige tempo e dedicação. Muitos estudantes relatam dificuldades para acompanhar aulas, produzir trabalhos acadêmicos e lidar com demandas cotidianas logo após o início dos cursos. No caso dos estudantes ganenses, que falam majoritariamente inglês e línguas locais como o akan, ga ou ewe, esse processo de aprendizagem da nova língua exige um esforço que se soma ao enfrentamento de outras barreiras, como burocracias universitárias e falta de orientação institucional.

Essas barreiras linguísticas e institucionais, somadas à ausência de redes de apoio, tornam os primeiros meses no país especialmente vulneráveis. Foi nesse contexto que Janet Sallis, ao chegar a Brasília, vivenciou uma situação de engano e violência: acreditando ter alugado um quarto em uma república estudantil, deparou-se com um galpão precário e distante da universidade. Além do choque com as condições do local, ela conta que sofreu um furto cometido pela neta da locatária. Sem respaldo institucional, a experiência foi decisiva para que ela se mobilizasse a fim de encontrar outros estudantes ganenses e criar o NUGS-Brasil. Sallis menciona que esse episódio, embora traumático, não foi isolado: ele se soma a uma série de microagressões e situações discriminatórias que enfrentou ao longo dos anos, como olhares hostis, infantilização de sua fala e exotização de seu corpo.

Em Gana, a identidade negra é majoritária e não constitui, por si só, um marcador de exclusão; o racismo, como estrutura, está presente de maneira distinta – mais associado à presença de elites brancas estrangeiras ou à influência do capital internacional do que às relações cotidianas entre os próprios ganenses. Por isso, para muitos estudantes, a vivência no Brasil representa a primeira experiência direta com o racismo institucional e interpessoal, gerando um

impacto emocional profundo. A violência da descoberta de que a cor da pele pode ser fator de marginalização, algo que em Gana não ocupa esse mesmo lugar simbólico, desestabiliza não apenas a adaptação, mas também a autoestima, a saúde mental e o desempenho acadêmico. A escolha do Brasil como destino de estudo, que para muitos ganenses se baseia na ideia de aproximação cultural, acaba por expor contradições históricas do país em relação à sua população negra e à presença africana contemporânea.

Podemos afirmar, portanto, que a negligência com relação ao suporte habitacional, cultural e psicológico cria um cenário de extrema vulnerabilidade para esses estudantes, que frequentemente enfrentam barreiras linguísticas, culturais e raciais sem qualquer mediação institucional. É nesse contexto que se destaca a relevância de iniciativas coletivas, como a NUGS-Brasil, fundada por Sallis como resposta direta às dificuldades vivenciadas em sua chegada. A criação da organização não apenas possibilitou que estudantes ganenses se conectassem, mas também representou um gesto político de resistência e cuidado mútuo diante de um sistema que os invisibiliza. Conforme argumenta Sueli Carneiro (2005), as estratégias de autoproteção criadas por grupos racializados são fundamentais diante da omissão estrutural do Estado em garantir igualdade de condições.

A NUGS-Brasil tem desempenhado, desde sua fundação, um papel essencial no acolhimento de novos estudantes, funcionando como rede de escuta, orientação e fortalecimento identitário. A atuação da organização extrapola o suporte prático e se desdobra em ações culturais e educativas, como saraus, programas de rádio e rodas de conversa, que permitem a elaboração coletiva das experiências de deslocamento e racismo. Essas ações são também espaços de formação política e construção de vínculos, nos quais os estudantes reconhecem em si e nos outros as marcas da diáspora e do racismo estrutural brasileiro. Como discute Lélia Gonzalez (1988), a constituição de espaços de enunciação e identificação para sujeitos negros é uma estratégia vital na luta contra a alienação e o epistemicídio. Assim, a NUGS-Brasil não apenas atenua os impactos da solidão e da exclusão, mas reconfigura o espaço universitário como lugar também de pertencimento e potência negra.

O sarau literário

O Sarau Literário, realizado em 30 de novembro de 2020 pela NUGS-Brasil em parceria com o Grupo de Estudos Raça, Literatura e Subjetividade e o NEABI-UFOP, inseriu-se nas

mobilizações do Mês da Consciência Negra como um espaço de resistência e articulação intercultural. O documento central desta análise é o e-book produzido para a ocasião, que salvaguarda poemas de autores brasileiros e ganenses. Através da palavra e da oralidade, os poemas produzidos pelos estudantes de Gana e do Brasil denunciam violências cotidianas e desafiam apagamentos históricos hegemônicos. A literatura revela-se aqui um instrumento de transmissão de saberes e de manutenção e reinvenção das identidades afro-diaspóricas.

A coletânea reúne produções que exploram a vivência da diáspora, o impacto do racismo e a afirmação do orgulho negro, articulando dores individuais e coletivas. Entre as obras que compõem o volume, destacam-se: “Resistir é Mandingar”, de Ágatha Liberato, pedagoga negra formada pela UFOP; “Melanin Against the World”, de Maame, estudante ganense de biomedicina na UnB; e os poemas “Family Change in Africa” e “Testament for the First Accused: Nelson Mandela. For the Twenty Seven Years”, de autoria da embaixadora de Gana no Brasil, Abena Busia. A análise dessas produções evidencia como a literatura negra brasileira e africana se conectam e se fortalecem mutuamente no interior da NUGS.

No poema “Resistir é Mandingar”, Ágatha Liberato articula a resiliência por meio da ancestralidade e do movimento. A escolha do termo “mandingar” evoca a herança cultural e a sabedoria espiritual dos povos Mandinga em sua resistência ao colonialismo, utilizando a metáfora da mandinga como gesto de proteção, reinvenção e ocupação de espaços historicamente negados. “Melanin Against the World”, de Maame, subverte a marginalização sistemática do corpo negro ao reivindicar a melanina não como um fardo, mas como símbolo de poder e altivez, definindo a própria existência negra como um ato de insubordinação. Já as obras de Abena Busia dialogam com as fraturas da diáspora e as transformações sociais em solo africano, construindo, em seu tributo a Nelson Mandela, uma densa costura de eventos históricos.

A performance de “Resistir é Mandingar” no sarau revigorou a dimensão oral das tradições africanas e afro-diaspóricas, convertendo a palavra falada em um instrumento de tessitura identitária coletiva e de combate ao racismo. A obra de Liberato pulsa o conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo (2020), na medida em que sua escrita emerge atravessada pela experiência pessoal e coletiva de ser mulher negra no Brasil. Longe de ser um exercício passivo de nostalgia, o poema aciona a memória ancestral como uma força viva e atuante na arena do presente, reivindicando a centralidade e o legado da cultura africana na formação da sociedade brasileira.

A obra de Maame dialoga com o pensamento de bell hooks (2014), especialmente no que se refere à construção da autoestima e da subjetividade negra em um mundo moldado pelo olhar branco. A crítica à hipersexualização das mulheres negras presente no poema também encontra eco nas discussões de Patricia Hill Collins (2009) sobre o controle social imposto aos corpos racializados. A performance do poema, carregada de emoção e intensidade, reforçou o papel da poesia falada como um meio de empoderamento e resistência, ressignificando a estética negra como um elemento central na luta contra o racismo.

O poema “Family Change in Africa”, de Abena Busia, dialoga diretamente com as discussões sobre identidade, diáspora e transformação social. A autora reflete sobre as mudanças estruturais nas configurações familiares africanas, abordando os impactos do colonialismo, da urbanização e da globalização nos laços comunitários e nas dinâmicas de gênero. Além disso, Busia destaca a resiliência das sociedades africanas diante das redefinições impostas ao longo da história. Sua obra se insere dentro de um movimento maior de produção literária africana que questiona as narrativas hegemônicas sobre o continente em geral, e sobre as mulheres africanas em específico, e resgata perspectivas internas que reafirmam a pluralidade das experiências africanas na contemporaneidade.

Após explorar as dinâmicas sociais e identitárias em “Family Change in Africa”, a análise se volta agora para outro poema fundamental de Busia: “Testament for the First Accused: Nelson Mandela. For the Twenty-Seven Years”. Nesse poema, a autora constrói uma narrativa histórica e emocional sobre a trajetória de Nelson Mandela, situando sua prisão dentro de um contexto mais amplo de resistência ao colonialismo e ao *apartheid*. Os versos não apenas homenageiam Mandela como indivíduo, mas também evocam a memória de inúmeros líderes e movimentos que lutaram contra a opressão na África e na diáspora. Por meio de uma escrita carregada de referências históricas, Busia transforma a figura do ex-presidente sul-africano em um símbolo de luta coletiva e questiona a noção de liberdade diante dos entraves do racismo. Desde os versos iniciais, o poema estabelece uma perspectiva de testemunho histórico. A autora evoca a memória de Patrice Lumumba e Sylvanus Olympio, líderes africanos assassinados nos anos 1960, como um prenúncio da violência que caracterizou os processos de descolonização na África. Essa introdução sugere que a prisão de Mandela não foi um evento isolado, mas parte de uma longa trajetória de perseguição política contra aqueles que desafiaram a dominação imperialista.

Nesse contexto, o sarau literário promovido pela NUGS-Brasil e o e-book que o documenta não são apenas registros de um evento pontual, mas ações que reafirmam a importância da produção intelectual e cultural dos estudantes ganenses no Brasil. O evento se configura como um espaço em que esses estudantes podem compartilhar suas experiências, elaborar suas vivências em um país marcado pelo racismo estrutural e reafirmar suas identidades a partir da palavra escrita. A produção do e-book assegura que essas trocas ultrapassem o momento do sarau e permaneçam acessíveis a outros estudantes e pesquisadores interessados nas relações Brasil-África. Dessa forma, a literatura se reafirma não apenas como um meio de expressão artística, mas também como uma estratégia de resistência e conexão entre esses jovens ganenses, fortalecendo redes de pertencimento e criando pontes entre suas trajetórias e as discussões mais amplas sobre diáspora, identidade e antirracismo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Leya, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 11 de junho de 2026.
- COLLINS, Patricia Hill. **O pensamento feminista negro: saberes, consciência e política do empoderamento**. São Paulo: Unesp, 2009.
- EMBAIXADA DO BRASIL EM ACRA. **Planejamento Estratégico 2023–2025**. Ministério das Relações Exteriores, 2024.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência, a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, n. 92, p. 69–82, 1988. Disponível em: [GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. .pdf](#). Acesso em: 11 de junho de 2026.
- hooks, bell. **Ensinar a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HOUNTONDJI, Paulin J. **Saberes africanos e a filosofia**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NATIONAL UNION OF GHANA STUDENTS (NUGS). **About Us**. Disponível em: <https://nugs.org.gh/about-us/>. Acesso em: 10 de junho de 2026.

NATIONAL UNION OF GHANA STUDENTS – BRAZIL. **Constitution of NUGS Brazil**. 2020.

NUGS-BRASIL. **A influência do racismo na tomada de decisão**. Facebook, 7 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/100079802143918/videos/2783810081853873>. Acesso em: 10 de junho de 2026.

Vozes e corpos negros em Sagarana, de Guimarães Rosa

Ana Carolina Santos Carvalho

Mestranda em Literatura, Cultura e Tecnologia

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

anacarollinas2@hotmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica que investiga as expressões artístico-culturais afro-brasileiras na obra *Sagarana* (1946), de João Guimarães Rosa. Por meio de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, articulando literatura, história e performance, a análise foca em como personagens negros deixam de ser figurantes para se tornarem articuladores das narrativas e guardiões de saberes ancestrais, como o congado, a medicina de ervas e a religiosidade sincrética. O estudo examina a tensão entre modernidade e tradição, observando como a oralidade e a memória coletiva resistem ao silenciamento histórico. Conclui-se que a escrita rosiana, ao incorporar vozes e corpos negros, expande o cânone literário e contribui para a compreensão da identidade nacional plural e da resistência cultural afrodescendente no sertão mineiro.

Palavras-chave: Literatura; Memória; Sertão.

Introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada no programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens (POSLING) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), sob orientação do professor Dr. Roniere Silva Menezes. O estudo defende que as expressões artístico-culturais afro-brasileiras em *Sagarana* (1946), de João Guimarães Rosa, ultrapassam a condição de mera figuração, revelando-se como elementos articuladores fundamentais para a construção plural do sertão rosiano. Para isso foram realizadas leituras críticas dos nove contos que compõem o livro, assim como textos sobre a vida e obras do autor e publicações ligadas à noção de oralidade, expressões artísticas e culturais afrodescendentes, literatura, performance e memória.

As histórias posicionam os personagens negros não como meros figurantes, mas como articuladores das narrativas, além disso, o autor insere expressões vivas da cultura negra como o congado, a feitiçaria, religiosidade e as quadras populares coletadas e criadas pelo autor. Rosa não omite o preconceito racial nas narrativas, ao mesmo tempo ressalta a força da tradição popular,

em especial de matriz afro-brasileira, principal objeto de interesse desta pesquisa. Historicamente o povo negro brasileiro, mesmo sendo submetido ao silenciamento e ao regime escravista, soube criar estratégias para manter vivos os saberes, a religiosidade e as expressões artísticas. Em *Sagarana* a presença negra, muitas vezes aparece de forma sutil, que demanda uma leitura atenta aos vestígios, aos rastros e aos pequenos sinais, deslocando o foco dos grandes acontecimentos para valorizar as dimensões pequenas das histórias.

Por meio de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar que articulou temas ligados à literatura, arte, cultura e história, a investigação examinou cantos, narrativas orais, hábitos, rezas e performances dos personagens negros no livro, levando em consideração o lugar social do autor, uma vez que Guimarães Rosa era um homem branco, médico, escritor e diplomata que não tem objetivo de trazer em sua produção a discussão sobre a cultura afro-brasileira, mas ao escrever as histórias ancoradas em Minas Gerais do início do século XX, termina por deixar eclodir em sua escrita figuras afrodescendentes. Assim, além da rica produção ficcional, o trabalho permite compreender melhor o país, a história, a cultura e o povo brasileiro. Portanto, por meio da investigação sobre cultura popular, a oralidade, a relação entre literatura e história, sobre raça e comunidade, os contos contribuem para melhor compreensão da noção a respeito da criação artística.

Rosa e Sagarana

Os primeiros caminhos da pesquisa levaram a entender as origens e a relação de Rosa com o território mineiro. Esse vínculo com os espaços do sertão iniciou-se desde os primeiros anos de vida. Nascido em Cordisburgo, o escritor passou parte da infância ouvindo histórias contadas por frequentadores da venda próxima à estação ferroviária e que pertencia a seu pai. Conviveu com “mascates, garimpeiros, praças da polícia, fazendeiros, caçadores e, principalmente, vaqueiros (...). (MENEZES, 2008, p.179) Embora tenha passado parte de sua vida afastado do sertão mineiro, ao longo desse período de sua vida, Rosa esteve envolvido em projetos relacionados às artes e à cultura.

Nesse sentido, a análise das fontes permitiu identificar um conjunto de aspectos que marcam as obras do autor. Muitos elementos estão ligados aos conflitos entre modernidade, tradição, tecnologia e natureza, especialmente em um momento de profundas mudanças no país.

A publicação de *Sagarana*, em 1946, foi considerada um acontecimento que marcou a renovação da prosa brasileira em um cenário pós-guerra. (BONOMO, 2011, P. 34)

Embora a obra tenha raízes em 1937, sua elaboração, nos anos em que Rosa atuou como cônsul-adjunto em Hamburgo (1939-1942) reflete a inquietação de um mundo transformado pelas tecnologias que tensionam as fronteiras do regionalismo tradicional. Esse cenário explica o conflito entre modernidade e tradição no plano da obra, em que a natureza e o mundo “bárbaro e informe” do interior ganham “expressão universal” a partir do rigor de uma técnica estética civilizada. Assim, a obra de Rosa reflete a tensão entre o local e o global, mediando a realidade sertaneja com as profundas mudanças de um século marcado pela velocidade e por avanços. (BONOMO, 2011, p. 41)

Essa articulação entre o local e o universal ganha materialidade na análise dos contos. Nos textos de *Sagarana*, por exemplo, os lugares e personagens cuja análise norteou a pesquisa, possuíam conhecimentos técnicos sobre o trato com os animais, plantações, relação com o espaço, saberes medicinais, lendas e crenças populares. O conhecimento técnico, no contexto das histórias, é uma das bases da modernização e do consumo do lugar. (MENEZES, 2008, p.179)

Dentre esses aspectos, destaca-se a cartografia do esquecimento, uma forte característica das obras de Rosa. O termo, que originalmente remete à ideia de traçar mapas, definir fronteiras e delimitar espaços físicos, ganha na prosa rosiana uma dimensão sensível. Essa cartografia não se limita a registrar as ausências, mas atua como um mecanismo fundamental para a própria manutenção da memória do sertão. Ao mapear o que a modernidade marginaliza ou apaga, como as velhas estradas de boiada, os causos antigos, a fauna nativa e os modos de vida tradicionais, Rosa transforma o esquecimento em um espaço de resistência e preservação de uma oralidade e de uma ancestralidade que, de outro modo, desapareceriam. Nesse sentido, fixar essas fronteiras invisíveis e registrar o saber do homem sertanejo diante do seu meio natural torna-se um ato de salvaguarda histórica, conforme se observa no seguinte fragmento do conto “Sarapalha”:

Tem os paturis...Tem os patos de cara vermelha... Tem o marreco de bico grande, e outro azulado, e um com enfeite de muitas cores... Tem o marrequinho rabudo, que assobia... Tem os irerês... tem as garças. Uma porção!... Mas não é toda raça de bicho de pena que voa por cima do rio, não senhor: gavião, passa dos grandes, dos de penacho, aguiados, sempre vindo do sertão... E nunca que voltam, parece que os outros matam esses, por aí... Eu cá nunca mato pássaro nenhum. O carapinhé costuma passar também, mas só

quando vem voando atrás de passarinho pequeno, querendo
pegar... (ROSA, 2015, p. 152)

O trecho destacado demonstra o conhecimento sobre o espaço geográfico e biológico que constitui uma cartografia viva e afetiva. A nomeação das espécies e a observação de seus hábitos de voo e fluxos migratórios revelam a profundidade dos saberes dos sujeitos que habitam o espaço. Ao registrar essa oralidade e esse domínio popular sobre a natureza, a escrita de Rosa resgata uma herança cultural que a modernidade tende a invisibilizar. Nesse sentido, o esquecimento é combatido pelo ato de nomear o sujeito da narrativa, ao mapear cuidadosamente o seu meio, atua como guardião de uma memória coletiva que torna o sertão um espaço universal.

Vozes e corpos negros em Sagarana

A análise dos contos de *Sagarana* revelou que a relação de Guimarães Rosa com o sertão vai muito além do ambiente onde nascem as histórias; ela está presente na construção de personagens vinculados ao espaço e aos seus saberes. A obra literária, constata que os sujeitos afrodescendentes, não ocupam o papel de meros figurantes, mas surgem como articuladores das histórias e do misticismo sertanejo. Nesse sentido, os corpos e vozes negras, surgem em contextos específicos e com posições e atividades distintas, relacionadas aos saberes e domínios ancestrais desse grupo, como, por exemplo, os trabalhos domésticos, cuidados com os animais, o protagonismo negro infantil em contexto de subsistência e a relação com o misticismo e a religiosidade.

As mulheres negras surgem nas histórias em posições realizando atividades domésticas. Em “O Burrinho Pedrês”, Maria Camélia, por exemplo, é retratada como uma mulher preta que desempenha atividades domésticas, servindo café ao Major, dono da fazenda e contando às mulheres da cozinha o que acontece nos espaços da casa, que poucas transitam. Maria Camélia mulher tem acesso aos espaços da casa e constata-se uma proximidade com o major através dos diálogos entre os personagens. (ROSA, 2015, p. 34). Assim como no conto “Minha gente”, o personagem principal avista e interage com uma mulher preta jogando milho para os animais.

Sob outra perspectiva, no conto “Sarapalha”, o autor insere uma personagem na história, a “negra velha”, que morava na fazenda. A maneira como Rosa descreve o lugar, uma fazenda denegrada e desmantelada do tempo dos escravos:

É aqui, perto do vau da Sarapalha: tem uma fazenda, denegrida e desmantelada; uma cerca de pedra-seca, do tempo de escravos; um rego murcho, um moinho parado; um cedro alto, na frente da casa; e, lá dentro, uma negra, já velha, que capina e cozinha o feijão. Tudo é mato, crescendo sem regra; mas, em volta da enorme morada, pés de milho levantam espigas, no chiqueiro, no curral e no eirado, como se a roça se tivesse encolhido, para ficar mais ao alcance da mão. (GUIMARÃES ROSA, 2015, p. 122)

Ao adotar a expressão “do tempo dos escravos” e descrever o abandono do espaço - o mato crescendo desmedidamente em volta da “enorme morada” - entende-se que o local abrigou uma produtiva fazenda e que restou apenas a decadência do patriarcado rural, principalmente em Sarapalha que foi devastada pela doença. A personagem da “Negra velha” aparece na narrativa fazendo serviços domésticos na fazenda do primo Ribeiro, cozinhando feijão, cortando lenha, fazendo café, cuidando da roça e da saúde dos primos. Em dois momentos da história, o primo Argemiro a chama quando o primo Ribeiro está em péssima condição de saúde, em uma das vezes ela a grita pelo nome “Ceição”, é a única vez que o autor coloca o nome da personagem.

Por outro lado, no conto “A hora e vez de Augusto Matraga”, o casal de idosos negros vai além das tarefas domésticas; eles personificam a caridade cristã e o acolhimento. A atuação do casal ao desempenharem papéis de servidão e trabalhos voltados à sobrevivência, como o preparo de alimentos, o zelo pelo ambiente e os cuidados ao homem em situação de debilidade física, transformam a rotina laboral em um exercício de caridade cristã. Ao se dedicarem ao cuidado, a servidão deixa de ser um estigma e passa a ser uma ferramenta de humanidade, onde o trabalho doméstico e o domínio das ervas tornam-se os fundamentos que permitem a reconstrução do pessoal de Augusto Matraga.

Para além da presença de pessoas negras adultas, é possível observar uma participação ativa das crianças negras nos contos de *Sagarana*. Guimarães Rosa retrata a infância negra através da servidão e resiliência. Nas histórias observa-se como, desde cedo elas são inseridas em um contexto de servidão e aprendizado, em que o trabalho doméstico ou no campo não é apenas uma tarefa, mas uma estratégia de sobrevivência e adaptação ao meio social. Ao longo das histórias, percebe-se que se referem às crianças negras, principalmente em situações que envolvem o cuidado e o tratamento dos animais, chamando-os de “mulatinho” ou “toquinho de preto”.

Em “O burrinho pedrês”, durante a conversa dos personagens surge a referência a um menino negro de sete anos, descrito de maneira pejorativa como “toquinho de preto”, “magrelo” e de “olhos graúdos” (ROSA, 2015, p. 69):

Um negrinho, que tinha também. Assinzinho, regulando por uns sete anos, um toquinho de gente preta... O fazendeiro que vendeu o gado pediu a seu Saulinho para trazer, para entregar a um irmão, no Curvelo, e seu Saulinho prometeu... A' pois, o tal pretinho era magrelo, com uns olhos graúdos, com o branco feio de tão branco, que até mesmo, Deus que me perdoe, mas eu acho que alguns pretos têm o branco-dos-olhos assim só para modo de assombrar a gente!... E, aquilo, ele chorava, sem parar, e de um sentir que fazia pena... Não adiantava a gente querer engambelar nem entreter... Eu pelejei, pelejei, todo-o-mundo inventava coisa para poder agradar o desgraçadinho, mas nada d'ele parar de chorar... (ROSA, 2015, p. 69)

O garoto, encarregado de acompanhar o gado, chorava pela separação dos animais, expressando sua dor em um canto melancólico: “*Ninguém de mim / Ninguém de mim / tem compaixão*” (ROSA, 2015, p. 71). Esse episódio sensibiliza o personagem João Manico e reforça a presença da oralidade como expressão de sofrimento e resistência.

Do mesmo modo, no conto “Minha Gente”, o personagem principal, interage com um garoto e com o intuito de distrair-se, promete dar dois mil-réis ao menino para ele pegar uma ave chamada Vira-saia, sem o milho para ajudar. O menino descrito pelo autor como “negrinho” captura o animal e ainda consegue pedir a mais, dois mil-réis ao contar uma história ao homem sobre ter perdido seu chicote nas matas e precisou prometer o dinheiro às almas, caso o achasse.

Embora Guimarães Rosa nem sempre deixa claro a etnia de seus personagens, a raça é revelada por meio de marcadores sociais, descrições físicas sutis e pelo próprio contexto das atividades desempenhadas. Dessa forma, a identidade racial em *Sagarana* constrói-se de maneira implícita, permitindo que o leitor depreenda a negritude a partir de elementos culturais inseridos na narrativa. No conto “Conversa de bois”, o menino Tiãozinho e seu falecido pai são pessoas negras. Essa dedução baseia-se no tratamento violento e desumano que Agenor Soronho, um homem ruivo com “mãos sardentas”, pratica com o garoto. Ele ameaça “acabar com a boa vida” de Tiãozinho, um comportamento que se insere em um contexto de relações de poder, opressão, preconceito racial e de classe.

Para além das relações de trabalho e sobrevivência mencionadas, a identidade dos personagens negros em *Sagarana* encontra-se enraizada nas práticas religiosas. Esta não se limita ao catolicismo, mas se manifesta em um sincretismo rico, onde o conhecimento de rezas, ervas e

rituais de matriz africana confere a esses indivíduos um papel de detentores de uma sabedoria ancestral no sertão.

Essa presença mística manifesta-se, como por exemplo, em contos como “Corpo fechado”, onde a religiosidade brasileira está no centro da história. O personagem Manuel Fulô, descrito como um homem simples, que trabalha pouco e esteve por um tempo convivendo com os ciganos, demonstra diversos preconceitos em suas conversas. Ao se referir a um amigo negro, “Miligido”, um dos homens valentões do vilarejo já falecido, Fulô, ao descrever o personagem como um home preto, e com pouco conhecimento. Ao citar o amigo “Miligido”, conhecido na cidade pelo comportamento violento, Manuel Fulô o descreve como um homem preto de pouco conhecimento.”(...) Esse era um homem bom... homem justo. O que ele era preto... mais preto que os outros pretos, engomado de preto... Eu acho que ele era preto até por dentro! Mas foi meu amigo.” (ROSA, 2015, p. 233).

Além da descrição de Miligido, Fulô traz outra informação sobre o personagem: “(...) um dia ele me deu uma escova de dente, quase nova... Eu acho que ele encontrou a tal nalgum lugar e não sabia que serventia aquilo tinha...” (ROSA, 2015, p. 233).

Contudo, a vulnerabilidade do personagem diante do perigo, quando ameaçado pelo valentão da região, é o ponto de virada em que o misticismo assume o controle. Então recorre-se ao ritual do “corpo fechado”, que não aparece apenas como superstição, mas como uma estratégia de proteção e sobrevivência. Ao conferir ao personagem negro o domínio sobre o sagrado e o invisível, Rosa subverte a hierarquia social, transformando a sabedoria ancestral no elemento motor que soluciona o conflito principal.

Por outro lado, o conto aborda a religiosidade e o misticismo, mas também a prática de saberes sobre as ervas medicinais dominadas pelas pessoas negras. Manuel Fulô, em uma conversa, conta sobre a ocasião em que recorreu-se aos serviços do boticário, “Raymundo”, quando estava com uma questão de saúde, entretanto, ao falar do “Toquinho das Pedras”, afirma que tem ódio do homem e menospreza seus trabalhos de pedreiro. Chama-o de feiticeiro por vender garrafada de raiz de mato e o critica por andar sujo e não sabe ler nem escrever. Ademais, ao descrever Toquinho como um “homem das águas, das pedras e de alma de pajé” (ROSA, 2015, p.253), Fulô atribui a ele traços que sugerem uma origem tanto negra quanto indígena. Tal descrição pode indicar a mestiçagem das identidades, ou apenas a confusão do personagem ao definir a etnia do homem.

O conto “São Marcos”, o misticismo surge como forma de punição e cura. A narrativa revela o embate entre o personagem, um médico chamado Izé (José) e um feitiçeiro, João Mangolô, um homem negro que morava em um lugar simples e afastado. Embora Izé conviva com pessoas que respeitavam a feitiçaria e a bruxaria e acreditavam nelas, como por exemplo, Nhá Tolentina, Dona Cesária e o menino Deolindinho, o médico além de debochar e desacreditar, não tinha simpatia pelo feitiçeiro e o ofendia com palavras racistas e preconceituosas sempre que o encontrava, “negro é cachaceiro”, “negro é vagabundo” e “negro feio”.

Diferente de “Corpo fechado”, em “São Marcos” a relação com o oculto deixa de ser apenas um pedido de proteção e passa a ser uma demonstração de poder sobre os sentidos humanos, especificamente por meio da figura do feitiço realizado por Mangolô, que após muitas ofensas e ameaças, priva o protagonista da visão, conduzindo-o a uma jornada de experiências e reconhecimento das forças do sertão. O conto reforça a ideia de que o saber ancestral negro e sertão detém o controle sobre a realidade, subjugando até mesmo aqueles que se consideram superiores pela cor, instrução e classe social.

Aprofundando a discussão sobre a agência dos personagens negros, no conto “A Hora e Vez de Augusto Matraga” a narrativa apresenta a servidão doméstica e é ressignificada pela caridade. O casal de idosos negros deixam de ser auxiliares para se tornarem os responsáveis pela sobrevivência de Matraga, unindo orações e tratamentos fitoterápicos em um processo de cura. O casal de negros tem um apego à devoção e à fé cristã católica e à Nossa Senhora do Rosário.

Essa relação entre o saber sobre ervas medicinais e a religiosidade demonstra que a redenção de Augusto Matraga é, antes de tudo, fruto do amparo negro. Ao aceitar o cuidado e os conselhos do casal, o protagonista, que era um homem violento e arrogante, submete-se a uma nova forma de vida, baseada na humildade e na paciência. É importante destacar que o modo de vida do casal reflete a união entre a ancestralidade negra e a devoção católica. Portanto, a agência desses personagens é o que viabiliza a transição de Matraga de um homem “perdido” para alguém que, finalmente, encontra sua “hora e vez” através da caridade recebida.

Rosa vai além da descrição de personagens e usa caminhos geográficos para mapear os espaços de vivências e sociabilidade das pessoas negras. Na novela “Duelo”, a Festa do Rosário aparece como refúgio do personagem Turíbio Todo que durante sua fuga, participou da celebração, dançando, assistindo peças de teatros e leilões ali realizados. (ROSA, 2015, p. 145). Em outra passagem, o Congado é citado destacando as festividades e dedicação da comunidade,

como na novela “Corpo Fechado”, durante uma conversa dos personagens, a manifestação é referenciada: (...) “a festa que os pretos davam a vida, que por sinal leva três dias, mas exigem que os ensaios duram o ano inteiro” (ROSA, 2015, p.236). O autor ainda menciona elementos como mucambos (ROSA, 2015, p. 109) e caminhos construídos por negros cativos (ROSA, 2015 p. 153). Essas menções demonstram o compromisso do escritor em registrar e mapear os espaços ocupados por pessoas negras e a permanência da cultura afro-brasileira no sertão.

Episódios assim evidenciam como Rosa insere, por meio de pequenos recortes, personagens e práticas da população negra no universo sertanejo, ainda que marcados pela hierarquia da época em que a obra foi escrita. Ao mesmo tempo, os contos preservam traços da cultura popular afro-brasileira, por meio de cantos, práticas religiosas, atividades domésticas atribuídas a pessoas negras e saberes sobre ervas medicinais. Dessa forma, os contos articulam a memória, oralidade e imaginário sertanejo, sem apagar a presença, ainda que marginalizada, da população negra no cenário narrado.

Guimarães Rosa e a canção popular

As quadras populares são trechos reconfigurados e criados por Guimarães Rosa. Elas se ligam à vida cotidiana, à memória coletiva e às experiências compartilhadas. Partem de uma filosofia gerada muitas vezes a partir da observação da natureza. A música está ligada aos sons sertanejos, mas recebe sua expressão em diversas quadras cantigas. (MENEZES, 2019, p. 330). Os estudos de Roniere Menezes (2019) caracterizam o papel das quadras populares presente no livro *Sagarana*, e busca refletir a respeito das canções do álbum *Remanso de Rio Largo*, do cantor e compositor Celso Adolfo. O álbum foi lançado em 2018 e é um trabalho marcado por uma recriação que presta uma homenagem a Rosa. Assim, Menezes reflete sobre as quadras populares e as canções do álbum, destacando a relação entre a música, literatura e cultura popular, investigando as fronteiras artísticas e a própria noção de hierarquia dos campos artísticos literários.

O estudo demonstra que as quadras possuem uma diferença quando apresentadas. As quadras não aparecem apenas como pano de fundo, ao invés disso dialogam com a narrativa, as canções são vistas como coro, comentário, mas possuem vida própria, e dialogam com temas ligados ao amor, natureza, boi, lamento, humor (MENEZES, 2019, p. 330). Além de ser acompanhado de diversos saberes em oposição ao período no qual o livro foi escrito. Por meio

das críticas do próprio autor, dialogando com João Condé, Antônio Cândido e Mário de Andrade destacam a importância das quadras e das músicas sertanejas. Neste ensaio, Menezes (2019) aproxima-se essas reflexões aos pensamentos de Mário de Andrade observando como ambos valorizam os saberes populares. Essa inovação insere na literatura brasileira elementos artísticos que legitimam a cultura do sertão. (MENEZES, 2019, p 336)

“Todo passarinh’ do mato
tem seu pio diferente
Cantiga de amor doído
não carece ter rompante...”
O burrinho pedrês, p. 44

O autor destaca que as criações musicais de Celso Adolfo, do cantor Tom Jobim, assim como as produções do escritor mineiro, contribuíram para o resgate da memória e da cultura do sertão. Guimarães Rosa propôs a inovação da língua e resgatou palavras e expressões arcaicas. Jobim usou as narrativas, contos e poemas como inspiração para seus trabalhos e no caso de Celso Adolfo inovou a canção contemporânea buscando recursos esquecidos pelo tempo e levando características da cultura popular oral do sertão para os seus lugares de origem. Apesar dos desafios enfrentados pela diferença de contexto e tipo de trabalho produzido, Adolfo e Rosa têm pontos em comum, como duas pessoas do interior de Minas Gerais e os interesses pela cultura oral sertaneja herdada pelo autor.

Nesse sentido, a obra de Rosa assim como as canções do Celso Adolfo evidencia que os suportes de artes são fundamentais para a salvaguarda da identidade do sertão, assim como a valorização das expressões tradicionais, a linguagem e a memória coletiva do sertão. Ressaltam-se as raízes compartilhadas dos autores, sendo ambos do interior de Minas Gerais, isso demonstra como a identidade regional pode servir de base para criações que dialogam com a contemporaneidade, rompendo barreiras e relatando as riquezas deste território. Ao fazer isso, Rosa e Adolfo contribuem para construção de uma identidade nacional plural, onde as tradições populares que por muito tempo foram vistas como inferiores, nesse contexto ocupam um lugar de resistência e inovação artística.

Conclusão

Esta pesquisa buscou investigar os vestígios, os rastros e os pequenos sinais da presença afro-brasileira em Sagarana (1946), constatando que essa participação ultrapassa o lugar de mera

figuração. Verificou-se que os sujeitos negros se constituem como articuladores das narrativas e do misticismo do sertão, detendo saberes que movem as histórias se subvertem as hierarquias sociais e intelectuais da época. Personagens como João Mangolô, em seu domínio sobre o oculto, e o casal de idosos de Augusto Matraga, através da caridade e dos saberes sobre ervas, demonstram que o saber ancestral negro detém o controle sobre a realidade, subjugando até mesmo aqueles que se consideravam superiores pela instrução ou classe social.

Ao longo da análise, observou-se como a escrita rosiana se deixa atravessar pela vida ao integrar elementos da canção popular, as quadras e os ritos do Congado e da Festa do Rosário. Essas manifestações não surgem como simples pano de fundo, mas como batidas que modulam a própria escrita, permitindo enquadrar a obra sob a ótica da literatura em campo expandido. Essa abertura do cânone é fundamental para o resgate de uma memória coletiva que a modernidade muitas vezes tentou invisibilizar, devolvendo a dignidade a corpos e vozes negras representadas para além dos estereótipos de servidão ou hipersexualização.

Em última análise, o estudo revela que a universalidade do sertão de Rosa é inseparável da resistência e da reinvenção das comunidades negras. Ao mapear esses espaços de sociabilidade e saberes tradicionais, o trabalho propõe um questionamento político necessário sobre a lógica de controle da produção intelectual no Brasil, que historicamente excluiu essas vozes da tradição canônica. Conclui-se que a obra de Rosa, ao permitir que esses saberes eclodam em suas histórias, reafirma a influência vital da cultura afro-brasileira na construção de uma identidade nacional plural e democrática, transformando o esquecimento em um espaço de salvaguarda e inovação artística

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. **Sobre alguns temas em Baudelaire**. In: **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.114-119

BONOMO, Daniel Reizinger. **No surgimento de Sagarana**. Opiniões: Revista dos alunos de Literatura Brasileira, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 32-47, 2011.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais**. Iberic@l, 2012, 2, pp.13-18

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida**. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 7-39.

HALL, Stuart. **Que “negro” é este na cultura negra?** Lugar Comum:Rio de Janeiro, n. 13-14, p. 147-159, 2001

LUDMER, Josefina. Literaturas pós-autônomas. **Ciberletras** – Revista de crítica literaria y de cultura, n. 17, julho de 2007.

LUDMER, Josefina. Literaturas postautônomas: otro estado de la escritura. **Revista Dossier**, Universidade Diego Portales, n. 17, 2012.

MENEZES, Roniere. **Mário de Andrade: arquivo, tradução e traição da memória**. In: SAID, Roberto & SÁ, Luiz Fernando Ferreira. Jacques Derrida: entreatos de leitura e literatura. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014, p. 235-249.

MENEZES, Roniere. **Cantigas de Sagarana na voz de Celso Adolfo**. Eixo e Roda: Revista de Literatura Brasileira, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 329-352, 2019.

MENEZES, Roniere Silva. **O traço, a letra e a bossa: arte e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinicius**. 2008. 373 f. Tese Doutorado em Literatura Comparada – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 163-211

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997

NASCIMENTO, Evando. **Literatura no século XXI: expansões, heteronomias e desdobramentos**. Revista Brasileira de Literatura Comparada. 2016. p. 1-31.

ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. 27. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

STARLING, Heloisa **Maria Murgel. Tom & Rosa**. Revista USP, São Paulo. p. 110–123, 2010.

Os invisíveis do bicho: Trabalhadores subalternos e repressão no Jogo do Bicho em Belo Horizonte (1897–1927)

Lucas Gabriel Gonçalves Correa

Graduando em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

lchistoria0@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa a participação de trabalhadores subalternos na dinâmica do Jogo do Bicho em Belo Horizonte entre 1897 e 1927, tendo como pano de fundo a trajetória dessa prática desde sua criação no Jardim Zoológico do Rio de Janeiro até sua difusão e consolidação na capital mineira. Com base na análise de processos criminais, relatórios policiais e periódicos da época, investiga-se a circulação do jogo em diferentes espaços urbanos, bem como as formas pelas quais a repressão estatal incidiu sobre os segmentos mais vulneráveis envolvidos nas apostas, enquanto os principais articuladores da atividade permaneciam, em grande medida, distantes dos autos judiciais. Ao evidenciar a atuação desses personagens frequentemente invisibilizados pela historiografia, mas marcados nas páginas processuais, o artigo busca contribuir para compreensão a loteria clandestina não apenas como uma contravenção, mas como um fenômeno urbano profundamente relacionado às estratégias de sobrevivência, às formas de trabalho informal e às dinâmicas sociais que marcaram a formação da cidade forjada sobre ideais republicanos.

Palavras-chave: Contravenção; História urbana; Subalternidade

O jardim que abrigou o jogo:

A criação da loteria clandestina conhecida como “Jogo do Bicho” remonta ao esforço do empresário João Viana Drummond, o Barão de Drummond, em viabilizar seu Jardim Zoológico, localizado na recém-criada Vila Isabel e inaugurado em 1888. Originalmente concebido como um centro de lazer e vanguarda científica (MORAES, 2021), o empreendimento teve como inspiração os modelos europeus e a aprovação para construção do mesmo foi noticiada pelo jornal O Fluminense, no dia 06 de setembro de 1884:

O ministerio do imperio declarou á Illma. camara municipal, em resposta ao officio de 3 de Setembro ultimo, que é aprovado o contrato que a mesma camara celebrou com o commendador João Baptista Vianna de Drummond, para por si ou por companhia por elle organizada, **estabelecer no bairro de Villa-Isabel um jardim zoologico, semelhante aos que ha em algumas**

idades da Europa. (JORNAL DO COMMERCIO, 1884, p. 2) [Grifo próprio]

Antes da abertura oficial do estabelecimento, a Companhia Jardim Zoológico passou a veicular anúncios na imprensa garantindo que todos os bondes da linha de Vila Isabel estendiam seu trajeto diretamente até o local, onde a própria empresa havia construído uma estação de desembarque. Segundo o anúncio, publicado em 08 de janeiro de 1888, esta abertura antecipada visava atender aos pedidos do público, desta forma, o nova atração carioca abriu suas portas para visitação antecipada, mediante cobrança de ingressos diferenciados por faixa etária (500 réis para maiores de 12 anos e 200 réis para crianças), cobrando taxas extras para a entrada de carros, cavaleiros e velocípedes que desfrutavam de uma espaçosa rua interna de 1.300 metros de extensão.

A directoria da Companhia Jardim Zoologico, attendendo a constantes pedidos do publico, para visitar o jardim onde já se podem vêr muitos animaes, boas construcções e grande parte do terreno ajardinado, deliberou franquear a entrada todos os dias do dia 6 do corrente, das 6 horas da manhã ás 6 da tarde. O preço será para pessoas maiores de 12 annos 500 rs., de 6 a 12 annos 200 rs. e gratis aos menores de 6 annos. [...] Todos os carros da Villa Isabel vão até o jardim, onde a companhia fez uma estação. (JORNAL DO COMMERCIO, 1888, p. 2)

A inviabilidade financeira decorrente dos pesados encargos de manutenção do Jardim Zoológico compeliu a sua respectiva sociedade anônima a pleitear auxílio junto ao parlamento imperial. Em petição enviada à Câmara dos Deputados em junho de 1888, João Batista Viana Drummond articulou um discurso pautado na utilidade patriótica do estabelecimento, oferecendo como contrapartida a cessão de espécimes mortos ao Museu Nacional e a construção de pavilhões para exposições agrícolas. O lobby político logrou êxito temporário junto à Comissão de Orçamento, que recomendou isenções fiscais urbanas e aduaneiras para a importação de animais.

O que chama a atenção ao analisar os pedidos do Barão nas sessões dos deputados é o indício de que as finanças do zoológico cruzariam o limiar das apostas urbanas, pois no dia 14 de agosto do mesmo ano, o empresário lançou um novo alvitre para a Camara de deputados:

Existem actualmente nesta cidade varios prados de corridas, nos quaes o movimento das apostas sobe a milhares de contos annualmente, revertendo 10 % da somma bruta para beneficio das respectivas sociedades. Não seria possivel estabelecer por lei que desses 10 % deduzidos 1 ou 2 % fossem destinados a estabelecimentos pios ou de reconhecida utilidade publica, como o Jardim Zoologico? Obter-se-ia assim facilmente não pequena quantia, sem gravame

para o contribuinte, pois só o jogo, que convém reprimir, seria tributado. (BRASIL, 1888, p. 412) [Grifo próprio]

Apesar de engenhosa, a proposta de taxar os prados de corrida não se concretizou a tempo de salvar as finanças do empreendimento. Com o advento da República em 1889, o cenário político-econômico transformou-se radicalmente, e as prometidas subvenções e auxílios estatais que mantinham o zoológico funcionando foram sumariamente cortados pelo novo regime (MAGALHÃES, 2005). A interrupção do auxílio financeiro estatal, motivada, conforme aponta o cronista Luis Edmundo (1878–1961), pela proximidade entre o Barão de Drummond e o deposto imperador Dom Pedro II, gerou uma crise de liquidez que colocava em risco a sobrevivência dos espécimes do parque (EDMUNDO, 2003). Diante da iminente insolvência, Drummond articulou uma nova estratégia pragmática junto ao poder público, embora as tratativas tenham começado anos antes, foi em outubro de 1890 que o Conselho de Intendência Municipal concedeu o direito de estabelecer jogos públicos lícitos no Jardim Zoológico. Tal abertura permitiu que, em julho de 1892, fosse oficialmente inaugurado o sorteio de animais que daria origem ao Jogo do Bicho.

A febre do Bicho:

Grande loteria no Jardim Zoologico [...] brevemente deve inaugurar-se no jardim zoologico uma grande loteria diaria, devidamente auctorisada e fiscalisada o systema d'esta loteria, que é ao mesmo tempo um bello divertimento, consiste no seguinte: no local em que se deve proceder á loteria haverá 25 quadros a oleo, representando cada um um dos animaes do jardim zoologico. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1892, p. 6)

Publicada no dia 05 de junho de 1892, o anúncio anexado à Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro serviu como um preparativo para a primeira aparição da contravenção que mudou o cenário da sorte na Cidade Maravilhosa, como se referia o compositor André Filho a sua cidade de natal⁵⁴. Mais do que um simples divertimento para atrair visitantes, o comunicado expunha a complexa estrutura financeira montada para garantir a credibilidade do negócio perante a população urbana. A comercialização dos bilhetes ocorria em um amplo período, estendendo-se das 7 horas da manhã até as 4 horas da tarde, com a empresa assumindo o compromisso de vender até dois contos de réis em bilhetes para cada animal (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1892). Para afastar qualquer desconfiança sobre a capacidade de pagamento dos prêmios, o anúncio encerrava com uma sólida garantia bancária, informando que um fundo diário de quarenta contos

⁵⁴ Referência a marchinha “Cidade Maravilhosa” composta por André Filho e posteriormente reinterpretada por diversos músicos, incluindo a alcunhada ‘madrinha do samba’, Beth Carvalho, no ano de 2011 (CARVALHO, 2011).

de réis estava devidamente depositado em uma instituição financeira para respaldar a operação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1892). Desse modo, antes mesmo do primeiro sorteio acontecer nos portões de Vila Isabel, o Barão de Drummond já desenhava os contornos de uma verdadeira empresa da sorte, estruturada para movimentar grandes somas de capital.

O desfecho prático de todo arranjo publicitário consolidou-se no domingo de inverno de 3 de julho de 1892, data que marcou a inauguração oficial dos novos divertimentos no Jardim Zoológico. Segundo o jornal O Tempo, a tarde do sorteio se deu em uma grande com direito a banda musical, que na ocasião tocou as “melhores peças do seu repertório” (O TEMPO, 1892a, p. 1). A nova organização do zoológico buscava distrair o público por meio de um amplo leque de atrações que incluía concertos, bailes públicos, espetáculos diversos, e uma grande gama de modalidades de entretenimento. A grande novidade daquela reestruturação, no entanto, residia na instituição de um prêmio de vinte mil réis por meio de um sorteio original. A dinâmica consistia na cobrança de um mil-réis (1\$) pelo bilhete de entrada, o qual garantia ao visitante a indicação de um dos vinte e cinco animais existentes no jardim (O TEMPO, 1892a).

O suspense concentrava-se em um poste de cinco metros de altura. No topo, repousava uma caixa fechada contendo o quadro do animal sorteado, que daria o prêmio estipulado ao portador do bilhete correspondente. Diante do sucesso imediato da iniciativa e do fluxo de apostadores, o próprio serviço de bondes foi ampliado para proporcionar maior comodidade ao público, consolidando a transição definitiva do zoológico em direção ao mercado de apostas do Distrito Federal.

O sucesso imediato do novo jogo expandiu a operação para além dos limites geográficos do zoológico, espalhando pontos de venda por endereços estratégicos do centro da capital, como a Rua do Ouvidor. Essa descentralização permitia a participação no certame sem a necessidade de visita física ao acervo, consolidando a loteria como um fenômeno autônomo (MAGALHÃES, 2005). Os sorteios ganharam espaço físico e também páginas em periódicos, que passaram a registrar os resultados diários por meio de crônicas satíricas e repletas de trocadilhos sobre os hábitos dos animais premiados. As páginas do Tempo traziam resultados diários de maneira criativa e humorística, como as publicadas nos dias 13 e 14 de agosto:

Ainda uma vez, foi hontem a vacca que no Jardim Zoologico deu a mamar...
queremos dizer deu premios aos seus admiradores. (O TEMPO, 1892b, p. 02)

Foi o cachorro que ladrou hon'tem no Jardim Zoologico. Elle ladrou, mas os
seus apostadores é que morderam. (O TEMPO, 1892c, p. 02)

Contudo, a transição do que Drummond apresentava como uma ‘diversão ingênua’ para uma rede organizada de apostas provocou uma reação enérgica das autoridades republicanas. O projeto, inicialmente saudado como um elemento de entretenimento para a Capital Federal, passou a ser rotulado como um foco de vício, levando o Poder Público a decretar a proibição da loteria em abril de 1895 (MAGALHÃES, 2005). A fundamentação jurídica para a repressão residiu na tese de que a premiação dependia exclusivamente da sorte, enquadrando-se assim no conceito de jogo de azar, nos termos do Código Penal de 1890.

Em termos práticos, o embasamento normativo dessa ofensiva estatal consolidou-se com a edição do Decreto número 133, de 10 de abril de 1895, sancionado pelo então prefeito do Distrito Federal, Francisco Furquim Werneck de Almeida (RIO DE JANEIRO, 1897). O texto da resolução explicitava a reação do Conselho Municipal ao autorizar o chefe do executivo a lançar mão dos “competentes meios legais” para obter a rescisão do contrato celebrado com João Baptista Vianna Drummond ou com a empresa por ele organizada (RIO DE JANEIRO, 1897, p. 13). A severidade da medida expressava-se na determinação imediata contida na alínea *b* do documento, que ordenava a abertura de um inquérito policial focado na “cessação dos jogos ilícitos” praticados no Jardim Zoológico, acumulando força legal para propor todas as ações e recursos necessários para decretar a nulidade plena do acordo (RIO DE JANEIRO, 1897, p. 14).

Tal interrupção, no entanto, não resultou na extinção da prática, mas sim na sua diáspora pelas ruas da Capital Federal, onde a loteria se desvinculou da infraestrutura do parque para consolidar-se como um fenômeno autônomo de mercado (MAGALHÃES, 2005). Ao perder o anteparo do Jardim Zoológico, os animais da sorte integraram-se organicamente ao tecido urbano, encontrando abrigo em uma rede comercial preexistente de quiosques e armazéns, ressignificando-se em um sistema resiliente de contravenção (MAGALHÃES, 2005). A repressão, ao tentar sufocar o divertimento nos limites de Vila Isabel, acabou por transformá-lo em um hábito onipresente, que desafiava a fiscalização ao se pulverizar por cada esquina carioca. Desse modo, o encerramento do vínculo oficial com o Jardim Zoológico não marcou o fim da criação do Barão de Drummond, mas o ponto de partida para a edificação de uma tecnologia do palpite que logo ganharia contornos nacionais.

As grades coloniais do zoológico, portanto, revelaram-se estreitas demais para segurar um bicho que aprendera a caminhar livre pelo asfalto. Expulso do seu berço oficial pela caneta do poder municipal, o jogo operou uma metamorfose radical, deixando de ser um lícito bilhete de

entrada para virar um um idioma boêmio compartilhado por bicheiros, malandros e trabalhadores. Ao dominar os becos e o comércio miúdo do Rio de Janeiro, a contravenção ganhou a musculatura necessária para romper fronteiras geográficas. O nomadismo da sorte ganhou os trilhos da modernidade e fincou garras definitivas no imaginário de outras capitais brasileiras, encontrando um laboratório perfeito para a sua expansão nas montanhas e nas ruas planejadas de Minas Gerais.

O jogo do barão na Cidade Jardim:

Se nas areias e avenidas do Rio de Janeiro o pavão ostenta o colorido de suas plumas em plena praça pública, no solo montanhoso de Minas Gerais o bicho se esconde com a astúcia do macaco, preferindo o silêncio das frestas ao barulho dos holofotes. Diante dessa camuflagem secular, vale propor uma reflexão contemporânea e deixar uma pulga atrás da orelha de todos os belo-horizontinos que gentilmente dedicam um tempo a esta leitura: por quantas bancas de Jogo do Bicho vocês passam rotineiramente pelas calçadas da capital sem sequer notar a presença delas? O questionamento não é uma mera curiosidade, mas joga luz sobre uma invisibilidade construída historicamente. Enquanto na cidade do Rio o sorteio começou como espetáculo e se tornou pilar cultural, em Belo Horizonte o jogo encontrou espaço nas próprias brechas do planejamento retilíneo de Aarão Reis.

Embora não seja possível precisar o momento exato da chegada da prática para o solo mineiro, as evidências periódicas sugerem que sua territorialização ocorreu ainda no crepúsculo do século XIX. Afirmação essa corroborada pelo jornal *O Pharol*, sediado em Juiz de Fora, que, em 23 de setembro de 1900, noticiou a decisão do Conselho Deliberativo de tributar em 20:000\$000 (vinte contos de réis) as agências lotéricas que exploravam a referida contravenção na capital (O PHAROL, 1900). A tentativa de disciplinar o delito por meio da via fiscal revelou-se, todavia, um fracasso. A loteria não foi contida pela taxaço ou pelas interdições subsequentes, ela persistiu e encastelou-se no cotidiano de Belo Horizonte, expondo as primeiras fissuras no projeto de ordem republicana.

Diante da ineficácia dos mecanismos tributários, o Estado deslocou o eixo de controle da esfera administrativa para a repressão penal direta. Contudo, essa transição para a via policial não se deu de forma homogênea, sendo fortemente moldada por uma seletividade institucional que poupava as elites e sufocava as classes populares. Enquanto a atenção policial recaía sobre o

“zé-povo”, bicheiros ambulantes e apostadores sem defesa nesta “república de privilegiados” (O PHAROL, 1902, p. 01), as elites políticas e os congressistas frequentavam *clubs* onde a roleta e a pavana operavam sob o manto da impunidade. A própria polícia, em suas ‘batidas’ esporádicas, era descrita como impotente diante de uma prática que amoitava durante as perseguições para reaparecer com mais vigor assim que a vigilância arrefecia (O PHAROL, 1903, p. 01).

A ambiguidade desta postura favoreceu a expansão do palpite, descrito pelo periódico juiz-forano como uma epidemia social, devido à presença constante em todas as faixas etárias e estratos da população. A prática assolava a capital a ponto ser presença cativa na primeira página do periódico, seduzindo “velhos, moços, creanças”, cujos poucos recursos eram drenados pela jogatina (O PHAROL, 1903, p. 01). Enquanto o projeto urbano buscava higienizar⁵⁵ e converter a massa trabalhadora em cidadãos produtivos, o bicho oferecia uma via de sobrevivência e lazer informal que subvertia a lógica do trabalho ordinário.

O fortalecimento desse mercado informal na nova capital, contudo, não se assentava apenas na brecha da fiscalização, mas se alimentava de uma simbiose estrutural com o próprio aparato governamental. Poucos elementos expõem de forma tão clara a ambivalência do poder público quanto a dependência mútua estabelecida entre o Jogo do Bicho e as loterias oficiais. A contradição era evidente, pois a lisura da contravenção amparava-se na legalidade estatal ao extrair os resultados das apostas por meio dos últimos algarismos do sorteio das loterias autorizadas. Para uma compreensão mais clara de tal relação embrionária, cedo a palavra aos peritos Alyntho Lehirmer e José Moura, que em 1923, foram encarregados de decifrar e explicar os mecanismos da dita contravenção:

Da-se o nome de grupo á reunião de 4 dezenas correspondentes a qualquer do numeros de 1 a 25. [...] São pois, ao todo, 25 bichos. Se o primeiro o maior da loteria, por exemplo, for 45.329, pelo jogo do bicho ganharam o milhar 5329, a centena 329, a dezena 29, e o grupo 8º Camello. Sabe-se que a dezena 29 pertence ao grupo 8º porque este grupo multiplicando-se por 4 da 32, que é sua última dezena, sendo as demais as as 3 imediatamente inferiores, 31,30, e 29 (MINAS GERAIS, 1923b, p. 14)

Em vez de mundos separados, os dois sistemas se misturavam de tal forma que o Bicho aproveitava a estrutura do Estado para validar sua própria existência. As manchetes da imprensa

⁵⁵ O higienismo, consolidado no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX, ultrapassou a esfera médica para tornar-se um projeto de engenharia social. Amparado na aliança entre o saber científico e o poder estatal, buscava disciplinar corpos e condutas, criminalizando práticas tidas como “viciosas” ou “antihigiênicas”, como o jogo, a vadiagem e a prostituição. Mais que prevenir doenças, pretendia “sanear” moralmente a sociedade, moldando comportamentos segundo o ideal de progresso e civilização (DA COSTA, DE OLIVEIRA ARGUELHES, 2008)

paulista e mineira ratificam essa conexão. Em 1906, a rescisão contratual da loteria do Asylo de São Francisco, em São João del-Rei, foi interpretada como um golpe contra as “fontes que alimentavam o jogo do bicho” (O PHAROL, 1906, p. 1). Ao tentar sufocar a contravenção atacando as loterias, o Estado agia sobre o efeito, mas não sobre a causa. Essa repressão pontual forçava o sistema a uma adaptação constante: o jogo não desaparecia, apenas mudava de roupagem e de lugar, encontrando sempre novas formas de sobreviver às investidas oficiais.

A plasticidade do palpite popular em se reinventar e resistir às investidas institucionais decorria do fato de que a prática não operava no vácuo social, mas sim como engrenagem vital de uma cartografia boêmia e marginalizada que pulsava nas franjas da legalidade. Com base nos escritos de Marina Guedes Costa e Silva (2009), o Jogo do Bicho pode ser entendido como a ponta de uma “tríplice do prazer” (SILVA, 2009, p. 80) formada pela embriaguez, a prostituição e os jogos de azar. Pois o lazer projetado para a nova capital não era um fim em si mesmo, mas um dispositivo de ortopedia social⁵⁶. Enquanto elite da nova cidade buscava uma capital forjada à imagem dos ideais europeus, por meio de práticas que educassem os sentidos e os gestos, como as danças de salão regidas por rigorosos manuais de etiqueta (MARTINI, 2010), as camadas populares ocupavam os vazios do projeto urbano com formas de diversão que ignoravam tal pedagogia ((SILVA, 2009).

A segmentação entre o lazer permitido e o proibido encontrava sua expressão na institucionalização dos *clubs* e associações recreativas, como o *Club Bello Horizonte*⁵⁷ ou o *Sporte Club Horizontino*⁵⁸. Para funcionar, tais agremiações submetiam ao Chefe de Polícia estatutos minuciosos, que regulavam desde o valor das mensalidades para seus anexos até a criação de departamentos de esporte salutar, como a patinação e o *hand-ball*⁵⁹. A própria existência dessas associações revela o caráter seletivo da moralidade administrativa. Enquanto os clubes legalmente constituídos podiam regulamentar minuciosamente suas práticas, inclusive aquelas que

⁵⁶ O conceito de “ortopedia social” remete às formulações de Michel Foucault acerca do surgimento das sociedades disciplinares entre os séculos XVIII e XIX. Segundo o autor, trata-se de um conjunto de práticas e dispositivos voltados à correção, normalização e adestramento dos indivíduos, por meio de instituições como a escola, o hospital, o quartel e a prisão. (FOUCAULT, 2003)

⁵⁷ Ocupava um papel central na vida mundana da cidade, sendo um dos principais ponto de encontro “melhor sociedade” belo-horizontina. O clube era o cenário de prestigiados eventos de gala, palestras políticas e celebrações sazonais, como o baile de Réveillon (A IMPRENSA, 1911, p. 05).

⁵⁸ “O *Sporte Club Horizontino*, fundado em 24 de Dezembro de 1926, em Bello Horizonte, Capital de Estado de Minas Geraes, onde tem sua séde e fôro é uma sociedade sportiva cujo fim principal consiste em promover entre os seus associados a cultura phizica, em todas as suas modalidades, podendo realizar reuniões e divertimentos de character social e esthetico e ainda jogos de poker, truc, dama, xadrez e ping pong.” (MINAS GERAIS, 1910, f. 07)

⁵⁹ Documentação não encadernada sobre ocorrências policiais – Arquivo Público Mineiro, 1842-1956. Fundo Chefia de Polícia. Notação: BR MGAPM POL-8-Cx.04.

tangenciavam o universo do jogo (como por exemplo: as roletas), as manifestações populares eram alvo de vigilância constante, sendo enquadradas como desvios a serem corrigidos.

O reverso de tal tolerância burocrática, destinada aos locais mais abastados da cidade, manifestava-se na severidade com que o governo minerio qualificava o divertimento das ruas. Afinal, sob a ótica da cúpula da segurança pública mineira, a contravenção dos bichos transcendia a mera infração legal, sendo convertida em uma sementeira de males para a ordem social capaz de assolar as classes desfavorecidas, com especial penetração entre os sujeitos em situação de mendicância devido à sua ampla acessibilidade.

O denominado jogo do bicho, que tão assustador desenvolvimento tem alcançado em numerosos pontos do Estado, produzindo os mais justos clamores da imprensa, em geral sempre patriótica e bem orientada, e dos bons cidadãos, deve attrahir a rigorosa vigilancia e severa acção dos meus prepostos. O virus desse prejudicialissimo vicio tem contaminado quasi todas as classes sociaes, a começar pelos mendigos, pois é accessivel até a esses desventurados, sendo incalculaveis os danos e desgraças que acarreta. (MINAS GERAIS, 1910)⁶⁰

O argumento oficial construía a imagem da prática como um vício dissolvente de caracteres que ameaçava diretamente a subsistência do núcleo familiar. Ao ecoar o que era classificado como “dolorosos appellos e pedidos providencias que á policia foram dirigidos por mães e esposas, referindo factos e consequencias commovedoras!” (MINAS GERAIS, 1928, p. 93), Minas Gearais assumia uma postura nitidamente tutelar e paternalista. Assim, o trabalhador era retratado como vítima de sua própria inclinação ao ganho fácil, preterindo a segurança do labor pela incerteza da sorte (MINAS GERAIS, 1910).

A ofensiva não se restringia ao plano discursivo, sendo acompanhada por ações policiais concretas, como demonstram os relatórios do Serviço de Investigações de Minas Gerais, os quais registram prisões em flagrante e a apreensão de bilhetes, valores e objetos vinculados às bancas que promoviam a atividade. Não obstante, o controle do Bicho mostrou-se incapaz de conter a prática, pois em 1926 o jornal *O Globo*, denunciava a ocorrência de jogatinas “livres e desenfreadas” na capital mineira (O GLOBO, 1926, p. 06). O fato de o bicho permanecer como alvo prioritário dos investigadores em solo belo-horizontino atesta que a longevidade da prática ultrapassava a barreira da ilegalidade.

⁶⁰ Documentação não encadernada sobre ocorrências policiais – Arquivo Público Mineiro, 1842-1956. Fundo Chefia de Polícia. Notação: BR MGAPM POL-8-Cx.17.

Quem dita o jogo:

A permanência da loteria clandestina em Belo Horizonte não pode ser explicada apenas pela popularidade das apostas ou pela expectativa de ganhos rápidos. Sua continuidade dependia de um conjunto de agentes responsáveis por fazer circular dinheiro, informações e bilhetes pelos diferentes espaços da cidade. Os papeluchos, listas e talões frequentemente apreendidos pela polícia constituíam apenas a face mais palpável desse circuito, encarregado de arrecadar valores, registrar palpites e assegurar o pagamento dos prêmios. A durabilidade do bicho, mesmo diante das constantes investidas repressivas, estava diretamente relacionada à capacidade dessa rede de adaptação e inserção no cotidiano urbano.

No topo dessa estrutura encontravam-se os banqueiros, popularmente conhecidos como bicheiros. Mais do que financiadores, eles concentravam recursos, garantiam o pagamento dos prêmios e coordenavam a atuação dos demais participantes da rede. Seus nomes aparecem de forma recorrente nos depoimentos e interrogatórios, ainda que raramente fossem encontrados em situação de flagrante. A documentação indica que desempenhavam funções centrais de gestão e comando, controlando a arrecadação, distribuindo responsabilidades entre seus colaboradores e articulando os diversos pontos de coleta espalhados pela capital.

A centralidade desses personagens torna-se evidente quando observamos as relações de dependência estabelecidas ao seu redor. Em 1924, o investigador Leopoldo da Costa Leite afirmou que Elias Bedran⁶¹, funcionário de um armazém de secos e molhados, exercia a função de cambista a serviço de José Zauli, conhecido também pela alcunha ‘Fafine’:

Em poder dos mesmos dos conduzidos presentes, apprehendeu dezeseis listas e três mappas com inscrições do jogo do bicho, assim como a importancia de sessenta mil réis que se achava em uma gaveta de uma mesa, onde se bancava o referido jogo, [...] **que sabe que os accusados presentes bancam para José Zauli, vulgo ‘Fafine’, muito conhecido banqueiro do jogo do bicho desta Capital.** (MINAS GERAIS, 1924, p. 6) [grifo próprio]

A informação foi posteriormente confirmada pelo próprio Elias durante seu depoimento, o que ilumina a engenharia interna desse mercado informal. Apesar de expressamente mencionado como o eixo central daquela rede de apostas, Fafine não foi indiciado a comparecer perante a Justiça mineira. Fosse pela capilaridade de suas influências locais, pelo temor que sua

⁶¹ “Elias Antonio, com 18 annos incompletos, natural da Syria, solteiro, com a profissão de comerciante, filho de Antonio Bedram e Maria Bedram, residente nesta Capital, á rua Rio das Velhas, 467, sabendo ler e escrever.” (MINAS GERAIS, 1924, p. 09)

figura infundia ou pelas próprias amarras técnicas de uma legislação que punia o ato material da aposta e não a propriedade da banca, o fato é que figuras como José Zauli permaneciam invisíveis aos autos processuais. Essa assimetria punitiva não apenas preservava as lideranças do jogo, mas garantia a própria continuidade da atividade: ao blindar o capital e o comando do banqueiro, o sistema demonstrava uma resiliência capaz de absorver a perda de agentes descartáveis e se reorganizar imediatamente no dia seguinte.

A sobrevivência cotidiana do palpite dependia de quem ocupava a calçada. A face mais exposta dessa engrenagem era ocupada pelos cambistas, também chamados de anotadores. Eram eles que mantinham contato direto com os fregueses, recebiam os palpites, registravam as combinações escolhidas e recolhiam os valores apostados. O anteriormente mencionado Elias Bedran é um exemplo desta função, mas outro processo também chama a atenção. Trata-se do flagrante de uma ré detida em setembro de 1923, cujo prontuário expõe a face mais desamparada da atividade.

Vicencia Scarioli⁶², italiana de 64 anos, viúva e desprovida de recursos após a longa enfermidade do marido, adotou o apontamento de apostas como estratégia de subsistência, percorrendo cotidianamente as residências de seus fregueses no bairro da Floresta. A ação de Scarioli inverte a lógica das apostas, pois em seu caso, o sorteio desloca-se diretamente a intimidade do ambiente doméstico. Vinculada à rede do banqueiro Domingos Zauli, conhecido como Minguin, a anotadora submetia-se a uma engrenagem burocrática bem coordenada, entregando diariamente as listas e os valores arrecadados a um jovem emissário enviado por Minguin, recebendo em troca uma porcentagem sobre o total jogado.

Tratando-se de um caso inusitado — uma idosa italiana que levava o jogo a casa dos apostadores — um fator em específico chama a atenção: Vicenzia era analfabeta, mas declarou que sabia escrever os números. Essa singular competência aritmética sugere que a dinâmica do palpite não demandava letramento formal para funcionar com precisão, exigindo, em contrapartida, uma agudeza prática moldada pela urgência da sobrevivência. Manejar listas, carbono e lápis pelas ruas do Floresta traduzia-se em uma apropriação utilitária da escrita, por meio da qual a ré convertia sua necessidade imediata em domínio técnico. Ao decifrar e registrar graficamente os Algarismos da Jogatina, a imigrante idosa expunha a inteligência tática das classes

⁶² “Vicencia Scarioli, italiana, com sessenta e quatro annos de idade, viuva, de profissão domestica, residente nesta Capital à villa Serraville, no bairro da Floresta, não sabendo ler, sabendo apenas escrever numeros praticamente.” (MINAS GERAIS, 1923d, p. 08)

populares, que sabiam ler as brechas da exclusão social mesmo sem dominar o alfabeto da língua oficial.

O Jogo do Bicho, e aqueles que não são vistos:

A atuação dos cambistas, contudo, não encerrava a cadeia de relações que sustentava o funcionamento da loteria clandestina. Entre aqueles que desejavam participar do sorteio e os agentes encarregados de receber os valores, existia uma camada intermediária formada por indivíduos que realizavam apostas em nome de terceiros. Os processos revelam que empregados domésticos, menores de idade e trabalhadores braçais eram frequentemente incumbidos de transportar listas, entregar quantias ou registrar palpites para pessoas que permaneciam ausentes do momento do flagrante.

A presença desses intermediários pode ser observada no caso do carroceiro Manoel de Oliveira⁶³, detido em dezembro de 1923 nas proximidades da estação ferroviária. Flagrado ao entregar uma lista de apostas ao caixeiro Gasparo Boschi, Manoel alegou não atuar como jogador habitual, afirmando apenas ter atendido ao pedido de um jornalista chamado Francisco, que lhe solicitara o favor de registrar determinado palpite.

Se eram verdadeiras as alegações do condutor e das testemunhas, e o que tinha a allegar em sua defesa respondeu: que hoje o jornalista Francisco de Tal pediu ao declarante que lhe fizesse uma lista do jogo do “bicho” pelo systema dos passes, em que as apostas se fizessem nos números treze e vinte e cinco (13 e 25) alternadamente, e também alternadamente nos números vinte e um e treze (21 e 13) [...] o declarante se dirigiu ao armazem de Paschoal Boschi, **onde, já por diversas vezes, tem effectuado tal jogo.** (MINAS GERAIS, 1923a, p. 15) [grifo próprio]

O episódio de Manoel evidencia como indivíduos vinculados a ocupações ordinárias eram incorporados às rotinas da atividade, utilizando sua mobilidade pela cidade para transportar listas e valores entre diferentes agentes.

A inserção desses intermediários ocultos operava também nas reentrâncias do espaço privado, mobilizando sujeitos cuja própria subsistência dependia da subordinação no ambiente doméstico. Em 1926, a polícia surpreendeu as empregadas domésticas Maria Anastasia da Silva, de apenas quatorze anos de idade, e Regina Hilária transportando listas e quantias destinadas ao

⁶³ “Manoel de Oliveira, natural de Lagoa Santa, filho de José Martins de Oliveira, casado, carroceiro, residente nesta Capital, no bairro do Calafate, com quarenta annos de idade, sabendo ler e escrever” (MINAS GERAIS, 1923a, p. 14)

jogo. Ao ser interrogada, Maria Anastasia declarou que cumpria uma incumbência direta recebida de pessoas vinculadas à família de seu patrão, Américo Ferraz (MINAS GERAIS, 1926). Ao concluir seu depoimento, Maria afirmou “que com esta são tres vezes que a depoente vae levar lista do 'jogo do bicho' ao accusado presente, porém nunca fez jogo para si mesma” (MINAS GERAIS, 1926, p. 13).

Se o percurso de Vicencia ilustrava a infiltração da loteria clandestina da calçada para o recesso dos lares, os flagrantes de Maria e Regina desvelavam o movimento inverso: a saída do palpite gerado na intimidade burguesa rumo às bancas da rua. Em ambos os fluxos, contudo, a constante sociológica permanecia inalterada. O traço comum a esses dois cenários reside na engenhosidade das estratégias de evasão punitiva. Ironicamente, ao converter as empregadas domésticas em emissárias da jogatina, os patrões abastados utilizavam a invisibilidade social dessas mulheres como escudo, delegando a ponta mais perigosa e exposta do circuito ilegal àquelas que não possuíam salvaguardas para recusar tais tarefas frente à iminência do desemprego. Dessa forma, os opulentos participavam do mercado informal sem assumir o ônus da visibilidade policial.

Por fim, para além dos limites das posições empregatícias, as clivagens geracionais também operavam como ferramentas táticas para contornar o raio de alcance das punições penais. A exploração deliberada da menoridade desponta nos registros judiciais como um recurso de evasão jurídica, convertendo a infância e a juventude em escudos contra a ação do aparato policial. Sob o prisma da idade, os percursos de Maria Anastácia e Elias Bedran ganham novos contornos explicativos, embora revelem distâncias marcantes quanto ao grau de autonomia de suas condutas.

Se no flagrante da jovem Maria Anastácia a puerícia surgia atrelada à imposição e à subordinação laboral do lar, o envolvimento de Bedran sinalizava uma inserção distinta na engrenagem contraventora. Aos dezesseis anos, o jovem funcionário do armazém de secos e molhados parecia operar no mercado informal impulsionado por uma iniciativa mais autônoma, fazendo do palpite uma escolha deliberada de subsistência ou ascensão financeira.

Os documentos policiais registram seu indiciamento por dois anos consecutivos, em processos distintos, primeiro em 1923 e, posteriormente, no ano seguinte (MINAS GERAIS, 1923c; MINAS GERAIS, 1924). Ao reincidir na atividade, a situação de Bedran tensionava os limites do ordenamento Código Penal de 1890, que passava a flertar com as regras de

exasperação de pena por crimes da mesma natureza (PIRANGIBE, 1938). Mais do que isso, a persistência do garoto no comércio do bicho acionava os alarmes do Código de Menores. Diante de um histórico de reiteração, a lei autorizava o magistrado a classificar o agente como um indivíduo perigoso pelo seu “estado de perversão moral” (PIRANGIBE, 1938, p. 24), suspendendo as proteções tradicionais da menoridade e determinando seu recolhimento a estabelecimentos para condenados de menor idade ou a prisões comuns com separação de adultos.

Contudo, se a faixa dos dezesseis anos permitia margens de arbítrio, o limite ético da transferência de risco materializa-se nos autos de Mario Gagliardi⁶⁴, de apenas oito anos. O garoto era instrumentalizado pelo pai, Arthur Gagliardi⁶⁵, para transportar palpites e balanços até o bicheiro Valerio Fenati. Sob a ótica penal, a utilização da criança revela uma calculada apropriação da inimputabilidade: ao valer-se do Artigo 27, que isentava absolutamente menores de 9 anos (PIRANGIBE, 1938), a rede contraventora criava um ponto cego logístico. Em caso de abordagem, a materialidade do crime estaria com um sujeito intocável, imune até aos estabelecimentos disciplinares reservados aos menores entre 9 e 14 anos (Artigo 30). Paradoxalmente, a severidade da lei, que visava salvaguardar a moralidade republicana, acabava convertida pela ambição dos banqueiros em mero obstáculo logístico a ser contornado.

Considerações finais

A análise dos processos criminais demonstra que a permanência do Jogo do Bicho em Belo Horizonte não decorria apenas da popularidade das apostas, mas sustentava-se na existência de uma rede articulada de agentes que viabilizam sua circulação cotidiana pelos diferentes espaços da cidade. Ao direcionar o olhar para os trabalhadores subalternos envolvidos nessa dinâmica, a pesquisa procurou evidenciar que a repressão policial incidia principalmente sobre aqueles que ocupavam as posições mais vulneráveis da cadeia. Empregados domésticos, menores de idade, e trabalhadores menos favorecidos surgem repetidamente nos autos como os responsáveis por transportar valores, registrar apostas ou intermediar contatos entre clientes e banqueiros. Embora

⁶⁴ “Ahi presente Mario Galiadi, digo, Gagliardi, com oito annos de idade, natural desta capital qual é tambem residente, solteiro, estudante, sabendo assignar o nome.” (MINAS GERAIS, 1920, p. 04)

⁶⁵ “Ahi presente Arthur Gagliardi, com quarenta e nove annos de idade, casado, natural de Italia, negociante, residente nesta capital sabendo ler e escrever.” (MINAS GERAIS, 1920, p. 07)

fossem os personagens mais visíveis diante das autoridades, raramente exerciam funções de comando ou controle sobre a atividade.

Mais do que uma prática ilícita, o Bicho integrava-se às rotinas urbanas da Cidade Jardim, ocupando bares, armazéns, residências e ruas. Sua sobrevivência ao longo das primeiras décadas republicanas revela tanto os limites da ação repressiva do Estado quanto a capacidade de adaptação de uma atividade profundamente enraizada nas experiências cotidianas da população. Ao tornar visíveis sujeitos frequentemente apagados das narrativas sobre a construção da metrópole, esta pesquisa não buscou reescrever a história oficial de Belo Horizonte, mas salienta que, sob as frestas e a calíça da cidade planejada, pulsava uma outra urbe. Uma cidade erguida também pelos passos apressados de garotos recadeiros, pelas conversas em voz baixa nos balcões de botequim e pela discreta circulação de bilhetes amassados.

Ao fim e ao cabo, a longevidade do Jogo do Bicho na República revela que as curvas do cotidiano foram tão determinantes para a paisagem social da capital quanto as linhas retas de Aarão Reis. No rastro desses trabalhadores anônimos, a história descobre que o moderno e o contraventor caminharam juntos, partilhando as mesmas ladeiras na terra das alterosas.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**: Camara dos Srs. Deputados. Terceira sessão da vigésima legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. v. IV (De 3 de agosto a 1 de setembro de 1888). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=%22%27jardim%20zoologico%22%20%22vila%20isabel%22&pasta=ano%20188&pagfis=91719>. Acesso em: 08 jun. 2026.

CIDADE Maravilhosa. Intérprete: Beth Carvalho. Compositor: André Filho. *In*: Show da Paz - Cristo Redentor 80 Anos. Intérprete: Beth Carvalho. Local: EMI Records, 2011. Plataforma digital (02:28).

DA COSTA, Ana Carolina Silva; DE OLIVEIRA ARGUELHES, Delmo. **A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX**. *Universitas Humanas* (encerrada), v. 5, n. 1, 2008.

DESENFREADA e livre a jogatina em Bello Horizontel: Investigadores policiaes autuados, em flagrante, quando faziam a sua festinha!. **O Globo**, ano II, n. 298, 24 mai. 1926. Edição das 17 horas, p. 06

EDMUNDO, Luís. Capítulo 28: jogadores e jogatinas. *In*: EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Conselho Editorial Senado Federal, 2003. p. 539-551. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1071/653819.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 08 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as forma jurídicas**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Nau Editora. 2003, p. 86.

GRANDE Loteria no jardim zoologico sorteio diario. **Gazeta de Notícias**, ano XVIII, n. 146. Rio de Janeiro, 05, jun., 1888, p. 06. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=%22jardim%20zoologico%22%20avestruz&pasta=ano%20189&pagfis=5872. Acesso em: 08 jun. 2026.

ILMA. Camara Municipal: Adiantamento a acta 25ª publicada a 4 do corrente. **Jornal do Commercio**, ano LXIII, n. 249. Rio de Janeiro, 06, set., 1884, p. 02. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22jardim%20zoologico%22%20%22vila%20isabel%22&pagfis=11198. Acesso em: 08 jun. 2026.

JARDIM Zoologico. **Jornal do Commercio**, ano LXVI, n. 8. Rio de Janeiro, 08, jan., 1888, p. 07. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Companhia%20Jardim%20Zoologico%22&pasta=ano%20188&pagfis=19468. Acesso em: 08 jun. 2026.

JARDIM Zoologico. **O Tempo**, ano II, n. 406. Rio de Janeiro, 06, jul., 1892a, p. 02. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&Pesq=%22jardim%20zoologico%22&id=3634608647577&pagfis=1249>. Acesso em: 08 jun. 2026.

JARDIM Zoologico. **O Tempo**, ano II, n. 442. Rio de Janeiro, 13, ago., 1892b, p. 02. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&Pesq=%22jardim%20zoologico%22&id=3634608647577&pagfis=1398>. Acesso em: 08 jun. 2026.

JARDIM Zoologico. **O Tempo**, ano II, n. 443. Rio de Janeiro, 14, ago., 1892c, p. 02. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&Pesq=%22jardim%20zoologico%22&id=3634608647577&pagfis=1402>. Acesso em: 08 jun. 2026.

MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou leva... Do vale o impresso ao vale o escrito: Uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)**. (2005 183 f.). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

MARTINI, Cristiane Oliveira Pisani. **Festas, Bailes, Partidas E Contradanças: as danças de sala do bello horizonte de 1897 a 1936..** 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. **Documentação não encadernada sobre ocorrências policiais**. Belo Horizonte: Chefia de Polícia, 1842-1956. Notação: BR MGAPM POL-8-Cx.17.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. **Documentação não encadernada sobre ocorrências policiais.** Belo Horizonte: Chefia de Polícia, 1910. Notação: BR MGAPM POL-8-Cx.04.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. **Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente do Estado pelo Dr. José Francisco Bias Fortes, secretário da Segurança e Assistência Pública, referente ao anno de 1927.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927. Notação: BR MGAPM SSA-5-004.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. **Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente do Estado pelo Dr. José Francisco Bias Fortes, secretário da Segurança e Assistência Pública, referente ao anno de 1928.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928. Notação: BR MGAPM SSA-5-005.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Auto de prisão em flagrante contra Arthur Gagliardi e Valerio Fenati.** 23 jul. 1920. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2422903 .

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Auto de prisão em flagrante de Justiça Pública contra Boschi Paschoal e Gasparo Boschi.** 01 fev. 1923a. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2402399.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Auto de prisão em flagrante de Valerio Fenati por contravenção do jogo do bicho.** 03 ago. 1923b. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2410097.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Justiça Pública contra Elias Bedran Abdon e Elias Joaquim Da Silva.** Belo Horizonte. 17 de set. de 1923c. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2406735.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Justiça Pública contra Vicenzia Scarioli.** Belo Horizonte. 27 de set. de 1923d. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2407027.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Justiça Pública contra Elias Bedran, Abdon Antonio e Paulo Bedran.** Belo Horizonte. 23 de out. de 1924. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2404811.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Justiça Pública contra Joaquim Valeriano Moura. Belo Horizonte.** 22 de out. de 1926. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2404332.

MORAES, Luan. **A construção histórica do jogo do bicho como contravenção penal.** JusBrasil, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-construcao-historica-do-jogo-do-bicho-como-contravencao-penal/1191687469> . Acesso em: 01 out. 2025.

O PHAROL. Juiz de Fora, ano XXXV, n. 12, 23 set. 1900. p. 02. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%22jogo%20do%20bicho%20e%20o%20pharol%20de%20fora%201900%20p%2002%20>

20bicho%22%20%22belo%20horizonte%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14607. Acesso em: 26 fev. 2025.

O PHAROL. Juiz de Fora, ano XLI. 21 dez. 1906, p. 01. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%22jogo%20do%20bicho%22%20%22belo%20horizonte%22&pasta=ano%20190&pagfis=21862>. Acesso em: 08 jun. 2026.

O SONHADOR. O Pharol, ano XXXVII. Juiz de Fora, 04 abr. 1903, p. 01. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%22jogo%20do%20bicho%22%20%22belo%20horizonte%22&pasta=ano%20190&pagfis=17229>. Acesso em: 08 jun. 2026.

PÁGINAS. O Pharol, ano XXXVI. Juiz de Fora, 10 jun. 1902, p. 01. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%22jogo%20do%20bicho%22%20%22belo%20horizonte%22&pasta=ano%20190&pagfis=16213>. Acesso em: 08 jun. 2026.

PIRANGIBE, Vicente. **Consolidacao das Leis Penaes.** Rio de Janeiro. Livraria Editora Freitas Bastos. 1938.

RIO DE JANEIRO. Conselho Municipal. **Collecção de Leis Municipaes e Vetos de 1893-1896.** Organizada por Alvarenga Fonseca. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., 1897. v. II. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=663816&pesq=Francisco%20Furquim%20Werneck%20de%20Almeida.&pasta=ano%20189&pagfis=481>. Acesso em: 08 jun. 2026.

SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes:** experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte, 1897-1926). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009

Inteligência artificial e capitalismo de vigilância: a captura da intimidade em perspectiva histórico-sociológica

Ana Livia de Almeida Oliveira Rocha

Mestranda em História

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

ana600212@gmail.com

Resumo: O presente artigo investiga o papel das inteligências artificiais na captura e mercantilização da intimidade no interior do chamado capitalismo de vigilância, tomando como objeto de análise termos de uso e políticas de privacidade de plataformas digitais, especialmente aplicativos de relacionamento. Partindo de uma perspectiva da sociologia histórica, argumenta-se que tais documentos podem ser compreendidos como fontes privilegiadas para a análise de um processo de longa duração no qual dimensões da vida privada são progressivamente convertidas em recursos econômicos. A pesquisa sustenta que o avanço das inteligências artificiais, baseadas na extração e processamento de dados comportamentais, não representa uma ruptura, mas a intensificação de dinâmicas históricas de apropriação de dimensões “não-econômicas”. Ao situar as inteligências artificiais como agentes inscritos em relações de poder, o estudo contribui para compreender como as tecnologias digitais participam da constituição de regimes históricos de dominação, nos quais a experiência subjetiva é convertida em dados.

Palavras-chave: Capitalismo de vigilância; Inteligência artificial; Sociologia dos afetos

Introdução: os domínios não-econômicos do capitalismo

A presença do Ouroboros na capa de seu *Capitalismo Canibal* (2024) representa, para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, uma imagem pertinente de um sistema que devora as bases de sua própria existência. O símbolo milenar, afirma Fraser, é entendido aqui como metáfora para o capitalismo que tende a consumir as bases naturais, políticas e sociais nas quais se sustenta, gerando, em razão disso, crises cíclicas, intrínsecas ao funcionamento do próprio sistema. Para a autora, portanto, compreender o capitalismo sob a ótica de manifestações meramente econômicas é uma maneira simplificada e restrita que impede a interpretação crítica a toda uma variedade de tendências de crise do capitalismo, incluindo aquelas atreladas aos atuais processos de desdemocratização (FRASER, 2018, p. 156).

Fraser concebe seu argumento baseada também nos expostos do historiador e economista húngaro Karl Polanyi. Em *A grande transformação* (2000), obra seminal publicada pela primeira vez

em 1944, Polanyi faz uma análise histórica e teórica das convulsões sócio-econômicas que ocorreram no século XIX e no início do século XX, investigando as razões pelas quais períodos de grande prosperidade econômica desaguaram em desordem e conflitos políticos, como a Primeira Grande Guerra. Para tanto, Polanyi introduz sua tese central de “duplo movimento”, em que a tentativa de estabelecimento de um mercado autorregulado, especialmente através das afirmações do que designa “mercadorias fictícias” - trabalho, terra e dinheiro -, provocou um contramovimento da sociedade. Nesse sentido, a sujeição dessas “mercadorias fictícias” à lógica de mercado acarreta consequências sociais e ambientais, tais quais a destruição dos laços sociais, a ameaça aos meios de subsistência tradicionais e a instabilidade financeira, que desencadeiam em ações contra essa mesma autorregulação, a saber a promulgação de leis trabalhistas, por exemplo.

Desse modo, assim como Polanyi, Fraser defende que o entendimento do sistema capitalista deve passar por uma teoria crítica que o compreenda em conjunto com seus domínios não-econômicos, interpretando-o como um sistema amplo, uma ordem social institucionalizada, na qual se tem um “subsistema econômico”. Nesse sentido, não se pode abstrair das análises críticas desse subsistema ao menos três domínios necessários para sua própria constituição. Esses domínios base para o subsistema são: a condição da reprodução social, a condição ecológica e a condição política.

O domínio referente à reprodução social diz respeito a atividades - frequentemente não remuneradas e desempenhadas por mulheres - que garantem vínculos sociais e formam os sujeitos humanos, portadores da força de trabalho. Já em relação à condição ecológica, designa a natureza em si, fonte para a vida humana e não humana, fornecedora de recursos materiais para a produção capitalista e base para o escoamento e depósito do lixo dessa produção. Por fim, a condição política refere-se à dependência que o capital possui dos poderes públicos, responsáveis por garantir a jurisdição adequada - como o direito de propriedade - para o funcionamento deste subsistema econômico.

Assim como Polanyi e Fraser, *A Nova Razão de Mundo* (2016), obra escrita pelos filósofos e sociólogos franceses Christian Laval e Pierre Dardot, baseia-se no cruzamento entre domínios econômicos e não-econômicos para pensar o desenvolvimento do sistema capitalista ao longo dos séculos XX e XXI, com especial enfoque na afirmação do neoliberalismo enquanto sistema vigente. Nesse sentido, perde força a separação comumente feita entre mercado e Estado, enquanto atores distintos e conflituosos, e nota-se o importante papel das instituições e dos

agentes políticos, burocráticos, para a manutenção de uma ordem empresarial impelida, no neoliberalismo, para a repressão de políticas públicas e sociais, características do antigo *welfare state*:

Não podemos esquecer jamais que a expansão das finanças de mercado, assim como o financiamento da dívida pública nos mercados de títulos, são fruto de políticas deliberadas. [...] os Estados adotam políticas altamente “intervencionistas”, que visam a alterar profundamente as relações sociais, mudar o papel das instituições de proteção social e educação, orientar as condutas criando uma concorrência generalizada entre os sujeitos, e isso porque eles próprios estão inseridos num campo de concorrência regional e mundial que os leva a agir dessa forma. Mais uma vez, comprovamos as grandes análises de Marx, Weber ou Polanyi segundo as quais o mercado moderno não atua sozinho: ele foi sempre amparado pelo Estado. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Ao associar as contribuições de Karl Polanyi, de Nancy Fraser e de Christian Laval e Pierre Dardot, fica claro, portanto, que a compreensão do sistema capitalista, em especial o atual modelo neoliberal, passa pela análise da associação entre diferentes domínios não-econômicos - a reprodução social, a natureza e os governos - ao subsistema econômico, garantindo a manutenção dessa ordem social institucionalizada.

Partindo-se dessa relação entre diferentes domínios, econômicos ou não, o presente artigo investiga o papel das inteligências artificiais na captura e mercantilização da intimidade no interior do chamado capitalismo de vigilância, tomando como objeto de análise termos de uso e políticas de privacidade de plataformas digitais, especialmente aplicativos de relacionamento. Através da sociologia histórica, argumenta-se que tais documentos podem ser compreendidos como fontes privilegiadas para a análise de um processo de longa duração no qual dimensões da vida privada são progressivamente convertidas em recursos econômicos. A pesquisa sustenta que o avanço das inteligências artificiais, baseadas na extração e processamento de dados comportamentais, não representa uma ruptura, mas a intensificação dessa dinâmica histórica de apropriação de dimensões “não-econômicas”. Dessa forma, ao situar as inteligências artificiais como agentes inscritos em relações de poder, o estudo compreende as tecnologias digitais enquanto participantes ativos da constituição de regimes históricos de dominação - no caso, o capitalismo de vigilância - nos quais a experiência subjetiva é convertida em dados e, conseqüentemente, em mercadorias.

“Can machines think?”⁶⁶: inteligência artificial e a nova era do capitalismo

Em *Computing machinery and intelligence*, Alan Turing (1950) questiona a capacidade de máquinas de agirem tal qual um ser pensante. Nesse famoso artigo publicado na revista *Mind*, o matemático britânico reflete sobre a distinção entre humano e máquina e propõe o agora conhecido “teste de Turing”, em que, através de um jogo de imitação, questiona justamente os limites dessa distinção. O artigo é considerado pioneiro nos estudos sobre inteligência artificial (IA).

Diferentemente de Turing, contudo, a pergunta chave desta pesquisa baseia-se não no entendimento técnico a respeito do funcionamento de computadores e sua capacidade de imitação, mas sim na inserção destes em um processo sócio-histórico de longa duração, no qual os vínculos sociais e os afetos são comercializados, inseridos numa lógica de mercantilização da intimidade, através dessas mesmas máquinas.

A mercantilização da intimidade não é um fenômeno recente: o corpo, a sexualidade e o amor, longe de estruturas estáticas, constituem-se historicamente também como sistemas de dominação que se transformam. Silvia Federici (2019), analisando o processo da transição do feudalismo para o capitalismo, mostra como a caça às bruxas e a disciplina dos corpos femininos foram fundamentais para a constituição de um regime de acumulação primitiva baseado na exploração do trabalho reprodutivo e na subordinação das mulheres. Ao reiterar o argumento de Nancy Fraser, Maciel e Mattos (2020) evidenciam justamente essa propensão do capitalismo à mercantilização não regulamentada dos domínios não econômicos ao longo do tempo.

Ainda segundo Mattos, o amor, a sexualidade e as relações de gênero não são concebidos como dimensões puramente individuais ou naturais, mas como construções histórico-sociais atravessadas por relações de poder, reconhecimento e desigualdade (MATTOS, 2016). A esfera amorosa, então, longe de ser uma zona protegida e de autenticidade, é também um campo de conflitos normativos e de disputas atravessados por processos de longa duração.

Shoshana Zuboff (2020) faz uso dessas “commodity actions”, desses domínios não econômicos, para pensar uma nova fronteira do poder: o capitalismo de vigilância. Segundo a filósofa e psicóloga estadunidense, essa nova era opera pela extração de dados comportamentais, transformando-os em predição e mercadoria. A lógica do capitalismo de vigilância baseia-se na

⁶⁶ “As máquinas podem pensar?” (TURING, 1950, p. 433, tradução minha)

descoberta, feita pelo Google no início do século XXI, de traduzir as interações online com os usuários - os dados - em matéria-prima para a criação do superávit comportamental através de IAs e, a partir disso, realizar as transações de mercado com seus reais clientes: os anunciantes. A nova forma de mercado inaugurada pelo Google, portanto, declara que nós - os usuários, as pessoas - e nossas necessidades são menos valiosas do que a predição de nossos comportamentos. Assim,

Não somos mais os sujeitos da realização de valor. Tampouco somos, conforme alguns insistem, o “produto” das vendas do Google [ou de qualquer plataforma online]. Em vez disso, somos os objetos dos quais as matérias-primas são extraídas e expropriadas [através de IAs] para as fábricas de predição do Google. Predições sobre o nosso comportamento são os produtos do Google, e são vendidos aos verdadeiros clientes da empresa, mas não a nós. Nós somos os meios para os fins de outros (ZUBOFF, 2020, p. 115).

Assim, os meios de produção do capitalismo de vigilância concentram-se na “inteligência de máquina”, ou seja, no uso de IAs, abastecidas por meio da vigilância de nossos dados online (mas também off-line), para gerar preditivos cada vez melhores, antevendo “o que vamos sentir, pensar e fazer agora, em breve e mais tarde” (ZUBOFF, 2020, p. 117), e fazendo com que nossos destinos, através da captura de nossa intimidade, sejam narrados e vendidos.

Essas IAs mencionadas por Zuboff podem ser conceituadas, de maneira simplificada, enquanto máquinas que realizam

uma tarefa que humanos executam e que só é possível porque nós, humanos, as ensinamos a fazê-lo. O que as programamos para fazer é reconhecer e agir sobre a correlação entre as coisas (*intelligere*); coisas que para nós, humanos, constituem parte do que constitui a vida e a experiência. Portanto, IA refere-se - para ser mais técnica - a artefatos usados para detectar contextos ou para efetuar ações em respostas a contextos determinados (BARTOLETTI, 2020, p. 21, tradução minha)⁶⁷

No capitalismo de vigilância, essas operações não se restringem, contudo, às práticas de consumo ou ao mercado de publicidade, mas incidem diretamente sobre a vida íntima, o amor e as relações de gênero. Na verdade, nessa nova fronteira do poder, a vida afetiva passou a ser objeto de sistemática mercantilização, traduzida em métricas, algoritmos de compatibilidade e padrões de comportamento mediados pela tecnologia. Nesse sentido, Zuboff agrega um quarto

⁶⁷ “a task that humans perform and which is possible only because we, humans, have taught them to do so. The thing we program them to do is to recognize and act upon the correlation between things (*intelligere*); things that for us, humans, make up some part of what constitutes life and experience. Therefore, AI refers – to put it more technically – to artefacts used to detect contexts or to effect actions in response to detected contexts”.

domínio não econômico, uma quarta mercadoria fictícia, que é, graças ao atual desenvolvimento e uso de IAs, justamente a experiência humana.

Assim sendo, a configuração contemporânea das relações amorosas e de gênero não pode ser compreendida como resultado exclusivo da aceleração tecnológica e da difusão recente das IAs. Trata-se, antes, de um processo histórico de longa duração em que a intimidade vem sendo progressivamente institucionalizada, racionalizada e mercantilizada, sempre em diálogo com as estruturas patriarcais e capitalistas (FEDERICI, 2019; FRASER, 2024). As IAs, nesse sentido, longe de funcionarem como instâncias neutras, devem ser compreendidas como agentes históricos que condensam trajetórias de poder, carregando e reproduzindo preconceitos de gênero e raça, e evidenciando, por isso, que as tecnologias são inscritas em estruturas sociais e históricas (BIRHANE, 2020).

A captura da intimidade, a predição algorítmica e a sociologia das emoções

Eva Illouz, socióloga franco-israelense, é professora de Sociologia na Universidade Hebraica de Jerusalém e na Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais em Paris. Possui trabalhos orientados para a análise, feita a partir de fontes históricas, culturais e midiáticas, de um conjunto inaudito de questões sociológicas que abrangem, fundamentalmente, a articulação entre o capitalismo, a cultura e as emoções e sentimentos. Autora de diversos livros, Illouz construiu uma trajetória interdisciplinar que articula sociologia, psicologia, teoria crítica, estudos culturais e teoria feminista para compreender como o capitalismo molda afetos, desejos e formas de relacionamento na modernidade tardia. Nesse sentido, sua produção intelectual parte da premissa de que as emoções não são fenômenos exclusivamente individuais ou naturais, mas construções históricas e sociais profundamente vinculadas às estruturas econômicas e culturais.

Em *O amor nos tempos do capitalismo* (2011), Eva Illouz investiga de que maneira o capitalismo contemporâneo transformou profundamente as formas de amar e construir relações afetivas. Nesse sentido, o livro parte da hipótese de que a modernidade produziu uma reorganização estrutural da vida emocional, submetendo o amor às lógicas de racionalização, consumo e individualização típicas do capitalismo neoliberal. Illouz argumenta que, ao longo do século XX, especialmente após a consolidação da cultura de massa e da indústria cultural, o amor deixou de ser compreendido apenas como experiência privada e passou a ser organizado por discursos psicológicos, terapêuticos e mercadológicos. O capitalismo, portanto, não apenas

comercializa produtos relacionados ao amor — como filmes, músicas, aplicativos e serviços —, mas também molda as próprias expectativas emocionais dos indivíduos.

Do mesmo modo, em *El fin del amor* (2021), Illouz aprofunda sua análise sobre a crise das relações afetivas na contemporaneidade, examinando como a cultura neoliberal e a racionalidade econômica produziram uma profunda transformação nos vínculos emocionais. O livro não afirma literalmente que o amor desapareceu, mas argumenta que as condições sociais que sustentavam formas relativamente estáveis de relacionamento foram profundamente desestruturadas. Nesse sentido, parte-se da ideia de que a modernidade tardia intensificou processos de individualização, autonomia e liberdade de escolha, o que, embora, tenham ampliado direitos e possibilidades, também fragilizam os vínculos afetivos tradicionais. O sujeito contemporâneo é, assim, incentivado a priorizar a realização pessoal, o desempenho e a liberdade individual, o que torna relações duradouras mais instáveis e negociáveis.

Nesse sentido, embora partam de objetos distintos — Zuboff centrada na extração de dados e na lógica econômica das plataformas digitais, e Illouz dedicada às transformações afetivas e emocionais produzidas pelo capitalismo contemporâneo — ambas autoras convergem na análise de um fenômeno comum: a reorganização da subjetividade humana sob as dinâmicas do capitalismo digital. Em Zuboff, observa-se a constituição de um regime econômico baseado na captura da experiência humana transformada em dados, previsão e mercadoria fictícia. Já Illouz demonstra como o capitalismo contemporâneo invade dimensões íntimas da existência, reorganizando domínios das emoções, desejos e relações afetivas segundo lógicas de racionalização, desempenho e consumo. Em ambos os casos, a subjetividade deixa de ser compreendida como esfera estritamente privada e passa a constituir espaço estratégico de disputa econômica, cultural e política. O capitalismo digital, portanto, não atua apenas sobre o trabalho ou sobre o consumo material, mas sobre modos de sentir, desejar, narrar a si mesmo e construir vínculos.

Lendo os vestígios digitais: caminhos metodológicos para a análise da captura da intimidade

As tecnologias digitais, sua materialidade e seus discursos, refletem e atualizam relações de poder históricas, vinculadas ao capitalismo de vigilância, à mercantilização da intimidade e à reprodução de desigualdades estruturais (BENJAMIN, 2019). Neste quadro, como sublinha Eva Illouz (2016), as experiências do amor e da intimidade constituem-se como construções sociais

atravessadas por disputas de poder e reconhecimento que não se dissipam na era digital, mas que permeiam e transpassam a criação e manutenção de relacionamentos amorosos e afetivos (ILLOUZ, 2021).

Nesse sentido, por se tratar de uma investigação ainda em desenvolvimento, esta seção não pretende apresentar resultados conclusivos, mas explicitar alguns caminhos metodológicos que vêm orientando a construção do objeto da presente pesquisa. Assim sendo, a análise dos termos de uso e das políticas de privacidade das plataformas digitais surge como uma possibilidade inicial para compreender os mecanismos pelos quais as emoções humanas são capturadas, processadas e convertidas em recurso econômico no contexto do capitalismo de vigilância.

Essa compreensão ancora-se especialmente em autores que iluminam o entrelaçamento entre tecnologia, discurso, poder e intimidade. Desse modo, Roger Chartier (1991) é central pois permite tratar as fontes documentais não como registros neutros, mas como construções discursivas inseridas em contextos específicos de produção, circulação e apropriação. Essa perspectiva se mostra particularmente fecunda para a análise de políticas de privacidade e termos de uso das plataformas, pois evidencia que estes não devem ser tomados como descrições transparentes de procedimentos técnicos, mas como textos performativos que buscam legitimar práticas de coleta e monetização de dados íntimos.

Além disso, Michel Foucault, em *História da Sexualidade I* (1985), fornece um marco fundamental ao analisar como a sexualidade foi inscrita em regimes de saber-poder, deslocando-a para o campo das tecnologias de governo. Ao enfatizar a presença do discurso nessas relações, o autor oferece elementos cruciais para pensar a digitalização da intimidade e os modos pelos quais algoritmos e IAs recolhem, classificam e modulam os desejos dos sujeitos através de operações, de saberes exclusivos das *big techs*.

Por fim, outro autor interessante para pensar as políticas de privacidade e os termos de usos enquanto fontes para entender o funcionamento do capitalismo de vigilância é Carlo Ginzburg. Em *Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário*, capítulo do livro *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (1989), o historiador italiano evidencia e define a presença de um novo saber epistemológico nas ciências humanas, a saber o paradigma indiciário. Segundo ele, essa metodologia concentra sua atenção nos detalhes micro, observáveis individualmente, qualitativos e considerados negligenciáveis, que são tomados, então, como peças-chave para proposições sobre o macro, entendendo a causa por seus efeitos.

Associado à Eva Illouz, esse procedimento permite romper com a separação entre experiências individuais e estruturas sociais, nesse caso, através dos vestígios, pistas presentes nos termos de uso e nas políticas de privacidade de aplicativos amorosos, evidenciando o enlace entre discurso-poder no capitalismo de vigilância. A aproximação, portanto, está na atenção dada aos vestígios culturais e aos indícios: para Ginzburg, o historiador trabalha como um investigador que interpreta sinais aparentemente secundários para reconstruir realidades sociais complexas, Illouz realiza procedimento semelhante ao tratar fontes culturais cotidianas como indícios capazes de revelar formas históricas de sensibilidade e poder. Essa aproximação entre os dois autores garante um arcabouço teórico eficaz para o entendimento do processo de captura da intimidade na era das IAs.

A partir dessas referências teóricas e metodológicas, a pesquisa volta-se para a análise de termos de uso e políticas de privacidade de aplicativos de relacionamento que incorporam, em maior ou menor medida, sistemas de inteligência artificial em suas dinâmicas de funcionamento. Mais do que identificar dispositivos técnicos específicos, interessa compreender como esses documentos constroem discursivamente a legitimidade da coleta, armazenamento e processamento de dados relacionados à vida afetiva dos usuários, evidenciando as formas pelas quais experiências íntimas são transformadas em recursos passíveis de extração econômica. Nesse sentido, a investigação procura observar não apenas aquilo que os documentos afirmam explicitamente, mas também seus silêncios, ambiguidades e estratégias discursivas.

Por se tratar de uma pesquisa ainda em estágio inicial, as reflexões aqui apresentadas possuem caráter exploratório. Contudo, parte-se da hipótese de que esses documentos constituem um observatório privilegiado das transformações contemporâneas da intimidade, permitindo compreender como emoções, desejos e relações afetivas passam a ser incorporados às dinâmicas de produção de valor características do capitalismo de vigilância. Assim, a análise dessas fontes poderá contribuir para uma compreensão histórica das novas formas de poder que emergem na intersecção entre inteligência artificial e vida privada.

Conclusão

Ao longo do texto, buscou-se compreender as inteligências artificiais não como fenômenos exclusivamente tecnológicos, mas como elementos inscritos em processos históricos mais amplos de reorganização das relações sociais, econômicas e afetivas. Partindo das contribuições de Karl Polanyi, Nancy Fraser e Christian Laval e Pierre Dardot, argumentou-se

que o capitalismo deve ser entendido para além de sua dimensão estritamente econômica, sendo constituído por uma complexa articulação entre diferentes domínios sociais, ambientais e políticos responsáveis por garantir sua própria reprodução. Nessa perspectiva, as transformações tecnológicas contemporâneas aparecem não como processos autônomos, mas como expressões de dinâmicas históricas vinculadas à expansão das fronteiras dessa mercantilização.

Foi nesse contexto que as reflexões de Shoshana Zuboff permitiram compreender o capitalismo de vigilância como uma nova configuração de poder baseada na captura sistemática da experiência humana. Ao transformar comportamentos, emoções e interações em dados passíveis de extração, processamento e comercialização, as plataformas digitais ampliam a incorporação de dimensões anteriormente consideradas externas ao mercado. A experiência humana, convertida em matéria-prima para sistemas de IA, passa a integrar um regime econômico que encontra valor justamente na capacidade de prever e influenciar condutas.

Ao mesmo tempo, o diálogo com Eva Illouz evidenciou que a intimidade, o amor e os vínculos afetivos constituem domínios historicamente produzidos e atravessados por relações de poder. Longe de representar uma esfera privada imune às transformações econômicas, a vida emocional tem sido progressivamente reorganizada pelas racionalidades do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, a aproximação entre Illouz e Zuboff mostrou-se particularmente produtiva para compreender como o capitalismo digital atua simultaneamente sobre comportamentos, subjetividades e formas de relacionamento, transformando a intimidade em espaço estratégico de produção de valor.

A partir dessa articulação teórica, portanto, defendeu-se a potencialidade dos termos de uso e das políticas de privacidade como fontes para a investigação histórica dessas transformações. Inspirada pelas contribuições de Roger Chartier, Michel Foucault e Carlo Ginzburg, a pesquisa propõe interpretar tais documentos não como registros neutros de procedimentos técnicos, mas como construções discursivas que expressam formas específicas de saber e poder. Neles, podem ser observados indícios dos modos pelos quais as plataformas legitimam a coleta de dados, produzem classificações sobre os sujeitos e instituem novas formas de mediação das experiências afetivas.

Neste quadro, é importante ressaltar, contudo, que as reflexões apresentadas possuem caráter necessariamente exploratório. Trata-se de uma pesquisa ainda em estágio inicial de desenvolvimento, cuja análise empírica encontra-se em processo de construção. Mais do que apresentar conclusões definitivas, este artigo procurou delinear um problema de investigação e

estabelecer um conjunto de referências teóricas e metodológicas capazes de orientar pesquisas futuras. Nesse sentido, a hipótese central permanece aberta à verificação e ao aprofundamento através da análise sistemática dos documentos selecionados.

Acredita-se, por fim, que a investigação das relações entre IAs, capitalismo de vigilância e intimidade pode contribuir para ampliar o campo de estudos históricos sobre tecnologia, subjetividade e poder. Ao deslocar o olhar das inovações técnicas para os processos sociais que lhes conferem sentido, torna-se possível compreender as IAs como parte de uma trajetória histórica mais ampla de mercantilização da vida cotidiana, na qual emoções, desejos e experiências afetivas passam a ocupar posição central nas dinâmicas contemporâneas de acumulação e dominação.

Referências bibliográficas

BARTOLETTI, Ivana. What is AI?. In:_____. **An artificial revolution: on power, politics and AI**. Londres: The Indigo Press, 2020.

BENJAMIN, Ruha. Introduction. In:_____. **Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**. Londres: Polity Press, 2019, p. 9-52.

BIRHANE, Abeba. Algorithmic Colonization of Africa. **ScriptED**, vol. 17, n. 2, 2020, p. 389-409.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601> Acesso em: 26 de jun. de 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. A acumulação de trabalho e a degradação das mulheres. In:_____. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2019, p. 108-236.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 23, n. 2, p. 153-188, jul./dez. 2018a.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In:_____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

ILLOUZ, Eva. **El fin del amor**: una sociología de las relaciones negativas. Buenos Aires: Katz Editores, 2021.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MACIEL, Fabrício.; MATTOS, Patrícia. Como pensar o capitalismo contemporâneo? Considerações preliminares. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 3, p. 673–694, 2020.

MATTOS, Patrícia. O reconhecimento na esfera do amor: para uma discussão sobre os paradoxos da transformação da intimidade. **Síntese: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 43, n. 137, p. 421, 2016.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TURING, Alan. Computing machinery and intelligence. **Mind**, [s. l.], v. 59, n. 236, p. 433-460, 1950.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Sharp Objects e o protagonismo feminino na narrativa audiovisual⁶⁸

Rayssa Schuelter Santos

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
rayssaschsantos@gmail.com

Ana Luiza Silva Nascimento

Graduada em Ciências Sociais
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
analuizasilvan9@gmail.com

Isaac Harillo Jerez

Doutor em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
isaacjerez@cefetmg.br

Resumo: O cinema se constitui em nossa sociedade como um ambiente de possibilidades de representação da realidade, em suas diversas camadas e sob distintas óticas. O gênero, por sua vez, enquanto fenômeno explorado pela cinematografia, resulta em importante fonte para a reflexão sobre a atuação da indústria audiovisual na “construção e difusão das imagens de homens e mulheres ao longo do tempo” (ALVES; COELHO, 2015, p. 174). Historicamente o cinema foi espaço artístico e profissional majoritariamente masculino. Concentrando em torno de homens os cargos de poder e decisão nas produções audiovisuais e no protagonismo frente às câmeras. Em Sharp Objects, minissérie produzida e distribuída pela HBO em 2018, a narrativa é construída a partir do ultra-protagonismo de Camille. Transportados para o estado mental de uma mulher atormentada por um passado que não pode superar. O protagonismo feminino da série será pensado neste trabalho, portanto, tanto em função da presença de mulheres na produção, quanto por meio da análise fílmica e representacional.

Palavras-chave: Representação feminina; análise fílmica; Sharp Objects.

Introdução

O cinema se constitui em nossa sociedade como um ambiente de possibilidades de representação da realidade, em suas diversas camadas e sob distintas óticas, possuindo uma linguagem “complexa e polissêmica, podendo veicular tanto a ideologia dominante e a sujeição às

⁶⁸ A maior parte deste texto recupera o que fora trabalhado pelos autores no artigo “O protagonismo feminino em Sharp Objects”, em fase de publicação na revista Cefetiando. A retomada daquele artigo inclui aqui alguns elementos novos que foram trabalhados na apresentação do evento, principalmente no que tange à discussão sobre narrativa e do cinema como fonte para o trabalho do historiador.

normas vigentes quanto uma postura dissidente” (KAMITA, 2017, p. 1396). O gênero, por sua vez, enquanto fenômeno explorado pela cinematografia, resulta em importante fonte para a reflexão sobre a atuação da indústria audiovisual na “construção e difusão das imagens de homens e mulheres ao longo do tempo, especialmente levando-se em consideração o poder de alcance do cinema hegemônico em quase todo o mundo” (ALVES; COELHO, 2015, p. 174).

Historicamente o cinema foi espaço artístico e profissional majoritariamente masculino. Concentrando em torno de homens os cargos de poder e decisão nas produções audiovisuais; no protagonismo frente às câmeras; nos lugares mais privilegiados e bem remunerados da indústria, relegou às figuras femininas, com frequência, um papel de apoio ao protagonista masculino.

Nesse sentido, a discussão acerca da presença de mulheres no audiovisual torna-se ainda relevante a partir da observação da disparidade de gênero na ocupação desse espaço, tanto frente quanto atrás das câmeras, como podemos observar na pesquisa *The Celluloid Ceiling*, realizada por Lauzen (2025) desde 1998, que rastreia a presença de mulheres empregadas nas produções hollywoodianas de grande bilheteria.

É possível observar, no entanto, que produções estreladas por mulheres têm obtido maior destaque no cenário audiovisual contemporâneo na última década (BARBOSA, 2023, p. 2), em consonância com o aumento da presença de mulheres em cargos de decisão nas produções. A expansão das plataformas de streaming e dos canais a cabo, que se constituíram como reconhecidas produtoras capazes de inovar e arriscar nas obras distribuídas, bem como oferecer maiores oportunidades para mulheres em posições como a de *showrunner*, parece guardar profundas relações com a transformação desse cenário. (PRESS, 2018 apud HIGUERAS-RUIZ, 2019, p. 86).

Mulheres há muito trabalham – antes e durante a era do streaming – em diferentes contextos de produção, por obras ficcionais “protagonizadas por personagens femininas fortes e complexas, que lideram tramas de diversas índoles e cuja vida profissional é mais relevante que a amorosa” (WEISSMANN, 2016 apud HIGUERAS-RUIZ, 2019, p. 86). Como exemplo dessas produções temos a minissérie produzida e distribuída pela HBO, *Sharp Objects*, de 2018. Baseada no romance homônimo de Gillian Flynn, a produção audiovisual é composta por oito episódios, que contam com a direção de Jean-Marc Vallée, Marti Noxon na posição de *showrunner*, a própria autora da obra literária em que a série foi baseada como uma das roteiristas, além de Amy Adams na produção executiva, também atuando como a personagem protagonista.

Em *Sharp Objects*, a narrativa é construída a partir do ultra-protagonismo de Camille. Transportados para o estado mental de uma mulher atormentada por um passado que não pode superar – passado-presente, portanto –, a obra desenvolve personagens femininas complexas e multifacetadas, explorando suas estratégias para lidar com a dor, os vícios ou as perversões desenvolvidas em um ambiente de profundo silenciamento – a sufocante cidade fictícia de Wind Gap (Missouri).

A trama inicia com a investigação do assassinato de duas jovens moradoras da cidade, através da personagem Camille, interpretada por Amy Adams. A jornalista natural da pequena cidade é forçada por seu chefe – amigo e que cumpre os cuidados de uma figura paterna – a retornar para o ambiente familiar do qual procura escapar e produzir um relato pessoal sobre os últimos acontecimentos. Apesar de ser contada primordialmente através da personagem de Adams, podemos caracterizar a série pelo forte protagonismo de três personagens principais: Adora, interpretada por Patricia Clarkson, mãe de Camille e figura imponente na cidade; Camille, filha mais velha que retorna a seu passado motivada por uma investigação; e Amma, interpretada por Eliza Scanlen, irmã caçula de Camille que também exerce poder em seu meio social.

No entanto, se a obra em um primeiro momento apresenta características típicas de romances policiais e thrillers, ao longo do seu desenvolvimento percebemos que existe outra característica importante que permeia a narrativa, ligando-se às primeiras: a representação feminina das mulheres. Esta, no livro e na série, se relaciona com o modo como, socialmente, as mulheres são orientadas a se portarem, dado que é inegável que, historicamente, há regras de conduta e papéis sociais atribuídos às mulheres. (PEREIRA; ANDRADE, 2020, p. 432)

Sharp Objects, enquanto “projeto crítico que procura tornar visível o que passava despercebido – dando a falsa impressão de inexistência – leva em conta não apenas a representação da mulher, mas sua participação na indústria cinematográfica” (KAMITA, 2017, p. 1395). O protagonismo feminino da série será pensado neste trabalho, portanto, tanto em função da presença de mulheres na produção, quanto por meio da análise fílmica e representacional.

Mulheres em funções-chave nas produções audiovisuais

A presença de mulheres nas produções audiovisuais vem se mostrando fundamental para a mudança no modelo das representações femininas e a maneira como se dá essa presença, pelos cargos que ocupam, bem como por seu impacto nas obras, também é objeto de estudo e reflexão

na contemporaneidade. Segundo a pesquisa *The Celluloid Ceiling*, que analisa as mulheres empregadas nas produções hollywoodianas de grande bilheteria, a produção executiva se constitui como um importante cargo na composição da equipe de produção e como janela para a presença de mulheres na equipe, visto que a existência de pelo menos uma mulher entre a produção executiva aumenta a possibilidade de outras mulheres ocuparem funções-chave como direção, roteiro, edição e fotografia (ALVES; COELHO, 2015, p. 168).

Impactando não só na composição das equipes de produção, a presença de mulheres em cargos como roteirista ou diretora influencia na quantidade de personagens femininas na ficção (GLASCOCK, 2011 apud HIGUERAS-RUIZ, 2019, p. 89) e na maneira como essas personagens são construídas. Segundo Lauzen et al (2008 apud HIGUERAS-RUIZ, 2019, p. 89), produções que contam com pelo menos uma mulher roteirista na equipe possuem maiores chances de representar personagens, tanto femininos quanto masculinos, em tramas interpessoais, enquanto produções com uma equipe completamente masculina têm mais chances de representarem as personagens em tramas cujo centro é o trabalho.

A presença de mulheres em cargos-chave das produções audiovisuais resulta por vezes em atos políticos. “Mais do que imagens ou representações das mulheres, os filmes dirigidos por elas são tomados como ações no sentido de visibilidade e da equidade na ocupação de espaços discursivos e midiáticos” (VEIGA, 2019, p. 276). São fundamentais para uma representação mais diversa que explore novas possibilidades do ser mulher e da feminilidade, subvertendo assim os modelos tradicionais de sociedades como a brasileira ou a estadunidense (KAMITA, 2017, p. 1395).

História, poder e narrativa

Tendo em vista o movimento historiográfico da “Nova História”, que emerge em 1970, é possível observar as tensões entre cinema e narrativa. A partir da ampliação de fontes, o cinema passa a ser visto como uma potencialidade de fonte histórica por diversos autores, como, por exemplo, o francês Marc Ferro. Segundo sua análise e proposta de uma contra-história, “o cinema pode apresentar-se em sua forma mais cristalina quando grupos marginalizados pela sociedade assumem o controle da produção de imagens” (MORETTIN, 2003).

Nesse sentido, a disputa de narrativas e, portanto, de poder, na construção de obras audiovisuais pode ser um importante elemento para compreender marginalidades sociais que atravessam a arte e a História. Sobretudo tratando-se de gênero, teorias feministas são uma das ferramentas cruciais que apontam para a falta de neutralidade no processo de construção da história e da narrativa. Segundo Joan Scott (1992), a própria noção de história é construída a partir de pressupostos que naturalizam hierarquias entre masculino e feminino, o que implica não apenas a exclusão das mulheres, mas também a forma como suas experiências são interpretadas. Em paralelo aos silêncios historiográficos em relação às mulheres, a análise cinematográfica também contribui para uma reflexão similar, como, por exemplo, por Sharon Smith em seu ensaio *The Image of Women in Film: Some Suggestions for Future Research* de 1971, onde disserta sobre a forma como as mulheres são retratadas nos filmes, que são majoritariamente criados, escritos e dirigidos por homens.

Retratadas de maneira limitada a sua aparência física, a uma idealização familiar e, normalmente, dependentes de uma narrativa em torno da figura masculina, discussões como as do historiador Marc Ferro fomentam uma nova perspectiva de análise fílmica. Além do mais, é necessário observar a guinada de perspectiva das representatividades femininas no cinema na pós-modernidade e, portanto, a partir da “Nova História”.

Para o autor, o cinema permite o conhecimento de regiões nunca antes exploradas. Descobrir a porta que nos leva a estes novos caminhos significa salientar os “lapsos” deixados pelo diretor e pelo seu produto. Cabe salientar que esses caminhos são indicados de maneira inconsciente pelo diretor. A análise da linguagem cinematográfica comprovaria sua tese. Aliás, é por se manifestar desta forma que a obra cinematográfica constitui um documento privilegiado. Para Ferro, o documento fílmico produzido pelo Estado ou por outras instituições difere do documento escrito que possui a mesma origem. O primeiro “traz sem querer uma informação que vai contra as intenções daquele que filma, ou da firma que mandou filmar”. Não que não haja “lapsos” nos documentos escritos, “mas no filme há lapsos a todo o momento, porque a realidade que se quer representar não chega a esconder uma realidade independente da vontade do operador”. Para ele, estes “lapsos” podem “ocorrer em todos os níveis do filme, como na sua relação com a sociedade. Seus pontos de ajustamento, os das concordâncias e discordâncias com a ideologia, ajudam a descobrir o latente por trás do aparente, o não-visível através do visível” (MORETTIN, 2003, p. 14).

O não-dito no cinema, aquilo que o documento fílmico não mostra por deixar fora do quadro, ou apenas (sub)representa nas suas margens, seria tão representativo quanto os elementos no centro da tela, privilegiados pela trama na condução da composição do enredo pelo

espectador. A história do cinema e o estudo da representação do feminino são também a história das possibilidades de representação silenciadas, sempre devedoras de um sistema dominado por homens na produção, circulação e recepção. Pode ser entendido como práticas de representação. E uma história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 2002, p. 16).

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17).

Sharp Objects, neste sentido, pode ser entendido como instrumento de luta e resultado mesmo das lutas travadas pela representação de mulheres na cultura audiovisual. Um movimento que, como veremos, ultrapassa o que diz respeito aos temas mobilizados e às personagens construídas.

Os procedimentos narrativos e as formas de cognoscibilidade presumidas para o espectador operam em um registro diferente daquele delineado por Ismail Xavier como da transparência e da opacidade (XAVIER, 2005). Ao mesmo tempo que rompem com a onisciência do cinema clássico ou com a construção de um observador de segunda ordem – capaz de observar-se ou observar o outro enquanto observa o mundo (LUHMANN, 1993) tão próprias uma e outra da forma industrial do cinema ou do cinema de autor, respectivamente. O mundo do filme será acessado por meio das memórias de uma mulher, daquilo que a atravessa de maneira explícita ou latente, produzindo uma experiência com o tempo e a objetividade do relato muito incomuns em produtos de entretenimento e estranhas ao ofício do historiador.

O protagonismo feminino em Sharp Objects

Segundo Martínez (2021, p. 15) Adora, Camille e Amma funcionam como uma entidade superior interligada que não permite que elas sejam compreendidas separadamente. São

frequentes as leituras da crítica especializada que ressaltam o protagonismo das três personagens, a importância das relações construídas em torno delas - além dos elogios às premiadas atuações.

As protagonistas são personagens complexas, com retratos psicológicos que instigam o espectador e o mantém interessado em descobrir o modo como as personagens pensam e o que as motivam, sendo esse, para Martínez (2021, p. 7), o principal fator que prende o espectador à trama, superando inclusive o ocultamento de informações, a identidade da assassina ou o desafio de montagem da história pelos espectadores a partir de uma trama fragmentada – típico do gênero policial. Dessa forma, a série foi entendida pela crítica tendo como principal atributo a construção de suas personagens, que são, por sua vez, o que move a história (FERNÁNDEZ, 2014 apud MARTÍNEZ, 2021, p. 14). Apesar de se encaixar em uma estrutura formal de um drama policial, poderíamos aproximar a narrativa de outros gêneros literários como o *bildungsroman*.

Entendemos, por outro lado, que a narrativa é construída a partir do “ultra protagonismo” de Camille. Além da sua centralidade no tempo de exposição na tela, é a partir dela que acompanhamos o desenvolver da trama e o desvelar das demais personagens. Mas isso não é feito como na estrutura clássica do cinema hollywoodiano, por meio de um observador onisciente que acompanha de maneira objetiva uma trama linear, onde todos os elementos estão postos estrategicamente de maneira a facilitar a inteligibilidade e a antecipação (BORDWELL, 2005). A perspectiva subjetiva da protagonista é reforçada por meio de enquadramentos extremamente fechados, repetidamente no esquema de campo, contra-campo ou com a câmera simulando o seu ponto de vista enquanto observadora - como nas diversas tomadas realizadas de dentro do carro ou nos flashbacks da capela durante o funeral da irmã.

Em *Objetos Cortantes* somos transportados para o estado mental de uma mulher atormentada por um passado que não pode superar. A percepção do tempo presente é atravessada por lembranças (flashbacks) apresentadas sem nenhum elemento estético que as diferencie. A passagem entre uma e outra é feita por uma montagem fluida, que utiliza da passagem por uma porta, por exemplo, para nos transportar entre as instâncias espaço-temporais. Pontes sonoras entre o tempo presente e as lembranças de Camille são utilizadas com uma frequência incomum nesse tipo de produto de entretenimento, quase sempre marcadas por sons abafados e atravessadas pela respiração da personagem. Logo no primeiro episódio as cenas na banheira, construídas em paralelismo com um lago na infância, ou em momentos em que ouve

músicas com fones, onde o som do ambiente que ouvimos enquanto espectadores se torna abafado como se estivéssemos com os mesmos fones de Camille. A câmera, da mesma forma, nos mostra quase exclusivamente apenas o que ela vê, ou centra-se nela com a presença marcante de primeiros e primeiríssimos planos que nos colocam diretamente diante das emoções da personagem, nos instigando a projetar suas emoções.

O trio de protagonistas possui distintas facetas exploradas pela trama, sem nunca recair sobre clichês reducionistas. Adora, matriarca da família e figura controladora — chegando ao ponto de adoecer as próprias filhas para que possa cuidá-las —, desempenha de maneira exemplar o papel de feminilidade e cuidado que os padrões sociais impõem, exigindo de suas filhas que performem com o mesmo empenho esse ideal de feminilidade e obediência. Amma, a filha mais nova, “apresenta um comportamento paradoxal” (PEREIRA; ANDRADE, 2020, p. 432), ao ser pressionada por sua mãe a comportar-se como devido, desenvolve traços opostos de personalidade: perto de Adora é doce, feminina e obediente, já para o resto do mundo assume uma personalidade ríspida, maldosa e arrogante, sendo lida por grande parte dos espectadores, ao final da trama, como a verdadeira assassina das jovens de Wind Gap. Ao refletirmos sobre as motivações de Amma e o perfil das jovens assassinadas – ambas fogem ao padrão de feminilidade imposto –, é possível perceber que a filha busca exercer o mesmo poder que a mãe tem sobre ela, condenando as performances que minimamente rompem com o esperado socialmente (BARBOSA, 2023).

Camille, filha mais velha de Adora, fugiu por anos da cidade e do controle materno. A personagem é marcada por diversos elementos representacionais masculinos que reforçam o distanciamento entre as duas (PEREIRA; ANDRADE, 2020, p. 433 e 434). A utilização de calças jeans e roupas tidas como do gênero oposto; a postura corporal e aparência pouco cuidadosa; a profissão de jornalista; o desconforto entre outras mulheres da cidade, quase sempre explorado também pelo contraste no vestuário, nos temas de conversa ou nas escolhas ao longo da vida, abordam também a oposição entre o rural e o urbano nos EUA.

Entendemos, porém, que do ponto de vista da narrativa, principalmente em função do ultra protagonismo, precisamos considerar uma quarta personagem fundamental: a falecida meio-irmã de Camille Preaker, Marian Crellin. Sua presença fantasmagórica – em alguns momentos em sentido literal, podendo ser percebida em diversos planos no presente, mesmo naqueles que escapam à perspectiva da personagem de Adams –, não pode ser ignorada em

momento algum pela família. A morte de Marian estrutura as relações entre elas, exigindo inclusive que uma das filhas vivas assuma o seu lugar nos cuidados e envenenamento realizado pela mãe – primeiro Amma e nos últimos episódios, Camille. As roupas utilizadas por ela formavam parte da estratégia para repelir os cuidados de Adora. Mas agora, com a meio-irmã mais jovem em risco, precisou vestir-se de maneira tão feminina quanto qualquer das frágeis bonecas de porcelana que decoravam o quarto de Marian, ou acompanhavam a terceira jovem assassinada. Só assim foi possível salvar Amma e desvendar os crimes da matriarca.

Sharp Objects destaca-se pela construção de suas protagonistas, explorando distintas e complexas facetas psicológicas, além das “construções sociais e os valores históricos ligados às idealizações femininas” (PEREIRA; ANDRADE, 2020, p. 443 e 444). Nesse sentido, compreender as perspectivas acerca da performance de gênero e os “papéis sociais atribuídos às mulheres não são importantes apenas para a representação das personagens femininas, mas para as estruturas globais da obra, uma vez que definem as relações interpessoais” (PEREIRA; ANDRADE, 2020, p. 434) e, em consequência, o desenvolvimento de toda a história. Encontramos na série uma diversidade e profundidade de representações de mulheres. Juntas elas trabalham na “busca para uma nova produção de sentido e questionamentos do senso comum em relação às atribuições de gênero na sociedade” (KAMITA, 2017, p. 1396).

Nesse sentido, observa-se na minissérie Sharp Objects um valioso exemplo de como a atuação de mulheres nas equipes de produção e em cargos de decisão, ocupando espaços de poder, influencia na construção de representações plurais, livres e protagonistas do feminino – nunca, portanto, esgotáveis pela própria narrativa. No audiovisual, como em diversos outros campos onde a desigualdade se manifesta, resulta “indispensável que haja uma multiplicidade de vozes e perspectivas teóricas, sujeitos de diversos lugares de fala” (MOREIRA; GOMES, 2019, p. 336).

Um estudo da recepção e da leitura da obra em diferentes espaços poderia abrir outras chaves de análise. A luta pela representação de mulheres, ao lado da luta de mulheres pela conquista desses lugares de poder, não se encerra na produção. A crítica especializada, os artigos e vídeos rápidos de opinião e o trabalho acadêmico também operam na construção do sentido, hierarquizando obras, atores e maneiras pelas quais o cinema integra nossas práticas culturais.

[...] os caminhos de reflexão que se oferecem ao leitor-espectador são muito ambiciosos, ainda que as perguntas fiquem plantadas e em nenhum caso resolvidas. Após ler o romance ou assistir à série, caberá ao próprio observador

compôr suas próprias respostas, visto que tudo fica aberto em ambas as produções artísticas que se analisam (MARTÍNEZ, 2021, pg. 7).

Referências bibliográficas

- ALVES, Paula; COELHO, Paloma. Discursos, performatividades e padrões visuais no cinema: reflexões sobre as representações de gênero, o mercado cinematográfico e o cinema de mulheres. **Aceno**, Mato Grosso, v. 2, n. 3, p. 159-176, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/2529>. Acesso em: 22 set. 2024.
- BARBOSA, Karina. Notas sobre imagens de mulheres que encaram meninas mortas: olhar, corpo e enunciação em Sharp Objects e The Killing. **Esferas**, v. 2, n. 27, mai/ago. 2023.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BORDWELL, David. O cinema clássico hollywoodiano: normas e princípios narrativos. In: RAMOS, Fernão Pessoa. (Org). **Teoria contemporânea do cinema**. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- BORDWELL, David & THOMPSON, Kristin. **A arte do cinema: uma introdução**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da USP, 2013.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Alges: Difel, 2002.
- HIGUERAS-RUIZ, María J. Showrunners y personajes femeninos en las series de ficción de la industria televisiva norteamericana: Sharp Objects (Marti Noxon, HBO: 2018) Y Killing Eve (Phoebe Waller-Bridge, BBC America: 2018). **Revista Admira**, Vol. 2, nº 7, pg. 85 a 106, nov 2019. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/AdMIRA/issue/view/746/214>. Acesso em: 22 set. 2024.
- KAMITA, Rosana C. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1393-1404, set./dez. 2017.
- LAUZEN, Martha M. **The Celluloid Ceiling: Employment of Behind-the-Scenes Women on Top Grossing U.S. Films in 2024**.
- LUHMANN, Niklas. “Deconstruction as second-order observing”, in: **New Literary History**, v. 24, n. 4, p. 763-82.
- MARTÍNEZ, Laura A. Heridas abiertas: de la novela de Flynn a la apuesta de HBO. **Tonos digital**, Vol II, nº 41, jul 2021. Disponível em: https://www.um.es/tonosdigital/pdf/web/tonos41.html?file=https://www.um.es/tonosdigital/znum41/secciones/peri-1-arroyo_heridas.pdf#zoom=100. Acesso em: 22 set. 2024.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, [S. l.], v. 38, n. 1, 2003. DOI: 10.5380/his.v38i0.2713. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2713>. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEREIRA, M. R.; ANDRADE, A. C. N. B. As relações intersemióticas em Objetos Cortantes: a representação feminina. **Mosaico**. São José do Rio Preto, v. 19, n. 1, p. 429-445, 2020.

SCOTT, J. História das mulheres. In: Peter Burke. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

VEIGA, Ana Maria. Teoria crítica e feminista: do contracinema ao filme acontecimento. In: HOLANDA, Karla (Org.). **Mulheres de cinema**. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2019. p. 261-278.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**. São Paulo: Paz e Terra editora, 2005.

The background is a vibrant, abstract composition of various geometric and organic shapes. In the top left, there are clusters of small pink and blue circles. A large, stylized eye-like shape with concentric circles and a central dot is in the upper center. To the right, a red and white striped, curved shape resembles a DNA helix or a stylized animal. The bottom features a large, flowing blue and white wave-like pattern. Scattered throughout are small, star-like motifs in yellow and blue.

XIII

EPHIX

UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

11 a 15 de Maio 2026